HISTÓRIA

DA

COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

HISTÓRIA
DA
COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

EDIÇÃO MONUMENTAL COMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO LITERÁRIA
DE
CARLOS MALHEIRO DIAS

DIRECÇÃO CARTOGRÁFICA
DO
CONSELHEIRO ERNESTO DE VASCONCELOS

DIRECÇÃO ARTÍSTICA
DE
ROQUE GAMEIRO

LITOGRAFIA NACIONAL
PORTO
—
MCMXXI

PRIMEIRA PARTE

O DESCOBRIMENTO

VOLUME I

OS PRECURSORES DE CABRAL

ADVERTÊNCIA

Uma das páginas mais brilhantes, mais gloriosas e mais fecundas da História de Portugal é, sem dúvida, o Descobrimento do Brasil.

Êste imenso território que ocupa quási três quintas partes do Continente Sul-Americano, tanto na sua extensão geográfica, como na sua grandeza social, foi obra da fé e da energia dos portugueses.

Ao tempo em que as caravelas de Cabral o revelaram ao mundo, a população de Portugal era muito exígua, talvez dois milhões e meio de almas; todavia, pela sua bravura indomável, a gente lusitana conseguiu dominar todos os obstáculos e vencer as máximas dificuldades, para manter inalterada a imensa riqueza do tesouro que descobrira em 1500, cobiçado pelas mais poderosas nações de então, mas defendido sempre com galhardia.

Foi assim que Portugal pôde transmitir integralmente aos seus legítimos sucessores os 8.527.818 quilómetros quadrados que são hoje a vasta séde da Nação Brasileira, para maior glória de Portugal em todos os tempos.

O extremado amor que os portugueses votam ao Brasil, que êles consideram um prolongamento da sua pátria, onde encontram o mesmo afecto das suas famílias, carinho igual ao dos lares que deixam na outra costa do Atlântico, muitas vezes para sempre; êsse entranhado amor, essa carinhosa afeição, e, juntamente, o sentimento religioso que com o sangue nos é transmitido a cada instante pelas ligações delicadas e puras da família, tudo isso é eternisado pelo idioma opulento e formoso, suave e forte, que nossos pais nos ensinaram, para que as nossas almas pudessem melhor sentir as alegrias e as desventuras comuns, para sorrir ou para chorar com êles.

Por êsse amor inextinguível que liga os dois povos através dos séculos e do Oceano e que é, simultáneamente, iman poderoso a atraír e bússola segura a nortear o nosso espírito, para a graça e para a beleza, é que deixamos a Pátria, o solo abençoado e querido onde nascemos, e a familia, o relicário sagrado das nossas crenças e saùdades, talvez para nunca mais voltar a vê-la.

No desdobrar de um sonho, arrebatador como todos os sonhos, cheio de ilusões, por vezes bem amargas, marchamos na mesma róta que Pedro Alvares Cabral traçou em 1500 e aqui viémos constituir outra familia e aqui deixarêmos finalmente os nossos despojos no campo santo onde, mesmo reduzidos a pó, ainda nos confundimos nas lágrimas dos vivos pela saùdade dos mortos.

* * *

A Colónia Portuguesa no Brasil, e com ela a alma de Portugal, cumprindo um dever sagrado pela sua honra, resolveu concorrer com o maior brilho possivel, e, ao mesmo tempo, com o melhor da sua gratidão ao povo brasileiro, às festas do primeiro Centenário da sua independência; e oferece por isso, uma obra monumental, artística, scientífica e literária que denominou—*História da Colonização Portuguesa do Brasil.*

Essa ideia foi sugerida pela *Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Pará*, e apresentada no Rio de Janeiro, à *Grande Comissão Portuguesa Pró Pátria*, sendo por esta estudada, com a colaboração do ilustre homem de letras, o Ex.mo Snr. Carlos Malheiro Dias, que acolheu com extremoso carinho essa lembrança altamente patriótica e que vinha glorificar todo o esfôrço, tôda a generosa participação de Portugal na formação da grandeza brasileira.

Em boa hora concebida, estudada, discutida e adoptada, não tardou a frutificar.

Um punhado de homens de boa vontade e de acção constituiu-se em sociedade para levar a efeito essa obra notável que vai assinalar uma hora de epopeia na vida artística, literária e scientífica dos dois povos irmãos.

O Ex.mo Snr. Carlos Malheiro Dias, director deste empreendimento notável, iniciou, desde logo, os seus trabalhos, dedicando-se exclusivamente a essa tarefa tam delicada como brilhante e fecunda e dando-lhe tôda a sua alta competência, todo o seu talento, todo o seu amor de português.

E tam bem se houve na execução do seu nobre empenho, que podemos apresentar ao público, ao espírito culto das duas nações soberanas, as primícias da obra maravilhosa que vai ser a *História da Colonização Portuguesa do Brasil.*

Os homens mais eminentes dos dois povos na arte, na sciência e na literatura, convidados a colaborar com S. Ex.a aceitaram o convite e auguram com as suas penas, ilustres entre as mais notáveis, um êxito completo.

Os primeiros trabalhos artísticos do lapis e do pincel magistrais de Roque Gameiro estão sob as nossas vistas, extasiadas por tanta beleza de concepção e de feitura, e darão à *História da Colonização Portuguesa do Brasil* um aspecto inconfundível de obra prima.

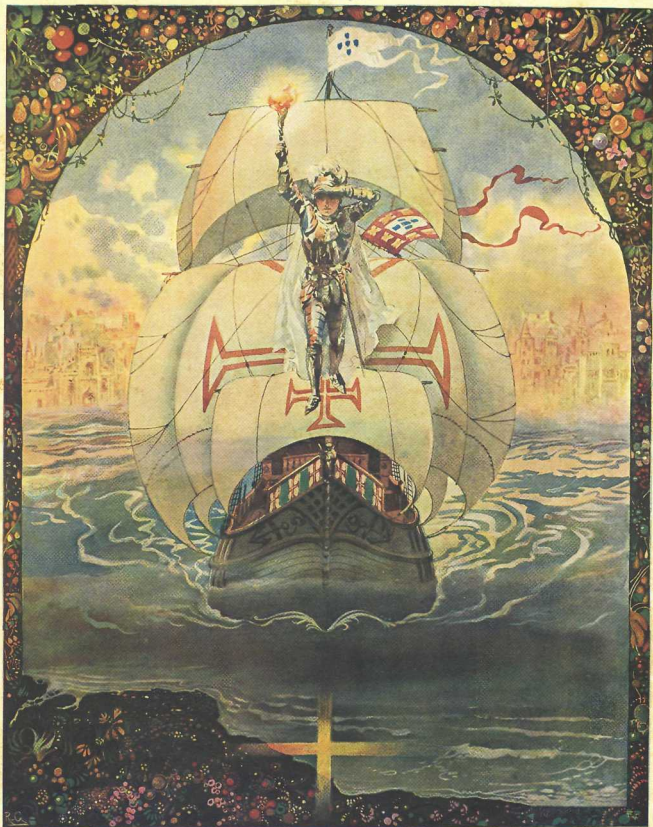
A todos os colaboradores portugueses e brasileiros, que vão contribuir com o melhor dos seus talentos para esta apoteóse à raça da Lusitânia, que já foi dominadora do mundo, e ainda hoje se orgulha de ser das mais nobres, audazes e valentes, a todos quantos auxiliam a realização desta obra monumental, em cujas páginas ficarão para todo o sempre os feitos memoráveis de um grande povo de heróis, que nunca deixou de amar e defender a liberdade e a civilização, em nome da *Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil*, aqui deixo a expressão do mais vivo e profundo reconhecimento.

E o futuro coroará de glória esta obra que brilhará perpetuamente abençoada pelas gerações que nos hão-de suceder, ficando vinculados nas suas páginas, como num abraço imperecível, as almas, os corações e as penas mais ilustres de Portugal e do Brasil.

Rio, Janeiro 1921.

SOUSA CRUZ

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

VOLUME I

O DESCOBRIMENTO—(1498-1521)

DA essência ideal que imortalisou as nossas descobertas, e fês por um instante na história do globo, dum punhado de marinheiros e de cavadores a maior pátria do mundo, a eleita do Eterno, a encarnação heróica do Divino, três monumentos de beleza augusta nos ficaram: um retábulo, um templo, uma epopeia. Três Lusiadas: os de Nuno Gonçalves, os de Camões, os de Santa Maria de Belém. Criámos Éschylo e Prometheu, o redentor e o cantor, o heroi óvante, que liberta, e o génio irmão, que o traduz em música. A música da luz, a do mármore, a da palavra.

E ao mesmo tempo que geravamos as duas grandes epopeias equivalentes, uma na acção, outra no cântico, reproduziamos a pátria maravilhosa que lhes deu alma, criando um novo Portugal, o do futuro, debaixo do novo céu, no mundo novo. O Brasil é a eucaristia sagrada dos «Lusiadas».

Fizemo-lo à nossa imagem e semelhança, com torrentes de vida, — o nosso sangue, com um hino de aurora, — a nossa fé, com estrêlas de dôr, — as nossas lágrimas.

Fizemo-lo com beijos e canções, lavrando, batalhando e rezando, de armas na mão, e de mãos postas.

Os homens e as pátrias valem, pois, mais ou menos, conforme o seu grau de religião, quer dizer, o grau de fraternidade, o grau de amor.

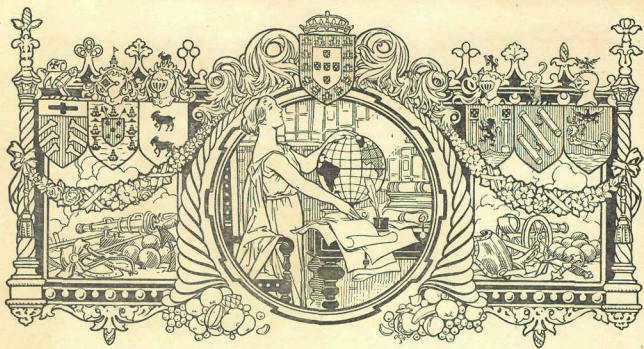
Portugal é uma pátria esplêndida, porque é mãe divina do Condestavel, a mãe do Infante-descobridor e do Infante-martir, de Nuno Gonçalves e de Fernão Lopes, de Bartolomeu Dias e de D. João II, de Gama e de Camões, de S. Francisco Xavier e de Álvares Cabral, de D. João de Castro e de Albuquerque, de Fernão de Magalhães e de Gil Vicente, de Soror Mariana e de Bernardim Ribeiro, de Miguel d'Almada e de Pombal, de Fernandes Tomás e de Mousinho.

E, acima de tudo, ela é a mãe do Povo português, do povo de Aljubarrota, das Descobertas, de Montes Claros, do Bussaco, da Terceira, criador imortal de herois anónimos, e de santos plebeus e pobresinhos, que guardam ovelhas, semeiam serras, dormem nos eirados e falam com os anjos; do povo cândido e cristão, amoroso, meigo, melancólico, impregnado de Deus e de natureza, e tam abismado em sonhos e saùdades, que, deixando gemer a alma numa frauta, é o maior lírico do mundo, o maior poeta de Portugal.

Eis o povo que fês as terras de Santa Cruz, a PÁTRIA irmã.

O Brasil não chegou a ser uma colónia. Foi logo nação, foi logo pátria: a nova Pátria portuguesa, com novos herois e descobridores, com novos santos e novos Orpheus, novas enxadas e novas liras.

O Brasil em 1645 ergueu-se grande como Portugal em 1640, e a mesma fé que nos conduz à revolução em 20, o arrasta à independência em 1822.

Abrazou-nos o mesmo ideal, ardemos na mesma chama. Fernandes Tomás e José Bonifacio, em vez de inimigos, eram irmãos. As nossas pátrias desligaram-se, para melhor se casarem. Desuniram os corpos, para estreitarem as almas. Duplicando-se, quizeram-se mais. O amor cresceu em beleza, porque aumentou em liberdade. Vivendo tam livres e distantes, fraternisamos hoje como nunca. Na glória e no sonho, nos ais e nos beijos, no riso e na dôr. Amando-nos através das ondas, vencemos o espaço. Amando-nos através da história, vencemos o tempo que já foi. E, com a imortalidade do nosso amor, venceremos a morte, no porvir.

INTRODUÇÃO

«Que ousar e perfazer tammanho feito
«Fôra a humanos esforços impossivel
«Se o braço portuguez não ajudasse.»

Garrett, *Camões*, canto IV.

HISTORIADOR que se proponha acrescentar mais uma narrativa à história emocionante do descobrimento, exploração e colonização da *Quarta Orbis Pars* pelos povos cristãos da Europa, percorrendo até às fontes contemporâneas dos descobrimentos a copiosa documentação esparsa nos arquivos e nas bibliotecas, interrogando ainda uma vez, na esperança de melhor decifrá-los e compreendê-los, os protagonistas, as personagens secundárias, a comparsaria e os espectadores do grandioso drama histórico, não deverá subordinar-se à única esperança de reconstituir, com a ajuda de inéditos e peremptórios documentos, os sucessos que se esbateram ou apagaram nos horizontes enublados do pretérito. E' ainda possivel, porém, ajustar a uma harmonia mais perfeita do conjunto e à verosimilhança — que é verdade subjéctiva — grande numero de factos, tanto primários como secundários, em volta dos quais se exerceu a perícia dos precedentes historiadores. No periodo excedente de quatro séculos, que separa a humanidade actual dos seis acontecimentos geográficos que notabilisaram a transição da Idade Média para a Renascença: a passagem do equador matemático por Álvaro Esteves, em 1471; a transposição do cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias, em 1487; o descobrimento das Antilhas — imaginários arquipélagos asiáticos — pelo genovês Colombo, suposto genro do donatário de Porto Santo, em 1492; a chegada de Vasco da Gama à Índia, em 1498; o descobrimento, reconhecimento e exploração da costa oriental da América Austral, até muito além do Rio da Prata, pelas armadas que navegaram para sudoeste, entre 1498 e 1504; e, finalmente, o encontro da passagem para o Pacífico, realizada em 1520 por uma armada dominadoramente conduzida e comandada pelo pilôto português Fernão de Magalhães, milhares de obras foram dedicadas à investigação e ao estudo dêsses empreendimentos gigantescos. Com excepção das histórias de Roma e da Grécia, que constituem os mananciais da civilização europeia, alimentados, mercê das conquistas gregas e romanas, pelas correntes das civilizações anteriores asiática e africana setentrional, nenhum acontecimento ou conjunto de acontecimentos históricos foi mais investigado, analisado e descrito que o do descobrimento dos mundos novos, sob todos os complexos aspectos geográficos, antropológicos, etnográficos, políticos, sociais e economicos. Só pelo que respeita ao Brasil, o ilustre bibliófilo brasileiro, sr. José Carlos Rodrigues, reuniu uma biblioteca composta

de 2646 numeros (1), abrangendo o periodo colonial, a que há a acrescentar mais cêrca de 12000 trabalhos de tôda a espécie, relativos ao século da Independência: colecção preciosissima, hoje incorporada no património opulento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Êste trabalho aglomerado em quatro séculos, que denuncía o afan incançável do espírito humano em narrar, esclarecer, explicar, comentar o maior empreendimento da civilização europeia, continúa o seu itinerário em busca da verdade, e cada geração de historiadores passa à geração que lhe sucede o facho aceso com que sonda as remanescentes penumbras da história e do universo. Uma vida inteira não bastaria para o conhecimento integral dêsse imenso espólio histórico, cujo inventário sucinto requereria volumes. Todavia, a tarefa colossal, à medida que se amplia em número de trabalhos, progressivamente adquire um espírito sintético. Cada grupo de investigadores depura e resume a obra dos antecessores e acontece que longuissimas narrativas, amplissimas exposições de teses históricas, sobrevivem apenas na expressão, por assim dizer algébrica, da sua síntese. A obra dos historiógrafos caminha sensivelmente para uma cristalização na obra dos pensadores. As gerações abnegadas vão carreando, através dos séculos, as montanhas de minério de onde os génios extrairão as poálhas de rádio. Documentos foram encontrados pelos investigadores nos esconderijos dos arquivos, desenterrados do sepulcro do olvido, e que vieram substituir ou anular o trabalho laboriosamente condensado em centenares de volumes, fruto de extensos períodos de meditação e de ansiosas pesquisas. Grandes obras, como o *Examen Critique de l'Histoire Geographique du Nouveau Continent,* de Humboldt, cognominado «o novo Aristóteles», começam a oscilar sôbre os monumentais alicerces, e não só deixam margem a controvérsias sôbre pontos capitais de interpretação, como não puderam anular a necessidade, mas apenas simplificá-la e atenuá-la, de um constante manuseamento dos documentos históricos subsidiários e referência incessante aos depoimentos fundamentais numa obra dêste género, que se propõe descer das ideias gerais aos detalhes e narrar com a máxima aproximação da verdade e explicá-lo, em tôda a complexidade, o milagre que consiste em haver querido e podido uma pequena nação, ocupando 91.948 quilómetros quadrados de superfície, com uma população de 1.800.000 habitantes (2), devassar, dominar, povoar, colonizar um território semi-virgem, palmilhado por tribus rarefeitas e erráticas, com uma área que actualmente excede oito milhões e quinhentos mil quilómetros quadrados (3), criando no espaço de três séculos um dos maiores impérios da terra, situado entre os 5º e 10' de Lat. N. e os 33º 45' de Lat. S., transfundindo-lhe a língua, a religião e as instituições jurídicas, insuflando-lhe uma consciência de nacionalidade, construindo, finalmente, desde os alicerces etnográficos até à cumiada espiritual, uma nação, em um quinto do tempo que fôra preciso para organizar, com a fusão dos elementos peninsulares e as civilizações fenícia, romana e árabe medieval, a minúscula nação *mater,* a «. . . *pequena casa lusitana*» que só no século XIII terminára com a conquista do Algarve a construção do *habitat* europeu (4).

....

(1) — *Bibliotheca Brasiliense,* Catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos, pertencentes a J. C. Rodrigues. Rio de Janeiro, 1907.

(2) — O Infante D. Pedro, pronunciando-se, em conselho presidido pelo rei, contra a expedição a Tanger, em 1437, dizia: «*Mas, posto caso que passasseis e tomasseis Tanger, Alcacer, Arzilla, queria, Senhor, saber, que lhe farieis, porque povoar dellas um regno tam despovoado e tam minguado de gente, como é este vosso, he impossivel*». Rui de Pina, *Chronica de D. Duarte,* cap. 19.

Vide sobre demografia portuguesa dos séculos XV e XVI, *O Povo Portuguez,* por Bento Carqueja; *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV,* por A. de Sousa Silva Costa Lobo; *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV,* por Gama Barros.

(3) — A Comissão da Carta Geral calculou em 8.525.054 K.2 a superfície do Brasil, incluindo a região adquirida do Acre (152.000 quilómetros, pela subtracção dos 39.000 cedidos ao Perú). Este cálculo planimétrico sofreu, porém, graves contestações, como a do padre Aug. Padtberg *(Estudo Critico e Calculo Planimetrico das Areas do Brasil e seus Estados* — Porto Alegre, 1907), que a fixou em 8.550.000 K.2. O Barão Homem de Melo, no *Atlas,* calcula-a em 8.061.260 K.2. A estimativa de Humboldt — muito anterior à incorporação do Acre — é de pouco mais de 7.950.000 K.2. Finalmente, o professor H. Morize, procedendo a novos e laboriosos cálculos, e incluindo nêles as ilhas, estuário do Amazonas, baías e lagôas, avaliou em 8.522.000 K.2 a área do território do Brasil. De qualquer modo, o império fundado pelos portugueses na América representa uma área aproximadamente igual a 1/15 da parte sólida do planeta, e constitue, sem solução de continuidade, a terceira das grandes nações do universo, logo depois da Rússia europeia e asiática (parcelada pela última grande guerra) e da China. A área dos Estados-Unidos só lhe é superior somada à do território do Alaska. Quanto ao Império Británico, apresenta-se-nos como um imenso aglomerado de domínios dispersos nos cinco continentes.

Qualquer dos Estados do Amazonas (1.897.000 K.2), de Matto Grosso (1.374.000 K.2) e do Pará (1.149.000 K.2) é *maior do que qualquer das restantes nações da América do Sul*, exceptuada a Argentina, cuja área total corresponde a 1/3 da superfície do Brasil.

A máxima extensão vertical do território brasileiro, desde as nascentes do Cotingo ao rio Chuy, aproxima-se de 4.300 quilómetros, sensivelmente igual à da sua máxima extensão horizontal.

(4) — «*Um autor allemão que escreveu sobre o Brasil, ha uns cincoenta annos, um trabalho historico dos mais notaveis emittiu acerca da extensão não imprevista, mas espantosa, alcançada pelo imperio portuguez na America, uma observação verdadeira, a saber, que essa conquista e a colonisação consequente foram a obra de um só povo, sem auxilio nem soccorro de estrangeiro . . . Nos Estados-Unidos foram populações de origens diversas que contribuiram para o desenvolvimento geral. Temos assim os hollandeses de Nova York, os hespanhoes da Florida e da California, os franceses de toda a Luiziania. A marcha em direcção ao Oeste só começou quando Napoleão, desprovido de recursos para bater a supremacia*

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DAS RELAÇÕES DE PROPORÇÃO ENTRE AS ÁREAS TERRITORIAIS DE PORTUGAL E DO BRASIL

Escala_1:30.000.000

Se o mistério da geração das espécies permanece como o sumo prodígio de que a biologia mal devassou a incógnita, êste outro grande prodígio da geração de uma nacionalidade é dos fenómenos mais surpreendentes da História. Certamente, êste empreendimento, realizado no continente americano, não é senão a repetição, a milenários de distância, de outras emprêsas idênticas operadas na Ásia, na África setentrional e na Europa. Os processos, limitados às capacidades físicas, mentais e morais da espécie humana, não variaram senão nas condições em que houveram de aplicar-se. Mas o que torna verdadeiramente emocionante a colonização europeia da América é a mudança de uma civilização avançada para um continente que permanecia, à data dêsse encontro assombroso, num estádio primitivo da evolução humana, habitado por povos atrazados em dezenas de milhares de anos das civilizações asiática e europeia e que, excepção, talvez, das raças presumivelmente transmigradas do Ocidente e localizadas na América Central e Ocidental, num isolamento insular, como as dos Incas e Aztecas, apresentavam nos costumes, na mentalidade rudimentar e na amoralidade os sindromas das éras pre-históricas da Europa. A América antártica era um dos paraísos sobreviventes do planeta, onde os homens vagueavam pelas clareiras das florestas, taciturnos, inocentes, nus e terriveis como as féras, entre as aves cantoras e os reptis venenosos, na adolescência da sua realeza. O europeu, herdeiro da imponente e idealista civilização mediterrânea, que já criára a religião, a moral, a lei, o estado e a arte, e já descobríra a imprensa e já sistematizára as sciências e já concebia a mais transcendente modalidade da liberdade, expressa no movimento da Reforma, encontrava-se, subitamente, perante os representantes vivos, seus contemporâneos, da selvajaria multimilenar em que tinham vivido os antepassados nas épocas remotas de que não restavam senão vestígios paleontológicos—pois as próprias irrupções dos bárbaros na Europa Central, que acabaram por submergir a decadência ainda majestosa do Império Romano, acusavam um grau de evolução incomparávelmente superior ao dos habitantes da América antártica cisândina, que não haviam atingido o conhecimento dos metais e permaneciam no período arcaico da pedra lascada e polida, se bem que utilizando-se do barro para a confecção dos utensílios domésticos e revelando na navegação dos estuários, deltas e litorais, conhecimentos que chegou a supor-se adquiridos pelo contacto com raças transatlânticas.

O extraordinário, neste drama da História universal, é o defrontar do homem da Renascença com o espécimen do homem pre-histórico da América; o encontro da nobreza europeia, oriunda da cavalgada mística das Cruzadas, com o antropófago; do homem vestido de brocados flamengos e veludos genoveses com o homem nu da idade lítica; da caravela artilhada com a piroga; do guerreiro armado da espada e do arcabuz com o aborígene nómada, que o defrontava com o arco flexivel e as aceradas

maritima da Inglaterra, tendo o poderio naval da França sido aniquilado em Trafalgar, entendeu dever negociar com Jefferson a alienação do imperio banhado pelo Mississipi. Se a Luiziania tivesse sido conservada como patrimonio e o Canadá houvesse podido não se tornar inglez, a França ficaria sendo a potencia dominadora na America do Norte...» A CONQUISTA DO BRASIL, conferencia realisada na Sociedade de Geographia de Bruxellas pelo Dr. M. de Oliveira Lima. Edição do *Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. 1913. A pag. 8 e 9.* A obra alemã a que se refere Oliveira Lima é a *Geschichte von Brasilian*, de Heinrich Handelmann. Berlim, 1860.

flechas; dos homens que haviam começado a edificar os Jerónimos com o exemplar fóssil, habitante das selvas tropicais. O maravilhoso é a implantação do homem civilizado, do homem que tinha uma legislação, uma poesia e uma arte, nos abismos vegetais das florestas asfixiantes, entre os seus ferozes irmãos primitivos, obrigado a transportar para o paraíso inóspito, ressoante de rugidos, de sílvos e de cantos, a cruz pesada da civilização. Emocionantissimo espectáculo é êsse a que pudemos, por assim dizer, assistir, da transfusão de uma civilização multimilenária, que já produzira os poemas de Homero, de Vergílio e de Dante, a filosofia de Platão, a sciência de Pythágoras, Ptolomeu e Euclides, a arte de Phídias, de Fra-Angélico, de Botticcelli, de Nuno Gonçalves, de Miguel Angelo e de Leonardo de Vinci, a eloqüência de Demósthenes, de Cicero e de Santo Agostinho, a arquitectura do Parthénon, do Forum e das catedrais bizantina, románica e gótica, numa selva gigantesca, povoada por um homem infantilmente terrivel, que ainda devorava os seus semelhantes e conservava o casto impudor sexual do anjo e do tigre.

No conflito inevitável entre os representantes da civilização ariana e as errantes populações autóctones da América, produziram-se, com muito menores intensidade e duração, os choques a que a Europa servira de teatro, durante dezenas de séculos até à gradual suplantação do bárbaro renitente pela raça evoluida, da fôrça animal pela energia disciplinada, do imigrante nómada pelo agricultor sedentário, e a conversão das fôrças dinâmicas que animavam a espécie na fórma estática da sua organização social. A história da civilização inicial da América é uma repetição atenuada do drama preliminar e tumultuoso da civilização europeia. O estrondoso conflito das raças, a que serviu de teatro a Europa, apresenta-se-nos incomparávelmente mais violento e demorado: uma como enorme ampliação do breve conflito americano, que se resume em pouco mais de dois séculos de oposição do civilizado dominador ao selvagem recalcitrante, que reage contra o intruso com as energias ferozes da sua combatividade nativa, aliando-se às fôrças vegetais e animais da natureza contra o europeu, impondo-lhe a necessidade simultânea de derrubar as florestas com o fogo e o machado, abater as feras agressivas e domesticar o seu irmão hostil.

Nada nos parece mais ocioso do que discutir o processo estrutural dessa colonização, que assume o aspecto de uma invasão à mão armada, porquanto na história do mundo o homem nunca pôde aplicar à sua evolução outro processo, que não o da lei biológica da selecção pela luta, prolongado até aos nossos tempos e actualizado na maior guerra da História, travada entre os povos que caminham na vanguarda da civilização e que repetiram os choques temerosos do estrondeante conflito bélico do mundo antigo, prolongado na quási incessante batalha da Idade Média: turbilhão de animalidade e de espiritualismo, em que pareceram reproduzir-se na espécie as convulsões plutónicas.

É um fragmento dêsse empreendimento formidável da projecção ultramarina da civilização continental europeia, ou da fundação da nova Europa americana, que esta obra pretende narrar à luz dos documentos, que são os vestígios do passado.

A história da criação do Brasil nunca poderá deixar de interessar no mesmo grau a Portugueses e Brasileiros, pois se a estes pertence de direito e de facto a propriedade da grandiosa nacionalidade constituída, a obra de gestação é portuguesa e nela se perpetúa a glória do ciclo épico das navegações e dos périplos lusitanos e as imponentes capacidades colonizadoras de uma raça (5). Bastaria a prodigiosa realidade de haver o pequeno Portugal descoberto, explorado, povoado, defendido e organizado na América austral uma das maiores nações do mundo e tê-la legado aos descendentes dos povoadores intacta em seus amplíssimos limites, disputada pelo preço do sangue às cobiças francesa, castelhana, batava e inglesa, para que a minúscula nação dos lusos fôsse de direito admitida no grémio glorioso das nacionalidades que o destino predestinou para serem, em uma hora sublime da sua existência, as guias e porta-estandartes da civilização. Outros e muitos títulos a impõem como uma daquelas nações que mais concorreram para o descobrimento das vastas regiões ignotas do planeta, para o avanço impávido do homem pelos oceanos, e, conseqùentemente, para as metamorfoses operadas nas condições morais, mentais e económicas da humanidade com o advento da Renascença.

---

(5) — «*A maior surpresa de quem estuda a historia do Brasil deve ser como o pequeno povo portuguez, distrahido, aliás, por interesses maiores nas Indias, conseguiu, contra franceses, flamengos, inglezes e hespanhoes, manter por tres seculos a continuidade da posse e a unidade territorial de um dominio extendido por 39 graus de latitude e outros tantos de longitude, grande de oito milhões de kilometros quadrados e exposto em oito mil kilometros de costas ás invasões maritimas! A Hespanha não o soube e não o pôde, com o seu imperio colonial, quebrado e repartido na duzia e meia de nações que d'elle resultaram. Nem o caso dos Estados-Unidos, hoje tão extensos como nós, é ao nosso comparavel: cresceram por justaposição de compra e de conquista. As trese colonias inglezas da independencia sommavam menos de um terço de todo o territorio actual. A Luiziania, a California, o Oregón, a Alaska, o Novo Mexico, o Texas vieram depois. Nós fomos assim, desde 1500, achados, possuidos, principalmente conservados, como somos, pelos portugueses*». *O ENSINO DA LINGUA NAS ESCOLAS PRIMARIAS*, conferência pedagógica de Afránio Peixoto, da série promovida pelos inspectores escolares do Distrito Federal, realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em Setembro de 1919

Introdução

No estado actual da profusa civilização humana parece impossível atribuir às mais fortes nações modernas possibilidades de executarem missões tamanhas, sob o ponto de vista da importância universal, como as distribuídas pelo destino ao povo português nos séculos XV e XVI.

A ufania dessa glória não pode ser monopólio do ramo europeu da grande família étnica, scindida pela longínqua emprêsa que foi chamada a desempenhar no outro hemisfério do orbe. Menos de um século transcorrido para além do primeiro contacto dos marinheiros da esquadra de Pedro Álvares Cabral com os tupiniquins (que Vaz de Caminha pintou com as côres de um Fra-Angélico na carta ao soberano, tal qual debuxasse para um Livro de Horas a iluminura do Eden), já os guerreiros nus do valente e lealíssimo Ararigboya, mandado armar cavaleiro de Cristo pelo místico D. Sebastião, e os primeiros brasileiros nascidos nos lares portugueses, como o heroico Jorge de Albuquerque, ou das uniões do branco e da aborígene, como as descendências mamelucas de João Ramalho e do Caramurú, cooperavam na obra ingente dos colonizadores, e de tal modo se entrelaçaram e confundiram no arrostar das mesmas vicissitudes, no afrontar dos mesmos perigos e na participação das mesmas lutas, que se torna difícil, através do ciclo das expedições sertanejas, não menos épico que o das expedições marítimas, distinguir o Português do Brasileiro no heterogéneo elenco das hostes heroicas das *bandeiras* (6).

Com igual motivo podem os habitantes de Portugal e do Brasil honrar-se com os grandes feitos de seus maiores. Aceitar as mercês do passado não obriga a resgatá-las no futuro com uma parcela sequer de diminuição na ciosa e inconteste soberania. Brancos, aborígenes e mestiços derramaram e confundiram o sangue na mesma obra grandiosa, a que serviram de teatro os litorais e as selvas, até aos remotos platós centrais e aos contrafortes da cordilheira andina, em frente de cujas escarpas temerosas esbarraram, afinal, ofegantes da marcha portentosa, os conquistadores do *hinterland* brasileiro.

Comuns a ambos os povos soberanos são êsses antepassados, desafiadores de mistérios, herois da história trágico-marítima, que passam, nos anais do mundo, por entre os bulcões, as vagas revoltas, as tempestades e ciclónes do *mare tenebrosum*, afrontando as catástrofes, a caminho dos ignotos mundos, sob o pálio celeste recamado de novas constelações. Antepassados comuns, no mesmo grau de parentesco, êles o são de ambos os povos, enquanto a linhagem se entroncar na ascendência lusa, muito embora enxertada de cruzamentos, a que não puderam eximir-se os povos de mais alta estirpe, como o romano, que acabou sendo um conglomerado de raças heteróclitas.

O aborígene não possuía a noção de pátria. Estacionava muito áquem da fase de evolução social em que as tribus erráticas e inimigas, fundindo-se e fixando-se, conceberam a ideia complementar de nação. Seria grosseiro êrro imaginar-se que o ideal de independência se deflagrou nas colónias da América pela contaminação do rebelde nativismo indígena. Foram os próprios colonos, os mesmos filhos e netos dos puritanos ingleses, dos aventureiros espanhois e dos imigrados portugueses que, sob o império das conveniências, sobretudo de ordem económica, atearam as ideias de libertação, ao depois enobrecidas pelo patriciado intelectual e por êle guiadas para o desfecho da emancipação política. Foi com a progénie europeia que as grandes nações da América criaram a sua civilização, e ainda hoje, volvidos quatro séculos, elas não puderam associar em grande escala os aborígenes sobreviventes à obra civilizadora, de origem e de substância europeia (6 A).

S Portugueses que, na aurora do século XVI, agregaram ao património territorial da pequena metrópole peninsular as regiões imensas da América austral, situadas na área demarcada pelo Tratado de Tordesilhas—depois ampliada desmesuradamente pela conquista—eram um povo animado pelo mais fecundo e concentrado nacionalismo. Ainda não evoluíra para o universalismo romano, prolongado pela Igreja no domínio teocrático. A história de Portugal, no ciclo de quatro séculos, que se desdobra até à dominação filipina, divide-se em dois períodos distintos. No primeiro, a nação é criada, defendida e fortalecida por um sentimento

TRANSFUSÃO DO NACIONALISMO PORTUGUÊS

....

(6) — «*Os portugueses, misturando-se com os indios, produziram uma raça igualmente valente e fundamentalmente empreendedora, á qual é sobretudo devida a conquista do interior do Brasil... O Brasil é, pois, a obra nacional—geographica tanto quanto politica—dos seus proprios filhos. Isto nos constitue uma tradição no passado e nos representa uma garantia para o futuro*». *O BRASIL E OS ESTRANGEIROS*, conferência de M. de Oliveira Lima na Sociedade de Geografia de Antuérpia. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1913. A pag. 3.

(6 A) — «*A America tem nas veias o sangue, a intelligencia e a riqueza dos seus antepassados, que não são os apaches, os guaranys ou os africanos, masos inglezes e os iberos, os saxonios e os latinos cuja substancia vivente, cujas tradições, cujas ideas, cujos capitaes nos geraram, nos crearam, nos educaram, nos opulentaram, até sermos o que hoje somos*». Rui Barbosa, *Problemas de Direito Internacional*. Conferência realizada na Faculdade de Direito de Buenos-Aires, 1916.

— «*Esta festa de diplomacia da America não pode terminar sem que formulemos os nossos votos á Europa, que nos educou e de onde somos originarios...*» Nilo Peçanha, *Discurso proferido no banquete realisado no Circulo Inter-Alliado, de Paris, offerecido pelo sr. Embaixador do Brasil, Gastão da Cunha, ao Corpo Diplomatico Americano*. 12 de Outubro de 1920.

nacionalista de genuína concepção germânica, em oposição ao universalismo da decadência romana, revivido nos grandiosos projectos de Carlos Magno. E' êsse sentimento nacionalista, concentrado no solo pátrio, que traça os delineamentos medievais do mapa político europeu; e mostra-se tam robusto que, no ano de 1232, quando o mais poderoso dos papas obtem do rei de Inglaterra a ordem de prisão contra Hubert de Burgh, *inimigo obstinado da hegemonia de Roma, o soberano não encontra no reino* um ferreiro inglês que se preste a forjar as algêmas do patriota prisioneiro. Ameaçado de sofrer a tortura, o ferreiro, a quem fôra ordenada a tarefa infamante, manda dizer, altivamente, ao monarca: «Antes morrer do que algemar o homem que defendeu a Inglaterra contra o estrangeiro!» Até ao delírio asiático, Portugal foi todo êle como o ferreiro inglês. Os seus reis lutaram contra os pontífices na defesa da soberania do Estado e conservaram-se, sem receio às excomunhões, os mais intransigentes e militantes apóstolos do *amor soli natalis*. A decadência portuguesa resultou, como a de Roma, da tendência para universalizar-se. «*A história ensina-nos que os únicos povos que realizaram grandes cousas foram aqueles que contiveram os seus esforços dentro dos limites em que é possível desenvolverem e fixarem a sua particularidade nacional.*» Este aforismo de Chamberlain (7) explica a formação da nacionalidade portuguesa, a solidez dos seus alicerces, a crise por que ela passou no século XVI, precisamente quanto atingíra o auge do esplendor, e, por último, elucida o fenómeno assombrador de que resultou a criação do *imperium* do Brasil. Na América, os Portugueses aplicaram com o máximo potencial de energia o seu *nacionalismo*, defendendo o território da penetração estrangeira e realizando uma obra imperecivelmente portuguesa (7 A). Repetiram no Brasil o que haviam realizado em Portugal e conseguiram por esse *processus* fundar a única grande nacionalidade inter-tropical de projecção europeia.

É êste fenómeno que Robert Southey observa e glorifica na sua *History of Brasil*, quando analisa as causas do insucesso da Holanda: «*A peleja ambiciosa que os holandeses sustentaram por tantos anos, com tal desumanidade e tal dispêndio de tesouro e sangue, não produziu outro benefício que o de provar, como um aviso às demais Potências, quam impossível é efectuar uma conquista permanente do Brasil. Povo de tam afincado nacionalismo como o português, em país como êsse, é invencível por qualquer fôrça humana.*»

Se não fôra a transplantação do nacionalismo tradicional português, o Brasil não existiria (7 B) No imenso espaço do globo em que se edificou uma nacionalidade, veriamos um grupo de domínios coloniais: no Rio de Janeiro, a França Antártica; no centro, a Nova Holanda; no norte, a França Equinócial, e, presumivelmente, mais uma colónia inglesa, abrangendo o território compreendido entre o Amazonas e o Essequibo, que em 1627 o rei de Inglaterra concedia a uma companhia, em cuja cabeça figuravam os nomes magníficos do Duque de Buckingham e do Conde de Pembroke. Nenhuma destas nações, como se prova com o exemplo exuberante da História, teria derivado para os domínios americanos a seiva do seu nacionalismo, concentrado nas metrópoles. Contemplariamos actualmente na América os processos tradicionais da colonização francesa, holandesa e inglesa, aplicados como em Madagascar, em Java, nas Guyanas e na África equatorial. O exemplo dos Estados-Unidos não pode alterar a verosimilhança desta previsão, pois que êles constituem um caso *sui generis* de colonização religiosa, política e comercial, empreendida simultâneamente por povos de diversas origens e nacionalidades. A Índia e o Egipto, com as suas civilizações antiqüíssimas, não puderam, até hoje, tornar-se independentes da tutela britânica, que as rege com um poder simultâneamente liberal e inflexível. ¿Como haveriam de originar-se num país quási êrmo, sem passado histórico, por cujo âmbito gigantesco vagueavam tribus no estado selvagem, os estímulos de rebelião e uma consciência de nacionalidade?

---

(7) — H. S. Chamberlain, *La Génèse du XIXme. Siècle*, a pág. 911.

(7 A) — «*O Brasil e os Lusiadas são as duas grandes obras de Portugal*». Joaquim Nabuco, *O lugar de Camões na litteratura*, conferência realizada na Universidade de Yale, aos 14 de Maio de 1908.

(7 B) — . . . «*O espirito nacional desenvolveu-se, lá* (em Portugal) *como aqui, dês dos seus primeiros dias. As colonisações na costa, pequenas e separadas por longas distancias, apprenderam, para logo, como por instincto, a ajudar-se umas ás outras. O espirito original era naturalmente o espirito portuguez, o qual nunca se afastara da fidelidade ao Rei; mas a distancia e o desamparo aos seus proprios recursos, geraram em todas as colonias, entregues a si mesmas, um sentimento de nacionalismo á parte, que se revelou nos tempos coloniaes . . .*

«*Dês de muito cedo as colonias, de seu proprio alvedrio e inspiração, por assim dizer, prestaram assistencia ás mais distantes por occasião das invasões . . . Uniram-se ellas para repellir os Franceses, alliados com os Indios locaes, os Tamoyos, e de 1565 a 1571 destruiram o germen da França Antartica, de Nicolau Durand e de Villegaignon. Do mesmo modo o povo de Pernambuco, em 1615, sob Jeronymo de Albuquerque, irá ao Maranhão para destruir a nascente França Equinoxial do Senhor de La Raverdière. Que grande e incessante esforço os d'esses Colonisadores para ficarem com o paiz para si! Em 1616, elles fundam, partindo do Maranhão, a cidade do Pará, e em seguida rechassam os Hollandeses, tomando-lhes os fortes á esquerda do Amazonas, em 1625, e o dos Inglezes á direita, entre esse anno e 1629*». Joaquim Nabuco, *O Espirito de Nacionalidade na Historia do Brasil*, conferência realizada no *Spanish Club* da Universidade de Yale, aos 15 de Maio de 1908.

Introdução

OS DESCOBRIMENTOS CONSIDERADOS COMO EMPREENDIMENTO OFICIAL

EDICANDO-SE êste trabalho de reconstituição a narrar os trâmites da obra portuguesa no Brasil e a patentear o processo que presidiu à geração de uma das nacionalidades mais profundamente animadas da consciência dos seus destinos, tem de descerrar-se inicialmente o pano scénico para a heroica representação do prólogo marítimo do imponente drama histórico, desenrolado através de três séculos integrais e um fragmento de vinte e dois anos do século XIX.

As navegações portuguesas, de que os descobrimentos das Antilhas e do Brasil constituem dois dos maiores episódios, teem sido geralmente encaradas *como o depoimento da audácia* heroica da raça e narradas por fórma a passarem, ante a imaginação das maiorias, como uma prodigiosa e audaz aventura. Porém, não é verdade. Êsse testemunho de heroísmo nada possui do que possa confundir-se com uma aventura, na acepção vulgar da palavra. Os descobrimentos resultaram de um plano nacional, a que presidiram concepções geográficas arrojadas, desenvolvidas por um trabalho scientífico de grande envergadura. Não há dúvida de que a sedução céltica pelas audazes emprêsas, o misticismo peculiar da raça, que freqùentemente a impeliu para além das suas possibilidades e conveniências e a lançou em empreendimentos que lhe exauriram o vigor, transmitiu à tarefa gigantesca êsse *quid* aventureiro, que dá um sabor de romance de cavalaria às navegações ilimitadas, à ambição exorbitante de avassalar o mundo, de fundar impérios quási lendários à fôrça de longínquos, cuja conservação custava anualmente o preço pesado de uma guerra. Já Colombo, na carta escrita aos Reis Católicos, por ocasião da 3.ª viagem, os estimulava com êste elogio trágico ao valor português: ...«*Ni decir del presente de los Reys de Portugal, que tuvieron corazon para sostener a Guinea y del descobrir della, y que gastaron oro y gente á tanta, que quien contasse toda la del reino se hallaria que otra tanta como la mitad son muerto en la Guinea, y todavia la continuaron.*»

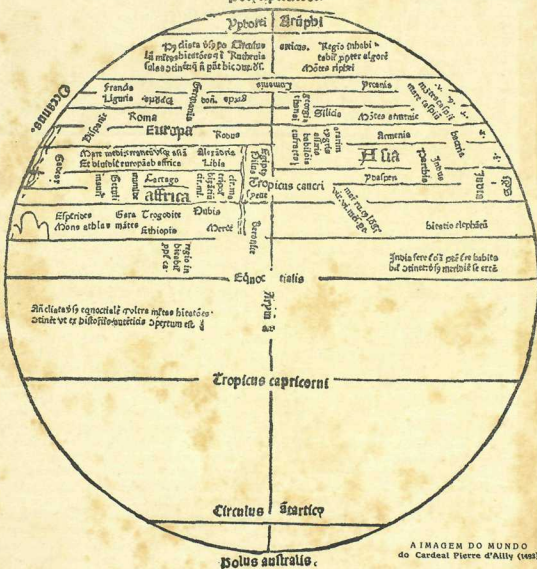
NAU DO SÉCULO XV
(GRAVURA EM MADEIRA DO TEMPO)

Quando Colombo escrevia, não principiára ainda a funcionar o matadouro da Ásia, consumidor insaciável de vidas; não tivéra início a tragédia da Índia, que actuou com os filtros orientais sôbre a raça austera, lançando-a ao desvario e à perdição. O nardo e o incenso asiáticos não haviam perturbado até à embriaguez o povo forte e sisudo, morigerado e estoico. Êle era ainda aquele rude e sublime povo que Nuno Gonçalves representou nas tábuas do políptico imortal, com os guerreiros, os doutores, os cronistas, os prelados e os pescadores, «*envoltos nas redes como em mantos reaes*». Êsse povo, dedicado ao serviço da Pátria como o romano da grande éra, conservára da lição e do contacto de Roma o instinto prático e harmonizára-o com o seu poético misticismo. O Infante D. Henrique, um dos maiores príncipes da Cristandade, tem a brônzea têmpera de um romano e a sua tradicional tolerância utilitária. O grão-mestre da Ordem de Cristo recorre à sciência dos árabes e judeus para o estudo dos mistérios da natureza; e o plano que êle amadurece em longas e doutas vigílias não é uma aventura, mas uma tarefa de estadista e de sábio. Como Ulysses, que manda que o amarrem ao mastro da triréme para não sucumbir às seduções das sereias, o Infante encadeia o coração ao interêsse da Pátria, para resistir às tentações da piedade. No Promontório Sacro, como a própria imagem do dever, aponta o mar e os espaços ignotos aos nautas. A ordem é avançar, avançar sempre, prôa ao mistério, ao encontro das regiões que a sciência antiga de Estrabão, Hipparco e Plínio dizia inabitaveis (onde os raios solares carbonizavam os sêres vivos!), por sôbre os fundos pélagos, abrindo caminho pelas aguas plúmbeas,

agitadas por uma cólera perpétua e povoadas de monstros aquáticos. Cada um daqueles descobridores de mundos, manejados pelo génio implacável que entrevia a realidade, precisava de ter, como o primeiro mareante cantado na ode horaciana, o coração envolto numa tríplice ligadura de bronze, para não estalar de terror . . .

Illi robur et æs triplex
Circa pectus erat, qui fragilem truci
Commisit pelago ratem
Primus. . . . .

A SCIÊNCIA ORIENTADORA DAS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS

A imponente história dos descobrimentos portugueses continuará ininteligível enquanto não fôr integrada na cultura universitária do *quadrívio*, colocando os sábios no primeiro plano, ao lado dos heróis. Até à hora sublime em que o Infante consultou os astrónomos, os cartógrafos e os pilotos, a cosmografia medieval apenas conhecêra e suspeitára a metade do planeta, reproduzindo nos mapa-mun-

A IMAGEM DO MUNDO
do Cardeal Pierre d'Ailly (1483)

PAINEL DO INFANTE

DE NUNO GONÇALVES

Tratado da sphera com a Theorica do Sol e da Lua. E ho primeiro liuro da Geographia de Claudio Ptolomeo Alexãdrino. Tirados nouamente de Latim em lingoagem pello Doutor Pero Nunez Cosmographo del Rey dõ João ho terceyro deste nome nosso Senhor. E acrecẽtados de muitas annotações e figuras per que mays facilmente se podem entender.

¶ Item dous tratados q̃ o mesmo Doutor fez sobre a carta de marear. Em os quaes se decrarão todas as principaes duuidas da nauegação. Cõ as tauoas do mouimento do sol: e sua declinação. E o Regimẽto da altura assi ao meyo dia: como nos outros tempos.

COM PREVILEGIO REAL.

Rosto do TRATADO DA SPHERA composto pelo matemático Pedro Nunes, edição quinhentista

dos os conhecimentos geográficos herdados dos árabes e dos gregos. Na flora simbólica dos ventos, a rosa de Timósthenes e de Vitrúvio passa a ter, com as descobertas portuguesas, as trinta e duas pétalas em que se dividiu a circunferência do horizonte. Foi em Portugal, na opinião insuspeita de Azuni, que se fixaram os princípios e as leis segundo os quais os navios puderam orientar-se em todas as direcções da rosa dos ventos, com o auxílio da agulha magnética. Foi em Portugal que se prepararam os germens dos mundos novos e os primeiros esboços dos futuros planisférios. Fra Mauro é o antepassado do cartógrafo português que predefine no pergaminho encomendado pelo embaixador de Ferrara o continente americano, desenrolando-o através da teia de azímutes que cobre o espaço oceânico e onde o Brasil embrionário ostenta a legenda pictural dos papagaios policromos e das florestas estilizadas pelo *iluminator*. Dilatando o mundo, criando novas condições sociais para a humanidade, concorrendo para a meta-

PAINEL DO INFANTE

O retrato que, neste painel, desde logo se nos impõe, é o do Infante D. Henrique. Estes paineis foram, com efeito, pintados em sua honra e é o Infante quem domina no conjunto da obra, bastando para isso considerar o lugar tão excepcional que nela ocupam os seus amigos e escudeiros, e convertendo-se assim estes paineis na verdadeira apoteóse de D. Henrique, visto que a sua Vila naval de Sagres é hoje uma ossada destroçada e visto também que nos «LUSIADAS» a figura central é a do Gama. Com o retrato do Infante, aqui pintado do natural, como todos os mais retratos, (à excepção do da rainha D. Isabel, de quem D. Afonso V era já viuvo, sentindo-se que diante do manequim o génio do pintor arrefeceu), surge o Ciclo das Navegações portuguesas. Ei-lo, pois, aí, o Sábio e o Herói que sonhou e realizou todo o imenso, certo e reflectido sonho dos Descobrimentos, fazendo meter às ondas as primeiras naus que romperam a treva oceânica — e eram comandadas pelos homens que ao fundo do painel se aprumam em tam nobre e simples postura. Ricos donatários, senhores de comendas, — vestem os seus capotes de bordo, sem uma insígnia ou uma joia. D. Afonso V ajoelha diante do Santo, que lhe está mostrando o Evangelho de S. João. Grande intelectual, artista, pródigo com pintores e cronistas, D. Afonso V aparece-nos com a gentileza dum moço cavaleiro da Távola-Redonda, a quem o sol africano tostára o rosto. Entre el-rei seu pai e o Infante, um donzel que virá a ser o *Homem*, na opinião de Isabel a Católica: — D. João II. Á direita do Santo, a figura feminina poderá ser a Duquesa de Coimbra, viuva do Infante D. Pedro, ou, segundo uma interessante identificação proposta, a Rainha Santa Isabel.

AFONSO LOPES VIEIRA

morfóse das concepções astronómicas e geográficas, conquistando os mares como Roma conquistára a terra, Portugal é, nos séculos XV e XVI, um dos luminares da sciência. Lisboa aparece-nos como uma nova Alexandria. Desde 1431, que o Infante instituíra na Universidade de Lisboa os cursos de aritmética, geometria e astronomia. D. Duarte consagrára dois capítulos do *Leal Conselheiro* ao cálculo da hora pela estrela polar. Os sábios portugueses regem cadeiras em Bolonha, Luvânia, Salamanca, Bordeus e Montpellier. Sessenta anos antes da Alemanha, Portugal funda uma Universidade. Antes de Paris, Lisboa tem prelos onde se imprimem os incunábulos. É essa alta sciência que prepara a epopeia. É essa escola de nautas que realizará o milagre de transformar o humilde tecelão genovês no descobridor da América.

A preocupação de não submeter ao mesmo ritmo a História dos descobrimentos nos dois hemisférios e de ramificar a viagem milagrosa de Colombo à Guanahani, nas explorações do Atlântico ocidental, tem colocado a quási totalidade dos historiadores sob o império de avassaladores preconceitos, impedindo-os, até hoje, de harmonizar a verosimilhança com a versão histórica do descobrimento das Antilhas e do Brasil. Todavia, já na dedicatória do *Tratado em defensam da Carta de marear* ao Infante D. Luís, seu discípulo, o matemático Pedro Nunes, um dos grandes doutores do sapiente século XVI, traçava os amplíssimos limites da obra gloriosa dos navegadores portugueses: «*nam ha duuida que as navegações d'este reyno de cem ãnos a esta parte são as mayores: mais marauilhosas: de mais altas e mais discretas conjeyturas, que as de nẽhuma outra gente do mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por elle sem nẽhum receio. Descobriram nouas ylhas, nouas terras, nouos mares, nouos povos; e, o que mais he: nouo ceu e nouas estrellas. E perderam-lhe tanto o medo, que: nem a grande quentura da torrada zona, nem o descompassado frio da extrema parte do sul com que os antigos escriptores nos ameaçavam, lhes poude estoruar; que, perdendo a estrella do norte e tornando-a a cobrar: descobrindo e passando o temeroso Cabo da Boa Esperança, o mar da Ethyopia, de Arabia, de Persia, puderam chegar á India. Passaram o rio Ganges tam nomeado, a grande Taprobana, e as ylhas mais orientais. Tirarã-nos muitas ignorancias e amostraram-nos ser a terra mór que o mar e hauer hi Antipodas, que até os Santos duvidauam; e que não ha regiam que nem per quente nem per fria se deixe de habitar. E que em hum mesmo clima e igual distancia da equinocial, ha homens brancos e pretos e de muy differentes calidades. E fezeram o mar tam cham que nam ha quem hoje ouse diser que achasse novamente alguma pequena ylha, algus baxos, ou sequer algum penedo, que per nossas navegações nam seja já descoberto.*»

¶ Tratado que ho doutor Pero
nunez Cosmographo del Rey nosso senhor fez
em defensam da carta de marear: cõ o regi
mẽto da altura. Dirigido ao muyto
esclarecido: ⁊ muyto excelen-
te Principe ho Iffante
dom Luys. ⁊c.

✠ ✠
✠

PAINEL DOS PESCADORES

PAINEL DOS CAVALEIROS

DE NUNO GONÇALVES

ENHUM técnico naval, a quem se tenha submetido a apreciação do problema da casualidade ou intencionalidade da arribada de Pedro Álvares Cabral a Vera Cruz, deixou de argumentar semelhantemente ao oficial da armada portuguesa e engenheiro hidrógrafo, Baldaque da Silva, pronunciando-se a favor de uma intencionalidade manifesta (8). No estado actual dos estudos históricos, parece mais do que nunca difícil sustentar a tese esdrúxula da casualidade, tam ardentemente defendida, há setenta anos, pelo poeta Gonçalves Dias (9), e principalmente animada pelas presunções do grande Humboldt (10), que reivindicou para a Alemanha a honra de haver sido a fonte escolar onde os cosmógrafos portugueses aprenderam a aplicar a sciência astronómica às navegações (10 A).

OS PROBLEMAS DA CASUALIDADE E DA INTENCIONALIDADE DO DESCOBRIMENTO DE VERA CRUZ

Em três fases distintas se nos apresenta a versão da casualidade como factor do descobrimento. Á primeira pertence o insuspeito depoimento de Caminha: de S. Vicente até à ancoragem, nenhuma menção de tempestade. A esquadra, depois das diligências para encontrar a nau desgarrada, segue seu caminho até Vera Cruz. A essas porfiadas diligências atribui Antonio Galvão a perda da derrota: «*e indo fóra della toparão signaes de terra por onde o capitão-mór foi em sua busca tantos dias que os da Armada lhe requererão que deixasse aquella porfia, mas ao outro dia virão a costa do Brasil*». É uma versão inverosímil, esta que nos mostra a frota navegando desde as paragens do arquipélago de Cabo Verde até cêrca do litoral da América, à busca de uma nau tresmalhada. Nem Cabral a procuraria fóra da derrota preestabelecida da Índia. A passagem de Galvão presta-se, entretanto, a interpretação muito diversa, que a avizinha da verdade. Sabemos por Vaz de Caminha que os primeiros vestígios de terra só foram assinalados na véspera do descobrimento de Vera Cruz. Se, pois, os da armada requereram ao Capitão-mór que deixasse aquela porfia de *tantos dias* em descobrir a terra, é porque os pilotos viam com inquietação o desvio considerável da nau capitânia e presumivelmente ignoravam as instruções a que obedecia o almirante: o propósito de levar a esquadra até às terras ocidentais.

A VERSÃO DA CASUALIDADE NA HISTÓRIA

....

(8) — *O Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral*, memória de A. Baldaque da Silva, publicada no volume de *Memorias da Commissão Portuguesa da Exposição Colombina*, comemorativa do Centenário do descobrimento da América, e organizado pela Academia Real de Sciências de Lisboa, 1892.

(9) — *Reflexões ácerca da Memoria do illustre senhor Joaquim Norberto de Sousa e Silva*, apresentadas em sessão de 26 de Maio de 1854 do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por A. Gonçalves Dias. A *Memoria* do conselheiro Norberto de Sousa e Silva está publicada no tom. XV da «Revista Trimestral do Instituto» (1852). As *Reflexões* de A. Gonçalves Dias e a *Refutação* do conselheiro Norberto de Sousa e Silva encontram-se no tomo XVIII da mesma Revista (1855).

(10) — *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent*, por A. de Humboldt. Paris, 1836 - 39. *Cosmos*, idem. Paris, 1855 - 59.

(10 A) — «Depuis Humboldt, le fond de la question est resté le même; on prétendait que les tables nautiques portugaises sont basées sur les Ephémérides de Regiomontanus et que les instruments de la marine sont ceux de l'astronomie de Nuremberg... Soutenus par un certain nombre d'auteurs portugais qui, sans avoir étudié ces questions, acceptaient les hypothéses d'Humboldt, les historiens étrangers suivirent la même voie: pour affermir les premières, on en ajouta même une nouvelle en attribuant à Behaim le mérite d'avoir enseigné le calcul des latitudes aux marins portugais. L'histoire ainsi déformée conduisait à la conclusion que les Portugais avaient manqué de ressources astronomiques et avaient eu recours à l'étranger pour résoudre des problèmes qu'ils avaient été les prémiers à poser. Cette thése, se rapportant à l'époque la plus brillante de l'histoire nationale portugaise, nous a paru insoutenable. Nous nous sommes proposé d'approfondir ce problème et de déblayer le chemin aux futurs historiens, en leur procurant quelques solides données à substituer aux hypothéses d'Humboldt et de ceux qui l'ont suivi». — *Histoire de la science nautique portugaise à l'époque des Grandes Découvertes. Collection de documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la République Portugaise*, par Joaquim Bensaude. Munich, Carl Kuhn, 1914. Vol. I, pág. 6.

PAINEIS DOS PESCADORES E DOS CAVALEIROS

O painel dos Pescadores deve representar os fundadores da Companhia de Lagos, organizada pelo Infante, vestidos como se vestem ainda hoje os pescadores portugueses, que neste triptico encontram também os seus ilustres avós, embrulhados nas rêdes — alguem o disse — como num manto real. No painel dos Cavaleiros, a figura do belo velho póde representar um dos sobreviventes de Aljubarrota; serão bravos fronteiros de África, companheiros de armas de el-rei, os outros; e, entre êles, o tostado cavaleiro do capacête, talvez o conde D. Duarte de Meneses, alferes-mór.

Quando em 1914 tive a honra de realizar uma conferência no Museu Nacional de Arte Antiga, a propósito dos quadros de Nuno Gonçalves, concluí com estas palavras: — Nenhum país possui em pintura uma sintese mais nacional, mais poderosa e mais bela do que esta que os paineis de S. Vicente representam para nós. Por uma dessas coincidências que o destino poucas vezes prepara, no momento em que a alma portuguesa, vibrante de unidade, pródiga de esfôrço, isenta de cansaços e de crimes, desabrochava na sua mais alta fioração, um mestre de génio, um retratista dotado com as mais altas qualidades que formam um pintor, fixou-a na sua mais grave, mais simples, mais portuguesa atitude, de modo que nós contemplâmos a mais bela imagem da Pátria quando contemplâmos estas Tábuas Sagradas.

É preciso impor ao espirito nacional estes paineis como uns novos «LUSIADAS», menos deslumbrantes do sol mitológico da Renascença, mas mais próximos por isso do coração palpitante da *Grey;* um evocador e maravilhoso poema composto com figuras humanas, — Avós que nos enchem de orgulho e nos concedem ainda um pouco da sua calma contida e fremente; belos Antepassados que nos olham decerto com tristeza, mas também com alguma daquela esperança heróica com que pela Pátria sofreram e amaram.

AFONSO LOPES VIEIRA

Castanheda, Barros, Damião de Góis, Osório, Gandavo, Lafitau, não atribuem à tempestade nem às correntes a derivação da esquadra para oeste.

Pedro de Maris, nos *Dialogos de varia historia* (Dial. IV, cap. VIII); Rocha Pita, na *Historia da America Portuguesa* (Liv. I, pág. 6); Faria, na *Asia* (Tomo I, parte I, Cap. V); António Caitano de Sousa, na *Historia Genealogica* (Tomo III, Liv. IV, Cap. V), testemunham a tormenta, em que ampliaram o suéste, acompanhado de aguaceiros, de que resultou garrarem as naus já ancoradas, na noite de 23 para 24.

Finalmente, Raynal, na *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes,* (11) insere na história do descobrimento do Brasil e lança em circulação a palavra *acaso* (12).

RETRATO DE RAYNAL
segundo o original da reedição de 1755 (Maestrick) da *Histoire philosophique et du commerce des européens dans les deux Indes*

É precária em história a hipótese que contradiz a verosimilhança e os dados racionais e scientíficos do problema.

A «MEMÓRIA» DE BALDAQUE DA SILVA

Os argumentos reunidos na *Memoria* do oficial da marinha de guerra portuguesa, Baldaque da Silva, constituem ainda hoje a objecção técnica irredutível, apresentada à versão universalizada de um descobrimento imprevisto. Êle prova que os navios da expedição não foram arrastados para oeste pela acção coérciva e insuperável dos elementos, apoiando-se no próprio testemunho de Pero Vaz de Caminha. Nem sinais de tempestade entre Cabo Verde e Vera Cruz: «*Seguimos nosso caminho per este mar de lomgo ataã terça feira doitavas de pascoa que foram XX dias dabril que topamos synaaes detera*. . .» Na estação do ano em que navegava a esquadra, as tempestades sopram, aliás, do noroeste e do sudeste, afastando portanto os veleiros da costa para o mar largo. A haver estalado temporal, provindo dos quadrantes de fóra, entre os rumos de NE e SE, teria durado alguns dias e tresmalhado os navios, incidente que forçosamente ficaria registado nas cartas de Caminha e de mestre João e na relação do «Pilôto Anónimo». O tempo de 28 dias em que a esquadra navega desde as ilhas de Cabo Verde até ao Brasil demonstra as condições favoráveis em que se realizou a viagem, no rumo sensivelmente de sudoeste (13). Igualmente se prova que os navios não foram impelidos pelas correntes aquáticas. O grande circuito marítimo do Atlântico Sul, movendo-se de leste para oeste ao largo do equador, inflecte para o sudoeste na altura de Fernando de Noronha, desvia-se sucessivamente para sueste e leste até ao Cabo da Boa-

A HIPÓTESE DA TRACÇÃO DOS VENTOS

A HIPÓTESE DA TRACÇÃO DAS CORRENTES MARÍTIMAS

(11) — Maestrick, 1775.

(12) — . . . «*Consideradas as navegações feitas até hoje de oriente para occidente, chega-se á deducção de que não ha um exemplo de desvio, sotaventação ou arribada que desorientasse navio, produzindo um grande erro de longitude no sentido especial ou de oriente para occidente. E ainda conservam-se frescas as memorias das copiosas navegações de Africa . . . De centenas a que podiam subir, não ficou testemunho de arribada e desorientação por causa de temporal, calmaria, correntezas; antes é sabido que todas hiam, chegavam e retornavam ao ponto de partida, ou em suma realisavam o seu destino. Portanto, parece inadmissivel que, dentre uma quantidade orçavel em 3 a 4 mil navegações, saltasse para fora da regra um só caso para excepção singular*». Almirante J. J. da Fonseca, *Descobrimento do Brazil*, a pág. 21. Rio, 1895.

(13) — «*Pour parcourir cette distance de 800 lieus, au milieu de laquelle on a à tranverser la zone des calmes de l'équateur, beaucoup de navires, encore de nos jours, emploient plus de temps. Ce premier voyage au Brésil peut donc être cité aussi comme le premier exemple qui existe de l'avantage de couper la ligne dans l'O*». — *LES COTES DU BRÉSIL*, por Ernest Mouchez, II secção, pág. 116. Nota. Paris, 1864. *Dépôt des cartes et plans de la Marine.*

Esperança, o que tudo demonstra a nenhuma influência que poderia ter na aterragem da esquadra (14). Acrescente-se a estes argumentos o de correr para SSW com moderada velocidade, paralelamente à terra e a pouca distância da costa, a ramificação brasileira do grande circuito do Atlântico austral, e o da possibilidade, para os navios da frota, que eram veleiros e de pano latino, de abrir caminho para barlavento, vencendo qualquer destas correntes, e ter-se-á demonstrado a inanidade scientífica da hipótese retórica da influência das correntes, porquanto as naus as teriam dominado se o destino da derrota, com vento próspero, visasse unicamente montar o Cabo da Boa Esperança, para seguir para Calecut (15).

A HIPÓTESE DE UM ÊRRO DE RUMO

A outra hipótese de que os navios de Cabral foram desviados para oeste por êrro cometido na navegação, quer seja na orientação, quer no cálculo da latitude ou na estimativa da derrota percorrida, revela-se igualmente inaceitável. As posições e orientação da costa ocidental da África e a situação do Cabo da Boa Esperança eram suficientemente conhecidas pelas viagens anteriores, convindo não esquecer que o próprio Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama, viajavam na esquadra. Torna-se assìm puerìl, senão impertinente, admitìr que, ao fim de quási um século de ininterruptas e audaciosíssimas explorações oceânicas, os nautas portugueses errassem uma só vez na derrota, para descobrirem o Brasil, e caminhassem às cegas, como às vezes caminham os historiadores. É inadmissível que os pilotos de Cabral não soubessem perfeitamente soltar o rumo, para ir dobrar o Cabo. Não existe hoje um matemático ou geógrafo que duvide da tam provada sciência dos pilotos portugueses. Orientando-se a derrota pela agulha magnética e experimentando esta uma variação para leste, compreendida entre 5° e 10° na zona e época consideradas, não podia também a pequena diferença do rumo da agulha (mesmo desatendida a variação, já conhecida) influir e justificar o grande desvio para oeste. A esquadra partiu do Tejo com rumo às Canárias, dado pelas agulhas de bordo, e passou entre elas sem êrro de orientação, embora a agulha magnética houvesse já experimentado uma variação compreendida entre 5° e 10° para leste. A passagem pelo arquipélago de Cabo Verde realizou-se com a mesma exactidão (16). Continuando a regular-se pelas mesmas agulhas e dentro dos limites da mesma variação, é inaceitável a explicação empírica de um êrro de rumo, proveniente da falsa indicação das

---

(14) — A corrente do *Gulf-Stream* começa a fazer-se sentir entre 50° e 30° de longitude ocidental, 65° ou 70° de latitude austral, caminhando para o sul do continente africano, onde se biparte, prosseguindo um dos braços para leste, com prolongamento até ao oceano Índico, correndo o outro ao longo da costa ocidental da África, em sentido Sul-Norte, até ao gôlfo da Guiné e às regiões equatoriais onde muda de direcção, atravessando o Atlântico (sempre cobrindo a linha), indo bater no Cabo de S. Roque. Aí se subdivide em duas correntes N. e S. A tracção desta corrente pelásgica, em cuja zona navegou Cabral desde a passagem de S. Tiago de Cabo Verde, paralelo 15, mais ou menos, não podia arrastar a armada, como demonstra Zeferino Cândido na sua obra *BRAZIL*, a pág. 145 e seg. Admitindo, porém, o absurdo de uma corrente marítima de 1/2 milha por hora poder arrastar irresistivelmente as naus veleiras da esquadra, esta deveria ir parar ao Cabo de S. Roque, e não a 17° Lat. S., ou sejam mais de 12° abaixo da Lat. correspondente à posição daquela balisa geográfica. O almirante J. J. da Fonseca, no seu estudo analítico *DESCOBRIMENTO DO BRAZIL*, observa judiciosamente: «*vindo na bordada do sudoeste avistaria terras orientaes ao sul de Pernambuco, se não ao norte. Não as tendo avistado, é claro que vinha muito amarado e que, portanto, não foi arrastado para occidente por força das correntezas que, ao contrario, pouco ao sul do equador seguem de Africa e logo se recurvam ao longo da costa oriental do Brasil proseguindo para o sul, conformando-se com o litoral até aos 40° de latitude, ponto de onde começa a contra-correnteza; deduzindo-se afinal que o arrastamento seria evidentemente antes para o sul do que para o occidente. Repete-se a proposito a nota que anda impressa: «Partindo de Santhiago a rumo do sussodoeste verdadeiro (22°30') passa-se umas 30 leguas ao mar do cabo de S.*[to] *Agostinho. Para chegar a S.*[to] *Agostinho, precisa-se de fazer rumo de 25° a 26° sudoeste verdadeiro; para demandar Mucuripe 3° 42' S., tem-se de fazer rumo de 40° sudoeste. Sabido que 22°30' é sussodoeste verdadeiro, o mais ligeiro exame patenteia que 25° a 26° sudoeste se lhe approxima mais que 40° sudoeste*». Almirante J. J. da Fonseca, Op. cit.

O historiador italiano Carlo Errera («L'epoca delle Grandi Scoperte») considera caduca a hipótese do deslocamento da esquadra de Cabral para oeste, impelida pelas correntes: «*Falsa è la vecchia tradizione, che il Cabral approdasse al Brasile, trascinato inopinatamente a ovest del capo Verde dalla forza della correnti: la rota cosi occidentale del Cabral fu dovuta a deliberato proposito*». Op. cit. pág. 276. Nota.

(15) — No Cap. I da Primeira Parte da sua obra *BRAZIL*, Zeferino Cândido, embora convicto do propósito deliberado de Cabral em tocar uma terra preconhecida, explica como, na observância das instruções náuticas, estabelecidas pela experiência dos pilotos de Vasco da Gama, a armada teria avistado o litoral da América austral, ainda que êsse não fôsse o objectivo do almirante. «*A corrente batia a bombordo no costado dos navios, sob um angulo sensivelmente de 45°. Estes navios marcham no seu rumo de sudoeste, impellidos pelos ventos ponteiros de nordeste ou de pôpa. Bella navegação era esta! inteiramente de feição, na unica epocha do anno, precisamente reconhecida, em que se aproveitava a monção duplamente favoravel á montagem do cabo tormentoso no Atlantico e á travessia do Golphão Indiano na quadra das monções do sudoeste. Esta sciencia nautica ninguem ousará negal-a aos marinheiros de D. Manuel.* . . . . *O navegador que sahisse de Cabo Verde com a derrota com que sahiu o descobridor do Brasil, veria apparecer-lhe (a terra brasileira) a boréste, quando bolinasse á cata do ponto de reversão do seu premeditado rumo*».

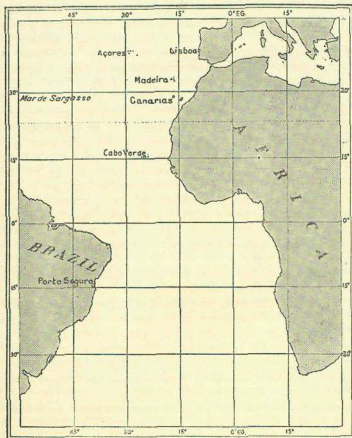
O autor procura conciliar os factos históricos com a demonstração de encontrar-se o Brasil no rumo da esquadra, quando mesmo o não procurassem achar os seus pilotos, contentando-se em demonstrar a inanidade dos factores ocasionais da tracção mecânica das correntes e dos ventos tempestuosos, como determinantes do descobrimento. Esta hipótese figurada não resolve o problema.

A única, capaz de coordenar com lógica e verosimilhança as condições náuticas em que se verificou a viagem, é a defendida por Baldaque da Silva: um afastamento voluntário para oeste com o objectivo de tocar as terras da América Austral.

(16) — «O rumo fôra até aí SSW., SW. 1/4 S., S. 1/4 SE., aproximadamente como se costumava ao ser escripto o *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco. Do archipélago para diante mudou. «*D. Vasco da Gama*, escreve Gaspar Corrêa, *fez conselho com os mestres e pilotos de navegação que fariam para encurtar o caminho, que era cortar pelo mar largo, tornando largos os ventos do mar, que corriam para terra com muito resguardo por dobrar o cabo de Boa Esperança, e de dentro delle fossem haver vista de terra, que bem conheciam os pilotos Mouros de Melinde. O Capitão-mór diligenciou pela*

agulhas, para justificar a aterragem da frota à vista do monte Paschoal. Conhecendo as latitudes e os rumos, navegando em paragens de fracas correntes marítimas e com vento próspero, é manifesta a impossibilidade de tam grande êrro no cálculo ou estimativa do caminho navegado, que desviasse a expedição tantos graus para oeste. Realmente, como objecta o autor da *Memoria*, cortando a linha a oeste das ilhas de Cabo Verde e seguindo para o sul muito ao poente pelo meridiano de 30º, a oeste de Greenwich com destino a montar o Cabo da Boa Esperança, seria precisa uma corrente aérea ou marítima constante, ou um êrro sistemático para oeste, de 10 milhas diárias, durante 15 dias, para desviar a frota tanto para o ocidente.

Esbôço de uma parte do Atlântico, mostrando a Costa ocidental de África e a ocidental do Brasil, indicando pôrto seguro.

A hipótese de um êrro cometido na navegação não apresenta fundamento tanto pelo que diz respeito à falsa orientação da agulha magnética, como à errónea determinação das latitudes diárias e das distâncias percorridas em cada singradura: inadvertências, equívocos e ignorância, tanto menos aceitaveis quanto navegavam na esquadra pilotos conhecedores do Atlântico sul e com a perícia de Bartolomeu Dias, Pero Escobar e Nicolau Coelho. Nem caso de fôrça maior, nem êrro náutico determinaram o desvio da frota para oeste (17). Por exclusão de partes, restaria a considerar, sob o ponto de vista técnico, a única hipótese admissível de um desvio propositado a caminho do ocidente. É o que faz o autor da *Memoria*, com o mesmo rigor analítico.

Em favor da sua tese militam, primeiramente, os antecedentes. Já Vasco da Gama déra o primeiro exemplo de aproar ao mar alto, cortando a linha a oeste do meridiano de Cabo Verde, até virar na volta do finisterra africano.

SUPOSTAS INSTRUÇÕES NAUTICAS DE CABRAL

Na 1.ª edição da *Historia Geral do Brasil*, Varnhagen reproduz em *fac-simile* a primeira fôlha de um rascunho das supostas instruções, redigidas por Vasco da Gama para Cabral e que serviram ao almirante Ernest Mouchez, no prefácio da obra hidrográfica *Les côtes du Brésil*, para o estudo do descobrimento. Varnhagen declara ter oferecido o precioso manuscrito ao Arquivo da Tôrre do Tombo, de Lisboa. Lá, porém, não se encontra e ignora-se-lhe, não só o destino, mas também a procedência. Não

nau esgarrada a umas e outras partes, e não a achando seguiu seu caminho por aquelle mar de longo»... Cf. *O Descobrimento do Brasil pelos portugueses*, por Capistrano de Abreu, 1900. Pág. 11 e 12.

A esquadra passára à vista do arquipélago de Cabo Verde sem parar, para meter aguada. Esta circunstância bastaria para revelar que o capitão-mór, seguindo rumo do ocidente, contava encontrar terras onde atestar aguada para tam longa viagem. Se o Brasil não existisse, Cabral ver-se-ia forçado a retroceder para a costa africana à procura de água, alterando o rumo e a manobra da montagem do finisterra africano. A sua imprevidência parece-nos, pelo menos, temerária. O reparo já foi feito pelo almirante J. J. da Fonseca, na seguinte passagem: «*se trazia Cabral mantimentos do Tejo para um anno, duro é tambem de apprehender o como as suas caravellas metteram aguada para tantos mezes, á razão de 60 mareantes por navio*...» Esta observação cresce de vulto, aproximada do motivo que invoca Caminha para a resolução de Cabral em procurar uma ancoragem mais abrigada que a do dia e noite de 23 de Abril: «*per conselho dos pilotos mandou o capitam levantar amcoras e fazer vela e fomos de lomgo da costa... pera veer se achauamos alguãa abrigada e boo pouso omde jouuessemos pera tomar agoa e lenha*...»

(17) — «*Dias e Vasco da Gama legaram testemunhos de suas admiraveis navegações. Cabral, não menor, e varão de não torcer, hiria egualmente ao seu destino ordenado... e tanto hiria, que effectivamente do occidente navegou para oriente, montou o cabo africano, sem que temporaes, correntezas ou calmarias o fizessem arribar para occidente, uma outra vez*...» Almirante J. J. da Fonseca, *O Descobrimento do Brasil*, a pág. 30.

há indício de ali ter entrado, nem vestígio de haver dali saído. No maço 1.º de Leis, sem data, n.º 21, do Arquivo da Tôrre do Tombo, existe, sim, um fragmento de instruções, mas começam na parte referente a Angediva. Se o excerto publicado por Varnhagen era autêntico, ¿constituíria a parte anterior do manuscrito incompleto da Tôrre do Tombo? As informações insuficientes de Varnhagen sôbre a origem e aquisição do documento são lastimáveis, por não bastarem à orientação de novas pesquisas que encaminhariam, porventura, outros historiadores ao encontro de preciosos e desconhecidos manuscritos. A perda, no nosso tempo, de um documento desta valiosa espécie, possuído por um historiador da probidade de Varnhagen (embora tam omisso na referência às fontes documentais) serve para exemplificar o extravio de tantas outras páginas capitais da história dos descobrimentos portugueses.

Eis a passagem do fragmento das instruções, reproduzido na 1.ª edição da *Historia Geral do Brasil* e a que o autor da *Memoria* faz indirecta referência, sem suspeitar da fonte em que Mouchez colhêra a informação: «... *faram seu caminho direito a ylha de sam tiago e se ao tempo que ahy chegarem tenerem agoa em abastança para quatro meses não devem vousar na dita ylha nem faser nenhuma demora soomente emquanto lhe o tempo servyr a popa faserem seu caminho pelo sul e se ouverem de guynar seja sobre ha banda do sudoeste.* (Á margem)—*Se tomarem antes a ylha de sam nicolao no caso desta necessidade pela barra da ylha de sam tiago.*—*E tanto que nelles deer o vento escasso deuem ir na volta do mar ate meterem o cabo de booa esperança em leste franco e dy em diante navegarem segundo lhe servyr o tempo e mais ganharem porque como forem na dita paragem nom lhe myngoara tempo com ajuda de noso senhor com que cobrem dito cabo. E por esta maneira lhe parece que ha navegaçam sera mais breve e os navios mais seguros do busano e isso mesmo os mantimentos se teem milhor e a gente yraa mais saã.*»

É evidente que se pretendia com estas instruções evitar não só as calmas e trovoadas da costa africana, como fugir das tempestades desencadeadas na região circunvizinha do Cabo Tormentoso, derivando os navios para o largo. Os conhecimentos experimentais revelados nas instruções, relativamente aos ventos, calmas e correntes marítimas do Atlântico, representavam aquisições das viagens anteriores e testemunham que as viagens portuguesas de exploração obedeciam a um rigoroso plano sistemático e admiràvelmente concebido, orientadas por um manancial de conhecimentos, derivados da prática e da observação, o que tudo explica o arrôjo magnífico de Vasco da Gama em soltar o rumo a meio do oceano, engolfando-se pelo Atlântico sul, a grande distância do litoral, abandonando o primitivo processo de exploração, costa a costa, como se quisera imprimir a essa destemida resolução o significado simbólico da conquista definitiva dos mistérios oceânicos, uma vez que já sabia onde terminava o continente africano e ia encontrar, amplíssimo, o caminho triunfal que conduzia à Índia as naves portuguesas: as primeiras que transportavam por mar os homens da civilização ocidental até entre os povos da civilização oriental.

Varnhagen, a pág. 71 da 2.ª edição da sua História, refere-se ao fac-simile *da primeira fôlha do rascunho ou borrão das instruções dadas a Pedro Álvares Cabral e publica êsse* fac-simile.

Em face dêle foi feita a reprodução e versão paleográfica, publicadas nas páginas seguintes, sendo a cópia não só quanto possivel ipsis literis, *com abreviaturas desdobradas, como até subordinada à disposição de páginas e linhas do original. Do seu contexto se deduz claramente que estas supostas instruções não são mais que notas tomadas pelo secretário de Estado, Alcaçova Carneiro, ouvindo o parecer de Vasco da Gama como perito experimentado na viagem Ei-las:*

ANTÓNIO BAIÃO

Esta he a maneira que parceo a vasco da
gama que deue teer pedrealvarez
em sua yda prazemdo a nosso senhor

Item primeiramente ante que daquy parta
fazer muy bõoa hordenança pera se
nam perderem huuns nauyos dos outros
nesta maneira

A saber cada uez que ouuerem de vyrar fara
o capitam moor dous foguos e
todos lhe Responderam com outros dous
cada huum. E depois de lhe asy Res
pomderem todos viraram E asy lhe
tera dado de synal que a huum
fogo sera por seguir E tres por tirar
moneta E quatro por amaynar
E nẽhuum nam virara nem amaynara
nem tirara moneta sem que primeiro
o capitam moor faca os ditos fogos
E todos tenham Respomdydo E depois
que asy forem amaynados nam guyn
dara nẽhuum senam depois que ho
capitam mor fizer tres fogos e todos
Responderem e mynguando allguum nom
guyndaram soomente andaram amay
nados ate que venha o dya porque nom
poderam tanto Rollar as naaos
que no dya se nam vejam E por
saparelhar fara qualquer que for desaparelhado
muytos fogos por tal que os outros nauyos vaão
a elle.

saluo se allguua das
naaos nam sofrer
tambem a vella
como a do capitam
e a força do tenpo
lhe rrequerer que ha
tire

se estes nauios partymdo
desta costa se perderem
com tenpo huus dos outros
com tenpo que huus corram
a huu porto e outros
a outro A maneira pera
se ajuntarem
E nam lhe fazendo do
norte os ditos synaes
allgũn dos nauios
nem no vemdo pella

se os nauyos partindo
desta cidade ante da
trauasarem aas
canaryas os tomar
tenpo com que ajam
de tornar faram
todo o posyuel
por todos tornar
a esta cidade E se
allguum a nom poder
aver trabalhara
quamto poder de tomar
Setuuel E dhonde
quer que se achar
fara logo aqui sa
omde he pera lhe
ser mandado o que
faça

vos fares com todos os outros o vosso caminho direito a agoada de sam bras E aly em quanto tomardes
agoa vos podera ho
dito nauyo encalçar
E nam vos encalcando
partires como fordes
prestes e leixar lhe es
hy taaes synaes
pera que sayba quamdo
aly chegar que soes
pasado e vos siga

Item depois que em bõoa ora daqui partirem
faram seu caminho direito a ylha
de samtiago e se ao tenpo que hy chegarem
teuerem agoa em abastanca pera quatro
meses nam deuem pousar na dita
ylha nem fazer nẽhuuma demora
soomente em quamto lhe o tenpo seruyr

se tornaram ante a Ilha
de sam nicolao no caso
desta necesidade pela
doença da Ilha de sam
tiago

A popa fazerem seu caminho pelo sul
E se ouuerem de guynar seja sobre
ha bamda do sudueste E tanto que
neles deer o vento escasso deuem hyr
na volta do mar ate meterem o cabo de
bõoa esperança em leste franco
E dy em diante nauegarem segundo
lhe serujr o tenpo e mais ganharem
porque como forem na dyta parajeem
nom lhe myngoara tenpo com ajuda de noso senhor
com que cobrem o dito cabo E per
esta maneira lhe parece que a nauegaçam
sera mais breue e os nauyos mais
seguros do bussano e jsso mesmo os
mantymentos se teem mjlhor e a jente
yraa mais sãa

e ouue que se deue
dar marcas
domde se facam
os caminhos pera os
nauios que se asy
perderem e que jsto
se fara com muy
booa pratica de
todolos pilotos que

E se for caso que nosso senhor nam queyra que
allguum destes nauyos se perca do
capitam deuesse de ter de loo de loo
quanto poder por aver o cabo e hir se
a agoada de sam bras E se for
hy primeiro que ho capitam deue se
damarar muy beem e esperallo
porque he necessario que ho capitam moor
vaa hy pera tomar sua agoa pera
que dy em diante nam tenha que
fazer com ha terra mas aRedar se
della ate monçenbique por saude da
jente e nam ter nella que fazer

E se for caso que o capitam moor venha
primeiro a esta agoada que ho tal nauyo
ou naujos que se delle perder

INTERPRETAÇÃO DA DERROTA DE CABRAL

ÊSTE o momento de considerar os esforços com que se empenharam alguns historiadores para extraír da própria derrota de Vasco da Gama argumentos concludentes da intencionalidade do desvio de Cabral para oeste. Essas tentativas foram inspiradas na louvável intenção de corrigir os equívocos patentes dos humanistas e apresentar uma versão do descobrimento de Vera Cruz em concordância com as objecções dos técnicos navais. Compreendeu-se que a tese da aterragem ocasional estava gravemente desacreditada. Avulta cada vez maior o êrro inadmissível que simultâneamente aceita como facto averiguado a problemática viagem de Pinzon aos litorais do Brasil setentrional e persevera em considerar que só por acaso a grande armada portuguesa da Índia, desviando-se do seu rumo e navegando para oeste, sem haver feito aguada em S. Vicente, descobrira as terras da América austral, já procuradas pelos sucessores e émulos do descobridor de Pária.

SUPOSTA PASSAGEM DE VASCO DA GAMA, EM 1497 NAS PROXIMIDADES DA COSTA DO BRASIL

Analisando a derrota de Vasco da Gama e a notícia dos sinais de terra, consignados no *Roteiro*, a 22 de Agosto, indo a esquadra «na volta do mar ao sul e a quarta de susoeste», Zeferino Cândido supunha cortar o nó górdio do problema, escrevendo: «*Vasco da Gama ia na trilha nova, recommendada e definida pelas suas instrucções, que todas lhe ordenavam que cahisse para loeste, quando a sua mira lhe ficava para leste. Largando de S. Thiago de Cabo Verde, em 23° e 30' de Longitude O. G., no rumo de sudoeste, o corte da linha ha-de collocar-se a mais de 25°, talvez por 30° O. G... O que fazia Vasco da Gama por taes alturas, vindo de Lisboa a Cabo Verde, de S. Thiago cahindo para oeste, tomando o rumo de sudoeste? Isto para passar ao sul da Africa em viagem para o Oriente? Era o novo methodo de marinhar pelo Atlantico pela utilisação dos ventos que no hemispherio do Sul sopram para leste com diversas inclinações, segundo a latitude e ainda segundo a epoca do anno. Esse conhecimento, levado a Lisboa por Bartholomeu Dias, dera a Vasco da Gama as instrucções pelas quaes se devia guiar para abrir o novo caminho. As ilhas de Cabo Verde ficam marcando a primeira estação depois de Lisboa. Dahi, com o rumo de sudoeste, tocado pelos ventos favoraveis do norte, corta-se a linha na mais propicia inclinação. Agora, está-se na região onde os ventos do norte e do sul se chocam, formando correntes irregulares, por vezes tempestuosas. Ahi, é preciso bolinar, procurando os alisados do sul* (aliás os ventos geraes e não os alísios do hemispherio sul), *e, uma vez na sua região, voltar-lhe a pôpa e deixar-se ir á sua mercê. Ha-de bater-se na costa da Africa, em ponto mais ao norte ou mais ao sul, segundo o ponto de loeste onde se fez a reversão. Vasco da Gama, ao passar a linha, na região dos ventos irregulares, foi batido pela tempestade, que lhe partiu a verga; andou muitos dias bolinando, com amuras a bombordo e pairando com o troquete e o papafigo; foi quando andou procurando o ponto de reversão, do qual, largando a pôpa aos ventos, fosse dar no sul da Africa... Vasco da Gama virou de um ponto situado muito ao norte. Resultou d'ahi que, em vez de montar o cabo, foi dar na bahia de Santa Helena, 5° proximamente do Cabo ou do ponto que procurava. É o que podemos chamar o erro de Vasco da Gama, contra o qual elle não deixaria de prevenir Cabral, que lhe veio na esteira e debaixo das suas instrucções. Se não fôra esse erro, o descobridor do Brasil teria sido Vasco da Gama; como ainda e muito naturalmente seria elle o descobridor se não fôra a tempestade que o perseguiu e destroçou. Não fôra esse desassocego, seu, dos capitães e da maruja, elle teria dado a verdadeira importancia aos signaes de terra, que os garções lhe mostraram no dia 22 de Agosto de 1497... Fique assentado que Vasco da Gama andou ao lado da terra do Brasil, justamente no mais difficil momento da sua viagem atlantica, quando procurava o seu ponto de reversão, quando se achava no encontro dos ventos dos dois hemispherios...*» (18).

(18) — Zeferino Cândido, *Brasil*, a págs. 129 e seguintes.

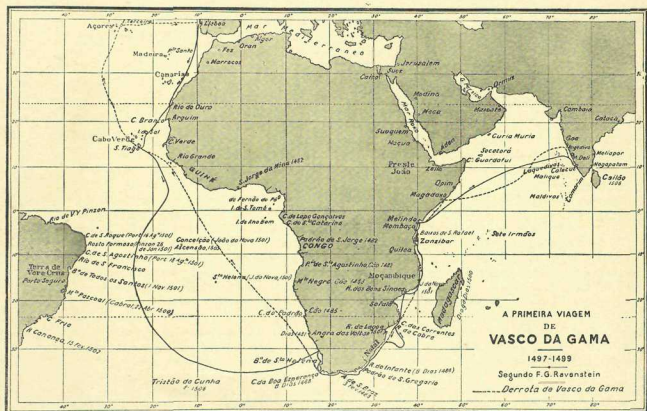
PAINEL DO ARCEBISPO

Rodeado pelo seu Cabido, o Arcebispo. Segundo identificações propostas, veriamos, à direita do Santo, o infante D. Fernando, irmão del-rei, e na figura que pousa em sua frente, o condestavel D. Pedro, filho do ilustre morto de Alfarrobeira, e êle próprio poeta e espírito filosófico.

AFONSO LOPES VIEIRA.

PAINEL DO ARCEBISPO

Esta primeira tentativa, com o sentido de explicar o desvio voluntário para oeste da armada de Pedro Álvares Cabral, não atingiu o objectivo.

Embora aceitando-se os pontos de vista do historiador, que reconstituem as instruções náuticas e os pormenores da grandiosa manobra, instituída por Bartolomeu Dias para a montagem do finisterra africano, é preciso distinguir entre a viagem de 1497 e a de 1500 o propósito que, nesta última, parece ter havido, de reconhecer a terra ocidental e verificar a sua inclusão na zona portuguesa da demarcação de Tordesilhas (18 A). Não podia ter sido apenas para evitar a repetição do chamado êrro náutico de Vasco da Gama que a segunda armada da Índia aproou tanto para ocidente. Vasco da Gama dirigia-se

O itinerário de Vasco da Gama (1497) segundo Ravenstein. *Journal of the first voyage of Vasco da Gama 1417 – 9.* Translated and edited with Notes, and Introduction, and Appendices by E. G. Ravenstein. Hakluyt Society (Londres (1898)

à Índia e estava excluído dos seus desígnios reconhecer quaisquer terras cujos vestígios lhe fossem assinalados no decurso da viagem. Cabral levava, segundo os técnicos navais depreendem da derrota, instruções para reconhecer as terras firmes do Ocidente, para onde começavam impacientemente a dirigir-se, após o achado de Pária, os navegadores espanhois.

Quanto a haver Vasco da Gama navegado nas proximidades da costa do Brasil, a referência do *Roteiro* não autorisa essa suposição. Confundiu-se na análise dessa passagem o *susoeste* (SSE) com *susudoeste* (SSW). As aves, «feitas como garções», voavam para as bandas da África e não para os litorais da América.

Esta constatação inutiliza a tese de Zeferino Cândido que, na dissertação histórica, composta a convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião do 4.º Centenário do descobrimento do Brasil, ainda impressionava o auditório, assim exposta: «*O Gama passara a região equinocial batido*

(18 A) — «*Era bene naturale infatti che il Portogallo, dopo il trattato di Tordesillas, inviasse sue navi a ricercare se qualche terra oltreoceanica esistesse per lui di qua della raya (linea di partizione); e le inviasse, piuttosto che a ponente dove le due prime navigazioni di Colombo avevan dimostrato giacere ogni terra di là della raya...*» Carlo Errera, *L'Epoca delle Grandi Scoperte Geografiche*, a pág. 277, Nota. Milão, 1902.

pela tormenta; soffrera grossa avaria na sua S. GABRIEL, e, nesse estado duas vezes lamentoso, percebera distinctamente signaes de terra; andava ao lado da terra brasileira, que condições invisiveis lhe não permittiram procurar... Viesse em monção apropriada e favoravel, de boa viagem, sem incidente e sem damno... e Vasco da Gama não largaria a Cabral a terra que as aves lhe iam mostrando no seu bater da tardinha. A prôa da S. GABRIEL, voltada ao rumo dos garções, abicaria em terras brasileiras tres annos antes do facto historico que estamos commemorando.»

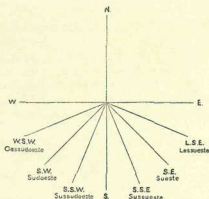
Já anteriormente ao historiador português, o almirante J. J. da Fonseca encarára a mesma hipótese (19) e admitíra que o Gama teria podido avistar as terras americanas: «*Proseguindo de Cabo Verde a 22 de Agosto de 1497, vindo já na bordada do sudoeste com brisa franca de nordeste, Vasco da Gama andou pelos 30° de Latitude, demorando-lhe o Cabo africano quasi a leste, sendo 45° a relativa differença de Longitude, sem que temporaes, calmarias, correntezas o arrastassem para as partes do ocidente, cujas terras, mais ou menos enfumaçadas aos 8° e 10° de Latitude S., houvera enxergado, no caso de possuir um bom oculo de alcance.*»

A estância IV do Canto V dos «*Lusiadas*»:

De Mauritania os montes, e lugares,
Terra que Antheo n'hum tempo possuïo,
Deixando á mão esquerda, que á direita
Não ha certeza d'outra, mas suspeita,

¿contribuiu para emprestar à passagem do *Roteiro* semelhante interpretação? É provável. Mas Camões não atribui à viagem de Vasco da Gama a origem das suspeitas sôbre a existência do continente ocidental antártico. Eram elas anteriores à viagem e já lhes encontramos os indícios nas negociações do Tratado de Tordesilhas, que remontam a 1493, como testemunha a carta dirigida pelos Reis Católicos a Colombo, datada de 5 de Setembro dêsse ano, na qual se alude à persuasão dos delegados de Portugal da existência de ilhas e terra firme, a ocidente da Mina, da Guiné e do Cabo da Boa Esperança (20).

Entretanto, a errónea interpretação do *Roteiro* divulgou-se e adquiriu fóros de indiscutível (21). Que Vasco da Gama se tivesse aproximado da costa do Brasil não é impossível, conquanto não provável. O que não póde é inferir-se que, a 22 de Agosto, os tripulantes vissem voar as aves aquáticas para a terra americana, pois que elas se dirigiam para o lado opôsto da América. O estado actual da crítica histórica, aplicada a essa passagem do *Roteiro*, está assim resumido pelo Dr. Luciano Pereira da Silva: «*O susueste é SSE e não SSW, susudoeste. As aves dirigiam-se, pois, para as bandas da Africa e não do continente americano. Para onde? Para uma ilha: a ilha de Tristão da Cunha, segundo Ravenstein. Deve aqui haver no Roteiro um erro de data. Não podiam as naus do Gama estar em 18 de Agosto a 200 legoas de S. Thiago, andarem dois dias a pairar e estarem a 22 de Agosto a 800 legoas. Ravenstein* (22) *entende que esta data deve ser 22 de Outubro.*»

A HIPOTESE DE OLIVEIRA MARTINS

Oliveira Martins arquitectou outra versão da intencionalidade, segundo a qual à curiosidade do comandante da esquadra de 1500 se deverá atribuír o descobrimento. O historiador mostra-nos Cabral dirigindo a armâda rumo ao ocidente por seu alvedrio, sem tomar aguada em Cabo Verde, saíndo da derrota, demorando a viagem e correndo os riscos fatais da sêde à procura de uma terra desconhecida, mas suspeitada, qual um novo Colombo: «*por debaixo das bravas ondas, por saber os segredos da terra e os mysterios e enganos do Oceano, os Portugueses, com a sua curiosidade heroica, tomaram em suas mãos o futuro da Europa e do mundo. No anno seguinte ao da descoberta da India, Pedro Alvares Cabral, que para lá fôra mandado com uma imponente esquadra, não resiste á tentação da curiosidade. Descendo no Atlantico, em direcção a Leste, uma pergunta incessante o persegue: que haverá a Oeste? Para esse lado descobriu Colombo umas Indias no hemispherio norte: acaso haverá mais Indias no hemis-*

(19) — J. J. da Fonseca, *Descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1895.

(20) — Navarrete, *Colleccion de los viajes que hicieron por mar los Españoles*, Vol. II, pág. 109.

(21) — «*Na sua primeira viagem (1497) passou Vasco da Gama junto da costa do Brasil, tendo signaes de terra em 22 de Agosto...*» Faustino da Fonseca, *A descoberta do Brasil*, Lisboa, 1908, 2.ª edição, a pág. 311.

(22) — Ravenstein, *A Journal of the first voyage of Vasco da Gama* a pág. 187. Londres, Hakluyt Society.

pherio sul? Amarou para poente, a indagar, a vêr; mais uns mezes na longa viagem do Oriente, que importavam? Com effeito, descobriu o Brasil; a terra de Oeste vinha, desde o extremo norte ao extremo sul, estendendo-se ao longo, nos dois hemispherios; e só então a America se pôde dizer inteiramente descoberta.»

É uma hipótese inaceitável. Os descobrimentos portugueses não foram uma aventura e jàmais, no vasto ciclo das navegações, se viu um comandante desobedecer às instruções que recebêra e correr os mares nas armadas do Estado, à procura de terras ignotas. Demasiado árdua se apresentava a missão de Pedro Álvares Cabral, responsável por mil e quinhentas vidas humanas, comandando a mais imponente esquadra de comércio e de guerra que já sulcára o Atlântico, para que ainda a dificultásse, dilatando a imensa viagem à busca de uma terra nova. Se a procurou, é porque lho tinham ordenado.

A INTENCIONALIDADE PROVADA PELO DESVIO DA DERROTA

TESE da intencionalidade, hoje avassaladora, assenta em argumentos bastante menos precários. O orador oficial, Dr. Alfredo Nascimento, na sessão solene de 22 de Abril de 1900, comemorativa do quarto Centenário do descobrimento, promovida pelo *Instituto Histórico*, do Rio de Janeiro, reconhecia que «*tudo leva a riscar da Historia a lenda de arrebatamento involuntario da esquadra pelas desconhecidas correntes oceanicas, fazendo suppor com todo o fundamento que Cabral não estava desviado do rumo que seguia consciente quando divisou no horisonte o cabeço de um alto monte em territorio que é hoje o Estado da Bahia...*»

O almirante J. J. da Fonseca chega, entre outras, às conclusões de que «*não foi a derrota de Cabral obra do acaso, sendo aliás de planejado reconhecimento*», e de que «*nem calmarias, nem correntezas, nem ventanias poderiam causar um tal desvio ou desorientação nunca vista*» (23).

Realmente, a manobra de reversão não obrigava os pilotos experientes de Cabral a amarar tanto para ocidente, e a 22 de Abril a esquadra vinha fóra da derrota do Cabo africano (24). Tendo em conta a qualidade dos nautas e as singelas palavras com que Vaz de Caminha narra o descobrimento de terra, o desvio da armada para oeste apresenta o convincente aspecto de um acto intencional.

A defesa técnica desta intencionalidade conclui que, fazendo-se os gerais de SE, na estação considerada, muito para E depois de ultrapassada a linha para o sul, e justificando-se o desvio para oeste, unicamente por vantagens de navegação, teria a frota aproveitado aquela circunstância favorável do alargamento do vento, para barlaventear na direcção do Cabo da Boa Esperança — o que não fez, por quanto arribou para o ocidente, em direcção oposta àquela que deveria seguir, se pretendêsse simplesmente montar o Cabo africano.

O DESVIO INTENCIONAL PARA OESTE PROVA UM CONHECIMENTO ANTERIOR DAS TERRAS AUSTRAIS

A admissão desta tese implica o conhecimento anterior — e aliás pouco surpreendente das terras ocidentais. Cabral teria, pois, largado do Tejo com uma dupla e grandiosa missão: reconhecer os territórios reivindicados e obtidos em Tordesilhas, (24 A) e inaugurar em vasta escala as relações políticas e comerciais com a Índia. Numa só viagem (que já não seria, como as anteriores, de exploração, mas de comércio, conquista e diplomacia) o pequeno Portugal ligava os povos do continente europeu com a «*quarta parte*» do mundo, que o rei «*mandou descobrir além do oceano por a elles ser incognyta*» (25) e estabelecia as carreiras marítimas com os países das especiarías, ao tempo em que Colombo continuava, a milhares de milhas da Ásia, procurando no gôlfo do México a passagem para Cathay e Cypango, por entre as «*insulis India supra Gangem*» (26).

Esta é a única solução que harmoniza o parecer unánime dos técnicos navais com a realidade

(23) — *Descobrimento do Brasil*, Rio, 1895.

(24) — No Cap. V do Quarto Livro do *Esmeraldo de situ orbis*, a grande obra de cosmografía que Duarte Pacheco Pereira deixou manuscrita, e de que há duas edições recentes, feitas segundo os apógrafos das Bibliotecas Públicas de Evora e Lisboa (a 1.ª de 1892, prefaciada e comentada pelo conservador do Arquivo da Tôrre do Tombo, Rafael Eduardo de Azevedo Basto; a 2.ª de 1905, editada pela Sociedade de Geografía de Lisboa, com anotações críticas de Augusto Epifânio da Silva Dias) encontra-se com o título de *Do quarto livro do esmeraldo de situ orbis como se deue fazer o caminho do cabo verde para a India pelo golfom*, a descrição da navegação «de longo» no Atlântico para contornar o cabo da Boa Esperança.

(24 A) — Cf. Errera, *L'Epoca delle Grandi Scoperte*, a pág. 271.

(25) — *Esmeraldo de Situ Orbis*, Primeiro Livro, III cap.

(26) — Carta de Cristovão Colombo dirigida a Gabriel Sanchez, tesoureiro do rei D. Fernando de Castela *ab Hispano ideomate in latinum convertit*. Em Roma, 1493. Na *Raccolta Colombiana Scritti di Cristoforo Colombo, pubblicati ed illustrati* da Cesare de Lollis

visivelmente entrevista nos acontecimentos e até nos documentos históricos (27). Desde a passagem do *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, restituída à exacta interpretação, na edição crítica de Augusto Epifânio da Silva Dias, publicada em 1905 pela Sociedade de Geografia de Lisboa, até à carta de Pascualigo e ao planisfério de Cantino (1502), os indícios do conhecimento da América Setentrional, Central e Austral multiplicam-se e impõem-se à atenção dos historiadores, esperando ainda a integração numa ampla e refeita narrativa das explorações do Atlântico ocidental, que, tendo por sólidos pontos de apoio os copiosos vestígios históricos da verdade, desvende, de acôrdo com a verosimilhança, os transparentes mistérios, aglomerados nesta página capital da história do mundo.

OS INDÍCIOS HISTÓRICOS DO CONHECIMENTO DAS TERRAS OCIDENTAIS DO HEMISFÉRIO AUSTRAL

PROBLEMA histórico-geográfico do descobrimento do Brasil aparece singularmente simplificado se transferirmos para as negociações decorrentes do descobrimento das Antilhas por Colombo, concluídas no Tratado de Tordesilhas, o ponto de partida de tôda a exegése crítica retrospectiva e subseqüente.

Se não ficou documentada a intencionalidade da arribada de Cabral a Vera Cruz, isso deve-se, presumivelmente, tanto à perda da carta de Pedro Álvares ao soberano, como à política de mistério que sistemàticamente se aplicou às navegações portuguesas no sentido do poente. Entretanto, a aceitação da tese generalizada da aterragem ocasional encontra-se detida perante objecções tam sólidamente concatenadas, que a enfermam de uma evidente inverosimilhança (28). O conhecimento, anterior a 1500, da existência das terras ocidentais, a que aportou a frota de Cabral, não só se deduz das explorações espanholas ao sul de Pária, mas ressalta do simples confronto das derrotas das armadas de 1497 e de 1500. Aliás, já Alonso Hojeda partiu em 1499 de Espanha com a recomendação expressa de não tocar nos territórios de Portugal.

Para se ter noção mais exacta da errónea interpretação, dada até hoje pelos historiadores à presença voluntária da segunda expedição à Índia nas aguas brasileiras, é preciso cotejar os acontecimentos anteriores com a versão da casualidade, originada entre os eruditos pela leitura dos cronistas, aos quais, manifestamente, ficaram ocultos os arquivos secretos onde se guardavam os documentos iniciais das navegações para o Ocidente, conjecturalmente com o duplo fim de não distraír os esforços empenhados no empreendimento nacional asiático e para não atraír a concupiscência das outras nações, acesa pelos êxitos marítimos da corôa de Portugal. Tudo faz crêr que os cronistas não leram os relatórios dos capitães e pilotos, relativos à América do Sul, compreendidos no período do reconhecimento e explora-

(27) — O capitão de mar e guerra, conselheiro Ernesto de Vasconcelos, secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa, assim expõe o conjunto de circunstâncias em que se apresenta à apreciação técnica o problema do descobrimento:

«Conquanto alguns já tenham afirmado que o descobrimento do Brasil não fôra um facto casual, é certo que muitos ainda crêem que fôsse devido a uma tempestade que acossasse os navios de Cabral para oeste. Não é, portanto, de estranhar que, mais uma vez, se ponha em evidência que foi *um propósito* aquele descobrimento. De todos os nossos roteiristas, um dos mais notaveis pelo saber e experiência é Duarte Pacheco, o celebre autor do *Esmeraldo de Situ Orbis*, uma das mais preciosas joias da sciência do tempo. em que o autor se revela um oceanógrafo de subido valor da sua época. Prova-o o *Princípio do primeiro livro*, sobretudo o capitulo 2.º, ao tratar da *discussão da grandeza da parte sólida e da líquida do globo*. Descrevendo o Atlântico, mostra-o cercado de terras a leste e a oeste, e, nessa sua ideia aí se encontra a passagem que a seguir transcrevemos, pela qual se vê que, em 1498, já se sabia da existência de terras a sudoeste do Oceano:

«*... E alem do que dito he, ha experiencia que he madre das cousas, nos desengana e de toda duvida nos tira; e por tanto bemaventurado Principe, temos sabido e visto como no terceiro anno de vosso reinado do hanno de nosso senhor de mil quatrocenlos e noventa e oito, donde nos vossa alteza mandou descobrir ha parte occidental, passando alem a grandeza do mar oceano, onde he hachada e navegada hüa tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas ajacentes a ella, que se estende a satenta graaos de ladeza da linha equinocial contra o pollo artico e posto que seja assaz fóra, he grandemente pouorada, e do mesmo circulo equinocial torna outra vez e vay alem de vnite e oito graaos e meo de ladeza contra o pollo antartico e tanto se dilata sua grandesa e corre com muita longura que de uma parte nem da outra nem foi visto nem sabido ho fim e cabo della pelo qual segundo ha hordem que leua he certo que vay em cercoyto por toda a Redondeza ...*»

E mais abaixo diz ainda:

«*... e hindo por esta costa sobredita do mesmo circulo equinocial em diante per vinte e oito graus de ladesa contra o pollo antartico he hachado nella munto e fino brazil ...*»

No capítulo seguinte, tratando das partes do mundo conhecido, corrobora:

«*... e outros antiguos cosmographos que a mesma terra por muitos annos andarom e doutras pessoas que isso mesmo por verdadeira emformaçam ha souberam em tres partes notaveis ha diuidiram; E NA QUARTA PARTE QUE VOSSA ALTEZA MANDOU DESCOBRIR ALEM DO OCEANO por a elles ser incognita cousa alguma nom falarom ...*»

(28) «Ha annos, o Instituto Historico poz em discussão a tese: se o descobrimento de nossa patria fôra ou não devido a mero acaso. Um socio concluiu pela negativa e cobrou foros de extravagante e choveram-lhe em cima as refutações. Hoje a ideia de Joaquim Norberto avassala triumphantemente a maioria.» *O descobrimento do Brasil pelos Portugueses*, por Capistrano de Abreu. Rio, 1900.

MAPA DE

MAPPE=MONDE
pour servir a l'histoire
des DECOUVERTES et
CONQUESTES
des PORTUGAIS dans le
NOUVEAU MONDE
AMERIQUE
SEPTENTRIONALE
Terre de Cortereal
Terre neuve
MER DU NORD
I.s Acores
I.s Canaries
Cancer
Tropique
Cercle
Acapulco
NOUVELLE ESPAGNE
ISLES ANTILLES
I.s du Cap Verde
Route d'Acapulco aux Moluques
Occident.
MER DU SUD
AMERIQUE
MERIDIONALE
TERRE DE S.TE CROIX a present BRESIL
Route de Magellan
Tropique du
Détroit de Magellan
Cercle Polaire
Aux Moluques
1. Ternate
2. Tidor
3. Motir
4. Machian.
5. Bachian
6. Batochin.

LAFITAU

Os itenerários de Vasco da Gama (1497) e de Pedro Álvares Cabral (1500) entre o arquipélago de Cabo Verde e o Cabo da Boa Esperança, segundo o Mapa de Lafitau nas *«Decouvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde»*.

PAINEL DOS FRADES

PAINEL DA RELÍQUIA

DE NUNO GONÇALVES

ção do litoral, (29) emquanto se procurou em sigilo a nova passagem para a Ásia e a realização do périplo americano, que Fernão de Magalhães haveria de executar em condições de uma trágica e épica grandeza, que bastariam para testemunhar a férrea têmpera dos herois da epopeia marítima lusitana.

Essas viagens misteriosas quási só as conhecemos pelas narrativas de Vespúcio (30), comprovadas no planisfério de Canério, e o nome do florentino não figura em nenhum dos documentos conservados na Tôrre do Tombo, que perpetuam a memória de tantos pilotos estrangeiros. Os historiadores nunca diligenciaram investigar e relacionar as íntimas ligações dêsse facto tam significativo com o mistério que já anteriormente cercava as expedições transatlânticas para o poente, nos dois hemisférios, de onde resulta a séria presunção da insuficiência dos cronistas como fontes informativas dêsse período. Capistrano de Abreu, o historiador brasileiro que é, actualmente, a máxima erudição nos assuntos que se referem ao primeiro século da existência histórica do Brasil, já salientou nos comentários, apostos à 2.ª edição da *Historia* de frei Vicente do Salvador, a ignorância dos primeiros historiadores àcêrca de quanto se referia às viagens iniciais (31). A navegação para o Brasil só deixa de ser um mistério quando se travam os primeiros combates com os concorrentes, atraídos ao anúncio de Vespúcio, e quando se enceta a exploração mercantil e depois a colonização agrária do gigantesco domínio. Póde afoitamente afirmar-se que nenhum dos cronistas do século XVI conheceu, sequer, a carta de Caminha (32) e quando se vê um Gaspar Corrêa, nas *Lendas da India* (33), indicar a data de 25 de Março, dia de Nossa Senhora, como a da partida da esquadra de Cabral do Tejo, fica-se surprêso e perplexo, ao verificar a submissão de tantos historiadores nossos contemporâneos a êsses proto-cronistas do Brasil, precàriamente informados sôbre quanto se refere às novas terras da corôa, e excedidos nos míopes conhecimentos pela espionagem dos delegados de Veneza e da casa ducal de Ferrara, que já em 1502 surpreendiam e revelavam a concepção portuguesa do continente americano (34).

(29) Nem mesmo, ao que é fácil deduzir, conheceram a chamada narração do «pilôto anónimo» da frota de Cabral, publicada em 1507 por Montalbodo nos *Paesi nuovamente ritrovati*. E' esta a mesma narrativa que serviu à tradução latina de Grineo, publicada no *Novus Orbis*, (1532) e à colecção de Ramúsio, de onde foi traduzida para a *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*, publicada pela Academia Real de Sciências de Lisboa e que Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, atribui ao próprio Cabral. Sób o título *Itinerarum Portugalense* foi a compilação de Montalbodo traduzida em latim, em 1508. O que há até agora apurado sôbre a publicação em Itália do diário do «pilôto anónimo», em 1507, permite conjecturar-se que o serviço de espionagem, mantido em Lisboa pelas repúblicas italianas, era admiravelmente organizado, pois às diligências do embaixador de Veneza junto à côrte portuguesa, Giovanni Matteo Crético (ou Lourenço Crético, como lhe chama Humboldt, fundado em Tiraboschi), passou à Itália a narração do pilôto de Cabral. *Vide Bibliotheca Brasiliense*, de J. C. Rodrigues, a pág. 432 e seguintes, na notícia bibliográfica da colecção de Montalbodo, e na qual se compendiam as copiosas informações, coligidas na *Raccolta Colombiana*.

(30) Desde 1835 a 1837, o Visconde de Santarem esforçou-se por provar, em uma série de comunicações à Sociedade de Geografia de Paris, derivantes de uma consulta que lhe dirigíra Navarrete, a falsidade das alegações de Vespúcio, pretendendo deduzir essa falsidade do silêncio que sôbre o navegador florentino mantinham os cronistas e os documentos conservados na Tôrre do Tombo.

(31) Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil, 1500-1627*, nova edição por Capistrano de Abreu. S. Paulo, Weiszflog Irmãos, 1918. A pág. 6, o erudito comentador assinala: «*São-lhe desconhecidos* (a frei Vicente) *os documentos originaes do periodo.*»

(32) Publicada pela primeira vez por Manoel Aires de Casal, na sua *Chorographia Brasilica ou relação historico-geographica do reino do Brasil composta e dedicada a sua magestade fidelissima por um presbitero secular do gram priorado do Crato. 2 tomos. Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1817.*

(33) Gaspar Corrêa tinha cinco anos quando Cabral comandou a expedição do descobrimento oficial do Brasil. Ainda de menor idade, embarcou para a India, onde viveu. Êle mesmo o certifica (*Lendas*, I cap. pág. 2) quando escreve. «*E por haver dezaseis anos que a India era descoberta quando eu a ella vim em moço de pouca idade, sem entendimento de tomar este cuidado...*» As *Lendas da India* foram escritas entre 1529 a 1561.

(34) As cartas de Alberto Cantino ao duque de Ferrara, Hercules d'Este, (17 de Outubro de 1501 e 19 de Novembro de 1502) e do embaixador Pietro Pascualigo ao Senado de Veneza (18 de Outubro de 1501) e a seus irmãos (19 de Outubro do mesmo ano) estão traduzidas e publicadas nas *Memorias da Commissão Portuguesa do Centenario do descobrimento da America*. Lisboa, Tipografia da Academia Real de Sciências, 1892.

PAINEIS DOS FRADES E DA RELÍQUIA

No painel dos Frades, vemos os clérigos letrados da Ordem de Cistér, entre os quais o velho e belo monge será o Dom abade de Alcobaça, e o frade de barbas, algum que acompanhou D. Afonso V nas suas repetidas expedições. No painel da Relíquia, assim chamado por nele ser exibida, pelo clérigo ajoelhado, a relíquia do martir S. Vicente, encontra-se, com um livro aberto, que poderá ser uma Bíblia ou um tratado astrológico, uma figura de judeu, cuja presença não é ali claramente explicável.

AFONSO LOPES VIEIRA.

Êste êrro de visão em que permanecem muitos historiadores é tanto mais para admirar quanto, como vai ver-se, os próprios factos históricos não se conciliam com a versão do descobrimento ocasional do Brasil, no mês de Abril de 1500, pouco depois das problemáticas explorações austrais de Hojeda (1499), de Pinzon e de Lepe (1500), orientadas no objectivo de reconhecer a existência das misteriosas terras, cuja posse Portugal acautelára nas estipulações de Tordesilhas (35).

(35) Segundo Varnhagen, aliás contrariado por Caitano da Silva e Capistrano de Abreu, o nobre Alonso de Hojeda (acompanhado do pilôto Juan de la Cosa e de Américo Vespúcio) teria avistado em 27 de Junho de 1499 as bôcas do Assú ou do Apody, no actual Estado do Rio Grande do Norte. Igualmente, segundo o mesmo historiador, Vicente Yañez Pinzon (o comandante da *Niña* na 1.ª expedição de Colombo) teria abordado ao Brasil em Janeiro de 1500, junto à ponta de Mocuripe, no Ceará, (baptizada de Cabo de St.ª Maria de la Consolacion ou no Cabo de St.º Agostinho, segundo Capistrano, explorando a costa até ao cabo, a que chamou de Rostro Hermoso (ponta de Jererecoará, no Maranhão?), daí, seguindo com rumo de Nordeste, descobrindo a foz do Amazonas, desembarcando na ponta da Tigioca, onde foram os espanhois atacados pelos *índios* paraenses; e, finalmente, Diogo de Lepe (mais tarde enforcado pelos Portugueses), que haveria aportado entre Rosto Hermoso e o Amazonas, sustentando uma refrega com os *índios* do Maranhão. Estes itinerários de Hojeda, de Pinzon e de Lepe são ainda hipóteses contra as quais se opõem argumentos poderosos. A viagem de Pinzon, das três a mais importante, muito duvidosamente se estendeu ao sul da equinócial, derivando-se exclusivamente da edição de 1516 das *Décadas* de Pedro Martir e dos autos do processo de Diogo Colombo a identificação do *Mar Dulce* (possivelmente o Orenoco) com o rio Maranhão ou Amazonas.

Quanto ao pretendido descobrimento do Amazonas por Jean Cousin, Caitano da Silva em *L'Oyapoc et l'Amazone* §§ 1531 a 1536) definitivamente o afastou da história, atirando-o para o domínio da lenda.

OS PAINEIS DE S. VICENTE

Dentre todos os primitivos portugueses, cujo núcleo fórma já hoje uma admirável escola nacional de Pintura, Nuno Gonçalves é o maior mestre, pela qualidade e pela significação da sua obra que até nós pôde chegar, através dos saques, dos terremotos e da incúria dos homens.

Estudados pelo Dr. José de Figueiredo, integrados (restaurados sem retoques) pelo prof. Luciano Freire em 1910, guardados no Museu de Arte Antiga de Lisboa, estes paineis mereceram ao ilustre crítico espanhol Dr. Beruete y Moret, actual director do Museu do Prado, estas palavras, cujo alcance é verdadeiramente magnífico para Portugal: «Nuno Gonçalves não se parece com ninguém. Na transcendência da sua obra julgo ver uma origem, uma primeira interpretação dum modo pictórico, de caracteristicas que são depois as que fazem, não apenas a arte portuguesa, o que seria perfeitamente explicável, mas a arte peninsular, a arte espanhola». O primeiro motivo do valor dêstes paineis consiste em êles arquivarem uma galeria de retratos do nosso século XV. Retratos em tamanho natural, figurando os homens mais representativos da época, colhidos na flagrância das suas vidas próprias e dos seus movimentos interiores, com êles penetràmos na intimidade da vida marítima, guerreira e popular da grande época da história nacional.

AFONSO LOPES VIEIRA

Quadro dos depoímentos históricos denunciadores do conhecimento, anterior a 1500, das terras da América Austral

1493

Carta dos Reis Catholicos a Colombo, de Setembro de 1493. (Navarrete-Colleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles, tom. 2, pág. 109.)

«*Y porque despues de la venida de los Portugueses* (os embaixadores de D. João II, que haviam chegado à côrte espanhola a 15 de Agosto do mesmo ano) *en la plática que con ellos se ha habido, algunos quieren decir que lo que está en medio desde la punta que los portugueses llaman de Buena Esperanza, que está en la rota que ellos llevan por la Mina del Oro e Guinea abajo hasta la raya que vos dijistes que debia venir en la Bula del Papa, piensan que podrá haber Islas y aun Tierra firme, que segun en la parte del sol que está, se cree que seran muy provechosas y mas ricas que todas las otras...*»

1494

Tratado de Tordesilhas, de 7 de Junho de 1494.

(Alguns documentos da Tôrre do Tombo, a pág. 74-75.)

A pendência originada pela 1.ª expedição de Colombo e pelos breves do Papa Alexandre IV, de 3 e 4 de Maio de 1493, concluída no Tratado de Tordesilhas, constitui a primeira grande prova indirecta do conhecimento português das terras ocidentais do hemisfério sul. O breve de 4 de Maio, corrigindo o da véspera, fixava uma linha meridiana que, a distância de 100 léguas a Oeste dos Açôres e das ilhas do Cabo Verde, servisse de demarcação. O hemisfério Ocidental devia pertencer à Espanha e o Oriental a Portugal. Era a linha ideada pelas concepções empíricas de Colombo, mas que salvaguardava os domínios africanos e o caminho marítimo da Índia. D. João II recusa-se a aceitá-la. Os seus embaixadores, Pedro Dias e Rui de Pina vão a Castela defender os interêsses da corôa de Portugal. Fernando e Isabel mandam Lopo de Herrera a Lisboa negociar uma contraproposta. Finalmente, a 15 de Agosto de 1493, os delegados portugueses chegam à côrte espanhola para as laboriosas negociações ultimadas no Tratado de Tordesilhas, que transpunha a linha de demarcação para mais 270 léguas a Oeste, isto é, para 370 léguas das linhas de Cabo Verde, tomando por ponto de partida a ilha mais ocidental do arquipélago.

De onde resultava, pelos cálculos actuais, que a Espanha concedia realmente mais 180 léguas a Portugal, sôbre a demarcação anterior, em virtude de se encontrar a ilha do Corvo, a mais ocidental dos Açôres, a cêrca de 90 léguas a ocidente da longitude mais ocidental do arquipélago de Cabo Verde.

...«*a Sus Altesas plaze & los dichos sus procuradores en su nombre & por vertud de los dichos sus poderes otorgaron & consentieron que se haga & siñale por el dicho mar oceano una raya o linea direcha de polo a polo, conviene a saber, del polo artico al polo antartico que es de norte a sul, la qual raya o linea se aya de dar & dê derecha, como dicho es, a tresientas & setenta leguas de las yslas del Cabo Verde, hasta la parte del poniente, por grados o por otra manera, como mejor & mas presto se pueda dar, de manera que non seam mas, & que todo lo que hasta aquj fallado & descubierto, & de aquj en delante se allare & descubriere por el dicho señor Rey de Portugal & por sus navjos, asy yslas, como tierra firme, desde la dicha raya & linea, dada en la forma suso dicha, yendo por la dicha parte del levante, dentro de la dicha raya a la parte del levante, o del norte, o del sul della, tanto que no sea atravesando la dicha raya que esto sea & finque*

A bula de Júlio II, de 24 de Janeiro de 1506, autorisou o arcebispo de Braga e o bispo de Viseu a confirmarem o Tratado. (Alguns doc. da Tôrre do Tombo, pág. 124-143.

& pertenesca al dicho señor Rey de Portugal y a sus subçessores para siempre jamas...»

A crítica geográfica da convenção de Tordesilhas, cingindo-se aos conhecimentos do fim do século XV sôbre o diâmetro da Terra e tendo em consideração os erros nos cálculos das longitudes, admite que Portugal não defendia nesse grande pleito o itinerário da Índia pelo Oriente, que de facto lhe estava adjudicado, nem a posse dos descobrimentos anteriores, mas as regiões ocidentais ao sul do Equador, porventura já avistadas por Pero Vaz da Cunha, o *Bisagudo,* no regresso da sua expedição ao Senegal, em 1488. O futuro revelou as intenções de D. João II, quando no encalço da armada de Vasco da Gama parte, clandestinamente, Duarte Pacheco Pereira, a reconhecer a existência das terras firmes e ilhas na demarcação de Tordesilhas, que abrangia o Brasil,—onde aterrára Cabral, a caminho de Calecut, depois que o regresso triunfal do Gama definitivamente consagrára o plano português.

1498

O manuscrito do ESMERALDO não foi conhecido dos historiadores das primeiras décadas do século XIX, que fundaram as bases da moderna história geográfica da América.

Duarte Pacheco Pereira, na obra «de cosmografia e marinharia» *Esmeraldo de Situ Orbis,* (que comportava o plano descritivo da costa africana, começando no estreito de Gibraltar, na direcção do sul, até ao cabo de Guardafui, e daí à costa meridional da Ásia, abrangendo tôda a Índia) e de cujo manuscrito original existem duas cópias nas bibliotecas de Evora e Lisboa, assim descreve a primeira viagem portuguesa de reconhecimento da América, a mandado do rei D. Manuel, a quem a obra é dedicada:

...«ha experiencia, que he madre das cousas, nos desengana e de toda a duvida nos tira; e por tanto, bemaventurado Principe, temos sabido e visto como no terceiro anno do vosso Reinado do hanno de nosso senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos vossa alteza mandou descobrir ha parte occidental, passando alem ha grandesa do mar oceano, onde he achada e navegada hua tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella, que se estende a satenta graos de ladeza da linha equinoçial contra o pollo artico e posto que seja asaz fóra, he grandemente povoada, e do mesmo circulo equinocial torna outra vez e vay alem em vinte e oito graaos e meio de ladeza contra o pollo antartico, e tanto se dilata sua grandesa e corre com muita longura, que de hua parte nem de outra nam foy visto nem sabido ho fim e cabo della; pello qual segundo ha hordem que leua, he certo que vay em cercoyto por toda a Redondeza; assim que temos sabido que das prayas e costa do mar destes Reynos de Portugal e do promontorio de Finis-Terra e de qualquer outro lugar da Europa e da Africa e d'Asia hatravessando alem todo ho oceano direitamente ha oucidente ou ha loest segundo ordem de marinharia, por trinta e seis graaos de longura, que seram seiscentas e quarenta e oyto leguoas de caminho, contando ha dezoyto leguas por graao, e ha lugares algum tanto mais longe, he achada esta terra nam naueguada pellos nauios de vossa alteza.»

(*Esmeraldo De Situ Orbis,* de Duarte Pacheco Pereira, edição crítica, anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, publicada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1905.—1.º Livro, Cap. 2.º)

Póde admitir-se que Duarte Pacheco houvesse reunido às informações colhidas na sua expedição as que os Côrte-Reais haviam trazido do noroeste. O ESMERALDO foi escrito após as navegações portuguesas de 1500, 1501 e 1503 nos mares da América setentrional, central (?) e austral. Não há para admirar em que Duarte Pacheco reúna no ESMERALDO os conhecimentos adquiridos posteriormente à sua viagem de exploração de 1498.

1500

Pedro Álvares Cabral, comandando uma esquadra de trese navios, desvia-se da róta da Índia, deixa de tomar água no arquipélago de Cabo Verde, infringindo temeràriamente a prática, estabelecida por Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, e navega para oeste até avistar e fundear no litoral americano, prosseguindo depois viagem para Calecut, mandando a caravela dos

mantimentos continuar para o norte a exploração do litoral, de regresso a Lisboa, portadora do seu relatório ao rei.

O bacharel mestre João, físico e cirurgião, escreve a D. Manuel, de Vera Cruz, na mesma data que Pero Vaz de Caminha: «*Quanto, Señor, al sytyo desta tierra, mande Vossa Alteza traer un mapamundj que tyene Pero Vaaz Bisagudo, e por ay podrra ver Vossa Alteza el sytyo desta tierra*...»

1505

No mês de Março de 1505, o rei D. Manuel escreve ao rei de Espanha uma longa carta, relatando-lhe as expedições da Índia até ao mês de Março, e assim recapitula o acontecimento de 1500: «*Da dita armada foi Capitão General Pedro Alvez Cabral. Navegando elle além do Cabo Verde descobriram uma terra que novamente veiu á noticia desta nossa Europa á qual terra puz o nome de Santa Cruz... Outros chamam-lhe Terra Nova ou Novo Mundo. Esta terra aonde elles fundearam é situada alem do Tropico do Cancro em XIII gráos; pois os marinheiros com seus quadrantes e astrolabios tomaram a altura; porque sempre navegam para aquelles mares com instrumentos astrologicos. Sahindo do dito Cabo Verde esta terra jaz entre Oeste e Sud-oest, ventos principaes, e dista do dito Cabo Verde quatrocentas leguas. Dos seus habitantes, de sua fertilidade, grandesa e condição, e se seja Ilha ou terra firme, com outras nossas cartas temos já dado a Vossa Serenissima larga informação. Sahindo a dita armada deste logar, o capitão deixou ahi dous christãos á mercê de Deus... D'estes dous homens, em uma outra armada que directamente mandámos áquella terra voltou um que sabia a lingua dos indigenas, e nos informou de tudo. Desta terra o capitão fez regressar a nós aquella caravella que levava mantimentos.*»

«Scoperseno *una terra nova*mẽnte a notitia q̃sta fira europa venuta.»

(Tradução por Próspero Peragalo da «*Cópia de una littera del Re de Portogallo mãdata al Re de Castella del viaggio et successo de India, impresso in Roma per maestro Joanni da Besicken, nel anno MCCCCCV a di XXIIJ de Octobre.*»

A armada de 1501, em que viajou Vespúcio e que explorára o litoral até 32º de latitude S. A caravela de Gaspar de Lemos, em que iria como pilôto André Gonçalves.

Êste quadro póde ser acrescentado. O depoimento de Colombo no *Diario* da primeira viagem, publicado por Navarrete no 1.º vol. da *Coleccion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles*, transcrito dos manuscritos de Las Casas, pertencentes ao arquivo da Casa Ducal do Infantado (36), tem sido incluido no processo da reivindicação portuguesa, se bem que as palavras atribuidas por Colombo a D. João II, em Vale Paraíso, tenham sido interpretadas de modo discordante pelos historiadores.

A revelação real do conhecimento ou suspeita das terras que demoravam nos confins ocidentais do Atlântico, ou remontava à época em que Colombo conseguiu ser admitido à presença do soberano, no decurso das negociações em que se empenhou para obter o comando de uma esquadra, com promessa de a levar às Índias pelo poente (36 A), ou resulta mais provàvelmente das reclamações dos delegados, enviados a Espanha para defenderem a política colonial de D. João II e conseguirem as bases de um acôrdo que salvaguardasse os interêsses da corôa portuguesa. É só quando narra a 3.ª viagem de Colombo, que Las Casas responde sem ambigùidade às presunções de D. João II: «*Torna o Almirante a diser que quer ir ao austro, porque entende com ajuda da S. S. Trindade achar ilhas e terras, com que Deus seja servido, e SS.A.A. e a Christandade tenham praser e quer vêr qual era a intenção do rei D. João de Portugal, que dizia que ao austro havia terras.*»

o···o···o···o···o···o···o

(36) O original, destinado aos Reis Católicos, não existe. Las Casas, na *Historia de las Indias*, faz dêle grandes extractos, condensados por Herrera (*Historia General de los hechos de los Castellanos en las Islas y tierra firme del mar Oceano*. Dec. I. Lib. I, caps. IX a XX e Lib. II, caps. 1 a 3.) Fernando Colombo, hipotéticamente o autor das *Historias do Almirante*, parece também ter-se servido do original para os seus extractos. (Cap. XXXVI da versão italiana de Ulôa, *Historie de S. Fernando Colombo*, etc.). Bernaldez, o autor da *Historia de los Reys Catolicos*, embora pouco o tenha utilizado, presumivelmente o conheceu também, o mesmo não podendo já dizer-se de Oviedo (*Historia General de las Indias*), que não o menciona.

(36 A) *A passagem de João de Barros não deixa lugar a quaisquer dúvidas*: «*El-Rey porque via ser este Christouão Colon homem falador e glorioso em mostrar suas habilidades, & maes fantastico & de imaginação cõ sua ilha Cypãgo,*

Última fôlha do Tratado de Tordesilhas, com as assinaturas de Fernando e Isabel

A DEMARCAÇÃO DE TORDESILHAS

UERER provar de mais póde concorrer, em certos casos, para projectar dúvidas sôbre os documentos e indícios insuspeitos. O que parece depreender-se das negociações de Tordesilhas é que os delegados portugueses pugnavam pela posse de terras, que consideravam não abrangidas pelas 100 léguas do Breve de 4 de Maio. O tratado, afastando para 370 léguas da ilha mais ocidental do arquipélago de Cabo Verde a linha divisória, inclui, não só o litoral do Brasil, cujos grandiosos limites, de Norte a Sul, foram traçados por êsse meridiano, como também vastas regiões do hemisfério norte. A linha de demarcação do mapa de Cantino, como a de todos os mapas portugueses posteriores, corta o Brasil na linha equatorial, abrangendo as explorações hipotéticas de Hojeda, Pinzon e Lepe, na costa setentrional brasileira: facto que concede uma porta de entrada, ainda que temerária, aos que sustentam a veracidade cronológica do cálculo de Estevão Fróis. (37) De qualquer modo, a cautela de D. Manuel, ao noticiar ao rei de Castela o descobrimento de Pedro Álvares Cabral: *terra muito necessaria e conveniente á navegação da India*, é perfeitamente justificável. Os próprios termos de que se serve o rei para a comunicação denotam, simultâneamente, a preocupação da prudência e um júbilo moderado—que se sobreporia aos ditames da discreção ante o aparecimento *imprevisto* de terras idênticas às descobertas por Colombo e que o descobridor ainda imaginava visinhas de Cathay. Dos termos da carta real de 29 de Julho de 1500 (38), deduz-se a convicção de que as terras a que aportára Cabral não demoravam nas proximidades do continente asiático. É esta sciência que distingue fundamentalmente o ciclo das navegações colombinas do ciclo das navegações portuguesas no Atlântico ocidental. Mesmo depois da carta de Toscanelli, como após a viagem de Colombo, os portugueses nunca identificam com a Ásia as terras ocidentais. Colombo procura a Índia pelo ocidente. Os portugueses consideram os mares e terras de oeste como independentes das regiões asiáticas. Professando a cosmografia portuguesa a doutrina da esferoicidade da terra, a firmeza com que se desdenha a concepção toscaneliana parece demonstrar o carácter experimental da incredulidade lusitana (39). Á data do desembarque de Cabral em Vera Cruz, uma das mais importantes estipulações do tratado de Tordesilhas não fôra ainda—nem jàmais seria—cumprida. Pelo pacto de 7 de Junho de 1494, as duas partes contratantes obrigavam-se a enviar, dentro do prazo de três meses, a contar do dia da rectificação, duas ou mais caravelas, conforme conviesse, para conduzir à Grande Canária uma missão composta de pilotos e astrónomos, a fim de ser determinada a linha demarcadora (40). Estas duas comissões, portuguesa e espanhola, dirigir-se-iam às ilhas de Cabo Verde, para de lá navegarem 370 léguas para oeste, fixando a distância percorrida.

OS PORTUGUESES NÃO CONFUNDEM AS TERRAS DO OCIDENTE COM O CONTINENTE ASIÁTICO

Esta dupla expedição não se realizou. ¿ Portugal ocultava o seu segrêdo? Colombo ia partir

---

que certo no que dizia: daua-lhe pouco credito.» Era, pois, o projecto de ir à Ásia pelo ocidente que Colombo se propunha executar. Vignaud invoca a capitulação com os Reis Católicos, onde êsse intento não é mencionado, para sustentar que Colombo não se propunha, em 1492, atingir a Índia, mas descobrir novas terras ao poente. A supressão da referência à Índia naquêle documento é perfeitamente justificável, uma vez que as navegações da Índia constituiam um privilégio concedido pela Cúria a Portugal.

(37) Na carta de 30 de Julho de 1514, escrita do cativeiro de S. Domingo ao rei D. Manuel, conservada na Tôrre do Tombo (Corpo Cronológico, Parte 1.ª, Maço 15. N.º 79) e já publicada por Capistrano de Abreu, a págs. 97 a 70 do *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no seculo XVI* (Rio de Janeiro, 1883). O prazo de «vinte annos ou mais», que o prisioneiro dos espanhois dava, em 1514, para a posse anterior do Brasil setentrional pela corôa portuguesa, e que a transporta para 1494, constitui um depoimento subsidiário a juntar às grandes provas históricas. «*Não nos quizeram receber a prova do que alegavamos, como Vossa Alteza posuhya estas teras, a vjmte anos e mays; e que já Joam Coelho, ho da porta da Cruz, vizynho da cydade de Lixboa, viera ter por omde nos outros vinhamos a descobrir, e que Vossa Alteza estava em pose destas teras por muitos tempos...*» Êste notavel documento vale mais para provar as explorações do litoral norte do Brasil, na primeira década do século XVI, empreendidas por João Coelho, João de Lisboa e Diogo Ribeiro (trucidado pelos aborígenes), do que, como pretendeu Faustino da Fonseca (*A descoberta do Brasil*, 2.ª edição, 1908, a pág. 304) para designar a data do descobrimento do Brasil. O Barão de Rio Branco, na *Memoria* apresentada ao govêrno da Confederação Suissa (árbitro escolhido na pendência com a França sôbre os limites da Guyana) consigna-o no cap. V. Facto é que os principais monumentos cartográficos dos primeiros anos do século XVI, de procedência portuguesa ou confecionados sôbre informações geográficas portuguesas, indicam as regiões equatoriais da América, de onde vinha Estevão Fróis, na zona portuguesa.

Num estudo sôbre o conhecimento precolombino, das terras ocidentais dos dois hemisférios, baseado na interpretação dos monumentos cartográficos, teria cabimento o exame do mapa de Bianco, de 1448, onde figura, ao sul do arquipélago de Cabo Verde, uma terra cuja situação é calculada pelo cartógrafo a «*ponente 1500 mia*» (distância aproximada do Cabo de S. Roque). Jaime Batalha Reis dedicou ao mapa de Bianco um estudo, publicado no *Geographical Journal*, de Londres, (Fevereiro de 1897) com o título *The supposed Discovery of South America before 1448*. A localização da ilha de Bianco é aproximadamente a mesma da ilha «descoberta por Portugal» (Vera Cruz) consignada no mapa de La Cosa, de 1500.

(38) «Parece que Nosso Senhor quiz milagrosamente que se achasse esta terra; porque é muito necessaria e conveniente à navegação da Índia.» Navarrete, que a publicou, inventaria-a nestes termos: «*Carta d'el-rey D. Manuel de Portugal a sus suegros los reys catholicos dando les cuenta de esta jornada y casual descubrimiento.*»

(39) «*Na viagem de Cabral, que tinha rota certa para a India, não reinava o mesmo espirito divinatorio, unico que podia alentar a frota de Colombo.*» João Ribeiro, *Historia do Brasil* (curso superior), a pág. 38 da 8.ª edição.

(40) Essa demarcação era ainda o assunto, vinte e quatro anos depois do Congresso cosmográfico de Badajoz e Elvas.

para a terceira viagem, na tenaz esperança de encontrar, finalmente, as terras da civilização e da riqueza asiáticas. D. Manuel nunca afirmára a enérgica paciência e a capacidade formidável de discreção de D. João II. Agita-o a curiosidade de saber... Porventura duvída, ou receia que as expedições espanholas, de imprevisto, lhe invadam as regiões conquistadas pelo maquiavélico antecessor, o formidável construtor do Estado.

DUARTE PACHECO É MANDADO RECONHECER AS TERRAS OCIDENTAIS

Duarte Pacheco Pereira, um dos signatários das estipulações de Tordesilhas, é enviado em sigílo, a reconhecer o valor das aquisições do Tratado, no mesmo ano em que D. *Manuel vai ser jurado* em Tolêdo herdeiro da corôa de Castela e Aragão. Vasco da Gama partíra para a Índia, comandando temeràriamente uma pequena esquadra de três velas. O resultado da expedição era incerto, a viagem imensa, temerosos os perigos que ia defrontar. Naquela hora suprema, Portugal jogava os seus destinos. D. Manuel precavia-se, procurando compensações para o possível insucesso da grandiosa emprêsa em que se empenhára a nação... Duarte Pacheco é mandado «*descobrir ha parte oucidental, passando alem ha grandesa do mar oceano*»...

Decalque feito sôbre a parte do mapa de Andrea Bianco de 1448 que acompanha um interessante artigo do Sr. Jaime Batalha Reis, inserto no «Geographical Journal», orgão da Royal Geographical Society; mapa a que êle se refere no seu artigo do mesmo jornal do mês de fevereiro de 1897.

Vasco da Gama regressa, porém, da Índia asiática, transportando para Lisboa os produtos do Oriente, conduzidos pela primeira vez à Europa por via marítima. Duarte Pacheco trazia também ao rei venturoso a certeza de «*hua tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella*»...

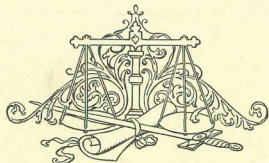
Já agora, as expedições para as terras da América austral vão prosseguir, embora com as cautelas, aconselhadas pela prudência a uma pequena nação, impossibilitada, à míngua de gente, de realizar simultâneamente a conquista e exploração da África, da Índia e da América.

SIGNIFICAÇÃO DA VIAGEM DE 1498

Pedro Álvares Cabral, partindo para Calecut, em 1500, ¿levava instruções para visitar as terras do ocidente? O desvio da derrota não consente outra interpretação. Em 1501, nova esquadra, onde vai Vespúcio, encaminha-se clandestinamente a Santa Cruz. Em 1503, a expedição de Gonçalo Coelho segue, igualmente, o rumo do sudoeste. Os acontecimentos encadeiam-se lógicamente, apoiados nos documentos e indícios históricos, sem solução de continuidade, sem inverosimilhanças, de acôrdo com as mais recentes investigações dos historiadores.

A conduta de D. João II, recusando, sucessivamente, os projectos de Toscanelli, de Colombo e de Monetário, tornar-se-ia de tal modo inteligivel com a viagem do autor do *Esmeraldo*, que esta expedição aparece-nos como a chave interpretativa dos próprios mistérios que escurecem a página histórica do descobrimento da América e que resistiram à análise de Humboldt, Fiscke, Müller, D'Avezac, Peschel, Harrisse e Vignaud...

A viagem de 1498 comprovaria as intenções que ditaram a política de D. João II em Tordesilhas. Se D. João II, em 1493-94, obstinadamente procurou acautelar a posse das terras austrais, é porque delas havia suspeita ou conhecimento. Não se reclama o que não se supõe existir. Ao mesmo tempo, êle parece saber que essas terras não eram os limites ou prolongamentos insulares da Ásia. ¿A recusa à proposta de Colombo implicava a suspeição de terras intercaladas, ao ocidente, entre a Europa e o continente asiático? Esta convicção explicaria cabalmente a perseverança no rumo do Oriente, o prosseguimento do périplo africano... O que se mostra impossível é argumentar com a persuasão portuguesa de que no Ocidente não existiam quaisquer terras. Nesse mar ocidental, os cartógrafos localizavam a Antília e são numerosas as doações das terras que os navegadores para essa banda viessem a descobrir. Navegava-se, pois, para o Ocidente, antes que Colombo partisse de Palos para as Antilhas.

Os dois problemas aparecem intimamente ligados. Esta conexão obriga-nos a passar em revista os indícios de um conhecimento português anterior a Colombo das terras ocidentais do hemisfério norte.

CARTA DE ESTEVÃO FRÓIS A D. MANUEL I

O documento que adiante segue, em fac-simile, *em leitura literal e em leitura moderna é um dos originais quinhentistas mais interessantes da coleção da Tôrre do Tombo, intitulada* Corpo Cronológico. *Da posse do secretário de estado, Alcaçova Carneiro, passoupara a custódia do guarda-mór Damião de Gois; do Paço da Ribeira para a tôrre do castelo de S. Jorge. Posto por ordem e catalogado no século XVIII, no consulado do célebre guarda-mór Manuel da Maia, revelou-o, mas sem a marcação como aliás foi sempre seu uso, F. A. Varnhagen, na* História do Brasil.

¿Quem o escreveu? ¿Quem traçouaquelas linhas angustiosas de cativo, desesperadas de condenado? Baldadamente lhe procuraremos o nome no índice dos registos da chancelaria do Monarca venturoso. Nada consta. Mas o secretário de estado, Alcaçova Carneiro, dir-nos-ha sêcamente que êle é um homem prêso nas Antilhas *e o autor da carta, cortêsmente, iamos a dizer servilmente, segundo o estilo da época, responderá ser* um criado e servidor de V. A.

Andando a descobrir terras no Brasil setentrional, perseguido pelos índios, com a caravéla em mau estado, replicava êle, refugiára-se nas Antilhas. Mas os castelhanos acusaram-no de invadir a a sua esféra de ação e daí o terem-no sob ferros. Desde julho de 1513 que estava prêso e pelo menos havia já escrito outra carta anterior ao seu rei, bem como lhe havia enviado um treslado do processo criminal, intentado contra êle e companheiros.

Esta carta é, pois, um incidente da partilha do mundo a descobrir entre Portugal e Espanha, incidente em que os espanhois defendem a sua jurisdição.

Pêna é que não chegue ao nosso conhecimento a correspondência anterior e que não saibamos também o destino dos cativos.

Mas o que sabemos, embora ténue fio, é o suficiente para tirar do olvido o nome de Estevão Fróis que já nos fins do século XV se aventurava a descobrir terras, a prestar tam alto serviço à civilização da qual foi um verdadeiro mártir.

ANTÓNIO BAIÃO.

Snñor

eu espreuj a uosa alteza destas ym
dyas omde estou preso como uosa al
teza sabe / e asy snõr tyuj qua maney
Ra que fyz treladar ho proceso que con
tra nos fezeram e ho mandey a uosa
alteza pera que fose emformado do
que se dysya contra nos / e depoys de la
snõr ser ho proceso ho que se mays ao
dyamte fez nelle / Asy he que sayo ho al
quayde mayor marcos dagylar
com huum desembargo que amte de
todas as cousas mandaua que
mjce francisco corco e pero corco / ho que qua a
uja estado fosem metydos a tor
memto nam predyjucamdo
ao prouado contra nos per ho
prometor da justyca / do quall
mandado e desembargo nos

Apelamos pera Rolacam de sua al
teza os quaes sñor confyrmaram a sentença
do alquayde mayor / ho quall os meteo
a tormemto dagua e cordes e lhe pergun
tauam no dyto tormento se ujnhamos
de purtugatl com emtemcam de
emtrarmos em teras del Rey de
castela / os quaes sempre dyxe
Ram que nam e que ujnham a des
cobryr teras nouas de uosa al
teza / como ho tynham dyto em
seus dytos e mays nam dyxeram
e sobre tudo ysto sñor nos nam que
Rem despachar / nem nos qujse
Ram Receber a proua do que alega
uamos como uosa alteza pusu
hya estas teras a ujmte anos e
mays e que ja joam coelho ho da
porta da cruz ujzynho da cydade de
lyxboa ujera ter por omde nos
outros ujnhamos a descobryr
e que uosa alteza estava em pose
destas teras por muitos tempos e que
ho que se usaua e pratycaua amtre
os lymjtes asy hera que da lynha
canumcyall pera o sull hera
de uosa alteza e que da mesma
lynha pera ho norte hera del
Rey padre de uosa alteza e que
nos que nam pasaramos a lynha
canumcyall nem chegaramos

A ella com cemto e cymcoemta legoas
e quamto mays que os testygos que comtra
nos heram dados nos heram todos sos
peytos e a quausa da sospeycam / asy he
Ra que que todos heram castelhanos e que
segumdo a Regra e ley de direito asy hera
que sobre / caso de propyadade damtre
huum Reyno a outro nam se aujam de
Receber aos autores testygos / dos
naturaes do Reyno / quamto mays
sñor que todos estes testygos que contra
nos deram heram todos os que
nos predujucauam dos naturaes
de palos de moger que heram ho
mes que nos queRyam mall / por
quausa de huum dyogo de lepe
que uosa alteza mandou em
forcar por que foy tomado nas par
tes de gyne com certos negros que le
uaua furtados / aos quaes
testygos amdauam dyzemdo por
toda esta cydade que nos emfor
casem a todos sobre suas almas
que nam lhe falltaua nada de os
apropyar aos judeus quamdo
dyzyam ho seu samge uenha sobre
nos e sobre nosos filhos e etc / dysto sñor
e doutras cousas mays por ymteyro
fezemos artygos / sem a nenhuum
nos queReRem receber a proua
Agora nam sey sñor ho que quereram
fazer / ho feyto esta concruso sobre
ho tormento nam sey ho que seRa
nos sñor nam temos quem por

nos faca senam ho bacharell pero mo
Reno / ho quall temos por noso letera
do e alem de auogar por nos nos a
juda em todas das outras necy
cydades por sermos naturaes do Rey
no de uosa alteza / e nos dyz que por
sermos uasalos de uosa alteza
fara todo ho que nelle for como de
feyto sñor ho faz / sopryco a uosa al
teza que nam nos desempare e que
nos proueja de maneyra que nam
perecamos como cullpados
poys que ho nam somos e que em
quaso que nos fosemos cullpados
em fycar omde fycamos se he
tera delRey de castela / nos nam
fycamos na dyta tera como em
tera delRey de castela / se nam co
mo em tera de uosa alteza / e por
que nella nos qujseram matar os
ymdyos e huum pero galego como
uosa alteza sabe nos acolhemos
a estas partes por nam termos ou
tra mays perto omde nos a ca
Rauela podese trazer por que estaua
todo comesta do busano / e
e fazya muita agua e mays trazia
mos ho leme comesto e quebra
do e etc como uosa alteza mays
largamente sabe e uo lo eu sñor
tenho esprito // portamto sñor so
pricamos a uosa alteza que nos
lyure deste catyueyro em que es
tamos / e nam consymta nosa al
teza que poys dyogo de lepe pago

como culpado / que nos pagemos / a justyca
que se nelle fez semdo ymnocemtes do
pecado que nos poem por que asaz abasta ter
nos uay em huum anno presos como nos
tem / sem quausa e tomada toda nosa
fazemda / so por nos vyrmos acolher
em sua tera / poer nos ho que nos nam
fezemos nem pemsamos / que he bem craro
sñor que a hobra que elles Recebem nas
ylhas dos acores de uosa alteza / nam
he esta com que nos elles Receberam
que quamtos naujos de qua uam todos
uam toquar em quada huuma
destas ylhas omde os uasalos
de uosa alteza lhe fazem muita om
Ra / e nam nos premdem nem ator
mentam como elles nos fezeram /
nam me cullpe uosa alteza de ho eu
asy dyzer e espreuer porque sñor se fora
em cullpa ou sospeyta ouuira em
mjm do que nos poem eu sñor sofrera tu
do com muita pacyemcya / porem sñor esta
Reixa que elles sñor tem comnosco
nam he noua senam muito uelha
que lhe fycou dos nosos anteceso
Res dalfeRobeyra / e com ella
am dyr a coua // sopryco a uosa al
teza que me queyra Remedyar com jus
tyca espreuemdo a elRey uoso padre
sñor que oulhe nosa ynnocemcya
e quamta ymjustyca nos fazem
em nos terem presos uay em huum
anno sem causa / em no que que alem

XLIV

de uosa alteza amjnystrar justyca / nos
fara muita merce / e Rogamos a deus por
uoso Reall estado com acrecemtamento
de muita vyda / e posto que uosa alteza me
nam conhece como a cryado / eu sñor na
vonta (de) e de coracam ho sam de uosa
alteza por que sñor se fycaua no Ryo om
de fyquey nam foy y com emtemcam
senam de saber ho que auja na tera pe
Ra de tudo dar conta a uosa alteza / co
mo espero em deus de dar / segumdo
achey em huum aluara que uosa alte
za / tynha dado a dyogo Rybeyro arau
to de uosa alteza em que uosa alteza
lhe emcaregaua que oulhase bem
pelas cousas da tera / ho quall care
go eu sñor tomey polo elle ma
tarem os ymdyos como uosa alte
za sabe // byjo as maos de uosa al
teza / Desta cydade de samto domjgo
aos xxx dias do mes de Julho de b^c e xiiij
anos / Das ymdias delRey de castela //

do homem
preso
nas antilhas
(Nota do secretario d'estado
Antonio Carneiro)

A El Rey
de portugall
noso sñor
e etc

do criado e serujdor | esteuam
de uosa alteza | froez [1]

(1) *Torre do Tombo — Corpo Chronologico* — P.^e I, m. 15, doc. 99.

CARTA DE ESTEVÃO FRÓIS A D. MANOEL I

Tentativa de tradução de português arcaico para português moderno, pelo dr. António Baião

Senhor

Eu escrevi a V. A. destas Índias onde estou prêso como V. A. sabe, e, assim, senhor, tive cá maneira de fazer tresladar o processo que contra nós intentaram e o mandei a V. A. para ser informado do que diziam contra nós e depois de lá, senhor, estar o processo, o que ao diante nêle se fêz. Assim é que saíu o alcaide-mór Marcos d'Aguilar com um despacho que antes de mais nada ordenava que mice Francisco Corco e Pero Corco, o que cá havia estado, fossem metidos a tormento, não prejudicando ao provado contra nós pelo promotor da justiça, do qual despacho apelámos para a relação de S. A., que confirmou a sentença do alcaide-mór, e êste os meteu a tormento de água e cordeis e lhes preguntavam no tormento se vinhamos de Portugal com intenção de entrarmos em terras d'el-rei de Castela. Responderam que não e que vinham a descobrir terras novas de V. A., como tinham dito em seus interrogatórios, e a-pesar disto, senhor, nos não querem despachar, nem nos quiseram receber a prova do que alegavamos, como V. A. possuia estas terras há vinte anos e mais e que já João Coelho, o da porta da Cruz, visinho da cidade de Lisbôa, viéra por onde nós outros vinhamos a descobrir e que V. A. estava de posse destas terras por muitos tempos e que o assente quanto a limites era que da linha equinócial para o sul pertencia a V. A. e da mesma linha para o norte a el-rei de Castela e nós não passaramos a linha equinócial nem chegaramos a ela com 150 léguas. Ainda mais: as testemunhas contra nós eram suspeitas por serem castelhanos, o que, segundo a regra e lei do Direito assim era que, sôbre caso de propriedade entre um reino e outro não se haviam de receber testemunhas dos naturais do reino quanto mais, senhor, que todas estas testemunhas, que contra nós deram, eram todos os que nos prejudicavam, dos naturais de Palos, homens que nos queriam mal por causa de um Diogo de Lepe que V. A. mandou enforcar por ter sido encontrado na Guiné com certos negros furtados. Essas testemunhas andavam dizendo por toda esta cidade que nos enforcassem a todos, pois nada faltava para os apropriar aos judeus quando diziam que o seu sangue viésse sôbre nós e sôbre nossos filhos, etc. Disto, senhor, e doutras coisas mais por inteiro fizemos artigos sem nos quererem receber a prova de nenhum.

Agora, senhor, não sei o que quererão fazer. O feito está concluso sôbre o tormento; não sei o que será e nós senhor, não temos por nós senão o bacharel Pero Moreno. Temo-lo por nosso letrado, e, além de ser nosso advogado, nos ajuda em todas as outras necessidades por sermos naturais do reino de V. A., e nos diz que por sermos vassalos de V. A. fará tudo o que puder, como de feito faz.

Suplico a V. A. que nos não desampare e que nos proveja de maneira que não pereçamos como culpados, pois o não somos e, no caso de o sermos por ficarmos em terras d'el-rei de Castella, nós não ficamos na dita terra como em terra d'el-rei de Castela, senão como em terra de V. A., e porque nela nos quiseram matar os índios e um Pero Galego, como V. A. sabe, nos acolhemos a estas partes por não termos outra mais perto onde a caravéla nos pudésse trazer porque estava tôda atacada do busano e fazia muita água e mais traziamos o leme avariado e quebrado, como V. A. mais largamente sabe e vô-lo tenho escrito. Portanto, senhor, suplicamos a V. A. que nos livre dêste cativeiro e não consinta que nós paguêmos a justiça que se fêz em Diogo de Lepe, estando inocentes do pecado que nos põem porque é bastante ter-nos presos vai num ano, sem causa, e tomada tôda a nossa fazenda, só por nos virmos acolher em sua terra, acusar-nos do que não fizémos nem pensámos. E' bem claro, senhor, que a obra que êles recebem nos Açôres de V. A. não é esta com que nos receberam, que quantos mais de cá vão, todos vão tocar em cada uma destas ilhas onde os vassalos de V. A. lhe fazem muita honra e não os prendem, nem atormentam, como êles nos fizeram.

Não me culpe V. A. de o eu assim dizer e escrever porque, senhor, se eu fôra culpado sofrêra tudo com muita paciência, porém, senhor, esta rixa que êles tem connosco não é nova, senão muito velha, pois ficou dos nossos antepassados d'Alfarrobeira *(parece que quereria escrever Aljubarrôta)* e com ela hão-de ir à cova.

Suplico a V. A. que me queira remediar com justiça, escrevendo a el-rei vosso pai que olhe pela nossa inocência e quanta injustiça nos fazem em nos terem presos sem causa, vai em um ano, no que V. A., além de administrar justiça nos fará muita mercê.

Rogamos a Deus pelo vosso real estado com acrescento de muita vida. E posto que V. A. me não conhece como a criado, eu, de vontade e coração o sou pois que, se ficava no Rio onde fiquei não foi com intenção senão de saber o que havia na terra para de tudo dar conta a V. A., como espero em Deus de dar, segundo achei em um alvará que V. A. deu a Diogo Ribeiro, arauto de V. A., em que o encarregava de olhar bem pelas cousas da terra, o qual cargo, senhor, eu o tomei por o matarem os índios, como V. A. sabe.

Beijo as mãos de V. A.. Desta cidade de S. Domingos, a 30 de julho 1514.

Do criado e servidor de

V. A.

Estevão Fróis.

INTENCIONALIDADE da viagem de Cabral ao Brasil conduz, de indução em indução, às provas da viagem relatada no *Esmeraldo* e da convicção portuguesa, baseada na experiência, da impossibilidade de se atingir a Índia pelo Ocidente. Esta impossibilidade não derivava do temor de atravessar o Atlântico. Viagens de alto mar eram já, havia muito, as dos Açôres. Dadas as noções contemporâneas sôbre a grandeza da circunferência terrestre, é difícil resistir à tentação de atribuir a atitude portuguesa ao conhecimento do obstáculo continental, senão a um cálculo, já corrigido, da extensão do círculo máximo.

PROVAS DO CONHECIMENTO PORTUGUÊS DAS TERRAS OCIDENTAIS

Os depoimentos de Colombo, transmitidos pelos biógrafos seus contemporâneos, os copiosos vestígios documentais que restam das explorações portuguesas do Atlântico, no sentido do Ocidente, as cartas de Toscanelli e de Monetário, constituiriam os pilares sólidos desta tese. A autenticidade de alguns dêstes documentos é, porém, contestada. O historiador e diplomata americano Henry Vignaud, vice-presidente da *Sociedade dos Americanistas*, de Paris, reuniu, num livro célebre, *Toscanelli and Colombus: the Letter and Chart of Toscanelli* (41), o resultado dos seus longos e minuciosos estudos colombinos, concluindo pela apocrifía da carta em que o sábio florentino teria aconselhado ao rei de Portugal, no ano de 1474, uma viagem para a Índia pelo poente: plano executado sem éxito, dezoito anos depois, por um improvisado navegador genovês, chamado Cristovão Colombo.

Será, pois, necessário, para demonstrar a intencionalidade da aterragem de Cabral ao Brasil, em 1500, a veracidade da viagem de Duarte Pacheco, em 1498, e a prioridade portuguesa da concepção do novo continente—proceder, embora de um modo sumário, à revisão do processo, instaurado pela crítica histórica a alguns dos documentos capitais de que teremos de servir-nos. Êsse trabalho abrange o quadro das navegações portuguesas para Oeste, anteriores a Colombo, as cartas de Toscanelli e Monetário, os depoimentos colombinos, os mapas de Cantino e Canério, a carta de Pascuáligo ao Senado de Veneza (publícada pela 1.ª vez na edição de 1880-1881 do *Diarii di Marino Sanuto*, da Biblioteca Marciana, de Veneza), a de Pascuáligo aos imãos (publicada pela 1.ª vez nos *Paesi Nuovamente Retrovati*, Cap. CXXVI; Veneza 1507), a de Alberto Cantino, embaixador do duque de Ferrara em Lisboa (publicada pela 1.ª vez pelo historiador americano Henry Harrisse, a pág. 204 da sua obra sôbre os Côrte-Reais (41 A), cópia do M. S., original do Arquivo de Módena), os descobrimentos problemáticos de Hojeda, Pinzon e Lepe, e, finalmente, a correspondência de Vespúcio, que nos fornece as únicas informações que possuimos sôbre as explorações da costa brasileira, empreendidas pelas armadas portuguesas, de 1501 e 1503.

O «ESMERALDO» CONSIDERADO COMO PROVA DA INTENCIONALIDADE DA ATERRAGEM DE CABRAL EM VERA CRUZ

Antes, porém, devemos registar que já o historiador brasileiro, João Ribeiro, chegára a conclusões idênticas, consignadas no prefácio à publicação crítica, anotada, da carta de Pero Vaz de Caminha, publicada na colectânea de várias crónicas, *O Fabordão* (42).

> *Não é possivel mais admittir*—escreve o eminente polígrafo—*que a descoberta do Brasil foi resultado accidental e de mero accaso, como por tantos seculos se repetiu. Esse problema importantissimo, e nem se pode imaginar outro mais importante, ainda considerado fora da nossa historia, na mesma historia do mundo, foi resolvido principalmente pela publicação do ESMERALDO DE SITU ORBIS. Lá se verá mais de uma vez que o rei de Portugal havia commettido aos seus marinheiros a empresa de revelar o extremo occidente, e della Pedro Alvares Cabral, o primeiro ou o segundo, recebeu essa incumbencia; e depois das proprias palavras de Caminha, quando affirma que «seguiram a derrota pelo mar de longo», a phrase ignorada, quando tardiamente foi lida nos archivos, já não offerece duvida. O «mar de longo» é o do occidente. Duarte Pacheco, o heroe da India, companheiro de Cabral e auctor do ESMERALDO, falando das três partes do antigo mundo, acrescenta:*
>
> *«e a quarta parte que Vossa Alteza mandou descobrir alem do oceano...»*
>
> (I-Cap. III)

(41) Londres 1902. No ano anterior, Vignaud publicára em Paris a edição francesa da mesma obra (ampliada na posterior edição inglesa) com o título *La lettre et la Carte de Toscanelli*. Ernest Leroux, editor.
(41 A) *Les Corte Real et leurs voyages au nouveau monde*. Paris, 1883.
(42) H. Garnier, editor. Rio de Janeiro e Paris, 1910.

e anteriormente:

...«bem aventurado Principe, temos sabido e visto como no terceiro anno do vosso reinado, anno do Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito donde nos vossa Alteza mandou descobrir ha parte occidental passando alem da grandeza do mar ociano honde se acha navegada uma tam grande terra firme com muitas grandes ilhas adjacentes a ella que se estende a setenta graos de ladeza da linha equinocial»...

«Ora, não é possivel que o famozo capitão se dirijisse ao Rei, attribuindo á Alteza e a si proprio um embuste a esse tempo despropositado. Ainda mais. O segundo trecho mostra que a grande terra achada foi a confirmação do exito da empresa anteriormente comettida.

«Cabral veiu muito deliberadamente caminho das terras americanas, seguindo alem da grandeza do mar oceano.

«Outros talvez o precederam: e agora já parecem menos exageradas as alegações, sem duvida inverosimeis, de Gaspar Estaço. (ANTIGUIDADES. CAP. 84) e as do espanhol Gomara sobre a prioridade dos portuguezes.

«Não é menos certo ainda, que com Gonçalo Velho descora a genialidade do genovez; o descobridor dos Açores inicia o rumo de Oeste, e elle por setenta annos é o precursor de Colombo.

«É util notar que o afastamento da frota de Cabral é excessivo, ainda mesmo contando para isso uma LONGA TEMPESTADE (lugar commum já hoje sem credito em varias lendas dos descobrimentos) da qual é extremamente curioso que não fale Vaz Caminha na sua carta. O mesmo silencio a respeito da TEMPESTADE (n'esta conjunctura, acidente importante) guarda a outra relação anonima que conhecemos pela versão italiana de Ramuzio.

«A rota do SUL, que continuou a ser a dos pilotos de carreira, (43) *torceu para oeste. Mas só para oeste vão as naus que vém arribadas ou impossibilitadas de alcançar o cabo extremo africano e n'este caso se fazem na volta do Brasil, demandando Santo Agostinho, Bahia de todos os Santos ou Abrolhos. Nenhum acidente d'este valor se depara nas duas relações do descobrimento do Brasil.*

«As palavras de Caminha «SEGUIMOS NOSSO CAMINHO POR ESSE MAR DE LONGO ATÉ QUE TOPAMOS SINAIS DE TERRA» merecem mais detido comentario; para os antigos e ainda até os alvores da idade moderna, o rumo leste-oeste era considerado de LONGO, porque até então as maiores distancias extremas eram do oriente ao occidente ou vice-versa, attenta a configuração do mundo antigo que era apenas uma zona do planeta alongada, pois, n'aquelle sentido.»

«Hoje, na navegação atlantica poderia supôr-se que a NAVEGAÇÃO DE LONGO seria a de norte-sul. Outrora, a expressão equivalia ao SECUNDUM MARE dos romanos. Sobre o meridiano contavam-se os graus de LADEZA como diziam os antigos cosmographos portugueses e aliás a sciencia moderna conservou as mesmas expressões antigas LONJITUDE (leste-oeste) e LATITUDE (norte-sul).

(43) Roteiro de Vicentes Rodrigues, 16; Id. de Aleixo da Mota, 96-97, ed. de G. Pereira.—Soc. Geogr. Lisboa, 1898.

«Até antes de D. Henrique os navegantes do sul não se animavam a prolongar a viajem a L'OESTE além do cabo Bojador, assim chamado por que BOJAVA para o occidente umas quarenta leguas, ainda augmentadas de parceis que FERVIAM por uma restinga adiante, por seis leguas.

«Parecia então aos navegadores que o mar FERVIA e só a audacia da NAVEGAÇÃO DE LONGO poude contornar o Bojador e dissipar as antigas superstições. Quando a experiencia da navegação costeira mostrou que se podia mais tarde fazer a VOLTA DO MAR (abandonando a costa) então começaram as grandes NAVEGAÇÕES DE LONGO e o primeiro rasgo será sair de Lisboa no rumo S. S. O. até Forteventura das Canarias, isto é, a 28°.

«Esta é a rota da India e tambem a do Brasil, seguindo os rumos sucessivos das Canarias, Cabo Branco e Cabo Verde; d'aí por diante os que buscavam a India navegavam PARA O SUL seiscentas leguas.

«A CARTA DE CAMINHA indica sucessivamente as escalas CANARIAS, CABO VERDE.

«Vê-se que o rumo de Cabral foi de S. O. e não S. e que a hipothese explicativa desse afastamento — a de que os navegantes fujiam a tempestades ou iam ALCANÇAR OUTRAS CORRENTES — é meramente gratuita, e é mesmo tendenciosa, pois aponta á conclusão de que o descobrimento devia ser CASUAL; ao contrario, o desvio para oeste era sempre um conselho por aproveitar os gerais.

«Cabral abandonou o sul por oeste, no mesmo momento de navegação em que Vasco da Gama, pouco antes, abandonara o rumo do sul por leste, demandando a terra africana até a angra de Santa Helena. Antes d'esse desvio, ambos, um com a certeza, outro com a fantazia e esperança, demandavam a terra firme.

«Bem antes da prova experimental da redondeza da terra, dada por Fernando de Magalhães, já Dom Manuel fazia executar uma POMA ou globo solido do mundo com as cartas de marear de Jorge de Vasconcellos; em Lisboa ou nenhures é que havia a intuição mais nitida do planeta, qual o haviam revelado as navegações.»

INTERPRETAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DE D. JOÃO II EM TORDESILHAS

ARTINDO do simples para o composto e do conhecido para o duvidoso, atingem-se resultados que seria difícil obter, se intentassemos penetrar no labirinto em que tantos e tam grandes espíritos se perderam. Perante a clareza da sóbria argumentação dedutiva do historiador brasileiro João Ribeiro, como estamos longe da profusa dialéctica de Gonçalves Dias, na polémica erudíta que o grande poeta sustentou nas suas *Reflexões* com o Conselheiro Norberto de Sousa e Silva (44).

Os mistérios começam a dissipar-se no caminho do historiador, desde que, aceitando o depoimento do «Aquiles lusitano», protótipo da honra cavalheiresca e a mais brilhante figura guerreira da epopeia asiática, se adquire o convencimento de que as negociações de D. João II revelam a forte suspeição das terras ocidentais. Não valeria a pêna rèiniciar um debate geográfico-histórico de tamanhas proporções, para perpetuar as dúvidas e prolongar as interrogações e reticências perplexas dos sucessivos intérpretes desta página da História do mundo. Com muito menores indícios, a arqueologia histórica reconstituiu o quadro das vetustas civilizações da Ásia e da África mediterrânea. A pertinácia com que o génio dos historiadores defrontou os enigmas das civilizações caldaica, babilónica, assíria, judaica, fenícia e cartaginesa, parece ter esmorecido perante os transparentes mistérios do problema dos descobrimentos. Quis-se condenar a verdade pelo êrro das lendas e não se tentou verificar os resultados que atingiria a concatenação dos factos, praticada em sentido inverso do usado no método cronológico progressivo: quer dizer, pelo método regressivo. Se no estudo da geografia física se partiu das idades actuais da Terra para as da paleontologia, ¿porque não aplicar o mesmo processo aos períodos controversos da História? A prática demonstra que tôda a narrativa que comece no duvidoso, depressa envereda para a crítica negativista. O descobrimento da América só parece um enigma porque a fantasia alucinatória de Colombo — contrastando com a sisuda discreção portuguesa — o envolveu na névoa em que se perdem os historiadores.

Admita-se que, à semelhança dos relatórios de Cabral, dos capitães da esquadra e dos pilotos, as cartas de Caminha e de Mestre João se tinham perdido. ¿A que inverosimeis hipóteses não se haveriam entregue os historiadores, no esfôrço de reconstituir com as imaginosas versões da tempestade, do milagre, das correntes oceânicas e do acaso, essa página tam formosa do desembarque dos «cavaleiros dos mares» em Vera Cruz?

Diante da impossibilidade scientífica de reconhecer a constrangente influência das ventanías e das correntes, como determinante do desvio de Cabral na sua róta, sem paragem desde as áridas paisagens lunáres das ilhas de Cabo Verde até aos luxuriosos panoramas tropicais de Vera Cruz, podia-se pressentir um precursor, como as equações de Le Verrier demonstraram a existência do planeta Neptuno.

Os argonautas portugueses, desistindo de ir procurar por ocidente o vélo de ouro de Toscanelli, tinham as suas razões. É impossível negar as alegações e esperanças de Colombo de ir desembarcar em Cypango ou Cathay: as terras das especiarías, que no mapa do autor veneziano do *Livro das Maravilhas do Mundo* ficavam a mais de 1500 léguas para o Oriente da sua situação na esfera. Na côrte portuguesa de boa fonte se sabe, pois que é a da experiência, que Colombo se ilude. Isso não obsta a que D. João II proteste contra o Breve de 3 de Maio de 1493, *Inter cœtera et Eximiæ devotionis*, e o

(44) Esta polémica memorável decorreu da proposição, pelo imperador D. Pedro II, da tese da intencionalidade ou casualidade do descobrimento de Cabral. A *Memoria sobre o descobrimento do Brasil*, do conselheiro Joaquim Norberto de Sousa e Silva, ocupa as pág. 125 a 209 do Tom. XV, da «Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro»; *as Reflexões*, de Gonçalves Dias, as pág. 289 a 334 do Tom. XXIII; a *Refutação ás Reflexões*, as pág. 335 a 405 do mesmo Tom. XXIII.

Gonçalves Dias, querendo provar a inexperiência dos pilotos portugueses nos mares da América, menciona a necessidade (?) que tivera Portugal de contratar o mercador florentino Vespúcio, esquecendo-se, ao proclamar tamanha injustiça, de que o segundo *piloto mayor* de Espanha, João Dias de Solis, era português; de que foi com um pilôto português que a Espanha realizou a surpreendente passagem do finisterra americano para o Pacífico; de que o autor do *Tratado del esphera y del arte de marear*, a mais importante obra náutica da literatura espanhola, é o português Francisco Faleiro; de que o português Diogo Ribeiro foi nomeado por Carlos V seu cosmógrafo-mór; de que a Carta Real de 6 de Agosto de 1508, publicada por Navarrete, no Vol. III, a pág. 299 da *Colleccion*, demonstra a inferioridade em que se achava a marinha espanhola em confronto com a portuguesa, ordenando que daí por diante nenhum pilôto fôsse autorizado a navegar sem o quadrante, o astrolábio e o Regimento; e que ainda quarenta e quatro anos depois, o valoroso Orellana, em duas cartas, datadas de Sevilha, pedia licença ao Imperador Carlos V para contratar pilotos portugueses, invocando os seus superiores conhecimentos dos litorais da América equatorial. (Toribio Medina, *Descubrimiento del Rio de las Amazonas, segun la relacion hasta ahora inédita de Fr. Gaspar de Carvajal*, Sevilha, 1874, Pág. 207 e 209). Teria bastado que Gonçalves Dias confrontasse os erros grosseiros das latitudes, cometidos por Colombo, Hojeda e Pinzon — que se orientaram pela altura polar — com a exactidão da latitude dos pilotos de Cabral em Vera Cruz, para repudiar, como impróprio da sua inteligência, argumento tam absurdo, que nos mostra a nação mestra dos navegadores *necessitada* dos serviços do empregado comercial dos Médicis, para explorar as terras que Duarte Pacheco e Cabral tinham sido mandados a reconhecer em 1498 e 1500.

Breve do dia seguinte, que já restringe as concessões exorbitantes do anterior, obtidas por Bernardin de Carvajal e Ruiz de Medina. O primeiro doava a Fernando de Castela e a Isabel de Aragão, que tinham unificado a Espanha no tálamo, *omnes insulas et terras firmes inventas et inveniendas, detectas et detegendas versus occidentem et meridiem*... O segundo já decretava que as concessões espanholas abrangeriam apenas as terras a poente de uma linha meridiana, traçada a 100 léguas a oeste e ao sul das ilhas dos Açôres e de Cabo Verde: *quæ linea distet a qualibet insularum quæ vulgariter nuncupantur de los Azores y Cabo Verde centum leneis versus occidentem et meridiem*... Resolutamente o rei de Portugal protesta contra a partilha magnánima do pontífice espanhol, mas o exame das suas reclamações revela que não é o receio de ver atribuidas à Espanha as regiões meridionais da Ásia (das quais se aproximam cada vez mais as naus portuguesas) que determina o protesto. Se em Portugal se acreditasse que Colombo atingíra a Ásia pelo caminho rápido do Ocidente, a circunnavegação da África teria sido interrompida e as caravelas portuguesas, que havia mais de meio século desciam a costa africana, à procura da passagem para o mar das Índias, fariam prôa ao poente. Para justificar a rebeldía contra o decreto da Cúria, D. João II podia invocar as bulas anteriores de Nicolau V (8 de Janeiro de 1454) e de Calixto III (13 de Março de 1455), confirmadas por Xisto IV, que Alexandre IV, o pontífice espanhol, anulára ao anúncio do regresso da frota de Colombo, carregada de escravos.

As navegações para o Oriente prosseguiram, mas as reclamações foram sustentadas.

Os trofeus que Colombo trazia da Guanahani e da Mayaguana, e que, por fôrça maior, veio exibir a Lisboa, eram a prova de que não atingíra os arquipélagos asiáticos. Só a cegueira de Colombo podia identificar a Ásia de Marco Polo, a Ásia dos esplendores e das especiarías:—essa Ásia que havia tantos séculos estava em relações comerciais seguidas com a Europa, por intermédio das caravanas arábicas; de onde proviéra o Cristianismo, seguindo o itinerário de todas as religiões monoteístas,—com aquelas ilhas habitadas por canibais. ¿Teria sido, então, para capturar alguns papagaios e chegar ao contacto com uma humanidade primitiva e selvagem que, durante tantos anos de dispêndios e catástrofes, a nação gastára o melhor do seu heroísmo e dos seus haveres? Basta encarar êste contra-senso para se conceber a incredulidade de D. João II—embora o tivesse impressionado, a princípio, a côr dos cativos, trazidos por Colombo,—e para compreender a política a que fêz obedecer, como um diplomata consumado, as negociações ultimadas em Tordesilhas.

A ÍNDIA ASIATICA FITO DAS EXPEDIÇÕES PORTUGUESAS PARA O ORIENTE

O historiador Henry Vignaud, entre os motivos que expõe na análise exaustiva da carta de Toscanelli, para considerá-la apócrifa, menciona o de não cogitar ainda Portugal, no fim do reinado de D. Afonso V, nas Índias *asiáticas*, mas apenas nas Índias *africanas* do Preste João.

Entre a carta de Toscanelli, que nos foi revelada pelo próprio filho de Colombo e que teria sido escrita a um cónego Fernão Martins, em 25 de Junho de 1474, e a partida do descobridor inconsciente da América, em 3 de Agosto de 1492, para as Antilhas, decorreram dezoito anos. Em Dezembro de 1488, Bartolomeu Dias regressava do Cabo da Boa Esperança, de descobrir a passagem para o Índico, havendo partido no verão do ano anterior. Neste mesmo ano de 1487, D. João II mandára Pero da Covilhã e Afonso de Paiva renovar a tentativa de dois anos atrás, para se atingir a costa oriental da África. Se, de facto, o objectivo das navegações portuguesas fôsse apenas a Índia *africana*, o rei de Portugal teria prosseguido a obra de D. João I, de D. Duarte e dos primeiros anos do reinado de seu cavalheiresco pai, obra truncada, apenas assinalada pelas tomadas vingadoras de Tanger e Arzila. Mas exactamente a falta de continuidade nessa emprêsa militar ¿não parece indicar-nos que o objectivo português visava a navegação comercial do Índico? Não faltaram historiadores que, analisando os acontecimentos dos séculos XV e XVI com a moderna mentalidade, salientaram o êrro do sôbre-humano empreendimento marítimo, constatando que essa ambição heróica de alcançar a Índia através dos mares foi causa de enfraquecimento e ruina, e que haveria sido muito mais profícua e menos dispendiosa a róta terrestre, pois encaminhado o impetuoso heroísmo português para o litoral africano do Mediterrâneo, Portugal se haveria prolongado para além do estreito e ainda hoje poderiam as quinas flutuar de Tanger ao delta do Nilo. Mas o que principiava a ser uma concepção plausível no reinado de D. Sebastião (quando já as fôrças nacionais estavam exauridas pela epopeia da Ásia) não se ajustava às conveniências transcendentes que dominaram a política expansionista do século XV, que visava a desviar o tráfico asiático do litoral mediterrâneo, contornando o bloqueio turco, suplantando a caravana com a esquadra, o lento animal dos desertos pela nau ligeira, impelida pelos ventos. A conquista do bastião de Ceuta, presumivelmente obedecêra ao propósito de captar as fontes arábicas do comércio da Ásia. O malôgro do plano e a tomada de Constantinopla, em Maio de 1453, por Mahomet II, definitivamente lançaram Portugal na gigantesca aventura dos oceanos. O caminho era longuíssimo: cêrca de 9200 milhas. Perante a audácia inaudíta, que empalidece a de Colombo, os geógrafos e historiadores admitem que só a suposição de que a África não se prolongava para além do Equador (atingido em 1471) animára tam pequena

nação a tamanho empreendimento. Parecem-nos ociosas quaisquer conjecturas, quando a emprêsa gigantesca foi concluída pela nação pigméa.

A verdade é que não havia outro modo de resolver o problema das relações marítimas da Europa meridional com o Oriente asiático. A viagem da circunnavegação da África era imensa, mas que não existia caminho mais curto todos nós o sabemos, pois só depois de Lesseps praticar a incisão do istmo de Suez os navios deixaram de seguir a róta de Vasco da Gama, como ainda hoje a navegação entre a Europa e o Brasil austral se orienta pela mesma róta de Cabral, pelas mesmas estradas marítimas, com as mesmas escalas. Havia, sim, um outro caminho, mas mais extenso que o périplo africano, (45), por onde passou, com a energia despótica de um tirano e a audácia sombria de um super-homem, depois das execuções punitivas na costa patagónica, o pilôto português Fernão de Magalhães, comandando uma frota de Espanha.

Quando a viagem da Índia vai vencendo as morosas escalas, o Mediterrâneo está fechado ao Oriente pelos turcos e o litoral africano encontra-se na posse dos mouros. Para Portugal havia só o recurso de lançar-se ao mar. Os cavaleiros de Cristo e de S. Tiago apearam-se dos ginetes e subiram para o convés das naus. É essa «cavalaria dos oceanos» que desvenda os mistérios aquáticos do globo, que gradualmente desce e remonta o continente africano, que põe a Europa em contacto com as milenárias civilizações orientais, apaga com audácia impávida as legendas assustadoras dos finisterras, corrige os erros da geografia de Ptolomeu, descobre as constelações dos novos céus austrais: que dá motivo, enfim, para que Duarte Pacheco Pereira, começando a escrever o *Esmeraldo*, nos primeiros anos do século XVI, assim possa rematar a oferenda do prólogo a D. Manuel: «*poderemos por vós dizer o que disse Vergilio por Cesar Augusto: — «Tu és governador do grande mar e todos honram as tuas grandesas e a ti sirva a ultima Thulle*».

A DIRECTRIZ DAS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS CONDUZIA AO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

DESCOBRIMENTO das Antilhas apresenta-se-nos como um episódio à margem das navegações lusitanas, pois os navegadores do Índico haveriam de tocar, um dia, na América Austral e as expedições dos Côrte-Reais acabariam por atingir (como atingiram em 1500) as terras da América setentrional, (46) acrescentando ao mapa do mundo um continente. Assim, num breve ciclo de oitenta anos, Portugal teria completado a revelação dos mundos novos, embora Colombo houvesse continuado em Génova a humilde profissão paterna de tecelão (47).

Os erros acumulados dificultam o trânsito do pesquisador no caminho da verdade. É necessário transpor êsses erros com resolução. A história do descobrimento da América ainda aguarda o historiador que repita a revolução operada por Momsen na história de Roma (48). Como a alquimía e a astrología medievais, a sciência histórica está inçada de preconceitos empíricos. Menos feliz do que as sciências positivas, baseadas na observação e na análise, e que se insubordinaram contra os erros do passado, a História continúa acorrentada às versões dos cronistas, que atestam freqùentemente de memória, que são, bastantes vezes, os fixadores de tradições orais, cujas obras veneraveis, mutiladas pela censura como monumentos inconclusos, tiveram de submeter-se às conveniências do Estado, sem violarem os arquivos secretos onde os reis guardavam as chaves da sua diplomacia e da sua política.

(45) Fernão de Magalhães navegou 14.475 milhas de S. Lucar às Molucas.

(46) Segundo o P.e Cordeiro, na *Historia Insulana*, só escrita no princípio do século XVIII, João Vaz Côrte-Real e Álvaro Martins Homem teriam desembarcado na ilha da Terceira, de regresso da Terra Nova dos Bacalhaus, por volta de 1464, e, encontrando vaga a capitanía, por morte de Jacomo de Bruges, a solicitaram da viuva do Duque de Viseu. Esta narrativa (a pág. 250 e 311 da op. cit.) é inspirada e em parte reproduzida do cap. IX do Liv. IV das *Saudades da Terra*, do dr. Gaspar Frutuoso (edição de Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal 1873). Henry Harrisse, em *Les Corte-Real et leurs voyages au Nouveau-Monde* (Paris, 1883) demonstrou com o saliente auxílio das investigações de Ernesto do Canto, que não há base para admitir-se que João Vaz Côrte-Real tenha descoberto o continente americano.

(47) «*Seria a America fatalmente descoberta pelos portugueses dentro de pouco tempo, ainda que Colombo não existira; porque elles, por experiencia dos mares africanos, afastavam-se sempre para oeste com o fim de evitar as calmarias da costa da Guiné. O descobrimento do Brasil, pois foi o que seria egualmente o da America, um episodio do periplo africano*». João Ribeiro, *Historia do Brasil*, pág. 28.

(48) «*Ce qu'on peut affirmer dès maintenant, c'est que l'histoire des causes immédiates de la découverte de l'Amérique, telle que la comprenaient Humboldt et Washington Irving, et telle que la comprennent encore la plupart des auteurs de notre temps, est entiérement à reécrire*». Henry Vignaud, *La lettre et la Carte de Toscanelli*, a pág. 6.

É extremamente moroso o curso de uma idéa nova até à sua incorporação na História. Pelo que respeita propriamente ao assunto das expedições atlânticas, os recentes trabalhos de historiadores, geógrafos e scientistas, como os de Beazley, de Harrisse, de Ravenstein, de Vignaud, de Bensaúde, de Luciano Pereira da Silva, que acumularam provas inéditas e múltiplos indícios para a estrutura de novas conjecturas, não puderam ainda influir decisivamente na alteração das antígas e erróneas concepções, impostas pela autoridade de nomes consagrados que imperam nas altitudes da sabedoria humana. A influência dos novos Aristóteles não durará, porém, o que durou a do primeiro génio da dinastia.

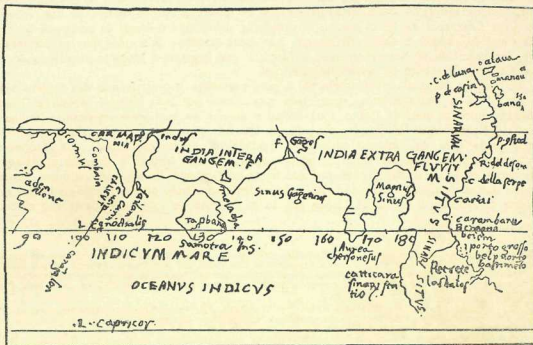
O homem habitua-se ao que sabe e dificilmente condescende em reconhecer o êrro que inutiliza êsses conhecimentos laboriosamente adquiridos. Outra não é a causa a que se deva atribuir — para só citar um exemplo — a relutância dos astrónomos, dos matemáticos, de tôda a sciência universitária em geral, para admitir a teoria astronómica do cónego polaco de Frauenburg. Muito tempo depois da publicação, em 1543, do *De revolutionibus orbium cœlestium*, que só aos setenta anos Copérnico se resolveu a imprimir em Nurembergia, dedicando-o ao papa Paulo III, ainda nas universidades os sapientes doutores e orgulhosos capelos ministravam a errónea (se bem que maravilhosa em seus resultados surpreendentes) concepção ptolomaica da astronomia, sôbre cuja base convencional a humanidade havia realizado alguns dos mais grandiosos empreendimentos, como as descobertas dos mundos novos que demoravam incógnitos na imensidade das águas, circundados pelos abismos oceânicos. Só no século XVII, o sistema heliocêntrico do observador da *Cúria Copérnica* foi unanimemente aceite, depois de corrigido o êrro da órbita circular dos planetas, e depois que Galileu, inventando a luneta astronómica, tornou possível a observação das fases de Venus, dos satélites de Júpiter *(Mundus Jovialis)* e das manchas móveis do Sol, que tornaram manifesto o movimento de rotação do globo solar e permitiram à imaginação humana lobrigar, ao depois, a existência de outros milhões e biliões de sóis chamejantes, centros de sistemas planetários, revoluteando nos incomensuraveis espaços celestes.

A CONCEPÇÃO COSMOGRÁFICA DE COLOMBO EXCLUÍA A EXISTÊNCIA DA AMÉRICA

COLOMBO é um nome que principia a designar para os historiadores mais uma data eterna do que um homem efémero. Na viagem às Antilhas, os povos europeus, fundadores da néo-civilização americana (pois que na América central e transândina tinham encontrado sobrevivência de remotas civilizações, comparaveis aos pródromos das civilizações egipcia e assíria) simbolizaram o assombroso acontecimento social que dessa viagem mística e aventureira resultou. Para ser exacto, o historiador não póde apelidar Colombo de descobridor da América.

O nauta genovês encontrou a América, ignorando-a; visitou-a em mais três viagens, tenazmente convicto de que navegava nos mares asiáticos, olhando-a sempre através da mesma ilusão com que da primeira vez a avistára do convés da *Santa Maria* (49). Flagrante inexactidão seria atribuir-lhe o descobrimento de um continente novo, quando o infeliz grande homem assim persistia na crença de haver atingido os confins orientais da Ásia, e não as regiões de apagada memória, por onde, havia milenários, tinham transitado as nómadas multidões humanas, isoladas mais tarde pelas gigantescas convulsões geológicas e os dilúvios. Colombo nunca entreviu a correlação das lendas com as realidades imemoriais e as remotas convivências do homem europeu e asiático com o seu irmão americano. Êste realizador de quimeras, colocado pelo acaso diante da mais grandiosa das realidades, supõe encontrar-se (quando exausto de procurar a Cypango das maravilhas) nas visinhanças das regiões metafísicas, onde a antiguidade clássica localizava o Eden e os Campos Elísios, e onde o protegido dos frades arrábidos

(49) Ao historiador geógrafo F. Wieser deve-se a descoberta, num códice florêntino, de quatro esboços cartográficos, desenhados à margem da cópia de uma carta de Colombo, datada da Jamaica, aos 7 de Julho de 1503. Estes apontamentos cartográficos, devidos a Bartolomeu, irmão de Cristovão Colombo e seu companheiro de expedição, testemunham a persistência das erróneas concepções cosmográficas de Colombo. A costa entre Banasse e Retrete é designada como sendo a costa oriental da China *(Sinarum situs)*; no lado oposto a Retrete assinala-se o litoral do Panamá, banhado pelo *Oceanus Indicus*. Isto passava-se três anos depois que Colombo, no decurso da 3.ª viagem (1498-1500) avistára a terra firme de Pária, visinha daquele rio Dulce (o Orenoco) a que Pinzon iria no último ano do século XV, e que se procura identificar com o Amazonas. Cf. Wieser, *Die Karte des Bartolomeo Colombo*. Insbruck, 1893.

pretendia dever encontrar-se o Paraíso bíblico (50) — pois na sua imaginação exaltada as reminiscências clássicas misturavam-se aos éxtases e arrebatamentos de um místico medieval (51) Êste delírio religioso não prejudicava a ambição, por vezes áspera, de um megalómano, exasperado por longa abstinência de ventura, deslumbrado pelas visões de minas de ouro, bancos aquáticos de pérolas, jazidas de carbúnculos e de esmeraldas. Clinicamente, Colombo foi já classificado por Lombroso como um herói patológico, acometido pelo delírio das grandezas, sôfrego de títulos, de riquezas e de honras; e infunde surprêsa ver tão exaltada fé, posta ao serviço de uma expedição mercantil, em que os Pinzon entraram com saliente cooperação, a título de sócios de um negócio fascinador, que prometia lucros fabulosos (52).

Esbôço dos litorais americanos descobertos por Colombo na sua quarta viagem, desenhados por Bartolomeu Colombo, e que comprova a obstinação do descobridor da América em supor-se navegando nos mares asiáticos.
(*Die Karte des Bartolomeo Colombo über die vierte Reise des Admirals*, de F. Wieser, no Mitteilungen des Instituts für oesterreichische Geschichtsforschung Ergänzungsheft, 1893)

CONCEPÇÃO PORTUGUESA DO NOVO CONTINENTE

De facto, a América só é descoberta na sua continuidade territorial — embora ainda com limites imprecisos — pela expedição clandestina de um dos consultores técnicos de Portugal em Tordesilhas, Duarte Pacheco Pereira, em 1498 (53), e pelas viagens quási simultâneas de Pedro Álvares Cabral a Vera

(50) «*Grandes indicios son estos* (a agitação do gôlfo de Pária e a invasão das águas doces dos estuários nas águas salgadas do mar) *del paraiso terrenal, porque el sitio es conforme a la opinion de estos santos e sumos teologos. . .*» Carta de Colombo aos Reis Católicos, em Navarrete, *Colleccion*, I, pág. 408.

(51) O professor Carlos Errera assim conclui o seu estudo sôbre Colombo em *L'epoca delle Grandi Scoperte*: «*Nè è possibile qui dirè di più sull'umo e sull'eroe: non di quanto egli valesse per genialitá e acutezza di osservazione, nè di quanto pecasse per erramenti singolari della sua dottrina cosmografica, scarsa, mal digerita, e miseramente distratta da fantasia mistiche e religiose*»... op. cit. pág. 289.

(52) O custo total da expedição foi de 1.167.542 maravedis, cêrca de quinze contos (moeda brasileira) ou £ 950. A Corôa contribuíu com um milhão de maravedis, sendo os restantes obtidos por Colombo. Ao contrário do que por muito tempo se pensou, nenhum dos três navios era propriedade dos Pinzon, embora se possa admitir a sua influência para a aquisição de qualquer dêles, e, principalmente, para o engajamento de tripulantes. A *Santa Maria* pertencia a Juan de la Cosa; a *Pinta* a Cristobal Quintero a *Niña* a Juan Niño. De qualquer modo, os serviços que os Pinzon prestaram a Colombo com a sua habilidade profissional, a sua influência e o seu exemplo, resolvendo-se a acompanhar o descobridor na temerária aventura, foram consideráveis. O próprio Colombo os reconhece. Mais do que tudo o prova o processo instaurado pelo filho e herdeiro de Martin Alonso Pinzon, em 1508, reclamando o cumprimento da convenção estabelecida em Palos, a quando do armamento da expedição, e pela qual Colombo se obrigára a dividir com Pinzon tudo quanto lhe concedêssem os Reis. Durante trinta anos, os Pinzon reclamaram perante a justiça essa partilha. V. *Christophe Colomb devant l'Histoire*, por H. Harrisse. Paris, 1892. Pág. 60 e 61.

(53) Outros vestígios de uma expedição portuguesa que, entre 1498 e 1501, explorou a costa da Flórida e da Carolina, existem no planisfério de Cantino. Tanto êsse mapa português, como o do genovês Canério (1502), composto com informações portuguesas, inscrevem a península da Flórida, só oficialmente descoberta em 1513 por Juan Ponce de Leon. Êste é um dos problemas mais obscuros da história do descobrimento da América. Descrevendo o mapa de Cantino, Harrisse *(Les Corte Real et leurs voyages au Nouveau Monde)* observa: «*nous avons ici une carte dressée dans l'année 1502, où se trouve*

Cruz e de Gaspar Côrte-Real à Terra Nova. É com a notícia destas duas últimas viagens, realizadas no último ano do século XV nas Américas setentrional e austral, e de outras misteriosas navegações portuguesas na América central, que o embaixador Alberto Cantino manda compor em Lisboa, em 1502, o planisfério iluminado, remetido ao duque de Ferrara (54), em cujo pergaminho aparecem traçadas a Groelândia e as terras do Lavrador e dos Bacaláos, prolongando-se até às regiões da América Austral, aonde acostára, na róta da Índia, por 16º 16', aproximadamente, de Latitude S., a expedição de Cabral, como ao depois a de Afonso de Albuquerque, em 1503 (55). Êste mapa, considerado em seguida ao fragmento de Juan de la Cosa, o primeiro grande monumento cartográfico da América, representa um depoimento decisivo acêrca do papel proeminente, desempenhado nas navegações do Atlântico ocidental pelos antepassados históricos dos Brasileiros e revela ao mundo a ligação continental das regiões tropicais de Vera Cruz com as terras glaciais do Lavrador, delineando o litoral da península da Flórida, aonde só em 1508 chegou Sebastião d'Ocampo. São essas viagens — das quais uma proposital (56), e outra que, erròneamente, se tem denominado incidental — que inspiram o primeiro planisfério do século XVI em que aparece o esbôço do continente americano.

O PRIMEIRO MAPA EM QUE APARECEM OS DELINEAMENTOS DA AMÉRICA

O primeiro mapa do novo continente é, pois, português e consequência das viagens simultâneas de Côrte-Real e Pedro Álvares, completada esta última por uma série de expedições clandestinas, realizadas entre os anos de 1500 a 1502 boreal e austral do continente americano. Resultante da concordância destas diversas informações geográficas, aparece a *imagem* da América, a primeira fixação pictural da idéa da unidade continental, fundada na observação directa. Até êsse momento, nenhum documento, de qualquer natureza ou procedência, permite atribuir à Espanha e aos seus navegadores a concepção da unidade continental das terras do Ocidente. Existe, sim, um outro documento anterior, mas que só confirma a prioridade da surpreendente concepção portuguesa do continente ocidental. É a carta de Pascuáligo, escrita de Lisboa aos 18 de Outubro de 1501, (57) relatando a chegada de

REVELAÇÃO DO CONTINENTE NOVO. CARTA DE PASCUÁLIGO (1501)

tracé et décrit apparement de visu le littoral des États-Unis: fait aussi considérable qu'inattendu»... Nenhum grande geógrafo confrontou ainda o planisfério de Cantino com a passagem do *Esmeraldo*, em que Duarte Pacheco Pereira menciona a viagem de exploração que no ano de 1498 empreendeu para as partes ocidentais. Apenas os historiadores mais modernos, como Errera, se referem às *«scoperte che ignoti navigatori portoghesi (?) compierono intorno al 1501 lungo le coste della Florida e forse della Carolina...»*

(54) O planisfério, enviado de Lisboa a Hercules d'Este, duque de Ferrara, em data fixada anteriormente a 19 de Novembro de 1502, encontra-se na Biblioteca Estense de Módena. Um decalque do documento original, executado pelos professores da Escola Militar de Módena, Malatesta Zattera e Antilli, foi reproduzido em fac-símile por Piliuski para a obra de Henry Harrisse: *«Les Corte-Real et voyages au Nouveau Monde»* (1883), com as dimensões $1^{m},20$ :: $1^{m},21$. No prólogo desta obra escreveu Henry Harrisse: *«O planisfério de Cantino, além do interêsse excepcional que desperta, fazendo-nos conhecer as regiões visitadas ou descobertas por Gaspar Côrte-Real, revela factos que levantam um problema cosmográfico cuja importância não escapará ao leitor. Não sòmente os geógrafos reconhecerão nos contornos ocidentais o protótipo dos delineamentos do novo continente, que se nota em todas as edições de geografia de Ptolomeu, publicadas em Itália, na Alemanha e em França, até ao meado do século XVI, mas verão com surprêsa que o litoral da península da Flórida e da parte oriental dos Estados Unidos foi descoberto, explorado e a êle deram nome navegadores que se ignora quem fossem e qual a sua nacionalidade, doze anos antes pelo menos da mais antiga expedição de que haja memória»*.

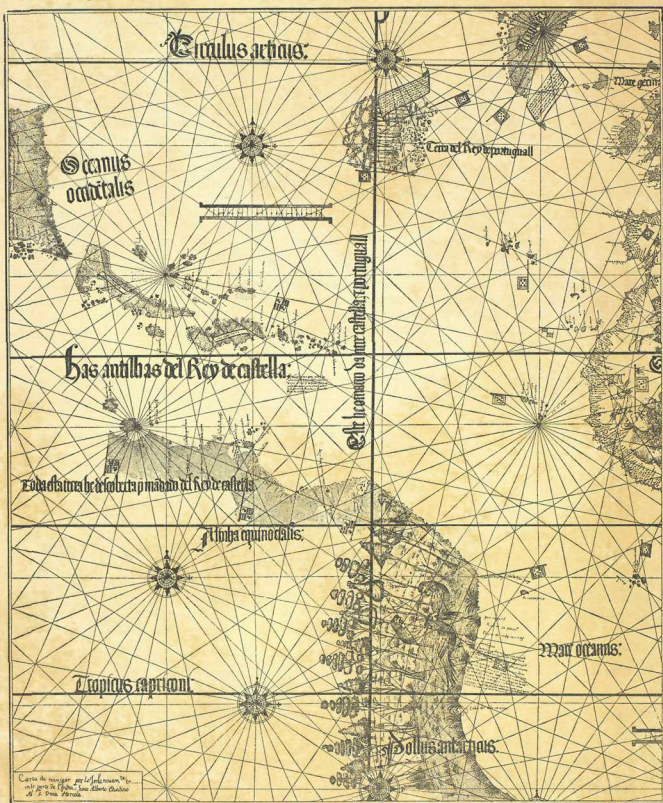
Por ocasião do último Centenário do descobrimento da América, figurou na secção portuguesa da exposição colombina de Madrid uma cópia fotográfica do mapa de Cantino, enviado pela *Società Geographica Italiana de Roma* ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Portugal. Êste monumento cartográfico encontra-se também na colecção de reproduções fotográficas, executadas sob a direcção do historiador e geógrafo americano Edwar Luther Stevenson Ph. D., editada em New Brunswick (1906), e que consta de vinte mapas, reproduzidos em 124 folhas, nas dimensões dos documentos cartográficos originais, acompanhados de texto e mapas interpretativos, *in quarto*. O mapa de Cantino *(Carta de navigar per le Isole novamente trovato in le parte de l'India)* é o numero um da colecção, como a primeira imagem pictural da América, e está publicado em 15 folhas de 380 :: 480 mm, com a seguinte nota informativa: *«Next to the Juan de la Cosa map the oldest known cartographical document on America. It records the discoveries of the third voyage of Colombus (1498), of the voyage of Hojeda to Venezuela (1499), of Cabral to Brazil (1500), and of Corte-Reals to Newfoundland (1501). It appears to be the work of an Italian copyist based upon Spanish and Portuguese sources.*

(55) A Bahia Cabrália, desde a ponta de Santo António, ao norte, até à Corôa Vermelha, ao sul, compreendendo os recifes Sequaratyba, Itassepanema, Alagadas, Baixinha da Corôa Vermelha e rocha da mesma Corôa, mede 12.954 metros de comprimento sobre 5.556 de largura.

As coordenadas da ponta norte, que fórma uma das entradas da baía, são a latitude de 16º 15' 35" e a longitude de 4º 9' 15", referida ao meridíano do Rio de Janeiro.

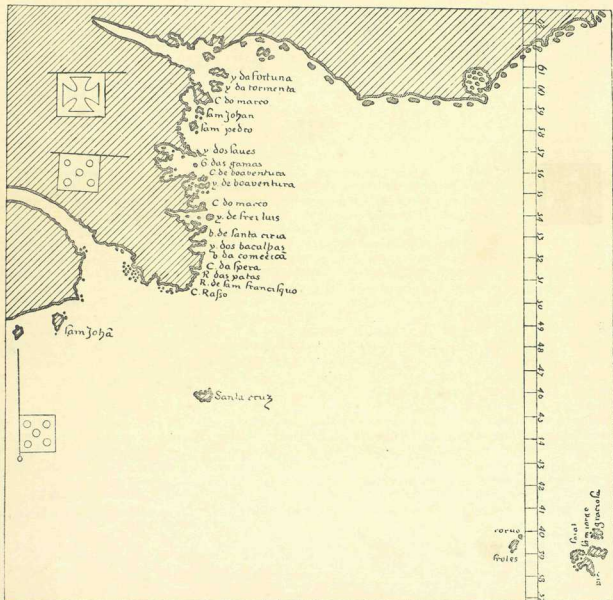
Na sua carta a D. Manuel, o «bacharel mestre Joham, físico e cirurgião», assinala a latitude de 17 gráos: *«ayer segunda feira, que fueron 27 de Abril, desçendjmos a tierra, yo, e el pyloto do capytan moor, e el pyloto de Sancho do Tovar; e tomamos a altura del sol, al medjo dja; e fallamos 56 grrados, e la sombra era septentrional* (deve entender-se meridional). *Por lo qual segundo las rreglas del estrolabjo, jusgamos ser afastados de la equinoçial, por 17 grrados»*. (Corpo Cron., parte 3.ª, maço 2, n.º 2) — (Descoberta por Varnhagen e publicada na Revista Trimestral do «Instituto Histórico e Geográfico» do Rio de Janeiro, em 1843, a carta de *Johanes artium et medicinæ bachalaurius* está transcrita a pág. 122/123 de Alguns documentos da Tôrre do Tombo.)

(56) O mapa de Cantino é antecedido pela carta de Pietro Pascuáligo, escrita em 18 de Outubro de 1501, extraída pelo paleógrafo e historiador Rank dos arquivos de Veneza, e onde o autor narra ao Senado Veneziano a chegada de um dos navios que partíram com Gaspar Côrte-Real, no rumo tradiciona. das expedições da audaz e heróica família: *«Creem os da dita caravella* — escreve Pascuáligo — *que a sobredita terra é firme e está ligada com a outra que o anno passado foi descoberta a oeste por outras caravellas de Sua Alteza... Tambem creem estar ligada com as Antilhas, que foram descobertas pela Hespanha e com a Terra dos Papagaios* (Brasil) *ultimamente achada pelos navios deste reino que foram a Calecut.»*

(57) M. Sanuto, *Diari*, códice Marciano, VII, 228.

A AMÉRICA DO PLANISFÉRIO DE CANTINO

O primeiro esbôço do novo continente, compreendendo os dois hemisférios, surge em 1502 no planisfério de Cantino, executado em Lisboa, vinte meses depois do mapa de La Cosa.

Mapa de Canério, análogo ao de Cantino, na parte correspondente à mesma região americana, extraido do Atlas de Kretschmer

um dos navios de Côrte-Real, no regresso da Terra Nova: «*qual terra... etiam credono coniungerse con le Andilie, che furono discoperte per li reali di Spagna, et con la terra dei Papagá, noviter trovata per la nave di questo ré che andarono in Calicut...*» Esta carta, encontrada pelo historiador Ranke na biblioteca Marciana, foi comunicada a Humboldt. A surprêsa do genial geógrafo devia ter sido grande perante um documento em que se provava que já antes da primeira viagem de Colombo a Honduras e Verágua

Carta oriental da Terra Nova, de Pedro Reinel, 1505, copiada do Atlas de Kretschmer

se sabia em Portugal que as nevosas terras setentrionais do Ocidente se ligavam sem solução de continuidade às terras das aves faladoras, no hemisfério austral.

Perante a revelação prodigiosa, que abalava tantas das suas convicções, Humboldt, incrédulo, exclama: «*cette divination qui proclame, malgré l'absence de tant de chainons intermédiaires, une liaison continentale entre le Brésil et les terres glacées du Labrador, est trés surprenante...*» (58) Faltou

(58) Humboldt, *Examen Critique*, IV, a pág. 263.

REIVINDICAÇÃO DA PRIORIDADE PORTUGUESA NO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

a Humboldt o conhecimento do planisfério de Cantino. Êste documento lhe teria demonstrado a realidade do que chamou adivinhação. O grande geógrafo constataria os indícios da passagem dos navios portugueses, anteriormente a 1501, pelos mares da América central e litorais dos Estados-Unidos: os élos intermediários que supunha faltarem para a base experimental da concepção do continente americano.

E, entretanto, esta honra tão proeminente, que confere aos antepassados dos Brasileiros, aos colonizadores do Brasil, a prioridade do *conhecimento* do continente americano, deixamo-la disputar sem protestos, fortalecendo com o nosso consentimento ou, pelo menos, com o nosso mutismo, a presunção de equidade nas glórias conferidas a outros povos, se bem que menos favorecidos pelo destino, mais quinhoados no zêlo com que defendem, através dos descendentes directos e colaterais, as suas honras históricas.

RECENTEMENTE, alguns historiadores e, mais pròpriamente, alguns polígrafos, téem reclamado para Portugal, como o sr. Faustino da Fonseca (59), os direitos de prioridade no descobrimento da América. Essas reclamações assumiram quási todas o tom de um libelo contra Colombo e pretendiam fundar esta reivindicação no debate ocioso dos conhecimentos scientíficos do genovês (60) e na sua suposta apropriação de roteiros portugueses para a viagem às Antilhas: ponto inícial da integração da América na história da civilização. O desenvolvimento de tal tese, incapaz de anular o facto incontroverso da heróica viagem, encontrará forçosamente no caminho obstáculos intransponiveis. Os rigorosos métodos da crítica histórica não se lhe podem aplicar. Quaisquer trabalhos assim orientados terão de degenerar numa literatura panfletária ou numa altercação nacionalista, não podendo assumir a gravidade, a forte contextura de uma obra objectiva e imparcial, superior às paixões e às especulações patrióticas e dialécticas. Certamente, Colombo não era, — muito longe estava de ser — na acepção superior da palavra, um homem de sciência. Foi a fé que o inspirou e guiou. Foi mais o Êrro do que a Verdade que o conduziu às Antilhas. Êle era impelido pelas informações, colhidas no convívio com os navegadores portugueses e pela persuasão da veracidade da teoria toscaneliana, possuindo sôbre a extensão do continente asiático noções empíricas e formidávelmente erradas, pois colocava o Japão — a Cypango de Marco Polo — a sete mil milhas para o oriente da sua real posição geográfica (61)! Assim partiu para a Índia pelo ocidente, convicto de que ia desembarcar com os trajos de gala entre as civilizações asiáticas milenárias, nas terras dos pavões e das especiarías. Descobrindo as Antilhas, e não obstante a decepção que o esperava, imagina ter atingido os arquipélagos orientais. Era estranho às suas cogitações o descobrimento de um novo mundo.

AS CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS PORTUGUESA E COLOMBINA

A concepção geográfica colombina difere fundamentalmente da portuguesa, que nasce na aula experimental dos mares, onde foi assistida e desenvolvida por uma congregação secular de pilotos, cosmógrafos e matemáticos do valor de Álvaro e Martins Esteves, Pedro de Barcelos, a dinastia dos Dias, Pedro Escobar e Pedro de Alemquer, João de Lisboa, João Fernandes Lavrador, Fernão de Magalhães,

---

(59) *A Descoberta do Brasil*, por Faustino da Fonseca, Lisboa 1900. *História dos Descobrimentos Portugueses*, deixada inédita pelo mesmo autor. Principiada a imprimir na Imprensa Nacional de Lisboa, em 1917. (Em 1919 achavam-se impressas 10 folhas de 16 páginas, abrangendo as duas primeiras partes do I volume). A obra compõe-se de três volumes in 8.º, fruto de laboriosas investigações, sendo para lamentar que até hoje não tenha sido dada à publicidade.

(60) A falta de preparação scientifica de Colombo há muito está estabelecida. Já Humboldt, no *Examen Critique*, (Vol. I, pág. 83) e no *Cosmos* (Vol. II, págs. 325 e 566) submeteu a sciência cosmográfica de Colombo a uma análise rigorosa, provando que a sua correcção do cálculo do diámetro terrestre não se baseou na observação astronómica, absolutamente fóra das suas capacidades. As operações matemáticas para determinar a medida do grau terrestre são demasiado complicadas. Colombo não estava em condições de realiza-las. Sophus Ruge *(Biographie des Christoph Colombus*, Dresden, 1890); H. Vignaud *(Toscanelli and Colombus*, Londres 1902); H. Harrisse *(The Discovery of North America*, Paris, 1892; *Christophe Colomb*, Paris, 1884); O. Peschel *(Geschichte des Zeitalters der Entdeckungen*, 1858) e muitos outros historiadores e geógrafos reduziram a proporções modestissimas os conhecimentos scientíficos do descobridor da América.

(61) De Lisboa ao Japão (Cypango) a distância medida através do Canal do Panamá é de 11.355 milhas (de 1852 metros). Se a América não lhe obstruisse o caminho, tendo Colombo navegado 4250 milhas, enganava-se em 7105, imaginando-se no Japão, quando escrevia de Cuba: «*es la isla de Cipango de que se cuentam cosas maraviceosas*» . . . etc. (Navarrete, *Primera viage de Colon*, tomo I, pág. 39).

Zacuto, Duarte Pacheco, Francisco Faleiro, Pedro Nunes e D. João de Castro (62). Há entre as duas o contraste da improvisação com a experiência. Sem diminuí-lo mais do que fizeram os seus críticos inexoraveis, póde considerar-se Colombo um arquetipo de aventureiro, com as capacidades de perseverança e de convicção, próprias de uma éra de fé ardente, que só a Reforma iria entibiar. Inutilmente se procurará na epopeia marítima portuguesa uma figura similar. Os navegadores lusos eram servidores do Estado, obedecendo a instruções oficiais, cumprindo com risco da vida um programa nacional, seguindo rótas pre-estabelecidas e preparadas com todos os recursos da sciência do tempo, para a execução das missões que lhes confiava o soberano (63). Colombo, pelo contrário, negociou o preço do serviço, exigiu honras, cargos, títulos e lucros, impôs condições, reclamou exorbitantes recompensas (64).

Cousa alguma naquela obra genial de organização e de realização sistemática dos Portugueses — porventura a mais extraordinária que em todos os tempos um pequeno povo concebeu e executou — é deixada ao acaso, à aventura. Os chefes das expedições são pilotos experimentados, os próceres da nobreza de sangue, coadjuvados pelos cosmógrafos mais perítos. Nenhum povo colonizador teve ao seu serviço, naqueles tempos, homens da têmpera de Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida, Duarte Pacheco, D. João de Castro, e dois guerreiros-estadistas das proporções cesarianas de Afonso de Albuquerque, cuja memória continúa a ser venerada na Ásia, e de Mem de Sá, construtor do Estado do Brasil.

No estudo do problema geográfico dos descobrimentos do Atlântico, é preciso atender à origem experimental da convicção que levou os portugueses a perseverar na procura da Índia pelo Oriente e os decidiu a preferir os incontáveis riscos e as ruinosas despesas de uma viagem gigantesca à breve expedição que Toscanelli e Monetário aconselhavam, para atingir pelo ocidente os confins orientais da Ásia. Se D. Afonso V, ou antes o Príncipe D. João (65), houvesse tentado pôr em prática o plano toscaneliano, os portugueses não haveriam chegado à Índia antes do que chegaram, mas teriam descoberto a América com uma antecipação de dezoito anos sôbre Colombo, — se não sucedêsse (como supomos teria acontecido) chegarem os navegadores às ilhas ou terras do litoral americano, reconhecerem que não haviam atingido as regiões da Ásia, regressarem desiludidos para prosseguirem o périplo africano, abandonando por longo praso os descobrimentos ao poente. Idêntico resultado adviria da expedição de Colombo, se o navegador não tivesse voltado da *Hispaniola* convicto de haver atingido o objectivo ambicioso, que animára o prudente Fernando e a entusiasta Isabel a cobrirem a aventura com a bandeira soberana dos reinos de Castela e Aragão, desfraldada nos tôpos da *Santa Maria*, da *Niña* e da *Pinta* (66).

---

(62) Actualmente, quaisquer referências à «Escola de Sagres» só podem ter um sentido figurado, sem correspondência com uma academia náutica, fundada pelo Infante. A «Escola de Sagres» é o ciclo das navegações inspiradas, dirigidas e custeadas pelo Infante: escola prática, cujas aulas foram as próprias galés e caravelas. Veja-se *A Lenda Infantista*, por João da Rocha.

(63) «*La nuestra (epopeya de la conquista de América) fué realizada en el exterior por aventureros heroicos; la de Portugal fué realizada en el interior por los Reyes, los Infantes, los Consejeros, por aquellos colosos capaces de concebir, preparar y llevar á feliz término una labor de titanes*» — *Informe sobre las obras presentadas por el señor Bensaude, no Boletin de la Real Academia de la Historia* (Madrid, Tomo LXVIII, pág. 391) por D. Pedro de Nove y Colson, da Real Academia Espanhola e da Real Academia de História, de Madrid.

(64) As condições impostas por Colombo eram inaceitáveis em Portugal. Nem D. João II, nem D. Manuel jámais acederiam a recompensar um estrangeiro com tam exorbitantes honras e poderes, nunca concedidos pela Corôa aos seus mais qualificados servidores. A capitulação de 17 de Abril de 1492 consignava que Colombo teria e transmitiria aos herdeiros o título e cargo de Almirante de todas as ilhas e continentes do oceano que viesse a descobrir, com honras e prerogativas iguais às tributadas ao Almirante de Castela; que Colombo e seus herdeiros teriam o título e o cargo de Vice-rei e Governador Geral de todas as terras e continentes descobertos, com o direito de propor à Corôa uma lista tríplice, para sua escolha e nomeação, dos governadores de cada ilha ou província; que 1/10 de todas as pedras preciosas, metais, especiarias e outras mercadorias seriam atribuídas ao almirante, como sua propriedade, deduzido o custo da aquisição; que nos distritos de sua jurisdição, Colombo seria o único juiz qualificado para resolver as pendências entre os espanhois e os povos das regiões descobertas; que Colombo e seus herdeiros, em todos os tempos, teriam direito de contribuir com a 8.ª parte das despesas das expedições, com direito correspondente à 8.ª parte dos lucros.

(65) Desde 1474, ao Príncipe Real D. João fôra confiada por seu pai, o Rei D. Afonso V, a administração colonial. (Barros, Dec. I, L. 3, pág. 152). — Carta de confirmação da administração colonial de D. João, datada de 4 de Maio de 1481, publicada nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, N.º 2, 5.ª série, 1845, pág. 37. — Leis de 31 de Agosto e 10 de Setembro de 1474, publicadas pelo sr. Joaquim Bensaúde, na sua obra *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, a pág. 273 e 275.

(66) De qualquer modo, D. João II tinha motivos para recusar as ofertas de Colombo pelo preço exorbitante que êle reclamava a um rei que dispunha de experientes e desinteressados navegadores, dedicados ao serviço da nação. Como observa o insuspeito Humboldt, no «*Examen critique*», a América haveria sido descoberta pelas navegações perscrutadoras dos Côrte-Reais e pelas armadas da Índia, admitindo-se, embora, que, por ocasião da primeira viagem de Colombo, que partíra de Palos a 3 de Agosto de 1492, dezoito anos depois de escrita a carta de Paulo Toscanelli ao Cónego Fernão Martins, D. João II não suspeitasse da existência das terras ocidentais. Ora, esta suspeita não é só plausível, mas parece revelada por subsistentes provas que facultam ao historiador a interpretação racional dos numerosos enigmas da navegação atlântica ocidental.

Indias Ocidentais: assim se baptizaram os arquipélagos americanos (67). Era uma ilusão, mas a essa miragem deve a Espanha a assinalada glória da epopeia ultramarina, que tem o semblante e as proporções de um assalto sôfrego e heróico, tam maculado de atrocidades como ornado de proezas cavalheirescas.

A INFLUÊNCIA DE TOSCANELLI NA VIAGEM DE COLOMBO

PROBLEMA colombino ainda não está resolvido no sentido rigoroso em que só a unanimidade de opiniões autorizadas, concordes sôbre uma solução, poderá torná-la definitiva. Para H. Vignaud (68), o núcleo da questão colombina reside na prova de autenticidade da correspondência de Toscanelli, que o historiador americano reputa apócrifa.

Os historiadores italianos G. Uzielli (69) e Cesare de Lollis, (70) secretário da Comissão directora da *Raccolta Colombiana*, e o geógrafo alemão Sophus Ruge admitem e sustentam, de acôrdo com Humboldt (71), a influência toscaneliana e, conseqùentemente, como D'Avezac no congresso de Antuérpia (72), de 1871, negam a Colombo o mérito do descobrimento, de cujo plano fôra méro executor.

A TESE DE HENRY VIGNAUD

Para Vignaud, Colombo nada deve a Toscanelli: «*A fonte de informações, de onde extraiu a sua convicção, foram as narrativas que corriam em Portugal, relativamente às terras e ilhas que se supunha terem sido avistadas nas regiões inexploradas do Atlântico*» (73). Chegou à América, procurando a terra de onde voltára o misterioso pilôto que lhe havia indicado, ao expirar, a terra desconhecida para onde o arremessára a tempestade (74). Á vista das Antilhas, Colombo julga erradamente o empreendimento extraordinário, e esforça-se por provar que o seu plano fôra sempre descobrir a Índia, acabando, talvez, por ser vítima de uma auto-sugestão (75). Esta tese de Vignaud só póde defender-se, partindo de hipóteses extremamente precárias, desprezando por completo a apreciação dos factos, tidos como históricos. Colombo afirma ter atingido a Ásia. Morre com essa convicção. Proclamou-a solene e repetidamente. Vignaud intende que a invocação do plano de Toscanelli é posterior à primeira viagem — e adrêde improvisada, tanto para dar verosimilhança ao propósito preconcebido de alcançar o Cathay e Cypango, como para imprimir à audaz aventura um carácter scientífico. Tese tão subtil e complexa dir-se-ia mais própria de um sofista do que de um historiador de tal estatura, pois para defendê-la é necessário dar por suspeitos os documentos históricos em que póde assentar-se com genuína autoridade qualquer opinião, e indispensável explicar o motivo por que Colombo nunca chegou a utilizar-se da fraude audaciosa. Aliás, Colombo poderia ter atingido os mesmos objectivos, sem invocar a opinião de Toscanelli. ¿Com que propósito redigiria êle uma falsa carta de Toscanelli? ¿Para testemunhar que o seu plano de ir à Índia asiática pelo poente era uma concepção partilhada por um sábio? Admitindo que tam singular ideia tivesse sur-

(67) Chegaram até nós mais de cincoenta portulanos, mapa-mundos e esferas, construidos anteriormente ao regresso de Colombo da 1.ª expedição, e onde figuram as costas orientais da Ásia, com o seu cortejo de ilhas imaginárias, semeadas no Oceano.

V. *De l'influence d'Aristote et de ses interprètes sur la découverte du Nouveau Monde*, por Charles Jourdain, no *Journal de l'Instruction Publique*. Paris, Agosto de 1861.

(68) *Toscanelli and Colombus*, por H. Vignaud, Londres, 1902, o mais notável trabalho de contestação à autenticidade da correspondência de Toscanelli com o cónego Fernão Martins e Colombo, resumido no opúsculo do mesmo título (1903), sob a fórma de carta dirigida a Clemente R. Markhan, presidente da Hakluyt Society, *A letter from sir Markhan and a Reply from Mr. Henry Vignaud*. Em 1901 foi publicada em Paris a edição francesa daquela mesma obra, com o título *La lettre et la carte de Toscanelli*. Ernest Leroux, editor. Uma parte considerável dêste notável trabalho fôra anteriormente comunicada ao Congresso dos Americanistas.

(69) *Paolo del Pozzo Toscanelli iniziatore della scoperta d'America*, Florença, 1892; *Toscanelli*, no Vol. V da *Raccolta*.

(70) *Qui a découvert l'Amérique?* na *Revue des Revues*, de 15 de Janeiro de 1898; *Cristofero Colombo nella Legenda e nella Storia*, Milão, 1892.

(71) *Examen Critique*, Vol. I, a pág. 227.

(72) «*C'est Toscanelli qui décida de la vocation de Colomb, vocation beaucoup plus tardive qu'on ne le croit généralement*». Congrès Géographique d'Anvers, 1871, vol. II, pág. 3.

(73) *La lettre et la carte de Toscanelli*, a pág. 109.

(74) É a mesma versão que se encontra na *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, de Simão de Vasconcelos, Liv. I § 2.

(75) A carta de Pedro Martir, escrita em 1 de Outubro de 1493 ao Arcebispo de Braga, é, na ordem cronológica, a primeira das objecções, aparentemente sérias, à convicção de Colombo ter atingido a Índia. *Opus epist.* Ep. CXXXVI.

gido no espírito de Colombo, ¿ para que, com que fim, inventaria a carta de Toscanelli ao cónego português Fernão Martins? Póde duvidar-se de que, realmente, Colombo tenha escrito e recebido cartas de Toscanelli, mas que Toscanelli haja escrito ao eclesiástico português a carta, revelada por Colombo, parece-nos uma interpretação temerária, arrojada. ¿ Qual podia ser o interêsse de Colombo em demonstrar que o seu plano — ou seja o plano de Toscanelli — desde 1474 era conhecido em Portugal? E se, de facto, êle partiu à busca de um mundo novo, que lhe revelára o pilôto da Madeira, ¿ com que fito teria

Reconstrução da Carta de Toscanelli, segundo Kretschmer

substituido essa realidade por uma fantasia insustentável, fonte das suas maiores desventuras? Colombo volta da expedição, assegurando a D. João II e aos soberanos espanhois, empreiteiros da viagem, que regressava das regiões encantadas da Ásia, das ilhas descritas por Marco Polo; persevera, até depois da sua 4.ª viagem, em afirmar (e essa será a sua desgraça) que os seus navios navegaram por entre os arquipélagos asiáticos. A todos estes factos incontroversos, Vignaud contrapõe a hipótese imprevista de que Colombo saíra de Palos à descoberta de um novo mundo que lhe fôra revelado por um pilôto arribado à Madeira, e que, para extinguir os rumores que já corriam de dever o descobrimento a indicações positivas (76) e para demonstrar a concepção scientífica a que fôra subordinado o empreendimento, fabríca a carta e o mapa de Toscanelli (77). Esta tese, se fôra possível dar-lhe consistência, serviria, tanto como as restantes, para salientar e demonstrar a precedência portuguesa, a preparação portuguesa, os direitos portugueses no descobrimento das terras ocidentais. A aceitar-se a versão do eminente historiador americano, só se explicariam os receios de Colombo e as precauções da Espanha — aquele, para

(76) Os autores contemporâneos de Colombo que registram o episódio das indicações obtidas do pilôto, falecido na ilha da Madeira, são Oviedo *(La Historia general de las Indias,* Sevilha, 1535) no Livro I, Cap. II e IV; Las Casas *(Historia de Las Indias)* no Livro I, Cap. XIV, op. 105 et seq; Gomara *(Historia de Las Indias),* Caps. XIII, XIV e XV; Garcilaso de la Vega *(Primera Parte de los Comentarios Reales)* Livro I, Cap. III. Fernando Colombo *(Historie del S. Fernando Colombo),* Cap. IX. Ver em Vignaud, op. cit., a pág. 110 et seq. do Cap. *The Story of the Pilot, so far as we know.*

(77) *La lettre de Toscanelli à Christophe Colomb,* por Jules Meos, na «Revista Portuguesa Colonial e Marítima», (N.º 82). Brito Rebelo, Nota adicional à edição do *Livro de Marinharia.* Lisboa, 1903. Pág. 275 e seg.

acautelar a glória ilegítima; esta, para defender o domínio das novas terras — pelas fundadas reclamações e reivindicações de Portugal. ¿ Quem, a não ser os portugueses, desde os princípios do século XV, navegava nas regiões remotas do Atlântico? ¿ Quem poderia, senão os pilotos portugueses, instruir Colombo sôbre a existência de novas ilhas, postadas a Ocidente? ¿ Que outras navegações, a não ser as dos Portugueses e filiadas nesse ciclo, ainda semi-legendário, das intrépidas viagens de João Vaz Côrte-Real, de João Fernandes, o Lavrador, de Pero de Barcelos, de Álvaro da Fonte e de Vicente Dias, podiam haver servido de escola e animação a Colombo? A preparação portuguesa da viagem não oferece dúvidas a nenhum historiador. Vignaud atribui exclusivamente a essa preparação o empreendimento colombino, apresentando-nos a intervenção mental de Toscanelli como um episódio fraudulento. A ausência da carta de Toscanelli em cousa alguma afecta a cooperação portuguesa no descobrimento da América. Todavia, a existência dessa carta é necessária para explicar a relutância portuguesa em aceitar os serviços de Colombo e o repúdio do seu plano. Aliás, D. João II reclama logo contra os direitos da Espanha às terras recem-descobertas, e as suas reclamações só cessarão com o acôrdo, genialmente preparado, de Tordesilhas. A perda de muitos documentos fundamentais, que instruiriam de modo cabal as reivindicações portuguesas, permitiu que o problema do descobrimento da América se perpetuasse até hoje sem solução, por isso que só dando como prólogo a êsse acontecimento as navegações lusitanas do Atlântico se consegue uma versão inteligível da proeza colombina — mesmo na hipótese de Vignaud — e se conciliam os elementos, aparentemente contraditórios, que entram na composição desta página obscura da História. A própria correspondência, trocada entre Toscanelli e Colombo, (78) póde ser uma fábula como pretende Vignaud, sem prejuízo da influência toscaneliana no seu plano, se se provar a plausibilidade da carta de Toscanelli a um cónego da Sé de Lisboa, em 1474, recomendando a D. Afonso V a viagem à Índia pelo Ocidente, carta que Colombo, relacionado em Lisboa com os cosmógrafos, pilotos e cartógrafos portugueses, podia ter conhecido. ¿ Mas devem também considerar-se fábulas as cartas, escritas por Toscanelli ao conselheiro de D. Afonso V, e por Monetário a D. João II (79): a primeira, indicando a róta do poente «*del muy breve camino que hay de aqui a las Indias, adonde nace la especiaria*», a segunda, invocando o *De cœlo et mundo*, de Aristóteles, e a autoridade do cardeal Pierre d'Ailly e de «*outros muitos varões esclarecidos*», que afirmam «*ho principio do Oriente havitavel seer achegado asaz ao fim do Occidente avitavell*»?

CONHECIMENTO PORTUGUÊS DAS DOUTRINAS EM QUE SE INSPIROU COLOMBO

São questões preliminares a analisar, se bem que os estudos dos problemas náuticos anexos a estes temas nos projectarão aparentemente para longe dos objectivos, traçados a um estudo dedicado à acção portuguesa na América austral.

O que está fóra de discussão é o conhecimento que em Portugal — séde de uma verdadeira escola experimental da navegação — havia das doutrinas em que as opiniões de Toscanelli e de Monetário se baseavam. Regressando de suas viagens, o Infante D. Pedro, o das *Sete Partidas*, trouxéra o livro de Marco Polo, com que o presenteára o Senado de Veneza (80). Data, pois, de 1428, pelo menos, o conhecimento português da fonte de onde emanaram as doutrinas que Colombo, dizendo-se um inspirado de Deus, havia de aplicar na sua expedição, partindo de um êrro e deparando uma realidade imprevista (81). O scepticismo de D. João II e da Junta dos Matemáticos não era a incredulidade risível

(78) *D. Fernando Colon, historiador de su padre. Ensayo critico*, por H. Harrisse. (Sevilha, R. Tarasco, 1871) com dois fac-similes da carta de Toscanelli e da primeira página do catálogo manuscrito da Colombina.

(79) *Carta enviada pelo Dr. Geronymo Mentaro, de Nuremberg, a el-rei de Portugal, D. João*, etc. (reimpressa por um bibliógrafo — A. Fernandes Thomás —) Coimbra, 1878; e publicada, segundo o exemplar do incunábulo de Munich, salvo as abreviações, que foram suprimidas, adoptando a ortografia do documento de Evora, a pág. 194 de *L'Astronomie Nautique au Portugal*, de Joaquim Bensaúde.

(80) O *Livro de Marco Polo*, por Valentim Fernandes, o alemão. Lisboa, 1502. Na dedicatória ao Rei D. Manuel: «*E no tempo que ho Infante dom Pedro de gloriosa memoria vosso tyo chegou a Veneza. E depois das grandes festas e honrras que lhe foram feitas pellas liberdades que elles tem nos vossos regnos, como por ho elle merecer, lhe offerecêo em grande presente o livro de Marco Paulo, que se regesse por elle, poys desejava de véer e andar pello mundo*».

(81) Teem sido numerosas vezes reunidas por investigadores pacientes e eruditos as referências às pressentidas terras ocidentais através da literatura clássica e pelas escolas cosmográficas, árabe e alexandrina. As comunicações conjecturais entre a Europa e a América, perpetuadas em notícias que o tempo transformou em lendas, acham-se assináladas e comentadas por Paul Gaffarel, no I vol. da sua *Histoire de la Découverte de l'Amérique*. Para só falar da Idade Média, Vicente Beauvais, encarregado por S. Luís de compor uma espécie de enciclopédia, aventou no seu *Speculum Quadruplex* a existência de terras além do Oceano e de uma quarta parte do mundo: «*Extra tres autem partes orbis quarta est trans Oceanum*»..., e outro sábio do século XIII, Rogério Bacon, o «admirável doutor», afirmára, fundando-se nas informações dos antigos, que, em conformidade com as leis da natureza, uma grande terra desconhecida devia existir no ocidente: «*Hoc igitur mare non cooperit tres quartas terrae, ut æstimatur... Jam patet quod multum de quarta illa sub nostra erit habitatione, propter hoc quod principia Orientis et Occidentis sunt prope, quia mare parvum ea separet ex altera parte terrae et ideo habitatio inter Orientem et Occidentem non erit medietas aequinoctialis circuli nec medietas rotunditatis terrae. Quantum autem hoc sit, non est temporibus nostris mensuratum, nec invenimus in libris antiquorum, ut oportet, certificatum; nec mirum quoniam plus medietatis terrae, in qua sumus, nobis ignotum. Manifestum est igitur quod a fine Occidentis usque ad finem Indiae supra terram erit longe plusquam medietas terræ...*»

da ignorância, mas a sábia cautela da experiência. Para dar ouvidos às promessas de Colombo era mister a fé simplista de uma alma feminina e a cupidez aventureira dos Pinzon. Aqueles fortes indícios em que o visionário fundava a inabalável crença não constituiam matéria nova para D. João II. Com os documentos que ainda sobrevivem nos arquivos da Tôrre do Tombo póde-se provar a persistência das navegações portuguesas no Atlântico ocidental, que deixaram vestígios nas doações de terras suspeitadas ou entrevistas. Nenhum panegirista persevera modernamente em sustentar a originalidade da róta colombina. O *Livro de Marco Polo* assinala que as «mil e quatrocentas e quarenta e oito ilhas» das especiarías demoram no mesmo mar que banha os litorais da Europa: «*Sypango é uma ilha no oriente que está no mar alto, longe da terra firme mil e quinhentas milhas... Chamam a este mar o de Cyn, mas elle é o grande mar do occidente*». Foi para êsse mar e para essa ilha que navegou Colombo, com escala pela Antília, de onde não passou... Assim o navegador descobriu a América.

EXPEDIÇÕES PORTUGUESAS NO MAR ALTO

S expedições portuguesas para o poente, que determinaram o achamento dos Açôres, constituem um longo ciclo, cujo exame, depois das investigações de Ernesto do Canto, ainda não foi rigorosamente empreendido, o que não impede a constatação reiterada de viagens nêste rumo, permitindo a verificação da inviabilidade do plano de Paulo Toscanelli e de Jerónimo Monetário.

Martim da Boémia fixa no seu globo o ano de 1431 como o da expedição, mandada pelo Infante D. Henrique a explorar o Atlântico ocidental; mas já em 1418 Bartolomeu Perestrêlo descobria Pôrto Santo; em 1419, Gonçalves Zarco e Tristão Vaz haviam descoberto a Madeira, e, em 1425, começava o povoamento das ilhas descobertas (82).

O REDESCOBRIMENTO DAS CANÁRIAS PELOS PORTUGUESES NO SÉCULO XIV

Estas datas não correspondem com exactidão ao início das navegações e descobrimentos portugueses. No reinado de D. Afonso IV, anteriormente a 1336, as naves lusitanas velejavam até às Canárias — as *insulas fortunatarum*, já desenhadas numa carta do século XI (83) — e, sete anos depois, uma segunda expedição de conquista lá ia com maquinas de guerra para subjugar os habitantes e tomar posse do arquipélago (84). Até há poucos anos, as objecções levantadas sôbre a prioridade portuguesa da redescoberta das Canárias não podiam, como tantas outras, ser contestadas com a prova concludente. A fotografia do registo pontifício da carta escrita por D. Afonso IV ao Papa Clemente VI, em 1345, se não fornece ainda essa prova irrefutável, encaminha para ela as investigações dos paleógrafos. Desde que a tradução da carta, inserta nos *Annaes Ecclesiasticos de Baronio,* (85) foi publicada pelo académico Joaquim José da Costa de Macedo, nas *Memorias da Academia Real de Sciencias,* de Lisboa (86), e que Ernesto do Canto obteve, quási um século depois, a certidão da mesma carta, passada pelo dr. Angelo Melampo, *primus custos* dos Arquivos da Santa Sé, — a missíva original de Afonso IV não foi ainda apresentada para o exame da crítica-histórica. Possuimos apenas, reproduzida nos *Annaes das Biblio-*

(82) Os descobrimentos do Infante principiaram, segundo Galvão e Faria e Sousa, em 1412. Major admite que as ilhas do grupo da Madeira e dos Açôres foram duas vezes encontradas pelos portugueses, sendo a primeira nos inícios do século XIV, no período da actividade marítima do almirante Peçanha. A expedição de conquista às Canárias, no reinado de D. Afonso IV, remonta a 1341. No portulano laurenciano de 1351 já figuram as ilhas da Madeira. Muito provávelmente, com a Antília deu-se o mesmo fenómeno que com os Açôres, a Madeira e as Canárias. A sua fixação, embora arbitrária, nos portulanos anteriores à viagem de Colombo, denota um descobrimento remoto, e talvez ocasional, mas de que se conservou a memória. Não é lícito duvidar de que os arquipélagos das Canárias, da Madeira e dos Açôres (e talvez mesmo o de Cabo Verde, mencionado na carta Mecia de Vila Destes, datada de 1413) foram conhecidos dos fenícios, dos gregos e dos romanos, sob a designação, os dois primeiros, de Ilhas Afortunadas e das Hispérides, sendo arriscado identificar com os Açôres as Cassitérides. Não faltam os historiadores que admitem a probabilidade de haverem os fenícios levado muito mais longe as explorações oceânicas, e terem conhecido, antes dos portugueses, o mar dos Sargaços.

(83) No Comentário do Apocalípse de S. João, do monge Beáto de Liébana, Cf.Kretschmer, *Geschichte der Geographie,* a pág. 53.

(84) Beazley, em *The dawn of modern geography,* ocupa-se desenvolvidamente da expedição portuguesa de 1341 às Canárias, narrada por Bocácio, segundo informações colhidas de mercadores florentinos, estabelecidos em Sevilha: «*De três navios que partiram de Lisboa para o redescobrimento das Canárias, dois foram fornecidos pelo filho e herdeiro de D. Dinis, D. Afonso IV... A armada ia aparelhada para mais do que descobrimento; levava maquinas de sítio, cavalos e armas, e com extraordinária rapidez (5 dias?) chegou às ilhas da Fortuna*».

(85) Tomo IV, pág. 212.

(86) Tomo VI, parte 1.ª, 1819.

thecas e Arquivos Nacionaes (87), a fotografia do seu registo no Livro 138 do Arquivo do Vaticano. No estado, porém, em que se encontra a questão, dificilmente poderá contestar-se que, no primeiro quartel do século XIV, prosseguindo as tradições náuticas dos fenícios e dos árabes, os Portugueses navegavam no alto mar, longe das costas.

AS GRANDES VIAGENS PORTUGUESAS PRE-COLOMBINAS

Foi, entretanto, a estes nautas de incomparável intrepidez, que, em 1419, percorriam as 535 milhas que separam a Madeira de Lisboa; que em 1456 venciam as 1510 milhas marítimas até S. Tiago de Cabo Verde; que em 1487 navegavam as 5175 milhas, que medeiam entre Lisboa e o Cabo da Boa Esperança; que em 1498 avançavam 9520 milhas pelo mar até Calecut, — que se negou competência e coragem para empreender a viagem de 4175 milhas, de Palos a Cuba, realizada por um navegador, cujas observações para determinação das latitudes, pela altura do sol, não podem sequer inspirar a menor confiança, pois que no cálculo mais simples, baseado sôbre a estrêla polar, cometia graves erros, anotados e comentados por Breusing (88); e, ainda hoje, os geógrafos discutem, sem chegarem a acôrdo, qual das actuais ilhas do arquipélago das Lucaias é a Guanahani (89).

Carta de Andreas Bianco 1436, indicando a Antília e ilha do Brasil, existente na Biblioteca de S. Marcos, de Veneza (do Atlas de Kretschmer)

Nas notas autógrafas sôbre assuntos astronómicos (cêrca de 250) revela-se freqüentemente a imperícia de Colombo, no cálculo das latitudes pela altura do sol. A *Tabula Declinationis*, de Zacuto, copiada pela mão do descobridor da América, mostra erros inverosimeis, como o de admitir uma fracção de 93' em um grau! Numa passagem do seu *Diário* (13 de Dezembro de 1492), lê-se que a latitude se deduz da duração do dia (90). O monumento glorificador da *Raccolta Colombiana*, com que o govêrno italiano concorreu para a comemoração do Centenário do descobrimento da América, como homenagem nacional ao nauta genovês, patenteia as deficiências scientíficas do herói da *Santa Maria*. Isso não impediu, todavia, que êle atingisse as Antilhas, que a sua pequena frota fôsse, de Palos, na Andaluzia, fundear no arquipélago das Lucaias.

(87) Lisboa, Abril de 1916. — Veja-se, a págs. 66 a 76 do Vol. XI (1916-17) do *Boletim da Segunda Classe* da Academia das Sciências de Lisboa, as comunicações de Antonio Baião e Pedro de Azevedo, sôbre a carta de D. Afonso IV.

88 *(Zur Geschichte der Kartographie in Kettlers Zeitschrift f. wiss. Geographie II, pág. 193).*

(89) Em contraste com a precisão com que os pilotos de Cabral tomaram a latitude de Vera Cruz, e que permitiu, séculos passados, a rigorosa identificação da enseada histórica do descobrimento, ainda hoje divergem os geógrafos sôbre qual das ilhas do grupo das Lucaias é a S. Salvador. O comodoro Alexander Slidell Mackenzie *(apud* Washington Irwing) opina pela ilha do Gato; Navarrete, pela ilha da Grande Salina; o capitão Becker, da armada Britânica, pela ilha Watling; o capitão Fox, da armada Americana, pela ilha Samana. Finalmente, Varnhagen pronuncia-se pela Mayaguana. É no *Diário* de Colombo (cf. Navarrete, Vol. I, pág. 20) que se encontra a designação indígena da Guanahani; mas no texto, transmitido por Las Casas, existe uma manifesta interpolação na referência às Lucaias, nomenclatura não colombina.

(90) *Colombus* (1891) por Sophus Ruge, Pág. 250.

Carta de Afonso IV de Portugal ao Papa Clemente VI, reproduzida do livro 138 do arquivo do Vaticano

Sanctissimo ac beatissimo in xpo patri ac dno dno Clementi diuina dei prouidentia sacro
sancte Roman ac uniusalis ecclie summo pontifici Ejus deuotus filius Alfonsus dei
gratia Castelle Legionis Tollet. Gallecie Sibille Corduba Murcie Gienni Algarbii et
Algezire Rex ac Comitatus Molin dominus cum filiali recomendatione deuota pedu oscula
beator. Sanctitatis vre litteras recepimus patri sancte continentes q carissimum consangui
neum nrm Ludouicum de Ispania dignitatis Principatus insignijs uri clementia decorantes
sibi pro se suisq heredibus et successoribus fortunie ac quasdam alias Insulas in partibus affrice
consistentes et eidem adiacentes duxeratis concedendas ac cum ide princeps instanti optimo
tempore aggredi intendat negocium supradictum Nos requirebatis q eundem Principem et
negocium huiusmodi haberemus pro diuina et aplice sedis reuerentia ac zelo fidei commendatum
et super hijs quantum commode posset nrm impertiri auxilium et fauorem. Et pater sanctissime quo
nulli dubium existat q progenitores nri clare memorie Terram istam de manibus pfidor
ac potentia regum affrice deo propicio acquirentes eandem ab eorum pfidor feruitate et suis im
pugnationibus defensarunt uaria psonar pericula et expensar profluuia in guerris quibus
propterea contra predictos blasphemos instituerunt continue subeundo ac q acquisicio regni afri
ce ad nos nrmq ius regium nullumq alium dinoscitur ptinere Nichilominus ob uram
et aplice sedis reuerentiam ac uinculum sanguinis quo dictus Princeps nobis adiungitur grata
ta nobis aduenit dictar Insular concessio sibi facta et ex eo spalr sanctitati ure gratiar referimus
actiones promptu in hijs et alijs que uri et aplice sedis beniuolo [illegible] obedientie deuote. Sci
tatem uram conseruare dignetur altissimus p tempora longiora. Dat Alcale de fenares xiij
die Marcij Anno dni Millesimo Trecentesimo Quadragesimoquarto.

Sanctissimo patri ac dno dno Clementi diuina prouidentia sacrosancte ac uniusalis ecclie summo
pontifici humilis et deuotus filius uester Alfonsus Rex portugalie et algarbij cum reuerentia
debita et deuota pedum oscula beator. Ille qui summo angulari lapide suam sanctam fundauit ecclesiam
sic eam uoluit p successores suos in posterum gubernari q recta p omnia impendere numero ac men
sura assidue salubrioribus proficere incrementis ut augmento fidelium cotidie dilatata ener
uata paganor pfidia per totum uigeat fides xpi. Et uos qui dignissimus successor dnicum
cui omnimoda cura est gregis et solicitudo commissa non solum cum custodire a lupor mor
sibus uerum etiam ampliare curatis quod in litteris a ura sanctitate directis suscepimus dum ad
extirpandos infidelitatis palmites insiciosos qui totam terram Insular fortune inutiliter occupat
et plantandum uineam dei dilectum dnum Ludouicum consanguineum nrm principem elegistis.
Ad quas quidem litteras rescribentes prout nobis usum extitit p ordinem cum reuerentia respon
demus q predictar Insular fuerunt prius nri regnicole inuentores Nos uero attendentes q
predicte Insule nobis plus q alicui principi propinquiores existant quo p nos possent commodius
subiugari ad hoc oculos duximus nre mentis et cogitatum nrm iam ad effectum producere cupientes

gentes nostras, et Naves aliquas illuc misimus ad illius patrie conditionem explorandum,
que ad dictas Insulas accedentes tam homines quam animalia et res alias per violentiam acce-
perunt, et ad nostra Regna cum ingenti gaudio apportarunt. Verum cum ad prefatas Insulas
expugnandas armatam nostram mittere curaremus, cum militum et peditum multitudine
copiosa, guerra primo inter nos et Regem Castelle, deinde inter nos et Reges Sarracenos
suborta, nostrum propositum impedivit, que omnia tamquam notoria Sanctitatem vestram latere minime
dubitamus, quemadmodum super ambaxiatores nostri quos nuper ad vestram destinavimus Sanctitatem attendentes
sicut ex simili relatione predicti domini Ludovici percepimus de provisione et assignatione dictarum In-
sularum facta per vos eidem domino Ludovico, existimaverunt nos fore et non inmerito agravatos, et hec
nostris auribus intimarunt, considerantes quod tam propter vicinitatem, quam nobis est cum Insulis sepedictis,
quam propter comoditatem et optimitatem quam habemus preceteris ipsas Insulas expugnandi,
ac etiam propter negocium, quod iam per nos et gentes nostras feliciter fuerat inchoatum, ad
ipsum laudabiliter finiendum debuissemus per Sanctitatem vestram prius quam aliquis invitari, vel
saltim id rationabiliter debuisset nobis vestra Sanctitas intimasse. Nos vero non obstantibus supradictis
predecessorum nostrorum sequi vestigia cupientes, qui semper curaverunt mandatis apostolicis obedire,
vestre voluntati et dispositioni predictis ob reverentiam vestram et apostolice Sanctitatis voluntatem
nostram omnimodo conformamus, et maxime quia Nobilem et providum virum dominum Ludovicum
consanguineum nostrum ipsarum Insularum Principem elegistis, qui divina sibi gratia existente, ac
clementia vestra et sedis apostolice eidem adiutrices manus pro tanto et tam pio negocio porrigen-
te, circa cultum divine domini Sabahot, videlicet ecclesie sancte dei, talem se exhibebit operarium et cultorem,
quod per eius ministerium christianitatis decor et gloria augmentari valeat in futurum. Super eo autem
de quo pietas vestra nos rogat et attentius in domino exhortatur, videlicet quod pro divina et apostolice sedis
reverentia, eiusque zelo fidei, ipsum Principem et negocium supradictum recommendata ha-
bere velimus, et ipsis quantum comode possemus impertiremur auxilium et favorem, saltim
quod dictus Princeps possit de Regnis et Terris nostris navigia, gentes armorum, victualia et alia
pro predictis necessaria habere ac extrahere libere, suis tamen stipendiis et iustis preciis pro
negocio supradicto, vestram benignam clementiam certam reddere affectamus, quod tam Prin-
cipem quam negocium recommendata habemus intuitu premissorum, et eisdem si comode possemus
impertiremur auxilium et favorem. Sed o quis potest concedere quod non habet, quis enim
agris suis sitientibus aquam in suis prediis ortam ad aliorum usum vicinorum fluere permittat,
nonne caritas ordinata a se ipsa incipere debet, nonne etiam pater almus necessitates nostras, quas habemus
pro defensione et dilatatione fidei orthodoxe, vestre beatitudini nuper per nostros Ambaxiatores expo-
suimus, propter quas supplicavimus apostolice Sanctitati quatenus dignaretur auxilium impartiri nobis
pro ipsis necessitatibus sublevandis decimas ecclesiarum Regnorum nostrorum pie et paternaliter concedendo,
quis enim causetur Regem petere si non egeat. Habeat igitur nos in hoc vestra Sanctitas excusatos, cum
impotentia nos excuset. Gentes autem armorum et Navigia nostra, et si multo ampliora existe-
rent, pro guerra quam habemus et habere intendimus cum perfidis potentibus et nobis proximis

CARTA DE EL-REI D. AFONSO IV AO PAPA CLEMENTE VI, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1345

Ao Santíssimo Padre e Senhor Clemente, pela Divina Providência Sumo Pontífice da Sacrosanta e Universal Igreja, Afonso, Rei de Portugal e do Algarve, humilde e devoto filho vosso, com a devida reverência e devotamente beija os pés.

Aquele que sôbre a pedra angular fundou a sua S.ª Igreja, quis que ela fosse para o futuro governada por seus sucessores, de maneira que direitamente em tudo, com o pêso, conta e medida recebesse continuamente os mais assíduos e saudàveis incrementos; para que, dilatada cada dia com o aumento dos fieis, enfraquecida a perfídia dos pagãos, totalmente floresça a fé de Cristo. E, por isso, vós, digníssimo sucessor do Senhor, a quem foi cometido inteiramente o cuidado e a diligência acêrca do rebanho Cristão, não só cuidais em guardá-lo das mordeduras dos lobos, mas ainda em aumentá-lo, como entendemos da carta que V. S.de nos dirigiu, criando príncipe a D Luis, nosso parente, para extirpar as estereis varas da infidelidade, que inutilmente ocupam tôda a terra das ilhas Afortunadas (Canárias), e para plantar a vinha dilecta de Deus. Respondendo, pois, à dita carta o que nos ocorreu, diremos reverentemente, por sua ordem, que os nossos naturais foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas.

E nós, atendendo a que as referidas ilhas estavam mais perto de nós do que de qualquer outro príncipe, e a que por nós podiam mais comodamente subjugar-se, dirigimos para ali os olhos do nosso entendimento, e desejando pôr em execução o nosso intento, mandamos lá as nossas gentes, e algumas náus para explorar a qualidade da terra, as quais, abordando às ditas ilhas, se apoderaram por fôrça de homens, animais, e outras cousas, e as trouxeram, com grande prazer, aos nossos reinos. Porém, quando cuidavamos em mandar uma armada para conquistar as referidas ilhas, com grande numero de cavaleiros e peões, impediu o nosso intento a guerra que se ateou primeiro entre nós e el-rei de Castela, e depois entre nós e os reis sarracênos. Tudo isto, por ser notório, estamos certos de que não se escondia a V. S.,de e, tomando-o em consideração os nossos embaixadores, que há pouco enviámos a V. S.de, (como nos consta da litteral relação do predito Dom Luis) julgaram, e não sem causa, que se nos tinha feito agravo em terdes assinado e provido nas ditas ilhas (Canárias) o mesmo D. Luis; e assim o fizeram chegar aos vossos ouvidos; considerando que não só pela nossa visinhança com as sobreditas ilhas, como pela comodidade e oportunidade que temos sôbre todos os outros para as conquistas, e também por termos já nós e as nossas gentes começado felizmente êste negócio, deveriamos ser convidados por V. S.de, com preferência a qualquer outro, para louvàvelmente o concluir, ou ao menos pedia a razão que isto nos fosse comunicado por V. S.de Porém nós, não obstante o que fica dito, desejando seguir as pisadas de nossos antecessores, que sempre cuidaram em obedecer aos mandados apostólicos, em reverência da vossa e da Apostólica Santidade, conformamos absolutamente a nossa vontade com a vossa vontade e disposição, e, principalmente porque elegestes para príncipe das mencionadas ilhas ao nobre e prudente varão D. Luis, nosso parente, o qual, assistindo-lhe a divina graça, a vossa clemência e a da Sé Apostólica, que em tamanho e tam pio negócio lhe dê mão ajudadora, se mostrará tal operário e cultivador na cultura da vinha do Senhor Sabeot, que é a Santa Igreja de Deus, que, pelo seu ministério, haja de aumentar-se para o futuro a honra e glória da cristandade.

Mas quanto ao que a vossa piedade nos roga, e para que mais atentamente nos exorta em o Senhor, e vem a ser que em reverência divina e da Santa Sé Apostólica e por zêlo da mesma fé, tenhamos por mui recomendado o referido príncipe e o negócio acima dito e lhe darmos o auxílio e favor que comodamente podermos, do menos que o sobredito príncipe possa ter e tirar livremente de nossos reinos e terras, à sua custa e por seus justos preços, navíos, gentes de armas, e outras cousas para o dito intento: certificamos a V. Benigna Clemência que havemos por mui recomendado assim o príncipe como o negócio, à vista do que fica exposto, e que se comodamente pudessemos lhe dariamos auxílio e favor.

¿Mas quem póde dar o que não tem? ¿Quem é que, tendo os seus carneiros sedentos, deixa correr a água que nasce nos seus prédios para uso dos outros visinhos? ¿Acaso a caridade bem intendida não deve começar por nós? ¿Acaso, ó Pai espiritual, não expusemos, há pouco, a V. Santidade, por intermédio dos nossos embaixadores, as nossas necessidades, que pela defesa e dilatação da fé católica havemos contraído, e em razão das quais vos temos suplicado, Beatissimo Padre, que vos digneis auxiliar-nos, concedendo-nos, com paternal piedade, o dízimo das igrejas dos nossos reinos? ¿Quem acusará um rei de pedir, quando carece? Nisto, porém V. Santidade nos desculpará.

A gente de guerra e os nossos navios, ainda que os tivessemes em maior quantidade, não podemos distraí-los, e enviá-los em auxílio dos outros, por causa da guerra que sustentamos e nos propomos sustentar com os agarênos, nossos visinhos pérfidos e poderosos. Quanto, porém, a víveres e outras cousas necessárias, permitimos que os levem livremente dos nossos reinos e terras, tanto quanto fôr possível, sem detrimento dêstes e dos meus súbditos, por respeito para com Deus, para com V. Santidade e a Sé Apostolica, zêlo da fé, e também por consideração com o referido Príncipe, nosso parente, ao qual dispensaremos o mais possível todo o auxílio e favor. O Altíssimo Senhor conserve por dilatados anos a vida a V. Santidade.

Dada em Montemór o Novo a 12 de Fevereiro de 1345.

Tradução de Joaquim José da Costa de Macedo e José Pedro da Costa.

Que êsse oceano, por onde Colombo se aventurava, não era, porém, um dos... *mares nunca dantes navegados*, isso prova-se suficientemente (91); como já ficaram também esclarecidos na obra decisiva de Bensaúde, fruto de vinte anos de estudos e pesquisas laboriosas, a origem peninsular da sciência náutica portuguesa da época dos grandes descobrimentos e o grau de desenvolvimento que assumiu o cultivo das matemáticas e da astronomia — como também o das humanidades — durante o século em que a construtora do Brasil foi a estrêla de maior grandeza na constelação das nações europeias, dando professores às universidades e abrindo nos mares, com as quilhas das naus, as estradas marítimas dos novos mundos (92).

O CONHECIMENTO PRE-COLOMBINO DA ANTÍLIA

Diogo Gomes de Sintra, em *As Relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, assinala que o Infante, «desejando conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental, se acaso haveria ilhas ou *terra firme* além da descrição de Ptolomeu, enviou caravelas para procurar terras» (93). O mapa-mundo de Becário (1435) regista a Antília e outras ilhas a oeste dos Açôres, com a inscrição «*Insule de novo repertœ*» (94). ¿ Quem podia tê-las avistado num tempo em que só os Portugueses navegavam no Atlântico ocidental? Também o mapa de Andréa Bianco (1436) reproduz a Antília da carta de Becário, indicando o mar dos Sargaços: pormenor comprovativo do fundamento com que se assinalava a nova terra, que já não é possível identificar-se com a lenda platónica. O mapa-mundo de Andréa Bianco não foi ainda submetido a uma análise interpretativa, inspirada na aceitação conjectural, apriorística, do descobrimento português do mar da Baga, do arquipélago da Antília e da movediça ilha Brasil (95). Um tal estudo equivaleria a condenar concepções consagradas e daria motivo a refazer a história dos descobrimentos pre-colombinos do Atlântico ocidental, dada a insistência de Andréa Bianco em apresentar-nos, ainda em 1448, numa carta do seu portulano, a sudoeste das ilhas de Cabo Verde (só descobertas em 1456), em frente da costa africana, essa ilha misteriosa, que, desta vez, se assinala no mesmo paralelo e nas proximidades do meridiano em que, cincoenta e dois anos mais tarde, os portugueses descobririam uma extensa terra, que viria a chamar-se o Brasil...

---

(91) «*Qui peut dire combien de fois les Antilles ont été vues, avant la grande entreprise de Colomb, par des pilotes égarés ou aventureux dont les noms sont restés inconnus?*» Vignaud, *Améric Vespuce*, Paris, 1917, a pág. 145.

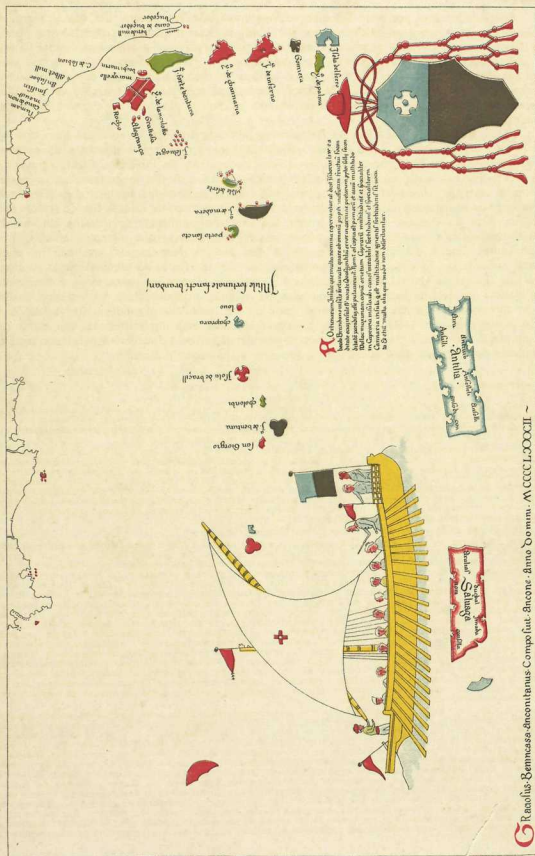
«*Les Portugais méditaient, vingt ans au moins avant le célébre voyage de Christophe Colomb de franchir l'Océan Atlantique dans la direction de l'Ouest*». H. Harrisse, *Les Corte Real*, Paris, 1883, a pág. 40.

(92) *L'Astronomie Nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, por Joaquim Bensaúde. (Bern, Akademische Buchhandlung von Max Drechsel, 1912); *Regimento do astrolabio e do quadrante — Tractado da Sphera do mundo (Astronomie nautique à l'époque des découvertes portugaises)*. Reproduction fac-similé du plus ancien exemplaire connu, appartenant à la Bibliothèque Royale de Munich, avec une introduction. Edition allemande et française: (Seltenheiten aus süddeutschen Bibliotheken, de Munich. *Tratado del Esphera y del Arte del marear*. Sevilha, 1535, par Francisco Falero (Portugais). Reproduction fac-similé de ce livre rarissime, avec une introduction. (Seltenheiten aus süddentschen Bibliotheken, de Munich. *Almanach perpetuum*, Leiria, 1496, par Abraham Zacuto. Exemplaire de Augsburg, Reproduction fac-similé, avec une introduction. (Seltenheiten aus süddeutschen Bibliotheken, de Munich).

(93) A pág. 28 da versão portuguesa de Gabriel Pereira.

(94) Na carta de Pizzigani, de 1367, e embora a legenda relativa à Antília tenha sido diversamente interpretada, há paleógrafos de autoridade que lêem: «*Hoc sunt statuœ quæ stant ante ripas Antilliae*»... etc. Cf. Humboldt, *Histoire de la Géographie du Nouveau Continent*, Tomo II, pág. 177. O mapa de Pizzigani está reproduzido nos *Monuments de la Géographie*, de Jommard. Além do mapa de Becário, a Antília reaparece nos mapas e portulanos de Andréa Bianco (1436), de Pareto (1455), de Fra Mauro (1457), de Benincasa (1476), todos muito anteriores à viagem de Colombo (Humboldt, *ut supra*, Tomo II, pág. 190). A identificação da Antília com o arquipélago das Lucaias aparece pela primeira vez na cartografia com o planisfério de Cantino, traçado e iluminado em Portugal no ano de 1502. Os espanhois não aceitaram a denominação portuguesa, aplicada às ilhas descobertas por Colombo. Não obstante, Pedro Martir, na Década I, chegou a propô-la: «*In Hispaniola ophiram insulam se reperisse refert Colombus, sed, cosmographorum tractu diligenter considerato, Antiliæ insulæ sunt illae ad adjacentes aliae*». Aconteceu com a Antília o que anteriormente já acontecêra com outras das ilhas atlânticas: os redescobridores aplicaram-lhes novos nomes para diferençá-las das ilhas remotamente conhecidas e assinaladas. A glória colombina seria bem mesquinha perante a Europa do fim do século XV, se o navegador tivesse anunciado, no regresso da América, que voltava da Antília. Em Portugal, porém, essa identificação produziu-se quási desde logo. Vespúcio adopta a nomenclatura portuguesa, na tantas vezes citada passagem: «*Venimus ad Antigliæ insulam, quam paucis ab annis Christophorus Colombus discooperuit*»; e o cartógrafo anónimo que executou o planisfério, destinado ao duque de Ferrara, por encomenda do embaixador Cantino, registando no pergaminho os conhecimentos geográficos, adquiridos pelas navegações portuguesas, reduz a façanha de Colombo ao redescobrimento da Antília.

(95) Sugeriu-se que a múltipla ilha Brasil e as suas congéneres, avistadas pelos navegadores podiam ser algumas das numerosas vigias esparsas no Atlântico, a que o almirante Fleuriot de Langle consagrou um estudo, publicado no «Boletim da Sociedade de Geografia de Paris», (n.º de Julho, de 1865), com o título *Observations de vigies et de hauts fondes dans l'Atlantique septentrional au large des Açores*. Fleuriot de Langle identifica a vigia de Maida (44° 45' - 17° 45') com a ilha indicada no mapa catalão e que reaparece no Ptolomeu de 1519, e igualmente identifíca com uma das nove *vigias*, situadas entre 18° e 25° de longitude oeste a *I. de Brazi* do portulano médiciano, de 1351; a *Insula de Bracier*, da carta de Piziganano, de 1367; a *insula de Brasil* do portulano de Mecia de Vila Destes, de 1413, assinalada ainda nos mapas de Bianco, de 1436, e de Fra Mauro, de 1457. Inumeros exemplos, rigorosamente documentados, imprimem à tese do almirante Fleuriot de Langle, na opinião de alguns geógrafos, um carácter poderosamente convincente. Entre muitos outros, o desaparecimento de uma pequena ilha, observada em 1705 pelo capitão Nau de Bordeaux, a 47° 12' - 23° 39', que o comandante do *Hartley*, em 1738, e o comandante da *Thérése*, em 1842, encontraram reduzida a uma simples rocha, emergindo à altura de menos de dois metros acima da superfície das ondas; e a submersão total, em menos de um século, de um rochedo, situado a 46° 40' - 25° 29', descoberto em 1701 pelo comandante Hontin — são exemplos que explicariam alguns dos enigmas que nos apresentam os monumentos cartográficos quinhentistas.

Reprodução da Carta de Gracioso Benincasa, feita em Ancona no ano de 1482 e extraída do Atlas de Kretschmer. O original existe na Biblioteca da Universidade de Bolonha. É análoga à de Pareto, parecendo ter sido construida para mostrar a arrumação das ilhas Canárias, Madeira e Açôres, indicando também a Antília. Junto à Ilha de Ferro, por onde passava o meridiano divisionário, estão as armas pontifícias.

CORRESPONDÊNCIA de Toscanelli constitui um dos capítulos de mais alto interêsse na questão colombina e que se liga, por liames tão íntimos como fortes, aos dois problemas sucessivos — e, porventura conexos — da prioridade portuguesa no conhecimento das terras ocidentais e do propósito que, após a exploração clandestina de Duarte Pacheco Pereira, referida no *Esmeraldo de situ Orbis*, conduziu a segunda armada da Índia a Vera Cruz.

A CORRESPONDÊNCIA DE TOSCANELLI

Não é possível obscurecer a importância transcendente do facto de ser conhecido em Portugal, desde 1474, o plano de uma viagem às Índias pelo poente, que Colombo pretendeu realizar em 1492, e de cujo malôgro (96) resultou o descobrimento de um dos arquipélagos americanos.

Las Casas, na *Historia de las Indias*, e o autor anónimo das *Historie dell Ammiraglio*, atribuem ao sábio florentino uma influência considerável, senão decisiva, no empreendimento audacioso de Colombo. Êste teria submetido a Toscanelli o projecto de uma viagem às Índias pelo Ocidente. Toscanelli haveria respondido, enviando-lhe cópias de uma carta e de um mapa que, em Julho de 1474, mandára a um cónego de Lisboa, Fernão Martins, que o consultára da parte do soberano.

Tanto Fernando Colombo, suposto autor das *Historie*, como Las Casas, arcebispo de Chiapa, publicam o texto daquela carta (sem data), escrita por Toscanelli a Colombo, e onde se encontra inserta a cópia da epístola, dirigida ao cónego Fernão Martins, — e ainda o texto de uma segunda carta, igualmente sem data (que mais parece um complemento da anterior ou composta de passagens dela extraídas), em que Toscanelli o anima a executar o audaz projecto, elogiando o ánimo português, sempre disposto aos grandes empreendimentos.

Ainda que patenteando flagrantes incorrecções, impróprias de um sábio com a cultura de Toscanelli, os textos dessas cartas, reproduzidos na edição italiana quinhentista das *Historie* e no manuscrito de Las Casas, constituiam as únicas fontes de informação sôbre a intervenção mental do astrónomo florentino no descobrimento da América. A autenticidade da correspondência toscaneliana foi considerada pela quási totalidade dos historiadores, desde Humboldt a Errera (97), como inatacável, ressalvando, embora, a versão possívelmente alterada em que nos foi transmitida.

A ninguém acudíra a suposição de que Colombo, ou os seus panegiristas, tivessem inventado uma correspondência, onde se confere a Toscanelli a prioridade, senão a autoria, do plano da viagem de 1492, e de onde resulta, sem compreensível vantagem para o descobridor, que a primazia no conhecimento dêsse plano coube aos Portugueses.

Em 1871, o historiador americano Henri Harrisse encontrou, num incunábulo da *Colombina*, de Sevilha, a cópia, aparentemente escrita pelo próprio punho de Cristovão Colombo, (ou por seu irmão Bartolomeu) da mesma carta de Toscanelli ao cónego Fernão Martins — mas, desta vez, em latim.

Esta descoberta imprevista parecia dever concorrer para que se dissipassem quaisquer dúvidas, suscitadas pela correspondência toscaneliana. Atraíndo as atenções dos críticos, essa descoberta provocou os estudos dos membros da Sociedade dos Americanistas de Paris, Gonzalez de la Rosa (98) e Henry Vignaud, o último dos quais, numa obra exaustiva, modêlo de erudição e de método analítico, condenou a correspondência de Toscanelli como apócrifa, muito embora declarando-se, com probidade exemplar, detido na prova decisiva da sua hipótese, pela impossibilidade de encontrar a explicação cabal e a justificação convincente da fraude.

(96) «*João Fernandes Lavrador e Pero de Barcellos, um pouco antes, ou ao mesmo tempo que Christovão Colombo, descobriram a terra que ficará sempre com o nome do primeiro.*» Brito Rebello, na Introducção da edição do *Livro de Marinharia*, a pág. XXVII. Lisboa, 1903. Cf. Ernesto do Canto, *Quem deu o nome á terra do Lavrador*, 1895.

(97) «*A Paolo del Pozzo Toscanelli rimane quindi intero il merito di avere ideato l'audace disegno, onde Colombo fu tratto alla scoperta del Nuovo Mondo*». Carlo Errera, *L'epoca delle Grandi Scoperte Geografiche*, a pág. 243. Milão, 1902.

(98) *La solution de tous les problèmes relatifs à Christophe Colomb*. Memória apresentada ao Congresso internacional dos Americanistas. Paris, Setembro, 1900.

O CONHECIMENTO ANTERIOR DO PLANO DE TOSCANELLI CONSIDERADO COMO MOTIVO DA REJEIÇÃO DO PLANO DE COLOMBO

USPEITANDO de apócrifa a correspondência de Toscanelli, negando conseqüentemente a influência que o sábio florentino teria exercido no ânimo de Colombo, o historiador Vignaud transfere para os Portugueses o mérito de haverem preparado a viagem de Colombo no Atlântico ocidental. E, todavia, a rejeição da autenticidade da carta de Toscanelli ao cónego Fernão Martins sonega aos historiadores o incomparável documento que concorreria para decifrar os enigmas persistentes que cercam as origens do descobrimento da América,—pois o que mais interessa não é saber-se que a sciência náutica e a experiência portuguesas prepararam e instruiram o navegador genovês, mas quais os motivos que inspiraram a atitude de D. João II, em relação ao projecto de Colombo; que aconselharam Portugal a insistir no caminho do Oriente, para atingir a Índia; que dirigiram a política sibilina do Tratado de Tordesilhas; que moveram D. Manuel, no mesmo ano em que Vasco da Gama ancorou em Calecut, a enviar Duarte Pacheco, a explorar «as partes ocidentais»; e que, finalmente, no ano seguinte ao do regresso do Gama, levaram os navios da segunda armada da Índia a Vera Cruz.

A carta de Paulo Toscanelli, de 25 de Junho de 1474, muito provávelmente foi uma realidade, e quem se incumbe de a confirmar, de projectá-la para a posteridade, é o próprio Colombo, que nenhum interêsse confessado ou oculto teria em inventá-la.

A influência do plano toscaneliano sôbre o projecto de Colombo aparece-nos afirmada por múltiplos indícios. Vignaud, com inatacável probidade, não os nega; mas, na presença de documentos visívelmente truncados e deformados, prefere considerar apócrifa a correspondência do sábio florentino, forjada *à posteriori*. ¿Com que fim? ¿Para impor um carácter scientífico ao que não passava de uma aventura, ou, peor ainda, de uma expoliação? Porém, Colombo nunca aproveitou a fraude, e esta circunstância basta para fazer periclitar aquela hipótese (99). Que Colombo fortalecêra, no convívio com os navegadores portugueses do Atlântico, a sua crença na existência de terras postadas a oeste, parece incontestável. Êle próprio o afirma. O procedimento de D. João II em recusar o plano de Colombo e de nada tentar, pelos seus próprios e poderosos recursos, para experimentá-lo, permite supor que a inviabilidade do projecto toscaneliano fôra já experimentalmente constatada. ¿Os Portugueses teriam, pois, navegado para além dos Açôres? Indubitávelmente navegaram.

Sendo assim, quanto mais fortes e numerosos os argumentos de Colombo para provar a existência das terras e ilhas do ocidente, mais a convicção portuguesa lógicamente se fortaleceria no sentido de procurar o caminho da Índia pelo nascente,—pois só o pressentimento ou conhecimento daquelas terras justifica cabalmente a rejeição do plano toscaneliano. Há, em tôda esta questão, ainda confusa, um facto que deve ser salientado. Colombo não se propõe ir à Antília, mas à Ásia. Para Colombo, segundo se depreende da correspondência toscaneliana, a existência da Antília não admite dúvidas, pois que ela constitui um ponto de referência, uma escala na heróica viagem. Todavia—¡caso extraordinário!—é a essa Antília que êle vai, é essa Antília que êle imagina ser Cypango, e essa Antília é a América. Ora, se encontramos a Antília em cartas e portulanos dos meados do século XV, e se Toscanelli (ou Colombo) refere o conhecimento português dessa «*isla de Antil que vosotros llamais de Siete Ciudades, de la qual tenemos noticia*» (Las Casas) ou «*Sed ab insula Antilia vobis nota*» (texto latino manuscrito), é forçoso inferir que a existência da terra aonde foi Colombo, dessa Antília que nos portulanos do século XV estava assinalada a uma distância de 30° a 35° de Lisboa, e no Globo de Behaim a uns 50° do meridiano da mesma cidade, não era ignorada em Portugal.

A VIAGEM DE COLOMBO À ÍNDIA FICA REDUZIDA AO REDESCOBRIMENTO DA ANTÍLIA

Sob o ponto de vista náutico, a viagem de Colombo não oferecia insuperáveis dificuldades para os navegadores que haviam apagado as lendas aterradoras do oceano; que tinham provado a habitabilidade do equador, a «*Regio inhabitabilis propter nimium calorem*»; afrontado os mistérios atlânticos e aperfeiçoado os recursos da sciência astronómica e geográfica, na sua aplicação à orientação dos navios. O plano de Colombo, se teóricamente se baseia na doutrina de Toscanelli, na parte experimental funda-se nos conhecimentos portugueses, referidos nas obras dos panegiristas de Cristovão Colombo, salientemente de Las Casas e Fernando Colombo. Muito ao contrário do que pretendem quantos se

(99) Por êste forte motivo, Vignaud supõe que a fraude é da autoria do irmão ou dos filhos de Colombo, contra a opinião de Gonzalez de la Rosa, que a atribui ao próprio Colombo.

Carta de Bartolomeu Pareto, reprodusida do Atlas de Kretschmer, onde estão indicados os arquipélagos das Canárias, Madeira, Açôres e nestes vê-se a Ilha do Brasil. Além destas ilhas ¿está indicada a Antília e outra ilha do Brasil, como de existencia hipotética? aquela a oeste dos Açôres e esta a oeste da Irlanda. Entre a Madeira e Açôres indica-se a legenda *Insulle Fortunate Săct brandany*, designação que também se encontra no mapa de G. Benincasa de 1482.

Mapa atribuido a Pedro Reinel, mostrando a Terra Nova, reproduzido do original que esteve na Biblioteca da Ajuda e que assim figurou na exposição de Cartografia Nacional em cujo catálogo tinha o numero 967. Hoje está arquivado na Biblioteca Nacional

esforçaram por demonstrar a impossibilidade portuguesa de conceber a existência de ilhas e terras para ocidente, os geógrafos e os navegadores as suspeitavam e as assinalavam (100).

A CARTA DE TOSCANELLI AO CÓNEGO DA SÉ DE LISBOA

AVIAM decorrido oito anos, em 1482 — data da hipotética viagem de Colombo à costa da Guiné e forte de S. Jorge da Mina (levantado em 1482), — depois que o sábio florentino, Paulo Toscanelli, teria escrito a um suposto cónego Fernão Martins, indicando a D. Afonso V o caminho mais curto de Lisboa a Cypango e à província de Cathay. Nesse ano de 1474, o príncipe herdeiro, D. João, iniciava, ainda no reinado paterno, a administração das colónias e navegações ultramarinas.

A coincidência da data de 1474, na carta de Toscanelli, com a nomeação do príncipe para o cargo em que se estreava, num auspicioso tirocínio, o maior génio político da realeza, abre diante do historiador as mais vastas perspectivas e permite a suposição de que um eclesiástico (Fernão Martins, Estevão Martins ou Fernão de Roris, pouco importa,) escreveu a Toscanelli, solicitando, em nome do Rei, o parecer do sábio sôbre o máximo problema com que se defrontava o programa nacional dos descobrimentos marítimos.

O PROBLEMA MARÍTIMO PORTUGUÊS EM 1474

Havia quarenta anos que Gil Eanes, pagem do Infante, dobrára o atemorizante Bojador e que Afonso Gonçalves Baldaia atingíra a linha do trópico de Cancer, limite setentrional da zona tórrida. Tinham decorrido vinte e nove anos desde que Dinis Dias, o primeiro da dinastia insigne de navegadores, à qual o destino reservára a glória de descobrir o finisterra africano, passára em frente à foz do Senegal — que delimita a raça preta da berbere e mauritana — e chegára a Cabo Verde, onde os negros, atónitos e aterrados, altercam sôbre se é peixe, ave ou fantasma, o navio português. Alcançára-se o 15º de latitude N. Desvendaram-se aos Portugueses as luxuriantes paisagens tropicais: as primeiras que os europeus contemplavam. A concepção clássica da inabitabilidade da zona tórrida prováva-se errada. Na frase de Ruge, «*à sombra das palmeiras de Cabo Verde encontrára o seu túmulo a geografia da Idade Média*». Uma a uma, baqueavam, perante a audácia impávida dos devassadores dos oceanos, dos pesquisadores de mistérios, as fábulas e as lendas da antiguidade. Havia já quatro anos que Álvaro Esteves, o grande pilôto, penetrára o equador térmico, na Costa do Ouro, e as embocaduras do Niger, ultrapassando a *Regio perusta*, no equador matemático, até ao cabo de Santa Catarina, a 1º 51' de latitude S. Tinham sido descobertas mais as ilhas de Fernando Pó, Formosa, S. Tomé, Príncipe e Ano Bom: as «*insula Martini*», do globo de Behaim. O périplo da África avançava, mas era ainda difícil saber as dimensões que atingíria. Assim como no rumo do ocidente se tinham visto aflorar dos abismos oceânicos o arquipélago dos Açôres, e, para sudoeste, o da Madeira, — além das Canárias (as *Malkart*, dos fenícios) tinham-se achado as ilhas de Cabo Verde, adjacentes da África. Para lá dos Açôres, ¿ que outras ilhas emergiriam do oceano? ¿ Qual o caminho a tomar para atingir depressa a Índia? Os Portugueses conheciam o Livro de Marco Polo, com que a Senhoria de Veneza presenteára o Infante D. Pedro — senão também o mapa-mundo, que acompanhára a dádiva preciosa. Nesse mapa, a costa oriental

(100) One of the first publications containing some words about the discoveries of the Portuguese, is *Velasci Ferdinandi . . . Regis Portugallie oratoris ad Innocentium octavum pontificem maximum de obedientia oratio*, s. l, et a., (first edition Rome 1485. Hain N.º 15760). In about the middle of the small, un paginated work we read the following remarkable words, which I give here from an edition (Hain N.º 15761) printed some what later (1494?): «*Non desunt Beatissimo pater quam plura alia cius in christi ihesu fidem et Romanam ecclesiam merita, que si sigillatim recensere velim longius quam par esset progrederer, sed duo tamtum quam brevissimo perstringam. Primum quod eo regnante Henrici patrui cius de que supra meminimus industria cepta navigari Ethiopia est. Alterum vero sit quod eodem tempore in occeano athlantico decem insula vix ipsis orbis descriptoribus cognite a nostris invente sunt et omnes Lusitania colonie reducte. In quibus iam mira incolarum frequentia habitatis christiana fides haud minore ceremonia quam inter nos colitur. Ita ut mihi vere alfonsus Rex gloriosus ad christianam religionem sacratissimam colendam non contentus maiorum suorum finibus videatur, nisi etiam novas provintias, nova regna, novas insulas et QUASI NOVOS ET INCOGNITOS ORBES christi nomini et Romane ecclesie et vobis tandem pater beatissime et successoribus vestris in posterum addiceret*».

— A. E. Nordenskiöld, *Facsimile-Atlas to the carly History of Cartography*, a pág. 62, VI Cap. *The first maps of the New World and of the newly discovered parts of Africa and Asia.*

À PROCURA DO CAMINHO DA ÍNDIA ASIÁTICA.

da Ásia, de acôrdo com a narração do viajante veneziano, deveria prolongar-se até onde se encontra a Califórnia; e a ilha de Cypango ocuparia o sítio do México, aproximadamente, como no globo de Behaim. Não faltavam motivos para que os conselheiros do príncipe vacilassem. Embora Vignaud, esforçando-se por salvar a tese da apocrifía integral da correspondência de Toscanelli, sustente que os portugueses não pensavam, em 1474, em executar o périplo da África, e muito menos em atingir a Índia, não faltam historiadores com a convicção de que «*para o Infante D. Henrique a distinção entre a Índia asiática e a Índia africana, ou Terra do Preste João, estava já claramente estabelecida, e que a Bula de Nicolau V, de 1454, define a Índia como objectivo dos esforços do Infante*» (101). Êsse propósito, se a princípio é problemático, vai-se esclarecendo progressivamente, numa evolução que se acentúa na Bula de 13 de Março de 1456, em que Calixto III renova as concessões do pontífice seu antecessor e lhes acrescenta a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo sôbre as terras, desde o cabo Não até à Índia: «*dominium et potestas in spiritualibus duntaxat in insulis, villis, portubus, terris, et locis a capitibus de Boiador et de Nam usque per totam Guineam, et ultra meridionalem plagam usque ad Indos acquisitis et acquirendis...*» Para sustentar que a obra sistemática da circunnavegação da África não foi guiada pela esperança de achar o caminho das Índias Africana e Asiática, seria preciso começar por admitir a ignorância europeia da península índica e dos grandes impérios orientais. Os conhecimentos que da Ásia possuiam os portugueses seriam suficientemente revelados na escolha, pelo Concílio de Lyão, em 1245, do franciscano Lourenço de Portugal para delegado do Papa, junto ao Grão Khan mongólico (102). Póde haver historiadores nossos contemporâneos que ignorem os escritos dos primeiros geógrafos, mas os dirigentes dos povos, que, no final da Idade Média, realizaram os empreendimentos das descobertas, não podiam desconhecê-los. As obras de Azurara, de Duarte Pacheco, de Barros, de Castanheda, de Galvão, de Rezende e Damião de Góis, até ao sublime poeta épico,

O CONHECIMENTO PORTUGUÊS DO ORIENTE

Marco paulo.

Ho liuro de Nycolao veneto.
O trallado da carta de huũ genoues das ditas terras.

Cõ priuilegio del Rey nosso senhor. q̃ nenhuũ faça a jmpressam deste liuro. nẽ ho venda em todollos seꝰ regnos ⁊ senhorios sem liçẽça de Ualentim fernãdez so pena cõteuda na carta do seu preuilegio. Ho preço delle. Cento ⁊ dez reaes.

Frontespício do Livro de Marco Polo. Traducção e impressão de Valentim Fernandes. O volume contem, além do texto de Marco Paulo, as outras obras mencionadas no título. (Do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa)

(101) Jules Mees, *La Lettre de Toscanelli a Christophe Colomb*, na Revista Portuguesa Colonial e Maritima — Julho de 1904.

(102) Beasley, *The dawn of modern geography*. Vol. II, pág. 276. (Londres, 1806.)

cronista da apotéose, testemunham o conhecimento minudencioso dos autores gregos e latinos. Os erros geográficos, concernentes ao Oriente, que conduziram aos mapas de Marco Polo e Toscanelli e ao globo de Behaim, projectando a Ásia para leste, ¿não datam de Eratóstenes? ¿Não foram aceites por Ptolomeu? Heródoto, o «pai da história», dizia fundar-se nas notícias mais fidedignas, para afirmar que os índios eram a gente que vivia mais perto da saída do sol, na Ásia do levante, e que estes extremos do mundo abundavam nos produtos mais preciosos. Estrabão assinalava a Índia como o primeiro país e o mais extenso do Oriente. Os contemporâneos de Alexandre Magno, cujos guerreiros tinham encontrado o pavão em estado silvestre, nas selvas indianas, foram os primeiros a descrever as regiões meridionais da Ásia. Megasteno notára a configuração peninsular da Índia; Onesecrito mencionou a ilha de Taprobana (Ceilão). Ambos haviam observado o desaparecimento no céu da Ursa Maior, que, na Índia meridional, desce abaixo do horizonte visual. A Ásia não era um mito ou a reminiscência lendária de uma realidade remota, como a Atlântida de Platão. O veneziano Marco Polo viajára durante vinte e quatro anos pela Ásia, desde a Tartária ao Japão, no fim do século XIII (103). A influência dos seus escritos já se manifestára na cartografia do século XIV, a começar no mapa catalão de 1375. O abade dos premonstratenses de Poitiers ditára uma geografia asiática, dando à China a denominação de Cathay e onde copiosamente referia as riquezas fabulosas da Índia. São Luís, rei de França, confiára, em 1256, ao franciscano Guilherme de Rubruck uma missão diplomática na Ásia. O provincial da ordem dos franciscanos em Colónia, João de Plano Carpini, visitára, nesse mesmo século XIII, como embaixador da Cúria, o Grão Khan da Mongólia (104). A Ásia, conhecida pela civilização greco-latina, depois da triunfal expedição de Alexandre, era, inconfundívelmente, o fito das expedições guerreiro-navais-mercantis, sistematisadas e desenvolvidas, desde o Infante D. Henrique até D. João II.

Fôra, designadamente, a conquista de Constantinopla pelos turcos, completando a obstrução das vias terrestres e marítimas meridionais para a Ásia, (pois já desde 1171, Saladíno se apoderára do Egipto, fechando as comunicações com o mar Roxo) que inspirára a audaciosa emprêsa das conquistas oceânicas. O próprio périplo da África, considerado por Vignaud fóra das cogitações portuguesas, não constituia, sequer, no domínio da lenda, como no da realidade, uma concepção original. Sobreviviam na tradição o legendário périplo fenício do reinado de Necao (600 anos A. C.) e o périplo púnico do almirante cartaginês Hanon. Sabia-se que Políbio, às ordens de Scipião, visitára as costas da Mauritânia. No século XIII (1281), os irmãos Vadimo e Guido de Vivaldi, genoveses, e, dez anos depois, Ugolíno Vivaldi e Teodosio Dória, tinham empreendido circunnavegar o continente africano. «*Começaram aquela viagem com o objectivo temerário de procurar o caminho pelo Atlântico* **ad partes Indiæ**» (105). Esta Índia, que os genoveses Vivaldi procuraram por mar, nos fins do século XIII, ¿porque não haviam de tentar achá-la os portugueses, no século XV? ¿Falta o documento que o declare peremptóriamente? ¡Nem êsse documento falta! (106) ¿Mas quem poderia supor que, mais de quatro séculos volvidos, depois da execução do plano gigante, um grande historiador se lembraria de negar o objectivo da Índia a uma obra ininterrupta e sistemática de exploração oceânica... que atingiu a Índia? (107)

Em 1457, (dezassete anos antes da consulta a Toscanelli) Diogo Gomes e João Gonçalves Ribeiro entraram no rio Gâmbia, que subiram até à cidade de Cantor, onde souberam que as caravanas

(103) Henry Yule, *The book of sir Marco Polo the Venetian*, Londres, 1871; A. Bartoli, *Viaggi di Marco Polo secondo la lezione del codice magliabechiano piú antico*, Florença, 1863.

(104) *Journeys of William of Rubruck and John of Plan de Carpine, to Tartary in the 13 the cent*, Hakluyt Society. Londres, 1900; D'Avezac, *Notice sur les anciens voyages de Tartarie en général, et sur celui de Jean du Plan di Carpini en particulier*, no Tomo IV do *Recueil de voyages et de mémoires* da Sociedade de Geographia de Paris, 1839; F. M. Schmidt, *Ueber Rubruk's Reise von 1253-1255*, no Tomo XX, págs. 161-253 da *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdhunde*, Berlim, 1865.

(105) C. Errera, Op. Cit., a pág. 178. «*Giá nel 1291, Ugolino e Vadino Vivaldi genovesi*» *ceperunt facere quoddam, viagium quod aliquis usque nunc facere minime attemptavit*», *col temerario disegno di cercare via per l'Atlantico* «*ad partes Indiæ*», *verso taluna cioè di quelle contrade che, da Sofala e dall'Etiopia alle due grandi penisole asiatiche, erano vagamente comprese allora nella denominazione di India*».

(106) Carta de doação de D. Manuel a Vasco da Gama, de 10 de Agosto de 1502. *Alguns documentos da Torre do Tombo*, a pág. 127.

(107) «*Il est avéré que, dés avant l'année 1474, les Portugais méditaient d'atteindre par mer les côtes occidentales de la Chine et du Japon*». Henry Harrisse, *Les Côrte-Real et leurs voyages au nouveau-monde*, a pág. 23. Paris, 1883.

de Tunis e do Cairo chegavam até ali e que, para além do tempestuoso promontório da Serra Leôa, corriam rios para leste. Tam provável pareceu a Diogo Gomes chegar à Índia, dobrando a extremidade meridional da África, que trouxe para bordo um índio abissínio, a fim de servir de intérprete aos Portugueses. ¿ Como é, pois, possível sustentar que, nas cogitações lusitanas, não entrava o périplo africano, quando os Portugueses são os iniciadores e os executores dos grandes périplos continentais?

Indiscutívelmente, o problema náutico e económico da segunda metade do século XV consistia em achar o caminho marítimo das Índias, em cuja direcção se repetiam, arrojadas e pertinazes, as explorações portuguesas. ¿ Porque, então, se hesitava e se consultava, em nome do Rei, o sábio florentino? Porque as Índias, no planeta esférico, podiam igualmente atingir-se pelo Ocidente. Esta era a concepção de Toscanelli. Para se escrever com propriedade, esta concepção não podia deixar de ser geral a todos os astrónomos, geógrafos e matemáticos. É evidente que, sendo esférica a Terra, se póde atingir um determinado ponto dela, partindo, indiferentemente, para o nascente ou para o poente. O problema resumia-se em saber qual das duas rótas devia ser explorada qual dos dois caminhos era o mais curto.

OS ESCANDINAVOS NA AMÉRICA

SE os impérios da antiguidade oriental estiveram sempre em relação com os povos mediterrâneos da antiguidade clássica, — que não ignoravam que, para além da Pérsia, havia outros países «imensuráveis e magníficos», — e se êsse conhecimento experímental do Oriente foi herdado, desenvolvido e cultivado pelas cidades marítimas italianas, que continuaram explorando o comércio do luxo asiático, não é menos certo e provado que não faltavam aos geógrafos do século XV os patentes indícios da existência das terras ocidentais. Os Escandinavos tinham já pisado o solo americano (108). O primeiro europeu que viu a América, provávelmente nas primeiras décadas do século X, parece ter sido Guunbjorn, que, navegando para a Islândia, foi arrastado para oeste pelos ventos glaciais e as correntes e avistou as brumosas enseádas que lhe conservam o nome, para trás das quais enxergou a terra firme.

Na última década do bárbaro século X, aí se estabeleceu Erico, *o Ruivo*, fugido da Noruega por homicídio, e que lhe chamou a Groenlândia: terra verde. A notícia do descobrimento chegou até ás cidades marítimas da Alemanha. Adão de Bremen, na *Gesta Hammaburgensis ecclesiae pontificum*, refere-se a uma expedição de frisões do rio Weser às terras setentrionais. Os Normandos levaram ainda mais longe as arrojadas viagens no mar das brumas. Bjorn, pelo ano de 986, indo da Islândia à Groenlândia, descobriu novas terras, que foram exploradas por Leif, filho de Erico, o colonizador. Esta expedição, que atravessou a região dos penhascos, dos prados e das vinhas (Vinlândia), devia ter chegado até perto de 41° de latitude N.: cêrca do promontório do Estado de Massachusetts (108-A). Em princípios do século XII, já possuia a Groenlândia o primeiro bispo, e continuou a tei prelado de mitra e báculo, com residência na diocese, até Alfr (1368 a 78). H. Major (109) fixa o ano de 1406 como o último da residência dos prelados na Groenlândia, havendo, desde essa data, só bispos titulares até 1537. Abandonada e esquecida, a Groenlândia reentrou na tréva e na lenda, desvaneceu-se como uma nuvem na memória dos homens, não tendo sido considerada nunca como fazendo parte integrante de um continente transatlântico. Todavia, em Portugal, no ano de 1502, sabe-se já (como consta da carta de Pascuáligo) que a fria e inóspita Groenlândia é a parte mais setentrional do mesmo continente imenso a que pertence a cálida e luxuriante Terra dos Papagaios.

(108) Gustave Storm, *Studies of the Vinland voyages (Mémoires de la Societé des Antiquaires du Nord*, 1888); Rafn, *Antiquitates Americanae, sive scriptores septentrionales rerum ante. — Columbianarum in America*, 1837; *Mémoire sur la découverte de l'Amérique au X.e siécle*, 1838; Graberg de Hemso, *Memoria sulla scoperta dell'America nel secolo decimo*, 1839; Toulmin Smith, *The Northmen in New-England, or Amerika in the tenth Century*, 1839; Gravier, *Découverte de l'Amérique par les Normands au X.e siécle*, 1874; B. F. da Costa, *Découverte de l'Amérique avant C. Colomb par les Hommes du Nord*, 1869; Ferreira Lago, *Memoria sobre o descobrimento da America no seculo decimo*, 1840.

(108-A) Contudo, Vignaud, no *Journal des Américanistes*, de *Paris*, (ano de 1900) considera muito problemática a descida dos escandinavos até à latitude em que os historiadores geralmente colocam a Vinlândia, presumindo que êles não tenham ido além da Terra Nova.

(109) *Voyages of the Zeni to the Northern Seas*. Hakluyt Society, Londres, 1873.

O CONHECIMENTO PORTUGUÊS DAS TERRAS DO OCIDENTE

QUE notícias podiam ter os portugueses, em 1474, das terras misteriosas do ocidente, em condições de justificarem uma consulta a Toscanelli?

Nunca se apagaram por completo da memória do homem europeu as relações que havia entretido, nas éras remotas, com o seu semelhante de outras e longínquas regiões. Plutarco refere que, a cinco jornadas, a Oeste da Bretanha, se encontram várias ilhas, e, mais além, um grande continente, de clima benigno. As lendas medievais de S. Brandão e das Sete Cidades parecem originadas nas primeiras colonizações cristãs da Groenlândia (110). Havia muitos séculos que «a última Tule», das Hébridas, até onde viajára Piteas de Massília, no fim do século IV, (nesse mesmo ciclo das sôbre-humanas proezas, quando os exércitos macedónios de Alexandre atingiam a Índia) já não era o limite setentrional do mundo para noroeste. Nos mapas de Andréa Bianco, de 1436 e 1448, o Atlântico ocidental é povoado de ilhas, entre as quais figura a enigmática *Antília*, a flor misteriosa do oceano, que Pedro de Medina, autor do *Regimiento de navegacion e da Arte del navegar*, diz já ter visto num Ptolomeu, oferecido ao Papa Urbano IV, com a legenda: «*Ista insula Antilia, aliquando a Lusitanis est inventa sed modo quando quœritur non invenitur*» (111), e que surge pela primeira vez no mapa anónimo de 1424 da biblioteca do grão duque de Weimar e nas cartas de Becário (1426). Não faltam indícios de natureza lendária, náutica e cartográfica, para justificar a indecisão portuguesa. Entre outras viagens já realizadas, no Atlântico ocidental, deve em especial mencionar-se a dos venezianos, Nicolo e Antonio Zeno, em 1390, estudadas por Humboldt, Major e Nordenskiöld (112). Anteriormente, a carta catalã (1375) inscrevia as ilhas Orcades e a Scilândia.

PROCURANDO A RÓTA MAIS CURTA PARA AS TERRAS DAS ESPECIARIAS

Esta série considerável de factos basta para colocar a consulta a Toscanelli no terreno da mais evidente verosimilhança. Mas há a acrescentar que, justamente nesta época — dois anos antes da consulta ao sábio florentino, como que inspirando-a — quere a tradição que João Vaz Côrte-Real tenha pela primeira vez visitado a Terra Nova dos Bacalháus. Quando mesmo essa viagem audaz e problemática viesse a provar-se (e não há elemento algum de prova em favor dela) não poderia dizer-se com veracidade que os Portugueses *descobriram* a América vinte anos antes de Colombo, mas apenas que lá haviam estado, como os Escandinavos indubitávelmente lá estiveram, como os anacoretas irlandeses e os Venezianos, Nicolo e Antonio Zeno, incertamente lá foram ou lá pretenderam e supozeram ir. Em 1472, dois anos antes da carta de Toscanelli, haviam talvez principiado as pertinazes expedições dos Côrte-Reais para o noroeste (113). Como lucidamente adverte Bensaúde, essa viagem de João Vaz nada teria de fenomenal, antecedendo 28 anos a viagem indiscutida de Gaspar Côrte-Real. Dos Açôres à Terra Nova, a distância é menor do que o percurso de Lisboa a Cabo Verde.

A consulta do cónego de Lisboa corresponde a uma situação de fundada perplexidade. É o rei de Portugal que indaga sôbre «*a róta mais curta para as terras das especiarias*».

Sobejavam razões que induziam a corôa a essa indagação. Os navios portugueses traziam a Lisboa as notícias de ilhas entrevistas no longínquo horisonte. ¿A Antília? ¿Simples miragem? ¿Os arquipélagos anteriores às procuradas Índias?...

REVELAÇÃO DA CARTA DE TOSCANELLI

Nunca um problema histórico se apresentou com mais lógica e verosimilhança ao investigador, se considerarmos que o finisterra africano ainda não fôra atingido. O que surpreende é que os historia-

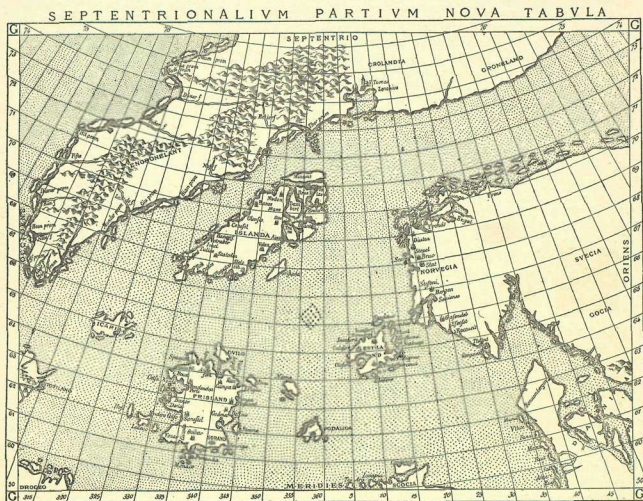
---

(110) A ilha de S. Brandão, nos mapas de Becário, de Fra Mauro e de Benincasa, está sempre localizada no Atlântico ocidental. Behaim regista-a como uma grande ilha a poente, nas proximidades do Equador. A ilha lendária vai assim descendo do setentrião para as regiões da América austral, e continúa a aparecer, depois do reconhecimento do litoral americano, nos mapas de Sebastião Cabot e de Mercator (N.os 23, 24 e 76 dos *Monuments de la Géographie*, de Jommard). A ilha lendária das Sete Cidades figura também no globo de Nurembergia, onde a legenda narra ter sido ela povoada por um arcebispo do Porto, acompanhado de seis bispos. Fernando Colombo, no § 4 das *Historie de Il Ammiraglio* igualmente se lhe refere. Ruysch, no mapa *Universalior cognit orbis tabula ex recentibus confecta observationibus*, acrescentado à edição de 1508 do seu Ptolomeu, coloca-a entre os Açôres e a Hispaniola, onde a imaginava Toscanelli, identificando-a com a Antília. A lenda da nave portuguesa, que no tempo do Infante D. Henrique fôra à ilha das Sete Cidades e voltára a Portugal, é ainda recolhida por Fernando Colombo (§ 9) e por Herrera *(Historia general de los hechos de los Castellanos en las Islas i tierra firme del Mar oceano, etc., Liv. I): «En tiempo del infante D. Enrique de Portugal com tormenta corrió un navio que habia salido de Portugal e no paró hasta dar a ellas»*...

(111) *Cf.* D'Avezac, *Isles de l'Afrique*, Paris, 1848, a pág. 27; Buache, *Mémoire sur l'isle Antilia*, nas Memórias do Instituto de França, 1806. Formalconi, no *Saggio sulla nautica antica dei Veneziani*, não hesitava, já em 1789, em identificar a Antília com a América.

(112) — *Dello scoprimento dell'Isole Frislanda, Eslanda, Engrovelanda Estotilanda e Icaria, fatto soto il Polo artico doi due fratelli Zeno, M. Nicoló il K. e M. Antonio*, Veneza, 1558; Nordenskjöld, *Periplus*, a pág. 86; Stom, *Om Zeniernes reiser*, Cristiânia, 1891; Lucas, *The Annals of the Voyages of the brothers N. and A. Zeno*, Londres, 1898.

(113) — *Arquivo dos Açores*, Vol. 4, pág. 416; *L'Astronomie Nautique des Portugais*, etc. de Joaquim Bensaúde, pág. 184.

dores, que consideram a correspondência toscaneliana uma fraude, não tenham principiado por explicar os motivos racionais que poderiam ter levado Colombo a falsificar um documento que lhe diminuía a glória, e a falsificá-lo em condições tais, que a invocação de uma personagem, quer verídica, quer inexistente, só serviria para o comprometer e denunciar como um falsário. A êsse tempo viveriam descendentes colaterais do valído de D. Afonso V. Seria demência desafiar-lhes os desmentidos. Comete-se uma injustiça contra Colombo, imaginando-o incapaz de forjar documentos que melhor servissem a sua glória e o seu interêsse, em que não se testemunhasse a antecipação do conhecimento, por parte de D. João II,

Mapa das regiões por onde navegaram os irmãos Zeno, segundo Ptolomeu de Roscalli (1561). Idêntico ao reproduzido por Kretschmer

do plano do florentino sôbre o plano do genovês. Êsse desprendimento e essa imprudência não se conciliam nem com a ambição de Colombo, nem com os intuitos dos seus panegiristas. Analisando pròpriamente o problema da autenticidade da carta, escrita em 25 de Junho de 1474 ao áulico de D. Afonso V, ocorre, antes de mais nada, inquirir a quem essa carta podia aproveitar, e só é possível concluir-se que o seu contexto, em 1474, aproveitaria especialmente a Portugal, que detinha o monopólio da navegação do Atlântico. Em 1571, data da primeira publicação, era ainda à glória e à sciência portuguesas que êsses documentos aproveitavam, pois já, de há muito, um pilôto português, indo da Espanha às Molucas, provára que, de facto, o caminho para as Índias pelo Ocidente existia, mas era muitíssimo mais extenso do que a róta portuguesa pelo Oriente (114). ¿ De onde provem, todavia, o conhecimento universal da carta

(114) De S. Lucar às Mulucas, a viagem de Fernão de Magalhães é de 14475 milhas; de Lisboa a Calecut, Vasco da Gama navegou 9520 milhas (milhas de 1852 metros).

de Toscanelli? Das *Historie dell Ammiraglio*, supostamente escritas no original espanhol pelo próprio filho de Cristóvão Colombo, e da *Historia de Las Indias*, de frei Bartolomeu de Las Casas, bispo de Chiapa, o mais autorisado panegirista do genovês, e, talvez, o único historiador do grande acontecimento, que escreveu, (sem contar Pedro Mártir) sôbre depoímentos e documentos originais. Acontece que, durante séculos, a única versão conhecida da carta de Toscanelli é a de Fernando Colombo, retraduzida em espanhol por Barcia, no I Vol. dos *Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales*. O manuscrito de Las Casas (115) *só fica incorporado na bibliografia, com a sua publicação no século XIX* (116), embora o tivessem consultado e conhecido em longos extratos, nas transcrições de Navarrete e em cópias manuscritas, numerosos geógrafos e historiadores anteriores, como o eminente Humboldt (117). Não se trata, pois, de uma invenção de Fernando Colombo, desde que o Bispo de Chiapa, biógrafo áustero do grande homem, e incapaz de falsidade consciente, a arquivava também, com pequenas variantes. A fonte das versões italiana e espanhola da carta é, necessáriamente, a mesma. Entretanto, nem a biografia italiana parece copiar Las Casas, cuja obra não fôra publicada, nem Las Casas copía as *Historie dell Ammiraglio*, que aparecem na Itália depois de escrita a *Historia de las Indias*. Ambos escrevem à vista de documentos, provindos do espólio do Almirante, mas independentemente e com objectivos sensívelmente diversos. Ao passo que o livro do filho procura converter Colombo num herói legendário, o livro do arcebispo narra as acções do homem, sem ocultar as suas fraquezas.

A PRIMEIRA CARTA DE TOSCANELLI A COLOMBO

SÃO três, conforme a versão dos biógrafos citados, as cartas de Toscanelli. Da primeira, escrita ao cónego Martins, só temos conhecimento pela segunda, que pretende ser uma cópia da anterior, acrescentada de algumas linhas de prólogo, dirigidas a Colombo; e, finalmente, uma terceira carta, menos importante, que haveria sido escrita pelo sábio florentino ao navegador genovês e inserta nas mesmas obras. Comecemos pela segunda, desde que, só pela versão desta segunda carta, conhecemos (ainda que sensívelmente alterado) o texto da primeira, dirigida ao conselheiro de D. Afonso V, e cujo original, como tantos outros documentos, se perdeu. É, porém, da maior importância o facto de ser trazido ao tribunal da história um documento desta magnitude, pelo próprio filho do navegador que arrebatára a Portugal a glória de descobrir a quarta parte do mundo; de ser êle o portador, o revelador da carta extraordinária e providencial. A carta de Toscanelli constitui, em última análise, a justificação plena de D. João II e da Junta dos Matemáticos é o categórico depoimento coevo da sciência e da consciência com que Portugal recusou os serviços de Colombo. Junta ao processo histórico pela parte adversa, podia ser contestada na sua autenticidade (por tal modo ela engrandece a sciência geográfica portuguesa) se os paleógrafos a houvessem desencantado do sepulcro dos arquivos de Portugal. Mas é o filho de Cristóvão Colombo, o almirante de Espanha, que a mostra ao mundo. Esta circunstância torna-a inatacável, muito embora Colombo a tenha visívelmente adulterado, como aconteceu a tudo quanto foi atingido pela sua imaginação dramática e transfiguradora.

Essa alteração é a maior garantia da autenticidade da carta de Toscanelli. Extraordinário paradoxo: a falsificação torna-a ainda mais verdadeira. Pretendendo harmonisá-la com a sua glória, Colombo, ou seu filho, ou o desconhecido autor das *Historie dell Ammiraglio* aplicou-lhe o estigma inapagável da veracidade (118).

(115) Calcula-se que a *Historia de las Indias* foi concluida mais de meio século depois da morte de Colombo.

(116) *Historia de las Indias, ahora por primera vez dada á luz per el marqués de La Fuensanta del Valle y D. J. Sancho Rayon.* Madrid, M. Ginesta, 1875-1876, 5 vol. in-4.

(117) No catálogo de 1914, a Livraria Quaritch, de Londres, anunciava a *Historia General de las Indias* em um M. S. de 941 páginas, com 21 de index, do século XVII, e que pertencêra à livraria de Lord Stuart de Rothesay. Era uma cópia integral, das mais perfeitas entre as muitas que circularam até à impressão da obra.

(118) *Fernand Colon, sa vie, ses œuvres*, ensaio crítico por H. Harrisse. Paris, 1872. *D. Fernando Colon historiador de su padre*, pelo mesmo, Sevilha, 1871. *Le Livre de Fernan Colomb*, por D'Avezac.

PRIMEIRA CARTA DE TOSCANELLI A COLOMBO, REPRODUZINDO A CARTA ESCRITA EM 25 DE JUNHO DE 1474 AO CÓNEGO FERNÃO MARTINS

Texto em espanhol, segundo a versão de Las Casas, na **Historia de las Indias,** *escrita entre 1527 e 1559. (Vol. I, Cap. XII, págs. 92-96, na 1.ª edição 1875-76).*

«A Cristobal Columbo, Paulo, físico, salud:

«Yo veo el magnifico y grande tu deseo para haber de pasar adonde nace la especieria, y por respuesta de tu carta te invio el treslado de otra carta que ha dias yo escribí a un amigo y familiar del Serenisimo Rey de Portugal, antes de las guerras de Castilla, a respuesta de otra que por comision de S. A. me escribió sobre el dicho caso, y te invio otra tal carta de marear, como es la que yo le invié, por la qual seràs satisfecho de tus demandas; cuyo treslado es el que sigue (119).

«Mucho placer hobe de saber la privanza y familiaridad que tienes con vuestro generosisimo y magnificentisimo Rey, y bien que otras muchas veces tenga dicho del muy breve camino que hay de aqui a las Indias, adonde nace la especieria, por el camino de la mar mas corto que aquel que vosotros haceis para Guinea, dicesme que quiere agora S. A. de mi alguna declaracion y á ojo demonstracion, porque se entienda y se pueda tomar el dicho camino; y aunque conozco de mi que se lo puedo monstrar en forma de esfera como está el mundo, determiné por mas facil obra y mayor inteligencia monstrar el dicho camino por una carta semejante à aquellas que se hacen para navegar, y ansi la invio a S. M. hecha y debujada de mi mano; en la cual está pintado todo el fin del Poniente, tomando desde Irlanda al Austro hasta el fin de Guinea, con todas las islas que en este

Texto em italiano, segundo a versão de Fernando Colombo, nas **Historie dell'Ammiraglio** *(Cap. VIII fol. 16 recto, na 1.ª edição de 1571)* (120).

«A Christoforo Colombo, Paolo, fisico, salute:

«Io veggo il nobile e gran desiderio tuo di voler passar là, dove nascono le specierie.

«Onde per risposta d'una tua lettera ti mando la copia d'un'altra lettera, che alquanti giorni fa io scrissi ad un mio amico, domestico del sereniss. Ré di Portogallo, avanti le guerre di Castiglia, in risposta d'un'altra, che per commissione di sua Altezza egli mi scrisse sopra detto caso: e ti mando un'altra carta navigatoria, simile a quella, ch'io mandai a lui, per la quel resteran sodisfatte le tue dimande. La copia di quella mia lettera è questa:

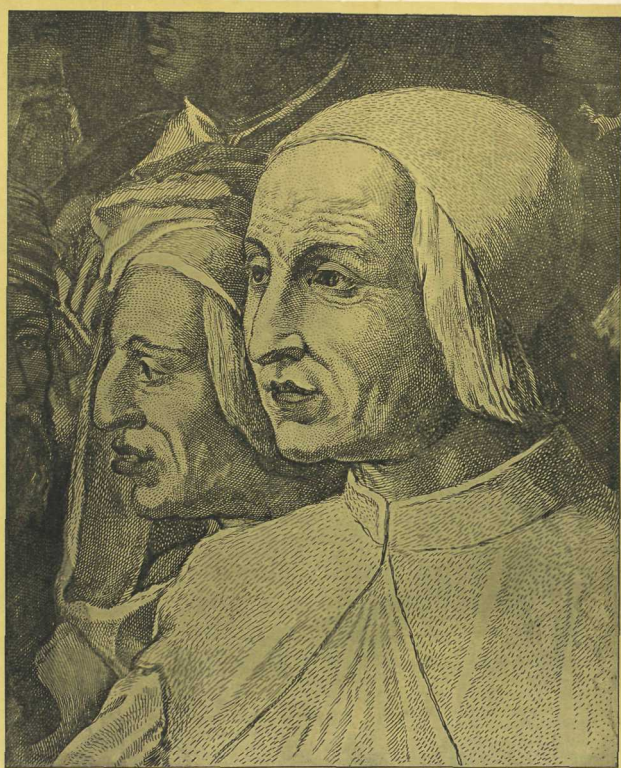
«A Fernando Martinez canonico di Lisbona Paolo Fisico Salute.

«Molto mi piacque intendere la domestichezza, che tu hai col tuo Serenissimo & Magnificentis. Ré, & quantunque molte altre volte io habbia ragionato del brevissimo camino, che é di quà all'Indie, dove nascono le specierie, per la via del mare, il quale io tengo piu breve di quel, che voi fate per Guinea, tu mi dici, che Sua Altezza vorrebbe hora da me alcuna dichiaratione, o dimostratione, accioche s'intenda, & si possa prendere detto camino.

«La onde, come ch'io sappia di poter ciò mostrarle con la sfera in mano, & farle veder, come sta il mondo; nondimeno ho deliberato per piu facilitá, & per maggiore intelligenza dimonstrar detto camino per una carta, simile a quelle, che si fanno per navigare.

«E cosi la mando a sua Maestá, fatta e disegnata di mia mano nelle quale è dipinto tutto il fine del Ponente, pigliando da Irlanda all'Austro infino al fin di Guinea con tutte le Isole, che

(119) *Historie del S. D. Fernando Colombo; nelle quali s'ha particolare, & vera relatione della vita, & de fatti dell' Ammiraglio D. Christoforo Colombo, suo padre et dello scoprimento, ch'egli fece dell'Indie Occidentali, dette Mondo Nuovo, hora possedute dal Sereniso, Re Catolico: Nuouamente di lingua spagnuola tradotte nell'Italiana dal S. Alfonso Ulloa. Con privilegio. In Venetia. MDLXXI (1571). Apresso Francesco dé Franceschi Sanese.*

(120) Na versão de Las Casas, a transcrição *ipsis verbis* da carta a Fernão Martins é dada a seguir ao texto endereçado a Colombo, sem citação do destinatário. A publicação é, porém, antecedida da seguinte explicação: «*El segundo testimonio que Dios quiso deparar á Cristobal Colon, para más aprissa esforzarle y aficionarle á su negocio, fué, que un maestre Paulo, fisico, florentin, siendo muy amigo de un canónigo de Lisboa, que se llamaba Hernando Martinez y carteandose ambos en cosas de la mar y de cosmografia, mayormente sobre la navigacion que á la sazon, en tiempo del rey D. Alonso de Portugal, para Guinea se hacia, y la que más ó por mejor via se deseaba hacer á las regiones marineras ó terrenas occidentales, vino á noticia del Cristobal Colon algo de sus cartas, y materia de que tractaban. El cual, como estaba muy encendido con sus pensamientos en aquella especulacion y andaba por ponerla en prática, acordó de escribir al dicho Marco Paulo, fisico, y envióle una esfera, tomando por medio a un Lorenzo Birardo, ansimismo florentino, que á la sazon ó vivia ó residia en Lisboa, descubriendo al dicho maestre Paulo la intincion que tenia y deseaba poder cumplir. Rescibida la carta de Cristobal Colon el dicho maestre Paulo respondióle una carta en latin, encorporando la que habia escripto al Hernando Martinez, canónigo, la qual yo vide y tuve en mi mano vuelta de latin en romance...*»

Paolo del Pozzo Toscanelli, segundo o retrato pintado por Georgio Vasari, na sala de Cosimo il Vecchio no palacio Vecchio, em Florença. (A personagem retratada à direita de Toscanelli, é Marcílio Ficino. A pintura de Vasari reproduz um retrato de Alessio Baldovinetti, que existiu na Igreja de Santa Trinitá.)

camino son, en frente de las cuales derecho por Poniente está pintado el comienzo de las Indias con las islas y los lugares adonde podeis desviar para la linea equinoccial, y por cuánto espacio, es á saber, en cuántas leguas podeis llegar a aquellos lugares fertilisimos y de toda manera de especieria y de joyas y piedras preciosas; y no tengais a maravilla si yo llamo Poniente adonde nace la especieria, porque en commun se dice que nace en Levante, mas quien navegáre al Poniente siempre hallará las dichas partidas en Poniente, é quien fuere por tierra en Levante siempre hallara las mismas partidas en Levante.

«Las rayas derechas que estan en luengo en la dicha carta amuestran la distancia que es de Poniente à Levante; las otras que son de través amuestran la distancia que es de septentrion en Austro. Tambien yo pinté en la dicha carta muchos lugares en las partes de India, adonde se podria ir aconteciendo algun caso de tormenta o de vientos contrarios o cualquier otro caso que no se esperase acaecer y tambien porque se sepa bien de todas aquellas partidas, de que debeis holgar mucho.

«Y sabed que en todas aquellas islas no viven ni tractan sino mercaderes, avisandoos que alli hay tan gran cantidad de naos, marineros, mercaderes con mercaderias, como en todo lo otro del mundo, y en especial en un puerto nobilisimo llamado Zaiton, do cargan y descargan cada año 100 naos grandes de pimienta, allende las otras muchas naos que cargan las otras especierias.

«Esta patria es populatisima, y en ella hay muchas provincias y muchos reinos y ciudades sin cuento debajo del Señorio de un Principe que se llama Gran Khan, el cual nombre quiere decir en nuestro romance, Rey de los Reyes, el asiento es lo mas del tiempo en la provincia de Catayo. Sus antecesores desearon mucho de haber platica è conversacion con cristianos, y habia doscientos años que enviaron al Sancto Padre para que enviase muchos sabios é doctores que les enseñasen nuestra fe, mas aquellos que el envió, por impedimento, se volvieron del camino y tambien al Papa Eugenio vino un embajador que le contaba la grande amistad que ellos tienen con cristianos, è yo hablé mucho con él é de muchas cosas é de las grandezas de los edificios reales, y de la grandeza de los rios en ancho y en largo, cosa maravillosa, é de la muchedumbre de las ciudades que son allá á la orilla dellos, é como solamente en un rio son doscientas ciudades, y hay puentes de piedra

in tutto questo camino giacciono; per fronte alle quali dritto per Ponente giace dipinto il principio dell'Indie con le Isole, e luoghi, dove potete andare: e quanto dal Polo Artico vi potete discostare per la linea Equinoctiale, e per quanto spatio; ciòe in quante leghe potete giungere a quei luoghi fertilissimi d'ogni sorte di specieria, e di gemme, e pietre pretiose.

«E non habbiate a maraviglia, se io chiamo Ponente il paese, ove nasce in Levante: perchioche coloro, che navigheranno al Ponente, sempre troveranno detti luoghi in Ponente; e quelli, che anderanno per terra al Levante, sempre troveranno detti luoghi in Levante.

«Le linee dritte, que giacciono al lungo in detta carta, dismostrano la distanza, che è dal Ponente al Levante; le altre, che sono per obliquo, dimostrano la distanza, che è dalla Tramontana al Mezzogiorno.

«Ancora io dipinsi in detta carta molti luoghi nelle parti dell'India, dove si potrebbe andare, avvenendo alcun caso di fortuna, o di venti contrarii, o qualunque altro caso, che non si aspettasse, che dovesse avvenire.

«Ed appresso, per darvi piena informatione di tutti quei luoghi, i quali desiderate molto conoscere, sappiate, che in tutte quelle isole non habitano, ne pratticano altri, che mercatanti; avvertendovi, quivi essere cosi gran quantitá di navi, e di marinari con mercatantie, come in ogni altra parte del mondo, specialmente in un porto nobilissimo, chiamato Zaiton, dove caricano, e discaricano ogni anno cento navi grosse di pepe, oltre alle molte altre navi, che caricano altre specierie.

«Questo paese è popolatisimo, e sono molte provincie, e molti regni, e città senza numero sotto il dominio di un Principe chiamato il Gran Cane, il qual nome vuol dire Ré de'Ré, la residenza del quale la maggior parte del tempo è nella provincia del Cataio.

«I suoi antecessori desiderarono molto haver prattica e amicitia con Christiani, e gia dugento anni mandarono Ambasciatori al sommo Pontefice, supplicandolo, che gli mandasse molti savii e dottori, che gl'insegnassero la nostra fede, ma per gl'impedimenti, ch'ebbero detti Ambasciatori, tornanoro a dietro senza arrivare a Roma.

«E ancora a Papa Eugenio IV venne uno Ambasciatore, il quale gli raccontó la grande amicitia, che quei Principi, e i loro popoli hanno co'christiani: E io parlai lungamente con lui di molte cose, e della grandezza delle fabriche regali, e della grossezza dei fiumi in larghezza, e

mármol muy anchas y muy largas, adornadas de muchas columnas de piedra mármol. Esta patria es digna cuanto nunca se haya hallado, é no solamente se puede haber en ella grandisimas ganancias ê muchas cosas, mas aún se puede haber oro é plata é piedras preciosas é de todas maneras de especieria, en gran suma, de la cual nunca se trae a estas nuestras partes; y es verdad que hombres sabios y doctos, filosofos y astrólogos, y otros grandes sabios, en todas artes de grande ingenio, gobiernan la magnifica provincia é ordenan las batallas.

«Y de la ciudad de Lisboa, en derecho por el Poniente, son en la dicha carta 26 espacios, y en cada uno dellos hay 250 millas hasta la nobilisima y gran ciudad de Quinsay, la cual tiene al cerco 100 millas que son 25 leguas, en la cual son 10 puentes de piedra mármol. El nombre de la cual ciudad en nuestro romance, quiere decir ciudad del cielo; de la cual se cuentan cosas maravillosas de la grandeza de los artificios y de las rentas (este espacio es cuasi la tercera parte de la esfera), la cual ciudad es, en la provincia de Mango, vecina de la ciudad del Catayo, en la cual está lo mas del tiempo el Rey, é de la isla de Antil, la que vosotros llamais de Siete Ciudades, de la cual tenemos noticia, hasta la nobilisima isla de Cipango hay 10 espacios que son 2500 millas, es a saber 625 leguas, la cual isla es fertilisima de oro y de perlas y piedras preciosas.

«Sabed que de oro puro cobijan los templos y las casas reales; asi que por no ser conocido el camino estàn todas estas cosas encubiertas, y a ella se puede ir muy seguramente. Muchas otras cosas se podrian decir, mas como os tenga ya dicho por palabra y sois de buena consideracion, sé que no vos queda por entender, y por tanto no me alargo mas, y esto sea por satisfaccion de tus demandas cuanto la brevedad del tiempo y mis occupaciones me han dado lugar; y ansi quedo muy presto a satisfacer y servir a S. A. cuanto mandare muy largamente.

«Fecha en la ciudad de Florencia a 25 de Junio de 1474 años.

in lunghezza, e ei mi disse molte cose maravigliose della moltitudine delle cittá, e luoghi, che son fondatti nelle rive loro, e che solamente in un fiume si trovano dugento cittá edificate con ponti di pietra di marmo, molto larghi, e lunghi adornati di molte colonne.

«Questo paese è degno tanto, quanto ogni altro, che si habbia trovato; e non solamente vi si può trovar grandissimo guadagno, e molte cose ricche; ma ancora oro, e argento, e pietre pretiose, e di ogni sorte di specieria in grande quantità, della quale mai non si porta in queste nostre parti.

«Ed è il vero, che molti huomini dotti, Filosofi, e Astrologi, e altri grandi savii in tutte le Arti, e do grande ingegno governano quella gran provincia, e ordinano le battaglie.

«Dalla città di Lisbona per dritto verso Ponente sono in detta carta ventisei spatii, ciascun de'quali contien dugento e cinquanta miglia fino alla nobilissima, e gran città di Quisai, la quale gira cento miglia, che sono trentacinque leghe; ove sono dicci ponti di pietra di marmo.

«*Il nome di questa cittá significa Cittá del* cielo, della qual si narrano cose maravigliose intorno alla grandezza de gl'ingegni, e fabriche, e renditi. Questo spatio è quasi la terza parte della sfera. Giace questa città nella provincia di Mango, vicina alla provincia del Cataio, nella quale sta la maggior parte del tempo il Rè.

«E dall'isola di Antilia, che voi chiamate di sette cittá, della quale havete noticia, fino alla nobilissima isola di Cipango sono dieci spatii che fanno due mila e cinquecento miglia, cioè dugente e venticinque leghe: la quale Isola è fertilissima d'oro, di perle, e di pietre pretiose.

«E sappiate, che con piastre d'oro fino coprono i Templi, e le caregali. Di modo che, per non esser conosciuto il camino, tutte queste cose si ritrovano nascoste, e coperte; e ad esse si può andar sicuramente.

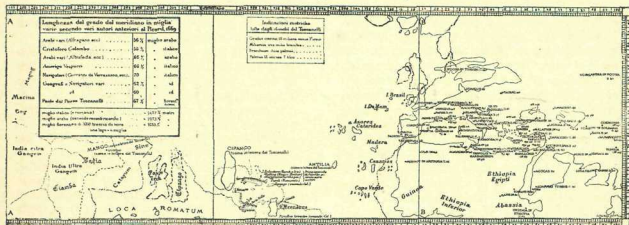
«Molte altre cose si potrebbono dire; ma, come io vi hogia detto à bocca, e voi siete prudente, e di buon giudicio, mi rendo certo, che non vi resta cosa alcuna da intendere: e però non sarò più lungo.

«E questo sia per sodisfactione delle vostre richieste, quanto la brevitá del tempo e le mie occupationi mi hanno concesso.

«E cosi resto prontissimo à sodisfare, e servir sua Altezza compiutamente in tutto quello, che mi commanderà.

«Da Fiorenza, à XXV Giugno, dell'anno MCCCCLXXIIII.

EIS o primeiro e debatido documento que prova o conhecimento anterior português do plano toscaneliano (executado por Colombo), remontando a 1474, e do qual se conclui a estreita conexão da Índia africana com a Índia asiática, nos objectivos marítimos dos Portugueses. Esforçando-se por acumular a maior soma de indícios contra a autenticidade da carta de Toscanelli, Vignaud contesta que em Portugal se cogitasse, nessa época, nas regiões indusfânicas. Por uma singular coincidência, como já observamos, o ano de 1474 é o do advento do príncipe D. João à administração colonial que precedeu a declaração de guerra, suscitada pela sucessão de Henrique IV ao trono de Castela; e, embora Vignaud conjecture que, desde 1474 a 1479, os Portugueses, empenhados na guerra com a Espanha, tenham interrompido a sua acção nos mares, é com a data de 28 de Janeiro de 1474 que se faz a concessão a Fernão Teles das ilhas que mandar descobrir, conquanto não sejam nos mares da Guiné; em 31 de Agosto, regulamenta-se o trânsito marítimo; em 4 de Novembro, é publicada a lei, estimulando as construções navais; em 10 dêste mesmo mês, são ampliadas as concessões a Fernão Teles, abrangendo as ilhas *povoadas* no Atlântico Ocidental.

OBJECÇÕES À AUTENTICIDADE DA CORRESPONDÊNCIA DE TOSCANELLI

Reprodução da reconstituição da parte do Mapa de Toscanelli por Uzielli. — O mapa de Toscanelli, que teria acompanhado a carta ao cónego Fernão Martins, segundo a reconstituição de Uzielli, na Raccolta Colombiana. Nesta reconstituição, os espaços são de cinco graus equivalentes a 67 ²/₃ milhas florentinas, ou a 75 ³/₅ milhas romanas, ou 605 stádios de 185 metros, o que dá como resultado 111.927 metros para o gráu equatorial, ou sejam 40.293.720 metros para a circunferência máxima terrestre.

A admissão, neste documento, da existência de *ilhas povoadas* parece revelar a influência de recentes informações, quer derivadas de fonte nacional, quer da fonte toscaneliana. Até aí, os Portugueses só haviam encontrado no rumo do poente ilhas desertas. Os termos da nova concessão permitem a suspeita da interferência de um novo factor que altera as concepções geográficas portuguesas e constitui uma singular coincidência que essa teoria se exteriorise num documento oficial, precisamente no mesmo ano em que Toscanelli responde à consulta do cónego Fernão Martins. Vignaud considera que esta consulta, dirigida a um sábio que nunca saíra da Itália, por uma nação que dispunha dos melhores marinheiros do mundo e os únicos que conheciam o Atlântico *(«who were then the best sailors in the world and the only ones acquainted with the Atlantic...»)* não tem justificação. O argumento não é aplicável a êste caso especial, pois era precisamente na Itália, em relações comerciais terrestres com a Ásia, que se podiam obter informações mais seguras sôbre os países do Oriente.

¿As informações do sábio são obsoletas? Talvez sejam. Mas, nesta altura, o que parece inverosímil ao severo analista, que argúe, com sérios argumentos, a carta de Toscanelli de conter noções geográficas anacrónicas (121), já não é, própriamente a nomenclatura arcaica da epístola, mas o projecto

PROVA DO OBJECTIVO ASIÁTICO DAS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS, NO SENTIDO DO ORIENTE

(121) Essa prova é, aliás, uma das mais admirávelmente expostas, no trabalho analítico do historiador, mas não basta para invalidar a existência de uma carta, que só conhecemos por intermédio de Colombo. Tudo parece indicar — insistimos neste ponto — que Colombo não nos transmitiu na sua redacção original a carta de Toscanelli. Sem deixar de acreditar que a correspondência entre o sábio florentino e um cónego português foi uma realidade, póde admitir-se que dessa correspondência nos legou Colombo uma versão incorrecta e incompleta. A 2.ª e a 3.ª cartas devem ser partes truncadas de uma só carta de Toscanelli a Colombo, ou mesmo até uma fraude, executada sôbre a base da carta do sábio florentino ao cónego português. O que parece temerário admitir é a não existência da carta de Toscanelli, de 1474. As outras podem ter sido forjadas sôbre êsse documento, e provávelmente o foram.

português de atingir as Índias, de estabelecer relações marítimas com o Oriente asiático. Para Vignaud, os Portugueses não meditavam em projecto de tal magnitude... que realizaram vinte e quatro anos depois. Surpreende que o crítico perspicaz não tenha reparado que, dessa premissa, se conclui que Colombo possuìa ideias mais avançadas e conhecimentos geográficos mais completos que os dos cosmógrafos portugueses. Se, em 1480, Colombo era capaz de conceber uma viagem às Índias asiáticas pelo Ocidente, é extremamente difícil sustentar que os dirigentes de Portugal só tivessem pensado no Industão, depois da proposta de Colombo. A tese de Vignaud admite para o inculto Colombo um plano, que reputa prematuro num Estado que fizera das expedições marítimas, havia mais de meio século, um empreendimento nacional em grande escala, apoiado na mais avançada cultura náutica e cosmográfica; superioridade que, aliás, o mesmo Vignaud reconhece quando, procedendo à análise do hipotético mapa de Toscanelli, reconstituido por Uzielli, na *Raccolta Colombiana* (122), enalteceu o incomparável conhecimento que do Atlântico tinham adquirido os Portugueses: «*We may well then ask what light such a document could throw on the question of the better route to reach the Indies... and what this map, in which was to be found no new information or suggestion for those who occupied themselves with cosmography and navigation, could teach seamen, like the Portuguese, who knew the Atlantic better than any one, and to whom no Portolano of the period was unknown*». Entretanto, na carta de El-Rei D. Manuel, de doação a Vasco da Gama de duzentos e trinta mil reais de renda, datada de 10 de Janeiro de 1502 (publicada a pág. 127 de *Alguns Documentos da Torre do Tombo)*, o monarca expressa-se nestes termos explícitos: «*A quantos esta carta virem fazemos saber que, seendo pello Yfante Dom Amrrique meu tyo começado o descubrimento da terra da Gujnea na era de mil e quatroçentos e trinta e tres, com entençam e desejo de pella costa da dicta terra de Gujnea se aver de descobrir e achar a Ymdja...*»

Esta Índia, a que se refere o rei numa carta de doação ao descobridor do caminho marítimo para a Ásia meridional, quatro anos depois do descobrimento, ¿póde porventura continuar a confundir-se com a Índia africana? ¿Não representa êste documento a prova irrefutável dos objectivos portugueses?

A carta de Toscanelli prova, implicitamente, o intuito português de alcançar a Índia asiática. Êsse objectivo constitui um ponto preliminar na discussão da correspondência toscaneliana.

O INFANTE D. HENRIQUE

Êste retrato do Infante é dos últimos tempos da sua vida, já quando êle, vendo realizada uma grande parte da obra a que votára ascéticamente a existência, sentiria um pouco apaziguada a sua sêde imensa do além; mas nem por isso é menos impressionante o belo desmentido que o seu retrato oferece à noção daquela sua dureza em que fomos educados. Dono duma casa que era uma verdadeira côrte e para a grandeza da qual concorriam os senhorios das Ilhas, o exclusivo da navegação para além do Bojador e os rendimentos do mestrado da Ordem de Cristo, o Infante arruinou-se em prol das suas emprêsas e morreu gloriosamente cheio de dívidas, tendo aberto uma nova fonte inexaurível de riqueza, descobrindo os recursos da colonização.

O Infante D. Henrique é um dos raros homens que influiram nos destinos da humanidade, e é um dos seus santos padroeiros. Do clarão das tochas, com que se alumiava nas vigílias de Sagres, surdiu uma luz que deslumbrou a terra tôda. E a concepção do cosmos, que marca a Era Moderna, só se tornára possível depois que êste sábio, êste herói envelhecêra, estudando os mapas e os astros, na solidão do Promontório Sacro, na sua vila do Cabo de S. Vicente.

AFONSO LOPES VIEIRA.

(122) Na prancha X de *Toscanelli*. A reconstituição é executada em projecção plana quadrada. Os espaços são de 5º, cada grau igual a $67\frac{2}{3}$ milhas florentinas, correspondentes a $75\frac{3}{5}$ milhas romanas, ou 605 stádios de 185 metros, o que dá em resultado 111.927 metros no grau equatorial, ou seja, para a circunferência do globo no círculo equinocial, uma extensão de 40.293.720 metros.

INFANTE D. HENRIQUE

CRONOLOGIA DA CORRESPONDÊNCIA TOSCANELIANA

OSCANELLI atingíra, em 1474, os setenta e sete anos, e morreu oito anos depois, em 1482. Foi neste período de oito anos que o sábio de Florença escreveu uma carta ao cónego de Lisboa, a comunicou por cópia a Cristóvão Colombo, e voltou a escrever-lhe, pela segunda vez, a breve epístola, de que depois nos ocuparemos. Em 1482 - 83, Colombo vai à Guiné (?) e visita o forte de S. Jorge da Mina, recem-construido. É nesse ano de 1483 ou 1484 (123), que geralmente se supõe ter Cristóvão Colombo proposto a D. João II a viagem à Índia pelo ocidente. Toscanelli já morrêra. É, pois, positivo que Colombo tinha a máxima liberdade para lhe atribuir as concepções que melhor lhe conviessem. Toscanelli não protestaria contra o depoente. Naquela altura, com o sábio já morto, Colombo podia apresentar-se como o único confidente dos projectos de Toscanelli. ¿ Para que inventar a carta do cónego Fernão Martins? É evidente que êle a não inventou e que ela é, porventura, a única cousa autêntica em tôda esta confusa história.

Nove anos tinham passado desde o dia em que Paulo, o físico, escrevêra a um cónego português, expondo-lhe o plano de uma viagem marítima à Índia, pelo poente.

Na fórma, sensívelmente irregular, em que as *Historie dell Ammiraglio* e a *Historia de las Indias* conservam o documento epistolar, endereçado a Colombo, patenteiam-se duas indicações cronológicas. «Há uns dias» que Toscanelli respondêra a Fernão Martins, que lhe havia escrito, por encargo do rei. Temos, assim, (interpretando literalmente a expressão: «há uns dias») que Toscanelli haveria escrito a Colombo nesse mesmo ano de 1474 (124). É devéras estranhável, porque a assinatura de Colombo ainda figura em um documento firmado em Génova, no ano de 1476, conquanto esta circunstância não baste para invalidar a veracidade daquela primeira data, pois Colombo poderia ter ido a Génova, incidentalmente, nesse mesmo ano. Contra a hipótese conciliadora levantam-se, porém, objecções irretorquí-

---

(123) **Cronologia colombina, deduzida das pesquisas e estudos dos mais recentes historiadores**

Nascimento	1451
Estabelecido pelo congresso dos Americanistas de Paris, em Setembro de 1900.	
Vinda para Portugal.	1476 - 1477
Viagem à Islândia (?) . . . . Fevereiro (Las Casas)	1477
Casamento em Lisboa (?)	1478
com D. Filipa Moniz Perestrelo, (?) filha de D. Isabel Moniz e Bartolomeu Perestrelo, 1.º donatário de Porto Santo.	
Nascimento de Diogo Colombo.	1479
Residência em Porto Santo	1479 - 1481
Viagem à Guiné (?) . . . . . Dezembro	1481 - 1482
Regresso a Porto Santo e passagem na Madeira	1482
Regresso a Lisboa.	1483
Morte de D. Filipa	1484 (?)
Proposta a D. João II	1483 a 1485 (?)
Partida para Espanha	1485
Residência em Cadiz.	1485 - 1486
hóspede do Conde Medina-Cœli.	
Residência em Córdova.	1486
hóspede de D. Alonso de Quintanilla e 1.ª entrevista com a rainha Isabel.	
Viagem a Salamanca. . . . . . fim de	1486
Córdova.	1487
recebimento de 3.000 maravedis.	
Málaga e regresso a Córdova	1487
Ligação com D. Beatriz Enriquez de Arane, em Córdova.	
Nascimento de Fernando Colombo . . .	1488
Viagem a Lisboa . . . . . . Setembro	1488
Regresso a Espanha . . . . Abril	1489
Visita aos reis católicos . . . Dezembro no acampamento de S.ta Fé.	1491
Capitulação com os reis católicos - Abril 17	1492
Aditamento à capitulação 30	1492
Partida de Palos . . . . . . Agosto 2	1492

(124) A expressão «*alguns dias há*» ou «*alquanti giorni fa*» tem sido submetida a várias interpretações. Humboldt tradú-la literalmente: há alguns dias (*Examen critique*, Vol. I, pág. 224). Fiske (*The Discovery of America*, Vol. I, pág. 363). C. Harkham (*The Journal of Colombus*, pág. 3). Winsor (*Christopher Colombus*, pág. 108) traduzem-na: *há algum tempo*. Nem Navarrete, nem W. Irwing, nem Roselly de Lorgues, nem Major admitem que ela possa abranger um praso que vá além do ano de 1474. Como, porém, os mais recentes estudos colombinos fixam o ano de 1476 para a chegada de Colombo a Portugal, H. Harrisse, que pleiteia a autenticidade da carta, propõe que à expressão: «*alguns dias há*» seja dada a significação ampliativa de *há muito tempo*. Não póde, porém, à primeira vista, a mais hábil dialéctica ajustar uma expressão tam clara a um praso mínimo de seis anos, que tantos são os necessários para fazer de Colombo, após o casamento, um descobridor. E, todavia, quando Ravenstein, em nota da pág. XVI, da versão inglesa do roteiro de Vasco da Gama, editada pela Hakluyt Society, traduz o *há dias* por *long ago*, invocando para essa interpretação outra passagem de Colombo, parece ser, na opinião do dr. Luciano Pereira da Silva, «o único que traduz bem». «Em português, tenho encontrado *homem de dias*, *homem já de dias*, significando *homem já velho*». Póde admitir-se que essa seja, de facto, a intenção da expressão colombina. Que a expressão *há dias* tenha a significação de *há tempos*, na linguagem portuguesa do século XV, é um facto indubitável. Caminha, na sua carta, emprega-a, quando diz: «*este que o agasalhou* (ao degredado) *era já de dias* . . . » Também, na carta de doação de el-rei D. Manuel a Miguel Côrte Real, de 15 de Janeiro de 1502, se lê, com a mesma significação ampliadora: «*Miguell Corte Reall fidallguo de nossa cassa e nosso porteiro moor nos disse ora que, vemdo elle como Gaspar Corte Reall seu irmaão avia dias que partira desta cidade com tres navyos a descobrir terra nova, da quall já tinha achada parte della* . . . »

veis (125). Vejamos a outra indicação cronológica: «*Antes das guerras de Castela*», teria escrito Toscanelli. A guerra da sucessão de Castela, como judiciosamente observa Ruge, na crítica a que submeteu a carta, inserta nas *Historie dell Ammiraglio*, tendo durado de 1474 a 1479 (126), «é evidente que, para usar da expressão, *antes das guerras de Castela*, devia estar já apaziguado o conflito, pois ninguém assim se exprime no princípio ou durante uma guerra, quando escreve: *há alguns dias*». O que se infere do texto é que Toscanelli deveria ter escrito o equivalente a *há alguns anos*, porquanto a expressão «*há dias*», então corrente em Portugal, tinha a significação de *há tempos*, que Harrisse lhe atribui, e de que encontramos exemplos concludentes na carta de Vaz de Caminha e na doação de D. Manuel a Miguel Côrte-Real, de 15 de Janeiro de 1502.

Afim de produzir-se um juizo seguro sôbre o ano em que Toscanelli poderia ter escrito a Colombo (eliminado na cópia fornecida a Las Casas), seria necessário estabelecer documentalmente a data da chegada de Colombo a Portugal. Fixam-na uns em 1472-73 (127); outros, os mais avançados no exame da questão colombina, inclinam-se para a data de 76 (128). Mas a prova da viciação começa por verificar-se na ausência de data da carta. Não se compreende que, havendo Toscanelli datado a carta a Fernão Martins, não houvesse datado a carta dirigida a Colombo. Uma falsificação integral de preferência deixaria sem data a carta a Fernão Martins. É inadmissível que, no espaço de *alguns dias*, antes de haver recebido uma resposta ou podido verificar o resultado do seu parecer, exposto a pedido do rei, Toscanelli o comunicasse a um estranho sem qualificação e se tivesse entregue ao trabalho de traçar para êle um novo mapa com o roteiro das Índias. Poderia argumentar-se precáriamente com a qualificação de compatriota em que Colombo se tivesse dirigido a Toscanelli, mas o argumento é insustentável. Como parece inferir-se da 2.ª carta, supostamente escrita a Colombo, o sábio florentino imaginava escrever... a um português! Mesmo admitindo, *pro absurdo*, que entre essas duas cartas mediaram apenas *alguns dias*, a prioridade do conhecimento português do plano toscaneliano ficaria do mesmo modo estabelecida. Tal, porém, não aconteceu. A única hipótese aceitável é a que empresta à expressão «há dias» a lata significação de *há tempos*. Seria impossível admitir que, quási simultâneamente, o conse-

(125) Roselly de Lorgues (*Christophe Colomb, histoire de sa vie et de ses voyages d'après des documents authentiques tirés d'Espagne et d'Italie)* designa o ano de 1476 como o da viagem de Colombo a Génova, para apresentar ao Senado genovês o seu plano, apoiando-se em Ramúsio, no milanês Girolano Benzoni, e principalmente em Filipo Casoni *(Annali di Genova e La Historia del Mundo Nuovo*, publicada em Veneza, em 1572). Essa suposição é, actualmente, insustentável. Colombo teria, então, 25 anos (N. em 1451) e não 40, como pretende Roselly de Lorgues, que fixa em 1435 o ano do seu nascimento, repetindo o êrro do historiador dos Reys Católicos, André Bernaldez. Em 1476, Toscanelli ainda vivia e seria para estranhar que o humilde Colombo, filho de um tecelão, «*textor pater, carminatores filli aliquando fuerunt*», não invocasse a suma autoridade de Toscanelli, ainda vivo, como fiador do seu plano ante o Senado de Génova, que aliás dois séculos antes, já escutára a proposta temerária dos nobilíssimos Doria e Vivaldi, que haviam pago com a vida a sua intrepidez insensata: «*ingolfatisi nell'Oceano, non avenano più data nuova di loro...*» É que, em 1476, Colombo não cogitava ainda em descobrir pelo ocidente o caminho marítimo da Índia, projecto que lhe é inspirado na convivência com os Portugueses. Nos actos do notário de Savona, Pietro Corsaro, Colombo figura ainda em 1473 com a profissão de cardador (o que não quere dizer que a exercesse), e é só no fim daquele ano de 1476 que êle chega a Lisboa.

(126) Foi em Maio de 1475 que D. Afonso V se decidiu a invadir a Espanha. A batalha de Tóro, perdida pelos portugueses em 1476, interrompeu as hostilidades. Os preliminares do tratado de paz foram assinados em 4 de Setembro de 1479, em Alcáçovas, e o tratado, assinado por Portugal, em Évora, aos 8 de Setembro, e definitivamente reconhecido por Castela, pela assinatura de 6 de Março de 1480, em Tolêdo. É, justamente, no decurso dêste ano de 1480 que, de acôrdo com a opinião de Vignaud, presumimos podia ter sido feita a consulta de Colombo a Toscanelli, confiada a Lorenzo Birardo *(Las Casas)* ou Lorenzo Girardi *(Historie dell Ammiraglio)*.

(127) Faustino da Fonseca, em *A Descoberta do Brasil*, pág. 147, admite esta data, mas a par de não existir nenhuma prova documental em seu favor e excluirem-na unanimemente os últimos grandes historiadores americanos, ingleses, alemães e italianos, ela prejudica a própria tése, sustentada pelo autor.

Em Portugal, os estudos colombinos, a-pesar da sua íntima relação com as navegações portuguesas do Atlântico, nunca interessaram devidamente os historiadores. A questão da correspondência de Toscanelli, em cujos debates teem intervindo as figuras máximas da sciência histórica e geográfica dos Estados-Unidos, da Alemanha, da Inglaterra e da Itália, só foi tratada acidentalmente em poucos escritos portugueses. Os colaboradores do livro de *Memorias*, comemorativo do 4.º Centenário da primeira viagem de Colombo, parecem despresar a importância que assumiu no estudo do descobrimento da América a correspondência toscaneliana.

(128) «*He had been at sea for ten or eleven years, making voyages to and from Genoa, with an occasional spell ashore and plunge into the paternal affairs, when in the year 1476 he found himself on board a Genoese vessel which formed one of a convoy going to Lisbon*», — *CHRISTOPHER COLOMBUS*, por Filson Young, Tom. I, pág. 52.

«*Personne ne croit plus aujourd'hui que Colomb est né en 1436, qu'il était de famille noble, qu'il comptait des amiraux dans sa parenté, qu'il étudia à l'Université de Pavie et qu'il fit campagne pour le roi René. On peut maintenant aller plus loin. On peut montrer qu'il est né, non de 1446 à 1451, mais exactement en 1451, qu'il n'est arrivé au Portugal qu'à la fin de l'année 1476 ou au commencement de 1477, qu'il a trés peu navigué...*» H. Vignaud, *La lettre et la carte de Toscanelli*, pág. 4.

lheiro do monarca e o desconhecido e humilde (129) Cristóvão Colombo, então da idade de 23 anos, houvessem escrito ao sábio de Florença. A carta de Colombo subentende o conhecimento prévio da consulta, dirigida pelo cónego de Lisboa a Toscanelli. ¿Como conseguiu Colombo essa indicação? ¿De que circunstâncias resultou a sua sciência do projecto toscaneliano? Essa revelação ¿podiam dar-lha as expedições, porventura realizadas com rumo ao Ocidente, para experimentar a veracidade das alegações do florentino? ¿São essas navegações para o poente que o colocam na pista do segrêdo? A convivência de Colombo com pilotos, cosmógrafos e cartógrafos portugueses tornaria admissível esta conjectura. Inclinamo-nos, todavia, a acreditar que Colombo conheceu — se é que a não teve em seu poder — a carta original de Toscanelli ao cónego português. Eis como as *Historie dell Ammiraglio* (130), revertidas para o espanhol, explicam a origem das relações epistolares entre Colombo e o sábio de Florença: «*Esta, autoridad, y otras semejantes de este autor (Julio Capitolino), fueran las que movieron más al Almirante para creer su imaginacion, como tambien un maestro, contemporaneo del mismo Almirante, el cual dió causa en gran parte á que emprendiese este viaje con mas ánimo, porque siendo el referido maestro Paulo, amigo de Fernando Martinez, canónigo de Lisboa, y escribiendo-se cartas uno á otro sobre la navegación que se hacia al pais de Guinea, en tiempo del rey D. Alfonso de Portugal, y la que podia hacerse en las partes del Occidente, llegó á noticia del Almirante, que era curiosissimo de estas cosas, y al instante por medio de Lorenzo Giraldo, Florentin, que se hallaba en Lisboa, escribió sobre esto al maestro Paulo, y le envió una esferilla descubriendole su intento á quien el maestro Paulo respondió lo que se sigue, traducido de latin en nuestra lengua...*»

A carta de 1474 é escrita quando ainda reina D. Afonso V. Colombo apresenta o seu plano a D. João II, que subiu ao trono em 1481. Todas as indicações se combinam para a afirmação plausível de que, só depois de concluìda a guerra da sucessão, em 1479, Colombo teria podido dirigir-se a Toscanelli, quando já D. João II e a Junta dos Matemáticos saberiam experimentalmente que a róta do Ocidente não conduzia à Índia, pelo menos no espaço indicado na carta e no mapa do florentino. Que já anteriormente a 1474 se tinham realizado longas pesquisas no Oceano, rumo do poente, deduz-se dos documentos, conservados no arquivo da Tôrre do Tombo e publicados por ocasião do último centenário do descobrimento da América (131).

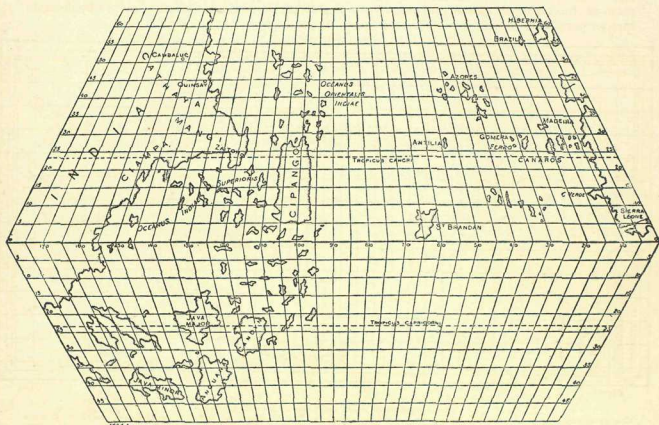
A INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DE TOSCANELLI NO PROJECTO DE COLOMBO

CARTA de Toscanelli exerce tam grande influência sôbre as resoluções de Colombo, dirige-o com tam imperiosa autoridade no caminho da esperança, alimenta tam confessadamente a sua fé, que, na narrativa empreendida por Las Casas, com o auxílio do *Diário* que o navegador redigiu da viagem heróica, ela é uma outra bússola que orienta o nauta nas solidões oceânicas. Póde a róta da pequena frota desviar-se do itinerário toscaneliano e não coincidirem com as realidades as indicações do sábio florentino. ¡Embora! As terras

(129) «*There is no reason to believe that before his twentyfifth year Colombus was anything more than a marchant or mariner, salling before the mast, and joining one shif after another as opportunities for good voyages offered themselves*». *CHRISTOPHER COLOMBUS*, por Filson Young, Tom. I, pág. 81.

(130) Reportamo-nos aqui, para maior simplificação, à tradução espanhola da versão italiana, feita por Afonso Ulloa, e publicada em 1571, segundo o manuscrito original espanhol, de Fernando Colombo (?), que se perdeu. Barcia incluiu na sua obra, *Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales*, (publicada em 1749) «*La Historia de D. Christobal Colon, que compuzo en castellano Don Fernando Colon, su hilo, y traduxo en toscano Alfonso de Ulloa, vuelta a traducir en castellano, por non parecer el original*». A passagem publicada é transcrita da *Coleccion de libros raros e curiosos que tratan de America*, Vol. V, (Madrid 1891) com o titulo «*Historia del Almirante Don Cristobal Colon en la cual se da particular y verdadera relacion de su vida y de sus hechos, y del descubrimiento de las Indias Occidentales, llamadas Nuevo Mundo*» — *Escrita por Don Fernando Colon*.

(131) «*As navegações continuam. Emquanto, seguindo o impulso que lhes imprimira o infante D. Henrique, se continuava a circumnavegação da Africa, afim de encontrar o lendario Preste João das Indias, e os paizes que as relações de Marco Paulo haviam revelado, os particulares, por seu turno, solicitando a auctorização real, procuravam continuar a carreira que Gonçalo Velho e Machico haviam aberto para o Occidente. Assim nos apparecem as concessões dadas a João Vogado em 1462, ao infante D. Fernando, em 1451, 1462 e 1473, a Rui Gonçalves da Camara neste ultimo anno, a Fernão Telles, em 28 de Janeiro de 1474 de qualquer ilha ou terra despovoada, mas quasi vinte mezes depois, a 10 de Novembro de 1475, é-lhe ampliada a concessão, não só a terras desaproveitadas, mas a outras aproveitadas e povoadas. Merece attenção esta nota, em clausula da segunda carta. Que factos determinaram esta ampliação?... Os vinte mezes decorridos entre uma e outra doação permittem espaço sufficiente de tempo para armar navios, fazer uma primeira viagem e preparar para segunda, já mais promettedora. Se Fernão Telles não tem fallecido dezoito mezes depois, no primeiro de Abril de 1477, que provaveis empresas se não teriam seguido?... Em 1484 continua a serie das explorações para Occidente, de que dão testemunho as cartas de doação a Fernão Domingues do Arco, de 30 de Junho de esse anno, e as de 24 de Julho e 4 de Agosto de 1486 a Fernão Dulmo e João Affonso do Estreito...*» Jacinto Ignacio de Brito Rebelo, na *Introducção* da edição do códice do século XVI, *Livro de Marinharia*, a pag. XXV. Cf. *Alguns documentos da Torre do Tombo*; o *Archivo dos Açores*, vol. IV, de pag. 436 em deante; Ernesto do Canto, *Quem deu o nome á terra do Labrador*, 1895.

que êle apontára a Colombo, que prometêra a D. Afonso V, ali estavam. ¿Eram as mesmas? Colombo, deslumbrado, não cogita em resolver essa incógnita. A sua capacidade de fé atinge os páramos do sublime ou do absurdo. Colombo não raciocina, não analísa. Crê. Para os nossos tempos scépticos, êsse último filho da Idade Média, contaminado pela ânsia de riquezas e de glórias, que caracteriza a aurora da Renascença, é quási ininteligível. Uns querem que tenha sido um inspirado, outros um sábio, outros ainda, um aventureiro, impelido e transfigurado por uma ambição formidável. Êle é a conseqùência das circunstâncias, mas uma conseqùência activa, pois que a sua obstinação é prodigiosa. Transviado nas Lucaias, pensa navegar por entre os arquipélagos asiáticos. A mísera e canibalêsca humanidade que encontra apresenta já caracteres étnicos que a aproximam — julga êle — da família oriental. Crêr é a sua

Reconstituição do mapa de Toscanelli por O. Peschel. (Das Ausland, 1867)
Projecção trapeseiforme, de meridianos convergentes.

fôrça e a sua missão. Êle crê, inabalàvelmente, heróicamente, sem se deixar vencer pelas decepções. Os seus olhos azuis de visionário e de ambicioso, que esperavam contemplar os palácios cobertos de ouro das cidades de Cypango e os templos de mármore de Cathay, orvalham-se de lágrimas de alegria, ao avistarem as paisagens americanas. Filho do nada, tendo tardiamente e sem método aprendido o pouco que sabe, cosmógrafo improvisado, o antigo tecelão genovês póde agradecer a Deus a ignorância que o conduz milagrosamente à descoberta de um novo mundo. Porque êle, nas intimidades mais secretas da consciência, reconhece a sua insuficiência, e só isso explica aquele apêgo supersticioso ao itinerário de Toscanelli. A sua falta de sciência é suprida pela autoridade do sábio de Florença. Ruge e D'Avezac teem razão, quando, através das narrativas de Las Casas, o consideram como o executor fanatizado e dócil do plano toscaneliano.

E' impossível admitir que o virtuoso Las Casas seja um falsário e minta conscientemente quando, ao referir-se à carta de Toscanelli, escreve: «*la qual yo vide y tuve en mi mano vuelta de latin en romance*». Ninguém, nem o próprio e probo Vignaud, se aventura a imaginá-lo conivente de uma fraude, aliás com objectivos inexplicáveis, quando, nestas palavras categóricas, se refere ao mapa do sábio florentino: «*la carta de marear que le invio, yo, que esta historia escribo, tengo en mi poder...*»

Para não acreditar na veracidade da intervenção de Toscanelli seria preciso admitir que Las Casas foi o cúmplice de uma mistificação. ¿A que misterioso interêsse obedecia, porém, Colombo, repartindo a sua glória com Toscanelli? Compreendia-se que êle confiscasse do conhecimento universal os documentos que o protraïam a um plano secundário no extraordinário empreendimento, mas não se compreende que Cristóvão Colombo, ou seu irmão, ou seu filho, ou o seu panegirista, os inventassem, para diminuir tamanho feito diante da posteridade. Colombo nunca invocou a participação preponderante da opinião toscaneliana, como fizeram os seus biógrafos. São estes que no-la denunciam em todos os pormenores. Se aceitassemos a inconcebível necessidade que êle teria de apoiar o seu projecto na opinião de um sábio, não poderiamos explicar porque não fêz uso da correspondência, mas muito menos compreenderiamos a conveniência de Colombo em associar a essa falsificação o nome do rei de Portugal e de um imaginário cónego da Sé de Lisboa; em certificar o conhecimento português, anterior ao seu, da opinião e plano de Toscanelli; em agravar essa inépcia com a confecção de uma segunda carta, que é a apologia do carácter português.

Reconstituição do mapa de Toscanelli, por H. Wagner
(Die Rekonstruktion der Toscanelli — Karte vom J. — 1474), nos Anais da Real Sociedade de Sciências de Göttingen, 1894, n.º 3 — O mapa é elaborado segundo uma projecção plana rectangular. Os espaços são de cinco graus de 66 ⅔ milhas romanas de 1.480 metros no círculo máximo equatorial. Os contornos da Ásia e de Cypango são os do globo de Behaim.

COLOMBO PROCURA EXECUTAR O PROJECTO DE TOSCANELLI

AUTENTICIDADE do plano toscaneliano aparece-nos fortemente confirmada pelos vestígios que se entreveem da sua influência na viagem de Colombo. Talvez, se não estivesse sob o domínio supersticioso da sciência de Toscanelli, êle tivesse reconhecido o engano e admitido o descobrimento de um mundo novo: glória maior que a de haver descoberto um novo caminho para um mundo antigo. A narrativa de Las Casas documenta demasiadamente a obcessão toscaneliana do navegador. Alguns exemplos, escolhidos ao acaso entre muitíssimos: «*pidió* (Colombo) *á los Reys que le diesen sus cartas para el Gran Khan, puesto que Paulo, fisico, se engañó creyendo que la primera tierra que habia de hallar habia de ser los reinos del Gran Khan...*» (Tom. I, pág. 96); «*creo que todo su viaje sobre esta carta fundó, pero aun más se lo quiso nuestro Señor declarar...*» (Tom. I, pág. 96); «*oido el Almirante este nombre Cibao ser tierra donde hacia oro, de creer os que se le regocijó el corazon, y dobló su esperanza, acordándose de la carta ó figura que le envió Paulo, fisico, de la isla de Cipango...*» (Tom. I, pág. 394); «*cree que esta gente de Caniba no ser otra cosa sino la gente del Gran Khan, que debia ser de alli vecina... Esta*

opinion teria, y harto le ayudaba á tenerla la carta ó mapa, que traia, de Paulo, fisico, y la informacion que le habia dado por sus cartas...» (Tom. I, pág. 370); «*Tenia voluntad el Almirante de rodear esta Isla de Samoeto, Isabela, para ver si podia tener habla con el Rey que creia haber en ella, para probar si podia del haber el oro que traia ó tenia, y segundo que habia entendido á los indios que traia consigo de la isla de Sant Salvador, la primera que descobrió. Estaba por alli otra isla muy grande que llamaban Cuba, la qual creia que era Cipango...»* (Tom. I, pág. 314); «*por aqui parece que se le hizo el camino mas cercano de lo que el pensaba, y el mundo mas largo, y no estar la tierra del Gran Khan derechamente al gueste ó Poniente, como el florentino le habia escrito, y, en la figura que le envió pintada, le habia certificado...»* (Tom. I, pág. 315).

A concepção toscaneliana é uma como que túnica de Nessus da aventura de Colombo.

Quanto mais se analisa êste problema histórico, mais avultam as provas da influência de Toscanelli na viagem às Antilhas. Se a carta do sábio florentino fosse integralmente falsificada, não teria sido preciso viciá-la, e, sobretudo, não teria valído a pêna inventá-la, pois que ela obscurece a glória do descobridor e proclama a prioridade portuguesa no conhecimento e exame do projecto toscaneliano. Entretanto, essa fraude sem interêsse explicável, ¡haveria sido tam minuciosamente preparada por Colombo, que até o próprio nome do intermediário da correspondência chegou até nós!

A SEGUNDA CARTA DE TOSCANELLI A COLOMBO

STA convicção não é abalada com o conhecimento da 2.ª carta de Toscanelli, que repete quási *ipsis verbis* a introdução da carta ao cónego Fernão Martins, e póde bem ser uma variante da anterior, denunciando uma fraude arquitectada sôbre um único documento autêntico, de que Colombo se teria servido, para improvisar os restantes.

Como fizemos com a primeira, transcrevêmo-la nas duas versões de Las Casas e das *Historie:*

Las Casas (Historia de las Indias)

«A Cristobal Columbo, Paulo, fisico, salud:

«Yo rescibi tus cartas con las cosas que me enviaste, y con ellas rescibi gran merced. Yo veo el tu deseo magnifico y grande a navegar en las partes de Levante por las de Poniente, como por la carta que yo te invio se amuestra, la cual se amostrara mejor en forma de esfera redonda, pláceme mucho sea bien entendida; y que es el dicho viaje no solamente posible, mas que es verdadero y cierto è de honra è ganancia inestimable y de grandisima fama entre todos los cristianos.

«Mas vos no lo podreis bien conoscer perfectamente, salvo con la experiencia ò con la platica, como yo la he tenido copiosisima, è buena è verdadera informacion de hombres magnificos y de grande saber, que son venidos de las dichas partidas aqui en corte de Roma, y de otros mercaderes que han tractado mucho tiempo en aquellas partes, hombres de mucha auctoridad.

«Asi que cuando se hara el dicho viaje serà à reinos poderosos è ciudades e provincias nobilisimas, riquisimas de todas maneras de co-

D. Fernando Colombo (Historie dell Ammiraglio, versão de Ullõa)

«A Christoforo Colombo, Paolo, fisico, salute.

«Io ho ricevuto tue lettere con le cose, che mi mandasti, le quali io hebbi per gran favore: e estimai il tuo desiderio nobile, e grande, bramando tu di navigar dal Levante al Ponente, come per la carta, ch'io ti mandai, si dimostra: la quale si di mostrera meglio in forma di sfera rotonda. Mi piace molto, che ella sia bene intesa e che detto viagio non sol sia possibile, ma vero, e certo, e di honore, e guadagno inestimabile, e di grandissima fama appresso tutti i christiani.

«Voi non lo potete conoscere perffetamente, se non con la esperientia, ò con la prattica, come io l'ho havuta copiosissimamente, e con buona, e vera informatione di huomini illustri, e di gran sapere, che son venuti di detti luoghi in questa corte di Roma; e di altri mercatanti, che hanno traficato lungo tempo in quelle parti, persone di grande autoritá.

«Di modo che, quando si fara detto viaggio, sara in Regni potenti, e in città, e provincie no-

sas en grande abundancia y a nosotros mucho necesarias, ansi como de todas maneras de especieria en gran suma y de joyas en grandisima abundancia.

«Tambien se irà à los dichos Reyes y Principes que estan muy ganosos, mas que nos, de haber tracto è lengua con cristianos destas nuestras partes, porque grande parte dellos son cristianos, y tambien por haber lengua y tracto con los hombres sabios y de ingenio de aca, ansi en la religion como en todas las otras ciencias, por la gran fama de los imperios y regimientos que han destas nuestras partes; por las cuales cosas todas y otras muchas que se podriam decir, no me maravillo que tu que eres de gran corazon, y toda la nacion de portugueses, que han seido siempre hombres generosos en todas grandes empresas, te vea con el corazon encendido y gran deseo de poner en obra el dicho viaje.»

bilissime, ricchissime, e di ogni sorte di cose, a noi molto necessarie, abondanti; cioè di ogni qualità di specierie in gran somma, e di gioie in gran copia.

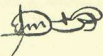
«Ció sara caro etiandio a quei Rè, e principi, che sono desiderosissimi di pratticare e contrattar con christiani di questi nostri paesi, si per esser parte di lor christiani, e si ancora per haver lingua, e prattica con gli huomini savij e d'ingegno di questi luoghi, cosi nella religione, come in tutte le altre scientie, per la gran fama degl' imperij, e reggimenti, che hanno di queste parti. Per le quali cose, e per molte altre, che si potrebbono dire, non mi maraviglio, che tu, che sei di gran cuore, e tutta la natione Portoghese, la quale ha havuto sempre huomini segnalati in tutte le imprese, sij col cuore acceso, e in gran desiderio di eseguir detto viaggio.»

O TEXTO LATINO DA CARTA AO CÓNEGO DA SÉ DE LISBOA

ASSUMINDO êste problema, embora episódico, uma transcendente importância, ¡para documentar o conhecimento português da concepção toscaneliana, contemporâneo do início da administração colonial do príncipe D. João, não é possível deixar de submetê-lo a exame ainda mais rigoroso.

E' tam difícil explicar, senão justificar, os motivos que teriam levado Colombo a inventar a correspondência de Toscanelli com o cónego Fernão Martins, que o historiador Filson Young, a pág. 105 do seu *Christopher Colombus*, sugere ter sido a falsificação das cartas de Toscanelli empreendida por ocasião da segunda estada de Colombo em Lisboa, em 1488; e arquitecta, para explicá-la, a seguinte e inconcebível hipótese: Colombo, com a amarga experiência dos primeiros insucessos e convencido de que só apoiando as suas teorias em um parecer com autoridade scientífica conseguiria convencer o Rei e a Junta dos Matemáticos, forja, de cumplicidade com o irmão (Bartolomeu) as cartas de Toscanelli, destinadas a exercerem uma influência decisiva em favor do seu audaz projecto! Aventando esta hipótese temerária, o historiador inglês não reparou quanto ela é imprópria da sua sagacidade. ¡Para demover a Junta dos Matemáticos, Colombo inventaria um documento em que invocava uma falsa correspondência, trocada entre Toscanelli e um imaginário cónego Fernão Martins, valído ou conselheiro de D. Afonso V, pai do soberano! De duas, uma: ou o tal cónego Fernão Martins não existia, e a fraude ficaria patente, ou já morrêra, como já tinha morrido Toscanelli, e ainda nesse caso não era natural que D. João II e a Junta ignorassem tam importante documento. De qualquer dos modos, a hipótese de Young afigura-se inaceitável e só serve para provar a inconsistência da tese negativista, que precisa de recorrer a tam inverosímeis expedientes, para explicar o inexplicável.

Há, porém, argumentos, na verdade, que se impôem à consideração da crítica histórica. A análise admirável e exaustíva de Vignaud revela indubitávelmente que houve falsificação.

Presumívelmente, as cartas não foram forjadas *in totum* por Cristóvão Colombo ou Bartolomeu Colombo, mas alteradas na fórma primitiva e acomodadas à conveniência do descobridor. A morte de Toscanelli garantia a impunidade da fraude. Coube ao historiador Henry Harrisse a fortuna de conhecer, em 1871, por indicação do conservador da Biblioteca Colombina, de Sevilha, D. José Fernandez y Velasco, senão o original de Toscanelli, pelo menos a reconstituição em latim da carta de 1474, escrita pelo próprio punho de Colombo, numa das guardas em branco de um pequeno fólio de 105 páginas

ginal da carta de Toscanelli, que presumimos, por analogia, haver sido também alterado o nome do destinatário da carta. Esta hipótese é tanto mais verosimil quanto é certo que só por intermédio do autor anónimo das *Historie* e de Las Casas temos notícia dêsse cónego Fernão Martins. A cópia do texto latino da carta de Toscanelli, escrita por Cristóvão (ou Bartolomeu) Colombo no exemplar da *Historia Rerum Ubique Gestarum*, não menciona o nome do cónego. É provável que os herdeiros ou os panegiristas de Colombo o tenham alterado involuntáriamente. As abreviaturas de Fernão, de Estevão, de Martins e de Roriz prestam-se a confusões na caligrafia quinhentista. Ora, houve um cónego da Sé de Lisboa que conheceu Toscanelli. Êsse conhecimento prova-se de um modo irretorquível, pois que êsse cónego assinou, juntamente com Toscanelli, o testamento do Cardeal de Cusa, falecido em 6 de Agosto de 1464 (133). Sómente, êsse cónego não se chama Fernão Martins, mas Fernão Roriz. Até prova em contrário, reconhecemos, de acôrdo com Uzielli, neste cónego Fernão Roriz o destinatário da carta, escrita por Toscanelli em 1474, carta de que se utilisou Colombo e que tanto contribuiu para capacitá-lo da viabilidade de uma viagem à Índia pelo poente. (134).

Fernão Martins, segundo a grafia da primeira metade do Século XV.

Estevão Martins, segundo a grafia dos registos de D. Afonso V.

Exemplos fac-similados, demonstrando a confusão a que podem prestar-se as abreviaturas de Fernão, Estevão e Martins.

A CARTA DE TOSCANELLI SOB O PONTO DE VISTA DA SCIÊNCIA GEOGRÁFICA CONTEMPORÂNEA

NÃO é possível contestar que a carta de Toscanelli se baseia num sistema cosmográfico semelhante ao de Marino de Tyro, conhecido através da crítica de Ptolomeu e só universalisado pela imprensa nesse mesmo ano de 1474.

A esta objecção e a todas as que decorrem da apreciação desta circunstância, pela surprêsa de ver adoptada por um sábio da envergadura de Toscanelli um sistema, cujos erros fundamentais Ptolomeu patenteára, Sophus Ruge e H. Wagner responderam com argumentos que lhes reduzem consideràvelmente o alcance. Toscanelli corrigiu os cálculos de Marino de Tyro, fundado na experiência das viagens de Marco Polo e Conti e das Navegações portuguesas. A largura do Oceano, entre Lisboa e as projecções mais orientais da Ásia, era calculada em 130°. Se cada *espaço* de 5 graus no paralelo 41 equivalia, no mapa de Toscanelli, a 250 milhas (24.000 milhas na circunferência equatorial), a distância ocidental de Lisboa a Quinsay seria apenas de 6.500 milhas. Toscanelli podia conceber êste sistema congénere ao de Marino de Tyro, mas nenhum geógrafo reconhece a Colombo a cultura e as capacidades requeridas para tam arrojados cálculos, que atentavam contra o dogma ptolomaico. *O facto das ideias de Colombo serem idênticas às da carta de Toscanelli não prova absolutamente que* tenha sido êle quem manipulou a carta. A discussão travada acêrca da sciência geográfica de Toscanelli, uma vez que não possuimos elementos bastantes de verificação para conduzir-nos a uma prova, entra no domínio das mais ousadas conjecturas (135).

A fé de que se mostrou animado Colombo só podia ter-lhe sido insuflada pela opinião prestigiosa de um sábio. Que o sistema de onde se originou o plano toscaneliano era erróneo, reconheceram-no, segundo todas as presunções, os portugueses que confiaram à iniciativa particular as explorações no Atlântico ocidental e se recusaram a aceitar os serviços de Colombo, — convictos, como se

(133) *Raccolta Colombiana*, Parte V, Tomo I, págs, 261-263. Esta identificação deve-se a Uzielli, que a apresentou e defendeu no seu *Paolo del Pozzo Toscanelli* (Florença, 1872).

(134) *Qui a découvert l'Amérique?* por Cesare de Lollis, na *Revue des Revues*, de 15 de Janeiro de 1898.

(135) Sophus Ruge, *Biographie des Christoph Colombes*, Dresden, 1890.

depreende das cartas de doação de ilhas e terras, que viessem a descobrir-se ao Ocidente do arquipélago açoriano, de que essas terras, essas *Antílias* não constituiam prolongamentos orientais do continente asiático.

A AUTORIA E OS MOTIVOS DA FRAUDE

Da revisão, embora sumáriamente empreendida, do problema toscaneliano, resulta a inverosimilhança da hipótese que suspeita Colombo de ter falsificado documentos que atribuem a outrem as teorias fecundas, embora erróneas, que o levaram a descobrir as Antilhas, e, mais tarde, a terra firme de Pária. Aliás essa hipótese coloca Vignaud perante uma série de dificuldades insoluveis, como sejam a explicação racional dos objectivos da fraude, e, até mesmo a sua autoria: dado que Colombo nunca a aproveitou.

O eminente historiador americano procura em vão resolver essas dificuldades, atribuindo a manipulação a Bartolomeu ou a Luís Colombo, justificando-a com a conveniência de destruir o boato que atribuia às revelações do pilôto, falecido na Madeira, a convicção inabalável de Colombo e o seu projecto de ir redescobrir as terras misteriosas de onde êle viera. Mas estas conclusões levantam outras e numerosas objecções. Se a reconstituição do texto latino no incunábulo da *Colombina* é da mão de Cristóvão Colombo, como afirmam alguns paleógrafos, a fraude é da sua autoría, e não a podemos atribuir à intenção pre-citada, visto só muito depois da morte de Colombo a história do pilôto da Madeira se ter propagado nas obras de Oviedo e Gomara. É Vignaud o primeiro a reconhecer a fragilidade das conclusões da sua laboriosa tese. Se os autores da falsificação foram os Colombos, ¿como se explica que, só em 1571, na edição italiana das *Historie dell Ammiraglio,* houvesse sido utilizada, quando há muito tinham morrido todos êles? Se o duque Hercules d'Este suspeitou, em 1494, da intervenção de Toscanelli no descobrimento das *Índias Ocidentais,* ¿como conciliar com estes factos a hipótese sustentada de que a correspondência toscaneliana foi só muito posteriormente forjada para fins misteriosos?

A tese da apocrifía integral da correspondência toscaneliana (que testemunha a prioridade do conhecimento português do plano de Colombo) não póde prevalecer sôbre a prova documental, que depõe a favor da autenticidade.

Se a correspondência de Toscanelli não existiu, ¡é, então, obra da fantasia de um louco! Um grande homem que inventa uma correspondência de cujo teor resulta que não passou de simples executor de um plano alheio, de um descobridor que forja uma correspondência em que se esforça por provar o conhecimento anterior que do seu plano tivera a côrte portuguesa, de um ambicioso que se dedica a reduzir voluntáriamente a própria glória — eis o tríplice absurdo a que conduz a tese da apocrifía.

A análise do historiador Vignaud patenteia as viciações que sofreu a correspondência de Toscanelli, mas não prova que essa correspondência tenha sido inventada pelos biógrafos e herdeiros de Colombo.

A CARTA DE TOSCANELLI ATESTA O CONHECIMENTO ANTERIOR QUE OS PORTUGUESES TINHAM DO PLANO DE COLOMBO.

QUANDO Colombo expoz a D. João II o seu projecto, oito anos haviam decorrido desde que Toscanelli comunicára à Corôa de Portugal o mesmo plano. Desde 1474 a 1492, as expedições para o ocidente, de iniciativa particular, tinham continuado; mas nem Fernão Teles, nem Fernão Domingues do Arco, nem Fernão d'Ulmo, nem João Afonso do Estreito, nos seus pedidos de doação de ilhas e *terra firme,* mencionam a Índia ou deixam sequer de leve suspeitar a crença de que as terras demandadas pertençam ao continente asiático, não obstante a concepção da esferoïcidade da terra permitir essa credulidade. Há só um meio de justificar a ausência de referências às ilhas asiáticas: a sciência de que entre a Europa e a Ásia se intercalavam outras terras, essas mesmas aonde os Escandinavos tinham aportado desde o século X com as expedições de Gunnbjorn e de Erico, o *Ruivo,* que o Zeni e o polaco João de Szkolny haviam já porventura visitado, levados no sôpro irresistível dos ventos tempestuosos; aquelas mesmas terras que

xviii *Introduction.*

hec par'a digna ē vt p latinos querat'/ nō folū qa lucra ingencia ex ea capi pofūt auri argenti gemaꝝ oīs generis ⁊ aromatū que nūq̄ ad nos deferūt'/ veꝝ pp doctos viros philosofos ⁊ astrologos pitos ⁊ qbꝭ ingenijs ⁊ artib₃ ita potēs ⁊ magfica ꝓuīcia gubernēt' ac etiā bella ꝯducāt / hec ꝓ aliq̄tula fatiffac[tione] ad fuā petic'ᵒ q̄ꝫtū breuitas tp̄ris dedit ⁊ occupac'ᵉˢ mee ꝯcepfcer' ¹ pat⁹ īfutuꝝ regie maieftati q̄ꝫtū volet latius fatiffacere data flor' 25 iunij 1474///

A ciuitate vlix'ⁿ p occidētē indirecto sūt / 26 / fpacia ī carta fig̃ta q̄ꝝ q̄lib₃ hī miliaria // 250 / vſq̄ ad nobilifimā ⁊ max'ᵃ ciuitatē quīfay circuit eni centū miliar' ⁊ hī pōtes decē ⁊ nomē eius fonat // cita del cielo // ciuitas celi ⁊ multa mirāda de ea narrant' de multitudine artificiū ⁊ de reditib₃ / hoc fpac'ᵒ eft fere tercia pars tocius fpere / que ciuitas ē ī ꝓuīcia māgi/.f. vicina ꝓuincie katay ī q̄ refidencia terre regia eft / sed ab infula antilia vobꝭ nota ad infulā nobilifimā cippāgu fūt decē fpacia ē eni illa infula fertilifima auro margaritis ⁊ gēmis ⁊ auro folido coopiunt tenpla ⁊ domos regias / ita q̄ p ygnota itiñera nō magna maris fpacia tranfeūdū / multa fortaffe ēent apitus² declarāda ꝑ diligens confiderator p hec poterit ex fe ipō reliq̄ ꝓfpicere / vale dilectifime / f

¹ concesserunt. ² apertius.

da carta escrita ao cónego, já porventura incorrecta, e com ela composto as outras duas. Além da transcrição da carta a Fernão Martins, o que existe na 1.ª carta a Colombo é tam ilógico e insignificante, que impressiona pela vulgaridade; nem é admissível que Toscanelli transmitisse o seu plano a um desconhecido, sem justificar melhor essa prova rara de confiança.

A análise arguta de Vignaud teve o estimável mérito de chamar as atenções dos historiadores para a fraude da correspondência toscaneliana. Essa fraude, de facto, parece existir, mas não exclui a probabilidade de Toscanelli ter escrito ao cónego português. É, pelo contrário, a existência dessa carta que inspiraria e incitaria Colombo a falsificar a correspondência posterior.

A perda da epístola original do sábio, dirigida no ano de 1474 ao eclesiástico de Lisboa, não deve incluir-se entre os argumentos ou indícios de falsidade. Trata-se de um documento de carácter particular, como a correspondência de Lutéro, de Munster, de Melanchton e do cardeal Bembo com Damião de Góis. Muito mais para surpreender é que não se encontrem na Tôrre do Tombo os relatórios dos capitães das armadas, mandadas ao Brasil desde Cabral a Martim de Sousa. Poderia objectar-se que não temos certeza de haverem sido escritos êsses relatórios, mas a objecção é insubsistente. De alguns, como os de Pedro Álvares Cabral e de seus pilotos, sabemos pela carta de Vaz de Caminha que foram redigidos e expedidos. Do verboso Vespúcio temos também o testemunho de haver entregue ao rei D. Manuel, no regresso da expedição de 1503 ao Brasil, os seus papeis de bordo, de cuja perda êle se lastimará mais tarde, apresentando-a como causa de impossibilidade na factura da sua famosa obra sôbre o Novo Mundo, nunca publicada. Não obstante, nos arquivos de Portugal nem sequer se encontra um vestígio de Vespúcio...

É certo que o original da carta de Toscanelli desapareceu, mas também não existe nenhuma prova documental da sua irrealidade, antes possui a História um documento que vale como prova indirecta da intervenção de Toscanelli na expedição do Atlântico ocidental, realizada por Colombo: a carta do duque Hercules d'Este ao seu embaixador em Florença, Manfredo Manfredi, escrita de Ferrara aos 26 de Junho de 1494, e publicada na *Raccolta Colombiana* (132). Nessa carta, o duque d'Este incumbe o seu embaixador de proceder a buscas no espólio de Toscanelli (falecido em 1482), no sentido de descobrir quaisquer notícias referentes às ilhas recém-descobertas por Colombo. Vignaud reconhece que esta diligência parece demonstrar que na Itália não eram ignoradas as idéas de Toscanelli sôbre a rôta da Índia pelo ocidente, e porventura se suspeitava de que êle entretivera uma correspondência epistolar sôbre o assunto, — muito embora se não prove que o destinatário dessa correspondência fosse Colombo.

(132) *Fonti Italiane*, Vol. I, pág. 145.

Copia misa christofaro colonbo per paulum fixicum cum vna carta nauigacionis
Ferdinando martini canonico vlixiponensi paulus phisicus salutem de tua valitudine de gratia & familiaritate cum rege vestro generosissimo magnificentissimo principe iocundum mihi fuit intelligere . cum tecum allias locutus sum de breuiori via ad loca aromatum per maritimam nauigacionem quam sit ea quam facitis per guineam querit nunc serenissimus rex a me quandam declaracionem ymo potius ad occulum ostensionem vt etiam mediocriter doti illam viam caperent & intelligerent Ego autem quamvis cognoscam posse hoc ostendi per formam spericam vt est mundus tamen determinaui pro faciliori intelligencia ac etiam pro faciliori opere ostendere viam illam per quam carte nauigacionis fiunt illud declarare
Mito ergo sue Maiestati cartam manibus meis factam in qua designantur litora vestra & insule ex quibus incipiatis iterfacere versus occasum senper & loca ad que debeatis peruenire & quantum a polo vel a linea equinotiali debeatis declinare & per quantum spacium scilicet per quot miliaria debeatis peruenire ad loca fertilissima omnium aromatum & gemarum . & non miremini si voco occidentales partes vbi sunt aromata cum communiter dicantur orientales quia nauigantibus ad occidentem senper ille partes inueniuntur per subterraneas nauigaciones . Si enim per terram & per superiora itinera ad orientem senper reperirentur . linee ergo recte in longitudine carte signate ostendunt distanciam ab orientem versus occidens que autem transuerse sunt ostendunt spacia a meridie versus septentrionem . notaui autem in carta diuersa loca ad que peruenire potestis pro maiori noticia nauigancium scilicet ventis vel casu aliquo alibi quam existimarent venirent partin autem vt ostendant incolis ipsos habere noticiam aliquam patrie illius quod debebit esse iocundum satis non considant autem in insulis nisi mercatores . aserit ibi enim tanta copia nauigancium est cum mercimoniis vt in toto reliquo orbe non sint sicuti in vno portu nobilisimo vocato zaiton . aserunt enim centum nauos piperis magne in eo portu singulis annis deferri . sine aliis nauibus portantibus allia aromata . patria illa est populatisima ditisima multitudine prouinciarum & regnorum & ciuitatum sine numero . sub vno principe qui dicitur magnus kan quod nomen significat in latino rex regum . cuius sedes & residencia est vt plurimum in prouincia katay . antiqui svi desiderabant consorcium christianorum iam sunt .200. anni miscerunt ad papam & postulabant plurimos dotos in fide vt illuminarentur . sed qui missi sunt inpediti in itinere redierunt . etiam tempore Eugenii venit vnus ad eugenium qui de beniuolentia magna erga christianos afirmabat & ego secum longo sermone locutus sum de multis de magnitudine edificiorum regalium & de magnitudine fluuium in latitudine & longitudine mirabili & de multitudine ciuitatum in ripis fluuium vt in vno flumine .200. e ciuitates sint constitute & pontes marmorei magne latitudinis & longitudinis vndique colonpnis ornati . hec patria digna est vt per latinos queratur non solum quia lucra ingencia ex ea capi posunt auri argenti gemarum omnis generis & aromatum que nunquam ad nos deferuntur . verum propter doctos viros philosofos & astrologos peritos & quibus ingeniis & artibus ita potens & magnifica prouincia gubernentur ac etiam bella conducant . hec pro aliquantula satisfa[cione] ad tuam peticionem quantum breuitas temporis dedit & occupaciones mee concepscerunt paratus in futurum regie maiestati quantum volet latius satisfacere . data florentie .25. iunii .1474.
A ciuitate vlixiponis per occidentem indirecto sunt .26. spacia in carta signata quorum quolibet habet miliaria. .250. vsque ad nobilisim[am] & maximam ciuitatem quinsay circuit enim centum miliaria & habet pontes decem & nomen eius sonat cita del cielo ciuitas celi & multa miranda de ea narrantur de multitudine artificium & de reditibus . hoc spacium est fere tercia pars tocius spere que ciuitas est in prouincia mangi scilicet vicina prouincie katay in qua residencia terre regia est . Sed ab insula antilia vobis nota ad insulam nobilisimam çippangu sunt decem spacia est enim illa insula fertilisima aur[o] margaritis & gemmis & auro solido cooperiunt tenpla & domos regias ita quod per ygnota itinera non magn[a] maris spacia transeundum multa fortasse essent apertus declaranda sed diligens considerator per hec poteri[t] ex se ipso reliqua prospicere vale dilectisime.

Reproduzido da obra de Henry Vignaud, "Toscanelli and Columbus"

QUEM ERA O CÓNEGO FERNÃO MARTINS

ÚNICO argumento, aparentemente embaraçoso, que nos apresenta a tese da apocrifía, consiste nas dúvidas que pairam sôbre a existência de um cónego Fernão Martins, que teria vivido no reinado de D. Afonso V. ¿Póde esta lacuna bastar para estabelecer fundadas suspeições sôbre a autenticidade da correspondência de Toscanelli, dirigida a um homem que não deixou nenhum indício de passagem pela terra, embora a correspondência no-lo apresente como uma personagem considerável do seu tempo, valído e conselheiro do Rei?

Confundindo-o com Estevão Martins, Varnhagen considerava resolvido o problema, tanto mais que nunca lhe perpassou pelo espírito, pouco dotado para a análise, a suspeita de uma fraude. Mas não há indício de Toscanelli haver conhecido o capelão de D. Afonso V, que acompanhou o monarca a França.

Seria, pois, necessário encontrar um cónego português de nome parecido, que se provasse ter conhecido Toscanelli. Nesse caso, a identificação apresentaria circunstâncias convincentes.

É exactamente porque concordamos com Vignaud, sôbre a manifesta corrupção do texto ori-

(129) sem numeração, impresso em caractéres romanos, contendo numa página um diagrama colorido à mão e muitas notas marginais, de mistura com extractos de Santo Agostinho e Josephus.

Harrisse transcreve-a, *verbatim et liberatim*, no volume adicional da *Biblioteca Americana Vetustissima* (130).

Fac-simile da carta de Toscanelli ao cónego português, copiada (ou recomposta) por Cristóvão Colombo — ou seu irmão Bartolomeu — numa das guardas em branco de um exemplar da edição de 1477 da *Historia Rerum Ubique Gestarum*, de Æneas Silvius (Papa Pio II), existente na Biblioteca Colombina, de Sevilha. Com numerosas abreviaturas, a carta não aparece precedida das linhas com que, nas versões de Las Casas e Fernando Colombo, Toscanelli teria acompanhado a cópia da sua epístola a Fernão Martins. Toscanelli aparece nomeado apenas por Paulo.

(129) — PII. II. PONTIFICIS MAXIMI. HISTO//RIA RERUM VBIQUE GESTARVM,// CVM LOCORVM DESCRIPTION NON// FINITA ASIA MINOR INCI PIT.//... impressioni venetiis dedicta: per Iohannem de co-lonia sociumq eius Iohannem manthen de Gerretzem anno // millesimo: ccccLxxvii.//

(130) — *A description of works relating to America, published between the years 1492 and 1551. Paris, Livraria Tross*, 1872.

STE texto latino da carta de Toscanelli a Fernão Martins apresenta-se inçado de incorrecções, que não podem ser atribuidas ao sábio florentino. A demonstração filológica de Nobert Sumien (131) é concludente. Êste argumento seria, porventura, decisivo, se não reconhecêssemos que a carta de Toscanelli sofreu alterações consideráveis, na versão colombina que nos foi transmitida. A tese negativista e tam superiormente concatenada de Vignaud perde a fôrça convincente se, aceitando a veracidade de uma correspondência de Toscanelli com uma personagem da côrte de D. Afonso V, relativa ao projecto de uma viagem à Índia pelo Ocidente, (e, conseqüentemente, a influência toscaneliana no empreendimento de Colombo), admitirmos a possibilidade de ter o navegador confecionado com essa carta verídica as duas cartas falsas posteriores. No exame destas duas cartas logo salta à vista a uniformidade da fórmula empregada por Toscanelli na 1.ª: *«yo veo el magnifico e grande deseo para haber de passar adonde nace la especieria»* com a da 2.ª: *«yo veo el tu deseo magnifico e grande de navegar en las partes de Levante...»* Não só é pouco natural que Toscanelli guardasse (e que a remetêsse a Colombo) uma segunda via da epístola, que escreveu a Fernão Martins, como se afigura difícil justificar os erros de redacção, cometidos por Colombo, se tivesse conservado em seu poder o texto de Toscanelli. Supomos que teria obtido em Portugal cópia

¿O TEXTO LATINO DA CARTA DE TOSCANELLI FOI INVENTADO OU ALTERADO?

xvi *Introduction.*

Copia misſa xp̄ofaro colonbo p paulū fixicū cū vna carta nauigac" ||

Ferdinādo martini canonico vlix" paulus phiſicus ſalutē//a. tua valitudine de grā ⁊ familiaritate 9 rege v̄ro genero[ſiſſ]imo [⁊] magnificētiſſimo p̄ncipe iocūd] m̄ fuit intelligere/cū tecū allias locutꝛ sū de breuiori via ad loca aromatū p maritimā nauigac" ꝙ sit ea ꝙ facitꝛ p guineā/querit nūc. S. rex. ame quādaȝ declarac" ymo potius ad occulū oſtenſionē vt etiaȝ medioċter doti illā viā capēt ⁊ intelligerēt/ Ego autē ꝙ vis coḡſcā poſſe hoc ostēdi p formā ſpericā vt ē mūdus tn̄ determinaui. ꝑ faciliori intelligenc" ac etiā ꝑ faciliori opa/oſtēdere viā illā p ꝙ carte nauigac" fiūt illud declarare/Mito ergo ſue. M̈. cartā manibȝ meis factā ī q̊ deſiḡnt' litora vrā ⁊ inſule ex q́bȝ incipiatꝛ interſacere verſus occaſū ſenp ⁊ loca ad que debeatꝛ ꝑuenire ⁊ ꝙtū a polo vł a linea eqnotiali debeatꝛ declinare ⁊ p ꝙtū spaciū. ſ. p quot miliar" debeatꝛ ꝑuenire ad loca fertiliſſima oīūȝ aromatū ⁊ gemarū/⁊ nō miremini si voco occidentales ꝑtes v̇ ſūt aromata 9 cōiter dicāt' oriētales qa nauigātibȝ ad occidētē ſenp ille ꝑtes inueniūt' p ſubterraneas nauigaciones/si enī ꝑ terrā ⁊ ꝑ ſupiora itinera ad oriētē ſenp repirēt'/[1] linee ergo recte ī longitudine carte siḡte oſtēdūt diſtanc" ab oriētē[2] verſus occidēs q̄ autē tranſuerſe

[1] *Legas*: reperientur. [2] oriente

Texto da carta de Toscanelli com as abreviaturas, reconstituidas in-extenso pelo filólogo Norbert Sumien.

Introduction. xvii

ſt oſtēdūt ſpacia ameridie verſus ſeptent"/notaui autē ī carta diuerſa loca ad q̄ ꝑuenire potestꝛ ꝑ maiori noticia nauig" . ſ. vētꝛ vł caſu aliq̊ alibi ꝙ exiſtimarēt venirēt/ptin[1] autē vt oſtēdāt incolis ip̄os hr̄e notic"/aliquā patė illius ꝗ debebit ēē iocūd⁊ ſatꝛ/nō cōſidāt[2] aut//*in inſulis ṅ mercatores*/ aſerit[3] ibi enī tanta copia nauiganc" eſt 9 mercimonijs vt ī toto reliq̊ orbe nō ſit ſicuti ī vno portu nobiliſimo vocato ȝaitō/aſerūt enī centū naues piperis maḡ ī eo portu ſingulis an̄is deferri/sine aliis nauibȝ portantibȝ allia aromata/pat'a illa eſt populatiſima ditiſima multitudine ꝑuinciaꝝ ⁊ regnoꝝ ⁊ ciuitatū ſine numero/ſub vno p̄ncipe q dicit' magnus kan ꝗ nomē ſiḡficat ī latino rex regū/ cuius ſedes ⁊ reſidencia ē vt płimū ī ꝑuincia katay/ antiqui sui deſiderabāt cōſorciū xp̄ianoꝝ iā ſūt/ 200/an̄i$[4] miſcer'[5] ad papā ⁊ poſtulabāt plurimos dotos ī fide vt illuminarentur/sed q miſſi ſt̄ inpediti ī itinere redier'/etiā tp̄r Eugenij venit vnus ad eugeniū q de beniuolētia maḡ erga xp̄ianos afirmabat ⁊ ego ſecū longo ſermone locut⁹ ſū de multꝛ de maḡtudine edificioꝝ regaliū ⁊ de maḡtudine fluuiū ī latitudine ⁊ longitudine mirabili ⁊ de multitudine ciuitatū ī ripis fluuiū vt in vno flumīē/200/c[6] ciuitates ſint 9ſtitute ⁊ pōtes marmorei maḡ latitudinis ⁊ longitudinis vndi ꝗ colonpnis ornati/

[1] partim. [2] considunt. [3] asseritur [4] anni. [5] miserunt. [6] circa.

C

(131)—Vignaud, *La lettre et la carte de Toscanelli*, apendice B, a pág. 281 e seg.

«un vecino de la isla de la Madera, el año de 1484, pidio al Rey de Portugal licencia para ir a descubrir.. que juraba que veia cada año y siempre de uma manera».

A carta de Toscanelli ao cónego Fernão Roriz, conhecida através da cópia, presumívelmente alterada, da redacção primitiva, feita pelo próprio punho de Colombo, continúa incorporada no processo histórico das navegações portuguesas, conservando a significação da prioridade do *conhecimento* português do plano de Toscanelli, *renovado por Colombo* e *Monetário*, e revelando a origem experimental do seu tríplice repúdio, fundado no conhecimento da inviabilidade de se atingir *a Índia pelo poente.* Êsse repúdio não implica, porém, de modo algum, a incredulidade na existência de outras terras no Ocidente, para *lá* dos Açôres, pois não só essas terras eram motivo de navegações, como de doações.

Cristóvão Colombo, segundo o retrato do museu naval de Madrid, atribuido a António del Rincon

Todos os historiadores que se ocuparam da correspondência de Toscanelli e dela extraíram conclusões, como d'Avezac, Uzielli, Lollis, Harrisse, Ruge e Vignaud, só se ocupam de um aspecto do problema, a saber: que a autenticidade dessa correspondência concederia ao sábio florentino a mais nobre parte da glória colombina. Ainda outra é a conclusão que poderá atingir-se. Estando fóra de tôda a dúvida a preparação subsidiária portuguesa do plano de Colombo—pois que êle próprio a certifica—o que nos interessa é salientar que a correspondência de Toscanelli prova, acima de tudo, a prioridade portuguesa no conhecimento do plano de Colombo, e prova ainda, conjecturalmente, que êsse plano seductor não foi executado pela razão da falta de convicção no seu êxito: pelo motivo de que as informações colhidas nas pesquisas do Atlântico Ocidental certificavam a inviabilidade de se atingir a Índia pelo poente, o que ficou demonstrado com a viagem de Colombo,—que não passou da Antília, já anteriormente incorporada na cartografia quinhentista. Se a distância dos Açôres, da Madeira e das Canárias à Índia fosse a que indicava Toscanelli, não teriam as esquadras dos potentados orientais, as armadas de Cathay e Cypango vindo à Europa, ¿ou não haveriam sido avistadas dessas vigias semeadas no Atlântico? ¿Não tinham já os navegadores orientais, como revelou Afonso de Albuquerque, na comunicação ao rei, de 1 de Abril de 1512, (com que lhe enviava uma carta náutica de um pilôto de Java,) atingido os litorais da Patagónia, antecipando-se aos europeus no conhecimento do continente ultra-africano?

PREPARAÇÃO PORTUGUESA DO EMPREENDIMENTO DE COLOMBO

OS factos apurados permitem estabelecer de modo incontroverso que, se Colombo, tecelão e depois marinheiro, nasceu em Génova, o *descobridor* nasceu em Portugal.

Foi na convivência com os pilotos e cosmógrafos portugueses; na loja de cartógrafo e instrumentos náuticos de seu irmão Bartolomeu; na Lisboa do século XV, matriz dos navegadores, verdadeira capital geográfica da Europa; no ambiente da epopeia marítima portuguesa; ouvindo, depois, as narrações dos açorianos; e, talvez, como suspeita Vignaud, e como o afirmaram Oviedo, Gomara, Acoste, Benzoni, Mariana, Garcilaso de la Vega, Torquemada, Gregório Garcia, Pizarro, e tantos outros, recolhendo a confidência do anónimo pilôto

(136), falecido na Madeira, ao regressar da trágica viagem à Antília — que Cristóvão Colombo concebeu o projecto de ir pelo ocidente ao oriente, convicto de que as terras entrevistas pelos marinheiros portugueses, no Atlântico ocidental, de onde as correntes e os ventos traziam canas, semelhantes às da Índia, troncos de árvores desconhecidas e cadáveres de feições estranhas, eram os arquipélagos asiáticos de Marco Polo.

Até à chegada a Lisboa — presumívelmente no fim de 1476 — Colombo, embora dado à vida do mar, nunca se ocupára de descobrimentos.

As esquadras italianas desempenhavam no Mediterrâneo uma missão mercantil. Nem Génova, nem a opulenta Veneza, no fim do século XV, se dedicavam aos descobrimentos de terras. Os navios venezianos e genoveses, que transpunham as colunas de Hércules, faziam viagens de cabotagem até ao mar do Norte. Os interesses comerciais da poderosa república dos Doges, rainha do Adriático — destronada no século XVI pelos portugueses — fixavam os roteiros das esquadras. Uma sábia política, desde o século XII, obtivéra dos imperadores gregos de Byzâncio privilégios excepcionais e a concessão de múltiplos portos de escala na costa do Peloponéso, no Arquipélago, no gôlfo de Volo, nos Dardanelos e no Mármara, que permitiam às galeras venezianas atingirem Constantinopla, circularem no mar Negro, velejarem até à Criméa e aos confins do mar de Azof. Cândia, Rhodes e Chypre constituiam, no Egeu, outros tantos portos de escala para a penetração do Oriente latino. Na costa da Syria, Tyro era o fóco irradiante e o entreposto do comércio veneziano. Os seus mercadores infiltravam-se, chegavam a Laodicéa, a Beyrouth, a Caïfa e Sidónia, traficavam desde Antiochia a Jerusalem, penetravam até Damasco e Bagdad, captavam em Alexandria os produtos da Índia e da Arábia, as especiarías preciosas, o ruibarbo, o almiscar do Thibet, a pimenta, a canela, a noz-moscada, o cravo, a cânfora, o aloés, o incenso arábico, as tâmaras da Lybia, o sândalo, a goma: todas as mercadorias que as caravanas asiáticas conduziam aos portos do Levante (137). Era êsse tráfico opulento que os portugueses, predecessores dos Británicos no comércio da idade moderna, cobiçavam e que os arrojava para o oceano, à procura dos caminhos que conduziam aos países das especiarias.

Havia mais de meio século que o infante D. Henrique lançára ao mar as caravelas, como activa matilha aquática à caça das ilhas. Os portugueses iam gradualmente erguendo o véu de mistério que encobria duas terças partes do planeta. Eram êles os reveladores do orbe ignoto, cuja audácia não trepidava ante a missão temerária de, embarcados em frageis naves, arrostando contra o pavor das lendas e a fúria das tempestades, procurarem nos oceanos as terras desconhecidas e traçarem no mapa líquido os caminhos marítimos inter-continentais. A civilização moderna é urdida sôbre essa trama de façanhas prodigiosas.

COLOMBO EM LISBOA

EM Lisboa, hóspede do irmão, vivendo na loja do cartógrafo, no bairro da gente do mar — cujos restos ainda hoje ostentam nos umbrais das portas, como um estígma de glória, as naus e caravelas esculpidas no lioz — Colombo vê entrar e sair no estuário as naves aventurosas que vão e voltam das paragens remótas da África e dos arquipélagos atlânticos. Ali convive com os pilotos e os cosmógrafos, escuta as narrações dos marinheiros, é o espectador enlevado de um dos mais grandiosos dramas que os povos eleitos representaram sôbre a terra.

Lisboa era, então, o cais cosmopolita de onde a Europa se projectava para o mundo desconhecido. Gente de todos os países afluïa à capital portuguesa (138). Pululavam os aventureiros e os mercadores. As sciências, as artes e as letras atingiam o esplendor, que fulguraria por todo um século até

(136) É Garcilaso de la Vega que, pela primeira vez, nos *Commentarios Reales*, o identifica com o pilôto de Huelva, Allonso Sanchez, dizendo ter ouvido contar ao pai a história do pilôto, atirado pela tempestade às Antilhas.

(137) *Une republique patricienne. Venize*, por Charles Diehl, Paris, 1916.

(138) Lisboa conquistára já essa posição no século XIV, como certifica a *Chronica de D. Fernando*, de Fernão Lopes. Com as informações do cronista escreveu Oliveira Martins: «*A alfandega de Lisboa rendia no tempo de D. Fernando de 35 a 40000 dobras, ou, proximamente, 850 contos da nossa moeda. Não admira a exiguidade da somma; veja-se antes nella a expressão do caracter de porto-franco da Lisboa de então. Com effeito, o mesmo chronista nos diz que um anno se carregaram «12000 toneis de vinho, afora os que levaram os navios da segunda carregação em março»*. *Muitas vezes, ante a cida-*

ao epílogo do poema épico. ¿Já corriam rumores entre a gente marítima, de que o plano legado pelo Infante aos grão-mestres, seus sucessores na Ordem de Cristo, abrangia o contôrno da África até ao mar Vermelho e ao gôlfo Pérsico? Possívelmente e do êxito do grandioso empreendimonto resultaria para os genoveses, e principalmente para os venezianos — que detinham o monopólio do tráfico de mercadorias com o Oriente, por intermédio do Egipto — incalculáveis prejuízos. Portugal avançava cautamente na exe-

Lisboa no século XVI Gravura em cobre da edição latina da obra de Hans Staden sôbre o Brasil (Francfort 1592)

cução do projecto gigantesco, para não alarmar os interesses ameaçados das Repúblicas mediterrâneas, tanto mais que os pilôtos da Ligúria e do Adriático, estabelecidos em Lisboa, e os delegados e embaixadores das cidades marítimas italianas exerciam uma hábil espionagem, informando-se com as tripulações sôbre os menores acontecimentos marítimos (139). Foi assim que Pascuáligo, Cantino e Cretico obtiveram

de, havia 400 e 500 navios de carregação; e mais 100 ou 150 em Sacavem e no Montijo á carga de sal e de vinho. Em frente de Lisboa, nota o chronista, a selva dos navios era tamanha que as barcas da outra banda não podiam cruzar entre ellas e ir tomar terra em Santos. Eram ainda estes navios as barcas da marinha primitiva? Não; eram navios de coberta, da lotação media de 100 toneis, como então se dizia; e perante os numeros anteriormente expostos, parece-me não ser exaggerado elevar o movimento maritimo annual do porto de 250 a 300 mil toneladas. Esses navios iam e vinham de Lisboa para Inglaterra, para a Italia, cruzando no mar do Norte e no Mediterraneo, levando os productos agricolas nacionaes e trazendo-nos tecidos e manufacturas. Quem girava com este commercio maritimo? Estrangeiros principalmente. Já desde então se denunciava o caracter cosmopolita da nossa historia. Lisboa, diz Fernão Lopes, «é grande cidade de muitas e desvairadas gentes». Havia ahi estantes (residencias) de muitas terras e muitas casas de cada nação: genovezes, lombardos, aragonezes, marroquinos, milanezes, corsos, biscainhos, fruindo privilegios e isenções de que os soberanos não eram avaros». Portugal nos Mares, a pág. 21.

(139) Em 1481-82, as Côrtes de Évora observaram ao rei a conveniência de vigiar os florentinos e genoveses, que eram numerosos em Lisboa.

as sensacionais informações das suas cartas, que nenhum cronista, nesse tempo, conseguiu igualar, quanto mais suplantar. O mapa anónimo de Cantino aparece-nos como o mais completo documento dessa sagaz espionagem, que conta ainda no activo a aquisição da narrativa, chamada do «pilôto anónimo», da frota de Cabral, conhecida geralmente da tradução de Ramuzio, mas que já em 1507 Montalbodo publicára nos *Paesi nuovamente retrovati* (140).

No ano de 1476, quando o humilde Colombo, na penúria, vem estabelecer-se em Portugal e abrigar-se na casa de Bartolomeu, o Tejo oferecia-lhe o espectáculo de um acampamento naval, fóco dirigente e absorvente das viagens oceânicas e dos descobrimentos. Muito mais do que Veneza, rainha do comércio, Lisboa era a Roma dos mares, séde de todos os conhecimentos e progressos náuticos do tempo, a escola de altos estudos dos navegadores. Nos estaleiros da Ribeira Nova trabalhavam os mais hábeis construtores de navios; vendiam-se em Lisboa os melhores planisférios, astrolábios e quadrantes; confecionavam-se com mais perfeição do que em qualquer parte as cartas e portulanos iluminados a ouro e púrpura; obtinham-se as melhores cópias das obras astronómicas; encontravam-se os pilotos mais audazes e experimentados. Cosmópolis marítima, para a segunda cidade das sete colinas, aberta a todos os estrangeiros, corriam os homens seduzidos pelas viagens, os hábeis pintores de planisférios, os aventureiros, atraídos pela cupidez do lucro e pela tentação viril das navegações heróicas. Embora pouco letrado, Bartolomeu tinha fama de hábil na confecção dos portulanos. António Gallo, secretário do Senado de Génova, refere-se no *De Navigatione Columbi per inaccessum Antea Oceanum commentariolus* ao estabelecimento do cartógrafo genovês em Lisboa e ao seu talento na pintura de cartas de marear: «*Sed Bartholomeus, minor natu, in Lusitania, demum Ulissipone consisterat, ubi intentus quæstui tabulis pingendis operam dedit, queis ad usum nauticum*», etc. Agostino Giustiniani confirma ter sido Bartolomeu quem ensinou Colombo a desenhar as cartas e a iluminar os planisférios (141). Munõz, esclarecido por tantas informações concordes, considera-o um bom cartógrafo e artífice de instrumentos náuticos. (142) Cristóvão Colombo cursava uma escola excelente para a missão de predestinado. Trabalhando com o compasso e o cálamo ao lado do irmão (143) — que, mais de uma vez, nas horas de atribulação, havia de ser seu amparo fiel — Cristóvão Colombo medita e sonha... Não parece impossível, antes se afigura provável, que nesse meio tivesse obtido as primeiras informações da correspondência de Toscanelli com um cónego da Sé de Lisboa, pois geralmente as cartas eram expedidas por intermédio de passageiros e tripulantes das naus. Mas a germinação do grande projecto, que devia fazer do calígrafo e cartógrafo um descobridor de novos mundos, não podia deixar de ser lenta. Serão precisos o casamento e a elevação social que de aí lhe proveio; a entrada na família de um dos antigos servidores do Infante; a leitura e o estudo do espólio do donatário de Pôrto Santo; a residência nos Açôres e as notícias colhidas naquele posto avançado da conquista portuguesa do Atlântico ocidental; as narrativas das equipagens das naus e as informações reiteradas, insistentes, das ilhas que, nos confins do poente, emergiam do Atlântico; o encontro providencial da Madeira, que favorecia o predestinado, colocando-o frente a frente do anónimo pilôto, arremessado pelos ventos às ilhas misteriosas do além, — para que, no genovês humilde, contagiado pelo delírio heróico em que vivia a alma portuguesa, nascêsse o descobridor. A cultura que o iluminou, as informações que o guiaram, o heroismo que o empolgou são portugueses: tanto como a sua mulher, a sacrificada Isabel Moniz Perestrêlo, tanto como o seu único filho legítimo, D. Diogo. Até ao fim da vida, naturalisado espanhol, arrastando os títulos platónicos como um outro Rei Lear da glória, vergado ao pêso da ingratidão, Colombo considerará sempre Portugal como a escola insigne onde os navegadores aprenderam o caminho dos mundos novos, desafiando os perigos que os guardavam.

A falta de confiança que o antigo pintor de planisférios e futuro inventor da doutrina incongruente da protuberância do planeta inspirava aos conselheiros do monarca português, aos cosmógrafos e políticos da Junta dos Matemáticos, e em geral a todos os capitães de longo curso, que constituiam a pleiada gloriosa dos exploradores do Oceano, era tanto mais justificada, quanto o seu plano e os argumentos em que o fundava não ofereciam novidade para o rei impenetrável e os seus áulicos eruditos,

(140) As quatro narrativas de Vespúcio foram também remetidas de Lisboa para a Lorêna, em 1504, por Domenico Benvenuti.

(141) Numa carta de 1501 aos Reis Católicos Colombo agradecia a Deus, entre outros dons, o «*ingenio en la anima y manos para debujar la esfera, y en ella las ciudades, rios, montañas, islas y puertos, todo en su proprio sitio*».

(142) *Historia del Nuevo Mundo*, de Muñoz, Madrid, 1793.

(143) Las Casas, *Historia de Las Indias*, tomo I, pág. 236: *Algunos dias se sustente con la industria de su buen ingenio y trabajo de sus manos, haciendo o pintando cartas de marear, las cuales sabia muy bien hacer, vendiendolas a los navegantes*».

para os quais êle não passava, como o descreve João de Barros, nas *Décadas*, de um *«homem falador & glorioso em mostrar suas habilidades & mais fantastico... que certo no que dizia»*.

Colombo desempenhou uma missão superior à sua condição social e mediana cultura. A fé de um predestinado, essa fé que «move montanhas», ainda uma vez revelou o poder onipotente na existência dramática do antigo tecelão: *«Christophurus Colombus, lanarius de Janua»*... A biografia atribuida ao filho enobrecido e erudíto do Almirante tem o propósito de uma transfiguração da realidade, exalçando o herói do berço humilde à altura da sua proeza, dando-lhe as proporções de uma personagem lendária. Mas se todo êsse esfôrço foi em pura perda para a posteridade, já desde Giustiniani, com mais motivo não conseguiria iludir os contemporâneos. Desde que veio fixar-se em Lisboa, nos últimos anos do reinado de D. Afonso V, e recolher-se à protecção do irmão, eram notórias a humilde origem e a cultura rudimentar do imigrado genovês. O seu casamento com D. Filipa Moniz, filha da segunda mulher de Perestrêlo, neta de Gil Aires Moniz, — que fôra escrivão da puridade de NunAlvares, — é um ponto ainda obscuro da sua biografia. Até hoje, não se descobriu o assento dêste matrimónio, nem sequer o do baptismo do filho que dêle nasceu. O mais forte indício que possuïmos da veracidade daquela união, corroborando as informações de Las Casas, encontramo-lo no testamento de D. Diogo Colombo, na passagem em que se refere à sepultura da mãi, na capela da Piedade, na igreja do Carmo, em Lisboa, jazigo de sua linhagem. Ora, o fundador dessa capela, como se lê na *Chronica dos Carmelitas*, de frei José Pereira de Sant'Ana, foi Gil Aires, e os filhos dêste, Vasco Gil Moniz, tio e tutor de Bartolomeu Perestrêlo, Diogo Gil e Guiomar Gil sustentaram uma demanda para reivindicar o direito a serem sepultados na dita capela da Piedade, ou Nossa Senhora do Pranto. A êste casamento poderiam atribuir-se as facilidades que Colombo encontrou para ser admitido à presença do rei, e o conhecimento da carta de Toscanelli; mas infundem desconfianças a falta de notícias sôbre quaisquer diligências de Monizes e Perestrêlos em favor de Colombo e o silêncio obstinado que êle mantem acêrca da família nobre a que conseguiu ligar-se. Do que se depreende dos seus biógrafos, tendo casado em Lisboa com D. Filipa, Moniz, filha da viuva de Perestrêlo, D. Isabel, Cristóvão Colombo acabára por ir viver nas terras do cunhado, Pedro Corrêa, na ilha de Pôrto Santo, doada pelo Infante D. Henrique, em 1 de Novembro de 1446 (144), a Bartolomeu Perestrêlo *«por elle seer o primeiro que per seu mandado a dicta ylha pobrou»*...

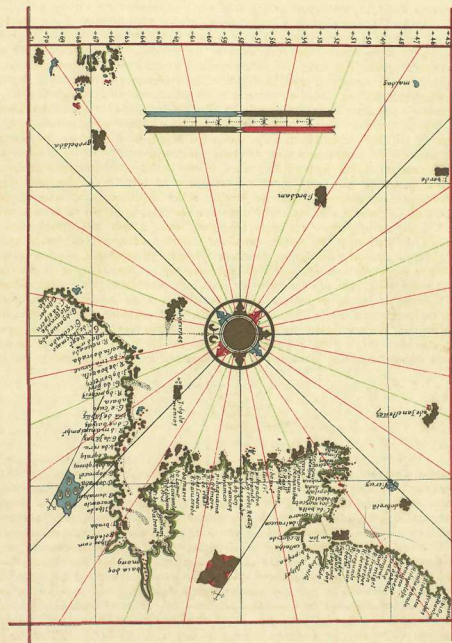
Êste casamento teria colocado Colombo em mais íntimo contacto com os navegadores portugueses, dando-lhe ingresso na família de um dos herois da *«cavalaria do oceano»*, criada pelo Infante. ¿É a êsses laços de parentesco que Colombo terá devido, pelo estímulo que êles trouxeram à sua ambição, a gloriosa carreira de descobridor da América? Talvez; como Vespúcio deveu à presença nas expedições portuguesas de 1501 e 1503 a honra exorbitante de ver dado o seu nome ao novo continente, que os vastos empreendimentos marítimos dos Portugueses levaram a inscrever no planisfério.

O CONHECIMENTO PORTUGUÊS DAS TERRAS OCIDENTAIS

O próprio Colombo e são o seu panegirista Las Casas e o biógrafo das *Historie dell Ammiraglio* que se anticipam aos reivindicadores da preparação portuguesa do descobrimento da América, revelando-a com numerosos pormenores. Desintegrar a viagem colombina das viagens quási centenárias dos navegadores portugueses, isso se afigura impossível, tam estreitos são os élos que a vinculam aos empreendimentos marítimos lusitanos. Os arquipélagos atlânticos, que representam um papel essencial no futuro descobrimento das Antilhas, foram fixados ou reintegrados no mapa do mundo pelas expedições intrépidas dos Portugueses. Desde Humboldt, os geógrafos unânimemente reconhecem que a revelação do continente ocidental seria infalivelmente feita pelos Portugueses no decurso das suas navegações para noroeste e sudoeste, se Colombo não conseguisse obter no acampamento de Granada o concurso de Fernando e Isabel.

A VIAGEM DE COLOMBO E A SCIÊNCIA NÁUTICA PORTUGUESA.

A sciência náutica portuguesa achava-se, nos fins do século XV, aparelhada com os conhecimentos necessários para empreender uma viagem como a de Colombo, totalmente realizada no hemisfério norte, guiada pela estrêla polar, com a duração de quarenta e dois dias, assim distribuídos: de Palos às Canárias, sete dias; das Canárias à Guanahani, trinta e cinco dias.

(144) Chancelaria de D. Afonso V, livro 33, fl. 85.

Carta da parte sueste da Terra Nova, extraída de um Atlas Português da Biblioteca Ricardiana de Florença (Códice n.º 1813, fl. 18) e reproduzido por Kretschmer, fl. XXXIII. — N. B. - Êste mapa, embora mais completo em detalhe e nomenclatura, é idêntico ao de Pedro Reinel, que noutro logar vai inserto, e reproduzido também por Kretschmer.

Apoiado em Reunel e Quatremère (145), Gaffarel já reconhecia, referindo-se ao legendário périplo de Hannon, que «*ce voyage présentait de toutes autres difficultés qu'un voyage en Amérique*». A América está, realmente, muito mais proxima da Europa do que geralmente se supõe. Basta examinar o planisfério para se constatar quanto é relativamente estreito o palco marítimo do Atlântico em que se praticou a proeza de Colombo. Comparado à extensão do Pacífico, por cujas imensas solidões o português Fernão de Magalhães guiou os navios castelhanos, o Atlântico aparece-nos como um mar interior. Humboldt apresenta-nos um quadro sintético da proximidade a que ficam os litorais americanos dos litorais europeus e dos africanos, já a êsse tempo conhecidos. Do cabo Roxo, proximo à Serra Leôa, (2° 20' Lat. N. - 19° 14' Long.) ao cabo de S. Roque, (5° 28' 17" Lat. N. - 37° 37' 26" Long.) a distância é apenas, entre a costa da Guiné e a do Brasil, de 2.840 quilómetros. O cabo Barclay, na região de Scoresby, na Groenlândia, (69° 10' Lat. N. - 26° 48' Long.) aproxima-se tanto do cabo Wrath, na Escócia, (58° 39' Lat. N. - 7° 18' Long.) e de Stadtland, na Noruega (62° 7' Lat. N.), que a distância entre estes pontos é, respectivamente, de 1392 e 1552 quilómetros, o que explica a viabilidade das navegações escandinavas dos séculos X a XII, suficientemente demonstradas, a ponto de não permitirem dúvidas sôbre o descobrimento e colonização da Groenlândia e da Vinlândia pelos povos da Europa setentrional, quatro séculos antes que Colombo empreendêsse a sua viagem às Antilhas. Essas distâncias intercontinentais apresentavam-se ainda sensivelmente diminuídas para os Portugueses. Da foz do Tejo à ilha de S. Miguel, nos Açôres, a distância é de 1372 quilómetros. Da ilha do Corvo, a mais ocidental do arquipélago açoreano, à costa americana, a distância é de 2.288 quilómetros. Bartolomeu Dias, na viagem ao cabo da Boa Esperança, em 1487, navegou 9.610 quilómetros: o quàdruplo da distância do Corvo ao litoral americano. De Lisboa a Calecut, Vasco da Gama navegou 17.612 quilómetros. Se compararmos a róta de Colombo, de 4.250 milhas, com a de Cabral, que venceu 11.320 milhas, no percurso de Belem à Índia, verifica-se que as viagens portuguesas são muito mais extensas que as expedições colombinas.

AS GRANDES VIAGENS PORTUGUESAS DO SECULO XV

Recapitulando alguns dos cálculos reünidos por Humboldt e passando em revista os vestígios históricos das navegações no Atlântico, Gaffarel escrevia em 1869: «*Il se peut donc que l'Atlantique a été de bonne heure parcouru par de hardis marins, et que quelques uns d'entre eux, plus audacieux ou plus heureux, aient découvert l'Amérique avant l'époque officielle*».

INDÍCIOS DAS TERRAS OCIDENTAIS

Em auxílio das aproximações favoráveis à passagem intercontinental de alguns pontos litorânios da Europa, da África e da América, vinham ainda as correntes marítimas, os imensos rios pelásgicos, como o *Gulf Stream*, que desempenharam um papel proeminente nas expedições portuguesas e espanholas, trazendo às ilhas do Atlântico os vestígios e avisos das terras americanas. Às praias dos Açôres as correntes marinhas lançavam troncos de arvores desconhecidas, pinheiros e bambus gigantescos (146). Aqueles marinheiros, tam práticos em orientar-se pelo vôo das aves, tam exercitados no cálculo da terra próxima, que, pela côr das águas, a passagem fortuita de uma alga ou de umas hervas fluctuantes, anteviam as ilhas, não poderiam ficar insensiveis às consecutivas provas materiais da existência de outros arquipélagos, demorando a poente, emergindo do tumulto perene das ondas. Martim Vicente encontrára por 400 léguas a oeste do cabo de S. Vicente «*un pedaço de madero labrado por artificio, i á lo que se juzgaba non con hierro, de lo qual i por haber ventado muchos dias poniente, imaginaba que aquel palo venia de alguna isla*»... Pedro Correia, cunhado de Colombo, vira também, nas proximidades da Madeira, um madeiro trabalhado por mão humana, vogando nas ondas e impelido dos lados do Ocidente. Bambus idênticos aos citados por Ptolomeu como originários da Índia, eram lançados pelas ondas às costas açoreanas. Na Graciosa e no Faial o mar depositava troncos de arvores de ignorada espécie na flora europeia, verdadeiras mensagens das terras misteriosas do ocidente. «*En la isla de Flores hecho la mar dos cuerpos de hombres muertos que mostraban tener las caras mui anchas i de otro gosto que tenian los christianos*». No § 5 da biografia paterna, D. Fernando Colon assinala que êsse conjunto de revelações materiais (tantas vezes citadas e transcritas das *Historie dell Ammiraglio*, da *Historia de las Indias*, de Las Casas, de Herrera e de Oviedo) haviam poderosamente concorrido para fortalecer a convicção de Colombo, levando-o a identificar com a Ásia as terras de oeste.

Essas terras não eram uma miragem de Colombo, pois tinham já sido motivo de doações. Ao seu encontro haviam navegado as intemeratas caravelas portuguesas. Colombo não procurou sequer ocultá-lo. No *Diário* da 1.ª viagem, a 9 de Agosto, na ilha de Gomera, êle «*se acuerda que, estando en*

---

(145) Reunel, *Geographical systhem of Herodotus*, pág. 672. Quatremére, *Buletin de l'Académie des Inscriptions*, 1845, pág. 382. Gaffarel, *Étude sur les rapports de l'Amérique et de l'Ancien Continent avant Christophe Colomb*, pág. 82.

(146) Humboldt examinou em Tenerife um tronco de *cedrela odorata*, que supoz oriundo das Honduras.

Portugal el ano de 1484, vino uno de la isla de la Madera al Rey a le pedire una carabela para ir a esta tierra que via, el cual juraba que cada ano la via»... António Leme contára também a Colombo haver descoberto três ilhas para as bandas ocidentais dos Açôres...

Seria tão fastidioso como inútil acompanhar *var et passu* os historiadores espanhois na prova da cooperação portuguesa no plano colombino. É um facto admitido por todos os americanistas que Colombo não poderia ter concebido o seu projecto sem a anterior e prolongada residência em Portugal. Se os seus esforços se malograram em obter da Corôa portuguesa os meios de executar o plano de Toscanelli, foi justamente porque êsse plano não apresentava novidade nem imediato interêsse. O abandôno pelo Estado às iniciativas particulares das expedições ocidentais revela que os cosmógrafos portugueses haviam definitivamente estabelecido a prova da impossibilidade de se atingir a Índia pelo poente, e essa persuasão denota a posse de conhecimentos geográficos extraordináriamente avançados. D. João II recusa os serviços de Colombo porque não lhe faltam ousados navegadores para empreenderem a exploração do mar ocidental, mas essa recusa não prova contra o conhecimento das terras do ocidente, pois elas eram motivo de concessões e objectivo de expedições. Essa sciência ficaria demonstrada no tratado de Tordesilhas.

A REVELAÇÃO DO PILÔTO DA MADEIRA

ONDUZINDO até às últimas conseqüências a tése negativista da autenticidade da correspondência toscaneliana, Vignaud julgou descobrir na confidência do pilôto, falecido na Madeira, o misterioso objectivo da fraude colombina (147). Pelo modo como aparece integrado na História, êste episódio tem um sugestivo aspecto de veracidade, mas está longe de reünir as condições de autenticidade da carta de Toscanelli. Falsificar a carta e o mapa de um sábio para os sobrepor à informação e ao roteiro de um anónimo pilôto, não vemos onde nisso estivesse o interêsse de Colombo, que nunca invocou publicamente, enquanto vivo, a direcção mental de Toscanelli.

¿Ao episódio do pilôto não terá sido emprestada por muitos historiadores uma importância exorbitante e indevida? Mesmo admitindo a hipótese de ser Português o marinheiro que regressára das Antilhas, para onde o impelíra a tempestade, êste facto só viria confirmar, com um novo depoïmento, a suficientemente provada participação e preparação portuguesas no plano de navegar o Atlântico, para o Ocidente, ao encontro da Índia.

Supõe-se que a história do pilôto remonta aos tempos da 1.ª viagem e teria sido difundida pela tripulação da esquadra do descobrimento, entre a qual não era bemquisto o Almirante, que disputára mesquinhamente ao marinheiro da *Pinta*, Rodrigo de Triana, as alvíçaras de 20.000 maravedis, prometidas pelos reis ao primeiro que assinalasse terra. Mas seria então preciso admitir que o próprio Colombo houvesse revelado aos Pinzon, ou a qualquer outro dos companheiros da expedição, que a sua proeza se limitava a percorrer a róta de um precursor: aquêle pilôto que atravessára o Atlântico arrastado pelos temporais, levado nas asas dos ventos, e que fôra morrer à Madeira, legando-lhe, à hora da morte, o seu segrêdo. Seria necessário admitir o inverosímil.

O primeiro monumento impresso onde é narrado o episódio: a *Historia general de las Indias*, de Oviedo, foi publicada em Sevilha, no ano de 1535 (148). O historiador espanhol só o regista para lhe patentear a falsidade e a origem suspeita. Las Casas, no capítulo XIV, do Livro I da *Historia de las Indias*, principiada a escrever por volta de 1527, diz que corria na Espaniola, quando a visitou em 1502, ainda em vida de Colombo, que «*los primeros que fueron a descobrir y poblar la isla habian oido a los naturales que pocos años antes que llegasen habian aportado alli otros hombres blancos y barbados como ellos*». Isto significaria que outros marinheiros europeus, antes dos espanhois, tinham chegado às

(147) ... «*on sera forcé de reconnaître que la vieille légende du pilote qui renseigna Colomb devient tout à fait vraisemblable et on pourra avancer, sans encourir les dédains de la critique sérieuse, que le véritable initiateur de la découverte du Nouveau Monde pourrait bien être, non le célèbre astronome dont le nom remplit des volumes et auquel on a élevé des monuments, mais un pauvre marin qui mourut obscurément, sans même laisser son nom à la postérité*». H. Vignaud, *La lettre et la carte de Toscanelli*, a pág. 257.

(148) Op. cit. Livro I, Cap. I e IV.

Antilhas — o que não seria impossível, dado o número, relativamente considerável, das expedições portuguesas, empreendidas para o ocidente, e a intensificação da navegação para os Açôres — mas não prova que êsses homens brancos e barbados, que haviam aportado, anos antes, à Espaniola, pertencessem à tripulação do navio refugiado na Madeira e a cujo pilôto moribundo Colombo teria devido a revelação que o imortalizou.

Na *Historia de las Indias*, publicada em 1555, Gomara repete Oviedo, mas aceita a veracidade da lenda, repudiada pelo seu antecessor. Até aqui, o nome do pilôto é desconhecido. Ignora-se-lhe a nacionalidade. Os historiadores vacilam em designá-lo como português ou espanhol. Escreve Oviedo: «*unos dicen que este maestro o piloto era andaluz, otros lo hazem portugués, otros viscaino*». Gomara repete e acrescenta: «*unos hazen andaluz este piloto, que trataba en la Canaria y en la Madera, quando le acontecio aquella larga y mortal navegacion. Otros viscaino, que contrataba en Inglaterra y Francia. Y otros, Portugués que yva y venia de la Mina o India... Solamente concuerdan todos (?) en que fallecio aquel piloto en casa de Christobal Colon. En cuyo poder quedaron las escrituras de la caravella y la relacione de todo luengo viage con la marca y altura de las tierras, novamente vistas e halladas...*»

Facto singular, à medida que os historiadores se distanciam dos acontecimentos, mais pormenores ajuntam ao lendário episódio do pilôto da Madeira. Garcilaso de la Vega, no Livro I, Cap. III, da *Priméra parte de los commentários Reales que tratan de el origen de los Incas*, publicados em 1609 — cento e dezassete anos após a viagem de Colombo — narra-nos o episódio na versão definitiva com que haveria de perpetuar-se, dizendo tê-lo ouvido contar ao pai, durante a infância, e, mais tarde, a amigos de seu pai, que o tinham escutado da bôca dos tripulantes da *Santa Maria*, da *Pinta* e da *Niña*. Fixando para o encontro de Colombo com o pilôto o ano de 1483 ou 1484 (149), e confessando ser muito duvidosa a sua nacionalidade, admite como provável ser êle um marinheiro de Huelva, chamado Alonso Sanchez (150).

Nem Las Casas, nem Oviedo, nem Gomara, nem Acosta (151), nem Frutuoso lhe mencionam o nome. Não é senão depois de Garcilaso que a misteriosa personagem aparece conjecturalmente identificada com Alonso Sanchez. Aires de Casal, na *Corographia Brasilica* (Vol. I, pág. 2) chama-lhe Francisco. Fernando Colombo, no cap. IX, último parágrafo, das *Historie dell Ammiraglio*, atribui a Vicente Dias a aventura contada por Oviedo. Tam pouco os historiadores estão de acôrdo sôbre qual a ilha em que foi morrer o verdadeiro, conquanto também inconsciente, descobridor da América. Oviedo hesita entre Cabo Verde e a Madeira. Gomara e Garcilaso optam por uma das ilhas do arquipélago açoreano. Frutuoso *(Saudades da Terra)*, Garibay *(Los XL libros del compendio historial de las chronicas, y universal jistória de todos los reynos de España)*, Mariana *(Historia general de España)* indicam a Madeira.

O processo arbitrário por que Garcilaso apontou Alonso Sanchez como o provável heroi da tragédia marítima, lança definitivamente êste obscuro episódio para o index dos problemas insoluveis. Com excepção de Las Casas, que fixa a origem da sua narrativa, declarando repetir o que os primeiros colonizadores da Haiti ouviram dos naturais da ilha, os restantes historiadores não autentícam com qualquer referência concreta as suas dramáticas narrações. Oviedo, o primeiro de todos, registando o episódio, adverte: «*Para mi yo lo tengo por falso, é como diçe el Augustino: Melius est dubitare de ocultis, quam litigare de incertis*».

A versão portuguesa não é melhor fundada que a versão espanhola, conquanto os primeiros e mais idóneos narradores admitam a hipótese de ser português o denunciador da existência da América, e começar só em Garcilaso, um século depois, a reivindicação da sua naturalidade espanhola. O jesuita Manuel Fialho, na *Evora Gloriosa*, impressa em Roma, em 1728, dá-nos a primeira versão portuguesa circunstanciada do misterioso drama. O pilôto chamava-se Afonso Sanches, era mestre duma caravela de Cascais e tinha por ofício carregar assucar na Madeira e trazê-lo a Lisboa. Fazendo nesse ano de 1486 (?) a costumada viagem, uma tormenta, apartando-o do rumo, impeliu-o para o poente, desarvorado, por espaço de muitos dias, até que avistou terra e desembarcou, para reparar o velame e refrescar, fazendo depois prôa a leste e regressando à Madeira, onde chegou moribundo, recolhendo-se na esta-

o···o···o···o···o···o···o

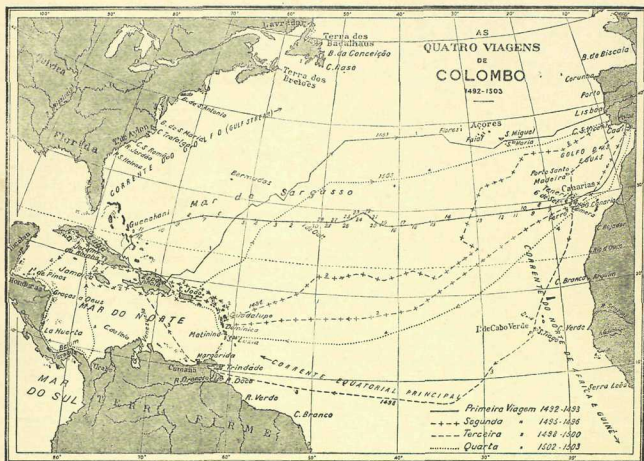
(149) Frutuoso, nas *Saudades da Terra*, pretende ter sido em 1486, data que não concorda com a relação cronológica da vida de Colombo.

(150) C. F. Duro, *La tradicion de Alonso Sanchez de Huelva*, no Boletim da Real Academia de Historia, de Madrid, Vol. XXI, 1892; D. José Ferrer de Couto, *Colon y Alonso Sanchez*, Madrid, 1857.

(151) Acosta, 1590 — *Historia natural y moral de las Indias*, Livro I, Cap. XIX: *"Porque pues assi sucedio en el descubrimiento de nostro tiempo quando aquel marinero (cuyo nombre aun no sabemos, para que negocio tan grande no se attribuya a otro autor sino a Dios) aviendo por un terrible importuno temporal reconocido el nuevo mundo, dexo per paga del buen hospedage a Christobal Colon la noticia de cosa tan grande."*

lagem de Colombo: um genovês estabelecido no Funchal, que pintava cartas de marear e a quem legára, por gratidão, o roteiro da nova terra.

O historiador Henry Vignaud passa em revista, com a habitual e rigorosa minúcia, as fontes espanholas do episódio do pilôto da Madeira (152), sem conseguir apurar uma versão com visos de autenticidade indiscutível, o que não obsta a que persista na convicção da sua veracidade, como única explicação da fraude posterior das cartas de Toscanelli.

Preferimos aceitar a versão plausível de Fernando Colombo, que no Cap. IX das *Historie*

referindo-se à passagem de Oviedo, rectifica-a, declarando que foi Vicente Dias, um português de Tavira, regressando da Guiné à Terceira, com escala pela Madeira, quem contára a Colombo ter avistado uma ilha no rumo do poente, para onde o vento lhe impelira, durante dias, o navio.

Colombo não procura ocultar as informações portuguesas que recolhêra sôbre a existência das terras ocidentais. Não só as encontramos mencionadas em seus biógrafos, como no *Diario*, quando ancorado em Gomera, nas Canárias, Colombo recorda que um homem viéra da Madeira, em 1484, pedir ao rei de Portugal uma caravela, para descobrir uma ilha que descobrira e que jurava ver cada ano, sempre na mesma direcção. Esta bem póde ser a origem da lenda do pilôto, acrescentada pelos tripulantes da expedição com a notícia do misterioso portulano—¿o de Toscanelli?—por que se guiava Colombo e cuja procedência nunca revelára aos próprios Pinzon.

Esta singela fórmula de interpretação tem a vantagem de apoiar-se nos factos incontroversos e de conciliar as palavras tam significativas de Las Casas: «*esto, al ménos, me parece que sin alguna duda podemos creer: que ó por esta occasión, ó por las otras, ó por parte dellas, ó por todas juntas, cuando él se determino, tan cierto iba de descubrir lo que descubrio y hallar lo que halló, como si*

(152) *Toscanelli and Columbus*, Cap. V.

dentro de una cámara, con su propria llave, lo tuviera...» (153), com a arguição feita a Colombo, pelo fiscal da Coroa de Espanha, no decurso da demanda de D. Diogo, de haver o almirante descoberto o que já lhe era conhecido e lhe fôra revelado (154). Não é preciso incluir no longo inventário da preparação portuguesa no plano colombino o depoïmento do pilôto de Cascais ou de Huelva, falecido nos braços de Colombo, para se concluir que o descobrimento da América teve por bussola, na viagem imortal, a experiência náutica portuguesa.

¡Não acusemos Colombo por isso! Antes veneremos na sua glória a paternidade portuguesa do grande feito. A história acaba sempre repudiando o êrro e a injustiça. Muito embora do mar em que êle navega os Portugueses hajam, de há muito, afugentado os lendários terrores; muito embora o guie a sciência náutica de Portugal, que transformou o tecelão num almirante; muito embora sejam portuguesas as fontes em que se inspirou e onde colheu a convicção do êxito,—admiremos a fé sublime,! tam portuguesa também! que impele as três pequenas naves, de cem, cincoenta e quarenta toneladas, pelas solidões imensas dos mares. Olhe-se o planisfério; meça-se a longura da derrota, onde não há uma escala, um ponto de socorro, e associemo-nos à admiração universal que circunda êste crente. Certamente, êle caminha inspirado por um êrro. O que êle pensa ir descobrir é a opulenta civilização de Cathay e Cypango. Mas não é a primeira vez que, perseguindo uma ilusão, se alcança uma realidade. O destino condú-lo, sem que o suspeite e jámais o saiba, a um continente novo, a uma dessas massas continentais, entrevistas pelo génio de Cícero e de Séneca, pela reflexão de Macróbio, pela sciência de Estrabão e de Aristóteles. Admiremos em Colombo um dos gloriosos discípulos da escola náutica portuguesa. Sem a sombra de uma dúvida, êle não é um santo. Tanto como a fé o conduz a ambição. O contrato que firmou dá-lhe a jurisdição de governador das terras descobertas, nomeia-o almirante do Atlântico ocidental e garante-lhe quinhão considerável na partilha dos lucros fabulosos. Como se fôra pouco, Colombo ainda extorque por avidez a um pobre marinheiro as alvíçaras, prometidas pelos reis ao primeiro que enxergásse a terra procurada! A sua conduta não tem, não podia ter, a grandiosa solenidade, o desinterêsse patriótico de um D. Francisco de Almeida, de um Duarte Pacheco, de um Pedro Álvares Cabral, de um Afonso de Albuquerque, de um D. João de Castro. Logo, à míngua de ouro, se apodéra de criaturas humanas e inicia a escravatura na América. O sangue corre logo no primeiro contacto dos civilizados com os bárbaros. Empolga-o a cobiça do metal precioso. As páginas do seu *Diário* empalidecem no confronto com a narrativa do escrivão Caminha. Não esqueçamos, porém, que a sua fortuna —¡tam breve!—era o resultado de uma obstinação formidável, de uma luta emocionante contra a desventura, de incalculáveis vicissitudes e sacrifícios. Êle, realmente, inaugura uma nova éra na história da humanidade. É um escolhido do Destino. Veneremos a sua memória e vejamos na sua façanha um novo certificado da sciência náutica lusitana, pois era ela que ia ao leme da *Santa Maria*, da *Pinta* e da *Niña*, guiando os nautas sôbre os abismos oceânicos e conduzindo-os à imortalidade...

A caravela de Colombo. **Fac-simile de uma gravura em madeira de 1493, da edição da** ***Epistola Christovi Colon: cui etas nostra multo debet: de Insulis Indic supra Gangem nuper inventis...,*** **dirigida a Rafael Sanchez, tesoureiro do rei D. Fernando, de Castela, e traduzida para o latim por Leandro de Cosco.**

Acabou por se reconhecer que aquelas Antílias, aonde fôra Colombo, faziam parte de um novo continente. A prioridade dêsse conhecimento é uma das maiores glórias da gente lusitana, herdada por sua descendência na América. Apagada a denominação sobreposta e errónea de Índias Ocidentais, reapareceu e sobreviveu a nomenclatura cartográfica, com que sempre as designaram os Portugueses.

(153) Op. cit. pág. 106.

(154) Navarrete, *Colec. Viages*, etc., Vol. III, *Probanzas del Fiscal.*

Mas não só no arquipélago, onde Colombo desfraldou o estandarte de Castela e Aragão, ficou o nome da Antília, afixado como uma reivindicação. No extrêmo norte, o do Lavrador; no extrêmo sul, o de Magalhães — são marcos eternos que atestam a lide dos nautas lusitanos, antepassados dos Brasileiros, pelos mares americanos. Enquanto êsses nomes perdurarem como sentinelas da glória de Portugal nos dois hemisférios, e, pelo grandioso espaço de seis mil e seiscentos quilómetros de litorais do Novo Mundo, um gigantesco império de nome português mantiver entre os povos da terra, como sua língua, o mesmo idioma em que rezou Nun'Alvares e escreveu Luís de Camões, será impossível excluir os descobrimentos da América do ciclo épico das navegações portuguesas, em que se integra o próprio Colombo, discípulo daquela escola náutica de onde saíram os reveladores das regiões incógnitas da terra (155).

O PROJECTO TOSCANELLI-COLOMBO, RENOVADO POR MONETÁRIO.

ATADA de 14 de Julho de 1493, (quatro meses e oito dias depois da chegada de Colombo a Lisboa, de regresso da expedição que partíra de Palos a 3 de Agosto do ano anterior, e quando ainda não havia disso sciência na Alemanha) a carta do dr. Jerónimo Münzmeister, de Nurembérgia, foi incorporada nas edições portuguesas do *Tratado da Esphera* (156), de Sacrobosco: volume de 40 páginas, ornadas de 32 tôscas gravuras, que constituïa o livro, por assim dizer escolar, dos marinheiros portugueses, resumindo elementarmente a sciência contemporânea da astronomia, segundo a concepção ptolomaica. Da primeira tradução portuguesa do original latino de Sacrobosco são conhecidas duas edições (exemplares de Mogúncia e de Évora), tendo o insigne matemático Pedro Nunes publicado uma terceira, aumentada com cinco capítulos, ou *tratados*, em 1537 (Lisboa, Germão Galharde, impressor). O confronto analítico das duas edições, a que procedeu Joaquim Bensaúde (157), revelou no exemplar de Évora evidente superioridade de conhecimentos e de método expositivo sôbre o exemplar de Mogúncia, o que permite assinalar, como anterior à de Évora, esta edição, que Hartig já considera, «pelo aspecto e conteúdo», uma reimpressão mal cuidada, denunciadora de um trabalho urgente. Que o exemplar português do *Tratado da Esphera* da biblioteca bávara, impresso em Lisboa por Herman de Campos, seja anterior a 1512, e que a data, fixada por Luciano Cordeiro para o exemplar de Évora (1519-20) pareça incerta e possa ser antecipada com verosimilhança, são circunstâncias que nada influem na significação histórica que assume a incorporação, nas duas edições do *Tratado*, da carta de Monetário (158).

¿ Quais podiam ser os motivos que aconselharam a inclusão dêsse documento em um livro oficial, destinado ao ensino rudimentar da astronomia, aplicada à navegação?

Na data provável em que a missíva do dr. Monetário foi incluìda pela primeira vez no *Tratado da Esphera*, «*tirada de lati en liguajen por mestre alvaro da torre mestre em theologia da ordem de sam domingos pregador do dicto senhor rey*», a pretenção colombina do descobrimento dos arquipélagos asiáticos não sofrêra ainda uma solene e universal contestação. D. João II morrêra a 25 de Outubro de 1495. O Tratado de Tordesilhas fôra assinado a 7 de Junho do ano anterior, instituindo o meridiano de demarcação, que abandonava definitivamente e baldadamente à Espanha o caminho da Índia

(155) Principais trabalhos do historiador Henry Vignaud, dedicados à questão da correspondência toscaneliana: *La lettre et la carte de Toscanelli*, Paris, 1901; *Mémoire sur l'authenticité de la lettre de Toscanelli de 25 Juin 1874*, apresentada ao Congresso Internacional dos Americanistas, precedida das respostas a G. Uzielli, Hermann Wagner e L. Gallois, Paris, 1902; *Toscanelli and Columbus*, Londres, 1902; *Idem*, Cartas a Sir Clements R. Markham e a C. Raymond Beazley, Londres, 1903; *Idem*, Carta de Sir Clements R. Markham e resposta, Londres, 1903; *La route de Indes et les indications que Toscanelli aurait fournies à Colomb*, carta ao dr. Jules Mees e dr. Sophus Ruge, Paris, 1903, *Sophus Ruge et ses vues sur Colomb*, no «Journal de la Société des Américanistes», vol. III, n.º I; *Histoire Critique de la grande entreprise de Colomb*, Paris, 1911.

(156) «*Tractado da Sphera do mundo tyrada de latim em li/guoagem com ha carta que hun grande doutor ale/man mandou ao rey de purtugall dom Joham el segudo*». (Incunábulo da Biblioteca Real de Munich), «*impresso em ha cidade de Lixboa por hermão de Campos com gracia e priuilegio*»...

A última inscrição do incunábulo da Biblioteca Real de Mogúncia está incompleta por motivo da deterioração no papel do frontispício, e foi reconstituida pelo períto em incunábulos ibéricos, Conrad Haebler.

(157) *l'Astronomie Nautique au Portugal*, etc. Bern, 1912.

(158) No seu estudo sôbre *As Tábuas nauticas portuguesas e o Almanach Perpetuum de Zacuto*, publicado no *Vol. IX do Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa, o dr. Luciano Pereira da Silva fixa o ano de* 1517 como o da impressão do Regimento de Évora.

pelo Ocidente. Pretendeu-se fazer acreditar que D. João II, nesse acôrdo, que é uma obra prima de sagacidade, suficiente para revelar a consumada sciência política do maior monarca de Portugal, foi vencido. Apreciada a solução com quatrocentos e vinte e seis anos de intervalo, êsse juízo erróneo tem um aspecto de pálida veracidade. Mas não é com o critério actual do valor da América que póde emitir-se opinião sôbre um documento do fim do século XV. Em 1494, Vasco da Gama não partíra para a Índia; Cristóvão Colombo ainda proclamava *urbi et orbi* que as caravelas e os galeões espanhois navegavam nas águas de Cypango e Cathay, nas proximidades das regiões dos aromáticos e das especiarias. D. João II sabia, porém, que o caminho da Índia, desde a viagem marítima de Bartolomeu Dias (1487-88) e da viagem terrestre de Pero da Covilhã, estava achado pelo Oriente, e teria motivos para calcular que entre a Espanha e o seu objectivo ambicioso se intercalavam a Ocidente terras extensas. O fito económico e político dos descobrimentos era a Índia, só a Índia. Terras novas e imensas já Portugal descobríra e submetêra ao seu domínio na África. Eram o Oriente das especiarias, a civilização e a riqueza asiáticas, o manancial da fortuna veneziana, as terras opulentas aonde já Salomão mandára buscar as pérolas e as sêdas, que a Espanha e Portugal procuravam, em competição, atingir. D. João II, abandonando à Espanha o falso caminho do Ocidente, reconquistára o monopólio da róta do Oriente. Fôra uma grande vitória diplomática. A carta do dr. Monetário, incluìda no *Tratado da Esphera*, proclama que Portugal desistiu consciente e voluntáriamente de ir à Índia, navegando no hemisfério norte para o poente. ¿Porque desistiu? ¿Porque, três vezes, que se saiba, opôs objecções a um plano, apresentado sucessivamente por Toscanelli (1474), por Colombo (1484), e por Monetário (1493)? Da primeira e segunda vez, ainda se poderia, com o desconhecimento dos factos e indícios averiguados, explicar a recusa pelo temor de avançar demais pelo mar dentro — e já se mostrou o que vale e que crédito póde merecer esta mesquinha interpretação, que profana as memórias de uma legião de herois e de sábios. ¿Mas como explicar a terceira recusa, quando já Colombo regressára triunfante, das ilhas maravilhosas, onde encontrára... canibais, e que êle afiançava, convictamente, serem as ilhas anteriores e adjacentes à opulenta Cypango, de Marco Polo?

O TERCEIRO REPÚDIO PORTUGUÊS DO PLANO DE IR À ÍNDIA PELO OCIDENTE.

Em 1474, no preciso momento em que D. João, ainda em vida do pai, idealista e cavalheiresco, assume a administração colonial do reino, quando Toscanelli aconselha a róta do Ocidente para as Índias, nenhum obstáculo, nem mesmo a próxima guerra com Castela, embaraçava êsse empreendimento. ?Porque não é executado? As vantagens pareciam imensas: ¡quási metade do caminho! ¡economia enorme de custo e de tempo! Colombo baseava-se sôbre a distância calculada em 1.150 léguas entre as Canárias e Cypango, ou 1.350 léguas de Lisboa, ou 950 léguas dos Açôres (159). ¡Era aos navegadores que tinham percorrido os 2.833 quilómetros que separam o estuário do Tejo da ilha de S. Tiago de Cabo Verde, que se atribuìa o temor de navegar em linha recta as 950 léguas que, no mapa de Toscanelli, separavam os Açôres de Cathay! O argumento é de insólita ridicularia, principalmente quando nos lembramos de que, em 1488, Bartolomeu Dias atingiu o Cabo da Boa Esperança (quatro anos antes da expedição de Colombo), a 7.896 quilómetros de Lisboa.

Mas se não foi o temor do Atlântico, ¿podia ter sido o receio de Castela? A situação financeira e naval da Espanha, em 1492, póde aferir-se por estes factos incontroversos: O tesouro real estava vasio. Luis de Sant'Angel adiantára à Rainha 5.300 ducados para o armamento da fróta de Colombo. Martín Alonso Pinzon auxiliára com a sua influência o equipamento da expedição. A esquadra que ia, com a

Seguese a carta q̃ enuiou Hieronimo monetero doutor alemã da cidade de norũberga em Alemanha ao serenissimo Rey dõ Johã ho segũdo de portugal. Sobre ho descobrimẽto do mar Oceano e prouinçia do gram Cam de Catay tyrada de latim em lingoagem por mestre Aluaro da torre mestre em theologia da ordem de sam domingos pregador do dito senhor Rey.:.·

AO serenissimo e inuictissimo. Johãne Rey de portugal e dos algarues e da mauritania maritima: e inuentor primeyro das ylhas fortunadas Canarias da madeyra e dos açores. Hieronimo monetario doutor alemã muy humildosamente se encomenda. Porq̃ atee que este louuor recebeste do serenissimo Infante dõ An

(159) Admitindo, com a maioria dos matemáticos e geógrafos, que as milhas do mapa de Toscanelli eram de medida romana, de 1.480 metros, cada légua é composta de 4 milhas. A distância dos Açôres a Cathay seria, pois, calculada em 3.800 milhas de 1.480 metros, ou 5.624 quilómetros.

A questão matemática do roteiro de Toscanelli, de todas as que se prendem a êste problema histórico, é a que maior número de opiniões divergentes tem suscitado no campo da sciência geográfica. Nesta contenda scien-

rique teu tio que nũca perdoaste a trabalho nem despesas pera
descobrir a redondeza das terras ⁊ pera tua industria fezeste tri
butarios atee os pouos maritimos da Ethiopia ⁊ ho mar de
Guine atee ho tropico de Capricorno cõ suas mercadurias:
assi como Ouro Grãos de parayso. Pimenta Escrauos ⁊ ou
tras cousas. Com ho qual ingenho ganhaste pera ty louuor
immortalidade ⁊ gloria. ⁊ tambem muy gram proueyto. E nam
he duuida que embreue tempo os de Ethiopia quasi bestas em
semelhança humana alienados do culto diuino dispã per; tua
industria sua bestialidade ⁊ venham a guardar a religiam catho
lica. Considerando estas cousas. Maximiliano inuictissymo
Rey de Romanos quis conuidar tua magestade a buscar a ter
ra oriental de catay muy rica porque Aristoteles confessa em
fim do liuro segundo de celo et mundo. E tambẽ Seneca no qn
to liuro dos naturaes ⁊ Pedro de aliaco cardeal muy letrado
na sua ydade ⁊ outros muytos varões esclarecidos cõfessam
diguo ho principio do oriente habitauel: ser achegado asaz ao
fim do occidẽte abitauel sam sinaes os elefantes que a muytos
aqui nestes dous lugares. ⁊ tambẽ as canas que a tormenta lã
ça da praya do oriente as prayas das ilhas dos açores. Sã
tambẽ infindos: porq̃ assy ho diga: muy certos argumẽtos: pol
los q̃es demõstratiuos se proua aquella maar em poucos dias
nauegarse contra Catay oriẽtal ⁊ nõ se trouue Alfragano ⁊
outros sem speriẽcia os q̃es diserã soomente hũa quarta parte
da terra estar descuberta ao maar: ⁊ a terra segũdo as tres suas
partes estar alagada sob ho mar porque nas cousas que perten
cem a habitaçam da terra: mays se a de creer a esperiencia ⁊
as prouauees estorias que as ymaginações fantasticas. Por
que certo sabeys que muytos autorizados astronomos: ne
garom ser alguũa habitaçam debayxo dos tropicos ⁊ equi
nocios. As quaes cousas tu achaste serem vãs ⁊ falsas per tua
experiencia. Nam seja duuida que a terra nam esta alagua
da sob ho mar: mays pello contrayro ho maar esta inmerso.
Maginda a redondeza orbicular della. Abondam tambem

bandeira de Espanha, fundear nos portos de Cathay oriental, compunha-se de três pequenos navios, somando cento e noventa toneladas, só um dos quais com coberta inteira, e os outros dois com coberta de proa e pôpa. A tripulação difícilmente recrutada, compunha-se de 120 homens. Colombo comandava a *Santa Maria*; Martín Alonso Pinzon a *Pinta*, levando por pilôto o irmão, Francisco Martín; e, finalmente, Vicente Yañez Pinzon era o comandante da *Niña*. Com propriedade se lhe poderia chamar a expedição dos Pinzon. Os riscos que êles corriam não devem aquilatar-se de menores que os de Colombo, e, embora tivessem contribuido com a sua influência no equipamento da fróta, do êxito da aventura não podiam esperar nem honras nem glórias. Estas todas iriam para o genovês que ensaiava por conta alheia e benefício próprio o plano de Toscanelli, considerado inviável pela nação, onde êle, Colombo, aprendêra experimentalmente tudo o que sabia... Esta Espanha, que assim modestamente se estreiava nas longínquas descobertas, e que só um século mais tarde reuniria os cento e trinta navios da Invencível Armada, não podia infundir temor ao grande político sôbre cuja cabeça genial assentava a coroa portuguesa. Êle sempre mostrára, com energia terrivel, e até sanguinária, que sabia querer, impor e mandar. Na hora em que Colombo, «recebido triunfalmente em Bar-

tífica tomaram parte, entre muitos outros, Humboldt, Peschel, Ruge, Uzielli, D'Avezac, Hermann Wagner e Henry Vignaud.

A carta de Toscanelli, traçada para exemplificar o seu projecto de atingir o oriente pelo ocidente, abrangia o espaço compreendido desde as extremidades ocidentais da Europa e da Africa, (da Irlanda à Guiné) até às fimbrias orientais da Ásia, com todas as ilhas que se encontram no espaço intermediário. A distância de Lisboa a Quinsay achava-se dividida em 26 espaços, cada um dêles de 250 milhas, «*la qual ciudad es, en la provincia de Mango, vecina de la ciudad del Catayo... De la isla de Antil, la que vosotros llamais de Siete Ciudades, de la qual tenemos noticia, hasta la nobilissima isla de Cipango hay 10 espacios que son 2500 milhas, es a saber 625 leguas*».

Começou-se por discutir preliminarmente se o mapa era em meridianos paralelos entre si ou convergentes. Na reconstituição de Peschel, actualmente condenada, a projecção adoptada é trapeziforme, com meridianos convergentes. D'Avezac filiou-se na opinião de Peschel. Uzielli, o erudíto autor do estudo sôbre Toscanelli, na *Raccolta Colombiana*, e Hermann Wagner, consideram o mapa como um portulano: o primeiro que jámais se traçára em projecção plana graduada, com meridianos e paralelos, interceptados em ângulos rectos: «*las rayas derechas que estan en luengo en la dicha carta amuestran la distancia que es de Poniente á Levante, las otras que son de través amuestran la distancia que es de Septentrion en Austro*». É o próprio Toscanelli que lhe chama «*Carta semejante a aquellas que se hacen para navegar*».

De Lisboa a Quinsay contavam-se, como ficou dito, 26 espaços de 250 milhas cada um, equivalentes a «*quasi la tercera parte de la esfera*». Logo aqui apareceu matéria para controvérsia. Quis-se erradamente deduzir que o mapa total do globo deveria compreender 78 espaços (3×26) de 250 milhas cada um — 19.500 milhas, com os quais não poderia obter-se uma divisão inteira dos 360º da circunferência do globo. Mas Toscanelli não diz que os 26 espaços são, exactamente, a terça parte da circunferência, mas «*cuasi la tercera parte*». Vignaud admite, com H. Wagner, que Toscanelli dividia o círculo máximo equatorial em 72 (e não 78) espaços de 5º cada um, que perfazem os 360 graus. A êste resultado se chega pela análise da carta a Fernão Roriz, pois o cálculo da distância entre os dois continentes dá unicamente 130 graus. Behaim, no seu globo, representa o mesmo espaço em 130 graus, como, aliás, também Ruysch, em 1507. Outros problemas se originam e sucedem. Admitindo que a concepção cosmográfica de Toscanelli compreende 72 espaços de 5º (cada grau de 50 milhas), falta apurar a medida do grau de Toscanelli. Cada espaço é de 250 milhas, diz a carta, de onde se conclui que o grau é de 50 milhas em um paralelo ao

a ty as abaſtáças ⁊ riquezas. ⁊ fama ty marinheyros muy ſabios os q̃es aſſy meſmo deſejã gaynhar immortalidade ⁊ gl'ia. O quanta gloria alcançaras ſe fezeras ho oriẽte habitauel ſer conhecido ao teu oeidente: ⁊ tambem quanto proueyto os comercios te daram: Que mays faras as ilhas do oriente tributarias: ⁊ muytas vezes os Reys marauilhados ſe ſogigarã muy leuemente ao teu ſenhorio. Ja te louuam por grande principe os Alemãos ⁊ Jtalicos ⁊ os Rutanos. Apolonios ſcitos os que moram debayxo da Seca eſtrella do pollo artico. Com ho grande duque de Moſcauia: que nã ha muytos annos que debayxo da ſequedade da dita eſtrella foy nouamente ſabida a grande Jlha de Grulanda: que corre por coſta trezentas leguoas: na qual a grandiſima habitaçam de gente do dito ſenhorio do dito ſenhor duque. Mays ſe eſta eſpediçam acabares aleuãtarteam em louuores como deos. ou outro Hercules ⁊ teeras tambem ſe te aprez pera eſte caminho por companheyro deputado do noſſo rey Maximiliano ho ſenhor martinho boemio ſingularmente pera eſto acabar. ⁊ outros muytos marinheyros ſabedores que nauegaram ha largura do mar. tomando caminho das ylhas dos açores per ſua induſtria per quadrante chilindro ⁊ aſtrolabio ⁊ outros ingenhos onde nem frio nem calma os anojara. ⁊ mays nauegaram a praya oriental ſob hũa temperança muy temperada do aar: ⁊ do mar muytos infindos argumentos ſam pellos quaes tua mageſtade pode ſer eſtimada. Mays que aproueyta eſporear a quem corre. E tu meſmo es tal que todallas couſas com tua induſtria: atee a vnha examinas. E por tanto eſcreuer muytas couſas deſta couſa he impedir a quem corre que nam achegue ao cabo. Ho todo poderoſo conſerue a ti em teu propoſito ⁊ acabado ho caminho do mar d' teus caualleyros ſejas celebrado cõ immortalidade. Vale de Norũberga villa de alta Alemanha a quatorze de Julho. ſalutis de mil ⁊ quatrocentos ⁊ nouenta ⁊ tres annos.

Carta do Dr. Jerónimo Monetário, (Münzmeister) de Nurembérgia, dirigida ao rei D. João II de Portugal, datada de 14 de Julho de 1493, e publicada no *Tratado da Esphera* (exemplar de Évora).

celona» (160), com veemente orgulho exibia os troféus mesquinhos da expedição, reduzidos a algumas aves exóticas e a alguns *índios* escravisados, a Espanha estava empenhada numa grande luta com a França, por um grave litígio de fronteiras. Em 1493, quando Behaim regressa a Portugal, depois de uma ausência de três anos na Alemanha, portador da carta do Dr. Monetário a D. João II, datada de 14 de Julho, na qual o sábio recomenda ao rei uma viagem para oeste (seis anos depois da expedição de Bartolomeu Dias e 19 após a carta idêntica de Paulo Toscanelli), êle trás implicitamente à Coroa portuguesa o convite, o apoio e a aliança de Maximiliano, imperador do Sacro Império Romano, pai do futuro rei de Castela e Aragão, Filipe de Brabante, casado em 1496 com Joana de Aragão, filha de Fernando e Isabel, e de cujo casamento nasceria o grande Carlos V, imperador da Alemanha e rei de Espanha.

Passára o tempo em que um rei imprudente e idealista, último representante da dinastia mística da Tavola Redonda, perdia a batalha de Toro. Uma única causa explica e justifica a regeição por Portugal do plano de Toscanelli-Colombo-Monetário: o conhecimento experimental da sua inviabilidade. Para chegar a êste resultado, para atingir esta convicção, era indispensável sondar o Atlântico para o ocidente. Isto fizera-se.

Desde que, em 1474, o príncipe D. João assume a administração colonial, no mesmo ano em que Toscanelli escreve a carta ao cónego da Sé de Lisboa, as navegações para o poente, de iniciativa particular, recomeçam.

Sem que precisemos de proceder a novas indagações — que seriam apenas de interêsse aces-

N. do trópico de Cancer. Uzielli, atribuindo ao grau equatorial a medida de $67\frac{2}{3}$ milhas, (fundado em apontamentos do próprio Toscanelli) obtem a representação do grau de 50 milhas no paralelo de Lisboa. Entretanto, a milha de $67\frac{2}{3}$ ao grau era uma medida essencialmente florentina, não sendo crível que com ela compuzesse Toscanelli um mapa, destinado aos marinheiros portugueses... Os geógrafos chegaram, porém, a um entendimento. Concordou-se em que as milhas deviam ser romanas. 50 milhas por grau no 40º ou 41º paralelo (latitude em que era colocada Lisboa) produzem, assim, 74 000 metros, e no grau equatorial de $67\frac{2}{3}$ milhas, $100.146\frac{2}{3}$ metros. Na realidade, o grau equatorial mede 111,277,5 metros e no quadragésimo paralelo 85.357,7 metros. Chega-se à conclusão de que, no paralelo de Lisboa, a circunferência terrestre era, pelo cálculo toscaneliano, de 26.640 quilómetros. O argumento mais forte contra a hipótese da milha florentina consiste em que cada grau corresponderia a 111.927 metros, ou seja um total de 40.293.720 metros para a circunferência máxima da terra: 285.220 metros mais do que na realidade: Ora, a concepção toscaneliana, como a de Monetário, reduzia e não ampliava a circunferência do globo; e êsse resultado só se obtem com a adopção das milhas romanas

A vantagem do caminho por ocidente era demonstrada por êste modo:

De Lisboa a Quinsay pelo poente ... 130 graus (26 espaços)
De Lisboa a Quinsay pelo nascente.. 230 graus (46 espaços)

(160) ¡É com fundado receio que os historiadores hoje repetem a frase consagrada, pois que no *Dictário* da municipalidade de Barcelona, referente ao ano de 1493, nem a mais breve referência se encontra à recepção de Colombo!

sório neste trabalho — encontramos reünidos no volume comemorativo do quarto Centenário do descobrimento da América, *Alguns Documentos da Torre do Tombo,* os vestígios sobreviventes, e já aqui citados, dessas sondagens do Atlântico ocidental. Com a data de 28 de Janeiro de 1474, depara-se-nos, a páginas 38, a carta de D. Afonso V, fazendo doação a Fernão Teles das ilhas que achar pessoalmente ou por seus homens e navios no mar oceano, para as povoar, «*nom sendo porem as taaes ylhas nas partes da Guinee*», e declarando que o mesmo poderá haver as ilhas Foreiras, que adquiriu por contrato com Diogo de Teive, o qual, juntamente com seu pai, João de Teive, as descobríra havia pouco, (Livro das Ilhas, fl, 5 v.º). Logo a pág. 40, encontramos a carta de 10 de Novembro de 1475, ampliando a doação a Fernão Teles, «*governador e mordomo moor da princesa minha muyto amada e prezada filha, de quaesquer ylhas, que achar per ssy e per seus navios ou homens, que a ysso mande ou que per elle as vaão buscar, com tanto que nom seiam em os mares de Guinea, segundo mays compridamente he comtheudo em a dita carta. E porque em a dita carta nom declara de ylhas despovoadas, e que o dito Fernam Telles per ssy ou per outrem mande povoar, e poderia ser que, em elle as assy mandando buscar, seus navyos ou jente achariam as Sete Cidades ou alguuas outras ylhas poboadas, que ao presente nom som navegadas... eu declaro per esta mynha carta... que me praaz que aja em ellas todo aquelle senhorio e sopreolidade e poder em os moradores, e pera elles aquelles mesmos privillegios e liberdades, que per a dita carta pera os moradores das outras ylhas dey*», *etc...*

¿Dever-se há entrever nos termos da doação a lição de viagens anteriores ou a influência da concepção toscaneliana? A experiência demonstrára serem desertas *todas* as ilhas até ali achadas no rumo do ocidente. A generalização do facto experimental levára a considerar despovoadas as ilhas que demorassem no mesmo rumo, perdidas no Atlântico. Mas a tése de Toscanelli faz admitir o descobrimento das ilhas habitadas, a oeste: presumívelmente; as terras da Groenlândia, que figuravam no mapa catalão de 1375, às quais se refere a epístola de Monetário: «*a grande Ilha da Grulanda, que corre por costa ccc leguoas, na quall ha grandissima habitaçam de gente*», e a misteriosa Antília, onde a tradição localizava, segundo se depreende da carta de Toscanelli, as lendárias Sete Cidades.

Esta carta de doação tem um valor histórico documental e interpretativo considerável. Seria pueril admitir que D. Afonso V cercásse de tantos resguardos um assunto alheio à realidade e legislasse sôbre êle com tanta minúcia, e absurdo supor que a um homem de tam alta estirpe, que o soberano confessa «*tem fectos a mym em os ditos meus regnos tantos e tão assynados servyços*» se concedessem privilégios em terras que se presumisse não existirem ou aonde êle não diligenciasse mandar seus navios. O contrário, porém, se consigna nesta passagem da carta: «*por o dito Fernam Telles teer vontade de as mandar buscar e descobrir, e cuydar que de serem achadas podiam vyr gramdes proveytos a meus regnos*».

É positivo que se procuram na imensidade dos mares as terras e ilhas incógnitas e povoadas do Ocidente — que haveriam de chamar-se, um dia, a América.

COMO A SCIÊNCIA ALEMÃ REPETE, COM ATRASO DE 19 ANOS, A CONCEPÇÃO DE TOSCANELLI.

EM 1480, num dos artigos do tratado, celebrado por D. Afonso V com Fernando e Isabel, em Toledo, aos 6 de Março, Portugal cede as ilhas Canárias à Espanha, e obtem em troca das ilhas sáfaras o reconhecimento da «*posesion casi posesion en que estan en todos los tratos, tierras, rrescates de Gujnea, con sus minas de oro, e qualesquier otras yslas, costas, tierras, descubiertas & por descobrir, falladas & por fallar, yslas de la Madera, Puerto Sancto, & Desierta, & todas las yslas de los Açores, Y islas de las Flores, e asy las islas de Cabo Verde, e todas las islas que agora tiene descubiertas, e qualesquier otras islas que se fallarem o conquirieren de las yslas de Canaria pera baxo contra Gujnea, porque todo lo que es fallado e se fallare, conquerir o descobierto finca a los dichos Rey e Principe de Portugal e sus reynos, tirando solamente las islas de Canaria, a saber, Lançarote, Palma, Fuerte Ventura, la Gomera, el Fierro, la Graciosa, la Gran Canaria, Tenerife...*»

Êste inventário sucinto do nascente império colonial português, em grande parte composto de ilhas espalhadas pela amplidão oceânica, como outras tantas esculcas, «postos de escala e de esperança», confirma a prioridade portuguesa no descobrimeuto e conquista das Canárias, e descerra-nos a visão

grandiosa do programa de D. João II. Os direitos sôbre as terras a descobrir são amplissimos. Não os negociaria Portugal em troca de outras concessões, outorgando o certo pelo incerto, se não correspondêsse a assinatura do tratado de Toledo ao periodo das grandes explorações do oceano. O herdeiro do trono mandava pesquisar o Atlântico, de nascente a poente. O seu guante de ferro já se fazia sentir no govêrno do Estado. Nesse mesmo ano de 1480, um mês depois da assinatura do tratado (6 d'Abril), é expedida ordem aos capitães dos navios, enviados à Guiné, para capturarem os navios estrangeiros que encontrassem fóra dos limites marcados nas estipulações da paz, e deitassem ao mar as tripulações (Chanc. de D. Afonso V, liv. 32º fl. 63), sem mais processo.

Depois do discípulo do Rei Artur, é o discípulo de Machiavelo que vai reger os destinos da nação. Rodeado pelos cavaleiros-cosmógrafos, formados na escola prática do Infante, no trono de Portugal está um gigante. A carta do Dr. Monetário, de que é portador Martinho da Bohémia, e escrita quando ainda na Alemanha se ignorava o regresso de Colombo, repete, depois de um arrebatado elogio ao soberano, o plano e os argumentos de Toscanelli (161). Ao passo, porém, que a exortação de Paulo del Poozo Toscanelli póde ser considerada apócrifa por um historiador da envergadura de Vignaud, a exortação de Hieronymus Münzer, de Nurembérgia (identificado por Schmeller desde 1848) está acima de todas as suspeitas. O Dr. Monetário visitou Portugal em 1494 e deixou uma descrição da viagem, em que refere as audiências que D. João II lhe concedeu em Évora, no decurso do mês de Novembro daquele ano (162). A sua carta quási que se poderia dizer que autentíca a anterior, mostrando que o plano toscaneliano era uma concepção verdadeiramente transcendental, fóra do alcance de um homem da elementar cultura de Colombo, e que constituïa assunto privativo das cogitações dos sábios.

Münzmeister é, em Nurembérgia, o equivalente de Toscanelli em Florença, e a sua missiva a D. João II, denunciando que a mesma ideia do florentino ocorrêra à escola alemã de Regiomontano, parece uma réplica da carta a Fernão Roriz. Em 14 de Julho de 1493, o sábio alemão e Martinho da Bohémia (que havia três anos estava na Alemanha) ignoravam a partida e o regresso de Colombo. O Dr. Monetário propõe ao rei de Portugal o mesmo projecto de Toscanelli, recorrendo aos mesmos argumentos, inspirados na leitura dos polígrafos medievais. Da comparação, já feita por Harrisse (163), das razões alegadas pelos sábios florentino e nuremberguês ressalta, manifesta, uma identidade quási absoluta, que permitiria a suspeita do conhecimento anterior da carta de Toscanelli por Martinho da Bohémia, — companheiro de Diogo Cão na segunda viagem à África, armado cavaleiro de Cristo por D. João II, genro do 1.º capitão donatário das ilhas do Faial e Pico, autor do globo em que escrevêra na legenda dos Açôres: *«para o poente está o mar chamado Oceano, onde tambem se navega para mais longe do que indica Ptolomeu»* e que é o portador da epístola de Monetário! Ambos se fundam na doutrina das mesmas autoridades: Aristóteles, Séneca, e o Cardeal Pierre d'Ailly, — que repete os argumentos de Rogério Bacon.

Como, porém, nenhumas relações jámais existiram entre o sábio Monetário e o cartógrafo Colombo, não é possível—para os que atribuem ao descobridor das Antilhas a falsificação do documento toscaneliano — atribuir-lhe qualquer sugestão próxima ou remota no convite, dirigido pelo sapiente alemão a D. João II, em nome do imperador Maximiliano. O confronto das duas cartas, de Toscanelli e de Monetário, demonstra, de modo insofismável, a identidade de opinião dos dois sábios, e a referência à Groenlândia indica claramente que o conhecimento das terras ocidentais não constituïa um mistério. Aos Portugueses coubéra, porventura, apurar que essas terras se prolongavam para o sul das regiões árticas, como a êles coube, em 1501, antes de mais ninguém, relacionarem geográficamente aquelas regiões com os territórios austrais, incluïdos na esfera de posse portuguesa, criada pelo Tratado de Tordesilhas.

É, precisamente, depois de se travar conhecimento com a carta do Dr. Monetário, que melhor póde ajuizar-se da autenticidade da carta de Toscanelli e recapitular as circunstâncias em que ela foi escrita. O cónego Fernão Roriz desempenhou junto do sábio de Florença a mesma acção de intermediário que Martinho da Bohémia junto do Dr. Monetário, com a única diferença de que, desta vez, já não é o rei que solicita a consulta. Essa solicitação, todavia, justificava-se plenamente em 1474.

(161) Cf. Joaquim Bensaúde, *L'Astronomie Nautique au Portugal*, págs. 182 a 195.

(162) *Kunstmann Hieronymus Münzer, Bericht über die Entdeckung der Guinea, mit emleitender Erklärung,* pelo Dr. F. Kunstmann. Abhandlung der Akademie der Wissenschaften, München. Historiche Classe. Tomo 7 (1855), págs. 289 a 362.

(163) Harrisse, *Christophe Colomb devant l'Histoire*, a pág. 51.

Introdução

FUNDAMENTO DAS CARTAS DE TOSCANELLI E MONETÁRIO.

FAMA de Paolo del Pozzo Toscanelli espalhára-se por tôda a Itália, onde Portugal mantinha as mais estreitas relações políticas, comerciais e eclesiásticas. Na Atenas italiana, o discípulo do famoso Brunelleschi, o construtor do gnomon da catedral de Florença, que corrígira os pontos solsticiais, as variações da eclíptica e as Tábuas Afonsinas, passava por ser o mais sábio geógrafo do seu tempo, aquele que maior número de informações recolhêra sôbre o Oriente asiático: mira dos planos marítimos portugueses. ¿ Porque mandára D. Afonso V consultar Toscanelli? Porque Florença, no século XV, era uma das sédes do comércio oriental, aonde afluiam, atraídos pelos empreendimentos comerciais e financeiros dos Médicis, os mercadores que voltavam das longínquas regiões orientais. Landino, contemporâneo de Toscanelli, comentador de Vergílio e tradutor de Plínio, mostra-nos o bibliotecário florentino interrogando os estrangeiros que habitavam o bairro de Tanaïs, *qui circa initia Tanaïs habitant*, ávido de colhêr notícias sôbre os impérios da Ásia (*164*). O seu projecto de procurar pelo poente um caminho mais curto para as terras das especiarias é uma concepção tam lógica e racional, que só a suspeita das terras que se interpunham a oeste póde explicar cabalmente a relutância portuguesa em aceitá-lo. Foi preciso que a ignorância de Colombo confundisse as ilhas ocidentais com os arquipélagos asiáticos, para que pudesse medir-se em tôda a grandesa a sciência náutica lusitana e revelarem-se os verídicos motivos que tinham determinado D. João II a recusar os serviços do genovês...

Foram as informações portuguesas das terras entrevistas e doadas no Atlântico ocidental associadas ao conhecimento do projecto de Toscanelli, que impeliram Colombo à expedição temerária. Como Henry Harrisse mostrou no seu *Christoph Colomb devant l'Histoire* (165), as mesmas razões da carta de Toscanelli a Fernão Roriz são as que Colombo invoca, quinze anos depois, para decidir os Reis Católicos a executarem o seu projecto; e são essas razões as mesmas em que se funda o conselho do sapiente Monetário.

Os motivos que o induziram a aconselhar o rei de Portugal êle os enumera na sua carta, atestado de honra, passado pela sciência do Renascimento alemão à sciência náutica portuguesa, que dirigia as armadas lusitanas, ampliadoras do mundo, quando iam

«abrindo aquelles mares
Que geração alguma não abriu»

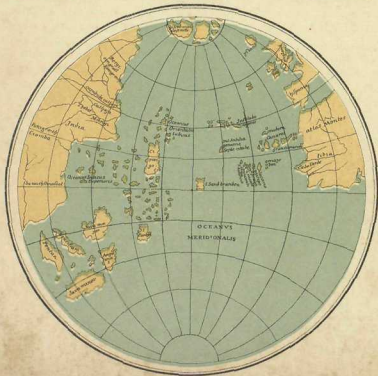
CARTA DO DR. MONETÁRIO (166)

CARTA DO DR. MONETÁRIO.

«Ao serenissimo e inuictissimo Johanne rey de purtugal e dos algarues e da mauritania maritima e inuemtor primiro das jlhas fortunadas canarias da madeira e dos açores. hieronimo moñtario, doutor alemã muy vmildosamente se encomenda. porque ate que este louuor reçebeste do serenissimo infante dõ anrrique teu tio que nunca perdoaste a trabalho nem despesas pera descobrir a redondeza das terras e pera tua industria fezeste tributarios ate os pouos maritimos da ethiopia e o mar de guineea atee ho tropico de capricorno com suas mercadurias. asy como ouro: granos de parayso, pimenta, escrauos e outras cousas com ho qual ingenho ganhaste pera ty louuor, immortalidade e gloria e tamben muy gram proueito. e nam he duuida que em breue tempo os de ethiopia quasi bestas em semelhança humana alienados do culto díuino, dispan per tua industria sua bestialidade e venham a guardar a religiam catholica. Considerando estas cousas **Maximiliano, inuitissimo rey de Romanos quis conuidar tua magestade a buscar a terra orientall de catay muy rica.** *porque Aristoteles confessa em fim do liuro segundo de celo e mundo. e tambem Seneca no quinto liuro dos naturaaes e pedro de aliaco cardeall muy letrado na sua jdade e outros muy muytos barões esclaresçidos confessam. diguo*

(164) Nos comentários das *Georgicas*, de Vergílio, (1520), Landino escreveu: «*Ego autem interfui quum Florentias illos Paulus physicus diligenter quaeque interrogaret*».

(165) A pág. 50, do IV capítulo, na edição de 1892, comemorativa do 4.º Centenário do descobrimento da América.

(166) Segundo o exemplar de Mogûncia, com supressão das abreviaturas e a ortografia do exemplar de Évora. (Transcrição de pág. 194 e 195 de *L'Astronomie Nautique*, de Joaquim Bensaúde).
A carta do Dr. Monetário foi diversas vezes publicada e anotada nas obras de historiadores contemporâneos. Cf. Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, Vol. I, a pág. 444; Henry Harrisse, *The Discovery of North America*, a págs. 393 a 395; Ravenstein, *Martin Behaim*, a pág. 113; Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, a pág. 234; Granert e Hartig, *Historisches Jahrbuch*, Vol. 29, tomo II.

Elementos da construção do globo de Martinho de Bohémia, extraídos da obra de E. G. Ravenstein, «Martin Behaim and its Globe», e referente a uma parte do Atlântico entre a Europa Ocidental, N. W. de África e as Antilhas.

Reducção do hemisfério do globo de Behaim, correspondente aos elementos acima, segundo o Atlas Kretschmer, de onde foi extraída a gravura.

ho principio do oriente abitauel seer achegado asaz ao fim do occidente auitauell: sam sinaes os elefantes que ha muytos aqui nestes dous lugares. e tambem as canas que ha tormenta lança da praya do oriente as prayas das jlhas dos açores. Sam tambem infinidos: porque asy ho diga: muy certos argumentos, pollos quaes demonstratiuos se proua **aquelle maar em poucos dias nauegarse contra catay orientall.** *e nom te trouue alfragano e outros sem esperiença. os quaes diserom soomente hua quarta parte da terra estar descuberta ao maar. e ha terra segudo as tres suas partes estar alagada sob ho maar. porque nas cousas que pertençem a habitaçam da terra mais se a de creer a esperiença e as prouaues estorias que as ymaginaçioões fantasticas. Porque certo sabes que muitos autorizados astronomos negarom ser alguma habitaçam debaixo dos tropicos e equinoçios. As quaes cousas tu achaste serem vaãs e falsas por tua esperiencia. nam seja duuida que a terra nam esta alagada sob ho mar: mais pello contrairo o maar estaa immerso. Et ainda a redondeza orbicular della. Abondam tambem a ty as abastanças e riquezas, e sam a ty marinheiros muy sabios os quaes a sy mesmo deseiam ganhar immortalidade e gloria. O quanta gloria alcançaras, se fezeres o oriente habitauell seer conhesçido ao teu ocçidente. e tambem quanto proueito os commercios te daram que mais faras as jlhas do oriente tributarias. e muytas vezes os reys marauilhados se sogigaram muy leuemente ao teu senhorio. Ja te louuam por grande principe os alemãos e jtalicos e os rutanos apolonios scithos, e os que moram debaixo da seca estrella do polo artico: con ho grande duque de moscauia. que nam ha muytos annos que debaixo da sequiedade da dicta estrella foy nouamente sabida a grande Ilha de grulanda, que corre por costa. ccc. leguoas. na quall ha grandissima habitaçam de gente do dicto senhorio do dicto senhor duque. Mais se esta espediçam acabares aleuantarteam em louuores como deus: ou outro Hercules. e teras tam ben se te apraz pera este caminho por companheiro* **deputado de nosso rey Maximiliano ho senhor martinho boemio singularmente pera esto acabar: e outros muy muytos marinheiros sabedores que nauegaram ha largura do maar** *tomando caminho das jlhas dos açores por sua industria per quadrante chilindro e astrolabio e outros jngenhos: onde nem frio nem calma os anojara e mais nauegaram a praya orientall sob huua temperança muy temperada do aar: e do maar. muytos jnfindos argumentos sam pellos quaes tua magestade pode seer estimada. Mais que aproueita esporear a quem corre. Et tu mesmo es tall: que todalas cousas com tua jndustria ate a vnha examinas. e portanto escreuer muytas cousas desta cousa he jmpedir a quem corre: que nam achegue ao cabo. ho todo poderoso conserue aty em teu proposito e acabado o caminho do maar de teus caualleiros sejas celebrado com jmmortalidade: vale. de numberga vila da alta alemanha a. 14. de julho: salutis de mill e quatroçentos e nouenta e tres annos.»*

A POLÍTICA DE MISTÉRIO APLICADA ÀS NEVEGAÇÕES PORTUGUESAS

DEMONSTRADA a política de mistério, aplicada sistemáticamente pela Coroa portuguesa à exploração das terras ocidentais, ter-se há transposto um dos maiores obstáculos erguidos até hoje perante os historiadores, que os têm impedido de abranger o panorama histórico do sucessivo e metódico reconhecimento do litoral americano pelas activas armadas de Portugal.

Essa política de sigillo inclui a viagem de Duarte Pacheco Pereira, em 1498; outras misteriosas explorações na América central, de que há vestígios no mapa de Cantino (167); a viagem de Pedro Álvares Cabral, em 1500; a expedição do comando, atribuído a André Gonçalves, (168) Gonçalo Coelho (169) ou D. Nuno Manuel (170), em 1501; a de Gonçalo Coelho, em 1503; a exploração das costas seten-

(167) Porventura identificáveis com a referida no *Esmeraldo*.

(168) Gaspar Correa, nas *Lendas da India*, a pág. 152 do Vol. I, depois de contar como André Gonçalves foi de Porto Seguro mandado a Lisboa com a nova do descobrimento, continúa: «*. . . tornou a El-Rey, e houve muyto prazer e logo armou nauios em que tornou a mandar André Gonçalues a descobrir esta terra, porque mandou experimentar o pao e acharam que fazia muy fina côr vermelha, com que logo fez contracto com mercadores que lhe comprarão o pao a peso, que foram carregar este brasil, de que houve grande trato . . .*»

(169) Lafiteau, na *Histoire des Conquêtes et Découvertes des Portugais*, a pág. 134 do Vol. I: «*Ayant appris peu de temps après la découverte du Brésil, par le retour du vaisseau, que Cabral avait depeché, il fit un autre armement de six vaisseaux sous la conduite de Gonsalvo Coelho, pour aller en prendre une plus ample connaissance et une possession plus assurée*».

Embora sob a rúbrica de 1501, Lafiteau, evidentemente, confunde com a de 1503 a expedição de 1501.

(170) Varnhagen, na sua *Historia Geral do Brasil*, (3.ª edição, revista por C. de Abreu), a pág. 128 do Vol. I: *A capitania da nova frotilha foi pelo rei D. Manuel, segundo as conjecturas mais admissiveis, confiada a um dos seus favorecidos, D. Nuno Manuel, ao depois guarda-mór e almotacé-mór da sua casa, irmão do seu camareiro-mór D. João Manuel, e ambos filhos de D. João, bispo da Guarda, e de Justa Rodrigues, ama que fôra do mesmo rei*».

trionais do Brasil, em cujos mares teriam navegado João Coelho e João de Lisboa (que deu o nome a um dos rios ao N. do Maranhão); e a viagem de 1514, a que se refere a narrativa do *Zeitung aus Bresilig Landt*, no decurso da qual João de Lisboa descobriu o estuário do Prata (171).

A exposição que vimos desenvolvendo admite a veracidade da expedição referida por Duarte Pacheco, no *Esmeraldo de Situ Orbis*, indispensável à compreensão do desvio intencional de Cabral, conduzindo lògicamente à forte presunção de um anterior conhecimento da existência das terras da América do Sul, que elucidaria as reivindicações de D. João II e tôda a sua política marítima. É êsse conjunto de acontecimentos que torna compreensível o enigma cartográfico do planisfério de Cantino; que permite explicar a concepção da unidade continental da América, (por Humboldt atribuída a um prodígio de adivinhação); e que nos coloca perante a hipótese surpreendente do conhecimento português pre-colombino das terras americanas, permitindo-nos entrever, talvez, os sólidos motivos que levaram Portugal a despresar os conselhos de Toscanelli e Monetário, a recusar os oferecimentos de Colombo e a perseverar com pertinácia na róta do Oriente, para alcançar as Índias.

FUNDAMENTOS DA INCREDULIDADE DO VISCONDE DE SANTAREM SOBRE AS VIAGENS DE VESPÚCIO

Os mesmos motivos que aconselharam os historiadores prudentes a suspeitarem da viagem de Duarte Pacheco (sem a qual esta página da história do mundo se apresenta ininteligível) impuseram-se ao Visconde de Santarem para duvidar das 3.ª e 4.ª viagens de Vespúcio. A análise da tése de Santarem, compendiada nas *Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Americ Vespuce et ses voyages*, constitui o mais convincente dos argumentos em favor das hipóteses expostas nesta Introdução.

O conceito de Ampère: «*il vaux mieux présenter comme douteux des faits réels, que d'avoir affirmé des faits douteux*» (172), se pôde evitar precipitações de julgamento, inquinou a crítica histórica de um negativismo sistemático. Aplicando-o rigorosamente, Santarem, no caso de Vespúcio, como Vignaud, no caso de Toscanelli, pretenderam mostrar-nos, como plausíveis falsidades, verdades apenas obscurecidas.

Foi em 1826, que D. Martín Fernandez Navarrete, o compilador e comentador da *Coleccion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV* (173), consultou o Visconde de Santarem sôbre as explorações que Vespúcio afirma haver empreendido por incumbência de Portugal, concluindo Santarem por admitir a inveracidade dessas alegações, e indo assim ao encontro dos interesses do historiador espanhol, que não podia deixar de reconhecer que as cartas de Vespúcio transferiram para Portugal uma parte considerável das glórias marítimas da Espanha no Novo Mundo.

Respondendo a Navarrete, Santarem começava por informá-lo de que nem nos documentos das *Chancellarias originaes* de D. Manuel (1495 a 1503 inclusivé), nem nos 82.902 documentos do *Corpo chronologico*, nem nos 6.095 documentos reünidos no chamado *Corpo das gavetas*, nem ainda nos numerosos maços de cartas de reis, príncipes e outras personagens, depositadas nos arquivos reais, encontrára menção ou vestígio de Américo Vespúcio. Com a sua proverbial probidade de investigador, Santarem não limitou à Tôrre do Tombo a indagação, pois notificou a Navarrete que também na colecção de *Manuscritos* da Biblioteca de Paris as investigações não tinham logrado encontrar rastro de Vespúcio. Por consequência, as pretensões do loquaz florentino deviam ser encaradas como suspeitas e ligar-se

O ENCONTRO DE CABRAL COM VESPÚCIO EM BESENEGUE

pouca fé a tudo quanto êle narrára nas cartas a Pedro Soderini, traduzidas e publicadas só em 1812 pela Academia Real das Sciências, na *Collecção de Noticias para servirem á historia e á geographia das nações ultramarinas*. A opinião de Santarem não foi abalada pela narração do «pilôto anónimo,» onde se testemunha que Pedro Álvares, regressando a Portugal, (onde chegou no mês de julho de 1501) en-

(171) «*Como os hespanhoes não pretendiam ter descoberto o rio da Prata antes de 1516, a affirmação de Alvaro Mendes de Vasconcellos* (sôbre a prioridade portuguesa do descobrimento) *apenas implicava que a armada de D. Nuno viria anteriormente. Que veio em 1514, demonstrou-o recentemente K. Gaebler, por meio de uma copia manuscripta da gazeta allemã, encontrada no archivo da familia Fugger*». Capistrano de Abreu, em nota, a pág. 128, da 3.ª edição da *Historia Geral do Brasil*, de Varnhagen. A data de 1514 confere com a informação de Gaspar Correa: «*Partio-se* (Fernão de Magalhães) *das Canarias de Tanarife e foy demandar o Cabo Verde, d'onde atrauessou á costa do Brasil, e foy entrar em hum rio que se chama Janeiro... E d'aquy forão nauegando até chegarem ao cabo de Santa Maria, que João de Lisboa descobríra no anno de 1514...*» *Lendas da India*, Tomo II, pág. 628. É a esta mesma expedição de João de Lisboa que se refere a passagem de Herrera: "*tres cerros que pareciam íslas, las quales dixo el piloto Caravallo* (Vasco Sallego de Carvalho) *que eram el cabo de Santa Maria, que lo sabia por relacion de Juan de Lisboa, piloto portugues, que avia estado en el*"... Decada II, Liv. 9, Cap. 10. Todavia, desta viagem de João de Lisboa, descobridor do Rio da Prata, também não ficaram notícias nos arquivos. E' mais uma expedição clandestina a somar às anteriores; e enquanto alguns historiadores pretendem ter sido os espanhois que descobriram o Brasil setentrional, prova-se que os portugueses até descobriram os litorais da Argentina...

(172) Ampère, *Histoire littéraire de la France*, Tomo. I, Intr.

(173) Que Humboldt considerou «um dos monumentos históricos dos tempos modernos», a pág. 15 da Introdução do *Examen Critique*.

contrára na passagem por Cabo Verde uma esquadra de três navios, justamente aquela em que se achava o homem predestinado a legar o nome ao novo continente.

Santarem não é fácil de convencer. A passagem em que se regista o encontro em Besenegue de três navios, mandados a reconhecer as terras de Santa Cruz, não a reputa, apesar da coincidência das datas, bastante decisiva, para dela concluir que Vespúcio navegava na esquadra. Todavia, a coincidência é de tal ordem, que equívale a uma prova. «*Chegamos ao Cabo de Boa Esperança, dia de Pascoa de flores... abordamos na primeira terra junto com Cabo Verde, que se chama Besenegue, aonde achamos tres navios que el-rei de Portugal mandara para descobrir a terra nova, que nós tinhamos achado quando hiamos para Calicut...*» É uma afirmação categórica, corroborada, pelo que respeita a essa escala de Cabral, pelos depoïmentos do rei D. Manuel na carta ao rei de Espanha, conhecida na tradução italiana, publicada em Roma, no ano de 1505, por mestre João de Besicken (...«*et arrivorno a Bezebiche giunto con Capo Verte...*»), de João de Barros, de Damião de Góis e de Castanheda. O nome de Bezebiche, empregado por D. Manuel, em relação a um pôrto junto de Cabo Verde, é aplicado à mesma localidade por Giovanni da Empoli, na carta ao pai, publicada no *Archivo Storico Italiano* (Append., Tom. III, 1846, de pág. 35 a pág. 84); «*fummo... a vista del Capo Verde, chiamato Bisighicci, principio dell'Etiopia inferiore. Al quale luogo giunsi molto malato di grandissima febre e fui di tal sorte aggravato della mallatia... e navigando alla terra di Santa Croce, chiamata Brasil, sanai del tutto...*» Barros refere-se igualmente ao pôrto de *Bezeguiche*, no Liv. VI, cap. II da *Asia*. Imperturbável, o historiador invoca Damião de Góis em auxílio da sua incredulidade. ¿Pois é crível que o mais instruido dos cronistas, contemporâneo dessas viagens, guarda-mór do aquivo real da Tôrre do Tombo desde 1548, tam mal informado estivesse sôbre Vespúcio e se limitasse a referir o encontro de Cabral em Cabo Verde com a nau de Diogo Dias, que se separára da esquadra no caminho da Índia?

Geralmente aceites, hoje, as informações de Vespúcio como fidedignas, (descontando-lhes os exagêros da sua presunção pedantesca) o argumento de Santarem perdeu totalmente o valor.

¿É admissível que o guarda-mór da Tôrre do Tombo não conhecêsse os livros e os papeis de Américo Vespúcio, que êste assevera haver entregado ao rei, ao chegar a Lisboa? pregunta Santarem. Não só é possivel, como também essa ignorância abrange os relatórios de Cabral e dos capitães da sua esquadra, a carta de Caminha, o relatório de Gonçalo Coelho e o manuscrito do *Esmeraldo*. Se êsses documentos tivessem sido manuseados pelos cronistas, outra, muito diversa, haveria sido a narrativa que em todos lêmos sôbre o descobrimento de Vera Cruz.

Santarem confirma-se nas suas dúvidas com a ausência de referências às viagens de Vespúcio, na correspondência diplomática de Ruy de Sande e Mendes de Vasconcelos. Essas referências não podiam ali encontrar-se, tratando-se de expedições cujo alcance a Coroa portuguesa tinha o maior interêsse em conservar desconhecidas à Espanha. Entretanto, é o próprio D. Manuel, na carta ao rei de Castela, escrita em Março de 1505 (174), quem confirma a viagem de 1501. Quanto à segunda viagem, a de 1503, Pedro de Mariz refere-se-lhe no V *Dialogo*, embora não designando o ano, mas citando o facto de haver D. Manuel mandado a Santa Cruz uma esquadra de seis velas, comandada por Gonçalo Coelho. Damião de Góis é ainda mais peremptório, designando a data da partida dos seis navios: a 10 de Ju-

(174) A carta de D. Manuel, cujo original não se encontrou ainda, foi vertida para italiano e impressa em Roma pelo tipógrafo João de Besicken, em Outubro de 1505. Dessa edição apenas existem três exemplares: um na *Marciana*, de Veneza, outro descoberto por Varnhagem, na biblioteca *Corsini*, de Florença, e o terceiro na *Colombina*, de Sevilha. O bibliófilo inglês Burnell publicou desta carta uma versão inglêsa, em edição limitada de exemplares, com o título: *The italian version of a Letter from the King of Portugal (Dom Manuel) to the King of Castilla (Ferdinand), written in 1505, giving an account of the voyages and conquestes in the East Indias—from 1500 to 1505. A. D.—Reprinted from the copy (printed by J. Besicken at Rome in 1505) in the Marciana Livrary at Venice (one of the three new in existence) with Notes by A. C. Burnell. Ph. D.—London; Printed not for sale by Mrss Wyman and Sons. 1881.* Uma reprodução literal do protótipo romano e a sua tradução em português foi publicada por Próspero Peragallo no volume de *Memorias da Commissão Portuguesa do Centenario do Descobrimento da America*, edição da Academia das Sciências de Lisboa, acompanhada de comentários.

Seria arriscado pronunciarmo-nos sôbre a autenticidade dêste documento, publicado na Itália em vida de D. Manuel. ¿Como desapareceu dos arquivos de Espanha? ¿Como aparece traduzido em Roma, no ano de 1505? ¿Por analogia com a publicação em Veneza da relação da viagem de Cabral, deve-se atribuir à organização admirável da espionagem veneziana na Espanha e em Portugal a aquisição do original ou da sua cópia? Há antecedentes que permitem esta hipótese. A veracidade dos factos narrados no documento não póde ser posta em dúvida; ¿mas êsses factos foram agrupados em fórma epistolar ou, realmente, constavam, literalmente trasladados de uma missiva de D. Manuel ao rei Católico? E' uma questão em aberto.

Na sua obra, tantas vezes citada, *Brazil*, Zeferino Cândido dedica um capitulo à prova de apocrifia de outra carta de D. Manuel aos reis Católicos, datada de 29 de Julho de 1501, e conhecida por uma versão espanhola, publicada por Navarrete, no Vol. III, pág. 94, n.º XIII, da *Coleccion de los viages*. Todavia, dez anos antes da publicação daquele trabalho, no *Bolletino della Societá Geografica Italiana* (Vol. III, pag. 271 e seg. da 3.ª Série) o professor Belgrano, de Génova, publicava o texto original, português, da carta de D. Manuel, encontrado no Arquivo do Estado de Veneza, e que veio destruir a laboriosa argumentação do erudito historiógrafo.

nho de 1503. O relatório de Gonçalo Coelho, destinado a D. João III e incorporado no arquivo secreto da Coroa, perdeu-se como os anteriores. Nêle se encontrariam, possívelmente, acusações severas ao cosmógrafo florentino que teria motivado o regresso de Vespúcio a Espanha. Pela primeira vez, admitindo (em nota) a presença de Vespúcio na segunda esquadra de Gonçalo Coelho, Santarem pregunta se o facto de estar confiado o comando àquele capitão português não destrói as pretensões do florentino aos descobrimentos que êle se atribui.

Êste é o ponto de vista em que deve ser colocada a questão. Vespúcio, nas suas famosas cartas, só dele fala, só louva os seus actos e a sua sciência—aliás mediocre, como foi fácil provar—só se preocupa com a própria fama. As pretensões do ambicioso florentino teem pouco ou nenhum fundamento. O antigo empregado dos Médicis, o improvisado cosmógrafo não comandava as esquadras de Portugal. Equiparar a situação de Vespúcio nas expedições portuguesas de 1501 e 1503, com a do português Fernão de Magalhães na esquadra espanhola, é totalmente impossível. Vespúcio viajava em um posto secundário, sob as ordens imediatas do capitão-mór (175). Os Espanhois viajavam sob o comando de um Português; e como se a Providência quisera assinalar essa posição de domínio, colocou Fernão de Magalhães perante uma insubordinação dos capitães e das tripulações. E' conhecida a energia autoritária com que êle dominou a insurreição, mandando apunhalar Luis de Mendoza, capitão da *Victoria*, e depois esquartejar o seu cadaver, decapitar Gaspar de Quesada, capitão da *Conception*, e abandonar nas praias inóspitas da Patagónia a D. Juan de Cartagena, vedor geral da armada, a quem, anteriormente, destituíra das honras do cargo.

Revendo e analisando os seus próprios argumentos, Santarem acaba por inclinar-se para a opinião de Muñoz, aceitando a presença de Vespúcio nas duas expedições de 1501 e 1503, e atribuindo-lhe o mesmo procedimento com os portugueses que já tivera com Hojeda, usurpando-lhes a glória dos empreendimentos, depreciando-lhes a competência e fazendo-se passar pelo protagonista do grandioso drama marítimo de que foi, nos mares da América austral, apenas um dos actores.

A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA PORTUGUESA DE MISTÉRIO NA DENOMINAÇÃO DO NOVO CONTINENTE

A pretensão de Vespúcio não vai, porém, contra o que alegam os seus detractores, até ao extrêmo de apresentar-se como comandante das armadas. Referindo-se presumívelmente a Gonçalo Coelho, embora sem nomeá-lo, chama-lhe o «*nosso capitão-mór*» e transporta de si para êle o epíteto de *presunçoso*. Vespúcio inclui-se no número dos capitães das náus. É possível, embora não provável que, na expedição de 1503, lhe tenha sido confiado um comando, em prémio dos serviços prestados na expedição anterior, de 1501. Santarem verbera a injustiça com que Vespúcio ligou o nome ao Novo Mundo, quando não passava de um subalterno nas esquadras que revelaram o continente e definitivamente dissiparam a fantasmagoria asiática de Colombo. Mas não foi Vespúcio quem impôs o nome à quarta parte do mundo. Apenas com a publicidade das suas narrativas êle contribuiu para que a terra nova fosse baptizada de *América*. Tudo isto são incidentes laterais da questão. A culpa, se culpa houve, deveremos atribuí-la à política de segrêdo, implantada por D. João II e continuada pelo seu sucessor,—pois enquanto as missivas de Américo Vespúcio emocionavam a Europa, João de Barros nem sequer citava a expedição de 1501 ao Brasil, limitando-se a registar a de João da Nova à Índia; e o mesmo silêncio observava com a de 1503, consignando apenas, nesse ano, a armada comandada por Afonso de Albuquerque, destinada ao Oriente. A confusão que Santarem estabelece entre a expedição de 1501 a Santa Cruz e a armada da Índia, do comando de João da Nova, a que se agregára a nau do armador florentino Bartolomeu Marchioni, comandada por Fernando Vinet, é inadmissível. Nada existe de comum entre as duas. O facto de Osório, na sua pomposa *De Rebus Emmanuelis Regis* (Livro XII), omitir as duas expedições, só demonstra o desconhecimento, aliás tam provado, dos cronistas sôbre quanto se refere às explorações iniciais do litoral da América austral.

Cabe nesta altura uma referência à carta em que Giovanni Mattéo Crético, funcionário diplo-

(175) A leitura dos primeiros parágrafos da primeira carta de Vespúcio a Soderini deixa a persuasão de que era êle o comandante da armada de 1501: "*Apresentando-me a El-Rei D. Manuel, mostrou elle grande praser com a minha chegada, e rogou-me que fosse com tres náus suas, que estavam a pique a descobrir terras novas*" ..."*E porque a minha intenção era navegar pa a o Sul pelo mar Atlantico, partimos deste porto de Ethiopia*"... Porém, logo depois de escrever, com justificado horror, o episódio que assinala o primeiro contacto da armada com os *índios* antropófagos, Vespúcio escreve: "*Pesou-nos isto muito, vendo com os nossos proprios olhos as crueldades, que cometião com o morto, parecendo a todos uma injuria intoleravel; e estando mais de quarenta dos nossos com o proposito de saltar em terra e de vingar tão crua morte e acto tão bestial e deshumano, o Capitão-mór não o quiz consentir...*" Havia, pois, acima da prosápia do florentino, um comandante português, embora adiante Vespúcio declare que, havendo já bons dez mezes que navegavam, lhe foi confiado o comando absoluto da esquadra.

mático de Veneza em Lisboa, (176) informa que a armada de 1500 descobriu «uma terra firme que costeára por mais de quinhentas léguas, sem lhe encontrar fim». Crético utilisa as informações exageradas da viagem de regresso de Gaspar de Lemos, de Vera Cruz a Lisboa, cujos pormenores ignoramos, ou revela, nessa sua carta, que a espionagem veneziana era também iludida, pois é êle mesmo quem corrige, dias depois, a informação errónea, obtendo o descritivo circunstânciado da viagem de Cabral, conhecido por «narração do pilôto anónimo» (177).

Esta exploração do litoral brasileiro poderia ter sido realisada, independentemente da esquadra de Cabral, por um navio ou flotilha que, partindo de Lisboa depois do regresso de Gaspar de Lemos (e talvez sob o comando de André Gonçalves), tivesse voltado da Terra dos Papagaios pelo mesmo tempo em que Cabral regressava da Índia. O planisfério de Cantino, registando uma exploração diferente, anterior ou simultânea à narrada por Vespúcio, abre caminho a esta hipótese.

No ano de 1507, a concepção portuguesa do novo continente universaliza-se com a publicação do mapa de Waldseemüller, onde a terra nova aparece com o nome de América, acompanhando a publicação das cartas de Vespúcio na *Cosmographiæ Introductio, insuper quatuor Americi Vespucii navigationis*, saída dos prélos lorênos de S. Deodato.

Não vemos motivo de fundada queixa para Portugal em que Ilacomylo, Apiano (178), Vadiano (179) e Camers (180) reivindiquem para Vespúcio, navegando numa esquadra portuguesa, sob o comando de um português, a revelação do continente americano. A Europa ouvíra insistentemente proclamar que o arquipélago das Antilhas e a própria terra de Pária constituiam prolongamentos da Ásia. São as expedições portuguesas que revelam ao mundo a ilusão colombina e é Américo Vespúcio o arauto dessa grandiosa revelação.

Se Barleu (181) incorre no êrro de atribuir a Vespúcio o descobrimento da América do Sul, atenua-o, reconhecendo que o realisou por ordem do rei de Portugal. Efectivamente, embarcando nas armadas portuguesas de 1501 e 1503, o florentino foi um dos *descobridores* e o seu primeiro, embora fantasioso cronista.

As dúvidas, estabelecidas sôbre a veracidade das quatro viagens de Vespúcio, só atingem a 1.ª, remontando a Las Casas (182) e Herrera a acusação de terem sido falsificadas as datas das suas duas primeiras viagens ao Novo Mundo, com o objectivo de se arrogar a glória do descobrimento da Amé-

(176) "*Tiraboschi, Foscarini, Humboldt, Harrisse e Varnhagen chamam-o de Lorenzo, todos seguindo a Tiraboschi. Segundo documentos, porém, da Universidade de Pádua (onde foi professor) e da Bibliotheca Marciana, seu nome é Giovanni Mattéo.*" José Carlos Rodrigues, *Catalogo da Biblioteca Brasiliense*, a pág. 438.

(177) Todavia, Capistrano de Abreu admite que a frota de Cabral tenha seguido à vista do litoral do Brasil, por muitos dias, até encontrar os ventos favoráveis à manobra de reversão para a montagem do Cabo da Boa Esperança, citando a carta de Domenico Pisani, escrita de Lisboa em 27 de Julho de 1501 e inserta na *Raccolta Colombiana*, parte 3.ª, I, pág. 43/45, e na qual se funda o historiador para escrever, a pág. 51 do seu opúsculo, *O Descobrimento do Brasil: "A 2 de Maio Pedr'alvares Cabral levantou ancora e foi beirando a costa, espaço de duas mil milhas, isto é, quinhentas leguas, alem de Porto Seguro, sem chegar a ver-lhe fim ...*" Esta confusão origina-se num equívoco. A carta de Domenico Pisani di Giovanni, que fôra a Lisboa com Pascuáligo, *oratore* em Portugal, "*per rendere piu decorosa l'ambasciata straordinaria*", reproduz a carta de Crético, publicada por Montalboddo, nos *Paesi novamente retrovati et Novo Mondo* (liv. VI), e que se encontra no Vol. V, M. S. da *Crónica Delfina* da Biblioteca de Brescia. Na sua carta, dirigida ao doge Leonardo Loredan Domenico Pisani, diz: "*Serenissime principes.—Credo vostra serenitá, per lettere del magnifico ambassador domino Pietro Pasqualigo, dottor, hablia inteso quello ho per Capitolo di una lettera di missier Creticho dottor, che é apud regem Lusitanie, de 27 Julio in Lisbona...*" E nesta altura principia a transcrição da carta de Crético. Tendo sido êste mesmo Crético o autor, compilador ou simples tradutor da "narração do pilôto anonimo", conforme se verifica da carta de Angelo Trevisan di Bernardino, de 21 de Agosto de 1501, conclui-se que a narração corrige as informações erróneas, transmitidas anteriormente por Crético a Pisani. A esquadra de Cabral não navegou, pois, ao longo da costa do Brasil pelo espaço de duas mil milhas, como pretende Capistrano, fundando-se na epístola de Pisani.

(178) *Cosmographicus Liber Petri Apiani Mathematico studiose collectus*, 1524. A pág. 64, Apiano (Pedro Bienivitz) abre o IV cap., discorrendo sôbre a América, chamada a quarta parte do mundo, que tomou o nome de Américo Vespúcio. No globo, inserto a pág. 2, vê-se a América figurada numa ilha com a legenda *Ameri*, e Apiano explica que assim é considerada por estar cercada de agua por todos os lados.

(179) Carta de Vadiano (Joachim Watt) a Rodolphus Agricola, de Viena, reprodusida por Winsor, da edição vienense de 1515, a pág. 182 do II Vol. da *Narrative and critical history of America*. Vadiano insere na sua tradução de Pomponio Mela (1522) um mapa onde o novo continente austral ostenta a legenda *América Província*.

(180) O frade Camers *(Joannis Camertis Minori tani, Artium, et Sacræ Theologiæ Doctoris)* foi o anotador da edição vienense de 15 0 da antiga coletânea historica do gramático Solino, para a qual Apiano confecionou o segundo mapa, (o primeiro é o de Waldseemüller—Ilacomylo) em que o novo continente aparece com o nome de América. O confronto dêste documento cartográfico e de todos os outros publicados nas suas primeiras décadas do século XVI com o planisfério português de Cantino (1502), mostra que a fonte informativa portuguesa é comum a todos êles. Na carta de Apiano a América do Sul, quási inteiramente descoberta e explorada pelos portugueses no litoral Atlântico, aparece muito mais conhecida do que a parte setentrional do continente.

(181) *Gasparis Barlaei Rerum per octennium in Brasilia, etc.* Amsterdam, 1647.

(182) Las Casas dedica os cap. 140 e 144 a 149 do Livro I da *Historia de las Indias*, à critica das pretensões de Vespúcio.

rica. Alguns historiadores admitem que Vespúcio antecedeu nas suas narrativas a viagem verídica com Hojeda de uma outra imaginária viagem, deslocando para ela parte dos factos relacionados com a de 1499. Isto, todavia, não afecta a autenticidade das viagens ulteriores, feitas por conta de Portugal.

Os longos debates eruditos, a que deu pretexto a pseudo reivindicação de Vespúcio, de haver descoberto a terra firme americana antes de Colombo, tenderam a estabelecer a identificação da viagem de 1497 com a de 1499, assentando-se que Colombo avistou a terra firme em 1498, um ano antes de Hojeda, La Cosa e Vespúcio (183).

Retrato de Américo Vespúcio, segundo uma gravura antiga

Esta discussão erudita iniciou-se, desenvolveu-se, documentou-se e ultimou-se na ignorância do manuscrito do *Esmeraldo de Situ Orbis*, que parece assinalar a prioridade portuguesa do conhecimento do continente americano remontando à exploração clandestina de Duarte Pacheco Pereira no ano de 1498.

VESPÚCIO COSMÓGRAFO

¿Mas era, ao menos, Vespúcio o grande cosmógrafo que os seus panegiristas exalçam e sobrepõem aos portugueses? Restaurada a crítica histórica em bases scientíficas, os matemáticos-geógrafos, desde Navarrete a Luciano Pereira da Silva, reduziram a modestas proporções essa fama exorbitante. Já o eminente autor da *Colecion de los viages*, submetendo a rigorosa análise a cosmografia vespuciana, constatava muitos dos erros de cálculo de que enfermam as suas narrativas. Segundo a relação de Vespúcio na 2.ª viagem, a distância da terra, calculada pelo navegador, correspondia a 666 2/3 léguas marinhas e a direcção ao Sudoeste: distância e direcção que colocariam Vespúcio com os seus navios a 165 léguas para além do litoral do Brasil setentrional, em pleno continente. A mesma róta e a latitude de 5° S. colocavam-no a 58 léguas para além da costa. Há erros ainda mais consideráveis nos seus cálculos de navegação na América meridional. A róta, designada por Vespúcio ao Sudoeste e à distância de 933 1/3 léguas marinhas, localizava os navios, como observa Navarrete, no continente, na latitude 19° 15' S., e a 390 léguas do litoral. A inteligência de Vespúcio que se revela nas suas extasiadas narrativas—embora inferiores às de Caminha e Pero Lopes e literáriamente mediocres—nunca pôde desembaraçar-se de uma ostensiva presunção charlatanesca como quando pretende fazer-se passar pelo mentor da esquadra e o único a bordo que sabia usar do astrolábio e do quadrante, a um tempo em que todos os marítimos portugueses se serviam dos *Regimentos* para determinarem as latitudes pelo astrolábio e o quadrante; ou quando divaga sôbre os diâmetros e semi-diâmetros das estrêlas.

Essa vaidade pedantesca denuncia-se em todos os escritos, onde êle oculta os nomes dos

(183) A data de 1499, fixada para a expedição de Hojeda, foi provada juridicamente pelo depoimento ajuramentado do próprio Hojeda e de André de Morales, um dos seus pilotos, a quando do famoso processo intentado contra D. Diogo Colombo, o filho português e sucessor de Cristóvão Colombo. Vide *Navarrete*, Op. cit. Tomo III. — Henry Vignaud reuniu no seu mais recente trabalho de investigação histórica, *Americ Vespuce*, publicado em 1917 pelo editor Leroux, de Paris, todos os materiais indispensáveis ao estudo da personalidade de Vespúcio. Esclarecendo, completando e ampliando a argumentação, aglomerada desde Varnhagen a Uzielli, o ilustre historiador americano conseguiu corrigir muitos dos erros em circulação.

chefes e companheiros, amesquinhando-os para se engrandecer, a ponto de proclamar-se o mais sábio dos navegadores do mundo: «*navigandi disciplina magis callebam q. omnes naucleri totius orbis*». Nem mesmo Cristóvão Colombo lhe merece uma palavra de saùdade e de elogio. A única vez que o menciona, refere-se-lhe nestes termos sêcos: «*venimusque ad Antigliœ insulam quam paucis nuper ab annis Christophorus Colombus discoperuit*» (Cf. em Navarrete, pág. 261).

CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA PORTUGUESA DE MISTÉRIO

E, contudo, essas narrativas de Vespúcio, onde há já uma antecipação do Barão de Munchhausen, corriam a Europa, despertavam o entusiasmo, influiam nas idéas e na política do tempo, enquanto que os Portugueses, submetidos à conveniência nacional de um mutismo, que parecia uma abdicação das suas mais legítimas glórias, guardando sôbre o conhecimento das terras austrais o mesmo silêncio que haviam sabido guardar sôbre as terras setentrionais—e ainda mais precavidos pelo exemplo de Colombo,—sequestravam do conhecimento universal, como tesouro avaramente escondido, a sua sciência da geografia do planeta.

Êsse pertinaz silêncio é uma das mais extraordinárias provas de disciplina patriótica a que se submeteu um povo e bastaria para documentar o carácter *sui generis* do Português, tam avêsso à enfase dos seus ilustres visinhos peninsulares. Êsse silêncio, imposto pelas conveniências da Pátria, erigido em sistema, não só subtraiu ao conhecimento da Europa e dos próprios cronistas os documentos originais, ácêrca das explorações do mar do Ocidente, como permitiu que, ainda três séculos depois, *Stanisláo Canovai, no Elogio d'Amerigo Vespucci, premiado pela Academia etrusca de Cortona, reivindicásse* para o venturoso florentino a glória do descobrimento do Brasil, e que, ainda hoje, alguns raros escritores iniqùamente reclamem, como preito à verdade e à justiça, a transferência para os Espanhois dessa glória, destituindo dela os antepassados dos Brasileiros. Estes esquecem que o Brasil é, geogràficamente, uma realização portuguesa, que foram os Portugueses e os seus filhos Brasileiros que lhe marcaram os limites pelo descobrimento e a conquista. As suas objecções são tam frágeis que, para eliminá-las, haveria bastado que Portugal não tivesse reivindicado, conquistado e defendido à mão armada contra os Franceses de Ravardière, os Holandeses de Ariansson e os Británicos de Roger North, os territórios a N. do cabo de S. Roque, deixando fóra das fronteiras do imenso império essas terras, pagas com tanto sacrifício, tanto heroïsmo e tanto sangue. Excluìdas do território brasileiro essas regiões, ter-se ía destruìdo o único pretexto, invocado pela pequena falange de historiadores que proclamam haver sido o Brasil descoberto pelos Espanhois—sem que um trabalho de investigação histórica anterior a êste tenha rigorosa e minuciosamente examinado as pretensões falaciosas, atribuìdas a Hojeda, Pinzon e Lepe, que andam na história engalanados de indevidos louros, pelo que respeita às suas navegações hipotéticas nas costas setentrionais do Brasil, anteriormente à escala de Cabral.

VESPÚCIO CONSIDERADO O DESCOBRIDOR DO BRASIL

POLÍTICA portuguesa de segrêdo, justificada pela falta de recursos humanos, para defender da rivalidade, cobiça e concorrência das outras nações um tam gigantesco domínio, até hoje deixou o rastro na história confusa do descobrimento da América. O *Elogio* de Canovai, professor de física-matemática da Escola Pia, dedicado ao ministro de Luís XVI na côrte de Toscana, o mestre de campo de cavalaria Jean Louis de Durfort, é, no género, um dos mais elucidativos documentos dessa errónea literatura histórica. Canovai escreveu a sua dissertação em 1788, nas vésperas da Revolução Francesa, no século dos enciclopedistas, e—quási unicamente fundado nas cartas de Vespúcio (184), na *Storia della Letteratura Italiana*, de Tiraboschi, numa tradução da *Histoire philosophique et politique*, de Reynal, na *Histoire Générale des Voyages* e nas narrativas de Cook,—conclui que Vespúcio e não Cabral descobriu o Brasil; que Vespúcio e não Colombo descobriu a América (185). Aliás, Tiraboschi transmite a versão exacta: «*Gli Scrittor Portoghesi sostengono che il primo scopritor del Brasile fu il loro Pietro Alvarez de Cabral nel 1500... Che il*

(184) Na edição italiana de 1745. Com um escrúpulo que a sua dissertação está longe de merecer, Canovai dá, num *avvertimento*, a magra resenha bibliográfica das fontes em que fundou os seus absurdos erros.

(185) *"In tal guisa Amerigo è veramente la Cornacchia della favola; le penne delle quali si fece bello, gli vengon tolte ad una aigli uccelli o proprietarj o più forti, e Colombo che chiama sua la Terra Ferma, e Cabral che suo pretende il Brasile, lo lasciano affatto ignudo". Elogio d'Amerigo Vespucci*, do P. Stanisláo Canovai. Florença, 1788. Pág. 68, Questione VII: *Se la scoperta del Brasile sia devuta ad Amerigo.*

Vespucci navigasse all' America Meridionale per commissione del Re di Portogallo, é certo... ma ch'ei veramente fosse il primo a scoprire il Brasile, non parmi che possa con certezza affermarsi»... Invocando Empoli, Pedro Martir e Ortélio (186), Canovai consegue provar, apenas, que Vespúcio viajou nas esquadras portuguesas que exploraram em 1501 e 1503 grande parte da costa oriental da América meridional (187). As mesmas razões que teria Vespúcio para apresentar-se como descobridor das terras avistadas e exploradas pelas frotas portuguesas (que êle não comandava) teria mestre João, o físico e astrónomo da expedição de Cabral, para usurpar ao almirante a honra histórica do desembarque em Vera Cruz.

Vivendo na hora maravilhosa dos descobrimentos dos mundos novos, contemporâneo de Bartolomeu Dias, de Colombo, de Vasco da Gama e de Cabral, a ambição não consentia a Vespúcio que se satisfizesse com um lugar subalterno na pléiada imortal dos navegadores. Quis demais. Obteve ainda mais do que pudéra ter querido no paroxismo da ambição.

Martinho Waltzemüller (ou Waldseemüller), que helenisára o nome, como era de hábito entre os scientistas da Renascença, em *Ilacomylus*, e a quem Humboldt chama «homem obscuro» com altivo desdem, publicára em

COSMOGRAPHIAE

Capadociam/Pamphiliam/ Lidiã/ Ciliciã/ Arme-
nias maiorem & minorem. Colchiden/Hircaniam
Hiberiam/ Albaniam: & præterea multas quas ſin
gillatim enumerare longa mora eſſet. Ita dicta ab ei
us nominis regina.

Nunc vero & hęc partes ſunt latius luſtratæ/ &
alia quarta pars per Americũ Veſputium(vt in ſe-
quentibus audietur)inuenta eſt: quã non video cur
quis iure vetet ab Americo inuentore ſagacis inge
nij viro Amerigen quaſi Americi terram/ſiue Ame
ricam dicendam: cum & Europa & Aſia a mulieri-
bus ſua ſortita ſint nomina. Eius ſitũ & gentis mo-
res ex bis binis Americi nauigationibus quę ſequũ
tur liquide intelligi datur.

Ame-
rico

Hunc in modum terra iam quadripartita cogno
ſcitur: & ſunt tres primæ partes cõtinentes: quarta
eſt inſula: cum omni quãq; mari circũdata cõſpicia
tur. Et licet mare vnũ ſit queadmodum & ipſa tel-
lus: multis tamen ſinibus diſtinctum/ & innumeris
repletum inſulis varia ſibi noĩa aſſumit: quæ in Coſ
mographię tabulis conſpiciuntur: & Priſcianus in
tralatione Dioniſij talibus enumerat verſibus.
Circuit Oceani gurges tamen vndiq; vaſtus
Qui q̃uis vnus ſit/plurima nomina ſumit.
Finibus Heſperijs Athlanticus ille vocatur
At Borę qua gens furit Armiaſpa ſub armis
Dicit ille piger necnon Satur. idẽ mortuus eſt alijs:

Priſcia.

Página da *Cosmographiae Introductio* de Ilacomylo, impressa em 1507, em que pela primeira vez é proposto o nome de América para o novo mundo. Fotografada do exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, aquisição do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues.

O BAPTISMO DO NOVO CONTINENTE

(186) "Oh! dov' è ora Giovanni da Empoli, il contemporaneo del Vespucci, che avvisa i Portoghesi suoi principali di essersi trovato *tanto avanti per mezzo la terra della vera Croce ovver del Bresil cosi nominata, altre volte discoperta per Amerigo Vespucci:* dov' è Pietro Martire, lo Scrittore *a cui*, secondo il Sig. Tiraboschi, *non si puó dare eccezione, e da cui sappiamo che Amerigho fu il primo che per ordine del Re di Portogallo navigò tanto verso mezzodì che passato l'Equinoziale gradi 55 discoperse terre infinite:* questa infinità di terre meridionali è divenuta un punto matematico, un nulla; e lo stesso Brasile, sì piccola cosa in confronto dell'infinito, apartiene a Cabral!..." Op. cit. pág. 68. ..."Abramo Ortelio, si rinomato per le sua Carta e per um dotto Tesoro Geografico ove così si esprime *"hujus (Continentis Occidentalis), partem quae versus Meridiem est detexit (Vespuccius). Ego amborum (Columbi & Vespuccii) verae gloriae consultum malim, & hujus partem borealem Columbanum, australem autem Americam vocari"*. Se Ortelio nega ingiustamente al Vespucci la scoperta di Paria, almeno gli concede quella del Brasile: da un avero nemico si prende tutto. "Op. Cit. pág. 71.

(187) Na edição romana do Ptolomeu de 1508, o monge Celestino Marcos de Benevente assinala terem os portugueses reconhecido o litoral da América do Sul até aos 37.º de latitude Sul. Teriam, pois, ultrapassado o Rio da Prata por 2.º; e descendo até 50.º haveriam chegado à distância de 2 1/4.º do estreito de Magalhães. — Humboldt, *Examen Critique*, Tomo 2, pág. 7.

1507 uma Cosmografia, editada pelo gimnásio de S. Deodato, apensa a um mapa-mundo de parede, onde, pela primeira vez, o novo continente é designado com o nome de *América*. A tradução latina das quatro cartas de Vespúcio, pelo abade Basino de Sinecura, com a dedicatória a Renato, Rei de Jerusalem e Sicília e Duque da Lorêna, serviu de pretexto a Ilacomylo para propôr, no seu medíocre tratado cosmográfico, o nome de *América* para o novo continente.

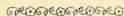
A grande injustiça histórica consumou-se e nada podem contra ela os protestos dos historiadores. É um geógrafo alemão que nunca vira os mares e as regiões americanas, que não conhecia Colombo, nem o Lavrador, nem Duarte Pacheco, nem Gaspar Côrte-Real, nem Cabral, nem Gaspar de Lemos, nem Gonçalo Coelho, nem André Gonçalves, nem Hojeda, nem os Pinzon, nem Vespúcio, nem João de Lisboa,—nenhum dos descobridores da América—que baptizava para todos os séculos o Mundo Novo, ao qual os reveladores do continente sempre se haviam esquecido de dar um nome. As cartas de Vespúcio tinham profundamente interessado os geógrafos, os políticos, os historiadores, os comerciantes europeus. Colombo persistia em colocar as Antilhas entre os arquipélagos asiáticos e desvalorisava a proeza com os seus arroubos místicos. Os homens da Renascença já mal compreendiam aquela sobrevivência do iluminismo medieval. Os Portugueses, por seu turno, calavam-se e pareciam só ter interêsse em ocultar o que sabiam acêrca dos mistérios da natureza, que haviam violado com sôbre-humana audácia. Vespúcio, emancipado dos interesses que impunham um heróico silêncio aos Portugueses, revelou à humanidade ocidental as maravilhas insuspeitas do Novo Mundo. «*Gli alberi sono*— escreve êle—*di tanta belleza e di tanta soavità che pensammo essere nel Paradiso Terrestre... Se nel Mondo è alcun Paradiso Terrestre, senza dubbio dee esser nom molto lontano da questi luoghi...*»(188).

Certamente, êle foi apenas o usofrutuário das glórias alheias, mas ninguém poderá contestar que tenha sido Vespúcio o revelador, embora não o descobridor, do Novo Mundo.

Ilacomylo, na *Cosmographiœ introductio insuper quatuor Americi Vespucii navigationes*, e logo depois Apiano, Vadiano e Camers, propagaram por Strasburgo, Friburgo e Viena, com a glória imerecida do florentino, o nome da renascida Atlântida, que se mostrára aos homens, emergindo dos abismos do oceano. O mapa de Apiano (1520), embora inscrevendo na parte meridional do continente o nome de América, ainda atribui o descobrimento da terra ocidental a Colombo, mas já em 1529, no *Cosmographicus liber Petri Appiani studiose correctus per Gemman Phrysium*, editado em Antuérpia, se lê: «*Quarta pars mundi ab Americo Vespucio ejusdem inventore nomen sortitur...*» (189)

«*Os erros admitidos e consagrados no decurso dos seculos triumpham frequentemente da sciencia*» —reconhece Santarem com melancolia. As consciências rectas nunca, porém, descrêem da justiça. Ao historiador resta ainda uma esperança: «*il n'y a point de prescription contre la verité, ou bien si l'on s'est écarté du vrai, il est toujours temps d'y revenir, puisque on peut découvrir avec le temps des fautes, des érreurs et des faussetés qu'on n'aurait pas d'abord aperçues*».

A sentença dos beneditinos serve de estímulo a quantos se dedicam à tarefa laboriosa e ingrata de substituir mentiras consagradas por verdades ainda sem adopção. A presente obra é escrita com a fé nessa doutrina e com a esperança de se deslocar uma das pedras do túmulo em que dorme, amortalhada, a verdade.

A reconstituìção que propômos da página truncada e ilógica do descobrimento do Brasil não se apoia, apenas, em documentos, em fortes indícios e presunções, na integração de factos isolados no quadro geral das navegações portuguesas do Atlântico, mas póde ainda encontrar autoridade em interpretações anteriores. Se o grande Humboldt não houvesse renunciado a encontrar uma explicação racional para as revelações contidas na carta do embaixador veneziano Pascuáligo, anterior às reivindicações de Vespúcio, e não tivesse resolvido as dificuldades aparentes que êsse documento apresentava à interpretação de um historiador-geógrafo da sua excepcional grandeza, atribuíndo a um prodígio fenomenal de adivinhação o que não podia ser senão o resultado da sciência experimental portuguesa (190), de há muito que a história do descobrimento das Américas setentrional e austral se nos apresentaria sem as soluções de continuidade que a mutilam e sem os ilogismos que a obscurecem. Por mais de uma vez, o génio de Humboldt entreviu o que supomos ser a verdade, e dela se afastou, porventura receoso de avançar por um caminho que o conduziria à necessidade de reconstruir desde os alicerces

(188) «*L'idea di aver trovato in America il Paradiso Terrestre fu comune a Colombo e ad Amerigo: ma laddove il Colombo ne parló con un fanatismo tanto grossolano da muovere a compassione ed a riso, Amerigo toccó questo pensiero con una sobrietà e con una delicatezza che fa onore al suo buon senso*». Canovai, Op. cit. pág. 19.

(189) Entre os maiores propagadores da glória de Vespúcio não se póde omitir Montalbodo, cuja colecção, impressa em Veneza, no ano de 1507, tem o título *Paesi nuovamente retrovati, e Nuevo Mondo de Americo Vesputio Florentino intitolato.*

(190) *Examen Critique*, tom. IV, pág. 263.

a obra monumental, fruto laborioso de tantas meditações, de longas pesquisas e de transcendentes estudos (191).

O DESCOBRIMENTO PORTUGUÊS DA AMÉRICA AUSTRAL

No tomo II, a pág. 5 e 6 do *Examen critique de l'Histoire de la géographie du Nouveau Continent*, encontra-se a passagem, que perfeitamente se integra nestas considerações críticas: «*J'ai trouvé dans la belle édition de la géographie de Ptolémée, faite á Rome en 1508, l'indice des navigations portugaises le long des côtes orientales de l'Amérique du sud, qui avaient été poussées jusqu'à 50º de latitude australe. Il y est dit en même temps que l'on n'a pas encore atteint l'extrémité du continent. Cette édition, imprimée par Evangelista Tossinus, et rédigée par Marc de Bénévent et Jean Cotta de Vérone, renferme une mappe-monde de Ruysch* (Nova et universalior orbis cognititabula, à Johanne Ruysch, Germano, elaborata), *dans laquelle l'Amérique méridionale est représentée comme une île d'une étendue immense, sous le nom de* Terra Sanctœ-Crucis, sive Mundus Novus. *On y voit le cap* Sanctœ-Crucis; *c'est la position du cap Saint-Augustin, et la côte qui s'ensuit au sud. On y remarque la note suivante:* Nautœ lusitani partem hanc terrœ hujus observarunt et usque ad elevationem poli antarctici 50 graduum pervenerunt, nondum tamen ad ejus finem austrinum.

«*Cette même édition romaine de 1508 offre une dissertation qui porte le titre:* Nova orbis descriptio, ac nova Oceani navigatio qua Lisbona ad Indicum pervenitur pelagus; à Marco Beneventano monacho Cœlestino edita. *Le chapitre XIV porte:* Terra Sanctœ-Crucis decrescit usque ad latitudinem 37º aust. quamque ad Archiploi usque ad 50º austr. navigarint, ut ferunt; quam reliquam portionem descriptam non reperi, etc.»

AS VIAGENS CLANDESTINAS AO BRASIL

Humboldt conclui que os descobrimentos de Cabral e Gaspar de Lemos (de 5º a 17º de latitude austral) haviam por tal maneira impressionado a côrte de Lisboa, que se pensou logo em repetir na América a façanha do périplo africano. «*Il me parait par conséquent assez probable* — observa Humboldt — *qu'il y ait eu, de 1500 à 1508, une suite de tentatives portugaises au sud de Porto Seguro, dans la* Terra Sanctœ-Crucis, *et que de vagues notions de ces tentatives aient servi de base à une multitude de cartes marines que l'on fabriquait dans les ports les plus fréquentés*».

Santarem, comentando êste parecer, que enfeixa os dados principais do problema dos descobrimentos portugueses da América austral, organizou uma relação dessas expedições iniciais e notou a circunstância dos editores do Ptolomeu de 1508, (que estavam informados provavelmente da verdade e conheciam com exactidão os acontecimentos) guardarem «*um profundo silencio sobre as pretendidas viagens e descobrimentos de Vespucio*».

A relação organizada por Santarem é a seguinte:

1501 — Expedição comandada por Gonçalo Coelho (192). (Galvão, autor contemporâneo, regista que esta armada avistou terra na Lat. de 5º S. e a costeou até aos 32º de Lat. austral).

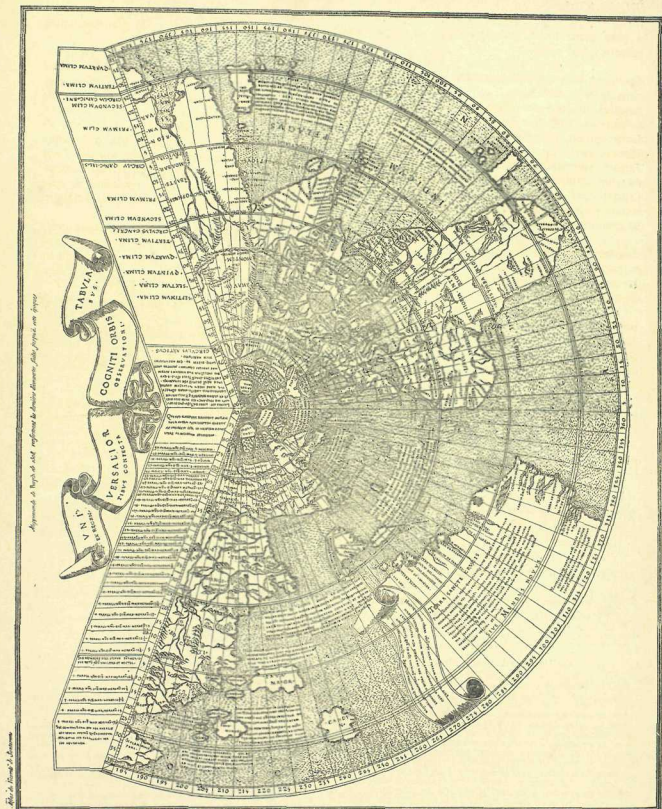
1503 — Depois do regresso da anterior expedição, uma outra foi enviada de Portugal, composta de seis navios, comandada por Cristóvão Jacques, que explorou e reconheceu a costa até ao cabo das Virgens, à entrada do estreito de Magalhães.

1503 (10 de Junho) — Segunda expedição de Gonçalo Coelho. (Damião de Góis dá notícia de que D. Manuel enviou êste capitão a reconhecer a Terra de Santa-Cruz, partindo de Lisboa a 10 de Junho com seis navios. Osório igualmente a menciona: «*Classem Gundisalvo Coelio, commisit qui regionem à Caprale exploratam, quam Brasiliam vocant, perlustraret*».)

(191) Humboldt ignorava o mapa de Cantino, só posteriormente descoberto, e o manuscrito do *Esmeraldo*.

(192) A atribuição do comando de Gonçalo Coelho à armada de 1501 encontra-se (anteriormente a Lafiteau) no *Tratado Descriptivo do Brasil*, dedicado a Cristóvão de Moura e publicado em 1825, com o título de *Noticia do Brasil*, no tomo III da *Collecção de noticias para a historia e geographia das Nações Ultramarinas*, edição da Academia Real das Sciências, e cuja autoria Vernhagen atribuïu a Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho na Bahía e vereador da Camara. Desta obra se serviram amplamente Pedro de Mariz, nos *Dialogos de Varia Historia* (2.ª edição), Frei Vicente do Salvador, Frei António Jaboatão, Simão de Vasconcelos, Aires do Casal, e depois Soutey e Ferdinand Denis. Existem em Portugal diversas cópias manuscritas dêste códice: três na Biblioteca de Évora, outras três na Biblioteca Municipal do Pôrto, mais três na Biblioteca da Academia das Sciências, uma na Tôrre do Tombo, e ainda outras na Biblioteca Nacional de Lisboa (que para lá foram removidas da Biblioteca do Paço das Necessidades). Na ordem cronológica, o *Tratado Descriptivo do Brasil* é a segunda obra que se escreveu em língua portuguesa sôbre a terra brasileira (1587). *A Historia da Provincia de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães de Gandavo, cuja dedicatória a D. Leoniz Pereira é escrita por Luís de Camões, foi impressa em 1576.

Há diversas edições do *Tratado:* a de 1830, de Paris, no *Patriota Brasileiro;* a de 1851, do Instituto Histórico *do Rio de Janeiro; a de 1879 (Tipografia de João Ignácio da Silva, Rio de Janeiro).*

Aires do Casal, Martin e Ferdinand Denis, atribuïam a autoria do *Tratado*, (composto de duas partes: *Roteiro Geral*, com 74 capítulos, e *Memorial e declaração das grandesas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notaveis partes que tem*, com 196 capítulos) a Francisco da Cunha. Foi Varnhagen, na sua Memória — *Reflexões Criticas acêrca do Roteiro* — apresentada à Academia das Sciências de Lisboa (1839) e publicada no Tomo V. N.º II da *Collecção de Noticias*, que, fundado no Abbade de Sever, *Bibliotheca Lusitana*, Vol. 2.º pág. 321, reivindicou para Gabriel Soares de Sousa a paternidade do *Roteiro*.

O Mapa mundi de Ruych, de 1508, cuja eprodução apresentamos extraída do Atlas de Santarem, contem, como se diz no Atlas, as mais recentes descobertas até àquela época. As multiplices inscrições latinas, que preenchem vários pontos desta carta em projeção cónica, tornam-a uma das mais interessantes da época. A Antília, cortada pelo meridiano 310, está sublinhada por uma legenda que póde ler-se com o auxílio de uma lupa. Na costa do Brasil não se vê a designação de PORTO SEGURO, mas, em compensação, figura-se o MONTE PASCOAL bem nitidamente.

1503—No mesmo ano, o grande capitão Afonso de Albuquerque, a caminho da India, surge âncoras num ponto do litoral de Santa Cruz, como pôrto de escala.

1505—A armada comandada por D. Francisco d'Almeida, saída do Tejo a 25 de Março, explora, a caminho da Índia, o litoral da Terra de Santa Cruz.

1506—Tristão da Cunha, comandando uma armada de onze navios, que partiu de Lisboa a 6 de Março, procede ao reconhecimento da costa de Santa Cruz.

São salientes as confusões introduzidas neste sumário cronológico das primeiras armadas portuguesas que exploraram o litoral das novas terras austrais.

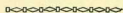
Quanto à 1.ª (1501), o que sabemos consta de Gaspar Corrêa e das cartas de Vespúcio. Varnhagen atribui o seu comando a D. Nuno Manuel, fundado na carta escrita de Medina del Campo a D. João III pelo embaixador de Portugal Álvaro Mendes de Vasconcelos, datada de 14 de Dezembro de 1531, em que reivindica para os Portugueses a prioridade do descobrimento do Rio da Prata, realizado por uma armada de D. Nuno, que, a mandado de D. Manuel, «*foi descobrir ao dito rio*» (193). Há uma corrente de opinião erudíta, originada numa memória de Cândido Mendes de Almeida (194), no sentido de atribuir a André Gonçalves o comando desta expedição.

A 2.ª é problemática, embora haja motivos para acreditar que Cristóvão Jacques andou pelo Brasil durante o reinado de D. Manuel, chegando ao Rio da Prata, onde o mapa de Diogo Ribeiro, de 1529, assinala uma ilha com o seu nome (195). Varnhagen, fundando-se na carta de Pero Rondinelli, escrita de Sevilha aos 3 de Outubro de 1502, e publicada na parte 3.ª, volume 2.º, pág. 121 da *Raccolta Colombiana*, relativa ao arrendamento da exploração do pau brasil a uma sociedade de cristãos novos (196), acredita que Fernão de Noronha fazia parte da expedição de 1503, tendo então descoberto a ilha a que deu o nome de S. João, mais tarde substituìdo pelo do donatário.

Porém, a ilha de Fernão de Noronha, baptizada com o nome de *Quaresma*, já aparece no mapa de Cantino, em 1502.

A 3.ª viagem citada por Santarem, do comando de Gonçalo Coelho, está definitivamente autenticada. As 4.ª, 5.ª e 6.ª não devem compreender-se na série propriamente dita de explorações da costa brasileira. O Brasil serviu-lhes, apenas, de pôrto de escala.

O êrro capital em que Santarem incorria avulta na ilação que pretende tirar desta enumeração defeìtuosa de vìagens portuguesas à América Austral, quando assevera que elas bastam para «demonstrar a falsidade das narrações de Vespúcio». O historiador desorienta-se na obscuridade que cérca êste ciclo de expedições clandestinas e chega a discutir a presença de Vespúcio na esquadra de Cabral (absolutamente fóra da questão), citando o testemunho de Napione no *Esame critico del primo Viaggio del Vespuci*, invocando o silêncio de Castanheda, o de Galvão e o de José Teixeira no *De Portugaliæ ortu regni, initiis*...

A conclusão a que conduzem as pesquisas de Santarem, de não se encontrar menção de Vespúcio nos escritores portugueses do século XVI, nem nos arquivos de Portugal, é tam verídica como é indubitável que Vespúcio não descobriu a América central antes de Colombo e o Brasil antes dos Portugueses. Isso não invalída, entretanto, o depoìmento de Vespúcio, pois, realmente, êle participou em duas das expedições a que se deve a constatação portuguesa da grande massa continental, intercalada entre a Europa, a África e a Ásia. Se o descobrimento dos grandes rios, que desagúam ao N. da equinocial, teria já permitido a Colombo, Hojeda e Pinzon a percepção do continente ocidental, a verdade é que ela só aparece firmemente documentada, pelo que respeita à América do Sul, no mapa português de Cantino, elaborado em 1502, onde se registam os resultados das navegações do Lavrador, de Gaspar Côrte-Real, de Pedro Álvares Cabral, e de outras misteriosas explorações nos hemisférios setentrional e austral.

(193) Cândido Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Historico*, Vol. XL, pág. 201; e Zeferino Cândido, na sua obra *Brazil*, trataram desenvolvidamente da hipótese de Vernhagen, concernente a D. Nuno Manuel.

(194) *Notas sobre a Historia Patria*, lidas na sessão do Instituto Histórico de 10 de Dezembro de 1875: *Quem levou a noticia da descoberta do Brasil?*

(195) A êle se refere um documento publicado por Medina, a págs. 37 a 42 de *Los viajes de Diego Garcia de Moguer al rio de la Plata* (Santiago do Chile, 1908), já impresso antes no Vol. I do seu *Juan Dias de Solis*. Cf. Capistrano de Abreu, nos Prolegomenos ao Livro II da *Historia do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, a pág. 72.

(196) De que se ocupa o relatório do veneziano Leonardo de Cha de Masser, publicado no Volume das *Memorias da Comissão Portuguesa do Centenario do descobrimento da America*.

A incredulidade de Santarem tinha precedentes. As suas opiniões concordam com as de Aires do Casal na *Corographia Brasilica*. Êsse movimento de suspeição contra Vespúcio é, porventura, originado na sua pedantêsca preocupação de diminuir a competência náutica dos mais experientes navegadores do seu tempo, representando para a posteridade um papel de super-homem.

Munõz, na *Historia del Nuevo Mundo*, já reduzira às devidas proporções a sciência do florentino, que o professor Luciano Pereira da Silva examinou com a competência de um scientista. «*Quando Vespúcio perdia o sono da noite, procurando descobrir uma estrêla polar do sul, havia já meio século que de bordo das naus portuguesas se começara o estudo das constelações austrais*» (197).

A PARTICIPAÇÃO DE VESPÚCIO NO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

A vaidade ambiciosa de Vespúcio não diminui, contudo, a importância que assumiram as suas cartas na história do descobrimento da América. A essas epístolas, dirigidas a Lourenço de Médicis e a Soderini, a Europa do século XVI deveu o conhecimento das expedições de 1501 e 1503, que concedem a Portugal a prioridade no descobrimento de grande parte do litoral leste da América do Sul e que comprovam a dupla e genial tentativa, quási simultânea, de descobrir as passagens do Noroeste (Côrte Real) e do Sudoeste (Gonçalo Coelho).

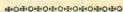
Las Casas já discutíra as pretensões atribuìdas a Vespúcio e lançára à margem do processo histórico a sentença definitiva, restabelecendo a verdade nesta síntese perfeita: «*O almirante* (Colombo) *foi o primeiro que descobriu a terra firme de Pária. Hojeda foi o primeiro que a viu depois do almirante. Estava com êle Américo. O almirante partira de S. Lucar a 30 de Maio de 1498, e Hojeda e Amrico no ano seguinte, 1499*».

Na mesma sobriedade podem condensar-se as reivindicações do descobrimento da América do Sul, oculto nas densas sombras de uma política de prudência.

Os litorais atlânticos da América austral foram reconhecidos por uma série de expedições portuguesas, que se sucedem de 1498 (?) a 1514. Em duas dessas armadas viajou Vespúcio. Essa circunstância valeu ao improvisado cosmógrafo florentino a glória indevida de vêr baptizada com o seu nome a quarta parte do mundo. De qualquer modo, foi o nome de um dos tripulantes das armadas portuguesas de 1501 e 1503, que sugeriu a Ilacomylo a designação de *América* para o novo continente.

OS MOTIVOS DA POLÍTICA PORTUGUESA DE MISTÉRIO

AS obscuridades que dificultam a narrativa do descobrimento da América austral confirmam «*uma unica e constante preoccupação, methodicamente adoptada, de occultar os projectos, as viagens e os progressos das construcções navaes, denunciada no decreto de 13 de Novembro de 1504, que ordena o segredo da cartographia. A rivalidade das duas nações (Portugal e Hespanha) explica demasiadamente as precauções e o silencio que envolvem os esforços produzidos nas vesperas dos grandiosos acontecimentos que iam produzir-se. Com justo motivo, Portugal mostrava-se zeloso dos seus successos maritimos, havendo-se tornado a Cosmopolis para onde convergiam todas as noticias dos descobrimentos e onde se encontravam os ultimos progressos na arte da navegação. Volvendo-se a Hespanha em temerosa concorrente, impunha-se com maior força a necessidade dessas medidas de prudencia. A raridade do Regimento* (de cujas primeiras edições só se conhecem os exemplares de Mogûncia e de Évora) *constitue uma nova prova dos cuidados empregados para conservar secretos os estudos de uma questão capital, que acabava de ser resolvida.* O *Regimento* e o *Tratado da Esphera, reunidos, constituiam uma obra de grande alcance, simultaneamente guia dos navegantes e vulgarisadora da astronomia nautica. Este livro, essencialmente portuguez, era a chave do vasto programma colonial de D. João. Lido, relido, verificado e meditado, conduziu á mais audaz das emprezas maritimas de todos os tempos: a viagem em torno do mundo, por Fernão de Magalhães*» (198).

Foi a esta política de mistério que D. João II deveu o êxito nas negociações conclusas no tratado de Tordesilhas. «*Depois que a Hespanha, seduzida por Colombo, se apresenta em 1492 como*

(197) *Astronomia dos Lusiadas*, por Luciano Pereira da Silva, a pág. 169.
(198) Bensaúde, Op. cit. pág. 202.

concorrente no dominio das descobertas», essa sábia política aparece-nos cada vez mais sistemática. O segrêdo sôbre os objectivos das expedições era tam cautelosamente mantido, que o próprio Behaim, portador da carta do dr. Monetário para D. João II, parece ignorar a convicção portuguesa, já inabalável, da viabilidade de se atingir a Índia asiática pelo oriente, patenteada na entrega a Vasco da Gama das cartas reais para os príncipes hindús.

Em 1504, D. Manuel proíbia que as cartas náuticas registassem indicações para a navegação além das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Um outro decreto do mesmo ano dilatava até ao rio Manicongo, a 7º de Lat. S. a zona excluìda da proìbição anterior:

«... *que nenhuuns mestres de fazer as ditas cartas as nam fezesem mais que ate as ditas jlhas; e aquellas cartas que eram fectas de mais navegaçam fossem todas levadas a Jorje de Vasconcellos pera lho tyrar, e ysto tudo sob as penas no dito nosso alvara comthyudas; porem agora por este presente nos praz, que homde as ditas cartas nam aviam de ser feytas salvo ate as ditas jlhas, se estenda mais atee o rio de Manicomguo; e nas que são fectas fique a navegaçam ate o dito ryo e de ally por diante não pasem em mar nem per costa, sob as pennas em noso alvara comthyudas*...» (199).

É esta lei, como judiciosamente observa Bensaúde, que explica a supressão de todas as latitudes ao sul do equador no exemplar do *Regimento*, da biblioteca de Mogûncia. Já Garção Stockler, há um século, no *Ensaio historico*, reconhecia que «*o excessivo cuidado com que D. João II recatava dos estrangeiros a noticia das derrotas e methodos de navegar, e com que procurava difficultar-lhes o conhecimento dos paizes descobertos pelos seus navegadores, o determinou a proceder sobre tudo que dizia respeito aos mesmos descobrimentos com tão mysterioso segredo, que não será facil, já agora, achar meios de os elucidar completamente*...»

Não era só da Espanha que Portugal tinha a acautelar-se. A emoção causada em Veneza pelo êxito da viagem de Vasco da Gama inspirava uma contra-política de descrédito, em que se afirmava o génio italiano. Até 1498, os produtos da Índia chegavam à Europa por intermédio dos mercadores árabes do Egipto, que os vendiam aos venezianos. Os pesados direitos aduaneiros a que eram submetidas as mercadorias asiáticas nos portos da Arábia e do Egipto, as exacções dos sultões e dos seus agentes encareciam consideràvelmente os produtos da Índia nos mercados do Cairo e de Alexandria. Os Portugueses iam buscar directamente aos países produtores as especiarías, dispensando os intermediários, e, por isso, em condições que tornavam impossível qualquer tentativa de concorrência. O quintal de pimenta, que se vendia em Calecut por 3 ducados, só se obtinha em Alexandria por 80. Lisboa lançou nos mercados a pimenta por 40 ducados, e, tam grande era ainda a margem de lucro, que o preço desceu a 20 ducados na luta emocionante, que nenhum economista ainda descreveu, em que se empenharam na aurora do século XVI as duas cidades rivais. Em 1503, a esquadra de Vasco da Gama trazia para Lisboa 36.000 quintais de pimenta, canela, gengibre e noz-moscada, sem contar as pedras preciosas, as pérolas e as párias. Veneza, compreendendo imediatamente que eram a prosperidade e a própria existência do seu comércio que estavam sob a ameaça de total destruíção, lutou energicamente para disputar a Portugal a supremacía do mercado asiático. Foram enviados a Lisboa emissários, encarregados de colhêr informações, de vigiar a partida e a chegada das armadas, de desacreditar Portugal junto aos embaixadores dos reis indianos. Ao mesmo tempo, a diplomacía veneziana não se mantinha inactiva no Egipto. Em 1502, Benedetto Sanudo era enviado ao Cairo em missão secreta, para informar o sultão das desastrosas conseqùências financeiras com que Portugal ameaçava o Egipto, desviando o tráfico das especiarías. Essas habilíssimas intrigas não tardaram a produzir os resultados desejados. O sultão ameaçou destruir o templo de Jerusalem, o sepulcro de Cristo e o mosteiro do monte Sinay, se os Portugueses não desistissem das suas emprêsas na Índia. Era desconhecer a fibra dos homens que haviam dominado os oceanos, supô-los capazes de se atemorisarem com as ameaças do Sultão do Egipto. Em resposta ao desafio, D. Manuel mandou por vice-rei ao Oriente a D. Francisco de Almeida, com uma armada de vinte e duas velas, e inaugurou a epopeia guerreira — e também da perdição! — em que foram heróis máximos, de vera estatura romana, Duarte Pacheco, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro.

As razões que ditavam essa mesma táctica de mistério, adoptada também por D. Manuel para as explorações do Novo Mundo, iam provar-se justificadas, pois não tardaria que as cobiças francesa, espanhola, inglesa e holandesa abatessem sôbre os imensos domínios portugueses da América austral, obrigando a nação pigmeia a defendê-los com energia leonina, batalhando desde o Oyapoc ao Rio da Prata, vertendo caudais de sangue para conservar intacto o património territorial dos futuros Brasileiros,

(199) Alguns documentos do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, pág. 139.

pelejando com as quatro maiores potências marítimas do mundo, suas contendoras, desbaratando nessa luta épica as sobreviventes energias da idade da epopeia, exaurindo-se como o pelicano na pugna formidável, afrontando, durante três séculos quási ininterruptos, as ciladas da guerra e da diplomacía, para legar intacto o Brasil a seus filhos, herdeiros e continuadores da sua glória.

A PRIORIDADE PORTUGUESA DA CONCEPÇÃO CONTINENTAL DA AMÉRICA

SE, desde 1474, Portugal conhecia o plano colombino, que fôra submetido por Toscanelli a D. Afonso V; se o recusára três vezes sucessivas: em 1474, em 1484-85 e em 1493; se Colombo se orientou por informações e conhecimentos obtidos em Portugal para ir às Antilhas—¿póde deduzir-se dêste encadeamento de factos que em Portugal se conhecia experimentalmente ou admitia, hipotéticamente, a existência de terras entre a Europa e a Ásia, no Ocidente, por analogía com o que acontecia a Oriente?

A atitude de D. João II em relação a Colombo, as reivindicações que conduziram ao tratado de Tordesilhas, a expedição clandestina de Duarte Pacheco, o desvio de Cabral e a sua escala em Vera Cruz suportam esta conjectura.

Forçosamente, estes factos devem ter concorrido para a produção de um ou mais certificados concludentes, que expliquem as concessões pre-colombinas de terras e ilhas situadas a poente, a reprovação do plano Toscanelli-Colombo-Monetário para alcançar a Índia pelo Ocidente, as reclamações de D. João II junto da côrte de Espanha, para alterar a demarcação da bula pontifícia de 4 de Maio de 1493, as expedições do Lavrador e dos Côrtes-Reais para noroeste, e, finalmente, os reconhecimentos das terras austrais e setentrionais, desde 1498 a 1514.

A concepção portuguesa do continente americano, mantida em sigilo por uma política de mistério, que ameaçava com a pêna de morte (200) a saída para o estrangeiro de documentos cartográficos, está documentalmente provada pela arguta espionagem italiana. Aos 17 de Outubro de 1501, o embaixador do duque de Ferrara escrevia a Hercules de Éste, dando-lhe conta de uma das duas caravelas de Côrte-Real, que voltára «*dun grandissimo paese, al qual con grandissima allegreza se acostarno, et correndo molti et grande fiumi dolci per quella regione al mare, per uno de epsi, forsi una legha fra terra intrarno; et in quella dismontati trovarno copia de suavissimi et diversi fructi, et albori et pini de si smisurata alteza et grosseza, che serebbono troppo per arboro de la piu gran nave che vade in mare*».

Neste momento, Colombo continuava e continuaria imaginando que as Antilhas faziam parte do continente asiático. Todavia, em Portugal, os navegadores, que vinham das terras do ocidente, não incorriam no êrro colombino: persistiam em não confundir as Índias com as novas terras setentrionais e austrais do poente. Referindo-se ao navio que ficára na Terra Nova, Cantino notícía que «*laltro compagno he deliberato andar tanto per quella costa, che vole intender se quella è insula, o pur terra ferma*».

Pietro Pascuáligo, escrevendo no dia seguinte, 18 de Outubro, ao Senado de Veneza, sôbre o mesmo acontecimento — o regresso de «*una di doe caravelle, quale l'anno passato la majestá del ditto re mandó a discopir terra verso le parte de tramontana,*—é muito mais explícito do que o embaixador de Ferrara: «*Credono quasti di la caravella,* escreve o sagaz veneziano, *la soprascritta terra esser terra ferma, et conjungersi con altra terra, la qual l'anno passato soto la tramontana fu discoperta da l'altre caravelle de questa majestá, licet non potesseno arivar a quella, per esser el mar agiazato con grandissima quantitá di neve, in modo ch'è monti qual terra. Etiam credono conjungersi con le Andilie, che furono discoperte per li reali di Spagna, et con la terra dei papagà, noviter trovata per le nave di questo re che andarono in Calicut...*»

No dia seguinte, 19 do mesmo mês de Outubro, Pietro Pascuáligo repete, na carta aos irmãos,

(200) *Ulterius aspetiamo di zorno in zorno da Lysbona el nostro doctore, che lassó li el nostro magnifico embassator el qual a mia instancia ha facto un'opereta del viazo del Calicut* (a chamada narração do pilôto anónimo), *de la qual ne faró copia á la magnificencia vostra, de carta de qual viazo non é possibile haverne che el Re ha messo pena de vita á chi la dá fora...*» Carta de Travisan a Malipiero, de 21 de Agosto de 1501.

que os Portugueses «*credeno che sia terra ferma la qual continue in una altra terra che lanno passato, fo discoperta sotto la tramontana*...»

É neste ano de 1501 que o rei de Portugal manda explorar o litoral da América austral, quando em Espanha ainda se acredita na miragem das Índias Ocidentais (201).

¿Que outra conclusão poderá extraír-se desta série de provas, a que o mapa de Cantino apõe a decisiva confirmação cartográfica, senão a da prioridade portuguesa no conhecimento e revelação do Novo Mundo? A prova documental de que os Portugueses suspeitaram, primeiro do que ninguém, que ao Ocidente se interpunha uma outra massa continental, é incontestável e incontestada. Essa prova surge no ano de 1501 (202). ¿A concepção portuguesa do continente resultou das expedições do ano anterior ou poderá ser recuada? ¿A viagem narrada por Duarte Pacheco no *Esmeraldo* consente deslocar para 1498 essa suspeita, senão essa constatação prodigiosa? Os dizeres de Cristóvão Colombo aos reis Católicos, mencionados em Las Casas, informando os soberanos da resolução de ir verificar a veracidade da palavra de D. João II, de que «*no Austro havia terras*», ¿não permitirá transferir ainda para data anterior o primeiro indício dessa concepção surpreendente? Possuiriamos, então, a visão integral da política de D. João II, e saberiamos porque D. Manuel escolheu o caminho mais *longo* do Oriente para enviar por Vasco da Gama as suas cartas aos rajás da Índia, que as receberam, — de preferência a enviar-lhas pelo *breve* caminho do Ocidente, por onde seguíra Colombo, portador da carta de Fernando e Isabel para o Grão-Khan... e que nunca chegou ao seu destino.

A PRIORIDADE PORTUGUESA DO CONHECIMENTO DAS TERRAS OCIDENTAIS

EMASIADAMENTE se verificou a impossibilidade de narrar com verosimilhança o descobrimento da América, sem admitir que os Portugueses, recusando a proposta de Colombo, acreditassem que a circum-navegação da África era o único caminho viável para as Índias, e porventura tivessem levado tam longe as explorações do Atlântico Ocidental, que houvessem adquirido a convicção experimental dos erros geográficos de Marco Polo e Toscanelli (203).

Que a existência das terras de oeste era conhecida ou suspeitada, é um facto documentalmente provado.

Ora, o plano de Toscanelli repousava sôbre a doutrina da esferoïcidade da terra, já incontroversa, e como todas as informações geográficas sôbre a Ásia se associavam para representá-la como um continente prolongado muito para além do trópico de Cancer, é intuitivo que tôda a navegação que se fizesse nos paralelos de Lisboa, Açôres, Madeira, Canárias ou Cabo Verde, atingiria a Ásia pelo poente. Só, pois, a sciência da interposição de terras explicaria cabalmente a perseverança do périplo africano, já depois da viagem de Colombo. Essa sciência dar-nos ia a exacta interpretação das negociações de Tordesilhas. É essa sciência conjectural que imprime à viagem de Duarte Pacheco, em 1498, uma significação em harmonia com as sábias palavras em que a narra o guerreiro-cosmógrafo. É, por sua vez, aquela viagem secreta que esclarece o enigma da diversão de Cabral até à costa americana austral, conciliando a opinião dos técnicos navais com a verdade histórica restaurada. São todos estes factos cronológicamente encadeados, desde as explorações do ciclo dos Côrte-Reais até às explorações austral e setentrional dos anos de 1500 e 1501, que tornam perfeitamente compreensível a adivinhação — que se

(201) Em nota, a pág. 216 da sua obra, *Toscanelli and Columbus*, e referindo-se aos apontamentos cartográficos de Bartolomeo Colombo, analisados por Wieser em *Die Karte des Bartolomeo Colombo* (Innsbruck, 1893), Vignaud conclui que "*after examining this map it is difficult to understand how it is possible to maintain the opinion that Columbus realised he had discovered a New World, which was not the Indies*".

(202) E' só na carta *Mundus Novus*, escrita a Lourenço de Médicis, entre 1502 e 1503, que Vespúcio afirma nitidamente que as regiões ocidentais são partes de um continente independente da Ásia. Esta concepção é reeditada na carta a Soderini, de 4 de Setembro de 1504. O simples confronto cronológico basta para abalar a tese sustentada por Vignaud na sua última obra, *Americ Vespuce* (1917, Ernest Leroux, editor, Paris), de que ao navegador florentino deve ser conferida a glória desta concepção cosmográfica. Desde 1501, pelo menos, ela fôra engendrada em Portugal. Vespúcio só a certifica na carta a Lourenço de Médicis, filho de seu antigo patrão Picao Francesco de Médicis, o opulento mercador de Florença, escrita em Lisboa, no regresso da expedição portuguesa à América Austral.

(203) Luciano Cordeiro, *La part des Portugais dans la découverte de l'Amérique*, 1876.

afigurou sobrenatural a Humboldt — dos informadores de Pascuáligo e que orientam o cartógrafo anónimo que confecionou com os resultados das viagens empreendidas para o noroeste, o oeste e o sudoeste, desde 1498 a 1501, o mapa de Cantino.

No tempo em que o génio de Humboldt reinou sôbre os domínios da geografia e da história, a cultura náutica portuguesa não parecia à altura de tamanhas concepções, e o esfôrço dos seus continuadores aplicou-se em fortalecer a tese errónea do mestre, reivindicando para a douta Alemanha a honra de haver ensinado os cosmógrafos portugueses e não admitindo, conseqùentemente, que lá se ignorásse o que faziam e pensavam os discípulos. Hoje, porém, depois dos trabalhos críticos de Ravenstein, de Bensaúde e de Luciano Pereira da Silva, já não é possível aceitar, neste assunto, as doutrinas da escola humboldtiana. Isso criou e impôs a necessidade de rever e reformar a história dos descobrimentos do Atlântico ocidental, entregando aos Portugueses a glória de terem, primeiro do que ninguém, suspeitado da existência de um novo continente. É nessa concepção que se integra Vespúcio, como o seu arauto e colaborador, mas não seu inventor. São os Portugueses que oferecem ao antigo mercador florentino a oportunidade de constatar a veracidade da doutrina cosmográfica portuguesa. São os Portugueses os primeiros a fixar num mapa o esbôço do novo continente; são êles que, até à primeira década do século XVI, com as expedições sucessivas de João Fernandes Lavrador, de Duarte Pacheco Pereira, de Gaspar e Miguel Côrte-Real, de Pedro Álvares Cabral, de André Gonçalves (?) de Gonçalo Coelho e de João de Lisboa (204), reconhecem, em confronto com os Espanhois, uma linha de costa, nos dois hemisférios do continente novo, incomparàvelmente maior do que a explorada pelos navegadores do ciclo colombino, por meio de uma série assombrosa de expedições concatenadas, que atingem, no ano de 1501, as paragens remotas da América meridional.

É dentro dêste quadro que as cartas de Toscanelli e Monetário assumem uma importância considerável. A de Monetário comprova a de Toscanelli, pela similar regeição de um plano idêntico. A viagem de Duarte Pacheco explica a plausibilidade do mapa de Bisagudo e esclarece a intencionalidade do desvio de Cabral (205). O mistério de que se rodeou a expedição de 1498 é o mesmo de que se cercaram as expedições de 1501 e 1503 e o mesmo sigilo das instruções a que obedeceu Cabral, em 1500.

A recapitulação sintética, por ordem cronológica, dos acontecimentos que estabelecem as duas prioridades portuguesas do conhecimento das terras do ocidente e da concepção continental, melhor permitirá ajuizar da lógica com que êles se sucedem e relacionam. O exame analítico, realizado em progressão cronológica, dos motivos que conduziram os Portugueses a dar ao mundo o exemplo de pertinácia do périplo da África como róta da Índia, iniciado em 1433 (206) e coroado em 1498 por um com-

(204) *"O que fica fóra de duvida é que João de Lisboa foi mais do que uma vez ás terras da América, que descobriu o cabo de Santa Maria e provavelmente o Rio da Prata, tanto que a sua grande auctoridade era invocada e seguida na celebre viagem de Fernão de Magalhães, pois, como diz Herrera,* (Dec. II, Liv. 9, cap. 10.º) *o piloto João Carvalho, portuguez que acompanhava o grande navegador, quando avistaram tres serras que pareciam ilhas, disse "que eran el Cabo de Santa Maria que lo sabia por relacion de Juan de Lisboa, piloto português que avia estado en el".* — Brito Rebelo, op. cit. pág. XLVII.

(205) «*En ce qui concerne Cabral, disons toutefois, qu'il ne saurait y avoir aucun doute sur le fait qu'il n'est pas le premier découvreur portugais du Brésil. Nous possédons à cet égard deux témoignages irrécusables. Le premier est celui de Duarte Pacheco, cosmographe, navigateur diplomate et haut fonctionnaire, dont le caractère inspire toute confiance, qui dit lui-même que, le roi D. Manoel l'ayant envoyé, en 1498, à la découverte du côté de l'Occident, il constata l'existence d'un vaste continent qui s'étendait au-delà du 28º degré de latitude australe et qui était trés peuplé. Le second témoignage est celui de Maitre João, médecin de Cabral, qui dans une lettre datée de la Vera Cruz, du 1.er mai 1500, qu'il adressa au roi pour l'aviser de la découverte de la terre de la Vraie Croix, lui dit que, s'il veut connaître la situation de cette terre, il n'a qu'à se faire présenter la mappemonde de Pero Vaz Bisagudo où elle est indiquée, ce qui suppose nécessairement que cette terre avait été vue antérieurement et qu'on en avait relevé la situation. Ces deux découvertes, à moins que celle de Pacheco ne soit celle porteé sur la carte mentionnée par João, ce qui est fort possible, assurent en fait aux Portugais, la priorité pour cet évenement...*» Henry Vignaud, *Americ Vespuce*, págs. 144 e 145, 1917.

O eminente historiador, depois de haver constatado a autenticidade dos textos em que essa prioridade se revela incontestável, acrescenta: «*Mais cette priorité n'a aucune importance. Une découverte n'est effective que lorsqu'elle a une suite...*» É uma conclusão desconcertante. A seqùência do descobrimento é, pelo contrário, evidente. Duarte Pacheco assinála-o numa obra cosmográfica; Bisagudo regista-o num mapa-mundo; Cabral conságra-o na escala em Vera Cruz; as expedições em 1501 e 1503 ampliam-no até aos litorais meridionais do novo continente; dêle resulta a criação de um gigantesco império. ¿Como, pois, não teve sequência aquele descobrimento?

(206) *"A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber que, seendo pello Yfante Dom Amrrique meu tyo começado o descobrimento da terra Guynee na era de mil quatroçentos e trynta e tres, com entençom e desejo de pella costa da dicta terra de Guynee se aver de descobrir e achar a Ymdya"*... Carta de El-Rei D. Manuel, de doação a Vasco da Gama, de duzentos e trinta mil reais de renda, importe dos trezentos mil reais que lhe foram dados, pelos serviços que fêz no descobrimento da India, e de outras mercês, entre as quais a do título de Dom e a do cargo de Almirante da India. — *Alguns documentos da Torre do Tombo*, Pág. 127.

pleto triunfo, quando levado a efeito, corrigirá o *Exame Crítico*, de Humboldt e projectará luz sôbre as penumbras remanescentes que obscurecem a história do descobrimento da América. Essa luz não prejudicará a glória convencional de Colombo, atenuada pela injustiça que baptizou com o nome de Américo Vespúcio, pilôto ao serviço de Portugal, o continente a que o almirante das Índias Ocidentais se esquecêra de dar um nome, obstinado em considerá-lo, no seu iluminismo místico, como um prolongamento dessa Ásia das maravilhas, obcessão cúpida da civilização sensualista da Renascença. Se não resolve com propriedade o descobrimento da Quarta Parte do Mundo, a expedição de Palos não deixa de constituir o acontecimento inicial de um novo período da história da humanidade, prólogo das explorações sistemáticas das novas terras ocidentais — pois que é, enfim, o primeiro acto de posse oficial da América pelos povos cristãos da Europa.

O descobrimento implica, porém, a consciência do que se descobriu e Colombo voltou da sua 3.ª viagem, ignorando que avistára em Pária a terra firme do continente, entrevisto pela imaginação poética de Séneca e que se erguia como uma muralha, só transposta por Fernão de Magalhães, entre a prôa das suas frágeis caravelas e os tesouros estonteadores da milenária civilização asiática. Aconteceu-lhe o mesmo que aos audazes navegadores da Escandinávia e da Islândia, que, desde o século X, haviam pisado na Groenlândia as terras americanas e se imaginavam nas extremas ilhas setentrionais do Ocidente europeu.

Com mais fundamento se poderia atribuir a Gunnbjorn o descobrimento da América, se não militasse contra êle e os seus rudes e intrépidos sucessores, no domínio das terras agrestes, a mesma objecção de ignorância em que persistiu Colombo. Todavia — e é nisto que reside a justificação da perene glória colombina — enquanto que a colonização escandinava se extinguiu, sem haver revelado a América, as viagens de Colombo provocaram incessantes expedições para o poente, em três ou quatro das quais navegou, sob as bandeiras de Castela e Portugal, o aventuroso e venturoso Vespúcio. Se fosse possível provar irrefutàvelmente que alguma das expedições heróicas dos Côrte-Reais atingíra antes de Colombo as terras americanas, êsse arrojado empreendimento não conseguiría, ainda assim, eclipsar a glória de Colombo, pois das navegações dos Côrte-Reais só em 1500 a de Gaspar teve influência na geografia americana, não tendo resultado das anteriores (devido, porventura, ao mistério com que se acautelavam as expedições marítimas portuguesas) o advento da integração da América na órbita da civilização europeia — e é êste facto memorável que a viagem de Colombo comemora. As maiores causas dependem, freqùentemente, de circunstâncias mínimas. Haveria bastado que as muitas referências a ilhas e terras do poente, que se encontram em documentos do século XV nos arquivos portugueses, mencionassem por um mesmo nome genérico essas terras entrevistas, ou apenas suspeitadas, para que a viagem de Colombo nos aparecêsse com o carácter inconfundível de uma expedição de reconhecimento, e não de descobrimento. Mas essa terra omónima nunca foi designada pelos nautas nos portulanos. Como vestígio do conhecimento português anterior da América ficou, apenas, a denominação e localização cartográfica da Antília, que sobreviveu à nomenclatura colombina. Não obstante, é impossível desintegrar a viagem de Colombo das viagens, já quási centenárias, dos navegadores portugueses no Atlântico, e cousa nenhuma póde parecer mais infundada do que a pretensão de conferir aos Espanhois a precedência no descobrimento do Brasil, disputando-a aos Portugueses, que já em 1493 reclamavam da Espanha os direitos às terras tropicais e que em 1498, dois anos antes das viagens de Hojeda e de Pinzon, haviam reconhecido a existência da imensurável terra firme, que se projectava, a perder de vista, para lá do trópico de Capricórnio... A viagem clandestina de Duarte Pacheco Pereira, assinalada no *Esmeraldo de Situ Orbis*, e que tem na similitude da viagem, igualmente clandestina, de 1501, uma indirecta confirmação, desmorona os falsos ensinamentos geográficos, fundados no êrro, e elimina do caminho do historiador os dois maiores temas de controvérsia que surgem no preâmbulo da História do Brasil: — a famigerada precedência espanhola no descobrimento e a casualidade da aterragem de Cabral, em Vera Cruz.

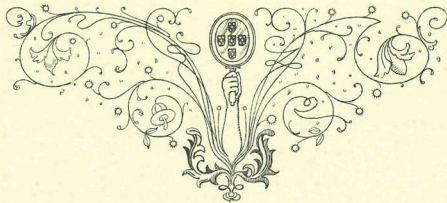
PRIORIDADE PORTUGUESA NA EXPLORAÇÃO DA AMÉRICA AUSTRAL

A reivindicação portuguesa não deve paralisar-se nestes limites; antes progredir até à reclamação dos direitos à prioridade da concepção da unidade continental da América. Neste vasto panorama histórico, o comparecimento da esquadra de 1500 no pôrto seguro de Vera Cruz conserva a significação de uma primeira e maravilhosa página da História do Brasil, composta na linguagem ingénua e embevecida de Caminha e contrastando, pelo lirismo que a impregna, com a ansiedade cúpida da scena histórica das Lucaias, onde, das alcáçovas e chapitéus das naus logo se grita pelo ouro, e que inaugura a escravatura do índio — ouro humano que vai substituir, nas alvíçaras da expedição interesseira, as riquezas asiáticas.

O primeiro volume desta obra terá por objecto a narração do descobrimento e exploração dos litorais brasileiros, compreendendo a primeira série de expedições náuticas, abrangendo a viagem narrada

na *Neue Zeitung aus Presilg Landt* (207), e o início do trânsito marítimo comercial nos mares americanos austrais, pelas frotas mercantes dos cristãos novos.

Veremos os antepassados europeus dos Brasileiros — na posse «de um nome e de uma língua que, num momento, foram os orgãos da civilização da Europa» — apontar nas regiões ignotas das águas, lutar contra os elementos, afrontando as solidões atlânticas, ferindo sôbre os abismos oceânicos a tremenda batalha contra o desconhecido, arrancando aos segredos do universo os litorais de Santa Cruz, decorados pelas sombrias florestas da Serra do Mar. Na segunda parte do prólogo do drama histórico, já os veremos lutando contra os homens rivais, disputando-lhes a posse da terra descoberta. Os cavaleiros do oceano pousarão o astrolábio e retomarão a espada. Às naves do descobrimento sucederão as naus de batalha. Os mares americanos ouvirão o estampido dos canhoneios. Nos castelos da prôa, o cosmógrafo ansioso, que pesquisa nos horisontes resplandecentes ou enublados as terras novas, cede o logar ao guerreiro que persegue as náus inimigas e comanda, no fragor da peleja, a manobra iracunda da abordagem.

O drama bélico, prolongado por mais de um século, continúa sem pausa o drama náutico. Os Portugueses não terão para combater já apenas as fúrias das procelas, mas as armadas francesas, a pirataria infréne, os índios indómitos e antropófagos, a natureza formidável, as florestas que parecem aos primeiros colonizadores, no paroxismo da seiva, intransponíveis muralhas, por tal modo os arvoredos centenários se abraçam, entrelaçados pelas rijas cadeias dos cipós, num luxurioso amplexo nupcial. Depois dos abismos aquáticos, os conquistadores defrontam êsses outros abismos vegetais, as húmidas selvas, por cuja trama impenetrável espreitam os índios detrás dos ipés e das perobas, com o arco distendido e a flecha hervada. O quadro paradisíaco de Vera Cruz desvanece-se. Ao prólogo edénico, pintado por Caminha com as suaves tintas e as ingénuas atitudes de um Van Eyck, numa unção quási mística, sucederá uma tragédia grandiosa e sinistra, pois o destino traçára que, em prémio de haverem descoberto um dos reconditos paraísos da terra, os descobridores o disputassem a ferro e fogo, o regassem de lágrimas e sangue, nele padecêssem os suplícios e repetissem as proezas dos homens das primeiras idades, condenados ainda à punição gloriosa de terem de defender à mão armada, no espaço de dois séculos de lutas portentosas, o território intacto e imenso em que fundariam, sob o signo estelar do Cruzeiro, uma das cinco maiores nações do mundo.

(207) Konrad Haebler **(Die Neue Zeitung aus Presilg Landt,** *im Fürstlich Fugger'schen Archiv-Sonderab aus der Zeitschrift der Cesellschaft fur Erdkunde zu Berlin,* Tomo XXX. 1895) revelou a existência de uma cópia manuscrita da *Gazeta* no arquivo dos Fuggers. Êste achado esclareceu as dúvidas anteriores, fixando a época de 1513-1514 para a expedição ao Rio da Prata. Tendo sido a narrativa aproveitada por Schöner, em 1515, para o tratado da *Brasilae Regio*, êsse ano marcava, contra a opinião precipitada de Humboldt *(Examen Critique*, a págs. 239—246 do Tom. V) o limite máximo cronológico da expedição. O manuscrito dos arquivos dos Fuggers assinala a data de 12 de Outubro de 1514 para a chegada do navio à Madeira, o que fortifica a presunção de ser capitão da náu o pilôto João de Lisboa. *(Cf. Rodolpho R. Schuller, A Nova Gazeta da Terra do Brasil, Rio,* 1914: *Capistrano de Abreu, O Brasil no seculo XVI, Rio,* 1880: *O descobrimento do Brasil pelos Portugueses, Rio,* 1900). Os Fuggers entretiveram estreitas relações comerciais e financeiras com os Portugueses. No século XVI, detinham quási o monopólio do cobre na Europa, de que Portugal era avultado consumidor para a construção das armadas. D. Manuel chegou a propor-lhes, com a compensação do direito de participação no comércio colonial, o fornecimento de todos os navios de que carecêsse a corôa para a navegação das Indias. Damião de Góis foi agente dos Fuggers, os quais em 1557, estavam ainda de posse de títulos da dívida portuguesa, no valor de 40.000 ducados. *(Haeblea. Die Geschichte der Fugger'schen in Spanien).*

PLANISFÉRIO
DEMONSTRANDO AS
Grandes Viagens Maritimas dos Portugueses
NOS
SÉCULOS 15, 16, 17
DERROTAS
Vasco da Gama em 1497 a 1498
Pedro Alvares Cabral em 1500
Gaspar Côrte Real em 1500
em 1501
Alvares Fagundes em 1520
Fernão de Magalhães em 1520
Estevão Gomes em 1525
João Martins (Pilôto do capitão Maldonado), em 1588
David Melgueiro em 1660
Pedro Fernandes de Queiroz, em 1650 ida. volta
Colónias portuguesas
Costas descobertas ou exploradas pelos portugueses
N. B. — Os traços cheios indicam mais ou menos aproximadamente as derrotas seguidas pelos navegadores. Os traços interrompidos ou ponteados mostram apenas a direcção e sentido das viagens feitas.
AMÉRICA DO NORTE
AMÉRICA DO SUL
EUROPA
ÁFRICA
ÁSIA
OCEANIA
AUSTRÁLIA
Groenlândia
CHINA
BRASIL
OCEANO ÍNDICO
EQUADOR
Terras de Francisco José

QUADRO DOS INDICIOS E PROVAS DO CONHECIMENTO PRE-COLOMBINO DAS TERRAS OCIDENTAIS, A DATAR DO INICIO DAS EXPLORAÇÕES PORTUGUESAS DO ATLANTICO, E DA PRIORIDADE PORTUGUESA NA CONCEPÇÃO DO CONTINENTE AMERICANO

1436 a 1492	ILHA ANTILIA (argumento conjectural)	A datar do 3.º decénio do século XV, os portulanos, planisférios e globos inscrevem no Atlântico ocidental, com variantes de latitude e longitude, a a ilha Antília, designação que a cartografia portuguesa conservou e universalisou, sobrepondo-a à nomenclatura colombina.	Portulanos de Bianco (1436), de Pareto (1455), de Benincasa (1482), Globo de Behaim (1492). N. B. — No portulano de Benincasa, a Antília ostenta os nomes de Sete Cidades, o que importa na identificação com a ilha lendária.	a) Depois dos descobrimentos de Colombo, é Américo Vespúcio o primeiro que designa com o nome tradicional da cartografia do século XV o arquipélago das Lucayas, identificando-o com a Antília. Circunstância que concorre para dar ainda maior vulto a esta identificação é a de viajar com Vespúcio o pilôto Juan de la Cosa, que acompanhára Colombo. b) Toscanelli assinala a Antília no seu roteiro, como se depreende da carta ao cónego Fernão Martins: «*é de la isla de Antil que vosotros llamais de Siete Ciudades, de la qual tenemos noticia, hasta la nobilisima isla de Cipango hay 10 espacios, que son 2.500 millas*». No texto latino, a identificação da Antília com as Sete Cidades não se encontra. A referência à ilha ocidental é, textualmente, a seguinte: «*Sed ab insula antilia vobis nota...*» Isto denota uma interpolação na versão espanhola, que não altera o valor intrinseco da referência ao conhecimento português da Antília. A identificação com as Sete Cidades é, porventura, resultante da doação a Fernão Teles. A tradução italiana mantem a interpolação, mas sem prejuizo do texto original latino: «*Che voi chiamati di sette cittá, della qualle havete noticia*». c) Nos portulanos do século XV, a Antília está situada a uma distância de 30° a 35° de Lisboa. No globo de Behaim aparece a uns 50° a ocidente do meridiano de Lisboa.	*Quatuor navigationes*: «Ob plurimarum rerum nostrarum indigentiam, venimus ad Antigliae insulam...» No planisfério de Cantino (1502) as Lucayas são denominadas Antílias. *Vide* na integra a carta de Paulo Toscanelli, a pág. LXXXI. *Vide* sôbre a ilha das Sete Cidades a *Historia de las Indias*, de Las Casas. Vol. I, Cap. XIII, pág. 99. Doação das Sete Cidades a Fernão Teles, em 1475 e Fernão d'Ulmo, em 1486. No de Andréa Bianco (1436) na Long. 25° 35' W. Em Ruych (1508) aparece entre 37° W. e 40° W., com uma legenda que a identifica com as *Sete Cidades*.
1448	MAPA DE ANDRÉA BIANCO (argumento conjectural)	O mapa de 1448 compreende os litorais da Inglaterra, França, Espanha, Portugal e N. de África, com a legenda «*Andrea Biancho venician comito di galia mi fexe a Londra MCCCCXXXXVIII*».	Reproduzido por Ongania. Parcialmente reproduzido a pág. XXXII da *Introdução*.	a) Nordenskiold é de opinião que êste mapa de Bianco foi executado para registrar os descobrimentos dos Portugueses ao longo da costa da África. b) No mapa vê-se a Antília e uma ilha a 1500 milhas a ocidente do arquipélago de Cabo Verde, aproximadamente na longitude do cabo de S. Roque.	*Periplus, an essay on the early History of charts and Sailing-Directions*, traduzido do sueco para inglês por Francis A. Bather — pág. 62. *The supposed Discovery of South America before 1448* (**Geographical Journal**, Londres Fevereiro de 1897), por Jaime Batalha Reis.
1472 - 74	DESCOBRIMENTO DA TERRA NOVA DOS BACALHAUS (50° DE LAT. N) POR JOÃO VAZ CORTE-REAL E ÁLVARO MARTINS HOMEM. (argumento conjectural, mas que denuncía explorações muito anteriores	a) «E vindo João Vaz Corte Real do descobrimento da Terra Nova dos Bacalhaus que por mandado d'el-rey foi fazer, lhe foi dada a Capitania d'Angra, da ilha Terceira e da ilha de S. Jorge...»	Planisfério de Cantino (1502); planisfério de Palestrina (1503-04), mapa de Reinel (1505), prancha I do *Atlas zur Entdeckungen geschihte Americas*, de Kunstmann; mapa-mundo, de Ruych (1508); portulano do Visconde de	a) Todos os documentos cartográficos mencionados são posteriores às viagens de Gaspar Côrte Real, filho de João Vaz, em 1500-1501, da segunda da qual não regressou, tendo na primeira viagem aportado a uma	

a Colombo, no Atlântico ocidental.)

«Dizem alguns que Jacome de Bruges, primeiro capitão da ilha Terceira de Jesu Christo era flamengo, e que veio povoar a ilha da parte da Praia por mandado do Infante D. Henrique e estando-a povoando veiu ter alli João Vaz Corte Real... e vinha do descobrimento da Terra Nova do Bacalhau e o Jacome de Bruges o recolheu e lhe disse que lhe largaria a metade da ilha, a qual acceitou e depois Jacome de Bruges se foi para sua terra, e desappareceu de maneira que não tornou mais, e a Infanta D. Beatriz por vaga deu a ilha ao dito João Vaz Corte Real...»
Saudades da Terra, por Gaspar Fructuoso. *Archivo dos Açores*, vol. IV.

«Estando pois vaga a capitania da Terceira pela falta do primeiro capitão Jacome de Bruges, succedeu aportarem á Terceira dois fidalgos que vinham da Terra dos Bacalhaus, que por mandado del Rey de Portugal tinham ido descobrir, hum se chamava João Vaz Corte Real e o outro Alvaro Martins Homem, e informando-se da terra lhes contentou tanto que em chegando a Portugal a pedirão de mercê por seus serviços... Alvaro Martins Homem não era de menos qualidade e fidalguia que seu companheiro João Vaz Cortereal pois egualmente a ambos tinha el-rey mandado a descobrir a terra dos Bacalhaus.»

Cordeiro, *Historia Insulana*, pág. 250, 311. Cf. narrativa de Fructuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, § 9 da edição de 1873.

João Vaz Côrte-Real foi feito capitão donatário da parte meridional da Terceira, por carta de 2 de Abril de 1474, confirmada em 5 de Abril de 1488, e morreu em Angra aos 2 de Julho de 1496. A doação de D. Brites não faz referência ao descobrimento: «*Eu considerando os servicios que João Vaz Cortereal, fidalgo da casa do dito senhor, meu filho, tem feito ao infante meu senhor, seu padre, que Deus haja, e depois a mim...*»

Maggiolo (1511) no *Atlas hydrographique de 1511*, de d'Avezac, onde se assinala ao sul da *Terra do Lavrador de rey de Portugall*, uma vasta região, denominada *Terra de Corte Reale de Rey de Portugall*, com a legenda subsidiária *Terra de Pescaria*; na chamada *Carta Portuguesa Anonyma*, de 1520 (Kunstmann, op. cit. pág. 129-135) a região do Lavrador ostenta a seguinte legenda: *Terram istam Portugalenses viderunt, tamen non intraverunt*, e no país dos Bacalnao *(sic)* esta outra: *Terram istam Gaspar Corterealis Portugalensis primo invenit et secum tulit homines silvestres et ursos albos. In ea est maxima multitudo animalium et avium nec non et pescium. Qui anno sequenti naufragium perpessus nunquam rediit. Sic et fratri ejus Micaele anno sequenti contigit*; carta de Diogo Ribeiro (1529) que traz a legenda: *Tierra de los bacallaos la qual descobrieron los corte reales haqui se perdieron hasta aora no an allado cosa de provecho mas de la pescaria de bacallaos q son de poca estima.*

Bibliographia: Chronica do F. Rey D. Emmanuel, de Damião de Góis; *De rebus Emmanuelis Regis*, de Osório; *Descobrimentos antigos e modernos*, de António Galvão; *Historia General de las Indias*, de Gomera; *Historia de las Indias*, de Las Casas; Ramúsio; *Raccolta III*;

Saudades da Terra, de Gaspar Fructuoso; *Historia Insulana*, do Padre Cordeiro; *Ensaio sobre os descobrimentos e commercio dos portuguezes em terras septentrionaes d'America*, por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, nas *Memorias da Literatura Portuguesa*; *De la découverte de l'Amerique*, de Luciano Cordeiro; *Archivo dos Açores*; *Les Corte-Real et leurs voyages au nouveau monde*, de Henry Harrisse; *Gaspar Corte Real. La date exacte de sa dernière expedition au Nouveau Monde*, de Henry Harrisse; *The Journal of Christopher Colombus and documents relating to the voyages of John Cabot and Gaspar Corte Real*, na colecção da Hakeluit Society; *Os Corte-Reaes*, por Ernesto do Canto; *A Descoberta do Brasil*, Cap. *Os Corte Reaes*, por Faustino da Fonseca.

terra por cuja costa do N.E. navegou o espaço de 200 léguas.

b) «Se Côrte Real viu a terra da América por 50º de Lat. N., como diz Galvão, era forçosamente a ilha da Terra Nova, mas parece que não chegou ao seu extremo do Norte, situado em 52º de Lat. aliás teria visto e assignalado o estreito de Belle-Isle, o golpho e o rio de S. Lourenço, entre a ilha da Terra Nova e a costa do Lavrador».

c) O Atlas de Fernão Vaz Dourado, na carta da América setentrional (V) designa a Terra Nova por *Terra de João Vaz*, mencionando também a baía (B) de João Vaz. No mapa mundo, denominado de Henrique II, publicado no *Atlas de Jommard*, a Terra Nova está assinalada com uma abreviatura que póde melhor interpretar-se *João* que *Gaspar*, seguida do nome patronímico de Vaaz. O mapamundo de Mercator, do mesmo Atlas, registra *in extenso* a *Terra de Joam Vaz* e *Rio de Joam Vaz*.

Estas legendas parecem certificar a viagem anterior de João Vaz, embora nos apareçam em documentos posteriores à viagem de Gaspar, permitindo a hipótese de haver sido imposta a nomenclatura geográfica por Gaspar Côrte-Real em memória do pai. Póde admitir-se que tenha havido tentativas, anteriores a 1500, dos Côrte-Reais, para atingirem as ilhas ou terras do Noroeste.

d) A falta de menção no Globo de Behaim das terras de Vaz (globo onde se acha assinalada a Antília) e a ausência de uma referência a êsse descobrimento anterior na carta de doação de D. Manuel, recompensando os serviços assinalados de Gaspar Côrte Real, o mais moço dos três filhos de João Vaz e de Maria de Abarca, impõem as reservas a que o historiador Canto e Castro submeteu os descobrimentos problemáticos do século XV.

e) As dúvidas que permanecem sôbre o descobrimento pre-colombino da Terra dos Bacalhaus não atingem a viagem empreendida por Gaspar no último ano do século XV. «*Nesta viagem*—escreve Damião de Góis—*descobrio para quella banda do Norte, huma terra que por ser muito fresca e de grandes arvoredos, como são todas as que jazem pera aquella banda lhe pos nome Terra Verde.*»

Quintela—*Annaes da Marinha Portuguesa*, edição da Academia Real das Sciências. Lisboa 1873, a pág. 256.

O historiador e geógrafo dinamarquês Sofus Larsen encontrou notícia de uma expedição aos mares articos, realisada no reinado de Cristiano I da Dinamarca, por sugestão de D. Afonso V de Portugal e que atingiu as proximidades do rio S. Lourenço, na costa nordeste da América do Norte. Nesta expedição presume o historiador dinamarquês que tenham tomado parte dois nobres Portugueses: possìvelmente os mesmos que Gaspar Fructuoso e o Padre Cordeiro dizem terem desembarcado na ilha Terceira, vindos da Terra do Bacalhau.

—*Dinmark og Portugal i det 15 de Aarhundred*, na Revista de Arqueologia e de História, de Cristiania. Vol. IX. 1919.

«Por quanto Gaspar Cortereall, fidalguo de vossa casa, os dias pasados se trabalhou por sy e a sua custa, com navyos e homes, de buscar e descubrir e achar com muyto seu trabalho e despesa de sua fazenda e peryguo de sua pesoa algunas ilhas e terra firme».

12 de Maio de 1500. Chancelaria de D. Manuel. Liv. XIII.

«...Pelo que propos de ir descobrir terras para banda de Norte, porque para do Sul tinham já outros descuberto muytas...»

Damião de Góis—*Chr. do F. F. Rey D. Emm.* Parte I, Cap. XVI.

«Et quia videbat omnia ferme litora,

(f «*No anno de MDI partio de Lisboa* (Gaspar Côrte-Real) *aos XV dias do mes de Maio*», pela segunda vez, com 3 navios. Foi um dêsses navios da segunda expedição que regressou ao Tejo em 8 de Outubro de 1501 e de cuja tripulação Pascuáligo obteve as informações contidas no seu relatório de 18 do mesmo mês à Senhoria de Veneza, e Cantino as notícias transmitidas ao Duque de Ferrara.

g) Das cartas de Pascuáligo e Cantino depreende-se: 1.º que Gaspar Côrte-Real avançou nos mares setentrionais até à zona dos *icebergs*, mais tarde designada mares de Baffin, de Davis e de Hudson; 2.º que a referência aos arvoredos do litoral permite a sua identificação com as terras do Lavrador; 3.º *que a descrição* dos habitantes corresponde à que, mais tarde, Cartier fez dos Canadienses; 4.º que os indígenas com os quais as tripulações de Côrte-Real estiveram em contacto, conheciam já os europeus.

¿Quais europeus? Os de Erico o Ruivo? de João Vaz Côrte-Real? *¿dos irmãos Zeni?*

h) A frequência e continuidade das expedições portuguesas na América Setentrional está assinalada na cartografia. A nomenclatura dos portos, rios e cabos, desde o Lavrador até à extremidade do Canadá, é portuguesa. As colónias de pescadores portugueses, estabelecidos na Terra Nova, do*cumentam uma* posse que perdurou até aos meados do século XVI, quando os ingleses se apossaram das terras doadas a João Álvares.

quœ ad austrum spectabant, esse jam nostrorum navigationibus exploratione cognita, animum ad ea perlustranda, quæ ad septentrionem pertinebant, applicuit...»

Osorio, De Rebus Emmanuelis Regis.

A carta de Pascuáligo, no T. IV, pág. 200-201 dos *Diarii de Marino Sanuto.* A carta original de Cantino nos *Archivos de Modena,* incorporada nos documentos, sob a rúbrica *Dispacci della Spagna.*

Doação de D. Manuel a João Álvares Fagundes, datada de 22 de Março de 1521.

Atlas de Lazaro Luís (1563).

A pública-fórma dos arquivos da casa de Bertiandos, da carta de doação feita por D. Manuel a João Álvares Fagundes, menciona as seguintes terras e ilhas por êle achadas: «a terra... que é desde a marcação de Castella, que parte da banda do Sul com a nossa marcação, até vir partir com a terra que os Corte Reaes descobriram, que é da banda do norte; as tres ilhas na bahia d'Aguada na costa de nordeste e sudoeste; e as ilhas a que elle poz nome Fagundas, são estas a saber: S. João, S. Pedro, St.a Anna e St.o Antonio; e as ilhas do archipelago de S. Pantaleão, com a ilha de Pitiguoem; as ilhas do archipelago das onze mil virgens, e a ilha de St.a Cruz, que está no pé do Banco e outra ilha que se chama tambem St.a Anna».

Descobrimentos, guerras e conquistas dos Portugueses, etc., por C. A. de Bettencourt, Cap. XVI. Pág. 123 e seg.

1472 (12 de Janeiro)	CARTA DE MERCE À INFANTA D. BRITES E SEUS FILHOS DE UMA ILHA QUE SE DIZIA APARECERA ATRAVÉS DA ILHA DE S. TIAGO E QUE JÁ O INFANTE D. FERNANDO MANDÁRA PROCURAR.	Chance. de D. Afonso V. Livro 33º, fl. 33 v. Tôrre do Tombo.		
1473 (21 de Junho)	DOAÇÃO DE JURO E HERDADE A RUI GONÇALVES DA CAMARA DE UMA ILHA QUE POR SI OU SEUS NAVIOS DESCOBRIR.	Livro das Ilhas, fl. 1 v. Tôrre do Tombo.		
1474 (28 de Janeiro)	DOAÇÃO A FERNÃO TELES DAS ILHAS QUE ACHAR PESSOALMENTE OU POR SEUS HOMENS E NAVIOS NO MAR OCEANO, NÃO SENDO NAS PARTES DA GUINÉ.	Livro das Ilhas, fl. 5 v. Tôrre do Tombo.		
1474 (24 de Julho)	CARTA DE PAULO DEL POOZO TOSCANELLI AO CÓNEGO DA SÉ DE LISBOA, FERNÃO RORIZ, INDICANDO A ROTA DA ÍNDIA PELO OCIDENTE E A DISTANCIA DA ILHA DAS SETE CIDADES A CYPANGO.			
1475 (10 de Novembro)	DOAÇÃO A FERNÃO TELES, AMPLIANDO A DO ANO ANTERIOR, TORNANDO-A EXTENSIVA A ILHAS POVOADAS «POR O DITO FERNÃO TELLES TER VONTADE DE AS MANDAR BUSCAR» E PREVENDO O ACHAMENTO DAS SETE CIDADES.	Livro das Ilhas, fl. 5. Tôrre do Tombo.		
1484 (30 de Junho)	DOAÇÃO A FERNÃO DOMINGOS DO ARCO, MORADOR NA ILHA DA MADEIRA, DA CAPITANIA DE UMA ILHA QUE «ORA VAY BUSCAR».	Livro das Ilhas, fl. 19 v. Tôrre do Tombo.		É a êste mesmo Fernão Domingos do Arco que se refere Colombo no seu Diário de bordo, dizendo tê-lo ouvido pedir ao rei um navio para ir descobrir uma ilha que avistára às partes do poente.
1485	REGEIÇÃO DA PROPOSTA DE CRISTÓVÃO COLOMBO PARA IR À ÍNDIA PELO OCIDENTE.			Êste documento, relacionado com as doações de 1474 e 75 a Fernão Teles, denuncía os verdadeiros motivos da recusa do projecto de Colombo. Para os portugueses é a ilha das Sete Cidades a (Antília?) que demora ao ocidente, e não a Índia, como pretendia Colombo.
1486 (24 de Julho)	CARTA DE D. JOÃO II, CONFIRMANDO O CONTRATO FEITO ENTRE FERNÃO DULMO, «QUE ORA VAY POR CAPITAM A DESCOBRIR A ILHA DAS SETE CIDADES», E JOÃO AFONSO DO ESTREITO, MORADOR NA MADEIRA, ACÊRCA DE ILHAS E TERRAS FIRMES QUE ACHASSEM, COMPROMETENDO-SE O REI A MANDAR, CASO FOSSE PRECISO, GENTES E ARMADAS PARA A CONQUISTA.	Chanc. de D. João II. Livro 4.º, fl. 101 v.		
1486 (4 de Agosto)	CARTA DE D. JOÃO II A JOÃO AFONSO DO ESTREITO, ESCUDEIRO, MORADOR NA MADEIRA, DOANDO-LHE A ILHA OU ILHAS	Chanc. de D. João II. Liv. 19.º fl. 87 v.		

	QUE DESCOBRISSE, PASSADOS OS PRIMEIROS QUARENTA DIAS DE NAVEGAÇÃO.			A aproximação dêste prazo do da viagem de Colombo até à Guanahani (descontando as quatro semanas que demorou nas Canárias para concertar a avaria no leme da *Pinta*) parece revelar já um perfeito conhecimento da distância a que ficavam as ilhas do Atlântico ocidental. Desde as Canárias à primeira ilha das Lucaias, Colombo navegou 32 dias.
1493 (14 de Julho)	O DR. JERÓNIMO MONETÁRIO, DE NURENBÉRGIA, ESCREVE A D. JOÃO II UMA CARTA DE QUE É PORTADOR MARTIM BEHAIM, RENOVANDO A PROPOSTA DE TOSCANELLI DE PROCURAR A ÍNDIA PELO OCIDENTE.			
1494 (7 de Junho) e (3 de Julho)	DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS.	Alguns documentos do *Archivo Nacional da Torre do Tombo, pag. 69* e seguintes.	Assinado pelos embaixadores de Portugal, Rui de Sousa, senhor de Usagres e Berengel, Dom João de Sousa, seu filho, almotacé-mór, e Arias de Almada, corregedor do civel e desembargador do paço, pelas testemunhas João Soares de Sequeira, Rui Leme e Duarte Pacheco, e pelo secretário do monarca, Estevão Vaz, que lhe apoz os sêlos reais pendentes. O tratado foi rectificado a 2 de Julho, na vila de Arevalo, no mesmo dia e lugar em que os mesmos assinaram por parte de Portugal a convenção dos limites de Fez e da zona de pescarias, desde o cabo Bojador até ao rio do Ouro.	A demarcação do Tratado de Tordesilhas constitui a primeira grande prova da concepção continental dos Portugueses. Ao passo que a Espanha procura acautelar no tratado o caminho da Índia pelo ocidente, Portugal reivindica a posse futura das regiões da América Setentrional, para onde não tardará a navegar o filho de João Vaz Côrte-Real, e da América Meridional, que Duarte Pacheco, quatro anos depois, é mandado a reconhecer em missão clandestina. Ambas ficam inclusas, em grande parte da sua extensão, na linha de trezentas e setenta léguas a oeste de Cabo Verde, traçada de polo a polo. A Bula de Alexandre VI, de 4 de Maio de 1493, mandando que se trace uma linha imaginária, a cem léguas a ocidente dos Açôres ou Cabo Verde, já eficazmente assegurava a Portugal a róta marítima das Índias pelo oriente, a posse do continente africano e de todas as ilhas portuguesas do Atlântico. *¿ Porque, pois, o grande litigio, se a intenção secreta de D. João II não fosse a de acautelar a posse de uma parte do novo continente?* A demarcação de Tordesilhas parece provar uma série de factos, de cujo conjunto ressalta o conhecimento ou presunção da América, a saber: a) que ao norte e ao sul do arquipélago das Antilhas existiam outras terras; b) que essas terras ou parte delas avançavam para leste, situadas em longitude consideràvelmente mais próxima das

costas da Europa e da África do que as ilhas descobertas por Colombo, em posição de ficarem compreendidas nas 370 léguas a O. do arquipélago de Cabo Verde; c) que essas hipóteses excluem a suposição de serem as Antilhas um arquipélago do mar asiático, como pretendia Colombo, pois nesse caso as terras ao N. e ao S. não se projectariam para Leste e não ficariam compreendidas nas 370 léguas do Tratado.

No ponto de vista português, a assinatura de Tordesilhas implica a certeza de não ser no mar Índico que viajavam as caravelas de Colombo. Essa assinatura vale por um depoimento. Os embaixadores de D. João II em Tordesilhas proclamam ao mundo a ilusão espanhola e assinam o diploma máximo da sciência cosmográfica portuguesa do século XV. O tratado garantia a Portugal o direito sôbre as terras avançadas da América, no setentrião e no austro e garantia à Espanha o monopólio da navegação com Cathay e Cypango... Os dois interesses concordavam: o patente e o oculto.

A bula *Inter Cetera*, de 4 de Maio de 1493, doando à Espanha todas as terras descobertas e a descobrir, a oeste do 25º de longitude ocidental (meridiano de Greenwich), demonstra ainda a ignorância da Cúria e dos embaixadores espanhois. Doando à Espanha todos êsses países *(omnes insulas et terras firmas inventas et inveniendas, detectas et detegendas)* a Bula situa-os a oeste e sul *(versus Occidentem et Meridiem)* de um certo gráu de longitude, o que é um contrasenso. Ninguém póde conceber uma região geográfica ao sul de um gráu de longitude, ou seja ao sul de uma linha traçada *a polo Arctico ad polum Antarcticum*. Deve entender-se que as regiões ocidentais ao longo dessa linha até ao extrêmo sul ficavam pertencendo à Espanha, e essa disposição reduzia o Brasil a uma facha de litoral, dando-lhe a mesma configuração geográfica de Portugal na península ibérica. O *hinterland* brasileiro foi uma conquista à mão armada, contra as disposições pontifícias, e que o submeteu ao regimen do *uti possidetis*.

Nos termos do tratado, a fronteira portuguesa correria a 21º 5', contados da parte mais ocidental da ilha Santo Antão de Cabo Verde, a cêrca de 400 léguas dessa ilha, ao longo de um meridiano situado a 51º 30', a ocidente de Paris, cortando a ilha de Marajó e o actual Estado de St.ª Catarina. Daí para o sul, tôda a costa já se encontrava fóra da zona portuguesa.

1498

EXPEDIÇÃO DE DUARTE PACHECO PEREIRA.

Esmeraldo De Situ Orbis — Liv. I cap. 2.º pág. 7 da edição da Sociedade de Geografia de Lisboa.

«por tanto bemaventurado Principe, temos sabido e visto como no terceiro anno do vosso reinado, do anno de nosso Senhor de 1498, donde nos V. A. mandou descobrir a parte ocidental, passando alem a grandesa do mar oceano onde é achada e navegada uma tão grande terra firme...»

(a À expedição de Duarte Pacheco, de reconhecimento das terras ocidentais, inclusas na demarcação de Tordesilhas, realiza-se no intervalo da 2.ª e 3.ª viagens de Colombo: antes, por conseguinte, que Colombo tenha avistado a terra firme de Pária.

b) Enquanto Colombo continúa imaginando que a terra continental de Pária é uma projecção da Ásia, Duarte Pacheco procede ao reconhecimento do continente.

c) Os relatórios e itinerários de Co-

A 3.ª expedição do ciclo colombino saiu da baía de S. Lucar de Berrameda, aos 30 de Maio de 1498.

Cf. Wieser, *Die Karte des Bartolomeo Colombo*, Insbruck, 1893.

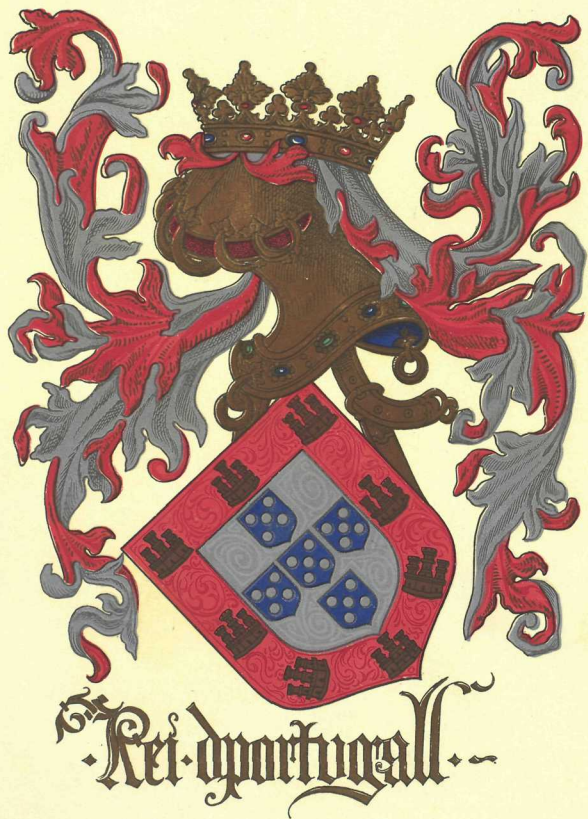
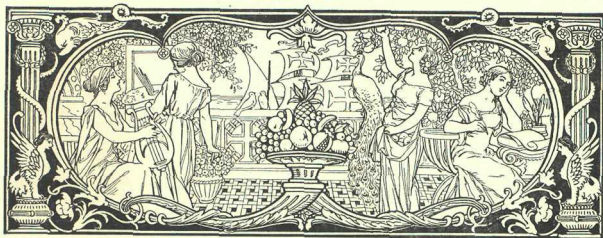
Deve, naturalmente, considerar-se que

				lombo, relativos à 3.ª viagem, só chegaram ao Departamento das Indias no Natal de 1498, quando já se realizára a expedição de Duarte Pacheco.	a narrativa do *Esmeraldo* inclui os conhecimentos geográficos, derivantes das expedições de 1500, 1501 e 1503.
1500	DESVIO DE CABRAL NA RÓTA DA ÍNDIA E DESEMBARQUE EM VERA CRUZ.			Integrado nesta altura cronológica no quadro das explorações do Atlântico ocidental, o desvio de Cabral aparece em tôda a clareza de um acto propositai. A falta de um documento categórico, que o afirme, não enfraquece esta tese mais do que a sciência náutica portuguesa enfraquecia, até à inverosimilhança, a tese da casualidade. *Seria a primeira vez que* uma esquadra portuguesa, dirigida por grandes pilotos, cometia tam grande êrro de rumo. Cabral sabe aonde vai e recebeu instruções para fazer o que fêz. A carta de Caminha, que aliás não invoca o acaso para a descoberta de Vera Cruz, não pôde ser considerada senão como uma bela narrativa literária. Pilotos como Bartolomeu Dias e Pero Escolar não iam enganados. O milagre para Caminha consistia na visão de um mundo novo e de uma nova humanidade, ainda na infância.	Para realizar a manobra da reversão *para a montagem do Cabo, Cabral* não precisava de amarar tanto a esquadra para ocidente.
1501 » » 1502 »	Carta de Pietro Pascuáligo ao senado de Veneza. Carta do mesmo aos irmãos. Carta de Alberto Cantino ao Duque Hercules de Ferrara. Planisfério de Cantino, pintado em Lisboa, e onde figura a primeira imagem cartográfica da América.		Provas documentais da prioridade portuguesa da concepção do continente ocidental.	Estes depoimentos representam a soma de todos os argumentos conjecturais anteriores. a) Quando Hojeda, recebendo instruções de não tocar nos domínios portugueses, vai explorar a costa de Pária, saindo de Cadiz, a 18 de Maio de 1499, com Juan de la Cosa e Vespúcio, já no ano anterior Duarte Pacheco reconhecera a existência do continente. b) Só em 1503 Vespúcio descreve a Soderini a sua viagem à América equinocial. A sua concepção da América continental, é, pois, posterior às expedições de Cabral e Côrte-Real e às informações colhidas por Pascuáligo e Cantino. c) Quando, em 1503, Colombo ainda procura na América Central a passagem para o Ganges, já em Portugal os delegados de Veneza e Ferrara, informavam para a Itália que a Terra Nova, as Antílhas e o Brasil eram partes de um mesmo continente. d) Quando Colombo chega a Cadiz, da sua 4.ª viagem, em Novembro de 1504, havia dois anos que um cartógrafo português traçára o 1.º mapa do continente ocidental.	O mapa português, encomendado por Alberto Cantino para o Duque de Ferrara, é, cronológicamente, o 2.º mapa da América. Antecede-o o de Juan de la Cosa, que registra os descobrimentos espanhois até meados de 1500; mas o mapa do pilôto espanhol figura o Brasil como uma pequena ilha, sendo-lhe completamente estranha a concepção continental, abrangendo as duas Américas. Entretanto, deve presumir-se que em Julho de 1500, com a chegada de Gaspar de Lemos, já se sabia em Portugal que Santa Cruz era terra firme.

CAPÍTULO I

A ERA MANUELINA

POR

JÚLIO DANTAS

BRAZÃO DE D. MANUEL

A ERA MANUELINA

IZER ao Brasil quem foi, no século XVI, o povo que o revelou ao mundo e fêz dele, em trezentos anos, um formidável e florescente império, — o mesmo é que desenrolar os mais antigos pergaminhos da nobreza brasileira; o mesmo é que ler-lhe a sua própria carta de brasão, onde esplendem, opulentas de esmaltes e de metais heráldicos, as mais puras glórias dum património comum. Se a maravilha da civilização portuguesa de quinhentos, que encheu de assombro a Europa, que uniu num abraço luminoso o Ocidente e o Oriente, constitui um título de legítimo orgulho para um povo, êle não nos pertence hoje exclusivamente a nós, homens de Portugal; é a herança comum das duas Lusitânias daquém e dalém Atlântico; *pertence a ambas, num igual quinhão de glória; ambas justamente se desvanecem*, venerando, como figuras tutelares da epopeia nacional, os mesmos heróis e os mesmos apóstolos, os mesmos precursores e os mesmos mártires. A grandeza de Portugal no século XVI é a primeira e a mais nobre pedra d'armas da história do Brasil. Evocá-la, é prestar culto, não apenas ao passado duma nação, mas ao génio duma raça. Assim eu pudesse, obscuro pintor de apagadas tintas, levantar, animar, ressurgir, em grandes frescos murais, em largas tapeçarias historiadas, o tumulto heróico, a riqueza *magnífica, o esplendor ofuscante do Portugal de D. Manuel I, — que atroou o mar com a artilharia* das suas naus, que deslumbrou Paris com a sciência dos seus doutores, que confundiu Veneza com a opulência do seu comércio, que saüdou Roma, a Roma vermelha de Leão X, a Roma augusta de Miguel Angelo, mandando-lhe o focinho hirsuto das suas onças e a tromba orgulhosa dos seus elefantes!

PORTUGAL DA RENASCENÇA: A REVOLUÇÃO GEOGRÁFICA E O COMÉRCIO DO ORIENTE

M dia, um Infante português, neto duma mulher do povo e filho daquela princesa de Lencastre que simbolizou num pilriteiro de ouro a pureza do *cant* britânico, precursor genial cuja fisionomia dura nos aparece, com o seu mongil roxo e o seu chapéu de Borgonha, nas tábuas de Nuno Gonçalves e na iluminura do códice de Azurara, refugiou-se, como uma águia, no rochedo de Sagres, construiu a sua Terça Naval, rodeou-se de cosmógrafos, de cartógrafos maiorquinos, de iluminadores, de navegadores, e consagrou a vida inteira, tôda a energia de que era capaz a sua natureza áspera, taciturna e intratável, à realização metódica do grande pensamento que o dominava. ¿Que pensamento era êsse? Conhecemo-lo hoje, em tôda a sua imprevista extensão, pelas palavras dum dos homens de mar do Infante, Diogo Gomes, no seu relatório *De prima inventione Guineæ*, publicado, há setenta anos, pelo Dr. Schmeller. D. Henrique tinha em vista dois fins: o primeiro, descobrir o caminho da Índia, (¹) contornando o extrêmo sul da África, que êle previa rodeado de mar, como na carta de Marino Sanuto e no portulano laurenciano; o segundo, navegar para o ocidente à procura de ilhas ou de terra firme, «*insulas an terram firmam ultra descriptionem Tolomei*», (²) o que demonstra que o Infante teve a previsão genial do continente americano. Ambos êstes pensamentos se converteram em fúlgidas realidades, menos de quarenta anos depois da sua morte: um deu-nos o império do Oriente; o outro deu-nos o Brasil. As sementes lançadas por D. Henrique à terra desentranharam-se nos pomos de ouro da epopeia manuelina. É essa epopeia que nos atribui um lugar de honra na história da civilização. O ciclo de descobrimentos do século XV, sem os quais Portugal teria vivido a existência efémera dum dos muitos estados em que se dividiu a península até ao reinado de Fernando e Isabel, não influíu apenas na nossa política interna, consolidando a independência e completando a unidade da nação; constituíu um acontecimento europeu; repercutiu-se no mundo inteiro; à revolução geográfica, feita pelas quilhas das naus e das caravelas portuguesas, correspondeu, no velho continente, uma verdadeira revolução política, económica e comercial. O centro de gravidade da Europa deslocou-se. À hegemonia das nações mediterrâneas — Veneza, Génova, Maiorca, Barcelona —, substituíu-se a hegemonia das nações atlânticas — Portugal, depois a Inglaterra, a Holanda, atiradas por nós para a opulência e para a glória. O comércio do Oriente, que até então se fizera pela via Aden-Alexandria-Veneza, a dorso de camêlo e no bôjo das galés venezianas, genovesas e turcas, passou a ser feito, em melhores condições de preço para as mercadorias, pelo novo e radioso caminho do Atlântico. O pequeno Portugal, senhor da navegação, mobilizando armadas sôbre armadas, apertando na dextra potente o sceptro dominador dos mares, converteu-se, de súbito, numa das maiores potências europêas. Lìsboa, ainda ontem a capital dum insignificante reino da península, que parecia erguer a mêdo para o céu os coruchéos da sua alcáçova, viu-se, repentinamente, transformada na metrópole comercial do mundo.

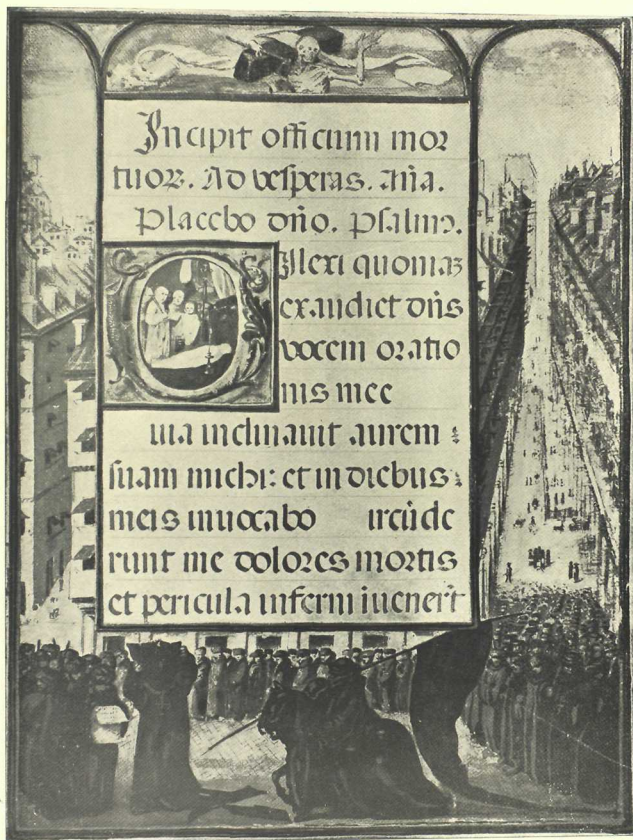
LISBOA, METRÓPOLE COMERCIAL DO MUNDO

MARAVILHOSA Lisboa do século XVI!

Evoco-a com orgulho e com deslumbramento. Tenho-a nos olhos e no coração. Ouço o seu tumulto, céga-me o seu esplendor. Era a grande cidade náutica e comercial em que abrira, como uma romã ao sol, o velho burgo judengo e sombrio de D. João II. Era a segunda Veneza, o grande entreposto europeu aberto ao comércio do Oriente, luminosa Cosmópolis onde pululavam os novos-ricos da Renascença; os comerciantes da pimenta, do ouro de Sofala, do marfim da Guiné, do ambar, do benjoím, das lacas; os oportunistas da exportação da prata em reais castelhanos; os mercadores genoveses, biscaínhos, sevilhanos, ingleses, flamengos, árabes, que

(¹) «*Quod ego volui experimentare mittens Jacobrem quendam Indium, quem dominus Infans nobiscum misit, ut, si intrassemus Indiam, quod habuissemus linguam, in terram.*»

(²) «*Tempore quodam Infans dominus Henricus, cupiens scire partes extraneas ociani occidentis, si invenirent insulas an terram firmam ultra descriptionem Tolomei, misit caravelas ad quærendum terras.*»

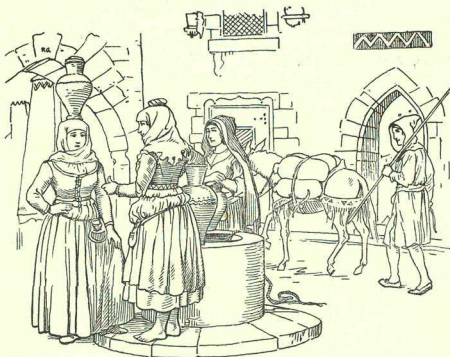
A RUA NOVA DOS MERCADORES
Reconstituição, segundo o «Livro de Horas», de D. Manuel

A RUA NOVA DOS MERCADORES

Iluminura do «Livro de Horas» de D. Manuel

inundavam de produtos europeus o mercado lisboeta e vinham procurar nêle as especiarias para as derramar pelo mundo inteiro. Uma só rua bastava para dar a impressão do seu movimento e da sua grandeza: a Rua Nova dos Mercadores. Quem saía do terreiro do Rossio, ainda então coberto de herva, e enfiava pela Rua Nova de El-Rei, encontrava-a ao fundo, pouco mais ou menos onde hoje é a Rua dos Capelistas, cortando em cruz a sua homónima e correndo ao longo do rio, para o lado do nascente até à Misericórdia, às Alfândegas nova e velha e ao Terreiro do Trigo, para a banda do poente até ao Paço da Ribeira e ao Armazém do Reino. Era a primeira artéria da cidade; era a *Àgora* da Lisboa manuelina. Ali vivia tudo, ali enxameava tudo, numa áspera babel de línguas, num confuso chamejar de opas de brocado e de barretes de grã de Inglaterra, a dois passos da feitoria de Flandres, das casas da Índia e da Mina, do almoxarifado da Ribeira e da Alcaidaria do mar, dos Juízos e dos Armazens, da Moeda e do Ver-do-pêso, na fúria crematística, na nevrose de negócio que dominou tôda a vida de Lisboa durante a realeza magnífica de D. Manuel. Por um momento, palpitou ali, nos sessenta palmos de largo da Rua Nova dos Mercadores, o coração comercial da Europa. Era uma *calle* empedrada, direita, ladeada de casas de três e quatro sobrados, com telhados flamengos, rótulas, chaminés mudéjares que denunciavam a colaboração de alvanéos árabes, ausência de sacadas e varandas, em harmonia com o alvará manuelino que as proïbira, e um tam grande ar de nobreza, de opulência e de confôrto, que se diria uma rua moderna de Bruges. Arrasou-a o terremoto; mas nós ainda a podemos ver, coruscante, doirada de sol, iluminada pelo pincel delicado de António de Holanda nessa joia da pintura membranácea portuguesa, que é o livro de *Horas* de D. Manuel. Lá está, a um canto da página do ofício-dos-mortos, «belíssima e povoada de nobres edifícios», como a descreve em 1571 o ilustre Venturino; com as suas lojas sumptuosas, herdeiras do comércio da Síria e de Alexandria, cheias de pratas, de panos de Flandres, de sêdas da China, de marlotas de Constantinopla, de brocados de Florença, de corais, de espelhos, de lacas, de âmbar, de pérolas, de benjoím, de almíscar, como a pintam, na sua relação de viagem, os embaixadores de Veneza, Tron e Lippomani. Basta olhá-la para ter a impressão da grandeza da Lisboa quinhentista, civilizada à fôrça, um pouco *parvenue*, mas cesária e magnífica. Era a rua dos banqueiros (já então havia seis na arqui-avó da rua dos Capelistas!), dos «mercadores de tôda a mercadoria», dos vendedores de porcelanas da Índia, dos livreiros (contavam-se 54, pojados de obras latinas, francesas, portuguesas e castelhanas), dos lapidários, dos tapeceiros, dos guadamecileiros, dos luveiros, dos douradores, dos perfumistas, de *tutti quanti*,—formidável bazar cosmopolita diante do qual passeavam as elegantes lisboetas do século XVI, «as mais lindas mulheres de tôda a península», no dizer de Lippomani, bojudas de verdugadins, pintadas de loiro como as venezianas, com os peitos à mostra como as descreve von Poppau; os mercadores novos-ricos, com os seus mongís de escarlata inglesa e os seus colares-de-ombros de ouro de Rodes; os solenes desembargadores da Suplicação e do Cível, apoiados às suas varas de prata; os fidalgos velhos, bamboleando nas liteiras, porque ainda, ao tempo, não havia côches em Lisboa; os burgueses soberbos, embrulhados em pelotes e ferragoulos de dozeno, tratando-se uns aos outros por «senhoria»; os mouros, de aljubas brancas, com a sua braga de ferro na perna; os negrinhos, que tanto impressionaram o erudito Nicolau Clenardo; todo o povo da cidade, curtido, tisnado de sol, arrastando os

A RUA NOVA DOS MERCADORES VISTA PELOS CARDEAIS E PELOS EMBAIXADORES DE VENEZA

Os mercadores

sócos de madeira, muito semelhante no tipo ao povo grego (Trone Lippomani), em cuja honrada multidão se insinuavam os cortadores de bôlsas, os picões de navalha que a lei mandava marcar a fogo na testa (1515), os vadios, os mendigos, os ciganos, os frades — vadios também — mendicantes franciscanos de alforge às costas, trinos, carmelitas, bentos orgulhosos, cónegos azuis de Santo Eloi, caminhando graves, dois a dois. Tanto luxo se exibia em Lisboa, nos passeios da Rua Nova e no terreiro do Paço da Ribeira, que o rei, obedecendo aos princípios de economia política dominantes no tempo, teve de o proïbir pelas pragmáticas sucessivas de 1520, 1524, 1535 e 1537. E êsse luxo não se limitava aos trajos; ia até ao interior das habitações, tam pesadas de tapetes e de argentarías, que os estrangeiros, deslumbrados pelo brilho dos gomís, dos barnegais, das almaraias, chamavam à riquíssima Lisboa—a «cidade da prata». Olhando a Rua Nova dos Mercadores, na iluminura preciosa de António de Holanda, tem-se a impressão do que seriam por dentro êsses edifícios, mais sumptuosos ainda do que os da velha Paris do século XVI. Os embaixadores venezianos, que nos visitaram em 1580, descrevem-nos os aposentos dos ricos mercadores portugueses, «forrados de damascos e de finíssimos panos de Arrás no inverno, de couros doirados e pintados a que chamam guadamecins no verão»; e Jorge Braunio fala-nos, com entusiasmo, das portas e paredes de madeira do Oriente doirada, dos azulejos preciosos, dos cofres de Flandres, dos tapetes da Pérsia, das louças do Japão, das enormes albarradas da China, da altura dum homem, dos guadamecins mudéjares, das pesadas pratas batidas e lampejantes, entre as quais sorria, húmido, o barro vermelho dos púcaros de Extremoz e de Montemór. ¿Que admira que a Rua Nova fôsse um espelho de riqueza, — se nela por momentos resplandeceu a vida do povo que teve na sua mão o comércio do mundo, que deu o Brasil à civilização, que fundou na Índia um império, que deslumbrou Roma com as suas embaixadas, que encheu com os seus sábios as universidades de Tolosa, de Montpellier e de Paris, e cujo rei, D. Manuel, senhor duma esquadra de duzentas naus, cruzava tôdas as costas e dominava todos os mares?

LISBOA, «CIDADE DA PRATA»: A OPULÊNCIA MANUELINA

Mulheres do povo

PARA estar mais perto do oceano, no coração da cidade nova dos mercadores, o Rei Venturoso, o Seleuco dos braços compridos, desceu da alcáçova e instalou-se no Paço da Ribeira, acabado de construir, sôbre o Tejo, pelas mãos plebeias de André Pires, «mestre da obra de pedra.»

O PAÇO DA RIBEIRA E A CÔRTE DE D. MANUEL

Ainda hoje o podemos ver — ou, melhor, sonhar — nas estampas de Braunio, na tábua de Jorge Afonso, na iluminura do apógrafo de Fernão Lopes, êsse velho Paço manuelino, meio capela, meio arsenal, com o seu coruchéo doirado, a sua varanda-das-damas, o seu fortim debruçado sôbre o rio, as suas portas dos Pregos e das Pazes, abertas para o Terreiro inundado de sol. Ali habitou, rodeado dum luxo asiático, o senhor da conquista e do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Ali se reüniram os homens da Junta dos Matemáticos, que durante um momento foram o cérebro das navegações portuguesas, — o bispo Ortiz, o alemão Beheim, os judeus mestre Rodrigo e mestre José, o físico mestre Filipe, mais tarde lente de astronomia na Universidade de Lisboa. Dali se governou o mar até aos confins do Oriente. Ali viveu um dos maiores sonhos de glória que algum dia teem iluminado o mundo. Era na sala maior daquele Paço ribeirinho — a *Sala dos Embaixadores* — armada de tapeçarias de Flandres com a «tomada da India», que D. Manuel recebia os enviados da Senhoria de Veneza, os legados do Papa, os embaixadores de Castela; ali dava os seus saraus; ali se faziam os seus banquetes, aromáticos de especiarias e conservas, fulgentes da maravilhosa argentaría, lavrada por Diogo Roís, por João Lopes, por Heitor Gonçalves, os grandes ourives manuelinos da prata.

Homens do povo

Estou a ver o monarca, revestido duma opa de brocado roxo de três altos, mandada vir pela feitoria de Bruges, uma coifa de rêde de ouro na cabeça, os braços enormes pendurados, «*la complession sua flaca, debile e de poco spirito*», como o descreve o enviado veneziano Leonardo Masser, os seus olhos «entre verdes e brancos» (na expressão de Damião de Gois), a sua fisionomia tam característica, perpetuada no tríptico de João Provost, no *Fons Vitae*, de Van Oorley, nas iluminuras da *Leitura Nova* e da crónica de Rui de Pina, na magnífica estátua ajoelhada do pórtico axial dos Jerónimos. Espécie de Constantino Porfirogeneta devorado de preocupações de cerimonial, deslumbrado de civilização, no fundo essencialmente melómano, fazia-se acompanhar de músicos e de cantores a tôdas as horas do dia e da noite, charamelas, orlos, sacabuxas, harpas, tamborís, rabecas, tangedores mouriscos de alaúde e pandeiro, dançarinas de sócos doirados, que tocavam, que cantavam, que bailavam quando êle comia, quando êle dava despacho, quando êle se vestia na guarda-roupa, quando êle se metia na cama. A música, na capela e na câmara de D. Manuel chegára — diz Garcia de Rezende — à «mais alta perfeição.» Gonçalo de Baena; Mateus de Fontes mestre da capela real, cónego da Sé de Lisboa; Francisco Velez, autor do tratado sôbre canto-chão de cinco cordas Francisco Rodrigues e o Sarzedo, cantores; o Badajoz; o Vila Castim, em que Gil Vicente fala; o Arriaga; o Francisquinho; o cego, «grão sabedor nos orgãos» (Rezende), começavam a tornar afamada em França e na Itália a música portu-

MÚSICOS DE LISBOA NO SÉCULO XVI

guesa. (1) Excitado, fatigado, neurastenizado pelo duro ofício de soberano dum grande império, D. Manuel precisava de sentir o bulício e o movimento em volta de si. Quando a música não era suficiente, mandava, como um césar romano, lançar uns contra os outros o rinoceronte e os elefantes que o precediam, em cortejo, nas ruas da cidade. A sua fama, o seu esplendor atraíam os estrangeiros pasmados. Gentis-homens polacos vinham de propósito a Lisboa para D. Manuel os armar cavaleiros. Em honra do rei de Portugal representavam-se comédias no Vaticano, perante Leão X. A sua magnificência, o seu poder espantavam os próprios enviados da república de Veneza,—a Veneza luminosa de Georgeone e de Ticiano, dos mercadores e das cortesãs. Bastava que D. Manuel assomasse à janela da sua guarda-roupa para ter a impressão exacta da própria grandeza. Diante dêle scintilava o Tejo, coalhado de naus, de carracas, de urcas, de galés, de caravelas, tôda a armada grossa e subtil, que levava o terror ao Oriente e assegurava a Portugal a supremacia dos mares. À mão direita, forte na sua pesada silharia, ficava a Casa dos Contos, o tesouro real, onde se empilhavam as cento e setenta barras de ouro que vinham cada ano de Sofala. À mão esquerda, açapado, armoriado, enorme, orgulhoso do seu poder, dormia o arsenal manuelino, o célebre Armazém do Reino, formidável ventre de pedra pojado da melhor artilharia da Europa: as bombardas grossas de D. João II, de tiro rasteiro à flor da água, que tornaram tam temidas as caravelas portuguesas; os berços de grande tiro, inventados por D. Manuel os camelos, falcões,

PORTUGAL, POTÊNCIA MILITAR E NAVAL: AS ARMADAS, OS ARSENAIS, A ARTILHARIA

Detalhe do pórtico axial dos Jerónimos: Estátua orante de D. Manuel

(1) Havia, então, em Lisboa 150 cantores, 20 tangedores de tecla, 20 charameleiros, 12 trombeteiros, 8 atabeleiros. Fabricavam-se muitos instrumentos músicos: os violeiros, na côrte, eram 16; os carpinteiros organistas, 3; os carpinteiros de adufes, de pandeiros, de manicórdios, 12.

leões, pedreiros, selvagens de bronze, fundidos por mestre Cervaz, por mestre Guterre, por mestre Estêvão nas taracenas da Porta-da-Cruz; quarenta mil corpos d'armas para gente de pé; três mil cotas faldradas de Milão; lanças, piques, espadas, alabardas, rodelas, arnezes para cem mil homens, dos armeiros e alfagemes de Évora, de Coimbra, de Lamego, da Covilhã; espingardas das taracenas de Pinhel; cossoletes flamengos de Antuérpia e de Bruges; morriões de ferro de Bilbáo; coxotes, braçais, gorjais, celadas e arcabuzes da Boémia,—três gigantescas salas de armaria, que assombraram o cardial Alexandrino, que fizeram morder os beiços até ao sangue a Leonardo Masser, e que, com a Casa da Pólvora de Lisboa, com a armaria de Santarém, com as ferrarias de Porta de Oura, constituíam um dos mais perfeitos, um dos mais maravilhosos instrumentos de conquista e de dominação que podia ambicionar nas suas mãos poderosas um monarca da Renascença. «*La force existe; nous ne sommes pas surs de l'existence du droit.*» [1] D. Manuel, para manter o seu dìreito,—vìra-se obrigado a organizar a sua fôrça. Portugal não teria sido a metrópole comercial do mundo, se não se tornasse a primeira potência naval e militar da Europa.

AS EMBAIXADAS DE D. MANUEL

No princípio do século XVI, o que nos fêz admirados foi a nossa opulência; mas o que nos fêz respeitados foi o nosso poder. Os nossos embaixadores eram recebidos em tôdas as côrtes estrangeiras mais do que com assombro — com veneração. A sua palavra, como outrora a dos enviados da Senhoria de Veneza, tinha a fôrça de um decreto. O povo corria a vê-los passar na rua; os soberanos assentavam-nos à sua mesa. Portugal já não era a pequena nação sombria e tenaz que procurava penosamente a sua expansão na África e enviava a mêdo as suas caravelas para o sul: convertêra-se num grande império; dominava os mares; fazia ouvir em três oceanos a voz da sua artilharia.

As embaixadas de D. Manuel constituíram sempre um acontecimento. Mas nenhuma teve o esplendor, a ressonância europeia, e, portanto, o significado político da embaixada de Tristão da Cunha ao Papa. A entrada triunfal dos embaixadores portugueses em Roma, no dia 12 de março de 1514, é um facto memorável na história da diplomacia mundial. Nem as embaixadas de D. João V a Clemente XI se lhe comparam; porque, se Portugal, no século XVIII, era ainda admirado pela sua riqueza, já não era temido pela sua fôrça. Nunca nos envolveu, como nessa jornada de glória, uma atmosfera de tam supersticioso respeito e de tam viva curiosidade. O povo apinhava-se nas ruas da cidade pontifícia, colgadas de tapeçarias e doiradas de sol. «Ruas, janelas, telhados e frades dependurados das paredes foi coisa maravilhosa», — diz, em carta a D. Manuel, um dos doutores da embaixada. O *Magnífico*, irmão do Papa, as sumptuosas irmãs de Leão X, em andas riquíssimas de brocado, o governador de Roma, os embaixadores de Castela, de França, da Polónia, de Inglaterra, de Milão, de Veneza, de Bolonha, os grandes Fabião Colona e Marco António Colona, os arcebispos e bispos, de mitras de Santo Estêvão e de pluviais bizantinos recamados de ouro, os cardiais vermelhos sob umbelas vermelhas, a nobreza palatina que Corrégio e Rafael pintaram, tudo foi esperar às portas da cidade de S. Pedro, entre o clangor de sessenta trombetas de prata, à frente duma onda de pálios, de cruzes, de lanças, de bandeiras, os enviados ilustríssimos de Sua Alteza o rei de Portugal, imperador do Oriente. E, entretanto, apesar de se tratar da côrte dum Médicis e do séquito dum Papa, todo o brilho daquela comitiva se apagou quando apareceu, como um clarão, refulgente de ouro e de pedrarias, precedida da onça e do elefante da Índia, a embaixada de D. Manuel. Tristão da Cunha, toucado, quási vestido de pérolas, deslumbrava. Faìscavam, como labaredas, as dalmáticas dos arautos e dos reis-d'armas por-

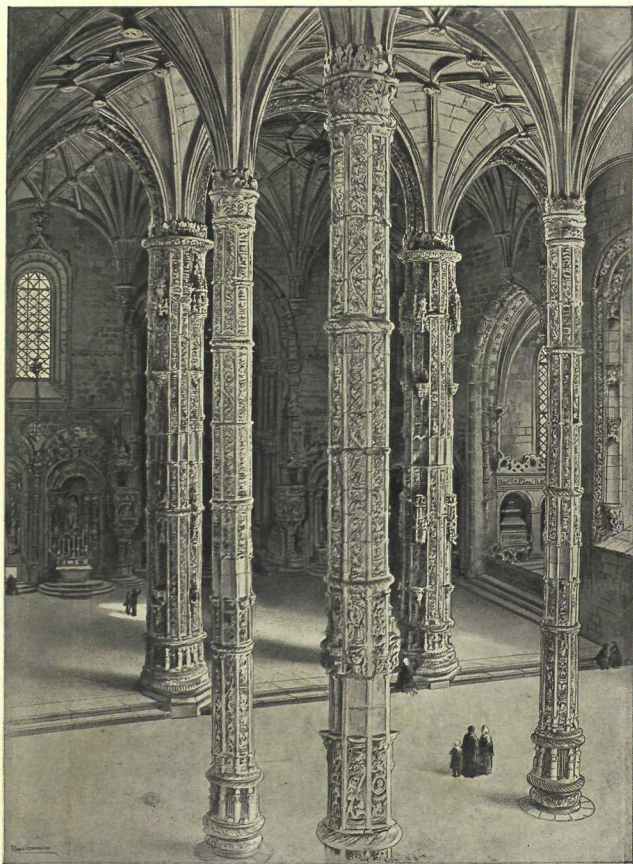
[1] Fouillé, *Psychologie du Peuple français*, pág. 76.

tugueses. Os doutores Pacheco e João de Faria, a cavalo, as murças vermelhas sangrando sôbre opas roçagantes de brocado, respondiam no mais escultural latim às saüdações dos cardiais. Aos sinais do cornaca, o elefante, erguendo a tromba cinzenta, espirrando, urrando, dançando, saüdava o vigário de Deus que, do alto do castelo de Santo Angelo, «risonho como um menino» (diz um dos embaixadores) assistia ao desfilar daquele rutilante préstito. De repente, o povo da cidade eterna, da cidade que então era, não o cérebro, mas o coração do mundo, maravilhado, electrizado, rompeu em gritos, em vivas, em aclamações:—«¡Portugal! Portugal!» Numa sala doirada do Vaticano, tocada pelas mãos divinas de Miguel Angelo, os cómicos palatinos de Bartolomeu de Tôrres Navarro, poeta e mestre da Capela Sixtina, representaram a *Trophéa*, em que Ptolomeu exalta os descobrimentos portugueses. Os banquetes, os festins, o entusiasmo por Portugal não tiveram limites. «Nom era obediencia, mas triunfo de Vossa Alteza, que entrava em Roma!» —diz, na carta ao rei, o doutor João de Faria. E Tristão da Cunha, orgulhoso, scintilante sob o seu chapéu de pérolas, acrescenta: «El Rey nosso senhor he oje o mais nomeado princepe que ha no mundo e o melhor quysto asy do Papa como dos cardeaes, como de toda a outra jente.» O que Roma em delírio saüdava não era um homem —¡ah, não!—; era a obra formidável duma nação inteira. Essa obra, cujas realizações sucessivas marcam pontos màximamente luminosos — Infante de Sagres, o precursor; Gil Eanes, o desencantador do mar; Gama e Bartolomeu Dias, a revolução geográfica; Cabral, o Brasil; Albuquerque, o império do Oriente — fê-la a nobreza, de cujo veio germânico e dólico-louro nos provém a tradição da combatividade cavalheiresca; fê-la a nova burguesia, rica, judenga e mercadora, de D. João II; fê-la o povo, humus vivo da raça, expressão sublime de fôrça, de energìa, de sacrifício e de abnegação.

Estandarte de D. Manuel no cortejo triunfal do Imperador Maximiliano

A «SALA DOS VEADOS» E A NOBREZA MANUELINA

NOBREZA, que ajudou a fazer a epopeia manuelina, tem o seu tríplice monumento no *Livro do Armeiro Mór*, no *Livro da Nobreza*, de António Godinho, e no teto oitavado e doirado da «Sala dos Veados» de Sintra. São êstes os três grandes tombos heráldicos da aristocracia portuguesa do princípio do século XVI.

O primeiro, na ordem das iniciativas de D. Manuel, foi o *Livro do Armeiro Mór*, ordenado pelos reis de armas António e João Rodrigues e iluminado pelo mestre tudesco Arriet, que da Alemanha trouxe a moda dos grandes paquifes e o abuso da côr verde na iluminura. O segundo, o *Livro da Nobreza*, do arauto e iluminador Godinho, veio corrigir o primeiro, onde havia, como no escudo

INTERIOR DOS JERÓNIMOS — A NAVE CENTRAL

dos Eças, erros de armaría e metais sôbre metais. O terceiro, o teto da Sala dos Brasões, mandada construir por D. Manuel por cima da velha casa das colunas onde nasceu e morreu Afonso V, é a joia da nossa heráldica; nela trabalharam Duarte de Armas, Francisco Dansilla, talvez Jorge Afonso, e os seus setenta e dois veados esbeltos ostentam sôbre o peito, numa confusa opulência de côres e de ouro brunido, os escudos das setenta e duas famílias nobres de Portugal. É nas fôlhas membranáceas dêsses livros imortais, é nos caixotões doirados dêsse teto de Sintra, que nos aparecem, com as armas de D. Manuel e dos Infantes, as dos títulos e dos grandes manuelinos, o Duque de Bragança e Conde de Barcelos; o Duque de Coimbra e Marquês de Tôrres Novas; o Marquês de Vila Real e Conde de Alcoutim; o Conde de Marialva, dos ilustres Coutinhos, timbrados do leopardo vermelho armado de ouro; o *Catão*, o letrado Conde de Vimioso, dos Sousas das quadernas de crescentes de prata; o Conde de Tentugal; o Conde de Penela, blasonando das três faixas veiradas dos Vasconcelos; o Conde de Linhares, primo do rei; o Conde da Feira, sôbre campo vermelho a cruz de prata florída dos Pereiras; o Conde de Portalegre; o Conde de Redondo; e, com êles, tôdas as estirpes nobres do reino, os leões de púrpura dos Noronhas, os seis besantes de prata dos Castros, a onça azul dos Ataídes, o destrochero de ouro dos Manueis, a donzela dos Menezes, a asa vermelha e os cinco escudetes de azul dos Albuquerques, o naire nascente dos Gamas, o búfalo dos Sás, a águia azul dos Eças, com a cruz negra sôbre o peito, os seis besantes de ouro dos Almeidas, as flores de lis verde dos Mirandas, em campo de ouro o dragão volante de vermelho dos Albergarias, os caldeiros negros e as serpes de ouro dos Pachecos, o grifo dos Cunhas, os seis besantes e a cruz-dobre dos Melos, o cavalo branco dos Tavares, — tôda a armaría do ciclo heróico das descobertas, tôda a heráldica dos homens que lutaram com o mar, que se bateram no Oriente, que criaram na Índia um Império, formidáveis maiúsculas (¡Gama, Castro, Almeida, Pacheco, Albuquerque!) de que mais tarde um fidalgo barbirruivo, insubmisso e desgraçado, blasonando êle próprio duma serpente de prata entre penhas verdes, se havia de servir para escrever a mais bela epopeia do mundo.

Tipos da nobreza portuguesa do tempo de D. Manuel

O POVO NO CICLO ÉPICO DOS DESCOBRIMENTOS

Mas, se são grandiosas as letras capitulares, não merecem menos o nosso culto e a nossa gratidão as minúsculas, «*cette armée humble et noire*», os descendentes da «arraya-meuda» e dos «ventres-ao-sol» de Fernão Lopes, o povo, que, se não foi o pensamento e a vontade, foi a realização e o braço das navegações portuguesas. É êle que nos sorri dos grotescos e dos modilhões das catedrais; é êle que canta e que baila, ao som de telhas e de adufes, nas folias e nas chacotas de Gil Vicente; é êle, robusto e hirsuto, que forja as armas nas ferrarias de Santarém e nas taracenas de Cata-que-Farás; é êle, calafate, carpinteiro, estrinqueiro, breador, que, à luz de archotes, nos varadouros e estaleiros da Ribeira, levanta carcassas de caravelas e de náus; é êle que combate com o mar; é êle que enche a história dolorosa dos naufrágios; é êle que mata, que sofre, que morre para unir dois oceanos e para criar três impérios. Foi o povo que nos deu Gil Eanes, o das rosas de Santa-Maria, símbolos do mar desvendado. É o povo que nos dá Pero d'Alemquer — o pilôto. É ainda o povo que nos lega a risonha bravura de Lopo Barriga, a melhor lança de tôda a África. Da costa algarvia, de Cascais, do

PÓRTICO AXIAL DOS JERÓNIMOS

A CUSTÓDIA MANUELINA DOS JERÓNIMOS

Pôrto, da gente de Ílhavo, de puro sangue fenício, provêm os marinheiros das armadas de D. Manuel netos daqueles que Nuno Gonçalves pintou nas tábuas de S. Vicente. Do povo tisnado e humilde, humus virginal onde se acumulam tôdas as energias criadoras duma raça, surgem os artistas, os imaginários, os alvanéos obscuros que fixam para a imortalidade, na pedra sagrada dos Jerónimos, a alma inquieta da epopeia da Índia...

A ARQUITECTURA E AS NAVEGAÇÕES O TEMPLO DE SANTA MARIA DE BELÉM

TRÊS padrões da arquitectura religiosa portuguesa marcam os três momentos decisivos da história da nacionalidade: Alcobaça, a fundação; a Batalha, a emancipação; os Jerónimos, a expansão. O primeiro, com as suas três naves, as suas abóbadas de ogivas e arcos mestres moldados, os seus macissos pilares onde esbeltas colunas se embebem, tam semelhante no tipo à catedral de Poitiers, — representa a epopeia bárbara de Afonso Henriques. O segundo, maravilha do gótico inglês, brincada, alada, eriçada de tôrres, de agulhas, de flechas, de coruchéos, flor ogival que Murphy exaltou e em cujo pórtico se encontra todo o programa iconográfico da *Legenda Doirada* de Jacques de Voragine, — representa a epopeia cavalheiresca de D. João I. O terceiro — Santa Maria de Belém — esbelta náu de pedra, sonhada por Giovane Potassi, feita com a vintena dos rendimentos das casas da Índia e da Mina, trabalhada pelos alvanéos ribeirinhos no lioz doirado das pedreiras de Alcântara, enriquecida de cordagens, de vêrgas, de algas, de madréporas, de monstros, de diamantes, de esferas armilares, de cruzes de Cristo, sob a dupla sugestão do Oriente e do mar, — representa, na sua expressiva desarmonia, a ofuscante, a resplandecente epopeia de D. Manuel.

Os Jerónimos! *Lusíadas* de pedra, escritos pelas mãos plebeias de mestre Boytaca e de mestre João de Castilho! Como tudo, nesse mosteiro, evoca o ciclo glorioso das navegações! O pórtico lateral, com o seu tímpano da Virgem, com a sua fuga de arquivoltas povoadas de profetas e de doutores, com o seu colunelo coroado da figura do Infante de Sagres, com os seus capitéis, as suas impostas, os seus intradorsos arrendados e modelados pelo opulento naturalismo dos imaginários da Renascença, — dir-se ia, na sua grandeza, o arco de triunfo por onde Portugal, senhor dos mares, entrou na história da civilização. Nas vastas naves, divididas pelos seis mais belos pilares que algum dia sustentaram o artezonado duma abóbada gótica, parecem ressoar ainda os passos augustos dos heróis, dos capitães, dos almirantes, dos governadores, dos vice-reis, dos super-homens da Índia. Dos recantos do cruzeiro e da ábside, acordadas pela alma colorida e luminosa das vidraças, surgem as grandes figuras patriarcais, — Vasco da Gama, orgulhoso, debaixo de pálio; D. João de Castro, coroado de louros como um varão de Plutarco; Francisco de Almeida, abraçado ao cadaver sangrento do filho; Duarte Pacheco, arrastando as cadeias do cativeiro; Afonso de Albuquerque, o criador de impérios, com os seus olhos de águia, o seu tabardo negro, a sua coifa de ouro na cabeça, a sua barba branca atada, na ponta como a do Cid Campeador. A nossa imaginação enche a igreja duma multidão de espectros — *Tenaz serei! Tenaz serei!* —, faz retinir armas, levantar cruzes de prata, clangorar trombetas, arrastar pluviais, scintilar báculos e dalmáticas na penumbra. O génio dos arquitectos, dos imaginários, dos ornamentistas manuelinos — Boytaca, João de Castilho, Diogo de Torralva, Jerónimo de Ruão — desperta por tôda a parte, diante dos nossos olhos, os fantasmas adormecidos do passado. Dos brutescos, dos monstros, dos fálus, dos mascarões, dos anjos báquicos que ornam as colunas das naves — as maravilhosas colunas que assombraram Taylor! — é o povo, são os marinheiros, é a ralé sublime das armadas que nos espreita, risonha, tisnada, gadelhuda, ululante, possessa de naufrágios, de incêndios, de conquistas, de esplendores, de devastações, — de glória. No claustro, no enorme claustro mordido de sol, as sugestões do mar esplendem, entrelaçam-se na pedra doirada, torcendo cordagens nas arquivoltas e no intradorso das aduelas, enroscando monstros, plantas, sereias, frutos, grifos, centauros, epicrâneos, hipocampos, hipocentauros nos capiteis, nas pilastras, nos pinázios, que a mão de mestre Benavente trabalhou, animando os olhos, as frontes, as bôcas de pedra de Paulo da Gama, de Nicolau Coelho, de Álvares Cabral, que há cinco séculos, da sombra daquela crasta manuelina, sorriem para a imortalidade. Aos nossos ouvidos latejam nomes humildes: Simão da Rosa Aleixo Pires, que afeiçoaram os chumbos e os latões das vidraças e das

fenestragens; Diogo Fernandes, que fêz os balaústres da ousía; Manuel de Carvalho, Baltazar Rodrigues, alvanéos, que trabalharam a pedra, voluptuosamente, em êxtase, em oração. Repercute-se em nós o espanto das gerações. A voz do silêncio, que Pelladan ouvia nas catedrais de França, infiltra-nos, penetra-nos de fé, de misticismo e de assombro. Compreendemos então as palavras de Filipe II, quando, vestido pela primeira vez de sêda branca, levantou os olhos às profundas, às maravilhosas abóbadas dos Jerónimos:

—*¡No hemos hecho nadie en el Escurial!*

A OURIVESARIA MANUELINA; OS PARAMENTOS; A «BIBLIA» DOS JERÓNIMOS

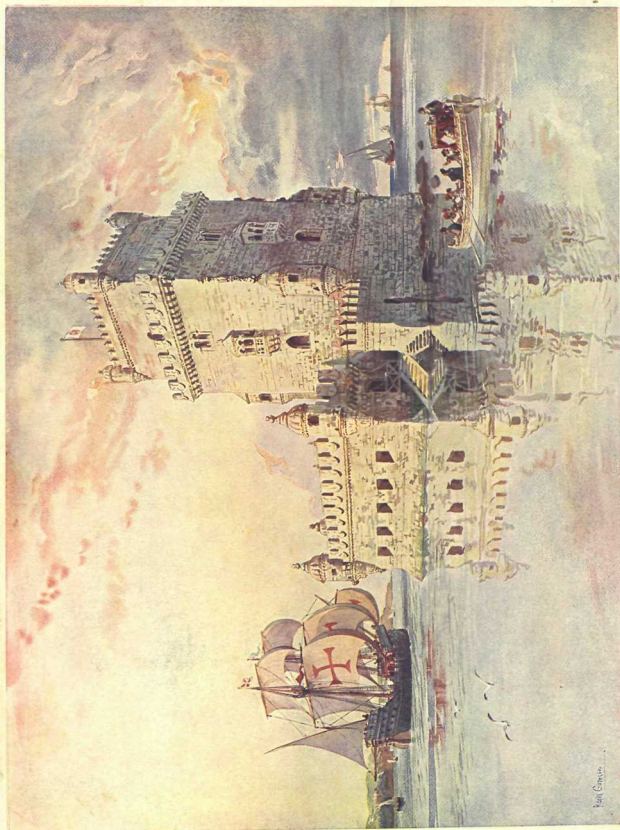
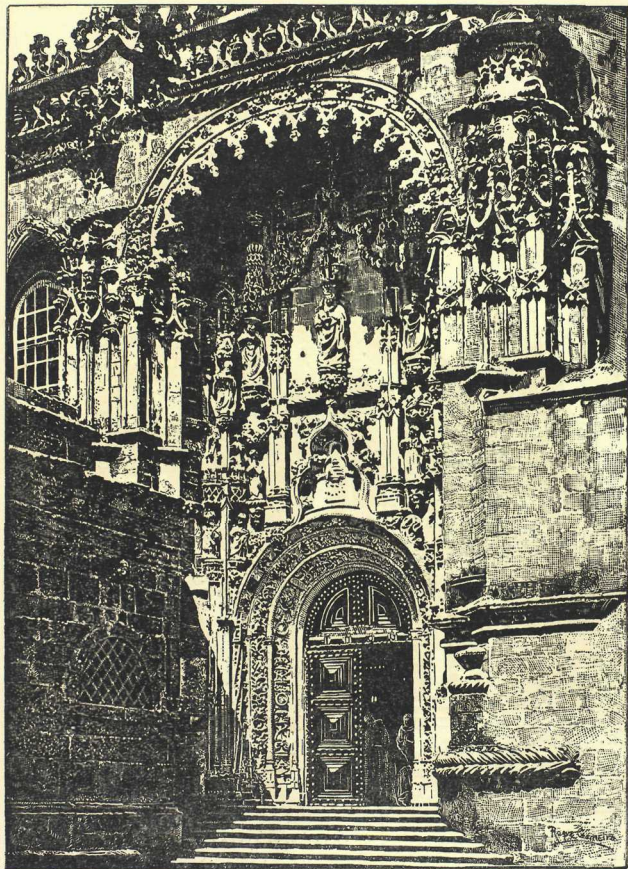
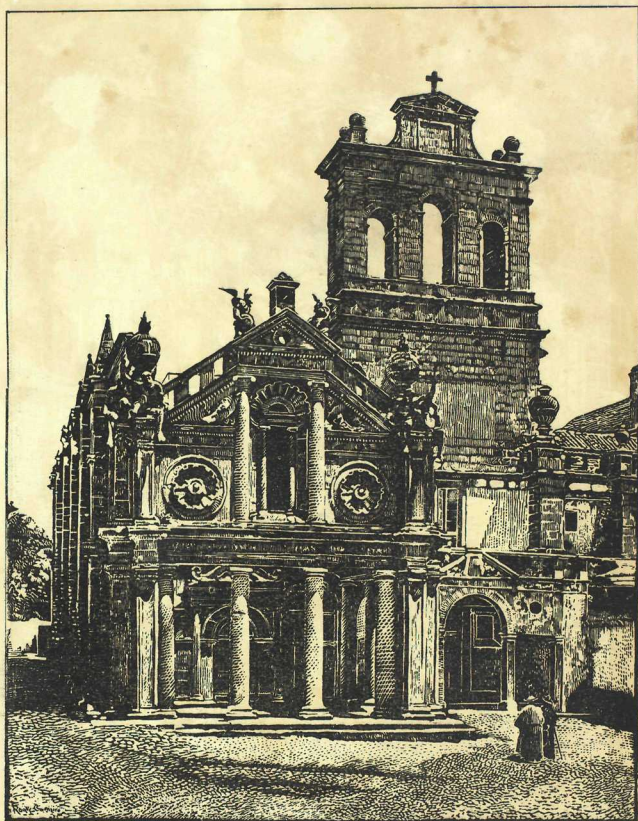
Mas em Santa Maria de Belém não havia apenas—¡ah, não!—a obra dos arquitectos, o labor dos imaginários ornamentistas que arrancaram à pedra de Alcântara a tipologia da *Legenda Aurea* e os motivos naturalistas da fauna e da flora do Oriente. Havia também a obra dos pintores, a obra dos ourives do ouro, a obra dos iluminadores em pergaminho, verdadeiro tesouro dos monges hierosolimitas. Lá estavam os retábulos, os painéis de Gregório Lopes, de Gaspar Vaz, de Fernão Gomes, mandado à Itália a expensas de D. Manuel, cujas figuras se diriam tocadas pelo doloroso misticismo de um Van der Weyden. Ali resplandeceram o cális, a cruz e a custódia manuelina fabricada por Gil Vicente com o primeiro ouro de Quilôa, peças singulares da ourivesaria portuguesa, que então se desentranhava (¡havia em Lisboa quatrocentos e trinta ourives!) em maravilhas de arte religiosa e nas baixelas opulentas—cântaros, pichéis, copas, escudelas, bátegas, gomis, albarradas, barnegais, almaraias, cerofalas—que acendiam montanhas de ouro sôbre os mantéis franceses das mesas dos fidalgos e dos mercadores. Para os Jerónimos mandou D. Manuel, no seu testamento, os sete livros da *Bíblia* e o *Mestre das Sentenças*, joias da iluminura italiana do fim do século XV, que Vante di Gabriello Actavanti pintou e recamou de ouro brunido, e que um dos Papas, Júlio II ou Leão X, ofereceu ao rei de Portugal. Ali se amontoavam, em arcazes flamengos, os paramentos bordados em Veneza, em Florença, em Chipre, em Bizâncio, em Palermo, no Oriente, com as armas do reino e de S. Jerónimo faìscando ouro dos sebastos, dos aurifrígios, da pesada escarcha dos aurisamitos e dos maromaques preciosos. A grande nau de pedra de D. Manuel trasbordava de riquezas. E, como timoneiro, êle lá estava à pôpa, em estátua orante, ajoelhado diante do tímpano da porta axial da igreja, junto dessa mesma imagem de S. Jerónimo que levou o rei de Espanha a bradar, deslumbrado:

—*¡Mira, mira, que me quiere hablar!*

ARQUITECTURA MANUELINA: AS IGREJAS, OS MOSTEIROS

MAS a arquitectura manuelina, tam representativa e tam original, não se reduz aos Jerónimos. Ela esplende nas *Capelas Imperfeitas* da Batalha, que mestre Mateus Fernandes brincou como uma renda de pedra; no convento de Cristo, de Tomar, onde o génio de João de Castilho floriu a mais bela janela do mundo; na Madre de Deus, para onde Lucca della Robia mandou os seus baixos-relevos policromos; na antiga Misericórdia de Lisboa, construída sôbre a sinagoga de Vila Nova de Gibraltar pelas mãos piedosas de Fernandes de Évora; no sumptuoso Hospital de Todos os Santos, que dominava o Rossio com os seus trinta e cinco arcos, e onde três ecónomos, cónegos azuis de S. João Evangelista, administravam a assistência a mais de cem doentes; nos paços de Évora e de Sintra; na abóbada dos nós, da Sé de Viseu; em dezenas de mosteiros (Jesus de Setubal, Conceição de Évora, e ¡quantos mais!) onde as janelas geminadas, as galerias, as naves, os rosetões coloridos, a fuga de arquivoltas dos pórticos nos dizem ainda o que foi, por êsse Portugal fóra, o movimento do gótico flamejante manuelino. E não apenas na arquitectura religiosa e civil; também na arquitectura militar. Aí está, recortada na crosta de ouro do poente em chamas, a linda tôrre de Belém, debuxada talvez por Garcia de Rezende; aí estão, por tôda a parte, os velhos castelos que são a heráldica da nossa paisagem, a corôa dos nossos campos, padrões venerandos cujas relíquias dionisianas e pré-dionisianas D. Manuel restaurou, florindo-lhes as alcáçovas pelas mãos de mestre Tomás Fernandes, melhorando-lhes as condições defensivas, fazendo dêles o que no seu carinhoso códice nos mostra Duarte de Armas.

OS CASTELOS DE PORTUGAL

¡Como êles nos falam da nossa grandeza, os velhíssimos castelos de Portugal! ¡Com que eloqüência êsses restos desdentados da arquitectura militar e senhorial nos ensinam a nossa história! ¡Com

Tomar — CONVENTO DE CRISTO

A IGREJA DA GRAÇA, DE ÉVORA

NOSSA SENHORA DAS NEVES

PAINEL DE JORGE AFONSO

Oliuro segundo

**Começa se oliuro segũdo intitulla-
do de vida de xp̃o em lingoagẽ portu
gues. em q̃ tracta ho q̃ fez osenhor em
ho triçesimo segũdo ãno. segũdo se con
tem na hystoria euãgelica. Capitollo
primeyro da molher samaritana.**

Foy se outra-
vez jhũ agalli-
lea] dõde veera
ajudea. ⁊ ante q̃
cheguasse agalli
lea era lhe força-
do q̃ passasse per
oregno de sama
ria. nõ por auer
tençõ d' hyr aos samaritanos por tal q̃ se nõ
mostrasse ser cõtrairo aa sua meesma doctri
na. ca elle auia dicto aseus discipollos q̃ nõ
fossem per ocaminho dos gentios ⁊c. mas
esto fez por adisposiçom ⁊ neçessidade do ca
minho o requer assy. por quanto samaria
he antre judea ⁊ guallilea [Ueo se ergo a
çerca de sichem çidade de samaria on
de staua afonte que jacob abrira] quã
do vijnha de mesopotania. ⁊ comprou ocã-
po de amõ principe de sichem ⁊ alli morou
açerca daquella çidade. ⁊ quando veyo aa
sua morte leixou aquelle campo ajoseph seu
filho segundo se lee no genesi. [E era açer
ca de hora de sexta] ⁊ esto se diz por mo-
strar que tijnha causa ou razom de star em-
fadado. porque per grãde spaço do dia tra-
balhara em preeguar. E esto foy signal que
asua payxom aueria de seer atal hora Fati
gado ou cansado he osenhor segundo acar
ne da fortalleza do qual nos auemos ho es-
forço. ⁊ he cansado aquelle per que os can-
sados reçebem força ⁊ refresco. Fadiguado
he aquelle oqual se nos desemparar logo so
mos fadigados ⁊ canssados. ⁊ se for pre-
sente seremos fortes ⁊ rijos. porque a sua
fortalleza nos criou. ⁊ asua fraqueza nos re
criou. Filhou elle nom sollamente anature-
za humanal mas ajnda os deffect⁹ que som
açerca da natureza. s. aquelles que aelle con
uinha filhar. Onde em q̃nto as penas som
exerçitatiuas da virtude perfecta. ⁊ som te-
stimunhas que declaram anatureza huma
na seer verdadeira ⁊ nom fingida. Em tan
to tomou xp̃o verdadeiramẽte as penalida
des assi spũaaes como corporaes aquellas
que sguardam anossa humana natura em
comuũ. assi como auer fame ⁊ sede quando
nom teuer mantijmento. ⁊ tristeza ⁊ temor
quando vee que tem aparelhado alguũ pe-
rigoo ou dampno. ⁊ assy como queẽtura ⁊
frio canssaço enfadamẽto ⁊ cousas semelhã
tes. nom reçebendo pero todos os defectos
corporaaes. assy como doenças desuayra-
das que hy ha. nem filhou outrosi todollos
deffect⁹ spũaes assi como som pecado igno-
rançia ⁊ reuellamento da carne cõtra ospũ.
Xp̃o querendo mostrar a verdade da hu
manal natura que tomara leyxauaa trabal
har ⁊ padeçer as cousas que som proprias
do homẽ. ⁊ querendo esso meesmo mostrar
que elle auia outra natureza ⁊ poder sobre
ahumanidade fazia algũas vezes obras di
uinaaes em ella. Onde quãdo retijnha a in-
fluẽçia da virtude diuinal que nõ veesse ou
decorresse em ocorpo seu Emtõ auia fame
⁊ cansaço. ⁊ quando leixaua em elle obrar a
virtude diuina emtõ ajnda que nom comes
se nõ auia fame nem sede nem cansaua ajn-
da que ouuesse traba'hos [E foromse os
discipollos em açidade] de sichem [pa
ra cõprarẽ de comer] ⁊ daq̃ deste lugar
segũdo crisostomo. demostra o euangelista
ahumildade de xp̃o em quanto ficaua soo ⁊
desacõpanhado. E çertamente assi acustu-
mou elle ⁊ ensinou os discipoll⁹ atrilhar to-
da asoberba. E nota ajnda aqui atempe
rança do comer de xp̃o. por que tam pouco
cuydado auia das cousas q̃ auia de comer
que nõ trazia comsigo mantijmento alguũ
ou manjar. [⁊ veyo huũa molher do re
gno de samaria]. s. da quella çidade de si
chem. [a tirar agua] ⁊ demãdando lhe o
senhor augoa por o trabalho ⁊ fadigado ca
minho. E conhoçẽdoo a molher em as fal-
dras do manto ni por judeu porque assy co-
mo os jude⁹ erã deuisos delles em louuor ⁊
seruiço de d's em a circũçisom. assi tijnhã def
ferẽça nos vestidos. [Disselhe amolher
os jude⁹ nõ husam nẽ conuersã cõ os
samaritanos] Ergo ⁊ tu xp̃aão p̄ ho aui
to ⁊ vestidura deues seer cõhoçido por tal ⁊
per atẽpança dos comeres ⁊ p̄ boas obras.
⁊ p̄ semelhãtes cousas. E assy mesmo deue
seer conhoçido o clerigo ⁊ o religioso. mas
ayca oje aadur se conhoçẽ os clerigos dos

Uma página do incunábulo «VITA CHRISTI», impresso em Lisboa por Nicolau de Saxónia e Valentin de Morávia, no ano de 1495

que ternura eu os evoco neste momento, aos avós proféticos da nacionalidade, a todos êles, desde a fronteira norte até à costa sul do país, — desde Valdevez, onde a tôrre albarrã do castelo da Giela levanta nas névoas da manhã o seu perfil de granito doirado, até Silves, cujas fortes quadrelas, cujos cubelos negros, cujas cisternas mouriscas nos recordam o poder dos almóadas e a grandeza duma civilização que nós ajudámos a extinguir! ¡Que diversidade de aspectos, de traçados, de arquitectura, de materiais, — a principiar nos pesados silhares do castelo de Guimarães, a acabar nos coruchéos de tijôlo dos torreões normandos de Viana do Alemtejo! ¡Que variedade de tipos de tôrre de menagem, — a forte albarrã de Bragança, com a sua janela geminada ogival e a sua pedra de armas; a tôrre de Montalegre, com as suas balhesteiras, por onde se lançava sôbre os assaltantes o fogo grecisco; a bela tôrre de Beja, opulenta de brutescos e de lumieiras góticas; a de Extremoz, mais bela ainda, armoriada, aberta de ajimezes, coroada de varandas sôbre possantes matacães; a tôrre das cinco quinas, de Évora; a tôrre heptágona de Freixo de Espada à Cinta; a tôrre das cabaças de Santarém, — expressões vivas de tôdas as épocas, de tôdas as civilizações, de todos os estilos, desde o primitivo românico da tôrre de Mumadona, até à clara influência mudéjar nas lumieiras geminadas, de duplo arco em ferradura, que fenestram a alcáçova onde morreu Santa Isabel! ¿Quem não se sentiu penetrado de emoção perante os castelos de Gualdim Pais, — Almurol com as suas onze tôrres, Pombal, Tomar, em cujos adarves flutuou o pendão negro e branco dos Templários? ¿Quem não se possuíu do orgulho do passado, olhando o castelo de Leiria, com a grandiosa alcáçova de D. Dinís, o de Óbidos, com as suas extensas barbacans, o de Tôrres-Vedras, ainda contrafortado de cubelos mouriscos, o de Santarém, o de Palmela, o de Sintra, que confunde com a rocha os lanços das suas quadrelas e recorta as suas tôrres de segurança no céu doirado do poente? ¿E, mais para o norte, — Lousã; Montemór, com a sua janela de delicadas arquivoltas, donde as infantas olhavam os campos do Mondêgo; o castelo da Feira, com os seus coruchéos; a Giela, com o seu Paço; Leça do Bailio, aconchegada à tôrre quadrada dos cavaleiros de Malta? Mas foi sobretudo nos castelos do Alemtejo que os alvanéos de D. Manuel tocaram. Foi nas tôrres de defesa das fronteiras de Odiana que mais trabalharam os marrões e as lurías de Tomás Fernandes. E são precisamente êsses castelos — Portalegre, Alegrete, Arronches, Assumar, Monforte, Borba, Extremoz, Vila-Viçosa, Alandroal, Redondo, Viana, Monsaraz — os mais ricos de arquitectura e de pormenores etnográficos, aqueles que maior originalidade oferecem na sua construção, pela associação do tijôlo com a pedra, pela acção evidente da mão-de-obra árabe (¡os lindos ajimezes de Alvito!), pela profusão de brutescos, de pedras-de-armas, de cachorros trabalhados, de goteiras, de gárgulas, de pingadouros manuelinos com que os alvanéos do princípio do século XVI enriqueceram as tôrres albarrãs de D. Dinís. Mas — ¡ai dêles! — a importância militar dos velhos castros medievos durou pouco. Os progressos da arte da guerra, sobretudo da castrametação, na segunda metade do século XVI, atenuaram consideràvelmente o seu valor defensivo. A situação política da península, assegurada por sucessivas alianças dinásticas, reduziu ao mínimo as preocupações de defesa territorial. É na África, é na Índia, é no mar que combatem os portugueses de D. Manuel. O nosso clarão épico acende-se no Oriente — para iluminar o mundo. É lá, nas praças tantas vezes cercadas, que resplandecem as «façanhas façanhosas» de Garcia de Rezende. É lá que as mulheres de Diu, esplêndidas de sacrifício, vendem as suas joias para reconstruir pedra a pedra, com lágrimas de júbilo e de orgulho, os baluartes arrazados da fortaleza...

A PINTURA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI: «OS PRIMITIVOS» MANUELINOS

A ARQUITECTURA manuelina foi grande; mas não o foi menos a sua pintura. Aos nomes de João de Castilho, de Tomás Fernandes, de Jerónimo Boytaca, de Diogo de Torralva, de Benavente, de Mateus Fernandes, de Jerónimo de Ruão, contrapõe-se a estirpe de Júpiter dos nossos «primitivos», cujas agiografias nos revelam tôda a côr, tôda a opulência, todo o fausto do século de D. Manuel.

O ciclo de D. João I teve um pintor — mestre António Florentim — que deixou a imagem dos seus heróis nos frescos da igreja de S. Francisco, do Pôrto, e que pintou para o Carmo o retrato de Nun'Álvares, de que a tábua do palácio Pombal é uma réplica, devida talvez ao pincel do mestre de S.

ADORAÇÃO DOS MAGOS
de Cristóvão de Figueiredo
(Muzeu Nacional de Arte Antiga, Lisboa)

Bento. O ciclo de D. Afonso V possuiu o seu pintor também — o grande Nuno Gonçalves — que, no assombroso políptico de S. Vicente, padrão máximo da pintura portuguesa, legou à imortalidade a figura do Infante D. Henrique, o precursor e o patriarca das navegações, e que, segundo tôdas as probabilidades, debuxou os cartões para as maravilhosas tapeçarias da conquista de Arzila, guardadas pela Espanha na Casa do Infantado. Ao ciclo de D. Manuel corresponde, não apenas um pintor, mas uma pintura; não apenas um mestre, — mas uma escola (1).

A PINTURA EM TÁBUA

As novas condições do país, convertido em entreposto do comércio do Oriente; o conseqüente engrandecimento do poder real; a intensificação das nossas *relações internacionais, sôbre tudo* com a Flandres, por intermédio das feitorias de Bruges e de Antuérpia, e com a Roma de Rafael, de Miguel Ângelo e de Júlio Romano, criaram um meio favorável ao desenvolvimento da arte, e, em especial, da pintura. Lisboa, com os seus setenta e seis pintores, os seus quarenta e sete desenhadores, os seus dez iluminadores-cartógrafos, tornou-se, no princípio do século XVI, um notável centro de cultura artística. Foi a expressão brilhante do nosso cezarismo. D. Manuel manda pintores à Itália; artistas italianos, como Luca della Robia, trabalham para Portugal; mas é a Flandres que exerce uma influência mais directa sôbre a obra dos «primitivos» manuelinos. Não só se sucedem as encomendas de quadros aos mestres flamengos (o tríptico de Nossa Senhora da Misericórdia, de João Provost; o políptico da Sé de Évora, de Gérard David, com o admirável painel da Senhora da Graça; o *Fons Vitæ*, atribuído a Bernardo von Oorley); mas muitos portugueses vão aprender à Flandres (Eduardo *Portugalois* era, em 1504, discípulo de *Quentin Metsys), e muitos mestres da* Flandres veem pintar para Portugal, como Frei Carlos, como Francisco Henriques (filho de português e de brabantina), como outros que trabalhavam na oficina de Jorge Afonso, a S. Domingos, nacionalizando-se até certo ponto na emoção e nos processos, adoptando as nossas «tintas opalinas», sentindo, como nós, a nossa luz e a nossa paisagem. A esta *poussée* de estrangeirismo, natu-

Breviário Bracarense. Obra impressa em Braga por João Gherline, alemão, no ano de 1494. — Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa.

(1) Os nossos «primitivos» começaram agora a ser estudados. Estrangeiros como Raczynski, Robinson, Justi, Dieulafoy, Emile Bertaux; nacionais como Ramalho Ortigão, Joaquim de Vasconcelos, Sousa Viterbo, José de Figueiredo, Maximiliano de Aragão, António Augusto Gonçalves, teem procurado esclarecer os múltiplos problemas que dizem respeito à existência de uma ou várias escolas de pintura em Portugal nos séculos XV e XVI, e à identificação das tábuas subsistentes com os seus presumidos autores, mercê duma vasta polinímia encontrada nos documentos dos nossos arquivos públicos. Ao mesmo tempo, um ilustre e erudito artista, o pintor Luciano Freire, sujeitando a tratamento algumas tábuas dos «primitivos» *portugueses (¡que surpreendente restauro o dos painéis de Nuno Gonçalves!) permitiu-nos admirá-los em todo o esplendor da* sua beleza original. Apesar disso, o estudo dos nossos «góticos» póde considerar-se na infância, tendo, na sua maior parte, um caracter provisório as identificações até hoje feitas.

ral numa sociedade e numa côrte civilizadas à pressa, correspondeu uma intensa, uma deslumbrante floração de pintores nacionais. Dois focos disputaram a primazia na glória: Vizeu-Coimbra e Lisboa. No primeiro, mestre Velascus, forte, audacioso, violento de côr, pinta o *S. Pedro* do mosteiro de Tarouca, tipo rude de plebeu sob uma tiara de campaínhas de oiro, o *Pentecostes* de Coimbra, a *Ceia* do Paço episcopal de Fontelo; Gaspar Vaz levanta, com a unção e a ternura dum primitivo italiano, o encantador políptico da Virgem, de Tarouca; Vasco Fernandes, que Bertaux injustamente reduziu às proporções de «*un peintre médiocre que n'a fait que copier*», [2] executa essa página de inquietante naturalismo, que é o *Calvário* da Sé de Vizeu, e a maravilha do *S. Pedro*, grandioso, solene, barbado como Júlio II, envolvido num estolão bizantino povoado de icones, assentado no seu amplo faldistório da Renascença. No segundo foco — Lisboa — esplende a escola de Jorge Afonso, pintor e arauto de D. Manuel. É êste mestre que pinta o admirável políptico de S. Francisco d'Évora, cujas figuras vivem sôbre fundos de ouro, como numa iconostase; é êle que sonha a doce figura de Santa Maria das Neves; é ao seu lado que trabalham, na oficina de S. Domingos, Gregório Lopes, o mestre do retábulo do Convento de Cristo, de Tomar, o flamengo Francisco Henriques, que o rei nomeia passavante, Pero Vaz, e, com êles, sete pintores vindos da Flandres. Tôda a sumptuosidade da Lisboa manuelina, da Veneza atlântica, da cidade dos Argonautas, que trouxera duma nova Cólchida um novo velo de ouro, resplandece nos paineis de Jorge Afonso e nas tábuas doutro grande artista, Cristóvam de Figueiredo, pintor do cardial D. Afonso, mestre do *Calvário* de Santa Cruz, do retábulo do Paraíso, das formidáveis cabeças dos *Doadores*, das magestosas figuras dos Reis Magos, que, pela riqueza dos estofos, das joias, das espadas, parecem ter saído da faustuosa guarda-roupa de D. Manuel. Lá estão, nas personagens episódicas das agiografias dos dois pintores, os tipos vistos e observados por êles na Lisboa do século XVI, — os alabardeiros que se debruçavam da galeria das Damas; os soldados de Mazagão, vestidos de enormes couras, jogando ao sol à porta do Armazém das Armas; as mulheres pintadas de loiro, embrulha-

Dize me tu ſe eſte ſanto ꝓfeta ſe cree nos noſos deoſes. Senhoꝛ de vos me marauilho como podees dizer q̄ o ſenhoꝛ d̄ todo o mū do a decreer nos idollos nem nos voſſos deoſes: q̄ he mayoꝛ ſenhoꝛ que elles.

¶ Como o emperadoꝛ enuiou buſcar as reliqueas de ieſu xp̄o pollo ſeu meſtre ſalla. Capitollo. v.

Eſpondeo o emperadoꝛ ao meſtre ſalla eu vos digo ⁊ vos mando que ſe yſſo aſſy he como vos dizees que logo agoꝛa vos aparelhees ꝑ a paſſar em jhꝛlm aly onde aq̄lle ſāto pꝛofeta ſoy que eu pꝛometo que ſeo ſanto ꝓfeta me guareçe deſta enfermidade. ⁊ deſta doēça q̄ eu vingarey a ſua moꝛte. E dizee a pillato meu adiātado q̄ como me nō enuiou o trebuto q̄ me deue d̄ ſete ānos ⁊ daylhe eſta carta minha. E viſto gays o meſtre ſalla apa

Página da História do Imperador Vespasiano
Impressão feita em Lisboa por Valentin de Morávia em 1496
Exemplar único conhecido, pertencente á Biblioteca Nacional de Lisboa.

(2) Emile Bertaux, *La Renaissance en Espagne et en Portugal.*

A DEPOSIÇÃO NO TÚMULO
de Cristóvão de Figueiredo
(Muzeu Nacional de Arte Antiga, Lisboa)

A ILUMINURA

das em mantos açafroados, que passeavam descalças debaixo dos arcos do Rossio; os gordos mercadores genoveses, arrastando opas de brocado e de escarlata de Inglaterra, as bolsas pojadas de dinheiro; os negrinhos e as mulatas, que tanto irritaram o sábio Nicolau Clenardo; os calafates hirsutos que no varadouro, a poente do Paço da Ribeira, breavam e estopavam o taboado das náus da Índia. O Paço, os mosteiros, as igrejas, os hospitais, as novas misericórdias encheram-se de retábulos, de paineis, de polípticos em que às vezes apareciam, aos pés da Virgem, as figuras orantes de D. Manuel, das Rainhas, do papa Leão X, dos infantes portugueses. E, ao passo que os pintores em tábua enriqueciam altares e santuários, espaldares de arcazes e cadeirados de capítulo, os pintores em pergaminho, monges de Alcobaça ou mestres seculares, iluminavam livros de *Horas*, crónicas de reis, cartulários das Ordens militares, códices da grandiosa *Leitura Nova*, enriquecendo de mínio, de sinoble, de ouro brunido, de capitais, de iniciais, de tarjas, as fôlhas membranáceas que o seu estilete mordia sôbre o atril dos *scriptoria* ou sôbre as estantes de arquibanco. Os nomes de alguns dos mestres da iluminura manuelina — Álvaro Dias de Froilas, António Fernandes — pouco falam à nossa imaginação. Um nome, porém, passa as fronteiras: o de António de Holanda, que pintou em Toledo o retrato de Carlos V; que trabalhou em Tomar no cartório da Ordem de Cristo; que inventou a iluminura a branco, preto e ouro; que enriqueceu as fôlhas do Livro de *Horas* de D. Manuel, e cuja glória bastava para que o gordo Garcia de Rezende, músico, poeta, diplomata, pintor êle próprio — o «peixe tamboril», como lhe chama Gil Vicente — pudesse dizer com orgulho nos versos da *Miscelânea:*

Euangelho no

(pella paixam e corporal presença. (E vou ao padre.) Pella sobida quando foy alleuantado atee ha deestra de ds padre (Agora craramente fallas e nem huum emxemplo dizes.) Diz Lyra Que mays craro fallaua da partida sua do padre. e da vijnda ao mundo pello tomar da carne que ante auia feito. (Agora sabemos que sabes todallas cousas) diz nycholao d lyra. ca por sua esperança e millagres mays cheamente conheçiam sua deydade (e nom he neçessaryo q alguu te pregunte) E a muytas vezes como diz aglosa. querendo lhes preguntar ouuiam ha reposta ãte que lhe preguntassem. E assy primeyro lhes respondeo q lhe preguntassem. (E e esto creem⁹ q de ds saydte) Thoma Como quē diz: ho entēder o todallas cousas escōdidas n⁹ faz creer q sejas d darro e natural filho d ds noqual estã escōdid⁹ todoll⁹ tesour⁹ da sabedoria e sciēcia d ds. açerqua doprēte euãgelho hõde se diz Pedij e reçeberees. Hede notar segūdo Agostinho. que tres maneiras ha de bens geeralmēte. s. Bayxos. Meeos e Muyto milhores. Os bayxos: som os temporaaes que som quasy nada. Pello qual diz Jheremyas a quatro capittollos. O lhey a terra e ex aqui era quasy vazia. E taaes bees se poden demandar tempradamēte sob condiçom. conuem pa saber. se te praz dame saude. bens temporaaes e vida longa e c. E a rezō he: por q a alguūs os beens tēporaaes. como som as sciēçias e hōnrras e amigos. riquezas e cousas semelhantes aas vezes son causa de peccar: a outros de mereçer. Mas aquaaes aprouueitem ou aquaes dampnem: soo ds ho sabe. Porem deuem em:comēdarse aelle. Outros som beens meeos. comuē pa saber. virtudes. as quaaes ha nehū podē dapnar. E aqlles se hã de demãdar cō feruor. outr⁹ sõ beēs muy muito boos. como abēauēturãça çellestial E aqlles bees se hã de pedyr cō grãdissimo feruor do coraçõ. Mas preguntasse por q ds nos nõ da logo oq pedimos: Respōdelle. primeiramēte por q ētō ho homē men⁹ mereçimēto aueria nõ tornãdo aa oraçõ. Segūdariamēte por q se auiltaria ou menos se estimaria oq cō pouco trabalho se pcalçasse. Terçeiramēte porq se acreçente o desejo. Como se mostra na molher chananea. Quartamēte por q o homē se humilde. como se mostra na meesma chananea. q cōfessaua seer cadella. Quītamēte porq aas vezes ds q: dar cousas q sõ milhores ē tpo cõuinhaui e quãdo for ao homē proueitoso

Euãgelho no dia meesmo da asçenssom.

Uma página do livro «Evangelhos e Epistolas com suas exposições em romance»
Obra impressa na cidade do Pôrto por Rodrigo Álvares, no ano de 1497
Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa

«Pinctores, luminadores
agora no cume estão,
ourivses, sculptores...»

IL VICENTE!

¿E o que é a obra do patriarca do teatro português, senão uma pintura maravilhosa? ¿O que são os autos pastorís, com os seus vaqueiros de samarra e as suas chacotas à Virgem, senão presépios vivos, tocados pela ingénua unção de Jorge Afonso ou de Cristóvam de Figueiredo? ¿O que são as tragicomédias do Mestre, senão tapeçarias sumptuosas onde grandes figuras doiradas passam, gesticulando? ¿O que é a *Trilogia das Barcas*, tam bela, que Lope de Vega a imitou, tam profunda nos seus conceitos filosóficos, que Erasmo aprendeu português para a lêr, — senão um forte e dramático Holbein, um fresco formidável da *Dança da Morte* em que os cadáveres dos reis, dos papas, dos cardiais, dos bispos, bailam arrastando as opas, as púrpuras, os pluviais, as dalmáticas?

Lisboa no tempo de D. Manuel. — Gravura extraída da obra intitulada «Civitates Orbis

O TEATRO NA RECÂMARA DE D. MANUEL: GIL VICENTE

Foi além, no Paço da Ribeira, junto ao leito duma rainha puérpera, numa pequena recâmara armada de razes, com a história de David e de Saúl, que Gil Vicente, vestido de vaqueiro, com o seu cajado, os seus ceifões, a sua manta do Alemtejo, representou pela primeira vez o *Auto da Visitação*. *D. Manuel sorria; a Duqueza de Bragança e as duas rainhas velhas — D. Beatriz e D.* Leonor — assentadas sôbre bancais de tela de ouro, seguiam encantadas a representação; bailando ao som de adufes e de gaitas de foles, zagais, pastores, porqueiros, risonhos, felpudos de samarras e de pelicos, traziam

à parida ovos, mel, cântaros de leite fresco, cordeiros brancos com as patas atadas de flores. Acabava de nascer, na câmara doirada do Rei do Mar, não apenas o teatro português, mas o teatro de tôda a Espanha, — porque as églogas de Enciña, os diálogos do Velho de Toledo, o poema de Rabi dom Santo não tinham passado de tentativas irregulares. É no ciclo manuelino que surge, com Gil Vicente, a primeira farça popular espanhola — *Quem tem Farelos*—; é, mais tarde, no ciclo joanino, que aparece, com António Ferreira, a primeira tragédia regular da península — a *Castro*, episódio amoroso medieval, dramatizado, segundo o cânon grego, nos versos brancos de Giangiorgio Trissino. Dir-se-ia, ao lado duma pintura flamenga, gorda e rica de côr, o mármore dum baixo-relêvo da Renascença. Da guarda-roupa de D. Manuel— verdadeira *pepinière* de glórias — não saem apenas poetas; sai uma literatura inteira. É aí que o doce Bernardim, o rouxinol das saüdades, sonha a novela pastoril da *Me-*

AS BELAS LETRAS NA GUARDA-ROUPA DE D. MANUEL

Terrarum», de Georgius Braun et Franciscus Hohenbergius. Coloniae Agrippinae, 1572

nina e Moça. É aí que Garcia de Rezende, com o seu ventre enorme e a sua carapuça de veludo, toca viola e medita as trovas da *Miscelânea.* Aí se forma o grande espírito de Damião de Góis, o mestre em cujas mãos a prosa portuguesa tem a opulência e os lampejos da prata lavrada, o amigo íntimo de Lutero, do Cardial Bembo, de Melanchton, de Paulo III, de Jacob Fugger, o cronista a quem Erasmo, em 1544, dedica o seu *Compendium Rhetorices.* Aí, como simples moço da guarda-roupa se cria João de Barros, historiador da *Asia,* tam notável, que Veneza o incluí na lista dos «grandes

homens», que Pio IV manda colocar o seu retrato no Vaticano ao lado do de Ptolomeu, que Luís Vives, Erasmo, Guilherme Boudée — a alma da Renascença humanista — se curvam perante a sua obra, verdadeiro arco triunfal da epopeia portuguesa do Oriente. Se tivesse pressentido a glória dêstes dois homens, D. João II não se dirigiria a Ángelo Policiano, «*viro peritissimo et amico suo*», pedindo-lhe para escrever a história de Portugal. Não são já apenas as navegações portuguesas que espantam o mundo; é a nossa cultura, são os nossos sábios, os nossos humanistas, os nossos doutores, os nossos poetas.

OS CRIADORES DE SCIÊNCIA

Abraão Zacuto, o auctor das *Tábuas Astronómicas*, aperfeiçoa o astrolábio de que se serve Vasco da Gama. Pedro Nunes, Garcia d'Orta, precursores geniais, criam sciência nova: o primeiro tem a intuïção das leis da decomposição da luz, inicia o estudo da loxodrómia, inventa o nónio; o segundo descreve pela primeira vez o cólera asiático, revela à terapêutica o fruto da *strychna nox vomica*. Portugal acende-se num clarão — para iluminar a Europa. É certo que os estudos cosmográficos e o intercâmbio universitário — sôbre tudo por ocasião da reforma de 1504, que iniciou o humanismo francês, e da de 1537, que transferiu a Universidade para Coimbra e incorporou nela os estudos de Santa Cruz — trazem para o nosso país uma onda de sábios estrangeiros. Aqui estiveram os alemães Beheim e Fabrício; os escoceses Scott e Jorge Buchanam, o poeta mestre de Maria Stuart; Nicolau Grouchy, que traduziu Castanheda; Guilherme Guerente, cujas tragédias latinas Montaigne celebrou; os italianos Rosetto e Fábio Arnánio; Elias Vinetus; Cataldo Sículo; o ilustre Clenardo, — e tantos outros grandes espíritos da Renascença.

SÁBIOS PORTUGUESES ENCHEM AS UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS

Mas, em compensação, ¡que radiosa pléiada de sábios nós espalhamos pelo mundo inteiro! Aires Barbosa, latinista, helenista notavel, condiscípulo em Florença de João de Médicis (depois Leão X), inaugura o estudo da língua grega em Espanha, onde se torna o mestre dos mestres; Amato Lusitano deslumbra a Itália; Aquiles Estaço, doutorado em Lovaina e em Paris, helenista, amigo e bibliotecário do cardial Sforza, ensina na Universidade de Sapiência e funda, êle próprio, uma biblioteca em Roma; Francisco Sanchez, autor da síntese negativista *Quod nihil scitur*, professa nas Universidades de Tolosa e de Montpellier; Diogo de Gouvêa, o *Velho* — tronco da dinastia ilustre dos pedagogos Gouvêas — funda o Colégio de St.ª Bárbara, em Paris, e a sua fama é tanta que Fernel lhe consagra o *Monalosphoenum*; André de Gouvêa, reformador do Colégio de Guyena, em Bordéus, amigo de Francisco I, professor em Avinhão, em Grenoble, em Cahors, é o mestre de Rabelais e de Montaigne, que o reputa «*sans comparaison, le plus grand principal de France*»; (1) António de Gouvêa, jurisconsulto, filósofo, professor da Universidade de Paris, iniciador da escola de Cujácio, íntimo de Felisberto de Saboia, vence o insigne Ramus na disputa célebre em defêsa de Aristóteles Salvador de Fernandina, émulo do grande criador do *Corpus juris*, e Jaime Aça, capêlo vermelho, ensinam na Universidade de Bourges; Pedro Fernandes de Évora e Diogo de Teive,

OS PEDAGOGOS; OS HUMANISTAS

DAMIANVS A GOES.
Thucydides gentis enarrat gesta Pelasgæ
Romanis claret Liuius in Decadiv
Hic, alia ut taceam serâ data scripta senectâ,
Æthiopum accepit nomen ab Historia.

(Retrato de A. Dürer)

(1) *Essais*, 72.

professam latim e grego na Universidade de Paris; João Ribeiro, na de Beauvais; Frei Agostinho da Trindade, na de Tolosa; o elegante Francisco de Holanda, autor do *Tratado de Pintura Antiga*, vive na intimidade de Miguel Ângelo, de Giulio Clovio, de Sebastiano del Piombo, do erudito Lactanzio Tolomei; Manuel de Teive é o discípulo amado de Fernel; António Pinheiro, sôbre cuja cabeça resplandece a mitra, é o discípulo querido de Strebée; André de Rezende, latinista, arqueólogo, alma tocada da graça da Renascença, distingue-se em Lovaina; João Fernandes da Costa e o padre Vilhegas são reitores no colégio de Guyena; — três portugueses insignes, Guilherme de Gouvêa, Álvaro da Fonseca, Diogo de Gouvêa, o Moço (*¡escrevo com comoção e com orgulho os seus nomes!*) merecem a honra de ser eleitos em claustro pleno, nos anos de 1530, de 1538, de 1547, reitores da Universidade de Paris, então — na frase de Ramus — a Universidade do mundo.

PORTUGUESES REITORES DA UNIVERSIDADE DE PARIS

A êste alto grau de cultura da sociedade portuguesa da Renascença corresponde o desenvolvimento da indústria da tipografia e do comércio do livro. Aos primeiros ensaios que, no fim do século XV, realizaram os impressores alemães, italianos e judeus em Faro, Lisboa, Leiria, Braga — Samuel Gascon, Rabi Elieser, Abraão d'Ortas, Rabi Tozorba, Nicolau de Saxónia, Valentim de Morávia, Ermão de Campis, Pedro Bonshomens — sucedeu uma produção tam considerável, que Garcia de Rezende regista o facto de, mercê da «letra de fôrma achada», crescerem a cada passo as livrarias; Cristóvam de Oliveira conta, na abastada Lisboa do século XVI, cinco oficinas tipográficas e cincoenta e quatro lojas de livros; e não só os embaixadores de Veneza, Tron e Lippomani, mas o próprio cardial Alexandrino, espantam-se de ver a riqueza, a abundância, a variedade do mercado de livros da Rua Nova. Lisboa não era apenas a metrópole comercial da Renascença; foi também, no século de D. Manuel e de D. João III, um dos mais intensos focos de pensamento da Europa. Se hoje é a França que ensina a pensar o mundo, houve tempo — que o diga a Universidade de Paris, que o digam as sombras gloriosas de Rabelais e de Montaigne! — em que foi Portugal que ensinou a pensar a França!

A IMPRENSA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XV E XVI: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO LIVRO

EIS o que era o povo cujas naus, na manhã de 22 de abril de 1500, avistando pela primeira vez aquela montanha verdejante, frondosa, magnífica, prolongada de vagas cordilheiras, coroada duma atmosfera de ouro fluido, — descobriram o Brasil e ofereceram à civilização um império formidável.

Mal daquelas nações que se contentam com as glórias do passado, e, caídas em êxtase perante a imagem do que foram, esquecem a realidade do que são. ¡Mas, mal dos países, também, que não sentem o legítimo orgulho das suas tradições, dos seus antepassados, das suas glórias remotas, da carta de brasão da sua nobreza secular, que não palpitam, que não vibram, que não comungam naquele culto dos heroismos, dos esplendores, dos sacrifícios e das virtudes do passado, indispensável ao próprio sentimento da sua continuidade histórica e à própria permanência da sua unidade nacional!

CAPÍTULO II

A ARTE DE NAVEGAR DOS PORTUGUESES

DESDE O INFANTE A D. JOÃO DE CASTRO

PELO

PROF. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

A ARTE DE NAVEGAR DOS PORTUGUESES

DESDE O INFANTE A D. JOÃO DE CASTRO

Conceito digno foi do ramo claro
Do venturoso Rei que arou primeiro
O mar, por ir deitar do ninho caro
O morador de Abila derradeiro

(*Os Lusíadas*, VIII, 71)

1 — O CONCEITO DO INFANTE NAVEGADOR

UANDO a raínha D. Filipa, no seu leito de morte, se despedia dos filhos maiores, entregando-lhes as espadas com que iriam à tomada de Ceuta, depois de encomendar a defesa dos povos ao futuro rei D. Duarte, e a das donas e donzelas ao Infante D. Pedro, assim falou ao Infante D. Henrique, o «ramo claro» que ela especialmente amava:

«Bem vistes a repartição, que fiz das outras espadas que dei a vossos irmãos, e esta terceira guardei para vós, a qual eu tenho que assi como vós sois forte, assi é ela. E porque a um de vossos irmãos encomendei os povos, e a outro as donas e donzelas, a vós quero encomendar todolos senhores, cavaleiros fidalgos e escudeiros dêstes reinos, os quais vos encomendo que hajais em vosso especial encargo... Eu vos dou esta espada com a minha benção, com a qual vos encomendo e rogo que queirais ser cavaleiro» [1].

Em 21 do mês seguinte, agosto de 1415, foi o assalto à cidade de Ceuta. A bandeira quadrada de D. Henrique foi a primeira a entrar pelas portas da cidade, «de cuja sombra êle não era mui afastado». E tam superiormente se mostrou, na áspera peleja, a sua rigeza de braço e fortaleza de ânimo que D. João I o quis armar cavaleiro na tarde dêsse mesmo dia. Mas o Infante só quis receber tal

[1] Azurara, *Chronica da tomada de Ceuta*, Cap. XLI, edição da Academia das Sciências de Lisboa, 1915, pág. 129.

honra juntamente com os irmãos mais velhos. A heroicidade de D. Henrique na jornada de Ceuta não foi esquecida pelo cantor dos *Lusíadas:*

> Olha cá dous Infantes, Pedro e Henrique,
> Progénie generosa de Joane,
> Aquele faz que fama ilustre fique
> Dêle em Germânia, com que a morte engane:
> Êste que ela nos mares o publique
> Por seu descobridor, e desengane
> De Ceuta a maura túmida vaidade,
> Primeiro entrando as portas da cidade.
>
> (*Lusíadas,* VIII, 37).

Mas ao descobridor dos mares eram precisos aqueles cavaleiros que sua Mãe lhe encomendára. Por isso a sua casa foi escola de homens valorosos, destemidos e fortes, capazes de se arriscarem aos maiores perigos. «Êste foi o príncipe sem coroa, segundo meu cuidar», observa Azurara [1], «que mais e melhor gente teve de sua criação». E João de Barros diz [2]: «Foi mui amador da criação dos Fidalgos por os doutrinar em bons costumes; e tanto zelou esta criação, que se póde dizer sua casa ser uma escola de virtuosa nobreza, onde a maior parte da Fidalguia dêste Reino se criou, aos quais êle liberalmente mantinha, e satisfazia de seus serviços». «Entre os primeiros descobridores mais de 50 eram criados do Infante», nota o Visconde de Santarém [3]. Eram criados do Infante, como os dois mancebos Hector Homem e Diogo Lopes de Almeida, os herois da cavalgada da primeira incursão na África desconhecida, ambos, segundo Barros [4], «homens Fidalgos e especiais cavaleiros, criados na escola da nobreza e virtude daquele tempo, que foi a casa dêste excelente Príncipe Infante D. Henrique».

Fundador de uma Escola nova, de observação directa da Natureza, que ia suplantar a Escola de Alexandria, os seus discípulos iriam arrostar com os terrores dos mares desconhecidos. As bancadas de estudo iam ser as pranchas das caravelas, impelidas pelos ventos sôbre as ondas. Os seus navegadores, que iam fundar a moderna geografia, não aspiravam aos graus de licenciado e doutor das Universidades medievais. Outro grau cobiçavam: aquele com que foi recompensado o jóven Antão Gonçalves, quando, arriscando a vida na tomada dos primeiros cativos, conseguiu satisfazer o requerimento insistente do Infante, de lhe levarem «língua da terra»:

> «O feito assi acabado, como temos escrito, juntaram-se todos assi como foram na peleja, e começaram de requerer Antão Gonçalves que fôsse cavaleiro, o qual menosprezando seu trabalho, dizia que não era razão que, por tam pequeno serviço, houvesse de receber tamanha honra, maiormente que sua idade não o requeria, nem êle por sua vontade nunca o seria, salvo depois que passasse por maiores feitos. E finalmente assi por os sobejos requerimentos dos outros, como por Nuno Tristão sentir que era razão, houve de fazer Antão Gonçalves cavaleiro, ainda que fôsse contra seu querer; por cuja razão dali avante chamaram áquele lugar: *o pôrto do Cavaleiro.* E assi foi êste o primeiro cavaleiro que foi feito em aquelas partes» [5].

A coragem ousada era a qualidade primordial; ela distinguia também os estrangeiros de boamente admitidos a tomar parte na árdua emprêsa, como aquele Baltasar, gentil-homem da casa do Impe-

[1] Azurara, *Chronica de Guiné,* Cap. IV.
[2] Barros, *Década* I, Liv. I, Cap. XVI.
[3] Azurara, *Chronica de Guiné,* Paris, 1841, pág. XI.
[4] Barros, *Década* I, Liv. I, Cap. V.
[5] Azurara, *Chronica de Guiné,* Cap. XIII.

rador da Alemanha, que, tendo vindo à tomada de Ceuta, onde foi feito cavaleiro, dizia desejar muito, antes de partir de Portugal, ver alguma grande tormenta. E não lhe foi a fortuna escassa no cumprimento de seu desejo, porque, indo depois com Antão Gonçalves, «foi a tormenta tam grande que por maravilha escaparam de perdição» ([1]).

No palácio do Infante tinham honroso acolhimento os que cultivavam as artes e sciências auxiliares da navegação: astrónomos, roteiristas e cartógrafos, construtores de instrumentos e construtores navais. Os seus cavaleiros podiam aí examinar os formosos portulanos medievais, maravilhas de cartografia, e seus respectivos roteiros, manejar os quadrantes e astrolábios com suas complicadas peças, finamente gravadas, seguir no firmamento o curso dos astros. Mas o Navegador resumia o Estatuto fundamental da sua escola em quatro palavras: **Talent de bien faire,** *desejo de altos feitos.* Da escola portuguesa de navegação, fundada por êle, foram genuínos representantes as nobres figuras de Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro, homens de sciência e homens de acção, ao mesmo tempo navegadores, cartógrafos e soldados, sem ambições de riqueza, prezando acima de tudo a glória de sua pátria.

Damião de Goes, tratando «das causas que moveram o Infante D. Henrique a querer descobrir terras e mares pela costa d'África, até chegar à Índia, e da certeza que teve para o mandar fazer» ([2]), depois de o declarar, além de mui arriscado cavaleiro, muito dado ao estudo das letras, principalmente da astronomia e geografia, conta como, para melhor exercitar tam virtuosas artes, depois que tornou do cêrco de Ceuta, escolheu sua morada e residência no Cabo de S. Vicente, onde fundou a Vila do Infante ([3]), e daí determinou mandar navios ao longo da costa d'África, «com tenção de chegar ao fim de seus pensamentos, que era descobrir, destas partes ocidentais, a navegação para a Índia oriental» ([4]). A certeza de poder realizar o seu propósito foi adquirida primeiramente, segundo Goes, na leitura dos geógrafos antigos, «os verdadeiros autores em que continuamente estudava, crendo o que escreviam como cousas escritas por homens, e assi as cria, e duvidava, como se deve fazer a todalas que dos homens e de seus juízos procedem, nas quais, com a certeza, está sempre junta a dúvida». Entre outros autores, cita êle Estrabão, Plínio, Cornélio Nepos e Pompónio Mela, os quais contam viagens de circunnavegação da África, que consideram como uma península. Para Estrabão ([5]) o continente africano tem a fórma geral de um triângulo rectângulo cujo catéto maior é a costa do Mediterrâneo desde as Colunas de Hercules ao Egipto, seguindo o catéto menor a linha do Nilo até à Etiópia, donde a hipotenusa, formada pela costa do Oceano, se estende até ao extrêmo ocidental da Mauritânia. A África é assim reduzida a menos de um terço da sua verdadeira grandeza, com uma dimensão norte-sul metade da extensão leste-oeste. O Atlântico banha tôda a margem sul da Líbia.

Goes, naturalmente, não fala de Ptolomeu, para quem o Oceano Índico era uma grande lagôa, fechando assim tôda a comunicação entre êste mar e o Atlântico. João de Barros é que imagina o Infante animando João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz a passarem o Cabo Bojador, dizendo-lhes que «segundo mostravam as távoas de Ptolomeu» ([6]), a costa continuava sempre para o sul até se meter debaixo da linha equinocial. O contôrno da costa ocidental africana, segundo o geógrafo alexandrino, a que Barros se refere, levou cartógrafos da Renascença a porfiarem em colocar a linha equinocial através do Sudão, apesar de vêrem nas cartas marítimas portuguesas o equador já traçado sôbre o mar até à Ilha de S. Tomé ([7])

Ptolomeu oferece um exemplo notável de quanto um sábio eminente póde concorrer para retardar o conhecimento da verdade. Para que os êrros geográficos de Ptolomeu ([8]) fôssem considerados verdades respeitáveis bastou a sua autoridade de grande astrónomo. Para que êsses êrros fôssem jul-

---

([1]) Azurara, *Chronica de Guiné*, Cap. XVI.

([2]) Damião de Goes, *Chronica do Principe D. Joam*, Cap. VII, edição de Coimbra, 1905, págs. 14-16.

([3]) A respeito da situação da Vila do Infante, veja-se o artigo de Brito Rebelo em *O Occidente*, 17.º ano, vol. XVII, n.º 548, 11 de março de 1894.

([4]) Altolaguirre y Duvale, na sua obra *Cristóbal Colón y Pablo del Pozzo Toscanelli*, Madrid, 1903, mostra bem, contra Vignaud, que êste era o objectivo do Infante, no Cap. VI da 1.ª Parte, intitulado «Finalidad que perseguian los portugueses con sus empresas de descubrimiento».

([5]) Bunbury, *History of ancient Geography*, Vol. II, London, 1879, pág. 327.

([6]) Barros, *Década* I, Liv. I, Cap. II.

([7]) L. Gallois, *Les géographes allemands de la Renaissanee*, Paris, 1880, pág. 50.

([8]) Sôbre os êrros geográficos de Ptolomeu, veja-se: Nordenskjöld, *Fac-simile Atlas*, pág. 32.

gados como tais, foi precisa tôda a audácia dos navegadores portugueses, que, em 1471, passaram o equador no fundo do Gôlfo de Guiné, desconhecido do geógrafo alexandrino; em 1487, irromperam, com Bartolomeu Dias, no Oceano Índico; e em 1511, depois da tomada de Malaca, acabaram de desfazer a lagôa ptolomaica, entrando, com António de Abreu, pelo Oceano Pacífico, em demanda das Molucas. Assim, desde a sua praia ocidental, os portugueses

Passaram ainda além da Taprobana,

como se celebra na primeira estância dos *Lusíadas*, onde a Taprobana é a Ilha de Sumatra [1].

Depois de citar os geógrafos atrás mencionados, conclui Goes que foi com o oráculo dêstes testemunhos, «e doutros mais que o Infante teria sabidos, per muitas informações que cada dia tomava de mouros Alarves e Azenegues, práticos nas cousas d'Africa», que êle se resolveu a mandar descobrir. Entre êsses testemunhos não podemos nós deixar de incluír o dos admiráveis mapas medievais, derivados do portulano-normal, a que Nordenskjöld chama a Ilíada da cartografia, onde as costas do Mediterrâneo são delineadas já com tanta exactidão. Nos atlas da idade média encontra-se, por vezes, além das fôlhas das regiões compreendidas no portulano-normal, um mapa-mundi com uma África circunnavegável. Assim sucede com o atlas de Marino Sanudo que acompanha o *Liber secretorum fidelium Crucis*, escrito entre 1306 e 1321, e com o de Petrus Vesconte, do ano 1320, em cujo mapa-mundi [2] o contôrno da África é do tipo estrabónico. No conhecido mapa do Portulano Laurenziano, de 1351, a África é também cercada por mar.

Em Ceuta pôde êle colher informações sôbre a costa oeste e sul da Guiné e saber das estradas comerciais por onde as caravanas dos mouros iam, através do Sahara, ao Sudão, buscar o sal-gema a Tagaza, o oiro em pó a Tombuctú e ao reino mandinga de Meli, ao sul do Niger. Cartas do século XIV continham também já dados positivos sôbre o Sahara e o Sudão, que o renascimento ptolomaico veio obscurecer [3]. No mapa de Angelino Dulcert, 1339, o Sahara é povoado de oasis; no mapa catalão de 1375 figuram Tombuctú e as grandes cidades da bacia do Niger.

Assim o Infante pôde conceber o seu plano da passagem sueste para a Índia, ao longo da costa africana, com confiança de êxito. Êste conceito é celebrado nos *Lusíadas*, bem como as fases principais da sua realização, pela bôca do Gama, falando ao Samorim:

Sabe que há muitos anos que os antigos
Reis nossos firmemente propuseram
De vencer os trabalhos, e os perigos,
Que sempre às grandes cousas se opuseram:
E descobrindo os mares inimigos
Do quieto descanso, pretenderam
De saber que fim tinham, e onde estavam
As derradeiras praias que lavavam.

Conceito digno foi do ramo claro
Do venturoso Rei que arou primeiro
O mar, por ir deitar do ninho caro
O morador de Abila derradeiro.
Êste por sua indústria, e engenho raro,
Num madeiro ajuntando outro madeiro,
Descobrir pôde a parte que faz clara
De Argos, da Hidra a luz, da Lebre, e da Ara.

(VIII, 70-71.)

---

[1] O nome de *Taprobana* aplicou-se, no século XVI, à Ilha de Ceilão e à de Sumatra. Folheando, por exemplo, o *Fac-simile Atlas*, de Nordenskjöld, encontram-se os mapas n.os XXXII, XXXV, XL, XLI, XLIII, XLIV, XLV, XLVIII, e XLIX, com o nome *Taprobana* aplicado à Ilha de Sumatra. A Taprobana do Canto I dos *Lusiadas*, como na Ode que Camões escreveu para os *Colóquios* de Garcia de Orta: «Taprobânico Achem, que o mar molesta», é Sumatra; a do Canto X é Ceilão.

[2] Nordenskjöld, *Periplus*, págs. 17 e 57.

[3] Veja-se: *Découverte d'une relation de voyage datée du Touat et decrivant, en* 1447, *le bassin du Niger*, par Ch. de la Roncière, Conservateur à la Bibliothèque Nationale (Extrait du *Bulletin de la Section de Géographie*, 1918), Paris, 1919.

As caravelas, mandadas pelo Infante, seguem sistemáticamente, umas após outras, já para além do Cabo Bojador. Olhos portugueses enlevam-se na contemplação e estudo das constelações austrais.

Na estância imediata canta-se o feito de Bartolomeu Dias. Os portugueses dobram, em 1487, o Cabo da Boa Esperança, onde a Ursa Maior era constelação circumpolar oculta:

> Crescendo c'os sucessos bons primeiros
> No peito as ousadias, descobriram
> Pouco e pouco caminhos estrangeiros
> Que uns sucedendo aos outros prosseguiram:
> De África os moradores derradeiros
> Austrais, que nunca as sete flamas viram,
> Foram vistos de nós, atrás deixando
> Quantos estão os Trópicos queimando.

Finalmente, atinge-se a Índia, com Vasco da Gama, que acaba por falar de si e dos da sua frota, como último elo da cadeia de navegadores que se sucederam desde a passagem do Bojador até à chegada a Calicut:

> Assi com firme peito e com tamanho
> Propósito vencemos a Fortuna,
> Até que nós no teu terreno estranho
> Viemos pôr a última coluna.

Na Escola portuguesa de navegação, fundada pelo Infante, cujo preceito fundamental era a observação directa da Natureza (1), se formaram Colombo e Fernão de Magalhães. O primeiro aqui amadureceu os seus projectos. «Estando en Portugal, empezó á conjeturar que del mismo modo que los portugueses navegaron tan lejos al Mediodía, podría navegarse la vuelta de Occidente, y hallar tierra en aquel viaje», diz o próprio filho de Colombo (2). Fernão de Magalhães, que foi quem primeiro circunnavegou o globo, fêz a primeira metade dessa circunnavegação ao serviço de Portugal, pois esteve com Albuquerque na tomada de Malaca, e de lá partiu a explorar o Oceano Pacífico (3).

O Infante D. Henrique, levando, com indomável persistência, a nação portuguesa a empenhar-se na descoberta do caminho marítimo para as regiões por onde andára Marco Polo, no desejo veemente de dilatar «a Fé e o Império», dissipou o terror dos mares e da zona tórrida, dando o impulso que levou os povos europeus à sua expansão pelo globo. Romperam-se os acanhados limites medievais.

---

(1) «We have come to the time when explorers were not Ptolemaics or Strabonians or Scripturists, but Naturalists — men who examined things afresh, for themselves». (Beazley, *Prince Henry the Navigator*, London, 1901, pág. 145.)

(2) Fernando Colón, *Historia del Almirante D. Cristobal Colón*, Madrid, 1892, Cap. V, pág. 25.

«En Portugal es donde Colón comienza á estudiar seriamente la ciencia cosmográfica; sus libros se conservan en la Biblioteca colombina, y contienen en las márgenes gran número de notas que palpablemente demuestran que el Almirante saludaba por primera vez esta ciencia; ninguna de ellas arroja el menor indicio de que Colón tuviera ya formado conceptos proprios» (Altolaguirre y Duvale, *Cristóbal Colón y Pablo del P. Toscanelli*, Madrid, 1903, pág. 370).

(3) «Magellan was the first to circumnavigate the earth; for, when in the Portuguese service, he had reached the Moluccas from the east, while ten years later, when under the Spanish flag, he arrived there from the west» (Nordenskjöld, *Periplus*, pág. 187, nota). Argensola, na sua *Conquista de las Molucas*, Madrid, 1609, págs. 6 e 15, diz: «Este [Afonso de Albuquerque], no contento con las primeras conquistas, envió desde Malaca a Antonio Dabreu, Francisco Serrano y Hernando de Magallanes en tres baxeles a descubrir las Molucas. Todos estes tres capitanes tomaron diferentes viajes. De Magallanes volveremos luego a tratar... En este mismo tiempo, habiendo Magallanes pasado seiscientas leguas adelante hacia Malaca, se hallaba en unas islas, desde donde se correspondia com Serrano». Esta viagem de Magalhães é admitida por Navarrete *(Coleccion de los viajes*, tomo IV, 1837, pág. XXVII) e por Pastells *(El descubrimiento del estrecho de Magallanes*, Madrid, 1920, pág. 58). Castanheda *(Historia do descobrimento e conquista da India*, liv. III, cap. LXXV) nomeia como capitães da armada mandada por Albuquerque, em dezembro de 1511, à descoberta das ilhas do cravo, António de Abreu, Francisco Serrão e Simão Afonso Bisagudo, do que poderá concluir-se que Magalhães não iria como capitão. Gonçalo Fernandez de Oviedo, contemporâneo de Magalhães, diz na sua *Historia general de las Indias*, liv. XX, Cap. I: «y el Fernando de Magallanes diestro en las cosas de la mar y que *por vista de ojos* tenia mucha noticia de la India Oriental y de las *islas del Maluco y Especiaria*...» Antonio Blasques, bibliotecário da R. Sociedade Geográfica de Madrid, pretende reivindicar para Magalhães a autoria do Livro de Duarte Barbosa. Na publicação desta Sociedade, *Tres relaciones de tierras y descubrimientos del Siglo* XVI, Madrid, 1921, é incluído aquele livro com o título: «*Descripcion de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios*, por Fernando de Magallanes, piloto portugués que ló vió y anduvo todo». O manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid, em que se atribui a obra a Magalhães, *que lo vió y anduvo todo*, é, segundo António Blasques, dos princípios do século XVI. Em Espanha sabia-se que Fernão de Magalhães, quando para lá foi, tinha já navegado no Oceano Pacífico. O Livro, porém, é de Barbosa, e não de Magalhães, como adiante mostraremos.

Com os descobrimentos portugueses a marcha da civilização tomou um rumo novo: começou a Idade moderna.

Vamos tentar descrever os meios de que dispunham, para se dirigirem sôbre os mares, os audazes navegadores que levaram o homem à posse da Terra e alargaram o âmbito das sciências, dando-lhes nova base de observação e experiência.

2—O ASTROLÁBIO ESFÉRICO

S *Libros del saber de astronomia del rey D. Alfonso X de Castilla*, esplêndida obra publicada pelo académico Rico y Sinobas, por decreto do govêrno de Espanha, contém no Tomo II (Madrid, 1863) os livros dos astrolábios. Cada astrolábio é tratado em dois livros, redigidos no século XIII pelo sábio Rabiçag, *el de Toledo*, por ordem de Afonso X. Numa singela linguagem, modelar de precisão e clareza, ensina-se, no primeiro, o fabrico de cada uma das peças do instrumento e descreve-se, no segundo, a maneira de o usar na resolução de dezenas de problemas astronómicos e topográficos. Os *Libros dell astrolabio redondo* precedem os *Libros dell astrolabio llano*. Começa-se pelo astrolábio esférico, ou redondo, mais fácil de compreender, por ser uma simples reprodução, em pequeno modêlo, dos movimentos celestes. Entender-se há melhor depois o astrolábio planisférico, ou plano, que dêle deriva. «Los astrolabios redondos cuemo la esfera, deben considerar-se semblança y arquetipo del Universo, ó *cuemo la madre*, origen y fundamento de todos los otros instrumentos astronómicos»(1). Êste instrumento, matriz de todos os outros, dispensa o estudo da representação da esfera em plano.

O astrolábio redondo é formado por uma esfera, às vezes, de ouro ou prata, mais geralmente de latão, sôbre a qual se move uma meia-esfera, chamada *rêde*, feita de fôlha metálica, que, pela sua face côncava interna, assenta perfeitamente na superfície convexa da esfera, deslizando sôbre ela, em tôrno dos polos do equador.

Metade da esfera é destinada a representar o hemisfério celeste que assenta sôbre o horizonte da localidade onde se observa. O ponto superior Z é o zenite; o círculo S E N é o horizonte. Círculos menores horizontais, gravados na superfície, são as *almocântaras* (2), que se elevam, eqüidistantes, até ao zenite, para marcarem as *alturas* dos astros. Semi-círculos verticais cruzam-se no zenite, descendo até ao círculo graduado do horizonte, para aí indicarem os *azimutes*, ou as *amplitudes*. Entre êles escolhe-se um para *meridiano* do lugar; o que lhe é perpendicular será o *primeiro vertical;* estes dois interceptam o horizonte nos quatro pontos cardiais N, E, S, W. As alturas das almocântaras contam-se num círculo vertical graduado; os azimutes dos verticais contam-se no horizonte a partir do meridiano, e as amplitudes a partir do primeiro vertical.

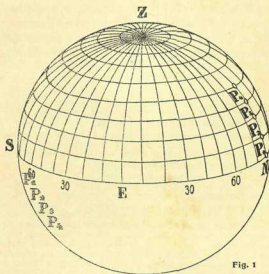



Fig. 1

Como o instrumento deve servir a mais que uma localidade, e a latitude geográfica é igual à altura do polo em cada lugar, escolhem-se no meridiano pontos P_1, P_2, P_3, . . . , a diferentes alturas acima do horizonte, os quais servirão de polo aparente do equador. Na direcção dos diâmetros P_1P_1, P_2P_2, P_3P_3, . . . , que passam por estes pontos, fura-se a esfera. Num dêstes diâmetros furados passará a vara de ferro que serve de eixo à *rêde* hemisférica, a qual ficará assim com o ponto, que nela representa o polo do equador, colocado em sua verdadeira altura.

(1) *Libros del saber*, Tomo II, pág. 84.

(2) Sôbre a palavra *almocântara*, veja-se a nossa *Astronomia dos Lusiadas*, pág. 139, nota.

Astrolábio Esférico

(século XIII)

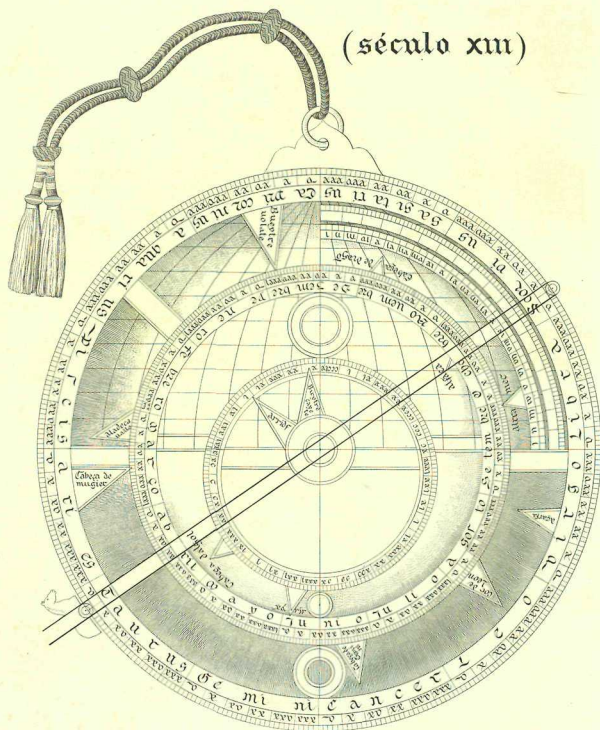



FIGURA REPRODUZIDA DOS «LIBROS DEL ASTROLÁBIO REDONDO», CONTIDOS NOS «LIBROS DEL SABER DE ASTRONOMIA DEL REY D. AFONSO XI DE CASTILLA»

A rêde é uma calote esférica, geralmente feita de latão, destinada a representar o hemisfério do firmamento, situado ao norte da eclíptica, com algumas das principais estrêlas, de latitude boreal portanto. O círculo da sua base, SS' (fig. 2), que é a eclíptica, divide-se nos 12 signos, e cada signo nos seus 30 graus. Sôbre o seu polo R, que é o polo do zodíaco, move-se uma alidade de perfil semicircular (fig. 3), que desce até à graduação dos signos, sustentando em seus extremos duas compridas pínulas, de altura maior que o semi-diâmetro da rêde, para se poderem observar os astros, através dos respectivos orifícios, sem impedimento da esfera.

Fig. 2

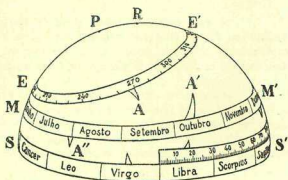
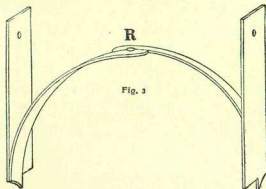
Com centro num ponto da rêde, distante de R tanto como a excentricidade da órbita solar, na direcção do ponto do zodíaco que marca o auge do sol, traça-se, na superfície convexa, um círculo MM', o qual se divide em 365 partes, correspondentes aos 365 dias do ano; os traços de divisão indicam os meses e dias. É o círculo da *equação do sol*, também chamado *círculo dos meses*. A alidade, girando por cima dêle, mostra a correspondência entre os pontos dos dois círculos MM' e SS', e assim se sabe a marcha do sol na eclíptica e o seu lugar nos signos em cada dia do ano, dispensando-se uma tábua de longitudes solares.

Fazendo depois centro no ponto P, distante de R, no coluro dos solstícios, um número de graus igual à inclinação da eclíptica, descreve-se um outro círculo menor EE', paralelo portanto ao equador, ao qual se chama o *equador do dia*. É no ponto P que se abre o orifício, por onde passa a vara de ferro que se enfiará num dos diâmetros furados da esfera; em volta dêste ponto, polo do equador, girará a rêde sôbre a esfera, figurando o movimento diurno das estrêlas.

Fig. 3

Cada estrêla fixa será representada na rêde pelos pontos correspondentes às suas longitudes e latitudes celestes. Cada um dêstes pontos é o vértice de um ponteiro ou dentículo que se desenha na rêde com a sua base sôbre algum dos círculos, o dos signos, o dos meses ou o do equador. Depois lima-se a rêde, abrindo-a, tirando-lhe fóra todos os bocados que se possam dispensar, deixando apenas os aros dos círculos necessários, com os ponteiros das estrêlas apoiados nêles. Colocada a rêde sobre a esfera, pode ver-se, através das suas aberturas, a teia das almocântaras e círculos verticais, traçados na esfera, como mostra a Estampa I, junta, reproduzida dos *Libros del saber;* e assim se tem uma imagem exacta do movimento diurno dos astros acima do horizonte de algum dos lugares para os quais o astrolábio se construiu. O movimento do sol e dos planetas é representado pelo dos pontos do zodíaco por êles ocupados em cada dia.

Entre o círculo dos meses e o dos signos há dois quartos de círculo: um, dividido em 90 graus, para se medir a altura dos astros observados através dos orifícios das pínulas da alidade; e o outro, justapôsto a êste, dividido em 24 dígitos, ou dedos, para servir de escala altímetra, correspondendo 12 à sombra recta e 12 à sombra versa, de que adiante falaremos. No bordo da rêde, na cabeça ou princípio de Capricórnio, fixa-se o anel de suspensão do astrolábio.

Explicada no Livro I a construção do instrumento, segue-se o Livro II do astrolábio redondo, com 135 capítulos, em que se ensinam a resolver quási outros tantos problemas astronómicos, geográficos e geodésicos. Como exemplo que nos interessa, transcrevemos a regra para determinar a latitude geográfica de um lugar por meio da altura meridiana do sol:

«CAPITOLO LXVII

De saber las ladezas de las cibdades, del grado del sol et de la su altura en qual dia quier

Si esto quisieres saber, toma la altura del sol en medio daquel dia, et guárdala, et sabe la declinacion daquel grado, et guárdala otrossi, et si fuer miridional annádela sobre la altura, et si fuer septentrional mínguala dende, et lo que fuer ell altura despues dell annadimiento ó del minguamiento, aquella será la altura de la cabeça de Aries en to cibdat, et mínguala de .XC. et fincará la ladeza» (1).

Manda-se assim juntar ou tirar da altura meridiana observada do sol a sua declinação, segundo êle andar ao sul ou ao norte do equador. O resultado, subtraído de 90, dá a latitude da localidade. Não se fala ainda em sombras, que se subentende correrem sempre ao norte, pois evidentemente se consideram, nesta regra, apenas lugares situados ao norte do trópico de Câncer. Quando os portugueses navegaram na zona tórrida, foi preciso generalizar esta regra, para se formular o *Regimento da altura do polo ao meio dia.*

3—O ASTROLÁBIO PLANISFÉRICO

A opinião dos astrónomos afonsinos, o astrolábio planisférico, ou plano, como mais simplesmente o designam, foi invenção de Ptolomeu. O astrónomo alexandrino, que tratou o problema da representação da esfera em plano, vendo quam trabalhoso era o fabrico do astrolábio redondo, pela extrêma dificuldade da moldagem de superfícies esféricas matemáticamente perfeitas, e quam incómodo era o seu transporte, teria inventado o astrolábio planisférico, fàcilmente portátil e de mais simples construção. Assim se lê no Prólogo do astrolábio plano:

«Et porque ouo Ptolomeo que era estrumente muy grieue de traer de un logar á otro por la grandez déll, et otrossí de fazer, de redondo que era tornóle llano en el logar o eran los signos et las otras estrellas que eran cerca dellos».

O astrolábio planisférico é, porém, anterior a Ptolomeu, tendo sido inventado por Eudoxo de Cnido (circa 350, a. C.), ou por Apolónio de Perga (circa 240, a. C.), mais provávelmente pelo primeiro (2). É um instrumento de origem grega, transmitido pelos árabes à Europa ocidental. No fim do século VIII, Messahala, astrónomo árabe, judeu de religião, escreveu um tratado sôbre o astrolábio planisférico, cuja versão latina se intitulava «*Compositio et Operatio astrolabii*». O tratado (3) que, sôbre o mesmo instrumento, compôs, em 1391, o poeta inglês Chaucer, autor dos *Canterbury Tales*, para uso de seu filho Luís, estudante em Oxford, é principalmente baseado na obra de Messahala. Pelos *Libros del saber de astronomia* ficamos sabendo como, em Toledo, os artífices construiam o instrumento no século XIII e como os astrónomos dêle usavam.

A passagem do astrolábio redondo para o planisférico operou-se, substituíndo o hemisfério côncavo da *rêde* pela sua projecção sôbre o plano do equador, ficando assim a rêde reduzida a uma placa circular móvel. A projecção escolhida foi a estereográfica, que tem a vantagem de ser *isogónica*, o que quere dizer que os ângulos das linhas imaginadas na superfície esférica se conservam os mesmos em projecção. Além disso, qualquer círculo da esfera se projecta segundo um círculo, ou uma recta, linhas fáceis de traçar.

(1) *Libros del saber*, Tomo II, pág. 196.

(2) Nau, *Le traité sur l'astrolabe plan de Sévère Sabokt, écrit au VIIe siècle d'après des sources grecques*, Paris, 1899.

(3) *A treatise on the astrolabe by Geoffrey Chaucer*, A. D. 1391, London, Chaucer Society, 1872.

O ponto de vista é o polo sul P' (fig. 4) da esfera celeste. O plano do equador EE' é o plano de projecção, a qual é assim estereográfica polar. Uma estrêla S do hemisfério boreal projecta-se em *s*; uma estrêla S' do hemisfério austral, em *s'*. Só se projectam os pontos da porção da esfera celeste situada ao norte do trópico de Capricórnio TT'. Assim o ponto central da projecção será o ponto *p*, que representará o polo norte, e o limite externo será o círculo *tt'*, projecção do trópico de Capricórnio.

Fig. 4

A fórma que a rêde desta maneira toma é a da placa circular metálica, recortada de aberturas, que mostra a figura junta (fig. 5), transcrita dos *Libros del saber* (Tomo II, pág. 235). Aí se vê o zodíaco com seus signos: *Aries, Taurus, Gemini*, etc., bem como os ponteiros ou dentículos das estrêlas com seus nomes, como *Ala del cavallo, Pie dosso, Addabaran*. O círculo limite externo é o trópico de Capricórnio. Os diâmetros, vertical e horizontal, são respectivamente os coluros dos solstícios e dos equinócios. O centro representa o polo boreal, e em volta dêle, sôbre uma cavilha que atravessa o instrumento, gira a rêde, também chamada *aranha*, dando a imagem do movimento diurno dos astros. Para representar os planetas servem os pontos do zodíaco por êles ocupados em cada dia.

A teia das almocântaras e círculos verticais, traçada na metade superior da esfera do astrolábio redondo, é também projectada no plano do equador e representada num disco metálico de diâmetro igual ao da rêde ou aranha. É essa teia que se vê na parte superior da figura (fig. 6), extraída, como a anterior, dos *Libros del saber* (Tomo II, pág. 240). As almocântaras sobem desde a curva do horizonte, numeradas de 6 em 6 graus de altura (6, 12, 18, 24, 30...), diminuindo sucessivamente de raio, até ao ponto em que se projecta o zenite. Dêste ponto irradia o feixe dos círculos verticais que vão, em tôdas as direcções, marcar os azímutes, ou as amplitudes, como na figura, numeradas de 10 em 10 graus. O centro do disco é o polo, e o diâmetro vertical que por êle passa e pelo zenite, é o meridiano. O círculo da periferia do disco é o trópico de Capricórnio, e os dois círculos interiores, concêntricos com êle, são o equador e o trópico de Câncer.

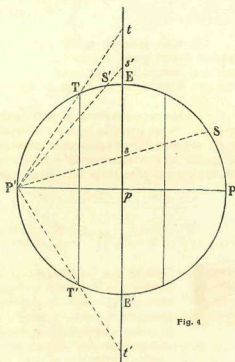
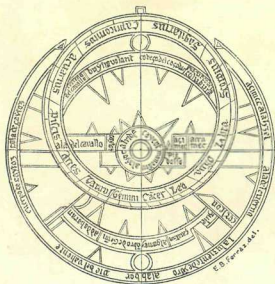



Fig. 5

As linhas da parte inferior, numeradas desde I a XII, são as linhas horárias que marcam as horas chamadas desiguais, ou temporais, por variarem com a duração do dia e da noite. Horas tais do dia resultam da divisão por 12 do tempo decorrido desde o nascer ao pôr do sol, e as da noite de igual divisão do tempo que vai do ocaso ao nascimento do sol. A hora sexta é contada no meridiano. As linhas horárias permitiam usar o astrolábio como relógio. Para se saber a hora da noite, observava-se, pela medeclina, a altura de uma das estrêlas representadas nos dentículos da *aranha*, levava-se depois a ponta dêsse dentículo à almocântara correspondente à altura observada, e via-se em que linha horária se ia colocar o ponto do zodíaco ocupado pelo sol nesse dia. Assim se tinha a hora da noite. O arco circular descrito por êste ponto abaixo da curva

do horizonte era o *arco da noite* de que fala Azurara, a quem o uso do astrolábio era familiar [1], ao descrever as vigílias do Infante D. Henrique:

«Oh! quantas vezes o achou o sol assentado naquele lugar onde o leixara o dia dante, velando *todo o arco da noite* sem receber nenhum descanso, cercado de gentes de diversas nações» (*Chronica de Guiné*, Cap. VI).

Como a distância do zenite ao polo varia com o logar de observação, era necessário fazer discos diferentes para as diferentes latitudes geográficas. Cada astrolábio tinha, por isso, um jogo dêstes discos, chamados *lâminas* ou *discos de latitude*. Na lâmina representada na Fig. 6 lê-se: *ladeza* XL, latitude de Toledo.

Fig. 6

O jôgo dos discos entrava numa caixa circular, chamada «mãe do astrolábio», deixando-se por cima o disco conveniente para o lugar de observação. Sôbre êste disco, que se fixava na caixa por um chanfro, girava a *aranha*, figurando o movimento diurno dos astros no hemisfério celeste do lugar, vendo-se através das suas aberturas as linhas do disco, como mostra a parte branca do desenho do *rosto* do astrolábio (Estampa II).

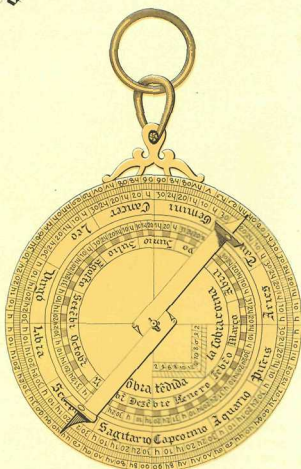
Tendo considerado o astrolábio pelo lado do rosto, resta-nos descrevê-lo pelo lado do dorso, que, para o nosso fim, é a parte mais importante. O dorso é a face externa da chapa que serve de fundo à mãe do astrolábio, cuja superfície circular se aproveita o melhor possível, como se vê na figura, reproduzida dos *Libros del saber* (Tomo II, pág. 246) e completada (fig. 8 e estampa II).

O círculo externo, no bordo do dorso do astrolábio, é dividido em quatro quadrantes, graduados de 0 a 90 graus, a partir do diâmetro horizontal, para cima e para baixo. Estes quadrantes são chamados *quartos de altura*, por medirem a altura dos astros, que se observam com uma alidade de pínulas furadas que gira em tôrno do centro do instrumento, deslisando as suas pontas sôbre esta graduação.

Segue-se, dentro dêste, o *círculo dos signos*, que representa o zodíaco dividido nos seus 12 signos, e cada um dêstes em 30 graus. Os pontos solstíciais estão no diâmetro vertical, ficando o princípio de Câncer debaixo do anel de suspensão. As cabeças de Aries e de Libra estão no diâmetro horizontal.

[1] O astrolábio planisférico era usado pelos que se dedicavam à astrologia judiciária. Era instrumento bem conhecido de Azurara, que se dedicava a esta astrologia, como mostra o horóscopo do Infante, por êle minuciosamente exposto no fim do Cap. 7 da *Chronica de Guiné*. Na *Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*, Cap. 34, diz que êle próprio se ocupára do horóscopo do rei D. Afonso V, pois declara «ter vista mui bem sua constelação, pela qual bem tinha conhecidas a maior parte de suas virtudes e inclinações». Na Fig. 6 a linha inferior da teia de almocântaras e círculos verticais é o horizonte, mas muitos astrolábios tinham, abaixo do horizonte, ainda a linha do crepúsculo, onde começava o crepúsculo oriental ou matutino, e onde terminava o vespertino, quando o sol nela passava. Azurara tem na mente um dêstes astrolábios quando descreve o romper d'alva no dia da tomada de Ceuta: «Pequena tardança pôs o sol em começar seu diurnal trabalho, ca era isto uma quarta-feira, 21 dias do mês de Agosto, em a qual aquela imperial planeta entrava em seis graus do signo que se chama de Virgo, e em aquela hora que Ganimedes começou de romper a primeira teia do oriental crepúsculo» (*Chronica da tomada de Ceuta*, Cap. 68). «A primeira teia do oriental (matinal) crepúsculo» é uma maneira abreviada de dizer: a primeira malha da teia das almocântaras, a malha inferior onde começa o crepúsculo matutino. Ganimedes é o signo do Aquário, entre o qual e o de Virgo, onde estava o sol (fig. 7), medeiam 6 signos: Pisces, Aries, etc. O sol subia na linha crepuscular quando o signo do Aquário descia, já no seu ocaso, e ia, em parte, abaixo do horizonte, romper a mesma linha. A leitura das obras de Azurara revela claramente que êle se comprazia em estudos astronómicos e que lhe era familiar o uso do astrolábio.

Fig. 7

Astrolábio Planisférico
do
Rei Afonso, o Sábio
Seculo XIII

FIGURAS DO ROSTO E DORSO DO ASTROLÁBIO SEGUNDO OS «*LIBROS DEL ASTROLÁBIO LLANO*», *CONTIDOS* NOS «LIBROS DEL SABER DE ASTRONOMIA DEL REY D. AFONSO XI DE CASTILLA».

Dentro do círculo dos signos está o *círculo dos meses*, um pouco excêntrico, pois que o seu centro é desviado na direcção do ponto do zodíaco que indica o auge do sol na época. É dividido em 365 partes, correspondentes aos 365 dias do ano, distribuídos pelos 12 meses. A alidade, correndo sôbre os dois círculos, o dos meses e o dos signos, estabelece a correspondência entre êles. Assim se tem a marcha anual do sol na eclíptica. Os dois círculos resumem no pequeno espaço do dorso do astrolábio a «tabla de saber en quál grado del zodiaco es el sol» que o astrónomo afonsino põe no fim do *Libro II dell astrolabio llano*.

Fig. 8

Finalmente, dentro do círculo dos meses está o quadrado das sombras, ou escala altímetra. O lado inferior horizontal, dividido em 12 dígitos ou dedos, mede a sombra de um estilo vertical, quando o sol está a mais de 45 graus de altura sôbre o horizonte (fig. 9). É a *sombra tendida*, mais geralmente designada depois por *sombra recta*. O lado vertical, dividido também em 12 dígitos, mede a sombra de um estilo horizontal, quando o sol está em altura inferior a 45 graus (fig. 10). A esta sombra cha-

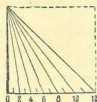
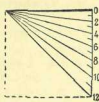



Fig. 9 Fig. 10

mou-se *sombra conversa*, ou mais simplesmente, *sombra versa*. A escala da sombra *versa* dá a tangente trigonométrica, e a da sombra *recta* a cotangente do ângulo da altura de qualquer objecto visado com a alidade. Com a escala das sombras resolviam-se problemas de altimetria e planimetria, como saber a altura de um edifício, a profundidade de um poço (fig. 11), a largura de um rio.

A alidade de pínulas furadas, que gira em tôrno do centro, teve entre nós o nome de mediclínio, do latim *mediclinium*, tomando depois a fórma feminina *mediclina* ou *medeclina*.

O célebre compêndio *De Sphaera* de Sacrobosco, frade inglês que foi professor na Universidade de Paris, onde morreu em 1256, traz a aplicação do astrolábio à medição do grau do meridiano terrestre. O trecho que disso trata é assim traduzido por Pedro Nunes:

Fig. 11 — Cópia da *Elucidatio fabricae ususque astrolabii*, de Stoeffler, Oppenheim, 1524.

«O cêrco de tôda a terra, segundo dizem os filósofos Ambrósio, Macróbio e Eratóstenes, é de 252000 estádios, dando a cada uma das 360 partes do zodíaco 700 estádios. E o modo que se tem para se isto alcançar é êste. Tomaremos o astrolábio, e em noite clara e estrelada, olharemos o polo por ambos os buracos do mediclínio, que é a regra que joga no centro, e notaremos a quantos graus está o mediclínio; depois disso iremos direitos ao norte até que outra noite nos amostre o mediclínio estar o polo mais alto um grau. Se medirmos êste espaço de caminho, acharemos que são 700 estádios, e

dando outro tanto a cada um dos 360 graus, acharemos quanto seja o cêrco de tôda a Terra» (*Tratado da Sphera*, 1537, pág. 13 da edição fac-similada).

Esta avaliação do grau do meridiano em 700 estádios é devida a Eratóstenes. Como é sabido, Ptolomeu adoptou 500 estádios, seguindo Possidónio.

4—O ASTROLÁBIO NÁUTICO

AS muitas aplicações a que se prestava o astrolábio planisférico, só uma era essencial ao navegante: a determinação da altura dos astros. E assim o astrolábio náutico resultou do planisférico por simplificação. A aranha e os discos de latitude foram postos de parte por inúteis, acabando por aproveitar-se apenas o círculo externo graduado e a medeclina. As dimensões do instrumento, assim simplificado, foram aumentadas, o que facultou uma melhor divisão do limbo circular, podendo apreciar-se fracções menores do grau.

Na Carta Universal de Diogo Ribeiro, do ano de 1529 (reproduzida no *Periplus* de Nordenskjöld, mapa XLIX), encontra-se, junto do canto inferior do extrêmo oriental do mapa, o astrolábio marítimo, que se copía na Fig. 13. É um disco circular cheio, com seu anel de suspensão, tendo os dois quadrantes superiores divididos, de 0 a 90 graus, a contar do diâmetro horizontal. Sôbre os dois quadrantes inferiores conserva-se ainda a escala altímetra das sombras. Em volta do centro move-se a medeclina com as duas pínulas furadas. Temos aqui, bem patente, o dorso do astrolábio planisférico (fig. 8), já sem os dois círculos, do zodíaco e dos meses. Estes dois círculos ainda se vêem desenhados no outro extrêmo da carta de Diogo Ribeiro, sôbre o Oceano Pacífico.

O astrolábio geralmente usado pelos navegantes era ainda mais simples. A escala altímetra desapareceu e parte de cada um dos quatro quadrantes foi vasada, de modo que o astrolábio tomou a fórma de uma roda de quatro raios, em cujo centro girava a alidade. Assim o astrolábio constava, segundo a nomenclatura usada por D. João de Castro, de duas partes: a *roda*, com seu anel de suspensão, e a *medeclina* [1].

No *Compendio del arte de navegar*, de Rodrigo Çamorano, Sevilha, 1591, encontra-se o processo de fabricar um astrolábio de madeira ou metal [2]. Transcrevemos apenas a figura (fig. 14), onde se vêem separadas: a roda, com sua laçada de suspensão, a medeclina e a cavilha sôbre que ela se deve mover no centro da roda. O fio de prumo serve para verificar a verticalidade do diâmetro que passa na divisão 90 da graduação.

Se o instrumento era de pequenas dimensões, suspendia-se duma das mãos para observar. Querendo tomar a altura duma estrêla, erguia-se o braço com o instrumento até ficar o ôlho junto da extremidade inferior da medeclina, que se movia até se ver a estrêla através dos orifícios de ambas as pínulas. A medeclina marcava então, no limbo graduado, a altura do astro acima do horizonte.

Para tomar a altura do sol seguia-se, porém, um método completamente diferente. Não se olhava para o sol através dos buracos da medeclina. Suspenso o instrumento duma das mãos (fig. 12), estendia-se o braço para a frente, colocando-se o observador de modo a orientar a roda no plano vertical do sol. Tendo assim em frente o astrolábio, dirigia-se a medeclina com a outra mão, de modo que a sombra da pínula mais alta viésse cobrir a pínula de baixo. Então um raio de luz solar passava através dos orifícios das pínulas. A leitura do limbo dava a altura do sol nesse momento.

Fg. 12— Pesagem do sol no astrolábio. Cópia do *Regimiento de navegacion* de Pedro de Medina, Sevilha, 1552.

Se o instrumento era de grandes dimensões, como o astrolábio de latão, de meio metro de

(1) *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, 1882, pág. 365.
(2) Veja-se a nossa *Astronomia dos Lusíadas*, Coimbra, 1915, pág. 124.

diâmetro (fig. 15), existente no Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra [1], então suspendia-se, por uma corda, de três paus, juntos pela parte superior à maneira de cábrea. Assim conta João de Barros [2] que Vasco da Gama, em novembro de 1497, na Bahia de Santa Helena, armou o astrolábio de pau de 3 palmos de diâmetro, que levavam, além de outros mais pequenos de latão. A figura (fig. 16) é uma reconstituïção do modo de instalar um dêsses instrumentos.

Fig. 13

O astrolábio permite observar a altura do sol ao meio dia verdadeiro, isto é, na sua passagem pelo meridiano, sem necessidade de relógio. O observador, tendo o astrolábio suspenso diante de si, um pouco antes da passagem do sol no meridiano, e a medeclina dirigida de modo que a sombra da pínula alta cubra sempre a pínula baixa, passando pelos dois orifícios a luz solar, vai vendo a extremidade superior da medeclina subir constantemente, marcando um ângulo sempre maior na graduação; conserva-se depois estacionária, para baixar em seguida, quando o sol já desce do outro lado do meridiano. A altura correspondente à posição em que a medeclina estaciona durante algum tempo é a máxima altura atingida pelo sol e portanto a altura dêste astro na sua culminação superior, isto é, ao meio-dia verdadeiro. O astrolábio dá, pois, por si só, a altura meridiana do sol, com a qual se fazia a conta da latitude.

A êste processo de determinar a altura do sol ao meio-dia pelo emprêgo puro e simples do astrolábio, seguindo, como a fiel de balança, o movimento da medeclina, quando o sol se aproximava do meridiano, até que ela se tornava algum tempo estacionária antes de baixar, indicando assim a altura máxima, chamaram os nossos marinheiros *pesar o sol*.

Fig. 14

Para facilitar a conta da altura do polo, acabaram os astrolábios portugueses por ter a graduação em sentido inverso do que atrás ficou indicado. O zero mudou para a parte superior, na direcção do zenite, e daí vinha correndo a graduação até 90 graus, no extrêmo do diâmetro horizontal. A leitura do instrumento dava imediatamente a distância zenital do sol, complemento da altura. Por isso no *Compendio del arte de navegar* do Çamorano, já citado, há um capítulo intitulado: *Otra manera de hazer la cuenta al sol, como lo usan en Portugal.*

O astrolábio era considerado o melhor dos instrumentos. A altura do sol toma-se «mejor con estrolabio que non con quadrante nin con otro ningud estrumento», diz Mestre João na carta escrita de Vera Cruz a D. Manuel, em 1 de Maio de 1500. O astrolábio é «o melhor instrumento de todos», diz D. João de Castro

[1] *Ibidem*, pág. 127.
[2] Barros, *Década* I, Liv. IV, Cap. II.

6

numa nota do *Roteiro de Lisboa a Goa*, que adiante transcreveremos. Tinha, porém, um defeito. Quando o sol passava no meridiano perto do zenite, era extremamente difícil tomar-lhe a altura com o astrolábio. Por isso, D. João de Castro diz que «será necessário dar alguma Regra aos homens do mar, para saberem usar, e se aproveitarem da altura nestes tempos duvidosos em que o sol anda muito vizinho de seu zenite; pelo que terão aviso que, quando quer que o sol andar perto de suas cabeças, não tomarão altura ao meio dia sem uma agulha diante, e os que puderem ter um estilo perpendicular sôbre uma linha de norte sul, será muito melhor» [1]. Em todo o caso recomenda, noutro passo [2], o uso da balestilha quando o sol estiver a menos de seis graus do zenite.

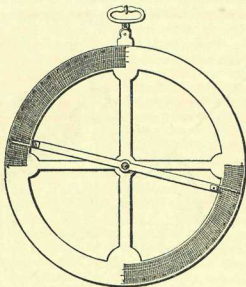



Fig. 15

É a êste defeito do astrolábio que o P.e António Vieira alude no sermão prègado na quinta dominga da quaresma, o chamado *domingo das verdades*, em 1654, na cidade de S. Luís do Maranhão, em cujas paragens êsse defeito se manifestava quando o sol andava perto dos equinócios:

«É experiência inaudita a que agora direi, e não sei que fé lhe darão os matemáticos que estão mais longe da linha. Quere pesar o sol um pilôto nesta cidade onde estamos, e não no pôrto, onde está surto o seu navio, senão com os pés em terra: toma o astrolábio na mão com tôda a quietação e segurança. ¿E que lhe acontece? ¡Coisa prodigiosa! Um dia acha que está o Maranhão em um grau; outro dia em meio; outro dia em dois; outro dia em nenhum. E esta é a causa porque os pilotos que não são práticos nesta costa, areiam, e se têm perdido tantos nela».

Fig. 16 — Astrolábio suspenso da cabrilha. — Modêlo escolar construído no Instituto superior técnico de Lisboa.

O astrolábio náutico filia-se no astrolábio planisférico, e êste fabricava-se com perfeição, no século XIII, na Península, como mostram os livros afonsinos de astronomia. Afirmou-se durante muito tempo que êste astrolábio fôra importado de Nuremberg por Martim Behaim, no século XV. Não havia necessidade de trazer de fóra da Península um instrumento que já nela se construía dois séculos antes. Quando Behaim veio para Portugal, tinha morrido, dez anos antes, o cronista Azurara, a quem o instrumento era familiar.

[1] *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, 1882, pág. 364.

[2] *Ibidem*, pág. 354, nota.

5—O QUADRANTE

O Tomo III dos *Libros del saber de astronomia* encontra-se o *Libro del quadrante* que o rei D. Afonso mandou redigir ao sábio Rabiçag, *el de Toledo*, no ano de 1277, encarregando-o especialmente da parte relativa à construção do instrumento, que ao tempo não andava devidamente tratada. Aí se ensina minuciosamente a construir um quadrante de madeira. É um quarto de círculo, limitado portanto por dois raios perpendiculares, cujo bordo circunferencial, ou limbo, é dividido em 90 graus. Esta graduação serve para medir a altura dos astros sôbre o horizonte. Para isso, sôbre um dos raios limites, aquele em que termina a graduação, levantam-se duas pínulas furadas, uma sôbre o vértice do quadrante, e a outra junto do grau 90. Do vértice, centro do arco do quadrante, pende um fio de prumo, chamado *alidade*, que desliza sôbre o plano do instrumento, quando êste está vertical. Ao tomar uma altura, a pínula do vértice fica para cima, visando-se a estrêla com o ôlho junto da pínula que está sôbre o grau 90. O fio de prumo marca na graduação um ângulo *a* (fig. 17), igual à altura *a'* da estrêla sôbre o horizonte.

Se se trata, porém, do sol, não se olha através dos orifícios das pínulas; toma-se o quadrante na mão e coloca-se no plano vertical do sol, de fórma que um raio de luz solar se enfie pela pínula do vértice e venha passar na pínula baixa.

Fig. 17

Feita a graduação da altura, que ocupa no limbo a estreita faixa circular, suficiente para nela se marcarem os numerais dos graus, traça-se um quarto de círculo mais a dentro, a uns três dedos de distância. Assim se limita uma faixa circular mais larga, que se escava tôda com a profundidade bastante para dentro dela poder deslizar uma régua circular de pequena espessura, chamada *cursor (la corredera)*, que toma uma extensão de cêrca de 50 graus paralelamente ao limbo (fig. 18). Neste cursor móvel há uma série de divisões em arcos concêntricos, traçados segundo a declinação que o sol vai tendo em cada dia do ano, no seu percurso ao longo dos signos (fig. 19) ([1]). No quadrante afonsino a inclinação da eclíptica sôbre o equador tem o valor de 23° 32′ 29″. O comêço de *Aries* coloca-se *no raio mediano do cursor*, ocupando o signo todo uma extensão de 11° 31′ 11″, que era a declinação do comêço de *Taurus*. Êste segundo signo ocupa mais 8° 43′ 2″, e o signo seguinte, *Gemini*, mais 3° 18′ 16″, perfazendo os três o total de 23° 32′ 29″, declinação máxima, correspondente ao comêço de *Câncer*. A divisão de cada signo em 30 graus também se faz, apertando cada vez mais os traços, segundo varía a de-

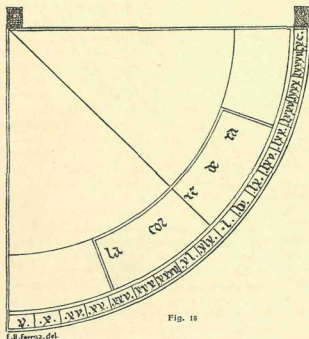
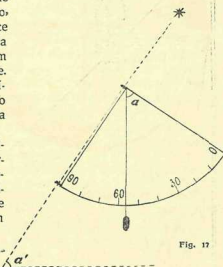



Fig. 18

([1]) Nas figuras 18 e 19, reproduzidas do *Libro del quadrante pora rectificar*, contido nos *Libros del saber*, tomo III, as duas pínulas furadas devem imaginar-se ambas perpendiculares ao plano da figura.

clinação correspondente a cada grau. Assim os três signos da primavera seguem-se, no bordo externo do cursor, no mesmo sentido em que cresce a numeração dos 90 graus do limbo. Os signos do verão, *Câncer*, *Leo* e *Virgo*, sucedem-se, em ordem inversa, no bordo interno do cursor, em correspondência com os primeiros. Os seis signos austrais, desde *Libra* a *Pisces*, ocupam posições simétricas na outra metade do cursor.

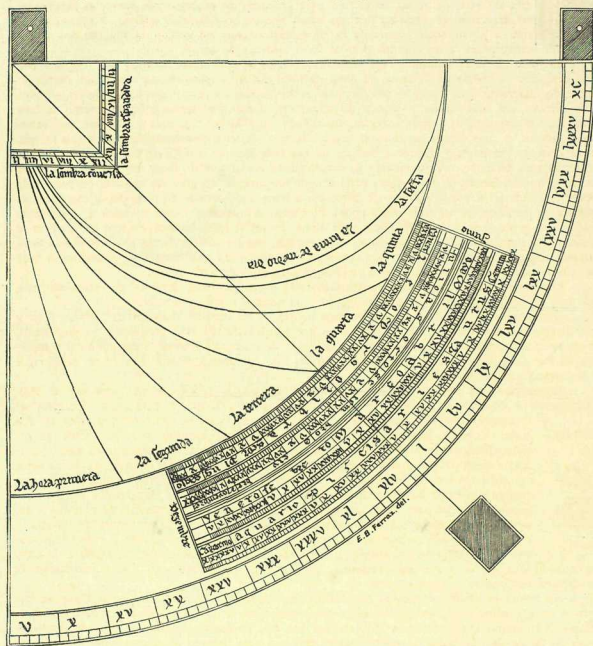



Fig. 19 — O quadrante dos *Libros del saber de astronomia*, tomo III, pág. 306

Por cima dos signos mais próximos do limbo, desde Capricórnio a Gemini, gravam-se as divisões, em dias, dos meses em que o sol os percorre, de janeiro (*yenero*) a maio *(mayo)*. Em volta dos outros signos correm os meses, desde julho a novembro. Nos tôpos ficam os meses de dezembro e junho, em que o sol passa nos solstícios. O fio-alidade estabelece a correspondência entre as divisões dos meses, as dos signos e a graduação do limbo, tendo-se assim a marcha anual do sol, em longitude e declinação.

Para ter a latitude geográfica de um lugar situado ao norte dos trópicos, toma-se a altura

meridiana do sol com o instrumento. Conservando o fio no grau de altura assim marcado, move-se o cursor até que o traço do signo, ocupado pelo sol nesse dia, venha colocar-se debaixo do fio. O grau do limbo, em frente do qual vier ficar o comêço de Aries, é a altura da cabeça ou ponto de Aries na sua passagem meridiana, igual à inclinação do equador sôbre o horizonte, complemento da latitude do lugar. Assim o cursor serve de régua de cálculo para aplicação do processo «de saber las ladezas de las cibdades», que atrás transcrevemos no final do nosso resumo do astrolábio esférico. A subtracção ou soma da declinação à altura solar observada faz-se mecánicamente, em virtude da situação dos signos austrais e dos setentrionais, a um e outro lado da linha mediana do cursor.

Na parte do plano interior à faxa escavada vêem-se as seis linhas horárias (fig. 19), que dão as horas desiguais ou temporais. A sexta, ou linha do meio dia, é um semi-círculo com o seu centro no raio limite do quadrante onde estão as pínulas; nêle estão também os centros das outras linhas horárias, arcos de círculo que vêm, desde o vértice do quadrante, dividir em sextos o bordo interno da faxa escavada. Para a marcação das horas corre no fio-alidade, com atrito rijo, uma conta que os árabes chamavam *almuri*, e que depois se chamou *margarita*, por ser feita geralmente de uma pérola furada. Coloca-se o cursor em posição, fazendo-o deslisar na cavidade até que o traço do comêço de Aries fique em frente do grau do limbo, correspondente ao complemento da latitude do lugar, em que se quer saber a hora em certo dia. Retesa-se em seguida o fio-alidade na direcção do grau do zodíaco, ocupado pelo sol nesse dia, nota-se o ponto em que êle intercepta a linha semi-circular do meio-dia, e corre-se com a margarita ao longo do fio até ficar nesse ponto. Fica assim o instrumento com o cursor e a margarita dispostos para a observação da hora. Toma-se a altura do sol. A linha horária, em que vier colocar-se a margarita, é a hora procurada. Se fôr depois do meio dia, tem de subtraír-se de 12 o número da linha horária, indicada pela margarita. Foi de êste uso, muito espalhado, do quadrante, para determinar a hora do dia, que resultou a aplicação da palavra *quadrante*, como sinónimo de *relógio*.

Finalmente, sôbre o vértice do instrumento está o quadrado das sombras, ou escala altímetra, dividido nos 12 dígitos da sombra recta *(espandida)* e da sombra versa *(conversa)*.

O quadrante de que damos tam resumida notícia, é da espécie chamada *de cursor*. Rico y Sinobas distingue quatro espécies de quadrantes usadas pelos árabes ([1]). Não podemos, nem precisamos, entrar em mais pormenores. A todos êles, que eram feitos de madeira ou metal, é comum a parte representada na Fig. 17, o quarto de altura com suas pínulas e fio de prumo, e esta é a parte essencial e única necessária para o uso náutico.

Reproduz-se na Fig. 20 o desenho do quadrante que se vê na *Cartinha*, impressa em 1539, que acompanha a *Gramática da lingua portuguesa* de João de Barros ([2]). Esta cartinha contém um abecedário em que cada letra é acompanhada pela figura de um objecto de que ela é a inicial: assim à letra *n* junta-se uma *nau*, ao *q* um *quadrante*, ao *z* o cinto do *zodíaco*. Dêstes três objectos que se prendem com a navegação, interessa-nos aqui o quadrante, instrumento comum nesse tempo. O quadro da metade inferior da figura serve de caixilho à letra *q*. Por cima dêle vê-se o quadrante com o fio de prumo, o limbo graduado, e a escala altímetra. Assim João de Barros chamava a atenção dos meninos que aprendiam a ler para êste instrumento, que, pelo seu limbo graduado, se prestava à determinação da altura dos astros, e pela escala altímetra resolvia problemas de topografia.

Quadrãte

Fig. 20

Do uso náutico do quadrante a primeira menção conhecida é a de Diogo Gomes na narrativa da sua viagem à costa da Guiné, em 1462, e chegada às Ilhas de Cabo Verde, quando diz: «E eu tinha um *quadrante*, quando fui a estes países» ([3]). Desta informação de Diogo Gomes voltaremos a tratar adiante.

Se temos insistido nas nossas referências aos *Libros del saber de astronomia* é porque esta importante obra, existindo na côrte portuguesa desde o tempo do rei D. Dinis, devia ser bem conhecida do Infante D. Henrique. O rei português D. Dinis, por sua mãe D. Beatriz de Gusmão, filha de Afonso X, era neto do rei de Castela. Sôbre as relações entre êste e o neto lusitano diz Rico y Sinobas: «No fue en este terreno donde los enemigos de la personalidad de tan sábio Rey (Alfonso X) le buscaron por

([1]) *Libros del saber de astronomia*, tomo III, págs. XLI, XLII.

([2]) *Compilação de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros*, reimpressão de Lisboa, 1785, pág. 2.

([3]) *Do descobrimento da Guiné*, tradução do latim por Gabriel Pereira, in *Boletim da Sociedade de Geographia*, 17.ª série, 1898-1899, pág. 286.

Figura de Ptolomeu com um quadrante na mão, reproduzida do grande mapa-mundi de Waldseemüller, de 1507, em que aparece pela primeira vez o nome *América* (Prof. Fischer und Prof. Wieser, *Die älteste Karte mit dem Namen Amerika aus dem Jahre 1507... des M. Waldseemüller.* Innsbruck, 1903, mapa n.º 3)

entonces, para legitimar ante el porvenir su levantamiento revolucionario; fue en la parte predilecta de sus estudios, en aquellos que le permetió su padre San Fernando, en los que dirigió su madre, de nacion alemana, y los mismos que à su vez Don Alfonso *recomendó à su nieto* D. Dionís de Portugal, *por los cuales, como à su abuelo, le llamaron el sábio Rey de Lusitania»* (1). *O rei português*, por quem Afonso X teve um carinhoso afecto, freqüentou e visitou repetidas vezes, quando Infante, a côrte de Castela, em Sevilha e Toledo, «distrayéndo-se mucho su venerando abuelo, en medio de su fortuna e sus desgracias, con las señales que daba de aficion al estudio de las ciencias el que habia de ser el sábio Rey de Portugal» (2). D. Dinis possuíu as obras de seu avô e, entre elas, as astronómicas. Rico y Sinobas crê que do códice membranáceo dos *Libros del saber de astronomia*, hoje conservado na Universidade de Madrid, o qual se julga ser o livro original do sábio rei castelhano, se fêz a cópia para uso do rei português, seu neto (3). As descrições dos instrumentos e seus usos, contidas nestes *Libros de astronomia*, devem considerar-se bem conhecidas do Infante D. Henrique e dos seus colaboradores.

6—A BALESTILHA

S instrumentos de altura, usados pelos nossos mareantes no século XV, foram o astrolábio e o quadrante. A balestilha parece não ter sido empregada, quer na marinha portuguesa, quer na espanhola, senão no segundo quartel do século XVI.

Duarte Pacheco no seu *Esmeraldo*, cujos primeiros catorze capítulos foram escritos em 1505, só se refere aos dois primeiros (Liv. I, Cap. X): «A altura do sol se deve tomar justamente ao meio-dia com o astrolábio ou quadrante». Também são estes dois instrumentos os únicos mencionados no *Regimento do estrolabio e do quadrante* (1509?) da Biblioteca de Munich. O inventário dos instrumentos levados na armada de Fernão de Magalhães, em 1519, é êste: 23 cartas de marear em pergaminho, 6 pares de compassos, 21 quadrantes de madeira, 6 astrolábios de metal, 1 astrolábio de madeira, 35 agulhas de marear, 4 caixas grandes para 4 agulhas, 18 relógios de areia (ampulhetas) (4). Não se menciona a balestilha. Na Carta Universal de Diogo Ribeiro, de 1529, já citada, estão desenhados o quadrante e o astrolábio marítimo, mas não aparece nela a balestilha. Pedro Nunes é que se refere a ela no *Tratado em defensam da carta de marear*, publicado em 1537, quando entre as coisas, sôbre as quais diz que os pilotos falam «com sua má linguagem e tam barbaros nomes» (5), enuméra «astrolábios, quadrantes, *balhestilhas* (6) e relógios». E D. João de Castro recomenda o seu emprêgo para evitar as dúvidas

GVARDAS

Polo

NORTE

Fig. 21
Observação da Polar com a balestilha.
Figura reproduzida do *Regimiento de navegacion* de Pedro de Medina, 1552.

(1) *Libros del saber*, Tomo I, Madrid, 1863, pág. VI.
(2) *Ibidem*, pág. LXX.
(3) *Libros del saber*, Tomo V, Madrid, 1867, pág. 7.
(4) Navarrete, *Collecion de los viajes*, tomo IV, pág. 8.
(5) *Tratado da Sphera*, de Pedro Nunes, edição fac-similada, pág. 126.
(6) Pedro Nunes escreve *balhestilha*, como se lê também no *Livro de Marinharia*, o que mostra que o nome se originou como diminutivo de *balhesta*, nome português com que se designou antigamente a bésta, arma de guerra. O instrumento foi assim designado pela sua semelhança com a bésta; também a atitude do observador é como a do bésteiro (fig. 21). Parece-nos esta a verdadeira etimologia, e não a que propõe o Prof. W. Tomaschek *(Die topographischen Capitel des indischen Seespiegels Mohit*, Viena, 1897, pág. 14), sugerindo que o nome do instrumento provém do árabe *al-balisti*, altura, e não do latim *balista*. O nome *balestilha*, com a fórma primitiva *balhestilha*, proveio do nome português *balhesta*, derivado do latim *balista*.

resultantes do uso do astrolábio ao tomar o sol perto do zenite, numa nota do *Roteiro de Lisboa a Goa* (Lisboa, 1882, pág. 354): «e sempre acontecerão estas dúvidas, quando quer que nos achamos debaixo do sol ou quási, porque, por razão de o termos perpendicular, ncs faz muitas mostras e aparências, que causam engano nos que em tal tempo querem saber a elevação do polo por seu meio, pelo que em tais tempos se não deve usar do astrolábio, mas aproveitar-nos da balestilha, e estrêla do norte: e se caso fôr que venhamos estar debaixo do sol da banda do sul da linha, então podemos obrar com a balestilha pelo Cruzeiro: e até nos afastarmos do sol 6 graus conhecidamente, não deixaremos o instrumento da balestilha, e dêstes 6 graus por diante tornaremos a usar do *astrolábio* por ser o *melhor instrumento* de todos; mas não tendo balestilha o pilôto, cu não sabendo usar dela, em tal caso é melhor encomendar-se à sua estimativa, que porfiar com o astrolábio no tempo que o sol anda sôbre nós». Pedro de Medina fala da balestilha na sua *Arte de navegar*, 1545.

Fig. 22

A primeira descrição conhecida da balestilha é a de Levi ben Gerson, judeu da Catalunha, traduzida para latim em 1342. O instrumento é designado pelo nome «baculus Jacobi». Purbáchio (1423-1462) chama-lhe depois «virga visoria», e Regiomontano (1436-1475) «radius astronomicus».

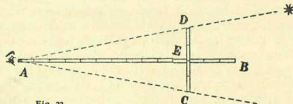
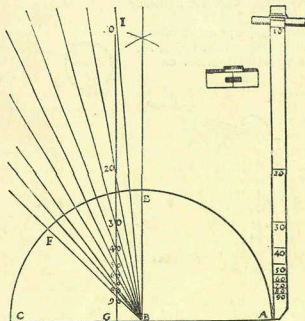
A balestilha é formada por uma vara *AB* (fig. 22) de secção quadrada, de 3 a 4 palmos de comprimento, chamada *virote*, na qual se enfia, por um agulheiro quadrado, uma vara menor *CD*, chamada *soalha* que corre perpendicularmente sôbre o virote.

Querendo tomar a altura de um astro, coloca-se junto do ôlho direito uma das extremidades, *A*, do virote e move-se sôbre êste a soalha até que pelo seu extrêmo inferior *C*, se vise o horizonte e, pelo extrêmo superior *D*, o astro. O ângulo $\widehat{CAD}$ é a altura do astro.

Estando o virote e a soalha repartidos em divisões iguais, a razão do número de divisões da semi-soalha para o das divisões abrangidas até *E* sôbre o virote, $\frac{DE}{AE}$, é a tangente de metade do ângulo observado. Tem de usar-se uma tabela para se obter o número de graus do ângulo. É um problema análogo ao de passar, no quadrado das sombras, de dedos, ou dígitos, para graus.

Fig. 23

Pedro Nunes, no seu tratado *De regulis et instrumentis* (¹), classificando a balestilha (radius astronomicus) de muito própria (aptissimum instrumentum) para medir a distância entre dois astros, explica o cálculo a fazer para utilizar a tabela de Purbáchio, destinada ao Quadrado geométrico, na determinação do número de graus do ângulo observado.

Cálculo e tabela se dispensam, dividindo logo o virote directamente em graus, como João Werner aconselha já em 1514 (²). Neste caso os traços de divisão, correspondentes aos graus, não são equidistantes. Na *Arte de Navegar* do Çamorano, já citada, encontra-se um processo gráfico elementar de fazer esta graduação. Transcrevemos a figura (fig. 23) que se entende fàcilmente. Do semi-círculo *CFEA*, traçado numa tábua, divide-se um semi-quadrante, $\widehat{FE}$, em 90 partes, cada uma igual portanto a meio grau, e tiram-se,

(¹) Petri Nonii *Opera*, Basileae, 1566, pág. 74.

(²) Na obra publicada em Nuremberg, no ano de 1514, que contém a tradução latina do primeiro livro da Geografia de Ptolomeu, com anotações de Werner, adiante citada.

pelos pontos de divisão, raios que se prolongam. O virote é colocado em *GJ* paralelamente a *BE*, a uma distância *GB* igual ao comprimento da semi-soalha. Sôbre êle se marcam então, nos pontos em que o interceptam os diferentes raios, números iguais ao número de meios graus do ângulo que cada raio faz com *BE*. Observando com o instrumento assim graduado, a posição em que ficar a soalha dá logo, em graus, o ângulo tomado.

D. João de Castro recomenda a balestilha para tomar a altura do Norte ou do Cruzeiro do Sul. Pedro Nunes acha-a sobretudo boa para medir distâncias entre os astros, menores que 90 graus.

Para tomar a altura do sol, encontra-se no *Livro de Marinharia* (¹) um «Regimento para tomar o sol pela balhestilha», em que se recomenda: «Quando tomares o sol pela balestilha,... terás tal aviso que o tomes por cima, porque é melhor para te não cegar. E quando o tomares por cima, tirarás 15 minutos, e tomando-o no meio não lhe acrescentarás nem tirarás nenhuma cousa».

A correcção de 15′ é em quanto se avaliava o semi-diâmetro aparente do sol. Aconselha-se o observador a que dirija sôbre o sol a soalha, ajustando o seu extrêmo superior no bordo superior do disco solar, para que a luz o *não cegue*. Para evitar êste inconveniente da observação com a cara ao sol, modificou-se mais tarde o instrumento, para se poder observar de revés, isto é, de costas para êle.

Também se acabou por usar quatro soalhas de dimensões diferentes, a menor das quais era o *martinete*, fazendo-se as graduações correspondentes sôbre cada uma das quatro faces do virote (²).

7—REGIMENTO DA ESTRÊLA DO NORTE

URSA Menor, a que os nossos marinheiros chamavam a *Buzina* (³), era por êles aproveitada como relógio para saberem as horas da noite. No *Regimento da declinaçam do sol* da Biblioteca de Évora, encontra-se o «Regimento para se saber as horas da noite pela estrêla do norte e suas guardas», o qual resumimos na figura junta (fig. 24).

O centro é o polo em volta do qual a Estrêla do Norte, α, descrevia, na segunda metade do século XV, um pequeno círculo de cêrca de 3 graus e meio de raio. Das duas Guardas, a mais brilhante, β, era chamada Guarda dianteira, por ir adiante no movimento diurno, chegando primeiro ao meridiano. Observavam-se as posições do alinhamento αβ como as de um ponteiro para indicar as horas. Para definir essas posições, imaginava-se um homem em pé no polo celeste, voltado para a Terra, com os braços estendidos horizontalmente, o esquerdo para leste, portanto. Os raios horizontais do círculo descrito em volta do polo eram chamados *braço esquerdo* ou *de leste*, e *braço direito* ou *braço de oeste*. Os raios inclinados a 45° eram as *linhas*, sendo os superiores designados por *ombro esquerdo* e *ombro direito*. Os verticais eram o da *Cabeça* e o do *Pé*. Os marinheiros tinham tendência a avaliar os movimentos circulares, não por graus, mas pelos rumos da agulha, imaginando sôbre o círculo uma Rosa dos ventos. Assim, para o movimento das Guardas em volta do polo, imaginavam nêle uma Rosa com o norte para cima. Quando as Guardas iam na linha do Ombro esquerdo, diziam também que estavam em nordeste; e quando no Ombro direito, que estavam em noroeste. Estas oito posições do alinhamento αβ eram assemelhadas aos 8 rumos principais da agulha. Na Rosa dos ventos os ângulos dos 8 rumos fundamentais são divididos em 4 partes para se marcarem os 32 rumos da agulha. Nesta roda do movimento da *Buzina* cada um dos 8 semi-quadrantes é dividido apenas em 3 partes iguais, resultando assim as 24 posições equidistantes, ocupadas sucessivamente pela constelação nas 24 horas do dia. Estes 24 raios eram os «rumos horários».

(¹) *Livro de Marinharia*, coordenado por J. J. de Brito Rebelo, Lisboa, 1903, pág. 41.

(²) Manuel Pimentel, *Arte de navegar*, Lisboa, 1762, págs. 18 e 142.

(³) Os navegadores italianos viam na Ursa Menor uma corneta com a ponta voltada para o polo e a parte mais larga, a bôca, sôbre as duas Guardas. A ela se refere Dante no *Paraíso*, canto XIII, 10—12:

> Immagini la bocca di quel corno,
> Que comincia in punta dello stelo,
> A cui la prima ruota va dintorno.

A *prima ruota* é o *primeiro movel*, a esfera mais alta, que se supunha mover-se em tôrno dos polos, comunicando a rotação diurna às esferas inferiores.

Se numa noite sucede estar a Guarda dianteira na Cabeça à hora da meia-noite, o mesmo não sucederá nas noites seguintes por causa do movimento anual do sol para oriente. O alinhamento $\alpha\beta$ vai estando cada vez mais inclinado para oeste à meia-noite, nos dias sucessivos. Como o dia solar médio é maior que o dia sideral cêrca de 4 minutos, no fim de 15 dias haverá um desvio correspondente a uma hora, e portanto a Guarda dianteira marcará meia-noite no primeiro «rumo» a seguir à Cabeça, para oeste. E assim de 15 em 15 dias, de modo que, no decorrer do ano, irá marcando a meia-noite nos 24 rumos seguidamente. E esta indicação do rumo da meia-noite é suficiente, pois dêle se deduzem fàcilmente as horas correspondentes aos outros rumos na mesma época: «sabendo em cada mês as guardas em que rumo fazem meia-noite, logo contareis as horas antes da meia-noite, ou depois, sem errardes quási nada». A avaliação do rumo horário em que iam as Guardas era feita à simples vista, sem emprêgo de instrumento.

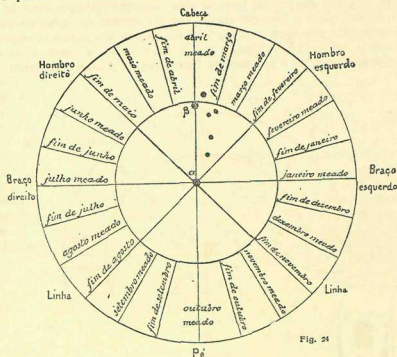



Fig. 24

Transcrevemos, em parte, o Regimento das horas da noite pela Estrêla do norte e suas Guardas:

> «Janeiro meado, meia-noite no braço esquerdo,
> E em fim de janeiro uma hora acima do braço.
> Fevereiro meado, meia-noite duas horas acima do braço,
> E em fim de fevereiro, na linha do ombro esquerdo.
> Março meado, meia-noite uma hora em cima da linha,
> E em fim de março, duas horas acima da linha.
> Abril meado, meia-noite na cabeça,
> E em fim de abril, uma hora abaixo da cabeça.
> . . . .
> . . . .
> Dezembro meado, meia-noite uma hora acima da linha
> E em fim de dezembro, duas horas acima da linha».

O rei D. Duarte ocupa-se, no *Leal Conselheiro*, escrito entre os anos de 1428 a 1437, desta contagem das horas pela Ursa Menor. Êle ordena «duas *rodas*, uma da meia-noite e outra da manhã, com seu regimento para se de tudo haver bom conhecimento». No Capítulo C, *Da roda para saberem as horas quantas são da manhã, noite ou depois*, diz como se hão-de debuxar as duas rodas concêntricas. No Capítulo imediato explica como, depois de observado o lugar da «estrêla maior das guardas da noite», que é a Guarda dianteira, se sabe: pela roda grande, quantas horas hão-de decorrer até ao amanhecer; pela roda pequena, quantas passam ou faltam para a meia-noite; e pela comparação das duas rodas, o intervalo da meia-noite ao amanhecer.

A Ursa Menor teve uma aplicação muito importante: a determinação da latitude geográfica. Como esta é, em cada lugar, igual à altura do polo aparente sôbre o horizonte, ter-se-ía a latitude, em qualquer ponto do hemisfério boreal, medindo, com o astrolábio ou quadrante, a altura da

Estrêla do Norte, se esta estivesse precisamente no polo. Estando ela, porém, na segunda metade do século XV, a uma distância aproximada de 3 graus e meio (no ano de 1400 era de 3º,98 e no de 1500, de 3º,42 [1]) era preciso fazer-se uma correcção correspondente às diferenças de altura nas suas diversas posições sôbre o pequeno círculo por ela descrito em tôrno do polo. Consideraram-se as posições marcadas pela passagem da Guarda dianteira nos oito rumos principais: os dois horizontais, os dois verticais e os quatro inclinados a 45º, como indica a figura. Para simplificar o desenho (fig. 25), não se representaram as 8 posições da Polar, que se colocou no centro. Mas deve ter-se presente que esta estrêla (α *Ursae Minoris*) e a Guarda dianteira (β *Ursae Minoris*) tinham, no século XV, uma diferença de ascenção recta de 220 graus (219º,82 no ano de 1400, e 219º,71 no ano de 1500 [2]) de modo que, quando esta última ia num dos oito rumos, a primeira aproximava-se do rumo imediato ao rumo opôsto do outro lado do polo. Assim, quando as Guardas iam no rumo (Linha) abaixo do Braço de oeste, a Estrêla do Norte ia próximo da sua culminação superior, 3º ½ acima do polo. Devia então fazer-se, na altura observada desta estrêla, uma correcção subtrativa de 3º ½. A figura resume o «Regimento do norte» que se encontra no *Regimento do estrolabio* da Biblioteca de Munich (1509?) e no *Regimento da declinaçam do sol* da Biblioteca de Évora (1517). Os números em volta indicam, com seu sinal, as correções a fazer na altura observada da Polar, segundo o rumo em que se encontrava o alinhamento αβ das duas estrêlas de 2.ª grandeza da *Buzina*. Transcrevemos a primeira parte do «Regimento da estrêla do norte», com a redacção que se lê no manual náutico da Biblioteca de Évora:

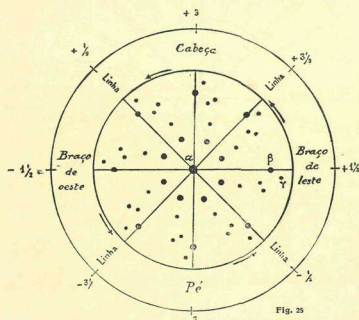



Fig. 25

«Item quando as guardas estão no braço de oeste, está a guarda dianteira, com a estrêla do norte, leste e oeste. E a estrêla do norte está acima do eixo um grau e meio.

E quando as guardas estão na linha abaixo do braço de oeste, está uma guarda por outra leste e oeste. E a estrêla do norte está acima do eixo três graus e meio.

Quando as guardas estão no pé, está a guarda dianteira, com a estrêla do norte, norte e sul. E a estrêla do norte está acima do eixo três graus.

E quando as guardas estão na linha acima do pé, está uma guarda por outra, norte e sul. E a estrêla do norte está acima do eixo meio grau.

E quando as guardas forem em cada um dos sobreditos quatro rumos, da altura que tomares tirarás os graus que a estrêla está acima do eixo. E os outros que ficarem estarás arredado da linha equinocial para a parte do norte».

Nos outros quatro rumos anda a Estrêla do Norte abaixo do eixo, e as correcções a fazer são aditivas, com números iguais aos dos rumos opostos, como se vê na figura (fig. 25).

Estas regras, de origem portuguesa, foram formuladas em Lisboa. Conserva-nos a prova disto

(1) Neugebauer, *Sterntafeln von 4000 vor Chr. zur Gegenwart*, Leipzig, 1912.

(2) *Ibidem*.

a figura que, no *Regimento* de Munich, precede o «Regimento do Norte». É uma circunferência com 8 raios (fig. 26), a que correspondem outros tantos números, que são evidentemente as alturas da Estrêla do Norte em Lisboa, nas diferentes posições da Ursa Menor, segundo os oito rumos. Mas deve notar-se que os números colocados na extremidade de cada raio indicam a altura da Polar quando as Guardas estão na situação diametralmente oposta. Já vimos que, quando a Guarda dianteira vai num rumo, a Polar se aproxima do rumo imediato ao rumo oposto. Aqui recorda-se esta situação, oposta relativamente ao polo, colocando simplesmente o número que indica a altura da Estrêla do Norte, para cada posição das Guardas, no outro extrêmo do diâmetro. Assim, se elas vão na linha abaixo do Braço de oeste, a altura da Polar, observada em Lisboa, é 42, que se lê na linha oposta, no Ombro esquerdo.

Fig. 26

Os números 37 e 40, colocados nos Braços, dão a média de $38^o \frac{1}{2}$ para a latitude de Lisboa (1). A semi-diferença $1 \frac{1}{2}$ daqueles números indica a correcção a fazer nas alturas da Polar, observadas quando as Guardas estão nos Braços de leste e de oeste, aditiva no primeiro caso, subtractiva no segundo, para se ter a altura do polo. A semi-diferença 3 dos números 41 e 35, da Cabeça e Pé, é a correcção a fazer nestas duas posições. Finalmente as semi-diferenças $\frac{1}{2}$ e $3 \frac{1}{2}$, dos números das Linhas, são as correcções correspondentes a cada um dos diâmetros inclinados. Os números 3, $3 \frac{1}{2}$, $1 \frac{1}{2}$, $\frac{1}{2}$ colocados na perifería da penúltima figura (fig. 25), que resume o Regimento da Estrêla do Norte, resultaram assim dos desta última (fig. 26). Êste Regimento foi dêste modo formulado sôbre a base de observações feitas em Lisboa sôbre a Polar, com o astrolábio ou quadrante, nas diferentes situações da Ursa Menor.

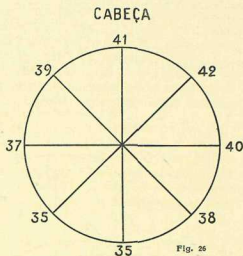



Fig. 27 — Figura reproduzida do *Regimento* de Évora

As alturas da Estrêla do Norte em Lisboa, registadas nesta roda do manual náutico de Munich, são expressas em graus inteiros. No manual da Biblioteca de Évora aparece uma roda semelhante, com as alturas avaliadas em graus e suas fracções (2). Nesta última porém (fig. 27), não se tendo já em vista a situação da Polar, mas apenas a regra a aplicar, para evitar confusões, os números foram colocados no próprio rumo em que estão as Guardas quando se toma a Estrêla do Norte pelo astrolábio. Nos números do diâmetro horizontal esqueceu fazer esta troca e assim fica-

(1) A latitude geográfica do Observatório Astronómico de Lisboa (Tapada) é de 38º 42′ 30″,5 (Frederico Oom, *Dados astronómicos para os Almanaques de 1922*, Lisboa, 1921).

(2) Examinando com o Ex.mo Snr. Pedro de Azevedo, cujo auxílio solicitamos, o exemplar original pertencente à Biblioteca de Evora, e comparando a parte fraccionária dos números com as fracções que se encontram na lista de alturas das localidades, inserta no mesmo manual, pareceu-nos ser a mais provável a leitura que apresentamos na Figura 28. Ainda assim esta leitura é muito duvidosa. No *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes, edição de 1552, encontra-se uma figura semelhante; nas linhas inclinadas lê-se, em tôdas, a mesma fracção $\frac{1}{2}$, mas os números dos diâmetros, horizontal e vertical, são inteiros.

ram êles como vestígio da disposição primitiva. Estas rodas constituem por si só um Regimento, exposto gràficamente, para a determinação da latitude. Observada em qualquer lugar a Estrêla do Norte, comparava-se a altura tomada com o número da roda em igual posição da Ursa Menor. Assim se tinha a diferença da latitude do lugar para a de Lisboa. E como esta era sabida, ficava determinada a do lugar. Têm uma feição bem nacional estas figuras circulares, onde se vê a variação da altura da Polar no seu giro diurno sôbre o horizonte de Lisboa.

O Regimento da Estrêla do Norte dá 3 graus e meio como desvio máximo desta estrêla acima ou abaixo do polo, sendo portanto êste o número de graus do raio do círculo diurno por ela descrito. Comentando êste Regimento, diz Pedro Nunes no *Tratado em defensam da carta de marear*, impresso em 1537, juntamente com o *Tratado da Sphera:*

«No regimento que têm os pilotos para tomar a altura do polo pela estrêla há êrro porque diz que da estrêla ao polo há três graus e meio e são quatro graus e nove ou dez minutos. O mais que dizem que quando uma guarda estiver com a outra em tal rumo que a estrêla do norte estará abaixo ou acima do eixo tantos graus, etc., não tenho isto por certo e o melhor é tomar a estrêla quando está mais alta ou baixa, porque então está no meridiano, e acrescentar ou tirar os quatro graus e dez minutos que há dela ao polo».

Fig. 28

Na tradução latina, muito ampliada, daquele Tratado, publicada em Bâle em 1566 com o título *De regulis et instrumentis etc.*, Pedro Nunes apoia a sua opinião na autoridade de João Werner, que adoptava um valor de precessão de que resultava aquela distância polar da Estrêla do Norte para o ano de 1500 (1). Ora a distância polar da *α Ursae Minoris* era: 3°,98 em 1400; 3°,42 em 1500; e 2°,86 em 1600 (2). Neste exemplo se vê a superioridade da observação directa sôbre a teoria. Os nossos pilotos é que estavam bem próximo da verdade, e o cosmógrafo-mór, seguindo a opinião do sábio de Nuremberg, laborava em êrro.

¿Quando começou a usar-se o Regimento do Norte? Não se póde responder precisamente. Diogo Gomes, na sua narrativa *De prima inventione Guineae*, a propósito da sua viagem à Guiné em 1462, conta que tinha um quadrante, dizendo: «Et ego habebam quadrantem, quando ivi ad partes istas; et scripsi in tabula quadrantis altitudinem poli artici, et ipsum meliorem inveni quam cartam». Diogo Gomes, quando foi para aquelas partes, levava um quadrante; escreveu nêle a altura do Norte, e achou-o melhor que a carta de marear. Do modo como se exprime depreende-se que aquilo que escreveu no instrumento o valorizou para o uso que dêle queria fazer. Parece-nos para isto bastante elucidativo o trecho seguinte, que se encontra no *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes, subordinado ao título «De como se há de navegar pelo quadrante»:

«Partindo algum de Lisboa pare mentes onde lhe cai a chumbada. s. em qual grau e põe ali um sinal sôbre o quadrante, em tal tempo quando as estrêlas das guardas estão leste oeste com a estrêla do norte. E depois, um dia, ou dois, ou mais, quando quer que quizerdes no mar saber quanto o vosso navio está diferenciado de Lisboa, vereis a quantos graus vos cai então o chumbo, ou de um

(1) «Eam stellam quae in extremitate caudae Minoris Ursae posita est, idcirco polarem esse dicunt, quia est nostro tempore arctico polo vicinissima: tribus enim tantum gradibus cum minutis 30 ab eodem polo distare nostrae aetatis nautae affirmant. Sed si verus est stellarum fixarum motus Joannis Verneri calculo repertus per tabulas Alphonsi quatuor gradus continet ea distantia cum minutis ferè 9 nostro tempore id est anno 1500» (Petri Nonii *Opera*, Basileae, 1566, pág. 85).

(2) Neugebauer, *Sterntafeln von 4000 vor Chr. bis zum Gegenwart*, Leipzig, 1912.

cabo ou do outro de vosso primeiro ponto... E assim de todolos lugares fareis onde quer que vos partirdes, como se diz agora de Lisboa».

Diogo Gomes deve ter assim notado no quadrante os graus de altura da Polar em Lisboa, correspondentes a uma ou mais posições das Guardas. Era um modo de escrever um Regimento do Norte, eqüivalente ao que resume a roda do *Regimento* de Munich, embora numa fase anterior mais simples. Achou o quadrante melhor que a carta, porque nesta, é certo, se vai traçando a derrota pelos rumos percorridos e distâncias estimadas, mas os êrros vão-se acumulando, e por isso acrescenta: «certum est quod in carta[1] videtur via marinandi, sed semel errata nunquam redeunt ad primum propositum». Vendo que a latitude determinada com o instrumento de altura era diferente da latitude resultante da derrota marcada na carta, prefere a primeira, reconhecendo os defeitos do processo de navegação por distâncias estimadas e rumos, de que adiante nos ocuparemos.

Na relação de Diogo Gomes de Sintra encontra-se a primeira referência ao uso do quadrante para a medição da altura dos lugares pela Estrêla do Norte. Isto não significa, porém, que êle fôsse o primeiro navegador português que tal fizesse, nem êle isso afirma.

Já nos *Libros del saber de astronomia* (Tomo II, pág. 276) se encontra, entre os capítulos dos *Libros del astrolabio llano*, um que trata «De saber la ladeza de la vila por las estrellas fixas». Manda-se tomar alguma das estrêlas que estão cêrca do polo setentrional, quando ela fôr na sua maior altura, e quando na altura mínima. A média das duas alturas observadas é a latitude do lugar. Entre as estrêlas circumpolares especializa-se «la estrella à que dizen Algedi, que es en cabo de la cola de la orsa menor», a qual é a mesma Estrêla do Norte dos nossos navegadores. Os nossos, porém, tendo observado em Lisboa que a diferença de altura, nas duas culminações, era de 7 graus, entenderam que bastava observar a Polar numa delas, fazendo a correcção de $3^{\circ}\frac{1}{2}$ em qualquer latitude em que se achassem, o que era certo. As culminações meridianas correspondiam aproximadamente à passagem das Guardas nos rumos horários de nordeste e sudoeste. Nos outros rumos a Polar ficava fóra do meridiano, e as correcções propostas no Regimento do Norte não podiam rigorosamente aplicar-se a tôda e qualquer latitude. É o que demonstra Pedro Nunes no tratado latino *De regulis et instrumentis*, onde mostra que, estando a Polar fóra do meridiano, e num mesmo e determinado rumo horário, a diferença de alturas do polo e da Polar varia com a latitude dos diferentes lugares, considerados debaixo do mesmo meridiano, e é por isso de opinião que os cânones daquele Regimento foram formulados por algum Matemático imperito[2]. Os autores do Regimento não eram naturalmente grandes matemáticos, mas eram excelentes observadores. Tendo estabelecido as 8 regras, não lhes ocorreu examinar se os números propostos eram rigorosamente aplicáveis a qualquer latitude, como sucedia nas culminações meridianas. Mas que observavam admiràvelmente, com o astrolábio e quadrante, mostra-o bem a determinação que fizeram da distância polar da preciosa Estrêla do Norte, que avaliaram em $3^{\circ}\frac{1}{2}$, número muito mais exacto do que os 4 graus e 10 minutos, propostos por Pedro Nunes, segundo o cálculo de João Werner, perito matemático.

---

(1) É preferível a leitura *cartam* e *carta*, de Schmeller, no trecho citado. Com a leitura *costam* e *costa* fica o trecho sem sentido, como na tradução de Gabriel Pereira *(Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1898-1899, pág. 286).

(2) «Caeterum nautae quoniam paucas admodum stellas cognitas habent, per eam tantum quae est in extremitate caudae Minoris Ursae, et duas postremi lateris quadrilateri ejusdem imaginis, quae in tota fermè plaga hac Boreali tota nocte cunspicuae sunt, altitudinem poli arctici inquirunt. Et quia non qualibet nocte eaedem stellae ad meridianum perveniunt, quosdam propterea canones habent, quos ab aliquo fortasse imperito Mathematico acceperunt, ex quibus eliciunt quantum polaris stellae altitudo, in quolibet ipsius situ, maior sit, aut minor poli Borealis elevatione. Sic igitur quavis nocte, non semel tantum, sed saepius, ex explorata polaris stellae altitudine, et cognita distantia ejusdem à situ meridiani, poli elevationem manifestam fieri putant: falluntur tamen saepissimè. Nam cum stella extra meridianum posita est, non una atque eadem differentia in omni horizonte depressior est, aut elevatior» (Petri Nonii *Opera*, Basileae, 1566, págs. 92, 93).

8 — REGIMENTO DA ALTURA DO POLO AO MEIO-DIA

REGIMENTO para achar a latitude por meio da altura do sol, observada ao meio-dia, e da sua declinação, dada pelas tábuas, encontra-se já, embora numa fase mais simples, nos *Libros del saber de astronomia* de Afonso X, como aplicação dos astrolábios: no Cap. 67 (De saber las ladezas de las cibdades) do segundo Livro do astrolábio redondo, e no Cap. 30 (De saber la ladeza de qual villa quisieres) do segundo Livro do astrolábio plano. Manda-se tomar a altura do sol ao meio-dia, que é o mais alto que póde subir. Se o sol anda nos signos austrais, soma-se, com a altura observada, a sua declinação nesse dia; se anda nos signos setentrionais, subtrai-se a declinação da altura. A diferença do número, assim obtido, para 90 é a *ladeza,* ou latitude procurada.

Nesta regra não se fala ainda em sombras. Subentende-se que elas correm ao norte no momento da observação, por se supor sempre o sol ao sul do zenite, na sua passagem meridiana. Não se pensa ainda num lugar situado na zona tórrida, onde o sol póde passar ao norte do observador. Temos ali um «Regimento da altura do polo ao meio-dia», formulado apenas para situações ao norte do trópico de Câncer.

Quando, porém, os navegadores portugueses entraram pela zona tórrida, sulcando o Atlântico já entre o trópico de Câncer e o equador, e viram

> as Ursas, a-pesar-de Juno,
> Banharem-se nas águas de Neptuno,

e as Guardas da Buzina a passarem por baixo do horizonte, prejudicando a aplicação do Regimento da Estrêla do norte, foi preciso redigir regras mais gerais para achar a latitude pelo sol. Começou por fazer-se a generalização a todo o hemisfério boreal. Consideraram-se três casos, mais um do que nos *Libros del saber*, o de passar o sol ao norte do zenite, indicado pelas sombras projectadas ao sul, fenómeno pela primeira vez observado pelos nossos marinheiros naquelas paragens. Formularam-se então as três regras para achar as latitudes ao norte do equador, que se encontram ainda no *Regimento do estrolabio* da Biblioteca de Munich (páginas 4 e 5 da edição fac-similada):

1) Quando o sol está em algum dos seis signos da banda do norte da eqüinocial, «se a sombra te fizer ao norte, tirarás a altura que tomaste de 90, e o que ficar ajuntarás à declinação»;

2) «... mas se a sombra vai para o sul,... ajuntarás a altura que tomaste com a declinação e o que sobejar de 90 é o que estás afastado da linha»;

3) Quando o sol, porém, anda nos signos da banda do sul, «toma a altura do sol, como já disse, e olha nesta tavoada a declinação que o sol tem em aquele dia, e ajunta tudo: e o que fôr tira-o de 90 e o que sobejar, é o que estás afastado da linha».

Estas três regras são apenas aplicáveis no hemisfério boreal, como se observa por fim: «e êste regimento é o que has de ter do norte até a linha equinocial».

Quando os navegadores portugueses passaram o equador em 1471 foi preciso completar o Regimento com a determinação das latitudes austrais. Era fácil; bastava permutar entre si as palavras *norte* e *sul*. As regras para as latitudes ao sul do equador encontram-se, a seguir, no manual de Munich (págs. 6 e 7 da edição fac-similada):

«Mas da linha eqüinocial por diante, para o sul, é o regimento pelo contrário, convem saber»:

1) «Quando o sol estiver nos signos da banda do sul,... e se a sombra fôr para o sul, olha quanto é a altura e tira de 90, e o que ficar ajuntarás com a declinação do sol daquele dia, e outro tanto estás afastado da linha para o sul»;

2) «... E se a sombra fôr para o norte,... então ajuntarás a altura com a declinação, e o que fôr mais de 90, é o que estás afastado da linha»;

3) «... E se o sol estiver nos signos que são da banda do norte, tomarás a altura do sol

e a declinação daquele dia, e ajuntarás tudo: *o que fôr tira-o de* 90 [1], e o que ficar é o que estás afastado da linha».

A primeira destas três últimas regras era aplicável quando Vasco da Gama, em 9 de novembro de 1497, foi a terra tomar o sol ao meio-dia com o astrolábio de pau de 3 palmos de diâmetro. As tábuas davam o sol em 26°38′ do signo de Scórpio, com uma declinação austral de 19°30′, como adiante veremos. As sombras corriam ao sul. Tinham, pois, o sol ao norte do zenite, e como êle estava num signo austral, não podiam os nossos navegadores duvidar da situação da armada no hemisfério sul. Suspenso o astrolábio da cabrilha armada em terra, observaram uma altura máxima de 77°. Tirando 77 de 90, acharam uma diferença de 13° que, somada com 19°30′, lhes deu 32°30′. É esta a latitude da Angra de Santa Helena que se lê na Tábua das latitudes geográficas do *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco.

O Regimento, exposto no manual náutico de Munich, resultante da simples justaposição dos preceitos sucessivamente formulados, para o hemisfério boreal e depois para o austral, ficava imperfeito. A sua aplicação exigia o conhecimento prévio do hemisfério em que se navegava, e isso podia ser muitas vezes objecto de dúvida, quando o navio se achava nas regiões eqüatoriais. Duarte Pacheco Pereira, que andou fazendo observações junto do Cabo de Lopo Gonçalves, notou naturalmente êsse inconveniente e deu ao Regimento uma nova fórma mais perfeita, isenta dêsse defeito. Destas observações fala êle no Cap. 11 do Livro 2.° do *Esmeraldo:*

«e êste Cabo de Lopo Gonçalves pontualmente jaz debaixo do círculo da equinocial [2], e nesta terra há muita habitação de gente, os quais são negros, que em nenhuma parte do mundo póde mais haver; e a experiência nos tem ensinado, porque por muitos anos e tempos que esta região das Etiópias da Guiné temos navegadas e praticadas, em muitos lugares tomamos as alturas do sol e sua declinação, para se saber os graus que cada lugar se afasta em ladeza da mesma equinocial para cada um dos polos, e achamos que êste círculo vai por cima dêste promontório, e temos sabido que nêste lugar em todolos dias do ano é igual o dia da noite, e se alguma diferença tem, é tam pouca que quási se não sente».

Duarte Pacheco andou fazendo explorações na Guiné por ordem de D. João II, como êle refere logo no Prólogo: «e por não alargar mais a matéria, deixo de dizer as particularidades de muitas cousas que êste glorioso príncipe mandou descobrir por mim e por outros seus capitães em muitos lugares e rios da costa da Guiné». Quando Bartolomeu Dias, em 1487, regressava do descobrimento do Cabo da Boa Esperança, encontrou-o na Ilha do Príncipe muito doente, e por isso sem disposição «para por si ir descobrir os rios da costa, a que o ElRei mandava», e trouxe-o consigo para Lisboa, como conta Barros [3].

Os primeiros capítulos do *Esmeraldo*, e entre êles o Cap. 10.° do primeiro Livro «De como se hão de ajuntar os graus que o sol subir aos graus de sua declinação, etc.», foram escritos em 1505, pois no Cap. 14 do Livro I diz: «porque vai ora em 90 anos que Ceuta foi tomada», o que teve lugar no ano de 1415. Em julho de 1505 regressára êle da Índia, em tôda a glória dos seus admiráveis feitos na guerra com o rei de Calicut.

Duarte Pacheco, naquele 10.° capítulo do primeiro livro, distingue três casos apenas, que têm lugar indistintamente num e noutro hemisfério: o primeiro, para «quem estiver em lugar que o sol seja entre êle e a linha equinocial, ora esteja da dita linha para o polo árctico ora para o polo antárctico»; o segundo, para «quem fôr em lugar que esteja entre o sol e a linha equinocial, ora seja para um polo, ora para outro»; e o terceiro, «se estiveres em lugar que a linha equinocial esteja entre ti e o sol, ora seja para um polo ora para outro». É claro que, nos dois primeiros casos, o observador estará no mesmo hemisfério em que anda o sol; no terceiro, estará no hemisfério oposto. Por fim, observa:

«Necessário é, a quem quizer entender esta *nossa obra*, que saiba os meses em que se o sol move da equinocial para o trópico de Câncer e assi o de Capricórnio, segundo atrás é dito no capítulo

(1) As palavras que acrescentamos em itálico faltam evidentemente no texto, como mostram os próprios exemplos numéricos que lá se seguem à regra.
(2) A lista de latitudes do *Esmeraldo* sitúa o Cabo de Lopo Gonçalves em 0°10′, ao sul.
(3) Barros, *Década* I, Liv. III, Cap. IV.

nove, porque, sabendo o tempo em que o sol corre para uma parte ou para outra, e assi as declinações dêle e as diferenças das sombras que faz segundo o mês em que é áquem ou além da eqüinocial, assim entenderá esta obra».

É pois de Duarte Pacheco Pereira esta melhor redacção do Regimento da altura do polo ao meio-dia, que êle chama *nossa obra*, em que se dispensa o conhecimento prévio da situação do navio ao norte ou ao sul da linha, e se atende às três posições relativas do sol, zenite e equador. O modo de distingüir os três casos, como é necessário para entender a *sua* obra, não chega a ser completamente explicado por êle, supondo que os navegantes o saberão bem fazer pelas declinações do sol e diferenças das sombras.

Para melhor entendimento dos pilotos, julgou-se depois preferível desdobrar as três regras de Duarte Pacheco, formulando-as separadamente para o tempo em que o sol andásse ao norte do eqüador, que era de 11 de março a 14 de setembro, e para o tempo em que estivesse ao sul, de 14 de setembro a 10 de março, tornando explícito o modo prático de distingüir os três casos. Assim se encontram no *Regimento da declinaçam do sol*, da Biblioteca de Évora:

«E quando o sol fôr da banda do norte da linha eqüinocial e fizer a sombra ao norte, da altura que tomares, verás quantos graus faltam para 90. E com estes que faltarem para 90 ajuntarás a declinação daquele dia. Tudo junto, tanto estarás arredado da linha para a parte do norte.

E se neste tempo que o sol andar da banda do norte da linha eqüinocial, e tomares a altura do sol e as sombras forem para o sul, aqui ajuntarás a declinação com a altura que tomares. E se passarem de 90, aqueles que passarem, estarás da banda do norte da eqüinocial. E se não chegarem a 90, aqueles que menos forem de 90, aqueles estarás arredado para a banda do sul».

Não transcrevemos as três regras relativas às estações do outono e inverno, em que o sol anda da banda do sul, que fàcilmente se deduzem destas, permutando entre si as palavras *norte* e *sul*.

Preceitos semelhantes se encontram no *Livro de Marinharia*, divididos em duas partes, a primeira intitulada—«Regimento da altura do sol quando anda da banda do norte», e a segunda—«Regimento do sol da parte do sul» [1]. Assim os seis casos que na fórma antiquada, conservada no manual náutico de Munich, se distribuíam em dois grupos conforme a posição do observador ao norte ou sul do eqüador, passaram a agrupar-se em duas partes caracterizadas pela situação, sempre sabida, do sol ao norte ou ao sul da linha, resultando do próprio cálculo a latitude com a indicação de ser boreal ou austral. No manual náutico de Évora ainda nisto se insiste: «E avisar-te-has que sempre faças a conta ao som das sombras, e segundo que responder a conta, assim has de dizer a que parte da linha estás», Êste aperfeiçoamento é origináriamente devido a Duarte Pacheco, que por muitos anos andou tomando alturas nas regiões eqüatoriais.

A respeito da maneira de observar o sentido das sombras, lê-se no *Livro de Marinharia:* «tomando a altura, verás para qual parte pendem as sombras, primeiramente verás pela sombra da tua cabeça ou pela sombra dos mastros da nau ou de qualquer pau que estiver empinado direito, então verás se te pendem para a parte do norte, se para a parte do sul».

O Regimento foi aplicado na expedição de Cabral, em que ía Duarte Pacheco, quando chegaram ao Brasil. Na carta escrita de Vera Cruz a D. Manuel, em 1 de maio de 1500, conta-lhe o bacharel Mestre João que, em 27 de abril, foi a terra com o pilôto de Álvares Cabral e o de Sancho de Tovar para tomarem a altura do sol ao meio-dia, e que acharam uma altura máxima de 56°. O sol estava então em 16°30′ do signo de Tauro, com uma declinação boreal de 16°51′, segundo as tábuas que levavam, calculadas pelo *Almanach* de Zacuto. O sol andava ao norte da linha, e como as sombras corriam ao sul, somaram a altura com a declinação do dia, o que deu 72°51′. O eqüador estava pois inclinado 72°51′ ao norte, ficando «entre êles e o sol». Subtraíram êste número de 90, e concluíram que estavam numa latitude austral de 17°9′. Mestre João, arredondando esta conta, participa ao rei que se achavam afastados da eqüinocial *por* 17 graus: «tomamos el altura del sol al medio dia e fallamos 56 grados e la sombra era septentrional por lo qual segund las reglas del estrolabio jusgamos ser afastados de la

[1] *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebelo, Lisboa, 1903, págs. 32, 33.

equinocial *por* 17 grados, e por consyguiente tener el altura del polo antartico en 17 grados». Nota-se que êle diga que a «sombra era septentrional». Há aqui um equívoco evidente. O sol, então num sígno boreal, passava no meridiano ao norte do zenite. Quando escreveu aquelas palavras estava pensando na situação setentrional do sol, causa do sentido das sombras. É um *lapsus calami*. Ao fechar a sua carta, faz esta crítica do processo de determinação da latitude pela altura do sol, e dos instrumentos: «pera la mar mejor es regyr-se por el altura del sol que non por ninguna estrella, e mejor con estrolabio que non con quadrante nin otro ningud estrumento».

Para facilitar a conta do sol fêz-se em Portugal uma modificação no astrolábio. Dispôs-se a graduação a partir do zero, colocado na extremidade superior do diâmetro vertical, e correndo de aí para baixo até terminar em 90 no diâmetro horizontal. Então o instrumento passou a medir a distância zenital, em vez da altura. Foi para astrolábios assim graduados que Pedro Nunes redigiu o «Regimento da altura do polo ao meio-dia» que se lê no *Tratado em defensam da carta de marear*, de 1537, de que transcrevemos a primeira parte:

«Se o sol tem declinação para o norte e as sombras vão para o norte, saberemos pelo astrolábio ao meio-dia, que é na maior altura, quantos graus há de nós ao sol, e acrescentaremos a declinação daquele dia; e o que somar será o que estamos apartados da linha eqüinocial para o norte.

Mas se o sol tem declinação para o norte e as sombras vão para o sul, saberemos pelo astrolábio quanto há de nós ao sol, e pelo regimento a declinação; e se forem iguais, estaremos na eqüinocial; e se forem desiguais, tiraremos o menor número do maior, porque o que ficar, isso estaremos apartados da eqüinocial, e será para o norte se a declinação era maior, e será para o sul, se a declinação era menor».

A segunda parte é repetição desta primeira, mudando *norte* em *sul*, e reciprocamente.

Êle próprio nos dá noutra obra sua um exemplo da aplicação do seu Regimento. Tendo, no dia do solstício estival, observado em Coímbra a distância zenital meridiana do sol com um astrolábio de dois palmos de diâmetro, construído com muita precisão, achou um ângulo de 17 graus exactos [1]. A declinação do sol era então máxima, de 23°30′, portanto, segundo o valor por êle adoptado para a inclinação da eclíptica. O sol declinava ao norte, e para o norte iam as sombras. Somando 17° com 23°30′, resultou-lhe para latitude de Coímbra: 40°30′ (esta latitude é de 40° 12′).

No *Livro de Marinharia* (pág. 40) vem um «Regimento daltura do sol, pela banda de cima do astrolábio, de menos trabalho e melhor». O que se chama «altura contada pela banda de cima» é a distância zenital. A conta assim feita é classificada como de menos trabalho e melhor. Rodrigo Çamorano dedica a êste processo um capítulo do seu *Compendio del arte de navegar*, 1591, intitulado «Otra manera de hazer la cuenta al sol, como lo usan en Portugal», que é baseado no cânon de Pedro Nunes, como êle o publicou em 1566, mais simplificado, com o título: «De invenienda loci latitudine per radium meridianum antiquus canon noster» [2]. Então o cosmógrafo-mór não julga já necessária a consideração de regras em separado, para o sol nos signos boreais e nos austrais, como êle fazia ainda em 1537 [3].

As regras do astrolábio mais fáceis de tôdas são as que se encontram no *Livro de Marinharia* (pág. 65) com o título «Regimento desta declinação», que é de uma simplicidade notável. A «declinação» a que se refere êste título é a que se encontra nas páginas imediatas (págs. 67 a 82), que conteem as tábuas solares para um quadriénio. Mas o que nessas tábuas se chama *declinação* é a distância do

(1) «Cum enim Astrolabium quoddam rectè fabrefactum nacti essemus, cujus diameter duorum palmorum erat, haud paucis annis aestivo tempore, Solem observavimus, minimamque distantiam à verticali puncto Conimbricae, graduum praecisè reperimus 17. Et quoniam maxima Solis declinatio nostro tempore Gr. continet 23. min. 30. ferè, conclusimus idcirco latitudinem Conimbricae, Gr. 40. min. 30 ferè» (Petri Nonii *Opera*, Basileae, 1566, pág. 64).

(2) *Ibidem*, pág. 95.

(3) Voltou-se assim aos mesmos três casos considerados por Duarte Pacheco, embora formulados doutra maneira, No *Livro de Marinharia*, pág. 43, encontram-se as expressões «concordia da sombra com o tempo» e «discordia da sombra com o tempo», das quais a primeira se emprega para significar que as sombras correm ao norte, ao tempo em que o sol anda ao norte da linha, ou que as sombras correm ao sul, andando o sol nos signos austrais, e a segunda significa que as sombras correm ao norte andando o sol para o sul da linha, e inversamente. Empregando esta linguagem, podem traduzir-se assim os três casos que são os principais do cânon acima referido: 1) com *concordia* da sombra com o tempo, soma-se a distância zenital com a declinação, e tem-se a latitude com o mesmo sinal da declinação; 2) com *discordia* da sombra com o tempo, e sendo a declinação maior que a distância zenital, a diferença das duas será a latitude com o mesmo sinal da declinação; 3) com *discordia* da sombra com o tempo, sendo a distância zenital maior que a declinação, a diferença das duas será a latitude com sinal contrário ao da declinação.

sol ao polo norte em cada dia, variando entre um mínimo de 66° 30′, no dia do solstício estival, e um máximo de 113° 30′ no solstício hiemal, o que corresponde a uma inclinação de 23° 30′ da eclíptica sôbre o equador. Ravenstein (1) achou singulares estas declinações, que são afinal as distâncias polares do sol contadas do norte, passando-lhe naturalmente despercebida a sua aplicação. Estas distâncias polares destinavam-se a ser usadas com astrolábios graduados desde 0 a 180, de um extrêmo ao outro do diâmetro horizontal (fig. 29). O zero deve voltar-se sempre ao norte no momento da observação. Se o sol está ao norte do zenite, a sua altura, é menor que 90; se está ao sul, a sua altura, $\widehat{HCS}$, será contada maior que 90. Esta maneira de observar é assim explicada: «tomando a altura ao meio-dia, verás a parte que o teu astrolábio *declina ao norte*, começando debaixo, do primeiro grau para cima, até onde estiver a ponta da medeclina que é a altura donde ficou o sol». É claro que, se a altura assim tomada fôr maior que a distância do sol ao polo norte, ficará êste polo acima do horizonte; no caso contrário, ficará abaixo. Assim resultam, dêste modo de medir a altura do sol, as regras simplicissimas do *Livro de Marinharia:*

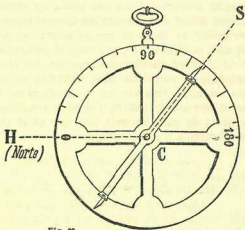



Fig. 29

«Se a altura do astrolábio fôr maior que a declinação [aliás distância polar norte], tirando a menor da maior, o que ficar estarás da parte do norte.

Se a declinação [distância polar norte] fôr maior que a altura, tirando um do outro, o que ficar estarás da parte do sul.

Se fôr a altura igual com a declinação [distância polar], estarás na línha».

Nestes concisos preceitos ficam compreendidos todos os casos possíveis. Não há distinções de sombras a fazer. O Regimento atinge a sua simplicidade máxima com um astrolábio assim graduado.

9—TÁBUAS DO SOL

S regras para achar a altura do polo ao meio-dia tinham de ser acompanhadas de tabelas em que se encontrásse fàcilmente a declinação do sol em cada dia. Assim sucede nos dois manuais náuticos portugueses, conservados, em exemplar único, na Biblioteca de Munich e na de Évora, os quais representam duas fases bem distintas na confecção das tábuas solares. O *Regimento* de Munich, que, segundo o Snr. Joaquim Bensaúde (2), deve ter sido impresso posteriormente a 1509, contém um calendário onde, juntamente com os nomes dos Santos, se dão para todos os dias do ano, o «lugar do sol» na eclíptica, expresso nos signos e graus inteiros de cada signo, e a declinação em graus e minutos. O calendário começa em março e termina em fevereiro, repetindo-se em 29 dêste mês os mesmos números do primeiro dia de março. Dispõe-se assim de uma tábua única para aplicar em qualquer ano. No *Regimento* de Évora, porém, ao calendário expressamente designado por «ano do bissexto», onde os lugares do sol são já contados em graus e minutos, como as declinações, seguem-se três tábuas de declinações solares para os anos: primeiro, segundo e terceiro depois do bissexto. Os anos começam no mês de janeiro, e não no de março. Teem-se assim tábuas para o ciclo quadrienal do bissexto, e como estão calculadas para o quadriénio

(1) «Among these are two sets of declination tables, the one of the usual type, the other peculiar, inasmuch as the point of reference for what its author called «declination» is the North Pole. Thus decl. 23° S. is expressed by 90° + 23° = 113°, whilst decl. 23° N. is given as 90° — 23° = 67°» (Ravenstein, *Martin Behaim, his life and his globe*, London, 1908, pág. 19).

(2) J. Bensaúde, *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, Bern, 1912, pág. 170.

de 1517 e 1520, póde concluír-se a data de impressão do *Regimento* de Évora em 1517. A tábua única anual, muito imperfeita, do *Regimento* de Munich, onde os lugares do sol são ainda expressos em simples graus inteiros, corresponde, na evolução da sciência astronómica, cultivada em Portugal para uso da navegação, a um período bem anterior à data da sua publicação em 1509, ou depois. A análise do manual náutico de Munich mostra que êle é composto de partes provenientes de épocas mais antigas do que o ano em que foi impresso, o que aumenta o seu valor histórico.

O *ALMANACH PERPETUUM* DE ZACUTO

Em 25 de fevereiro de 1496 (sole existente in 15°53'35'' Piscium sub celo Leyree) acabou de imprimir-se em Leiria o *Almanach perpetuum* de Abraão Zacuto, traduzido do hebreu para latim pelo seu discípulo José Vizinho. Zacuto, que ensinára astronomia na Universidade de Salamanca, estava então em Portugal, para onde viera em 1492, quando os judeus foram expulsos de Espanha. D. João II tinha-o feito seu astrónomo, continuando a sê-lo de D. Manuel, até que, ordenada por êste a expulsão dos judeus, em dezembro de 1496, Zacuto fugiu para Tunis em 1497, morrendo em Damasco por 1535.

A parte dêste *Almanach perpetuum* que agora nos interessa são as quatro tábuas com os lugares do sol na eclíptica, isto é, com as longitudes solares, expressas em signos, e graus, minutos e segundos de cada signo, para cada dia dos anos de 1473 *(tabula prima solis)*, 1474 *(tabula secunda)*, 1475 *(tabula tertia)* e 1476 *(tabula quarta)*. Para aplicação destas tábuas, relativas a um ciclo de quatro anos, que é o do bissexto, a outro qualquer quadriénio serve a *Tabula equationis solis*, a qual dá a correcção a fazer para anos futuros ou anteriores, à razão de 1'46'' por cada revolução de quatro anos. A tabela, de que transcrevemos apenas as 12 primeiras linhas, contém as correcções até 34 revoluções. Assim, para o quadriénio de 1517 a 1520, 44 anos posterior ao das tábuas, o número de revoluções decorridas é 11; tem de acrescentar-se 19'25'' a todos os lugares do sol do *Almanach*, para se terem os dos anos 1517, 1518, 1519 e 1520.

TABULA EQUATIONIS SOLIS

revol.	gr.	min.	sec.
1	0°	1'	46''
2	0	3	32
3	0	5	18
4	0	7	4
5	0	8	50
6	0	10	36
7	0	12	22
8	0	14	8
9	0	15	54
10	0	17	40
11	0	19	25
12	0	21	11

Sabidos os lugares do sol, entrava-se com êles na *Tabula declinationis planetarum et solis ab equinotiali*, para se obter a sua declinação. Esta *tabula declinationis* está calculada apenas para os lugares expressos em graus inteiros dos signos; para fracções de graus faz-se a costumada interpolação proporcional. A declinação correspondente aos pontos solsticiais é de 23°33', sendo esta portanto a inclinação da eclíptica sôbre o equador que serviu de base ao cálculo da tábua; êste foi o valor achado pelos astrónomos do califa Almamon, pelo ano 830, no observatório de Bagdad. Uma tabela semelhante a esta de Zacuto encontra-se nos *Libros del saber de astronomia*, tomo IV, pág. 6, com o título «Tabla de la declinacion del sol», a qual se diz «rectificada en este nuestro tiempo», mas nessa a declinação máxima é de 23°32'30''.

Fazendo em todos os lugares do sol das quatro tábuas do *Almanach* a correcção por acréscimo de 19'25'', a que nos referimos já, e entrando depois com êles na *Tabula declinationis*, tem-se as

AS TÁBUAS DO *REGIMENTO* DE ÉVORA

tabelas de declinação para o quadriénio de 1517 a 1520. São os números assim calculados que se encontram nas tabelas de declinação do *Regimento* de Évora [1], tendo sido encorporados no calendário (ano do bissexto) os do ano de 1520. As mesmas tabelas constituem o primeiro grupo de tábuas do *Livro de Marinharia* (págs. 49 a 64), correspondendo portanto ao mesmo quadriénio [2]. A tabela do ano bissexto aparece também no calendário do *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes, atribuíndo-se aí o cálculo a Gaspar Nicolas, o autor do *Tratado da pratica darismética*.

....

(1) Veja-se o nosso artigo «O *Regimento do estrolabio* da Biblioteca de Évora», no *Boletim da Biblioteca da Universidade* de Coímbra, Vol. VI, págs. 65 a 79.

(2) Os lugares do sol que serviram para calcular estas declinações estão no segundo grupo de tábuas do *Livro de Marinharia* (págs. 67 a 82, numeração a preto). Nota-se que faltam os verdadeiros valores para os meses de julho a outubro do primeiro ano depois do bissexto, estando, em vez dêles, copiados os números de iguais meses do ano terceiro depois do bissexto. No calendário do *Regimento* de Évora estão, a par das declinações, os lugares do sol; os do primeiro semestre são realmente os do ano bissexto (1520); os do segundo semestre são os do primeiro ano depois do bissexto (1517). Estas trocas explicam-se. Como só as declinações eram precisas para o cálculo das latitudes geográficas, bastando, a respeito da situação do sol na eclíptica, saber se êle andava ao norte ou ao sul da linha eqüinocial, havia menos cuidado na cópia das tabelas dos lugares do sol, que eram dispensáveis para o navegante.

Mestre José Vizinho, tradutor da obra de Zacuto, não era apenas um sábio de gabinete. Em 1485 [1], por ordem de D. João II, percorreu a costa da Guiné, tomando alturas pelas regras do sol. Discípulo do autor do *Almanach perpetuum*, escrito em hebreu de 1473 a 1478, e interessado na prática de observações e cálculos para a determinação das latitudes geográficas, é natural que fizesse aplicação da obra de Zacuto, logo que dela teve conhecimento, à confecção de tabelas de declinação do tipo quadrienal. Traduzido, porém, o *Almanach* e impresso em 1496, não é admissível que dêle se não fizesse uso para o cálculo de tabelas, semelhantes às do *Regimento* de Évora, destinadas a servirem na viagem de Vasco da Gama. Para o quadriénio de 1497 a 1500, posterior 24 anos ao de 1473 a 1476, a correcção a fazer nos lugares do sol das tábuas de Zacuto era de 10′36″, correspondente às 6 revoluções de 4 anos, decorridas entre os dois quadriénios. Entrando com os lugares assim corrigidos na *Tabula declinationum*, obtinham-se as tabelas de declínações solares para os quatro anos, desde o da partida do Gama até ao de 1500, em que saíu Cabral. Duarte Pacheco Pereira, narrando no *Esmeraldo* (Cap. 2.º do quarto Livro) os preparativos da expedição de Vasco da Gama, diz que nela se fizeram tantas e tam grossas despesas com tam poucas naus, que por não parecerem graves de ouvir e crer, as deixa de contar pelo miúdo; que os navios se fizeram por singulares mestres e oficiais; que mantimentos, armaria e bombardaria, tudo foi dado em abastança muito maior do que convinha à necessidade do caso; e que «assim foram mandados nesta viagem os principais pilotos e mareantes e mais sabedores na arte da marinharia que se nesta pátria acharam». Então as tábuas necessárias para o tam importante Regimento da altura do polo pelas regras do sol haviam de merecer também especial cuidado, devendo ser confecionadas pelos cosmógrafos mais sabedores, aplicando os preceitos contidos nas obras de astronomia reputadas as melhores. Não é natural que na armada do Gama, preparada com tanta despeza e solicitude, fôsse usada a tabela única anual do tipo mais grosseiro, que ainda se vê no *Regimento* de Munich, deixando desaproveitada como inútil a

AS TÁBUAS DA PRIMEIRA VIAGEM DE VASCO DA GAMA

Dias do mês de março	LUGAR DO SOL	DECLINAÇÃO DO SOL		LUGAR DO SOL	DECLINAÇÃO DO SOL	
	No ano de 1497 segundo o *Almanach* de Zacuto	No ano de 1497 segundo o *Almanach* de Zacuto	No ano primeiro depois do bissexto da *Suma* de Enciso	No ano de 1500 segundo o *Almanach* de Zacuto	No ano de 1500 segundo o *Almanach* de Zacuto	No ano bissexto da *Suma* de Enciso
	Pisces			Pisces		
1	20° 37′ 6″	3° 44′,2	3° 44′	20° 53′ 18″	3° 37′,3	3° 37′
2	21 36 35	3 20,4	3 21	21 52 47	3 13,9	3 13
3	22 36 4	2 57,2	2 57	22 52 16	2 51,0	2 5
4	23 35 32	2 33,8	2 34	23 51 43	2 27,3	2 27
5	24 34 57	2 10,0	2 10	24 51 7	2 3,6	2 3
6	25 34 22	1 46,2	1 46	25 50 32	1 39,8	1 40

obra, acabada de publicar, de Zacuto, astrónomo de D. João II e de D. Manuel. O cálculo, aliás fácil, acima indicado, foi decerto feito pelo próprio tradutor Mestre José Vizinho. E as novas tabelas para o quadriénio 1497-1500 puderam ainda servir aos pilotos de Álvares Cabral.

Como pequena amostra do resultado do cálculo que devia ter sido feito, damos no quadro junto os valores das declinações calculadas pelo *Almanach perpetuum* para os primeiros dias de março dos anos, primeiro e último, do quadriénio de 1497 a 1500. Quando em 1497 Vasco da Gama, na Angra de Santa Helena, foi a terra tomar o sol para saber a latitude em que estava, deve ter encontrado, no

[1] Consta de uma das notas à margem das páginas do exemplar da *Historia rerum ubique gestarum* de Silvio Piccolomini (depois Papa Pio II), impressa em Veneza em 1477, pertencente a Colombo, que se conserva na Biblioteca Colombina, em Sevilha: «... rex Portugaliae misit in Guinea anno Domini 1485 magister Josepius, fixicus ejus et astrologus, ad compiendum altitudinem solis in tota Guinea...».

dia 9 de novembro do primeiro ano depois do bissexto, 19°30′ para valor da declinação, correspondente à situação do sol em 26°38′ do signo de Scórpio. No dia 27 de abril de 1500, Mestre João, quando observou o sol em Vera Cruz para aplicar as regras do astrolábio, achou na tabela do ano bissexto uma declinação solar de 16°51′, correspondente ao lugar do sol em 16°30′ do signo de Tauro nesse dia. A comparação dos números calculados pelo *Almanach* de Zacuto com os números correspondentes das tabelas de declinação do sol da *Suma de geographia* de Enciso, edição de Sevilha de 1519, leva a crer que estas últimas tabelas reproduzem ainda as que foram nas naus do Gama. O quadro permite comparar alguns números provenientes do *Almanach perpetuum* com os da *Suma* de Enciso (1).

Dias do mês de março	LUGAR DO SOL	
	Libros del saber	*Regimento* de Munich
1	Pisces 19°	Pisces 20°
2	20	21
3	21	22
4	22	23
5	23	24
6	24	25
7	25	26
8	26	27
9	27	28
10	28	29
11	29	Aries 1
12	30	2
13	Aries 1	3

A TÁBUA DO *REGIMENTO* DE MUNICH

O *Regimento* de Munich oferece apenas a única tábua anual contida no calendário, com as longitudes solares expressas em simples graus inteiros, seguidas das declinações correspondentes, em graus e minutos, sendo a máxima, nos dias solsticiais, de 23°33′. Estas declinações são as de uma tábua igual à *Tabula declinationis* incluída no *Almanach perpetuum*, a qual é natural achar-se já em obras anteriores, pois a inclinação de 23°33′ da eclíptica fôra adoptada no século IX pelos astrónomos de Almamon. Uma tabela de longitudes em graus inteiros, semelhante à do *Regimento*, encontra-se nos *Libros del saber de astronomia*, tomo II, onde vêm, como apêndice aos dois livros do astrolábio plano, uma «tabla de saber en qual grado del zodíaco es el sol», também em graus redondos. No pequeno quadro junto póde fazer-se a comparação das duas tábuas para uma parte do mês de março; na do *Regimento* a entrada no signo de Aries é já mais cedo, em resultado do movimento de precessão. Nos *Libros del saber*, tomo II, ensina-se o processo gráfico para determinar a correspondência entre os dias do ano e as posições do sol na roda do zodíaco, quando se trata de traçar no dorso do astrolábio os dois círculos, dos meses e dos signos, que, como vimos na Fig. 8, resumem num pequeno espaço uma tabela de longitudes. Traçado o círculo do zodíaco com o centro em *O* (fig. 30) e dividido nos 12 signos e seus graus, tira-se o raio *OC* para o ponto *C* da eclíptica em que tiver lugar o auge, ou apogeu do sol. Toma-se uma fracção *Oo* dêste raio igual à excentricidade da órbita solar, e êste ponto *o* é centro do círculo dos meses que se traça dentro do primeiro e se divide em 365 partes que representam os dias do ano. Sabido o dia em que o sol passa debaixo do ponto *C* que marca o seu auge, a êsse dia corresponderá a divisão que contém o ponto *c*, e a seguir se numeram tôdas as divisões, distribuíndo-as pelos dias dos 12 meses. O semestre

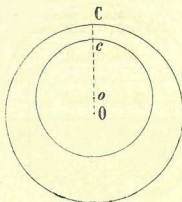



Fig. 30

(1) A *Suma* de Enciso não traz os lugares do sol com que seria muito fácil verificar esta identificação; traz apenas as declinações, que variam muito lentamente de quadriénio para quadriénio. Não tivemos tempo de fazer uma análise minuciosa. Reparamos que as tábuas de Enciso têm muitos êrros que devem provir das sucessivas cópias ou impressões. Os 16°51′ de declinação que calculamos para 27 de abril de 1500, assim se encontram também em igual data do ano bissexto de Enciso: XVI graus e LI minutos (os números são aí escritos em caracteres romanos). Os 19°30′ de 9 de novembro de 1497 é que não estão precisamente assim em 9 de novembro do ano primeiro depois do bissexto; lêem-se lá XXXI minutos, em vez de XXX, e faltam os números dos graus desde 6 a 12 de novembro, estando esta parte muito mal cuidada. A origem portuguesa de algumas partes do livro de Enciso é evidente. O «Regimiento del astrolabio & quadrante» é reproduzido do *Regimento* de Munich. Até a explicação das tábuas solares é a mesma, conservando o mesmo exemplo numérico de 24 de maio, que não se adapta já às tábuas da *Suma*. A cópia é tam patente que estando rasgada a primeira fôlha do manual de Munich, podemos reconstituír as palavras que faltam no verso da fôlha, comparando com o texto de Enciso:

«Por la regla & tabla ya dicha podras saber en q̃ signo esta el sol en qual/quier dia del año. y en que grados & que declinacion tiene en qualquier gra/do. assi mismo podras saber por el altura del polo q̃ tãto estas apartado de/la linea equinocial...».

(*Suma*, de Enciso).

«Por aque*lla tauoa*da poderas saber ẽ que signo esta/ ho s*oll em q̃lquer dy*a do ano: & em que graão & que/ decli*naçam tem em q̃lquer* graão. asy mesmo poderas/ saber *a altura do po*llo ou o q̃ estas afastado da linha equinoçiall...».

(*Regimento* de Munich).

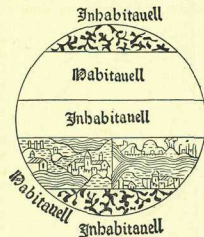
do verão fica com mais uma semana que o do inverno. A medeclina, girando em volta do centro O sôbre os dois círculos, indica a correspondência entre os 365 dias do ano e os 360 graus do zodíaco. É a teoria do excêntrico, em que a Terra ocupa um ponto O e o sol descreve um círculo com movimento unifórme em volta de outro ponto *o*, teoria conhecida de Azurara, cujo astrolábio mostrava a linha *Oc* do auge do sol dirigida para o comêço de Câncer, e portanto o perigeu no ponto oposto, comêço de Capricórnio:

«Vejo aqueles *Garamantes* e aqueles *Etiopios*, que vivem sob a sombra do monte Caucaso, *negros em color porque jazem de sob o opósito do auge do sol, o qual sendo na cabeça de Capricórnio*, e a eles em estranha quentura, segundo se mostra pelo movimento do centro de seu excentrico, ou por outra maneira, porque vesinham com a cinta queimada...» (1).

Os lugares do sol em simples graus, que serviram de base para as declinações do manual de Munich, se não foram copiados de alguma tábua análoga à dos *Libros del saber*, podiam ter sido tirados da roda de um astrolábio, como foi naturalmente num dêstes instrumentos que Azurara leu a posição do sol por êle indicada para o dia 18 de julho de 1415, em que morreu a rainha D. Filipa (2). A tábua daquele manual náutico não póde considerar-se como representando o estado dos conhecimentos astronómicos em Portugal no ano da sua impressão, depois de 1509. O *Almanach perpetuum*, publicado em 1496, permitia cálculo mais perfeito, e não póde pensar-se que só fôsse aproveitado 20 anos depois, para a confecção das tábuas do *Regimento* de Évora, calculadas para o quadriénio 1517-1520. As tabelas da *Suma* de Enciso provêm de época anterior aos dois *Regimentos*, e foram calculadas pelo *Almanach*. A obra de Zacuto deve até ter sido aplicada pelo seu discípulo José Vizinho, mesmo antes de ser impressa em Leiria.

Fig. 31, reproduzida do *Regimento* de Munich

O *Regimento* de Munich, que os perítos bibliógrafos classificam como reímpressão mal cuidada, é, na sua linha geral, um livro antiquado para o tempo em que foi impresso, o que lhe dá grande interêsse histórico. As regras do sol para a determinação da altura do polo conservam nêle, como vimos, uma fórma menos perfeita do que a de Duarte Pacheco, e êste escrevia o capítulo respectivo do *Esmeraldo* em 1505. Se, quando lemos neste *Regimento*, a respeito de Lisboa, — «Emxemplo diguo que esta çidade estaa afastada da lynha 38 graaos e dous terços» (3) —, nos surpreende êste valor da latitude de Lisboa, muito mais exacto que o de 39 graus da lista de latitudes do *Regimento* de Évora, maior surprêsa ainda nos causa, por motivo contrário (pois havia já tantos anos que os Portugueses tinham ultrapassado o equador), o que se lê no Cap. II do *Tractado da Spera* anexo. Aí se traduz sem o menor reparo a afirmação, feita por Sacrobosco, da inabitabilidade da zona tórrida, pela grande quentura do sol, e das zonas frígidas pelo grande frio, afirmação ilustrada por uma figura com o letreiro *inhabitauell*, pôsto sôbre aquelas zonas (fig. 31). O mesmo se repete no *Tractado da Spera* do *Regimento* de Évora. Pedro Nunes, na sua tradução da obra de Sacrobosco em 1537, não deixa de anotar à margem: «As navegações dos Portugueses nos amostraram que não há terra tam destemperada, por quente nem por fria, em que não haja homens» (4).

o···o···o···o···o···o···o

(1) Azurara, *Chronica de Guiné*, Cap. II.

(2) «Os Infantes tiveram seu conselho acêrca da enterração da Rainha, e acordaram, porque o tempo era quente, ca era quando o sol estava em dous graus do signo do Leão, que a soterrassem de noite...» (*Chronica da tomada de Ceuta*, edição dirigida por Esteves Pereira, pág. 139).

(3) Pág. 7 da edição fac-similada, Munich, 1914.

(4) O mesmo assunto era, porém, já versado por Duarte Pacheco no Cap. 1.º do Livro 4.º do *Esmeraldo*: «Pompónio Mella no princípio do seu segundo livro e assi no meio do terceiro DE SYTU ORBIS, e Mestre João de Sacrobosco, Inglês, excelente autor, na arte da astronomia no fim do terceiro capítulo de seu Tratado da Espera, cada um dêstes em seu lugar, ambos disseram que as partes da eqüinocial eram inabitáveis pola muito grande quentura do sol; donde parece que segundo sua tenção aquela tórrida zona por esta causa se não podia navegar, pois que a fortaleza do sol impedia não haver *aí habitação de gente*; o que tudo isto é falso; certamente temos muita e muita razão de nos espantar de tam excelentes homens, como estes foram, e assi Plínio e outros autores, que isto mesmo afirmaram, caíram em tamanho êrro como neste caso disseram, porque êles todos confessam a Índia ser verdadeiramente oriental e povoada de gente sem número; e como assi seja que o verdadeiro oriente é o círculo da eqüinocial, que por Guiné e pola Índia passa e com a maior parte dela tem vizinhança, claramente se mostra ser falso o que escreveram; pois debaixo da mesma eqüinocial há tanta habitação de gente quanta temos sabida e praticada; e como quer que a experiência é madre das cousas, por ela soubemos radicalmente a verdade...» (pág. 152 da edição da Sociedade de Geografia, 1905).

AS TÁBUAS DE PEDRO NUNES

A declinação máxima de 23°33′ andou nas tábuas náuticas portuguesas até que Pedro Nunes, em 1537, preferiu, seguindo Regiomontano, adoptar 23°30′ para valor da inclinação da eclíptica sôbre o eqüador. Assim o declara no *Tratado em defensam da carta de marear:* «Nas tavoas de declinaçam do sol não ha de passar a maior de vinte e tres graos e meio, e conforme a isto as outras; e portanto os tres minutos que mais ha nos regimentos são sobejos, porque, posto que a diferença seja pouca, o sobejo não serve de nada. E é melhor fazer as quatro tavoas para saber o logar do sol, *com sua equação; e depois uma tavoa pequena* de declinações» (1). No fim apresenta quatro tábuas dos lugares do sol para o quadriénio de 1537 a 1540, e manda acrescentar, como Zacuto, 1′46′′ por cada revolução de quatro anos a mais, para quadriénios futuros. Junta uma «Tavoa das declinações» semelhante à de Zacuto e à «Tabla de la declinacion del sol» dos *Libros del saber* (tomo IV), mas com uma inclinação da eclíptica de 23°30′. Êste valor, que é o de Regiomontano, aparece assim pela primeira vez, nas tábuas portuguesas do sol, com Pedro Nunes.

Tabula declinationis planetaꝝ ⁊ solis ab eq̃notiali — Tabula eq̃tionis solis

gdo	0 6	1 7	2 8	gdo	reuo	g m s
1	0 24	11 53	20 27	29	1	0 1 46
2	0 48	12 14	20 39	28	2	0 3 32
3	1 12	12 34	20 51	27	3	0 5 18
4	1 36	12 55	21 3	26	4	0 7 4
5	2 0	13 15	21 14	25	5	0 8 50
6	2 24	13 35	21 25	24	9	0 10 36
7	2 48	13 55	21 35	23	7	0 12 22
8	3 11	14 15	21 45	22	8	0 14 8
9	3 35	14 34	21 54	21	9	0 15 54
10	3 59	14 53	22 3	20	10	0 17 40
11	4 22	15 12	22 12	19	11	0 19 25
12	4 46	15 31	22 20	18	12	0 21 11
13	5 9	15 49	22 28	17	13	0 22 57
14	5 33	16 7	22 35	16	14	0 24 43
15	5 56	16 25	22 42	15	15	0 26 59
16	6 19	16 42	22 49	14	16	0 28 15
17	6 43	17 0	22 55	13	17	0 30 0
18	7 6	17 17	23 0	12	18	0 31 46
19	7 29	17 33	23 5	11	19	0 33 32
20	7 51	17 49	23 10	10	20	0 35 18
21	8 14	18 6	23 14	9	21	0 37 4
22	8 37	18 21	23 18	8	22	0 38 50
23	8 59	18 37	23 22	7	23	0 40 36
24	9 21	18 52	23 25	6	24	0 42 22
25	9 43	19 7	23 27	5	25	0 44 8
26	10 5	19 21	23 29	4	26	0 45 54
27	10 27	19 35	23 31	3	27	0 46 40
28	10 49	19 48	23 32	2	28	0 49 25
29	11 10	20 2	23 33	1	29	0 51 11
30	11 32	20 15	23 33	0	30	0 52 57
	5 11	4 10	3 9		31	0 54 43
					32	0 56 29
					33	0 58 15
					34	1 0 0

Página do *Almanach perpetuum* de Zacuto, com a *Tabula declinationis planetarum et solis ab equinotiali*, reproduzida do exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

O *Regimento* de Munich, o *Regimento* de Évora e o *Tratado* de Pedro Nunes mostram as fases sucessivas por que foram passando as tábuas solares usadas pelos navegadores portugueses: da primitiva tábua anual única, para as 4 tábuas do quadriénio, e depois, da declinação máxima de 23°33′ para a de 23 graus e meio. Estes valores aparecem ambos no *Livro de Marinharia.* O primeiro grupo de tábuas provém ainda da obra de Zacuto, com as declinações solsticiais de 23°33′. No segundo grupo (págs. 67 a 82) os lugares do sol são ainda deduzidos do *Almanach perpetuum,* mas nas colunas de «declinação» estão as distâncias polares contadas do polo norte, correspondentes já a uma inclinação de 23°30′ da eclíptica.

João de Barros, a propósito do desembarque de Vasco da Gama na Angra de Santa Helena para tomar o sol com o grande astrolábio de pau (*Dec.* I, Livro IV, Cap. II), depois de dizer que os nossos mareantes quando começaram a engolfar-se no pego do mar, perdendo a vista da costa, reconheceram que melhor seria navegarem por alturas do que por simples estimativa das singraduras (adiante transcreveremos o passo respectivo quando tratarmos do «Regimento das légoas»), acrescenta:

(1) Diogo de Sá, na sua obra *De navigatione libri tres,* Parisiis, 1549, fol. 97, insurge-se contra esta opinião, de Pedro Nunes, de fornecer aos navegantes as 4 tábuas de lugares do sol, que êles terão de corrigir à razão de 1′46′′ por cada revolução de 4 anos, para entrarem depois na pequena tábua de declinação, o que seria laborioso. Reclama que é melhor continuar a dar-lhes as 4 tabelas de declinação, já calculadas, que êles terão apenas de percorrer para encontrar a que necessitam em cada dia, reformando-se as tabelas no decorrer dos tempos. E assim se continuou fazendo na prática, como ainda mostra a *Arte de navegar* de Manuel Pimentel. Diogo de Sá navegou e combateu na Índia, onde se distinguiu. Conhecia por experiência a arte náutica. No ataque que êle fêz, naquela obra, a Pedro Nunes devemos ver o conflicto entre o homem da prática e o da teoria, tendo o primeiro por vezes razão, sob o seu ponto de vista.

COSMÓGRAFOS DE D. JOÃO II

«Peró como a necessidade é mestra de todalas artes, em tempo del Rei D. João II foi por êle encomendado êste negócio a Mestre Rodrigo, e a Mestre Josepe Judeu, ambos seus médicos e a um Martim de Boémia natural daquelas partes, o qual se gloriava ser discípulo de Joanne de Monte Regio, afamado astrónomo entre os professores desta sciência, os quais acharam esta maneira de navegar por altura do sol, de que fizeram suas taboadas para declinação dêle, como se ora usa entre os navegantes, já mais apuradamente do que começou, em que serviam estes grandes astrolábios de pau».

Não foram estes três que inventaram o método de determinar a latitude pela altura do sol, que já se encontra nos *Libros del saber de astronomia*. Mas nesta obra só se consideram lugares ao norte do trópico de Câncer. Êles tiveram de generalizar as regras para servirem ao sul, num e noutro hemisfério, pois a êsse tempo já se passára o eqüador, e ocuparam-se também das tábuas de declinação solar. Manuel Teles da Silva, escritor do fim do século XVII, classificando os três de peritíssimos matemáticos, atribui-lhes a aplicação do astrolábio à arte de navegar [1] e liga os seus estudos com os preparativos da grande armada de 10 caravelas e 2 urcas, do comando de Diogo de Azambuja com que êste foi, em 1481, construír o castelo de S. Jorge da Mina. Mas Martim Behaim só veio para Portugal em 1484. E como Mestre Josepe Judeu, que é o mesmo José Vizinho, discípulo de Zacuto, foi para a costa da Guiné, em 1485, a determinar latitudes pelas regras do sol, entende-se geralmente que aqueles estudos foram encomendados por D. João II em 1484, ou 1485.

¿Qual foi o papel de Behaim? Êle podia ter trazido as *Ephemerides* e a *Tabula Directionum* de Regiomontano, impressas respectivamente em 1474 e 1475, se não eram já conhecidas em Portugal antes da sua vinda. As obras de Regiomontano, porém, só foram usadas em 1537 por Pedro Nunes, como já dissémos. O saber cosmográfico de Behaim, que Stockler considera um homem de génio, fica reduzido a bem modestas proporções na obra de Ravenstein, *Martin Behaim, his life and his globe*, London, 1908. Ravenstein indica já (pág. 19) como fonte das tábuas náuticas portuguesas, de que êle conhecia apenas o tipo quadrienal, o *Almanach perpetuum* de Zacuto, traduzido pelo seu discípulo José Vizinho e publicado em 1496, mas conhecido antes em cópias manuscritas da parte que interessava à marinharia. O estudo que o Snr. Joaquim Bensaúde fêz do manual da Biblioteca de Munich [2] mostra bem que as tábuas portuguesas anteriores a 1537 não provém das obras de Regiomontano, e assim o reconheceu o ilustre professor da Universidade de Goettingen, Dr. Hermann Wagner [3]. A Behaim não é devida também a introdução dos instrumentos de altura. O astrolábio e o quadrante eram bem conhecidos antes da sua vinda, como já vimos, e a balestilha só começou a usar-se entre nós na terceira década do século XVI. Dos três indicados por Barros foi naturalmente Mestre José Vizinho quem teve parte mais activa na confecção das tábuas. O papel de Behaim, que se gloriava de ser discípulo do célebre astrónomo de Monte Régio [4] mas cuja falta de conhecimentos cosmográficos mostra Ravenstein, deve ter sido muito secundário, senão nulo.

A SUPOSTA JUNTA DOS MATEMÁTICOS DE D. JOÃO II

Quando Cristóvão Colombo apresentou, por 1483, o seu plano a D. João II, o rei mandou-lhe que estivesse com o bispo D. Diogo Ortiz, e com Mestre Rodrigo e Mestre José, «a quem êle cometia estas cousas de Cosmografia e seus descobrimentos», segundo Barros [5]. Pero da Covilhã contou ao P.e Francisco Álvares [6] que, ao ser despachado por D. João II em Santarém, para a sua viagem com Afonso de Paiva, em 1487, lhe deram uma carta de marear tirada de um Mapamundi, e que foram ao

(1) «Igitur classem tantae rei idoneam aedificare jubet, eique Jacobum Azambujium virum militiâ, et prudentiâ clarum praeficit; atque ut minore cum errandi periculo ignotum mare navigari posset, Roderico, ac Josepho medicis suis, necnon Martino Bohemo, eâ aetate peritissimis Mathematicis, injunxit, ut adhibito inter se consilio, excogitarent aliquid, quo nautae cursum navium, licèt in vasto novoque pelago, tutiùs dirigerent, ut vel abstracti à notis sideribus, cognitisque littoribus, quam Caeli, ac pelagi partem tenerent, aliquo modo cognoscerent: ii post indefessum studium, longamque meditationem astrolabium, instrumentum quod ante Astronomiae tantùm inserviebat, utiliori invento ad navigandi artem maximo navigantium commodo transtulere; quod beneficium tota Europa Joanni debere non inficiari potest» (*De rebus gestis Joannis* II, auctore E. Tellesio Sylvio, Ulyssipone, 1689, págs. 152, 153). Há neste passo influência evidente do trecho de Martinez de la Puente, adiante transcrito (na página seguinte).

(2) J. Bensaúde, *L'astronomie nautique au Portugal*, Berne, 1912.

(3) H. Wagner, *Die Entwicklung der wissenschaftlichen Nautik im Beginn des Zeitalters der Entdeckungen nach neueren Anschauungen*, in *Annalen der Hydrographie*, herausgegeben von der Deutschen Seewarte in Hamburg, 1918, Band 46.

(4) Königsberg, vila da Francónia, ao N W de Bamberg (Baviera).

(5) Barros, *Decada* I, Livro III, Cap. XI.

(6) *Verdadeira Informação das terras do Preste João*, pelo P.e Francisco Álvares, Lisboa, 1883, pág. 128.

fazer desta carta, em casa de Pero de Alcáçova, D. Diogo Ortiz, M.e Rodrigo e M.e Moysés. Das duas referências de Barros e desta de Francisco Álvares concluíu Stockler a fundação por D. João II, logo que subiu ao trono, de uma **Junta de Matemáticos**, cujas sessões se celebravam em casa de Pedro de Alcáçova, desdobrando até em dois vogais o castelhano D. Diogo Ortiz, natural de Calçadilha, sucessivamente bispo de Ceuta e Viseu. Não encontramos em Barros, nem em Castanheda, nem em Rui de Pina menção de instituto denominado—«Junta de Matemáticos»—. Ribeiro dos Santos, na sua memória *Sobre alguns Mathematicos portugueses* [1], trata «De alguns mathematicos no Reinado do Senhor D. João II», mas não fala de uma *Junta* dêles, criada como instituíção permanente. Esta espécie de Academia de sciências astronómicas e geográficas, intitulada «Junta de Matemáticos de D. João II», parece-nos uma hipótese imaginada por Stockler, mas não fundamentada, pois êle mesmo declara: «Qual fôsse porém o plano dêste instituto, as leis particulares que o regularam, o tempo prefixo da sua criação, e as causas que o dissolveram são factos que não podemos especificar por falta de notícias, e a respeito dos quais se não tem até agora encontrado monumento algum nos arquivos públicos, que o zêlo da Academia Real das Sciências, e a curiosidade de alguns particulares tem revolvido e examinado» [2].

Martinez de la Puente, no seu *Compendio de las historias de la India Oriental*, Madrid, 1681, inspirando-se evidentemente em João de Barros, que é o primeiro escritor português que cita logo no Prólogo, começa assim o Cap. III do Libro segundo:

«El Rey Don Juan el Segundo de Portugal prosiguiò las conquistas, y descubrimientos de nuevas tierras, y Mares; mas porque el orden de navegar hasta su tiempo, era costeando la tierra, sin engolfarse en alta mar, y esto impedia los descubrimientos, que intentava, de la India Oriental, mandò hazer *una junta de Matematicos*, para que buscassen algun medio de entrar la mar adentro; y despues de largos discursos, y explicaciones, hallaron los Medicos del mismo Rey el orden de navegar por la altura del Sol (à cuya observancia llaman pesarle) de que formaron reglas, y Arte, como aora se usan, bien que ya con mas perfeccion que entonces; y assi fueron los Portugueses los primeros que hallaron, y facilitaron la manera de navegar por este medio tan inmensos mares, en cuya obligacion les deven estar todas las Naciones de Europa». Êste trecho é acompanhado da seguinte cota na margem da página: «*Arte de navegar por la altura de el Sol, quien la hallò primero*».

Persuadimo-nos afinal que foi aqui, e só aqui, que Stockler [3] veio buscar a designação do instituto matemático, que êle supôs criado por D. João II, denominação que é assim de origem espanhola. Ravenstein [4] enumerando as várias reüniões, acima referidas, de cosmógrafos da confiança do rei, por êle sucessivamente encarregados do exame do projecto de Colombo, da preparação das tábuas do sol, e do desenho da carta de marear para Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, considera-as como outras tantas *Juntas* distintas, mas acha êste termo [5] impróprio para designar aqueles «ephemeral committees». A Junta dos Matemáticos, apresentada por Stockler como corporação regulada por leis especiais, trouxe uma confusão nova, pois tal instituto não existiu. D. João II tratou apenas de ter à sua disposição homens entendidos nos assuntos de geografia, astronomia e cartografia necessários à navegação, aos quais distribuía, como melhor lhe convinha, os trabalhos necessários ao serviço dos descobrimentos. Dêsses homens oferece um exemplo notável Duarte Pacheco Pereira, que êle mandou a reconhecer lugares e rios da costa da Guiné e depois à conferência de Tordesillas, em 1494, e que mais tarde escreveu o *Esmeraldo*, fruto do seu muito saber e experiência.

VALOR ATRIBUIDO À PRECESSÃO DOS EQÜINOCIOS

Adoptado pelos cosmógrafos portugueses o *Almanach perpetuum* para a preparação das tábuas quadrienais de declinação do sol, era fundamental corrigir as quatro *tabulas solis* de Zacuto, juntando-

(1) *Memorias de Litteratura Portuguesa*, Tomo VIII, Lisboa, 1812, pág. 148.

(2) Stockler, *Ensaio historico sobre a origem das Mathematicas em Portugal*, Paris, 1819, pág. 24.

(3) A obra de Martinez de la Puente é citada no *Ensaio historico* de Stockler (nota da pág. 21).

(4) Ravenstein, *Martin Behaim, his life and his globe*, London, 1908, pág. 12.

(5) A palavra *junta*, empregada por La Puente no sentido de uma reünião passageira, também em português póde ter essa significação, como quando se fala, por ex., de uma junta de médicos, reünida para observar um enfêrmo. Mas a Junta, (já com inicial maiúscula) do académico Stockler é uma Academia, e como tal é considerada geralmente.

lhes 1′46″ por cada revolução de quatro anos decorridos desde o ano *Radix*, que era o de 1473. Êste valor de 1′46″ por quadriénio correspondia a um valor médio anual de 26″,5 para a constante da precessão, e exigia um período de 49:000 anos para o ponto de Aries fazer a volta completa dos 360 graus do zodíaco. Assim o movimento de precessão dos eqüinócios adoptado por Zacuto e depois por Pedro Nunes, era demasiado lento, pois o período de tal movimento é de cêrca de 25800 anos, com um valor médio anual aproximadamente de 50″,2. O número 26″,5 de Zacuto estava afectado de um êrro de quási metade do valor verdadeiro.

Tendo o astrónomo árabe Thebit ibn Chora, pelo ano 1140, complicado a teoria da precessão com o movimento de trepidação da oitava esfera, o judeu Isaac ben Said, cognominado *Hasan*, astrónomo do rei Afonso X, atribuíu a êste movimento um período de 7000 anos, e ao de precessão dos eqüinócios médios um período de 49000 anos. Estes números, derivados do número 7 dos dias da semana, são o resultado de considerações cabalísticas. A volta completa do movimento de precessão executava-se assim num grande período de Jubileu, sete vezes sete milhares de anos (¹).

Segundo Ptolomeu (século II d. C.), a precessão executava-se à razão de 1 grau por século, 36″ por ano. Segundo o astrónomo árabe Albaténio (cêrca do ano 879), aquele movimento era de 1 grau em 66 anos, a que corresponde o valor anual de 54″,5, bem mais aproximado da verdade. Mais exacto ainda foi o do árabe Ibn Júnis, que, depois dêle, adoptou 1 grau em 70 anos, com o valor anual portanto de 51″,2 errado apenas cêrca de 1″ a mais. A adopção pelo rabino Isaac ben Said e pelos outros astrónomos judeus de Toledo do valor 26″,5 representa um retrocesso considerável: o período do movimento de precessão, *que os astrónomos árabes determinavam já com tanta aproximação, passou assim* a julgar-se de 49000 anos, número muito mais errado que os 36000 de Ptolomeu.

Aqui temos um exemplo de como por vezes os homens que professam as sciências fornecem, para os usos da prática, indicações erradas, provenientes de falsas teorias, destituídas de base experimental. As tábuas calculadas para os nossos navegadores não eram tam perfeitas como podiam ter sido, se se tivessem adoptado os números de Albaténio ou Ibn Junis.

(¹) «Il ne semble pas que la fixation de ces durées ait été la conséquence d'aucune observation précise. Un auteur du XVIe siècle, Agostino Ricci, a donné [A. Riccii, *De motu octavae sphaerae*], de ce mode de fixation, une raison qui a raví l'adhésion de Delambre [*Histoire de l'astronomie du Moyen-âge*, pág. 379] et qui paraît, en effet, fort plausible.

Agostino Ricci, né à Casale, dans le Piémont, avait été élève, à Salamanque, du Juif Kabbaliste Abraham Zaccut; c'est de ce maître qu'il tenait le renseignement dont il va nous faire part.

Selon Abraham Zaccut, les *Tables Alphonsines* sont l'œuvre d'un groupe de Juifs, fort experts en astronomie, qu'Alphonse X avait réunis à Tolède, et qui furent seulement aidés dans leur tâche par quelques savants chrétiens. Ce collège d'astronomes juifs avait pour chef un certain Rabbi Isaac, qui était *hazan*, c'est-à-dire, chantre principal de la sinagogue de Tolède.

Rabbi Isaac et les astronomes juifs dont il dirigeait les travaux se laissèrent guider, dans le choix des périodes des deux mouvements lents qu'ils assignaient aux étoiles fixes, par les prescriptions de la loi Mosaïque. Selon ces prescriptions *l'année sabbatique* revenait tous les sept ans; une durée de sept fois sept ou 49 années ramenait *l'année jubilaire*; inspirés, sans doute, par l'opinion que les mouvements lents des étoiles fixes devaient régir la *Grande Année*, les rabbins de Toledo voulurent que 7.000 ans représentassent la période du mouvement de trépidation et que 49.000 ans mesurassent la période du mouvement de précession».

(Pierre Duhem, *Le système du monde*, Tome II, Paris, 1914, pag. 263).

A fig. 32 mostra como se concebia o movimento de trepidação. O ponto de Aries, *a*, da eclíptica *aC* da oitava esfera descreve um pequeno círculo, de 4°18′43″ de raio, em tôrno do ponto de Aries, *A*, da eclíptica *AC* da nona esfera. *O princípio de Câncer, C, da eclíptica movel, distante* 90° de *a*, deslisa sempre sôbre a eclíptica fixa, avançando ou retrogradando entre C_1 e C_3. Percorrendo o ponto de Aries da oitava esfera o círculo $a\ a_1\ a_2\ a_3$ na concavidade da nona esfera, constantemente no mesmo sentido, a eclíptica movel oscila, para uma e outra banda da eclíptica fixa, entre as posições *aC* e a_2C, e o seu ponto de intersecção com o eqüador *EE* desloca-se entre *e* e *e*′, de 10°45′ para cada lado do eqüinócio médio, *A*. Era êste o imaginado movimento de trepidação, de acesso e recesso da esfera das estrêlas fixas, a que se atribuíu o período de 7:000 anos. Ao mesmo tempo que êle se executava, o eqüinocio médio vernal *A*, centro do pequeno círculo, avançava para oriente, fazendo a volta dos 360 graus da eclíptica em 49:000 anos. Igual movimento executava o eqüinocio médio do outono, em volta do qual o ponto de Libra da oitava esfera circulava também, a uma distância de 4°18′43″ (P. Nonii *Opera*, Basileae, 1566, pág. 304).

Fig. 32

10—REGIMENTO DO CRUZEIRO DO SUL

UANDO os navegadores portuguezes, avançando em plena zona tórrida, viram ambas as Ursas «banharem-se nas águas de Neptuno», sentiram a necessidade de procurar no firmamento austral uma nova constelação que de noite lhes servisse de guia, como no norte a *Buzina.*

Em 1455, Cadamosto, na foz do rio Gâmbia, em 13º de latitude boreal, via a a estrêla do norte muito baixa sôbre o mar, «parecendo levantada dêle sòmente cousa de uma lança de altura». Êle e os companheiros perscrutavam a abobada celeste na parte sul do horizonte, onde julgavam ver uma Ursa Maior austral:

«Também vimos sôbre o mar seis estrêlas claras, luzentes, e grandes, e tirando-lhe o lugar pela bússola, vimo-las direitas ao Sul, figuradas por êste modo * * * * * *, e assim julgamos ser o Carro do Sul: mas a estrêla principal não se via, nem era possível vê-la senão perdendo de todo a do Norte» [1].

A disposição em cruz dêste esbôço de estrêlas, como se vê na obra de Ramuzio, *Navigationi et viaggi,* é naturalmente um arranjo que melhor conveio ao tipógrafo. As seis estrêlas teriam uma disposição analoga à Ursa Maior, a que davam o nome de *Carro.* Faltava a sétima estrêla, que supunham existir mais junto do polo e poder ver-se, continuando a navegar ao sul.

Esta observação minuciosa do ceu austral foi prosseguindo sempre com o avanço para as regiões austrais, até que se achou um grupo de estrêlas, não da fórma do *Carro,* mas desenhando uma cruz com as duas estrêlas da haste apontando direitas ao polo, como no norte as duas Guardas da Ursa Maior,

Na carta escrita de Vera Cruz ao rei D. Manuel, em 1 de maio de 1500, manda-lhe Mestre João um esquema de constelações austrais. É um esbôço à simples vista; êle mesmo declara que não pôde saber em que grau estava cada uma por lhe parecer impossível tomar a altura de nenhuma estrêla no mar, pois, por pouco que fôsse o balanço do navio, se erravam 4 ou 5 graus. Junto do polo antárctico via êle uma *Buzina* do sul, como mostra a palavra *bosya* que aí se lê. Acima, junto da rúbrica *las guardas,* está o Cruzeiro do Sul, com com duas estrêlas na direcção do polo, que são as Guardas. A constelação, que tam célebre se havia de tornar, recebe no texto da carta já o nome de *Cruz:* «e estas estrellas principalmente las de *la crus* son grandes casy como las del carro,..., e la estrella que está en riba de toda la *crus* es mucho pequena» [2].

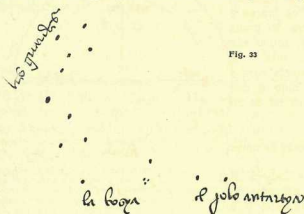



Fig. 33

O Cruzeiro do Sul, já com êste nome, é assim descrito no *Tratado da Agulha de marear,* achado por João de Lisboa no ano de 1514, que se encontra no *Livro de Marinharia:* «sabereis que neste cruzeiro do sul andam cinco estrêlas, as quatro delas são grandes de 2.ª grandeza, e uma de 5.ª grandeza; esta é mortificada em respeito das outras» [3]. As quatro estrêlas principais, que formam a cruz, eram classificadas como de 2.ª grandeza; a quinta estrêla, «mortificada em respeito das outras», é a que hoje se designa pela letra ε. A que actualmente se nomeia α *Crucis,* e se classifica de 1.ª grandeza, era chamada o *Pé* do Cruzeiro; e a γ era a *Cabeça.*

Fig. 34

Descoberto um brilhante asterismo com duas estrêlas de quási igual ascenção recta [4], apontando por isso direitas ao polo, era preciso estudá-lo, para por meio dêle se saberem resolver os mesmos problemas que no norte se resolviam pela Ursa menor: achar a latitude geográfica, as

[1] *Colecção de noticias ultramarinas,* tomo II. Lisboa, 1812, pág. 57.
[2] *Alguns documentos do Archivo Nacional,* Lisboa, 1892, pág. 123.
[3] *Livro de Marinharia,* coordenado por Brito Rebelo, Lisboa, 1903. pág. 22.
[4] Em 1500, a ascenção recta do Pé do Cruzeiro (α, *Crucis)* era de 179º,97, e a da Cabeça (γ, *Crucis)* era de 181º,08 (Neugebauer, *Sterntafeln,* Leipzig, 1912.

horas da noite e a variação da agulha. Êste estudo foi feito por João de Lisboa, um dos mais notáveis pilotos portugueses dos fins do século XV e princípios do XVI, que formulou o «Regimento do Cruzeiro do Sul». Tendo ido para a India, pela segunda ou terceira vez, na poderosa frota de Tristão da Cunha, em 1506, entregou-se em Cochim com Pero Anes, patrão da navegação da Índia e mar Oceano, a observações repetidas do Cruzeiro

«Determinei fazer declaração do Cruzeiro por ver mais largo sinal que do que todos têm conhecimento: o qual por muitas vezes Pero Anes, que Deus tem, e eu experimentamos muitas vezes com o Norte e achamos estando em parte que bem vimos ambos dos ditos sinais estão em uma linha com os polos do mundo: isto por uma agulha, estando em Cochim: e por êste Cruzeiro ser o mais manifesto sinal dos navegantes e em êle não haver nenhum embaraço, determinei de sôbre êle fazer operação por a agulha que se faz ao norte» [1].

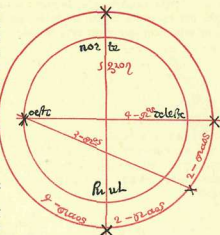
Em Cochim, numa latitude boreal de 10°, podiam observar simultâneamente a Estrêla do Norte e o Cruzeiro do Sul, cujo Pé aí se elevava então a uma altura de 20° sôbre o horizonte, na sua culminação superior. Da medida da variação da agulha, que se fazia, borneando ao Pé do Cruzeiro na sua passagem pelo meridiano, trataremos adiante. A passagem meridiana era marcada pela posição vertical da haste da cruz: «quando houveres de tomar êste Cruzeiro has daguardar que esteja direito e esteja a estrêla da cabeça com a do Pé em uma linha perpendicular» [2]. Determinaram a distância polar das estrêlas da constelação e acharam, para o *Pé*, 30 graus. Esta distância era com efeito, em 1500, de 29°,7 [3]. Depois veio diminuíndo, em virtude da precessão dos eqüinócios. Assim puderam formular, numa regra simples, o «Regimento do Cruzeiro do Sul» para a determinação da latitude:

«Item. Has de saber que quando tomares êste cruzeiro do sul ha-lo de tomar quando estiver empinado que fizer esta feição e tomarás a estrêla do Pé e olharás bem que esteja *norte sul uma com a outra e leste oeste os braços* e olharás bem quantos graus tomas, e se tomares 30 graus estás na linha, e se tomares menos de 30 graus, aquilo que menos fôr de 30 estarás afastado para a parte do norte. E se tomares mais de 30, tudo o que mais tomares estarás para a parte do sul, quer sejam poucos quer muitos, tudo o que mais fôr de 30 estás para o sul. E o que menos fôr de 30 estás para a parte do norte» [4].

Também acharam o modo de saber as horas da noite:

«*Item. Fim de fevereiro meia-noite na Cabeça.* E dali, de 15 em 15 dias, uma hora assim como na conta do norte, começando no sul para a banda de sudoeste, e é experimentada» [4].

Fig. 35

Podemos por esta regra desenhar uma figura (fig. 36), semelhante à que fizemos para a Ursa Menor (fig. 24), que indique as posições ocupadas pelo Cruzeiro à meia-noite, de quinze em quinze dias, no decorrer do ano. A haste da cruz servia de ponteiro para marcar as horas da noite, como no norte a linha da Polar para a Guarda dianteira. Ao designar pelos rumos as posições da haste, imaginavam

(1) *Livro de Marinharia*, págs. XLIX e 22. Parece-nos que, em vez de «por ver mais largo sinal que do que todos tem conhecimento», se deveria lêr: «por ser mais largo sinal, de que todos tem conhecimento».

(2) *Ibidem*, pág. 37.

(3) Neugebauer, *Sterntafeln*, Leipzig, 1912.

(4) *Livro de Marinharia*, pág. 39.

no polo sul uma Rosa dos ventos com a linha norte-sul vertical e o norte para cima; o leste e o oeste eram os da Rosa, assim colocada. Sabiam a hora da noite pelo rumo observado, comparando-o com o rumo da meia-noite, correspondente à data em que estavam.

João de Lisboa tinha em 1514 o seu *Tratado da agulha de marear* já terminado. Quando pois o florentino Andrea Corsali, que fôra para a Índia ao serviço do rei português D. Manuel, escrevia de Cochim ao duque Julião de Medicis, em 6 de janeiro de 1515, e lhe falava da *croce maravigliosa* (¹) que vira a uma distância de cêrca de 30 graus do polo antárctico, estava já formulado, pelos pilotos portugueses, o Regimento da formosa constelação que êles tinham sabido destacar no firmamento, para uso da navegação. Corsali ia num navio português e foram os nossos marinheiros que lhe indicaram a *cruz maravilhosa*, por êle julgada de tanta beleza, que a não podia comparar a nenhum outro sinal celeste.

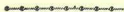
Fig. 36

O reconhecimento da origem portuguesa do Cruzeiro e do seu uso náutico foi retardado pela tendência a ver-se sempre referência a êle, onde quer que se mencionásse um grupo de quatro estrêlas. Em 1745 publicou Bandini, em Florença, a obra intitulada *Vita e Lettere di Amerigo Vespucci*, onde aparece pela primeira vez uma carta, com data de 18 de julho de 1500, dirigida por Vespúcio a Lorenzo dei Medici, narrando-lhe a sua segunda viagem. Esta carta, de que voltaremos a ocupar-nos, não é considerada autêntica, mas suponhamos que o seja. Aí diria êle que, desejoso de ser quem primeiro assinalásse a estrêla polar austral, perdera muitas vezes o sono da noite a procurar as estrêlas de *menor movimento*, não podendo notar nenhuma a menos de dez graus do polo. Então lembrou-se dos versos de Dante no *Purgatório:*

> Io mi volsi a man destra e posi mente
> All' altro polo, e vidi quatro stelle
> Non viste mai fuor che alla prima gente.

E acrescenta:

«Che secondo me mi pare, che il Poeta in questi versi voglia descrivere per le quattro stelle il polo dell'altro Firmamento, e non mi diffidi fino a quì, che quello, che dice non salga verità perchè io notai *quattro* stelle figurate coma una *mandorla*, che tenevano *poco movimento*...».

Esta *mandorla* de quatro estrêlas com movimento lento (*poco* movimento) em tôrno do polo não podia ser o Cruzeiro do Sul, que, em 1500, se estendia entre 30 e 36 graus de distância polar. Mas

(¹) Ramuzio, *Navigationi et viaggi*, vol. I, Venetia, 1558, fl. 177 v.

está o autor da carta de acôrdo com Dante, cujas observações se faziam na região do firmamento onde as estrêlas são mais vagarosas, como pontos duma roda mais chegados ao eixo:

> Pur là dove le stelle son *più tarde*,
> Si come ruota più presso allo stelo.

As *quatro stelle* do poeta não podem também ser as do Cruzeiro, que, em 1300, estavam situadas entre 31 e 37 graus de distância polar.

Quando Dante sai do Inferno com Vergilio, encontra-se na Ilha do Purgatório, numa situação antípoda de Jerusalém, em 32° de latitude austral. Aproxima-se o romper d'alva e o poeta contempla com prazer o azul de safira em que brilham as estrêlas. No oriente sobe Vénus, acompanhada dos Peixes. As quatro *chiare stelle* vão a chegar à sua culminação superior.

Basta tomar um globo celeste actual, colocá-lo numa posição correspondente ao Purgatório, com o polo austral elevado de 32 graus, e trazer o ponto de Aries ao horizonte do lado do oriente, para se verificar logo que o Cruzeiro desce no ocidente já muito longe do meridiano. O afastamento da culminação superior seria maior num globo do ano 1300. Não é pois a esta constelação que o poeta faz referência.

O Snr. Angelitti, professor da Universidade de Palermo, num estudo magistral de astronomia dantesca, publicado nos anos de 1912 e 1913 [1], concluíu, depois de uma análise completa e rigorosa, que as quatro estrêlas, a que Dante por duas vezes se refere no *Purgatório*, são as das *Chamas* da constelação da *Ara*, se não são antes quatro astros fictícios, imaginados pelo poeta na região circumpolar austral, inobservada pelos astrónomos do Egipto, a qual o catálogo de Ptolomeu deixava vazia. Qualquer que seja a hipótese explicativa, a sciência astronómica excluíu já da *Divina Comédia* a constelação do Cruzeiro do Sul. Humboldt entendia que as quatro estrêlas simbolizavam as quatro Virtudes cardiais, que no *Purgatório* (XXXI, 106) dizem: «Nós aqui somos ninfas e no céu somos estrêlas».

No ano 100 depois de Cristo, o Pé do Cruzeiro distava do polo 37°,42 e esta distância diminuíu apenas meio grau durante todo o século II. Em Alexandria, situada numa latitude boreal de 31°, aquela estrêla elevava-se nêsse século cêrca de 6 graus acima do horizonte na sua culminação superior, e acima dela eram também visiveis as outras estrêlas do Cruzeiro. Ptolomeu pôde pois observá-las, e três delas foram por êle catalogadas. Mas no catálogo ptolomaico fazem parte da constelação do *Centauro*, e foram os pilotos de Portugal que fizeram delas um grupo distinto.

Os navegadores portugueses destacaram êste grupo estelar, fruto da sua observação directa, reconhecendo-o de precioso valor para a navegação, e fizeram dêle uma constelação nova. Mestre João fala dela a D. Manuel, em 1500, como de asterismo já conhecido pelo nome de Cruz; e os pilotos João de Lisboa e Pero Anes, em 1506, estudam cuidadosamente o *Cruzeiro*, em Cochim. Foram os antepassados dos Brasileiros que ensinaram aos navegantes das outras nações o Regimento para se dirigirem por êsse brilhante fanal no novo hemisfério. A origem portuguesa do Cruzeiro do Sul é cantada nos *Lusíadas*, V, 14:

> Já descoberto tinhamos diante
> Lá no novo Hemisfério, nova estrêla
> Não vista de outra gente, que ignorante
> Alguns tempos esteve incerta dela.

Na elegia que começa—«O poeta Simónides falando...»—, refere-se também Camões à estrêla *nova*, indicadora do segundo extrêmo do eixo do mundo, quando descreve a tempestade que sofreu a nau S. Bento, ao dobrar do Cabo da Boa Esperança,

> Debaixo estando já da estrêla nova,
> Que no novo Hemisfério resplandece,
> Dando do segundo axe certa prova.

[1] F. Angelitti, *Sugli accenni danteschi ai segni, alle costellazioni ed al moto del cielo stellato da occidente in oriente, di un grado in cento anni*, in *Revista di Astronomia*, Torino, tom. VI, VII.

No nosso estudo *A Astronomia dos Lusíadas* (¹) ocupamo-nos com maior desenvolvimento desta cruz resplandecente de estrêlas, que olhos portugueses descortinaram no azul do céu, para servir de guia nas navegações austrais. Terminaremos, como ali, citando mais uma vez o que diz o cosmógrafo Pedro Nunes, logo na primeira página do *Tratado em defensam da carta de marear:* «Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por êle sem nenhum receio. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos e, *o que mais é:* novo ceu, *novas estrêlas*».

11—TOLETA DE MARTELOIO. REGIMENTO DAS LÉGUAS

A *TOLETA de marteloio* (²) é uma dupla tabela de números, que se encontra numa das fôlhas do atlas de Andrea Bianco (1436), a qual tinha seu emprêgo na navegação à bolina. A descoberta da arte de bolinar, isto é, de navegar com ventos contrários, marcou um passo capital no progresso e desenvolvimento de navegação à vela. Por isso, esta tabela tem sido estudada com atenção. Reproduzimo-la na figura junta, assim como o quadro recalculado (³) por Nordenskjöld *(Periplus, pág. 53), em que poucos números diferem dos da «toleta» original*, onde há alguns erros óbvios de escrita.

·largar·

·p una·quarta·	·20·	·98·	·p [illegible] quarta·	·51·	·5·
p·do·quarte·	·38·	·92·	p·2·qª	·26·	·24·
p·tre·quarte·	·55·	·83·	p·3·qª·	·18·	·15·
·p quatro·qª·	·71·	·71·	p 4·qª·	·14·	·10·
·p cinque·qª·	·83·	·55·	p 5·qª·	·14·	·6 [illegible]·
·p·sie·quarte·	·92·	·38·	p·6·qª·	·11·	·4·
p·sete·quarte·	·98·	·20·	p·7·qª·	·10 5/1·	·5 1/10·
p·oto·quarte·	·100·	000	p·8·qª·	·8·	·000·

Fig. 37 — Toleta de marteloio, do mapa de Andrea Bianco (1436).

(¹) Luciano Pereira da Silva, *A Astronomia dos Lusíadas*, Coímbra, 1915, Cap. IX, págs. 154-171, e Cap. X.

(²) À palavra *toleta* corresponde em português *taboleta;* deve traduzir-se por tabela. *Marteloio,* palavra composta de *mar* e *teloio,* quere dizer: tela do mar, teia marítima. E' a teia formada pelas linhas dos rumos traçados nas cartas de marear: «De ce croisement de lignes résultait une sorte de canevas, le *marteloïo* (toile marine), le marteloire, qui est resté la caractéristique des cartes marines jusqu' à la fin du XVIIe siécle" (A. Anthiaume et J. Sottas, *L'astrolabe—quadrant du Musée de Rouen*, Paris, 1910, pág. 88). Sôbre outras etimologias atribuídas a esta palavra, veja-se: D' Albertis, *Le Costruzioni navali,* pág. 120 (Raccolta Colombiana, Parte IV, Vol. I). Nesta obra (pág. 120) é também exposta a etimologia que acabamos de citar, e que é originàriamente devida a Desimoni: «Il Desimoni *(Atti della Societá Ligure di storia patria,* XIX, 239) è d'avviso che la parola "marteloio" debba scomporsi in quelle di "mare" e "tela" (per "rete"). Talché essa significherebbe "rete del mare", tenuto conto della forma che si vede accanto alla tabella del marteloio nella tavola 1.ª dell'atlante di Andrea Bianco: reticolato abbastanza complesso, frequente nelle carte d'allora per il vicendevole incrociamento prodotto della compenetrazione delle linee dei venti delle rose centrali con quelle delle rose periferiche».

(³) O cálculo foi feito pelas fórmulas: $a = 100 \text{ sen } v$, $b = 100 \cos v$, $c = \frac{10}{\text{sen } v}$, $d = \frac{10}{\text{tang } v}$

v	a	b	v	c	d
1 quarta = 11° 15′	20	98	11° 15′	51	50
2 quartas = 22° 30′	38	92	22 30	26	24
3 quartas = 33° 45′	56	83	33 45	18	15
4 quartas = 45°	71	71	45	14	10
5 quartas = 56° 15′	83	56	56 15	12	6,7
6 quartas = 67° 30′	92	38	67 30	11	4
7 quartas = 78° 45′	98	20	78 45	10,2	2
8 quartas = 90°	100	0	90	10	0

Sendo AP (fig. 38) a róta directa que o navio tem a seguir para o pôrto de destino, e não tendo vento que lhe permita ir nesse rumo, toma o rumo AD, cujo ângulo com a róta directa, $\widehat{BAD} = v$ é medido em quartas da Rosa dos ventos, desde uma até oito quartas. Chegando ao ponto D, o navio afastou-se da sua róta para uma distância BD = a: é o que se chamava *alargar;* e *avançou* numa extensão AB = b na direcção do pôrto. A primeira parte da tabela de marteloio dá, para 100 milhas percorridas segundo AD, o número b de milhas de avanço AB e o número a de milhas de afastamento BD, correspondentes às quartas do desvio v. O caminho estimado, percorrido na hipotenusa de um triângulo rectângulo, é assim decomposto segundo os dois catetos.

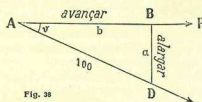



Fig. 38

Passado algum tempo, volta a aproximar-se o navio da róta principal BP (fig. 39), seguindo um rumo DC que a vai cortar segundo um ângulo v. A segunda parte da «toleta de marteloio» dá o número de milhas de *retorno*, percorridas pela nau na extensão DC = c e o número de milhas de *avanço de retorno*, BC = d, na direcção do pôrto, para uma aproximação, DB, de 10 milhas. Assim esta parte da tabela indica quantas milhas é necessário percorrer, aproveitando vento favorável, para se fazer uma aproximação de 10 milhas à róta directa. Conserva-se constante um cateto, BD, e a tábua dá o outro e a hipotenusa, para as diferentes quartas em que fôr avaliado o ângulo v.

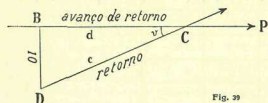
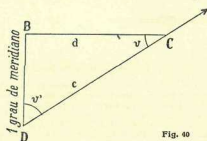



Fig. 39

A soma das projecções AB + BC + ... dá o avanço total em direcção ao pôrto de destino. A derrota é determinada por distâncias e rumos. As distâncias são avaliadas pela estima; os rumos são medidos pelas quartas da Rosa da agulha. A Rosa é dividida nos 8 rumos principais, nas 16 meias partidas e em 32 quartas, como é sabido.

A segunda parte da *toleta de marteloio* aparece nos manuais náuticos portugueses transformada no «Regimento das léguas», que dá o percurso, efectuado pelo navio segundo um determinado rumo, e o apartamento do meridiano, correspondentes ao avanço de um grau em latitude. O navio segue (fig. 40) o rumo DC que faz com o meridiano DB o ângulo v', medido em quartas da agulha. O cateto DB é constante e igual a um grau de meridiano, avaliado em $17\frac{1}{2}$ léguas. Dão-se para cada um dos 8 valores de v', contados desde a linha norte-sul, o número c de léguas percorridas e o número d de léguas do afastamento BC.

Fig. 40

O cânon das léguas encontra-se tanto no *Regimento* da Biblioteca de Munich como no da Biblioteca de Évora. Dêste último transcrevemos o «Regimento das léguas», onde ao meridiano se chama «a linha direita»:

«Primeiramente saberás que o grau do norte e sul é de 17 léguas e meia légua de Portugal, s., quatro milhas por légua. E 60 minutos fazem um grau.

Item por uma quarta releva, por grau, 17 léguas e cinco sextos de légua. E afastarás da linha direita, por grau, três léguas e meia.

E por duas quartas releva, por grau, 19 léguas e um sexto de légua. E afastarás da linha direita por grau, 7 léguas e meia.

Item por três quartas releva, por grau, 21 légua e um terço de légua. E afastarás da linha direita, por grau, 11 léguas e cinco sextos de légua.

E por quatro quartas releva, por grau, 24 léguas e três quartos de légua. E afastarás da linha direita, por grau, 17 léguas e meia.

Item por cinco quartas releva, por grau, 31 léguas e um quarto de légua. E afastarás da linha direita, por grau, 26 léguas e um sexto de légua.

E por seis quartas releva, por grau, 46 léguas e meia. E afastarás da linha direita, por grau, 42 léguas e meia.

E por sete quartas releva, por grau, 87 léguas e um sexto de légua. E afastarás da linha direita 85 léguas.

E se o caminho fôr a leste ou a oeste, não se podem dar léguas a nenhum grau, salvo que em todo o caminho terás a mesma altura que era donde partiste. E se te afastares do caminho, pela diferença d'altura, saberás quanto estás afastado do caminho. Porém as aguagens neste podem fazer muito engano».

Mais tarde Pedro Nunes refez o cálculo daquele triângulo rectângulo, publicando numa das últimas páginas do *Tratado em defensam da carta de marear*, anexo ao *Tratado da Sphera*, 1537, o «Regimento das léguas que respondem ao grau de norte sul por qualquer das quartas, verificado pelo autor». Transcrevemos parte:

«Navegando norte e sul, *dizem os navegantes* que respondem ao grau 17 léguas e meia; e conforme a isto, indo por uma quarta, se andará por direito 17 léguas e 5 oitavos de légua, e afastarnos hemos do meridiano em que estamos 3 léguas e meia.

Item por 2 quartas, havendo na altura do pólo mudança de um grau, teremos andado por direito 19 léguas e 3 oitavos de légua, e a distância dos meridianos será 7 léguas e um quarto de légua.

. . . .

Mas por sete, quartas, sendo mudada a altura por um grau, teremos andado 89 léguas e três quartos: e a distância dos meridianos será 88 léguas».

A *toleta de marteloio* correspondente aos números de Pedro Nunes é a do quadro junto [1].

Rumo, v'	Léguas do caminho percorrido, c	Léguas de apartamento, d
1 quarta	17 $\frac{5}{8}$	3 $\frac{1}{2}$
2	19 $\frac{3}{8}$	7 $\frac{1}{4}$
3	21	11 $\frac{2}{3}$
4	24 $\frac{3}{4}$	17 $\frac{1}{2}$
5	31 $\frac{1}{2}$	26 $\frac{1}{5}$
6	45 $\frac{3}{4}$	42 $\frac{1}{4}$
7	89 $\frac{3}{4}$	88

O «Regimento das léguas» dos manuais náuticos portugueses corresponde a uma nova fase na arte da navegação: a passagem do ponto de *fantasia* para o ponto de *esquadria*. «O ponto de fantasia supõe duas cousas sabidas que são o rumo por onde se navegou, e êste se sabe pela Agulha, e as léguas que se andaram, e estas não têm outra certeza mais que a conjectura, ou fantasia do Pilôto» [2]. O ponto de esquadria supõe sabido o rumo por onde se andou, e a altura do Pólo, observada pelo Sol ou Estrêlas [3]. A *toleta* de Andrea Biancho corresponde ao período de navegação por distâncias e rumos, distâncias avaliadas pela estima

(1) Esta tabela poderia deduzir-se da anterior, multiplicando por 1,75 os números das duas colunas denominadas c e d, e invertendo de cima para baixo os resultados em cada coluna, o que resulta de ter o cateto constante BD passado de 10 para 17,5 unidades de extensão, e serem complementares os ângulos v e v', e portanto $v + v' = 8$, por estarem expressos em quartas. Seria preciso estarem os números da primeira tabela, aliás fáceis de calcular, mais aproximados em decimais.

(2) M. Pimentel, *Arte de navegar*, Lisboa, 1762, pág. 71.

(3) *Ibidem*, pág. 72.

do pilôto, e rumos marcados pela agulha. A *toleta* dos Regimentos portugueses corresponde ao emprêgo de instrumentos de altura; conhecem-se, pela agulha, os rumos, e pelo astrolábio ou quadrante, as diferenças de altura em graus. A entrada nesta nova fase é assim referida por Barros: «No tempo que o Infante Dom Henrique começou o descobrimento de Guiné, tôda a navegação dos mareantes era ao longo da costa, levando-a sempre por rumo, da qual tinham suas notícias por sinais de que faziam roteiros, como ainda ao presente usam em alguma maneira, e para aquele modo de descobrir isto bastava. Peró depois que êles quizeram navegar o descoberto, perdendo a vista da costa, e engolfando-se no pégo do mar, conheceram quantos enganos recebiam na estimativa, e juízo das singraduras, que, segundo seu modo, em vinte e quatro horas davam de caminho ao navio, assim por razão das correntes, como doutros segredos que o mar tem, da qual verdade de caminho a altura é mui certo mostrador» (1).

No Regimento das léguas correspondentes a um grau de norte sul por qualquer das quartas entra-se não só em consideração com um novo elemento, — a altura, ou latitude —, mas aparece também a avaliação de um grau de meridiano em léguas. Entra-se, pois, já em consideração com as dimensões do globo terrestre. «Navegando norte e sul, *dizem os navegantes* que respondem ao grau $17\frac{1}{2}$ léguas», assim se exprime Pedro Nunes no trecho acima transcrito. O cosmógrafo-mór não cita aqui nenhum sábio consagrado, como decerto mais lhe agradaria e inspiraria mais confiança. Mas é um bom serviço, que se deve aos navegantes, esta determinação, relativamente exacta, como hoje podemos verificar, das dimensões terrestres.

Tendo o grau $17\frac{1}{2}$ léguas, e a légua 4 milhas, compreendia um grau 70 milhas. Atribuíndo à milha romana, de mil passos, 1480 metros (2), resulta para o grau o valor de 103,6 quilómetros, em vez de 111 quilómetros. Havia pois um êrro apenas de 7 %.

Mais exacto era o valor adoptado por Duarte Pacheco, «contando a dezoito léguas por grau», como diz no Cap. 2.º do primeiro livro do *Esmeraldo* (3). O grau, segundo êle, era pois de ($18 \times 4 \times 1480^{m}$) $106^{k},56$, com um êrro apenas de 4 %.

Nos manuais náuticos, tanto portugueses como espanhois, encontra-se ainda outra avaliação, menos exacta, do grau em $16\frac{2}{3}$ léguas. Assim se vê no *Livro de Marinharia*, pág. 29: «Item quando te preguntarem quantas léguas é um grau dirás que é $16\frac{2}{3}$ léguas». Mas logo na página seguinte, fazendo-se o cômputo da redondeza do mundo, se toma o grau de 17 ½ léguas: «Item, se te preguntarem quantas léguas tem o mundo à redondeza, dirás que por todolas partes tem 6300 [$360 \times 17,5$] léguas».

Também Pedro Nunes cita as duas opiniões no tratado *De regulis et instrumentis*, pela primeira vez publicado em 1566: «Et quoniam inter Hispanos sunt qui Leucas 17 cum demidio, uni gradui maximi circuli tribuant in terreno circuito: alii verò 16 cum duabus tertiis...» (4). Assim Pedro Nunes regista que, entre os Peninsulares (Hispani), uns atribuem ao grau 17 ½ léguas e outros $16\frac{2}{3}$, mas deixa ao leitor a escolha da opinião que mais lhe agrade, parecendo assim que o não decidiu o que *dizem os navegantes*. Contudo a apreciação dêstes, de 17 ½ léguas, por êle citada em 1537, era a melhor das duas. E mais exacta a do navegador Duarte Pacheco, que, escrevendo em 1505, adopta já, para o grau, 18 léguas, fruto da sua longa experiência anterior. Duarte Pacheco estava, no fim do século XV, melhor e mais seguramente informado do que o cosmógrafo-mór em 1566.

Sabido o número de léguas contidas num grau de círculo máximo terrestre, podia determinar-se quantas léguas correspondiam ao grau dos diferentes paralelos, os quais vão diminuíndo com o coseno da latitude desde o eqüador para os pólos. A figura (fig. 41) mostra o processo gráfico para se resolver êste problema, que se encontra no fim do *Tratado em defensam da carta de marear* de Pedro Nunes. Traça-se

(1) João de Barros, *Década* I, Liv. IV, Cap. II, Lisboa, 1778, pág. 281.

(2) Hermann Wagner, *Zur Geschichte der Seemeile*, in *Annalen der Hydrographie und Maritimen Meteorologie*, 1913, pág. 398.

(3) *Esmeraldo de situ orbis*, edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905, pág. 23.

(4) Petri Nonii *Opera*, Basileae, 1566, pág. 185.

um quadrante cujo arco se divide nos 90 graus, um dos raios extremos, *ac*, em 100 partes, e o outro, *ab*, em 35 partes, cada uma das quais representa meia légua e a totalidade delas as $17\frac{1}{2}$ léguas do grau eqüatorial. Sôbre êste raio descreve-se um semi-círculo. No centro *a* do quadrante prende-se um fio em que se enfiou a margarita *m*, que corre sôbre êle.

Para se saber quantas léguas tem o grau de um paralelo de dada latitude, distende-se o fio sôbre o traço da graduação do arco, correspondente ao ângulo da latitude; na figura marca-se um ângulo de 30°. Corre-se com a margarita sôbre o fio até vir ficar em *m* sôbre o semi-círculo, leva-se depois o fio sôbre *ab*, e o número, que a margarita aí indicar, diz quantas léguas tem o grau do paralelo de que se trata. Assentando o fio em *ac*, a margarita indicará quantos por cento do grau eqüatorial tem o grau do paralelo.

Já na Idade Média se fazia a aplicação do quadrante com dois semi-círculos, assentes cada um sôbre um dos raios extremos como diâmetro, à resolução de problemas astronómicos (1), por exemplo, saber a hora do dia ou da noite pela altura do sol ou de uma estrêla, conhecendo o arco semi-diurno descrito pelo astro (2). Pedro Nunes dispôs o quadrante para o uso náutico de determinar as léguas do grau dos paralelos, tomando por base as $17\frac{1}{2}$ léguas, atribuídas pelos navegantes ao grau do meridiano e portanto ao do eqüador, considerando-se a Terra esférica. É fácil ver que o segmento am dá afinal o coseno do ângulo $\widehat{bam}$. O seno dêste ângulo seria marcado pelo fio na sua intersecção com o segundo semi-círculo que se traçaria sôbre o raio ac como diâmetro. Pedro Nunes não o traça, dizendo que, para achar o seno, serve o semi-círculo $\widehat{amb}$, mas contando o ângulo desde *c*, o que equivale a procurar o coseno do arco complementar. Mais tarde preferiu-se, em vez dos semi-círculos, encher o quadrante com o reticulado das perpendiculares sôbre os raios extremos. Na *Arte de Navegar* de Pimentel se póde ler o uso do «Quarto ou Quadrante de redução» para «reduzir as léguas de um paralelo em graus de longitude», e «os graus de longitude de um paralelo em léguas de leste oeste» (3). Pimentel atribui ao grau eqüatorial 18 léguas, não como resultado de medições feitas, mas por mera comodidade para as contas: «Pelo que eu sou de parecer que os Pilotos atribuam a cada grau 18 léguas, assim porque êste número se desvia pouco do uso introduzido [refere-se às 17 1/2 léguas], como pela grande comodidade que tem para as contas, por ter meio, terço e sexto inteiros, porque o seu meio são 9, o terço 6, o sexto 3, e ficam respondendo a cada 3 léguas 10 minutos justos de grau. *Nem é novo* atribuír-se ao grau 18 léguas, porque já antigamente em Hespanha se atribuíram, como referem Pedro Apiano no Cap. XI da Cosmografia, e Cespedes no Cap. XXI da Hydrogr.» (4).

Fig. 41

Em melhor autoridade se apoiaria o cosmógrafo-mór Pimentel, citando a opinião do lusíada Duarte Pacheco. Mas não a conhecia.

(1) A. Anthiaume et J. Sottas, *L'astrolabe-quadrant du Musée des Antiquités de Rouen*, Paris, 1910, Livro II, Chap. II, § V — «Le tracé trigonométrique», pág. 119.

(2) *Ibidem*, pág. 126.

(3) Manuel Pimentel, *Arte de navegar*, Lisboa, 1762, pág. 93, 94.

(4) *Ibidem*, pág. 4.

NAU PORTUGUESA DO FIM DO SÉCULO XV
(RECONSTITUIÇÃO SÔBRE DOCUMENTOS COEVOS)

12—VARIAÇÃO DA AGULHA

O *Tratado da Agulha de marear, achado por João de Lisboa, no ano de 1514,* começa o autor por dizer que tôdas as agulhas nordesteiam e noroesteiam, isto é, declinam para leste ou oeste do meridiano local, diversamente, segundo os lugares onde estiverem. Reprova por isso o uso de colocar os ferros fóra da flor de liz, isto é, num rumo da Rosa diferente do norte-sul, pois tal uso só daria vantagem, se a declinação não variasse de lugar para lugar, como julgavam os antigos: «e porque os antigos não sentiram esta variação, andavam mudando os ferros da agulha fóra da flor de liz para que, naqueles meridianos onde as cevavam, fôssem fixas no pólo do mundo» (1). Em seguida ensina a construír uma agulha de demarcar (2), para «verdadeiramente saberes a diversidade [variação] das agulhas»: Faz-se uma rosa, a maior que se puder, bem compassada; e na direcção da flor de liz, que se pinta no rumo Norte, se poem os ferros. A parêde interior da caixa, ou morteiro, em que tem de andar a agulha, é dividida por traços, em tôda a redondeza, em 32 partes, correspondentes às 32 quartas da Rosa. Nos pontos Norte e Sul abrir-se hão fendas na parêde da caixa para por elas se bornear a estrêla. A agulha com a Rosa apoia-se pelo chapitel sôbre o fulcro, em cima do qual ela póde girar livremente. Por baixo do espelho, vidro que cobre a Rosa, coloca-se um fio de arame na direcção das fendas. Querendo medir a variação pela estrêla do Norte, visa-se esta pelos furos e pelo fio, e vê-se a qual dos rumos da caixa aponta a flor de liz. Assim se sabe se a agulha nordesteia ou noroesteia, e quanto. João de Lisboa explica como se deve fazer esta operação: «Quando houveres de tomar a estrêla do norte, para verdadeiramente estar em linha direita com o pólo do mundo, haveis de aguardar que as guardas do norte estejam na linha do nordeste ou na do sudoeste [vejam-se atrás as figuras 25 e 28] porque nestes dous lugares está a estrêla do norte em linha direita do norte-sul com o pólo do mundo..... e neste tempo has de ver a diferença da tua agulha» (3).

Operação semelhante ensina a fazer com o Cruzeiro do Sul. Manda tomar o instrumento nas mãos, olhando a que a Rosa esteja bem de nivel, sem acostar, e então: «bornearás pelos furos do semi-círculo ao Pé do Cruzeiro até que seja metido pela abertura; então verás onde aponta a flor de liz da agulha pelas quartas que vão ao longo da caixa, e onde apontar, aquela é a diferença da tua agulha, e assim verás o afastamento se é para o oriente ou para ocidente» (4). Escusado é lembrar que o Cruzeiro se toma quando estiver «empinado», com a Cabeça e o Pé em linha vertical.

O pilôto João de Lisboa procurou, nas suas navegações, o meridiano *vero*, isto é, o meridiano onde as agulhas tinham declinação nula, com o resultado seguinte: «Has de saber que êste meridiano vero, onde as agulhas verdadeiramente fazem o pólo do mundo, árctico, divide a Ilha de Santa Maria e a ponta da Ilha de São Miguel que são nas Ilhas dos Açôres,.... E aqui neste meridiano achei sempre as agulhas fixas no pólo do mundo, e como dêle me saía, logo as agulhas faziam conhecimento» (5). As agulhas, no dizer de João de Lisboa, «fazem conhecimento para o nordeste» nos lugares a oriente do meridiano vero, e «fazem conhecimento para noroeste», seguindo dêste meridiano para ocidente (1).

Cristóvão Colombo na sua primeira viagem, 1492, tendo ultrapassado o «meridiano vero», notou, no dia 13 de outubro, o fenómeno da mudança de signal na variação, vendo as agulhas noroestearem. Foi êle quem primeiro observou, não a declinação da agulha, mas a sua passagem de oriental a ocidental.

A medida da variação das agulhas tomou uma importância capital, por se julgar, e assim pensava João de Lisboa, que, por meio dela, se podia determinar a longitude geográfica, do que adiante

(1) *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebelo, Lisboa, 1903, pág. 20

(2) No instrumento de João de Lisboa temos o avoengo da «Agulha de demarcar portuguesa», que Pimentel descreve (Manuel Pimentel, *Arte de navegar*, Lisboa, 1762, pág. 55).

(3) *Livro da Marinharia*, págs. 21 e 34.

(4) *Ibidem*, pág. 23. No começo dêste passo pusemos «furos do semi-círculo», em vez de «ferros do semi-círculo», que é um êrro evidente de cópia.

(5) *Ibidem* pág. 23.

trataremos. Tal medida era também necessária, porque o — Regimento das léguas, correspondentes a um grau de norte-sul, por qualquer das quartas — se referia aos rumos verdadeiros e não aos indicados pela agulha.

Inventaram-se vários processos para fazer esta medição por meio do sol. Na figura junta representa-se o instrumento recomendado pelo português Francisco Faleiro, que acompanhou Magalhães para Castela, na 2.ª parte do seu *Tratado del Esphera y del arte del marear*, Sevilha, 1535 É uma placa circular graduada com uma cavidade no centro, onde joga a agulha. Sôbre a placa coloca-se verticalmente uma lámina semicircular, que se fixa por duas pontas nos extremos do diâmetro donde se contam os graus. Ao meio-dia verdadeiro orienta-se o prato até endireitar a sombra da lámina. Esta fica então no meridiano e a agulha marca, para um ou outro lado dêle, o ângulo da sua variação, que se mede, distendendo um fio desde o centro, por cima da ponta da agulha, até à graduação do limbo.

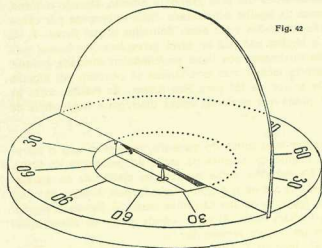



Fig. 42

A dificuldade era marcar o instante do meio-dia. O astrolábio dá bem a altura máxima do sol, mas a medeclina, tendo vindo a subir, fica durante algum tempo estacionária nessa posição da maior altura, antes de começar a descer. Não servia pois para indicar com precisão o instante da passagem meridiana. Faleiro recomenda que se contem, com o relógio de areia, as horas da noite. Subtraíndo o número assim achado de 24, tem-se o número de horas do dia. Contar-se hão metade pela ampulheta desde o nascer do sol, e ao fim da contagem estar-se há no instante do meio-dia.

Francisco Faleiro descreve outra maneira de usar o instrumento, medindo a variação da agulha pela média dos azimutes das sombras, observados com alturas correspondentes do sol, antes e depois do meio-dia. Também manda colocar um estilete vertical no centro do instrumento, e observar os azimutes da sombra do estilete, ao nascer e ao pôr do sol.

Mas mais aperfeiçoado é o instrumento de sombras de Pedro Nunes, que fàcilmente se compreende na figura que se junta (fig. 43), segundo a descrição do próprio autor, que se lê no *Tratado em defensam da carta de marear*, publicado em 1537:

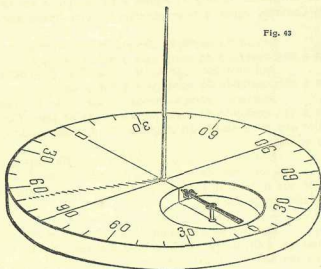



Fig. 43

«Para as quais cousas teremos uma lámina circular de alguma matéria sólida e de conforme grossura que com o tempo não faça mudança, e será boa de latão como são as do astrolábio, assim planas, mas mais grossas. Graduaremos o círculo em 360 partes e lançar-lhe hemos seus diâmetros que o repartam em quartas, e no centro poremos um estilo perpendicular sôbre a mesma lámina para nos amostrar para que parte vão as sombras. E em qualquer dos semi-diâmetros, em igual distância do centro e da circunferência, faremos sôbre um ponto um pequeno círculo que se cavará quanto baste para que, em baixo, em outro centro que responde ao de cima, sôbre que se fêz o pequeno círculo que se cavou, possa andar livremente uma agulha como a dos relógios acostumados [relógios de sol] e pela mesma arte será feito êste

pequeno círculo e acabado com seu espelho em cima; mas a agulha será mais comprida e mais subtil, e por baixo dela irá a linha que responde ao diâmetro do círculo grande que se graduou, por modo que dêle não discrepe cousa alguma. E porque nos há de ser necessário endereçar esta agulha sôbre a dita linha justamente, para mais justificação poremos dous pontos pretos nas paredes desta caixa da agulha em direito do seu diâmetro para que, tendo endereçada a agulha a estes pontos, saibamos de certo que está direita com os diâmetros do círculo pequeno e do grande que ambos vão por direito. Nas costas desta lâmina, defronte do centro, encastoaremos um pião grande e pesado, lavrado a tôrno, para que, metendo a dita lâmina nas balanças e caixa da agulha acostumada, fique subjugada por causa do pêso e não saia do nivel; e as balanças serão torneadas e de eixos dobrados e mui livres. E se, sem embargo de o assim fazermos, acharmos que a lâmina não fica ao nivel, acrescentar-lhe-hemos pela parte de dentro algum peso onde cumprir, para que finalmente nos fique perfeitamente nivelada, porque, não sendo assim, não nos serve. E portanto, se parecer melhor que esta lâmina se pendure por alguma arte que fique direita, é a mesma tenção, pôsto que a que se fêz para Sua Alteza, de marfim, com as balanças torneadas e de eixos dobrados, era tam prima que nenhuma cousa discrepava, tendo mais de um palmo de diâmetro» [1].

O uso do instrumento é evidente. A qualquer hora antes do meio-dia, tomava-se com o astrolábio a altura do sol e notava-se, nesse instante, o ângulo da sombra do estilo na graduação do limbo. De tarde tomava-se de novo o sol, esperando que êle entrasse pelos buracos da medeclina do astrolábio, colocada na mesma altura da manhã. Nesse instante via-se o ângulo marcado pela sombra do estilo do outro lado do limbo. Se os dois ângulos fôssem iguais, a agulha não tinha variação. Sendo desiguais, metade da sua diferença era a variação da agulha. Podiam assim fazer-se vários pares de observações das sombras do estilo, para alturas correspondentes do sol, no mesmo dia.

Êste «instrumento de sombras» levava D. João de Castro quando, em 1538, foi para a Índia na armada de D. Garcia de Noronha, declarando êle expressamente ter sido «inventado pelo doutor Pero Nunes, famoso matemático entre os que vivem em nossos tempos, e feito por mãos de João Gonçalves, cujo engenho triunfa no dia de hoje em tôda a Europa, e sobretudo aprovado pelo muito excelente Príncipe, o Infante D. Luís» [2]. Fôra êste Infante que lhe fizera presente do instrumento, incumbindo-o de resolver algumas questões. D. João de Castro fêz as primeiras observações com êle no dia 13 de abril, ao passar na Ilha da Palma, achando que a agulha nordesteava 5 $^1/_2$ graus. No dia 15, já ao sul das Canárias, voltou a fazer observações que deixou assim registadas:

«*Primeira operação dante o meio-dia.* Estando o sol em altura de 56°, o estilo lançou a sombra a 80°, contando do norte para a banda daloeste.

Segunda operação dante o meio-dia. Estando o sol em altura de 67°, o estilo lançou a sombra a 65°, contando do norte para a banda daloeste.

Primeira operação depois do meio-dia. Estando o sol em altura de 67°, o estilo lançou a sombra a 53°, contando do norte para a banda de leste. Foi logo nesta operação o arco dante o meio-dia maior que o de depois do meio-dia 12°, e a sua metade 6°, que é a quantidade que neste lugar a agulha nordesteia.

Segunda operação depois do meio-dia. Estando o sol em altura de 56°, o estilo lançou a sombra a 68°, contando do norte para a banda de leste. Foi logo nesta operação o arco dante o meio-dia maior que o de depois do meio-dia 12°, os quais partidos pelo meio, virão 6°, que é a quantidade que a agulha nordesteia» [3].

Faz depois a seguinte crítica do instrumento: «Como quer que a sombra do estilo tenha pouco repouso por a circunferência do círculo graduado, ao que dá ocasião o muito bulir da nau, e também como venta um pouco rijo, a lamina perde a perfeição e justo nivel, por se destemperarem as balanças, o que

[1] Esta descrição encontra-se no capítulo sôbre a *Theorica da altura a toda a hora*, do *Tratado em defensam da carta de marear* (*Tratado da Sphera*, edição fac-similada, págs. 162, 163).

[2] *Roteiro de Lisboa a Goa*, por D. João de Castro, Lisboa, 1882, págs. 228 e 229.

[3] *Ibidem*, págs. 61 e 62.

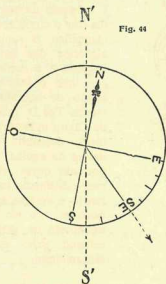
tudo juntamente faz muito embaraço ao sentido, para determinadamente haver de averiguar o verdadeiro lugar onde defire a sombra, de sorte que, balanceando muito a nau, podemos fàcilmente errar até dous graus, mas indo quêda e assocegada, quem tiver honesta estimativa não poderá errar passante de meio grau» [1].

Das operações feitas nos dias 13 e 15 de abril, conclúi: «E porque estas duas operações, de que acima falo, foram feitas no meridiano das Canárias, a saber, uma delas estando da banda do norte das ilhas, e a segunda achando-me já da banda do sul, e em ambas se verificou nordestearem as agulhas $5^{1}/_{2}$ graus até 6, fica falsa a opinião dos que dizem que no meridiano destas ilhas fere a agulha nos verdadeiros pólos do mundo» [1].

Assim ficava resolvida uma das questões de que o Infante o incumbíra, como êle conta no relato do dia 13: «Sabado, 13 de abril, amanhecendo, vimos a Palma, que é uma das Ilhas das Canárias, e logo fiz prestes a lamina e instrumento de sombras, de que o muito excelente príncipe, o Infante D. Luís, me fêz mercê, com grande desejo de verificar duas cousas: a primeira, se nesta ilha variavam as agulhas ou não, por ser prática de muitos pilotos que neste lugar e meridiano feria o norte de suas agulhas no verdadeiro pólo do mundo; e a segunda, se era verdadeira e pontual a regra que nos deu o Doutor Pero Nunes, para, em tôda a hora do dia em que fizer sombra, sabermos a elevação do pólo» [2].

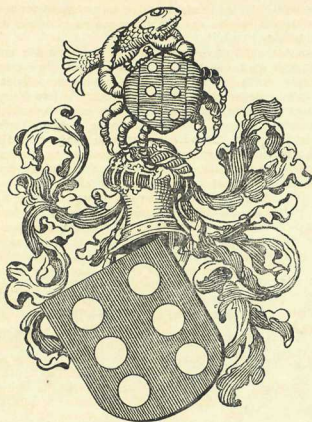
Desta última regra trataremos adiante. Antes, porém, merece considerar-se a *Notação famosa e muito proveitosa* que D. João de Castro faz [3] sôbre os erros resultantes de se usar o «Regimento das léguas», aplicando-o aos rumos marcados pela agulha, sem se reparar que êste Regimento foi calculado para os rumos verdadeiros, sendo portanto necessário determinar em cada lugar quanto nordesteiam ou noroesteiam as agulhas, para se fazer a devida correcção. Esta notação vém a propósito da chegada ao Cabo das Agulhas, em 27 de junho, quando diz: «êste Cabo das Agulhas é o lugar onde os pilotos têm por máxima que as suas agulhas lhe não varião cousa alguma, mas ferem directamente nos verdadeiros pólos do mundo, e daqui veio chamarem a êste promontório Cabo das Agulhas, significando não fazerem já aqui nenhuma diferença: ao tempo que vimos a terra, eu me fazia à Ré dela 120 léguas, e o pilôto 110» [4].

Fig. 44

Assim neste dia viram terra, que era o Cabo das Agulhas, quando se julgavam ainda a uma distância dêle de 120 ou 110 léguas. ¿Como puderam enganar-se em mais de cem léguas? Resumimos parte da minuciosa explanação de D. João de Castro. As naus, que de Lisboa iam com destino à Índia, passavam na Madeira e Canárias, e depois do Cabo Verde, seguiam navegando na volta do Brasil até às alturas do Cabo de Santo Agostinho. «Porém, dobrado o Cabo de Santo Agostinho, e começando-nos o vento de ir alargando até ventar da banda do Ponente, cousa é muito manifesta que, até sermos com terra do Cabo da Boa Esperança, jamais a prôa de nossas naus vai fóra daqueles Rumos que jazem do leste das agulhas até ao Rumo do sul». Em tôda esta travessia as agulhas nordesteavam. A flor de liz afastava-se para leste do meridiano, N′S′, (fig. 44), e os rumos do quadrante da Rosa, compreendido entre Leste [E] e Sul [S], aproximavam-se do meridiano, passando o rumo Sul [S] para o lado ocidental. Suponhamos que a variação era de uma quarta, portanto de $11^{1}/_{4}$ graus, e que a nau avançava no rumo de sueste, da Rosa. Os mareantes, não atendendo à variação da agulha, procuravam no Regimento das léguas os números correspondentes a quatro quartas e registavam $24^{3}/_{4}$ léguas de caminho percorrido a sueste e um apartamento de $17^{1}/_{2}$ léguas a leste, para um grau a mais de altura. Mas o rumo por onde navegavam fazia na realidade um ângulo de três quartas apenas com o

(1) *Ibidem*, pág. 63.
(2) *Ibidem*, págs. 27 a 30.
(3) *Ibidem*, págs. 228 a 243.
(4) *Ibidem*, págs. 227 e 228.

meridiano, N'S'; era um rumo verdadeiro de sueste, quarta de sul, o caminho andado era de 21 léguas e o apartamento de 11 ²/₃ léguas. Sucedendo semelhantemente em tôdas as singraduras em direcção ao Cabo, foi-se marcando sempre na derrota, por causa da «sobeja e não conhecida variação das agulhas», uma quantidade de léguas muito maior que a realidade. E quando se foi assentar na carta plana, pelas relações e roteiros dos pilotos e navegantes, a costa do Cabo da Boa Esperança, veio a ficar entre ela e a costa do Brasil «tam comprida e disforme distância, como ao presente se mostra em todos os planos». Situada a costa do Cabo mais longe do que devia ser, sucedia que os pilotos estavam marcando o ponto na carta, julgando-se a ré do Cabo, quando estavam já junto dêle ou avante. Assim D. João de Castro e o pilôto se faziam mais de cem léguas a ré de terra, quando se acharam com ela, e isto por «as costas do Brasil e Cabo da Boa Esperança estarem mais apartados nas cartas do que as Deus assentou na poma e mundo» [1].

BRASÃO DE D. JOÃO DE CASTRO

Deve-se a D. João de Castro a primeira observação do *desvio* da agulha. Como é sabido, distinguem-se a bordo dos navios duas influências sôbre a agulha magnética: a do magnetismo terrestre, e a que provém das massas de ferro contidas no navio. Da primeira resulta a *declinação*, que é o ângulo formado pelo meridiano magnético com o meridiano local, para oriente ou ocidente dêste; a segunda produz o *desvio*, que é o ângulo da agulha com o meridiano magnético. A soma algébrica dos dois ângulos é a *variação*, que o instrumento de sombras media. Foi D. João de Castro quem primeiro descobriu o *desvio* da agulha, e portanto quem primeiro distinguiu *variação* e *declinação*. Sucedeu isto em 5 de agosto de 1538, estando surto em Moçambique:

«Êste dia quis obrar com o instrumento das sombras para verificar a variação das agulhas, e sendo menos de 11 horas, a sombra do estilo ia muito além da linha do meio-dia, pelo que, mandando vir algumas agulhas para as cotejar com o instrumento, achei-as tam desconcertadas, que foi cousa espantosa, porque onde uma fazia o leste, a outra mostrava o norte. Isto me teve muito suspenso, até que entendi a causa e foi um berço [peça de artilharia, curta] que estava no mesmo lugar, onde eu queria fazer as operações, o ferro do qual berço chamava a si as agulhas, e as fazia desvariar desta maneira; do que tirei que uma operação que fiz a 30 dias de junho, no meridiano que está para leste do Cabo das Agulhas 5 ¹/₂ graus, a qual achei que me vinha muito desconcertada, e assim algumas outras que fiz na paragem do Brasil, onde achei notáveis diferenças, que foi por as fazer perto donde estava

....

(1) *Ibidem*, pág. 243.

alguma peça de artilharia, âncoras, ou qualquer outro ferro, como me passava a tôdas as partes da nau buscando lugar conveniente a esta obra» [1].

Foi também D. João de Castro quem, pela primeira vez, observou o desvio local devido à acção de certas rochas sôbre a agulha magnética, como notou G. Hellmann [2]. Esta descoberta foi feita no ilhéu de Chaul, em dezembro de 1538, como consta do registo feito no *Primeiro Roteiro da costa da India desde Goa até Dio* (Pôrto, 1843, págs. 59 a 62), de que transcrevemos parte:

«Andando por êste ilhéu e subindo ao monte que está da banda do Norte, para marcar e ver como jaziam os outros ilhéus e baixos com êle, me aconteceu um caso muito para maravilhar e foi desta maneira. Pondo eu a agulha em cima de um grande penedo, para ver como se corria o ilhéu, súpito deu a rosa uma volta e pôs o Norte onde dantes tinha o Sul. Quando isto vi, cuidando que lhe vinha êste desconcerto de estar a rosa fóra do pião, ergui-a para a concertar, e como a tirei da pedra súpito tornou a dar a volta e pôs o Norte em seu lugar. Ora vindo a conhecimento que êste caso tamanho nascia da qualidade e natureza da pedra, a pus e tirei muitas vezes e de tôdas fazia a mesma operação. Espantado eu muito dêste acontecimento, corri a maior parte do monte, pondo a agulha em cima de todolos penedos e pedras, mas nunca fêz nenhuma variação, sòmente achei um penedo apar do outro da mesma natureza, pôsto que nêste não dava a rosa tamanha volta; mas, demorando-me qualquer marca que tomava, ao Noroeste quarta da Loeste, como punha a agulha no penedo logo a mesma marca me demorava ao Sudueste: de modo que supitamente variava 7 quartas; porém o primeiro penedo fazia quási dobrada a operação, porque a marca que fóra dêle me demorava ao Noroeste quarta da Loeste, pondo a agulha em cima me ficava demorando ao Sul quarta do Sueste, que são 12 quartas de variação. Esta mudança tam descomunal não sòmente se causava quando a agulha estava assentada na pedra, mas tanto que se apropinquava ao penedo, estando suspendida nas mãos em cima dêle».

Poucos dias depois, em 13 de dezembro, medindo D. João de Castro a variação da agulha no rio do Pagode de Baçaím achou que ela noroesteava $10^{\circ}\frac{1}{4}$; e no dia 23, estando êle na barra de Baçaím, a agulha noroesteava $12^{\circ}\frac{1}{2}$. Notando esta rápida mudança trata de a explicar:

«Certamente que é cousa muito forte em tam pequena distância de caminho, e num mesmo meridiano fazer a agulha tamanha mudança; . . . A isto não sei assinar outra causa salvo que, como quer que fiz estas considerações muito pegado com a terra onde tinha por vizinho um rochedo e penedia, já póde ser estes penedos serem da espécie e natureza do magnete, ou a matéria e composição dêles ser ferrenha, e por esta causa atraírem para si o ferro da agulha, desviando-o do seu natural lugar» (*Roteiro de Goa a Dio*, pág. 99).

Tendo lido os três roteiros, escritos de 1538 a 1541, *Roteiro de Lisboa a Goa, Roteiro de Goa a Dio*, e *Roteiro do Mar Roxo*, assim se exprime Hellmann a respeito do seu autor: «Êste notável navegador redigiu, de tôdas as suas observações náuticas, magnéticas, meteorológicas e hidrográficas, diários muito minuciosos que conteem incontestávelmente o maior e mais valioso tesouro de tal espécie de observações, realizadas na primeira metade do século XVI, e são dignos do estudo fervoroso de todos aqueles que se proponham escrever a história da geografia física ou da náutica nesse século. Depois que eu próprio li estes roteiros, não duvido julgar João de Castro como o mais considerável representante da investigação scientífica do mar nos últimos tempos dos descobrimentos» [3].

D. João de Castro, observador de admirável precisão e sagacidade, era um verdadeiro naturalista. «Como navegador, hidrógrafo e observador, ninguém o excedeu até ao tempo de Barents, Linschoten, Hudson e Davis», declara Nordenskjöld [4].

(1) *Ibidem*, pág. 308. Já em 19 de fevereiro de 1894, chamou a atenção para êste trecho e sua importância o ilustre Lente da Escola Naval, Snr. Vicente Almeida d'Eça, na sua conferência no Club Militar Naval, *O Infante D. Henrique, e a Arte de navegar dos portugueses*, Lisboa, 1894, pág. 29.

(2) «Die Entdeckung des Gesteinsmagnetismus machte João de Castro auf der Insel Chaul (Ilheo de Chaul) unweit Bombay an frei und hochgelegenen Felsen, auf denen er in der Missweisung 7 *até* 12 *quartas de variação* beobachtete» (G. Hellmann, *Die Anfänge der magnetischen Beobachtungen*, in *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Band XXXII, 1897, pág. 135).

(3) *Ibidem*, pág. 123.

(4) Nordenskjöld, *Periplus*, Stockholm, 1897, pág. 148.

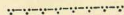
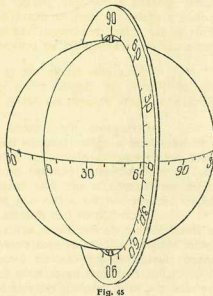
13 — REGIMENTO DA ALTURA DO PÓLO A QUALQUER HORA DO DIA

A DETERMINAÇÃO da latitude pela altura meridiana do sol não podia fazer-se, se êle estivesse ao meio-dia encoberto por nuvens. Pedro Nunes deu, para se poder determinar a latitude a qualquer hora em que houvesse sol, a regra que o Infante D. Luís encarregou D. João de Castro de verificar. Para isso era preciso, além do instrumento de sombras, o emprêgo da poma ou globo, que Pedro Nunes assim descreve, a seguir áquele instrumento: «Teremos mais um globo perfeitamente redondo e de tal grandeza que os graus sejam manifestos e quanto maior tanto melhor. Não é necessário haver nêle mais que um círculo grande [círculo máximo] graduado, que representará o horizonte, e outro que represente o meridiano. Terá seus eixos nos pólos do horizonte, e haverá um meridiano de latão, dentro do qual terá o globo movimento sôbre os pólos do horizonte» (¹). A poma representa a esfera celeste e serve para nela se situar o sol em cada posição observada, em altura pelo astrolábio, e em azimute pelo instrumento de sombras. Na figura marcou-se a graduação do horizonte sôbre o próprio globo (fig. 45), contada a partir do círculo do meridiano traçado na poma. Esta gira em tôrno da linha zenite-nadir, dentro da armila metálica que Pedro Nunes chama o «meridiano de latão» e que aqui serve para medir os arcos verticais. A metade superior da poma representa o hemisfério celeste visível em cada lugar.

Tomam-se duas alturas do sol, com intervalo de tempo suficiente para que a sombra faça mudança sensível. No instante de cada observação, feita com o astrolábio, nota-se no limbo do instrumento das sombras (fig. 43) o ângulo indicado pela sombra do estilo. A diferença dos dois ângulos é a diferença dos azimutes do sol nos dois instantes, independente do valor da variação da agulha que afecta estes ângulos, mas desaparece na subtracção. Passa-se depois à poma (figs. 45 e 46). Leva-se um ponto qualquer H_1 do horizonte debaixo do meridiano de latão graduado e marca-se, no vertical dêsse ponto, um arco $\widehat{H_1 O_1}$, igual à primeira altura observada do sol. Toma-se no horizonte o arco $\widehat{H_1 H_2}$, igual à diferença de azimute do sol, correspondente ao intervalo das observações, leva-se o ponto H_2 debaixo do aro de latão, e marca-se um arco $\widehat{H_2 O_2}$, igual à segunda altura observada. Teremos assim, em O_1 e O_2, situado o sol nas duas posições. Procura-se nas tábuas a declinação solar dêsse dia, da qual se deduz, subtraíndo-a de 90°, ou juntando-lhe 90°, a distância do sol ao pólo que estiver acima do horizonte. Assim póde determinar-se a situação do pólo aparente na poma, pois se sabe a sua distância aos dois pontos O_1 e O_2. Abre-se um compasso de pontas curvas até abranger um arco de círculo máximo, igual à distância polar do sol, e descrevem-se, com essa abertura, dois círculos $\widehat{PC_1}$ e $\widehat{PC_2}$ com seus centros em O_1 e O_2. O ponto de intersecção P é o pólo. É certo que há dois pontos de intersecção, mas é fácil ver qual se deve tomar. Leva-se em seguida o ponto P debaixo do meridiano de latão, mede-se a sua distância ao horizonte, e assim se tem a altura do pólo ou latitude do lugar.

Fig. 45

D. João de Castro fêz a primeira aplicação do processo no dia 13 de abril de 1538, «sendo todo êste dia o vento calma, que a nau não governava». Na primeira operação, antes do meio-dia, tomou a altura do sol, 57°, e o estilo lançava a sombra a 71°, contando do norte para oeste. Na segunda operação, também antes do meio-dia, tomou o sol em altura de 60° ½ e o estilo lançava a sombra a 64°, contando do norte para oeste. A diferença de azimute foi pois de 7 graus. O modo como operou depois com a poma é assim descrito por êle:

«Tomadas estas duas operações, mandei o Pilôto que, ao meio-dia, tomasse o sol, e eu, passando-me à poma, para verificar a elevação do pólo dêste dia, obrei desta maneira:

(¹) Êste passo é continuação do que atrás se transcreveu (págs. 78, 79).

«Primeiramente no horizonte graduado da poma assentei a variação que fêz a sombra do estilo desde a primeira altura até à segunda, a qual variação foi 7 graus, e logo do princípio dêstes 7 graus, já postos no horizonte, assentei a primeira altura; e foi 57 graus per um meridiano graduado acima, e no lugar onde se acabou o número dêstes 57 graus, pus um ponto; e tornando a passar o mesmo meridiano na outra extremidade da variação da sombra que assentei no horizonte, contei, pelo meridiano acima, a segunda altura que foi 61 1/2 graus, e no lugar onde se acabaram pus outro ponto. Feito isto, olhei a declinação *e tirei* [1] de 90, e tomando o que ficava, que era 77 1/2 graus, com um compasso curvo, pondo uma ponta do compasso no ponto onde se acabou a primeira altura, fiz com a outra ponta uma porção de círculo; e tornando a mesma ponta do compasso ao segundo ponto onde se acabou a segunda altura, fiz outra porção de círculo, que em termos de geometria se chama de cruzação; e onde se estas duas porções encontraram pus um ponto, o qual ponto trazendo ao meridiano graduado, achei que se apartava do horizonte 29 $\frac{1}{2}$ graus, que era a elevação do pólo do lugar onde me achava. E logo mandei esta altura ao Pilôto em um escrito cerrado para que, depois que êle tomásse o sol ao meio-dia, a vissemos juntamente ambos para, sem suspeita, podermos determinar quanto discrepava a minha tomada pela manhã, da sua, tomada ao meio-dia. Ora acabado o Pilôto de tomar sua altura, veio-me dizer que estavamos em altura de 29 $\frac{1}{3}$ graus, e em continente abriu o escrito e viu a minha, de que ficou muito espantado» [2].

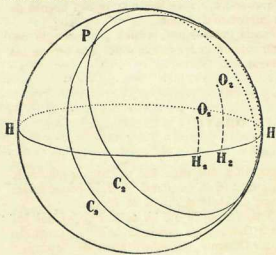



Fig. 46

Assim D. João de Castro verificou, pela primeira vez, o processo da altura do pólo a tôda a hora. O pilôto ficou admirado com a novidade, e êle satisfeito com o resultado obtido pela regra de Pedro Nunes.

Mas os defeitos práticos do processo começaram depois a aparecer. No dia 11 de junho determinou a latitude pela altura do sol ao meio-dia e achou-a de 31 $\frac{1}{2}$ graus; mas pela primeira e segunda alturas, já tomadas pela manhã, achava 33 graus. Atribuíu esta diferença a defeitos do instrumento das sombras, pois lhe pareceu «que êste êrro podia vir da sombra do estilo se não poder tomar pontualmente, e assim da lámina não guardar, quanto convinha, o nivel». Seis dias depois, em 17, queixa-se da poma não ser «tam redonda como convém», isto é, não ter a superficie rigorosamente esférica, e serem mal graduados os meridianos de latão. No dia seguinte nota que póde haver êrro grande na determinação da altura do pólo pela poma, quando a variação da sombra, no intervalo das duas observações, fôr de poucos graus: «e isto é de tal maneira que, quando a variação da sombra é pequena, a saber, 3 ou 4 graus, qualquer cousa de mais ou de menos, causa grande mudança na altura; e pelo contrário, saíndo a variação grande, a saber, 14 ou 15 graus e mais, ainda que no observar da sombra erremos até um grau, nem por isso a altura sai fóra dos termos da Razão» [3].

O processo de tomar a altura do pólo, em todo o tempo em que houver sol, é exposto por Pedro Nunes no *Tratado em defensam da carta de marear*, que acompanha o seu *Tratado da Sphera*, Lisboa, 1537. Muito ampliado, e desenvolvido em 27 capítulos, foi aquele tratado vertido para latim, com o título: *De regulis et instrumentis, ad varias rerum tam maritimarum quàm et cœlestium apparentias deprehendendas, ex Mathematicis disciplinis.* O *Tratado sobre certas duvidas da navegação*, igualmente publicado em 1537, foi também vertido para latim por Pedro Nunes, com o título: *De duobus problematis*

[1] Acrescentamos as palavras *e tirei*, que evidentemente faltam no texto. Uma frase semelhante se encontra na sexta página do *Regimento do estrolabio* de Munich: «oulha quamto he a altura e tyra de 90».

[2] *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, 1882, págs. 33 a 38.

[3] *Ibidem*, págs. 201, 210 e 215.

circa navigandi artem. Os dois tratados latinos apareceram, pela primeira vez, incluídos na edição de algumas das suas obras, feita em Bâle em 1566 *(Petri Nonii Opera,* Basileae). Os mesmos dois tratados, sob o título *De arte atque ratione navigandi libri duo,* foram editados por António de Mariz, em Coímbra, 1573. Insistentemente se tem falado de uma outra edição feita, também em Coímbra, pelo mesmo Mariz, no ano de 1546. Mas tal edição não existiu (1), e o que, sôbre ela, se tem dito resulta apenas de uma indicação bibliográfica errada de Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana.*

No tratado latino *De regulis et instrumentis* apresenta Pedro Nunes vários processos de determinação da latitude geográfica. Não fazemos, porém, maior referência a esta obra, por ela ser de um ano, o de 1566, já bastante afastado da época que nos interessa.

14—ALTURA DE LESTE OESTE

PROBLEMA da determinação da longitude geográfica, que entre nós se chamou «altura de leste oeste», não preocupou os navegadores portugueses emquanto as descobertas foram seguindo uma direcção geral norte-sul, ao longo da costa ocidental da África.

Na sua carta de 1474 ao cónego Martins, Toscanelli diz ser de 26 *espaços,* que valiam 130° de longitude, a distância de Lisboa a Quinsay, na província de Catay. Cristóvão Colombo, tratando de atingir as costas orientais da Ásia pelo Ocidente, segundo o plano de Toscanelli, encontrou a América, que julgou ser a Índia. E é aí que êle se apresenta fazendo as primeiras tentativas de medição astronómica da longitude pelo método, conhecido desde a antiguidade, dos eclipses lunares. Numa fôlha do *Libro de las Profecias* deixou Colombo, escritas por seu próprio punho, duas notas sôbre observações, que diz ter feito, de eclipses lunares: uma em 1494, a outra em 1504. A época dos eclipses podia êle ter sabido pelas *Ephemerides* de Regiomontano, calculadas para o meridiano de Nuremberg e publicadas em 1475, ou pelo *Almanach perpetuum* de Zacuto, calculado para o meridiano de Salamanca, publicado em 1496. A êste último se refere expressamente na segunda nota.

Em 14 de setembro de 1494 observou em Saona, pequena ilha a sueste da Haïti, um eclipse da lua, concluíndo que se achava $5\,^1/_2$ horas, e portanto $82\,^1/_2$ graus, a oeste do Cabo de São Vicente. Como esta distância não excede 60°, há, nesta avaliação, um êrro de mais de 22°.

Em 29 de fevereiro de 1504, observou, em meio da costa setentrional da Jamaica, outro eclipse, concluíndo que estava $7\,^1/_4$ horas, e portanto $108\,^3/_4$ graus a oeste de Cadiz. Como esta distância é de 71°, há aqui um êrro de mais de 37°. Destas medições resultaria uma distância de 26°, conta redonda, entre Saona e o meio da Jamaica, quando, de facto, tal distância, por êle navegada, não excede 9 graus. A análise das notas do *Libro de las Profecias* faz duvidar da efectividade de tais observações e leva a crêr que aqueles números foram arbitrária e exageradamente tomados por Colombo, que esteve sempre persuadido de ter chegado às praias orientais da Ásia. Seja como fôr, temos nêle um navegador já preocupado com a determinação astronómica da longitude, embora sem apresentar método novo, nem determinações precisas.

(1) No *Argumentum prioris libri,* que serve de prefácio aos tratados *De duobos problematis...,* Pedro Nunes depois de expôr as duas dúvidas formuladas por Martim Afonso de Sousa no seu regresso do Brasil em 1533, termina por dizer: «Haec igitur cur ita fierent, sciscitabatur à nobis, causas tunc illi tradidimus coràm ut potuimus, scriptis deinde mandavimus annis ab hinc triginta, commentario uno edito de ea re Lusitano sermone, quem denique hoc tempore, ut non solum à Lusitanis, sed etiam ab aliis hominibus legi, atque intelligi possit, in Latinum vertere voluimus» *(Petri Nonii Opera,* Basileae, 1566, pág. 1). É pois o próprio Pedro Nunes que, em 1566, diz que verte para latim o tratado português de há 30 anos (publicado em 1537). A tradução é pois de 1566, e não de 1546. Isto é confirmado pela leitura do livrinho *De navigatione libri tres, ab Jacobo à Saa,* Parisiis, 1549. Nêste livro Diogo de Sá ataca com veemência Pedro Nunes. A matéria é apresentada sob a fórma de diálogo entre duas personagens: a Filosofia e a Matemática. De certa altura em diante, a Matemática repete o que diz o próprio Pedro Nunes, como avisa o autor: «Etiam notandum est, quòd ubi dicitur, Hic incipit Tractatus Doctoris Petri Nonii, dein quicquid Mathematica dixerit, est quod ipse Doctor juxta literam dixit, Philosophia autem illi contradicit» (fol. 6, verso). Diogo de Sá traduz literalmente trechos dos tratados portugueses de navegação de Pedro Nunes, e a sua versão é muito diferente da versão feita depois pelo próprio Nunes. Quem comparar a obra de Diogo de Sá com os dois tratados portugueses e com os correspondentes tratados latinos de Pedro Nunes, vê claramente que êle está atacando os primeiros, e que os segundos não existiam ainda em 1549. Veja-se o nosso artigo intitulado—*A primeira edição dos Tratados latinos sobre a arte de navegar, de Pedro Nunes,* publicado nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos,* Vol. 2, Lisboa, 1921, págs. 98-101.

É muito diferente o que sucedeu com Américo Vespúcio, a quem se atribuíu uma medição de longitude, em 1499, pelo método das distâncias lunares, dando-se-lhe até as honras de inventor do método. Trata-se, porém, de uma pura lenda, como demonstrou o Professor Hermann Wagner, de Gœttingen [1]. É na carta de Vespúcio a Lorenzo dei Medici, com data de 18 de julho de 1500, publicada pela primeira vez por Bandini em 1745, que se encontra o relato da pretendida observação. Aí diz Vespúcio (admitindo a autenticidade de tal carta) que, achando-se na costa de Venezuela em 23 de agosto de 1499 e havendo nesse dia conjunção do planeta Marte com a Lua, como indicavam as *Ephemerides* de Regiomontano, medira as distâncias de Marte ao disco lunar ao nascer da Lua e à meia-noite, concluíndo que a conjunção fôra 5 horas e meia antes da meia-noite, ou, o que é o mesmo, às 6 ½ horas da tarde, tempo local de Venezuela. Como a conjunção tinha lugar à meia-noite, em Nuremberg, segundo Regiomontano, chega Vespúcio a êste resultado: achar-se 5 ½ horas, e portanto 82 ½ graus, a oeste de.. Cadiz! Êste desprêzo da diferença de longitude de Cadiz a Nuremberg [2], e outros erros e contradições que se notam no modo como a observação se diz conduzida, levam a concluír que ela se não póde atribuír a um navegador como Vespúcio, cujos conhecimentos de astronomia náutica eram superiores aos de Colombo; e muito menos se lhe póde atribuír, querendo considerá-lo como autor do método. Mas a própria carta é considerada apócrifa, e aos argumentos que demonstram a sua não-autenticidade póde juntar-se mais o que resulta da análise de tal observação. Vespúcio nem inventou nem fêz uso do processo das distâncias lunares para a determinação da longitude geográfica. Êste método encontra-se pela primeira vez descrito na obra de João Werner «*In primum librum Geographiæ Cl. Ptolomaei paraphrasis*», Norimbergæ, 1514.

No *Tratado da agulha de marear, achado por João de Lisboa no ano de* 1514, há dois capítulos [3] destinados à determinação da longitude por meio da variação da agulha. Chama-se aí «merídiano vero» ao meridiano onde as agulhas se acham «sempre fixas no pólo do mundo», o qual passava segundo o pilôto João de Lisboa, pela ilha de Santa Maria nos Açôres. Saíndo-se dêle para leste, as agulhas começavam a nordestear; indo-se para oeste, começavam a noroestear; e a variação ia crescendo com o afastamento em longitude, até atingir um máximo a 90º de distância, diminuíndo em seguida até se anular na volta ao meridiano vero. Segundo tal teoria, a longitude era proporcional à variação da agulha, determinando-se fàcilmente por esta. D. João de Castro mostrou, como veremos, a falsidade desta concepção.

Quando os Portugueses chegaram ao extrêmo oriente e foram às Molucas, aumentou de importância o problema da longitude, pois era preciso decidir se as famosas ilhas do cravo estavam no hemisfério castelhano ou no hemisfério português, segundo a repartição do tratado de Tordesilhas, 1494. Por isso Fernão de Magalhães, antes de se passar a Castela, «sempre andava com Pilotos, cartas de marear, e altura de Leste-Oeste», como diz João de Barros, em cujo tempo não estava ainda resolvido o problema da altura de leste-oeste, que êle considera como «matéria que tem lançado a perder mais portugueses ignorantes, do que são ganhados os doutos por ela, pois ainda não vimos algum que o pusesse em efeito [4]». Com Magalhães foi para Espanha o astrónomo Rui Faleiro, que escreveu um tratado sôbre a determinação das longitudes geográficas. Quando Carlos V ordenou que Faleiro não seguisse na viagem, Magalhães reclamou que lhe fôsse entregue o tratado sôbre a «altura da longitude de

o···o···o···o···o···o···o

(1) Hermann Wagner, *Die Legende der Längenbestimmung Amerigo Vespucci's nach Mondabständen, aus den Nachrichten von der K. Gesellschaft der Wissenschaften zu Gœttingen, Mathematisch — physikalische Klasse*, 1917. — Neste mesmo estudo se póde ver a crítica das observações de Colombo, a que antes nos referimos.

(2) Na carta diz-se que as *Ephemerides* de Regiomontano foram calculadas para o meridíano de Ferrara, o que não é verdade, mas a diferença de longitude entre Ferrara e Nuremberg é apenas de meio grau.

(3) *Livro de Marinharia*, Lisboa, 1903, págs. 23, 24.

(4) João de Barros, *Decada* III, Liv. V, Cap. VIII. A propósito de Fernão de Magalhães, referimo-nos atrás (nota (3) da pág. 33) à questão da autoria do Livro de Duarte Barbosa, que António Blasques atribui a Magalhães. Contra esta opinião, além da autoridade de Ramuzio, que considera Barbosa como autor, há o testemunho de Gaspar Correia, que é decisivo. No final do Prólogo das *Lendas da India* (Tomo I, pág. 3), diz: «e não escreverei nada das terras, gente, e trato, porque houve alguns que nisso se ocuparam, *de que vi* alguns volumes e mórmente *um livro que disso fêz Duarte Barbosa*, escrivão da feitoria de Cananor». E adiante precisa melhor a obra: «porque minha tenção é não escrever nada destas terras e seus costumes, como houve alguns que o fizeram, em que foi um dêles Duarte Barbosa, sobrinho do feitor de Cananor Gil Fernandes Barbosa, que fêz um Tratado, *que eu vi*, de todalas terras, gentes, leis, costumes, e tratos, começando dos Lequcos, correndo todo o mar, que acabou no Cabo da Boa Esperança» (Tomo I, pág. 357). Na tradução inglêsa do Livro de Barbosa, ultimamente publicada pela Hakluyt Society, «*The Book of Duarte Barbosa, translated by M. Longworth Dames*, London, 2 vol.», continúa a atribuír-se a obra a Barbosa, com justificados motivos (Vol. I, págs. XXXVII, LI).

este oeste, com todos os regimentos que lhe diziam respeito» ([1]). Castanheda informa que Rui Faleiro «deu a Fernão de Magalhães um grande regimento de trinta capítulos, para que, por três maneiras, pudesse conhecer a distância e diferença que andasse de leste a oeste» ([2]). Assim eram três os processos preconizados por Faleiro, que Magalhães levava em 1519 para a famosa viagem de circunnavegação. António Pigafeta junta ao relato que fêz desta viagem um Tratado sôbre a arte de navegar ([3]). O capítulo primeiro, que «parla de l'altura de levante a ponente», é naturalmente tirado dos apontamentos de Faleiro. Pigafeta apresenta também três processos para determinar a longitude.

O primeiro baseia-se na determinação da latitude da lua, que êle insiste em explicar que é a distância da Lua à eclíptica, nula na sua passagem na linha dos nodos, e crescente desde aí, com o movimento mensal da lua, até ao apartamento máximo da eclíptica, para decrescer em seguida. Êste apartamento máximo é igual à inclinação da órbita lunar sôbre a eclíptica, 5 graus aproximadamente. O método consistiria em comparar latitudes observadas com as latitudes deduzidas das Tábuas para o meridiano de Sevilha. Basta reparar na pequena variação diária desta coordenada da lua, para se ver como êste processo é puramente teórico. Êle próprio diz que é bom para astrónomos e homens peritos na sua arte. Nem mesmo indica o modo de observar, para se chegar ao valor da latitude da lua, dando a entender que isso ultrapassaria a compreensão e saber da gente do mar, a quem afinal apresenta assim um método inexequível.

O segundo processo exposto por Pigafeta é o das distâncias lunares, já descrito por Werner em 1514; o terceiro, o da variação da agulha.

Um dos pilotos da esquadra de Magalhães, Andrés de San Martin, pilôto e astrónomo, aplicou o segundo método quando estiveram no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1519, dia para o qual as *Ephemerides* de Regiomontano e o *Almanach perpetuum* de Zacuto marcavam conjunção do planeta Júpiter com a Lua. Das suas observações concluíu achar-se a 17 horas e 55 minutos, e portanto 269 graus, a oeste de Sevilha, em vez de 38°. San Martin atribuía êste exagêro inadmissível a erros das Táboas ([4]).

No Rio de São Julião, Magalhães submeteu o regimento de Faleiro à apreciação dos pilotos: «Concertando-se as naus, Fernão de Magalhães mostrou aos pilotos e ao astrólogo Andres de Sam Martim o regimento que levava de Rui Faleiro acêrca de se poder saber a altura de leste a oeste... E visto o regimento por todos, mandou-lhes Fernão de Magalhães que dissesse cada um o que alcançava a saber, e se se podiam aproveitar dêle em sua navegação. E os pilotos responderam por escrito que não se podia usar daquele regimento, nem aproveitava para se navegar por êle. E assim o assinaram: e o astrólogo respondeu o mesmo a todos os capítulos do regimento que eram trinta, salvo ao quarto que dizia que pola conjunção que a lua tem com as estrêlas fixas, e com o sol se póde saber o que uma terra dista da outra na altura de leste a oeste...» ([5]). Andrés de San Martin, mais instruído que os outros pilotos, conhecia o método das distâncias lunares, que, naquele ano, já não era novidade.

A falsidade do processo pela variação da agulha foi verificada experimentalmente por D. João de Castro, como já atrás indicamos. No dia 10 de junho de 1538, quando, na travessia do Brasil para o Cabo da Boa Esperança, passava pelo meridiano do Cabo de S. Vicente, fêz com o instrumento de sombras quatro operações antes e quatro depois do meio-dia, para medir a variação da agulha. «Estas operações», nota êle, «foram feitas por meu ponto e o do Pilôto, um grau do meridiano que passa pelo Cabo de São Vicente, para a banda de oeste». Êste era «o meridiano das operações», isto é, o meridiano fundamental de referência nas navegações portuguesas. Chega à conclusão seguinte:

«Destas operações fica claro que a variação que fazem as agulhas não é por diferença de meridianos, pois na cidade de Lisboa nordesteam $7\frac{1}{2}$ graus, e estando agora em seu meridiano nordesteam 19 ou 20 graus; mas parece que tem outro respeito, o qual até ao dia de hoje não é chegado à minha notícia» ([6]).

([1]) Navarrete, *Coleccion de los viajes*, Tomo IV, Madrid, 1837, pág. 156.
([2]) Castanheda, *Historia do descobrimento da India*, Livro VI, Cap. VI.
([3]) *Raccolta Colombiana*, Parte V, Vol. III
([4]) Herrera, *Historia General de los hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra firme del mar Oceanô*, *Decada* II, Libro IV, Cap. X. João de Barros, *Decada* III, Liv. V, Cap. X.
([5]) Castanheda, *Historia do descobrimento da India*, Livro VI, Cap. VII.
([6]) *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, 1882, pág. 197.

À mesma conclusão chega D. João de Castro na viagem de Goa a Dio:

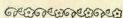
«Destas operações que fiz hoje, 10 de janeiro de 1539, por onde vim no conhecimento que a agulha do meu instrumento noroesteia 11°, se segue que em um mesmo meridiano póde a agulha nordestear e noroestear mais e menos, o que se prova por esta maneira: na Ilha do Pagode de Baçaím achei que noroesteava esta agulha 10 graus $\frac{1}{4}$ e em Baçaím 12 graus $\frac{1}{2}$, e agora tanto avante como estes Ilheos de Debul, noroesteia 11°, jazendo estes três lugares debaixo de um meridiano; pelo que parece cousa justa imaginarmos que estas tais variações sejam causadas dalguns particulares e próprios segredos, os quais a Natureza poderosa tenha guardados em suas grandes e secretas oficinas» (¹).

O processo estava pois julgado e reprovado. A variação da agulha não dependia pura e simplesmente da longitude do meridiano em que se estivesse, e não servia, por isso, para determinar a longitude geográfica. Dependia de outras causas, ainda ocultas nas oficinas da Natureza.

Quanto êste problema da determinação da longitude interessava o nosso país vê-se até pela leitura de Gil Vicente. Na *Farsa dos Físicos*, o físico Torres explica assim a sua demora:

Topei ali com Mestre Gil
E com Luís Mendes, assi
Que praticamos ali
O Leste e o Oeste, e o Brasil
E lá lhe dei razão de mi.

O Brasil e a arte de Leste-Oeste eram assuntos predominantes nas conversações. No ano em que *Fernão de Magalhães empreendia a sua viagem de circunnavegação do globo, veio para Portugal* aquele Felipe Guillén (²), que foi objecto das trovas que se encontram nas *Obras* de Gil Vicente com uma nota explicativa:

«O ano de 1519 veio a esta côrte de Portugal um Felipe Guillén, Castelhano, que se disse que fôra boticário nel Porto de Santa Maria; o qual era grande lógico e muito eloquente de muito boa prática que entre muitos sabedores o folgavam de ouvir: tinha alguma cousa de matemático; disse a

(¹) *Roteiro desde Goa até Dio*, Pôrto, 1843, pág. 148.

(²) Na obra de F. Picatoste y Rodriguez, *Apuntes para una biblioteca científica española del siglo XVI*, Madrid, 1891, pág 138, vem um artigo laudatório de Felipe Guillén, a que devemos fazer alguns reparos. Como aí se lê, o aparelho inventado por Guillén teria sido, segundo Alonso de Santa Cruz, o seguinte: «Principió el dicho Felipe Guillén de poner en obra lo que habia prometido, haciendo una invencion de cierto instrumento que hoy en dia anda muy comun en Portugál entre hombres doctos, para que los pilotos lo llevassen en las naos, el cual es una tabla redonda, llana de un xeme de diametro, echadas por ella cuatro lineas en cruz, y puesto en medio un perpendiculo de metal, y graduada la tabla á la redonda con 360 grados, y comenzaba la cuenta de los 180 de la linea meridiana que estaba en la dicha tabla hacia un lado, y los otros 180 de la dicha linea á la otra parte de la circunferencia de la tabla, y esta dicha linea puesta una aguja pequeña como de relox de sol meridiano de los que traen de Alemaña, y á esta tabla estaban asidos tres hilos en iguales distancias á manera de una balanza de pezo para que estuviese igual á la superficie de la tierra». Êste aparelho é o mesmo instrumento de sombras de que Pedro Nunes faz, no *Tratado em defensam da carta de marear*, a descrição minuciosa atrás transcrita (pág. 78, fig. 43), descrição que, no mesmo *Tratado*, assim resume antes: «Poderão os pilotos levar um círculo de pao ou metal, com um estilo perpendicular no centro, e a roda do círculo graduado como astrolábio; e sôbre um ponto do diâmetro, fóra do centro em que está o estilo, se fará um círculo pouco maior que a rosa da agulha, o qual se cavará para nêle se meter e andar livre como convem; e pendurar-se há êste instrumento, por cordeis ou por outra arte que se póde dar, para ficar ao nivel». Então o instrumento de sombras de Pedro Nunes teria sido inventado por Guillén. Mas D. João de Castro expressamente diz (*Roteiro de Lisboa a Goa*, pág. 228) que foi «inventado pelo doutor Pero Nunez, famoso matemático entre os que vivem em nossos tempos», e êle estava a êsse respeito bem informado. Naturalmente o que sucedeu foi isto: quando o instrumento «muy comum en Portugal entre hombres doctos» foi conhecido em Espanha, lá julgaram ser êste o aparelho inventado por Guillén. F. Picotoste y Rodriguez termina o seu artigo por dizer: «De todos modos, Guillén fué el primero que concebió la idea de aprovechar la variacion de la aguja para calcular la longitud y el primero que concibió un aparato para apreciar esta variacion». Esta afirmação não póde aceitar-se, pois no *Tratado da agulha de marear* de João de Lisboa, de 1514, se encontram já dois capítulos destinados à determinação da longitude por meio da variação da agulha, como atrás dissemos (pág. 86). De Guillén existe, escrita da cadeia ao rei, uma carta que acompanhava o instrumento que fêz com ferramentas da prisão, e em que pede duas mercês: a primeira que o liberte, a segunda que o favoreça, certificando que fará em seu serviço tam grandes cousas como nunca foram vistas. Em 1527 foi nomeado vedor e avaliador das drogas das Casas da Índia e Mina. Em 1538 partiu para o Brasil, onde em 1563 era ainda provedor da fazenda da capitania de Porto Seguro (Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, Vol. I, pág. 152).

El-Rei que lhe queria dar a arte de Leste a Oeste, que tinha achada. Para demostra desta arte fêz muitos instrumentos, entre os quais foi um astrolábio de tomar o sol a tôda a hora: praticou a arte perante Francisco de Mello, que então era o melhor matemático que havia no reino, e outros muitos para isso se ajuntaram por mandado de Sua Alteza. Todos aprovaram a arte por boa: fêz-lhe El-Rei por isso mercê de cem mil reis de tença, com o hábito e corretagem da casa da Índia, que valia muito. Neste tempo mandou Sua Alteza chamar ao Algarve a um Simão Fernandes, grande astrólogo matemático; tanto que o Castelhano falou com êle, que viu que o entendia, e que lhe fazia tudo falso, quis fugir para Castela; descobriu-se a um João Rodrigues, Português, que o mandou dizer a El-Rei, que o mandou prender em Aldeia Galega, estando em um cavalo de posta. Sendo prêso, porque era grande trovador, lhe mandou Gil Vicente estas trovas:

Con sobra de pensamientos
Que continos penso yo,
No supe de los tormentos
Que la desdicha os dió,
Sino ahora á dos momentos,
Que supe vuestras pasiones,
Todas buscadas por vos:
Porque los santos barones
Concluen que las prisiones
Son por justicia de Dios.

Á muchos hizo espantar
Vuesa próspera fortuna,
Pues nunca vistes la mar
Ni arroyo ni laguna,
Supistes muy bien pescar.
Diciendo el pueblo travieso
Contra vós, sabio profundo,
Por emendarse el avieso
Justo fue que fuese preso
El mas suelto hombre del mundo.

Yo les dije con buen zelo,
Por el bien que en vos se encierra:
Este hombre subió al cielo,
Del cielo miró la tierra,
En la tierra vido el suelo,
Del suelo vió el abiso,
Del abiso vió el profundo,
Del profundo el paraiso
Del paraiso vió el mundo,
Del mundo vió quanto quiso.

Ansí que por esta via
Es de los sabios el cabo,
Que sin ver astrolomia
El toma el sol por el rabo
En cualquiera hora del dia.
Respondieron al contrario,
Diciendo: No es verdad;
Porque dende chica edad
No fue sino boticario,
Hasta ver esta ciudad.

Respondiles con gran ira:
No digais mal de mi amigo,
Que cuanto trata en mentira,
La mentira es ser testigo,
Tan dulcemente la espira.
Alegué por parte vuestra
Lo que sé de vuestro engaño,
Porque mostrais de una muestra,
Despues vendeis falso paño,
Como luego se demuestra.

Esto me plugo escribir
Porque habeis de responder,
Y otra vez me habeis de oir,
Para acabar de decir
Lo que os queda por hacer.
De todo esto es de creer,
Que la bondad de esta tierra
Siempre fue y ha de ser
Que á si misma hace guerra,
De buena, por bien hacer.

Si el trovado no está
Conforme á vuestra elocuencia,
Pues que dice la verdad,
Repórtome á la sentencia,
Lo al vaya como va».

Assim o problema andava posto a prémio, produzindo incidentes que provocavam a veia cómica de Gil Vicente. Na *Farsa dos Almocreves*, o Fidalgo, depois de experimentar a voz do Capelão, esfarrapado e sem nada de seu, que lhe pedia a soldada que nunca recebêra, indica-lhe o modo como melhor poderia prosperar:

Se vós podesseis achar
A altura de Leste a Oeste,
Pois não tendes voz que preste,
Perequi era o medrar.

A determinação da altura de leste-oeste só ficou práticamente resolvida no século XVIII, quando se souberam fabricar os cronómetros. O método do relógio portátil, regulado pelo tempo do meridiano, a partir do qual se deviam contar as longitudes geográficas, e levado a bordo do navio, método já em 1530 preconizado por Gemma Frísio (1), teve de esperar pelos progressos da relojoaria.

15—A CARTA DE MAREAR

NA última parte do primeiro livro da sua *Geografia* trata Ptolomeu da construção dos mapas. No Cap. XX critíca a projecção adoptada por Marino de Tiro, na qual os meridianos e paralelos são representados por linhas rectas eqüidistantes, cortando-se em ângulos rectos. E' a projecção cilíndrica eqüidistante, em que meridianos e paralelos formam uma rêde rectangular (fig. 47). Os arcos dos paralelos, interceptados pelos meridianos segundo segmentos que na esfera vão tendo comprimentos cada vez menores desde o eqüador até aos pólos, são representados em projecção por segmentos rectilínios iguais. No paralelo de Rhodes (36º de latitude) conservava Marino a proporção simples, de 4 para 5, bastante exacta, do comprimento do grau do paralelo para o do meridiano; para o norte as distâncias entre os meridianos eram portanto cada vez mais exageradas que a realidade; para o sul de Rhodes ficavam encurtadas relativamente ao grau do meridiano, que conservava a mesma grandeza de norte a sul.

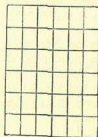



Fig. 47

Ptolomeu prefere a projecção cónica, em que os paralelos são círculos concêntricos eqüidistantes e os meridianos rectas convergentes (fig. 48). Mas a verdade é que êle próprio, apenas no primeiro dos seus 27 mapas, que é o mapa universal, adopta a projecção cónica eqüidistante; o hemisfério boreal é aí projectado sôbre um cone tangente à esfera terrestre ao longo do paralelo de Rhodes. Os 26 mapas especiais restantes são, nos mais antigos manuscritos da obra de Ptolomeu, desenhados na mesma projecção rectangular de Marino de Tiro, conservando-se a devida proporção do comprimento do grau de latitude para o de longitude no paralelo inferior da região representada (2).

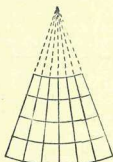



Fig. 48

O geógrafo alexandrino sabe bem as dificuldades inerentes à representação da esfera em plano, tratando de estabelecer primeiro os princípios matemáticos desta representação. Outro foi, porém, o caso com os autores dos portulanos medievais. Resultado da longa experiência prática de centenas de mareantes que cruzaram por todo o Mediterrâneo, experiência que tomou expressão e fórma em roteiros e esboços de mapas dos vários caminhos comerciais comummente seguidos ao longo das costas, o chamado «portulano-normal» (3), compilação destas cartas especiais, acabou por fixar-se no seu traçado modelar pelas últimas décadas do século XIII (4). Esta obra prima da cartografia medieval compreendia as costas do Mediterrâneo e do mar Negro, muito mais exactamente delineadas do que nas Tábuas ptolomaicas, e ainda a costa ocidental da Europa e o noroeste africano. Os desenhadores dos portulanos, sem noção da fórma esferoidal da Terra, não tomaram como ponto de partida um sistema definido de projecção. Os portulanos não tinham linhas graduadas de latitude e longitude geográficas; eram atravessados por *loxodromias* (5), ou *rumos*, linhas rectas na direcção dos diferentes ventos, partindo de um certo número de pontos de cruzamento, regularmente distribuídos sôbre

(1) L. Gallois, *Les géographes allemands de la Renaissance*, Paris, 1890, pág. 124. Delambre, *Histoire de l'astronomie du moyen âge*, Paris, 1819, pág. 432.
(2) Nordenskjöld, *Fac-simile atlas*, pág. 6.
(3) Nordenskjöld, *Periplus*, pág. 16.
(4) *Ibidem*, pág. 46.
(5) O termo *loxodromia* é de origem erudita. Formado das palavras gregas *loxos*, obliquo, e *dromos*, carreira, foi empregado pela primeira vez por Snellius nos primeiros anos do século XVII. E' a linha do caminho percorrido pelo navio quando segue sempre o mesmo rumo, fazendo portanto o mesmo ângulo com os meridianos por onde vai sucessivamente passando.

o mapa. Estas rectas, irradiando de vários centros na direcção das 32 quartas da rosa dos ventos, formam a teia das linhas de rumos, característica destas cartas. Os autores do portulano aplicaram o melhor da sua habilidade a desenhar as costas dos países nas suas distâncias e situações azimutais relativas, colhidas nas sucessivas navegações. A análise destas cartas, onde os rumos de norte-sul correspondem à direcção dos meridianos e os de leste-oeste à dos paralelos, levou a classificá-las como projecções cilíndricas rectangulares. Comparando a linha do contôrno das costas do Mediterrâneo e do Mar Negro, segundo um mapa na projecção de Mercator, com a que se vê em alguns portulanos dos séculos XIV e XV, conclui Nordenskjöld *(Periplus,* pág. 17) que a projecção dêstes últimos se aproxima muito da de Mercator.

Azurara, na *Crónica do descobrimento de Guiné,* cap. 78, diz que até ao ano de 1446 tinham sido mandadas ao longo da costa africana 51 caravelas, e acrescenta: «E foram estas caravelas além do Cabo (Bojador) 450 léguas. E acha-se que tôda aquela costa vai ao sul, com muitas pontas, segundo que êste nosso príncipe mandou acrescentar na carta de marear». Esta carta de marear, onde o Infante D. Henrique mandou acrescentar as 450 léguas descobertas ao sul do Cabo Bojador, era cópia do portulano normal, que se ia assim enriquecendo com novos dados experimentais.

Azurara informa ainda, a respeito dêste acrescentamento: «e o que se mostrava no mapamundi, quanto ao desta costa, não era verdade, cá o não pintavam senão a aventura; mas esto que agora é posto nas cartas, foi cousa vista por ôlho, segundo já tendes ouvido». O cronista distingue entre carta de marear e mapa-mundi. Os atlas medievais continham geralmente, além das fôlhas correspondentes às diferentes regiões compreendidas no portulano normal, um mapa universal, baseado no portulano e completado segundo os conhecimentos e ideias do tempo. E' o que sucede, por exemplo, no atlas de Marino Sanudo que acompanha o *Liber secretorum fidelium crucis,* do comêço do século XIV. Quer se refira a um dêstes mapas, quer ao mapa-mundi de Ptolomeu, Azurara regista que é no tempo do Infante D. Henrique que, pela primeira vez, se desenha com verdade a costa africana além do Cabo Bojador.

Ao modo como se foi colocando na carta a costa da Guiné se refere Pedro Nunes no *Tratado em defensam da carta de marear,* que acompanha o *Tratado da Sphera,* Lisboa, 1537, contrapondo ao processo de navegar, por distâncias e rumos, no Mediterrâneo, de que resultaram os portulanos, o processo seguido pelos portugueses já com instrumentos de altura: «Não duvido que, se algumas terras se podem por navegação verificar no que pertence a Cosmografia, são as costas do levante, assim por as navegações, que por êle se fazem, serem mais frequentes que por outras nenhumas partes, como por não caberem nisso grandes êrros, por os mais dias haverem vista de terra e saberem onde estão. E por isto ser assim, não curam os que por êle navegam de trazerem astrolábios nem instrumentos de altura porque per rótas e estimação do caminho que tem andado fazem seus pontos; e se alguma hora se enganam, não podem nisso durar muito. Mas porque, por discurso de tempo, as outras costas de ponente, e Guiné se assentaram por alturas...» (1).

Quando os navegadores portugueses começaram a empregar os astrolábios e quadrantes para determinar as latitudes geográficas, estas passaram a marcar-se na carta de marear. A costa ocidental africana foi-se prolongando, e à rêde dos rumos acabou por acrescentar-se um meridiano graduado, naturalmente o do Cabo de S. Vicente, que era considerado o mesmo de Lisboa, e a que D. João de Castro, chamava «meridiano das operações» (2). A êste meridiano referia Colombo, como já vimos, a longitude de Saona, em setembro de 1494. Nordenskjöld, apreciando o atlas de Willem Barentszoon, *Caert boeck vande Midlandtsche Zee,* Amsterdam, 1595, apresenta-o como uma prova da influência dos mapas e roteiros, compreendidos nos portulanos medievais, sôbre as cartas marítimas impressas no fim do século XVI. E referindo-se à fôlha dêsse atlas que representa as costas próximas do Estreito de Gibraltar, onde se vê um meridiano graduado, passando junto do Cabo de S. Vicente, diz: «Penso que esta carta marítima é baseada em mapas Portugueses e que temos aqui uma reminiscência da introdução, pelos homens do Príncipe Henrique, o Navegador, do método de determinar a posição do navio por meio de observações de latitude» (3). Êste meridiano, graduado em partes iguais, é uma escala de latitu-

(1) Página 15.ª do *Tratado em defensam,* e pág. 131 da edição fac-similada do *Tratado da Sphera.*

(2) *Roteiro de Lisboa a Goa,* Lisboa, 1882, pág. 197, nota 1.

(3) Nordenskjöld, *Fac-simile Atlas,* pág. 51.

des, com os graus de igual dimensão em tôda a extensão da carta. Nos portulanos medievais havia sempre (embora falte em muitas reproduções) uma escala das milhas para avaliação de distâncias. Esta escala e as linhas dos rumos era quanto bastava para a navegação pelo processo dos rumos e distâncias estimadas. A graduação do meridiano trouxe para a carta marítima a consideração da grandeza do grau e portanto das dimensões do globo terrestre, resultado do emprêgo do processo de navegação por alturas e rumos. O acrescentamento, porém, da graduação meridiana veio trazer complicações, porque se começou a notar divergência entre as latitudes determinadas por observações directas e as que se deduziam pela carta. Por isso Diogo Gomes achava o seu quadrante (pág. 54) melhor que a carta.

Depois da graduação do meridiano introduziu-se também a graduação dos paralelos na carta de marear, que assim tomou a fórma da projecção de Marino de Tiro. O professor Hermann Wagner considera o mapa de Toscanelli, a quem chama «Marinus redivivus» [1], como a primeira carta marítima do século XV, de que há notícia, nesta projecção. O mapa que acompanhava a carta escrita por Toscanelli ao cónego Martins [2] em 1474 era desenhado sôbre uma rêde de malhas rectangulares formada por meridianos e paralelos eqüidistantes (fig. 49 e atrás, pág. LXXXVII). Os lados de cada rectângulo estavam, segundo H. Wagner, na proporção simples de 4 para 3, que é a proporção do comprimento do grau do eqüador para o do grau do paralelo de 41°, em que Toscanelli, seguindo Regiomontano, situava Lisboa. Os graus de latitude, marcados na direcção dos meridianos, eram de 66 milhas e dois terços de milha, que Toscanelli atribuía ao grau do círculo máximo terrestre [3], do que resultava para o grau do paralelo de Lisboa a extensão de 50 milhas ($\frac{4}{3} \times 50 = 66\frac{2}{3}$), e os graus de longitude têm no mapa êste número de milhas em todos os paralelos. O paralelo de Lisboa tinha assim a mesma importância fundamental do paralelo de Rhodes na carta de Marino. O mapa toscaneliano resultava da projecção sôbre um cilindro perpendicular ao eqüador, o qual interceptava o globo terrestre segundo um círculo menor, o paralelo geográfico de Lisboa. Era uma carta plana rectangular.

Fig. 49, Canto nordeste do mapa de Toscanelli, segundo a reconstrução de H. Wagner.

Depois que as naus portuguesas navegaram ao sul da linha eqüinocial as longitudes contaram-se no eqüador, e portanto em graus de círculo máximo como as latitudes. Assim se chegou à «carta plana quadrada», que é uma projecção cilíndrica eqüidistante, em que o cilindro de projecção é tangente à esfera terrestre ao longo do eqüador.

O uso da carta plana mostrou que a rêde das linhas rectas dos rumos se não harmonizava com a graduação das coordenadas geográficas. A causa dos êrros da carta começou a ser estudada por Pedro Nunes, em cujo tempo havia queixas gerais contra ela, como êle próprio declara. Estudando a natureza da curva descrita pelo navio, quando prossegue sempre num rumo constante e corta portanto sob um mesmo ângulo os meridianos sucessivos, curva a que depois se chamou *loxodromia*, viu que ela não era um arco de círculo máximo, mas sim uma espiral, linha torsa ou de dupla curvatura, e que só em dois casos especiais era plana: quando o rumo seguido era de norte-sul, caso em que é um círculo máximo, um meridiano; e quando o rumo era de leste-oeste, caso em que é um círculo menor, um paralelo. Assim diz Nunes no *Tratado em defensam*: «... o caminho que se faz per uma róta não é por círculo maior, que é o direito e contínuo, pois sempre fazemos com os novos meridianos ângulo igual ao com que partimos, o que era impossível fazer círculo maior, se por êle fôssemos: antes é uma linha curva e

(1) Hermann Wagner, *Die Rekonstruktion der Toscanelli-Karte vom I. 1474*, in *Nachrichten von der K. Gesell schaft der Wissenschaften zu Goettingen*, Philologisch - historische Klasse, 1894, pág. 238.

(2) Sôbre o cónego da Sé de Lisboa, Fernando Martins de Roriz, veja-se: Angel de Altolaguirre y Duvale, *Cristóbal Colón y Pablo del Pozzo Toscanelli*, Madrid, 1903, pág. 93 a 101.

(3) H. Wagner, *Die Rekonstruktion der Toscanelli-Karte*, págs. 250, 257-261. O grau eqüatorial de 66 $\frac{2}{3}$ milhas, ou 16 $\frac{2}{3}$ léguas, andou nos manuais náuticos portugueses juntamente com o grau de 17 $^1/_2$ léguas, como atrás dissemos (pág. 75); êsse valor poderia ter sido lembrado a Toscanelli pela conversação de F. Martins, como adoptado já em Portugal.

irregular» (¹). E acrescenta um esquêma com as linhas dos rumos nordeste-sudoeste e lesnordeste-oessudoeste, e suas simétricas relativamente ao meridiano, as dos rumos noroeste-sueste e oesnoroestelessueste. A fig. 50 é reprodução reduzida do esquêma de Pedro Nunes; a fig. 51 (²) representa as mesmas linhas em projecção estereográfica polar. Assim as loxodromias são estudadas, pela primeira vez, em 1537 por Pedro Nunes, que trata de explicar os êrros da carta plana e tenta corrigi-los.

Fig. 50, reproduzida do *Tratado* de P. Nunes, com redução de ½

Fig. 51

¿Como pensa Pedro Nunes que se podem remediar estes inconvenientes da carta de marear? Recorrendo ao processo seguido por Ptolomeu nas 26 cartas das regiões especiais: «Mas o melhor seria para excusarmos todos estes trabalhos, que fizéssemos a carta de muitos quarteirões, de bom compasso grande, nos quais guardaremos a proporção do meridiano ao paralelo do meio, como faz Ptolomeu nas táboas das provincias» (³). Trar-se há a carta em livro. Nos quarteirões, onde não houver terra que passe de 18 graus de altura, podem fazer-se todos os graus iguais ao do meridiano; nestes a projecção seria plana quadrada. Nos quarteirões de mais altas latitudes far-se hão os graus de longitude iguais aos do paralelo médio, «porque o que por uma parte se acrescenta, pela outra se diminui»; nestes a projecção seria plana rectangular.

A solução não estava, porém, no atlas de Ptolomeu. A carta de marear precisava de modificação diferente, que foi a que apareceu na célebre carta de Mercator, de 1569. Os graus dos paralelos vão sendo, na esfera, cada vez menores, desde o eqüador para os pólos; mas como na carta plana quadrada êles são sempre iguais ao grau do eqüador, segue-se que, na carta, os graus de longitude vão sendo aumentados cada vez mais na direcção dos pólos. Os graus de latitude, porém, marcados nos meridianos, são todos de igual grandeza. Mercator, na carta de 1569, vai aumentando os graus de latitude a partir do eqüador na mesma proporção em que crescem os de longitude. Assim a carta plana quadrada foi reformada, saíndo dela a nova carta de latitudes crescidas, que é a projecção cilíndrica isogónica, chamada de Mercator. Sendo a projecção isogónica, isto é, conservando-se nela os mesmos ângulos que as linhas fazem sôbre a esfera, as loxodromias, visto cortarem os meridianos sob um mesmo ângulo, também na carta cortarão as rectas paralelas, que os representam, com ângulo igual, e por-

(¹) Página 8.ª do *Tratado em defensam*, e pág. 124 da reprodução fac-similada do *Tratado da Sphera*.

(²) Devemos esta figura à amabilidade do nosso colega na Faculdade de Sciências, Snr. Dr. João Pereira da Silva Dias, que também nos fêz favor de desenhar um grande número das figuras dêste Capítulo. Aqui lhe consignamos os nossos agradecimentos.

(³) Página 22.ª do *Tratado em defensam*, e pág. 138 da reprodução fac-similada do *Tratado da Sphera*.

tanto transformar-se hão em linhas rectas [1]. Não sucedia assim na projecção plana quadrada, por esta não ser isogónica. A figura (Fig. 52) permite comparar as loxodromias de nornordeste (NNE), nordeste (NE) e lésnordeste (E N E) como elas deviam ser exactamente desenhadas (as curvas pontuadas) numa carta plana quadrada, com as loxodromias rectas da carta de latitudes crescidas. Os paralelos da primeira carta estão pontuados (representam-se os de 30°, 60° e 90° de latitude), e os correspondentes da carta de Mercator são os de traço contínuo. A correspondência entre os pontos da mesma loxodromia nas duas projecções é estabelecida pelos meridianos, representados pelas paralelas que na carta correm debaixo para cima.

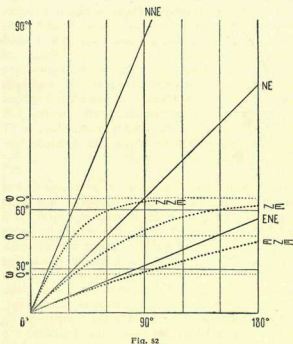



Fig. 52

O professor Hermann Wagner [2], de Goettingen, é de opinião que Mercator foi levado à sua projecção por uma figura como esta. Tendo traçado numa carta quadrada as curvas loxodrómicas a partir de um ponto do eqüador, traçou também as suas tangentes neste mesmo ponto. Projectou, na direcção dos meridianos, sôbre as tangentes, os pontos de intercepção das curvas com um mesmo paralelo, e viu que estes pontos ficavam todos sôbre um novo paralelo mais afastado para o pólo. E assim teria sido levado a afastar os paralelos cada vez mais na direcção dos pólos, para transformar as curvas loxodrómicas em rectas, tornando compatíveis na carta de marear, assim modificada, as linhas rectas dos rumos com as graduações de longitude e latitude [3].

Pedro Nunes, no *Tratado em defensam da carta de marear*, diz: «Mas porque meu intento, nesta pequena obra, é desculpar a carta das culpas e êrros de que todos geralmente a acusam, e não as ignorâncias, enganos, porfias e contumácias dos mareantes....» [4]. Pedro Nunes censura demasiadamente as ignorâncias dos mareantes. Dêles se não podia exigir que fôssem todos homens de sciência como D. João de Castro. O papel dos sábios, para ser verdadeiramente util, é fornecer aos homens da prática processos simples, ao seu alcance, com que possam resolver bem os seus problemas. Desde a idade média que os navegantes estabeleciam, na rêde dos rumos rectilínios dos mapas-portulanos, o princípio fundamental da carta de marear que lhes convinha. Quando se lhe juntou a rêde quadrada dos meridianos e paralelos eqüidistantes, esta ficou incompatível com a primeira, pois na carta plana quadrada as loxodromias deviam ser linhas curvas. Mercator, modificando a graduação das latitudes com a adopção das latitudes crescentes, tornou rigorosamente rectas as linhas dos rumos, e deu aos mareantes uma carta em que os seus problemas podem ser resolvidos com exactidão pelo emprêgo simples do compasso e régua. A sua carta de 1569 marcou uma época nova na arte de navegar.

[1] Êste simples raciocínio geométrico é feito por Pedro Nunes na 2.ª página do *Tratado em defensam da carta de marear*: «E assi como o caminho, que fazemos, faz com os novos meridianos igual ângulo ao com que partimos, assi mesmo na carta, que representa o Universo, faz sempre a mesma róta com os meridianos ângulos iguais, polos ditos meridianos serem linhas direitas e equidistantes, que, com a terceira linha, que é a per que se faz o caminho, causam de dentro e de fóra ângulos iguais. E esta é a razão porque foi necessário serem os rumos de norte sul, e quaisquer outros de um mesmo nome, linhas direitas equidistantes». Para aplicar-se, porém, tal raciocínio à carta plana quadrada, seria preciso que ela gozasse da propriedade de ser isogónica.

[2] Hermann Wagner, *G. Mercator und die ersten Loxodromen auf Karten*, in *Annalen der Hydrographie*, Hamburg, 1915, pág. 350.

[3] Desta maneira Mercator teria determinado gráficamente as latitudes crescidas. Segundo Nordenskjöld (*Fac-simile Atlas*, pág. 96) êle teria calculado estas latitudes, de 10 em 10 graus, pela fórmula aproximada $P_{\varphi+10} - P_{\varphi} = \frac{10}{\cos(\varphi+5)}$, onde P_{φ} é a latitude crescida correspondente à latitude verdadeira φ, sendo unidade o comprimento do grau eqüatorial. Como é sabido, a fórmula exacta das latitudes crescidas, ou partes meridionais, é $\int_0^{\varphi} \frac{d\varphi}{\cos\varphi} = \log \tang \frac{1}{2}(90+\varphi)$.

[4] Página 8.ª do *Tratado em defensam*, e pág. 124 da reprodução fac-similada do *Tratado da Sphera*.

Pedro Nunes não deu a solução cartográfica da questão que a carta de marear suscitava no seu tempo, mas contribuíu para ela. Era para isso fundamental a consideração da natureza da curva loxodrómica, e quem primeiro disso se ocupou foi Pedro Nunes, nos dois tratados que acompanham o *Tratado da Sphera*, publicado em Lisboa, em 1537, que são: o *Tratado sôbre certas dúvidas da navegação* e o *Tratado em defensam da carta de marear*. E mais desenvolvidamente versa êste mesmo assunto na tradução latina dos mesmos tratados que se encontra na edição de parte das suas obras, feita em Bâle: *Petri Nonii Opera*, Basileae, 1566. O globo terrestre de Mercator, impresso em 1541, em Lovaina, sôbre 12 fusos destinados a cobrir uma esféra de 1m,29 de circunferência de círculo máximo, oferece a circunstância notável de nêle correrem, sôbre os mares, feixes de loxodromias, irradiando de várias rosas espalhadas pela carta. Estas loxodromias são curvas torsas, desenhadas com grande exactidão. Mercator, que viveu em Lovaina até 1552, devia conhecer a obra portuguesa de P. Nunes, de 1537, em que se trata já da curva loxodrómica. Se P. Nunes não indica aí processo prático para o seu traçado sôbre um globo, clama bem a necessidade de tal traçado se fazer com rigor, chamando a atenção para êste ponto, quando se queixa dos construtores de globos: «... e porque estes que fazem globos não sabem lançar nêles rumos, não sentem isto, e assim fica tudo bem borrado, posto que nos tais globos haja muito ouro, e muitas bandeiras, Alifantes e Camelos, e outras cousas iluminadas...» (1). Pedro Nunes concorreu para a transformação que a carta de marear tinha de sofrer, com o estudo fundamental: a teoria dos rumos ou loxodromias, que êle foi o primeiro a apresentar.

¿Como foi êle levado a êste estudo? Em 1533, Martim Afonso de Sousa, regressando da sua viagem pelas costas do Brasil (2), apresentou-lhe certas dúvidas que lhe suscitára a navegação que vinha de fazer. Uma delas resultava de ter êle observado, em qualquer parte onde se achasse, nascer-lhe o sol em leste nos dias dos eqüinócios, quando o sol andava no eqüador; disto concluía Martim de Sousa que, se êle fôsse com a prôa do navio sempre em leste, devia ir ter ao eqüador, o que não succedia, pois, num rumo constante de leste, o navio seguia um paralelo. Eis a questão que levou ao estudo dos rumos, ou loxodromias, o matemático Pedro Nunes, que assim foi solicitado pelo navegador. Por seu turno, dêste estudo teórico aproveitou o cartógrafo flamengo, que, em 1541, traça com rigor num globo as curvas dos rumos, e em 1569 altera a escala das latitudes, de modo que estas curvas sejam rigorosamente transformadas em linhas rectas sôbre a carta. O navegador pôs as suas dúvidas a propósito da róta em rumo de leste; o matemático faz, meditando sôbre isso, a teoría das curvas loxodrómicas; e o cartógrafo modifica depois o sistema de projecção, para as representar por linhas rectas, como convinha à prática da navegação.

16 — MARÉS

UARTE Pacheco Pereira, no Prólogo do seu *Esmeraldo de situ orbis*, enumerando os assuntos de que se ocupará, cita entre êles o estudo das marés: «e o mesmo as marés, se são de nordeste e sudoeste assim como as da nossa Espanha, ou se são de norte e sul, ou de leste e oeste, ou de noroeste e sueste, as quais, para entrarem e saírem nas barras e bôcas dos rios, são forçadamente necessárias» (3). Trata das marés nos capítulos 11 e 12 do primeiro livro, escritos no ano de 1505. Começa por citar a opinião dos astrónomos sôbre o período da lunação ou revolução sinódica da lua: «Item. Primeiramente devemos notar como os astrólogos afirmaram que da hora que a lua é nova e em conjunção com o sol, a que o indocto vulgo chama antrelunho, até à hora que torna outra vez à dita conjunção e novilúnio, passam 29 dias,

(1) Página 15.ª do *Tratado em defensam*, e pág. 131 da reprodução fac-similada do *Tratado da Sphera*. No *Tratado sôbre certas dúvidas de navegação* (pág. 110 desta reprodução fac-similada), referindo-se aos dois modos de navegar, ou seguindo um mesmo rumo (navegação loxodrómica) ou um círculo máximo (navegação ortodrómica), e observando: «E posto que para cada um dêstes modos sirva mais *a poma rumada como convem*, que nenhum outro planisfério....», sugeria naturalmente a Mercator a execução do seu globo, que é uma *poma rumada*, isto é, uma esfera coberta de linhas de rumos.

(2) Desta viagem de Martim Afonso de Sousa, primeiro donatário da capitania de S. Vicente, e primeiro colonizador do Brasil, existe o *Diario da navegação da armada que foi á Terra do Brasil — em 1530 — sob a capitania-mór de Martim Afonso de Sousa, escripto por seu irmão Pero Lopes de Sousa*, publicado por F. A. de Varnhagen, Lisboa, 1839.

(3) *Esmeraldo de situ orbis*, edição da Sociedade de Geografia, Lisboa, 1905, pág. 18.

12 horas e 33 minutos, e em cada 24 horas depois da dita conjunção, que é um dia natural, ela se aparta do sol quatro quintos de hora...» (1). Mas êle prefere, por motivos de ordem prática, adoptar, como os marinheiros, três quartos de hora, em vez de quatro quintos, para medida do afastamento diário do sol e da lua: «Item. Entre os astrólogos e os marinheiros há uma diferença sôbre o curso da lua, porque os astrólogos dizem que da hora da sua conjunção e novilúnio, em cada dia natural, que é de 24 horas, até à hora em que é cheia e em oposição do sol, quatro quintos de hora se arréda do mesmo sol, e passada a hora da sua oposição e plenilúnio outros quatro quintos se vai ao sol achegando até ser com êle outra vez em conjunção...; e os marinheiros dizem que neste curso da lua se não arréda ou achega ao sol em cada dia natural mais de três quartos de hora que releva uma quarta pela agulha de marear; assim que entre êles há um vintavo de hora de diferença, e postoque os astrólogos nisto tenham a verdade e os marinheiros não, por êste conto ser tam pouco que não releva senão três minutos e não faz dificuldade nem êrro sensível às marés de que esperamos tratar, portanto seguiremos a opinião dos marinheiros, porque as marés mais ligeiramente se tiram pelo conto da agulha de marear que por outra guisa, segundo os ditos marinheiros d'antiguidade seguem e praticam» (2).

Fig. 53

A razão porque Duarte Pacheco prefere os 45 minutos dos marinheiros aos 48 m dos astrónomos de então (os de hoje contam 51 m) (3) é prestarem-se melhor os três quartos de hora à avaliação que os marinheiros faziam dos movimentos circulares, contando-os pelos rumos da agulha de marear. Assim, em vez de avaliarem o movimento diurno do sol nos ângulos horários contados desde o meridiano, expressos em graus ou horas, imaginavam uma Rosa dos ventos colocada paralelamente ao eqüador com o Sul para cima e o Oeste para ocidente, e indicavam pelos rumos, meios rumos e quartas, a situação do sol no paralelo por êle descrito nas 24 horas. A figura junta (Fig. 53) mostra a correspondência estabelecida pelos marinheiros entre os rumos da Rosa e as 24 horas do dia. Ao meio-dia o sol estava no Sul, às três horas da tarde em sudoeste (SO), às seis horas em oeste, às nove em noroeste (NO); à meia-noite dizia-se no Norte, às três horas da manhã em nordeste (NE), às seis em leste e às nove em sueste (SE). Os intervalos de rumo a rumo (entre os oito rumos principais) correspondiam, pois, a três horas, os das meias partidas ou meios rumos a hora e meia, e cada quarta valia precisamente três quartos de hora; assim decorrida hora e meia depois do meio-dia, dizia-se que o sol estava em sussudoeste (SSO), e três quartos de hora depois do meio-dia estava ao sul, quarta de sudoeste.

O movimento diurno da lua contava-se assim pelos mesmos rumos da agulha. E' preciso não esquecer que a Rosa não está horizontal, mas se imagina paralela ao eqüador, ou, como se dizia no tempo, paralela ao movimento do Primeiro Móbil. Seguindo a figura, é muito claro o que diz Duarte Pacheco sôbre o cômputo das marés na costa atlântica da Península hispânica, desde o Estreito, por Portugal e Galiza, até Biscaia:

«Quem o conto das marés quiser aprender, para que bem entenda, é necessário que primeiro saiba todolos rumos da agulha de marear com suas quartas e meios rumos, porque nisto jaz todo o fundamento desta cousa e d'outra maneira não no poderá saber; e os marinheiros e pilotos que d'antiguidade isto praticaram, primeiramente souberam os ditos rumos, quartas e meios rumos, e por alí puseram em ordem o encher e o vasar do mar nesta provincia de Espanha e em outras partes segundo a diferença das marés, começando do Rio de Barbate d'Andaluzia até tôda a Galiza e maior parte de Biscaia; o

(1) *Ibidem*, pág. 43.
(2) *Ibidem*, págs. 43, 44.
(3) O avanço médio diário da lua sôbre o sol é de 12°11,'4 do que resulta chegar éla ao meridiano em cada dia 51 minutos de tempo mais tarde que o sol. Os 48 m correspondiam a um atraso de 12 graus inteiros. O valor médio da lunação é 29 dias, 12 h, 44 m, e 2 s,9.

qual conto ordenaram com seis horas de enchente do mar e com outras seis de vazante, procedendo nesta maneira: Noroeste e sueste, baixamar; Norte e sul, meia montante; Nordeste e sudoeste, praiamar; Leste e oeste, meia jusante; e isto se há de entender: quando a Lua fôr no rumo de noroeste e sueste [NOeSE], então será o mar vazio na costa de Espanha, e quando fôr no rumo de norte e sul [NeS], então será meia água cheia, e tanto que fôr no rumo de nordeste e sudoeste [NE e SO], então será o mar de todo cheio, e em chegando a Lua em leste e aloeste [E e O], então será meia água vazia; e estas marés faz em tôda a costa de Espanha e parte da Berberia, do Estreito de Ceuta para fóra, e ora a Lua seja nova, ora meia, ou cheia, sempre nestes rumos faz a dita maré» (1).

Estando a Lua em conjunção com o sol, os dois astros andam no mesmo rumo, e nesse dia é maré cheia com o sol em sudoeste e em nordeste e portanto às três horas da tarde e da manhã, e vazante às nove horas da manhã e da tarde, com o sol em sueste e noroeste. Duarte Pacheco enumera as fases por que vai passando a maré, — um oitavo de água cheio, um quarto de maré cheia, três oitavos de água cheios, meia água cheia, etc. —, na costa atlântica da Península, com a passagem dos dois luminares nas quartas sucessivas da Rosa eqüatorial.

Depois da conjunção a lua afasta-se do sol uma quarta em cada 24 horas; para se saber a fase da maré em qualquer dia e hora, tem por isso de contar-se, a partir do rumo do sol, correspondente à hora, tantas quartas quantos os dias da idade da lua nessa data. Assim se sabe o rumo em que está a lua e portanto a maré: «e quem esta maré houver de tirar para se aproveitar dela, veja em que rumo d'agulha, quarta ou meio rumo é o sol, e então conte quantos dias são passados da hora da dita conjunção, contando por cada dia uma quarta até os 15 dias, ou menos, se menos forem, e onde lhe ficar a lua, aquela maré terá, s., se fôr ao sueste será baixamar, e se fôr à quarta do sul, um oitavo de água cheio, e assim vai procedendo como atrás é dito» (2). Finalmente termina por observar: «e sabida esta ordem e modo de se tirarem as marés de Espanha, por ela se saberá em outras partes, onde maré houver, se são *desta qualidade ou não*» (2).

Descrevendo a costa africana e a navegação ao longo dela, vai Duarte Pacheco indicando a qualidade das marés; assim nos diz que na foz dos rios Senegal, Rio dos Barbacins, Gambea, Rio Grande e Rio Formoso (3) a maré era de *noroeste* e *sueste*, o que significa que em tais lugares tinha lugar a praiamar quando a Lua estava nestes rumos, os mesmos em que era baixamar nas costas da Península. Por isso as classifica de *contrárias* às nossas: «e êste Rio Formoso se aparta em ladeza da linha equinocial contra o pólo árctico sete graus, e tem a maré de noroeste e sueste, contrária às da nossa Espanha» (4). No Rio dos Forcados a maré faz já diferença de uma quarta: «e a maré dêste Rio é de noroeste e sueste, e toma a quarta de leste e oeste» (5).

O conhecimento das marés não era só necessário para a entrada e saída nas barras e bôcas dos rios. Nos combates que susteve em Cochim, em que obteve tam espantosas vitórias sôbre o rei de Calicut, esteve êle sempre atento à marcha das marés, que soube aproveitar com vantagem,

«Nos braços do salgado e curvo rio» (6).

Quando teve de guardar ao mesmo tempo o passo do vau, por onde os Índios só podiam atacar na baixa-mar, e o passo de Palurte, dispôs assim as suas poucas fôrças navais (dois bateis e duas caravelas): «e por êste passo do vau ser tam perto do de Palurte fazia Duarte Pacheco conta que o guardaria na vazante da maré com os bateis, e o de Palurte ficaria guardado com as caravelas...... E vendo que o não cometiam, tornou-se a Palurte com a enchente dágua, e com a vazante se tornou ao vau, e assim se revezava de dia e de noite nas vazantes e enchentes com muitas calmas e chuvas, e com outros muitos trabalhos que passou com os seus em um mês e vinte e três dias depois que se mudou do passo de Cambalão.» (7) E na ante-manhã do dia em que o rei de Calicut lhe deu o quarto combate, dizia Pacheco aos companheiros: «e tende por sinal disso [da ajuda de Deus] ser hoje baixa-mar ao meio-dia até cujo termo não podem os inimigos cometer o vau, e por a fôrça da sua peleja ser até estas horas,

(1) *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, 1905, pág. 44.
(2) *Ibidem*, pág. 47.
(3) *Ibidem*, págs. 78, 86, 87, 91 e 119.
(4) *Ibidem*, pág. 119.
(5) *Ibidem*, págs. 120, 121.
(6) *Os Lusíadas*, Canto X, 13. Camões chama *salgado* ao rio de Cochim, para lembrar que foi na parte do rio invadida pelas marés que tiveram lugar os combates, o que Pacheco teve sempre em vista nas disposições tomadas.
(7) Castanheda, *Historia do descobrimento da India*, Livro I, Cap. 73.

se até elas lhe defendemos êste passo [o de Palurte] como espero: eu vos dou por seguro o vau.» [1] E ao meio-dia, tendo acabado de desbaratar o grande número de paraus que pretenderam aferrar as caravelas, acudiu com os bateis ao passo do vau, onde a vazante permitia a entrada da multidão de inimigos que iam sôbre Cochim, e aí os deteve, até que a subida das águas, já tintas de sangue, os obrigou a retirar. «E el-rei de Calicut ficou tam agastado e triste por o senhor de Repelim não aferrar as caravelas, nem seu irmão entrar o vau, que lhes disse a ambos palavras muito injuriosas.» [1]

No *Regimento* da Biblioteca de Évora (1517) vem a «Regra para saber as marés a qualquer hora do dia», fundada na diferença diária de 48 minutos da Lua a respeito do Sol: «E assi deves saber que a cada dia da lua vai acrescentando quatro quintos de hora.»

Pedro de Medina, no seu *Regimiento de Navigacion*, impresso em 1552, chegando ao «Notable quinto, de la cuenta de la luna y como vienen las mareas», diz primeiro «que la luna da buelta en el cielo en 24 oras y quatro quintos de una ora, que son los doze grados que anda mas que el sol.» Mas a seguir prefere, como Duarte Pacheco, referir as marés aos ângulos horários da lua, expressos nos rumos da agulha. Depois de explicar que é praia-mar quando a lua chega a Nordeste ou a Sudoeste, meia maré minguada com a lua em Leste ou a Oeste, a vazante com ela em Sueste ou Noroeste, e meia maré crescida com a lua no Sul ou ao Norte, adverte expressamente: «Notad que estos vientos no se han de ymaginar en el orizonte donde el aguja los señala: mas han se de imaginar sobre el Norte: puesto en angulo debaxo del orizonte: y el Sol y la Luna al movimiento del primer mobil». Pedro de Medina julga necessário lembrar aos pilotos que, para aquele cômputo, se não trata da agulha por que se dirige o homem do leme, mas se tem de imaginar uma Rosa dos ventos, colocada paralelamente ao movimento diurno, isto é, ao eqüador, ficando o Sul para cima e o Norte abaixo do horizonte. Parece que os pilotos portugueses do tempo de Pedro Nunes tinham tendência a esquecer esta circunstância, vista a censura que êste lhe faz no *Tratado em defensam da carta de marear:*

«Acostumam também os pilotos vêr a hora que é pelo rumo em que vai o sol, porque, se está ao sudoeste, dizem que são três horas depois de meio-dia, porque o sudoeste toma da agulha quarenta e cinco graus, que são três horas dando a quinze graus uma hora, e conforme a isto fazem sua conta para saber a hora. Mas se isto assim fôsse, escusados seriam relógios, os quais ainda em diversas alturas se mudam, e se o êrro não fôra grande não falara nisto. Parece-me que quiseram medir todalas cousas com agulha, e não lhes estranho ignorarem a diferença que há entre o que o sol anda em respeito do horizonte e o que anda em respeito da equinocial, por círculos paralelos a ela. Mas quero-lhes amostrar quam mal sabem sua arte» [2].

Antes disto escrevêra êle: «Bem sei quam mal sofrem os pilotos que fale na Índia quem nunca foi nela e pratique no mar quem nêle não entrou» [3]. Em compensação Pedro Nunes, que nunca navegou, é por vezes demasiado áspero para com os pilotos. No tempo em que êle isto escrevia, 1537, os grandes descobrimentos estavam feitos. Acudia já muita gente ao comércio marítimo e era naturalmente difícil obter bons mareantes em número bastante para as necessidades da navegação. Para os navegadores que fizeram as descobertas tem porém palavras de justiça e admiração no comêço do mesmo *Tratado:* «Não há dúvida que as navegações dêste reino, de cem anos a esta parte, são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e mais discretas conjecturas que as de nenhuma outra gente do mundo» [4].

A censura por êle feita aos pilotos seus contemporâneos, que aplicavam mal as regras, não podia dirigir-se aos que primeiro as formularam. Duarte Pacheco não confundia ângulos horários com ângulos azimutais. Sabendo como os marinheiros melhor avaliavam os ângulos em quartas do que em graus, achava mais prático adaptar as regras aos seus usos. Os homens do mar entendiam bem os movimentos angulares da rotação do sol, da lua e das estrêlas, contando-os por uma Rosa imaginária perpendicular ao eixo do mundo. Assim quando, por exemplo, diziam que as Guardas da Ursa Menor iam em sudoeste, êles tinham na mente a roda atrás transcrita (figs. 27 e 28) do *Regimento* de Évora, e bem sabiam que se não tratava do rumo de sudoeste da agulha de govêrno do navio, mas sim de um «rumo horário».

[1] Castanheda, *Historia do descobrimento da India*, Livro I, Cap. 73.
[2] Pág. 141 da edição fac-similada do *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes.
[3] *Ibidem*, pág. 126.
[4] *Ibidem*, pág. 117.

JANEIRO		ABRIL	
Ano bissexto		Ano bissexto	
Lua	Dias do mês	Lua	Dias do mês
19	1	16	1
8	2	5	2
	3		3
16	4	13	4
5	5	2	5
	6		6
13	7	10	7
2	8		8
	9	18	9
10	10	7	10
	11		11
18	12	15	12
7	13	4	13
	14		14
15	15	12	15
4	16	1	16
	17		17
12	18	9	18
1	19		19
	20	17	20
9	21	6	21
	22		22
17	23	14	23
6	24	3	24
	25		25
14	26	11	26
3	27		27
	28	19	28
11	29	8	29
19	30		30
8	31		

Resta-nos dizer como se informavam os marinheiros a respeito da idade da lua, isto é, do número de dias decorridos desde a sua conjunção com o sol. No primeiro grupo de tábuas qüadrienais de declinação solar, do *Livro de Marinharia*, a coluna dos dias do mês é precedida por uma coluna intitulada *Lua*, que serve para se procurarem os dias de lua nova, sabido o áureo número do ano. Transcrevemos as duas colunas que precedem a das declinações nos meses de janeiro e abril do ano bissexto ([1]). Na coluna *Lua* entra-se com o áureo número. Se êste é, por exemplo, 19, como no ano bissexto de 1500, corre-se a coluna até o encontrar, e vê-se que êle está em frente dos dias 1 e 30 de janeiro, e do dia 28 de abril. Nestes dias foi lua nova, e a partir dêles e dos analogamente achados nos outros meses, se conta a idade da lua. Assim verificamos também que, quando Mestre João escreveu de Vera Cruz, em 1 de maio de 1500, a sua carta ao rei D. Manuel, em que lhe manda um esbôço das estrêlas austrais, êle pudera, nas noites anteriores, observar bem as estrêlas, que brilhavam em todo o seu fulgor num céu sem lua.

O cálculo do áureo número fundava-se na regra simples de juntar 1 ao ano de que se trata, e achar o resto da divisão por 19. Assim, para o ano de 1500, procurava-se o resto da divisão de 1501 por 19, e como o resto é nulo, era, nêste caso, áureo número o próprio divisor 19. O preceito que se lê no *Livro da Marinharia:*

«It. para saberes os áureos números, depois de saberes a era, darás de — 1000 — 12, e de — 100 — 5, e de — 20 — 1» ([2]),

quere dizer que se substitui, no ano da data, o milhar por 12, cada centena por 5 e cada vintena por 1, porque 12, e 5, e 1, são respectivamente os restos da divisão de 1000, de 100, e de 20, por 19.

A seguir lêem-se as regras para, sôbre a mão, contando pelas juntas dos dedos, se fazer o cálculo do áureo número, da letra dominical e dos dias da lua nova em cada mês ([3]).

O emprêgo da mão nos cálculos do calendário era já usado pelos navegadores medievais, como mostram as mãos desenhadas numa das fôlhas do portulano de 1384 ([4]) (portol. Pinelli — Walckenaer) que se conserva no British Museum.

O nosso Gonçalo Trancoso, autor dos *Contos e Historias de Proveito e Exemplo*, compôs, em 1565, a *Regra geral para aprender pela mão as festas mudaveis*, que foi impressa em Lisboa, em 1570 ([5]). Aí explica, no cap. 2.º, «como se saberá quantos são de áureo número cada ano»; no cap. 6.º, «como se achará, pela mão, a letra dominical, com alguns exemplos ao propósito»; e no cap. 12.º, como se saberá, pela mão, quando é a lua nova».

([1]) *Livro de Marinharia*, Lisboa, 1903, coordenado por Brito Rebello, págs. 61 e 62.

([2]) *Ibidem*, pág. 42.

([3]) *Ibidem*, págs. 42, 43.

([4]) Nordenskjöld, *Periplus*, mapa XV, reproduzido do *Atlas* do Visconde de Santarém.

([5]) *Regra geral para aprender a tirar pola mão as festas mudaveis, que vem no anno, a qual ainda que he arte antiga está per termos mui claros.* Novamente escrita por Gonçalo Fernandes Tranquoso. Impressa em casa de Francisco Corrêa, 1570.

17—O SABER NÁUTICO PORTUGUÊS NA EPOPEIA NACIONAL

S dois manuais náuticos portugueses, conhecidos pelos nomes de *Regimento* de Munich e *Regimento* de Évora, constam de duas partes bem distintas: uma, pròpriamente prática, contém o regimento do sol ao meio dia, o regimento da estrêla do norte, uma lista de latitudes geográficas, o calendário, e as tábuas de longitudes e declinações solares; a outra, destinada à instrução teórica, é o *Tratado da Esfera do mundo*, traduzido do latim em linguagem. Esta parte é a versão portuguesa do livro *De Sphaera*, compêndio de astronomia escrito no século XIII pelo frade inglês João Sacrobosco. Neste compêndio, que teve tam largo sucesso, expõe-se a teoria geocêntrica de Ptolomeu, com os planetas distribuídos pelas sete esferas, as estrêlas situadas na oitava, e por fóra o primeiro móbil, a nona esfera, propulsora do movimento diurno. Mas as esferas não são puramente geométricas; são esferas sólidas, cristalinas, como os árabes as concebiam, à maneira de Aristóteles, considerando-as feitas da quinta essência, que era distinta dos quatro elementos que constituïam o mundo sublunar.

O sistema dos nove céus era já conhecido de Azurara, como mostra o comêço do Cap. XXV da *Chrónica de Guiné*, acabada de escrever em 1448:

«Oh tu celestial padre, que com tua poderosa mão, sem movimento de tua divinal essência, governas tôda a infinda companhia da tua santa cidade, e que trazes apertados todolos eixos dos orbes [1] superiores, distinguidos em nove esferas, movendo os tempos das idades breves e longas, como te praz!»

Também pelo rei D. João I era sabida a distribuïção dos astros pelos diferentes céus, como se vê no *Livro da Montaria*, composto entre os anos de 1415 e 1433:

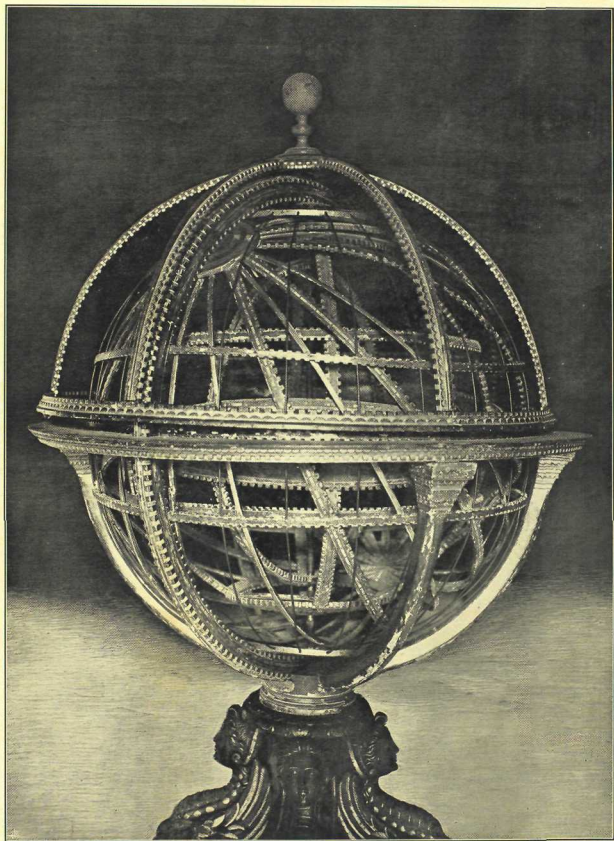
«Ainda é de saber que estas sete planetas cada uma está em seu céu: ca em os sete céus em que estão, sob a oitava esfera, que em cada um está sua planeta, e êstes céus hão os seus movimentos tam desvairados, que cada um anda de sua guisa, ca o céu em que está a Lua faz o seu movimento tam breve, que faz o seu tôrno em 29 dias e 12 horas; e o Sol que está em ametade de todalas planetas, faz o seu tôrno já a tam passo, que não acaba senão em um ano; e Saturno, que é a mais alta planeta, de todo faz o seu tôrno a tam passo que, segundo os astrólogos dizem, não se acaba menos de 30 anos.» [2]

O *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes, publicado em 1537, compreende nova tradução da obra de Sacrobosco, a qual, juntamente com a «Teórica do Sol e da Lua», de Purbáchio, e o primeiro Livro da Geografia de Ptolomeu, precede os dois Tratados sôbre a arte de navegar. Sacrobosco atribúi à oitava esfera um movimento próprio de ocidente para oriente em volta dos pólos da eclíptica, à razão de um grau por século; assim se efectuava a precessão dos eqüinócios, segundo Ptolomeu. Pedro Nunes acrescenta mais uma esfera, que se teve de introduzir para explicar o suposto movimento de trepidação; por isso anota à margem, adoptando os períodos estabelecidos pelas considerações cabalísticas dos rabinos de Toledo: «Isto segundo a opinião de Ptolomeu, porque os astrólogos, que depois foram, acharam que êste movimento de ocidente para oriente pela ordem dos signos pertence à nona esfera, e que não é em 100 anos um grau, mas em 200 um grau e 28 minutos, de sorte que em 49000 anos, falando naturalmente, se cumprirá sua revolução. E o movimento próprio à oitava é o da trepidação que se faz em 7000 anos».

Camões expõe no Canto X dos *Lusíadas*, de uma fórma precisa e admirávelmente bela, a mecânica celeste aínda corrente no seu tempo. Tétis mostra aos Portugueses um globo transparente constituído por dez esferas concêntricas feitas da quinta essência, em cujo centro se póde ver a Terra formada pelos quatro elementos. O Gama, vendo êste globo, fica comovido de espanto e de desejo; Tétis patenteia aos seus olhos maravilhados o transunto reduzido do mundo em pequeno volume:

---

[1] Na edição da *Chrónica do descobrimento de Guiné*, Paris, 1841, pág. 132, lê-se *ordes*, em vez de *orbes;* há aqui o êrro evidente da troca do *b* por *d*. Também na página 31, onde se lê: «Leixou [o Infante] muy nobres casas ao *estado* de Lixboa», se deve lêr *estudo*, em vez de *estado*. Trata-se do Estudo, isto é, da Universidade de Lisboa.

[2] *Livro da Montaria* feito por D. João I, rei de Portugal, publicado, por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, por F. M. Esteves Pereira, Coímbra, 1918, pág. 130.

Modêlo da Máquina do Mundo que se conserva na Biblioteca do Convento do Escorial, Espanha

(Diâmetro da esfera exterior: 1m,14)

ESTAMPA III

Vês aqui a grande máquina do mundo,
Etéria e elemental, que fabricada
Assim foi do Saber alto e profundo,
Que é sem princípio e méta limitada.

Por baixo do Empíreo, que está com luz tam clara radiando que a vista cega, corre a décima esfera, propulsora do movimento diurno, tam leve e tam ligeira que não se enxerga: é o primeiro Móbil. Dentro desta anda outra, a nona esfera, tam lenta e subjugada a duro freio que em 200 anos dá apenas «um passo»; é ela que produz o movimento de precessão pelo seu giro lento, no sentido directo, em volta dos pólos da eclíptica. Por baixo dela, o oitavo céu, o firmamento, que se veste com o largo cinto de ouro das constelações zodiacais e se orna da pintura que, por outras partes, as estrêlas fulgentes vão fazendo:

Olha a Carreta, atenta a Cinosura,
Andrómeda e seu pai, e o Drago horrendo,
Vê de Cassiopeia a formosura
E do Orionte o gesto turbulento,
Olha o Cisne morrendo que suspira,
A Lebre e os Cães, a Nau e a doce Lira.

Dentro dêste grande Firmamento seguem-se os sete céus dos planetas, desde Saturno até à Lua, enumerados por sua ordem numa formosíssima estância. E como os planetas se movem em seus epiciclos e o centro de cada um dêstes vai percorrendo o respectivo círculo excêntrico, chamado «deferente,» com diversas velocidades, o poeta resume:

Em todos estes orbes, diferente
Curso verás, nuns grave e noutros leve;
Ora fogem do centro longamente,
Ora da Terra estão caminho breve.

Tétis dá pois aos navegadores lusitanos o prazer de poderem ver, com os olhos corporais, o transunto da máquina do mundo, descrita e figurada nos manuais náuticos, que êles levavam a bordo das naus. Queremos crer, tam rigorosa e completa é a descrição do poeta, que êle teve ocasião de observar algum modêlo do sistema do mundo, análogo ao que se vê, construído em armilas de madeira, na Biblioteca do Convento do Escorial, representado na estampa junta [1] (Estampa III).

Camões glorifica assim, no Canto X, o saber náutico dos Portugueses, que se dedicaram à cultura da sciência astronómica, base scientífica dos descobrimentos, e no Firmamento souberam destacar a nova constelação, a cruz de estrêlas que devia servir de guia nas navegações austrais. No Canto V mostra-nos o Gama aplicando o regimento do astrolábio na Angra de Santa Helena:

Porém eu c'os pilotos na arenosa
Praia, por vermos em que parte estou,
Me detenho em tomar do Sol a altura
E compassar a universal pintura [2].

Do amor com que se estudava a sciência dos astros dá êle mesmo uma elevada prova na constante e completa exactidão que observa nas numerosas referências astronómicas do poema.

Os próprios reis portugueses e as pessoas da família real eram os primeiros a dar o exemplo do seu interêsse por uma sciência que era fundamental num país de navegadores. O rei D. Duarte dedica

(1) A Estampa III é reprodução da fotografia que nos foi obtida por obsequioso intermédio do Ex.mo Snr. Marquês de Leis (Orense, Espanha).

(2) A universal pintura é a carta de marear, sôbre a qual se faz correr o par de compassos para marcar o ponto, sabida a altura do lugar. «O ponto de esquadria supõe sabido o rumo por onde se andou e a altura do pólo observada pelo Sol ou Estrêlas. Isto sabido, põe-se uma ponta de um compasso no pôrto, ou lugar da partida, e a outra no rumo, por onde se andou, e com a ponta de outro compasso se tomam no Meridiano graduado os graus da altura observada, e a outra ponta dêste segundo compasso se põe no rumo de Leste Oeste mais vizinho; e correndo os dous compassos, até que se venha a juntar a ponta que saíu do lugar, donde se partiu, com a ponta, que saíu da altura, onde se juntarem estas duas pontas, alí será o lugar do navio» (M. Pimentel, *Arte de navegar*, Lisboa, 1762, pág. 72).

dois capítulos do *Leal Conselheiro* à explicação das rodas, por êle debuxadas, para se saberem as horas pela Ursa Menor. Ao bispo de Évora, D. Afonso de Portugal, filho do Conde de Ourem e bisneto de D. João I, porque se deleitava com obras de astronomia, oferece o doutor sevilhano, Afonso de Córdova, a sua nova regra para o cálculo fácil do lugar de Vénus pelas tábuas de Zacuto, publicada na edição de Veneza, 1502, do *Almanach perpetuum*, com carta dedicatória ([1]). Na casa do Infante D. Luís, filho do rei D. Manuel, foi «onde a sciência da Cosmografia mais floresceu que noutra parte alguma desta redondeza que habitamos», segundo o testemunho de D. João de Castro no prólogo do *Roteiro desde Goa até Dio*. E referindo-se depois à expedição a Túnis, onde foi com êste Infante em serviço de Carlos V, dá-nos ideia do assunto favorito das suas conversações: «mas lembrou-me que, nos campos Africanos da grande e miserável Cartago, jamais os ardentes raios do sol, nem as ásperas e contínuas corridas podiam ser ocasião que, aparecendo eu em sua Real tenda, ainda com muita parte de suas vitoriosas armas vestidas, *me não praticasse qualquer proposição de Cosmografia....». D. João de Castro rejeitou os 2000 cruzados* que o Emperador mandou dar a cada um dos capitães da Armada. O que ao Infante agradou, e trouxe dos despojos de Túnis, foram alguns astrolábios árabes antigos ([2]).

Os Cavaleiros, «em perigos e guerras esforçados», que foram edificar o «novo reino» ultramarino, arriscando-se aos perigos dos mares desconhecidos, tiveram de ocupar-se também da navegação. Em plena época dos descobrimentos é Duarte Pacheco Pereira um exemplo eminente de um guerreiro-navegador: o seu valor militar foi glorificado no brasão de armas que lhe outorgou o rei de Cochim, o seu saber náutico e astronómico está patente no *Esmeraldo*. De Vasco da Gama nos diz Castanheda que era «experimentado nas cousas do mar em que tinha feito muito serviço a El-Rei Dom João II» ([3]). O heróico D. João de Castro, pelos seus *Roteiros*, fica na história da sciência como notável hidrógrafo e naturalista.

A escola marítima portuguesa deu uma pléiada numerosa de pilotos de alto valor. De Álvaro Esteves, morador na vila de Lagos, que foi ao descobrimento da Costa da Mina, atesta Duarte Pacheco: «o qual Álvaro Esteves foi o mais avantajado homem do seu ofício que na Espanha então houve» ([4]). O pilôto João de Lisboa deixa-nos o seu *Tratado da agulha de marear*. Êle e Pedro Anes fazem em Cochim, por 1506, observações sôbre o Cruzeiro e a Estrêla do Norte, para formularem o Regimento do *Cruzeiro do Sul*.

Das classes populares saíram os rudos marinheiros que Camões não deixou no esquecimento:

> Os casos vi que os rudos marinheiros
> Que tem por mestra a longa experiência
> Contam por certos sempre e verdadeiros,
> Julgando as coisas só pela aparência:
> E que os que tem juizos mais inteiros
> Que só por puro engenho e por sciência,
> Vêem do mundo os segredos escondidos
> Julgam por falsos, ou mal entendidos.

Assim se celebra na epopeia portuguesa o «marinheiro desconhecido», de cujas observações se ria a douta ignorância dos sábios do tempo, que acabaram por se voltar também para o grande livro da Natureza, em que liam os olhos maravilhados daqueles rudes heróis anónimos.

A emprêsa dos descobrimentos, iniciada pelo Infante D. Henrique, acabou por tornar-se um *movimento nacional. E o exemplo da nação lusitana arrastou os outros países à descoberta integral* do planeta.

João de Barros, narrando a viagem do Gama já de volta de Calicut, depois de contar como êle pôs o último padrão num dos ilhéus de Santa Maria, que dêste padrão receberam o nome, faz estas considerações: ([5]).

([1]) O enderêço da carta dedicatória é: «Ad Reverendissimum in christo patrem ac illustrissimum dominum Alfonsum Eborensem episcopum, Alfonsus artium et medicine doctor Salutem».

([2]) «Deinde verò post aliquot annos eandem tabulam exaratam reperimus in Arabicis Astrolabiis multis antè seculis constructis, quae clarissimus Princeps Ludovicus Portugaliae infans ex manubiis attulit Tunetis urbis» *(Petri Nonii Salaciensis Opera*, Basileae, 1566, pág. 157).

([3]) Castanheda, *Historia do descobrimento da India*, Livro I, Lisboa, 1833, pág. 6.

([4]) *Esmeraldo*, Lisboa, 1905, pág. 113.

([5]) *Década* I, Liv. IV, Cap. XI.

«Assim que com êste Padrão, que foi o derradeiro em tempo, deixou Vasco da Gama nesta viagem postos cinco Padrões, S. Rafael no Rio dos Bons Sinais, S. Jorge em Moçambique, Santo Espírito em Melinde, Santa Maria nestes ilhéus, e o último por sítio, em Calicut, chamado S. Gabriel. Os quais peró que não sejam postos por nação tam gloriosa de escrever, como foi a gente Grega, nem o nosso estilo possa alevantar a glória dêste feito no grau que êle merece, ao menos será recompensado com a *pureza da verdade* que em si contém. Não contando os fabulosos trabalhos de Hércules em pôr suas colunas, nem pintando alguma Argonáutica de Capitães Gregos em tam curta e segura navegação, como é de Grécia ao rio Faso, sempre à vista da terra, jantando em um pôrto, e ceando em outro, nem escrevendo os errores de Ulisses sem saír de um clima, nem os vários casos de Enêas em tam breve caminho, nem outras fábulas da gentilidade Grega e Romana: que com grande engenho *na sua escritura* assim decantaram e celebraram a emprêsa, que cada um tomou, que não se contentaram com dar nome de ilustres capitães na terra aos autores destas obras, mas ainda com nome de Deuses os quiseram colocar no Céu........ Certo, grave e piedosa cousa de ouvir, ver uma Nação [a portuguesa], a que Deus deu tanto ânimo, que se tivera criado outros Mundos já lá tivera metido outros Padrões de vitórias: assim é descuidada na posteridade de seu nome, como se não fôsse tam grande louvor dilatá-lo por pêna, como ganhá-lo pela lança».

BRASÃO DE CAMÕES

Barros julga modesto o seu estilo para tam altos feitos como os que narra com verdade. A «tuba canora e belicosa» de Camões, poeta e soldado ([1]), ao entoar o canto da emprêsa lusitana dos descobrimentos, que constitui o capítulo português da História da Civilização, sente que a

([1]) Camões serviu em Ceuta como soldado de 1549 a 1551, e aí perdeu em combate um dos olhos, segundo Faria e Sousa em resultado do ferimento causado por um fragmento de bala. A isso se refere o poeta na Canção que começa: «Vinde cá meu tam certo Secretário» —, quando narra a sua vida fóra do «pátrio ninho amado»:

> Agora experimentando a fúria rara
> De Marte, que nos olhos quis que logo
> Visse, e tocasse o acerbo fruto seu:
> E neste escudo meu
> A pintura verão do infesto fogo.

Camões faz aqui alusão ao seu escudo de armas, ao *vermelho* que toucava as rochas do seu brasão, côr que, em heráldica, correspondia ao fogo e significava guerras, na qual vê simbolizado o destino que o fêz andar experimentando «Os perigos Mavórcios inumanos».

Devemos esta explicação ao falecido professor da Faculdade de Letras de Coímbra, Dr. Carlos de Mesquita.

nova epopeia vai superar as antigas pela realidade e importância dos factos celebrados. Ao terminar a longa exposição histórica ao rei de Melinde, o Gama diz, referindo-se a Homero e a Vergilio:

> Cantem, louvem, e escrevam sempre extremos
> Dêsses seus Semi-deuses, e encareçam
> Fingindo Magas Circes, Polifemos,
> Sirenas que c'o canto os adormeçam....

e, enumerando várias ficções da Odisseia e da Eneida, exclama por fim:

> Que por muito e por muito que se afinem
> Nestas Fábulas vãs tam bem sonhadas,
> *A verdade que eu conto núa e pura*
> Vence tôda grandíloqua escritura.

O voto de Camões — «Que se espalhe e se cante no Universo» — está satisfeito: o seu poema foi consagrado como uma das obras-primas da literatura mundial. Da escola portuguesa de navegação, iniciada pelo Infante D. Henrique, saíram as viagens de Colombo e Magalhães; dela saíu o impulso persistente que se comunicou às outras nações, para se lançarem também, através dos mares, à procura das terras desconhecidas. Os *Lusíadas* são assim o poema da expansão dos povos europeus, a epopeia da posse do orbe terráqueo pelo homem.

CAPÍTULO III

OS FALSOS PRECURSORES DE ÁLVARES CABRAL

PELO

PROF. DUARTE LEITE

OS FALSOS PRECURSORES DE ÁLVARES CABRAL

ANTO os historiadores verdadeiramente dignos do nome quanto os que o usurpam, repisando velhos textos de envolta com a herva ruím da própria fantasia, todos concordam em que foram castelhanos, e não portugueses, os europeus a cujos olhos atónitos se desvendaram pela primeira vez os esplendores do moderno Brasil; todos, com raras excepções, se mostram convencidos de que nas amuradas de caravelas castelhanas ressoaram, com a *agonia do XV século, os primeiros clamores maravilhados diante* da magestade do Amazonas.

Os soberbos leões de Castela antecederam as bemditas quinas portuguesas, só mais tarde desfraldadas ao sôpro das brisas brasileiras; e antes que os indígenas ouvissem surprêsos as harmonias da língua de Camões já os ecos das suas selvas virgens tinham repercutido a toada viril de vozes espanholas. Quando Álvares Cabral aportou a Vera Cruz em 22 de Abril de 1500, e aí lançou as bases de um novo império conquistado à fé cristã, já o fidalgo Alonso de Hojeda dez meses atrás passára pelo Rio Grande do Norte, já Vicente Yañez Pinzon em janeiro tocára nas imediações do cabo de S. Agostinho, já finalmente Diego de Lepe e Alonso Vellez de Mendoza tinham visitado audaciosamente paragens ainda mais meridionais. Tal é a versão corrente e há longos anos consolidada pelo prestígio magistral de autores ilustres.

Sem embargo, porém, das cans veneráveis e das ponderosas autoridades, ousamos submetê-la à joeira da mesma crítica desconfiada e severa que tem dissipado tantas lendas e destruído reputações ataviadas, reduzindo os factos à nudez primitiva e enquadrando os homens em suas adequadas molduras.

Os modernos americanistas — para tomar um exemplo flagrante — não têm já por Colombo o culto quási feiticista de seus antecessores que o consagraram como um dos vultos mais geniais de tôdas as épocas, dotado além disso dum nobre carácter: insigne navegador, astrónomo e cosmógrafo eminente, que concebeu e vingou o plano grandioso de doar ao mundo as terras incógnitas do Ocidente, previstas antes de descobertas. Hoje sabe-se, ao envés, que o grande almirante possuía de facto uma incansável tenacidade e profunda confiança em si próprio, qualidades imprescindíveis a quem tem em mira altos cometimentos, mas ao mesmo tempo era duro, violento, ávido e mentiroso; e no tocante a seus maravilhosos conhecimentos, averiguou-se que era ignorante em astronomia, professava extravagantes ideias

cosmográficas e partiu com modestos conhecimentos náuticos para a sua primeira viagem, tendo topado por feliz acaso com regiões bem diversas das sonhadas, que aliás sempre se obstinou cegamente em confundir com a Ásia. Ruíu, definitivamente desfeita, a encomiástica lenda colombiana, para a qual o genovês glorioso foi o primeiro a contribüir com falsas indicações e com fraudulentos dados biográficos; contudo o facto não obsta a que escritores, cujas obras se não destinam a leitores entendidos, continuem a repetir ovinamente as fantasias doutrora e divulguem conceitos errados sôbre o grande homem e o descobrimento da América.

Semelhantemente a crítica histórica, qüe reduz as proporções de Colombo, ajusta as de Vespúcio e exalça as de Fernão de Magalhães, tem de proceder com a suposta primazia espanhola na descoberta do Brasil; haverá que emendar os livros onde encontrou guarida esta injusta reivindicação dos cronistas, propensos a avocar para os seus conterrâneos glórias ideadas em sua transviada imaginação. Com razão têm sido postos em relêvo os males causados pelo patriotismo exagerado que, no afan sistemático de disputar façanhas, deturpa ou interpreta capciosamente os acontecimentos, e vai ao ponto de forjar documentos ou de lhes alterar a verdadeira leitura. A descoberta do nordeste brasileiro e do rio da Prata por espanhois são duas pretensões que se filiam nesse espírito de nacionalismo estreito e faccioso; mas é forçoso confessar que para a propagação do êrro contribüiram em grande escala os mesmos portugueses aos quais se devem aqueles feitos.

A política de segrêdo, invariávelmente adoptada até muito tarde pelos reis de Portugal, e a conseqüente falta de diplomas oficiais, a sobriedade ou silêncio e a ocasional confusão dos nossos cronistas quando depõem acêrca dos mais importantes descobrimentos, a desaparição de numerosos documentos no terremoto de Lisboa e porfim a escassez de investigações paleográficas, mantêm sôbre meio século da epopeia marítima portuguesa uma densa névoa que difícilmente se dissipará.

A história das terras austrais do poente está nos seus primórdios cheia de incertezas e enigmas. Desde Pero Vaz da Cunha, o Bisagudo, até Álvares Cabral há doze anos de mistério profundo; acêrca de Vera Cruz apenas possuímos as cartas de Pero Vaz de Caminha e de Mestre João, e desde 1500 até Martim Afonso de Sousa correm trinta anos de referências vagas, datas contraditórias e notícias truncadas. Aparecem rastos de explorações navais e terrestres, vislumbram-se os navegadores e pioneiros, mas ficaram tam sòmente vestígios dêsse gigantesco esfôrço.

Doutro modo se passavam as coisas na Espanha, onde os reis católicos e seus sucessores não tinham de guardar as reservas ciosas dos parentes vizinhos e deixaram nos arquivos grande cópia de documentos preciosos. A colheita de informações, que se póde dizer abundante quando enfrentada com a penúria portuguesa, é todavia deficiente no tocante à exploração castelhana no nordeste da América meridional, pouco seguida porque de pequeno proveito material. Se não fôra a cobiça do filho do almirante, Diego Colombo, que moveu à corôa de Castela um processo para reaver os enormes privilégios e regalias concedidas a seu pai, ainda hoje muito pouco constaria da expedição de Alonso de Hojeda em 1499, e ficariam totalmente ignoradas as de Diego de Lepe e Alonso Vellez de Mendoza, das quais aliás quási nada sabemos. Da de Vicente Yañez Pinzon em 1499 temos a narração contemporânea de Pedro Martir d'Anghiera, que é muito pobre de dados úteis, sendo também escassos e obscuros os esclarecimentos complementares tirados do referido processo. Os autos desta interminável e ruidosa demanda e o relato de Martir — essas são de facto as fontes originais a que estamos reduzidos; e é dos depoïmentos das numerosas testemunhas, ora jactanciosos ou falsos, ora confusos ou errados, que temos de extraír a ferros, quando não informes certos, pelo menos conjecturas plausíveis.

Conhece-se desde 1894 o texto integral dos autos, ignorado do consciencioso erudito espanhol Fernando Navarrete, o qual vêm invalidar as suas descrições das expedições de Hojeda, Pinzon e Diego de Lepe, tomadas para modêlo por quantos depois se têm ocupado do assunto. Estamos de posse desde 1892 da primitiva relação de Martir, feita em 1501 e acrescentada em 1511 e 1516 quando impressa; e nos últimos cinqüenta anos a cartografia americana se tem enriquecido com numerosas contribüições esclarecedoras. Estes materiais permitem reconstitüir em novos moldes as viagens dos três assinalados capitães. No entanto — facto estranho que mostra a fôrça imensa das lendas criadas — ainda não ocorreu dissecar as descrições de Navarrete, expurgando-as de suas inexactidões e concluíndo que o Brasil, ao contrário de sua afirmação, não foi descoberto por castelhanos.

Pondo de parte outras viagens além da de Duarte Pacheco, por conjecturais ou pelo menos sujeitas a dúvida, póde-se com efeito demonstrar — se é lícito o termo fóra das sciências exactas ou experimentais, — que Álvares Cabral não teve precursores espanhois na descoberta do vasto território do moderno Brasil. Em 1499, Hojeda não cruzou o eqüador, nem sequer viu a foz do Orinoco; Pinzon em

1500 não esteve no Amazonas e ficou para o norte, não ultrapassando o cabo d'Orange; Diego de Lepe e Vellez de Mendoza só visitaram o grandissimo rio quando já se rasgavam para a história os esplendores do século XVI.

Tal demonstração será o objecto do presente ensaio, inteiramente fóra da senda trilhada, no qual sentimos que a pobreza do estilo venha ainda agravar o fastio inevitável das minuciosas e áridas investigações do passado. Sirva-nos ao menos de consôlo ter contribuído com alguns factos inéditos para melhor conhecimento do brilhante período dos descobrimentos que imortalizou os dous povos ibéricos.

I—ALONSO DE HOJEDA

EVE um patrono ilustre a versão que atribui ao castelhano Alonso de Hojeda e ao seu companheiro Américo Vespúcio a ventura de ter primeiro avistado em 1499 o nordeste do Brasil. Foi Francisco Adolfo de Varnhagen quem nos meados do século passado exumou do esquecimento e avigorou a pretensão de Vespúcio, o qual no relato da segunda navegação [1] duas vezes assevera ter aproado, por 5º de latitude austral, ao continente anos depois baptizado com o seu nome. Para o insigne brasileiro, as terras alagadiças a que êle acostou, tentando inutilmente desembarcar, são as do delta do Assú, no Rio Grande do Norte.

Acolhida com frieza, a reivindicação do fervoroso paladino de Vespúcio não conseguíu o assentimento dos historiadores [2], a êsse tempo e ainda depois muito desconfiados dos méritos e proezas do enigmático florentino. É que o suposto descobrimento se estribava tam sòmente num texto de duvidosa veracidade, omisso de nomes e escrito em termos de tal modo vagos que se uns, acompanhando Varnhagen, querem ver na viagem narrada a de Hojeda, outros se encostam a Humboldt e têm-na como dirigida por Vicente Pinzon, ao passo que alguns, seguindo d'Avezac, preferem como comandante a Diego de Lepe.

Os primitivos cronistas espanhois, impressos até o meio do século XVI, não se ocupam dêle, ressalvadas concisas alusões; tampouco mencionam as quatro navegações de Vespúcio, personagem aliás bem notória, pois exerceu as funções de pilôto-mór desde 1508 até 1512, ano da sua morte. As primeiras referências explícitas à debatida expedição encontram-se no processo movido à corôa de Castela por Diego Colombo, filho do grande almirante, no decurso do qual o procurador fiscal da corôa interrogou numerosas testemunhas acêrca dos feitos dos descobridores espanhois contemporâneos de Colombo. Aí, no depoïmento do próprio Hojeda, se lê que êle teve por sócio na aventura a Vespúcio, cuja segunda viagem irrompe assim da misteriosa nebulosidade que a envolve, assumindo fóros de verosìmilhança, senão de inteira verdade.

O silêncio dos cronistas só se interrompeu com as acrimoniosas censuras que Las Casas, na sua *Historia general de las Indias*, lança em rosto a Vespúcio, taxando-o de falsário e usurpador das

[1] *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quatro suoi viaggi*, Florença, 1505 ou 1506, opúsculo de extrêma raridade. Desta carta, endereçada a Pietro Soderini, fêz o humanista Basin uma tradução em latim, não muito conforme à versão italiana, que apareceu na *Cosmographiæ introductio*, Saint-Dié, 1507, obra provàvelmente de Waldseemüller (Ilacomilus), a cuja sugestão deve o Novo Mundo o nome de América. Damos a segunda viagem, em versão portuguesa quási literal, no *Apêndice A*; as outras são de fácil acesso no excelente volume de Henry Vignaud, *Améric Vespuce*, Paris, 1917.

[2] Dentre os contraditores de Varnhagen destacamos d'Avezac, cuja análise ainda hoje, 60 anos volvidos, conserva grande parte do seu valor *(Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil*, 1857 e *Les voyages d'Améric Vespuce*, 1852). Capistrano de Abreu é de opinião contrária à de Varnhagen *(Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no seculo XVI*, Rio de Janeiro, 1883, págs. 26 a 31).

glórias de Colombo. O piedoso mas difuso e incolor bispo de Chiapa, cotejando a descrição das duas primeiras navegações, contida na imperfeita tradução latina coeva, com os autos daquele ruidoso pleito, e ajudado de duas cartas de Colombo e Francisco Roldan, chega à conclusão de que as viagens de 1497 e 1499 são na realidade o desdobramento e transformação da segunda, urdidos com o feio propósito de se arrogar a descoberta da terra firme de Pária, em que o almirante só tocou em 1498. No manuscrito de Las Casas, concluído em 1561, mas impresso só 314 anos mais tarde, se inspirou Herrera, a cuja crónica bastante divulgada cabe o maior quinhão na lamentosa reputação de que durante muito tempo gosou o florentino.

Debalde Bandini e Canovaì, em 1745 e 1788, tentaram palavras de elogio e aberta defesa; meio século depois, o infatigável e erudito Navarrete, na esteira do seu predecessor Muñoz, trata Vespúcio muito duramente, e o Visconde de Santarém se encarniçou longamente contra êle, fundado no completo silêncio dos cronistas portugueses e dos arquivos da Tôrre do Tombo. A reacção reparadora iniciou-a o grande Humboldt, que lhe reconheceu os méritos e o inocentou da culpa assacada de querer impôr ao Novo Mundo o próprio nome, conquanto julgásse as duas primeiras navegações artificiosamente compostas. Pouco depois interveio Varnhagen, que tenazmente conduziu, por espaço de vinte e cinco anos, uma ardente campanha em prol de Vespúcio, cujas viagens proclamou verídicas, e a quem atribuïa o mérito de haver afirmado, antes de qualquer outro, a continentalidade da chamada terra firme; o que não obstou a uma nova investida, na qual se salientaram o italiano Hughes e o inglês Markham.

Com a celebração em 1892 do quarto centenário do descobrimento da América ganhou fôrça o movimento em favor do famigerado navegador; os americanos Harrisse, Fiske e por último Henry Vignaud ([3]) deram-se mão forte para reabilitar o grande homem, tam discutido quanto caluniado. Estas abluções purificadoras transfiguraram completamente o antigo aspecto de Vespúcio, que em vez de trapaceiro, ignorante e jactancioso, nos surge ao cabo honesto, bom e competente, com sérios conhecimentos de náutica, astrónomo notável, cartógrafo distinto, um dos primeiros senão o primeiro cosmógrafo do seu tempo, e sobretudo narrador muito consciencioso das suas quatro muito verídicas explorações marítimas. Se a tam excelsas qualidades pudessemos juntar o fervor religioso e místico que caracterizou os últimos anos de Colombo, não achariamos estranho que assomásse a ideia da beatificação de Vespúcio, a exemplo da que planearam os cegos admiradores do grande almirante, capitaneados por Rosselly de Lorgues ([4]).

Não cuidamos de entrar na difícil controvérsia ainda por extingüir na qual, como de costume, de ambos os lados tem sido excedida a justa medida; o nosso objectivo, bem mais modesto, é examinar a segunda navegação de Vespúcio, que deveria coïncidir com a de Hojeda, tal como a conhecemos de fontes seguras. O intrépido e cruel fidalgo espanhol ignorava completamente a *Lettera* e a sua tradução latina, e mal imaginava, quando vegetava em penúria na Hispaniola, que lhe preparavam a glória póstuma de descobridor do Brasil, mercê de uma indicação de latitude viciada, senão falsa. É que o artifício aproveitava sobretudo ao seu ardiloso comparte, uma vez omitido o nome do chefe da expedição.

Se nos debates acêrca da legitimidade da narração de Vespúcio fôsse lícito invocar argumentos de autoridade, teriamos de nos inclinar diante da de Vignaud, a cujo espírito crítico e esclarecido parece não ficar dúvida sôbre a exactidão da narrativa; mas o eminente americanista quere ser julgado à fé de argumentos, e os que êle exibe não têm a solidez habitual ao arguto demolidor das falsas glórias de Colombo. Em que nos pese, temos de acentuar a nossa discrepância e incredulidade.

([3]) Na sua obra já citada encontra-se de pág. 75 a 102 uma bibliografia bastante completa dos escritos relativos a Vespúcio.

([4]) Vignaud, *L'ancienne et la nouvelle campagne en faveur de la canonisation de Christoph Colomb*, no *Journal des Américanistes de Paris*, 1909.
Neste mesmo *Journal* de 1911 vem publicada a memória de que saíu o volume *Améric Vespuce* do mesmo autor.

A VIAGEM DE HOJEDA EM 1499

UANDO perto do Natal de 1498 se espalharam em Espanha os rumores da nova descoberta da terra firme de Pária realizada por Colombo e, o que mais era, a notícia do ouro e pérolas havidas nos *rescates* com os indígenas, logo se alvoroçaram os ânimos e se reacenderam as cobiças, esmorecidas com os magros resultados das primeiras explorações. Muitos se propuseram então demandar aquelas paragens na esteira do almirante, arcando com as aventuras do desconhecido e os mistérios do largo oceano, mais na esperança de súbita riqueza que de honrarias e glória.

No número dêles se contou Alonso de Hojeda, fidalgo genioso e destemido que fôra da casa do duque de Medina Cœli, onde talvez conhecesse Colombo quando, ao saír de Portugal, êle se acolheu à sombra do poderoso titular. Acompanhou o almirante na segunda viagem, durante a qual demonstrou destreza e bravura, nomeadamente na prisão do cacique Caonaboa. Familiarizado com os perigos da navegação, Hojeda conseguíra além disso captar as boas graças do bispo de Córdova, D. Juan da Fonseca, superintendente nos negócios das Índias, o qual, malquistado com Colombo, o animou no projecto de ir a descobrir pelas novas regiões, com o duplo fim de tentar fortuna e de enfraquecer o prestígio do intruso genovês. Forte com esta protecção e tendo assegurado o concurso do reputado pilôto e cartógrafo Juan de la Cosa [5], aprestou-se para a expedição [6] e desaferrou do pôrto de S. Maria [7] com quatro navios [8], presumívelmente na primavera de 1499.

Hojeda declarou em 1513 [9] ter visto antes de partir, certamente por intermédio do bispo de Córdova, a carta de marear que Colombo mandára em 1498 aos reis católicos. Assim, na primeira parte da viagem, a derrota encostou-se à do almirante [10]; as diferenças só se produzem na arribada ao continente americano, realizada em ponto muito controvertido.

No seu depoïmento nas *Probanzas del fiscal* [11] pretende Hojeda ter percorrido *casi dozientas leguas* da costa antes de chegar a Pária, cômputo sem dúvida exagerado, como era costume invariável dos descobridores espanhois. Humboldt, acentuando êste facto [12], cita o exemplo de Rodrigo Bas-

---

[5] O interrogatório do fiscal e os depoïmentos resultantes no pleito de Diego Colombo são formais a êste respeito *(Apêndice B)*. Juan de la Cosa só outra vez foi companheiro de Hojeda na expedição de 1510, em que foi morto em combate. Harrisse, que não conhecia ao tempo os autos completos daquele pleito, publicados em 1892 e 1894, equivoca-se dizendo que foram também na expedição André de Morales, Bartolomé Roldan, Anton Garcia, Diego Martin e Diego Fernandez Colmenero *(The discovery of North America*, pág. 677). Os três primeiros mostram claramente em seus depoïmentos *(Apêndice B*, respostas à 5.ª pregunta do fiscal) que não estiveram presentes; quanto ao último, embora êle declare ter sido um dos descobridores, quere com isto simplesmente afirmar que foi *a descubrir* por aquelas regiões. Demais, êle seguiu com Vicente Pinzon na viagem de dezembro de 1499 a outubro de 1500, como se conclúi do diploma oficial de 5 de dezembro de 1500. (Navarrete, *Collecion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, Madrid, 1825-29, tôm. III, doc. VII e XVI). Do quarto dos marítimos citados apenas consta, vasculhando os autos do processo, que êle foi com Colombo em 1498, e com Pinzon provávelmente em 1499.

[6] Não se conhece o termo das capitulações de Hojeda. Las Casas, citando uma carta do famoso rebelde Francisco Roldan, pretende que êle não obteve dos reis, mas apenas do bispo D. Juan de Fonseca, a *licencia para descubrir (Historia general de las Indias*, Madrid, 1875, tôm. II, cap. CLXIV); mas Hojeda depôs que foi por mandado de S. S. Altezas *(Apêndice B*, respostas à 5.ª pregunta do fiscal, entre as quais a do escrivão Rodrigo de Bastidas).

[7] Depoïmentos de Juan de Xerez e Nicolas Perez, no *Apêndice B*, respostas às preguntas 3.ª e 5.ª do fiscal.

[8] *Historie del S. D. Fernando Colombo*, cap. 84. A primeira edição dêste livro, muito reproduzido, é de 1571.

[9] *Apêndice B*, respostas à pregunta 2.ª do fiscal.

[10] Segundo Navarrete (op. cit., tôm. III, pág. 5), Hojeda tocou nas Canárias, gastando 24 dias no trajecto destas ilhas ao continente, o que é emprestado da carta de 18 de julho de 1500, dirigida por Vespúcio a Lorenzo de Pier Francesco de Medicis, documento hoje reputado apócrifo. Na segunda navegação da *Lettera* já citada, que deveria ser a mesma de Hojeda, a escala foi feita pela ilha do Fogo, no arquipélago de Cabo Verde. André de Morales, no seu depoïmento *(Apêndice B*, resposta à 5.ª pregunta do fiscal), diz que partiram da ilha do Ferro, nas Canárias, para a travessia do Oceano.

[11] Assim se intitulou o interrogatório e depoïmentos das testemunhas, apresentadas pelo fiscal no processo de Diego Colombo, e *Probanzas del Almirante* os das apresentadas por êste *(Apêndice B)*.

[12] *Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent et des progrés de l'astronomie nau tique dans les XV e XVI siècles*. Paris, 1831-39, tômo V, pág. 161, nota.
É necessário observar que a légua náutica espanhola se contava por 4 milhas (perto de 6 quilómetros) e a terrestre por 3 (Pedro Martir, *Década* II, livro 10º); mas admitindo mesmo que a contagem de Bastidas era feita em medidas itinerárias dêste segundo padrão, o exagêro permanece considerável. Nessa hipótese, as 200 léguas de Hojeda reduzir-se-iam a 150 náuticas ou sejam muito perto de 900 quilómetros.

tidas que se gabava de ter percorrido, em 1500-1502, 3000 léguas de costa, quando em verdade não passou de 800.

No parecer do ilustre sábio [13], Hojeda, tal qual Colombo, não chegou a ver a verdadeira foz do Orinoco, a *Boca de Navios* ou *Boca grande*. Não lhe escapou, de certo, a circunstância de que na segunda expedição (1502) o explorador pouco ultrapassou os *anegados* ou terrenos alagadiços de Pária [14], perto do delta do Orinoco ou nele situados; ora se o castelhano na primeira viagem tivesse atingido o notável estuário dêste grande rio e mais ao sul o Essequibo, como fazem supor as 200 léguas acusadas, é natural que na segunda, empreendida pouco depois para as mesmas paragens, quisesse de novo visitar as suas importantes descobertas.

Humboldt, que não conhecia o texto completo das *Probanzas*, mas apenas os extractos dados por Navarrete [15], encontraria nêle um argumento em abôno da sua sagaz opinião. A torrente do Orinoco, irrompendo por uma foz de mais de 30 quilómetros de largo, entra impetuosamente no Oceano, cujas águas torna doces em distância superior a 5 léguas, na ocasião da baixamar e das cheias do rio que têm lugar entre março e agosto [16]. Êste fenómeno surpreendente fere a atenção de quantos passam por lá, e deveria causar assombro a Hojeda e seus companheiros, se o tivessem observado quando aí chegaram em junho ou julho, tanto mais que seriam os primeiros a poder contar a maravilha, mal entrevista por Colombo no gôlfo de Pária. No entanto, o capitão castelhano não o menciona quando depôs acêrca da sua viagem, e interrogado sôbre a descoberta por Pinzon do *rio grande donde hallaron el agua dulce que entraba en el mar*, confirma-a tranqüilamente, sem reivindicar uma parcela sequer do feito, ao mesmo tempo que declara ter visitado antes parte das novas terras descobertas por Pinzon.

Outro argumento, ignorado de Humboldt e ainda mais valioso, se tira do termo das capitulações dêste último navegador, lavrado em 5 de setembro de 1501 [17]. Neste documento os reis católicos dão como descoberto por êle um trecho de costa entre *S. Maria de la Consolacion* e o rio grande *S. Maria del mar dulce*, onde se dá o fenómeno da dulcificação das águas do Atlântico e daí em diante até o *cabo de S. Vicente*. Provaremos, no nosso estudo sôbre Pinzon, que o rio em questão não era o Amazonas, como geralmente se crê, senão o Orinoco; e como os reis atribüem a sua descoberta a êste castelhano, é certo que não podia tê-lo avistado antes Hojeda, que no caso contrário não se esqueceria de fazer valer o seu direito. Mas independentemente disto, sabemos hoje que o cabo de S. Vicente está muito a norte da foz do Orinoco, porque assim o atesta o Atlas de portulanos de Egerton 2803 [18]. É evidente que os reis não dariam em 1501 a região que precede o cabo como descoberta por Pinzon se ela o tivesse sido por Hojeda.

Tudo indica, pois, que êste capitão não chegou ao Orinoco em 1499; mas admitindo, ainda assim, como exacto o percurso de 200 léguas antes de Pária, êle não o teria trazido além de Surinam, na Guyana holandesa, como quere Navarrete, ou mais generosamente do Maroni, limite desta província, como pretende d'Avezac [19].

Saíndo de Pária, correu a costa de pôrto em pôrto [20], atracando sucessivamente à ilha Margarita, a *Aldea Vencida* (enseada dos Corsários) e *Puerto frechado* (Chichirivichi) [21], à ilha de *los gi-*

---

(13) Op. cit., tômo III, pág. 116.

(14) Navarréte, op. cit., tômo III, pág. 30.

(15) Op. cit., tômo III, pág. 538.

(16) Humboldt, *Voyage aux régions équatoriales*, tômo VIII, cap. 240, pág. 391; veja-se também a carta de Heath, em 1820, revista por Norie e intitulada *New Chart of the coast of Guayana*. A imaginação esquentada e a mendacidade dos pilotos espanhois avolumavam a cifras fantásticas a distância em que penetrava no mar a água doce (Humboldt, ibid. tômo I, cap. 3.º). Pinzon em 1513 declarou que no *Rio grande* ela era de 40 léguas; ora no Amazonas, onde o fenómeno se vê em maior escala, não passa de 12 a corrente doce.

(17) Êste termo é apenas citado por Navarrete; conhecido de Varnhagen em 1846, foi publicado em 1859 no tômo XXII da *Revista trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brasil* e por Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*, pág. 423 do 2.º tômo da 3.ª edição.

(18) Edw. Luther Stevenson. *Atlas of portolan charts, fac-simile of manuscript in British Museum*, New-York, 1911; XV fol. 8 a, XVII fol. 9 a.

(19) Navarrete, op. cit. tômo III, pág. 5; d'Avezac, *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil, pág. 68.*

(20) Depoïmento de André de Morales, no *Apêndice B*, resposta à 5.ª pregunta do fiscal.

(21) Estas duas últimas indicações tirou-as Navarrete de um documento relativo à segunda viagem de Hojeda de 1502 (op. cit., tômo III, doc. XVIII).

gantes (Curazao), ao gôlfo de *Venecia* (Venezuela ou Maracaïbo) ([22]) onde nasceu o nome do moderno estado, e finalmente à pequena península de *Cuquibacoa* (Guajíra) em cujo extrêmo fica o cabo de Vela, a que deu o nome. O termo das capitulações de Hojeda em 8 de junho de 1501 ([23]) dá-nos a entender que as terras descobertas por êle vêm desde *Cuquibacoa* até à Margarita e região de *Curiana (Citriana?)*, cabendo a Pero Alonso Niño e Cristobal Guerra a fama e o proveito de terem explorado pouco antes a *Costa de Perlas*, desde *Curiana* até Pária ([24]).

Do cabo de Vela rompeu para a Hispaniola (Santo Domingo ou Haiti), chegando a *Yaquimo* ou *Puerto del brasil* (Jacmel) em 5 de setembro. Temos a certeza desta data em vista do trecho, transcrito por Las Casas ([25]) duma carta de Colombo aos reis católicos, dizendo o bispo de Chiapa por diversas vezes ter sido de cinco meses a duração do trajecto entre Espanha e *Yaquimo*. Ignoramos se esta informação foi bebida nos papeis de Colombo, mas o cronista cai em manifesta contradição, pois que dá a partida da Península em maio e até sugere o dia 20, na crença de que a viagem é descrita ao mesmo tempo nas duas primeiras navegações de Vespúcio, propositalmente confundidas. Estes cinco meses em que insiste Las Casas fazem remontar o início da expedição de Hojeda aos princípios de abril de 1499 ([26]).

De Hispaniola, após várias peripécias cuja descrição não importa, zarpou o audacioso aventureiro em fins de fevereiro de 1500 ou em março, consoante o atesta Las Casas ([27]), fundeando em Espanha aí por abril de 1500. Isto se depreende do testemunho de Nicolao Perez ([28]), segundo o qual Hojeda estava de volta *dende a pocos dias* depois de Niño e Guerra; ora como estes chegaram a 6 de abril, Harrisse deduz que o regresso do castelhano foi na primeira quinzena do mês ([29]). É possível que assim acontecesse, mas aquela expressão parece-nos mais elástica, embora se não preste à hipótese de Navarrete, que adopta *mediados de junio* ([30]). A 28 de julho de 1500 preparava-se o capitão para capitular de novo com o bispo de Córdova, sendo pouco provável que no curto intervalo de pouco mais de um mês tivesse tempo de prestar contas da viagem terminada, projectar outra e preparar as capitulações respectivas. Optando por uma solução intermédia, concluïremos que Hojeda, tendo partido de Espanha na primavera de 1499, gastou perto de um ano na sua exploração, da qual tornou em abril ou princípios de maio de 1500.

([22]) No *lago de S. Bartolomé*, identificado por Navarrete com a laguna de Maracaïbo (op. cit., tômo III, pág. 8), se enamorou Hojeda duma índia, a que chamou Isabel. O cruel capitão, tam desumano para com os indígenas, dá indícios de grande ternura pela formosa mulher (Navarrete, op. cit., tômo III, doc. XX).

([23]) Navarrete, op. cit., tômo III, doc. X.

([24]) Hojeda, que não descura a sua reputação, pretende ter sido o primeiro a visitar tôda a região; e o depoïmento de Nicolao Perez parece dar-lhe razão (*Apêndice B*, resposta à 3.ª pregunta do fiscal).

([25]) *Historia general de las Indias*, tômo II, livro 2.º cap. CLXIV.

([26]) Harrisse fixa a data *early in the summer of 1499 (The discovery of North America*, Paris, 1892, pág. 676).

([27]) Op. cit., tômo II, livro 2.º cap. CLXIX.

([28]) No *Apêndice B*, resposta à 3.ª pregunta do fiscal.

([29]) Op. cit., pág. 676.

([30]) Na carta de 18 de junho de 1500 a Lorenzo di Pier Francesco de Medicis, atribuída a Vespúcio (Vignaud, *Améric Véspuce*, pág. 393), a qual narra a viagem de 1499 de maneira diversa da *Lettera*, diz-se que o regresso à Espanha se realizou cêrca de um mês antes, isto é, nos meiados de junho, o que explica a versão de Navarrete, bastante adstrita a esta carta. Varnhagen, duvidando da autenticidade do documento, foi examiná-lo e declarou-o apócrifo; e Vignaud concorda com êste erudito, principalmente porque, no seu entender, Vespúcio nunca partilhou da ideia falsa, consignada na carta, de que as Indias ocidentais eram terras da Asia (op. cit., pág. 59). Não é convincente o argumento, visto como o florentino só escreveu depois da viagem de 1501 ao serviço dos portugueses, na qual percorreu dilatado trecho da costa da América do Sul; além de que os portugueses jamais confundiram as novas regiões com a Asia. Notaremos também que, se Vespúcio foi sempre dêste parecer nos seus escritos, o falsário a quem se deve o texto apócrifo demonstrou rara inabilidade atribuíndo-lhe a contrária; e seria então a única, porque não se lhe descobriu outra. Humboldt não discute a autenticidade da carta, em que Uzielli se acredita; mas Harrisse e Fiske são da opinião de Varnhagen e ditaram o parecer de Vignaud. O reparo dêste crítico quanto à data não colhe, porque a do fim da segunda navegação da *Lettera* tem todos os visos de não ser exacta.

A SEGUNDA NAVEGAÇÃO DE VESPÚCIO

ESPONDENDO em 1513 ao interrogatório do procurador fiscal da corôa de Castela, quando já era morto o famoso florentino, declarou Hojeda ter levado consigo na viagem de 1499 *Juan de la Cosa, piloto, Emerigo Vespuch e otros pilotos.* Dêste modo de dizer se infere, em interpretação rigorosa, que Vespúcio não foi por pilôto, nem julgamos natural que, ao trocar a profissão de mercador pela ocasional de navegante ([31]), fôsse arvorado em timoneiro duma expedição arriscada.

É pois indubitável ter o florentino andado ao lado de Hojeda na exploração que êste levou a termo entre 1499 e 1500, de primavera a primavera, e seria de esperar que a segunda das navegações da *Lettera* ([32]), de maio de 1499 a setembro de 1500, coíncidisse com ela, a-pesar do autor não dizer uma palavra de Hojeda nem de La Cosa, figuras primaciais da expedição. Há efectivamente concordância entre o que ao certo se sabe da viagem do capitão castelhano e o relato italiano, na parte central dêle, mas no princípio e no fim as divergências são bastante profundas e habilitam-nos a concluír que o texto da *Lettera* não traduz fielmente os factos.

De comêço faremos um reparo quanto ao número de caravelas que o italiano nos informa serem três ([33]). Fernando Colombo todavia afirma ter Hojeda chegado à Hispaniola com quatro navios ([34]), e com êle se ajusta Las Casas ([35]); aliás os dois beberam na mesma fonte: os papeis do almirante referentes à sua terceira expedição de 1498. Não temos razões para duvidar da exactidão destas testemunhas, e temo-la para suspeitar de Vespúcio.

Conta-nos êle que acostou ao continente por 5° de latitude austral, o que corresponde às vizinhanças do Assú, no Rio Grande do Norte ([36]). Como êste rio tem um pequeno delta (se é que tal designação é cabida) e a *Lettera* fala em terras encharcadas, Varnhagen conclui precipitadamente que ali foi o ponto de arribada ([37]). A relação italiana, no entanto, diz-nos que tôda a região estava inundada por vários rios grandissimos, aos quais se refere quatro vezes no espaço de bem poucas linhas, e de tal maneira era o alagamento que a-pesar de obstinados esforços não puderam os exploradores desembarcar, tornando nos botes auxiliares aos navios. Esta descrição não se afigura aplicável ao Assú, nem mesmo ao Parnahyba, uns 2° mais ao norte.

A distância de 5° ao eqüador e a declaração na *Lettera* de ter atravessado duas vezes esta linha, constituem os baluartes dos que afirmam ter sido o Brasil descoberto por Hojeda e Vespúcio ([38]). De facto, quando mesmo houvesse êrro na primeira indicação, da segunda claramente se depreende que os expedicionários estiveram no Amazonas, cuja foz é cortada pela eqüinocial. Mas para que tal afirmação possa passar em julgado, é necessário demonstrar que as latitudes de Vespúcio são dignas de alguma confiança, e admitir que a travessia do eqüador não é uma ficção.

Ora as alturas do pólo fornecidas por êste pretenso grande nauta e astrónomo andam quási sempre erradas de alguns graus, cousa que já não era permitida a um bom pilôto português do fim do

([31]) No Archivo General de Protocollos de Sevilha existe uma procuração de 14 de maio de 1499, dias antes da partida da expedição de Vespúcio, na qual êste se intitula mercador florentino (Rodolfo Schuller, *O mappa portuguez mais antigo do Brasil,* no jornal *O Imparcial,* do Rio de Janeiro, de 27 de maio de 1914). Aos que deduzem das palavras de Hojeda que Vespúcio era pilôto, lembramos que êste tinha sido nomeado pilôto-mór em 1508, cinco anos antes de prestado o depoïmento.

([32]) No *Apêndice A.*

([33]) Há também discrepância no ponto de partida que Vespúcio diz ter sido Cadiz, quando nós sabemos que Hojeda saíu do Pôrto de S. Maria; mas póde ser que o capitão tocasse em Cadiz e aí tomasse a bordo o florentino.

([34]) *Historie del S. D. Fernando Colombo,* cap. 84.

([35]) Op. cit. tômo II, cap. 270.

([36]) Notaremos aqui uma contradição da *Lettera* que tira confiança nas suas datas. Diz-nos o autor que saíu de Cadiz em 16 de maio e aportou ao continente em 27 de junho, gastando portanto 43 dias no trajecto total; contudo afirma paralelamente que só na travessia de Cabo Verde à América levou 44 dias. Deveria talvez ler-se no texto 34, explicando os 9 dias de diferença pelo percurso de Cadiz a Cabo Verde. Não é muito calcular êste praso, pois Oviedo escrevia, de 1523 a 1526, que de Cadiz às Canárias se gastam *ocho dias poco mas o menos (Relacion summaria de la historia natural de las Indias,* apud Andrés G. Barcia, *Historiadores primitivos de las Indias Occidentales).* Alvares Cabral, comandando 13 navios, em 1500 gastou menos de seis dias de Lisboa às Canárias e treze dias às de Cabo Verde. (Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel.)

([37]) *Historia Geral do Brasil,* pág. 122, da 3.ª edição de 1907.

([38]) Vignaud admite que Vespúcio esteve no cabo de S. Roque (5° 29′ S) e lhe podia ter dado o nome (op. cit., pág. 154, nota 112). O florentino chegou ao continente a 27 de junho e por 5° de latitude, segundo a *Lettera;* e S. Roque festeja-se a 16 de agosto. Teria pois havido no intervalo 51 dias de navegação, o que é suficiente para invalidar a hipótese de Vignaud.

século XV ([39]). Sirva de exemplo a latitude de 15º boreais dada na mesma segunda navegação, a qual foi escrita depois de 1503, à costa próxima da Ilha dos Gigantes (Curazao), que na realidade apenas conta de 11º a 12º. Não admira que tal sucedesse, pois Vespúcio, da mesma fórma que os demais pilotos espanhois do tempo, determinava as latitudes, se é que já o fazia ao tempo, por imperfeitissimas observações da polar ([40]), ao passo que os portugueses, bem mais adiantados na astronomia náutica, as achavam pela altura meridiana do sol e pelas tábuas da sua declinação ([41]), método ainda hoje correntemente usado pelos marítimos.

Os navegadores espanhois que se aventuravam aos mares do sul, privados do recurso áquela estrêa guia, ficavam adstritos a conjecturas e estimativas grosseiras ([42]). A *tramontana* começava a sumir-se-lhes no horizonte em pouco menos de 3º boreais e tornava-se inteiramente invisível nas proximidades de 4º austrais ([43]). No intervalo de cêrca de 7º, que representam um trajecto mínimo de 129 léguas, podiam os pilotos imaginar erradamente que estavam áquem ou além da eqüinocial, quando de facto já a tinham atravessado ou ainda vogavam no Atlântico setentrional; e é possível que Vespúcio partilhasse de semelhante ilusão. Quem erra 3º ou 4º na determinação da latitude de um lugar com a polar à vista, conforme vimos acima, bem póde ter errado mais de 5º em outro onde a estrêla lhe faltava (embora ainda no hemisfério boreal) e com a agravante de operar a bordo, visto que segundo a *Lettera* não desembarcaram no ponto de acostagem. De resto, era tendência dos navegadores invocar latitudes excessivamente meridionais.

QVanto alsecondo Viaggio / & quello che in epso uiddi piu degn : di memoria / e / quello che qui segue. Partimo del porto di Calis tre naui di cõserua adi 16. di Maggio 1499 & cominciãmo nostro cãmino adiritti alle isole del cauo uerde / passando a uista della isola di gran Canaria: et tanto nauigãmo / che fumo a tenere ad una isola / che sidice lisola del fuoco: et qui facta nostra prouisione dacqua & di legne / pigliãmo nostra nauigatione per illibeccio: & in 44. giorni fumo a tenere ad una nuoua terra: & la giudicãmo essere terra ferma / & continua con la disopra si fa mentione: laquale e / situata drento della torrida zona / & fuora della linea equinoctiale alla parte dello austro: sopra laquale alza el polo del meridione 4. gradi fuora dogni clyma: & dista dalle decte isole per eluẽto libeccio 400. leghe: & trouãmo essere equali egiorni con le nocte: pche fumo ad epsa adi 27. di Giugno / quando elsole sta circa del tropico di Cancer: laqual terra trouãmo essere tucta annegata & piena di grandissimi fiumi. In questo principio nõ uedẽmo gente alcuna: surgẽmo con nostre naui & buttãmo fuora enostri battelli: fumo con epsi a terra / & come dico / la trouãmo piena di grandissimi fiumi / & annegata

b. iii.

Segunda navegação de Vespúcio

Extracto fac-similar da 1.ª edição da *Lettera*. (Exemplar único, Florença, 1505 ou 1506)

([39]) Em abril de 1500, mestre João, físico da Armada de Cabral, determinou juntamente com os pilotos a latitude de Pôrto Seguro com êrro de 40', se o ponto de desembarque de Cabral foi a Bahia Cabrália, como é mais provável, e não o actual Pôrto Seguro. Nesta última hipótese, o êrro seria ainda menor.

([40]) Em 1498, Colombo, que só conhecia êste processo grosseiro, achou 5º para a altura da polar ao anoitecer, na ilha da Trindade. Calculamos em 2º o êrro mínimo desta observação; se ela é dada como exprimindo a latitude, o êrro regula por 4º.

([41]) Mestre José Vizinho, já em 1485 determinava latitudes na Guiné por alturas solares. O antigo regimento das alturas acha-se transcrito no *Regimento do estrolabio e do quadrante* (1509?), exemplar de Munich reproduzido por Joaquim Bensaúde na edição fac-similar de 1914, feita a expensas do govêrno português. Na introdução, o ilustre editor nota que o regimento já devia ter transpirado em Espanha no ano de 1508. O geógrafo Enciso, na sua *Summa de Geographia* (1519) faz-lhe bastantes empréstimos sem o citar.

([42]) Os portugueses depressa aprenderam a guiar-se nos mares austrais pelo Cruzeiro do Sul e pelas estrêlas *Soel* e *Solibar*. Vejam-se as páginas 22 e 37 do *Livro de Marinharia* (1514) de João de Lisboa, editado em 1903 pelo general Brito Rebelo. Êste erudito reporta a 1506 a preparação do Regimento do Cruzeiro do Sul (pág. XLIX).

([43]) As coordenadas da polar (α Ursae minoris) eram em 1500: ascenção recta 3º,76; declinação 86º,58 (Neugebauer, *Sterntafeln von 4000 vor Chr. bis zur Gegenwart*, 1912). A refracção horizontal média no eqüador orça por 30'.

Não sabemos do processo empregado pelo florentino ou pelos pilotos de Hojeda para determinar a distância ao eqüador dêste lugar, se ela era tam alta quanto alega. Era-lhe válido socorrer-se da observação de outras estrêlas que se não ocultavam naquelas alturas, tais como as muito conhecidas guardas da polar, mas seria mister para tanto conhecer as suas declinações, fóra do saber dos marítimos espanhois (44), e observá-las nas culminações, superior ou inferior. Poderia igualmente aproveitar-lhe o conhecimento do rumo da derrota e da distância percorrida desde o ponto em que perdeu a polar, supondo ter então atravessado o eqüador; mas êste cálculo indirecto era, por todos os lados, extremamente falível. A remota probabilidade da utilização dêstes recursos induz-nos a crer que Vespúcio não atravessou o eqüador em 1499, conquanto se gabe de tanto, e a seqüência da sua narrativa confirma-nos na persuasão.

Na época em que teve lugar a expedição ainda nenhum navegador espanhol, em expedição oficial, podia legitimamente jactar-se dêste feito que já em 1471, vinte e oito anos antes, os portugueses inscreviam no seu activo e Vespúcio só pôde realizar em 1501, na companhia dêles. Vicente Pinzon, contando a Pedro Martir d'Anghiera a sua viagem de 1499 a 1500, vangloriou-se de ter passado a linha, mas havemos de mostrar à evidência que êle não passou de inventar (45). Vespúcio, na primeira das navegações da *Lettera*, assevera ter partido de 16° boreais (?), em Honduras, e percorrido a costa norte, do gôlfo do México; na terceira, em 1501, diz ter seguido o continente meridional do Novo Mundo desde 5° austrais até mais de 32°. Para que fôsse completa a sua exploração do litoral da América, entre os limites ao tempo conhecidos, era mister preencher a lacuna existente entre 16° boreais e 5° austrais, e disso cogitou o florentino na segunda navegação, exagerando as latitudes extrêmas até 15° boreais e 5° austrais, e declarando ter então atravessado o eqüador.

Diz-nos a *Lettera* que a 27 de junho e por 5° austrais eram os dias iguais às noites, porque o sol estava então nas proximidades do trópico de Câncer, o que depõe em desabôno do saber astronómico do autor. O *Tratado da Esphera* de João Sacrobosco, *vademecum* de astronomia elementar vulgarizado na Idade Média, traz que o dia artificial (como então chamavam ao que hoje dizemos teórico) só é igual à noite em qualquer paralelo, quando o sol está nos eqüinócios, e que no eqüador o é em qualquer época do ano. Nas condições indicadas um cálculo fácil (46) mostra que aquele dia regulava por $11^h\ 30^m$, devendo ser pouco maior o verdadeiro porque o crepúsculo é curto nas regiões vizinhas do eqüador; Vespúcio teria pois observado mal, se a latitude acusada fôsse exacta. As pequenas diferenças entre o dia e a noite, nos fins de junho, notam-se em paralelos muito mais próximos da eqüinocial; e verificam-se por defeito quando abaixo, e por excesso quando acima desta linha. A igualdade de dia e noite, se fôsse possível a 5° austrais, também o seria a 5° boreais e no intervalo entre os dois paralelos, de sorte que o pormenor indicado por Vespúcio, servindo para atestar a sua ignorância, não nos habilita a conclusão alguma no que respeita à situação do ponto de chegada à América.

O mais forte argumento para contestar a visita de Hojeda ao moderno Brasil está no seu próprio depoïmento no pleito de Diego Colombo. O capitão castelhano, a quem se poderá negar o desejo de ampliar indevidamente o âmbito das suas descobertas, mas não é lícito atribuír o propósito de as minguar ou encobrir, contradiz expressamente Vespúcio, visto que mais modestamente alega ter percorrido quási 200 léguas de costa antes de Pária, o que na melhor hipótese nos traz sòmente a 6° ou 7° setentrionais. A extraordinária diferença de 11° ou 12° existente entre as duas versões dos compartes da expedição, ainda que atenuada por defeito na estimativa do primeiro ou por vício na latitude avaliada no segundo, é motivo mais que suficiente para rejeitar a afirmativa de Vespúcio, já que nenhuma razão se nos oferece para contestar a de Hojeda. Póde objectar-se com a forte corrente marítima na costa nordeste do Brasil (47) no sentido do trajecto realizado até Pária, por efeito da qual é permitido supor que

(44) O *Almanach perpetuum* de Zacuto, impresso em Leiria em 1496 e reproduzido fac-similarmente por Joaquim Bensaúde em 1915, só traz a latitude e longitude eclíptica de algumas estrêlas. As *Ephemerides* de Regiomonte não davam as declinações de estrêlas.

(45) Veja-se adiante, no nosso estudo dedicado às navegações de Vicente Pinzon, a parte intitulada *Vicente Pinzon em 1500 não atravessou a eqüinocial.*

(46) Servimo-nos das tábuas de declinação solar do *Regimento do estrolabio e do quadrante*, suficientemente precisas no caso, que dão aquela coordenada astronómica igual a 22° 49′ boreais no dia 27 de junho.

(47) Ela sobe do cabo de S. Roque até a ilha da Trindade onde se interna pelo gôlfo de Pária, sai dêle pela Bôca do Dragão, contorna o gôlfo do México e origina o Gulf-estream. A sua velocidade máxima até o gôlfo de Pária pouco excede 32 quilómetros por dia, menos de 6 léguas das usadas antigamente pelos espanhois.

os pilotos o avaliassem muito por baixo; mas vai uma diferença enorme entre 200 léguas (48) e as 650 que apartam Pária do rio Assú. Do eqüador, que corta a costa na foz do Amazonas, está a península de Pária afastada cêrca de 350 léguas; é portanto impossível admitir que Hojeda tivesse atravessado a eqüinocial, nem êle formulou jamais tal pretensão.

Varnhagen não ignorava a profunda divergência entre o texto da *Lettera* e o depoïmento das *Probanzas*, mas a sua fé nas afirmações de Vespúcio era tam cega que o levou a uma explicação verdadeiramente estranha. ¡No parecer do ilustre brasileiro (49), Hojeda teria sonegado as próprias descobertas! ¿Mas que interêsse moveria o castelhano glorioso, tam cioso dos seus merecimentos, a ocultá-los ou a diminuí-los, quando chamado à barra testemunhal? ¿Que empenho singular o arrastaria a ceder ao rival Vicente Pinzon a prioridade dos seus descobrimentos? Aqui vém à baila o tratado de Tordesilhas de 1494, em virtude do qual ficou estabelecida uma linha de demarcação entre os domínios de Castela e Portugal. Como era interdito aos Espanhois ultrapassar esta divisória para o oriente, compreende-se o silêncio de Hojeda para se eximir à acusação de ter invadido territórios portugueses, tanto mais que êle já fôra uma vez condenado, diz Varnhagen (50), por façanha análoga.

Importa desde logo rectificar a asserção dêste erudito: Hojeda nunca teve de sofrer por tal. A sentença (51) foi citada em falso; ela condena o navegador por vários motivos, entre outros pelo que êle *fizo e cometió* na ilha de Santiago de Cabo Verde, pirateando navios portugueses e bombardeando a população. É inexacto que fôsse vedado a espanhois tocar no arquipélago para abastecimento, como aconteceu com Colombo em 1498, com Pinzon em fins de 1499 ou princípios de 1500, e com Diego de Lepe neste último ano; mas era proïbido, então como hoje, roubar e despejar artilharia sôbre as ilhas (52).

Ainda, porém, que a severidade das leis de ambos os países fôsse um obstáculo a visitas importunas e sempre suspeitas, era permitido a Hojeda invocar, sem receio algum, a descoberta de um extenso trecho de mais de 9°, que desce de Pária até o eqüador. De facto, a linha de demarcação, já teóricamente definida com incerteza, estava indeterminada na prática, o que conjuntamente com a grande imprecisão das longitudes calculadas tornava muito fácil violá-la; mas se alguns anos depois de 1499 era crença que ela passava pelo cabo de S. Agostinho, e mais tarde a fixaram no ponto eqüatorial da costa (carta de Diego Ribeiro, 1529, Weimar), passava contudo por incontroverso que a *tierra firme* situada no hemisfério boreal pertencia a Castela (53). O capitão castelhano estava portanto à vontade nas terras ao norte da eqüinocial.

A melhor prova porém da inanidade do argumento de Varnhagen, retomado com infelicidade por Vignaud (54), consta do interrogatório do fiscal, exarado nas *Probanzas*. A 7.ª pregunta (55) refere-se à descoberta por Vicente Pinzon da extensa costa que segue ao norte do cabo de S. Agostinho, e o mesmo Pinzon em sua resposta confirma que a descobriu tôda, a partir daquele cabo que *es en la parte de Portugal*. Limitando a esta ponta extrêma do continente a área de seus feitos, êle julgou-se inteiramente livre de qualquer crítica, e acusou francamente a descoberta do resto do litoral. ¿Porque motivo era isto permitido a Pinzon e não a Hojeda, se realmente lhe assistia o direito à prioridade? Mais ainda;

(48) Estas léguas náuticas dos espanhois eram em 1499, de perto de 6 quilómetros cada uma (5920m).

(49) Op. cit., pág. 125.

(50) *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, § 25, pág. 14-15. Varnhagen cita como exemplo de sonegação os depoïmentos de Nicolao Perez, Juan Gonzalez e Juan Calvo (*Apêndice B*, resposta à 5.ª e 8.ª pregunta do fiscal). O primeiro só menciona os descobrimentos de Hojeda depois de Pária; mas tôdas as testemunhas, exceptuando o capitão, as omitem e devemo-nos lembrar que o termo das capitulações de 1501 as limita à região que está a poente da ilha Margarita. Isto mostra apenas a pouca importância ligada à navegação de Hojeda antes de Pária. A segunda e terceira testemunhas, referindo-se às descobertas de Diego de Lepe, apenas mencionam as que êle fêz do Rio Grande (e não do Amazonas) para o norte. Isto nunca foi sonegação, e apenas póde provar que Diego de Lepe não viu ao sul do rio coisas memoráveis às testemunhas.

(51) Navarrete, op. cit., tômo II, doc. XIX do *Apêndice*.

(52) Nos termos de capitulação conferidos pelos reis cathólicos diz-se sempre que os concessionários não devem a terras del rei de Portugal, mas também lhes era vedado visitar as terras anteriormente descobertas por outros, excepto em ambos os casos para abastecimento. Na descrição da segunda viagem da *Lettera*, diz-se que os navegadores se abasteceram de lenha e água na ilha do Fogo, de Cabo Verde.

(53) Era de resto a opinião corrente entre os portugueses. Veja-se a carta de Estevam Frois, reproduzida a págs. XXXIV e seg. dêste volume. O mapa de Cantino (1502), de origem portuguesa, fixa a linha de demarcação entre Portugal e Castela de modo a incluír nos domínios de D. Manuel terras do hemisfério boreal; mas devemos notar que elas figuram como desconhecidas e são representadas esquemáticamente.

(54) Op. cit. pág. 142. Esta prova foi apresentada por d'Avezac.

(55) No *Apêndice B*.

na 8.ª pregunta o fiscal reivindica para Diego de Lepe o descobrimento de terras ao sul do cabo de S. Agostinho, que já não estavam no domínio espanhol; Hojeda podia, por conseguinte, avocar a si a glória de ter primeiro pisado solo reconhecidamente português, sem receio de incorrer em qualquer censura. É evidente que o ousado capitão nunca pensou em coroar-se com as honras da primazia na visita às regiões que precedem ou seguem o Amazonas.

Hojeda e La Cosa, quando chegaram à Hispaniola, declararam a Francisco Roldan ([56]) ter percorrido 600 léguas de terras novas; seriam pois perto de 200 antes de Pária, e cêrca de 400 desde êste ponto até o cabo de Vela. Ora êste total, dando de barato que seja exacto, é ainda menor que a distância percorrida até Pária por Vespúcio, se êle passou pelo Assú (650 léguas).

Interrogado pelo fiscal a respeito das regiões primeiro avistadas por Vicente Pinzon, o capitão castelhano declarou que já havia *descubierto un pedazo de la misma costa*, isto é, bastante menos de metade. Esta declaração moderada prova à evidência que Hojeda não pretendia ter visto o enorme trecho do litoral que se estende entre Pária e o Amazonas; se êle tivesse chegado ao Assú, como pretende Varnhagen ([57]), poderia gabar-se de ter descoberto tudo o que viu Pinzon e ainda mais, porquanto o limite extrêmo a que chegou êste nauta, na opinião do insigne brasileiro ([58]), é a ponta de Mocuripe (3° 40′ S), que está ao norte do Assú (5° 8′ S). O limite, na opinião do fiscal e de Pinzon, era o cabo de S. Agostinho (8° 21′ S); nem por isso deixa de colhêr a nossa observação.

O termo das capitulações de Pinzon de 5 de setembro de 1501 ([59]) menciona especificadamente os descobrimentos feitos pelo navegador no ano anterior, e entre êles o rio grande donde corre um mar doce, ao qual pôs o nome de *S. Maria del Mar dulce.* Na identificação dêste rio, não há a escolher senão entre o Amazonas e o Orinoco ([60]), os únicos no nordeste da América austral que manifestam o fenómeno. Ambos êles deveriam ter sido vistos por Vespúcio e Hojeda, se é que atravessaram a eqüinocial, porquanto na narrativa da *Lettera* se afirma que navegaram com a terra à vista.

¿Como é, então, que os reis católicos atribuem a descoberta a Pinzon, quando Hojeda já há dezasseis meses estava de volta e os devia ter informado dos resultados da sua expedição? ¿Como é que os reis consideram Pinzon descobridor da costa ao sul do cabo de S. Vicente, o qual está ao norte da foz do Orinoco, segundo vimos atrás?

Narra a *Lettera* que depois da tentativa infrutífera de desembarque, os expedicionários navegaram 40 léguas entre leste e sueste e que, não podendo resistir à violência da corrente contrária, decidiram retroceder, entregando-se ao sabor dela. Navegaram tanto que encontraram uma ilha, a qual, pelas indicações dadas, os autores modernos concordam ser a da Trindade. De sorte que, desde 5° de latitude austral até 10° de latitude boreal da ilha, isto é, no enorme percurso de mais de 600 léguas de costa em que deveriam ter gasto muitos dias, passando à vista de variadas e maravilhosas terras, sulcadas de grandíssimos rios e povoadas de tam estranhas gentes, não só Hojeda se abstém de desembarcar mas não nos dá Vespúcio a menor notícia delas. ¡A simples frase *e tanto navicamo allungo della terra* e nada mais! É perfeitamente inverosímil.

¡Nem sequer menciona o Amazonas! Se o cosmógrafo florentino tivesse aportado à região indicada por Varnhagen, tê-lo-ia visto quando correu a costa e Hojeda com êle. No entanto, nem o primeiro na *Lettera*, nem o segundo no seu depoïmento falam no portentoso rio; e o castelhano, interrogado acêrca de Pinzon e do achado do *rio grande donde hallaron el agua dulce que entraba en la mar*, limita-se a confirmá-la, sem pretensões algumas à prioridade. ¡Pois não era caso para modestamente prescindir dela!

A conclusão impõe-se à vista dos argumentos apontados: ou a expedição descrita pelo astuto italiano, na parte anterior a Pária, não é a que êle fêz às ordens de Hojeda, ou no caso contrário êle não atravessou a eqüinocial e falseou, propositadamente ou por ignorância, a latitude do ponto de arri-

---

([56]) Navarrete, op. cit., pág. 7, nota. Vignaud, que se cinge estreitamente a Varnhagen, cita a mesma carta de Roldan em abôno da opinião contrária — o que nos causa estupefacção (Op. cit., pág. 142).

([57]) É preciso notar que o ilustre escritor desconhecia o texto completo das *Probanzas*, publicado muitos anos depois do seu falecimento.

([58]) *Historia Geral do Brasil*, pág. 123.

([59]) Veja-se a nota 17. O excelente argumento do texto, que Vignaud passa em silêncio, foi apresentado por d'Avezac *(Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil*, pág. 89).

([60]) Demonstraremos no nosso estudo sôbre Pinzon que o rio em questão era o Orinoco, cujo descobrimento, atribuído a êste navegador, mostra que Hojeda não chegou a ver-lhe a foz.

bada ao continente. Na segunda hipótese, o texto da *Lettera* dá a entender que êste ponto está no delta do Orinoco, concordantemente com o que ao certo sabemos da viagem de Hojeda.

Se a primeira parte da descrição contida na *Lettera* corresponde a uma navegação diversa da de 1499, também na última, depois de Pária, se oferecem discrepâncias insanáveis com o que seguramente consta dela.

Assim Vespúcio diz-nos que, voltando de descobrir, desembarcaram na *Antiglia*, provávelmente a Hispaniola, onde permaneceram 2 meses e 17 dias, saíndo em 22 de julho de 1500 e regressando a Cadiz em 8 de setembro seguinte. Teria pois sido a chegada à Hispaniola em 5 de maio de 1500, quando de fonte certa sabemos que Hojeda estava à vista da ilha em 5 de setembro de 1499 ([61]); e o regresso dêste à Espanha foi por abril ou maio de 1500, ao passo que Vespúcio diz tê-la alcançado 4 meses mais tarde.

Para conciliar tam aparentes divergências socorre-se Varnhagen de duas hipóteses ([62]). Há em primeiro lugar um êrro tipográfico na *Lettera*, que traz 2 meses e 17 dias onde se deveria ler 10 meses e 17 dias (duo por dieci); em segundo lugar, Hojeda, farto de malquerenças com Colombo, partiu mais cedo em fins de fevereiro ou princípios de março de 1500, deixando Vespúcio para traz. Mas d'Avezac ([63]) observou que não se podia conciliar a primeira hipótese com a afirmativa do florentino de que estava no mar há perto de um ano, quando tocaram no último pôrto antes da Antilha. Isto torna claro que Vespúcio ainda demorava pelas costas da Venezuela nas proximidades de maio de 1500, e não podia portanto estar em *Yaquimo* a 5 de setembro de 1499.

Vignaud, mais respeitador dos algarismos da *Lettera*, sustenta outra doutrina, e admite que, depois de saír de Pária, Hojeda abandonou a companhia de Vespúcio, entrando os dois na Hispaniola em datas diferentes ([64]). Depois da bifurcação da viagem, que de então em diante se tornou independente da do castelhano, o florentino avistou sucessivamente certa ilha (¿ Margarita?) e a dos Gigantes (Curazao), depois entrou num gôlfo que Vignaud supõe (ainda que sem indicação alguma da *Lettera*) ser o de Venezuela (Maracaïbo), onde se demorou 47 dias, e daí partiu finalmente para a última escala na Hispaniola, aonde chegou a 5 de maio. Ora Hojeda pelo seu lado fêz o mesmo trajecto; sabemo-lo do seu depoïmento. Êle declarou que percorreu a pé a Margarita, como Vespúcio; reconheceu *los gigantes*, como Vespúcio, que se atribui êste nome; fundeou em Venécia (ou Venezuela), nome italiano que trai a presença de Vespúcio ([65]), visto que Hojeda nunca esteve na Itália. Assim os dois navegadores, embora apartados, narram as mesmas derrotas, o que é para surpreender. A coïncidência de ambos darem a mesma denominação à Ilha dos Gigantes é muito singular, uma vez que não sabiam um do outro quando o fizeram; demais, sabe-se que Hojeda visitou novamente a ilha em 1502 e não encontrou gigante algum ([66]), *conservando-lhe ainda assim o nome de fantasia.*

A problemática separação não se póde ter feito em Venezuela onde se procedeu à reparação dos navios, porque êle arribou aí nas proximidades de 18 de março de 1500 ([67]), época em que Hojeda estava a caminho de Espanha. Fêz-se antes, e se recuarmos o mais possível, no pôrto em que acostaram, depois de Pária e antes de Margarita, para concertar uma caravela que fazia água. Mas como isto

---

([61]) Vignaud, a pág. 147 da obra citada, vê no depoïmento de Cristobal Garcia uma prova de que Hojeda e La Cosa estavam na Hispaniola em setembro de 1499. Mas êsse depoïmento *(Apêndice B*, resposta à 5.ª pregunta do fiscal) conformando-se com a presença dos dois, não menciona datas, nem é possível inferí-las dêle; aliás a testemunha não viu, apenas ouviu dizer a marinheiros que os dois tinham chegado num barquete, por terem perdido o resto da gente e os navios (e não navio, como diz Vignaud). É possível que narrasse, não a chegada a Yaquimo, que sabemos (de Fernando Colombo e Francisco Roldan) ter tido lugar em mais que uma caravela, mas um dos muitos episódios que se desenvolveram durante a permanência de Hojeda.

([62]) *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, § 3, pág. 18.

([63]) Op. cit., pág. 89.

([64]) Op. cit., pág. 147.

([65]) Na narrativa da primeira viagem da *Lettera*, que para muitos autores é a de Hojeda alterada, encontra-se a menção de um povoado assente em estacaria, lembrando ao navegador italiano a cidade de Veneza. Vignaud, notando que naquelas paragens existiram *varias povoações desta natureza, julga possível que Vespúcio encontrasse alguma delas em 1497* ou 1498 (op. cit., pág. 125). Em todo o caso é de estranhar que desaparecesse a memória da que êle descreveu, e que adquirisse e conservásse o nome aquela em que não fala, por obra e graça de Hojeda que nunca pôs os pés em Veneza.

([66]) Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 7, nota.

([67]) Dando 5 dias para a viagem de Venezuela, último ponto em que Vignaud supõe ter tocado Vespúcio, até Hispaniola, e acrescentando 47 dias de demora, temos um total de 52 dias; como êle chegou à ilha em 5 de maio, concluímos a data do texto.

não podia ter acontecido antes dos primeiros dias de agosto de 1499 ([68]) segue-se que Hojeda completou a sua longa exploração desde Pária até o cabo de Vela em menos de um mês, o que representa um *tour de force* inacreditável, visto como êle tocou na costa de enseada em enseada ([69]) e se demorou nelas a *rescatar*.

Em Venezuela, último pôrto em que estacionou Vespúcio, tinha êle pelo menos duas caravelas, pois fala em *nostri navili* ([70]), e como eram três os da expedição, segue-se que Hojeda se teria separado apenas com uma. Ora não só Fernando Colombo diz que êste navegador chegou a Hispaniola com quatro, mas temos o testemunho de Francisco Roldan que o foi ver a Yaquimo, e menciona *las carabelas* ([71]). Esta inexplicável contradição invalída a tese de Vignaud, que além disto (bem como a de Varnhagen) enferma doutro vício grave: o silêncio da *Lettera* sôbre a separação dos navios depois da passagem por Pária. O seu autor não faz a mais leve referência a tal acontecimento, cuja importância é primacial se realizado no decurso da exploração do continente americano e prolongado até o regresso a Espanha. Esta razão é suficiente para concluírmos que os expedicionários nunca andaram apartados por largo tempo.

A viagem de Vespúcio com Hojeda não está fielmente descrita na *Lettera*, que ou a altera, ou a mistura com outra. De maneira alguma se póde admitir que o testemunho do italiano, isolado e inverídico, prevaleça contra o do espanhol, quando pretende ter avistado, por 5º de latitude sul, o actual Brasil

O MAPA MUNDI DE JUAN DE LA COSA

JUAN DE LA COSA (Viscayno), pilôto de Hojeda em 1499, que já seis anos antes embarcára com Colombo na qualidade de *mestre* de cartas de marear ([72]), teve o cuidado de esboçar numa delas a imagem de tudo quanto havia descoberto, ao que nos refere o pilôto contemporâneo Juan de Xerez. Esta carta sumiu-se, como sucedeu a tôdas as congéneres da época, mas possuímos outro documento que a substitui com decidida vantagem, o planisfério manuscrito do mesmo autor ([73]), executado em Puerto de S. Maria entre a primavera de 1500, em que regressou à Espanha, e outubro do mesmo ano, data da sua partida com Rodrigo Bastidas ([74]).

Depois que o grande Humboldt o desencantou em 1830 na biblioteca do barão de Walckenaer, lançando-o à publicidade, êste monumento da cartografia espanhola, o mais antigo de quantos registam as surpreendentes descobertas do Novo Mundo, tem servido de tema a numerosos estudos e controvérsias, continuando não obstante em aberto diversos problemas por êle suscitados. O mais importante de todos, senão o mais debatido, é o da sua autenticidade, sôbre a qual os entendidos hesitam

([68]) A arribada à América foi em 27 de junho. As tentativas infrutíferas de desembarque, o percurso de 40 léguas com corrente contrária, o retrocesso e navegação de 14º em latitude até a ilha da Trindade, o desembarque perto desta ilha, a ida para o pôrto de Pária onde permaneceu 17 dias, conduzem-nos aos últimos dias de julho, pelo menos. Seguiu-se um percurso no qual Vespúcio diz ter gasto muitos dias, devendo pois chegar nos primeiros dias de agosto ao pôrto onde concertou a caravela.

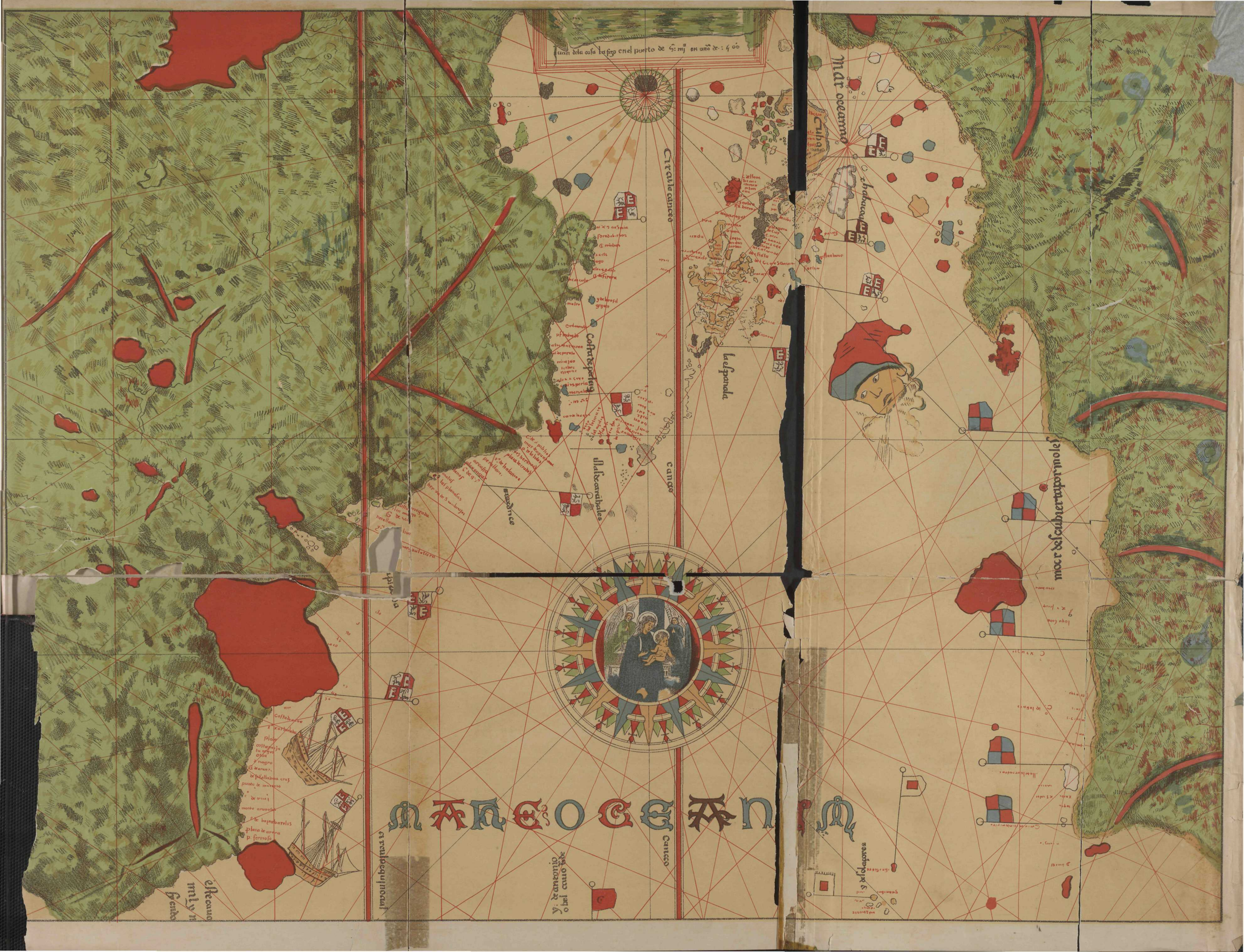
([69]) Além do depoïmento já citado de André de Morales, temos outros indícios a favor. Navarrete (op. cít., tômo III, pág. 7) diz que êle se demorou em *Vela de Coro* vinte dias, mas desconhecemos a origem da informação, talvez tirada dos autos do processo de Hojeda e Vergara em 1504. Vignaud, desenvolvendo a sua hipótese, a pág. 147 da obra citada, aventa que Vespúcio se demorou um ano em Venezuela; mas o ilustre sábio equivoca-se, porque foram apenas alguns e não 12 meses. Do contrário, como o texto da *Lettera* o dá em Hispaniola em 5 de maio de 1500, seguir-se-ia que aproximadamente em igual data do ano anterior chegára a Venezuela, quando êle partiu de Espanha em 16 de maio.

([70]) Vignaud, por inadvertência, dá a Vespúcio um único navio (op. cit., pág. 147). Harrisse também cai no mesmo êrro (op. cit., pág. 742).

([71]) Na carta citada, na nota 50.

([72]) Navarrete, op. cit., tômo II, doc. LXXVI.

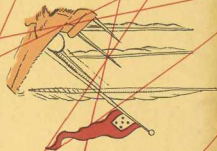
([73]) Está actualmente exposto no Museu Naval de Madrid. Dêle conhecemos as reproduções de Humboldt (tômo V do *Examen critique de l'histoire de la Géographie du Nouveau Continent)*, de Jomard *(Collection des monuments de la géographie du moyen-âge)*, do Barão do Rio Branco que repete Jomard, a côres *(Atlas annexe au premier Mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au gouvernement de la Confédération Suisse)*, e de Canovas Vallejo y Trainor, litografia colorida de que damos a parte relativa à América.

([74]) Veja-se o *Apêndice C.*

Juan dela cosa la fizo enel puerto de S: mª en año de : 400
MARE OCEANUM
Mar oceano
Cuba
la española
Costa de perlas

As Antilhas e o litoral da América no planisfério manuscrito de Juan de La Cosa (1500), existente no Museu Naval de Madrid.

O Arqüipélago de Santiago, o litoral

(Fragmento do pl

...l da África e a Ilha descoberta por Portugal.
(...lanisfério de Juan de la Cosa).

em pronunciar-se definitivamente, inclinando-se uns a que é autógrafo, outros a que é cópia do original de 1500, quási todos concordes porém em que foi acrescentado, como a mór parte das cartas manuscritas existentes. Não é pois ilimitada a confiança que se póde depositar nesta peça, cujos informes ficam sujeitos a restricções e a verificação subseqüente.

Uma das questões que mais tem chamado a atenção dos críticos é a da insularidade de Cuba, patente no mapa de 1500, mas só reconhecida oficialmente por Sebastian de Ocampo oito anos mais tarde. Em 12 de junho de 1494, Juan de la Cosa assinou, por intimação de Colombo e sob graves ameaças, um termo no qual jurava ser Cuba terra firme; seis anos volvidos desenhou-a como ilha. ¿Donde lhe proveio a informação, ainda então tam sujeita a dúvida que se fêz mister uma tardia averiguação oficial?

A esta interrogação não é possível por ora dar resposta segura; porém Harrisse demonstrou cabalmente que antes do pequeno périplo de Ocampo já os cartógrafos sabiam que Cuba era insular e como tal a figuram [75].

As explorações que conduziram a tal resultado não estão todavia divulgadas; fizeram-nas navegadores clandestinos ou outros igualmente obscuros, que obtiveram dos reis *licencia para descubrir* ou se prevaleceram da permissão geral concedida em 1495 e revogada em 1497. Confirma-o uma passagem, escrita em 1501, de Pedro Martir de Anghiera, o qual se refere aos que pretendem ter circundado Cuba [76]. Daqui tiramos uma ilação importante: na interpretação do mapa de La Cosa não nos devemos ater tam sòmente às viagens oficiais conhecidas, mas há que contar com contribuïções de exploradores cujos nomes e feitos foram votados a irremediável esquecimento.

Vignaud crê que a insularidade de Cuba fôra revelada ao pilôto biscaïnho por Vespúcio, seu companheiro na viagem de 1499, que ao termo da primeira expedição de 1497 não podia ter dúvidas a êsse respeito [77]. Na narração da incerta aventura, dada como a mandado do rei de Castela, não diz o florentino uma palavra de Cuba; e quer-nos parecer que o eminente americanista engrena numa hipótese outra hipótese, ainda mais falível. Debalde procurámos no planisfério vestígios de suposta colaboração de Vespúcio. Se êle tivesse informado o cartógrafo biscaïnho dum facto de que não faz a mais ligeira menção, por maioria de razões esperavamos vê-lo a par do descobrimento do extenso litoral que vém desde Honduras, rodeando o gôlfo do México, até a península de Flórida, o qual os defensores de Vespúcio pretendem ter sido percorrido em 1497 e é descrito na *Lettera*. Ora quem examina o trabalho de La Cosa fàcilmente se persuade de que tal não acontece, pois êle não figura Honduras, nem o sul dos Estados-Unidos, nem talvez a Flórida, mas apenas em seu lugar uma costa imaginária e convencional, nunca uma costa verdadeiramente explorada [78].

O contôrno vago e despido de nomes, que desce do *mar descubierto por ingleses* até o quadrinho de S. Cristóvão, segue depois da interrupção até o *Monte de S. Eufemia*, termo da viagem de La Cosa, e parece ser uma linha contínua, separada em duas pela imagem iluminada, mas ligando em um só todo as duas Américas. Se assim é, cabe a La Cosa a primazia na afirmação escrita da continentalidade do Novo Mundo, da qual êle deveria ter indícios suficientes para se abalançar a traçá-la.

Notemos que a questão não está sòmente em inquirir se o biscaïnho supunha as novas terras continentais, mas também se as considerava distintas da Ásia. Para Humboldt esta segunda interrogação resolve-se pela negativa [79]; Harrisse, ao contrário, responde a ambas afirmativamente. Se, diz o emi-

---

[75] *The discovery of North America*, 1892, pág. 97—109

[76] *Neque enim desunt qui se circuisse Cubam audeant dicere. An haec ita sint, an invidiae tanti inventi occasiones quaerant in hunc virum* (Colonum) *non dijudico; tempus loquitur, in que veros judex vigilat. (Década I*, livro 6.º. A introdução ao livro 3.º da *Década* I data de 23 de Abril de 1501, e sabe-se que os 9 primeiros livros estavam prontos ao termo do primeiro semestre dêsse ano.

[77] Op. cit., pág. 132. Êste autor, de acôrdo com a hipótese de Harrisse (op. cit., pág. 332—334), atribui resolutamente a Vespúcio a nomenclatura da Flórida que traz o mapa-mundi de Cantino (1502). E' singular a insistência com que se lança à conta de Vespúcio tôdas as informações de proveniência desconhecdia. Se êle tivesse dado nomes à Flórida na viagem de 1497, única que fêz para êsse lado, têl-os-ia revelado a La Cosa em 1499 (conjuntamente com a insularidade de Cuba); ora o cartógrafo omitiu-os completamente e a mesma nomenclatura, na parte da costa que se poderia dizer da Flórida, difere completamente da de Cantino e talvez tenha origem inglêsa.

[78] Harrisse, *Les Corte Real*, 1883, pág. 97 e 105.

[79] Veja-se a inscrição na reprodução gravada do mapa de La Cosa, tômo V do *Examen Critique*.

nente americano, êle intentasse figurar a costa oriental asiática na vasta terra continental adjacente às Índias ocidentais, dar-lhe-ía nomes que lembrassem *Mangi* e *Cathay*, emquanto que o mar contíguo não seria simplesmente *Mare oceanus*, como está no planisfério, mas *Oceanus orientalis Indiæ* [80]. Lembre-mo-nos porém de que, precisamente por Colombo pretender a descoberta de *Mangi* e *Cathay*, e ter-lhes dado nomes diversos, estava La Cosa dispensado de inscrever os de Marco Polo. O planisfério, além disto, está incompleto; a linha eqüinocial representada não chega a dez vezes a distância do eqüador ao trópico de Câncer e portanto, em vez de ter 360°, não atinge 240. Nos 120° ausentes, um terço do globo terrestre, não sabemos o que poria o cartógrafo, e o mais ajuizado é admitir a sua total ignorância, uma vez que as descobertas dos dois povos peninsulares tinham transtornado a geografia do globo universalmente aceite. Mas ainda quando se queira que na mente do pilôto biscaïnho existisse desconfiança nos sonhos asiáticos de Colombo, temos fortes suspeitas de que nela não estava arreigada a crença da continentalidade das regiões novamente achadas.

Efectivamente é de espantar que por essa época tivesse sido revelada a existência de terras na América Central, sem que ficassem vestígios das viagens de descoberta. Compreende-se que alguns navegadores tivessem circumdado Cuba, em viagens sem cunho oficial cuja memória, embora vaga, não ficou completamente perdida (Pedro Martir), porque há 7 anos os espanhois exploravam a ilha. O planisfério analizado pôde assim beneficiar com as informações que daí vieram; ¿mas dar-se-ía o mesmo com regiões inteiramente novas e de extraordinária vastidão, que necessitaram do concurso de várias expedições e cuja descoberta foi sucessivamente reivindicada por Rodrigo de Bastidas com o mesmo La Cosa (1500-1502), Colombo (1502-1504), Pinzon, com Dias de Solis (1508-1509), e ainda outros depois?

Em 1500, a *tierra firme* entrevista por Colombo em 1498 prolongava-se, na parte conhecida pelo ocidente de Pária até o Monte de S. Eufémia e pelo oriente até um ponto mal determinado; a extensão do litoral legitimava que o reputassem continental. Ao norte das Antilhas, o veneziano João Caboto explorára para os inglêses uma grande porção de costa, e admitindo a veracidade da primeira navegação de Vespúcio, póde também dar-se como conhecida a zona que rodeia o gôlfo do México a contar da parte setentrional de Honduras (se ligarmos crédito à latitude indicada pelo florentino). Também era de prever que tôda essa região fôsse julgada continental, embora não estejamos seguros de que a considerassem distinta da Ásia [81]. Faltava porém descobrir uma parte do norte da América meridional e a parte central até Honduras [82]. Ora era aí, ao poente ou sudoeste de Cuba, que alguns navegadores espanhois, descrentes do Cathay e da Cipango de Colombo, sonhavam encontrar a passagem que os devia conduzir à terra da especiaria. Tal foi o objectivo do próprio Colombo quando em 1502 empreendeu a sua quarta expedição, *el alto viaje*, que lhe tornou conhecido o litoral desde Honduras até o Panamá, mas não o estreito tam cobiçado [83]. E a prova de que em Castela não se desiludiram da sua existência, está em que Pinzon e Dias de Solis foram encarregados, em 1508, de procurar *aquel canal ó mar abierto* que imaginavam existir ao norte da eqüinocial [84]. Seria estranho que o pilôto biscaïnho, convicto de que o Novo Mundo não era Ásia, fôsse alheio a esta ideia ou não comungasse nela, admitindo ao envés a continuïdade da *tierra firme*. O traçado do Novo Continente é portanto suspeito, e sugere outra mão [85].

Harrisse tenta provar que a continentalidade das descobertas já estava nitidamente esboçada

---

(80) Op. cit., pág. 111.

(81) Harrisse, *The discovery of North America*, pág. 107; Vignaud, op. cit., pág. 151, 267, 279 e seguintes.

(82) Vignaud, op. cit., pág. 149 a 152.

(83) Las Casas diz que Colombo já em 1501 tinha êsse projecto (op. cit., tômo III, pág. 22). Veja-se sôbre o mesmo assunto a *Historie del S. D. Fernando Colombo*, cap. XC.

(84) Toribio de Medina, *Juan Dias de Solis*, tômo I, pág. CXXIV. Nas conferências que precederam a viagem tomaram parte Vespúcio e La Cosa. ¿Teria o Florentino sustentado, contra a opinião prevalescente, que tal estreito não existia? Tudo leva a crer que não, e que tam pouco invocou a suposta expedição de 1497 como prova do contrário. ¿A passagem estaria entre 15° e 16° de latitude boreal, espaço que a *Lettera* não alega ter percorrido? La cosa deveria então opinar pela inexistência do estreito, se a colocação do quadro de S. Cristóvão não representava uma interrupção intencional da linha continental.

(85) Lògicamente ela não devia ter intervindo depois de setembro de 1502, porque nesta data regressaram Bastidas e La Cosa da expedição de 1500, trazendo notícias de novas terras desde o *Cabo de Vela* até o *Puerto del Retrete* (Panamá), que não são figuradas no mapa.

junto dos espanhois ao alvorecer do século XVI [86], mas são pouco sólidos os seus argumentos, dos quais o melhor é precisamente o mapa-mundi de La Cosa que provávelmente, se é autógrafo, foi alterado. Mais antigas, senão melhor fundamentadas, eram as noções dos portugueses na matéria. Duma carta de Pietro Pasqualigo à senhoria de Veneza [87] se infere que já em 1501 se acreditava em Portugal num continente ligando as terras americanas do extrêmo norte, visitadas por Côrte Real, com as do sul, descobertas por Cabral [88]. O mapa de Cantino, de origem portuguesa, mostra-nos igualmente, em data anterior a novembro de 1502, um continente na parte conhecida da América austral.

Tornou-se moda presentemente, reagindo contra o descrédito em que incorreu Vespúcio, conceder-lhe a prioridade na afirmação da continentalidade do Novo Mundo austral, como se o facto de êle ter sido o primeiro a imprimi-la, naquele tempo escasso em publicações, lhe conferisse de pleno tal direito. A verdade é que o *Mundus Novus* só viu a luz da publicidade em 1503 ou 1504, depois da viagem por êle empreendida em 1501 em companhia de portugueses, durante a qual diz ter percorrido perto de 27º de latitude na América do Sul e se convenceu de que ela era continente. Não é certo, todavia, que o florentino pensasse com igual segurança em 1500 [89] a-pesar da sua viagem com Hojeda e La Cosa e menos ainda que confiasse na junção das duas Américas. Pela nossa parte, julgamos que a ideia de um novo continente devia surgir de preferência entre portugueses, que jamais confundiram com a Ásia as terras ao ocidente do hemisfério austral (em cuja existência já criam antes de 1500), e que tinham sôbre as dimensões do globo terrestre noções muito mais exactas que os espanhois dêsse tempo [90].

Não faltam motivos para duvidar de que o planisfério de La Cosa seja autógrafo. Já Harrisse, atentando na estranha nomenclatura anotada em regiões percorridas pelo próprio autor, sugeriu que êle não é o documento originário, mas uma cópia contemporânea alterada [91], e nós fazemo-nos eco de tal suposição. Não são sòmente as designações escusadamente repetidas, as mutiladas e as vasias de sentido, por mais que o rebusquemos; verifica-se a ausência de indicações que deveriamos encontrar, ao mesmo tempo que surgem outras inesperadas.

Assim, Hojeda depôs que descobriu desde *los Frayles*, ilhotas próximas da Margarita, até *Cuquibacoa*, a Guajira de hoje, pontos a que se referem seus companheiros de viagem nos autos das *Probanzas del fiscal;* e êste último tinha aos olhos do castelhano tanta importância que em 1501 pedia e obteve dos reis católicos como compensação o govêrno desta província [92]. Pois bem, os dois nomes que marcam os extremos da costa descoberta não aparecem no mapa. Faltam igualmente as indicações da ilha da Trindade e de Pária, da região maravilhosa que provocou a viagem de Hojeda e do seu pilôto.

Sabe-se que Colombo na sua segunda expedição abordara à Hispaniola pelo extrêmo oriental, verificando que os naturais chamavam Haiti àquela parte da ilha [93], e La Cosa, então companheiro de Colombo, não o podia ignorar. Contudo Haiti designa no planisfério uma ilha das Lucaias e não a Hispaniola, como era de prever [94]. ¿Porque estas anomalias, se foi realmente La Cosa que o desenhou?

Quer porém a famosa peça seja autógrafa, quer apenas a reprodução dum protótipo preexistente,

---

[86] Op. cit., pág. 97 a 110. Harrisse, em 1883, considerava a linha contínua de costa uma *hipótese cartográfica* de La Cosa (*Les Corte Real*, pág. 153).

[87] Carta de 18 de Outubro de 1501, publicada por Harrisse. *Les Corte Real*, pág. 211.

[88] Isto é considerado por Humboldt uma surpreendente adivinhação (Op. cit., tômo IV, pág. 262); e todavia a êste sábio devemos o conhecimento do planisfério de La Cosa.

[89] A principal razão pela qual Vignaud nega a autenticidade da carta de 18 de Julho de 1500, escrita por Vespúcio a Lorenzo de Medicis, consiste em que o florentino *nunca* acreditou que as terras novas fôssem asiáticas. Noutro capítulo desta obra mostraremos que o mapa de Cantino, no qual geralmente se quere ver colaboração de Vespúcio, se fêz à revelia dêle.

[90] Quando Colombo reputava o grau em 56 2/3 milhas (94 quilómetros), extraíndo êste dado de Alfragano, os pilotos portugueses avaliavam-no em 70 milhas, valor muito mais próximo da verdade (104 em vez de 111 quilómetros).

[91] Op. cit., pág. 415.

[92] Navarrete, op. cit., tômo III, doc. X.

[93] Narrativa da segunda viagem de Colombo pelo doutor Chianca, em Navarrete, op. cit., tômo I, pág. 209. Uma prova de que Haiti se tornou então nome de Hispaniola está no opúsculo contemporâneo de Frey Ramon, inserto na *Historia* de Fernando Colombo [cap. LXI]. Veja-se também sôbre o nome Haiti a *Década* III livro 7.º, de Pedro Martir.

[94] A tentativa de Humboldt *(Examen Critique*, tômo III, pág. 215 a 223*)* para explicar o que êle chama uma *bizarrerie* do mapa de La Cosa parece-nos infrutífera. Notemos todavia que o de Cantino, diferente dêste quanto às ilhas ao norte de Cuba e da Hispaniola, traz também Haiti como ilha ao poente da de La Cosa, o que prova a existência no protótipo português donde êle foi copiado, da errada indicação.

é indubitável que foi acrescentada na parte americana e contém inscrições de diferente origem [95]. O que para nós inculca fortemente uma colaboração estranha é a maneira como está representado o nordeste da América meridional, onde até vemos esboçados o desvio para sudoeste e a reïntrância da costa brasileira, da qual em Espanha não podia haver notícia em 1500. Mostraremos mais tarde [96] ser necessário admitir que a carta sofreu retoques ulteriores para não caír na hipótese de viagens clandestinas quási simultâneas, a qual, conquanto não seja impossível, é extremamente difícil de aceitar [97]. Por agora vamo-nos ocupar da de Hojeda, cujo limite ocidental está bem definido no mapa-mundi do seu pilôto, mas que não tem indicações sôbre o ponto terminal a oriente. É certo, porém, que a exploração daquele castelhano não é a única figurada, porque êle não abrangeu tam grande extensão de costa até o cabo cuja descoberta é atribuída a *Vicentiañs* (Pinzon).

Não queremos amesquinhar o valor da construção de La Cosa, mas fôrça é reconhecer sua escassa utilidade no que respeita à situação geográfica, às distâncias e à configuração das ilhas e porção de continente nela figuradas, sem todavia concordarmos com Bucher [98], que lhe nega a qualidade de mapa. Efectivamente, os contornos das terras americanas então conhecidas estão imperfeitamente traçados, não há módulo certo e regular por onde aferir distâncias e as latitudes estão erradissimas; e se é certo que a sciência náutica e astronómica do tempo apenas comportava aproximações, por vezes bem grosseiras, temos de considerar o conjunto pouco satisfatório.

Cuba é apresentada muito acima do trópico de Câncer com latitudes extrêmas de 30° e 38°, quando de facto elas oscilam entre 19° 48′ e 23° 11′. A divergência excede 14° pelo efeito simultâneo da imperfeita representação gráfica e do inexacto conhecimento das coordenadas geográficas. Do mesmo modo a Hispaniola nos aparece entre 21° e 26° quando deveria estar entre 17° 40′ e 20° 0′; e a latitude média da ilha da Trindade, que orça por 10°, é dada em 14° 30′. Isto basta, no tocante às distâncias do eqüador.

Quanto ao módulo das distâncias, temos alguns elementos com que o determinar. Em dois dos bordos do mapa veem-se escalas divididas em espaços a cada um dos quais, conforme o costume espanhol de que nos fala Pedro Martir [99], corresponde um número inteiro de léguas. Estes espaços não são sempre das mesmas dimensões, o que para nós constitui uma prova contra a autografia, porque o cartógrafo devia ter o cuidado de apresentar no original a sua escala com mais rigor [100]. Caetano da Silva, ao tratar dêste assunto [101], presume que o espaço divisional mede 12 léguas, estribando-se na dedução seguinte: o intervalo angular entre o eqüador e os trópicos é de 23°,5 e correspondem-lhe no planisfério 32 espaços e 2/3 representados por 392 léguas, à razão de 16 léguas e 2/3 o grau, o que dá para o espaço 12 léguas. Êste reciocínio é falível, pois são duvidosas a latitude dos trópicos e a dimensão do

(95) Boyd Thacher vê uma adição, devida a Vespúcio, na *Ysla descubierta por Portugal*, que se encontra a leste do extrêmo oriental da América do Sul *(The continent of América*, pág. 195, 204 e seguintes). Seria então a ilha de Fernão de Noronha, situada em 3°50′ S e avistada na quarta viagem do Florentino. Há um argumento que desmerece na hipótese de Thacher; mas temos outro argumento. Se Vespúcio tivesse revelado ao corrector do mapa a existência da ilha, igualmente lhe teria feito a do cabo de S. Agostinho, o único ponto nomeado na terceira viagem da *Lettera*, e o artista não omitiria êste notável limite dos domínios espanhois e portugueses. A explicação tem de ser procurada de outro modo. O pilôto biscaïnho, regressando da sua expedição na primavera de 1500, compôs ou acabou seu trabalho até outubro dêste ano. Ora a nau de Gaspar de Lemos, que veio comunicar a D. Manuel a descoberta de Cabral, devia ter regressado a Lisboa no verão de 1500. Bem podiam os rumores do feliz achado ter chegado aos ouvidos de La Cosa como sendo de uma ilha. Nesta crença podiam ter ficado os tripulantes da frota de Cabral, se bem que pensasse diversamente Gaspar de Lemos depois de ter percorrido (como o dá a entender Gaspar Corrêa nas *Lendas da India*, a pág. 152 do tômo I) perto do 8° de costa até o cabo de S. Agostinho ou de S. Cruz.

Esta é a primeira explicação possível, se a *ysla* foi desenhada por La Cosa. Mas na hipótese contrária, ela póde representar a ilha de S. João ou de S. Lourenço, hoje chamada de Fernão de Noronha, cuja existência era conhecida em Portugal no mês de julho de 1500. No portulano de Egerton (nota 18), ela aparece baptizada de ilha de S. João Baptista, com dimensões e configuração que fazem lembrar a *ysla* de La Cosa.

(96) Veja-se a parte dêste capítulo denominada *A nomenclatura de Pinzon e o planisfério de Juan de La Cosa.*

(97) Gomára diz que de 1495 a 1500 diversos exploradores cuja memória se perdeu vieram ter à costa de Pária (*Historia General de las Indias*, 1553, fol. XX). A informação é muito vaga; nem merecem confiança as datas dêste cronista crédulo e sem discernimento. A primeira é falsa, se a descoberta de Pária é devida a Colombo em 1498, como tôdas as provas indicam.

(98) *The Landfall of Columbus.* Introdução, pág. XII (citação de Sophus Ruge).

(99) *Década* II, livro 10.°. A carta de Cantino de 1502, de origem portuguesa, revela igual usança; sendo natural que dos seus vizinhos se inspirassem os espanhois.

(100) Nas reproduções de Jomard e Rio Branco estes espaços estão subdivididos por pontos em seis partes, às vezes em cinco, mas na cromolitografia de Canovas Vallejo, duns 50 anos posterior, estes pontos estão ausentes. Não se conhecendo a dimensão exacta dos espaços, são incertas as conclusões a respeito da légua adoptada por La Cosa. Admite-se geralmente que a escala está graduada em milhas e que o espaço divisional corresponde a 50 milhas ou 12,5 léguas. (Denucé, *Les origines de la cartographie portugaise et les cartes des Reinal, Gand, 1908, a pág. 58.)*

(101) *L'Oyapoc et l'Amazone*, § 2567 e 2568.

grau usadas por La Cosa, além de que os espaços não são de tamanho constante; mas entre os números redondos, que se podem arbitrar ao espaço divisional, é a dúzia o que melhor se adapta às medidas possíveis. Adoptaremos portanto aqui o módulo escolhido pelo douto brasileiro, se bem que com desconfiança, porquanto êle não é uniforme ou foi posto de parte no traçado. Como exemplo frisante, temos a extensão de costa desde Pária até o *Monte de S. Eufemia*. Ao chegar a Vaquimo, La Cosa declarou a Francisco Roldan que percorrêra 600 léguas de costa, das quais quási 200 antes de Pária (conforme depôs mais tarde Hojeda), cabendo pois cêrca de 400 desde Pária até o extrêmo limite ocidental; ora no mapa esta distância, avaliada pelo módulo de 12 léguas, mede mais de 450 ([102]).

A extensão de *casi dozientas leguas* acusada por Hojeda, embora falseada pelas incertas estimativas, é o único elemento de que dispomos para determinar o termo oriental do percurso. Caetano da Silva, cuja análise seguimos neste lance, medindo esta distância ao longo da costa a partir da base da península de Pária, chega a uma baía em cujo limite oriental está escrito *motes*, que êle interpreta *mõtes*, sendo o seu limite oriental uma ponta anónima situada por 4° 30′ de latitude boreal. É a baía de Oyapoc, exclama o erudito, como o demonstra a sua latitude; os montes são característicos da baía e a ponta é o cabo d'Orange. Tudo isto, salvo o devido respeito, não passa de mera fantasia.

Já custa a admitir que a primeira arribada do explorador castelhano fôsse nessa baía e cabo figurados no mapa sem denominação alguma. La Cosa não se serviu do módulo com precisão e uniformidade; êle teria, aliás, na qualidade de pilôto, informes sôbre as distâncias percorridas diversas das de Hojeda em 1513, e êste capitão referiu-se a quási 200 léguas. Dado, porém, que se não queira atender a estas objecções, outras há cujo pêso se faz sentir. Efectivamente, a foz do Oyapoc dista da península de Pária obra de 270 e não menos de 200 léguas; o biscaínho, que por hábito e conveniência aumentava os trajectos na estima, não cometeria tamanho êrro por defeito, ainda mesmo tendo em conta a ignorância da corrente favorável que fazia parecer menor o trajecto. Além disso, as latitudes do mapa estão tôdas erradas, a começar pela de Pária; se a ponta anónima está representada por 4° 30′ boreais, outra é realmente a sua distância ao eqüador e não podemos ver nela o cabo de Orange ([103]).

Contra esta atribüição ainda militam outras razões. Ao norte do cabo desemboca, logo a seguir, o Oyapoc, grande curso de água que anos depois era conhecido dos espanhois como *rio de Vicente Pinzon;* ora não só êle não aparece no mapa, mas nem sequer é acusado na baía um rio qualquer.

Por último, a designação *montes* não póde ser tomada como característica do Oyapoc. A quem desce de Pária seguindo para o sul, as primeiras eminências visíveis são as montanhas de Parima (serras de Piacoa e Imataca), entre a margem direita de Orinoco e esquerda do Essequibo. Mas Caetano da Silva leu *motes* na reprodução de Jomard e interpretou a palavra como significando *montes*, ao passo que nós lemos *motas*, na fotolitografia de Canovas Vallejo, isto é, montículos de terra ou areia ([104]). Não se trata pois de montanhas algumas.

Assim o termo das descobertas de Hojeda não é o cabo de Orange, ¿mas serà porventura Surinam, conforme pensa Navarrete, ou o Maroni, segundo quere d'Avezac? Contra essas duas hipóteses podemos invocar todos os argumentos de que já nos servimos para impugnar a visita do capitão fidalgo à foz do Orinoco; mas aqui lhe acrescentaremos outro ainda menos para desprezar.

Os três primeiros cursos dágua, de desigual importância, designados ao sul da ilha da Trindade são: o *rio de la posision* (da possessão), com a inscrição suplementar *mar de agua dulce*, o pequeno *rio obpo* (¿do bispo de Córdova, protector de Hojeda?), e o *rio de holgança* (da folgança), muito ao largo do qual se leem as palavras *mar dulce*. A aparição de água doce longe da embocadura de um rio já fôra observada pelos antigos no Danúbio e no Zaire por Diogo Cão em 1484, mas na América foi pela primeira vez verificada em 1498 por Colombo, que declarou ter bebido excelente água no *Golfo de las Perlas* ([105]), entre a ilha da Trindade e o continente, onde desagúam alguns braços do delta do Orinoco. O fenómeno só é verdadeiramente sensível no estuário principal dêste rio, a *Boca de Navios*, onde por ocasião das cheias periódicas êle se nota algumas léguas adiante da costa.

([102]) Ela orça, no máximo, por 250 léguas. Diego de Morales, testemunha que foi com Hojeda, avaliava-a em *dozientas léguas poco mas ou menos*, e Juan de Valencia, no mesmo caso, em 300 *(Apêndice B*, respostas à 5.ª preg. do fiscal e 13.ª do almirante).

([103]) Caetano da Silva, desenvolvendo uma observação de Humboldt, insiste em que nas antigas cartas americanas os lugares intertropicais são colocados muito ao sul (op. cit., leitura 24).

([104]) Compare-se *motas arenosas* no extrêmo do litoral, em tôdas as reproduções.

([105]) Carta de Colombo aos reis católicos acêrca da terceira viagem, apud Navarrete, op. cit., tômo I, pág. 253 e 258.

O nome do *rio de la posision* indica claramente que aí se tomou posse solene pela corôa de Castela, operação hoje reputada ridícula mas naquele tempo nunca dispensada pelos descobridores espanhois. Ora o primeiro que esteve nestas paragens, onde não desembarcou Colombo, foi Hojeda, pelo menos êle avoca a primazia do seu depoïmento citado; a êle se deve atribuír a posse, que sempre se realizava no ponto do primeiro desembarque, e se acha indicada no mapa do seu pilôto Juan de la Cosa. É pois neste lugar que se iniciaram as descobertas de Hojeda. Não pretendemos contudo afirmar que o castelhano não tivesse visto litoral mais atrás; Vespúcio, que não menciona a posse em 1499, diz que não puderam desde logo saltar em terra e que seguiram no rumo de leste, retrocedendo pouco depois em virtude de forte corrente contrária.

Embora concordando com a localização do primeiro desembarque do ousado fidalgo, podem objectar-nos que o *rio de la posision* é de facto o Orinoco, contra o que avançamos, e assim o indicaria a grande embocadura desenhada no mapa. Mas responderemos ser improvável que o cartógrafo deixasse de assinalar os numerosos e importantes braços do delta, característico daquela região e nunca antes visto por castelhanos; além de que não estão figuradas as numerosas ilhas da foz do Orinoco e a sua latitude ficaria elevada de mais. Se êste grande rio designasse o de *la posision*, o *de holgança* seria o Essequibo, o maior dos que se lhe seguem até o Amazonas. Mas êste tem uma grande embocadura de mais de 20 quilómetros, com várias ilhas, que não estão figuradas; além do que não se lhe aplica o qualificativo *mar dulce*, por ser insensível êste fenómeno a pequena distância da costa. Supomo-nos pois autorizados a ver no *rio de la posision* um dos *caños* do Orinoco e outro dêles no *rio de holgança* (106).

Esta identificação aberra da opinião corrente, que imagina no *rio de la posision* o Orinoco; ela relega êste rio para uma latitude muito mais meridional, como aliás era costume na primitiva cartografia. Teremos ocasião de examinar esta questão com maior cuidado no estudo subseqüente, dedicado à viagem de Pinzon.

VICENTE YAÑEZ PINZON

ARREDADA com relativa facilidade a versão que erige Alonso de Hojeda em descobridor do Brasil, defrontamo-nos com outro castelhano, Vicente Yañez Pinzon, a quem concedem o feito, com fóros aparentemente legitimos, cujo exame exige maior demora e subtileza.

Desde Pedro Martir, cujos escritos são contemporâneos das primeiras navegações espanholas, até Herrera, que com os escassos alvores do século XVIII fecha o ciclo das crónicas das Índias ocidentais, todos sem discrepância atribuem a Pinzon a primazia da visita ao *Marañon* ou Amazonas, que se teria realizado em 1500; e nos tempos modernos desde Navarrete, marcando com sua palavra autorizada, até os profundos mestres Harrisse e Vignaud, rarissimos americanistas negam ao feliz mareante o felicissimo achado.

O jactancioso capitão, aliás, não deixa os próprios méritos por mãos alheias; êle chamou a si, em 1513, a glória de ter primeiro percorrido o dilatado litoral que se estende do cabo de S. Agostinho às imediações da ilha da Trindade. D'est'arte, com o concurso dos cronistas e da categórica declaração, o assunto considerou-se liquidado, e apenas uma ou outra voz se ergueu em embargos desconfiados.

Como se não bastasse porém esta dupla prova, surgiu inesperadamente uma terceira nos princípios do século findo: o planisfério traçado em 1500 pelo biscaïnho Juan de la Cosa e divulgado por

(106) O planisfério da Bibliotéca Oliveriana de Pesaro, alguns anos posterior ao de La Cosa, trás *rivo de la posision* em posição que mostra ser, não o Orinoco, mas um dos primeiros *caños* do seu delta, talvez o de Vagre (v. Bellio, *Notizia delle più antiche carte geographiche chesi trovano in Italia riguardante l'América*, na *Raccolta Colombiana*, parte IV, tômo II, estampa 2.a).

Alexandre de Humboldt. Aí é expressamente mencionada a descoberta por Pinzon dum cabo em que os peritos reconhecem S. Roque ou S. Agostinho; aí se vê tôda a costa visitada nessa época, e tam patente que até um ilustre crítico brasileiro conseguiu enxergar certo cabo cujo nome não está inscrito. A demonstração ficou completa; ¡viva Pinzon, que descobriu o Brasil!

Infelizmente para a reputação superfetada do vanglorioso navegador, êste edificio de tam sólido aspecto desmorona-se como um frágil castelo de cartas ao sôpro da crítica, feita com olhos de ver e sem ideias preconcebidas. Efectivamente a narrativa de Martir, que transitou para todos os cronistas subseqüentes, não lhe confere de modo algum o descobrimento do Amazonas em 1500, se lida com cuidado ou na sua primeira fórma abreviada de 1501; tampouco se refere áquele ano o manhoso depoïmento testemunhal de 1513, no qual, aliás, Pinzon não se arroga a notável façanha; e por fim, sucede que o velho mapa-mundi de La Cosa, onde não se lê denominação alguma do navegante de Palos, tem sido erradamente interpretado e, como quási tôdas as cartas manuscritas, sofreu adições posteriores. A verdade é que o castelhano não passou, na sua primeira viagem, das Guyanas, sendo extremamente duvidoso que tivesse ultrapassado a baía do Oyapoc.

De boa vontade admitimos a veracidade de Martir e quási integralmente a do depoïmento do ousado navegador, que é omisso de datas, e ainda poderá aceitar-se que êle tivesse andado pelo Amazonas; mas contestamos vigorosamente que tal tivesse acontecido em 1500. Se lhe assiste o direito da prioridade à descoberta do prodigioso rio, facto mais do que incerto, não o adqüiriu Pinzon tam cedo, nem duma assentada deparou com as vastas terras que vêm de Pária ao cabo de S. Agostinho. Foi aos poucos que as pôde explorar, em sucessivas expedições conduzidas a essas paragens.

Isto conseguiremos provar, valendo-nos do relato de Martir, dos diplomas oficiais e mapas conhecidos, bem como dos depoïmentos das testemunhas no celebre pleito que durante dois séculos se agitou entre a corôa de Castela e os herdeiros de Colombo. Não lançamos mão de espécies ignoradas; apenas nos propomos interpretar sob uma nova luz os documentos preexistentes, a cuja sombra se arquitectou a lenda de Pinzon, revelador do Brasil.

OS DIPLOMAS OFICIAIS

CONHECEM-SE apenas três diplomas oficiais em que é mencionada a famosa viagem feita por Pinzon de 1499 a 1500, tendo-se sumido o mais importante, o termo das capitulações respectivas.

O primeiro na ordem cronológica é a provisão régia de 5 de Dezembro de 1500 ([107]), que se refere ao pleito movido a Pinzon e seus sobrinhos, Arias Perez e Diego Fernandez, pelos donos *das mercancias que êles levaram de fiado, esperançados nos lucros da expedição.* Os expedicionários vieram porém *gastados y pobres*, as mãos vasias de ouro e gemas; e, murchadas as ilusões, apelaram para a clemência régia da qual esperavam lhes fôssem restituídos seus bens penhorados. Para cumprir compromissos contraídos contavam apenas com a venda de 350 quintais de pau brasil, que tinham trazido das Índias e era reputado de qualidade inferior ao da Hispaniola ([108]); pois a isso e a alguns escravos ([109]) se reduzia o magro espólio acusado.

As únicas informações que se extraem dêste documento são relativas à data da partida, ao número de navios utilizados e à extensão de costa descoberta. A viagem, empreendida à custa dos

([107]) Navarrete, op. cit., tômo III. doc. VII.

([108]) *De rebus oceanicis et novo orbe Decadas tres Petri Martyris ab Anglevia Mediolanensis*, Coloníae, 1574; *Década*, I, livro 9.º As edições completas datam de 1530; as mais conhecidas são a de Hakluyt, feita em Paris em 1587, e esta de Colónia

([109]) Pinzon aprisionou 36 indígenas no decurso da sua exploração do continente americano, e provávelmente repetiu o feito quando seguiu pelas Antilhas (Martir, loc. cit.). A cédula régia de 20 de junho de 1501 ordena a Diego Prieto a restituïção de um escravo de que desapossára o navegador (Navarrete, op. cit., tômo III, doc. XLIII do suplemento). Este diploma também se refere vagamente à viagem de 1499.

navegadores com 4 caravelas, foi começada *puede haber un año poco más ó menos*, o que confirma a narrativa de Pedro Martir d'Anghiera, que marca a partida nos últimos dias de Novembro de 1499 ([110]). Quanto à extensão do litoral, dizem Pinzon e seus sobrinhos que *descubrieron seiscentas leguas de tierra firme allende de muchas islas*, cômputo sem dúvida muito exagerado, conforme o costume sabido dos descobridores espanhois, a principiar em Colombo que erra por excesso tôdas as distâncias percorridas, mesmo as de mais fácil determinação ([111]). Veremos que as novas terras foram definidas com tanta imprecisão que ainda hoje é impossível saber qual a dimensão da costa percorrida.

O segundo diploma é a carta executória passada em 21 de Junho de 1501 ([112]) a favor de Pinzon, a fim de lhe serem pagas as quantias que êle adiantára aos seus companheiros de aventura. Só tem de aproveitável a indicação da data da partida, fixada em perto de ano e meio antes da executória o que está de acôrdo com Martir.

O terceiro diploma, finalmente, o único que enumera os descobrimentos de Pinzon, é o termo das capitulações celebradas em 5 de Setembro de 1501 com a corôa de Castela ([113]), pouco menos de um ano após o regresso da sua célebre mas pouco venturosa viagem.

Dêle consta que o capitão castelhano, tendo saído com quatro caravelas armadas a expensas suas, descobriu nas partes das Índias certas ilhas e terra firme a que deu nomes: «*descobristes ciertas islas y tierra firme que posistes los nombres siguientes Santa Maria de la Consolacion e Rostro Hermoso, é dende alli seguistes la costa que se corra al norueste fasta el rio grande que llamastes Santa Maria de la mar dulce, é por el mismo norueste, toda la tierra de luengo hasta el cabo de S. Vicente*».

Os reis católicos, como recompensa pelos riscos experimentados e gastos feitos, bem como pelo acrescentamento de seus domínios, nomeiam Pinzon capitão e governador «*de las dichas tierras de suso nombradas desde la dicha punta de Santa Maria de la Consolacion siguiendo la costa hasta Rostro Hermoso, é de alli toda la costa que se corre al norueste hasta el dicho rio que vos posistes nombre Santa Maria de la mar dulce con las islas questan a la bocca del dicho rio que se nombra Marina tubaro*».

Ficou fóra da doação, segundo se vê, o trecho compreendido entre o rio e o cabo de S. Vicente. A descoberta e denominação dêste não são expressamente atribuídas a Pinzon, ao contrário do que asseveram alguns ([114]); nem seria para admirar que às terras novas fôsse dado limite já conhecido.

Quanto a *Marina tubaro*, tanto poderemos aplicar a designação ao rio como a *toda la costa*, e ainda há uma terceira interpretação que a reserva para as ilhas ([115]). Contra esta protesta o singular do verbo em *que se nombra;* e a primeira tem em seu desfavor o facto de se mencionar duas vezes o nome espanhol, que só na hipótese teria sido acompanhado do indígena, uma única vez e sem mais explicações. A expressão cabe pois a *toda la costa*, de acôrdo com o que sabemos de Martir e Oviedo, os únicos autores que se informaram directamente com Pinzon e nos dizem que assim chamavam os naturais à região banhada pelo rio.

Êste diploma, publicado pela primeira vez em 1859 por Varnhagen, ficou ignorado dos cronistas. Pobre de elementos geográficos, não nos permite identificar as descobertas, sequer aproximadamente. Sabe-se com efeito, pela narrativa de Martir e por outros depoïmentos, que Pinzon as fêz entre o Cabo de S. Agostinho e Pária; ora entre estes limites há numerosissimas pontas e a costa toma freqüentemente o rumo de noroeste. Quanto ao grande rio, cujas águas doces vencem por largo espaço as salgadas do mar, tanto podemos admitir que êle é o Amazonas como o Orinoco, ambos dotados dessa propriedade. Para mais não temos o menor esclarecimento sôbre a extensão do litoral visto pelo navegador. Diz-nos êste, no primeiro dos diplomas oficiais citados, que percorrêra 600 léguas, mas êste dado é aqui omitido, ou porque não o reputaram digno de confiança (e com razão), ou porque o percurso abrangesse terras descobertas por outrem. Efectivamente antes de Pinzon já Alonso de Hojeda tinha andado por aquelas paragens.

([110]) *De rebus oceanicis et novo orbe Decadas tres Petri Martyres ab Anglevia Mediolanensis*, Coloniae, 1574 *Década*, I, livro 9.º.

([111]) Vejam-se as notas 1 e 2 da pág. 258 do 1.º tômo da obra citada de Navarrete. O êrro é de 100 % numa recta de 13 léguas do estalão espanhol da época, que Colombo diz ter medido com o quadrante. Esta inverdade dá a medida da sabedoria do almirante.

([112]) Navarrete, op. cit., tômo II, doc. XII do *Apêndice*, a pág. 406.

([113]) Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*, pág. 423 da 3.ª edição de 1899.

([114]) Caetano da Silva, op. cit., Barão de Rio Branco, *Premier mémoire présenté par les États-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse*, tômo I, pág. 47

([115]) Barão do Rio Branco, loc. cit.

Commumente se acredita que nesta viagem foi descoberta tôda a costa que vai desde o cabo de S. Agostinho até o delta do Orinoco e compreende portanto o Amazonas. A leitura do têrmo das capitulações mostra, desde logo e independentemente de qualquer outro argumento, quanto é improvável tal versão. É incrível, com efeito, que neste enorme trajecto de 750 léguas reais, Pinzon apenas se dignasse escolher e mencionar três pontos: o cabo inícial, o grande rio e entre ambos um vago lugar, *Rostro Hermoso,* de que não resta outro vestígio além do nome, quando é certo que para além do Amazonas êle se avistou com muitos cabos dignos de nota, com muitas estâncias aprazíveis e de singular aspecto, com muitos rios importantes e caudalosos, em um dos quais, o Orinoco, se exibe também o fenómeno do mar doce que tanto surpreendeu os castelhanos. O tom vago e a grande escassez de indicações no diploma correm parelhas com a parca descrição de Martir, que é inspirada no próprio *Pinzon; êles supoem para a expedição resultados geográficos tam mesquinhos quanto foram os materiais.*

AS TRÊS NARRATIVAS DE PEDRO MARTIR

ÚNICA relação contemporânea e digna de crédito que possuímos da viagem de Pinzon em 1499 é a inserta nas *Décadas* de Pedro Martir, natural de Anghiera, no Milaneso, desde 1488 ao serviço dos reis católicos e mais tarde protonotário apostólico e membro do Conselho das Índias. Ela possui o grande valor de ter sido escrita sôbre informações colhidas directamente do capitão castelhano e do seu sobrinho, pouco depois do regresso de ambos.

Todos os demais cronistas espanhois, exceptuando Oviedo, que se referem aos descobrimentos então feitos, se inspiraram nesta descrição, sob a fórma que o seu autor lhe deu na segunda edição impressa em 1516 [116]. Gomára nada mais lhe acrescentou além de alguns êrros manifestos [117]; Las Casas, no seu manuscrito, aduz de novo apenas o que foi buscar aos autos do pleito de Diego Colombo, às chamadas *Probanzas del fiscal* [118], mas fá-lo sem critério, misturando a viagem de 1499 com outras subseqüentes [119]. De posse dos textos de Martir e das *Probanzas,* impressas desde 1894 podemos dispensar perfeitamente o do bispo de Chiapa. Quanto a Herrera, não há dúvida que copiou Las Casas, conforme é seu costume. O único autor que, mantendo relações amistosas com Pinzon [120] estava em condição de falar com segurança era Oviedo, mas o pouco que nos transmite é de duvidosa precisão e não condiz com o relato de Martir, quer por equívoco do cronista, quer por confusão proposital do navegador. Finalmente, em tempos mais modernos, Navarrete compendiou os cronistas, acrescentando-lhes, aliás sem a sua habitual segurança, poucos pormenores extraídos das *Probanzas* [121]. Foi êle quem consagrou de facto Pinzon como descobridor do Amazonas e do Brasil.

O guerreiro e sacerdote milanês, que foi no seu tempo uma figura de relêvo e cujas produções literárias são para nós inestimáveis, a-pesar-de êrros e negligências, mantinha relações pessoais com os principais descobridores, a começar em Colombo, e dêles recebeu boa parte do material condensado em sua obra, que vasou em molde epistolar. Os nove primeiros livros da 1.ª *Década,* na qual são relatadas as três primeiras viagens de Colombo, as de Niño com Guerra e a de Pinzon, já estavam prontos na primavera de 1501 [122], e dêles circularam diversas cópias manuscritas; em 1510 o protonotário apos-

....

[116] Citada na nota 108. Dos cronistas principais não podemos haver à mão a *Historia de los reyes catolicos,* de Andrés Bernaldez (cura de Palacios), a qual todavia calculamos não se ocupar de Pinzon, por nunca a vermos mencionada a êsse rerpeito.

[117] *Historia General de las Indias con todo el descubrimiento y cosas notables que han acaecido dende que se ganaron ata el año de 1511;* Çaragoça, 1553; fol. XLVII, verso.

[118] Nos *Documentos ineditos de Indias,* 42 volumes da 1.ª série e 13 da 2.ª. Dos *Pleitos de Colon,* que constituem os volumes 7.º e 8.º da 2.ª série, extractamos o *Apêndice B.*

[119] *Historia General de las Indias,* tômo II, cap. 173 da edição impressa em 1875, em Madrid.

[120] . . . *Vicente Yañez Pinzon que fue uno de los primeros pilotos de aquelles tres hermanos Pinçones, de quien queda hecha mencion; porque con esto yo tuvo amistad hasta el año de mil quinientos é catorce que el murió* (Oviedo, *Historia general y natural de las Indlas,* edição de 1851, livro II, cap. 14, in fine).

[121] Op. cit., tômo III, pág. 18 e seguintes.

[122] A introdução do 3.º livro da *Década I* foi escrita em 23 de Abril de 1501 e sabe-se que em Agosto estava trasladada em dialecto veneziano.

tólico reviu-os novamente e juntou-lhes o décimo, completando a *Década* que saíu impressa pela primeira vez em 1511. Depois, em segunda edição de 1516, vieram a lume outras duas, tendo sido alterado o texto da primeira, e finalmente em 1530, morto já o autor, foi completado o volume das oito *Décadas*.

Martir não era remisso em mostrar a outrem os seus escritos e facultava-os a quem quer que êle julgasse em condições de os apreciar. Pouco tempo depois de concluídos, uma cópia dos nove livros da primeira *Década* estava em poder de Domenico Pisani, *oratore* ou embaixador da república de Veneza em Espanha ([123]); e o secretário ou chanceler desta, Angelo Trevisan, os traduziu em dialecto veneziano e remeteu a Domenico Malipiero, analista do estado dos Doges. Existe ainda uma cópia contemporânea das cartas de remessa e do texto que as acompanhou ([124]). Na primeira, datada de 20 de Agosto de 1501, Trevisan diz a Malipiero que o tratado traduzido foi composto *da un valent'uomo* que foi mandado ao soldão do Egipto como embaixador dos reis de Espanha, sendo sua tenção apresentar-se ao Doge. É evidentemente Martir, que nesse mesmo ano partiu de Granada a 14 de Setembro com destino a esta missão, de que dá conta na sua *Legatio Babylonica* ([125]), podendo nós pela leitura das suas cartas impressas ([126]) acompanhá-lo tanto na ida como na volta e nas suas visitas à cidade das lagunas. Na quarta carta de Trevisan, sem data, mas provávelmente de Dezembro de 1501, ia o nono e último livro, para nós duplamente precioso porque encerra a narração da viagem de Pinzon em 1499, tal qual êle a contou, em primeira mão e a breve espaço da chegada, ao protonotário apostólico.

O manuscrito italiano remetido a Malipiero veio ter às mãos de Albertino Vercellese que em 1504 o estampou com ligeiras incorrecções em Veneza, sob o título *Libretto di tutta la navigatione de Re de Spagna de isole et terreni novamente trovati*, opúsculo de que se conhece um único exemplar. Três anos depois, Fracanzio de Montalboddo fê-lo reímprimir em Vicenza com a adição de algumas viagens portuguesas, sob o título *Paesi nouamente retrouati et nouo mondo di Alberico Vesputio florentino intitulato*, obra hoje muito rara, que teve várias edições e traduções, uma das quais latina, em 1508 ([127]). É provávelmente a êste volume que se refere Martir quando no 7.º livro da *Década II*, publicada em 1516, se queixa amargamente de que lhe imprimiram os escritos sem o consultar ([128]).

A edição *princeps* das *Décadas*, saída do prélo em 1511, além de conter mais o 10.º livro, que não existia na cópia de Trevisan por ter sido composto mais tarde, difere bastante do texto italiano e é mais longa.

No que respeita a Pinzon, devemos esclarecer que êle tinha feito entre 1501 e 1510 duas outras viagens às regiões anteriormente exploradas, nas quais ampliára suas descobertas, sendo lícito presumir que o escritor milanês, ao preparar a primeira edição, revisse os seus apontamentos e talvez recorresse novamente ao navegador ou a seus companheiros. Alguns exemplares dêste livro raro vêm acompanhados de um curioso mapa gravado em madeira, acrescentado alguns meses depois da impressão ([129]), no qual é representado o Novo Mundo tal como era conhecido pelos espanhois do tempo.

Na 2.ª edição de 1516, que não é vulgar, o autor ainda acrescentou alguma coisa de considerável importância, desta vez sem dúvida alguma de origem posterior a 1501. É a notícia relativa ao

o···o···o···o···o···o···o

([123]) Da *Década II*, livro 7.º assim se depreende.

([124]) Berchet, *Fonti italiane per la storia della scoperta del nuovo mondo*, Parte 3.ª da *Raccolta colombiana*, tômo I, pág. 80-82.

([125]) Acha-se êste opúsculo na edição das *Décadas* de Colónia.

([126]) *Opus epistolarum Petri Martyris Anglerii Mediolanensis*, Compluti, 1530.

([127]) O exemplar dos *Paesi* de que nos servimos é o da preciosa colecção de obras relativas ao Brasil reünidas pelo Dr. José Carlos Rodrigues, e hoje incorporada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ser-nos-ia impossível a feitura dêste trabalho se a não tivessemos ao nosso alcance.
O livro latino, editado em 1508 por A. Madrignano, intitula-se *Itinerarium portugalensium* e foi bastante divulgado

([128]) Como ao princípio da obra vém a descrição das viagens de Cadamosto, o protonotário apostólico atribui o plágio a êste navegador, que morreu aliás em 1480. Navarrete acusa Martir de se ter aproveitado da relação italiana, a-pesar-de se queixar dela, pois até reproduz seus êrros de imprensa (op. cit., tômo III, nota de pág. 13).

([129]) Harrisse, *The discovery of North America*, pág. 140

Maragnonum, denominação inicialmente dada ao rio Amazonas, cuja descoberta é pela primeira vez atribuída a Pinzon.

Há pois três versões da viagem do assinalado capitão: a de 1501, que designaremos como de Trevisan seu tradutor, a da edição *princeps* de 1511, e a de 1516, que é a vulgarizada. A primeira, contemporânea, reduz-se à narração concisa e singela dos principais factos ocorridos na memorável aventura marítima, e é a única que se póde reputar autêntica, por liberta de adições ulteriores. É possível, embora improvável, que Martir se equivocasse passando ao manuscrito quanto ouviu ao herói dela, mas não temos fonte mais pura e, sem embargo de êrros visíveis de tradução, devemos depositar na relação italiana tanta confiança como no próprio Pinzon, e até mais que nas informações por êle prestadas em 1513.

A análise das alterações nas duas edições latinas vai-nos explicar cabalmente, quando examinadas em confronto com outros dados, a origem da lenda que apresenta Pinzon como descobridor do Amazonas em 1500.

A VIAGEM DE PINZON EM 1499-1500

NATURAL que o audaz capitão castelhano, ao contar a sua primeira visita à terra firme descoberta por Colombo em 1498, entrasse em minúcias omitidas por Martir, pois êste tinha o hábito de extraír de quanto ouvia sòmente aquilo que, a seu juizo, podia dar satisfação aos amadores de história. Se os curiosos da época ficaram contentados, só nos resta lastimar que lhes bastassem os raros episódios narrados, e não lhes fizessem falta pormenores geográficos e etnográficos que hoje seriam preciosos.

Dos indígenas vistos então pelos espanhois apenas consta que eram mansos, aqui e além belicosos, que andavam nus e se defendiam com arcos e flechas. É bem pouco, numa excursão pelo continente que o seu comandante avalia em 600 léguas. Quanto às terras achadas, sua descrição é tam vaga que se torna arriscado identificá-las. Temos a certeza de que o litoral percorrido foi o que desce de Pária e da ilha da Trindade até o nordeste brasileiro, mas como a extensão de 600 léguas é com igual certeza muito exagerada, ficamos duvidosos do ponto em que aportaram ao termo da travessia do Atlântico. A única indicação valiosa é a de um rio caudaloso cuja corrente vencia as salsas águas do mar tornando-o doce por espaço de 15 léguas, mas essa mesmo nos deixa hesitantes, porque aquele fenómeno se manifesta tanto no Amazonas como no Orinoco, separados por 300 léguas. Em tôda a dilatada costa apenas duas vezes se menciona o rumo dela; e Trevisan só traz uma denominação, completada por outras duas na edição *princeps*, sendo as três adstritas à mesma região.

Em compensação, Pinzon ornou a sua história de diversas coisas maravilhosas e imaginárias: a passagem do eqüador que provaremos inteiramente incompatível com seus próprios dados, o negrume do horizonte eqüatorial, a protuberância que impedia a visão do pólo antárctico, a extensão de 400 léguas corridas em excursão pelas ilhas ao poente da Hispaniola, que são tam reais quanto as 600 de costa continental.

A-pesar de longo, entendemos conveniente traduzir em vernáculo e na íntegra o relato de Martir, quer no traslado de Trevisan, quer no texto latino de 1516, tendo o cuidado de destacar em grifo os acrescentamentos desta segunda edição impressa quando comparada à primeira de 1511 [130]. Nela intercalámos alguns comentários, reservando para subseqüentes secções dêste estudo o exame mais atento dos três factos capitais da viagem: a travessia da eqüinocial, o primeiro ponto do continente avistado e a descoberta do mar doce.

[130] As outras diferenças entre a edição *princeps* e a segunda não têm importância. Dum exemplar da primeira, que se acha em Madrid, obtivemos uma reprodução fotográfica que cotejámos com o da segunda, existente na colecção já citada do Dr. J. C. Rodrigues.

(TEXTO DE TREVISAN)

Vicentianes, chamado Pinzon, e Aries seu sobrinho, que foram na primeira viagem com Colombo, armaram em 1499 a expensas suas 4 caravelas, e no dia 18 de Novembro partiram de Palos donde são, na intenção de visitar novos países. Foram às ilhas Canárias e depois às ilhas de Cabo Verde,

(TEXTO DA EDIÇÃO DE 1516)

Vicente Agnes cognominado Pinzon, e Aries, seu sobrinho por parte do pai, companheiros na primeira navegação do Almirante Colombo que os conduziu como capitães de duas naus menores daquelas acima chamadas caravelas, atraídos pela amplidão dos novos trajectos e novas terras, construem à sua custa quatro caravelas no seu pôrto natal que os espanhois chamam Palos, situado no oceano ocidental e, obtida licença dos reis, saem do pôrto nas proximidades das calendas de Dezembro do ano de 1498. Êste pôrto de Palos dista 72 mil passos de Cadiz e 64 mil de Sevilha capital da Bética. Todos os habitantes sem excepção são muito dados a cousas marítimas e aplicados a contínuas navegações.

Dirigem-se primeiro às Fortunatas pelas Hespérides, isto é, pelas ilhas ditas de Cabo Verde que outros chamam Gorgones Meduseas. Caminham direitos ao Sul.

Não há duvida de que o ousado castelhano desaferrou de Palos com quatro navios. Quando não bastem os diplomas atrás citados, temos a declaração de Colombo, que os viu chegar a Hispaniola no ano seguinte ([131]). O pilôto Juan de Umbria, depondo no processo de Diego Colombo, declara ter saído de Saltes, na barra do pôrto de Palos ([132]), mas demonstraremos que isto se passou noutra viagem de Pinzon depois de 1501, até agora ignorada.

Quanto à data da partida, divergente nos dois textos, optamos pela do latino que a fixa nos últimos dias de Novembro. A expressão vaga *circiter calendas decembri*, empregada por Martir, deu margem a diversas interpretações; assim, enquanto Trevisan a traduz por 18 de Novembro, um dos dias daquelas calendas que se contavam sabidamente para trás, Las Casas escolhe o próprio dia delas. Em Gomára lemos 13 de Novembro, que precede o último dia das calendas.

O sacerdote milanês equivoca-se ao asseverar que Arias Pinzon foi por capitão de um dos navios da expedição de 1492, pois a *Santa Maria* era comandada pelo almirante, ao passo que a *Pinta* e a *Niña* couberam aos irmãos Martin Alonso Pinzon e Vicente Yanez Pinzon. Sabemos mesmo ao certo que Arias não acompanhou Colombo ([132]).

A passagem pelas ilhas Canárias e de Cabo Verde sugere-nos breve reparo, pondo de parte a troca inadvertente na posição de dois arquipélagos. Pedro Ramirez e Diego Fernandez Colmenero, chamados a testemunhar no pleito de Diego Colombo, indicaram a escala, um pelas *islas de Anton* e outro pela do Fogo ([132]), mas aquele era um nome genérico do arquipélago de Cabo Verde, consoante o atesta o planisfério de Juan de la Cosa (1500) e a segunda testemunha referiu-se provávelmente à viagem posterior. Nada se opõe aliás a que Pinzon tenha tocado em mais de uma das ilhas portuguesas, visitando com demora a possessão que êle desconhecia. Entre as partidas de Palos e de Santiago de Cabo Verde mediaram 43 dias; ora no trajecto marítimo não se gastavam mais de 13 ou 14 dias, ficando pois um mês para as escalas nos portos insulares.

donde a 6 de Janeiro fizeram vela pelo sudoeste, e navegando por êste rumo 300 léguas dizem que perderam a tramontana, e que imediatamente depois da sua perda foram assaltados de terribilissimo temporal de mar, chuva e vento; seguindo depois o seu caminho com grande perigo, sempre pelo sudoeste, andaram outras 240 léguas.

Retirando-se nos idos de Janeiro (13) daquela das Hespérides que os portugueses seus possuídores denominam Santiago, apanham pela proa o vento áfrico, chamado sudoeste que está entre Austro e Zéfiro. Quando julgaram ter navegado 300 léguas seguindo êste rumo dizem que perderam a vista do pólo árctico, e logo que êle se escondeu no horizonte imediatamente nasceu uma terrível tempestade de ondas e turbilhões de vento. Avançaram todavia, embora com sumo risco, mais 240 léguas sempre pelo mesmo vento, já que o pólo estava perdido.

Daí, discutem tanto estes e os antigos filósofos como os poetas e os cosmógrafos se é habitável ou inacessível a linha eqüinocial. Com efeito uns afirmam que ela é habitada

([131]) *Carta del almirante al ama (que habia sido) del principe D. Juan, escrita hácia fines del año 1500* (Navarrete, op. cit., tômo I, pág. 267).

([132]) No *Apêndice B*, resposta de Arias Perez à 15.ª pregunta do fiscal; respostas de Juan de Umbria, Pedro Ramirez, Diego e Anton Fernandez Colmenero e Manuel de Valdovinos à 7.ª pregunta do fiscal.

VENTOS DOMINANTES NA REGIÃO EQÜATORIAL DO ATLÂNTICO NOS MESES DE JANEIRO A MARÇO

As dimensões das setas indicam a freqüência dos ventos assinaládos; as dos círculos sombreados a das calmas

(Extracto da carta n.º 2925 do Almirantado Britânico)

por povos numerosos, outros escrevem que é inabitável, por ter o sol a prumo. Não faltou contudo entre os antigos quem tentasse provar que ela é habitável. Preguntando eu a estes nautas se tinham visto o pólo antárctico, responderam que não tinham conhecido estrêla alguma semelhante à do norte que se possa distinguir na proximidade daquele ponto. Dizem todavia que avistaram outro aspecto de estrêlas e certa caligem vaporosa emanada do horizonte, que quási lhes escurecia a vista. Afirmam que se levanta no meio da terra uma eminência que impede de ver o pólo antárctico emquanto não passavam além; mas julgam ter observado imagens de estrêlas muito diversas das do nosso hemisfério. Isto me disseram, isto aceito. São cousas de Davo, não de Édipo.

Zarparam de Santiago a 13 de Janeiro, segundo o texto latino que aceitamos, preferentemente ao de Trevisan, que indica o dia 6. Houve nova confusão do tradutor, pouco familiarizado talvez com o calendário romano, usado ainda hoje pela Igreja, pois interpretou as palavras *idibus januarii* como significando o último dia dos idos dêste mês.

Martir enganou-se, dizendo que aos navegantes tinha soprado o sudoeste pela proa, por confundir *rumos* com *ventos*. Foi sempre sudoeste o rumo a que êles se submeteram, tanto antes como depois da tempestade, pois tal é o *libeccio* dos italianos, idêntico ao *leveche* dos espanhois. O vento dominante nesta região, nos dois primeiros meses do ano é acima do eqüador o alízeo do nordeste que impele para o sudoeste ([133]); e foi êste o rumo seguido por Colombo na terceira viagem, empreendida um ano antes da de Pinzon e que lhe serviu de guia, do mesmo modo que a Hojeda. António Fernandez Colmenero, Pedro Ramirez e Manuel Valdovinos declararam nos autos do processo de Diego Colombo o rumo de sudoeste, mas os seus depoïmentos foram prestados depois de 1512 e a memória dos marinheiros naturalmente não lhes trazia os factos presentes, além de que não é certo ter a última das testemunhas acompanhado Pinzon na primeira viagem. Se Martir transcreveu fielmente o que lhe contou êste capitão, é provável que êle o iludisse, porque o rumo de sudoeste depois de perdida a polar conduz a resultados que nós veremos inaceitáveis, visto ser no hemisfério austral.

Há que considerar na travessia do Atlântico dois trechos distintos entre os quais se desencadeou forte tormenta: o primeiro de 300 léguas, ao têrmo do qual Pinzon afirma ter-se-lhe sumido da vista a estrêla do norte, o segundo de 240 léguas, que findou com a arribada à América. Dedicamos à análise dessa asserção do jactancioso navegador a segunda secção, cuja conclusão antecipamos: é que êle nunca poderia ter perdido a polar nas condições apontadas, e de facto não atravessou a eqüinocial. Na que segue vamo-nos ocupar sòmente das curiosas revelações astronómicas e cosmográficas atribuídas aos marítimos no texto latino.

Martir quis saber dêles se haveria um astro no pólo antárctico semelhante à tramontana, e obteve como resposta que nenhum se distingüia nas vizinhanças daquele ponto. Isto não é bem verdade; mais exactamente diriam que não distigüiram perto dêle estrêla alguma tam brilhante, pois as há de menor grandeza, conquanto visíveis a ôlho nu, cuja distância ao pólo austral é comparável com os 3° 25′ que em 1500 tinha a tramontana no hemisfério boreal ([134]).

Humboldt, a propósito dos períodos relativos ao aspecto do firmamento, reivindica para estes marítimos a primeira observação das chamadas *sacas de carvão*, que são certos espaços obscuros do céu austral ([135]). Parece-nos destituída de fundamento a presunção do ilustre sábio; a caligem vaporosa que emanava do horizonte e lhes escurecia a vista é inconfundível com aquelas regiões sombrias rodeadas de estrêlas luminosas, e não participa do seu movimento circular diurno. Não é possível igualmente ver em tal caligem a cerração tam freqüente nos horizontes eqüatoriais que, além de não ser negra, é observável de dia como de noite. É preciso uma dóse considerável de boa vontade para tentar a

([133]) Veja-se a carta 2925 do Almirantado Britânico, *Atlantic Ocean, Pilot Chart for months January, February and March*. E' necessário não confundir o rumo com a direcção do vento que dêle sopra. Ao sul do eqüador os ventos dominantes são os alízeos do sueste que impelem para o noroeste.

([134]) Mestre João, físico da expedição de Alvares Cabral, observou em 1500 estrêlas na vizinhança do pólo antárctico, mas não estava bem certo se alguma coïncidia com o pólo. O desenho com que êle acompanhou a descrição póde vêr-se no cap. II, fig. 21, pág. 47 dêste volume. Não é possível, à vista do esbôço, bastante imperfeito, identificar com segurança a estrêla considerada por Mestre João a polar antárctica, *pequena como la del norte e muy clara*.

([135]) *Examen critique*, tômo IV, pág. 327.

Reproducção em fac-simile do IX livro da 1.ª *Década* de
Pedro Martir d'Anghiera (1.ª edição, 1511)

Occeanee decadis liber Nonus.

Vincentiagnes cognomento pinzonus ariesq pinzonus illius ex fra
tre nepos: qui colonum prefectum maritimu prima nauigatione fue
rant comitati: dearisq minor nauium illaru (quas supra diximus ca
rauelas vocitari) domini a prefecto conducti: nouoru tractuu nouaru
q terraru amplitudine pellecti: quattuor impesa propia carauelas in
portum ipsorum natali solo (qui dicitur ab hispanis palos) in occiduo occeano sito
construunt: et a regibus habita venia circiter kalendas decembris anni noni et nona
gesimi a quadringentesimo supra millesimu e portu soluunt. Est aute is portus pa
lensis a gadibus millia passuu duo et septuaginta ab hispali vero bethice emporio
milliaria quattuor et sexaginta. Sunt oppidani omnes (nullo excepto) rebus mariti
mis dediti: continuisq nauigationibus intenti. Ad fortunatas et ipsi primu tendunt
per cassiterides .i. per insulas caput viride dictas (quas alij putat gorgodes medu
seas) ad meridie recta proficiscuntur. Ab ea cassiteridu que sancti iacobi a portuga
lensibus possessoribus appellatur: quibus ia discendentes africam quem subsolanum
appellant: qui medius inter austrum est ac zephirum secuntur. Quom leguas se tre
centas nauigasse ventu illum secuti arbitrarentur: poli arctici aiut se aspectu amisi
se: quo illis occidente: ventorum vorticumq atq estuum fera tempestas continuo o
borta est. Ulterius tamen (licet cum summo discrimine) quadraginta super ducentas
leguas ventum semp eundem per polum iam amissum sequentes processerunt. Un
de an habitabilis sit an inaccessa que de linea equinoctiali feruntur: aut ista aut pris
ci tam philosophi q poete et cosmographi mentiuntur. Hi nanq frequentibus habi
tatam populis contendunt. Illi vero inhabitabilem ob solis perpendiculu scribunt.
Non defuere tamen apud antiquos: qui habitabilem esse probare niterentur. Inter
rogati amenauste hi: an antarcticu viderint polum .i. stellam se nullam huic arctice si
mile que discerni circa punctum possit: cognouisse inquiunt. Stellarum tamen aliam
se prospexisse faciem densamq quandam ab horizonte vaporosam caliginem: que
oculos fere obtenebraret aiunt. Tumulum attoli in terre medio: qui (ne antarcticus
videatur) donec illum penitus traijcerint obstet: contendunt. At stellaru imagines
ab hemispherij nri stellis valde diuersas se vidisse credunt. Hec dederunt: hec acci
pito. dauisunt non corpi. Septimo kalendas februarij tandem a longe terra pros
piciunt): et quom turbidam esse maris aquam viderent: iacto funiculo plumbato se
decim vlnarum (aiunt vulgo brazadas) altitudinem reperiunt. Applicant: descen
dunt: biduo ibidem commorati (quia nullum ibi hominem eo tempore viderint licet
vestigia in littore humana compererint) sculptis arboribus et saxis littori vicinis re

Insule sub e
thiopie pa
ralellis com
perte.

gijs suisq nominibus de accessu ipsoru discesserunt. Non longe ab ea statione noc
turnos ignes secuti castrensi more gentem reperiunt pernoctantem sub dio. Hanc (do
nec elucesceat) nolle perturbare fuit consiliu. Sole autem exorto armati e nostris qua
draginta prodeunt ad illos. Ad nostros duo et trigita numero veniunt obuiam ar cu
bus ac missilibus telis onusti parati ad certame: ceteri sequebantur eodem modo in
structi. Germanis aut pannonibus prociores aiunt eos esse incolas. Uultu toruo
ac minitantibus similes nostros inspectabant non armis esse agendum nostri cen
suerunt: siue id metu: siue ne aufugerent illi non habeo compertu blanditijs atq o
blatione munerum illos allicere nostri conantur. Illi autem vt qui comerciu inire
cum nostris nullum statuerant: omne sermonem reijciunt. Parati semper ad pug
nam colloquia et nutus suscipiebant. Ita quisq regreditur. Nocte aute intempesta
illi aufugiunt: vacua relinquunt que occupauerant loca. Gentem esse vagam velu
ti scythas eos qui terre fructus sine certis domibus cum vxoribus et filijs sequantur
existimant. Iureiurando asserunt qui pedu illorum in harena dimensi sunt vestigia:
nostrorum pedum mediocris hominis fere quantitatem in duplum equare. Ulteri
us nauiganteo flumen aliud reperiunt: sed non ita profundu vt carauellis perui
um quiret. Scruitores igitur limbos quattuor armatis onustos ad terram loca ve
stigatum mittunt. Supereminenti colle littori viciano incolarum cateruas conspici
unt. Nostri ad comercium per vnum peditem premissum inuitant. Illi ex nostris
apprehendere aliquem abducereq velle visi sunt. Ad nostrum nanq palillum cu
bitalem auratum a longe proijciunt: quia noster prius adiecerat tintinabulu vt eos
alliceret. Quom prius iactum paliculum auratum vellet noster sumere: dicto citius
illum incole circumeunt: vt apprehendant. Is scuto ensequ tectus: quibus armatus
veniebat se ab eis tuetur: donec e cimbis auxilium socij attulerunt. At breuibus ab
soluam quandoquidem discessum tuum ante oculos mihi tam antea sponis: sagi
tis et missilibus sudibus e nostris octo peremerut. Pluresq vulnerarut. Intra flu
uium limbos sequunt. Ad manus vsq tenere accedunt. Apprehendut ex ripa cim
barum spondas. Lanceis ensibusq velut oues (quia nudi) trucidantur. Nec eo
minus a prelio desistunt: vnam e cimbis e nostrorum potestate rapuerunt: vacuam
tamen hominibus. et illius prefecto sagitta transuerberato ac perempto relique eua
serunt: ita bellaces illos deseruere. Ad occidentem septentrionalem per idem littus
mesti (ob interfectos) tendut. Leguas circiter .xl. percurrerant: quando in pelagus
incidunt aquarum adeo dulcium: vt implere ibi cados aqua recenti libuerit. Uesti
gantes eius rei causam: defluere magno impetu e vastis montibus rapidos fluminu
concursus reperiut. Intra id equor iacere plures insulas et fortunatas soli vberta
te et populis refertas aiunt. Huius tractus incolas mites sociabilesq esse referunt:
ast ipsis parum vtiles: quia nullos optabiles nostris prouentus assequantur auri vt
pote aut lapillorum. Sex preterea ac triginta inde captiuos abduxerunt ex eis: pro
uinciam appellant indigene mariatambal. Regio aute ab eius fluminis oriente ca
mo morus dicitur: ab occidente paricora. In huius prouincie interioribus non neglige
dam auri copiam iacere innuebant accole: huius nanq fluminis septentrionem re
cta captantes (sic exigente littorum inflexu) arcticu recuperarunt polum. Id littus
vniuersum parie prouincie est (quam colonum ipsum huius tanti inuenti auctorem
reperisse diximus) vnionibus ornatam. contiguum esse aiunt littus id: idemq cum
os draconis (de quo alibi) et reliquis oris vt curiana: cauchieto: cuchibachoa. Prop

Ferui gigan
tes isti.

Graue preli
um cu gente
nuda.

terrā gangetidis indie continentem putant. Nec enim is vastus ambitus vt insu-
la sit pati videtur: licet vniuersum terre orbē large sumptum insulam dicere fas sit.
Cocineas in plerisq3 de pariensibus insulis siluas repererē. Librarū millia al-
lata sunt tria verzinum mercatores itali: hispani brasilum appellant. Aiunt coci-
neas hispaniole arbores esse his longe meliores ad colorem lanis imbibendum.
aquilonem deinde (quem hispani naute nordestum itali grecum appellant) secu-
ti: multas intercerunt canibalium seuitia desertas insulas: ast feraces. Descende-
runt nanq3 pluribus in locis: & vicorū multa vestigia quondam habitatorum in
gressi sunt. Viderūt tamē3 alicubi homines s3 trepidos aspectu peregrine cuiusq3
nauis aufugientes ad montanas rupes & abstrusa nemora: sine certis iam domi-
bus vagantes ob canibalium insidias. Arbores inuenere maximas: que casiam

casia fistula

fistulā (vt vulgo dicitur) passim & suapte natura ꝓducūt. Non inferiorem esse a-
iunt hanc illa: quam a pharmacopolis febri laborantes asscauntur: at nondū3 ma
turuerat quō iam iter facerēt (malo illis alijsq3 hec referētibus credere q̃ ea labo
riosi⁹ scrutari) arbores ibi esse adeo proceras balbutiunt: vt plereq3 sexdeci homi

animal mon
q̃ visum.

num manu iūctorū in girū vix lacertis concludi quirent. Inter eas arbores mon-
strosum illud animal vulpino rostro: cercopithecea cauda: vespertilioncis aurib⁹:
manib⁹ humanis: pedibus simiam emulans: qd natos iam filios alio gestat (quo
cunq3 proficiscat) vtero exteriore in modū magne crumene repertum est. Id ani-
mal licet mortuū tu ipse mecū vidisti: conuoluisti: crumenamq3 illam nouū vterū:
nouū nature remediū: quo a venatorib⁹ aut alias a ceteris violētibus & rapacib⁹
animalib⁹ natos liberet: illos secum asportando admiratus es. Experimento esse
compertū aiūt: eo semper vtero crumenali animal filios secū3 portare: nec illos in-
de vnq̃3 emittere: nisi aut recreandi aut lactandi gr̃a: donec sibi victū perse quærita
re didicerint. Cū filijs animal ipsum dephēderāt ast in nauib⁹ catuli ꝓpediē peri
erūt. Mater autem filijs p aliquot menses sup stitit. s3 et ipsa tandē tantam aeris
et cibor̃ mutationem ferre nequiuit. De hoc animali iā satis multa. Redeam⁹ ad
rei auctores. Hi duo pinzoni patru⁹ & nepos horrēda p nauigationem hanc passi
sunt. Per pariense littus sexcentas iam leuquas. Atq3 (vt ipsi putant) vltra vrbem
cataij & littus indicum vltra gangem percurrerant: quando in eis oris mense iulio
insperata illis exorta est tēpestas adeo fera: vt e quattuor quas ducebant carauel-

merguntur
due naues.

las duas ante illorū oculos summerserit. Illico terciam vi ex anchoris raptam ab
eorum aspectu asportauerit. Quartā in anchoris ita quoncusserit: vt omnis com-
pago iam solueret. Unde ad terram tamen ipsi ex hac vltima descenderūt de naui
penitus omni spe amissa. Quare inito cōsilio quom de parandis iam sibi domici-
lijs: vt in eis regionibus vitam agerēt: de perimendis omnibus incolis vicinis co
gitabant: ne prouincialibus reliquis aliquando conuocatis ad se trucidādum con

seruatur.

ueniant. Ast mediu cessit tempestas. Redijt quam raptauerat hiems carauella:
qua octodecim viri vehebant. & que in anchoris in eorum prospectu steterat serua
ta est. His igit̃ duabus ad hispaniam iter capiunt palos natale solum ad vxores
& filios concussi fluctibus & hominibus ammissis non paucis p̄die. kl̃s. octobris
reuertunt̃. Hi ex arboribus pleraq3 fructu tulerunt: que cinamomi & gingiberis
esse putant: ast non vtilis q2 non condita: vt aiūt in sui excusationem: q2 nihil pretio
sum alias repererint: lapillos tamē se vidisse in eorum manib⁹ inde allatos ex ma-
ritimis illarum orarum littoribus collectos baptista tuus elysius philosophus e-

de topaciis

ximius & medicus nō inferior (quos veros esse topacios predicat) mihi tibiq3 (vt
arbitror) enarrauit. Post hos & alij vicinorum emulatione ad meridiem longissi-
mos tractus percurrere: sed per aliorum inuenta coloniq3 pfecti maritimi vestigia
per littus vt puta pariense. Casiam & hi fistulam pretiosumq3 illud ad capitis gra

iterū casia.

uedinem suo suffumigio tolendam: quod hispani anime album vocant repere. De
his nil noui aliud quod tuo sit dignū3 ingenio percep i. Finem propterea libello hu
ic quia me iterum de tuo discessu fatigas imponā. Ast qui decadem impleat de va-
riis insule hispaniole supstitionibus alium libellum accipito. Si non fuerit liuiana
decas id esse cause cognoscito: q2 tuus hic marter liuiano haud quaq̃3 fuerit iuxta pi
thagore intellectum afflatus spū. Si quid vltra atlantici montes isti pregnantes
parient habedis. Nūc insulares illusiones accipito veris luciani narrationib⁹ tan
to superiores: quāto hec in vsu hominum licet infantilia: illa vero conficta loci tan-
tum gratia vel ea credentium irri sui condonata.

explicação scientífica dêste fenómeno misterioso que, em última análise, se reduz a uma invenção de Pinzon, disposto a cercar de imaginárias maravilhas a sua pretendida passagem pelo eqüador ([136]).

Outra fantasia com que êle adorna a sua história é a eminência que o impediu de ver o pólo antárctico, emquanto não passou amlé. Gaffarel nota a propósito, disparatadamente, que já em 1498 Colombo pressentiu a protuberância eqüatorial da terra, mas se perdera ao tentar explicá-la ([137]). A fantasia absurda de Pinzon não coïncide com a inépcia do grande almirante, que imaginava para o orbe terrestre a fórma de têta nas proximidades de Pária, onde êle colocava o paraíso terreal ([138]). Comentando êste despautério Humboldt conclui com razão que Colombo ignorava noções rudimentares, ensinadas nas escolas contemporâneas da Itália ([139]), mas a-pesar disso admite que êle estudou em Pavia sob a direcção de mestres ilustres ([140]). A concepção do castelhano é da mesma fôrça que a do genovês, com a atenuante de que aquele não acreditava no embuste, destinado a uso doutrém. Consigne-se no entanto, para honra do protonotário, que encontrou ouvidos incrédulos, como se infere das expressivas frases latinas: *Haec dederunt, haec accipito. Davi sunt, non Oedipi.*

Finalmente no dia 20 de Janeiro avistaram terra de longe e aproximando-se dela iam achando sempre o mar sem fundo; deitaram afinal a sonda e deram com 16 braças de água. Atracando à terra, desembarcaram e estiveram dois dias sem lhes aparecer ninguém. Partindo dali e correndo mais adiante, viram de noite muitas luzes que pareciam provir de um acampamento de gente armada. Andando até lá, viram muita gente, mas não a quiseram perturbar até o amanhecer, em que nascido o sol mandaram a terra 40 homens armados, ao encontro dos quais vieram 32 daquela gente, nús e armados de arcos e flechas, homens grandes como tudescos, de face tôrva, que sempre ameaçavam. Por mais carícias que lhes fizessem os espanhois, não quiseram paz, nem concórdia, nem amizade com êles, de modo que por então tornaram aos navios, dispostos a combater na manhã seguinte. Mas logo sobrevindo a noite, partiram todos, de sorte que se julga que era gente vagabunda como tártaros, que não têm casa própria, mas vão hoje aqui, amanhã ali com suas mulheres e filhos. Alguns que depois viram as pègádas dêles na areia, afirmam que as suas plantas são o dôbro das nossas.

Finalmente a 7 das calendas de Fevereiro (26 de Janeiro) avistam terra de longe; e como notassem que a água do mar estava turva, lançam a sonda e acham 16 braças de profundidade. Aproximam-se, descem, e demoram-se aí dois dias, pois não viram homem nenhum naquela ocasião, embora descobrissem pègádas humanas no litoral; e gravados nas árvores e nas fragas vizinhas da costa os nomes do rei e os próprios, para assinalar a sua chegada, retiraram-se. Não longe desta estação, guiados por fogos nocturnos, descobrem uma gente pernoitando ao ar livre, segundo o costume castrense. Resolvem não a perturbar até o amanhecer, mas logo que o sol nasceu dirigem-se armados para ela 40 homens dos nossos. Saem-lhes ao encontro 32, apercebidos de arcos e flechas e preparados para o combate; os restantes seguiram-nos armados do mesmo modo. Contam que êsses indígenas eram mais altos que germanos ou hungaros. Fitavam os nossos com olhar tôrvo e de ameaça. Os nossos entenderam que não deviam servir-se das armas, não sei se por mêdo se para evitar que êles fugissem, e procuram atraí-los com blandícias e ofertas de presentes; mas êles, que haviam decidido não entrar em relações com os nossos, regeitavam qualquer conversa, preparados sempre para a luta: limitavam-se a observar as palavras e acenos. Nestas condições se retiraram ambas as partes; de noite porém êles fogem inesperadamente deixando vazios os lugares que ocupavam. Supõem que são um povo nómada, como os Scythas, que sem morada certa vai com mulheres e filhos atrás dos frutos da terra. Garantem com juramento os que mediram as pègádas dêles na areia que igualam quási o duplo da do nosso homem médio.

O dia da chegada ao continente vém diversamente em Trevisan e no texto latino, mas nós optamos por êste, já que duas vezes verificámos no italiano infiel tradução das datas romanas. Pedro Ramirez depôs no pleito do filho de Colombo que, pensando não encontrar terra antes de três ou quatro meses, deram com ela ao cabo de 14 dias apenas ([141]). Isto está de acôrdo com as edições impressas do relato, segundo as quais o trajecto transatlântico se efectuou entre 18 e 26 de Janeiro. As 16 *ulnas*

([136]) A mesma tempestade ciclónica descrita é suspeita, pois raramente se produzem na passagem pelo eqüador, quando se vém de Cabo Verde à Bahia. Os marítimos que acompanharam Pinzon e mais tarde depuseram no processo de Diego Colombo, não se referem a ela; e isto demonstra que a tormenta não foi extraordinária.

([137]) Em nota à viagem de Pinzon, na tradução francesa da *Década I.*

([138]) Navarrete, op. cit., tômo I, pág. 255.

([139]) Op. cit., pág. e tômo idem.

([140]) Op. cit., tômo III, pág. 16.

([141]) No *Apêndice B.*

ou *brazatas* achadas na sondagem equivalem a 28^{m} pouco mais ou menos [142]. Com êste dado único é impossível identificar o local do ancoradouro, porque, embora êle estivesse à vista de terra, não lhe conhecemos o afastamento. A água turva sugere a proximidade dum rio.

Desembarcando e executada a cerimónia da posse que Harrisse algures imprópriamente qualifica de ridícula, demoraram-se dois dias sem topar com indígena algum, e retomaram o mar a 28 ou 29 do mês. Martir diz-nos que não foi longe do ponto da primeira aterragem que êles depararam com índios armados e minazes, por conseguinte a dois dias de velejo, quando muito. A derrota tinha de fazer-se com cuidado ao longo da costa, da qual permaneciam à vista, por causa de possíveis baixios e doutros perigos; e não podiam andar de noite, visto que a 30 de Janeiro foi lua nova [143]. Como os crepúsculos são curtos em baixa latitude, só aproveitariam 10 horas do dia, e arbitrando a marcha regular de 6 milhas por hora [144], calculámos com largueza 120 milhas = 30 léguas entre o lugar da posse e aquele em que viram os primeiros naturais da terra. Êste nosso cálculo do máximo de 15 léguas diurnas é confirmado depois por Martir, quando diz terem percorrido em poucos dias 50 léguas, que se reduzem de facto a menos, dado o exagêro nas distâncias.

Deviam ser *caribes* ou canibais estes homens gigantescos; Humboldt conta-nos com efeito [145] que são de altura colossal estes índios dos quais existem ainda diminutos restos nas Guyanas, mas de que não consta a aparição ao sul do eqüador. Por mais avantajados que fôssem de estatura, é evidente o exagêro de Pinzon, dando-lhes pés de dimensões quási duplas dos dêle; era uma fábula a juntar às que já tinha impingido a Martir. O encontro, que não chegou a conflito pela prudência dos castelhanos, realizou-se antes de 2 de Fevereiro, e no mesmo dia teriam êles seguido sua róta.

Navegando mais adiante acharam um rio mas não de tanto fundo que as caravelas aí pudessem surgir, pelo que mandaram a terra quatro barcas do navio armadas de homens; chegados os quais a terra lhes veio ao encontro incontável número de gente tôda nua, mostrando desejo do seu comércio. Os espanhois, não confiando na aproximação, lançaram-lhes um guizo, e êles em troca atiraram-lhes um pêso de ouro. Um espanhol mais ousado que os outros quis agarrar aquele pêso de ouro, mas mal fêz menção de se curvar para o chão foi cercado de uma infinidade daquela gente que o queria prender, e defendendo-se êle com a espada na mão, os seus companheiros saltaram dos barcos a ajudá-lo, e começou tal guerra, que foram mortos oito espanhois e os outros tiveram fadigas em retirar-se para as barcas. Nem lhes valeu estar armados de lanças, porque esta gente, por muitos mortos que tivesse, não parava de combater, mas sempre mais ardente os perseguíu dentro da água, de modo que por fim lhes arrebatou das mãos uma barca, matando o patrão. Os restantes houveram por bem fugir para os navios nos 3 barcos, fazer-se de vela e partir dali.

Navegando mais além, encontram outro rio, mas não tam profundo que pudesse ser percorrido pelas caravelas. Mandam por isso a terra para reconhecimento quatro escaleres carregados de homens armados. Avistaram sôbre uma colina que se elevava próxima do litoral grande cópia de indígenas. Os nossos convidam-nos a negociações por intermédio dum peão enviado adiante. Êles esforçaram-se por agarrar algum dos nossos e levá-lo, pois na verdade lançam de longe ao nosso uma vara dourada de um covado, porque êste para os atraír lhes arremessára primeiro um guizo. Como o nosso inclinando-se quisesse apanhar a vara dourada arremessada, os indígenas, mais depressa que o dizemos cercam-no para o prender. Êste defende-se dêles com o escudo e a espada com que vinha armado, até que os companheiros lhe trouxeram auxílio dos barcos. Para concluír em breves palavras (pois tam ansiosamente me fazes ver que te retiras) mataram oito dos nossos com setas e dardos e feriram diversos. Dentro do rio, cercam os botes, vêm temeráriamente às mãos e agarram da margem o corpo dos escaleres; são trucidados à lança e à espada como ovelhas, porque estavam nus. Nem assim se retiram. Arrebatam do poder dos nossos um dos barcos, porém vazio de homens, depois de trespassado e morto com uma seta o seu mestre; os outros puderam safar-se. Assim deixaram aqueles homens belicosos.

As expressões *Navigando piu avanti e Ulterius adnavigantes,* que traduzimos *Navegando mais além,* são vagas de mais para permitir hipóteses muito plausíveis, mas julgamos não estar aquém da verdade computando em 180 léguas, percorridas em 12 dias, o espaço compreendido entre o segundo desembarque e o rio no qual se travou o áspero conflito. Seria, nesta suposição, de 210 léguas

(142) Não temos indicação do valor exacto da braça de Pinzon, mas supondo-a idêntica à medida náutica que os portugueses usavam sob êste nome nos fins do século XVI, ela equivale a 8 palmos ou 1,^{m}76 (Pimentel, *Arte pratica de navegar*, pág. 4). As 16 braças igualam então 28,^{m}16.

(143) *Almanach Perpetuum de Zacuto*, pág. 311 da edição de J. Bensaúde.

(144) *...Y sepa que lo q̃ mas puede correr es en una hora quatro leguas y en una hora tres leguas es grande correr, y en una hora dos leguas es razonable y en una hora legua e media e legua por hora.* (Pedro de Medina, *Arte de Navegar*, 1545, fol. XXXII. A légua náutica de 1500 era de 4 milhas: no entanto o autor diz a fol. XXV: *tres millas hacen una legua.* Martir diz que esta era a dimensão da légua terrestre *(Década* II, livro 10.º).

(145) *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent*, tômo X, pág. 11 a 13.

a distância dêste e o ponto em que pela primeira vez pisaram o solo americano. O texto latino fala em outro rio, *flumen aliud*, dando a entender que era pelo menos o segundo encontrado, e é bem possível que Pinzon mencionasse outros ao protonotário apostólico, que só se referiu ao assinalado pelo combate. No entanto, o silêncio de Martir, tirando fôrça ao nosso cálculo de distâncias, implica que estes vários rios descobertos por Pinzon nada ofereceriam de notável, quer pela grandeza da sua embocadura, quer pelo número de ilhas semeadas nela, quer finalmente pela violência do seu curso.

O combate narrado é uma das maiores singularidades da viagem. Sempre que os indígenas atónitos presenciavam o desembarque dos europeus, pisando o solo virgem da invasão daqueles estranhos de tez, cabelo e rosto diversos, vestidos, calçados e armados, o primeiro impulso dêles era a fuga; só depois voltavam e vinham a mêdo travar relações com os recem-chegados. Nas Antilhas teve Colombo ocasião de o verificar, mesmo por parte de *caribas*, ferozes antropófagos belicosos. Ainda se admite a atitude defensiva dos selvagens, desconfiados dos estrangeiros, e a história que antes conta Pinzon dos guerreiros tôrvos e minazes, dispostos a nenhum comércio com os castelhanos, passa sem reparo. Mas tal não aconteceu com a emboscada preparada pelos índios contra homens com os quais estavam em contacto pela primeira vez, e demais com o chamariz do ouro ([146]). Era necessário que êles conhecessem de antemão a atracção cobiçosa dos invasores pelo precioso metal, e imaginassem que por meio dêle poderiam enganar e prender algum. Ora o ouro não tinha para os naturais grande valor — são conformes em dizê-lo os que com êles primeiro trataram —; davam todo quanto tinham, que não era muito, por bugigangas somenos, ou até de graça. Se a narração é verdadeira, outros europeus tinham já visitado aquela região antes de Pinzon, à cata de riquezas, em expedições clandestinas.

Mais natural é que o capitão alterasse os factos, dando aos indígenas a culpa do encontro sangrento em vez de a assumir; os selvagens resistiram e desenvolveram energia combativa porque os espanhois queriam reduzí-los a cativeiro. Era assim que estes aventureiros procediam onde quer que aportavam; foi assim que mais tarde Pinzon, à falta de melhor prêsa, levou consigo 36 índios mansos de Mariatambal.

Dirigiram-se mal contentes pelo norte, pois assim se engolfa aquela costa. Andadas 40 léguas, acharam o mar de água doce, e investigando donde vinha esta água, acham uma bôca que saía no mar 15 léguas com grandíssimo ímpeto, diante da qual no mar estavam muitas ilhas habitadas de gente humana e pacífica, mas não tinham coisa alguma para contratar. *Levou* 36 escravos, pois outra coisa não acharam, para não tornar sem ganho. O nome desta província chamam Marinatambal. Dizia esta gente que dentro na terra firme havia grande cópia de ouro. Partidos dêste rio, em poucos dias descobriram a tramontana, daí a 50 léguas. Dizem ter sempre percorrido a costa da terra de Pária, porque depois chegaram à bôca dita do Dragão, que está na bôca de Pária, aonde foi o almirante.

Dirigem-se para noroeste pelo mesmo litoral, tristes por causa dos mortos. Tinham percorrido cêrca de 40 léguas quando entram num mar de águas tam doces que foi possível encher aí as vasilhas de água fresca. Investigando a causa dêste facto, descobrem que de vastos montes desciam com grande impeto rápidas correntes fluviais. Dizem que dentro dêste mar há muitas ilhas não só felizes pela feracidade do solo mas também muito povoadas. Contam que os habitantes desta região são mansos e sociáveis, mas pouco uteis para os nossos porque não possuem produtos desejáveis, a saber: ouro e pedrarias. Levaram por isso daí 36 cativos. Os indígenas chamam à região Mariatambal; porém a região ao oriente chama-se Camomoro, ao ocidente Paricora. No interior destas terras davam a entender os naturais que havia quantidade de ouro não desprezível.

Alcançando em linha recta o norte do rio, por assim o exigir a curvatura da costa, recuperaram o pólo árctico. Todo êste litoral é de Pária, a qual dissémos que Colombo, autor de tamanha descoberta, encontrou ornada de pérolas. Dizem que esta costa é contígua e dela fazem parte a bôca do Dragão, de que noutro lugar falei, e outras regiões como *Cumana*, *Maracapana*, Curiana, Cauchieto, Cuchibachoa; por causa disto julgam-nas continente da Índia Gangética. Nem esta vasta extensão de terra parece admitir que seja uma ilha, conquanto a terra em conjunto, tomada no sentido lato, se possa dizer uma ilha. *Caminhando êles em território contínuo para o ocidente em direcção a Pária cêrca de 300 léguas, desde a ponta de terra que perde o pólo árctico, dizem que quási a meia distância foram dar a um rio chamado Maranhão, tam largo que o suspeito de fabuloso. Interrogados*

([146]) Esta judiciosa observação encontra-se em Zeferino Cândido, *Brasil*, 1900, pág. 105.

depois por mim se era um braço de mar, responderam que eram doces as águas dêste pégo, tanto mais doces quanto mais se sobe a corrente, e é semeado de ilhas e peixes. Ousam dizer que tem mais de 30 léguas de largura, e desagúa com impetuoso curso no mar que cede ao seu furor. Porém se considerarmos quam grandes se conta ser os braços setentrional e meridional do Danúbio e a quanta distância violam as águas do mar e fornecem bebida doce aos navegantes, deixaremos de nos admirar, embora conste que êste rio é maior. ¿Quem negará à natureza que possa gerar êste rio maior que aquele, e outro ainda maior que êste? Julgo ser êste o rio de que o almirante Colombo fêz menção quando percorreu estas paragens. Noutra ocasião veremos isto mais claramente; agora voltemos aos produtos da terra.

Sobreleva aos demais episódios e vale pela viagem inteira o achado do rio grande, graças ao qual Pinzon passou injustamente à posteridade como descobridor do Brasil em 1500. A êle dá o têrmo das capitulações de 1501 o nome de *S. Maria del mar dulce*, ausente na descrição.

Trevisan diz-nos apenas que o rio desembocava com grande ímpeto 15 léguas pelo mar dentro através de muitas ilhas habitadas por gente pacífica, chamando-se *Mariatambal* esta província em cujo interior constava existir ouro em abundância.

Martir, em 1511, um pouco mais explícito, expõe que o rio constituído por vários braços, decorria de vastos montes e ao nome indígena *Mariatambal* junta outros dois paralelos, *Camomoro* e *Paricora*.

Finalmente a segunda edição de 1516 traz uma digressão sôbre o enorme *Maragnonum* (em espanhol *Marañon)*, com mais de 30 léguas na embocadura e cuja posição geográfica nos é fornecida.

Estas sucessivas adições são outras tantas revelações que nos auxiliam a discriminar a verdade do êrro na formação da lenda amazónica, e se completam com as capitulações de 1501 e a declaração testemunhal de Pinzon em 1513. Noutra secção especial demonstraremos que êste capitão castelhano em 1500 apenas esteve no Orinoco.

Do rio grande até Pária não nos informam coisa alguma as relações, e apenas dizem que caminhadas em poucos dias umas 50 léguas na direcção do norte, recuperaram a polar. Isto nos há de servir para provar que Pinzon mentiu, asseverando ter perdido a polar e cruzado a linha eqüinocial.

Notaremos aqui que se às 40 léguas, compreendidas entre o rio grande e o anterior, juntarmos as 210 anteriormente calculadas, chegaremos ao total de 250 léguas, máximo afastamento arbitrável entre o início do percurso costeiro e o estuário de *Marina tubaro*, que Martir crismou de *Mariatambal*.

Em algumas ilhas, em grande número, que estão adiante desta Pária, carregaram as naus de *brasil*. Acharam algumas dessas ilhas desabitadas com mêdo dos canibais, e muitas casas arruinadas. Viram também alguns homens fugidos pelos montes; encontraram muitas árvores de cassiafistula e levaram muita para Espanha. Os médicos que a viram dizem que seria perfeita se colhida no seu tempo. As árvores dali são grandes que seis homens não as podiam abarcar. Entre estas árvores deram com um animal monstruoso que tem o corpo e focinho de raposa, o rabo e as patas trazeiras de macaco, as dianteiras de homem, as orelhas de morcego, e tem debaixo do ventre outro ventre da parte de fóra, como uma bolsa, onde esconde seus filhos depois de nascidos; nem mais os deixa saír até que são grandes, excepto para passeio ou para os amamentar. Êste animal, levado de Sevilha a Granada ao serenissimo rei, morreu e eu o vi morto. Tinha também nesta bolsa os filhos, que morreram no navio.

Êste Vicentianes afirma ter navegado pela costa de Pária 600 léguas e que não duvidam ser terra firme, antes o tem por certo.

Daí vieram à ilha Hispaniola em 23 de junho, donde dizem ter depois andado 400 léguas pelo poente em certa província, na qual os assaltou uma tormenta. De 4 caravelas que tinham submergiram-se duas, outra se sumiu, partidas as

Encontraram na maior parte das ilhas de Pária matas de pau vermelho, e trouxeram dêle três mil libras. Os mercadores italianos chamam-lhe *verzino*, os espanhois *brasil*. Diz-se que as madeiras vermelhas da Hispaniola são muito melhores para dar a côr às lãs. Seguindo depois o Aquilão, que os marinheiros espanhois chamam nordeste e os italianos grego, passaram por entre muitas ilhas assoladas pela ferocidade dos canibais, mas férteis. Com efeito, desembarcaram em muitos lugares e encontraram vestígios de muitas aldeias destruídas. Viram contudo em alguns pontos homens, mas timidos que fugiam da vista dos navios estranhos para as penhas dos montes e para os bosques cerrados, e que não tinham domicilio certo, mas andavam errantes por causa das ciladas dos canibais.

Encontraram árvores grandissimas que a cada passo e por sua própria natureza produzem cassiafistula, como vulgarmente lhe chamam. Diz-se que esta não é inferior à que os febricitantes procuram dos farmacêuticos, mas não estava ainda madura quando já estavam em marcha. Prefiro dar crédito a estes e outros que tais coisas referem a perscrutál-os mais laboriosamente. Contam que há aí árvores tam gigantescas que muitas delas não podem ser abraçadas por um cordão de 16 homens unidos pelas mãos.

Entre estas árvores foi encontrado aquele animal mons-

âncoras e a quarta permaneceu surta, mas com tanto trabalho que já tinham perdido tôda a esperança de salvação.

Tendo desembarcado em terra, haviam já começado a pensar em viver ali, mas receosos de que a gente do lugar, pedindo o auxílio dos vizinhos, os quisesse exterminar, tomaram a deliberação de os matar primeiro, e já tinham principiado a fazê-lo, quando, ao cabo de oito dias, se fêz a bonança, o navio perdido tornou com 18 homens, e com êste e com o que estava salvo no surgidouro, fizeram vela e tornaram a suas casas, no último dia de setembro.

Vieram depois muitos outros que navegaram pelo meio dia, mas todos pela costa da terra de Pária, que trouxeram canafístula melhor que a de Vicentianes.

truoso de focinho de raposa, cauda de cercopitéco, orelhas de morcego, mãos de homem, imitando nos pés o macaco, que transporta os filhos já nascidos, para onde quer que vá, num útero exterior à maneira de uma grande bôlsa. Êste animal, embora morto, tu mesmo o viste comigo e o manuseaste e admiraste aquela bolsa, novo útero, novo remédio da natureza, com que livra dos caçadores ou dos outros animais violentos e vorazes os filhos, transportando-os consigo. Dizem ter sido descoberto pela experiência que o animal leva sempre consigo os filhos nesta bôlsa e nunca os deixa sair senão para brincar ou para os amamentar até êles aprenderem a buscar por si o sustento. Como tivessem agarrado com os filhos o próprio animal, os cachorros morreram pouco depois nos navios, mas a mãe sobreviveu-lhes alguns meses; por fim ela também não pôde suportar tam grande mudança de clima e alimentação. Dêste animal já dissémos bastante; voltemos aos autores do descobrimento.

Estes dois Pinzons, tio e sobrinho, padeceram durante esta navegação coisas horríveis. Tinham percorrido já 600 léguas pelo litoral de Pária e segundo pensam passado além da cidade de Cathay e da costa da Índia além do Ganges, quando nestas paragens se lhes desencadeou em Julho uma tempestade tam violenta que submergiu a seus olhos duas das quatro caravelas que levavam, imediatamente desancorou e fêz desaparecer a terceira, e sacudiu por tal fórma a quarta ancorada que já se estava despedaçando a carcassa. Em conseqüência desembarcaram do navio, perdida a esperança de o salvar. Reünidos por isso em conselho, cogitavam não só em preparar domicilio nestas regiões, mas também em matar todos os habitantes, com receio de que estes, convidados os vizinhos, conviessem em trucidá-los. Mas sucedeu melhor. Cessou a tempestade, tornou a caravela que ela arrebatára, na qual vinham dezoito homens, e foi concertada a que tinha ficado à vista. Nestas duas naus tomam o caminho de Espanha, e no dia antes das calendas de outubro voltaram a Palos a suas mulheres e filhos, sacudidos pelas vagas e tendo perdido não poucos amigos.

Êles trouxeram muitos pedaços de árvores que cuidaram ser de canela e gengibre, mas inúteis porque não estavam preparados, desculpando-se de não trazerem mais nada de precioso. Contudo o teu Luis Baptista, filósofo exímio e médico não inferior, diz ter visto nas mãos dêles pedras que trouxeram apanhadas naqueles litorais marítimos, as quais afirma serem verdadeiros topázios; a mim e a ti, se me não engano, o narrou.

Depois disto, também outros, levados pela emulação de vizinhos, percorreram longüíssimas extensões para o sul, mas utilizando-se de descobrimentos alheios e dos vestígios do almirante Colombo pela costa da Pária. Também estes acharam canafístula e aquele remédio precioso para tirar com seu fumo a dor de cabeça, a que os espanhois chamam *animae album*.

O animal que Martir capitula de monstruoso é o *opossum* americano *(Chironectes variegatus)*, a cuja família pertence o gambá brasileiro. O remédio *animæ album* ou *anime blanco*, é uma espécie de incenso.

Do texto latino se depreende que Pinzon julgava ter ultrapassado o fabuloso Cathay e o Ganges quando lhe sobreveio a tormenta a que não resistiram duas das caravelas; o naufrágio ter-se-ia realizado, pois, nas costas da terra firme. Isto está em desacôrdo com o próprio texto onde Martir nos diz que o navegador partiu de Pária com o rumo de nordeste e se encontrou com ilhas despovoadas, mas é possível que êle localizasse Cathay em Cuba, que ao tempo geralmente não constava fôsse ilha. Em Trevisan, pouco claro, o naufrágio sucedeu ao poente da Hispaniola, mas do depoïmento de Anton

Fernandez Colmenero ([147]), companheiro de Pinzon em 1500, sabemos que êle foi nos *ojos de la Baburca,* baixios que o mapa de Diogo Ribeiro (1529) fixa a noroeste da Hispaniola.

A excursão pelas Antilhas é contada por duas testemunhas chamadas à barra no processo de Colombo, António Fernandez Colmenero e Pedro Ramirez ([147]), das poucas que juntamente com os dois sobrinhos de Pinzon, Diego Fernandez Colmenero e Arias Pinzon, parecem ter ido na viagem de 1500.

Conta-nos a primeira que de Pária foram os expedicionários à Hispaniola, *que se dice la Isabela,* e que Vicente Yañez *se partiu de la Isabela* (¿a uma ilha?) *que se dice Jumeto y a los ojos de la Baburca,* onde perderam dois navios em baixios. A segunda diz-nos que saíram da *Boca del Drago* (Pária) *fueron a una isla que hallaron, corriendo a nordeste, a la qual pusieron nombre isla de Mayo* ([148]) e de ali partiram para Guadalupe, *que es en las once mil virgines,* seguindo para *S. Juan* (Porto Rico) e a *Isabela* (Haiti, Santo Domingo, Hispaniola). A viagem prosseguiu depois por outras ilhas *Samana, Someto* (a *Jumeto* de Anton Colmenero), e *Maguana;* mas a testemunha omitiu estranhamente o naufrágio.

Trevisan anuncia-nos que nesta parte da excursão, entre Hispaniola e o naufrágio, andaram 400 léguas, o que mostra as fabulosas avaliações de distâncias feitas por Pinzon. Nem metade comportava uma estimativa regular, por sinuosa que fôsse a marcha dos navios!

PINZON EM 1500 NÃO ATRAVESSOU A EQÜINOCIAL

NÃO é geralmente objecto de reparo desconfiado que Pinzon pretendesse ter cruzado o eqüador em 1500 e vogado em mares austrais, e menos ainda a quem tem presente que os portugueses desde 1471 o praticavam com freqüência. É necessário porém não esquecer que, modesto embora para os seus rivais, o feito avultava grandemente aos olhos dos espanhois, confinados ao hemisfério setentrional nas suas mais audázes excursões marítimas do século XV, e ainda duvidosos das condições de vida na parte central da zona tórrida. Compreende-se pois que Las Casas e o seu plagiário Herrera tenham reivindicado para Pinzon a glória de ter sido o primeiro espanhol a atravessar a linha, inscrevendo-o no seu activo ao lado de outras de maior tômo.

Infelizmente a crítica moderna, mais exigente que os antigos cronistas crédulos, não deposita a mesma fé nas palavras do ambicioso capitão e despoja-o dos louros usurpados. Com efeito, não é difícil mostrar, à face das suas próprias afirmações, que a apregoada passagem da eqüinocial é uma fábula, a competir com as maravilhas que a acompanharam, tais como o negrume no horizonte e a protuberância encobrindo o pólo antárctico. Não é a primeira vez que a demonstração se tenta. Em 1900, o Dr. Zeferino Cândido, com o concurso do oficial de marinha brasileiro Albuquerque Lima, fêz ver a inconsistência da lendária versão ([149]); mas a prova resultou insuficiente, principalmente porque o publicista se valeu do relato de Herrera, e êste transcreve de Las Casas uma distância visívelmente errada. Por nossa parte socorrer-nos hemos do de Martir cuja autoridade resulta de ter sido escrito sôbre informes do próprio Pinzon, baseando nossos argumentos nas condições em que êle alega ter perdido primeiro, e depois recuperado a polar.

Conta-nos o sacerdote milanês que, partindo de Santiago de Cabo Verde, navegaram os expedicionários 300 léguas no rumo de sudoeste, perdendo então a tramontana. Acto contínuo, assaltou-os

([147]) *Apêndice B,* resposta à 7.ª pregunta do fiscal.

([148]) Esta ilha aparece no lugar indicado no planisfério de La Cosa e no portulano de Egerton, mas não figura nos demais.

([149]) Op. cit., de pág. 100 em diante.

furiosa tempestade a que resistiram, andando em seguida mais 240 léguas, no mesmo rumo e com grandes cautelas, ao têrmo das quais atracaram ao continente americano, tendo gasto na travessia 13 dias ou 14 incompletos. Examinemos estes dados.

Em 1500, a distância do pólo à estrêla do norte era 3°25', e a refracção horizontal, então como hoje, excedia 25' [150]. Temos pois a certeza absoluta de que o astro só começava a sumir-se em latitude boreal inferior a 3°, desaparecendo totalmente por latitudes austrais superiores a 3°50'. Entre as duas posições, separadas pelo dôbro da distância polar da estrêla, esta só era visível em certas condições de hora. Por outro lado, a légua náutica usada pelos espanhois tinha quatro milhas romanas de 1480 metros cada uma [151]; nós tomaremos a conta redonda de 1500 metros a milha, e de 6 quilómetros a légua, cabendo pois ao grau eqüatorial 18,5 léguas.

Isto posto, um cálculo simples mostra que, caminhando 300 léguas no rumo do sudoeste, a partir da pequena ilha de Santiago, cuja latitude média é de 15° boreais, se chega apenas a 3°19' no mesmo hemisfério [152]. Nesta situação a polar abeirava-se do horizonte na culminação inferior e na superior pouco excedia 6°44'; estava sempre visível e os pilotos se fartaram de a contemplar. Para que ela não assomasse sôbre as águas do oceano tornava-se mister a Pinzon vencer 18°50' de diferença na latitude; ora já mesmo admitindo uma róta francamente apontada ao sul, o percurso correspondente tinha de ser superior a 340 léguas. Como porém Martir claramente indica o rumo de sudoeste, é forçoso que o trajecto fôsse de 480; mas então já êle devia ter avistado a América, pois sua distância a Santiago, na direcção apontada, orça por esse número de léguas.

Dêste primeiro exame se apura assim que a distância de 300 léguas é errónea, e nasce a suspeita de que o capitão espanhol não perdeu realmente a polar; contudo, antes de tornar definitiva a conclusão, cumpre atender as objecções seguintes que se lhe podem levantar:

1.ª Na estimativa da derrota os pilotos pecaram por defeito, encurtando o espaço andado.

2.ª As correntes marítimas, de que êles não tinham consciência, arrastaram as caravelas, obrigando-os a trajectos maiores que os estimados.

3.ª A estrêla do norte, conquanto de dia superasse o horizonte, não era visível de noite.

4.ª O rumo teria sido o susudoeste, e não sudoeste.

A primeira dúvida não colhe; os navegadores castelhanos, em vez de os diminuír, invariávelmente alongavam seus trajectos. Já tivemos ocasião de mencionar Rodrigo Bastidas que, com prodigioso exagêro, se gabava de ter custeado 3000 léguas na sua viagem, mas a cada passo deparamos com ampliações similares, embora em menor escala, nos primeiros anos do brilhante periodo espanhol. O geógrafo Enciso explica-nos em 1519 a razão desta prática constantemente seguida na navegação corrente [153]. Podemos pois estar suficientemente seguros de que Pinzon, acusando 300 léguas, na realidade não andou maior distância.

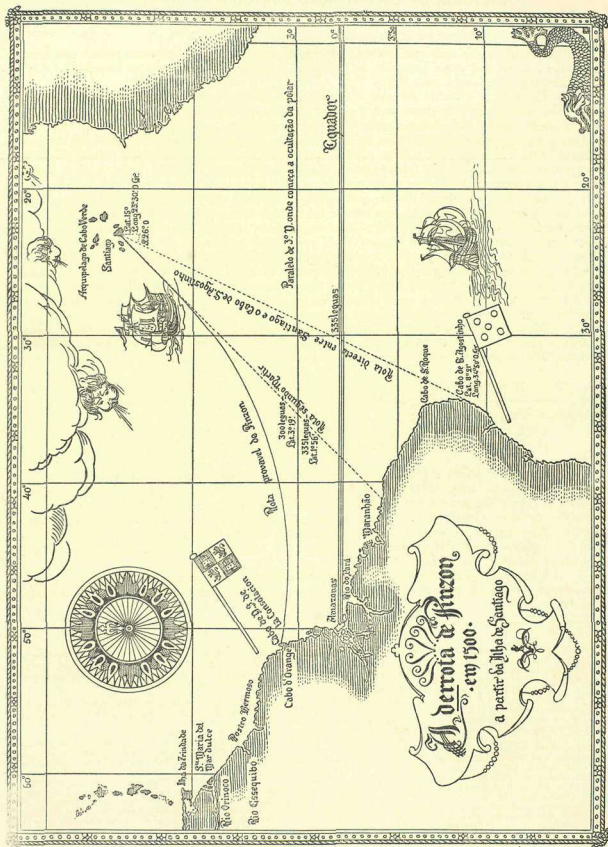
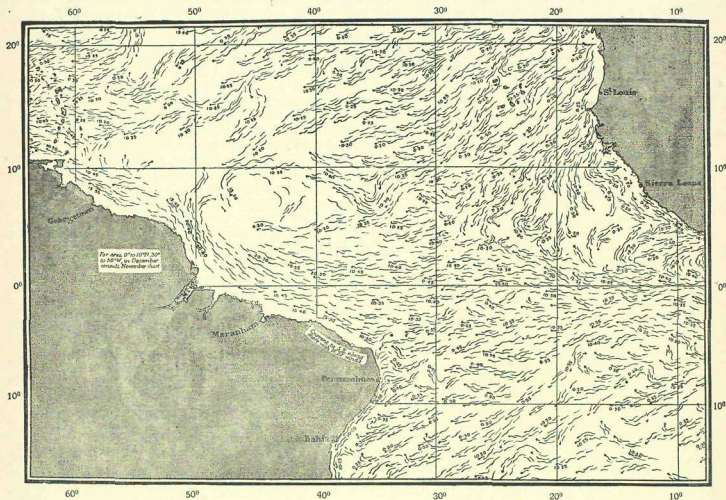
A segunda objecção reside na existência de correntes que sulcam o Atlântico nas paragens atravessadas por Pinzon. Sabe-se efectivamente que entre o arquipélago de Cabo Verde e o nordeste

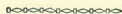
---

[150] Em 1500 as coordenadas astronómicas da polar (a Ursae minoris) eram: ascenção recta = 3°, 76, declinação = 86°, 58 (Paul Neugebauer, *Sterntafeln von 400 vor Chr. bis zur Gegenwart, 1912)*. A refracção colige-se das tábuas empíricas de Argelander (Chauvenet, *Spherical and practical astronomy*, tômo I, pág. 132). Em 1519, Enciso, na *Suma de geographia*, dava 3°,5 para distância polar da estrêla do norte, copiando do *Regimento do estrolabio e do quadrante*.

[151] Vignaud, *Toscanelli and Columbus*, pág. 200.

[152] No *Apêndice D* são concisamente apontados os elementos com que foram feitos êste cálculo e os subseqüentes desta secção. As rótas de rumo constante são loxodrómicas, curvas transcendentes pela primeira vez consideradas pelo insigne matemático português Pedro Nunes *(Tratado em defensam da carta de marear*, 1537); todavia eqüiparamol-as a arcos de círculo máximo pelas razões expostas no apêndice.

[153] .....Y es buena cuenta a los que tienen conocimiento de la nao en que van lo que suele andar por hora, porque arbitran lo que puede andar. Pero como es arbitrarie la cuenta es incierta. E para seguridad del erro hechan antes más leguas que menos, porque se hagan con la tierra antes que lleguem a ella. E haciendose com ella vayan sobreaviso e velen las noches, porque no den en ella sin la ver primero e conoscer a do van a dar. E com este resguardo se rigen los experimentados e assi van por esta cuenta ciertos de no estropezar. Y este es le dereche navegacion *(Suma de geographia*, fol. 22). Os pilotos portugueses geralmente procediam como os castelhanos e aumentavam na carreira da Índia o número de léguas percorridas, não só *por mostrar que fazião grandes serviços*, como expõe a D. João III o duque de Bragança, mas também porque *nos que vaão na volta do mar, veem-lhe proveito acharem-se muito mais adiante do que se fazem, por segurar de teer dobrados os cabos; porque se acertam de fiçar a jutavento dos cabos, perde-se a viagem daquelle anno pola mór parte das vezes.* (J. Bensaúde, *Les Légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises*. Génève, 1920, anexo 3.°).

do Brasil corre continuamente um circuito pelágico que parte daquelas ilhas no sentido aproximado do sudoeste até 10° de latitude norte, começando depois a rodar para oeste e tomando sensívelmente esta orientação a partir de 5°; no eqüador êle prossegue no mesmo rumo ocidental até perto de 100 quilómetros do continente e depois encurva-se para o noroeste, acompanhando a costa. Sua velocidade média atinge 20,5 milhas náuticas inglêsas em 24 horas, mas até o eqüador nunca excede 10,5 [154].

Correntes marítimas na região eqüatorial do Atlântico, durante Janeiro. (Extracto da carta n.º 2951 do Almirantado Britânico). Os números indicam em milhas inglêsas a velocidade média diária das correntes.

Aqui nos falece um elemento essencial para avaliar com segurança a velocidade média das caravelas espanholas, e vém a ser a extensão total do percurso transatlântico de Pinzon, pois nenhuma confiança depositamos nas 540 léguas indicadas e apenas sabemos do tempo gasto. Contudo estaremos aquém da verdade supondo tam sòmente para os efeitos do presente raciocínio, que o trajecto foi o menor dos imagináveis entre Santiago e o Brasil, porquanto dest'arte arbitramos no mínimo a velocidade média das caravelas durante os 14 dias, e avulta em percentagem mais elevada o efeito da corrente. Êste trajecto mínimo, que liga a ilha portuguesa sensívelmente ao cabo de S. Roque, anda por 1740 milhas, o que nos conduz à cifra de 124 milhas por dia; por outro lado, a corrente avançava no mesmo

[154] Veja-se a carta 2951 do Almirantado Britânico *Monthly current charts—Atlantic Ocean—January and February.*

intervalo perto de 13 milhas náuticas espanholas que, deduzidas das 124 de velocidade global, deixam 111 para a proveniente da impulsão do vento. A percentagem aceleradora da corrente não excede portanto 11,7; e então, admitindo a exactidão da estimativa dos pilotos, concluímos que as 300 léguas acusadas devem ser acrescentadas de 35, sendo de 335 a distância vencida desde Santiago até a pretendida perda da polar.

Ora, navegando no rumo de sudoeste êste número de léguas, chega-se à latitude boreal de 1°56′, na qual a polar a 20 de Janeiro de 1500 era perfeitamente visível durante umas 5 horas, sendo aproximadamente de 4° a sua altura ao anoitecer [155]. Êste resultado é tanto mais seguro quanto para êle contribuíram quatro hipóteses que o desfavorecem: o efeito máximo da corrente, o trajecto mínimo, a exactidão da estimativa, e por fim o desprêzo da inflexão da derrota que traria consigo a elevação da latitude do ponto terminal.

Afastadas por êste teor as duas objecções referentes às distâncias, passemos à terceira, derivada da ocultação parcial da tramontana. Na travessia do oceano há que considerar dois períodos distintos, o que precede a perda da polar, no qual andaram 300 léguas, e o segundo depois dêste acontecimento, no qual percorreram 240 com menor rapidez, porque com mais resguardo. Dividindo o intervalo de 14 dias incompletos em partes proporcionais áqueles números vê-se que a invisibilidade da estrêla ocorreu no dia 20 de Janeiro ou no subseqüente. Na proximidade do eqüador os dias diferem pouco das noites, e, como o crepúsculo é breve, às 7 horas da tarde brilham nitidamente os astros no firmamento. Mostra-se que a esta hora de 20 de Janeiro de 1500, para tôdas as longitudes entre a de Santiago e a ilha da Trindade, a estrêla polar só desaparecia em latitudes austrais superiores a 2°27′; ora o trajecto andado pelo sudoeste até esta latitude orça por 435 léguas. Como se vê, estamos bem longe das 335 em que com segurança calculámos o percurso, atendendo à intervenção do circuito pelágico.

A última objecção que nos resta apreciar por igual se revela destituída de valor. Que os rumos de Pinzon não eram exactos, temo-lo por certo, quando mais não fôsse por causa da declinação magnética que desvia a bússola da direcção do meridiano geográfico. Talvez os pilotos soubessem que a agulha noroesteava ou nordesteava, mas ignoravam de quanto, cingiam-se aos rumos aparentes sem cuidar de os corrigir. A róta que Pinzon asseverava ter sido sempre pelo sudoeste não seguiu portanto êste rumo talvez em parte alguma.

Sabe-se pouco das linhas isogónicas ou de igual declinação em 1500, a-pesar-de haver cartas magnéticas da época construídas séculos depois; mas das observações de Colombo parece deduzir-se que a linha agónica ou de declinação nula passava um pouco a oeste dos Açôres e dirigia-se de N. E. para S. O. tocando na ilha Margarita, ao norte de Venezuela. [156]. Se assim era, a agulha nordesteava ao longo da costa que desce da ilha até o cabo de S. Agostinho; e o sudoeste aparente de Pinzon deve substituír-se por um rumo que se aproxima mais de oeste, talvez sudoeste-quarta de oeste. O desvio da trajectória devido à falsa orientação trá-lo-ia, acima do Ceará, onde deveria aportar se tivesse sempre seguido pelo sudoeste.

Uma das testemunhas no processo de Diego Colombo, Anton Hernandez Colmenero, que com certeza esteve às ordens de Pinzon em 1500, narra que *fueron la via del surueste entremedias del sur*, o que indica o susudoeste ou rumo muito próximo; outra testemunha, Pedro Ramirez, que provávelmente

---

[155] Devemos ao sr. Frederico Oom, ilustre director do Observatório Astronómico da Tapada, em Lisboa, o cálculo das coordenadas eqüatoriais do Sol em 20 de Janeiro de 1500, que à meia noite do meridiano de Greenwich eram as seguintes: ascenção recta 312°,22; declinação 17°,86; variação horária da ascenção recta 10°,6.

O *Almanach perpetuum* de Zacuto informa que o Sol, à hora indicada, estava em 9°59′29″ do signo do Aquário, o que dá para a ascenção recta 312°,46, tomando para inclinação da eclíptica e para a constante de precessão os números adoptados pelo astrónomo judeu.

[156] Humboldt, *Examen critique*, tômo III, pág. 29. João de Lisboa, célebre pilôto português, é de parecer diverso no *Tratado de agulha de marear*, concluído em 1514, onde lemos o seguinte, estropiado pelo copista: «*As de saber que este merediano vero homde as agulhas verdadeiramente fazem o pollo do mundo artiquo devide a Ilha de samta maria a pomta da Ilha de Sã miguel que sã na (S) Ilha (S) dos açores e devide a espera ẽ 2 partes ygoaes e pasa amtre as ylhas do cabo verde por cima da Ilha de Sã Vicẽte e asy pasa amtre o cabo de boa esperança e o cabo frio/ E aquy neste merediano achei sempre as agulhas fixas no pollo do mudo/ e como delle me saya llogo as agulhas faziam conhecimento e por que nuqua fuy, em parte que achasse conhecimento doutro merediano nã faço decraraçã senã deste*... (Livro de Marinharia, Lisboa, 1903, edição de Brito Rebelo, pág. 23). A declinação nula das agulhas nos Açôres era há muito conhecida dos portugueses, dos quais a soube naturalmente Colombo; parece porém que João de Lisboa imaginava que o meridiano magnético coïncidia com o geográfico, falsa ideia vulgarizada e da qual também partilhava o almirante genovês. O pilôto português em 1514 já tinha corrido as carreiras da Índia e do Brasil. Como êle diz que as agulhas se *fforẽ do merediano vero pera ho oriemte fazẽ conhecimento pera ho nordeste tanto quanto vos della affastaes, suguindo do merediano para o ocidente fazẽ conhecimento para o noroeste*, segue-se que êle devia ter visto a bússola noroestar nas costas do Brasil, o que se não concilia com a conclusão de Humboldt.

acompanhou o navegador na mesma viagem, dá a mesma indicação [157]. Êste rumo do início da travessia discorda do registado por Martir; mas os marinheiros não conservariam em 1513 muito viva a memória dêste pormenor de treze anos antes. Os depoïmentos das *Probanzas* exibem a cada passo enganos dêste jaez. Póde suceder, no entanto, que êles falassem verdade e o escritor, como fôsse leigo em náutica, não nos transmitisse fielmente as palavras ouvidas, desprezando uma ou duas quartas na rosa dos ventos. Vejamos quais as conseqüências de se admitir a direcção SSO até à ocultação da polar.

Um percurso de 300 léguas com êste rumo trazia os expedicionários à baixa latitude austral duns 0°3', na qual a tramontana era bem visível às 7 horas da tarde de 20 de Janeiro de 1500, pois já vimos que nestas condições ela só se sumia por 2°27' austrais; mas há que contar com o efeito adjuvante da corrente oceânica. Como o seu curso desde o princípio da derrota faz ângulo com esta, e depois se acentua mais a obliqüidade, deve-se diminuír a percentagem aceleradora que anteriormente computamos com acentuado favor em 11,7 e agora, por considerações enfadonhas de enunciar, reduzimos a 8. As 324 léguas resultantes do aumento conduziam a 1°15' S, onde a polar ainda estava acima do horizonte na data e hora indicadas, com a altura aparente de 1°12'.

Não se realizou, pois, a ocultação da estrêla, embora ela se abeirasse do horizonte, e acresce ainda uma circunstância inexplicável: é que Martir se engana segunda vez, quando diz que depois de desaparecida a tramontana persistiram no mesmo rumo de sudoeste. Com efeito, sendo a longitude de Santiago 23°30' O de Greenwich, será 30°7' a do ponto de latitude 1°15', cujo afastamento do litoral brasileiro foi vencido na segunda parte da travessia transatlântica. As 240 léguas em que o calculou Pinzon teem de sofrer correcção por efeito da correnteza oceânica, que cresce em rapidez à medida que se avizinha do continente. Desprezando todavia o aumento (que excede 20 léguas), e medindo aquela distância à costa brasileira, caímos pouco ao sul da foz do Maranhão, com a direcção final da derrota sensívelmente por oeste—quarta de sudoeste. Assim pois os nautas abandonaram o rumo inicial de SSO, cambando nada menos de 56°. A continuação da róta no mesmo rumo afastava-os do continente, mas podemos supor um ligeiro desvio que levásse ao cabo de S. Agostinho—e tal é a trajectória comummente aceite—; êste cabo fica porém a umas 150 léguas do ponto terminal do primeiro trôço da derrota, o que está longe das 240 indicadas por Pinzon. A persistência do rumo não se concilia com o que conhecemos da viagem.

Até aqui temo-nos ocupado em demonstrar que a distância acusada de 300 léguas para a perda da polar é impossível de admitir-se; vamos ver agora que ela é um dado fictício.

Narra Trevisan que, depois de terem avistado o grande rio em cujo estuário se espraiava um mar doce, andaram os exploradores 50 léguas em poucos dias e descobriram novamente a tramontana; Martir nas edições latinas diz que, seguindo para o norte, recuperaram o pólo. Não há contradicção nas duas versões, antes elas se completam, deduzindo-se claramente que recobraram a estrêla algum tempo e algumas dúzias de léguas depois de ter abandonado o mar doce.

Há no nordeste da América Meridional dois poderosos rios, o Orinoco e o Amazonas, nos quais o volume e ímpeto das águas determinam a dulcificação do mar onde irrompem. O primeiro tem sua foz por 8°30' boreais, e a tam alta latitude vê-se perfeitamente a polar, a qualquer hora da noite; não deve pois ser êste o rio a que se refere Pinzon. Quanto ao Amazonas, notaremos que a Ponta Grossa, extrêmo norte da sua embocadura, está por 1°10' boreais; e a esta latitude, quando ainda os castelhanos estavam à vista do rio, a estrêla era francamente observável mais de 2 horas, ao anoitecer ou de madrugada. Mas se êles ainda caminharam umas 50 léguas na direcção do norte, com certeza ultrapassaram a latitude de 2°10', visto um grau de diferença eqüivaler apenas a 18,5 léguas; ora então a tramontana estava visível durante 5 horas. Assim, tampouco póde ser o Amazonas o rio em questão, e visto que o problema só oferece duas soluções, ambas incompatíveis com a descrição da viagem, concluímos que ela neste ponto é mentirosa.

O empenho de Pinzon em se gabar da façanha de atravessar a eqüinocial arrastou-o a uma fraude, mas ocorre inquirir ¿ como se aventurou êle a produzir a cifra de 300 léguas? A esta pregunta interessante oferecemos uma resposta meramente conjectural.

A latitude de Santiago de Cabo Verde é de 15° N., muito cedo arbitrada ao meio da ilha pelos

(157) No *Apêndice B*, respostas à 7.ª pregunta do fiscal.

portugueses; mas se estes a conheciam com exactidão, outro tanto não acontecia aos espanhois (158). Queremos admitir que Pinzon a tomasse em 14°, de acôrdo com Vespúcio ao princípio da terceira viagem feita em 1501 (159). Por outra parte, o navegador pensava que o grau tinha 15 léguas; pelo menos esta era a medição corrente, conforme com a de Colombo (160). Para vencer 1° de latitude, pelo rumo de sul, era pois necessário correr 15 léguas, e 21 pelo sudoeste, assim lho deveriam dizer as tabelas usadas havia longos anos pelos marinheiros (161). Por conseguinte, para vencer 14° de latitude até o eqüador, seguindo pelo sudoeste, tornava-se mister percorrer 14×21=294 léguas; ora Pinzon, fraco astrónomo como todos os capitães do tempo (sem exceptuar o próprio grande almirante), imaginava que perderia a polar quando atingisse o eqüador, e daí a sua afirmação das 300 léguas, baseada nas inferências expostas

PINZON EM 1500 NÃO TOCOU NO CABO DE S. AGOSTINHO

É CERTO que o primeiro desembarque de Pinzon se realizou no dia da chegada ou na manhã seguinte, o mais tardar. O capitão castelhano, saltando em terra, tomou logo posse solene dela, entretendo-se os seus companheiros em esculpir em fragas e árvores os nomes dos reis de Castela e os próprios; e é evidente que simultâneamente se baptizou o lugar. Esta primeira denominação marca o início das descobertas; ora o têrmo das capitulações de 1501, ao enumerá-las, dá a primazia ao cabo de *S. Maria de la Consolacion.* Como seria estranho que o diploma oficial começasse a definição das novas terras por um ponto situado adiante do da posse, plausívelmente foi naquele cabo que primeiro pousaram os olhos ansiados dos nautas, depois da arriscada travessia.

Não parece que Pinzon, escolhendo a invocação da Virgem, obedecesse à praxe litúrgica, cuja voga começava então, de designar as descobertas pelo santo do dia em que foram feitas; êle podia ter preferido naquela jubilosa conjuntura a Senhora de sua especial devoção, ou o nome da caravela capitânia, hoje ignorado. Efectivamente, o dia 20 de janeiro, apontado por Trevisan, é consagrado ao papa S. Fabião e ao Mártir S. Sebastião; o de 26 de janeiro (domingo), dos textos latinos, é o de S. Policarpo, bispo e mártir (162). Só a 2 de fevereiro se celebra uma festa da Virgem, a Purificação, que é a de Nossa Senhora da Candelária, e não a da Consolação (163). Harrisse inclina-se a crêr que neste último dia se nomeou o cabo (164), mas neste caso caímos na hipótese improvável de que o primeiro desembarque não se realizou então, pois há entre as respectivas datas um intervalo de 7 a 8 dias.

Martir não indica um cabo no sítio da arribada, e apenas nos fornece insuficientes informes:

(158) Veja-se o *Regimento do estrolábio e do quadrante,* edição fac-similar de Joaquim Bensaúde, onde vêm uma lista de latitudes cuja parte africana é provávelmente anterior a 1500. Duarte Pacheco em 1505 diz ser 15° 20′ a latitude da ponta norte de Santiago, o que é exacto *(Esmeraldo de situ orbis,* ed. 1905, pág. 36 e 84). Colombo em 1495, antes de passar pelo arquipélago, onde teve quási sempre cerração que impedia observações, dava-lhe 9° 15′, contra o parecer do joalheiro astrólogo Jaime Ferrer que calculava bem (Navarrete, op. cit., tômo II, dec. LXVIII). Enciso em 1519 arbitra-lhe 14° 30′ (Op. cit., fol. 56).

(159) Carta escrita em 4 de junho de 1501 por Vespúcio a Lorenzo de Pier Francesco de Medicis (Vignaud, *Améric Vespuce,* pág. 404). A-pesar-de considerar apócrifo o documento de Pier Vaglienti, o ilustre americano reputa provável que fôsse redigido sôbre uma carta autêntica do Florentino; a latitude que êle atribuia ao arquipélago deve ser idêntica à da carta.

(160) Vignaud, *Toscanelli and Columbus,* pág. 199; Navarrete, op. cit., tômo III, nota 1.ª de pág. 199; Martir, *Década V,* livro 7.º.

(161) Uma destas tabelas *(toleta di marteloio),* encontra-se no *Regimento do estrolabio e do quadrante* com o grau de 17,5 léguas; dela a copiou Enciso (op. cit., fol. 21 verso), como o prova esta dimensão, contraditória com a de 16 léguas e 2/3, adoptada no resto do livro.

(162) Isto se vê do calendário inserto no *Regimento do estrolábio e do quadrante,* citado na nota 40, com o qual concorda o de Enciso, na obra citada na mesma nota.

(163) A Senhora da Candelária, chamada em Portugal, pelos lavradores, das Candeias, por terminarem com o mês de janeiro os serões de inverno, tinha em Espanha um culto antiquíssimo. A da Consolação era celebrada na 1.ª Dominga do Advento, e em 1675 por breve de Clemente X passou a se-lo na dominga dentro da oitava de S. Agostinho, entre 28 de agosto e 4 de setembro. Em Lisboa, em tempos remotos, a sua festa foi na segunda-feira da Pascoela; os ortodoxos gregos celebraram-na na Visitação de Nossa Senhora, a 2 de julho.

(164) *The diplomatic history of America,* 1897, pág. 201.

a sondagem e a turvação do mar junto à costa—talvez indício de rio próximo. Dos principais cronistas subseqüentes, Oviedo nada nos comunica; Gomára (1553) diz que os expedicionários aportaram ao cabo de S. Agostinho; Las Casas e o seu imitador Herrera confundem-no com *Santa Maria de la Consolacion*.

A aparição do segundo nome explica-se fàcilmente: é que em 1513 Pinzon, ao depôr nas *Probanzas del fiscal*, declara ter descoberto o *cabo de Consolacion que es en la parte de Portugal, é agora se llama cabo de Sant Agustin* (165). Em face da peremptória afirmativa, aliás repetição da exarada na 7.ª pregunta do *fiscal*, os cronistas crédulos e patriotas não hesitaram, e ficou assente que a derrota correra entre o arquipélago de Cabo Verde e o promontório decorado com o nome do bispo de Hippona. Todavia esta tese, sedutora para os espíritos desprevenidos contra a fraude, é abertamente contrariada pelo relato de Martir, por cuja bôca—não nos cansaremos de repetir—falou em 1501 o próprio Pinzon.

A linha que une directamente Santiago a S. Agostinho tem de extensão pouco mais de 470 léguas do estalão espanhol do tempo, o que não condiz com as 540 acusadas na narrativa; mas como os navegantes sempre ampliavam as distâncias percorridas, não há que estranhar esta primeira divergência.

Não acontece porém o mesmo quanto a duas outras: o rumo seguido e o ponto em que perderam de vista a estrêla do norte. A direcção daquela linha é S 26º O (aproximando-se de susudoeste, S 22º30' O), ao passo que a derrota foi sudoeste, S 45º O, se depositarmos fé em Martir. Por outro lado sabemos dêle que houve 300 léguas percorridas antes e 240 depois de oculta a polar; ora, separando no trajecto directo duas partes proporcionais a 300 e 240, o ponto de divisão cai por 2º de latitude boreal, onde em qualquer época do ano a estrêla era visível durante algumas horas, ao anoitecer ou de madrugada. A total ocultação sòmente se realiza na altura de Fernão de Noronha (3º 50' S), num ponto cuja distância ao continente era de cento e poucas léguas, e não de 240.

Podemos admitir, em rigor, que o protonotário se equivocasse e, compreendendo mal o que ouvira a Pinzon, lançasse nos seus apontamentos sudoeste em vez de susudoeste, inexperto como era em assuntos náuticos; mas a segunda discrepância é inexplicável na hipótese de que êle realmente tivesse perdido a polar, e torna o depoïmento incompatível com a história contada pouco depois do regresso. A róta directa a S. Agostinho é, aliás, inaceitável desde que o capitão nunca perdeu de vista a estrêla do norte, como ficou provado.

¿ Como foi levado Pinzon em 1513 a confundir *Consolacion* com *S. Agostinho?* ¿ Teria êle noção exacta da verdadeira situação dêste último ponto, e teria por lá passado em 1500 ou depois? Eis três problemas para cuja solução não possuímos elementos seguros, conquanto os haja para qualificar de inexacta a identificação.

A primeira menção do preclaro doutor da Igreja ocorre na *Lettera* de Vespúcio, impressa entre 1505 a 1506 (166), na qual o florentino narra a sua viagem ao Brasil em 1501, declarando que a fizera a convite e mandado del-rei D. Manuel. O silêncio absoluto dos arquivos da Tôrre do Tombo e dos cronistas portugueses contraría esta afirmativa (167). Quer a expedição fôsse mercante, quer oficial, pensamos que êle foi a mandado do seu compatriota Bartholo Marchioni, o qual já incluíra um navio seu na armada da Índia comandada por João da Nova, partida em março ou abril de 1501. Sabe-se que de Portugal fôra neste mesmo ano ao Brasil uma outra armada, que regressára a Lisboa em 22 de julho de 1502 (168), muito provávelmente a mesma de Vespúcio, embora êle alegue ter chegado a 7 de setembro. O rei português consentia nas expedições ao Brasil naus armadas por mercadores, que lhe apresentavam os capitães delas, às vezes estrangeiros (169).

Um indício de que Vespúcio não foi em viagem oficial transparece da omissão nos primeiros mapas de origem portuguesa do nome S. Agostinho, imposto pelo capitão-mór da frota, ao que êle diz: *come doblassimo un cavo, alquale ponemo nome el cavo di S. Augustino.... et sta questo cavo 8 gradi fuori della linea equinoctiale verso l'austro*. Se tal denominação se ajusta ao cabo hoje assim chamado, ela estaria inscrita naqueles documentos cartográficos quando o capitão tivesse missão oficial, mas são outras as que se leem nelas.

No planisfério de Cantino, acabado em outubro de 1502, quando já Vespúcio estava de volta,

(165) No *Apêndice B*, resposta à 7.ª pregunta do fiscal.
(166) Veja-se em Vignaud, *Améric Vespuce*, a pág. 330 o original italiano, vertido para francês a pág. 356.
(167) Visconde de Santarém, *Recherches historiques, critiques et bibliographiques*. Paris, 1842, pág. 16 e outras.
(168) Carta de Pietro Pasqualigo, datada de Saragoça a 12 de outubro de 1502, em Berchet, op. cit., tômo I, pág. 91.
(169) João de Barros. *Década I*, Liv. V, Cap. X.

figura *cabo de Sam Jorge* na posição de S. Agostinho ou de outro cabo mais ao norte e próximo dêste. No de Canério, de época incerta que não póde ir muito além de 1505, está em lugar dêle *cabo de Sta croxe* (Santa Cruz), e esta mesma denominação se inscreve no de Kunstmann n.º 2, cuja data é geralmente fixada entre 1503 e 1505. Os mapas germânicos gravados de Ruysch (1508) e Waldseemüller (1507, 1513 e 1516), inspirados em protótipos portugueses, também a trazem; e na carta de Pedro Martir (1511), de origem espanhola, vemos *Caput Crucis* designando uma ponta extrêma da costa ocidental da América do Sul. A esta regra conhecemos uma única excepção, a carta de Pilestrina ou Kunstmann n.º 3, na qual vemos *cabo de Santo Agustinho* ao lado de nomenclatura portuguesa que se encontra em Canério; mas temos razões para supô-la posterior ao traçado dêste genovês.

Não nos resta dúvida de que a Vespúcio se deve a vulgarização do nome em Espanha, que só mais tarde se generalizou em Portugal. Aqui se intercala uma pregunta: ¿o cabo de S. Agostinho indicado pelo navegador florentino porventura será o que hoje é conhecido sob esta designação?

Os pilotos portugueses da expedição de 1501 deviam ser peritos na sua arte, mais que os espanhois contemporâneos, que empregavam as rudimentares observações da polar para a determinação das latitudes em vez das alturas meridianas do sol, utilizadas pelos da nação vizinha ([170]). Mas a latitude de 8º (aliás a única que na terceira navegação da *Lettera* é atribuída a um lugar susceptível de identificação) aproxima se tanto de 8º 21′, verdadeira coordenada do cabo, que é lícito duvidar da coincidência dêle com o de Vespúcio. A carta *Mundus Novus* (1503 - 1504) diz-nos ([171]) que, percorrendo o litoral, os navegantes chegaram a um ângulo que êle fazia para o sul, e a *Lettera* pelo seu lado conta que foram até um cabo no qual a terra dava a volta do sudoeste; ora estas duas versões, se diferem no rumo da costa, concordam em excluír o moderno S. Agostinho, no qual não há inflexão alguma do rumo. A mudança de direcção efectua-se mais ao norte e torna-se sensível na ponta do Calcanhar (5º 9′ S), onde alguns localizam *Santa Maria de Consolacion* ([172]); e assim só é satisfatória a resposta negativa à interrogação enunciada.

O depoïmento de Pinzon não menciona datas nem discrimina viagens, porventura propositalmente. Mostraremos no decurso dêste estudo que êle visitou a América do Sul pelo menos três vezes, mas é notória a viagem de 1509, feita em companhia do pilôto português João Dias de Solis. Martir dá-nos dela uma confusa notícia, dizendo no livro 7.º da *Década* II que êles chegaram a uma cúspide extrêma do continente cuja latitude avalia em 7º austrais, e no livro 8.º que estiveram no cabo de S. Agostinho. Todavia, como o protonotário diz ser aurífera a região do cabo e a confunde com Ciamba, em Honduras, a asserção não é segura; além disso a coordenada geográfica não joga com a de Vespúcio e peca por defeito, não por excesso, conforme o costume sabido dos primeiros tempos. Se notarmos que esta é a única passagem de cronista anterior aos meados do século XVI donde se póde inferir ter Pinzon tocado no cabo, ficamos pois muito hesitantes em admití-lo, tanto mais quanto das testemunhas das *Probanzas* que depuseram acêrca da viagem nenhuma se refere à excursão pelo sul de Pária.

Mas, dir-se há, passou por lá em 1500, quando lhe pôs nome *Consolacion*, e graças a indicações de Vespúcio, com quem privou, verificou ser o mesmo S. Agostinho. E' possivel, mas duvidamos que o pudesse fazer com alguma segurança.

Essas indicações resumiam-se na descrição topográfica e no confronto das cartas de marear, donde se depreendiam a latitude e longitude. A descrição não bastava, dado que a conformação do terreno não é característica a ponto de o distinguir entre as pontas que enxameiam pelo nordeste brasileiro. A distância ao eqüador, arbitrada em 1500 a *Consolacion*, devia ser muito errónea, a avaliar pelas medições de pilotos espanhois da época; se ella coíncidiu com os 8º mais exactos de Vespúcio, conduziu a uma falsa identificação. Por fim, as longitudes eram então muito grosseiramente determinadas e não serviam para a ligação das expedições de Pinzon em 1500 e de Vespúcio em 1501. Êste diz na

---

([170]) Duarte Pacheco no *Esmeraldo de situ orbis* dá 8º 15′ como latitude de S. Agostinho, com um êrro de 6′ sòmente. O cap. 1.º em que está a indicação foi escrito antes de findo o ano de 1505. (Introdução à edição de 1905 de Epifânio Dias, pág. 4).

([171]) Veja-se na obra citada de Vignaud o original latino, a pág. 305.

([172]) Barão de Rio Branco, *Second Mémoire présenté par les États-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse*, pág. 29. O autor diz ser a ponta do Calcanhar o extrêmo do continente atingido por Pinzon na viagem de 1509, a que adiante nos referimos no texto e, como esta é S. Agostinho (no dizer de Martir), conclui ser *Consolacion*, conforme o depoïmento de 1513.

Lettera que o ponto da América onde primeiro chegou, por 5º de latitude austral, distava pelo sudoeste quarta de sul 700 léguas de Bezeguiche (Dakar), e o seu S. Agostinho estava ainda mais ao sul daquele ponto. O outro declara na descrição de Martir que a primeira arribada estava afastada de Santiago de Caob Verde 540 léguas pelo rumo de sudoeste. Não há maneira de ajustar as duas versões.

De resto, a verdadeira posição do cabo de S. Agostinho permanece ignorada dos espanhois durante dois lustros. Em 1515, catorze anos volvidos sôbre a sua descoberta e dez sôbre o regresso de Vespúcio à Espanha, aonde trouxe novas dela, procedeu-se neste país a averiguações oficiais para a determinar com vista à demarcação de Tordesilhas, nas quais foram ouvidos os italianos Sebastião Cabote e Juan Vespúcio, sobrinho de Américo, Nuno Garcia, o português João Rodrigues Serrão e André de Morales [173]. Nenhum dos pilotos consultados tinha visto o cabo, não obstante Serrão afirmar o contrário, pois o seu depoïmento demonstra que êle se enganou. Os três primeiros louvam-se todos em Vespúcio, a cujo crédito lançam tudo quanto sabem de S. Agostinho. Morales declara ter traçado uma carta da região desde Pária, que *está em ocho grados*, até o cabo que êle situa *en diez e seis grados al polo antarctico*. A reputação dêste pilôto estava firmada na cartografia, consoante se lê em Martir [174], e para mais a carta fôra examinada e aprovada por Dias de Solis, que o mesmo escritor nos assevera ter estado em S. Agostinho. ¿Como se explica pois que êle lhe arbitrasse latitude tam elevada, o dôbro da arbitrada por Vespúcio? ¿Não é isto um indício seguro de que Pinzon e Dias de Solis não estiveram nesse cabo em 1509? E' mesmo singular a ignorância oficial acêrca de sua posição geográfica, já que o florentino exerceu entre 1508 e 1512 as funções de pilôto-mór e tivera tempo de inscrever no *Padron Real* o seu S. Agostinho [175].

Pinzon tinha falecido um ano antes do inquérito, mas a memória das suas viagens estava longe de ser obliterada. Se êle tivesse passado por S. Agostinho em 1500 e depois repetisse a visita em 1509, algum dos seus pilotos sobreviventes podia testemunhar o facto, que pelo menos deveria ser conhecido dos outros pilotos contemporâneos de Pinzon, com os quais êle mantinha relações. Todavia, nenhum dos consultados o cita, e tampouco se refere a *Consolacion*. Serrão diz que foi com Alonso Vellez de Mendoza, confundindo datas, e Morales parece atribuír a descoberta do cabo a Diego de Lepe. A omissão é mais um argumento poderoso contra a identificação feita em 1513; Pinzon, do mesmo modo que o fiscal, mancomunado com êle ao formular o interrogatório, apenas conheceu S. Agostinho de outiva.

À mesma conclusão nos conduz, por seu lado, o exame do têrmo atrás citado das capitulações dêste navegador em 1501. Aí os reis católicos enumeram seus descobrimentos e nomeiam-no governador de parte dêles em que estava incluído *Consolacion;* julgavam-se pois legitimos donos da região. A demarcação dos domínios portugueses e espanhois fôra definida teóricamente em 1494 pelo pacto de Tordesilhas, hábilmente negociado por D. João II, mas práticamente estava indeterminada e havia divergências entre os dois países quanto ao senhorio de terras próximas da linha convencional. Mas o cabo de S. Agostinho jamais foi disputado aos portugueses, e o comandante da expedição em que êle foi descoberto tomou posse por Portugal de terras ainda mais ao norte, consoante o atesta Vespúcio. Não é fácil admitir que a corôa de Castela dispusesse em 1501 livremente de *Consolacion* se não estivesse plenamente segura de que lhe pertencia, fóra de qualquer contestação, e essa segurança indica que a mencionada ponta estava longe da parte litigiosa.

---

(173) Cesareo F. Duro, *La situacion del Cabo de San Agustin en el Brasil el año de 1515*, inserto no tômo XVI, 1883, do *Boletin de la Sociedad Geografica de Madrid*. Toribio de Medina assinala êrros na transcrição de Duro (Juan Diaz de Solis, pág. CCXI do tômo I). No *Apêndice G* damos o depoïmento de Serrano. Toribio de Medina sustenta que êste pilôto era espanhol, mas o depoïmento de Sebastião Alvarez invalida a afirmação *(El descubrimiento del Oceano Pacifico, Fernando de Magallanez*, Santiago, 1920, pág. CCCCXII).

(174) *Década* II, livro 10.º. A carta em questão foi traçada por Morales depois de setembro de 1502. Êste pilôto foi na expedição de Bastidas e La Cosa, iniciada em outubro de 1500, e talvez regressasse a Espanha com êles; é certo que estava na Hispaniola quando Colombo aí passou em julho de 1502, e também em agosto de 1504, quando o almirante lá tocou de novo. *(Apêndice B*, respostas às preguntas 6.ª e 9.ª do fiscal).

(175) A própria existência do inquérito mostra que os nautas castelhanos confundiam êste cabo com outro. Se, como afirmava Vespúcio, que primeiro em Espanha falou nêle, S. Agostinho era a ponta oriental extrêma do continente austral, claro está que a *divisória de Tordesilhas não passava por lá, aliás negava-se a Portugal direito a quaisquer terras;* o *inquérito* destinado a apurar as relações entre a divisória e o cabo prova que o nome S. Agostinho era indevidamente dado a uma ponta mais a ocidente.

O sagaz padre Aires do Casal foi o primeiro a contestar a identificação dos dois cabos; em seu parecer, *Consolacion* é o que tem hoje nome Cabo Raso do Norte [176]. A água em S. Agostinho, diz o douto sacerdote, é límpida e não turva, como afirmaram os cronistas espanhois; além disso a profundidade de 16 braças observa-se junto da costa e não a distância. Se não houvesse senão estes motivos em contrário, aceitariamos a versão das crónicas, porque a turvação podia não persistir três séculos depois, e, quanto à sondagem, é visível do texto de Trevisan e não sofre oposição dos latinos posteriores que ela não foi feita longe do litoral. Nos nossos tempos a profundidade de 16 braças = 28,^{m}2 encontra-se sensívelmente à distância de légua [177]; no entanto, como a terra é quási sempre visível de mais longe e as profundidades variam com o decorrer dos séculos, é impossível identificar pelo resultado da sondagem o local onde foi feita. Humboldt deu-se ao trabalho de refutar Aires do Casal [178]; contudo, o enciclopédico sábio funda-se tam sòmente nos depoïmentos de Pinzon e de alguns marítimos, que não só são de duvidosa pureza mas também deixam margem a dúvida, por não se referirem exclusivamente à viagem de 1500 em que, conforme atestam as capitulações de 1501, foi descoberto *S. Maria de la Consolacion.*

Varnhagen entendeu localizar êste ponto no Ceará, à ponta de Mocuripe (3°44′ austrais), abonando-se com quatro argumentos cujo concurso julga decisivo [179]: o rumo da derrota no Atlântico, o da costa que se segue ao cabo, a extensão do litoral descoberto por Pinzon e o testemunho dos cartógrafos Juan de la Cosa (1500) e Diogo Ribeiro (1529). Começaremos por analisar o primeiro e o último, deixando para depois os intermédios.

O insigne brasileiro contesta a declaração das testemunhas das *Probanzas* que indicaram o rumo de susudoeste, asseverando que com tal rumo nem um barco de vela iria ter a S. Agostinho. E' o contrário da verdade, pois a direcção da linha directa entre Santiago e êste cabo difere 3°,5 do susudoeste; ora não só esta diferença era desprezível na indicação testemunhal que não carecia de ser rigorosa, mas também havia que contar com a deflexão da derrota por efeito da corrente, que fazia rodar o rumo real um pouco para oeste. Depuseram outras testemunhas que o rumo inicial fôra o sudoeste, dacôrdo com Martir; a arribada neste caso far-se ia aproximadamente por 2°,5 de latitude norte e 1° de longitude O de Greenwich, isto é, nas imediações do delta do Parnahyba ou mais ao norte ainda, atenta a incurvação da trajectória. Não podia ser Mocuripe, que fica ao sul cêrca de 60 léguas de costa. Se não aceitarmos nem um nem outro dos rumos indicados, temos o direito de escolher qualquer outro e de excluír Mocuripe.

Vejamos agora a objecção cartográfica. Juan de la Cosa, expõe o ilustre escritor, situa o cabo descoberto por Pinzon muito a oeste da terra que aí se diz descoberta por Portugal (Pôrto Seguro), e todos sabemos que o cabo de S. Agostinho fica bastante a leste dessa terra. Êste argumento não presta para nada. Se a *ysla descubierta por Portugal* representa o achado de Álvares Cabral (o que é contestável), o pilôto biscaínho, ao elaborar o seu famoso planisfério, tinha tam vagas informações que em perfeita ignorância da sua situação colocou-o a palpite, no meio do Atlântico e por altura do trópico de Capricórnio. Tanto sabia êle que o território novamente adquirido pela corôa portuguesa estava a leste como a oeste de S. Agostinho, cuja existência aliás ignorava, pois nem êste é o cabo que no mapa se concede a Pinzon (como teremos ocasião de mostrar), nem até a inscrição atributiva da sua descoberta é do punho de La Cosa. Para mais, se em 1500 o capitão castelhano tivesse tocado em Mocuripe, êste deveria ser o cabo figurado no planisfério; ora a conformação real da costa é totalmente diversa da representada. Quanto a Diogo Ribeiro, alega o historiador que êle indica no seu mapa o descobrimento a oeste do cabo de S. Roque; mas se o documento cartográfico citado é o de Weimar, observaremos que nêle não é atribuído a Pinzon descobrimento algum.

Se Varnhagen não foi feliz, levantando à lição tradicional os óbices que acabamos de examinar, não sucede outro tanto quanto aos restantes, dos quais se infere que *Consolacion* não é S. Agostinho. Sòmente se conclui que não é Mocuripe, tampouco.

(176) *Corografia brasilica*, Rio de Janeiro, 1817, tômo I, pág. 34.
(177) Veja-se a carta 891 do Almirantado Britânico, *Pernambuco to Maceió.*
(178) *Examen critique*, tômo IV, nota da pág. 286 e tômo V, pág. 64.
(179) *Historia Geral do Brasil*, pág. 123.

Pinzon depôs que a costa adiante do discutido cabo se arrumava por oeste — quarta de noroeste; ora depois de S. Agostinho ela pende para nordeste. Em matéria de rumos não há que fiar nos de Pinzon, pois ainda que a bússola fôsse perfeita, a declinação magnética intervinha perturbadoramente; mas a divergência superior a um ângulo recto basta para mostrar que não é admissível a sua afirmativa. Não vemos todavia razão alguma para preferir a ponta de Mocuripe às do Aracaty (4° 25') ou do Calcanhar (5° 29'), ou ainda a outras ao norte de Fortaleza, porque nelas tem a costa o rumo indicado no depoïmento e era possível a arribada com uma róta correndo entre o sudoeste e o susudoeste.

A incerteza em que nos deixa o texto das *Probanzas* cessa porém quando atentamos na distância que separa S. Agostinho da terra de Pária. Pinzon declarou no primeiro dos diplomas oficiais atrás examinados que percorrera 600 léguas de terra firme, necessáriamente entre *Consolacion* e essa península, e o mesmo repetiu a Martir que o transcreveu, tanto no manuscrito traduzido por Trevisan como nas edições latinas; e conquanto êste dado não conste do têrmo das capitulações de 1501, é o único que possuímos acêrca da extensão da costa visitada. Ora a distância real entre S. Agostinho e o promontório de Pária, fronteiriça à *Boca del Drago*, orça bem por 750 léguas náuticas espanholas de 1500 ([180]), em marcha encostada ao litoral. Mas sôbre esta divergência considerável ainda sobreleva outro facto: é que o trajecto acusado por Pinzon é muito exagerado pela incerteza das estimativas dos pilotos, pelo seu alongamento sistemático ([181]) e pelo desejo de avultar as descobertas. Para mais, devemos observar que Martir, precisamente quando discute as distâncias medidas ao longo da costa em certas cartas geográficas ([182]), se mostra incerto quanto ao valor da légua, que em terra é de 3 e no mar de 4 milhas; as 600 léguas de Pinzon podiam pois reduzir-se a 450 do estalão náutico, isto é, a 2700 quilómetros.

O argumento de Varnhagem desta vez é sólido; *Consolacion* não é S. Agostinho, porque está a muito menor distância de Pária que êste cabo. ¿Mas será porventura Mocuripe? Tal ponta está afastada de Pária sensívelmente 600 léguas, donde se poderá inferir que ela é Consolacion, mas como esta cifra é exagerada, devemo-nos pronunciar pela negativa.

A êste argumento vitorioso juntaremos outro derivado da narrativa de Martir que, embora baseado em avaliações destituídas de firmeza, não julgamos para desprezar. Na análise atrás exposta da viagem de Pinzon vimos que o afastamento do lugar do primeiro desembarque, Consolacion, e do rio grande *Santa Maria del mar dulce* não devia exceder 250 léguas do padrão de 1500. Se o nauta tocou em Santo Agostinho, êste rio é sem dúvida o Amazonas; ora a distância entre o cabo e a ponta Tigioca, no extrêmo oriental do rio do Pará, é sensívelmente de 350 léguas tomadas ao longo da costa. Para que houvesse concordância entre esta hipótese e os textos de Martir, seria mister admitir que na expressão *Navegando mais além* se subentendem 280 léguas de percurso, reais e não imaginárias, durante as quais não encontraram nada digno de arquivamento por parte do narrador. Como 280 anda por metade do total em que Pinzon computou em excesso a sua navegação ao longo de terra firme, é muito improvável que o afastamento de *Consolacion* e de *Santa Maria del mar dulce* atingisse o número verdadeiro de léguas que separam Santo Agostinho e o Amazonas.

Por fim, se ainda alguma dúvida persiste da falsa identificação do cabo espanhol com o português, certamente se desvanece diante do claro testemunho de Diego Fernandez Colmenero, sobrinho e companheiro de Pinzon na expedição de 1500, em que comandou um dos navios. Êle depôs ter visto Diego de Lepe ir a descobrir na viagem em que topou com o Marañon, na parte sul da terra firme, onde ninguém antes estivera ([183]). Ora como em tempo algum se deu êste nome a rio situado ao sul de S. Agostinho, segue-se que Diego de Lepe o encontrou ao norte do cabo e pela primeira vez; e logo se conclui que as descobertas de Pinzon foram ainda mais setentrionais, sendo erróneas suas noções sôbre o cabo de S. Agostinho, no qual nunca tocou.

Mais tarde diremos as razões que nos induzem a crêr que Pinzon em 1500 não passou do cabo d'Orange ou da bacia do Oyapoc. No que segue, pretendemos demonstrar que o rio grande, cognominado *Santa Maria del mar dulce*, não é o Amazonas, como pensa o comum dos historiadores, mas outro de considerável volume e ímpeto de águas, o Orinoco, no qual igualmente se manifesta o surpreendente fenómeno do mar doce.

([180]) Oviedo, escrevendo em 1548 à vista de um mapa de Alonzo Chaves, datado de 1536, calcula em cêrca de 700 a distância entre o cabo e o rio *Huyapari*, que é o actual Caño de Vagre.
([181]) Veja-se a nota 151.
([182]) *Década* II, livro 10.
([183]) No *Apêndice B*, resposta à 8.ª pregunta do fiscal.

PINZON EM 1500 NÃO AVISTOU O AMAZONAS.

ACONTECIMENTO da viagem de Pinzon que a tornou entre tôdas memorável foi a descoberta do grande rio cujo fluxo impetuoso dulcificava por largo espaço as aguas do oceano. Todos os demais são episódios banais nas aventuras marítimas do tempo e não despertam interêsse.

Já Colombo pretendeu ter visto em 1498 o mar doce, declarando de excelente sabor a água colhida no *golfo de Perlas*, como êle chamava ao braço de mar que circula entre o continente e a ilha da Trindade, mas a imaginação do grande almirante e o enlêvo em que o deixou a visão do *paraiso terrenal* deviam ter-lhe transtornado o paladar, pois Humboldt assevera que as águas do gôlfo são salobras. ([184]). O que as impede de ser francamente salgadas é o apêrto do canal marítimo conjugado com a afluência, em trecho estreito do litoral, das massas fluviais do Garapiche e dos importantes braços do Orinoco, os Caños de Vagre, Menamo, Pedernales, Cucuine e Macareo. Só na verdadeira foz do Orinoco, a Bôca grande ou de Navios, que conta cêrca de 40 quilómetros de largo, se verifica realmente a existência do mar doce na extensão de umas 5 léguas ([185]), ou mais talvez, por ocasião da baixa mar e da grande cheia que se produz regularmente entre abril e agosto.

Há porém outro rio mais poderoso que o já poderoso Orinoco, que apresenta o mesmo fenómeno em proporções bem mais consideráveis: é o Amazonas, do qual Humboldt vai até declarar privativo o mar doce ([186]). A sua vasta embocadura estende-se no sentido sueste-noroeste desde Ponta Grossa (1º 10′ N) até Ponta Tigioca (0º 35′ S), na prodigiosa amplitude de mais de 280 quilómetros ([187]). Ela é dividida pela grande ilha Marajó em duas partes: a ocidental, com 27 léguas de largo, onde desagúa o braço principal que tem própriamente o nome de Amazonas; e a oriental, do rio de Pará, cuja largura é de 14 léguas e que é tido como uma derivação secundária da magestosa torrente. Na foz do rio Pará a água é salobra, senão salgada, mas ela é doce no outro braço e perfeitamente potável no canal do Norte, nas imediações da ilha Bailique ([188]) a mais de 60 quilómetros da ilha Caviane que está na entrada do Canal. Póde pois afirmar-se com segurança que o mar doce do Amazonas se manifesta por espaço de 10 ou 12 léguas, quando as grandes cheias coíncidem com a vazante da maré.

Na longa faxa costeira de cêrca de 250 léguas entre o Amazonas e o Orinoco afluem numerosos rios, alguns de grande volume como o Oyapoc, o Maroni, o Corentine e o Essequibo; mas em nenhum dêles é sensível o fenómeno da dulcificação, nem mesmo no último, a cujo curso assaz violento se tem querido atribuír esta propriedade. Quando pois Pinzon encontrou em 1500 o seu *Santa Maria del mar dulce* achou-se em presença do Orinoco ou do Amazonas, sendo que todos os historiadores, com rarissimas excepções, têm optado pelo último.

Deve ter-se como origem desta opinião a segunda edição de Martir, em 1516, corroborada por duas passagens de Oviedo, de que adiante falaremos. Efectivamente o primeiro atribui-lhe a descoberta do *Maragnonus* ou *Marañon* dos espanhois, nome pelo qual na opinião geral foi primeiramente designado o Amazonas, e o segundo fixa a data dela em 1500. Las Casas d'acôrdo com o milanês e interpretando mal os autos das *Probanzas del fiscal*, coloca também em 1500 a visita de Pinzon ao *Marañon;* Herrera consoante seu costume, reproduziu esta versão e mais tarde Navarrete, embora habitualmente seguro, adoptou e avigorou a lenda que ganhou fóros de verdade inconcussa, quando não passa de perfeita falsidade.

A nós bastava-nos ter desnudado a jactanciosa inverdade de Pinzon, quando se gabava de ter atravessado a eqüinocial para concluír que êle não podia ter visitado o Amazonas, cruzado pela linha; mas atinge-se o mesmo resultado por outros caminhos, independentemente de considerações astronómi-

([184]) Navarrete, op. cit., tômo I, pág. 250 e 253; Humboldt — *Voyage aux regions equatoriales*, 1820, tômo VIII, pág. 392.

([185]) A largura é contada desde Punta Sabaneta, ao oriente da foz, até a ponta NE. da ilha de Nuina; se a contarmos entre Punta Barima e a ilha Watts a largura desce a 20 quilómetros. Abrangendo porém no estuário todo o espaço que vai da ilha Araguao até a extrêma Punta Mocomoco ou Plaia, chegámos a 90 quilómetros. Vejam-se a carta 3322 do Almirantado Britânico, *Orinoco River;* Codazzi, *Atlas fisico e politico de la Republica de Venezuela*, Caracas, 1840; *e Atlas of the Venezuelan Boundary Commission*, 1897 — 98.

Na obra citada acima (tômo VIII, cap. 24) dá Humboldt 3 ou 4 léguas, como limite do mar doce poucas vezes excedido, mas é de notar que o eminente germano não esteve na foz do rio. No mapa de Heath, revisto por Norie, *New chart of the coast of Guyana*, 1828, lemos *fresh water will be found full 5 leagues of the mouth of the river Orinoco, and the roll of the sea will commonly denote the entrance, there being no such roll on any other part of the coast.* Seguem-se indicações precisas sôbre a entrada da barra.

([186]) *Examen critique*, tômo V, pág. 82, nota.

([187]) Veja-se a carta 1803 do Almirantado Britânico *South America, North east coast, Cabo do Norte to Maranham.*

([188]) Le Serrec de Kervilly, citado por Caetano da Silva. *L'Oyapoc et l'Amazone*, § 2542.

cas. Vamos mostrar que o rio grande avistado em 1500 pelo explorador era o Orinoco e não o Amazonas, valendo-nos para tanto precisamente das narrativas de Martir e dos autos do pleito de Diego Colombo.

Conta-nos o protonotário apostólico, na versão de Trevisan, que quando encontraram o mar doce procuraram os castelhanos conhecer a origem da singularidade, e acharam que ela partia de um grande rio, o qual entrava com grandissimo ímpeto pelo mar dentro ao longo de 15 léguas ([189]). À região banhada pelo rio chamaram Mariatambal. Na edição *princeps* de 1511 diz-nos o mesmo autor que, investigando da causa do mar doce onde encheram suas vasilhas, deram com um concurso de rios rápidos que afluíam com violência de vastos montes, mas não se menciona a distância a que encontraram água potável. Ao nome Mariatambal de tôda a região acrescenta dois outros, *Paricora* e *Camomoro*, o primeiro da margem esquerda do rio, o outro da direita. Eis tudo quanto até 1511 estava escrito sôbre o achado de Pinzon.

Estes escassos esclarecimentos adaptam-se muito melhor à suposição de ser o Orinoco o grande rio do que à geralmente aceite do Amazonas. Com efeito, a extensão do mar doce no segundo é muito próxima das 15 léguas indicadas, e o entusiasmo pela maravilha que os castelhanos viam pela primeira vez devia levá-los a exagerar a grandeza do fenómeno; além disso, não há elevação montanhosa apreciável que a vista desarmada alcance do seu estuário, nem montes classificáveis de vastos para quem entra por êle dentro mais de trinta léguas. E' um facto sabido que quem navega na costa brasileira, partindo do rio do Pará para o norte, só vê montanhas dignas do nome na foz do Oyapoc ([190]); ora precisamente o contrário sucede no Orinoco, pois na sua margem direita e a curta distância se elevam diversos montes, ao fim da cadeia que corre ao sabor das costas de Venezuela, por Humboldt baptizada serras de Parime. O exame topográfico dos lugares faz-nos pois suspeitar de que Martir se refere ao rio de Venezuela, e não ao do Brasil.

Estas suspeitas se confirmam em face dum argumento de pêso. A narração do milanês exclui formalmente a hipótese do desembarque inicial na ilha de Marajó; foi bastante ao norte ou ao sul que Pinzon primeiro avistou terras americanas. Por conseguinte, se êle viu o Amazonas, deveria ter citado suas duas embocaduras, e elas estariam também mencionadas no têrmo das capitulações de 1501. A primeira impressão dos navegadores em face da dupla foz é que são dois poderosos rios distintos, e assim se acreditou por bastante tempo; só depois de explorado o do Pará se reconheceu a separação da enorme torrente fluvial produzida pela ilha de Marajó, com 74 quilómetros de frente para o mar. No rio do Pará, para onde correm as águas do rápido Tocantins, não se faz sensível o mar doce, no entanto os seus 80 quilómetros de foz eram bem dignos de menção; esta largura desmedida em aberto é mesmo maior que a do braço ocidental, onde a presença das ilhas Cariane e Mexiana a torna menos visível. Ora Pinzon nos fala de uma única bôca, do mesmo modo que o têrmo de 1501, o que indica não ser o Amazonas o rio em questão.

Harrisse, que consagrou ao *Marañon* uma análise demorada, acha-se perplexo diante do silêncio dos espanhois acêrca da dupla embocadura, e conclui que êles ignoravam em 1519 e ainda depois, a existência do rio do Pará ([191]). De facto, o primeiro a mencioná-lo explicitamente em 1548 é Oviedo, sob o nome Rio de Navidad Tam surpreendente conclusão é inconciliável com a crença, partilhada pelo ilustre americanista, de que Pinzon desembarcou ao sul do rio do Pará, no cabo de S. Agostinho ou noutro próximo. Ela apenas serve para mostrar — e nisto estamos d'acôrdo — que só muito tarde conheceram os castelhanos o Amazonas, ou pelo menos que as suas noções acêrca dêle eram das mais confusas e suas navegações para êsses lados muito escassas.

Uma outra razão nos impele a duvidar de que Pinzon tivesse avistado em 1500 o Amazonas. Tanto a descrição italiana quanto as latinas dizem-nos sêcamente que depois do encontro do mar doce seguiram para o norte e chegaram a Pária; o único pormenor que trazem é a recuperação do pólo. Sabemos já que isto não passa de uma mistificação de Pinzon, porque ainda na hipótese de se tratar

---

([189]) Nos *Paesi nouamente ritrouati* de Montalboddo (1507), que reproduz com ligeiras alterações o texto de Trevisan, está escrito *trouorõ una bocha che p. XV miglia sboccaua i mare con grãdissimo ipetu*. Caetano da Silva, lendo erradamente na edição de 1512 que a bôca tinha 15 milhas de largo, conclui ser a do braço principal do Amazonas, entre Jupaty e a Caviana. Mesmo admitindo esta leitura, podia perfeitamente a largura indicada ser a do Orinoco.

([190]) Caetano da Silva, op. cit., § 2368, 2513 e outros.

([191]) *The diplomatic history of America*, pág. 120.

daquele rio, êle veria a tramontana na sua foz. O certo é que, se era o Amazonas, os expedicionários deviam ter percorrido cêrca de 360 léguas de costa até Pária e a Boca del Drago (mais de metade das 600 acusadas por Pinzon), e gasto pelo menos 24 dias, porquanto, em mar completamente estranho e entre os perigos inerentes a uma cabotagem de inspecção, a marcha diurna não podia exceder 15 léguas. ¡Pois durante o longo intervalo não viram nada de notável, mesmo dentro do critério de Martir, que só aproveitou para a sua narrativa o que lhe pareceu interessar os amadores!

Compreende-se que, à vista do desembaraço dos belicosos selvagens e escarmentados com a morte de alguns companheiros, os castelhanos fugissem de encontros perigosos, mas é incrível que não desembarcassem em tam dilatada faxa de litoral, sequer para desencantar o ouro, as pedrarias ou as essências apetecidas. Mas dado que o fizessem sem resultado e que calassem suas pesquizas na terra inóspita, é curioso que Pinzon não nos diga palavra dos grandes rios que abundam na costa: o Oyapoc (mais tarde conhecido sob o nome de Vicente Pinzon), o Maroni, o Corentine, o mesmo Essequibo que tem na foz mais de 20 quilómetros. Mais ainda, depois da surprêsa do mar doce no Amazonas, não julga digno de uma modesta referência o Orinoco, cujo enorme volume de água, saíndo com fôrça por uma bôca de 40 quilómetros, se espraia mar a dentro, reproduzindo por algumas léguas aquele mesmo fenómeno da dulcificação! O silêncio do navegador, inexplicável na versão corrente, tem ao contrário justificação na nossa. Da foz do Orinoco até o Garapiche, onde começa a região que Colombo designou por Pária, não havia senão terras alagadiças densamente arborizadas e de escassa população, entre as quais circulam os *caños* do delta. Nada tinha Pinzon de interessante a contar-nos.

O têrmo das capitulações de Pinzon em 1501, descrevendo as descobertas do navegador, diz que a partir de *S. Maria del mar dulce* a costa segue pelo noroeste até o *cabo de S. Vicente*. Não era conhecido senão pelo diploma êste cabo, do qual, a-pesar-de muitas pesquizas, nunca fôra encontrada menção, quer em escritos, quer em cartas, até que, adquirido pelo British Museum o Atlas de portulanos designado como de Egerton, se viu nêle inscrito o nome procurado. A-pesar da interpretação do portulano, em que vêm o nordeste da América meridional, estar sujeita a grandes incertezas, [192] é fóra de dúvida que o cabo de S. Vicente está figurado muito ao norte do Orinoco, como quer que êste esteja representado.

Ora se o rio do mar doce é o Orinoco, o rumo do litoral que desce do gôlfo de Pária póde arbitrar-se, de um modo grosseiro, no noroeste, na parte próxima do rio; mas se é o Amazonas, tal rumo é inadmissível para o trecho de mais de 300 léguas que separa o Amazonas do incerto cabo de S. Vicente. A costa que sóbe de Ponta Grossa tem primeiro a direcção norte até o Cabo Norte, depois inclina-se sensívelmente para o nornoroeste até o Cabo Orange, e a seguir toma até o Orinoco variadas inflexões, desde oesnoroeste até nornoroeste. O longo trajecto entre o Amazonas até o *cabo de S. Vicente* está no têrmo vazio de qualquer denominação, coisa singular, já que êle representa quási metade das 600 léguas que Pinzon alega ter percorrido de terra firme; mas mais nos espantamos quando vemos os reis católicos privar o descobridor da governação destas 300 e tantas léguas de costa, nunca antes vistas e exploradas por cristão algum, reservando-lhe tam sòmente a região precedente e deixando um vazio importante. ¿Não se está a ver que só esta constituía aos olhos dos monarcas descoberta apreciável e que a outra, além de pequena extensão, porventura já fôra vista? ¡No tam precioso diploma, para os que veem o Amazonas no rio *S. Maria del mar dulce*, até se ignora a existência do Orinoco de larga embocadura, em que há também um mar doce!

Se até aqui, nas narrativas de Martir até 1511, só vemos razões para crer que o ousado capitão não vogára em 1500 nas águas do Amazonas, a terceira de 1516, na qual se lhe atribui a descoberta do *Maragnonus*, está longe de nos induzir à convicção contrária.

Martir já se ocupára dêste rio, que nos descreve numa carta datada de Valladolid aos 18 de dezembro de 1513, da qual aqui vertemos livremente uma passagem: *Entre os vários rios, quer grandes quer mediocres ou pequenos, encontraram (os descobridores espanhois) um de dimensões tam consideráveis que parece incrível te-lo produzido a natureza. Asseveram que tem mais de oitenta milhas de largo, não sendo uma baía mas um rio, pois as suas águas doces correm para o oceano entre muitas*

(192) Veja-se adiante a secção *O mapa de Cantino, a carta de Martir e os portulanos d'Egerton.*

ilhas, sendo insensível às marés. Navegaram as caravelas 40 léguas por êle dentro, e travaram relações com os régulos indígenas que, conquanto a princípio renitentes, se deixaram levar de reciprocas dádivas amistosas. Estes régulos se chamam Chiocones. O nome pátrio do rio é Maranhão; alguns o colocam na eqüinocial, outros para lá desta linha, mas todos declaram que nêle perdem o pólo árctico ([193]).

Citaremos em seguida uma referência no 9.º livro da *Década* II, escrita nos fins de 1514, embora publicada em 1516. *Contam os castelhanos que no tempo de Colombo descobriram, e mais tarde percorreram, um rio cuja foz se abre no mar por pouco menos de 100 milhas, na primeira costa de Pária, como noutra parte dissemos: Êle vém de altos montes para uma embocadura furibunda, de modo que com o seu ímpeto e vastidão o mar retrocede ainda quando revôlto pela fôrça dos ventos; e dizem que em todo êste grande espaço não sentiram qualquer amargor nas águas que são doces e próprias para bebida. Os indígenas chamam a êste rio Maranhão, e às regiões adjacentes Mariatambal, Camomoro e Paricora.*

Quanto à distância entre o *Maragnonus* e Pária, encontrámos no livro 10.º da mesma *Década* II as seguintes indicações, que Martir declara tiradas do exame cuidadoso das melhores cartas de Juan de la Cosa e André de Morales, a que procedeu em companhia do bispo D. Juan de Fonseca, presidente do Conselho das Índias. *Daquele cabo* (S. Agostinho) *incluído na linha dos portugueses, tirada no paralelo das ilhas de Cabo Verde cem léguas para o ocidente* ([194]), *o qual tem sido explorado para cá e para lá dêle, achamos trezentas léguas até a foz do rio Maranhão. Daí até a Bôca do Dragão há setecentas léguas, em algumas cartas um pouco menos, porque não estão todos de acôrdo. Querem que a légua espanhola tenha quatro mil passos quando no mar, porém em terra três.*

Para complemento destas citações julgamos conveniente reproduzir conjuntamente a digressão inserta na edição de 1516, já de nós conhecida e cuja data não sabemos, embora se possa fixar em 1514. *Caminhando êles em território contínuo para o ocidente, em direcção a Pária, cêrca de trezentas léguas desde o ponto de terra que perde o pólo árctico, dizem que quási a meia distância foram dar a um rio chamado Maranhão, tam largo que o suspeito de fabuloso. Interrogados posteriormente por mim se era um braço de mar responderam que eram doces as águas dêste pégo, tanto mais doces quanto mais se sobe a corrente, e que é semeado de ilhas e peixes. Ousam dizer que tem mais de trinta léguas de largura e desagúa com impetuoso curso no mar que cede ao seu furor.....*

Estes quatro trechos, a-pesar-de escritos com pequeno intervalo de tempo, são manifestamente inconciliáveis. Ao passo que no primeiro a largura da foz é avaliada em mais de 80, o segundo amplia-a a pouco menos de 100 e o último a 120. A situação geográfica do rio é inteiramente diversa na primeira e última citações. Naquela diz-se que os navegantes perdem nêle o pólo árctico, nesta está o rio situado a cêrca de 150 léguas acima do ponto em que se oculta o pólo. São sobretudo de assinalar as divergências entre os textos de 1501, 1511 e 1516, e entre êste e o terceiro dos citados. A sua comparação conduz-nos ao resultado inesperado de que não é único o rio no qual se nota o mar doce, sendo que contra o desdobramento não protesta a redacção final de 1516.

Efectivamente lemos na edição *princeps* e em Trevisan que o pólo foi recuperado depois dos navegadores se apartarem do rio, caminhando 50 léguas para o norte. O ponto em que perdiam a tramontana está situado portanto ao norte do rio; mas na segunda edição está situado ao sul do rio, em posição diametralmente oposta. Além disso, não concordam as distâncias do rio a Pária. Pinzon declarou no diploma oficial de 5 de dezembro de 1500 ter percorrido 600 léguas de terra firme e repetiu-o a Martir; esta era indubitávelmente a sua versão exagerada do afastamento entre a primeira arribada ao continente americano, em *S. Maria de la Consolacion*, e o último promontório de Pária. Ora, segundo a *Década* I, o *Maragnonus* está situado quási ao meio das 300 léguas que separam êste promontório do ponto em que perderam o pólo árctico; e no trecho em que Martir nos dá conta de suas medições nas melhores cartas contemporâneas lemos que o rio está apartado 700 léguas de Pária.

As flagrantes contradições apontadas arrastam à inferência de que são dois os grandes rios e assim parece da descrição, embora Martir numa frase de 1516 os venha a identificar com um terceiro,

([193]) *Opus epistolarum Petri Martyris Anglerii Mediolanensis*, Compluti, 1530, epístola 529.
([194]) O tratado de Tordesilhas, de 1494, marca 370 léguas e não 100, como queria a Bula de 4 de Maio de 1493, ditada por Alexandre VI.

visto e citado por Colombo. Assim se afigurou a Las Casas quando narra a viagem de Pinzon, copiando de Martir [195]. Estamos pois em face dum dilema: ou o *Maragnonus* é o *S. Maria del mar dulce* de 1500, quer seja o Orinoco quer o Amazonas, ou há dois rios distintos, o Amazonas, chamado *Maragnonus*, e o Orinoco, ao qual cabe a denominação de Pinzon.

E' claro que o protonotário apostólico desconhecia em 1501 e 1510 a denominação gentílica *Marañon* e as 30 léguas da sua foz, aliás te-las-ia mencionado e não se limitaria a *Mariatambal*, omitindo as dimensões que em 1516 capitula de fabulosas. Temos um fiador seguro da ignorância de Martir e Pinzon quanto ao nome: é o têrmo das capitulações de 5 de Setembro de 1501, que não fala em tal. Os novos dados acêrca do rio foram ministrados a Martir mais tarde, e como êle declara ter interrogado Pinzon *postmodum*, somos induzidos a crer que foram colhidos pelo navegador em viagem posterior a 1500. O escritor intercalou-os na sua narrativa negligentemente, sem se dar ao cuidado de nos ajudar com datas, e sem embargo da contradição geográfica.

Não é ocioso reflectir que se o nome *Marañon* podia ter sido trazido por Pinzon da nova exploração, na qual entraram muitas léguas corrente acima, não acontece outro tanto quanto à extensão espantosa da embocadura. No Orinoco, a Bôca de Navios tem à esquerda uma série de ilhas, separadas por canais, as quais só em segundo exame se reconhece estarem situadas na foz, tomando esta desde a Ponta Barima até a Bahia Araguao; no Amazonas o vasto estuário é logo patente, a-pesar das ilhas Mexiana e Caviana. A aparição, posterior a 1501, das 30 léguas de foz indica pois que o *S. Maria del mar dulce* não é o Amazonas, porquanto neste caso Pinzon engrandeceria a maravilha aos olhos de Martir, e êste aos de seus leitores.

A existência de uma dupla embocadura neste rio converge para a mesma conclusão. A foz do Amazonas própriamente dito tem efectivamente 30 léguas náuticas de 1500, e é de admirar como Martir, de aumento em aumento, acaba por nos dar a cifra exacta, se é que pela foz do *Maragnonus* da *Década* I se deve entender sòmente o âmbito compreendido entre Ponta Grossa e o extrêmo ocidental da ilha de Marajó. Se porém o ampliarmos até a Ponta Tigióca incluíndo o rio do Pará, a largura medida excede 45 léguas, e o número de Martir resulta deficiente, onde o esperavamos exagerado. Pinzon aliás apenas nos fala de uma bôca, devendo ter visto as duas, e não eram para omitir as 13 léguas de largura da barra do rio do Pará. Para mais, se Martir em 1511 identificava o rio com outro visto por Colombo, é evidente que não póde ser o Amazonas, pois o almirante só deparou com braços do Orinoco e jámais sonhou com aqueloutro, afastado de Pária 350 léguas e 10º de latitude.

Na *Década* II o *Maragnonus* designa um rio distinto de *S. Maria del mar dulce*, como se deduz da distância de 700 léguas a Pária que as melhores cartas lhe davam. Desde que Pinzon arbitrava em 600 léguas o percurso em 1500 até Pária, e *S. Maria del mar dulce* estava intercalado nêle, não póde ser evidentemente o mesmo rio. Martir em 1514 cita André de Morales como notável construtor de cartas; todavia êste pilôto, em 1515, referiu-se a uma carta sua construída por indicações de Diego de Lepe, na qual a latitude do Cabo de S. Agostinho era de 18º [196].

Assim se explicará porventura a ilusão do protonotário acêrca do *Maragnonus* da *Década* II; se êste era o Amazonas, como parece, a distância orça por metade das 700 léguas.

Em socorro dêste modo de ver podem aduzir-se dois argumentos, que todavia estão longe de ser convincentes. Sabe-se que Pinzon, partilhando do comando com o português João Dias de Solis, fêz uma viagem de 1508 a 1509, ao têrmo da qual Martir assevera, nos livros 7.º e 8.º da sua *Década* II, ter descido por Pária e atingido o cabo de S. Agostinho, atribuíndo a êste 7º de latitude sul. O sacerdote milanês em 1510 ouvira vagamente falar da expedição dos célebres pilotos, como confessa num dos últimos períodos da *Década* I, e só a descreve nos livros 7.º e 8.º da *Década* II (1514). Aí nos fala êle pela primeira vez dos régulos *Chiacones*, e até nos dá os nomes de alguns; por outro lado a carta póstuma de 1513, da qual démos atrás um extracto, diz que estes régulos pertencem ao *Maragnonus* e como Pinzon e Solis chegaram a 7º de latitude sul, conclui-se que êste rio é o Amazonas, visitado em 1509 pelos dois descobridores.

Mas Martir, confundindo provávelmente Cária, no Honduras, com Pária, no nordeste da América meridional, transplantou para a segunda região factos e nomes da primeira. Pinzon e Ledesma nos

(195) Veja-se adiante a parte dêste capítulo intitulada *Oviedo, Gomára, Las Casas e Herrera.*
(196) Cesáreo Duro, artigo citado na nota 172.

seus depoïmentos referem a Honduras as localidades Chiabaca e Pentigua, e um dos portulanos de Egerton traz estes nomes naquela posição; ora Martir diz que são os de dois *Chiacones*, donde se segue que estes não pertencem ao grande rio *Maragnonus*. Do mesmo modo, a grande baía de *Navidad*, que na narrativa da expedição nos surge em Pária, está no Honduras, como se vê naquele portulano, em outras cartas posteriores e no depoïmento de Ledesma. Finalmente, o cabo de 7º de latitude sul não póde ser o de S. Agostinho. O êrro de 1º21' por defeito na coordenada geográfica, quando elas eram arbitradas em excesso meridionais, já indica que os nautas não tocaram no cabo; mas temos melhor. Martir diz-nos, no comêço do livro 8.º da *Década* II, que Pinzon regressou de S. Agostinho, trazendo ouro da província de Ciamba, em que ela abunda. Ora na região vizinha do cabo nunca se explorou êste metal, e a aurífera Ciamba está situada em Honduras, tendo sido descoberta por Colombo durante a sua última viagem (1502-1504) ([197]). Não há pois que ter fé no relato latino ([198]).

O segundo argumento deduzimo-lo duma passagem de Oviedo. *Y no es assi*, diz o cronista, *porque el golpho de Higueras* (em Honduras) *lo descubrieron los pilotos Vicente Yañez Pinçon e Johan Diaz de Solis e Pedro de Ledesma com tres caravellas, antes que Vicente Yañez descubrisse el rio Marañon, ni que el Solis descubrisse el rio de la Plata* ([199]). Ora como Pinzon apenas em 1508 esteve em Honduras em companhia dos dois marinheiros citados, seguir-se-ia que o *Marañon* foi descoberto em 1509, ao fim da excursão por Pária. Esta passagem de Oviedo tem intrigado todos os historiadores, para os quais é ponto de fé ter estado Pinzon em 1500 no Amazonas, pois dela se concluïria que já em data tam atrazada se havia descoberto Honduras, dois anos antes de Colombo; mas a dificuldade se desvanece com a interpretação proposta. Contudo, como o cronista afirma paralelamente que a expedição constava de três caravelas, quando na realidade foram duas ([200]), e além disso em outros lugares nos declara ter Pinzon descoberto em 1500 o Marañon, ficamos em dúvida se houve eqüivoco.

Não é indispensável admitir que Pinzon tivesse estado no Amazonas em 1509 para acreditar que o *Maragnonus* da *Década* II é diferente de *S. Maria del mar dulce*, e as contradições de Martir explicam-se com o facto de o escritor receber informações de diversa origem, donde lhe resultaram noções emaranhadas. Aos ouvidos do protonotário apostólico chegaram notícias de um enorme rio chamado Marañon, com um mar doce no estuário, e calculando ser o mesmo que em 1500 vira Pinzon, teve ocasião de o interrogar novamente — *postmodum*, diz o relato de 1516 — porventura após o falecimento de Diego de Lepe, a quem êle se deveria ter dirigido por comummente lhe atribuírem o achado. A resposta foi confirmativa, quer por estar aquele capitão persuadido de que o *Marañon* era o seu *S. Maria del mar dulce*, quer por ter realmente passado pelo Amazonas e querer usurpar glórias ao seu émulo, declarando-se seu precursor, perfídia freqüente entre descobridores. Quanto à data da visita, se ela se efectivou, tanto póde ser 1509 como outra posterior até 1514, quando se finou Pinzon, pois se ignora em que êle empregou sua actividade durante êste prazo. Em qualquer das hipóteses, as informações prestadas sôbre o rio não se coadunavam com as primitivas, nem com as que Martir bebeu em outras fontes.

Através de tôdas as conjecturas plausíveis ou arriscadas dois factos subsistem entretanto irrecusáveis e concludentes: 1.º Pinzon ignorava em 1501 o nome indígena *Marañon* e Martir desconhecia-o ainda em 1511, bem como a fabulosa amplitude da sua bôca; 2.º a situação geográfica dêste rio é inteiramente diversa da daquele que o castelhano descobriu em 1500. *S. Maria del mar dulce* não é portanto o Amazonas, mas o Orinoco.

Esta conclusão é confirmada pelo diploma oficial de 23 de setembro de 1519, que confere brasão aos parentes e descendentes dos Pinzones, ([201]) à conta dos descobrimentos feitos por Martin Alonzo Pinzon, Vicente Yañez Pinzon, Diego de Lepe e outros dois da mesma extirpe. Neste documento se mencionam apenas duas viagens notáveis dos famosos mareantes, das quais a primeira é a de Colombo em 1492, de que participaram os dois primeiros, e a segunda foi feita à *costa de Perlas*,

([197]) Navarrete, op. cit., pág. 298. A Denucé afigura-se que o cabo de Martir é o de Catoche, no Honduras (artigo citado na nota 284).

([198]) Martir diz-nos também que, ao findar a viagem, Pinzon pediu aos reis o govêrno da ilha de S. Juan (Pôrto Rico), mas êste govêrno já lhe tinha sido doado em 24 de Abril de 1505 *(Documentos ineditos das Indias*, tômo XXXI, pág. 309).

([199]) Op. cit., livro XXXI, cap. 8.º.

([200]) Toribio de Medina, op. cit., pág. CXXII do 1.º tômo.

([201]) Navarrete, op. cit. tômo III, pág. 145.

descobrindo-se nela *el gran rio y el Brasil.* Não há dúvida de que *el gran rio* é o Amazonas, então visitado de espanhois pela primeira vez. Em ambas as expedições os navios eram três, e as armas concedidas contêm efectivamente três caravelas. Mostraremos, no estudo subseqüente sôbre Diego de Lepe, que a segunda viagem comemorada se deve atribuír a êste capitão, verdadeiro descobridor castelhano do Amazonas; mas podemos supôr, sem prejuízo de dedução, que ela foi ao comando de Pinzon. Ora como a expedição dêste em 1500 teve quatro navios, não póde ser aquela em que se descobriu *el gran rio;* em 1500, portanto, não foi visto por Pinzon o Amazonas, nem à *fortiori* o domínio português assegurado pelo convénio de Tordesilhas.

Como conseqüência, *S. Maria de la Consolacion,* primeira ponta do continente em que tocou Pinzon em 1500, é um dos muitos cabos existentes entre o Amazonas e o Orinoco. Presumimos que é o de Orange, porquanto o mapa de La Cosa, de 1500, o mais antigo dos que arquivam as descobertas da América, apresenta como limite das terras austrais conhecidas o têrmo do ângulo obtuso que faz a costa entre o Orinoco e o referido cabo; além do que o rumo da costa ao norte do cabo coíncide sensívelmente com o indicado por Pinzon, no seu depoïmento de 1513.

Vamos ver agora, contra a afirmativa de Martir, que por *Marañon* se entendia em 1513 um rio descoberto por outro navegador castelhano, ignorado dos primeiros cronistas.

O MARAÑON

UM facto para nós capital, e ainda não pôsto suficientemente em relêvo, é que tôdas as testemunhas no pleito de Diego Colombo, entre 1513 e 1515, que falam no *Marañon,* atribuem invariávelmente a sua descoberta a Diego de Lepe e não a Vicente Pinzon. Até êste, mencionando as suas descobertas, não inclui nelas a do rio cujo nome por aquele tempo andava em muitas bôcas de embarcadiços.

O fiscal, evidentemente conluiado com os Pinzones e outros para enegrecer os méritos de Colombo e exaltar os serviços dos seus adversários, pregunta aos depoentes se o capitão castelhano e seus companheiros entraram no *rio grande donde hallaron el agua dulce que entraba en la mar,* deixando-nos em dúvida sôbre se êste era o *Marañon,* nome que êle não devia ignorar, e sôbre a época em que o facto se deu.

Vicente Pinzon responde-lhe em 1513 ([202]), sem citar data alguma, que descobriu aquele rio, cuja caudal ia até 40 léguas pelo mar dentro e também lhe omite cuidadosamente o nome. Se o rio a que se refere no depoïmento era o achado em 1500, deveria dar-lhe a denominação d'então, *S. Maria del mar dulce,* do mesmo modo que reivindicou, aliás erradamente, *Consolacion* para o cabo de S. Agostinho; se era o fabuloso *Marañon,* distinto do primeiro, ¿porque não lhe deu o nome pelo qual começou a ser conhecido?

Não se podem invocar as 40 léguas de mar doce como prova cabal de que se tratava do Amazonas. Trevisan em 1501 diz-nos que o rio saía 15 léguas pelo mar dentro. E' digna de pouca fé a medição, naturalmente avolumada, tanto mais quanto o mar doce apresenta contornos indecisos; mas certo é que a imaginação de Pinzon se deu por satisfeita quando, em conversa com Martir, arbitrou aquele número de 15 léguas. Chamado mais tarde à barra testemunhal, declara que a corrente de água doce ia até 40 léguas, isto é, quási ao triplo do primitivo cálculo.

([202]) Veja-se o *Apêndice B.*

Tam grande diferença sugere que o navegadar se referia, nos dois casos, a rios diversos. No Orinoco o fenómeno da dulcificação realiza-se à distância de 5 léguas, se as contarmos da linha entre a Ponta Sabaneta e a ilha dos Cangrejos; e não admira que a mendacidade dos marítimos a convertesse em 15. Ainda nos princípios do século passado, ao que nos informa Humboldt, os pilotos costeiros a elevavam à cifra fantástica de 60 léguas ([203]). Mas no Amazonas, onde o mar doce vai regularmente até a ilha Bailique, a umas 12 léguas da ilha Caviana, já considerada além da foz, é incrível que a imaginação dos castelhanos se contentasse com 15. Esta modesta cifra apenas é compatível com o Orinoco, e as 40 léguas têm explicação, se o rio a que se referiu Pinzon é o *Marañon*. No entretanto, não é legitimo tirar daí inferências seguras; e demais, as outras testemunhas dão-nos avaliações diferentes, que descem até 20 léguas (Juan de Umbria, pilôto de Pinzon).

Tampouco se póde afirmar que o rio é o Amazonas, porque Pinzon declara ter descoberto a província de *Parisura*, denominação que em algumas cartas antigas é afectada à costa vizinha do Amazonas. Na edição princeps das *Décadas* vem citadas as designações *Paricore* e *Camomorus* ([204]) que Martir dá às margens esquerda e direita do rio grande do mar doce; mas estes nomes estão ausentes da versão de Trevisan. O capitão castelhano só menciona dois nomes no seu depoïmento: o cabo de *Consolacion* e a provincia de *Parisura*; todavia o têrmo das capitulações de 1501 fala-nos de *S. Maria de Consolacion* e omite *Parisura*, que deveria aplicar-se a *la tierra de luengo fasta el cabo de San Vicente*. O silêncio do têrmo a respeito de *Parisura*, expressamente mencionada por Pinzon em 1513, e igual omissão no texto de Trevisan mostram que êste nome e o de *Camomorus* não foram trazidos da viagem de 1500, mas provávelmente de outra, realizada anos depois, cuja existência havemos de demonstrar. E' conveniente repetir que *Paricura* é citada cinco anos antes do *Maragnonus*, com 30 léguas de largura na entrada. Achamos de resto singular que os aborígenes tivessem uma denominação de conjunto para tôda a região banhada pelo rio, Mariatambal (*Marinatambal* em Trevisan e *Marina tubalo* no têrmo de 1501), e a desdobrassem para as duas margens em palavras inteiramente distintas da primeira.

A maior parte dos autores, imbuídos da falsa idéa preconcebida de que *S. Maria del mar dulce* é o Amazonas, supôem erradamente que *Paricura* era a costa que continuava imediatamente a margem esquerda dêste rio. Em abôno desta opinião cita Harrisse ([205]) os mapas de Vesconti Maiollo, de 1519 e 1527, o Laurenciano de 1526 e os de Diogo Ribeiro de 1529, os quais trazem *costa de Paricura* na situação indicada ([206]). No já citado portulano de Egerton, posterior a 1509, um pouco ao norte do *Golfo grande* está *costa de paricura;* mas esta designação falta no planisfério de La Cosa (1500) que todavia é considerado como representando as descobertas de Pinzon. A presença de *Paricura* em cartas, das quais a mais antiga é posterior a 1509, não atesta que o nome seja de 1500. Os mapas de Cantino (1502) e Canério (depois de 1504), de origem portuguesa, não trazem *Paricura*.

Caetano da Silva, que é do parecer corrente, localiza *Paricura* entre a ponta Jupaty, no Amazonas, e o cabo de Orange, fundando-se, com d'Avezac, na existência ao longo desta costa duma tribu de índios, que os franceses apelidam *Palicours* e os portugueses *Paricuras*, como se depreende de um opúsculo escrito em 1846 por Monteiro Baena ([207]). Ignoramos o valor desta afirmação isolada, podendo dar-se o caso da denominação portuguesa ser tradução da francesa, mas é certo que os *Palicours vagueiavam nas margens do Oyapoc, a 80 léguas do Amazonas e que a primeira menção* dêles se faz em 1666, num livro do francês La Barre, e na carta francesa de Pierre du Val, que não

([203]) Humboldt, *Voyage aux régions equatoriales*, tômo I, cap. 3.º.

([204]) Não nos queremos embrenhar no dédalo linguístico por onde andam com pouca segurança os próprios especialistas; todavia atrevemo-nos a sugerir que, em *Parisura*, o prefixo *Pari* tenha a mesma origem que em *Pária*. Se assim fôr, *Parisura* estaria mais própriamente na margem esquerda do Orinoco que na do Amazonas. Oviedo cita nas margens do *Huyapari*, isto é, do Orinoco, a provincia de *Baratubaro*, cuja analogia com *Marina tubalo* é de notar. (Op. cit., livro XXIV, cap. 3.º).

([205]) *The diplomatic history of America*, pág. 126.

([206]) Só de Harrisse conhecemos a carta Laurentiana (*The Discovery of North America*, pág. 540); as outras encontram-se no atlas que acompanha o *Premier mémoire* já citado do B. do Rio Branco. Nos de Maiollo de 1519 e 1527 o grande rio, figurado em situação excessivamente meridional, é designado por *le mare dolce* ou *paricuria la dulce*, estando indicado mais ao sul *R de elli maralion* ou simplesmente *maranon*. São os únicos dos primitivos mapas que dão êste rio como distinto do Amazonas. (efr. Harrisse, *Diplomatic history*, pág. 128).

([207]) Op. cit., § 2557.

remonta além de 1664 ([208]). O nome *Paricura* caberia portanto à costa em que sai o Oyapoc, conhecido nas cartas antigas como rio de Vicente Pinzon. Nada mais falível, aliás, que assentar deduções em analogias verbais, pois abundam os exemplos de nomes iguais ou semelhantes em localidades extremamente afastadas.

Manuel de Valdovinos, depoente nas *Probanzas*, conta-nos de *un rio grande anegado al cual pusieron por nombre paritura, donde hallaron en la mar que salia del rio el agua dulce mas de trenta leguas* ([209]). Não está averiguado se esta testemunha, que confunde a denominação da terra com a das águas, acompanhou Pinzon em 1500, e temos tal facto como improvável. Êle declarou que *fué con el dicho Vicente Yañez Pinzon... la segunda vez que fué a descobrir*, mas ignoramos se no seu entender a primeira foi a viagem de 1492 com Colombo, ou ainda outra de que Martir faz vaga menção no fim da *Década* I. As informações dadas por Valdovinos acêrca do rio são perfeitamente aplicáveis ao Orinoco.

O exame imparcial do depoïmento de Pinzon conduz pois à conclusão de que o rio grande tanto póde ser o Orinoco, como o *Marañon*, supondo que para o capitão êste era o Amazonas. A omissão do nome é porventura um ardil, pelo qual êle dava a entender que descobrira o *Marañon*, eximindo-se à contradita das testemunhas convictas de que êste rio fôra descoberto por Diego de Lepe. E' o que vamos agora demonstrar, começando por uma das mais insuspeitas.

Diego Fernandez Colmenero, que na provisão régia de 5 de dezembro de 1500 e em outro diploma de 15 de outubro de 1501 ([210]) é apresentado como sobrinho e companheiro de Pinzon, foi por capitão de um dos seus navios na expedição de 1500 e talvez noutra subseqüente. Esta testemunha tem, por conseguinte, tanta autoridade na matéria como o tio. Pois bem, êle diz-nos que *vido... yr a descubrir al dicho Diego de Lepe*, e que êste descobriu o Maranhão, na parte sul da terra firme, o qual antes dêle ninguém avistára. Não foi, portanto, Pinzon que primeiro viu êste rio.

A segunda testemunha cujo depoïmento invocamos é Juan Rodriguez, que foi ao comando de seu irmão Diego de Lepe, e menciona como descoberta por êste navegador *la costa en que entra en esto el rio grande y el maraño é donde está en la mar el agua dulce*. Harrisse à vista do verbo *entra* no singular diz que *el rio grande* e *el maraño* são sinónimos ([211]). A alegação é fútil; não só os espanhois de baixa condição dispensavam o rigor sintáctico (bem como o escrivão dos autos), mas a conjunção *y* é suficiente refutação.

O terceiro depoïmento chamado ao caso é o de Garcia Ferrando, que, na opinião de Navarrete, é uma das testemunhas mais verídicas e imparciais ([212]). Segundo êle, Diego de Lepe *fué a descubrir por su parte e llego al rio de marañon;* no entanto êle acompanhou Pinzon, indo como escrivão de S. Alteza, e devia ter reivindicado para êste a glória da descoberta, se para tanto houvesse lugar. Havemos de provar que esta viagem de Ferrando não se efectuou em 1499 - 1500, mas em 1503 - 1504.

Finalmente, Alonso Rodriguez de la Calva, Luiz del Valle e Cristobal Garcia também asseveram que o *Marañon* foi descoberto por Diego de Lepe, com quem navegaram. A unanimidade é perfeita nas 6 testemunhas que falam neste rio, nem se póde argumentar com parcialidade nos depoentes, porque dois dêles são Colmenero, sobrinho de Pinzon ao seu serviço e Ferrando, cuja sinceridade por ninguém é posta em dúvida.

¿Qual era, porém, o rio a que inicialmente os espanhois chamavam *Marañon?* Não sofre dúvida, à vista do exposto, que a sua descoberta se deve a Diego de Lepe, mas faltam indicações que permitam a identificação irrecusável. Se dos depoïmentos constasse dum modo seguro que havia na sua bôca um mar doce, a questão estaria resolvida; era o Amazonas, já que não podia ser o Orinoco. E' verdade que em favor desta opinião se póde invocar o testemunho, atrás citado, de Juan Rodriguez, irmão e pilôto de Diego de Lepe; mas os outros depoentes não se referem ao fenómeno, e *testis unus, testis nullus*. No entanto, como Martir teve notícia entre 1510 e 1513 dum grande rio chamado *Marañon*

([208]) No 1.º Atlas mencionado do B. do Rio Branco. Numa carta de Theodore de Bry, de 1559, publicada no mesmo Atlas, lê-se *caribes Paracuttos* entre o Corentyne e o Oyapoc.
([209]) Todos os depoïmentos que a seguir são mencionados constam do *Apêndice B*, respostas às 7.ª e 8.ª preguntas do fiscal.
([210]) Navarrete, op. cit., tômo III, doc. XVI.
([211]) *The diplomatic history of America*, pág. 115.
([212]) Op. cit., tômo III, pág. 540.

com um mar doce na entrada, somos levados a ver nêle o mesmo que Diego de Lepe primeiro avistou e era o Amazonas. No que se enganou o douto milanês foi em atribuír a descoberta a Pinzon, mas o engano deve-se provávelmente à jactância dêste.

Para Varnhagen, que reproduz a opinião de Humboldt em 1820 ([213]), aquele nome cabia ao que hoje se chama Meary ou Mearim e foi desde o primeiro quartel do século XVI conhecido dos portugueses como Maranhão. Êste seria indubitávelmente o descoberto por Diego de Lepe; se o planisfério de La Cosa não tivesse um rasgão, nêle veriamos desenhado o rio em latitude aproximada da real, e do mesmo modo as caravelas figuradas são as dêste navegador. *Tanto em Portugal como em Castella,* diz o eminente brasileiro, *estiveram por algum tempo na crença de que não havia por ahi mais que um grande rio, entrando pela terra dentro, pois os que reconheciam o verdadeiro Maranhão não conheciam o Amazonas actual e vice-versa, donde se originou confusão acêrca destes dois rios, vindo ambos a ser designados com o nome de Maranhão, de modo que o proprio Pinzon descobridor não do verdadeiro Maranhão descoberto por Lepe, mas sim da boca do grande rio Santa Maria del mar dulce ou actual Amazonas, não duvidou assegurar a Oviedo haver elle sido o descobridor do Marañon; e mais tarde Orellana, baixando o mesmo Amazonas, não teve forças para provar que não era o Marañon o rio por que baixara, e para voltar ao mesmo rio chegava a desejar pilotos portugueses «porque eram os unicos conhecedores da costa que continuamente navegavam»* ([214]).

Êste período encerra muito menos verdade que fantasia.

Notemos desde já que, se Pinzon costeou desde Mocuripe (segundo Varnhagen) até Pária, com certeza descobriu o Mearim, de sorte que o único merecimento de Diego de Lepe seria então o de lhe achar o nome. A hipótese considerada conduz pois a localizar os achados de Pinzon para o norte do Mearim e a escolher para cabo de *S. Maria de la Consolacion* qualquer das pontas entre Aruaca e Tigioca. Martir, em 1513 e 1514, designa por *Maragnonus* um grandissimo rio com um mar doce na foz, o que se não verifica no Mearim, embora êle seja caudaloso e até manifeste a póróroca ([215]). Varnhagen diz que Martir se quere referir ao Mearim, o que é um artifício cómodo para fugir a dificuldades, mas esquece-se de explicar porque razão lhe atribui um mar doce. Oviedo, em 1548, refere que Pinzon lhe afirmára ter descoberto em 1500 o *Marañon,* que é, no entender do cronista, o Amazonas. Havemos de analisar, em outra secção, o valor do asserto, mas é certo que o nauta castelhano não podia confundir êste rio com o Mearim, bem mais modesto, e muito mais se descobrira a ambos.

No tocante a Orellana, lemos em Herrera que êste capitão *accordó... de venir a dar cuenta al Rey de tan grande descubrimiento, certificando que no era el rio Marañon, segun dixeron los de Cubagua, y muchos le llaman el Dorado* ([216]). Esta passagem revela-nos que o rio repudiado pelo capitão castelhano era o Orinoco, ao qual se restringia o nome de *Eldorado;* nem os de Cubagua ou ilha Margarita conheceriam o Amazonas, afastado mais de 350 léguas. Fray Gaspar Carvajal, que acompanhou Orellana e foi o cronista da acidentada exploração, supõe ter percorrido o grande Marañon, e Oviedo, comentando a sua relação, acrescenta ([217]) que *unos dicen ques el de Huyapari é otros el Marañon.* Nunca os que navegaram Amazonas abaixo o confundiram com o menos importante Mearim, situado muito mais ao sul.

Varnhagen cita, em abôno da sua opinião, uma única razão, de tam grande fraqueza que não póde ser levada em conta. E' que em 1529 Diogo Ribeiro, cartógrafo português ao serviço de Carlos V, dá o nome de Trindade a uma ilha do seu *Marañon;* ora assim foi conhecida desde o princípio a grande ilha do Mearim ([218]). Pondo de parte a circunstância de Ribeiro designar por *Trinidad* não a ilha mas um rio próximo do Marañon ([219]), o mesmo Varnhagen cita uma carta de Luís Sarmento da qual se depreende que aquele nome foi dado à ilha em 1536; êle admite até que fôsse acrescentado à carta depois da sua confecção, hipótese inaceitável desde que se lê a mesma inscrição nos mapas

([213]) *Voyage aux régions équatoriales,* tômo VIII, pág. 112.
([214]) *Historia geral do Brasil,* pág. 125 e 143 da 3.ª edição.
([215]) Aires do Casal, *Corografia brasileira,* tômo II, pág. 260.
([216]) *Historia general de las Indias Occidentales,* Década VI, livro IX, cap. VI.
([217]) A descrição do frade vém transcrita no livro de Toribio de Medina *Descubrimiento del rio de las Amazonas,* Sevilha, 1894. O autor nada adianta ao já sabido sôbre o nome *Marañon,* no capitulo X da introdução. O relato foi transcrito com algumas modificações por Oviedo, no cap. 24 do livro L da sua *Historia* citada.
([218]) Op. cit. pág. 126, 262 e 264.
([219]) Veja-se o mapa no *Atlas* anexo a *1er Mémoire* do Barão do Rio Branco.

anteriores de Turim (1523) e Weimar (1527). Diogo Ribeiro aliás não traz o Maranhão dos portugueses, que parece ter confundido com o *Marañon* dos espanhois; a sua nomenclatura nesta parte não inspira confiança, pois coloca a oriente do grande rio um outro de *Vicẽte pĩ* (de Vicente Pinzon), que todos colocam ao norte e representa o Oyapoc.

A opinião de Varnhagen, que foi também a de d'Avezac, acha-se rebatida longamente por Caetano da Silva, o qual em 1861 a considera condenada há mais de dois séculos e meio [220]; porém as razões apresentadas não têm valor provante, se exceptuarmos a que resulta de Martir, já por nós invocada, e a de Oviedo, que é tardia de mais (1526). Não hesitamos todavia em aceitar que começasse a haver confusão entre o Amazonas e o Mearim, depois que os portugueses, em época incerta, descobriram êste último rio e lhe chamaram Maranhão [221].

Não está assente a etimologia da palavra, porventura derivada de expressão indígena que signifique vasto lençol d'agua [222], e neste caso bem podiam os índios da costa que se estende entre o Amazonas e o Mearim empregá-la para designar qualquer dos dois. Supomos que os portugueses nunca os confundiram, mas ainda hoje ignoramos como chamavam ao primeiro, já por êles explorado em 1540 quando Orellana o redescobriu para Castela e lhe impôs a actual denominação.

Para os castelhanos êste era o *Marañon,* avistado anos depois de 1500 por Diego de Lepe; no entanto é certo que muitos imprópriamente assim designavam o Orinoco. Não são poucos os vestígios que restam, nas obras impressas, desta confusão, e da ignorância em que estavam os espanhois da verdadeira posição do grande rio, não só nos primeiros lustros que se seguiram à sua descoberta, mas ainda depois [223].

O primeiro autor em que elas se notam é Martir quando admite ter sido visto por Colombo o *Maragnonus,* sendo notório que o almirante apenas deparou com os braços do Orinoco. Herrera na *Descripcion de las Indias Occidentales* [224], referindo-se ao seu *Marañon,* que era o Mearim, coloca-lhe a foz 100 léguas ao poente da do Amazonas, e confunde suas nascentes com as do Orinoco. Há igualmente sinais evidentes do engano na passagem das *Décadas* do mesmo cronista pouco atrás transcrita, bem como nos capítulos que se referem a Diego d'Ordás [225]. Para Fr. Gregório Garcia, impresso em 1607, o *Marañon* não é senão o Orinoco [226], e Fr. Pedro Simon, cuja obra data de 1626 [227], sustenta

(220) Op. cit., §§ 1619 e 1648.

(221) Não concordamos com a hipótese de Caetano da Silva dum suposto êrro de Diego Leite em 1531 (Op. cit., § 2519).

(222) Charles Hartt dá como origem de *Marañon* ou Maranham a palavra *paranã*, fundando-se (segundo uma versão a nós comunicada por Capistrano de Abreu), em que era *paranã-mirim* o nome indígena dum rio chamado Maranhãosinho. Humboldt observou em 1820 que *paranã* significa em lingua brasileira mar ou grande água *(Voyage aux régions équatoriales*, tômo III, pág. 342, nota); o que é confirmado no belo estudo do vocabulário guarani feito por Caetano de Almeida Nogueira *(Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 7, 1879). No rio Amazonas por vezes se designam por *paranamirim* os canais que há entre as margens e ilhas compridas.

(223) Humboldt, Op. cit., tômo VIII, pág. 110.

(224) Cap. 8, pág. 14 da edição de 1730.

(225) No tômo II da 1.ª Memória citada de Rio Branco vém a pág. 4 extractos da capitulação de Diogo d'Ordás em que Carlos V lhe faz em 1530 a concessão da conquista e povoação de 200 léguas de costa entre *Marañon* e Cabo de Vela, mas reconhecendo-se depois que a distância dêstes pontos era maior, o monarca deu-lhe a escolher entre 200 léguas contadas entre o *Marañon* e Pária, ou igual extensão a contar de Maracapana em sentido inverso. Como Diogo Ribeiro, cartógrafo da Casa de Contratacion, em 1529 situava o Marañon-Amazonas por 1°30', a mais de 570 léguas do Cabo de Vela, pregunta-se se o *Marañon* da concessão não será o Orinoco, que não aparece na carta de Ribeiro.

Herrera diz que Ordás entrou no rio e dêle saíu para Pária, onde se instalou na margem esquerda do Huyapari (nome que davam então ao Caño de Vagre), disputando a Antoni Sedeño, governador da ilha fronteira da Trindade, a posse dum fortim na terra firme. Êste queixou-se a Carlos V e obteve a satisfação, sendo ordenado a Ordás a escolha acima mencionada. Ordás ficou no Huyapari que fica a mais de 320 léguas do Amazonas, e cada vez se afastou mais dêle; e só se compreende que supozesse estar dentro da sua jurisdição, se tomava o *Marañon* pelo Orinoco.

Oviedo, que escreveu 50 anos antes de Herrera, nega no cap. 3.º do livro XXIV que Ordás entrasse no Amazonas. Diz êle que os expedicionários se perderam por deficiência das cartas de marear, que representavam uma costa totalmente diferente da real; êles pararam num ponto com 2°,5 de latitude boreal, e retrocederam penosamente para Pária, numa longa derrota de 40 dias. Do *Marañon* de Ribeiro estavam êles afastados cêrca de 4°, todavia preferiram voltar atrás e percorrer 8°, sendo seu objectivo o *Marañon.* Se estas circunstâncias não nos dão indícios da noção com que Ordás ficou do grande rio, ao menos mostram a ignorância profunda dos espanhois acêrca da sua verdadeira situação, e explicam que Orellana duvidasse da identificação do seu rio com o *Marañon.*

Fr. Pedro Simon teve informações mais copiosas que Herrera e doutra origem. Êle afirma que Ordás entrou no Orinoco - Marañon, mas atribui ao fidalgo castelhano coisas que já Enciso em 1519 menciona, e se passaram ao sul do eqüador (episódio da grande esmeralda e da árvore de incenso).

(226) *Origen de los indios de el nuevo mundo e Indias occidentales*, livro II, § IV, pág. 74 da edição de 1729.

(227) *Noticias historiales de las conquistas da tierra firme en las Indias occidentales*, 1626; notícia 2.ª, cap. 17 e notícia 6.ª, cap. 23.

abertamente o mesmo parecer. E' verdade que o jesuíta Gumilla ([228]) e fr. António Caulin ([229]), escrevendo em 1731 e 1771, asseveram que o Orinoco nunca teve o nome de *Marañon*, mas há mais de um século ou século e meio entre estes escritores e o anterior.

O geógrafo espanhol Enciso, descrevendo em 1519 a costa compreendida entre Pária, a que atribui 7° boreais, e o cabo de S. Agostinho, com 8° austrais, menciona apenas dois rios: *Marañon* e *Mar dulce* ([230]). Ao primeiro dá-lhe de latitude *siete grados y medio* e a distância de 300 léguas ao cabo de S. Agostinho; ao segundo, cuja foz dista 25 léguas da do primeiro, concede *VI grados y medio* e o afastamento de 250 léguas de Pária. São os dois grandes rios que figuram, com diferentes distâncias ao eqüador, nas primeiras cartas de inspiração espanhola, mas apresentados em condições muito longinquas da verdade, quaisquer que sejam as identificações propostas.

A opinião geralmente seguida vê no *Marañon* de Enciso o mesmo Maranhão dos portugueses ou Mearim, e no *Mar dulce* o Amazonas. Varnhagen vai até o extrêmo de enxergar êrro tipográfico nos 7° 5', que em seu parecer se deveriam substituír por 2° 5', coordenada da foz do Mearim ([231]). Isto é insustentável porque não só a latitude incriminada está escrita por extenso, mas também deveriam então ser dois os êrros tipográficos, visto como o *Mar dulce* está 25 léguas ao norte do primeiro e haveria que substituír 6° 5' por 1° 5'.

Harrisse, analisando o trecho de Enciso ([232]), encontra-se embaraçado não pelas erróneas latitudes das quais nem fala, mas pela dificuldade de explicar porque motivos: 1.° — sendo o *Mar dulce* o Amazonas, não são mencionadas as duas embocaduras; 2.° — não podendo o Marañon ser a segunda embocadura e devendo ser o Mearim, êste rio é apresentado tam proximo do Amazonas. Para liquidar estas dificuldades, abalança-se a explicações que nos espanta encontrar na pena de crítico tam sagaz e habitualmente tam seguro. A primeira consiste em afirmar que em 1519, e ainda depois, os espanhois só conheciam a maior das embocaduras, ignorando a do Pará; a segunda constrange-o a ver nas 25 léguas um êrro tipográfico, devendo ler-se quiçá 75.

¿ Mas como se póde admitir que os espanhois percorressem a costa entre o Amazonas e o Mearim e lhes escapasse o rio do Pará? Salta aos olhos que o consideraram como distinto do Amazonas ou como uma derivação dêle, mas não o ignoravam, já que o acesso à sua larga foz é muito fácil. Quanto ao êrro tipográfico, notaremos que a emenda proposta não é bem exacta, por haver mais de 80 léguas de costa entre a ponta da Tigioca, no extrêmo oriental do rio do Pará, e o farol do Itacolumi, no ocidente da baía do Maranhão; além disto, Enciso diz que de S. Agostinho até o *Marañon* há 300 léguas, quando a distância do cabo à foz do Mearim regula por 270. Não há necessidade, aliás, de recorrer ao artifício do êrro de impressão, quando é mais simples aceitar que o autor errou tôdas as distâncias, como é fácil de demonstrar. A largura de 60 léguas na foz peca por excesso, pois não é lícito computar em mais de 50 a distância entre as Pontas Tigioca e Grossa, e muito mais se abstraírmos do rio do Pará, cuja largura na barra regula por 13 ou 14 léguas. Já vimos que a distância do cabo S. Agostinho ao *Marañon*, suposto ser êste o Mearim, é avaliada por excesso; em compensação a do *Mar dulce* a Pária, computada em 250 léguas, é menor que a do Amazonas àquela península, superior a 320.

Examinando a descrição do geógrafo espanhol, vê-se que o Mearim não corresponde ao seu *Marañon*. A oito léguas dentro de terra tem êste muitas ilhas, o que nunca se poderá dizer do Mearim; e a costa tôda entre S. Agostinho e o *Marañon* diz-se limpa e funda, o que é o contrário da verdade. Existem efectivamente uns baixios ou parceis na baía do Maranhão na parte do oriente, como diz Enciso, mas também os há a ocidente. Por outro lado há diferenças consideráveis entre o Amazonas e o *Mar dulce*. A divisão dêste rio a 25 léguas da bôca em dois ramos que vão a sueste e a sudoeste não se ajusta de maneira alguma àquele; e a direcção da costa desde o *Mar dulce* a Pária, que é dada como oesnoroeste, afasta-se por completo da do litoral entre o Amazonas e o Orinoco.

([228]) *El Orinoco illustrado y defendido, 1745*, tômo I, pág. 8.
([229]) *Historia corografica natural y evangelica de la Nueva Andalucia, provincias de Cumaná, Guyana y vertientes del rio Orinoco*, 1779, pág. 135.
([230]) Op. cit., fol. 67 verso.
([231]) Op. cit., pág. 126.
([232]) *The diplomatic history of America*, pág. 117 a 123, e 129 a 132.

Não acompanhamos Harrisse e os demais na decifração dos verdadeiros enigmas que nos deixou Enciso. O eminente americanista, supondo que êle fêz a sua descrição tendo à vista uma carta, quere que esta fôsse do tipo Vesconti Maiollo, de 1519 ([233]). Parece-nos que o ilustre sábio se eqüivocou. Esta carta, a primeira que menciona o Maranhão como distinto do *Mare dolce*, traz ao sul dêste rio uma grande embocadura sem nome algum e um pouco depois dela uma outra muito menor, a que está aposta a inscrição *R de elli maralion* ([234]). E' evidente que esta determinação caberia à vasta foz anónima, se a narração de Enciso se adaptasse ao trabalho de Vesconti.

Presumimos que na carta aonde o geógrafo foi procurar elementos para a sua descrição se confundiram o Orinoco e o Amazonas. Se notarmos que êle omite o Orinoco, mais importante que o seu *Marañon*, pendemos a ver no *Mar dulce* aquele grande rio, descrito com uma única bôca; se repararmos na latitude de 6º,5 — em qualquer caso excessiva — inclinamo-nos a crer que êle é o Amazonas. Os cartógrafos espanhois representavam o Orinoco ou *Rio grande* em latitude por demais meridional, e cada vez mais meridional à medida que se diluía a memória do primeiro mar doce encontrado em face do outro muito maior no Amazonas. Todos êles figuravam ao sul do rio grande do mar doce, um outro situado a distância não considerável; e é êste o *Marañon* de Enciso.

O CRONISTA fidalgo Gonzalo Fernandez de Oviedo conheceu pessoalmente Vicente Pinzon, com quem manteve relações de amizade até à morte dêste ([235]). Era de esperar, pois o tinha na conta de *uno de los hombres de la mar* que êle vira *mas bien hablado*, que se demorasse um tanto na descrição da sua viagem de 1500, mas, em vez disso, expõe-na sumáriamente a propósito do *Marañon* ou Amazonas.

OVIEDO, GOMÁRA, LAS CASAS E HERRERA

Em resumo, refere-nos o cronista ([236]) que neste rio se realizou o encontro dos 40 cristãos com 32 índios, os quais usaram do estratagema de os engodar com uma peça d'ouro lavrada, e que, terminado o mortífero combate, passaram os espanhois à outra margem do rio, a uma província interior, *Mariatambal*, onde prenderam 36 índios, matando e ferindo outros. *En la costa cerca de la tierra* perdeu Pinzon duas das quatro caravelas. Vê-se que, se o capitão contou a Oviedo fielmente as suas aventuras, o escritor as estropiou completamente. Não foi efectivamente no *Marañon* que se acharam em presença 40 homens de um lado e 32 doutro, mas no ponto do segundo desembarque, nem houve combate dessa vez; êle efectuou-se na margem doutro rio anterior em que não puderam entrar as caravelas. Os índios de *Mariatambal (Marinatambal* ou *Marina tubalo)* eram pacíficos e não ofereciam resistência, e o naufrágio dos dois navios realizou-se perto de Hispaniola, quando os castelhanos já haviam abandonado Pária.

Oviedo relata-nos mais ter ouvido a Pinzon que descobrira em 1500 o *Marañon* e navegara por êle dentro 15 ou 20 léguas com quatro caravelas pequenas, e o corrobora noutra passagem da sua *História*. Mesmo antes dela impressa entre 1535 e 1557, já fizera noutra obra, dada à estampa em 1526, análoga afirmação, acompanhada porém de pormenores muito diferentes ([237]). Sem citar o ano, o cronista diz-nos aí que Pinzon entrara no rio com uma caravela mais de 20 léguas, mas por levar pouca gente não ousou saltar em terra e desandara rio abaixo.

([233]) Op. cit., pág. 129.

([234]) Veja-se a carta no Atlas que acompanha a 1.ª Memória do B. do Rio Branco. Na carta de 1527 do mesmo autor, igualmente reproduzida no Atlas, está figurado *marañon*, exactamente na mesma posição que o *maralion* de 1519.

([235]) Op. cit., livro II, cap. 14.º.

([236]) Op. cit., livro XXIV, cap. 2.º e livro XXI, cap. 3.º. Veja-se o *Apêndice E*.

([237]) *Relacion summaria de la Historia Natural de las Indias*, 1526, apud A. G. Barcia, *Historiadores primitivos de las Indias Occidentales*, fol. 11. Veja-se o *Apêndice E*.

Estas contradições chocantes tiram a Oviedo tôda a autoridade e revelam uma memória infiel; Pinzon aliás faleceu em 1514, doze anos antes da primeira menção, e quarenta e três antes da última [238]. No tocante a datas, encontramos na *História* êrros tam frequentes em acontecimentos contemporâneos da viagem do capitão espanhol que nos fazem perder a fé na descoberta em 1500 [239].

E' inegável que Pinzon visitou neste ano *S. Maria del mar dulce*, rio de vasta bôca que ostenta um mar doce, cujo prolongamento êle computou então em 15 léguas (Trevisan). Então não conhecia o nome *Marañon* e apenas *Marinatubaro* como o da região vizinha; então não sabia da estranha amplitude da foz. Em 1513, um ano antes de morrer, quando depôs solenemente e sob juramento, arbitrava ao mar doce 40 léguas, mas não disse que o rio se chamava *Marañon*, deixando-o sem nome. Sabemos mais que o *Marañon* era um rio diferente do descoberto pelo nauta castelhano, à vista dos depoïmentos de Diego Colmenero, sobrinho dêste, de Garcia Ferrando, testemunha verídica, e de Juan Rodriguez, irmão de Diego de Lepe. ¿Como é então que nos surge agora Pinzon declarando a Oviedo que descobrira o *Marañon* em 1500?

A afirmação do cronista é portanto mais que suspeita. Explica-se todavia, admitindo uma de duas hipóteses: 1.ª Pinzon confundiu propositalmente *S. Maria del mar dulce* com o *Marañon*, descoberto mais tarde; 2.ª o capitão apenas se referiu a um grande rio dotado de um mar doce e a Oviedo se deve a sua confusão com outro maior em que êste fenómeno se manifestava em proporções mais consideráveis. Em verdade, não nos atrevemos a preferir uma hipótese à outra, se bem que a boa hermeneutica nos aconselhe a optar pela segunda para não atribuírmos a Pinzon uma fraude.

Francisco Lopez de Gomára, escritor cuidado em sua prosa mais que nas informações transmitidas, também nos conta a viagem de Pinzon em 1500, mas cinge-se a Martir, acrescentando-lhe dados geográficos extraídos das *Probanzas del fiscal* e dos mapas da época [240]. E' assim que nos fala no cabo de S. Agostinho e no *rio dicho Mariatambal*, e no percurso entre o cabo e Pária cita *Cabo primero* (S. Roque), *Angla de Lucas, tierra de humos, rio Marañon, rio de Orellana e rio Dulce*. Para êste autor, que escreveu em 1553, estes últimos eram respectivamente o Mearim, o Amazonas e o Orinoco, mas êle não nos diz qual era o *dicho Mariatambal*, a que não atribui mar doce, podendo entender-se que era distinto dos outros três.

Las Casas acompanha igualmente Martir de perto, embora nem sempre com fidelidade [241]. Depois da passagem dos expedicionários de 1499 pelo arquipélago de Cabo Verde fá-los seguir *la via del Austro y despues al Levante*, isto é, primeiro o sul e mais tarde o sudoeste. A indicação do sul é devida provávelmente à frase de Martir: *Ad meridiem recta proficiscuntur*, mas êle refere-se ao trajecto antes de Cabo Verde. A distância de 300 léguas, percorrida desde Santiago até a ocultação da polar é convertida em 700; ora se a primeira peca por defeito, como já vimos, fàcilmente se demonstra que a segunda peca ainda mais por excesso. E' visível o engano da transcrição.

Das *Probanzas*, que êle cita, extraíu que *Consolacion* era S. Agostinho. Ao rio grande chama *Marañon*, dizendo ignorar a causa do nome e quem o pôs; dá-lhe trinta léguas de bôca como Martir, menciona o fenómeno do *mascaret*, como consta do depoïmento de Anton Colmenero, e não fala da região *Mariatambal*, nem de *Paricora* e *Camomorus*. Mas onde êle se afasta profundamene de Martir e procede por sua conta é na invenção de um segundo grande rio, a que Pinzon teria posto o nome de *rio Dulce* e em cuja foz foi possível beber água doce a 25 ou 30 léguas da costa.

A Las Casas não escapou que o texto de Martir era inconciliável com a existência de um único rio ostentando na entrada o mar doce. Conhecendo apenas a edição de 1516 das *Décadas*, e não a edição *princeps*, onde não se fala de Marañon, supôs que Martir sempre se referira a dois rios, e procurando entre os que os geógrafos da sua época descreviam nas paragens onde estivera Pinzon em 1500, achou que o *Marañon* e o *rio Dulce* correspondiam à narrativa. Estes dois nomes, especial-

[238] O facto da narrativa do livro XXIV ser mais conforme à de Martir sugere que houve influência dêste, através de imperfeita tradução do latim. Las Casas exprobra a Oviedo ignorância desta língua, mau grado as suas citações de Plínio.

[239] Oviedo diz que a terceira viagem de Colombo se realizou em 1496 ou 1497, segundo uma versão não adoptada (livro III, cap. 3.º) e que o almirante seguiu até o Cabo de Vela, quando sabemos que foi em 1498 e não passou na costa venezuelana da ilha Margarita. Atraza a viagem de Hojeda com La Cosa, bem como a de Bastidas com o mesmo pilôto, em dois anos, dando-as como feitas respectivamente em 1501 e 1502, quando o foram em 1499 e 1500.

[240] Veja-se o *Apêndice E*. Do relato de Gomára copiou António Galvão o que diz da viagem de Pinzon em 1499 (*Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, edição de 1731, a pág. 37).

[241] Veja-se o *Apêndice E*.

mente o segundo, só foram conhecidos depois de corridos alguns anos do século XVI. Os autos das *Probanzas* não se opunham de resto ao desdobramento; presumimos até que dos depoïmentos exarados colheu Las Casas o seu dado das 25 ou 30 léguas, diverso do de Pinzon. Provado como está que em 1500 êste capitão apenas avistou um único mar doce, a versão do bispo de Chiapa exige que êle fôsse o do Orinoco e não o do Amazonas.

Herrera, no relato que nos faz da viagem de Pinzon, copiou servilmente Las Casas, limitando-se a suprimir alguns pormenores pouco importantes e as homilias humanitárias do caridoso eclesiástico, obcecado pelo seu amor aos selvagens da América, que julgava superiores aos africanos, querendo para estas criaturas de Deus a escravatura e isentando as outras dela. A obra de Las Casas ficou porém três séculos manuscrita e as *Décadas* de Herrera foram assás divulgadas, servindo para espalhar noções erradas acêrca dos descobrimentos de Pinzon.

A NOMENCLATURA DE PINZON E O PLANISFÉRIO DE JUAN DE LA COSA

EUM facto digno de registo que as denominações trazidas por Pinzon tiveram duração efémera, e parece não se terem difundido muito além da estreita esfera dos seus companheiros de viagem.

Se exceptuarmos *Marina tubalo* (ou *Marinatambal, Mariatambal*), nenhuma das primeiras crónicas as menciona desde as epístolas de Pedro Martir até a obra de Gomára. Sòmente vamos encontrar algumas em Las Casas e Herrera, que o copiou; mas o caridoso bispo teve presentes os autos das *Probanzas* onde elas se repetem. Estes autos e os têrmos das capitulações de 1501 são os únicos escritos onde se nos depara a nomenclatura de Pinzon. Ela não figura em carta geográfica alguma conhecida, talvez com uma única excepção, a começar pela mais antiga, o mapa-mundi desenhado em 1500 por La Cosa.

O cabo *Santa Maria de la Consolacion*, primeiro ponto do continente avistado pelo castelhano, foi por êle identificado, 13 anos mais tarde, com o de S. Agostinho, mas nós já apresentamos boas razões para taxar o depoïmento de inexacto neste particular. Pinzon é aliás a única testemunha a citar *Consolacion*, que não aparece na vetusta obra do pilôto biscaínho.

Num dos portulanos, ditos de Egerton-2803 (1510?), que representa o nordeste da América meridional [242], veem-se no extrêmo oriental duas denominações seguidas: *C. de S. Agustino, S. Maria da Colon*. Seriamos tentados a ler aqui *S. Maria de la Consolacion;* mas, em primeiro lugar, êste ponto é distinto de *S. Agustino* e não coíncidente, como alega Pinzon; em segundo lugar, falta a indicação de cabo. Como no entanto o planisfério, que acompanha os portulanos, traz na ponta mais oriental do continente e em 7° de latitude *S. Maria* e não *S. Agustino*, é possível que o primeiro dêstes nomes designe êste cabo [243]. Adoptando a leitura corrigida de *S. Maria da Colon*, esta será assim a única subsistente das denominações de Pinzon nas cartas antigas.

Do cabo de S. Vicente, citado no têrmo de 1501 como o limite superior dos descobrimentos de Pinzon, nada mais se sabia até há poucos anos, nem mesmo se o nome se deve a êste navegador. Estavam os historiadores reduzidos a conjecturas, entre as quais convem assinalar a de Caetano da Silva [244], que foi adoptada por Varnhagen [245] e pelo Barão do Rio Branco [246].

O mapa de La Cosa traz na latitude de 4°30′ uma *tierra de S. Ambrosio* e algumas léguas mais ao norte um cabo a que não está aposta denominação. Ora os navegantes da época costumavam designar as terras novas pelos nomes dos santos festejados nos dias em que elas eram descobertas, e

[242] E' o numerado XVII, fol. 9 a, da obra de Stevenson, citada na nota 18.
[243] Veja-se a secção seguinte *O mapa de Cantino, a carta de Martir, e o portulano de Egerton.*
[244] Op. cit., § 2580 a 2583.
[245] *Historia Geral do Brasil*, pág. 123.
[246] *Premier Mémoire*, pág. 47.

o calendário de Enciso dá-nos como oragos a 4 e 5 de abril os dois santos Ambrósio e Vicente. A aproximação destas datas, diz o douto brasileiro, mostra que os dois nomes *tierra de S. Ambrosio* e *cabo de S. Vicente* são ambos da autoria de Pinzon. Êste, depois de descobrir a *tierra* em 4 de abril, avistou no dia seguinte (pois se dirigia para o norte) a ponta anónima de La Cosa; e como êste é o cabo d'Orange, somos levados a concluír que aí está o de S. Vicente.

A dedução repousa em três hipóteses simultâneas, de pequeno ou nenhum valor. Consiste a primeira em admitir que a ponta anónima do cartógrafo espanhol é o cabo d'Orange; a segunda em supôr que Pinzon, guiando-se pelo calendário, escolheu o santo correspondente a 5 de abril, e a última em atribuír-lhe a autoria de S. Ambrósio.

Para identificar o cabo d'Orange e a ponta anónima, Caetano da Silva estriba-se unicamente na latitude real do primeiro, juntando-lhe o parecer conforme de d'Avezac—esquecido de que os primitivos cartógrafos, conforme êle demonstra, exageram as latitudes para o sul, e sem se lembrar de que grande parte do seu livro é feita para combater a autoridade de d'Avezac em assunto muito conexo com êste. Se as latitudes das duas pontas orçam por 4° ou 4°,5, podemos estar certos de que são distintas, porque as latitudes de La Cosa estão totalmente erradas. A verdade, mau grado a autoridade do erudito francês, é que a ponta anónima não se deve confundir com a d'Orange, pela excelente razão de que ao lado dêste desagúa o considerável rio Oyapoc; ora êste não é figurado, nem mesmo indicado no mapa, onde aliás abundam os nomes de rios.

E' certo que muitas vezes, ao deparar com um novo rio, baía, cabo ou terra, os pioneiros da navegação transatlântica lhe impunham o nome do santo do dia, mas nem sempre. Deviamos esperar, *verbi gratia*, que Pinzon adoptasse *Santa Maria de la Consolacion* num dia em que se celebra a Senhora desta invocação; todavia não sucedeu assim, se concluímos acertadamente. Não repugna admitir que êle escolhesse o santo do seu nome para o cabo, visitado em dia diverso de 5 de abril. Neste se festeja S. Vicente, prègador, mas também em 22 de janeiro S. Vicente, mártir [247]; de sorte que o nome do cabo póde ser atribuído a outro navegador e outro mês.

Mas dado que a descoberta fôsse a 5 de abril, ainda não é certo que na véspera se efectuasse a da *tierra de S. Ambrosio*, já que Enciso dá também em 7 de dezembro S. Ambrósio, bispo e confessor. Póde objectar-se que neste mês não viajavam para êsses lados nem Niño com Guerra, nem Hojeda, nem Pinzon ou Diego de Lepe nas suas expedições de 1499 e 1500; mas como não é certo que esta parte do mapa seja de La Cosa, podendo ser um acrescentamento posterior, como para a sua confecção contribuíram navegações de que se não guardou memória, e como Diego de Lepe fêz outras viagens àquelas regiões, ficamos suspensos quanto a S. Ambrósio. E' muito estranho, em qualquer caso, se a invocação dos dois santos possa ser atribuível a Pinzon, que o cartógrafo conservasse a da terra, omissa no têrmo de 1501, e desprezasse a do cabo, nêle mencionado como limite dos achados dêsse capitão.

A refutação da hipótese engenhosa, mas falsa, de Caetano da Silva, tornou-se porém desnecessária, desde que, a partir de 1911, se pôde ver no portulano de Egerton o *cabo de S. Vicente*. Êle está no gôlfo de Pária, muito acima da foz do Orinoco e a uma distância do cabo d'Orange superior a 200 léguas náuticas de 1500.

Ignoramos completamente onde estava situado *Rostro Hermoso*, que se não lobriga em carta alguma e da qual só sabemos que precedia o rio grande *Santa Maria del mar dulce*. Não é difícil encontrar em antigas cartas o qualificativo *hermoso* ou *fermoso* em regiões onde é possível, com muita imaginação, localizar o ponto desconhecido; o que não se divisa é a palavra *Rostro*, característica do cognome. Por êste motivo não colhe a observação de Humboldt, quando assinala *P. fermoso* no mapa de La Cosa, insinuando ser talvez *Rostro Hermoso* [248].

[247] O calendário do *Regimento do estrolabio e do quadrante* traz também a 15 de setembro *A trasladação de S. Vicente*; o de Enciso dá para êste dia *S. Nicodemo*, mártir.

[248] *Examen critique*, tômo IV, pág. 16, nota 2. Na exposição que acompanha o laudo arbitral suisso, proferido na questão entre o Brasil e a França, aventa-se que *Rostro Hermoso* equivale a *Sancta facies* ou Santa Verónica, celebrada a 4 de fevereiro, segundo se lê nas *Actas sanctorum* Bollandezas. (*Contesté Franco-Brésilien, Sentence du Conseil Fédéral Suisse*, tômo I, pág. 84 e 94). A hipótese é inverosímil, porque os devotos espanhois não substituíriam *hermoso* por *santo*, nem dos calendários então correntes constaria a festa da Verónica, como por exemplo do do Enciso (1519). Também a exposição revela uma notável fantasia na confusão entre *P. fermoso* de La Cosa e *Rostro Hermoso* e *Cabo de Humos*, indicado em mapas muito posteriores.

No pleito de Diego Colombo surge a denominação na bôca de bastantes testemunhas, das quais umas a atribuem a Pinzon (inculcando-a quási tôdas a primeira terra avistada), e outras a Diego de Lepe. Não é certo que no decurso de suas navegações os dois se encontrassem, a-pesar da afirmação de Harrisse ([249]), baseada no obscuro depoïmento de Anton Fernandez Colmenero, mas é indubitável que o nome, devido a Pinzon, foi imposto antes dêste problemático episódio, como o demonstram as suas capitulações de 1501. A testemunha que o concede a Diego de Lepe baralhou as próprias reminiscências com informes alheios.

A região *Marina tubalo* é do mesmo modo completamente desconhecida nas cartas existentes até 1516 ([250]). Ela é mencionada aproximadamente com a mesma grafia em Martir, em Oviedo e Gomára; mas os cronistas não passam de a citar. *Santa Maria* não aparece em parte alguma ligada ao *Mar dulce*, a não ser no têrmo das capitulações de 1501, nem mesmo nos autos do celebre processo; é freqüente porém *Mar dulce* ou eqüivalentes dizeres. Êste nome, genérico e não específico, era aplicado pelos espanhois a qualquer ponto do mar em que a vasão de um grande rio dulcificava as águas salgadas. No mapa de La Cosa está êle aposto à embocadura de rios que só podem ser braços do delta do Orinoco; no de Cantino (1502), de origem portuguesa, vemos a inscrição *todo este mar é de agua doce* na foz do *Rio grande*, que veremos designa o Orinoco, e em vários outros chama-se *mar doce* ao estuário do Amazonas.

A data consignada no planisfério de La Cosa confere-lhe excepcional importância na discussão das primeiras descobertas espanholas. E' corrente afirmar-se que o cartógrafo biscaínho aproveitou, na confecção do seu trabalho, elementos colhidos de Pinzon em 1500. Contra esta opinião nos insurgimos categóricamente, apoiados no melhor dos argumentos: a total ausência das denominações impostas pelo navegador e constantes das suas capitulações de 1501. Se La Cosa tivesse examinado as *cartas de marear* trazidas da expedição para compôr com elas seu traçado, adoptaria as denominações apontadas e não as substituíria por outras. Ora faltam *Santa Maria de la Consolacion, Rostro Hermoso, Marina tubalo* e *Santa Maria del mar dulce;* falta igualmente o cabo *S. Vicente*, se é que êste provém da mesma origem. E' verdade que o mapa está dilacerado num ponto da costa, mas nesse pequenino espaço não estão visívelmente concentradas as descobertas de Pinzon.

Os que juram pela contribuïção de Pinzon inferem-na duma inscrição no extrêmo oriental do continente americano. Aí, onde geralmente se crê estar figurado o cabo de S. Agostinho ou o de S. Roque, lê-se o seguinte:

> *Este cavo se descubrio en ano de*
> *mil y IIII X C I X por Castella*
> *syendo descubridor Vicentiañs;*

mas fàcilmente se prova que estas palavras são posteriores a 1500.

Vicente Yañez regressou a Espanha no último dia de setembro de 1500, quando La Cosa estava em preparativos da viagem que iniciou com Rodrigo de Bastidas em dia indeterminado de outubro ([251]). Então já deveria estar concluído o planisfério, e admitindo que os dois pilotos confabulassem ([252]), não teriam tempo para a comunicação das cartas de marear em que vinham registadas as descobertas. Assim se explica a ausência total no mapa da nomenclatura do capitão castelhano; assim sucede que o cabo não tem a invocação de *Santa Maria de la Consolacion*, adoptada pelo seu descobridor. E' anónimo, e logo a seguir começam os nomes variados e abundantes; ora se Pinzon tivesse intervindo na inscrição, com certeza mencionaria a invocação da Virgem Santa, que tinha viva na

---

([249]) *The discovery of North America*, pág. 680.

([250]) Na Charta marina de Waldseemuller se lê pela primeira vez *Marinatambal*. J. Fischer e F. Wieser derivam esta legenda da narração de Martir contada nos *Paesi nouamente ritrouati* de Montalboddo (1507), o que é confirmado pela gravura anexa do *popossum* ou *Chironectes variegatus* de que falam longamente os *Paesi*.

([251]) *Apêndice C.*

([252]) Do depoïmento suspeito de Arias Perez, sobrinho de Pinzon, assim se depreende *(Apêndice B*, resposta à 6.ª pregunta do fiscal). Esta testemunha é de tôdas a mais mentirosa.

memória quando depôs nas *Probanzas* treze anos mais tarde. Achamo-nos portanto em presença de um acrescentamento posterior, o que aliás é sugerido pela letra e por ser o único descobrimento cujo autor e data são citados ([253]).

O nome de *Santa Maria* encontra-se no mapa apenas num cabo e num gôlfo situado muito mais ao norte. O Barão do Rio Branco, ocupando-se da viagem de Pinzon ([254]), afirma com decisão que êste gôlfo de S. Maria *(G de Sa Mya)* é o rio grande achado pelo ousado capitão e identifica-o arbitràriamente com o Amazonas; reíncidindo na velha opinião de Varnhagen, muito espalhada entre os historiadores. Tanto nos parece aceitável o primeiro quanto erróneo o segundo dos dois assertos; e em qualquer caso o nome aposto não resultou de indicação do navegador. No têrmo das capitulações de 1501 está escrito *rio grande que llamastes Santa Maria del mar dulce;* ora no mapa falta o apelativo essencial *mar dulce*, e demais um gôlfo não é o mesmo que um rio, embora possa ser o desaguadouro dêle. E' pois de presumir que a denominação do gôlfo, podendo derivar de Pinzon por ser a única descoberta importante da viagem de 1500, fôsse transmitida ao autor do traçado por via travessa.

Quanto à identificação com o Amazonas, o único argumento em que a fundam os seus partidários é a pretensa descoberta do magestoso rio em 1500 por Pinzon. Demonstramos atrás que ela pertence ao número das falsidades arquivadas como verdades nos livros de história, e aqui vamos confirmá-lo, provando que o mapa de La Cosa não autoriza tal suposição.

Da primeira vez que nos ocupâmos dêste documento, a propósito da viagem de Hojeda, *sustentâmos que o rio de la posision não é o Orinoco, mas um dos muitos defluentes do seu braço* principal. Será porventura o *Caño de Vagre* que fórma com os de Mañamo e Pedernales um modesto *mar de agua dulce;* ao mesmo delta do Orinoco se ligam o *rio del obpo* e o de *holgança*. Vamos enumerar aqui as razões invocadas em favor da nossa tese.

A primeira é que, se o primeiro dos rios citados fôr o Orinoco, faltam no planisfério os muitos e importantes *Caños* que precedem a foz, a Bôca grande ou de Navios. Falta o delta todo, o que é perfeitamente inexplicável.

A segunda consiste em que o Orinoco tem um largo estuário de perto de 90 quilómetros (se o tomarmos desde a ilha Aragua à Ponta Sabaneta), o qual está crivado de ilhas, algumas bem grandes. Estas ilhas estão totalmente ausentes da foz do *rio de la posision*.

A terceira é a latitude de 12° boreais dêste rio, alta de mais para representar o Orinoco que é de 8°30', jamais quando a tendência dos cartógrafos até muito tarde era dar latitudes excessivamente meridionais ([255]).

A quarta é a ausência de qualquer indicação de montanhas desde o *rio de la posision* até o *golfo de S. Maria*, quando elas aparecem ao sul do Orinoco, antes mesmo do Essequibo, e perto do Oyapoc. Caetano da Silva ([256]) faz grande alarde da palavra *motes* (mõtes) que se vê na reprodução de Jomard; mas na crómolitografia de Cannova y Vallejo lemos *motas*, montículos de terra ou de areia ([257]).

A quinta está na omissão dos muitos e grandes rios que correm para a costa entre o Orinoco e o Amazonas, e que deveriam estar inscritos entre o *rio de la posision* e o *gôlfo de S. Maria*, se estes correspondem àqueles. Só aparecem em La Cosa o *rio del obpo* e o *de holgança*, sendo que o primeiro parece desaguar na mesma baía que o *de posision*. O maior dêles, a 40 léguas da *Bôca de Navios*, é o Essequibo, com 20 quilómetros de foz crivada de ilhas, que deveria ser representado pelo *rio de holgança;* mas êste é figurado com pequena bôca e não inclui nenhuma formação insular, além de que no Essequibo não é sensível o *mar dulce* inscrito ao largo do rio pelo cartógrafo. ¿E onde

([253]) Notemos mais que está errada a data da descoberta, realizada em 1500 e não em 1499. D'Avezac pretende explicar a divergência pelo antigo hábito de dar comêço ao ano civil em março, de modo que um facto passado nos primeiros meses do ano histórico de 1500 pertencia ao civil de 1499 *(Les voyages d'Améric Vespuce*, pág. 43), mas êste estilo florentino estava fóra de uso em Espanha, consoante atestam numerosos documentos da época, tanto oficiais como particulares. Mais rasoável é admitir que foi inscrito o ano de 1499 por ter nêle começado a viagem.

([254]) *Second mémoire*, pág. 32.

([255]) Humboldt. *Examen critique*, tômo V, pág. 59; Caetano da Silva, op. cit., § 2470.

([256]) Op. cit., § 2567 e 2568.

([257]) Conferir, quási no extrêmo sul, *motas arenosas*. Pouco a sul de Bôca de Navios, na altura da baía de Waini ou Guayma, assinalam-se aos navegantes três montes chamados *los tres Mogoles* (Veja-se a carta de Heather e Norie citada na nota 16 e o *Atlas* de Codazzi da nota 184). No mapa de La Cosa, a seguir a *rio de la posision* está inscrito *tres hermanos*, mas nada autorisa a supôr que são três montes, podendo perfeitamente ser três ilhéos.

estão tantos outros cursos d'água importantes, o Corentine, o Berbice, o Maroni, o Oyapoc e outros muitos que os pilotos espanhois seguramente viram, e não se esqueceriam de inscrever em suas cartas de marear?

Finalmente, os rumos indicados do litoral estão erradissimos, mais que é de esperar de um traçado necessáriamente imperfeito, se o *rio de la posision* e o *gôlfo de S. Maria* são o Orinoco e o Amazonas. Entre êstes dois rios, a costa tem diversas inflexões que variam entre o nornoroeste e o susudoeste; ora no mapa ela tem um rumo uniforme entre o sueste e o susudoeste.

Se o *rio de la posision*, longe de ser o tronco do Orinoco, é um dos primeiros braços dêle, não póde êsse grande rio estar figurado senão no *golfo de S. Maria*, quer lhe juntemos, quer não, a vasta embocadura anónima que se lhe segue. São admissíveis as duas hipóteses, na primeira das quais o Essequibo deveria estar representado na parte dilacerada do mapa, sendo na segunda a embocadura anónima. A presença dessas duas grandes bôcas bastante próximas é uma das características das cartas antigas, e tem dado lugar a confusões de seus analistas.

À nossa interpretação do gôlfo se podem contrapôr duas objecções. Reside a primeira na ausência do qualificativo *mar dulce*, presente em rios somenos, e a segunda na posição eqüatorial em que o gôlfo está figurado, já que a foz do Orinoco se afasta 8º,5 da linha. A falta de inscrição é um argumento negativo insuficiente; ela é explicável talvez por não ser todo o traçado devido à mesma pena. Julgamos certo ter La Cosa escrito *mar de agua dulce* no *rio de la posision*, mas recusamo-nos a atribuír a mesma origem à costa que se segue, bem como às palavras *mar dulce* que se leem muito ao largo do *rio de holgança*. E' evidente, no entanto, que, se a ausência serve para rejeitar a nossa interpretação, *à fortiori* invalida a que vê no gôlfo o desaguadouro do Amazonas. A exclusão baseada neste motivo deixa o traçado fóra de qualquer explicação possível.

A circunstância do eqüador cortar a foz do rio, que supomos representar o Orinoco, não é, por outro lado, razão bastante em contrário, uma vez que os primeiros cartógrafos sabidamente davam aos lugares intertropicais posições demasiado meridionais. Enciso, escrevendo dezassete anos depois de feito o planisfério do pilôto biscaínho, dava aos seus rios *Marañon* e *Mar dulce* as latitudes de 7º,5 e 6º,5 austrais ([258]); ora se o *Mar dulce* é o Amazonas, conforme todos acreditam, isto redunda no considerável êrro de 6º5'. Se tal acontece numa época em que os pilotos castelhanos já tinham imitado dos portugueses a prática das alturas solares meridianas, não é muito admitir êrros consideráveis quando os processos d'observação eram rudimentares. La Cosa não viu em 1499 a foz do Orinoco, que só no ano subseqüente foi visitado por Pinzon e Diego de Lepe; e os pilotos que acompanharam estes exploradores não eram peritos na sua arte como o biscaínho, reputado naquele tempo o primeiro de Castela. Todavia êle cometeu na colocação de pontos da costa de Venezuela êrros de 6º, tendo à vista a estrêla do norte que servia para achar as alturas do pólo; não admira pois que os seus colegas, menos experientes, as inscrevessem nas cartas de marear com êrros ainda maiores.

O que não é crível, por além de tôda a plausibilidade, é que estes astrónomos amadores de baixa categoria determinassem a latitude do rio quási com perfeita exactidão e que o planisfério, por esta única vez, fôsse modêlo de precisão. ¡Pois a esta singular conclusão conduz a coïncidência da foz do Amazonas com o *golfo de S. Maria!* A Ponta Grossa, que se póde considerar o limite dêle, tem efectivamente, com diferença de alguns minutos, a posição do extrêmo norte do gôlfo, no qual estão as palavras *el macareo*.

O Barão do Rio Branco, do mesmo modo que diversos autores, pretende autorizar sua opinião com esta inscrição, que julga relativa ao macaréo (ou pórórôca), experimentado por Pinzon em 1500. A menção do macaréo, ausente na narrativa de Martir, escrita meses depois do regresso do navegador, só aparece em Las Casas e em Herrera, seu plagiário; mas o bispo extraíu a novidade do depoïmento de Anton Fernandez Colmenero, prestado em 1515 ([259]). Estamos pois reduzidos à declaração dêste marinheiro, que deve ter acompanhado Pinzon, sendo o único que se refere ao naufrágio; mas dela não consta que o rio onde se observa o fenómeno fôsse o *Marañon*, como em 1515 chamavam ao Amazonas, podendo perfeitamente ter-se dado no *rio grande*, que é o Orinoco, ou ainda num dos

([258]) Op. cit., fol. 67 verso.

([259]) *Apêndice B*, resposta à 7.ª pregunta do fiscal. Colmenero não dá nome ao fenómeno, ao que parece desconhecido dos marinheiros espanhóis. Os portugueses já o conheciam da exploração da costa africana no tempo do infante D. Henrique (Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis*, a pág. 90 da edição de 1905).

braços do seu delta ([260]). Sabe-se que êle não é privativo do Amazonas, e temos disso uma excelente prova no nome de *Caño del Macareo*, pelo qual é conhecido de remotissimos tempos ([261]) um dos braços do delta do Orinoco, que desagúa em face da ilha da Trindade. E por fim não sabemos porque o fenómeno tenha sido registado apenas por Pinzon, êle estava na alçada de Diego de Lepe e de quantos desconhecidos aí passaram antes de ter sido feito o traçado desta parte do mapa.

Não. O *Amazonas não figura no precioso monumento cartográfico de 1500, nem podia figurar*, porque só foi descoberto alguns anos mais tarde. A faxa que desce de Pária (cujo nome aliás é omitido) até o gôlfo de S. Maria é a parte da costa da Venezuela oriental limitada pela foz do Orinoco, e a que se segue até o *cavo* descoberto por Castela representa uma porção do litoral das Guyanas que atinge, quando muito, o cabo de Orange. O litoral, que até agora se imaginava representar no planisfério de La Cosa o nordeste da América meridional, é mais modestamente o ângulo obtuso que vem do delta do Orinoco até o Oyapoc, com o vértice aí pelos limites das Guyanas inglêsa e holandêsa.

Esta interpretação, contrária às noções correntes, é conseqüência lógica da exclusão do Amazonas. Ela supõe extraordinário exagêro nas dimensões da costa e êrros consideráveis nas latitudes, dadas como austrais quando são francamente boreais, mas estes desvios da verdade são compatíveis com a grosseira confecção das cartas de marear de pilotos pouco destros, com o alongamento costumeiro dos trajectos percorridos, com o estado rudimentar das observações astronómicas dos castelhanos e finalmente com o imperfeito traçado do mapa. Quando vemos La Cosa errar 10º na latitude de Cuba, conhecida há 7 ou 8 anos pelos seus conterrâneos, não nos póde surpreender um desvio de 7.º ou 8.º na do Orinoco, através das observações de pilotos inferiores.

De resto, esta parte do mapa-mundi que consigna descobertas posteriores à de Hojeda não é provávelmente do primitivo desenhador. La Cosa só teve efectivamente ao seu alcance (além de informes porventura recebidos de navegantes clandestinos ou desconhecidos) os de Niño com Guerra, os de Hojeda de quem foi pilôto, e possívelmente os de Pinzon e Diego de Lepe.

A viagem dos primeiros, que se dirigiram directamente a Pária, nada podia adiantar a respeito de terras situadas ao sul, e parece não ter influído no mapa quanto às do poente. E' como se tivesse sido ignorada pelo biscaínho. Da sua própria expedição não colheu êle dados que lhe permitissem sequer o traçado até o Orinoco, quanto mais além de êste rio. Vimos já que Pinzon, por sua vez, não lhe transmitiu novas dos seus descobrimentos, e só podemos admitir que êles estejam representados no mapa se houve colaboração de mão estranha. Resta considerar as informações provenientes de Diego de Lepe, de quem Caetano da Silva resolutamente acusa a intervenção ([262]), com ressalvas singulares a favor de Pinzon.

Nada se sabe ao certo da primeira viagem dêste castelhano, iniciada talvez nos princípios de 1500 e terminada em mês incerto do mesmo ano. A narrativa de Navarrete ([263]) é inteiramente decalcada sôbre a de Las Casas, que por seu turno a extraíu das *Probanzas del fiscal*, única fonte de que se socorreu o eclesiástico, aliás sem discernimento. Quando tratarmos de Diego de Lepe mostraremos que o relato do bispo de Chiapa não merece crédito. Para Humboldt ([264]) e d'Avezac ([265]), seguidos por Caetano da Silva, o explorador regressou em junho; mas estes eruditos estavam convencidos de que o capitão fôra acompanhado por Allonso Vellez de Mendoza, o qual naquele mês parava em Espanha. Navarrete e Harrisse, mais circunspectos, não determinam a época do regresso e só creem que êle precede novembro de 1500, mês em que uma provisão régia acusa a presença do navegador em Espanha. Ignoramos portanto se êle pôde informar La Cosa dos resultados da sua viagem, ou melhor, se estes foram consignados pelo pilôto biscaínho no seu trabalho.

O fiscal da corôa de Castela, ou quem quer que formulou o interrogatório exarado nas *Probanzas*, ao tratar de Pinzon e de Diego de Lepe, atribui ao primeiro a prioridade da descoberta das terras que vêm de Pária até o cabo de S. Agostinho (?), concedendo ao segundo apenas a dum trecho

([260]) A *pórórόca* é um fenómeno violento de mais para merecer apenas o comentário de Colmenero; ela seria suficiente para afundar as ligeiras caravelas castelhanas.

([261]) Já na carta de Walter Raleigh (1595?) se lê *Macareo* num dos braços do delta; e bem assim na de Theodore de Bry (1599). As duas cartas estão insertas no *Atlas of the Venezuelan Boundary Commission*, 1897-98.

([262]) Op cit., § 2571.

([263]) Op. cit., tômo III, pág. 23.

([264]) Op. cit., tômo IV, pág. 295.

([265]) *Les voyages d'Améric Vespuce*, pág. 105 e 107.

da costa ao sul dêste cabo, já pertencente a Portugal. Mas o interrogatório, inspirado no propósito de diminuír o grande almirante e exalçar *los Pinzones*, tem o cunho manifesto de parcialidade e Diego de Lepe, cuja morte o impediu de testemunhar no pleito, não podia protestar contra seus têrmos capciosos e injustos; além disso, tanto um como outro navegador fizeram diversas visitas àquelas regiões, misturando-se as descobertas por êles realizadas.

Depreende-se das *Probanzas* que Diego de Lepe, na sua primeira expedição, partiu depois de Pinzon, talvez mês e meio ou dois meses, e lhe seguiu na esteira, não se sabendo se aportou ao continente americano mais ao sul do que seu rival e sendo possível que tornasse a Espanha primeiro. Tudo nos leva a crer que Pinzon em 1500 não passou das Guyanas, e portanto que Diego de Lepe se não afastaria delas, sendo certo (como mostraremos) que só depois daquele ano esteve no *Marañon*. Seria pois admissível que lhe pertencesse a nomenclatura registada por La Cosa, se contra tal suposição não se levantassem duas objecções atendíveis.

A primeira é que no mapa não aparece nenhuma das denominações ao certo impostas por Diego de Lepe e constantes das *Probanzas*. Procurando nos muito pesquisados autos ([266]), só encontramos *punta del este, rostro Hermoso, baía ou rio de S. Julian, rio de S. Catalina* e *Marañon;* ora nenhum dêles está inscrito no planisfério. Estes nomes (dos quais o segundo é um engano ou mentira da testemunha, pois pertence a Pinzon) podiam ter sido dados em outras viagens, e veremos efectivamente que o pilôto de Palos de Moguer fêz mais três ou quatro; contudo é de reparar que nenhum pertença a 1500, se a êste ano temos de referir o trabalho de La Cosa.

A segunda provém das denominações de *Santa Maria*, afectando no planisfério um cabo e um gôlfo, separados por sensível extensão de costa. Pinzon aproou à América em 26 de janeiro e pôde festejar Nossa Senhora, a primeira vez na Purificação, em 2 de fevereiro, e a segunda na Anunciação, em 25 de março; a festa imediata da Virgem é a Visitação, em 2 de julho, data em que o navegador já pairava pela Hispaniola, conforme consta da versão de Trevisan. Ignoramos se o *cabo de S. Maria* lhe deve o nome, mas êle podia tê-lo atingido a 2 de fevereiro; quanto ao *golfo de S. Maria*, admitindo que corresponde a *S. Maria del mar dulce* do têrmo de 1501, é muito natural que o ousado espanhol descobrisse o rio em 25 de março, como quere Harrisse ([267]). As duas invocações de *Santa Maria* ficam explicadas, se são ambas de Pinzon, mas não acontece o mesmo se as quisermos atribuír a Diego de Lepe. Êste navegador partiu algum tempo depois do seu rival, e depreende-se do interrogatório do fiscal e das respostas que não arribou ao continente primeiro que êle ([268]). Segue-se que o fêz em data posterior a 2 de fevereiro; ora os primeiros dias santos consagrados à Virgem eram a Anunciação e a Visitação, separadas pelo intervalo de 98 dias. Se o cabo de S. Maria foi baptizado a 25 de março, o gôlfo deveria tê-lo sido em 2 de julho, mas o tempo que medeia entre as duas descobertas é grande de mais para tornar viável a suposição, tanto mais que é necessário admitir a coïncidência de ter sido avistado o *rio grande* por Diego de Lepe em dia dedicado a Santa Maria, como o foi por Pinzon.

Assim, por um lado, a nomenclatura não foi ditada a La Cosa por Pinzon, já que faltam os nomes sabidamente de sua autoria; e, por outro lado, há dificuldade em explicá-la, se é devida a Diego de Lepe. Não sendo aceitável a hipótese de ela pertencer tôda a navegações ignoradas e anteriores a outubro de 1500, somos forçados a concluír que não é de La Cosa o traçado de parte da costa nordeste da América meridional até o *cavo* cuja descoberta é reportada a Vicente Yañez. Deve ser uma adição ulterior, introduzida antes do fim de 1502, no qual Bastidas e La Cosa voltaram da sua viagem, de cujos resultados não há notícia no planisfério. Julgamos que nêle estão representadas, indistintamente, as descobertas de Pinzon em 1500, de Diego de Lepe em 1500 e 1501 e possívelmente de qualquer outro desconhecido.

Há uma particularidade notável no mapa que mostra à evidência ter sido o mapa acrescentado: referimo-nos ao traçado da costa que está adiante do *cavo* de Vicente Yañez, inteiramente despida de nomes. Ela encurva-se primeiro no rumo aproximado de sueste até um promontório que é o ponto extrêmo oriental, depois retrocede para sudoeste, em seguida parte em longo contôrno irregular no sentido do oeste para terminar novamente pelo de sudoeste. Neste traçado (para alguns de fantasia) está acusado o desvio para sudoeste do litoral brasileiro que começa um pouco antes do cabo de S. Agostinho, sendo de presumir que êste seja o promontório; está também delineada, embora grossei-

....

([266]) *Apêndice B*, 8.ª pregunta do fiscal.
([267]) *The diplomatic story of America*, pág. 113.
([268]) Veja-se a secção do estudo sôbre Diego de Lepe, intitulada *A descoberta do Amazonas*.

ramente e com grande exagêro, a reïntrância da costa. Ora em 1500 não poderia haver em Espanha a menor ideia do desvio, e menos ainda da reïntrância.

Que estas terras pouco conhecidas não foram exploradas por espanhois, temo-lo por seguro, aliás surgiriam no mapa as denominações; não podendo justificar-se pelo tratado de Tordesilhas o silêncio do mapa, pois há nêle uma parte compreendida nos domínios espanhois que está liberta de designações. Humboldt pretende ter Diego de Lepe observado em 1500 que para lá do cabo de S. Agostinho a costa do Brasil continua na direcção do sudoeste ([269]); mas as *Probanzas*, a que se apega, não justificam tal parecer. O fiscal afirma, sem contradita das testemunhas, que aquele navegador foi mais além de Pinzon, para o *meio dia ó el sur* do cabo; o que entendido largamente tanto significa o sudoeste, como o sueste, como o mesmo sul. Humboldt adoptou o primeiro dêstes rumos por ser o verdadeiro, convencido de que Diego de Lepe esteve em 1500 em S. Agostinho; mas cumpre notar que nem o fiscal, nem o próprio Pinzon conheciam em 1513, quanto mais em 1500, a verdadeira posição dêste ponto. Em 1515 êle era o objecto de solícitas investigações da corôa de Castela, não se tendo encontrado um único pilôto espanhol que o tivesse visitado.

O promontório é atravessado por um grosso traço colorido ao longo do mapa, ao fim do qual se lê a inscrição *liña meridional*. Estas palavras provávelmente são eqüivalentes de meridiano, e o realce que lhe dá o cartógrafo supõe um meridiano especialmente importante, a linha de demarcação entre Castela e Portugal, definida em Tordesilhas. Esta linha está todavia traçada com grande inexactidão, porque passa a pequena distância do arquipélago de Cabo Verde, quando deveria estar afastada dêle 370 léguas, e isto só póde provar que ela não é do punho de La Cosa e foi riscada depois de concluído o mapa. Ao tempo em que foi desenhada esta parte do traçado, já se sabia portanto da existência dum cabo no extrêmo oriental, a partir do qual a costa se deflectia para sudoeste e já se calculava que êle estava situado no domínio português. Tudo isto porém só data de 1501, ou melhor de 1502, e era ignorado em Espanha e talvez mesmo no reino vizinho, como vamos expôr.

A viagem de Gaspar de Lemos que costeou desde Porto Seguro, a actual Bahia Cabrália, até um têrmo desconhecido ao norte ([270]), tornou conhecido em Portugal o rumo susudoeste da costa do Brasil, mas não ligou a descoberta de Cabral com as dos espanhois, deixando certamente por explorar entre elas uma enorme extensão de litoral. A esquadrilha de João da Nova, que em abril de 1501 tocou no Brasil para refrêsco ([271]), também se demorou pouco na visita e não deveria ter ultrapassado o cabo de S. Roque para o norte. A expedição mandada nesse mesmo ano de 1501 a descobrir as terras de Santa Cruz, porventura mercante, foi a primeira a iniciar uma exploração regular, tendo regressado em julho de 1502 ([272]), só então presumimos se firmaram em Portugal noções mais exactas sôbre o Brasil. Quanto à terceira navegação de Vespúcio, realizada entre maio de 1501 e setembro de 1502, supomos que ela coincidiu com a anteriormente citada, e é muito plausível que do florentino partisse para Espanha a primeira indicação do cabo de S. Agostinho, conhecido oficialmente pelos portugueses como cabo de S. Cruz e abertamente reivindicado para o rei de Portugal. A configuração da costa brasileira só depois de 1502 foi conhecida até a reïntrância que ela faz a partir de 23° (cabo Frio). Inclinamo-nos a ver no esbôço de La Cosa um reflexo da expedição de 1501. Neste ano já se pensava em Portugal na existência de um vasto continente abrangendo as terras de Côrte-Real e as de Santa Cruz, e é esta concepção portuguesa que vemos figurada.

As considerações expendidas autorisam-nos formalmente a assegurar que o planisfério foi acrescentado depois de ultimado em 1500. O segundo cartógrafo espanhol, qualquer que êle fôsse, representou as descobertas dos seus compatricios até um certo *cavo* sem nome, que presumimos não estar longe do cabo Orange; fê-lo com grande incorrecção, dando a êste a latitude excessiva de 10° austrais. Figurou o cabo de S. Agostinho ou de S. Cruz, sem o nomear e com a latitude muito errónea de 21°, quando deveria atribuír-lhe 8°; e entre o *cavo* e o promontório extrêmo desenhou uma costa desconhecida com a direcção sensívelmente de sueste-noroeste. E' neste trecho que êle representaria o Amazonas, se sonhasse com o prodigioso rio.

([269]) *Examen critique*, tômo I, págs. 315 e 222.

([270]) Depreende-se da narração suspeita de Gaspar Correia *(Lendas da India*, pág. 152) que tocou no cabo de S. Agostinho. Ayres do Casal inclina-se a crer que Lemos foi até o cabo de S. Roque *(Corografia Brazilica*, pág. 36).

([271]) Veja-se a *Carta de el-rei D. Manuel ao rei catholico*, impressa em 1505, em italiano, por João de Besicken *(Centenario da descoberta da America, Memorias da commissão portuguesa*, 1892). A autenticidade do documento é contestável, mas o mapa de Cantino corrobora a passagem de João da Nova pelo cabo.

([272]) Veja-se a carta de Pasqualigo ao senado de Veneza, de 12 de outubro de 1502, *apud* Berchet, *Fonti italiane per la storia della scoperta del Nuevo Mondo*, tômo I, pág. 91.

Fragmento, abrangendo a América, do planisfério português manuscrito chamado de Cantino (1502)
(existente na Biblioteca Estense, de Modena)

OS MAPAS DE CANTINO E DA BIBLIOTECA OLIVERIANA, A CARTA DE MARTIR E OS PORTULANOS DE EGERTON 2803

XAMINAREMOS agora os vestígios das descobertas de Pinzon em algumas cartas mais antigas e principiaremos por um monumento cartográfico consecutivo ao de La Cosa, o planisfério de Cantino, cuja data é de 1502. Alberto Cantino era por aquele tempo o agente na côrte del-rei D. Manuel do duque de Ferrara, Hercules d'Este, o qual muito se interessava pelas descobertas dos dois povos ibéricos. A pedido de seu amo, fêz executar em Lisboa por um artista português ([273]) um magnifico mapa-mundi, no qual eram figuradas as terras, até então conhecidas, das Índias ocidentais e orientais. Harrisse, que o revelou aos estudiosos e fêz reproduzir a parte americana ([274]), consagrou-lhe estudo atento e sagaz, cujas linhas gerais ainda se pódem hoje aceitar.

Sabe-se, por carta de Cantino ainda existente e escrita de Roma a 19 de novembro de 1502 ([275]), que êle tinha deixado o mapa algum tempo antes em Génova, donde o levaram ao duque, e esta circunstância permite fixar aproximadamente a data da terminação do valioso trabalho, que não póde ir além dos fins de outubro. Nêle já figura a ilha da Ascenção, descoberta em 13 de maio por João da Nova, que regressou da Índia em 11 ou 13 de setembro de 1502, e não é êsse o único sinal de que foram aproveitadas as indicações dêste nauta. Do mesmo modo nos convencemos de que estão representados no mapa resultados da expedição mandada ao Brasil em 1501, a que se refere uma carta de Pasqualigo ([276]), e que temos razões para supôr coíncidente com a da terceira navegação de Vespúcio.

Sendo o mapa posterior de dois anos às viagens de Hojeda, Pinzon e Diego de Lepe, é de esperar que os seus resultados, certamente conhecidos em Portugal, estivessem indicados no protótipo português donde êle foi copiado.

Efectivamente aí vamos encontrar *Pária*, o *golfo de las perlas*, as ilhas *de los canibales*, nomes ausentes em La Cosa, e partindo de Pária para o ocidente, uma série de denominações devidas a Hojeda, que no continente termina em *boacoya*, evidentemente por *Cuquibacoa*, adiante do qual está uma imaginária ilha *Tamarique, ilha Riqua* ([277]). Em *boacoya*, onde está desenhada uma bandeira castelhana, a linha costeira cessa bruscamente, indicando que daí em diante nada se sabia dela; efectivamente os achados posteriores de Bastidas e La Cosa só foram conhecidos em Espanha em setembro de 1502, e não puderam servir a Cantino. A nomenclatura do litoral de Venezuela é diversa da de La Cosa, o que levou Harrisse à hipótese da colaboração de Vespúcio, companheiro do biscaínho, na carta donde foi copiada a de Cantino ([278]). Mas, se o planisfério atribuído a La Cosa é uma cópia alterada, se no autógrafo figuravam nomes omissos na cópia, a hipótese de Harrisse não é necessária. E' pouco crível que fôssem introduzidas modificações nos protótipos portugueses, por indicações do florentino, vindo de Espanha provávelmente por instâncias de um mercador compatrício para seguir numa viagem que não tivesse talvez caracter oficial. Além disso, a presença da *ilha Riqua*, que nunca existiu no lugar assinalado, torna pouco provável que a nomenclatura de Cantino reproduza a de quem estivera naquelas paragens, e fazem supô-la havida em segunda ou terceira mão.

Caminhando para o oriente de Pária, vemos uma costa a princípio com o rumo de sudoeste, depois de este-quarta de nordeste até o *marco dantre Castella e Portuguall*, que vem a ser a linha de demarcação estipulada em Tordesilhas ([279]). Dêste extrêmo do litoral, em que termina o domínio espanhol e está na latitude cêrca de 6° boreais, parte com o rumo de sudoeste uma linha direita que corta o eqüador e prossegue até o *Cabo de S. Jorge*, situado pouco mais ou menos por 7° austrais. Não há dúvida de que este trôço de costa está desenhado convencionalmente e indica uma região inteiramente desconhecida dos portugueses em 1502.

([273]) Para Harrisse *(Les Corte Real*, 1883, pág. 74) o artista que executou o mapa é provávelmente o mesmo que lhe juntou os nomes e legendas; todavia supõe-no italiano, quando todos os nomes e legendas estão em português genuíno da época, quer na América, quer na África e Índia.

([274]) Na obra citada. Servimo-nos também da reprodução fotográfica de Stevenson, *Maps illustrating early discoveries and exploration in America*, 1903-06.

([275]) Berchet, op. cit., pág. 153.

([276]) Berchet, op. cit., pág. 51.

([277]) *Isla Rica* era o nome da de Cubagua, perto da Margarita (Oviedo, op. cit., livro XXI, cap. I).

([278]) *The discovery of North America*; pág. 332-334.

([279]) Êste *marco* está colocado exactamente a 370 léguas da ilha de S. Antão de Cabo Verde, contadas no seu paralelo, e não a 480, como traz Harrisse *(Les Corte Real*, a pág. 86, nota). Esta distância abrange, efectivamente, 30 divisões e 5/6 da escala reproduzida quatro vezes no mapa, e cada divisão é de 12 léguas. Confirma-o a distância do trópico ao eqüador, que é sensívelmente de 34,5 divisões ou 414 léguas; ora ela eqüivalia na época a 23°33′ ou 412 léguas, no cômputo português de 17,5 ao grau. Harrisse engana-se quando diz ser a divisão da escala igual a um grau de longitude no paralelo de 45° (op. cit., pág. 75).

No *Cabo de S. Jorge*, nome plausívelmente devido a João da Nova em 1501, começa o litoral descoberto pelos portugueses, que toma o rumo norte-sul até o *Porto Seguro* de Álvares Cabral, e depois se inclina para sul-quarta de sudoeste até o *Cabo de S. Marta*, em latitude aproximada de 26°. Êste ponto representa o limite da região portuguesa conhecida então; daqui em diante a costa inflecte-se em sentido sueste muito diverso do real, e está figurada convencionalmente.

Na parte espanhola do traçado, ao sul do gôlfo de *las Perlas*, nota-se o *Cabo Deseado* e a seguir um curso fluvial de grande bôca, sem nome e sem ilhas visíveis, pois que os sinais nela anotados representam baixios, bem como os situados ao longo da costa. Bastante mais adiante está o *Rio grande*, com várias ilhas na foz muito ampla; tendo a inscrição suplementar *todo este mar he de agua doçe*, e quási no extrêmo, marcado com os leões de Castela, corre outro rio com vasto estuário e diversas ilhas, lendo-se ao lado *canibales* e *golfo fremosso*.

Passando a ocupar-nos da interpretação de tam escassas designações, onde o planisfério de La Cosa as traz abundantes, observamos que falta por completo a nomenclatura de Pinzon, do mesmo modo que na sua congénere. Não atinamos com a origem do *Cabo Deseado* e do *Golfo Fremosso*, que talvez venham de Diego de Lepe. O protótipo português a que recorreu o artista de Cantino estava baseado em informações de proveniência espanhola mas diferentes das que serviram a La Cosa e ao seu corrector.

O *Rio grande* é sem dúvida o Orinoco, geralmente conhecido por esta designação, e corresponde ao *G de Sª mjª*. Harrisse que em 1883 se pronunciou por esta identificação, mudou posteriormente de parecer, pois diz em 1892 que é indubitávelmente o Amazonas ([280]), mas é lástima que se esquecesse de nos expôr os motivos de mudança tam radical. O rio adiante de *Cabo Deseado* não póde ser o Orinoco, não só por faltarem as numerosas ilhas de que está crivada a sua vastissima foz, mas por causa da sua proximidade da ilha da Trindade; demais é inacreditável que os espanhois deixassem sem nome algum o volumoso rio, que a algumas léguas dentro do mar lhe torna doces as águas salgadas. Se o *Rio grande* fôsse o Amazonas, êste fenómeno, que tanto impressionou os exploradores, deveria ser mencionado duas vezes; além disto, circunstância de pêso, não estão representadas as duas embocaduras do rio brasileiro.

As latitudes de Cantino estão muito erradas na parte dos descobrimentos espanhois, bem como as de La Cosa; todavia a da ilha da Trindade, fixada nuns 11° boreais, está mais perto da verdade que os 14°,5 do biscaínho. O *Rio grande* dista 5° da ilha da Trindade, pois está em 6° boreais, e 13°,5 do *Cabo de S. Jorge* que é o de S. Agostinho, senão outro próximo e mais ao norte; o Orinoco dista realmente da ilha cêrca de 2°, e 17° do cabo. Mas o Amazonas está separado por 10°,5 da ilha e 8° do cabo; *não póde portanto confundir-se com o Rio grande*, em que as distâncias têm uma relação de grandeza inversa. Como se vê, a latitude dêste rio está puxada mais ao sul do que devia, estando o cabo português fixado com mais exactidão.

O *Golfo fremosso* deve ser o Essequibo, torrente caudalosa ao sul do Orinoco cujo largo desaguadouro abriga diversas ilhas, e cujas margens foram infestadas até muito tarde por Caribes ou *canibales*, de que ainda existem restos no interior. Se o *Rio grande* designasse a foz ocidental do Amazonas, só caberia *Golfo fremosso* à foz oriental, rio do Pará, que tem a mais larga foz existente ao sul; mas a isto se opõem a extensa porção de costa que os separa no mapa e não póde representar a ilha de Marajó, e o facto de no gôlfo não haver ilhas. Recusamo-nos a ver neste a foz do Mearim, no actual Maranhão, cuja latitude é de 2°,5 austrais e não de 6° boreais, tais como os traz o mapa na abertura do gôlfo.

Resumindo. Encontramos em Cantino, como em La Cosa, as mesmas duas vastas embocaduras nos lados de um grande ângulo obtuso que faz, *grosso modo*, a costa desde a ilha da Trindade até o cabo d'Orange (ou o de S. André, mais ao norte), mas com o rumo do segundo lado alterado e diversa posição dos grandes rios. Segundo o nosso modo de ver, estes são o Orinoco e o Essequibo, de maneira alguma o Amazonas, que foi descoberto depois da ultimação do planisfério e está compreendido na linha convencional que desce até o *Cabo de S. Jorge*.

([280]) *Les Corte Real*, pág. 78. *The descovery of North America*, pág. 318, nota 50.

Carta da 1.ª edição de 1511 das *Décadas* de Pedro Martir d'Anghiera

A carta conhecida como de Pedro Martir, por ter sido inserta em parte da edição das *Décadas* com uma explicação do autor, remonta a 1511 ([281]). Ela apenas traz no nordeste da América meridional as denominações *G. de paria, la tnidad, rº grande* e *c. de cruz.* A última é o cabo de S. Cruz, mais tarde designado por S. Agostinho; quanto ao *rº grande*, temos à escolha o Orinoco ou o Amazonas, que é a interpretação geralmente seguida. ¿Mas como explicar então que não esteja representado o primeiro rio, com uma enorme foz, conhecida em 1511 e que dera tanto na vista dos espanhois? Além disto, figura no litoral desde a ilha da Trindade até o *rº grande* uma linha contínua de baixíos, inexplicável se êste é o Amazonas, mas perfeitamente admissível se é o Orinoco, pois a costa alagadiça ao norte dêle está cercada de bancos de lôdo e areia. O rumo da costa, que é muito variável acima do Amazonas, é na carta sensívelmente o noroeste acima do *rº grande*, pondo de parte a ligeira encurvação. Nota-se que não figura o eqüivalente do *Golfo fremosso* de Cantino, a-pesar dêste mapa ser de 9 anos atrás; parece que o cartógrafo desconhecia a existência doutro curso fluvial importante ao sul do *Rio grande.*

O que principalmente incutiu a identificação do *rº grande* com o Amazonas e não com o Orinoco foi a proximidade de *c. de cruz*, onde a costa muda bruscamente de direcção; mas êste facto provém da ignorância dos espanhois quanto à verdadeira posição do cabo de S. Cruz e das latitudes estranhamente meridionais arbitradas às suas descobertas. Se Vespúcio na *Lettera* (1506 ou 1507) julgava o cabo em 8º, é certo que Martir em 1514 o colocava em 7º (confundindo aliás a região vizinha com a aurífera Ciamba, situada em Honduras); e em 1515 se fazia em Espanha um inquérito oficial sôbre S. Agostinho, no qual se apurou que nenhum dos pilotos consultados lá tinha tocado. As latitudes espanholas muito puxadas ao sul e a mais exacta do cabo português trouxeram como resultado a supressão nas cartas de uma grande parte da costa, ao tempo desconhecida, e a falsa ligação imediata das terras descobertas pelos dois povos. Isto mesmo vemos realizado nos documentos cartográficos de que nos vamos ocupar. O planisfério da Biblioteca Oliveriana, de Pesaro, é de origem com certeza posterior a 1502 ([282]), pois não só regista as descobertas de Bastidas e La Cosa, como o testemunha o *G. de urana* (Urabá) inscrito no lugar próprio, mas traz na costa do Brasil nomes da expedição portuguesa de 1501 a 1502, e ainda outras posteriores. O traçado da costa oriental de Venezuela, a partir do gôlfo de Pária, confirma o nosso ponto de vista. Aqui aparece o *rivo de la posision*, que já encontrámos em La Cosa, atribuíndo a designação a Hojeda; mas desta feita a sua pequenez, a ausência de larga embocadura e a posição imediata ao gôlfo não consentem hesitações é um dos *caños* mais setentrionais do Orinoco. Êste grande rio está figurado mais ao sul por uma vasta abertura sem nome, salpicada de ilhas, e pouco adiante está outra em idênticas condições; são as mesmas do mapa de Cantino. Quási logo a seguir, surgem denominações portuguesas pertencentes ao Brasil. O cartógrafo ligou pois estas terras de Santa Cruz às espanholas, suprimindo uma parte considerável do litoral onde está o Amazonas: êrro proveniente das falsas latitudes dos navegadores castelhanos.

Os portulanos ditos de Egerton-2803, de factura italiana, são acompanhados de um mapa-mundi e duma figura astronómica com tábuas cronológicas, em cuja explicação se toma para exemplo o ano de 1508. Daqui se conclui que não são anteriores a esta data, mas como indicam as descobertas de Pinzon e Dias de Solis ao norte de Honduras e a leste de Yucatan, realizadas em 1508-09, torna-se evidente que os portulanos são posteriores a êste último ano, em cujo mês de outubro tornaram os dois navegadores a Espanha. Duas delas representam a costa da América desde Honduras até o Brasil, ao sul de Porto Seguro e do Monte Paschoal ([283]). São bastante tôscos e a configuração das terras é imperfeita; as ilhas Cuba, Hispaniola *(isabal* por Isabela), Porto Rico *(S. Joane)* e Trindade *(rindat!)* assumem fórmas fantásticas. Não têm escalas de latitudes, e quanto a longitudes ter-se há ideia da sua inexactidão, notando que S. Antão de Cabo Verde *(S. Antonio)* ainda está a ocidente do cabo de S. Agostinho *(c. de s. augustino)*, quando êste dista da ilha 9º,5 para o oriente. As nomenclaturas espanhola e portuguesa estão estropiadas; no interior da costa norte de Venezuela e da fronteiriça à ilha da Trindade está a palavra *Antiglia*, que sempre foi empregada pelos portugueses para designar uma

o···o···o···o···o···o···o

([281]) Harrisse, op. cit., pág. 140.

([282]) Veja-se na publicação citada a nota 106. O seu autor, que se conforma com a hipótese inadmissível de se Nicolas Canério o autor do mapa de Cantino, cai no êrro de fixar a data do de Pesaro em 1501 a 1502.

([283]) São os designados por XV, fol. 8 *a* e XVII fol. *a* no Atlas citado na nota 18.

COSTA DA AMERICA DESDE

DE HONDURAS Á ILHA DA TRINDADE

HONDURAS ATÉ AO BRASIL

PORTULANOS DE EGERTON Nº 2803 (1510?)

DA ILHA DA TRINDADE ATÉ AO BRASIL

MAPA-MUNDI DO ATLAS DE PORTULANOS D'EGERTON 2803 (1510?)

NORDÉSTE DA AMÉRICA MERIDIONAL DESDE PÁRIA ATÉ O ESSEQUIBO

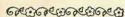
(EXTRACTO DA CARTA N.º 1801 DO ALMIRANTADO BRITÂNICO)

ou mais das actuais ilhas Antilhas e nunca aplicada ao continente (284). Se a execução material é cuidada, como diz Stevenson no ligeiro estudo que dêle faz, é certo que o documento tem pequeno valor cartográfico.

O facto característico da parte do traçado que vém do *golfo de Pária (colpho de parias)* até o cabo de S. Agostinho *(c. de s. augustino)* é a presença de uma grande abertura, *(colpho grande)*, tendo mais ao sul outra menor *(golfo de muchas basas)*, ainda assim mais pronunciada que a de qualquer outro rio; entre elas e no interior está a legenda *Terra Sanctæ Crucis*. São as duas embocaduras que se encontram nos mapas de La Cosa e Cantino, e ainda noutros subseqüentes. E' opinião prevalescente que na primeira se quere representar a foz do Amazonas, sendo talvez a segunda o Maranhão dos portugueses (285); todavia semelhante interpretação não resiste a um exame acurado.

Com efeito, a costa figurada, que, a partir do gôlfo de Pária, segue primeiro o rumo de leste, toma depois o de lessueste até o *colpho grande*, ao passo que a verdadeira direcção dela sofre até o Amazonas variadas inflexões, oscilando entre o leste e o sul. Se o gigantesco rio brasileiro é representado pelo *colpho grande*, falta na carta o Orinoco, pois é inadmissível que êste seja qualquer dos pequenos cursos d'água desenhados adiante do *colpho* de Pária (286). Além disso, o Amazonas tem duas embocaduras e o *colpho* tem só uma, e a configuração das suas margens é totalmente diversa da que na realidade se nos oferece. O interior do *colpho grande* foi visitado, como demonstra a quantidade de rios afluentes figurados e nomes, que traem, à vista do calendário, uma exploração de janeiro a março, com certeza posterior a 1500. Deviam pois os descobridores ter tomado conhecimento da grande ilha Marajó, se se trata do Amazonas. A ausência dela indica que o *colpho de muchas basas* não é o rio do Pará, nem aliás êste tem baixíos; e por igual motivo não póde também ser a baía do Maranhão ou Mearim, que é dividida em duas baías distintas pela ilha de S. Luís. O *colpho grande* deve ser o Orinoco, e o de *muchas basas* o Essequibo, em cuja entrada há bastantes baixios.

A inscrição *Terra Sanctæ Crucis*, indevidamente deslocada para o ocidente, não implica de facto que os dois gôlfos pertençam ao Brasil, da mesma sorte que a palavra *Antiglia*, colocada ao longo da costa do actual estado de Venezuela, não quere dizer que ela jamais fôsse conhecida sob esta designação. O cartógrafo sabia da existência das terras de Santa Cruz, cuja costa nos apresenta desde o *c. de s. augustino*, por 8º de latitude sul, até *asborosas*, por 19º; mas ligou-as erradamente com as descobertas pelos espanhois, suprimindo uma boa parte do litoral desconhecido.

Se *s. maria da colon* é *S. Maria de la Consolacion*, como atrás se aventou, a ligação fêz-se nesse cabo. A *s. maria*, que está logo a ocidente de *s. maria da colon*, assim o atesta, pois ela é uma das várias *S. Maria* portuguesas que registam os antigos mapas acima do cabo de S. Cruz ou S. Agostinho. No de Canério vem *s. maria de gracia* (N. Senhora da Graça) e *s. maria de rabida* (N. Senhora da Arrabida); no de Pilestrina *sta m datalaya* (N. Senhora da Atalaia); no de Kunstmann II *s. maria dagoodia* (¿N. Senhora da Guarda? ¿da Aguada? ¿da Agonia?); no de Vesconte di Maiollo (1527) *s. maria de goardia* (N. Senhora da Guarda). A ponta descoberta por Pinzon não é contudo S. Agostinho, a-pesar da sua latitude de 8º ser quási exacta, ou melhor, precisamente por causa desta grande aproximação. Não existe, além desta problemática coíncidência, nenhuma outra pertencente à nomenclatura de Pinzon, nem à conhecida de Diego de Lepe; e, facto a assinalar, falta o *Marañon*, o grande rio do espantoso estuário.

(284) No planisfério que acompanha os portulanos está *Antiglia* na costa da América meridional voltada ao Pacífico!

(285) Denucé, *The discovery of the north coast of South America according to an anonymous map in the British Museum, The Geographical Journal*, 2.º vol. de 1910. O autor, além de incorrer em bastantes êrros de facto, abalança-se a identificações bem extravagantes. Assim faz *mariatambal* de *S. Maria candelar*, que é simplesmente S. Maria da Candelaria, celebrada na Purificação, a 2 de fevereiro.

(286) Segundo Stevenson, no ligeiro estudo que faz dos portulanos, a foz do Orinoco, ou é o denteado a seguir ao *c. de s. vicentio* diante do qual estão inscritos dois nomes de *plaias* e não desemboca rio algum, ou então é o imediato em que desembocam dois riosinhos, entre os quais está uma *plaia*. O que leva a esta última interpretação é provávelmente o *monte de la trinidad*, sabido que para o sul do *Caño de Vagre* não há montanha alguma senão do Orinoco em diante. Mas do mesmo modo que o *colpho de parias* está inscrito no continente, devendo estar no próprio gôlfo, póde o *monte de la trinidad* ter sido trazido, por imperfeição do cartógrafo, da ilha da Trindade, em cuja ponta oriental e sul existem os montes de que Colombo derivou êste nome. Ainda hoje êles conservam a designação de 1498.

NTRE a memorável expedição de Vicente Yañez em 1500 e a que êle empreendeu em 1508 com Dias de Solis não contam os livros de mais alguma ([287]), e a partir dela até sua morte em 1514, faltam-nos semelhantemente indícios de que andasse na faina dos descobrimentos. E' inacreditável no entanto que se limitasse tam sòmente àquelas viagens, e na verdade há notícia de ter havido preparativos para mais duas, nos fins de 1501 e 1505. Não é certa, conquanto a julguemos provável, sua realização; em compensação apurámos a existência de outra à América austral, cujo itinerário foi sensívelmente o seguido em 1500. Antes de o demonstrar e para lhe fixarmos a época, se possível, passaremos em revista o que consta da actividade do audacioso explorador desde 1500 até seu falecimento ([288]).

Desde 30 de setembro de 1500, quando regressou da exploração das Guyanas, até 5 de igual mês do ano seguinte, em que foram celebradas novas capitulações, permaneceu Pinzon em Espanha, como o dão a entender diversos diplomas oficiais ([289]); mas o têrmo destas capitulações já se ocupa minuciosamente das condições em que há de ser executada, dentro dum ano, segunda expedição às regiões visitadas anteriormente. No diploma de 15 de outubro do mesmo ano lemos mais que Vicente Pinzon e seus sobrinhos Arias Perez e Diego Fernandez, ao serviço dos reis católicos, vão brevemente seguir viagem:... *os obligastes a nos servir... para ayuda al viage que agora habeis de tornar a hacer en nuestro servicio...* ([290]).

Resulta pois indubitável que nos últimos meses de 1501 Pinzon premeditava nova aventura, ao correr da qual tomaria posse *in loco* do cargo de governador, em que fôra investido pelo têrmo citado. Como seria singular que o alto funcionário não lograsse tornar efectiva a mercê, abandonando desde logo à avidez alheia a província recentemente adqüirida a Castela, supomos que a viagem realmente se fêz, tendo Pinzon em 1502 visto pela segunda vez *S. Maria de la Consolacion* e *S. Maria del mar dulce.*

A circunstância que vamos apontar vém confirmar nossa crença. O diploma de 15 de outubro de 1501, do qual transcrevemos a referência à viagem projectada, diz-nos que nela haviam de ir Arias Perez e Diego Fernandez, sobrinhos de Pinzon, que já o tinham acompanhado em 1500. Ora dos depoïmentos dêstes marítimos nas *Probanzas* se deduz que êles se encontraram na Hispaniola com Bastidas e La Cosa, vindos da sua frutuosa expedição tam mal terminada ([291]). Estes descobridores chegaram à ilha nos fins de 1501 ou princípios de 1502 e zarparam plausívelmente para Espanha por todo o mês de julho dêste ano ([292]), podendo pois ser fixada a visita à Hispaniola dos sobrinhos de Pinzon por todo o primeiro semestre. E' possível que a visita se não relacionasse com o projecto de 1501, e a presença de Arias Perez e Diego Fernandez dependesse de outro motivo; mas o mais plausível é que os dois, tendo saído de Castela com o tìo, aí por fins de 1501, se encontrassem na possessão espanhola a tempo de conversar com Bastidas e La Cosa. As afirmações destas duas testemunhas, especialmente da primeira, não merecem todavia grande crédito. Como quer que se resolva a dúvida, parece que Pinzon, a julgar da sua pouco clara declaração nas *Probanzas* ([293]), se achava em Espanha em setembro de 1502, quando regressaram os dois navegadores na frota de Bobadilla e naufragou a nau do ex-governador das Índias ocidentais.

Não há notícias dêle, à míngua de documentação, desde essa data até agosto de 1504, em que assistiu na Hispaniola ao desembarque de Colombo na sua última e malfadada viagem ([294]). Póde ter-se dado o caso de Pinzon passar pela ilha no decurso de uma excursão de descobrimento; mostraremos

---

([287]) Navarrete (op. cit., tômo III, pág. 18-22 e 46-48) menciona apenas as duas, além de outra em 1506 que sabemos nunca ter sido feita, conforme mostrou Harrisse (Toribio de Medina, *Juan Dias de Solis*, tômo I, pág. XCIX). Nada diz aquele investigador da viagem projectada em 1501 (id., id., pág. 39), e só a propósito de Manuel de Valdovinos fala de uma segunda de Pinzon, sem mais indicação alguma (id., id., pág. 556). Também cita uma de 1507 com Dias de Solis de que não há vestígio algum e é provávelmente imaginária *(Biblioteca maritima.* citação de Harrisse, op. cit., pág. 731).

([288]) Vejam-se as notas biográficas de Harrisse, a pág. 730 da sua obra tam citada, às quais acrescentamos algo.

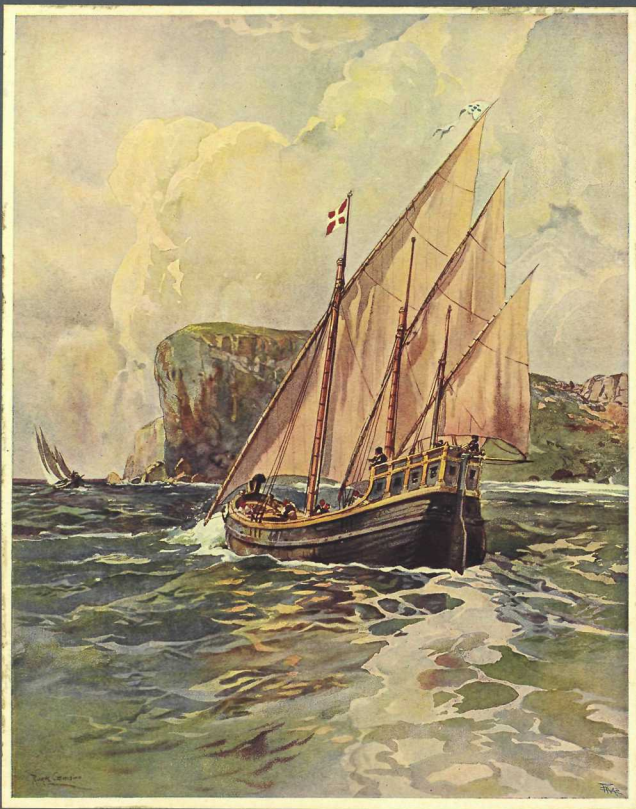
([289]) Navarrete, op. cit., tômo III, doc. VII de 5-XII-1500 e doc. XLIII de pág. 514, de 20-VI-1501; tômo II, doc. XII de pág. 406, de 21-VI-1501.

([290]) Id., tômo III, pág. 102.

([291]) No *Apêndice B,* respostas à 6 a pregunta.

([292]) *Apêndice C,* respostas à 6.a pregunta.

([293]) Id., tômo III, pág. 102.

([294]) *Apêndice B,* resposta à 9.a pregunta.

com efeito que êle fêz uma por aquela época. Entre agosto de 1504 e princípios de 1505 registamos outra lacuna nestas efemérides; mas já em fevereiro Vicente Yañez parava em Espanha ([295]) e desde então até novembro do mesmo ano lhe podemos acompanhar os passos neste país. A 24 de março foi expedido em seu favor o alvará da alcaidia de uma fortaleza a construír em S. Juan (Porto Rico hoje, e primitivamente Boriquen), e a 24 de abril o de capitão e corregedor da ilha, celebrando-se no mesmo dia capitulações para o povoamento dela e para a expedição correspondente, na qual havia de partir dentro de um ano ([296]). Ignoramos se o fêz, mas é de crer que sim; efectivamente Pinzon, que solicitou *o govêrno de S. Juan, fundando-se em que fôra o primeiro a aí encontrar ouro* ([297]), *não daria de mão* fàcilmente ao projecto de se instalar nas suas novas funções e de tentar a exploração do apetecido metal. A favor do nosso modo de ver invocamos a provisão régia de 28 de outubro de 1505, na qual se lê que Pinzon *estaba para ir en mi servicio* numa caravela para tal fretada; o proprietário porém embargou-lha, motivo pelo qual não pôde partir, acudindo-lhe a raínha D. Juana, que mandou fôsse diligentemente julgado o embargo ([298]). Da mesma sorte que nos fins de 1501, nos de 1505 se preparava o capitão para demandar os mares, sendo provável que desta vez, como da outra, a tentativa fôsse levada a cabo.

Quer se promovesse, quer não, o povoamento de *S. Juan*, certo é que em agosto do ano seguinte de 1506 o vemos em Espanha, empenhado na expedição à terra da *especeria* que o rei de Castela pretendeu armar ([299]). Êste projecto já fôra laboriosamente considerado em 1505, estando nêle interessado Vicente Pinzon e Américo Vespúcio, mas fôra adiado por dificuldades quaisquer ([300]). Retomado mais tarde, houve necessidade de o abandonar definitivamente em outubro de 1507 em virtude das reclamações del-rei D. Manuel, que se mostrou disposto a não consentir na invasão dos seus domínios ([301]). O monarca castelhano achou então de melhor aviso procurar o estreito ou canal aberto que os marítimos espanhois julgavam existir a ocidente de Cuba, à procura do qual já Colombo andara na sua última exploração costeira, *al alto viage*. Foram ouvidos Vespúcio, Juan de la Cosa, Pinzon e Dias de Solis, e das conversações resultou a viagem dêstes dois últimos em 1508-1509 ([302]). Do povoamento de *S. Juan* não curou mais Vicente Yañez, pois em agosto de 1509 foi provido interinamente, e mais tarde definitivamente, o govêrno da ilha em Juan Ponce de Leon, futuro redescobridor da Flórida ([303]). A exploração dos pilotos, castelhano e português, emparceirados sob o comando naval do segundo e terrestre do primeiro, durou até outubro de 1509, daí em diante até o ano da sua morte só há novas de Pinzon em fevereiro de 1513, quando êle depôs em Sevilha no processo de Diego Colombo, e ainda uma vaga referência em 1514 ([304]).

Temos assim limitado, à face de dados oficiais ou extraídos das *Probanzas*, a quatro os *períodos dentro dos quais podemos nutrir esperanças de desencantar qualquer viagem ainda não* estudada do famoso nauta. São os seguintes: 1.º entre novembro de 1501 e setembro de 1502; 2.º entre esta última data e princípios de 1505, notando que em agosto de 1504 êle se encontrava na Hispaniola; 3.º entre novembro de 1505 e julho de 1506; 4.º entre 1510 e 1513. Atrás ficou já dito que no primeiro e terceiro períodos são prováveis duas expedições; vamos agora ver que êle fêz no segundo outra visita à mesma região já explorada em 1500, da qual não havia até agora conhecimento.

Para tal fim recorreremos às *Probanzas del fiscal* e *del almirante*, designadas na sequente

---

([295]) Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 112.

([296]) Navarrete, id., id., pág. 102; *Documentos ineditos de Indias*, tômo XXXI da 1.ª série, pág. 285 e 239.

([297]) Martir, *Década* II, livro 8.º.

([298]) Navarrete, op. e tôm. cit., pág. 113.

([299]) *Documentos ineditos de Indias*, tômo XXXIX da 1.ª série, pág. 138.

([300]) Navarrete, op. e tôm. cit., pág. 302, documentos referentes ao mensageiro Pedro de Miranda; *Documentos ineditos de Indias*, tômo cit., pág. 283 e 386.

([301]) Toribio de Medina, op. cit., tômo I, pág. CXXVII e CXV.

([302]) Ibid., ibid.

([303]) *Documentos ineditos de Indias*, tômo XXXI da 1.ª série.

([304]) Harrisse cita (op. cit., pág. 731) a seguinte passagem dos manuscritos de Muñoz: «*Desde 3 hasta 14 febr. y abril 14, 1514, se abonan cantidades a Vicente Yañez Pinzon, piloto de S. A., destinadas para la armada que va a tierra firme, la qual se despachava em San Lucar por mayo* (LXXV, págs. 239 e 319) ¿Iria Pinzon na frota?

análise respectivamente pelas iniciais F e A ([305]), mas preliminarmente importa assentar no grau de confiança que merecem as testemunhas consultadas. A figura principal do pleito, em tôrno da qual se agita a paixão rancorosa ou louvaminheira, é Cristóvam Colombo, de sorte que é de elementar prudência suspeitar da veracidade e imparcialidade dos depoentes, de uma e outra das partes, quando se ocupam dos feitos do grande genovês. Na verdade, certas declarações são visívelmente malévolas ou tendenciosas; doutras se tem demonstrado a falsidade, quer consciente, quer resultante de confusão, sendo de notar a do próprio Vicente Pinzon quando se pronuncía sôbre o descobrimento de Pária, a cuja época êle reporta mentirosamente a sua viagem de 1499 ([306]). Mas quando as testemunhas tratam dêste capitão, personagem secundária a-pesar da sua jactância, suas palavras não estão sujeitas à mesma desconfiança, e em matéria de factos por elas presenciados são dignas de fé. Há que descontar, bem entendido, as amplificações e vanglórias, as infidelidades de memória e a incultura dos rudes marítimos chamados à barra, senão até mesmo a dos escrivães que resumiram os depoïmentos.

Começaremos por Alonso de Hojeda. O fidalgo de Cuenca declara (F, pregunta 7.ª) que viu Vicente Yañez *yr a descubrir* e viu a carta de marear por êle trazida. Ora quando Pinzon zarpou nos fins de novembro de 1499, já Hojeda estava há perto de três meses na Hispaniola, de volta da sua excursão pela costa de Venezuela, iniciada na primavera, e quando Pinzon chegou por seu turno a Hispaniola, em 23 de junho de 1500, estava já Hojeda em Espanha havia tempo. Desde a primavera de 1499 até outubro do ano seguinte não se avistaram os dois navegadores, nem podia Hojeda ter assistido à partida do seu camarada em expedição alguma, quer de Espanha, quer da Hispaniola. A viagem de Pinzon a que se refere o destemido e cruel fidalgo não é pois a primeira de 1499; foi outra, realizada às paragens então visitadas, pois a estas se refere a 7.ª pregunta do fiscal.

Sabe-se que Hojeda, depois da sua primeira expedição em 1499, só permaneceu em Espanha; 1.º entre junho de 1500 e janeiro de 1502 em que partiu para a segunda; 2.º desde mês incerto de 1503, posterior a junho, até depois de 10 de março de 1505 em que começou a terceira; 3.º em 1506 ou depois, de regresso desta, e antes de 1508, em que o vemos instalado na Hispaniola, donde iniciou a sua quarta e última aventura no decurso da qual morreu o célebre Juan de la Cosa. Conjugando as duas efemérides de Hojeda e Pinzon, concluímos então que a viagem, em vista, do segundo capitão se realizou necessáriamente numa das duas épocas seguintes: 1.º antes de janeiro de 1502; 2.º entre julho de 1503 e agosto de 1504, em que Pinzon estava na Hispaniola, sendo certa a sua permanência em Espanha entre os princípios de 1505 e novembro. E' visível que em 1506 poderia apenas Hojeda tê-lo visto chegar e não partir.

Anton Garcia, companheiro do comendador Alonso Vellez de Mendoza (F, 8.ª) diz que Vicente Yañez e Diego de Lepe *salieron juntos* com êle, o que apenas quere significar pequena diferença nas datas de partida. Ao mesmo tempo declara (F, 3.ª) ter assistido ao desembarque de Niño e Guerra (6 de abril de 1500), e estar em Castela (F, 6.ª) quando despacharam Bastidas e La Cosa (5 de junho de 1500); passou pois em Espanha tôda a primavera de 1500. Ora o comendador capitulou em 20 de julho de 1500 e o ajuste final terminou em 18 de agosto ([307]); só depois disto poderia ter Anton Garcia navegado com êle. Sabendo-se que Pinzon partiu em fins de novembro de 1499, não é possível que o marinheiro se quisesse referir a esta viagem, dando-a como quási simultânea com a empreendida depois de 18 de agosto de 1500; estamos pois em presença doutra.

Aliás a testemunha Juan de Xerez é mais explícita quanto às três expedições, iniciadas com curto intervalo. Diz êle (F, 8.ª) que quando Diego de Lepe zarpou de Palos, Pinzon concluía os aprestos para a viagem na qual o depoente foi por pilôto, e Alonso Vellez seguiu quatro ou cinco meses depois. E' impossível que esta viagem de Pinzon fôsse a de 1499, pois vemos Alonso Vellez em Espanha a 5 de junho de 1500 ([308]); não podia, portanto, o comendador ter ido a descobrir em março ou abril de 1500, quatro ou cinco meses depois da partida de Pinzon, nem consta de explorações algumas dêle anteriores às capitulações de 1500, que não se referem a elas, como era praxe.

([305]) Os depoïmentos a que recorremos estão no *Apêndice B*.
([306]) Veja-se no *Apêndice B* a sua resposta à 2.ª pregunta, bem como as observações de Navarrete ao resultado do interrogatório (op. cit., tômo III, pág. 591-615).
([307]) Navarrete, op. cit., tômo II, doc. CXXXV, a pág. 247.
([308]) Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 23.

Reina grande obscuridade no tocante às navegações de Alonso Vellez, às quais consagramos um estudo especial [309], chegando Harrisse a atribuír-lhe quatro, embora sem firmeza. [310]. A primeira delas veremos ser imaginária, como suspeita Navarrete, e não sabemos se ao certo se realizou aquela para que capitulou no verão de 1500, a-pesar das probabilidades em favor. A terceira para a qual foi autorizado em 15 de fevereiro de 1502, tinha um objectivo de povoamento e acessóriamente de descobrimento. Sabe-se que com o governador Nicolas d'Ovando, comendador de Lares, e depois de Alcantara, partiu Juan de Xerez em 13 de fevereiro de 1502, regressando a Espanha na frota em que vinha Bobadilla em setembro do mesmo ano; não póde ter sido, portanto, feita em 1502 a tríplice expedição. Por último, Alonso Vellez empreendeu, ao parecer, a quarta viagem em 1503, e bem póde esta ser aquela em que seguiu no encalço de Diego de Lepe e Vicente Yañez. Adiante encontraremos confirmação desta hipótese.

O físico Garcia Ferrando, testemunha reconhecidamente verídica, é ao mesmo tempo bastante minuciosa; o seu depoïmento é o mais longo de todos os prestados. Foi como *escribano de S. Alteza* na viagem ao comando de Pinzon, com 4 navios (F, 7.ª). Se esta fôsse a de 1499 teria com certeza mencionado o naufrágio e a perda de dois navios, subseqüentes à estada dos expedicionários na Hispaniola; mas não se refere ao importante acontecimento e em compensação alonga-se na descrição do grave risco que sofreram à conta de uns baixíos aos quais impuseram o nome *Boca de los leones*. O silêncio não é explicável por Ferrando ter ficado na Hispaniola, sem seguir com o seu chefe porquanto as funções que êle exercia de escrivão oficial forçavam-no a acompanha-lo. Objectar-se há que a omissão do naufrágio não basta para provar que o físico não navegou com Pinzon em 1500, e póde citar-se por exemplo Pedro Ramirez, testemunha que igualmente o esquece e segundo tudo indica foi presente nesta viagem [311]; mas temos outras razões a invocar em abôno do asserto. Declarou o escrivão que com êle foram por pilotos Juan de Xerez, Juan de Umbria e *otro vecino de S. Juan del Puerto*, cujo nome lhe não lembrava [312]; ora as declarações dos dois citados mostram à evidência que a expedição por êles pilotada não foi a famosa de 1500, mas outra posterior.

Efectivamente Juan de Umbria, que acompanhou Pinzon (F, 7.ª), foi também por pilôto na expedição de dois navios de Pedro Coronel à Hispaniola, que começou a 23 de janeiro de 1498 e terminou em 6 de fevereiro de 1500 [313]; não partiu portanto com Vicente Yañez em fins de novembro de 1499. E' certo que êle podia, abandonando Coronel, ter regressado a Espanha antes desta data; mas no seu depoïmento informa-nos de que estava em Sevilha quando voltaram Niño e Guerra do resgate das pérolas (6 de abril de 1500), acrescentando que os dois foram *derechos a Sevilha*, e tendo-os o pilôto visto prestar contas ao bispo de Córdova, D. Juan da Fonseca (F, 4.ª). Daqui se deduz, sem sombra de dúvida, que Juan de Umbria estava em Espanha na primavera de 1500, ao tempo em que Pinzon velejava pelas Guyanas.

O pilôto Juan de Xerez dá-nos bastantes esclarecimentos dos quais se apuram datas. Conta-nos êle que demorava na Hispaniola quando Niño e Guerra foram a descobrir (primavera de 1499), e mais tarde achou-se em Sevilha, falou com êles e viu as pérolas trazidas (F, 3.ª). Conquanto seja provável que a entrevista tivesse lugar quando os dois exploradores da *Costa de perlas* prestaram contas ao

[309] Veja-se a secção *A supposta viagem de Alonso Vellez* em 1499 - 1500.

[310] Op. cit., pág. 680, 682, 691 e 694.

[311] Os dois argumentos em favor desta afirmação são: a duração da travessia do Atlântico, indicada pelo marinheiro, coïncidente com a de Martir, e que é pouco natural se repetisse; e a presença na expedição dos filhos de Diego Martin, que presumimos se désse em 1499. O segundo dá contudo lugar a hesitações. Diego Prieto (o mesmo Diego Penton das *Probanzas* de Navarrete, pág. 552), que foi com Pinzon, menciona apenas Diego Martin, sem falar nos filhos (F, 2.º), acrescentando que isto se passou um ano depois da descoberta de Pária por Colombo, quere dizer em 1499. Note-se porém que os enganos de ano e mais são freqüentes nos depoïmentos. Rodrigo Alvarez (A, 14.ª) conta que com Pinzon foram Diego Martin *Pinçon* e um filho chamado Bartolomé Martin; Manuel de Valdovinos (F, 2.º) diz que estavam Diego Martin, de Palos, e seus filhos Juan Martin e Francisco Martin. Não seria de surpreender que o pai só acompanhasse Pinzon depois da primeira viagem, ou então em mais duma, deixando-nos perplexo na escolha.

[312] Talvez Juan Quintero, que foi pilôto de Pinzon, segundo afirma Juan de Xerez (A, 8.ª e 14.ª). Note-se que êste, interrogado nas *Probanzas del Almirante*, diz ter sido a primeira viagem de descobrimento do capitão castelhano aquela em que foi por pilôto dêle, em contradição com várias passagens das suas declarações quando depôs a mandado do fiscal. Êste eqüivoco não é único nas *Probanzas*, e deriva de ignorância, à qual se junta o desejo de dar importância à viagem.

[313] Harrisse, op. cit., pág. 616, citando Fernando Colombo e Las Casas.

bispo de Córdova (abril ou maio de 1500) ou nas proximidades, é possível que fôsse posterior a 30 de setembro de 1500, e neste caso podia Juan de Xerez ter seguido com Pinzon no ano anterior. Mas o pilôto assevera que estava em Alcalá de Henares com Hojeda e La Cosa quando foram despachados (¿ março de 1499?) e os acompanhou a Sevilha, e depois da partida dêles do Puerto de S. Maria *dende a ocho meses, poco mas o menos, los vido bolver a Sevilla cargados con indios, e vido este testigo la carta de Juan de la Cosa que hizo en aqual viage* (F, 5.ª). Como os dois voltaram a Espanha na primavera de 1500, claro está que Juan de Xerez (embora haja eqüivoco nos *ocho meses)* se declara também em Sevilha por essa ocasião ou pouco depois; não podia pois o pilôto ter andado com Pinzon em 1499-1500, do mesmo modo que o seu colega Juan de Umbria e o escrivão Ferrando.

A testemunha informa, outrosim, de que se encontrava em Castela quando Bastidas e La Cosa zarparam (outubro de 1500) e depois veio a Hispaniola na frota do comendador-mór de Alcantara Nicolas d'Ovando (fevereiro a abril de 1502), achando nesta ilha os dois navegadores com quem regressou a Castela em setembro do mesmo 1502 (F, 6.ª). A viagem feita com Pinzon não póde portanto ser aquela cuja possibilidade fixamos entre novembro de 1501 e setembro de 1502, e por outro lado não deve ser a que o extremado nauta talvez efectuasse entre novembro de 1505 e julho de 1506, porquanto êle se destinava ao povoamento de *S. Juan* e acessóriamente a ver terras novas, e nós sabemos, ao contrário dos depoïmentos de Juan de Xerez, Juan de Umbria e Garcia Ferrando, que Vicente Yañez se dirigiu às terras novas onde se demorou e só subsidiáriamente teria ido a *S. Juan*. Restam-nos pois dois períodos, dos quatro que indicamos nas efemérides de Pinzon, nos quais é de localizar a expedição *sub judice:* 1.º entre setembro de 1502 e princípios de 1505; 2.º entre 1510 e 1513.

Poremos de parte o segundo, por tardio; aliás é natural que Juan de Xerez, depondo na Hispaniola em junho de 1512, se referisse à viagem recentissima com Pinzon se ela se tivesse realizado então. Por exclusão de partes deduz-se pois que êste pilôto navegou com o arrojado capitão no lapso decorrido entre setembro de 1502 e princípios de 1505; mas ainda aí é possível uma limitação. Juan de Xerez dá-nos a notícia de que tornou da Hispaniola a Espanha em agosto de 1504 no navio que trouxe Colombo da sua última viagem (F, 9.ª) [314], e por outra banda Pinzon e o seu sobrinho Arias Perez Pinzon afirmam que na mesma ocasião se encontravam naquela ilha (F, 9.ª). Julgamo-nos pois suficientemente autorizados a deduzir que Pinzon, tendo-se feito ao mar em 1503 depois do mês de julho, tinha terminado a sua exploração na Hispaniola em agosto de 1504, sendo então abandonado pelo seu pilôto Juan de Xerez que regressou a Espanha. O que deixamos dito àcêrca de Hojeda ratifica a conclusão.

Como quer que seja, as cinco testemunhas cujas declarações invocamos atestam exuberantemente o engano dos historiadores quando assentam em que Vicente Yañez só duas vezes, em 1500 a 1509, visitara o nordeste da América austral. Dando de barato a viagem de 1509, a respeito da qual o silêncio dos depoentes das *Probanzas del fiscal* tira autoridade ao ininteligível relato de Martir nos livros 7.º e 8.º da *Década* II, não é possível contestar a existência de outra que presumívelmente se realizou entre 1503 e 1504, mas são plausíveis ainda mais duas, entre novembro de 1501 e agosto de 1502, e entre novembro de 1505 e julho de 1506 para as quais seguramente houve preparativos [315]. Quanto àquelas que podiam ter ocorrido entre 1510 e 1513, nenhuma indicação possuímos [316].

São escassos os dados que nos fornecem, àcêrca da expedição de 1503-1504, as poucas testemunhas ao certo nela participantes, cujas declarações nos revelam sensívelmente o mesmo itinerário da de 1499-1500. Eram quatro os navios (depoïmento de Garcia Ferrando), e partiram de Saltes (dep. de Juan de Umbria), tendo tocado no arquipélago de Cabo Verde. Diego Fernandez Colmenero, sobrinho

---

(314) O pilôto eqüivoca-se quando diz que de Sevilha viu ir a descobrir Colombo na sua última viagem em 11 de Maio de 1502, sabendo nós que êle chegou à Hispaniola em abril dêste ano na frota d'Ovando. O almirante passou primeiro pela ilha donde partiu em 14 de Julho, época em que Juan de Xerez ainda lá estava, pois partíu com Bastidas para Espanha onde chegou em setembro. Nesta viagem houve o naufrágio de parte da frota, perecendo o ex-governador Bobadilla com muita gente.

(315) Do diploma oficial de 23 de setembro de 1519, que concede escudo de armas aos descendentes e parentes dos Pinzones, têm alguns querido deduzir a existência de uma expedição ao Brasil de Vicente Yañez; mas nós cuidamos que êle se refere a uma de Diego de Lepe. Veja-se a secção subseqüente sob o título *O escudo de armas dos Pinzones*.

(316) Oviedo diz *(Apêndice E)* que Pinzon *queria yr a le poblar (*o Marañon), *pero excusóselo la muerte año de mil e quiñientos y catorce.* Desta indicação, de duvidosa veracidade, póde inferir-se um projecto de viagem de povoamento aí por 1513 ou 1514.

de Pinzon, foi por capitão de um dos navios em 1499, ao que êle diz (F, 3.ª); nós sabemos ao certo que êle acompanhou o tio, pelo primeiro diploma citado de 5 de dezembro de 1500. Mais tarde, Colmenero também se propunha seguí-lo, conforme reza o diploma de 15 de outubro de 1501, e é admissível que o fizesse em 1503-1504. Sendo assim, ignoramos a qual das viagens se refere o seu depoïmento ou se as envolve tôdas; há contudo indícios de que o marítimo não tinha em vista apenas a primeira. Com efeito, êle diz (F, 7.ª) ter saído da ilha do Fogo (Cabo Verde) para a travessia do Atlântico; ora em 1500 a partida foi da ilha de Santiago, como sabemos do próprio Pinzon que fala através de Martir. E' pois mais que provável ter sido a escala pela ilha do Fogo tomada noutra vez, não sabemos se em 1503, se em 1501-1502, caso se realizasse esta expedição ([317]).

Mais informa Colmenero que o percurso costeiro até Pária foi de 800 léguas; ora no diploma de 5 de dezembro de 1500 êle próprio avalia o de então em 600. O pilôto Juan de Umbria também o calcula em 800 e Garcia Ferrando em 750, reportando-se ao dizer dos pilotos; estamos portanto um tanto longe das 600 léguas da primeira de 1500, afirmadas no diploma e confirmadas por Martir em 1501 (Trevisan) e nas duas primeiras edições de 1511 e 1516. Pela concordância dos dados de Colmenero e Juan de Umbria, parece que se trata da expedição de 1503-1504, no entanto não há que fiar nas declarações.

Ficamos entendendo, se as 800 léguas foram percorridas na última, que Pinzon desta vez desembarcou 200 léguas mais ao sul de *S. Maria de la Consolacion*, alargando o âmbito de sua exploração. Esta conclusão é aparentemente contraditada por Garcia Ferrando, cuja memória se apresenta fiel, e pelo mesmo Colmenero, porquanto ambos dão *Rostro Hermoso* como o primeiro ponto avistado. Nós sabemos, de feito, pelo têrmo das capitulações de 1501, que o lugar assim designado está ao norte e não ao sul do ponto ao qual aportou Pinzon em 1500, *S. Maria de la Consolacion*. Póde arriscar-se, como explicação, que o capitão espanhol impusesse o nome de *Rostro Hermoso* a mais de um lugar, originando por esta fórma a confusão das testemunhas; mas não é necessária a hipótese, desde que admitamos nelas lapsos de memória, uma vez que foram chamadas a depôr uma dezena de anos depois do facto. Não sofre dúvida, por exemplo, que falharam as reminiscências de Pedro Ramirez, que tudo indica ser marinheiro de Pinzon em 1500, pois êle intitula *Rostro Hermoso* o cabo ao qual arribaram primeiro (F, 7.ª); e mais ainda as de Luís del Valle, quando alega pertencer a Diego de Lepe esta denominação (F, 8.ª).

Em 1503-1504 Pinzon ainda não chegou a ver o Amazonas, a julgar pelo depoïmento de Garcia Ferrando. Efectivamente, o escrivão relata ter encontrado um rio grande com um mar doce na foz, mas acrescenta que, tendo-se combinado *dar la vuelta sobre tierra para si pudiesen saber el secreto de este rio*, chegaram a *ocho leguas fasta la tierra*, não achando *sinó tres brazas de agua e la tierra anegada* e resolvendo não passar adiante *por la bajeza de la tierra*. Êste pormenor não se deve referir ao Amazonas, porque êle é mais fundo na sua embocadura a distâncias de terra bem menores que a indicada, permitindo a aproximação das caravelas, ao passo que é verosímil no Orinoco em cuja margem esquerda há baixíos, que só consentem embarcações de pequeno calado.

A denominação de *Paricora* (Parisura ou Paritura) aparece pela primeira vez na edição *princeps* das *Décadas* de Martir, e não figura na versão de Trevisan, como já salientámos; não a lemos tampouco no têrmo das capitulações de 1501. Esta dupla omissão contrasta com a menção de Pinzon no seu depoïmento de 1513, e significa plausívelmente que o nome foi trazido de viagem posterior a 1500, talvez da de 1503-1504, com certeza feita, ou então da de 1501-1502, deixada por simplesmente provável.

E' igualmente de presumir que, antes do regresso a Espanha, o capitão castelhano em 1503-1504 passasse pela ilha de *S. Juan* (Porto Rico), onde se diz que êle precedera a todos no achado de ouro ([318]). O facto de Pinzon reclamar a capitania da ilha tempos depois de lhe ter sido outorgado

([317]) A possível viagem de 1505-1506 está excluída pelo motivo apontado quando nos referimos a ela, analisando o depoïmento de Juan de Xerez.

([318]) No confuso relato da exploração de 1508-1509, nos livros 7.º e 8.º da segunda *Década*, diz Martir ter sido êste o motivo invocado por Vicente Yañez para pedir ao rei de Castela o govêrno da ilha. Há engano em fixar ao pedido a data de 1509 ou 1510, porque já vimos que êle fôra satisfeito a 24 de abril de 1505.

em 1501 o govêrno de terras, descobertas no ano precedente, dá a entender que o encontro do precioso metal em *S. Juan* se realizou em expedição posterior à de 1500. Ora nós só temos à escolha aquela que êle talvez empreendeu em 1501-1502 e a de 1503-1504; e somos levados a preferir esta pela proximidade da concessão da capitania da ilha em 1505.

3 — DIEGO DE LEPE

AINDA errada nos livros e adornada de fábulas a história das proezas marítimas de Diego de Lepe. Êste homem quási obscuro, cuja fama em vida foi eclipsada pela de émulos mais felizes, não logrou alcançar a consagração póstuma das mesmas gerações imediatas à sua. Só volvido perto de um século o contemplaram em letra de fôrma com um quinhão de glória, emparceirando-o no número dos descobridores do Brasil, logo abaixo de Vicente Pinzon. Por essa época conta efectivamente Herrera que Diego de Lepe não só visitou as terras ao norte do cabo de S. Agostinho, seguindo na esteira do seu famoso camarada, mas também alargara suas pesquisas até mais ao sul.

Póde dizer-se que tudo se ignora do seu nascimento e morte; sabe-se apenas que, aparentado aos Pinzons, era *vecino* de Palos de Moguer (talvez oriundo da vizinha povoação de Lepe), e que morreu em Portugal em condições desconhecidas. Quanto a seus descobrimentos, os primeiros cronistas das Índias ocidentais, o contemporâneo Martir, Oviedo e Gomara nada nos dizem dêle e nem sequer lhe mencionam o nome, que apenas nos surge em Las Casas. Da obra do bispo de Chiapa, trabalhada entre 1527 e 1561, mas conservada manuscrita por mais de 300 anos, é que Herrera extraíu a imaginosa narrativa de uma única viagem, atribuída a Diego de Lepe em 1499. Tal foi a origem da sua notoriedade europeia.

Mas o caridoso sacerdote cujo nome, enaltecido na defesa dos índios cruelmente maltratados pelos conquistadores, se obscureceu com preconizar a desumana escravatura negreira, foi buscar suas informações aos autos do pleito de Diego Colombo, onde pela vez primeira se fala no nosso navegador, e, interpretando-os a seu talante, ofereceu-nos como resultado de uma expedição o que na realidade constava de mais algumas. Dos copiosos e ainda não exgotados arquivos espanhois, com efeito, vieram depois a lume alguns diplomas que elevam a dois ou três o número conhecido das viagens feitas por Diego de Lepe ao Novo Mundo, e dos depoïmentos das *Probanzas del fiscal* se colige que elas montam a quatro ou cinco.

De positivo, o pobre conjunto de dados seguros que possuímos àcêrca delas apenas permite inscrever no activo do destemido nauta a descoberta de alguns cabos e rios do nordeste da América meridional, mas cabe-lhe a honra de ser o primeiro castelhano que visitou o *Marañon* ou Amazonas. Essa glória, capaz por si só de lhe gravar o nome na memória dos vindouros, lhe quere contudo ratinhar o comum dos escritores, pregoeiros parciais a Vicente Pinzon; nem essa lhe querem deixar, mas tam sòmente uma vaga porção de costa ao sul do cabo de S. Agostinho, nos domínios do rei de Portugal. E, por desfecho, contam à puridade que expirara na forca a mandado dêste monarca.

Há que destruir a crosta de olvido e injustiça que encobre a figura de Diego de Lepe. Êste capitão, cujas caravelas se desferiam a ventos ignotos e contrários com tanta galhardia quanto as de Pinzon, mais favorecido da sorte, foi o verdadeiro descobridor espanhol do Amazonas, e não sofreu morte ignominiosa no patíbulo. Importa-nos, porém, demonstrar que o feliz achado do maravilhoso rio se realizou quando já ia em comêço o século XVI.

E bem que não escassos em número, são pouco elucidativos os diplomas oficiais relativos a Diego de Lepe, que foram desenterrados dos arquivos espanhois para a publicidade. Registram-se seis, um dos quais se refere a demandas e não a viagens. São êles, por ordem cronológica ([319]):

OS DIPLOMAS CONHECIDOS

1.º *Real provision para que se haga justicia en la villa de Palos a Diego de Lepe, vecino de ella, en las demandas que le han puesto, y en las suyas contra sus deudores*—9 de novembro de 1500.

2.º *Carta de los reyes al obispo de Cordoba para que dé licencia a Diego de Lepe para ir com tres carabelas á descubrir por donde fué anteriormente*—15 de novembro de 1500.

3.º *Capitulacion de Diego de Lepe*—14 de setembro de 1501.

4.º *Real cedula para que Diego de Lepe no lleve más navios que los que tiene capitulados*—27 de setembro de 1501.

5.º *Real cedula prorogando a Diego de Lepe el termino de su asiento*—30 de novembro de 1500.

6.º *Real cedula para que Diego de Lepe además de los cuatro navios pueda llevar otro para yr a descubrir*—17 de janeiro de 1502.

Navarrete, a quem muito provávelmente só foram presentes os dois primeiros documentos, duvidou talvez de que a viagem, cujo projecto consta do segundo, tivesse execução, por isso menciona apenas uma, cujos pormenores tirou de Las Casas e do seu plagiário Herrera. O bispo de Chiapa, por seu turno, firmou-se unicamente nas *Probanzas del fiscal*, que aliás cita, entendendo-as erradamente; nem êle conhecia o texto completo dos autos, ignorado igualmente por Navarrete, que supunha ambos os cronistas munidos de outros dados além dos colhidos nos papeis judiciais. Os autores que se seguiram ao consciencioso investigador espanhol aceitaram sem hesitar as suas conclusões, e mesmo após a publicação do volumoso repositório, *Documentos ineditos de Indias*, continuaram a repetir invariávelmente a mesma toada e idênticas inexactidões. Aqui vamos esmiuçar o que se deduz daqueles diplomas àcêrca dos feitos náuticos de Diego de Lepe.

Da primeira provisão régia se infere que o capitão estava em Espanha antes de novembro de 1500. E' provável que êle recorresse aos monarcas, solicitando-lhes pronta solução a suas demandas por ter de partir dentro em breve a descobrir, e, com efeito, vêmo-lo seis dias depois alcançar autorização régia para que o bispo de Cordoba D. Juan de Fonseca lhe concedesse a necessária licença. Por êste segundo documento se verifica que Diego de Lepe estava então de volta de uma expedição e projectava outra, com três caravelas e às mesmas paragens. A primeira, a que se reportam os historiadores na esteira do fantasioso Las Casas, póde ter sido iniciada nos princípios de 1500.

Somos forçados a fixar a segunda no prazo compreendido entre novembro de 1500 e setembro de 1501, mês em que o vêmos de novo capitular. Não sofre dúvida que a viagem se fêz; basta ler com atenção o doc. 3.º. O explorador é nela autorizado a ir *con cuatro navios a descobrir... donde la otra vez fuysteis, a ver la terra que descobrysteis e vinysteis de nuevo.* Assim em 1501, diz a estância oficial, Diego de Lepe tinha ido e tornado áquelas regiões; a expedição para a qual se lavrara o assento era por conseqüinte a terceira ([320]).

Nas capitulações de 14 de setembro de 1501 ficou assente que seriam quatro os navios consentidos a Diego de Lepe, a cuja saída se marcou todo o mês de novembro próximo; mas o capitão pretendeu aumentar-lhes o número, encontrando oposição por parte dos monarcas (doc. 4.º). Mais tarde prorrogaram-lhe a partida até 28 de dezembro (doc. 5.º); em 17 de janeiro ainda ela não se efectuara, pois nesta data lhe foi permitido, afinal, mais um bergantim de 30 ou 31 remos (doc. 6.º) ([321]). Indaguemos agora se o projecto teve execução, perscrutando os tenuíssimos vestígios que nos restam.

([319]) Os dois primeiros constam de Navarrete, op. cit., tômo III, doc. V e VI; os restantes dos *Documentos ineditos de Indias*, tômo XXXI, pág. 5, 100 e 102, e tômo XXXVIII, pág. 453.

([320]) Harrisse diz que Diego de Lepe ficou um ano inteiro sem se aproveitar da permissão dada em 1500, mas a afirmação não se baseia em documento algum e é contraditada pelo texto citado *(The discovery of North America*, pág. 690.

([321]) Harrisse eqüivoca-se dizendo que era de 30 toneis (op. cit., pág. 690).

Numa carta, escrita por Cristobal Guerra a D. Álvaro de Portugal em 28 de setembro de 1503, diz êste explorador, a propósito duma expedição para a qual capitulara em 7 de setembro do mesmo ano:... *pero es de menester gentes, y aún alguna ayuda; y a esto hay inconvenientes, lo uno por la mala disposicion de la gente que suelen acostumbrar estes viages, que con vellos tan aviesos á Diego de Lepe, y á Bastida, y á Hojeda, no hay quien tenga gana de ir aquellas partes* [322]. Depreende-se claramente daqui que Diego de Lepe, não sabemos quando, experimentou embaraços no recrutamento de sócios da aventura.

Observaremos que a frase de Guerra não permite conjecturar se estas dificuldades eram próximas ou remotas da época em que foi escrita. Efectivamente, Rodrigo de Bastidas foi *a descubrir* em outubro de 1500 e voltou a Espanha no princípio de setembro de 1502, envolvido num processo cuja decisão final só foi pronunciada em Medina del Campo a 3 de dezembro de 1503 [323]. Não é de presumir que antes disso êle tratasse novamente de aliciar gente e de capitular, nem ficou memória de outra viagem sua de descobrimento; o facto a que se reporta Guerra devia pois ter precedido a única que se conhece de Bastidas. Do mesmo modo Alonso de Hojeda empreendeu sua segunda viagem em janeiro de 1502, em virtude de capitulações exaradas no têrmo de 8 de junho de 1501, e regressou a Espanha em mês incerto, depois de julho de 1503, sob o pêso dum processo do qual lhe foi lida a sentença absolutória em Segóvia a 8 de novembro de 1503. Não é crível igualmente que em setembro do mesmo ano êle andasse empenhado em recrutar marinheiros; aliás êle obteve só em 30 de setembro de 1504 carta patente para a sua terceira exploração. E' portanto muito provável que Guerra ainda aqui quisesse aludir a peripécias anteriores à expedição de 1502, cuja elaboração foi demorada, visto como já em 28 de julho de 1500 Hojeda se preparava para ela.

Do exposto se infere que são possíveis duas hipóteses. ¿Dar-se-ia o caso de que o ousado capitão tivesse encontrado tais estorvos ao seu projecto que tam tarde como em 1503 estivesse ainda retido em Espanha? ¿Teria sido, ao contrário, realmente levada a cabo essa terceira viagem em 1502, e estaria Diego de Lepe em preparativos doutra no segundo semestre de 1503? Nós inclinamo-nos à segunda alternativa. Cumpre acentuar com efeito que, a-pesar-de duas prorrogações sucessivas, o capitão teimava em querer mais navios, o que é inconciliável com a falta de eqüipagens; elas deviam estar aprestadas quando em janeiro de 1502 êle arranjou licença para mais um bergantim, que não lhe aumentou as dificuldades por ser uma embarcação de remos auxiliar [324].

E' certo, porém, que Diego de Lepe fêz uma viagem em 1503 ou princípio de 1504, como o prova o depoïmento de Juan de Xerez de que já nos ocupamos [325]. Dêle se conclui que, quando Pinzon partiu a descobrir em 1503 ou 1504, já o seu competidor tinha zarpado pouco antes em terceira ou quarta viagem, conforme suposermos abortada ou não a de 1502. Mas não parou aqui a actividade de Diego de Lepe. O pilôto Pedro de Ledesma, interrogado àcêrca dela (F, 8.ª), depõe que, quando êle fôra *a descubrir*, vira partir suas naus e as viu volver a Sevilha, *salvo el dicho Diego de Lepe que no vino e los que con el fueron truxeron la figura de lo que descubrió.* ¿Qual seria esta expedição da qual não tornou o arrojado nauta?

E' constante que Ledesma acompanhou Colombo na sua quarta viagem (F, 9.ª), começada em Cadiz a 11 de maio de 1502 e terminada em 7 de novembro de 1504, notando-se que a partida do rio de Sevilha foi a 3 de abril [326]. Com estes dados se mostra que a expedição interrompida de Diego de

(322) Navarrete, op. cit., tômo II, doc. CXLIX. A carta é publicada com a data truncada, fixando-lhe o sábio espanhol em nota o ano de 1503, em cujo mês de julho se celebraram as capitulações a que Guerra se refere. No tômo XXXVI da 1.ª série dos *Documentos ineditos de Indias*, a pág. 291, vém transcrito o documento com a data de 28 de setembro de 1509, o que é um êrro manifesto e demonstra que êle é uma cópia original, aliás cheia de êrros que a tornam por vezes ininteligível. Bastará notar que em setembro de 1509 partiu La Cosa para a Hispaniola a juntar-se com Hojeda, e a carta indica que êle estava em Espanha negociando alterações numa capitulação concedida em 7 de setembro de 1503. Além disto, Guerra declara ter-se desavindo com La Cosa que se recusou a acompanhá-lo, facto a que se refere uma carta da raínha D. Isabel, datada de 27 de setembro de 1503 (Navarrete, op. cit., tômo III, doc. XXI, pág. 109).

(323) Veja-se o *Apêndice C.*

(324) Harrisse diz, a palpite, que a expedição só partiu na primavera de 1502 (op. cit., pág. 169).

(325) Veja-se a secção intitulada *As viagens ignoradas de Pinzon.*

(326) Navarrete, op. cit., tômo I, pág. 282, 287 e 295. O almirante, após penosas peripécias nas quais perdeu todos os navios, chegou a Hispaniola em 13 de agosto de 1504 na caravela de socorro, enviada pelo governador Ovando, e embarcou para Espanha em 10 de setembro.

Lepe não foi a problemática de 1502, nem tampouco a certa, iniciada em 1503 ou 1504. Efectivamente é admissível que Ledesma assistisse à saída do capitão antes de abril de 1502, mas então só podia presenciar o regresso depois de 7 de novembro de 1504; ora nós sabemos que Diego de Lepe já muito antes estava de volta, pois novamente entrou a navegar em 1503. Pela mesma razão, se Ledesma assistiu à chegada do explorador em 1504 ou depois, não poderia tê-lo visto desaferrar em 1503. Ficamos pois reduzidos às viagens de 1500 e 1501, ou outra posterior a 1504.

Para a descriminação socorremo-nos dum pormenor aduzido por Ledesma na sua declaração, do qual dimana um raio de luz. Diz o pilôto que *lo que descubrieron Diego de Lepe e su compañia está puesto en el padron real.* Ora esta instituïção data de 6 de agosto de 1508 (sendo de 1503 a *Casa de Contratacion),* donde se segue que o depósito das cartas de marear, feito pelos companheiros de Diego de Lepe, é posterior. Esta conclusão, que exige uma viagem terminada depois de agosto de 1508, acrescenta mais uma às conhecidas dêste incansável descobridor, que sobem a quatro, ou cinco, se contarmos com a de 1502.

O BRASÃO DOS PINZONES

EM 23 de setembro de 1519 concedeu Carlos V brasão aos descendentes e parentes dos irmãos Pinzons, nas pessoas de Juan Rodrigues Mafrá, pilôto, Gines Murio, capelão régio, Diego Martin Pinzon, Álvaro Afonso Nortes e Alonso Gonzales, *vecino* de Palos ([327]). O diploma justifica a mercê, recordando duas viagens notáveis de descobrimento, feitas pelos capitães Martin Alonso Pinzon, Vicente Yañez Pinzon, Andrés Gonzalez Pinzon, Diego de Lepe e Miguel Alonso, dos quais os concessionários eram netos, filhos, sobrinhos e irmãos. Daqui se conclui que Diego de Lepe era aparentado com os Pinzons.

A primeira das duas viagens é a famosissima de Colombo, que conduziu à descoberta das Antilhas e foi feita em 1492 com três navios, dois dos quais comandados por Martin Alonso e Vicente Pinzon. Ora do rol até agora conhecido da eqüipagem só consta que dela fizeram parte os dois capitães citados no documento em primeiro lugar, tendo morrido Martin Alonso pouco depois do regresso ([328]); donde se segue que os restantes, nomeadamente Diego de Lepe, que nunca acompanhou Colombo, pertencem à segunda viagem. Nesta em que iam igualmente três navios, dizem os expedicionários ter descoberto seiscentas léguas de terra firme e achado *el gran rio y el Brasil,* tendo também passado à *costa de las perlas.* As armas destinadas à grei dos cinco ilustres nautas eram em campo marítimo três caravelas, de onde saíam três mãos indicando as descobertas.

A inferência de que na segunda das expedições comemoradas não esteve presente Vicente Pinzon é corroborada por outras circunstâncias. Em nenhuma das declarações exaradas nas *Probanzas* àcêrca da ida dêste capitão a Pária se lê que êle fôsse à *costa de las perlas* em viagem de descobrimento ao grande rio e ao Brasil. Martir, é certo, diz-nos que êle passou por lá em 1508-1509 e ainda seguiu adiante de Pária até o cabo de S. Agostinho, quando regressou de Honduras. Mas a afirmação é de problemática veracidade em face do silêncio dos depoentes das *Probanzas,* notadamente de Pedro de Ledesma, pilôto de então que parece nunca ter visto o nordeste da América austral e ter estado em Pária sòmente com Colombo; além disso eram duas e não três as caravelas de que dispunham em 1508 Pinzon e Dias de Solis, cuja expedição não é portanto a referida no diploma analisado. Tampouco póde esta ser a de 1499-1500 ou a de 1503-1504 que nós desencantámos, porque em ambas os navios eram quatro; o que prova, como já dissémos, que a descoberta do *gran rio* e do Brasil não foi feita por Pinzon em 1500. Daqui se infere que a expedição mencionada na mercê da concessão, caso seja de

([327]) Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 145.
([328]) Harrisse, op. cit., pág. 663-667; Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 610.

Pinzon, tem de ser escolhida entre a duvidosa de 1502, cujo número de navios ignoramos, e as que êle podia ter feito entre 1510 e 1513, já que é de excluír a de povoamento, porventura realizada entre 1505 e 1506. Mas delas não participou Diego de Lepe, sempre independente de Pinzon, e do mesmo modo êle não esteve na de Colombo em 1492; ora como seria absurdo que o diploma galardoasse os feitos de um capitão ausente das duas únicas viagens nêle celebradas, somos forçados a admitir que a segunda foi comandada por Diego de Lepe.

Aí temos pois uma exploração do grande rio e do Brasil, conduzida por êste navegador, com três navios e em época indeterminada; naturalmente uma das quatro ou cinco atrás mencionadas. Não sabemos infelizmente qual escolher, e portanto em que época foi descoberto o *gran rio*, sem dúvida o Amazonas, mas mostraremos ao diante que é de excluír a primeira, de 1500.

¿DIEGO DE LEPE MORRERIA NA FORCA?

PRESTA-SE a conjecturas o facto, citado por Ledesma, de Diego de Lepe não voltar a Espanha nos seus navios, tendo sido confiadas a outrem as cartas de marear com os resultados da exploração. André de Morales, testemunhando nas *Probanzas del fiscal* (329), dá-nos a notícia de que o navegador morrera em Portugal, e nós somos tentados a relacioná-la com a anterior de Ledesma. Sendo assim, Diego de Lepe, por circunstâncias ignoradas, desembarcou em Portugal ou para lá foi levado, e não tornou com os companheiros à terra natal, vindo a falecer fóra dela. A viagem tam desventurosamente finalizada em 1508 ou depois teria sido então a última.

Varnhagen, que não soube do depoïmento de Ledesma, mas apenas do de Morales, dado por Navarrete no seu extracto incompleto das *Probanzas*, veria nêle a confirmação dum seu asserto. O egrégio brasileiro afirma que Diego de Lepe acabou na forca, a mandado do rei de Portugal, por ter sido encontrado traficando na África portuguesa; e funda-se para isso numa carta de Estevam Fróis, escrita a D. Manuel em 30 de junho de 1514 (330).

Neste interessante documento (331) narra o desventurado português que está prisioneiro dos espanhois há perto dum ano, sob a acusação de exercer comércio nos domínios do Novo Mundo pertencentes a Castela. As terras ao sul da eqüinocial, expõe Fróis, há mais de vinte anos (!) eram consideradas como de Portugal, e nelas podiam os portugueses livremente negociar; contra direito os cativaram os castelhanos por vingança, visto haver entre êles naturais de Palos de Moguer *que heram homens que nos queryam mall por quausa de huum diogo de lepe que vossa alteza mandou emforcar porque foi tomado nas partes da gyné com certos negros que levava furtados.*

Sabia-se pois em 1513 que fôra justiçado, por ordem do rei de Portugal, um navegador chamado Diego de Lepe, pelo crime de forragear em seára alheia, cativando pretos nas costas da Guiné (332). Assim se póde compreender a ausência do capitão espanhol das suas caravelas quando estas volveram a Sevilha, à vista de Ledesma; é que êle expirava em Portugal e no patíbulo. Mas esta dedução natural está em franco desacôrdo com um diploma oficial, datado de 4 de agosto de 1513, no qual o rei de Castela transmite instrucções ao fidalgo da sua casa e embaixador Lopo Hurtado de Mendoza, que se ia encontrar com D. Manuel de Portugal (333).

(329) *Apêndice B*, resposta à 7.ª pregunta do fiscal.
(330) *Historia Geral do Brasil*, pág. 125.
(331) Capistrano de Abreu, *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, pág. 68 e pág. XXXIV do presente volume. O autor rectificou mais tarde a incorrecta assinatura do documento.
(332) O roubo de negros na costa de África era muito praticado pelos espanhois, a-pesar do severo procedimento dos reis de Portugal. Em fevereiro de 1518 escrevem de S. Domingos (Hispaniola) os Priores de Mexerada e de Ortega, pedindo a Carlos V que mande armar na ilha navios que vão a Cabo Verde e à Guiné cativar *negros bozales*. *(Documentos ineditos de Indias*, tômo XXXIV da 1.ª série, pág. 299).
(333) Publicámo-lo no *Apêndice H*, extraído do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico* parte 3.ª, maço 5, doc. 24.º.

Do texto dêste documento com efeito se depreende que um tal Diego de Lepe fôra mandado justiçar por D. João, antecessor de D. Manuel, tendo morrido no cárcere muitos dos seus companheiros. O rei D. Fernando conformou-se com a violenta medida, bem como *la serenissima reyna mi mujer*, porque *quebrantaron las tales personas el dicho asyento* que delimitava as terras das duas corôas, invadindo as de Portugal. O fim afrontoso do transgressor realizou-se, à vista de tam solene declaração, antes de findo o anno de 1495, em que faleceu D. João II; não póde ser êste portanto o mesmo Diego de Lepe, ainda vivo em 1502.

Estamos em presença de uma duplicação, aliás freqüente: duma banda, um diploma oficial castelhano assevera ter morrido ignominiosamente, antes do fim de 1495 e por ordem do rei de Portugal, certo marítimo Diego de Lepe; doutra, sabemos de diplomas análogos e informações fidedignas que de 1500 em diante um homem com idêntico nome exerceu sua actividade de descobridor, sob o patrocínio dos monarcas católicos, vindo a morrer igualmente em Portugal, em circunstâncias ignoradas.

Diante desta coïncidência ocorre a possibilidade de um eqüivoco por parte do redactor das instrucções ao embaixador espanhol, que teria atribuído a D. João II um facto passado nos primeiros anos do reinado de D. Manuel. Como as instrucções dão como viva, ao tempo do sucesso, a raínha D. Isabel e esta morreu em 14 de novembro de 1504, podia o enforcamento ter acontecido neste ano ou no precedente, e então a viagem de Diego de Lepe mal terminada seria a de 1503. Mas a hipótese do engano oficial, além de contradizer as deduções anteriores, que o dão como vivo depois de 1504, é inteiramente inverosímil e tem de ser abandonada. Estevam Fróis, verdade seja, inculca-nos D. Manuel como responsável pela execução: *que vossa alteza mandou enforcar*. Quer provenha de um *lapsus calami*, quer de ignorância de pormenores, êste testemunho não prova; porventura dos próprios castelhanos veio ao prisioneiro a revelação do suplício ordenado pelo rei português, sem saberem ao certo qual fôsse.

Existiram, portanto, dois personagens, ambos chamados Diego de Lepe e ambos dados a navegações; o primeiro pereceu às mãos do carrasco em tempo de D. João II, o segundo, talvez filho ou sobrinho do primeiro, vivia 10 anos depois e também morreu em Portugal, mas não na forca. Seria verdadeiramente extraordinário que os dois Diego de Lepe tivessem igual destino infamante, havendo provas dêle quanto ao primeiro e faltando completamente quanto ao segundo. Há pois que rectificar a passagem correspondente de Varnhagen, como aliás muitas outras relativas aos feitos dos castelhanos na América durante os fins do século XV e princípios do seguinte.

A SUPOSTA PRIMEIRA VIAGEM DE DIEGO DE LEPE

ÚNICA expedição dêste navegador mencionada pelos historiadores é a de 1499-1500, na qual teria sido descoberto não só todo o litoral compreendido entre Pária e o cabo de S. Agostinho, mas ainda um trecho ao sul do cabo, em domínio reconhecidamente português. O primeiro cronista que se ocupou do assunto foi o bispo de Chiapa, e a sua versão acha-se reproduzida em Herrera e em outros cronistas sem adição de valia (334).

Temos por seguro que Las Casas se baseou unicamente nas *Probanzas del fiscal*, por êle citadas, pois nenhum dos factos apresentados deixa de figurar nos autos, àparte o eqüivoco num pormenor somenos. Podemos dispensar-lhe o relato, uma vez que possuímos os autos, anteriores de umas dezenas de anos. Mas tam seguro como a origem das informações do prolixo e insípido eclesiástico é que elas derivam dum texto incompleto das *Probanzas*, feito precisamente nos mesmos moldes e com as mesmas lacunas importantes do fornecido a Navarrete séculos depois; parecendo que o arquivista, a quem coube em 1826 transmitir ao erudito espanhol as suas pesqüizas paleográficas, se limitou a copiar um modêlo já anteriormente feito. Nota-se efectivamente a ausência em Las Casas de factos

(334) Publicámo-la no *Apêndice F*.

constantes do texto completo das *Probanzas*, que, se fôssem conhecidos, alterariam sua narrativa, ao passo que aparecem nela quási todos os pormenores mencionados no extracto de Navarrete.

Las Casas começa por dizer que Diego de Lepe partiu em 1499, no mesmo mês de dezembro que Vicente Pinzon. Dos 10 depoïmentos transmitidos por Navarrete àcêrca do descobridor nenhum tem indicações sôbre a data e local da partida, mas entre os relativos a Pinzon há o de Hernando Esteban, companheiro de Diego de Lepe, o qual diz terem desaferrado os dois de Espanha *uno en pos de otro*, tendo a testemunha visto *la tierra que Vicente Yañez habia descubierto sin que ningun cristiano hubiesse llegado alli.* Desta única declaração, da circunstância do fiscal dar Pinzon como precedendo Diego de Lepe na descoberta, concluíu o bispo que o segundo capitão partiu pouco depois do primeiro, isto é, em todo o mês de dezembro de 1499 ([335]).

Diz em seguida que o nosso navegante era *vecino del Condado* de Niebla, não sabendo se de Lepe ou de Palos de Moguer, mas que era desta vila a mór parte dos marinheiros da expedição, a qual se fêz em dois navios. Das 10 testemunhas de Navarrete 9 são, com efeito, de Palos, como se vê das respostas às diversas preguntas do fiscal; e nenhuma indica donde Diego de Lepe era *vecino*, hesitando portanto o bispo entre Lepe, à vista do nome do descobridor, e Palos donde provinham os marítimos. Do depoïmento de um dos 10 declarantes, Alonso Rodrigues de la Calba, consta, de feito, que foram dois os navios.

Acrescenta Las Casas que a travessia do Atlântico foi iniciada na ilha do Fogo, do arqüipélago de Cabo Verde, pormenor tirado do depoïmento de Cristobal Garcia, e que seguiram primeiro ao sul, depois pelo sudoeste, seguindo na esteira de Pinzon. Neste ponto discrepa o bispo das testemunhas, três das quais indicam a róta pelo *sudueste* e outra pelo *levante*, que é a mesma coisa; mas êle sabia que, caminhando nesse rumo, se vai ter muito ao norte do cabo de S. Agostinho. Ora como se diz na 8.ª pregunta do fiscal que Diego de Lepe, analogamente com Pinzon, tocou neste cabo, houve necessidade de alterar a róta pelo sudoeste, escolhendo Las Casas a que êle atribui, aliás erradamente, a Vicente Yañez.

Diego de Lepe não só esteve em S. Agostinho, mas ainda dobrou êste cabo, passando ao sul, alega a narrativa que estamos seguindo. A testemunha, Juan Rodriguez diz ter o nauta tocado em S. Agostinho, mas o seu depoïmento talvez não fôsse conhecido do bispo, porque no texto de Navarrete êle figura como pertencente ao extracto especial de Muñoz. Das restantes 9, apenas Cristobal Garcia menciona *la punta del este*, como lugar de primeira arribada, e Luís del Valle o *Rostro Hermoso*, designação que pertence a Pinzon. Na dúvida, ficou-se Las Casas nos têrmos da pregunta do fiscal.

Os *actos posesionales*, a que êle se refere, são descritos nas declarações de Hernando Esteban, Luís del Valle e Cristobal Garcia, e na dêste último a inscrição do nome de Diego de Lepe numa árvore de espantosa grossura. Quanto às 16 pessoas que de mãos dadas não abarcavam a árvore, há nisto uma reminiscência da viagem de Pinzon em 1499, na qual Martir refere o acontecimento. Não é esta a única vez em que há confusão entre as duas expedições; além do rumo da derrota, há atribüição de um companheiro a Diego de Lepe (Anton Fernandez Colmenero), que na realidade o foi de Pinzon.

A entrada no *Marañon*, o assalto dos indígenas e o cativeiro de alguns vêm nos depoïmentos de Alonso Rodriguez de la Calba, Cristobal Garcia e Luís del Valle, sem falar no de Juan Rodriguez, testemunha do extracto de Muñoz. A prisão dos índios, entregues mais tarde ao bispo D. Juan Fonseca, é narrada por Alonso Rodriguez de la Calba.

O exame que vimos de fazer demonstra que Las Casas se cinge estrictamente às *Probanzas*, tais como êle as conheceu e durante mais de três séculos foram conhecidas; êle não aponta circunstância alguma nova e estamos autorizados a ligar à sua descrição tam sòmente o valor que lhe dá o extracto imperfeito daqueles autos. Conhecido porém hoje, e já desde 1894, o texto completo do interrogatório das testemunhas, apura-se quanto a descrição tem de fantástica e quam poucos dos seus traços são de conservar. E' o que resulta da análise seguinte:

Bartolomé Roldan, que foi por pilôto de Diego de Lepe (F, preg. 8.ª), também ocupou igual posto na terceira expedição de Colombo em 1498-1500 (F, preg. 2.ª), mas devia ter tornado a Espanha

([335]) Harrisse inclina-se à mesma opinião (op. cit., pág. 338, nota 11).

em um dos cinco navios que o almirante reexpediu no mesmo ano de 1498, pois o pilôto afirma ter visto embarcar Niño e Guerra, na primavera de 1499 (A, preg. 14.ª). Não consta dos seus dois depoïmentos que êle os visse chegar ou estivesse em Sevilha quando prestaram contas ao bispo de Córdova, nem que assistisse em Espanha quando Hojeda e La Cosa regressaram (primavera de 1500); apenas se sabe que êle viu em Sevilha La Cosa que *hera ya de vuelta* da viagem com Bastidas, depois de 7 de setembro de 1502 (F, preg. 6.ª). Podia pois Roldan ter acompanhado Diego de Lepe na expedição de 1500, mas por ora não sabemos se o fêz na de 1501, na duvidosa de 1502 ou ainda na de 1503.

Duas delas, porém, são de excluír. Efectivamente o pilôto assevera *que Vicente Añes fué a descobrir mes é medio ó dos meses antes que Diego de Lepe é despues fué el dicho Diego de Lepe* F, preg. 8.ª). Ora Pinzon, além da viagem de 1499, só navegou mais em 1503-1504 ou talvez em 1502. Não podia a expedição de Roldan ter-se realizado em 1501, quando Pinzon demorava pela Espanha, e tampouco foi em 1503, pois já vimos atrás que êste capitão partiu depois e não antes de Diego de Lepe (depoïmento de Juan de Xerez, F, preg. 8.ª); restam-nos portanto as expedições de 1500 e 1502. Se foi na primeira que piloteou, a partida efectuou-se em meiados ou fins de janeiro de 1500; se na de 1502, igualmente depois de 17 de janeiro (6.º diploma oficial); em qualquer dos casos não se confirma o dito de Las Casas.

Mas Roldan dá-nos um pormenor interessante quando declara ter sido despachado pelo bispo D. Juan de Fonseca *en aquella sazon* na qual o foram Hojeda e La Cosa (F, preg. 5.ª). Segue-se daqui que por essa ocasião êle navegou por sua conta, provávelmente para as Antilhas, visto como êle não é incluído entre os descobridores, nem se apresenta como tal nas *Probanzas.* Ocorre a reflexão de que talvez êle estivesse associado a Diego de Lepe, do mesmo modo que anteriormente tinham estado Niño e Guerra; mas neste caso apenas Guerra capitulou ([336]), nem nos consta de capitulações simultâneas com dois navegadores. Como demais o diploma oficial, de 15 de novembro de 1500, referindo-se à viagem de Diego de Lepe, feita nesse ano, só a êle menciona, julgamos acertar, concluíndo que pilôto e capitão foram despachados separadamente em 1499, e seguiram diversos destinos. Vê-se que a expedição de Diego de Lepe, piloteada por Roldan, foi a de 1502; e devia portanto ser de quatro navios e um bergantim (3.º, 4.º e 6.º diplomas oficiais) ([337]), tendo-se efectuado a partida em fins de janeiro.

A dúvida do bispo quanto à terra de residência habitual de Diego de Lepe desvanece-se diante do primeiro diploma oficial citado, de 9 de novembro de 1500, do qual se depreende que êle era *vecino* de Palos de Moguer. A passagem pela ilha do Fogo, tirada por Las Casas do depoïmento de Cristobal Garcia não é certa, pois esta testemunha não acompanhou o descobridor em 1500. Efectivamente ela viu em Sevilha Niño e Guerra prestar contas ao bispo D. Juan de Fonseca, (F, preg. 3.ª e 4.ª); estava portanto em Espanha na primavera de 1500, e não tinha tempo para regressar duma exploração começada em janeiro.

Além disto, que é suficiente, vemos que o depoente esteve com Diego de Lepe no *Marañon;* ora êste rio só foi descoberto depois de 1500. Provam-no as testemunhas Diego Fernandez Colmenero, sobrinho de Pinzon (F, preg. 8.ª) e Juan Rodriguez, irmão e pilôto de Diego de Lepe (F, preg. 8.ª), cujos depoïmentos teremos ocasião de examinar. São três as testemunhas de Navarrete, além das citadas e doutra, a falar do *Marañon;* Alonso Rodriguez de la Calba, Cristobal Garcia e Luís del Valle, das quais vimos já que a segunda não foi com Diego de Lepe em 1500; os seus depoïmentos podem bem referir-se a viagens posteriores. Assim sendo, a circunstância de serem dois os navios, que Las Casas extraíu da primeira testemunha, é duvidosa; aliás o *Marañon* foi descoberto numa expedição feita com três navios, segundo atrás ficou expresso. Análogamente não se referem a 1500 a morte de 11 expedicionários, a árvore de espantosa grossura e a prisão dos índios em Pária, mencionadas pelo segundo e primeiro daqueles marítimos.

Do conto de Las Casas nada fica de seguramente imputável à primeira viagem de Diego de Lepe, e os que o repetem confiadamente iludem-se, tomando como história verdadeira o que não passa de rematada fantasia.

([336]) Navarrete, op. cit., tômo III, doc. IV, pág. 78.

([337]) Os depoïmentos de Pedro Sanchez del Castillo (F, preg. 8.ª; A, preg 14.ª), que com certeza acompanhou Bartolomé Roldan, não contrariam o asserto, embora assim pareça à primeira vista.

A DESCOBERTA DO AMAZONAS

EIXÁMOS já patente, no estudo da viagem de Pinzon, que a descoberta do *Marañon* ou Amazonas não se deve a êste capitão, mas sim a Diego de Lepe; vamos agora mostrar, socorrendo-nos das *Probanzas*, que ela é posterior a 1500. E' necessário, porém, não perder de vista que *el gran rio y el Brasil* foram achados no decurso de uma expedição feita em três navios, segundo reza o diploma que concede brasão aos descendentes dos Pinzones.

A primeira viagem de Diego de Lepe envolve-a denso mistério. Nenhuma data se conhece dela, ainda mesmo aproximada; apenas se calcula que começou depois da de Pinzon (fins de novembro de 1499), e se sabe que terminou antes de novembro de 1500 (1.º diploma oficial citado). Ignoramos o número de navios e qual o seu itinerário; mas na hipótese dêle arribar ao nordeste da América meridional, ao sul de Pária, depreende-se do interrogatório e depoïmento das *Probanzas* que êle seguíu na esteira de Pinzon. Sendo assim, deveria ter tocado para refrêsco na Hispaniola depois do seu émulo, isto é, depois de 23 de junho de 1500 ([338]); e como conseqüência o regresso a Espanha não podia afastar-se muito de agosto, sendo perfeitamente explicável que em 15 de novembro se dispusesse novamente a capitular (2.º diploma oficial).

¿Teria sido nesta expedição o achado do Marañon? Temos razões para responder negativamente, à vista dos depoïmentos das *Probanzas* que mencionam êste nome.

Diego Fernandez Colmenero diz (F, preg. 8.ª) que *vido... yr a descubrir el dicho Diego de Lepe é que descubrió en la tierra firme a la parte del medio dia a do dizen marañon, é que antes del nadia descubrió en aquellas partes... é supo de la embajada que truxo el dicho diego de lepe.* Ora êste Colmenero, sobrinho de Pinzon, foi na sua expedição de 1499 por capitão dum navio (F, preg. 3.ª); só depois de outubro de 1500 podia ter visto Diego de Lepe partir. E', portanto, posterior a êste ano a descoberta do *Marañon.*

As outras quatro testemunhas, que foram com Diego de Lepe e falam no *Marañon*, são Luís del Valle, Alonso Rodriguez de la Calba, Juan Rodriguez e Cristobal Garcia. Do depoïmento dos dois primeiros não é possível inferir a época em que navegavam com o descobridor, mas há motivo para crer que Luís del Valle não o acompanhou na primeira viagem. Efectivamente êle conta (F, preg. 8.ª) que, antes de Pária, foram dar *a la navidad* (Natividade) *donde tomaron cierta gente*, e a presença do nome indica que o lugar foi descoberto no Natal ([339]); ora Diego de Lepe não se podia achar nessas paragens nos fins de dezembro, tendo partido de Espanha neste mês de 1499 quando muito, e com certeza já lá não estava em dezembro de 1500, visto o 2.º diploma oficial por nós citado. Também é possível afirmar que Alonso Rodriguez de la Calba não assistiu à descoberta de *el gran rio y el Brasil*, porquanto ela se efectuou numa expedição de 3 navios e a testemunha só acusa 2 (F, preg. 8.ª).

Juan Rodriguez, irmão de Diego de Lepe, menciona entre as coisas notáveis então vistas *el gran rio* (Orinoco) *y el marañó é donde está en la mar el agua dulce* (F, preg. 8.ª). Êste marítimo refere (F, preg. 3.ª) que *vido... al dicho Cristobal Guerra e Pero Alonso Niño quando vinieron de descubrir é dixeron que....;* estava pois em Espanha em abril de 1500 ou algum tempo depois. Se reflectirmos porém que Diego de Lepe não podia ter regressado antes de agosto ou setembro, concluímos que o irmão Juan Rodriguez não andou às suas ordens na primeira expedição, mas noutra subseqüente. O mesmo diremos de Cristobal Garcia, que narra (F, preg. 3.ª e 4.ª) ter visto Niño e Guerra em Sevilha quando prestaram contas ao bispo D. Juan de Fonseca, e se achava por conseqüinte em Espanha na primavera de 1500.

Arredada a viagem de 1500, somos obrigados a voltar-nos para as de 1501, e 1503-1504, excluíndo a de 1502, porque ela se deveria ter realizado com quatro navios, além do bergantim de remos (3.º, 4.º e 6.º diplomas oficiais). Em 1501 contava Diego de Lepe ir com 3 caravelas (2.º diploma oficial), podendo pois ter sido descoberto nesta expedição *el gran rio;* mas o silêncio das capitulações de 1501 (3.º diploma oficial), contrastando com a menção de *S. Maria del mar dulce* nas de Pinzon e a do *gran rio* no diploma heráldico de 1519, contraría a hipótese. De resto, se Bartolomé Roldan só foi com Diego de Lepe na expedição de 1502, como cremos, a descoberta do *Marañon* é posterior a êste

([338]) Harrisse deduz do depoïmento truncado de Anton Fernandez Colmenero (F, preg. 7.ª) que Pinzon e Diego de Lepe se encontraram em Pária. Esta asserção não joga bem com as palavras do marinheiro *en las señas que les dió el dicho diego de lepe despues que vinieron a castilla.*

([339]) Oviedo diz, no cap. 3.º do livro XXI de sua *Historia*, que o braço oriental do *Marañon*, ou Amazonas, se chamava rio de *Navidad.*

ano, visto que o pilôto no seu depoïmento não o menciona e refere-se unicamente ao *rio grande*, que é o Orinoco. Assim chegamos à viagem de 1503-1504, na qual podia ter sido feita a visita ao Amazonas e ao Brasil, sem termos todavia razões para o afirmar. Martir, quando em 1510 preparou a edição *princeps* das suas *Décadas*, não sabia da existência do *Marañon*, de que se ocupa a primeira vez em 1516, e seriamos tentados a ver no facto uma prova de que o achado do rio fabuloso se efectuou depois de 1510; no entanto, a conclusão é arriscada, e é prudente admitir o contrário.

Se os documentos que possuímos nos permitem asseverar que Diego de Lepe descobriu o Amazonas, mas não antes de 1503, ainda resta considerar a hipótese de navegadores clandestinos, castelhanos ou portugueses, o terem visitado antes. No que respeita aos últimos, ela não deixa de oferecer alguns visos de plausibilidade. A 13 de julho de 1503 chegou à côrte espanhola a nova de que quatro navios portugueses tinham avançado até as terras descobertas por Bastidas (desde o cabo de Vela até Panamá) e de lá tinham trazido escravos índios e mercadorias [340]. Como o escrivão de Sevilha regressára da sua frutuosa expedição em setembro de 1502, a incursão deve ter sido feita nos princípios de 1503; ela foi seguida doutra no mesmo ano. Nestas excursões clandestinas é lícito supôr que os aventureiros se não dirigissem directamente à zona cuja exploração os atraía, e para maior segurança partissem dos domínios portugueses; ora se assim foi, deveriam ter costeado desde as terras de S.ta Cruz até Pária, passando então pelo Amazonas. Estes corsários contudo, já que lhes cabe o epíteto, contavam seguramente com a colaboração de castelhanos conhecedores daquelas paragêns e de suas cartas de marear, e é possível que fôssem direitos a elas.

Não há dúvida de que uma expedição, pelo menos, se fêz nas condições apontadas, aquela de que nos fala Estevam Fróis, aprisionado pelos espanhois em 1513. Na sua carta, escrita no ano seguinte, êste infeliz, contando suas desditas, afirma que muito antes João Coelho, da porta da Cruz em Lisboa, se demorara pelas terras disputadas pelos castelhanos, em companhia de outros compatriotas [341]. Não sabemos das razões que assistiram ao Barão do Rio Branco para supôr João Coelho presente em 1502 a 1503 na região amazonica [342]; mas se assim foi, é lícito concluír do nosso estudo que o famoso rio já era conhecido dos portugueses antes de ter sido visitado pelos espanhois em viagem oficial.

4—ALONSO VELLEZ DE MENDOZA

É CURIOSA a maneira por que foi arvorado em descobridor do Brasil êste Alonso Vellez de Mendoza, por sinal comendador não se sabe de que ordem de cavalaria. Nenhum dos cronistas, desde Martir até Herrera, se refere à pretensa descoberta. Muñoz, partindo de uma declaração do pilôto Juan Rodriguez Serrão em 1515, foi o primeiro a sustentar que êle navegou para o Brasil em 1499 [343], mas Navarrete, examinando o parecer do seu antecessor, acaba por concluír que provávelmente não andou por êsses lados [344]. D'Avezac entende que Alonso Vellez foi com Diego de Lepe, dando crédito à declaração de Serrão, embora do extracto das *Probanzas* ao tempo conhecido, nada se pudesse tirar que de leve abonasse a presunção [345]. ¡Quere isto dizer, que a reputação de descobridor do Brasil ganhou-a o comendador tam sòmente à conta das palavras de um pilôto, depondo sôbre um facto anterior de 16 anos!

(340) Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 161.

(341) A carta de Estevam Fróis encontra-se facsimilada e interpretada a págs. *XXXIV* a *LXV* da Introdução do presente volume.

(342) *Premier mémoire*, tômo I, pág. 61.

(343) O depoïmento de Serrão foi extractado por êste historiador (Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 319), mas o tômo 2.º da sua *Historia del Nuevo Mundo*, em que trata da viagem de Alonso Vellez, não foi publicado.

(344) Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 23, 194 e 319.

(345) *Les voyages d'Améric Vespuce*, págs. 105 e 108.

O texto completado dos autos do famoso pleito veio trazer ao assunto uma pequena contribuïção, que todavia não adianta nada enquanto à expedição de Alonso Vellez em 1499. Harrisse, quando ainda não conhecia êsse texto, resumiu o que se sabia dos feitos dêsse homem chamado à imerecida notoriedade. Êle cita nada menos que quatro viagens, contando com a de 1499, embora duvide da existência separada das duas últimas ([346]). Na realidade elas são distintas, mas no total são apenas três, porque a primeira é imaginária; Alonso Vellez só no segundo semestre de 1500 se aprestou a partir para o nordeste da América austral, se é que foi *a descubrir* para essas paragens. E' falso que avistasse o Brasil antes de Álvares Cabral, como vamos demonstrar.

OS DIPLOMAS OFICIAIS

Estão apenas publicados dois diplomas oficiais concernentes a viagens de Alonso Vellez de Mendoza.

O primeiro é o têrmo de 20 de julho de 1500, celebrado entre os reis católicos e os fiadores dêste comendador, em que é planeada uma expedição de descoberta às Índias ocidentais com 4 navios ([347]). Êste documento, ao qual estão juntos outros têrmos conexos de datas posteriores até 18 de agosto, transcreve os capítulos já ultimados anteriormente com o comendador para o mesmo fim, os quais Navarrete, baseando-se em dados que não cita, declara feitos em 5 de junho.

Nada se sabe ao certo desta viagem; Navarrete até duvída de que ela se efectuasse, o que não cremos. Uma das caravelas que devia ter seguido chamava-se *S. Cristobal* e tinha por *maestre* Cristobal Rodriguez Tiscareño, como consta do têrmo citado; mas faltam indicações sôbre os restantes navios, e é bem possível que o seu número se reduzisse a 2, embora houvesse licença para 4. Esta alteração das condições preestabelecidas era freqüente, e só quando o número dos barcos era maior que o capitulado se tornava mister novo diploma.

Devia ser esta a primeira vez em que Alonso Vellez se aventurava a terras desconhecidas; pelo menos os capítulos transcritos no têrmo de 20 de julho, no qual são enumeradas as regiões onde ao comendador era vedado descobrir, não dizem que êle já se ocupara dessa missão, como era costume invariável. Esta circunstância não escapou à sagacidade de Navarrete, e permite-nos concluír que o comendador ainda não empreendera em 1500 outra viagem de descoberta.

O segundo diploma, datado de 15 de fevereiro de 1502, é a *capitulacion é asiento* que se tomou com Alonso Vellez de Mendoza para povoamento da Hispaniola. Subsidiáriamente se lhe permitia ir às ilhas já conhecidas e terra-firme, onde não havia governador nomeado, exceptuada a costa donde Niño e Guerra trouxeram as pérolas; e também se admitia a possibilidade da descoberta de novas terras ([348]). E' pouco provável que nesta viagem o comendador se afastasse muito da Hispaniola, seu principal objectivo; contudo não se póde inferir daqui rigorosamente que êle não visitou o litoral ao sul de Pária, uma vez cumprida sua missão, ou mesmo antes.

Herrera diz que êste *asiento* de povoamento foi lavrado a 15 de fevereiro de 1501, indo os navios de Alonso Vellez na frota do governador Nicolao d'Ovando ([349]); contudo êle mesmo nos assevera que êste partiu em 13 de fevereiro de 1502. Nesta passagem do cronista se fundam os que dão o comendador em Espanha em 15 de fevereiro de 1501 ([350]), mas a publicação do têrmo do povoamento mostra que êle se eqüivocou no ano, e que a partida conjunta com a de Ovando é impossível, pois não podia preceder de dois dias o *asiento.*

Dos manuscritos de Muñoz copiou Harrisse o seguinte: *item: con licencia de S. S. A. A. llevó Alonso Vellez de Mendoza, vezino de Sevilla, en un navio que de aí partió em Marzo 1503 veinte e nueve casados con sus muyeres, hijos e criados y varios soldados que por todos san 142 personas. Llevo-las el navio de M. Nunez a la Española* ([350]). Se não houve engano de Muñoz, trocando 1502 por 1503, temos a acrescentar às viagens de Alonso Vellez mais uma, de povoamento e não de descoberta. Mas nós vamos concluír das *Probanzas* a existência de uma outra, feita pelo comendador em 1503-1504, a única na qual com certeza êle navegou pelas costas do Brasil, sendo precisamente desta que nos não têm falado os historiadores, iludidos com a falsa miragem de 1499.

([346]) Op. cit., pág. 338, 680, 682, 691 e 694.
([347]) Navarrete, op. cit., tômo II, pág.
([348]) *Documentos ineditos de Indias,* série 1.ª.
([349]) *Década* I, livro IV, cap. 12, e livro V, cap. 1.
([350]) Harrisse, op. cit., pág. 680; Toribio de Medina, op. cit., tômo I, pág. *XC.*

O DEPOÏMENTO DE SERRANO E AS *PROBANZAS*

PILÔTO Juan Rodriguez Serrão, depondo em 1515 àcêrca da situação do cabo de S. Agostinho, conta que haverá 16 anos, *poco más ó menos*, navegara com Alonso Vellez em 2 navios e não só chegara ao cabo, mas também o dobrara ([351]). A partida para a exploração data pois de 1499, e ela fêz-se em região ainda mais extensa que a visitada em 1500 por Pinzon, pois êste em 1513 dava S. Agostinho como limite da sua. Por outro lado, o comendador sem dúvida costeou desde o extrêmo sul atingido até Pária, seguindo à Hispaniola para refrescar e regressando depois a Espanha, onde já devia estar na primeira quinzena de maio, pois o vemos capitular em 5 de junho. Segue-se que a sua estada na Hispaniola não póde ser posterior aos princípios de abril, porque a viagem de regresso durava mais de um mês, ao passo que (segundo se lê em Martir-Trevisan) Pinzon só aí chegou em 23 de junho, ao voltar de Pária. Chega-se assim a êste resultado inesperado: Alonso Vellez não só visitou em 1500 as terras avistadas por êste ilustre capitão, mas outras ainda mais ao sul, e tôdas antes dêle; ¡seria assim o primeiro descobridor do Brasil!

Esta dedução, perfeitamente inverosímil, é abertamente contraditada pelo têrmo das capitulações de Pinzon em 1501, que lhe atribui a precedência. Serrão engana-se na data, coisa vulgar nas testemunhas das *Probanzas*, e tanto menos estranhável quanto êle se referia a acontecimentos de há longos anos; e é bom acentuar que o pilôto acrescenta *poco más ó menos*, não confiando em suas reminiscências. Se trocarmos por 15 os 16 anos acusados, é explicável o depoïmento do pilôto, e a viagem nêle versada é a do segundo semestre de 1500, não obstando a isto ter sido executada com 2 navios apenas, em vez dos 4 permitidos nas capitulações respectivas.

As *Probanzas*, por seu turno, repugnam à pretendida viagem de 1499. O interrogatório do fiscal não fala nos descobrimentos de Alonso Vellez, mostrando por esta fórma que êle não tinha direito à prioridade sôbre Pinzon e Diego de Lepe. Das copiosas testemunhas que depuseram no processo, só três mencionam o nome do comendador e tôdas se referem a viagem ou viagens posteriores às de Diego de Lepe.

O pilôto André de Morales diz (F, preg. 8.ª) que depois dêste capitão *fue otro que se dezia Alonso Vellez e descubrió desde el cabo de Cruz a la parte del medio dia todo lo que está descubierto.*

Juan de Xerez, outro pilôto, conta (F, preg. 8.ª) que saíu com Vicente Yañez, depois de ter partido Diego de Lepe, e *dende á quatro ó cinco mezes queste testigo partió, Alonso Vellez e Luys Guerra se partieron de Sevilla é fueron á descubrir lo en esta pregunta contenido, é descubrieron desde la punta de Santa Cruz, á la vanda del Sur, hasta el termino que agora está descubierto.* Já provámos em uma das secções anteriores ([352]) que esta tríplice expedição se efectuou entre 1503 e 1504, dando assim mais uma às conhecidas do comendador.

Finalmente Anton Garcia, terceiro pilôto, narra (F, preg. 8.ª) que Diego de Lepe, Vicente Yañez e outros *salieron juntos* (quere dizer com curto intervalo) e *este testigo e los que con el yvan, que heran Luys Guerra e Alonso Vellez, llegaron a lo contenydo en la dicha pregunta, y los dichos Diego de Lepe e Vicente Añez quedaran mas traseros a la vanda del norte.* Esta viagem de 1503-1504, como ficou atrás averiguado, é a única sôbre que as *Probanzas* fornecem escassos dados, que se resumem em localizar as terras descobertas.

Não é para desprezar a hipótese de que seja a mesma de Serrano, cuja memória infiel o levasse a dizer 16 anos, em vez de 12; mas à cautela ater-nos-hemos à suposição já enunciada, admitindo que o comendador Vellez de Mendoza descobriu tarde em 1500 as terras novamente percorridas três ou quatro anos depois. O pilôto, na sua declaração, desculpa-se com a sua pouca idade ao tempo da viagem, de afirmações, por ventura temerárias; ora precisamente uma das que faz é ter dobrado o cabo de S. Agostinho. Êle diz-nos que arribou 5 ou 8 léguas ao norte dêle, e o dobrou *para la parte del sudeste*, mas quem conhece a topografia do cabo sabe que isto seria impossível, porque o trecho de costa em que está S. Agostinho, desde 8 léguas ao norte até igual distância ao sul, tem o rumo muito aproximado de susudoeste. ¿Como podia aliás o joven Serrano saber tanto atrás que o cabo era o de S. Agostinho, se a primeira nova dêste nome só chegou a Espanha nos últimos meses de 1502?

([351]) Veja-se o *Apêndice G.*
([352]) Veja-se a parte dêste trabalho sob a epígrafe *As viagens ignoradas de Pinzon.*

5—CONCLUSÕES

¿A QUEM se deve atribuír a descoberta do Brasil? Para responder com alguma segurança à pregunta, importa assentar preliminarmente no significado desta palavra, hoje bem diverso do de outras eras.

Nascida poucos anos sôbre a primeira visita de europeus ([353]), ela aplicou-se às *terras de Santa Cruz*, que estavam a oriente da linha de demarcação estipulada no pacto de Tordesilhas em 1494, quando ainda não fôra descoberta a menor parcela do continente americano. Êste meridiano de partição dos domínios castelhanos e portugueses devia passar 370 léguas a ocidente do arqüipélago de Cabo Verde, contadas no seu paralelo; mas a defeituosa definição não fixou a ilha da qual haveria de se proceder à contagem, além de que se suscitaram divergências quanto ao número de léguas contidas no grau de longitude. Esta dupla indeterminação nunca foi levantada, a-pesar-de reiteradas tentativas, ficando a partilha da América do Sul sujeita a contestação, até se tornar obsoleta e inútil.

Houve sempre uma zona litigiosa cujo extrêmo ocidental, com o correr dos tempos, atingiu o eqüador e o Amazonas. Em 1519 ainda o rio era pelos castelhanos incluído na sua esfera. Assim o dá a entender o diploma que instituíu brasão aos descendentes dos Pinzones, no qual *el Brasil*, pertencente a Portugal, é citado depois de *el gran rio;* e temos disso um testemunho mais explícito, embora não revestido de caracter oficial. Enciso afirma, naquele mesmo ano, que a linha de demarcação caía entre os rios *Mar dulce* e *Marañon*, e mais perto do primeiro. Se o *Mar dulce* tem de ser identificado com o Amazonas, o Brasil estava pois a oriente dêle; todavia as pretensões portuguesas transpunham semelhante divisória e em 1524, no congresso cosmográfico de Badajoz, recuavam-na para o poente. Cinco anos depois, Diogo Ribeiro, cartógrafo português ao serviço de Carlos V desde julho de 1523, riscava nos seus mapas o meridiano de demarcação pelo ponto da costa americana situado no eqüador, e deixava o *Marañon* inteiramente na esfera portuguesa.

O colapso de Portugal, absorvido em 1580 por Castela, relegou para plano inferior a questão dos limites, mas parece já ter encontrado ampliados os do Brasil. Em 1637, na doação de Bento Maciel Parente ([354]), o rei das Espanhas declara que *a repartição das jndias do Reino de Castella* entre no Rio de Vicente Pinzon, o actual Oyapoc, distante 40 léguas do cabo do Norte; para êle a costa brasileira avançava até 4° de latitude boreal, exactamente como hoje.

Depois da restauração de Portugal em 1640, D. João IV persistiu na mesma doutrina, confirmada depois de múltiplas peripécias pelo tratado de Utrecht em 11 de abril de 1713. Finalmente a prolongada disputa entre a França e Portugal àcêrca do rio de Vicente Pinzon, herdada pelo Brasil quando em 1822 se tornou independente, foi resolvida em favor dêste pelo laudo arbitral suisso, proferido em 1 de dezembro de 1900.

Tomado pois na acepção que chamaremos histórica, e através das indecisões resultantes da imperfeita convenção de Tordesilhas, póde o Brasil primitivo considerar-se limitado ao norte pelo Amazonas e distinto do actual Brasil, que abrange mais a região entre êste rio e o curso do Oyapoc, terminando no cabo d'Orange. Ora, dentro dêste critério, não há dúvida de que a sua descoberta se deve a Álvares Cabral em abril de 1500, visto como antes desta data não consta que outros tivessem visitado a região amazónica, nem *à fortiori* paragens mais meridionais.

Isto deixámos nitidamente provado. Alonso Hojeda em 1499 não viu sequer a foz do Orinoco, o *Rio grande* do mar doce, quanto mais o Amazonas; mesmo para os que admitem a inteira exactidão do seu depoïmento em 1512, êle ficou pela Guyana holandeza. Contando sua segunda navegação, empreendida em 1499 com Hojeda, Vespúcio falta à verdade, por ignorância ou por fraude, quando afirma ter arribado em 5° de latitude austral; e não é êste o único ponto em que a narrativa contraría factos averiguados.

Vicente Yañez Pinzon, da mesma sorte, não atravessou em 1500 a eqüinocial, embora se

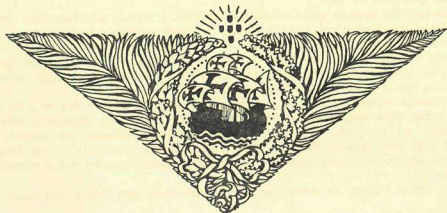
([353]) Em 1503 já se empregava o têrmo Brasil, porque o diz João Empoli numa carta transcrita em Ramusio, *Delle navigationi et viaggi*, Veneza, vol. I, pág. 158. A primeira carta em que se lê Brasil no continente americano austral é a de Jeronimo Marini, de 1511, actualmente na posse do Govêrno brasileiro, por aqüisição do sr. general Lauro Muller, ao tempo ministro das Relações Exteriores.

([354]) Caetano da Silva, op. cit., § 1617 a 1630.

gabasse de tal feito; a descrição que êle fêz da viagem demonstra a fraude. E' certo que então não visitou o Amazonas; o seu *Santa Maria del mar dulce* era o Orinoco, e *Santa Maria de la Consolacion* um cabo situado entre os dois rios, porventura o d'Orange. A lenda, que o erigiu em descobridor da faxa de litoral, compreendida entre o cabo de S. Agostinho e o delta do Orinoco, estriba-se parte no depoïmento de Pinzon em 1513, quando afirma ter tocado nêsse cabo, e por outra, nos textos de Martir (1516) e de Oviedo (1526 e posteriormente). O capitão espanhol, porém, ignorava qual era o cabo de S. Agostinho, conhecido em Espanha tam sòmente pelo que dêle dizia Vespúcio, pois dois anos mais tarde não apareceu pilôto castelhano algum que com certeza lá tivesse estado; e quanto ao texto do protonotário apostólico, apura-se que o rio *Marañon*, cujo achado é nêle erróneamente atribuído a Pinzon, é um rio distinto de *Santa Maria del mar dulce*, único visto em 1500. Não há que ter fé em Oviedo, no tocante à data da descoberta do *Marañon*, nem mesmo é certo que Pinzon se vangloriasse dela, a-pesar da asserção do cronista.

De Diego de Lepe se ignora completamente onde e quando arribou à América em 1500, porquanto nenhum crédito merece a única narrativa existente da sua viagem, forjada por Las Casas com materiais colhidos num imperfeito extracto das *Probanzas;* nós temos por seguro que só depois de 1502 êste nauta, menos falado que Pinzon, descobriu o *Marañon*, identificado com o Amazonas.

Por fim, Alonso Vellez de Mendoza nem sequer esteve no continente americano no primeiro semestre de 1500, pois é imaginária a viagem de então ao cabo de S. Agostinho que, segundo o testemunho isolado dum pilôto, lhe querem atribuír.

A nenhum dos quatro navegadores póde ser imputado o feito de descobrir o Brasil primitivo. Se nos quisermos agora referir ao estado moderno, constituído definitivamente quatro séculos após sua descoberta, ainda não transparecem razões para pôr em dúvida a prioridade dos portugueses, anteriormente afirmada. Em 1500, Vicente Yañez Pinzon não ultrapassou o cabo d'Orange, mas é possível que o fizesse Diego de Lepe, conquanto certamente não atingisse o Amazonas; todavia como tal não passa de uma hipótese, privada de qualquer confirmação, por ténue que seja, devemos pô-la de lado, cingindo-nos apenas a factos provados ou ao menos prováveis. A descoberta do Brasil, como quer que entendamos o têrmo, cabe a Álvares Cabral; os quatro castelhanos a quem comummente a atribüem não passam de seus falsos precursores. Esta conclusão em nada acrescenta aos merecimentos do almirante português, e tampouco obscurece os daqueles intrépidos capitães; mas restabelece a verdade dos factos, até agora envolta em lenda e em hipóteses inverosímeis.

APÊNDICE A

SEGUNDA NAVEGAÇÃO DE VESPÚCIO

Traduzido da *Lettera di Amerigo Vespuci delle isole nuovamente trovato in quatro suoi viaggi*, Florença, 1505; *apud* Vignaud, *Améric Vespuce*, Paris, 1917, pág. 325.

Da segunda viagem e do que nela vi mais digno de memória direi o que segue. Partimos do pôrto de Cadiz três navios de conserva no dia 16 de Maio de 1499 e começámos nosso caminho direitos às ilhas de Cabo Verde, passando à vista da ilha da Gran Canária, e navegámos até que fomos ter a uma ilha dita do Fogo. Feita aqui provisão dágua e lenha, tomámos nossa derrota pelo sudoeste e em 44 dias avistámos uma nova terra que julgámos ser terra firme e contínua com a acima mencionada, a qual está situada dentro da zona tórrida e fóra da linha eqüinocial, para a banda do sul. Sôbre ela se eleva o pólo meridional 5 graus, fóra de todo o clima e dista das ditas ilhas pelo sudoeste 500 léguas. Os dias eram iguais às noites, porque arribámos em 27 de Junho, quando o sol está perto do trópico do Cancer ([1]). Esta terra atravessada por rios grandissimos estava tôda alagada, e de comêço não vimos gente. Surgimos com nossos navios e arriámos os bateis, nos quais fomos a terra que, como dissemos, era sulcada por grandissimos rios que a inundavam. Tentámos em muitos pontos desembarcar mas, a-pesar das muitas diligências, as copiosas águas fluviais não nos permitiram chegar a lugar que não estivesse encharcado; mas por êsses rios adiante vimos muitos sinais de ser a região habitada. Visto como não pudemos entrar nela, acordámos de tornar aos navios e abordá-la noutro ponto; levantámos as âncoras e velejámos entre o levante e o sueste pela costa adiante, que assim corria, e por espaço de 40 léguas tentámos muitas vezes desembarcar, mas foi tempo perdido.

Achámos nesta costa correntes que contrariavam a navegação, dirigidas de sueste a noroeste, de sorte que, vistos os obstáculos levantados à nossa marcha, resolvemos em conselho retroceder pelo noroeste. Tanto andámos ao longo do litoral que demos com um belissimo pôrto formado por uma grande ilha que estava à entrada, havendo dentro uma grandissima enseada; e navegando para entrar nela ao correr da ilha vimos muita gente, o que nos alegrou. Preparamo-nos para surgir onde viamos a gente, que poderia estar afastada cêrca de 4 léguas do mar, e entrementes apareceu-nos uma canôa no alto mar carregada de homens, que resolvemos apresar. Tanto que fizemos a volta com os navios, com fito de a não perder e navegando com vento fresco, observámos que estavam de remos alçados, cuido que maravilhados do aspecto de nossos navios; como nos aproximassemos, meteram os remos à água, dirigindo-se a terra. Tinhamos uma caravela de 45 toneis muito veleira, que se pôs a barlavento da canôa e, quando julgou tempo de dar sôbre ela, largou em sua direcção, e nós de companhia. Quando a pequena caravela chegou à altura da canôa, passou a sotavento, sem investir com ela, que, vendo sua vantagem, fêz fôrça de remos para fugir. Nesta altura já estavam no mar nossos bateis com boas campanhas e pensavamos apanhá-la; mas trabalhámos mais de duas horas, e por fim, se a pequena caravela noutra bordada não apertasse com ela, tinhamo-la perdido. Cercados pelo navio e bateis, atiraram-se todos aqueles homens ao mar, que seriam uns 70, à distância de 2 léguas de terra; seguimo-los nos bateis, mas em todo o dia só agarrámos 2 por asserto, alcançando os outros terra a salvamento. Na canôa ficaram apenas 4 rapazes, que não eram da raça dos restantes e vinham cativos doutra parte; tinham-nos castrado, pois estavam sem membro viril e com as chagas ainda frescas, o que muito nos espantou. Recolhidos a bordo, disseram-nos por sinais que os tinham castrado para os comer, e soubemos então que aquela gente era dum povo chamado Canibais, que comem carne humana. Dirigimo-nos a terra com nossos navios, arrastando a canôa, e fundeámos a meia légua. Como vissemos muita gente na praia, fomos a terra nos bateis, levando connôsco os dois homens aprisionados e quando desembarcamos todos fugiram e se esconderam no mato. Concedemos liberdade a um dos prisioneiros, a quem demos muitos guizos, encarregando-o de dizer aos seus que queriamos ser amigos dêles, tarefa de que êle se desempenhou muito bem, trazendo consigo tôda a gente, que poderia ser 400 homens e muitas mulheres. Vieram ter connôsco sem arma alguma, e travada com êles amizade, restituímos-lhes o segundo prisioneiro e a canôa, que mandámos buscar aos navios. Esta canôa tinha 26 pés de comprimento e 2 braças de largo; era cavada num só tronco dárvore e muito bem trabalhada ([2]). Depois de a terem varado num rio e posto a bom recato, fugiram todos e não quiseram mais ter comércio connôsco, o que nos pareceu de bárbaros e de homens sem fé e de ruím condição. A alguns dêles vimos um pouco douro que traziam nas orelhas.

Partindo daqui, entrámos na enseada onde achámos espantosa quantidade de homens com a qual fizemos amizade, e foram com êles muitos dos nossos a seus povoados, sendo bem recebidos com tôda a segurança. Neste lugar obtivemos 150 pérolas em troca dum guizo, e um pouco douro gratuitamente. Neste país bebiam um vinho ou cerveja, de côr branca e vermelha, fabricado com frutas e sementes, de que o melhor era feito de *mirobolani* e muito agradável; dêstes, muito saborosos e salutares ao corpo, comemos grande quantidade, pois era a sua sazão. A terra é muito fértil de mantimentos, e os habitantes de boa prática e os mais pacíficos que encontrámos até aqui. Ficámos neste pôrto 17 dias com muito aprazimento; e cada dia vinham do interior novas gentes, a maravilhar-se dos nossos rostos e brancura, dos nossos trajes e armas, bem como da fórma e grandeza dos navios. Dêles tivemos novas de que mais ao ocidente havia outro povo inimigo, que tinha infinita cópia de pérolas, tendo-lhe êles tirado em suas guerras aquelas que tinham; disseram-nos mais como nasciam e eram pescadas, e com verdade, como Vossa Magnificência ouvirá.

Partimos dêste pôrto e navegámos pela costa, onde continuamente viamos fumo e habitantes; e ao cabo de muitos dias ancorámos num pôrto, no qual concertámos uma das nossas naus que fazia muita água. Aí achámos muita gente, com a qual não pudemos ter comércio algum, nem a bem nem a mal; quando iamos a terra, defendiam-lhe bravamente o acesso, e, esgotados os recursos, fugiam para o mato sem nos esperar. Separamo-nos dêstes bárbaros, e prosseguindo chegámos à vista duma ilha distante 15 léguas da terra, e resolvemos verificar se era povoada. Nela encontrámos os indígenas

([1]) Já acentuámos no texto o êrro de Vespúcio; e, na nota 36, contradição nas datas.
([2]) Não há maneira de acomodar 70 homens numa canôa com estas dimensões, já consideráveis.

mais feios e bestiais que dar se póde; desprezíveis de figura e gesto, traziam as bochechas cheias duma herva verde, que continuamente mascavam à guisa de animais, e de tal sorte que mal podiam falar. Todos traziam penduradas ao pescoço duas cabaças, uma cheia de herva que mascavam, outra duma farinha branca semelhante a gesso em pó, e de vez em quando molhavam um fuso na bôca, passavam-no pela farinha, depois metiam-na na bôca pelas duas pontas, enfarinhando a herva que lá tinham. Isto faziam muitas vezes, o que nos maravilhou, pois não encontravamos explicação para tam estranha prática nem o seu fim. Tanto que nos viram, vieram ter connôsco tam familiarmente como se fossemos amigos, caminhando connôsco na praia em inteligência. Desejosos de beber água fresca, fizeram-nos sinais de que a não tinham, oferecendo-nos de sua herva e farinha, de maneira que imaginámos ser a ilha pobre dágua e que, para defender-se da sêde, traziam na bôca aquela herva e farinha. (³) Andámos pela ilha dia e meio sem acharmos água viva, e a que êles tinham era o orvalho da noite juntado em certas fôlhas que pareciam orelhas dasno; desta bebiam e era excelente, mas dessas fôlhas havia em poucos lugares. Não tinham nenhuma espécie de viandas, nem raízes como na terra firme, e alimentavam-se com peixes apanhados no mar e dêstes tinham grande abundância, sendo excelentes pescadores. Apresentaram-nos muitas tartarugas e muitos e bons peixes grandes; as mulheres não usavam mascar a herva como os homens, mas tôdas traziam uma cabaça com água, da qual bebiam. Não tinham povoados de casas, sequer de cabanas, mas abrigavam-se sob a folhagem, que os defendia do sol, mas não da água, suposto raras vezes chover na ilha. Quando estavam pescando no mar todos traziam uma fôlha tam grande que a sombra dela os cobria; espetavam-na no chão, e como o sol se mudasse viravam a fôlha a geito, assim se defendendo do ardor solar. A ilha continha muitos e vários animais, que bebiam água dos pântanos. Visto que não tiravamos dêles proveito algum, partimos daqui e fomos a outra ilha, em que achámos homens avantajados. Foi o caso que indo a terra por aguada, e não julgando a ilha povoada por não vermos gente, como andassemos pela praia, démos na areia com vestígios de pés muito grandes; e pensámos que se os outros membros correspondessem à medida, deviam ser de homens muito grandes. Por um caminho que se seguia para o interior, resolvemo-nos nove a procurá-los, julgando que por ser a ilha pequena não podia ser populosa. Percorrendo cêrca duma légua à cata dessa gente, chegámos a um vale onde topámos com cinco cabanas que pareciam desabitadas, mas onde achámos cinco mulheres, duas velhas e três donzelas tam altas que as olhámos admirados. Logo que nos viram apoderou-se delas tam grande terror que não ousaram fugir; as duas velhas começaram a convidar-nos com palavras, trazendo-nos muitas cousas de comer que nos serviram numa das cabanas. Eram de estatura maior que a de um homem grande, e seriam de corpo maior que Francisco dos Abisi, mas melhor proporcionadas; de sorte que nos assaltou o desejo de levar as três donzelas à fôrça para Castela como curiosidade. Estando nêsse propósito, começaram a entrar pela porta da cabana obra de 36 homens muito maiores que as mulheres, e tam bem feitos que era coisa famosa de ver-se; ficamos tam perturbados que antes quiseramos estar em nossas naus que em companhia de tal gente. Vinham armados de grandes arcos e setas, e de paus com grandes mócas, e falavam entre si com semblante de nos querer atacar. Em tal perigo se dividiram as opiniões, dizendo uns que era melhor caír sôbre êles mesmo dentro da cabana e outros que fóra dela, alvitrando alguns como preferível não começar a luta antes de sabermos o que êles resolviam. Decidimos afinal saír da cabana e irmo-nos embora, dissimuladamente para os navios, como se nada fôsse, e assim se fêz. Seguimos para os navios, e êles na nossa esteira a lance de pedra, falando uns com os outros. Creio que o mêdo era igual de parte a parte, porque às vezes paravamos e êles também sem se aproximar, e assim chegámos à praia onde nos aguardavam os bateis. Entramos nêles e quando nos fizemos ao largo, saltaram e entraram a disparar-nos muitas setas, mas já os não receiavamos. Disparamos-lhes dois tiros de bombarda, mais para lhes meter mêdo que para lhes causar dano, e todos fugiram para o montado; assim os deixámos, parecendo ter escapado a uma jornada perigosa. Andavam nús como os demais moradores da ilha, que chamámos dos Gigantes por causa da sua estatura. Prosseguimos mais pela costa adiante, e aconteceu-nos muitas vezes combater, porque os habitantes nada consentiam que tirassemos da terra, e já queriamos voltar para Castela, por andarmos há perto dum ano (⁴) no mar e poucos mantimentos e êsses mesmos deteriorados pelos grandes calores sofridos. Depois que partimos das ilhas de Cabo Verde não deixámos de navegar na zona tórrida e duas vezes atravessamos a linha eqüinocial, porque, como acima dissémos, chegamos 5º ao sul dela e aqui estavamos a 15º para o norte. Sendo essa nossa intenção, aprouve ao Espírito Santo dar algum descanço a nossos trabalhos, e foi que, procurando um pôrto para concertar nossos navios, topámos com uma gente que nos recebeu com muita amizade, e tinha uma grandissima quantidade de pérolas orientais, bastante boas. Aqui permanecemos 47 dias, arranjando 119 marcos de pérolas a trôco de poucas mercadorias, que creio não nos custaram 40 ducados, pois que só démos guizos, espelhos, contas, dez pedaços de vidro e fôlhas de latão. Por um guizo davam quantas pérolas tinham. Ensinavam-nos como e onde as pescavam, e deram-nos muitas das ostras em que elas nasciam. Compramos-lhes uma ostra na qual encontrámos 130 pérolas, e outras com menos; a primeira tomou-a a Rainha e as demais tratei de lhas ocultar. Saberá Vossa Magnificência que se as pérolas não estão maduras e se não destacam por si, não prestam e estragam-se depressa, e disto tenho experiência; quando estão maduras ficam destacadas na carne da ostra, e essas são boas. Por numerosas que fôssem as más, pois na mór parte eram rudes e mal furadas, todavia valiam muito dinheiro, porque se vendia o marco a...... Ao cabo de 47 dias, deixámos esta gente cheia de amizade por nós e necessitando renovar as provisões, fomos aproar à ilha de Antilha, que descobriu Cristóvão Colombo há poucos anos, na qual fizemos nosso abastecimento e nos demorámos dois meses e 17 dias. Aqui passámos grandes trabalhos e perigos com os próprios cristãos que estavam na ilha com Colombo, e creio que por inveja; o que deixo de contar para evitar prolixidade. Partimos da dita ilha a 22 de Julho, navegámos mês e meio e entrámos no pôrto de Cadiz a 8 de Setembro, de dia. Esta é a minha segunda viagem, Deus seja louvado.

(³) Esta explicação é disparatada, porque a seguir Vespúcio nos diz que as mulheres não mascavam e traziam a tiracolo cabaças onde bebiam. ¿Porque não as traziam então os homens, que em troca se contentavam com herva e farinha? Além disto, mais adiante, o florentino conta-nos que várias vezes chovia na ilha, mas que havia pântanos onde bebiam os animais.

(⁴) Não está certo. Vespúcio chegou depois a Hispaniola em 5 de maio, visto que esta data dista 2 meses e 17 dias da partida da ilha. Segue-se que deixou o continente americano em 30 de abril, dando 5 dias para a viagem; de modo que, tendo sido o último estágio de 47 dias, deviam tê-lo começado em 13 de março. Tendo zarpado de Espanha em 16 de maio anterior, estavam no mar apenas há 10 meses e não há um ano. Não são dignas de fé as datas da *Lettera*.

APÊNDICE B

PROBANZAS DEL FISCAL Y DEL ALMIRANTE

Extracto dos *Documentos ineditos de Indias,* tomos VII e VIII da 2.ª série, *Pleitos de Colon*
(Os depoïmentos que se não encontram em Navarrete vão marcados com ⊛ e com † os que êle resumiu)

PROBANZAS DEL FISCAL

2.ª Pregunta. *Si saben que el dicho almirante D. Cristobal Colon, quando dise que descubrió a Paria no tocó syno enla ysla dela Trinidad en la parte de Asia a la mar ques debiado dela costa de tierra firme que dizen Paria e que de aquella ysla se apartó la via dela Española e que no vió ni descubrió la ysla Margarita quando venia ny pasó á vista della.*

Alonso de Hojeda (1513, S. Domingo) — dixo, que lo que save es quel dicho almyrante don Christoval Colon, vinyendo de Castilla, para esta ysla Española, echó en su navegacion algo mas al medio dia, creyendo hallar unas yslas queste dicho testigo le avia dicho que avia, por ynformacion que tenia de un indio, e vinyendo asy de camyno para esta ysla Española, tocó en la ysla de Trenydad e pasó por entre la dicha ysla y Bocas del Drago, que es en Paria, e vinyendo su derrota para esta ysla Española vió la ysla Margarita, e que no tocó en otra tierra nynguna. Preguntado cómo lo sabe, dixo que lo sabe porque vió este testigo la figura quel dicho almyrante al dicho tiempo envió a Castilla al Rey e Reyna nuestros señores de lo que avia descubierto, y porque este testigo luego vino a descobrir y halló que hera verdad lo que dicho tiene quel dicho almyrante descubrió.

⊛ *Vicente Yañez Pinson* (1513, S. Domingo)—dixo, que este testigo no fue este viaje contenido en esta pregunta con el dicho don Cristoval Colon, salvo quem mismo año quel dicho don Cristoval pasó é fué á descubrir, este testigo fué é descubrio por mandado de su Alteza desde el cabo que dizen de Consolación é la costa de lenguo hasta la boca del Dragon é que alli en la boca del Dragó halló este testigo señal é nuevas como el dicho don Cristoval avia llegado alli á la boca del Dragó, é que no paso á otra parte, salvo que fué derecho á la ysla Española, é que encontro en el camino con una ysla que le pusieron por nonbre la Margarita é que de aquel viaje se fué á la ysla Española, é questo sabe este testigo por lo que dicho tiene é porque asy se lo dixeron pilotos é personas que fueron con el dicho Almirante, é que asy fue publico, é que por esto lo tiene este testigo por cierto.

⊛ *Bartolomé Roldan,* piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que sabe que al tienpo quel Almirante don Cristoval Colon vino á descubrir á Paria, este testigo venya por piloto de una caravela que venia en conpañia del dicho Almirante, é que vido este testigo como llegaron á Paria é cojeron alli en el golfo é tomaron agua, é que rescataron algunas perlas é questuvieron ally surtos syete ó ocho dias, poco mas ó menos, é que después alçaron velas é se vinieron á vista de la Margarita á esta ysla Española, é que en aquel viaje no descubrio el Almyrante otra cosa, porque sy lo descubriera, este testigo lo viera porque venia en su compañia.

⊛ *Diego Prieto* (1515, Palos)—dixo, que puede aver dezyocho o dezynueve años que este testigo fué a descobrir con bicentyañez y que yva con el dicho bicentyañez diego martin pinçon vezino desta villa por piloto y que le oyó dezir más al dicho diego martin que podya aver un año que avya estado em Parya con el almirante don cristobal colon e quel dicho almirante aviéndola descobierto tomó quatro o cynco yndios para tomar lengua de la tierra e los llevó consygo a la española por que se yva de viaje e que lo demás contenydo en la dicha pregunta que lo non sabe.

⊛ *Manuel de Valdovinos* (1515, Lepe) — dixo, que lo que sabe es que este testigo fué a descubrir con vicente yañes pinçon el segundo viaje, e que fué a descubrir a las bandas del suoeste, e que yvan dentro en el dicho navio ciertas personas que avian ydo con el dicho almirante don Cristobal quando diz que descubrió a paria, e que las personas heran, Diego martin vecino de Palos, e sus hijos juan martin e Francisco martin e algunos otros, e que este testigo oyó dezir alos suso dichos que quando el dicho don cristobal colon fué a paria e diz que la descubrió, que entró por la banda del mar dela ysla dela Trenidad, e quando alli entró dentro en el golfo de paria, e que entonces descubrió el Resgate del oro en gran catidad e de perlas, e que del golfo de paria se salió por la boca del dragon para yr a la ysabela, e que este testigo no sabe sy el dicho don Cristobal descubrió la ysla margarita ny sinó ny sy paso a vista della ni sy no.

3.ª *Si saben que los dichos Cristoval Guerra e Pero Alonso Niño e los que fueron en su compañia descubrieron la dicha tyerra firme de Paria e el resgate de las perlas e la ysla Margarita e que despues de le aver descubierto el dicho Cristoval Guerra e Pedro Alonso Niño dixo el dicho almyrante que abian pasado a vista dellas quando benian por la Española el qual dicho Pedro Alonso Niño no avia benido con el dicho almirante al qual biaje dizen que descubrió en Paria ala voce del Drago.*

Nicolas Pérez, maestre, (1513, S. Domingo)—dixo, que al tienpo que Christoval Guerra e Pero Alonso Niño fueron a descubrir, este testigo yva asimysmo con la flota de Hojeda e de Juan de la Cosa a descobrir, e partieron, primeiro Hojeda e Juan de la Cosa, del puerto de Santa Marya, e Pero Alonso Niño e Christoval Guerra partieron despues, poco tienpo, del Condado, e entramas flotas fueron a barlovento del Paria, y la una fué por una parte y la otra por otra, y en la flota en que este testigo yva, que era en la de Alonso de Hojeda, llegó primeiro á la vista de la tierra de Paria, pero que no desenbarcaron ally, salvo pasaron adelante, e que dende a quinze dias llegaron Christoval Guerra e Pero Alonso Nyño y entraron dentro en

Paria a la parte donde el almyrante avia llegado, e de ally tomaron Brasyl e saliéronse e fueronse a la Margarita, a la qual el almyrante no avya llegado, e ally rescataron las perlas e se volvyeron a Castilla, e dende a pocos dias, la flota en que yva este testigo, asymysmo fué a castilla, e ally se hallaron la gente de una flota e de otra e platicaron las cosas de sus viajes, que ally supo este testigo lo que dicho tiene.

⊗ *Anton Garcia* (1513, S. Domingo)—dixo, que oyo dezir lo contenydo en la dicha pregunta, porque al tienpo que vinyeron de descobrir, los dichos Pero Alonso Nyño e Christoval Guerra aportaron a Galizia, e este testigo se halló a donde desenbarcaron y les oyo dezir lo contenydo en la dicha pregunta, e que sabe quel dicho Almyrante no avya tocado en las Perlas al tienpo que los suso dichos ally tocaron. Preguntado como lo save, dixo que porque lo oyo dezir a los suso dichos e as otras personas que no se acuerda de sus nonbres, porque las perlas quel dicho almyrante llevó el viaje que descubrio a Paria, fué de la dicha tierra firme que dizen Paria, ques junto con la tierra obra de doze leguas, solo descubrieron los dichos Pero Alonso e Christoval Guerra.

⊗ *Juan de Xerez*, piloto, (1513, S. Domingo)—dixo, que sabe que al tiempo que Pero Alonso Niño é Cristoval Guerra fueron á descubrir, este testigo estava enla Española, é quando fué á Castilla este testigo los falló en Sevilla é les oyo dezir á ellos é á los marineros que con ellos yban lo contenido en la dicha pregunta, é queste testigo vido las perlas en Sevilla, é que asy mismo oyó dezir á los suso dichos é á los que en el primero viaje avian ydo con el Almirante, que no avia tocado en el golfo de las perlas el dicho Almirante.

† *Diego de Porras*, pagador de Melilla, (1513, Sevilha)—dixo, que lo que sabe es que dende a cierto tienpo quel dicho don Cristoval Colon avia venido de descubrir, vido este testigo que fueron a descubrir Cristoval Guerra e Pero Alonso Niño, por su piloto, e vido este testigo que llevaron uno ó dos navios con gente, e fue publico que yban a descubrir tierra e que fueron su viaje, e dixeron publicamente en esta cibdad, dende a un año poco mas o menos, quel dicho Cristoval Guerra y el dicho Pero Niño e su compañia, avian venido, e que avian aportado a las yslas de Vayona en Galizia, e que avian descubierto la dicha ysla de las perlas que se disze Comaná, e que despues de venidos a la sazon estava en esta cibdad de Sevilla el señor obispo don Juan de Fonseca que tenia cargo de las armadas por sus Altezas, e visto este testigo que los dichos Cristoval Guerra e Pero Niño vinieron al dicho obispo don Juan de Fonseca a dar razon e cuenta de la tierra que avian descubierto, e que este testigo le oyó dezir al dicho Cristoval Guerra como el avia descubierto la tierra de Paria e la ysla de Comaná de las perlas, e asi fue publico e notorio e lo tiene por cierto este testigo por lo que despues vido en la dicha tierra de Paria y en las dichas yslas de Comaná e la Margarita, que fue este testigo allá en servicio de sus Altezas.

⊗ *Juan Rodriguez*, piloto (1513, Sevilla)—dixo, queste testigo no fué en el viaje contenido en esta pregunta, mas de quanto vido este testigo al dicho Cristoval Guerra é Pero Alonso Niño quando vinieron de descubrir, é dixeron que avian descubierto toda la tierra firme que esta adelante de Paria, que es desde Paria fasta Paraguaná, que es la provincia donde estan las perlas, é asi fué publico é lo tiene este testigo por cierto, porque asi lo trayan escrito los que con ellos venian en cartas de marear.

⊗ *Pedro de Soria*, (1513, S. Domingo)—dixo, que sabe que al tienpo que Alonso de Hojeda vino á descubrir, avia de yr Cristoval Guerra é Pero Alonso Nyño con el dicho Hojeda, é ante que se partiesen ovo entre ellos cierto debate, de cuya cabsa el dicho Alonso de Hojeda se partió syn los suso dichos, é ellos se partieron despues del dicho Hojeda á descubrir é fueron a la Margarita, ques en la provincia de Paria, é resgataron perlas é las llevaron á Sevilla, é dellas pagaron los derechos al dicho don Juan de Fonseca en nonbre de su Alteza, e lo sabe por queste testigo fué en conpañia de dicho Hojeda en aquel viaje é oyó dezir todo lo demas en Sevilla á los marineros é otras personas que fueron con los dichos Pero Alonso Nyño é Cristoval Guerra, é por queste testigo vido las perlas que avian llevado, é que lo demas contenido en la pregunta que lo non sabe.

⊗ *Pedro de Medel*, (1515, Palos)—dixo, que sabe que los dichos pero alonso niño e cristoval guerra fueron a paria e corrieron la costa e fueron donde fyzyeron el resgate de las perlas, e que sabe quel dicho pero alonso niño e cristoval guerra no fueron con el dicho almirante quando se descubrió la boca del drago salvo que fueron por su buena yndustria e saber a ello: preguntado como lo sabe dixo que porque lo vido e se falló asy presente e que lo demás contenido en la dicha pregunta que la non sabe.

⊗ *Juan de Umbria*, piloto, (1515, Sevilla)—dixo, que lo que sabe es que puede aver treze o catorce años que este testigo estando en la ysla española de santo domingo vido quel almirante viejo don cristobal colon entró en la dicha isla de santo domingo en tres navios e alli dezyan que venian de descubrir la tierra firme de paria e que despues desto dende a dos a tres años estando este testigo en esta cibdad de sevilla vido a pero alonso niño e a sus hermanos que venian de descubrir el rescate de las perlas, ques avajo de paria e que este testigo les vido traer muchas perlas e aljófar en cantidad dela que dezian que trayan del dicho rescate e que este testigo vido que quando el dicho almirante viejo vino ala dicha ysla no venia con el dicho pero alonso niño ny ninguno de sus hermanos e que lo demás que lo non sabe.

⊗ *Pero Ramirez* (1515, Lepe)—dixo que este testigo oyó dezir que el segundo viaje que viceynte yañez fué a descubrir que este testigo fué en su conpañia e que estavan descubriendo en las yndias Cristobal Guerra e pero alonso niño e que el dicho viaje oyó este testigo dezir que los dichos cristobal guerra e pero alonso niño avian descubierto las perlas, pero que este testigo no sabe ni oyó decir sy los suso dichos descubrieron a paria ny a la ysla margarita.

⊗ *Cristobal Garcia* (1515, Palos) — dixo que oyó dezir lo contenydo enla dicha pregunta a muchos maryneros que conellos fueron, e vido al dicho pero alonso niño e a cristoval guerra en sevilla e allí supo este testigo que avían descubierto el resgate delas perlas los sobredichos e lo demas contenydo en la dicha pregunta por que lo oyó dezir asy como enella se contiene.

⊗ *Diego Fernandez Colmenero,* (1515, Palos) — dixo que sabe que el dicho pero alonzo niño e cristoval guerra armaron un navio e fueron a descobrir e tocaron en la tierra firme de paria e descubrieron el resgate de las perlas e que lo demás contenido en la dicha pregunta que non lo sabe; preguntado como lo sabe dyxo que lo sabe por que al tienpo que el dixo pero alonso niño armó e cristoval guerra, armava vycente yañez, y este testigo fué por capitan de un navio en su compañia del dicho vycente yañez e por esto lo sabe e que vido las perlas e embajada que trugeron el dicho cristoval guerra e pero alonso niño e por esto lo sabe.

4.ª *Si saben que los dichos Cristobal Guerra e Pero Alonso Niño descubrieron el rescate de las perlas e las rescataron e aportaron a Galicya e de alli binieron a Sevilla e dieron cuenta dellas a don Juan de Fonseca que tenia cargo por Sus Altezas e pagaron la parte que a Sus Altezas pertenecian e si saben que al tienpo que los susodichos rescataron las dichas perlas el dicho almirante no avia entrado ni tocado en aquelles lugares ny parte.*

⊗ *Pedro Medel* (1513, S. Domingo) — dixo, que lo sabe segund que en ella se contiene, porque lo oyó asy dezir á Pero Alonso Niño é á sus pilotos é á los que en su compañia fueron, é que sabe que estando él en Castilla, vido que llegaron á Galizia los suso dichos, é que de alli los llevaron presos á la corte, al dicho Pero Alonso Nyño é á el maestre é capitan de la dicha Armada, e que asy mismo vido como pagaron los derechos al Rey de las perlas que llevaron á el Obispo de Palençia, que agora es, que entonces tenia cargo por sus Altezas, é que sabe que hasta entonces ninguna persona abia llegado donde Pero Alonso llegó, asy porque lo oyó dezir á los suso dichos, como porque lo á visto por la señal de la carta del marear.

⊗ *Pedro Medel* (1515, Palos) — dixo quelo sabe por que se falló presente, e asy mismo vido dar la cuenta en la cibdad de sevilla e que la dieron delo contenido enla dicha pregunta á Don Juan de fonseca, e que desta esto sabe.

⊗ *Juan de Umbria,* piloto, (1515, Sevilla) — dixo que dize lo que dicho ha e que este testigo supo en esta cibdad quando vinieron los dichos cristobal guerra e pero alonso niño e los otros de descobrir el rescate de las dichas perlas de los mismos como avian aportado en galicya e que de alli avian venido a esta cibdad de sevilla derechos e que este testigo vido que los sobredichos dieron cuenta de las dichas perlas e rescate al señor don juan de fonseca en nonbre de su alteza e que el dicho señor don juan rescibió la parte que su alteza pertenezía segund que lo oyó dezir e que este testigo oyó dezyr a los dichos cristobal guerra e a los otros sus compañeros e a otros que el dicho almirante no avía entrado ni allegado al dicho rescate delas dichas perlas salvo a paria e asy fué público e notorio.

⊗ *Herrando Esteban,* (1515, Palos) — dixo que la sabe por ques cierto que vinieron de las perlas el dicho pero alonso niño e cristoval guerra e aportaron a gallesia y este testigo los vido en la cibdad de sevilla dar quenta e razon a don juan de fonseca que tenía el cargo en la ciudad de sevilla e lo demas contenido en la dicha pregunta que lo non sabe.

⊗ *Cristobal Garcia* (1515, Palos) — dixo que la sava como en ella se contiene por que vido como los dichos pero alonso niño e cristoval guerra descubridores dieron quenta a don juan de fonseca obispo ques agora de burgos, e que lo demas contenido enla dicha pregunta sy tocaron a tocó el dicho almirante antes dellos o no, queste testigo non lo sabe.

⊗ *Arias Pérez,* (1515, Palos) — dixo (5) que sabe lo contenido por que se falló en sevilla al tienpo que vinieron con las dichas perlas e este testigo vido como el dicho pero alonso niño e cristoval guerra armadores truxeron mucha cantidad de perlas e dieron cuenta al obispo don juan de fonseca, que á la sazon tenya cargo dello por sus altezas y estava en sevilla, e que lo sabe como en la dicha pregunta se contiene quel dicho almirante non avia tocado ny estado en los lugares quel dicho resgate de perlas estava e se falló, e que lo sabe por que asy lo oyo dezir e dello fue ynformado al tienpo que lo susodicho paso de los dichos armadores y gente que del dicho viaje vinieron.

5.ª *Si saben que eneste tienpo Alonso de Hojeda e Juan de la Cosa piloto e los que conél fueron descubrieron en la costa de tierra firme fazya al poniente desde los Frayles e los Gigantes fasta la parte que agora se llama aquibaco e que antes desto el dicho almirante ny otras personas algunas no avian tocado en la dicha costa ny en las dichas tyerras que los dichos Juan de la Cosa e Alonso de Hojeda descubrieron e que los despachó e mandó yr el dicho don Juan de Fonseca que agora es obispo de Burgos que tenia el cargo por Sus Altezas e que los dichos Juan de la Cosa ny Hojeda no avian navegado con el dicho almirante en aquel viage que dize que vino ala boca del Dragon e que lo que descubrieron fué por su cabsa e industrie.*

André de Morales, piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que save lo en ella contenydo, porque a hablado muchas vezes con Joan de la Cosa, piloto, e con Alonso de Hojeda, en las navegaciones de aquel viaje, y despues este testigo lo a

(5) Êste depoïmento é inverídico, porquanto Arias Perez acompanhou o tio Vicente Pinzon na sua viagem desde fins de novembro de 1499 até 30 de setembro de 1500, e não podia estar em Sevilha quando Guerra e Niño *vinieron con las dichas perlas,* nem vê-los prestar contas ao bispo de Córdova. Aliás esta testemunha é de tôdas a menos sincera, e não merece crédito senão em pormenores sem importância.

andado e navegado muchas vezes e a visto ser verdad la relacion que los sobredichos le avian fecho, que fue que partieron de la ysla del Ferro, que es en la ysla de Canaria, y fue a dar en la tierra firme, encima de la provincia de Paria, e discurrieron por la costa abaxo a la dicha provyncia de Paria y pasaron mas abaxo a la dicha ysla de la Margarita, e de ahi fasta Maracapana, descubriendo la costa fasta el dicho caçique Ayatrayte, donde el dicho Christoval Guerra avia llegado, e de ally prosiguio por la dicha costa, de puerto en puerto, fasta la ysla de los Gigantes, e de ally descubrieron a la provincia de Ququibacoa fasta el cabo de la Vela, el qual nombre le pusieron los dichos Juan de la Cosa e Hojeda, e que de ally se vynyeron a yesta sla Española.

Alonso de Hojeda, (1513, S. Domingo) — dixo, que la verdad es que este testigo es el dicho Hojeda; vyno a descobrir el primero despues quel almyrante, e descubrió al medio dia la tierra firme, e corrió por ella casi doszientas leguas hasta Paria, e salió por la Boca del Drago, e ally conosció quel almyrante avia estado en la ysla de la Trenydad, junto a la Boca del Drago, e de ally corrió e descubrió la costa de la tierra firme hasta el golfo de las perlas e vajo la ysla Margarita y la anduvo por tierra a pie, porque conosció quel almyrante no savia della nada mas de avella visto yendo su camino, e de ya fue descubriendo toda aquella costa de la tierra firme desde los Frayles hasta en par de las yslas de los Gigantes e el golfo de Venecia, que es en la tierra firme, y la provincia de Ququibacoa, y en toda esta tierra firme dozientas leguas antes de Paria, y dende Paria hasta las Perlas, e dende las Perlas hasta Ququibacoa, que este testigo descubrió, nunca nadie lo avia descubierto ny tocado en ello, asy el almryante como otra persona, y que este viaje que este dicho testigo hizo, truxo consigo à Juan de la Cosa, piloto. Emerigo Vespuche e otros pilotos, y que fue despachado este testigo para el dicho viaje por mandado del dicho don Juan de Fonseca, obispo de Palencia, por mandado de sus Altezas.

† *Nicolas Perez,* maestre (1513, S. Domingo) — dixo, que save lo contenydo, porque fué el dicho viaje con los dichos Hojeda e Juan de la Cosa, como dicho tiene, e que andovo con ellos todo el tienpo que andovyeron descubriendo aquel viaje hasta que volvyeron a Castilla, y que este testigo vyó las yslas de los Frayles y los Gigantes e todo lo demas que en esta pregunta se contiene.

⊛ *Rodrigo de Bastidas,* (1513, S. Domingo) — dixo, que oyó dezir lo contenydo e que fueron costeando los dichos Hojeda e Juan de la Cosa por la mysma costa de la tierra firme quel almyrante don Christoval Colon descubrió, e pasaron por lo contenydo en la dicha pregunta, porque todo es una costa e una tierra, e que antes desto el dicho almyrante no avya avaxado de la dicha tierra que dizen firme donde descubrio por la dicha costa, donde descubrieron los dichos Hojeda e Juan de la Cosa por donde tomó su derrota desde Paria y la Margarita para se volver a esta ysla, como dicho tiene en la tercera pregunta, e que save asymismo que los dichos Hojeda e Juan de la Cosa fueron despachados por el obispo don Juan de Fonseca en nombre de sus Altezas. Preguntado cómo lo save, dixo que porque lo oyó dezir a muchas personas, e al dicho Juan de la Cosa, e porque este testigo se halló en Sevylla al tienpo quel obispo don Juan de Fonseca los despachó.

⊛ *Diego de Morales* (1513, S. Domingo) — dixo, queste testigo fue en el dicho viaje con Alonso de Hojeda e vyo que lo despachó el obispo don Juan de Fonseca, e que llegaron a entraron por la Boca del Drago y fueron descubriendo por la costa de tierra firme, dozientas leguas, poco mas ó menos, segund dezian los marineros, y llegaron hasta donde dizen el cabo de la Vela e pasaron por la ysla de los Frayles y los Gigantes, e que hasta entonces no avya llegado alli cristiano ninguno. Preguntado como save que no avya alli llegado christiano ninguno, dixo que porque lo preguntaron a los yndios de las dichas tierras, los quales dezian que no avya alli llegado christiano nynguno.

⊛ *Pedro de Ledesma,* piloto del Rey nuestro señor, (1513, Sevilha) — dixo, que al tienpo que los dichos Juan de la Cosa é Alonso de Hojeda fueron á descubrir, este testigo estava en la ysla Española, é los vido pasar en sus naos á ellos é á su gente quando yvan á descubrir, é pasaron adelante, é dende á cierto tienpo bolvieron, y el dicho Juan de la Cosa venia herido, é dezian que de una flecha, é dixeron que abian descubyerto é hallado en la costa del poniente desde los Frayles ó los Gigantes hasta la parte que agora llaman Quiquibacoa, é asy fue publico é asy lo traya escrito en las cartas del marear é asu truxeron las figuras por el altura é por punto llano, é que sabe este testigo que antes desto el dicho don Christoval Colon no tocó en estas provincias, porque sy el tocara, este testigo lo oviera sabido, porque anduvo sienpre con él fasta que murio.

⊛ *Bartolomé Roldan,* piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que oyo dezir lo contenido en la dicha pregunta á los dichos Hojeda é Juan de la Cosa, é que sabe quel Almirante no abia llegado hasta alli hasta entonces, porque quando el Almirante descubrio á Paria se vino como dicho tiene á esta ysla, é despues fueron los dichos Hojeda é Juan de la Cosa á la tierra suso dicha é el Almirante no avia salido ny salio á descubrir por entonces, é que sabe que los suso dichos fueron despachados por el obispo que agora es de Palencia, don Juan de Fonseca, por queste testigo fué despachado por el en aquella sazon.

⊛ *Juan de Xerez,* piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que sabe que al tienpo que Juan de la Cosa é Alonso de Hojeda fueron á descubrir, este testigo estava en Alcala de Henares con ellos, é que alli el Rey nuestro señor les dio licencia para yr á descubrir, e queste testigo vino con los suso dichos hasta Sevilla, é los dichos Juan de la Cosa é Alonso de Hojeda fueron armar al puerto de Santa Maria, é de alli se partieron para descubrir, é que despues, dende á ocho meses, poco mas ó menos, los vido bolver á Sevilla cargados con yndios, é vido este testigo la carta de Juan de la Cosa, que hizo en aquel viaje, é vido en ella la costa que descubrió, que es dende los Frayles hasta la punta de Ququibacoa, é que sabe que antes desto el dicho Almirante no avia allegado ally ny otra persona. Preguntado cómo lo sabe, dixo que porque fué dos vezes

con el dicho Almirante, ecebto en el primero viaje, é que nunca alli llegaron ny oyó dezir que huviese llegado, é que sabe que fueron los suso dichos despachados por el dicho don Juan de Fonseca, obispo que agora es de Palencia, que a la sazon tenia el cargo por sus Altezas.

Cristobal Garcia (1515, Palos)—dixo que lo que sabe es que al tienpo quel dicho ojeda e juan dela cosa vinieron de descobrir de tierra fyrme este testigo estaba en santo domingo e ally vinieron los sobre dichos en un barquete, que avian perdido los navios, e con obra de quinze a veynte onbres, que los otros sele avian muerto e quedado e que ally oyó dezir que los dichos juan dela cosa y hojeda avian desqubierto en la tierra fyrme e que trayan mucho oro e lo que desqubrieron que fue mas adelante que nadie avia descubierto e questo lo oyó dezir a los dichos maryneros e que ende venian del dicho viaje e que non sabe mas de lo contenido en la dicha pregunta.

Diego Fernandez Colmenero, (1515, Palos)—dixo que sabe que fueron á descobryr e descubryeron los contenidos en la dicha pregunta en la tierra firme por su buena yndustria y saber e que lo que descobrieron en la tierra firme fué mucha cantidad de tierra e que nadie la avia descubierto lo que ellos descubrieron antes y despues e que fueron por mandado del Rey con licencia e despacho del Obispo don juan de fonseca como los otros descobridores; preguntado como sabe lo susodicho, dyxo que porque fue uno de los descobridores e que por esto lo sabe.

† *Arias Perez*, (1515, Palos)—dixo quelo sabe que juan dela cosa y hojeda contenydos en la dicha pregunta non avian ydo conel dicho almirante el viaje que dicen dela boca del drago e que lo sabe asymismo por que este testigo fue rogado que fuese en su conpañya dellos el qual non quiso yr por que despues que vinieron los susodichos armadores este testigo habló conellos e los vio e le mostraron la dicha tierra que trayan debuxada que avian descubierto, por la ynformacion que dellos este testigo ovo sabe que descubrieron la tierra firme segund que enel dicho articulo se contiene syn que otras personas alli oviesen llegado ny descobierto.

6.ª *Si saben que despues desto Rodrigo de la Bastida e Juan de la Cosa descubrieron por su industria e saber en la dicha tierra firme más al poniente la parte que llaman Uraba donde es la provincia del Darien e trujeron a Alcalá de Henares las muestras de oro e las otras cosas que hallaron en la dycha tierra e alli lo dieron; por mandado de Su Alteza le fueron despachados por el dicho D. Juan de Fonseca e quando bolvieron estavan ya en la dicha corte el dicho Obispo e alli pagaron lo que pertenezia a Su Alteza lo qual fasta entonzes no avia sydo descubierto por ninguna persona e sy saben que los dichos Bastidas e Juan de la Cosa nunca avian navegado con el dicho almirante quando dizen que descubrió a Paria.*

André de Morales, piloto (1513, S. Domingo)—dixo, que sabe lo contenido ser asy verdad como en ella se contiene, porque este testigo fue en la conpañia de Rodrigo Bastidas e Juan de la Cosa aquel viaje.

Alonso de Hojeda (1513, S. Domingo)—dixo [6] que lo que save es que Rodrigo de Bastidas e Juan de la Cosa partieron a descobrir estando este dicho testigo aparejado para volver a descubrir, e quel dicho Rodrigo de Bastidas e Juan de la Cosa partieron primero y fueron a la costa de la tierra firme, que es donde este testigo avia acabado de descobrir el primero viaje, e que dende alli fueron e descubrieron por la costa de la tierra firme dende Ququivaoca, que este testigo descubrió, e descubrieron hasta el golfo de Paria, ques al Darien, e de ally descubrieron mas al poniente por la costa de la tierra firme hasta el puerto del Retrete, donde agora tiene fecho un fuerte Nycuesa, y que dende alli se volvieron a dar quenta a su Alteza como en la pregunta se contiene. Preguntado cómo lo save, dixo que lo save porque este testigo vyno a descubrir tras los dichos Rodrigo de Bastidas e Juan de la Cosa, y fizo el mysmo viaje que ellos descubriendo la misma costa y tierra firme, no savyendo que por ally yvan los sobre dichos, e que en una nao de la que este testigo llevava, descubrió el golfo de Uravá del Darien hasta el puerto del Retrete, donde agora esta Nycuesa, e que dende ally se volvió el que yva en ella, que hera Anton Garcia piloto, a dar quenta a este testigo que los avia enbiado, que estaban mas atras del golfo de Urabá faziendo una...... para dende ally yr a descubrir y que toda esta costa y la tierra firme y el golfo de Uravá e el Darien, el almyrante ny otra persona no lo avia descubierto.

⊗ *Anton Garcia*, piloto, (1513, S. Domingo)—dixo, que oyo dezir lo contenydo, porque al tienpo que despacharon al dicho Bastidas este testigo estava en Castylla. Preguntado a quien lo oyo dezir, dixo que a Andres Morales e a Luys....... e a otros e que no save ni oyó dezir que a la parte quel dicho Rodrigo de Bastidas fue a descubrir otro oviese ydo antes quel.

⊗ *Vicente Yañez Pinzon*, (1513, Sevilla)—dixo, que este no fué en este viaje más de quanto al tienpo que los dichos Rodrigo de la Bastida é Juan de La Cosa se vinieron de descubrir é vinieron á esta ciudad de Sevilla á dar cuenta deste viaje á Francisco Pinelo é al dotor Matienço officiales de la contratacion, é vido este testigo el oro que truxeron en muchas pieças, en que fueron ciento é cinquenta marcos de oro, é dixeron que avian descubierto toda la costa de la tierra firme fasta Uravá.

⊗ *Juan Rodriguez*, piloto, (1513, Sevilla)—dixo, que con este testigo fueron Rodrigo de Bastidas al tienpo que fué a descubrir lo contenido en esta pregunta, é vido quel dicho Bastidas é Juan de la Cosa descubrieron desde la parte del sur de Brava hasta el Darien, que es al poniente, é que no lo descubrió esto otras personas ni el almirante, salvo los dichos Rodrigo Bastidas é Juan de la Cosa é su conpañia.

o···o···o···o···o···o···o

(6) Navarrete salientou as inexactidões dêste depoïmento (op. cit., tômo III, pág. 591).

⊗ *Juan de Xerez*, piloto, (1513, S. Domingo)—dixo, que lo que sabe es que al tienpo que los contenidos en la pregunta se partieron de Sevilla para descubrir, este testigo estava en la dicha cibdad, que los vido partir, é que despues dellos partidos, este testigo vino de Castilla á esta ysla Española con el Comendador mayor de Alcantara é hallo al dicho Rodrigo de Bastidas é á Juan de la Cosa en esta cibdad de Santo Domingo, é que despues este testigo é los suso dichos fueron á Castilla é llevaron el oro que trayan é desenbarcaron en Cadiz, é de alli los suso dichos fueron á la corte é todo el oro que llevavan, é que despues desto vido bolver al dicho Rodrigo de Bastidas de la corte, á Sevilla, pero que sy pagaron los dichos ó no que lo no sabe, é que sabe que hasta entonces no estava descubierta la dicha provincia del Darien por ninguna persona porque este testigo avia visto muchas cartas de navegar, é de aquella costa é en ninguna dellas estava escrita la dicha provincia, hasta quel dicho Rodrigo de Bastidas é Juan de la Cosa la pusieron en su carta de aquel viaje.

⊗ *Diego Fernandez Colmenero* (1515, Palos)—dixo que oyó dezir este testigo lo contenydo enla dicha pregunta a los mismos bastidas e juan de la cosa piloto e que avia traydo mucho oro e muestra del e que avian resgatado en tierra firme e este testigo les oyó dezyr a sus vocas que avian descubierto a urava donde es la provincia del daryen e que esto sabe por quel abló conlos susodichos en la ysla española al tienpo que venian delo descobrir e que lo descobrieron con su buena yndustria y saber e que lo demás contenydo enlá dicha pregúnta dyxo que la non sabe.

† *Arias Perez*, (1515, Palos)—dixo que sabe quel dicho Rodrigo de bastidas ny juan de la cosa contenidos en la *dicha pregunta non navegaron con el dicho almirante quando dizen que descubrió a paria mas que por su saber e yndustria* fueron ellos a descubryr lo contenido enla dicha pregunta e tierra segund que enel articulo se contiene; preguntado como lo sabe dico que por que al tienpo que los susodichos fazian el armazen e querian seguir el dicho viaje, este testigo en compañia de vicente yañez queria yr a descobryr en servicio de su alteza y unos capitanes y otros fablavan e decyan secretamente a la parte donde yvan cada uno e la voluntad que llevavan a despues desto este dicho testigo se falló en la ysla espanola al tienpo quel dicho Rodrigo de bastidas e juan de la cosa vinieron del dicho viaje y vido el oro que de la dicha tierra firme truxeron e las otras cosas e joyas e asy mismo como onbre que queria saber lo que avia fecho pedió mostrase la tierra que avian descobierto que traian los susudichos debuxada juntamente con la ynformacion que a este testigo los susodichos le fizieron al dicho tienpo e asy se lo mostraron y este testigo lo vido e sabe lo susodicho ques asy como enel dicho articulo se contiene e que por esto lo sabe segund que de suso a declarado por la dicha razon e muestra de tierra que los dichos capitanes le fizieron.

7.ª *Si saben que Viceynte Yañez Pinçon y los que conél fueron a descobrir descubrieron fasta la parte de lebante a la costa que está descubierta fasta la punta que llaman de Santa Cruz e de San Agostin, de aqui entre la voca del ryo grande donde hallaron el agua dulze que entraba enla mar e quel almirante ni otre persona destes reynos nunca antes descubrieron aquella costa salvo Viceynte Yañez por su yndustria e el dicho Viceynte Yañes no vino con el dicho almirante quando dize que descubrió a Paria.*

† *André de Morales*, piloto, (1513, S. Domingo)—dixo, que sabe lo contenydo porque lo oyó dezir al dicho Vizente Yañez e a los que con el yvan, e a Diego de Lepe, descubridor que murió en Portugal, y que este testigo hizo una *figura*, que se dize *carta de marear*, para el señor obispo don Juan de Fonseca, en Sevylla, por la relacion que le avian fecho los sobredichos, y que despues este testigo avia venydo por ally e a vysto parte della, e aun que este testigo a cogido el agua dulce en la mar del Rio Grande, de que en la dicha pregunta se haze mynsion.

† *Alonso de Hojeda*, (1513, S. Domingo)—dixo, que lo save como en ella se contiene porque los vyó este testigo yr a descubrir e vyó la figura que a sus Altezas truxeron, porque este testigo avya ya descubierto un pedazo de la myma costa primero que ellos.

⊗ *Pedro de Ledesma*, piloto del Rey nuestro señor, (1513, Sevilla)—dixo, que la no sabe mas de quanto vido este testigo partir al dicho Vicente Añes é su conpañia en demanda del viaje contenido en esta pregunta, é que lo vido este testigo bolver é traer la figura de todo lo quel descubrio, é questa puesta su figura en el padron de su Alteza, é que esto es lo que sabe desta pregunta.

Vicente Yañez Pinzon (1513, Sevilla)—dixo, que sabe lo contenido en esta pregunta como en ella se contiene, lo qual sabe porque este testigo es el mismo Vicente Añes Pinçon, é sabe é es verdad que descubrió desde el cabo de Consolaçion, que es en la parte de Portugal, é agora se llama cabo de Sant Agustin, é que descubrio toda la costa de luengo corriendo al hocidente la quarta del nurueste, que asy se corre la tierra, é que descubrio é hallo la mar dulce que sale quarenta leguas en la mar, é laguna dulce, é asy mismo descubrió esta provincia que se llama Parisura é corrio la costa de luengo fasta la boca del Dragó, é que alli hallo este testigo la nueva quel dicho don Cristoval avia llegado á la dicha boca del Dragó é que pasó a delante á la Española como dicho á.

⊗ *Juan Rodriguez* (1513, Sevilla)—dixo, que este testigo no fué en este viaje con el dicho Vicente Añes, salvo que este testigo oyo dezir lo contenido en esta pregunta al dicho Vicente Añes é á otras personas que fueron á este viaje, é queste testigo lo tiene por cierto, porque asi es publico, é asi esta escrito en las cartas de marear como en esta pregunta se contiene, é aunque antes que Vicente Añes fuese á esto, este testigo en conpañia de Diego Lepe descubrieron lo contenido en esta pregunta, que yvan por mandado de sus Altezas.

⊗ *Juan de Xerez*, piloto, (1513, S. Domingo)—dixo, que la sabe como en ella se contiene, porque este testigo yba por piloto en el dicho viaje con los dichos descubridores.

⊗ *Pedro Medel*, (1513, S. Domingo)—dixo, que sabe que fueron Vicente Añes Pinçon á descubrir por la parte del Levante en la pregunta contenida é que llevo brasyl é vino á Paria, é de Paria fué á la Ysabela vieja, ques en esta ysla Española, pero sy llegó á la ysla de Sant Agustin é no, que lo non sabe, é ques publico é notorio que hasta entonces no abia ydo ny llegado en aquella parte ninguna persona, é que asy paresce por la carta del navegar que cada uno señalo lo que fue e anduvo.

⊗ *Pedro Medel*, (1515, Palos)—dixo quelo sabe por que este testigo estovo el mismo viaje quel dicho bicente yañez fué a descobrir en la tierra firme e lo vido yr e venir e que lo que descubrió contenido enla dicha pregunta e fazia la parte de levante, lo vido lo mas dello, e fué el dicho bycente añez a descobrir con su jente e navios que llevava por su buena yndustria e saber; preguntado como lo sabe dyxo que por que lo vido a vista de ojo e que lo demás contenido en la dicha pregunta que lo non sabe.

⊗ *Cristobal de Vega*, (1513, S. Domingo)—dixo, que lo sabe segund que en ella se contiene, porquél mismo fué en aquel viaje con el dicho Vicente Añes é fué presente á todo ello, é que sabe que llegaron por la costa adelante desde donde dexo señalado Diego de Lepe é corrieron por la costa adelante hasta llegar al Rio grande, é que nunca oyo dezir que alli oviesse llegado otro ninguno, porque los yndios se espantavam mucho de los ver, que bien parescia que no abian visto otra generacion de cristianos.

⊗ *Diego de Alfaro*, (1513, S. Domingo)—dixo que la sabe como en ella se contiene, porque fué en aquel viaje con el dicho Vicente Añes hasta que bolvio á desenbarcar en esta ysla, é que nunca vieron este testigo ny los que en aquella Armada yban ninguna señal de que cristiano oviese llegado en aquellas partes hasta quel dicho Vicente Añes llegó, é que por esto cree este testigo quel dicho Vicente Añes fué el primero que llegó aquellas partes.

Juan de Unbria, piloto, (1515, Sevilha)—dixo que sabe e vido quel dicho vycyente yañez con quatro caravelas armadas desy e de sus parientes fueron desde el Rio de saltes a descobrir e que descubrieron ochocientas leguas de tierra e costa de norueste sueste por que este testigo era piloto del dicho viceynte yañez e que alli allaron el agua dulce que entrava en la mar más de veynte leguas e que nunca antes que esta tierra se descubriese no avia ydo por alli el dicho almirante ny otra persona destos reynos e que sabe e vido que al tiempo quel dicho almirante fué a descubrir a paria no fué con el dicho vicyente yañez e que sy ovyera ydo este testigo lo supiera.

Manuel de Valdovinos (1515, Lepe)—dixo que este testigo fué con el dicho Vicente Yañez pinçon, como dicho tiene, la segunda vez que fué á descubrir e que sabe e vydo este testigo que el dicho Vicente yañes descubrió partiendo del cabo verde al sur sudueste e que hallaron la tierra e quinientas leguas, ala qual tyerra no habia llegado nyngun navio ny estava descubierta, e alli puso el dicho Vicente yañes por nonbre Rostro hermoso, que agora diz que se llama santa cruz e sant agostin, y el dicho Vicente yañez tomó la posesion por el Rey e de alli corrieron al norueste hallando en el camino muchos Rios e puertos yendo costeando, e dieron en un Rio grande anagazado al qual pusyeron por nonbre paritura donde hallaron en la mar que salia del Rio el agua dulce más de treynta leguas e de alli salieron e fueron costeando fasta paria y entraron por dentro de la Trenidad la tierra e que oyó dezir a Vicente yañes que no avia ydo con el dicho almirante quando el dicho almirante descubrió a paria.

Pero Ramirez, (1515, Sevilla)—dixo que sabe que el dicho vicente yañez fué a descubrir y este testigo fué con él e fueron derechamente alas yslas de antonio que son del Rey de Portugal a fazer carnaje e que de alli partieron la via del sudueste para yr en busca de descubrir e pensaron de no fallar tierra dende en tres o quatro meses e acabo de catorze dias dieron en tierra firme la via del sursudueste e dieron en un cabo al qual pusieron nonbre Rostro hermoso y echaron andar e saltaron en tierra e de alli no pudieron yr más avante e bolvieron costeando hasta que dieron en paria e llegando a paria conoscieron la tierra unos hijos de Diego martin, sobrinos de viceynte yañez pinçon que yba en la caravela gorda, al qual dixo que era paria e que alli avia estado con el almirante colon, e los llevó a surjir en una ysla que está junto de tierra firme, que entró por ella la boca del Dragon e que de alli fueron a una ysla que hallaron, corriendo al nordeste, a la que pusieron nonbre ysla de mayo, e de alli fieron su viaje e fueron a dar a la ysla de guadalupe, que es en las honze mill virgenes, e de alli se partieron á san juan, e de san juan fueron a la ysabela, e de alli fueron a otra ysla que dizen samana e a otra someto e a otra maguana e que deste viaje hallaron un Rio grande, que hera tan grande que entrava quarenta leguas en la mar de agua dulce, la qual provaron e hallaron de agua dulce.

Juan de Palencia, (1515, Sevilla)—dixo que lo sabe es que este testigo fué el dicho viaje en conpañia del dicho viceynte yañez e que es verdad lo contenido en la dicha pregunta, porque este testigo lo vido e fué el dicho viaje como dicho tiene.

Garcia Fernandez, (1515, Huelva)—dixo que lo que sabe es que este testigo al tienpo que viceynte añez pinçon y los que con él fueron a descobrir esto, fué conellos y vido como el dicho viceynte añez descubrió el y los que con él yban fazia la parte de lebante ala costa que está descubierta fazia la punta que llaman de santa cruz e de san agustin e que de ally vido este testigo como entró en la voca del Rio grande contenido en esta pregunta donde fallaron el agua dulce y aun este testigo dize que vevió della, el qual entra en la mar e que sabe que al tienpo quel dicho viceynte yañez fué el dicho viaje nunca fué el almirante contenido en esta pregunta ny otra persona ninguna destos Reynos porque aquella costa nunca la descubrió otra persona ninguna salvo el dicho viceynte yañez y esto que lo sabe porque este testigo fué con él e lo vido e que nunca el dicho viceynte añez fué con ninguna persona a quel viaje ni otro ninguno que este testigo viese e que no el quel Rio vinieron el dicho viceynte yañez e su conpaña muchos yndios y firieron y pelearon con él e con la dicha su conpaña

e que despues que ovieron descubierto aquella ysla el dicho viceynte yañez e la dicha su conpaña y el testigo con ellos vinieron a dar a un rio negro en la misma costa que venian costeando y viniendo costeando vinieron a dar con sus barcos á tierra a tomar lengua e a resgatar algunas cosas que llevaban e que mataron los dichos yndios a syete o ocho honbres de los de la conpaña pero quel dicho viceynte yañez se quedó en el navio.

Anton Fernandez Colmenero, (1515, Huelva)—dixo que lo que sabe es que al tienpo quel dicho viceynte añez pinçon e los que con el fueron a descobrir este testigo yva en el navio del dicho viceynte añez y vydo como fué el dicho viceynte añez e los que conel yvan fueron fazia la parte del levante desde la ysla de cabo verde e fueron la via del sudueste entre medias del sur y el dicho viceynte añez e los que conel yvan e fallaron la tierra firme e el dicho viceynte añez saltó en la borda del navio donde yva e no consyntió que nynguno delos que conel yvan saltase en tierra salvo el dicho viceynte añez e ciertos escrivanos que yban en el dicho navio por el Rey nuestro señor los quales saltaron con el dicho viceynte añez en la dicha tierra firme e este testigo vido como el dicho viceynte añez tomó la posesyon de la dicha tierra firme en voz y en nonbre del Rey nuestro señor lo qual pasó ante los dichos escrivanos por mandado del dicho viceynte añez e despues de tomada la posesion este testigo vido como el dicho viceynte añez fizo mojones de tierra e le puso un nonbre que este testigo no se acuerda e que de alli despues de tomada la posesion fueron descubriendo por la costa de la dicha tierra adelante por la via del norueste e entraron en un Rio en que allaron el agua dulze que entraba enla mar treynta leguas el agua dulze e que allaron dentro del Rio un marrajo e estando surtos los navios a la manera de golpe de la mar e el ruydo que traya les alço quatro brazas el navio e que en aquella tierra fallaron mucha gente pintada que se benia seguramente a donde estava el dicho viceynte añez e su conpaña e que de aquel Rio grande salieron e fueron desqubriendo por la costa adelante por la tierra firme fazta dentrose a paria e que alli en paria querian saltar en tierra salvo que no osaron por que les avian muerto mucha jente antes que llegasen a paria e los yndios de la propria paria no querian entrar dentro de los dichos navios salvo dezian, sal capitan, e que enesto vino otro que se dice diego de lepe la via del...... en el uso de los yndios que tenian e en las señas que les dió el dicho diego de lepe despues que vinieron a castilla e de alli se fueron á la española que se dize la ysabela e que el dicho viceynte añez se partió de la ysabela que se dize jumeto y alos ojos dela baburca? e de alli perdieron dos navios en bajos e se binieron para castilla luego e que en todo este dicho tienpo ny descubrir de tierra en que andubiera, nunca el dicho almirante andubo con ellos salvo el dicho viceynte añez que por su yndustria descubrió la dicha tierra, las quales descubrió por el Rey nuestro señor.

† *Diego Prieto,* (1515, Palos)—dixo que la sabe como en ella se contyene por que yva con el dicho viceynteañez en los dichos navios quando se descubrió lo contenydo en la dicha pregunta y que de antes no avia sydo desqubierta por el dicho almirante don cristobal colon nyn por otra persona e que lo descubrió el dicho bycentyañez contenydo en la dicha pregunta por su saber e yndustria e que desta pregunta esto sabe.

† *Juan Calvo* (1515, Palos—dixo que es verdad que dicho bicente añez descubryó lo contenydo en la dicha pregunta fasta que entraron en la voca del Ryo grande y que otra persona alguna no avya entrado dentro fasta quel dicho bicente añez lo descubrió por su yndustria e que si vino con el dicho almirante quando dize que descubryó a parya que este testigo no lo sabe e que sabe lo que dicho e declarado tiene en esta pregunta este testigo por que lo vido e fué con el dicho bicente añez a descobrir en los dichos navios e que desta esto sabe.

† *Herrando Esteban,* (1515, Palos)—dixo que la sabe como en ella se contiene por quel yva con diego de lepe el dicho viaje que fué asy todo uno en pos de otro y vido este testigo la dicha tierra quel dicho vicente añez descubryó e que al dicho tienpo que se descubrió ningund cristiano la avia descubierto salvo el dicho vicente yañez e lo sabe por que lo vido e que lo demas contenydo en la dicha pregunta este testigo no lo sabe.

Garcia Ferrando, (1515, Palos)—dixo que lo que sabe es que fué con el dicho bycente yañez cuando se descubryó lo contenido en la dicha pregunta por orden de su alteza e que vido quel dicho bicente yañez descubrió la costa de paria fasta la punta de santa cruz y saltó en tierra con cantidad de su jente y cuatro escrivanos, de cada una nao el suyo, de su alteza, e cortó árboles e bebió agua él e su gente para dar fe a su alteza y señal de posysyon fisyeron ciertas qruces y pusyeron nonbre alli donde tomaron este dia, Rostro hermoso, el dia que la dicha tierra se desqubrió; alli estovieron ciertos dias e se partieron de alli tomando la buelta del norueste corriendo la costa hasta la dicha paria e que de alli, deste rostro hermoso, se falló por los pilotos aver setecientas e cinquenta leguas hasta la baya de paria e que de alli corrieron la dicha buelta e tocaron en un seno de dos baxos, el uno de la parte de la mar y el otro de la parte de tierra, cercados por la parte delantera, asy mismo del dicho baxo que se ovieran de perder syno fuera por Dios e por un marynero que subió e vido rebrutar los dichos baxós por delante y entonces viraron los navios fallandose perdidos e deshandar lo andado para salvar la punta para se salvar por la mar, el qual seno le pusieron nonbre la boca de los leones, e de alli corrieron su derrota todavia en el norueste derecho a la paria e alli toparon con un Rio grande el qual dezian los pilotos que avia de alli a tierra quarenta leguas e alli quando toparon con este Rio avia seys brazas de agua e alli fallando esta agua dulce tan buena, que mejor no podia ser, quizyeron fazer una muestra para ver sy el agua dende arriba hasta el fondo era toda dulze, tomando un escalfador de barbero e faziendo su artefiçio que no se pudiese abrir fasta que dieze en el fondo, e fallaron que dende las dos brazas e media fazia el fondo era todo salado como agua de la mar e lo resto a la seys braças era dulçe e que alli viendo esta agua tan buena bacyaron la basyja de agua que de antes trayan e echaron e tomaron las que ovieron menester de alli para seguir su viaje e otro dia juntaronse los navios e acordaron de dar la vuelta sobre tierra para sy pudiesen saber el secreto deste Ryo e que llegaron fasta vista de tierra, que podia aver ocho leguas fasta la tierra, e que eneste pasaje donde llegaron no avia sy no tres braças de agua e la tierra anegada e de alli no osaron pasar más fazia tierra por la baxeza de la tierra, e de alli se bolvieron sygyendo su viaje para paria e que de cierto nunca avia sydo descuvierta aquella tyerra nyn onbre la avya

descubyerto; todo lo que este testigo vido a vista de ojos e que se desqubryó por el dicho bycente yañez e por su buena yndustria e que non vino por el dicho almirante nyn lo vido ny el dicho almyrante al dicho bycente yañez en todo este tienpo e viaje e que fué lo que descubrió, dende que dieron en Rostro fermoso, que fué la primera tierra, fasta la paryа, setescientas y cinquenta leguas de costa segunt dicho delos pilotos, que fueron juan de unbrya e juan de xerez e otro vezino de san juan del puerto queste testigo no se aquerda de su nonbre e que desta pregunta esto sabe.

Diego Fernandes Colmenero, (1515, Palos)—dixo que la sabe, que el mismo viaje quel dicho bicente yañez fué á descobryr, este testigo fué por capitan de un navio delos quel dicho bicente yañez llevava e que tomaron su deRota delas yslas del cabo verde dende la ysla del fuego e fueron fasta que descubryeron la tierra firme e desde ally vinieron costeando e descubriendo dende Rostro hermoso, que lepusieron al tiempo, fasta juntar la tierra con la paría, en que ovo ochocientas leguas de costa de la dicha tierra non estava descobyerta antes e quel dicho bicente yañez y este testigo tomaron la posysyon de la tierra por sus altezas e cortaron muchos Ramos de los Arboles, e en algunos pryncipales lugares facian cruces en señal de posysyon e poniendo otras cruces de maderos e que nunca navegaron conel dicho almirante este testigo ny el dicho vicente yañez quel dixo que descubria a la paria salvo por sy e por sus yndustrias e saver e que para lo facer el dicho vicente yañez y este testigo y los que conel yvan e que desta esto sabe.

† *Arias Peres,* (1515, Palos) — dixo que sabe este testigo lo contenydo por quel es sobryno de vicente yañez e fue por capitan de uno de los navios en este dicho viaje e que es asy como en la dicha pregunta se contiene e que non navegaron con el dicho almirante e que se descubryó lo susodicho por su buena yndustrya e saber quel dicho vycenti añez y este testigo sabyan de las cosas de la mar lo qual descubryeron por servir a su alteza a su costa y misyon.

8.ª *Si saben que Diego de Lepe y los que conel fueron otro viaje descubrieron desde la dicha paria* ([1]) *la costa que buelve fazia el mediodia o el sur parte el termino que agora está descubierto, porque antes ny despues el almirante ni otras personas no han ydo a descubrir en aquellas partes e quel dicho Diego de Lepe nunca navegó conel dicho almirante en ningund viaje.*

⊗ *André de Morales,* piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que Diego de Lepe descubrió aquella costa al sudueste, e que despues fue otro que se dezia Alonso Velez e descubrió desde el cabo de Cruz a la parte del medio dia todo lo que esta descubierto, e quel almyrante no fue ally segund es público y notorio.

⊗ *Alonso de Hojeda,* (1513, S. Domingo) — dixo, que la save, porque los vyó yr a descubrir el dicho viaje, y le vyó volver a dar quenta a sus Altezas, e vyó la figura que truxeron del viaje que avian hecho.

⊗ *Anton Garcia,* piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que el dicho Diego de Lepe e este testigo e Vycente Añez e otros, salyeron juntos en el tienpo quel dicho Diego de Lepe fue a descubrir, e que este testigo e los que con el yvan, que heran Luys Guerra e Alonso Velez, llegaron a lo contenydo en la dicha pregunta, y los dichos Diego de Lepe e Vicente Añez quedaron mas traseros a la vanda del norte, e questo es lo que save, porque lo vydo, e que antes desto no crehe este testigo quel dicho almyrante ny otra persona ally uviese llegado, porque los yndios no tenyan memoria de aver visto christianos e se maravyllavan mucho de lo que veian.

⊗ *Pedro de Ledesma,* piloto del Rey nuestro señor, (1513, Sevilla) — dixo, que al tienpo que Diego de Lepe fué á descubrir, vido este testigo yr las naos y la gente que con el yban, é las vido bolver á esta cibdad de Sevilla, salvo al dicho Diego de Lepe, que no vino, é que los que con el fueron truxeron la figura de lo que descubrió, que dezian que hera desde la dicha punta contenida de suso, fasta la costa que buelve al medio dia, é questo no lo vido este testigo porquel almirante don Cristoval Colon no anduvo esta tierra ny la descubrió, e que lo que descubrieron los dichos Diego de Lepe é su compañia, lo truxeron por fee é testimonio é esta puesto en el padron Real.

⊗ *Juan Rodriguez,* piloto, (1513, Sevilla) — dixo, que este testigo fué con Diego de Lepe al tienpo que fué a descubrir, por mandado de sus Altezas, é vido quel dicho Diego de Lepe é su conpañia descubrieron desde el cabo de Sant Augustin fasta Paria toda la costa syguiendo, que es seyscientas leguas de tierra firme, en que entra en esto el Rio Grande y el Marañó, é donde esta en la mar el agua dulçe, é que á esto el almirante ny otras personas no fueron á lo descubrir, salvo Vicente Añes é Diego de Lepe.

⊗ *Bartolomé Roldan,* piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que lo que sabe es que Vicente Añes fué á descubrir mes é medio ó dos meses antes que Diego de Lepe, é despues fué el dicho Diego de Lepe, en cuya conpañia yva este testigo por piloto, é que sabe que entonces descubrio el dicho Diego de Lepe al sodueste de Cabo-Verde é que entró en el Rio grande, por el qual subio setenta leguas el rio adentro, é dio la buelta por la costa de la mar hazia el poniente, hasta llegar á Paria, é que Vicente Añes llegó en aquel viaje entre Paria é el Rio grande, que abia descubierto Diego de Lepe, é este testigo pasó por la costa, hasta Paria, é dixo este testigo que hasta entonces no sabe que ninguna persona lo oviese descubierto, porque al tiempo quel dicho Diego de Lepe, y este testigo é las otras personas que yban con ellos en aquel viaje des que llegaron en la tierra, la gente della se maravillavan de los ver, porque parescia que antes no avian visto a otros cristianos.

([1]) As preguntas transcritas constam do interrogatório de 11 de agosto de 1515, feito em Sevilha *(Pleitos de Colon,* tômo II, pág. 122). No primeiro interrogatório de dezembro de 1512, em S. Domingo *(Pleitos,* tomo I, pág. 195), em vez de *paria* lê-se na 7.ª pregunta *punta:* a de *Sante Cruz y Sanct Agustin* da pregunta antecedente, o que é mais racional e concorda com as respostas.

⊗ *Juan de Xerez* (1513, S. Domingo) — dixo, que lo que lo sabe es que al tienpo que Diego de Lepe se partio della villa de Palos para yr al dicho viaje, este testigo estava presto asy mesmo para yr á descubrir con Vicente Añes, é quel dicho Diego de Lepe llegó al Rio grande, é de alli corrio la costa hasta Paria, é de alli vino á la ysla de Sant Juan é se fué á Castilla, é que este testigo é los que yban en su conpañia con el dicho Vicente Añes descubrieron de la punta de Santa Cruz hasta Paria, por la costa adelante, é que despues desto, dende á quatro ó cinco meses queste testigo partio, Alonso Veles é Luys Guerra se partieron de Sevilla é fueron á descubrir lo en esta pregunta contenido, é descubrieron desde la punta de Sancta Cruz, á la vanda del Sur, hasta el termino que agora esta descubierto, é que ante ni despues, el Almirante ny otra persona abia llegado alli, porque nunca hasta entonces estava asentado en ninguna carta de navegar, é que lo sabe por lo que dicho tiene.

⊗ *Pedro de Medel,* (1513, S. Domingo) — dixo, que lo sabe segund que en ella se contiene, porque lo vido por sus propios ojos, por queste testigo fué en conpañia del dicho Diego de Lepe.

† *Pedro de Medel,* (1513, Palos) — dixo que la sabe por que fué presonalmente con el dicho diego de lepe a descobrir e vido que descubryó por su yndustria e saber lo contenydo en la dicha pregunta antes que persona descubryese aquella costa e que este testigo le vido tomar posysyon de la tierra por su alteza e que en señal de posysyon cortar arboles e fazer en algunos arboles unas grandes cruses, todo por el Rey e Reyna de castilla e que sabe que no fué con el dicho almirante a descobrir la dicha tierra firme salvo por su buen saber e el dicho diego de lepe y delos que con él yban e que desta pregunta esto sabe e que lo sabe por que lo vido a vista de ojos.

⊗ *Pedro Sanchez del Castillo,* piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que lo que sabe es que este testigo fué á descubrir por piloto con Diego de Lepe á la tierra firme é llegaron á la punta que se dize de Santa Cruz, al Sur ó al Mediodia como en la pregunta se contiene, é la sabe por queste testigo yba en el dicho viaje con el dicho Diego de Lepe, por piloto en otra náo que yba en conserva del dicho Diego de Lepe, é lo navegó é vido por sus propios ojos, é que á lo quél cree, que antes que ellos ninguna persona de cristianos abia llegado alli, porque ellos nunca vieron ny hallaron señal de cristianos en la dicha tierra.

Alonso Rodriguez de la Calva, (1515, Sevilha) — dixo que lo que sabe es que este testigo e otros vezinos de la villa de palos fueron en conpañia de dicho diego de lepe e partieron dende las yslas de Cabo verde en dos navios, del uno delos quales hera capitan el dicho diego de lepe, e llevaron la via del sudoeste quinientas leguas poco más o menos fasta que llegaron a la tierra a una baya que este testigo e los otros que yban juntos le pusieron nonbre san julian, e en la dicha baya e tierra que dicho ha no hayaron lenguas ningunas, e de allí corrieron contra el poniente fasta llegar al Rio de marañon, la qual tierra vido este testigo que descubrió el dicho diego de lepe la costa de luengo fasta que llegaron a paria e des que llegaron a paria tomaron en la isla de paria ciertos yndios, los cuales el dicho diego de lepe truxo en los navios e los entregó al señor obispo don juan de fonseca en esta cibdad de sevilla, e que sabe este testigo que la dicha tierra fasta paria como dicho ha, quel dicho diego de lepe descubrió, otra persona ninguna fasta entonces no la avía descubierto ny ydo a ella, e que lo sabe por queste testigo yba por recebtor de sus altezas el dicho viaje, e sy otra persona obiera ydo á descubrir aquella tierra este testigo lo supiera, por que la dicha tierra este testigo e el dicho diego de lepe e los otros que fueron el dicho viaje pusyeron marcas en la tyerra por sus altezas e por que nynguno podía yr a descubrir sin mandado de su alteza e questo es asy publico y cierto e lo que sabe de esta pregunta.

Juan Gonzales, portoguez, (1515, Palos) — dixo que la sabe como se contiene porque fue con el dicho diego de lepe el dicho viaje, sabe que descubrió la vuelta del levante salido del Rio grande hasta otro Rio que es en la costa que se dize el dicho Rio santa catalina que ay más de trecyentas leguas e que sabe quel dicho diego de lepe por su yndustria e saber descubrió lo contenydo en la dicha pregunta syn yr con el almirante don cristoval colon e que sabe lo contenido porque se faló presente que fué con el dicho diego de lepe como dicho tiene.

Juan Calvo, (1515, Palos) — dixo que la sabe como en ella se contiene por quel dicho diego de lepe contenydo yendo solo a descobrir pasó adelante del Ryo grande e descubryó la dicha tierra contenida en la dicha pregunta segund que en ella se contyene, por su yndustrya, e que nunca navegó yendo a descobrir con el dicho almirant nyngunt viaje e que esto lo sabe por que estaba este testigo en el Ryo grande con el dicho bicente añez e lo vido a vista de ojos.

Garcia de la Monja (1515, Palos) — dixo que la sabe como en la dicha pregunta se contiene por que fué con el dicho diego de lepe, a descobrir e fué y es como en la dicha pregunta se contiene por que este testigo como dicho tiene fué con el dicho diego de lepe e lo vido a vista de ojos.

Herrando Esteban (1515, Palos) — dicho que sabe que yendo en conpañia del dicho diego de lepe a descobrir el dicho diego de lepe yendo por sy solo y con su yndustria descubrió tierra la qual nunca se avia descubierto e este testigo vido como el dicho diego de lepe tomó la posysyon por el Rey e Reyna de castilla e que en señal de posysyon cortaba ramos de los árboles y en ciertos árboles principales fizo cruzes e que nunca el dicho diego de lepe navegó con el dicho almirante nyngund viaje salvo por su buena yndustria descubryó lo contenido en la dicha pregunta e que este testigo se falló con el dicho diego de lepe, contenydoyen la dicha pregunta, a todo ello e lo vido a vista de ojos e que desta tanto sabe.

⊗ *Garcia Ferrando,* (1515, Palos) — dixo que sabe quel dicho diego de lepe fué a descobrir por su parte e llegó al rio de marañon donde recybieron mucha afrenta de los yndios segunt este testigo oyó dezir alos del dicho diego de lepe e que delo demás contenido que descubrió el dicho diego de lepe este testygo non lo sabe, pero que sabe que quando

el dicho diego de lepe fué a descobrir non fueron el dicho almirante, salvo con su yndustria e saber y buena despusysyon que para ello tenia, que désta esto sabe.

Cristobal Garcia, (1515, Palos) — dixo que la sabe como enella se contiene por que fue con el dicho diego de lepe a descobryr e que siguyendo el dicho viaje tomaron sua derota desde la ysla del fuego de cabo verde e fueron corriendo en el sudoeste e dende en quatrocientas leguas fallaron tyerra e dieron en la punta del este e de ayí fueron descubriendo el dicho diego de lepe por su yndustria e saber por la costa de luengo fasta parya e estuvieron en marañon e ally lebantaron al dicho diego de lepe descubrydor once onbres e que lo descubrieron por la costa de luengo que nadie lo avia desqubierto e que todo lo que descubrió benian tomando la posesyon por el Rey e Reyna de castilla dende el Rio de san julian e que en señal de posysyon fazia cruces e las ponya en los arboles e cortaba e fazia otras diligencias asy como escribir su nombre en un arbol, que agora estan escriptos, el qual arbol era muy aspantable de grueso, allí en el mismo Rio de san julian, e que esto sabe e lo sabe por que lo vido el quel dicho diego de lepe non navegó con el dicho almirante don cristoval colon sino por sy y con su gente por su saber e yndustria e que désta tanto sabe.

⊗ *Diego Fernandez Colmenero,* (1515, Palos) — dixo que vido este testigo yr a descobrir al dicho diego de lepe e que descubrió en la tierra firme a la parte del medio dia a do dizen marañon e que antes dél nadie descubrió en aquellas partes; preguntado como lo sabe, dixo que por que lo vido yr a descubryr e supo de la enbajada que truxo el dicho diego de lepe e que lo demás contenydo en la dicha pregunta que lo non sabe.

Luís del Valle, (1515, Palos) — dixo que lo que sabe es quel dicho diego de lepe fue a descobrir y este testigo fue con el dicho viaje e tomaron su derrota des la ysla del fuego junto con el cabo verde e corrieron al sudueste fasta que fallaron la tierra e que dieron en Rostro hermoso, e alli saltó el dicho capitan diego de lepe e tomó posysyon por sus altezas e que nadie avia ydo ny descubierto en aquellas partes e de alli corrió la costa leste ueste segund se contiene en la dicha pregunta e fueron adelante a la navidad donde tomaron cierta gente e anduvieron e descubrieron mas de setecientas leguas segund que los pilotos decian, e que fueron a dar al Rio grande que se llama marañon e de alli fueron á dar á la paria e que sabe este testigo quel dicho diego de lepe no navegó conel dicho almirante e que lo descubryó en la tierra firme que dicho por su yndustria y saber lo descubrió por sus altezas; preguntado como lo sabe dyxo que por que lo vido a vista de ojos e lo ayudó a descobryr e que asy es publico e notorio e que desta esto sabe.

Arias Perez, (1515, Palos) — dixo que sabe que lo contenido en la dicha pregunta descubrieron francisco velez comendador vezino de moguer e que lo descubrieron al tienpo que este testigo avia venido de descubryr su viaje e que por la ynformasion que dél ovieron fueron adelante, doblaran la punta de san agustin, e fueron a la buelta del sur e desqubryeron la costa, por su yndustria e saber e fue asy como en la dicha pregunta se contiene; preguntado como la sabe dixo que por quel dicho francisco velez ynformo a este testigo e le dio razon delo desqubierto que avia el descobierto e que otra persona fasta entonces no lo avia descobierto e que lo sabe por que tanbien le mostro la tierra que traya debuxada e juntandola con este testigo e lo que abia descubierto es asy como en el dicho articulo se contiene e que lo que dize de diego lepe que el desqubrio, el dicho diego de lepe desqubryo en la misma costa que este testigo y vicentyañez abian descubierto e que de esta tanto sabe [8].

9.ª *Si saben que despues desto el almirante fué a descobrir e descubrió una parte de la tyerra que agora llaman Veragua e que de alli se bolvió a la Española.*

⊗ *André de Morales,* piloto (1513, S. Domingo) — dixo, ques verdad lo en esta pregunta contenydo, porque este testigo estava en esta ysla en el puerto de Santo Domingo al tienpo quel Almyrante fue a Veragua y que de ally se volvió.

⊗ *Juan de Xerez,* piloto, (1513, S. Domingo) — dixo, que la sabe segund que en ella se contiene porque al tienpo quel Almirante fué a descubrir la postrera vez, este testigo estava en Sevilla é lo vido partir, é despues vido venir de descubrir al dicho Almirante á esta ysla Española, é de ay se fué a Castilla, é este testigo con él, é le oyó dezir lo contenido en la dicha provincia, é lo vido despues asentado en la carta de navegar quel dicho Almirante hizo en aquel viaje.

Pedro de Ledesma, piloto del Rey nuestro señor, (1513, Sevilla) — dixo, queste testigo fue con el dicho don Cristoval Colon por capitan é piloto de la náo Viscayna quando fué el viaje contenido en esta pregunta, é vido quel dicho don Cristoval Colon partió de España que es en la Oropa, é fueron por la mar adelante del mar oceano en demanda de la ysla de Sant Juan, é alli platicaron é salieron á tierra, é de alli fueron á la ysla Española, é de alli á la ysla de Jamayca, é de alli corrieron en sur sudeste en busca del Asya, que es en la tierra firme, é doze leguas antes que hallasen la tierra firme fallaron una ysla en la mar que se dize Guanasa en lengua de yndios, la qual puso el almirante la ysla de Pinos, é saltaron en ella en tierra é platicaron en ella con un señor que se dezia Ynube, é que de alli travesaron fasta la tierra firme que se dize tierra de Uiuya en lengua de yndios, é que de alli corrieron la costa adelante en el este oeste, fasta un cabo que le puso por nombre el dicho don Cristoval el cabo de Gracias á Dios, é que de ay bolvieron á la misma costa por sudueste é se apearon en una tierra que se dezia Cariay, é que alli platicaron é ovieron cierto rescate de oro é les dieron nuevas que avia otra provincia adelante que se dezia Caraburo, é que de alli, de Cariay, tomaron un honbre principal por guia que se dezia

(8) O comendador Francisco Vellez, de que fala êste depoïmento, foi identificado por Muñoz com o comendador Alonso Vellez de Mendoza, com o que concorda Harrisse (*The Discovery of North America*, pág. 340) e não se conforma Navarrete, (op. cit. tomo III, pág. 594). Póde ser que os primeiros tenham razão, mas a viagem de Alonso Vellez foi então a de 1500-1501, ou a de 1503-1504; em qualquer caso posterior à de 1500, de Pinzon, conforme consta do depoïmento de seu sobrinho Arias Perez.

Cucaro, que los llevo á la provincia de Caraburo, é alli entraron en unos puertos buenos que allí ay é salieron ochenta canoas com mucho oro, é no quiso recibir ninguna cosa é levanto las naos é salio en la mar, é que de alli fueron á otra provincia que se dezia Catiba, é alli estava un cacique que tenia un brazo quemado é la cara, que se dezia de Cacique Quemado, é queste defendio la tierra, é que de alli fueron á otra provincia que se dezia Urirá é alli les dieron noventa marcos oro por tres dozenas de cascaveles, é de ay fueron al Rio de Veragua é alli hordenó el dicho don Cristoval de hazer un pueblo é que quedase alli el Adelantado don Bartolome Colon con ciento é veynte onbres, y el pueblo fecho é concertado, é el dicho don Cristoval que se queria venir á la Española, los yndios se alteraron en ver tomar posysyon de su tierra, é que yendo dos barcas el rio arriba del dicho Veragua, los yndios se alçaron contra la gente é no escapó syno un honbre dellos, é que de alli el almirante se levantó con dos naos, é de alli fueron por la dicha costa fasta otro puerto que se dize del Retrete, é alli estuvieron surtos ciertos dias é se alteraron los yndios e pelearon con los cristianos e mataron muchos yndios, é de alli se saliendo por la dicha costa del dicho puerto del Retrete, obra de quinze leguas antes que llegasen al golfo de Urava ni a Darien, fallaron unas yslas baxas junto con la tierra firme, obra de una legua en la mar, y estas yslas heran despobladas, é pararon alli é estuvieron una noche, é puso por nombre el dicho Almirante a estas yslas las Barvas, é que de alli, porque les faltavan los bastimentos é las náos estavan comidas de bruma é la gente desfallecida, dellos muertos, dellos dolientes, acordaron el Almirante e sus capitanes é pilotos de tomar caminho de la Española, é de alli bolvieron á la Española, é no pasaron adelante de las dichas Barbas, y tomaron el altura dellas en treze grados é medio, é que no tomaron á la Española, salvo á la ysla de Cuba, de manera que en este dicho viaje no descubrio el dicho Almirante salvo desde Guanasa fasta las dichas yslas que dizen Barbas, é no descubrió á el Darien ny Veragua, ni allegó a ello, porqueste testigo anduvo en todo este tienpo cun el dicho almirante é no se quito de su conpañia.

⊗ *Pedro de Medel* (1515, Palos) — dixo que sabe quel dicho almirante fué a descubrir e descubryó parte de la tierra firme que llaman veragua por que lo vido yr este testigo al dicho almirante el dicho viaje e lo vido venyr e lo supo delos que conel yvan e fueron e que desta tanto sabe e que sabe que se bolvyó á la española.

10.ª *Si saben que despues desto Viceynte Yañez e Juan de Solis fueron a descubrir por mandado de Su Alteza, e descubrieron adelante de la dicha tyerra de Veragua todo lo que hasta hoy esta descubierto, en la qual el dicho almirante no tocó ni descubrió costa alguna, lo qual descubrieron por su yndustria y saber e que todo lo que los susodichos descubrieron es apartado delo qual almirante descubrió por mucha cantydad.*

Pedro de Ledesma, piloto del Rey nuestro señor, (1513, Sevilla) — dixo, queste testigo fué en conpañia de Vicente Añes é Juan de Solis por mandado de su Alteza, é vido quel dicho Vicente Añes é Juan de Solis descubrieron adelante de la tierra de Veragua á una parte á la via del norte todo lo que fasta oy está ganado, desde la ysla de Gualasa fasta el norte, é que en estas tierras se llaman Chavañin é Pintigua, é allegaron por la via del norte fasta veynte é tres grados é medio, é que en esto no anduvo el dicho don Cristoval Colon ny lo descubrio ny lo vido.

Vicente Yañez Pinson, (1513, Sevilla) — dixo, que este testigo é Juan de Solis fueron por mandado de sus Altezas é descubrieron toda la tierra que fasta oy esta descubierta, desde la ysla de Guanaxa fasta la provincia de Camarona; yendo la costa de luengo fasya el oriente está otra provincia que se llama Chabañin é Pintigua, que descubriola este testigo é Juan de Solis, é que asi mismo descubrieron yendo la costa de luengo, una grand baya que le pusieron la Gran baya de la Navidad, é que de alli descubrió este testigo las syerras de Carya é otras tierras demas adelante, é que á estas provincias nunca el dicho don Cristoval Colon ny otro por el llego.

15.ª *Si saben que enel dicho viaje fué el dicho Martin Alonso* (Pinzon) *como persona principal por capitan de uno de sus dos navios e sus hermanos de los otros dos e que corrieron desde la ysla del hierro en el uesto ochocientas leguas e que eneste tienpo doscientas leguas antes el dicho almirante se hazia con la tierra e no sabia ya donde yr e desque vido que no fallava llegóse al navio de Martin Alonso y le dixo que le parecia que fisyesen, que ya doscientas leguas avian andado demasiado delo qual pensaba e ya avian de aver llegado ala tierra.*

Arias Perez, (1515, Palos) — dixo que lo sabe como enel artículo se contiene; preguntado como lo sabe dixo este testigo que por que vido partir de aqui al dicho martin alonso su padre como capitan principal con sus ermanos por capitanes delos otros navios e que sabe que corrieron de la ysla del fierro enel ueste, queste testigo non fue conellos, pero despues vinyeron a portar a galycya y este testigo venya de flandes e se falló con todos en un dia enel puerto de bayona e de ally de los del navio de su padre este testigo les oyó dezir muchas vezes en general aquello que se contiene en el dicho artiqulo e que por lo susodicho lo sabe.

PROBANZAS DEL ALMIRANTE

6.ª *Si saben e han noticia de la provincia nombrada Paria é Urabá e el Darien é Veragua.*

⊗ *Juan de Xerez,* piloto, (1512, S. Domingo) — dixo que tiene noticia de las provyncias contenydas en la dicha pregunta; de la provyncia de Paria por que ha estado en ella al tienpo que fue Vicente Añes Pinçon a descobrir la primera vez, e que de las otras preguntas tiene noticia de oydas, que lo ha oydo dezir a pilotos e marineros que han estado en aquellas partes.

7.ª *Que dichas provincias son en una misma tierra e costa de mar, y commummente se llaman Tierra-firme.*

⊗ *Diego Prieto,* (1515, Palos) — dixo, que sabe que una vez fué a descobrir con Vicente Yañez, puede aver decyseys o desysete años, aviendo desqubierto quinientas o seysientas leguas con licencia e mandado de sus altezas, vinieron a parar a Paria e que dezyan a este testigo que todo era tierra firme, e que allí venia un onbre en el navio que se llamava Diego Martin Pynçon por pyloto o marinero e aquel oyó dezir este testigo que podria aver un año que avia ydo por alli con el almirante, e desqubrió aquella tierra al dicho almirante, que es Paria, e que dezyan que era tierra firme, e que avia mucho oro e aljofar, e que sy alli fuesen que les faria Dios muchas mercedes, donde dixo el dicho Diego Martin Pinçon, e que dava muy pacificas las gentes, e quando el dicho almirante alli llegó, e como vido que avia oro e aljofar que no quiso facer más que tomar quatro o cinco niños el dicho almirante para saber la lengua y el secreto de la tierra e se fué, e que de esta pregunta esto sabe.

⊗ *Garcia Alonso,* (1514, S. Domingo) — dixo, que sabe este testigo quel dicho Almirante don Cristoval Colon fue á descubrir a las partes de la tierra firme e aun que este testigo no fue allá entonces, que dezian que avia descubierto a Paria e que vido al dicho Almirante en Castilla con esta nueva, e que despues Vicente Yañez, vecino de Moguer, bolvio por mandado del Rey e de la Reyna nuestros Señores á descubrir la dicha tierra firme, e queste testigo fue con el dicho Vicente Yañez el dicho viaje, e que uno de los capitulos quel dicho Vicente Yañez llevava en su ynstruccion para el dicho viaje, hera que no tocase en Paria ni en nynguna de las tierras quel dicho Almirante avia descubierto, e que a oydo dezir que todas as provincias contenidas en esta pregunta son en una costa.

8.ª *Que el almirante don Cristobal Colon descubrió la provincia de Paria, que es el principio é la primera de las provincias que en aquella tierra, que dicen firme, fué descubierta ántes que algun cristiano hobiese ido á la dicha tierra, ni tuviese della noticie.*

⊗ *Juan de Xerez,* piloto, (1512, S. Domingo) — dixo, que sabe lo contenido en la dicha pregunta. Preguntado como lo sabe, dixo que por que no estava figurado de antes en nynguna carta de marear, e por la figura que dello fizo el dicho almyrante, vinyendo alli en busca de Paria este testigo con otro piloto que avia estado alli con el almyrante don Cristoval Colon, que se decia Juan Quintero, e por que cuando alla vinyeron, los yndios nonbravan al dicho almyrante, e questonces vinyeron con Vicentiañes Pinçon. Preguntado como lo sabe que antes no estoviese la dicha provyncia figurada en otras cartas de marear, dixo que por que nunca este testigo vydo figurada la dicha provyncia puesto que oviese visto antes otras cartas como piloto que es.

13.ª *Que por haber el dicho almirante principiado el descubrir, e por la industria que dió en hallar las dichas islas é provincia de Paria, se han algunas personas puesto é pusieron en descubrir mas tierra en la dicha tierra-firme, asi que los dichos descubridores, á imitacion del dicho almirante é por su industria, é por lo que del aprendieron en los dichos viages que con el hicieron, descubrieron todo lo que descubrieron segund paresce Hojeda, Vicente Yañez, Juan de la Cosa, Cristobal Guerra, Bastidas y otras muchas personas.*

⊗ *Alonso Rodriguez de La Calva,* (1515, Palos) — dixo, que lo que sabe desta pregunta es que este testigo fué a descobrir con Diego de Lepe el Ryo de Marañon e toda la tierra fasta la parte de las perlas por mandado de sua alteza, y que ya estavan descobiertas la Paria, e todo era una costa, por que sy fueron los descubridores contenidos en la dicha pregunta por la yndustria del dicho almirante don Cristoval Colon este testigo no lo sabe pero sabe que era el dicho almirante de los mas sabios onbres de la mar e del descobrir e que nunca se falló en el mundo e que esto sabe por que lo vido y es publico e notorio que se falló presente al dicho descobrir del Marañon e que desta esto sabe, etc.

⊗ *Garcia Alonso,* (1514, S. Domingo) — dixo, que no la sabe porque quando el dicho Vicente Yañez fue a descubrir por la via de Cabo Verde e por otra derrota e quando creyeron que llegavan en derecho de Paria, dixo que adelante avia de pasar, e que pasaron adelante de Paria mas de quatrocientas leguas por la dicha tierra firme.

⊗ *Juan de Valencia,* (1514, S. Domingo) — dixo, que cree que por ser el Almirante el primero que descubrio la tierra de Paria, que fue el que dio cabsa que se descubriese lo demas, e que por aquello descubrieron adelante los otros que descubrieron, porquel primero que descubrio aquella tierra de Paria fue el Almirante don Cristoval Colon, e que despues de descubierto, se fue a Castilla, e alla se supo como avia tierra mas adelante a armaron algunos armadores e vinieron e llegaron a la dicha tierra de Paria e pasaron adelante, e que lo sabe porque Pedro Alonso Niño armo para alli e lo vido bolver, e lo oyo asi dezir a el e a otros muchos.

14.ª *Que en todos los viages, que algunos descubridores hicieron descubriendo en la dicha tierra-firme, iban algunas personas que hobieron navegado con el dicho almirante, e que señaladamente los mismos descubridores habian navegado con el dicho almirante, é les amostró muchas cosas de marinerias, y ellos, siguiendo aquello quel dicho almirante les habia mostrado á la dicha industria é saber del dicho almirante las aprendian e aprendieron.*

⊗ *Rodrigo Alvarez,* (1514, S. Domingo) — dixo, que no sabe desta pregunta mas de quanto al tienpo que Vicente Yañez fue a descubrir que fueron con el algunos marineros de los que fueron primero con el dicho Almirante. Preguntado que marineros fueron dixo, que Diego Martin Pinçon e un hijo suyo que se dezia Bartolomé Martin e otro Arias Pinçon, defuntos, e otros que al presente no se acuerda.

⊗ *Pedro Sanchez del Castillo,* piloto (1513, S. Domingo) — dixo, que lo que sabe es que este testigo vino a descubrir por piloto a la tierra firme con Diego de Lepe, e que en el dicho viaje venian dos pilotos e un maestre que avian

venido a descubrir la dicha tierra firme con el Almirante don Cristoval Colon al tienpo que descubrió á Paria, los quales se llamaban Andres Garcia Galdin, maestre de la nao en que avia venido el dicho Almirante, e asy mismo venia entonces por maestre en la nao que venia este testigo, por piloto, e quel uno de los pilotos se llama Bartolome Roldan que asy mismo avia venido por piloto en la nao que vino el dicho Almirante, e que el otro se dezia Martin de Arcos, vezino de Moguer, e que asy mismo avia venido a descubrir con el dicho Almirante, no sabe sy avia venido por piloto, e questo es lo que sabe destas provincias, so cargo del dicho juramento que fecho avia.

Juan de Xerez, piloto, (1512, S. Domingo) — dixo, que sabe que en los viajes que fizieron Alonso de Hojeda e Cristoval Guerra e Viceyntiañes e Diego de Lepe e Rodrigo de Bastidas, fueron con ellos personas que avyan venydo primeramente con el dicho almyrante don Cristoval Colon quando andovo por estas yslas, por queste testigo vydo que Pero Alonso Niño vino con el dicho almyrante, e despues fue por piloto con Cristoval Guerra a descobrir el primero viaje que fizo con el dicho Cristoval Guerra a Paria e al golfo de las Perlas, ques en la tierra firme, e que vydo que Juan de la Cosa, piloto, vyno con el dicho almyrante e despues fue a descobrir con Alonso de Hojeda a Urabá, e con Viceyntiañes, que fue a descobrir, fue Juan de Umbria e Juan Quintero e este testigo, que son pilotos, e avian venydo con el dicho almyrante, e que asi mismo vido como Bartolome Roldan, que vyno por piloto del dicho almyrante quando descubrio á Paria, tornó despues por piloto con Diego de Lepe quando fue a descubrir la dicha tierra firme, e que vido que con Rodrigo de Bastidas vinyeron por pilotos Juan de la Cosa e Morales, que antes avyan venydo a descobrir con el dicho almyrante e despues los vydo venir con los sobre dichos.

† *Bartolomé Garcia Ginoves*, (1512, S. Domingo) — dixo, que lo que della sabe es que Gonçalo de Vedya, difunto fué a descobrir con el almyrante quando fué este testigo y que sabe que despues vino a descobrir con Diego de Lepe, e que asy mysmo sabe que un Bartolomé Roldan, piloto, que fué con el almyrante, vino despues a descobrir, con el dicho Diego de Lepe, e que Andres Garcia Valdin, maestre que vino con el almyrante al tienpo queste testigo, y despues vino con Diego de Lepe y queste testigo asy mysmo fué con el dicho Diego de Lepe, que era este testigo su criado quando fué a descobrir, e que al tienpo que bolvyan para Castilla el dicho Diego de Lepe tocó en Paria.

† *Jacome Ginoves*, (1512, S. Domingo) — dixo, que sabe que al tienpo que fue a descobrir Alonso de Hojeda, fue con él Bartolome Roldan, e Juan Vizcayno fue con Juan de la Cosa. Preguntado como lo sabe, dixo que por que vido venir a Bartolome Roldan quando vyno Hojeda de tierra Fyrme e se le perdio la caravela en Yaquimo, e oyo dezir que fue al dicho Juan Vizcayno, e quel dicho Bartolome Roldan es piloto e sabe que fue con el dicho almyrante por que este testigo le vido yr con el quando se descubrio Paria e oyo dezir que avia venydo con el dicho almyrante el dicho Juan Viscayno.

APÊNDICE C

VIAGENS DE NIÑO COM GUERRA, DE HOJEDA E DE BASTIDAS COM LA COSA

No decurso dêste trabalho carecemos de recorrer a datas relativas às viagens de Pero Alonso Niño e Cristobal Guerra, de Alonso de Hojeda e de Rodrigo de Bastidas com Juan de la Cosa.

São desconhecidas as capitulações dos dois primeiros. Sabe-se porém, da resposta de Nicolao Perez ao interrogatório do fiscal (3.ª pregunta, no apêndice B), que partiram em 1499 pouco depois de Hojeda na sua primeira expedição, isto é, durante a primavera [9]; levaram consigo uma única caravela [10].

Quanto ao regresso, Martir no 8.º livro da *Década I* informa ter-se dado 61 dias depois da partida de Curiana, que foi a 6 de fevereiro de 1500; d'onde se segue que êles estavam de volta em 6 de abril, visto o ano ser bisexto [11]. Os depoimentos das *Probanzas* concordam com os cronistas em que fundearam em Bayona da Galiza; aliás tal consta de um diploma oficial.

E' de presumir que não tardassem em prestar contas dos brilhantes resultados da sua excursão ao bispo D. Juan de Fonseca, que superintendia nos negócios da Índia e os despachára; o pilôto Juan de Unbria diz-nos com efeito que Guerra e Niño foram *derechos* a Sevilha (resposta à 4.ª preg. do fiscal). Já a 20 de maio mandavam os reis católicos investigar das fraudes cometidas pelos marinheiros de Guerra, que sonegaram ao quinto régio as pérolas e ouro trazidas dos *rescates;* e os cronistas contam que Niño esteve preso durante algum tempo, sob a suspeita de igual procedimento. Estes factos são poste-

(9) Isto ficou estabelecido na parte intitulada *A viagem de Hojeda em 1499.*
(10) Navarrete, op. cit. tomo III, doc. IV, pág 78.
(11) Navarrete opina ter havido êrro de imprensa na edição de 1511, que indicaria 66 dias; e sendo assim, o regresso foi a 11 de abril (op. cit. tomo III, pág. 17, nota 3).

riores à prestação de contas que deve ter-se realizado antes de findo o mês de maio, mas com certeza antes de quatro meses decorridos, isto é, antes dos meiados de agosto ([12]).

Da primeira viajem de Hojeda ficou assegurado no texto que tanto a partida como o regresso tiveram lugar na primavera, de 1499 e 1500, vejamos agora as restantes.

O valoroso fidalgo castelhano, assim que chegou, mostrou empenho em partir de novo, a-pesar ou por causa do pequeno proveito tirado da sua primeira aventura.

Uma carta régia de 28 de julho de 1500 ao bispo de Córdova o atesta, e o alto funcionário efectivamente mandou lavrar o *asiento*, cuja data desconhecemos, sabendo-se sòmente da sua confirmação em 8 de junho de 1501 ([13]). A necessidade desta formalidade dá a entender que nas capitulações primitivas se seguiu o costume de fixar prazo para a saída de navios, a-pesar do diploma de confirmação não o mencionar; em compensação, diz-se que os navios consentidos eram em número de dez. A dificuldade de fretar tantos barcos e recrutar as tripulações ([14]) explica suficientemente o grande intervalo entre a carta régia e a partida, que só se efectuou em janeiro de 1502 ([15]), com quatro navios apenas.

Harrisse convenceu-se, não percebemos por que arte, da existência de mais uma viagem de Hojeda, intercalada entre 1500 e 1501 ([16]). Alega o douto americanista que a escritura de confirmação em 1501, menciona *esta viage que fuistes á descubrir* na qual teve *poco provecho*, mas a verdade é que ela cita as capitulações primitivas do ano anterior; a viagem em questão é a terminada em 1500, nem se confirma um *asiento* já caduco, pela execução do nêle projectado. Harrisse podia ter citado o depoïmento de Hojeda (resposta à 6.ª pregunta do fiscal) em abôno de sua opinião; mas a análise detida dêle mostra que a crítica de Navarrete é fundada ([17]) sendo inexacta e contraditória a declaração testemunhal.

Não nos interessam as peripécias desta expedição, mas apenas averiguar quando ela terminou. Hojeda voltando dos seus falsos descobrimentos—pois só esteve em regiões já conhecidas—chegou à Hispaniola em setembro de 1502, prêso à ordem de seus compartes Vergára e Ocampo, seguindo-se um longo pleito, iniciado na ilha e terminado na metrópole em fevereiro de 1504 com a absolvição de Hojeda. A primeira sentença proferida na Hispaniola em 4 de maio de 1503 ([18]), manda-o *á la merced de Sus Altezas... en un navío de los que agora quieren partir* ([19]), donde se conclui que foi debaixo de prisão até Espanha, onde não podia ter chegado senão nos fins de junho, o mais cedo. Êle apelou desde logo da decisão, antes de partir, e conseguiu sentença absolutória que lhe foi lida em Alcalá de Henares, a 8 de novembro de 1503, declarando-o *libre é quito*; a 5 de fevereiro de 1504 se lhe passou a carta executória. Assim, Hojeda esteve ausente de Espanha desde janeiro de 1502 até fins de junho de 1503.

Em 30 de setembro de 1504 obteve o capitão castelhano carta patente para sua terceira viagem ([20]), que ainda não tinha sido começada em 29 de novembro porque dessa data existe um diploma oficial de fiança prestada pelo cumprimento de certos encargos. Parece que partiu nos princípios de 1505, ignorando-se quando voltou.

Finalmente, a sua quarta expedição com Juan de la Cosa partiu da Hispaniola em 10 ou 12 de novembro de 1509 ([21]), pois Hojeda estava na ilha desde 1508, pelo menos, e não tornou a Espanha, morrendo em 1515 ou 1516.

Diremos, em último lugar, da viagem empreendida por Rodrigo de Bastidas com Juan de la Cosa, pilòto e cartógrafo. O escrivão de Triana (Sevilha), tendo capitulado em 5 de junho de 1500 ([22]), zarpou de Espanha meses mais tarde com dois navios. Herrera diz que isto aconteceu em janeiro de 1501 ([23]), sem dúvida porque o seu guia Las Casas se inclina a que a partida se tivesse realizado *al principio del año* ([24]); mas o bispo de Chiapa esqueceu-se de preguntar a Bastidas a data, e erra no ano em que fixa a viagem. Andrés Bernaldes, cronista a quem se devem alguns escassos esclarecimentos sôbre esta expedição, diz que a sua duração foi de 23 meses ([25]); ora sabe-se que o regresso foi a 5 de setembro de 1502, o que indica a partida em outubro de 1500.

Bastidas descobriu *Urabá* e *el Darien*, e foi até *Puerto de Escribanos*, no Panamá; daí retrocedeu à Jamaica e Hispaniola, aonde chegou em princípios de 1502 ([26]) para perder seus navios, já por tempestade, já pelo terrível verme que os espanhoes chamavam *broma* e nós *brama* ou *bresano* ([27]).

Acusado de várias irregularidades, instaurou-se-lhe processo, do qual se veio justificar a Espanha, vindo na mesma armada em que se recolhia Bobadilha. O ex-governador pereceu, com muita gente, em naufrágio, mas o escrivão salvou-se, aportando a 5 de Setembro; a sentença absolutória foi-lhe lida em 3 de dezembro de 1503. Não consta doutra viagem de descobrimento de Bastidas, mas apenas de algumas excursões iniciadas na Hispaniola.

([12]) Navarrete diz apenas constar do *libro de licencias para ir á descubrir*, existente na *Casa de Contratacion* de Sevilha, que no ano de 1500 Guerra e Niño pagaram a SS. AA. uma certa porção de pérolas, que estavam em poder dos tripulantes.

([13]) Navarrete, op. cit., tomo III, doc. X, pág. 85.

([14]) Uma carta de Cristobal Guerra a D. Álvaro de Portugal informa-nos que os marinheiros se mostravam *aviesos* a Hojeda (Navarrete op. cit., tomo II, doc. CXLIX, pág. 292).

([15]) Navarrete, op. cit., tomo III, pág. 29.

([16]) *The Discovery of North America*, pág. 330.

([17]) Navarrete, op. cit., tomo III, pág. 591.

([18]) Navarrete, op. cit., tomo III, pág. 39.

([19]) Navarrete, op. cit., tomo II, pág. 431 - pág. 434.

([20]) Navarrete, op. cit., tomo III, pág. 169.

([21]) Id., id., id., pág. 171.

([22]) Id., id., pág. 244 do tomo II, doc. CXXXIII.

([23]) *Década.*

([24]) *Historia.*

([25]) *Historia de los reyes catholicos*, cap. 195, citado por Navarrete, op. cit., tomo III, pág. 28, nota 3.

([26]) Navarrete, op. cit., tomo II, pág. 593.

([27]) Navarrete descreve extensamente a viagem no tomo III, págs. 25 - 28.

APÊNDICE D

Indicamos aqui sucintamente os cálculos cujos resultados vão no texto. Em vez de loxodromias, supômos as rótas circulares pelos motivos seguintes: Em primeiro lugar, se imaginarmos a partir dum ponto no hemisfério norte uma loxodromia e um arco de círculo máximo, com o mesmo rumo inicial SO ou SSO, a primeira está sempre ao norte do segundo. Dando o mesmo comprimento às duas curvas, o extrêmo da loxodromia é sempre mais boreal que o da circular aliás o arco de círculo máximo entre dois pontos é mais curto que qualquer outro traçado entre êles na esfera. Estes factos desfavorecem a nossa tese, e tornam as conclusões tanto mais seguras. Em segundo lugar, se Pinzon orientou a róta sempre com o mesmo rumo magnético, descreveu apenas uma loxodromia aparente, porque a linha norte-sul da agulha tem direcção variável com os lugares. Caminhando para o ocidente, esta linha desanda paulatinamente para o noroeste, de sorte que, sendo constantes os rumos deduzidos da bússola, os verdadeiros se tornam gradualmente de menor ângulo com o meridiano. A róta, em vez de loxodrómica, aproxima-se bastante dum círculo máximo, no qual o ângulo de rumo vai decrescendo; e os cálculos se fazem com mais vantagem por meio de triângulos esféricos. Contudo damos também os resultados a que conduzem as loxodromias, servindo-nos dos cálculos feitos pelo sr. Antonio Pais, capitão-tenente da marinha portuguesa.

1.° *Cálculo da latitude do extrêmo da róta de 300 léguas.* No triângulo esférico, pólo terrestre—Santiago—extrêmo da róta, conhecem-se a colatitude de Santiago = 75°, o azimute da róta = 45°, e a sua extensão = 300 léguas = 16°13'; a latitude deduzida é 3°18'44'' N. A loxodromia conduz a 3°33' N.

2.° *Cálculo da extensão da róta pelo sudoeste necessária à total ocultação da polar.* No triângulo esférico, pólo terrestre—Santiago—extrêmo da róta, conhecem-se três elementos: colatitude de Santiago = 75°; colatitude do ponto terminal = 93°50'; azimute da róta = 45°; a extensão procurada é 26° = 481 léguas. A loxodromia alonga-se a 493 léguas.

3.° *Cálculo das coordenadas geográficas do extrêmo da róta de 335 léguas pelo rumo sudoeste.* No triângulo esférico, pólo terrestre—Santiago—extrêmo da róta, são dados: a colatitude de Santiago = 75°, o azimute da róta = 45° e a sua extensão = 335 léguas = 18°6'; a latitude do extrêmo é 1°56'16'' N. A diferença de longitude para Santiago é 12°41'52'', simplificada em 12°42', e como a longitude da ilha é de 23°30'' O. Greenwich, a do ponto terminal da róta será de 36°12'. A loxodromia trás consigo 2°17' N de latitude e 36°28' de longitude O. Green.

4.° *Determinação do tempo de visibilidade da polar na latitude de 1°56', a 20 de Janeiro de 1500.* Para isto tornam-se necessários alguns cálculos prévios.

a) *Cálculo da ascenção recta do Sol no dia 20 de Janeiro de 1500, às 7 horas da tarde, no lugar de latitude 1°56' N. e longitude 36°12', O. Greenw.* Esta ascenção recta era de 312°,22 à meia noite de Greenwich, naquele dia, sendo 10ˢ,6 a variação horária da coordenada eqüatorial solar. No lugar, cuja longitude era de 36°12' O. Greenw., o ângulo horário do Sol às 7ʰ da tarde (tempo verdadeiro) era 105°, e êste instante precedia a meia noite em Greenwich de 180°—105°—36°12' = 38°48' = 2ʰ35ᵐ; corresponde-lhe pois a correcção subtractiva 0°,11 na ascenção recta do Sol, que se converte assim em 312°,11.

b) *Cálculo do ângulo horário e altura da polar às 7 horas da tarde do dia 20 de Janeiro de 1500, no lugar de latitude 1°56' N e longitude 36°12' O. Greenw.* Sendo, como acabámos de ver, 312°,11 a ascenção recta do Sol nessa hora e 3°,76 a da polar, o ângulo dos meridianos celestes dos dois astros era de 51°,65 e, como o ângulo horário do Sol era 105°, concluímos para o da polar 53°,35. Com êste valor entramos no triângulo esférico, pólo celeste—zenite do lugar—estrêla polar, de que são dados mais dois elementos: distância ao pólo da estrêla = 3°25' e colatitude do lugar 88°4'; donde se tira para a altura verdadeira da polar 3°58'12'', sendo superior a 4° a altura aparente provocada pela refracção.

c) *Cálculo do ângulo horário da polar quando no horizonte aparente e na latitude 1°56' N.* No triângulo esférico, pólo celeste—zenite do lugar—estrêla polar, conhecem-se: a colatitude do lugar 88°4', a distância polar da estrêla = 3°25' e a sua distância zenital = 90° + refracção horizontal média = 90°25'; deduz-se para ângulo horário da estrêla 133°,43.

Os resultados de c) e b) mostram que o intervalo de visibilidade da polar na data, hora e local indicados foi de 133°,43—53°,35 = 80°,08 reduzidos a tempo, isto é, 5ʰ20ᵐ.

5.° *Cálculo da latitude austral em que se ocultava totalmente a polar ao anoitecer de 20 de Janeiro de 1500, para longitude compreendida entre as ilhas de Santiago e de Trindade.* (27° e 60° O. Greenw.) Procedendo como anteriormente em a) vê-se que às 7 horas da tarde a ascenção recta do Sol era nestas duas longitudes extrêmas respectivamente 312°,07 e 312°,18; seguindo o caminho traçado em b) acha-se para ângulo horário da polar 53°,31 e 53°,42. No triângulo esférico, pólo celeste—zenite do lugar—estrêla no horizonte, conhece-se a distância polar desta = 3°25', a distância zenital da estrêla = 90°25' e o ângulo horário compreendido entre 53°,31 e 53°,42; deduz-se daí a latitude aproximada de 2°28' S. Abstraíndo da refracção, teremos para latitude 2°2'.

6.° *Cálculo da extensão da róta pelo sudoeste até à latitude austral* 2°2'. No triângulo, pólo terrestre—Santiago—extrêmo da róta, são dados: a colatitude de Santiago = 75°, a do extrêmo da róta = 92°2' e o azimute dêle = 45°; deduz-se para o trajecto 23°,54 = 435 léguas. A loxodromia eleva-o a 446.

7.° *Cálculo da latitude da róta de 300 léguas pelo rumo sussudoeste.* No triângulo esférico, pólo terrestre—Santiago—extrêmo da róta, conhecemos esta = 300 léguas = 16°13', o seu azimute = 22°30' e a colatitude de Santiago = 75°; deduzimos para o ponto terminal a latitude 0°2'24'' S. Com a loxodromia deduziamos 0°2' N.

8.° *Cálculo da latitude e longitude do extrêmo da róta de 324 léguas pelo rumo sussudoeste.* Substituindo no

triângulo precedente a extensão da rôta por 324 léguas = 17° 30′ 49″, obtemos para latitude do extrêmo 1° 14′ 42″ S. e para a diferença de longitude dêle e de Santiago 6° 37′, donde se infere para longitude do extrêmo 30° 7′. Com a loxodromia chegavamos a 2°38′ N. de latitude e 28° 42′ de longitude O. Greenw.

9.° *Cálculo da altura aparente da polar às 7 horas da tarde de 20 de janeiro de 1500 no lugar de latitude 1° 15′ S. e longitude 30° 7′ O. Greenw.* A ascenção recta do sol no instante e lugar é 313°,09; o ângulo dos meridianos celestes dêste astro e da polar monta a 51°,67, e o ângulo horário dêste a 53°,33. No triângulo esférico, pólo celeste-zenite do lugar—estrêla, são dados: colatitude do lugar = 91° 15′, distância do pólo à estrêla = 3° 25′ e ângulo horário desta = 53°,33, concluímos para altura verdadeira da polar 47′ 28″, sendo a aparente determinada pela refracção pouco superior a 1° 12′.

10.° *Cálculo do tempo de visibilidade, em qualquer época do ano, da polar nas latitudes de 1° 10′ N. e 2° 10′ N.* No triângulo esférico, pólo celeste-zenite do lugar—estrêla, conhecem-se: distância polar da estrêla = 3° 25′, a distância zenital = 90° + refracção horizontal média = 90° 25′ e colatitude do lugar = 88° 50′; deduz-se para o ângulo horário da estrêla no momento do ocaso 117° 35′ 38″. Como a diferença entre as horas do ocaso e amanhecer da estrêla é o dôbro do suplemento para 180° do seu ângulo horário, reduzido a tempo, achamos essa diferença igual a 8 h. 16m; e sendo a duração da noite de 10,5 horas pelo menos, a estrêla é visível mais de 2 horas, ao anoitecer ou de madrugada, no lugar de latitude boreal 1° 10′. Para o de latitude boreal 2° 10′ deduz-se analogamente a visibilidade por espaço de 5 horas.

APÊNDICE E

Extractos de cronistas espanhois relativos à primeira viagem de Vicente Yañez Pinzon.

GONZALO FERNANDES DE OVIEDO

Da *Relacion summaria de la Historia Natural de las Indias, compuesta y dirigida al Emperador Carlos V por el capitan Gonzalo Fernandes de Oviedo,* transcrita em *Historiadores primitivos de las Indias Occidentaes,* de André Gonzalez Barcia.

Pero isto ni otro de los que yo he visto, ni oido, ni leido hasta agora no se iguala con el rio Marañon, que es a la parte del levante en la misma costa, el qual tiene en la boca, quando entra en la mar, quarenta leguas, i más de otras tantas dentro en ella se coje agua dulce de el dicho rio. Esto yo oy muchas vezes decir al piloto Vicente Yanes Pinçon que fue el primero de los christianos que vido este rio Marañon é entró por el con una caravela mas de veinte leguas, é halló en el muchas islas y gentes, y por llevar poca gente no osó saltar en terra, i se tornó a salir de el dicho rio, i bien quarenta leguas dentro en mar cojió agua dulce del dicho rio: otros navios le han visto; pero el que mas supo de el es el que he dicho.

Da *Historia general y natural de las Indias* (edição de 1851) Livro XXI, cap. 3.°

Entran las aguas de aqueste rio con mucho impetu en la mar, y dientro della, diez ó doce leguas, se coje deste rio agua dulçe: e aquel embocamiento haçe alli dentro dos braços prençipales, y al rio mas oriental llaman rio de Navidad; y el mas occidental es el que guarda el proprio nombre de Marañon, y es el mas prençipal, el qual derechamente viene de la parte austral, la tierra adentro. Este rio es cosa muy notable y señalada en la pintura de la cosmographia por sus grandeças, y quien oviere atendido a lo que está dicho, hallará que desde el cabo de Sanct Augustin que está en ocho grados y medio de la otra parte de la equinoçiale, hasta llegar al embocamiento y atravesarlo, al rio Marañon, hay trescientas cinquenta y ocho leguas, poco mas ó menos, de costa continuada con los puertos é rios e promontorios que particularmente se ha declarado. Este embocamiento, que tan señalada cosa hizo Dios en el mundo, se llamó un tiempo Mar dulçe, porque con mar jusante ó baxa se haçe agua dulce en el mar apartados de la tierra las leguas que he dicho, é muchas más, si creemos á Vicente Yañez Pinçon, que fué el que descubrió este rio é uno de aquelles tres capitanes é pilotos y hermanos que se hallaron con el almirante primero d'estas partes, Chripstóbal Colon, en el primer descubrimiento destas Indias; y este fué el primero español que dió noticia deste grande rio é le vido, al qual yo oy decir que lo avia descubierto el año de mil e quinientos, y que avia cojido agua dulçe en la mar, treynte leguas apartado de la boca deste rio; e otras particularidades del que se dirán en el libro vigessimo terçero.

Livro XXIV, cap. 2.°

El primero que descubrió el rio Marañon fué el piloto Vicente Yañez Pinçon, uno de aquellos tres capitanes

pilotos y hermanos que hallaron con el almirante primero don Chrispstóbal Colon en el primera viaje é descubrimiento destas Indias; y este fué el primero chripstiano y español que dió noticia deste grand rio: al qual, despues que volvió á España, el catholico Rey don Fernando le hizo merçedes y le favoresció, y el queria yr á la poblar, pero excusósele la muerte año de mil quinientos y catorçe, estando en reputaçion de uno de los mas diestros hombres que avia entre los pilotos del rey de aquel tiempo.

Yo lo conosçi e traté, é era uno de los hombres de la mar que yo he visto más bien hablado y que mejor entendia de su arte; y el me dixo que con cuatro caravelas pequenas avia entrado en este rio quinçe o veynte leguas el año de mil e quinientos años, é que vido muchos indios de las costas y en el embocamiento deste rio, é que salieron quarenta chripstianos en tierra, contra los quales vinieron treynta e dos indios con sus arcos, y flexas y detrás de aquellos otros muchos; y estando cerca unos de otros, echáronles los indios una pieza de oro labrada e los chripstianos echaronles cascaveles como por via de commercio e trueco, é los indios tomaron los cascaveles; é quando los nuestros quisieron tomar el oro, quisieronles prender, é travóse la batalha é mataron ocho españoles é hirieron otros doçe ó treçe, y con trabaxo se escaparon los que quederon. Vista esta maldad y engaño, recogieronse en los navios los españoles y passaronse a la otra costa dentro del mismo rio y prendieron treynte e seis honbres é mataron é hirieron otros algunos, porque los saltearon en una provincia que se llama Mariatambal, que es dentro de la costa del Marañon, dentro del qual hay muchas islas, segun lo supe del mismo Vicente Yañez (que hasta el pressente no hay ótro auctor de tanto credito en este caso), el qual salió de alli con esta presa que le costó caro; y en la costa çerca de tierra havia perdido las dos caravelas. Y tornóse á España con las dos otras muy perdido: al qual, oi deçir que desviado del rio y de la costa treynte leguas apartado de tierra, avia cogido agua dulçe en la mar alto, por causa de la fuerça i furia con que este rio entre en ella. Este capitan é los que con el se hallaron no pudieron entender por entonces más particularidade deste rio, ni Ordaz supo ninguna, ni la vido, ni se cree que se libráron mejor, viendole, él é su gente de lo que se libráron donde fueron á parar.

FRANCISCO LOPEZ DE GOMÁRA

Da *Historia general de las Indias con todo el descubrimiento y cosas notables que han acaecido dende que se ganaron atà el año de 1551. Con la conquista de Mexico y de la Nueva España.* Çaragoça, 1553.

Fol. XLVII, verso.

El descubrimiento que hizo Vicente Yañez Pinçon.

Ya dixe que con las nuevas de las perlas y grandes tierras, que descubriera Colon, se acodiciaron algunos a ir por lana, y vinieron, como dizen, trasquilados. Estos fueron Vicente Yañez Pinçon, y Arias Pinçon, su sobrino, que armaron quatro caravelas a su costa en Palos, donde nacieron. Bastecieron las muy bien de gente, artilleria, vituallas, y rescate. Que ricos estaban con los viajes que avian hecho a Indias con Christobal Colon. Uvieron licencia de los reyes catholicos, para descubrir, y rescatar, en donde Colon no uviesse estado. Partiron pues de Palos a treze de noviembre de año mil quiñientos menos uno, con pensamiento de traer muchas perlas, oro, piedras y otras grandes riquezas. Llegó a Santiago, isla de Cabo Verde. Llevó de alli su derrota mas al mediodia que Colon. Atravessó la torrida. Y fué a dar al cabo, llamado de Sant Augustin, la flota. Estos descubridores salieron a tierra por fin de enero. Tomaron agua, leña y la altura del sol. Escrivieran en arboles y peñas el dia que llegaron, y sus proprios nombres y del rey y reina en señal de possession, maravillados, y pensosos de no hallar gente por alli para tomar lenguas, y tino, de aquella tierra, y su riqueza. La segunda noche, que alli durmieron, vieron non muy lexos muchos fuegos. Y en la mañana quisieran feriar algo con los que al fuego estavan en ranchos. Pero ellos no acarearon a ello. Antes tenian talante de pelear con muy buenos arcos, y lanças, que traian. Los nostros huyeron dellos por ser ombres maiores que grandes allemanes, y de pies muy largos. Ca segun despues contaban los Pinçones los tenian por tanto, y medio que los suyos. Partieron de alla y fueron a surgir en un rio poco hondable por que muchos indios estaban en un cerro cerce de la marina. Salieron a terra con las barcas, adelantando-se un español, y arrojoles un cascavel para cevarlos. Ellos, que armados estaban, echaron un palo dorado y arremetieron, que se abaxo por el, a prenderlo. Acudieron los demas españoles, y travose una pelea en que murieron ocho dellos. Los indios siguieron la vitoria hasta meterlos en las naos, y aun pelearon en el rio. Tan secutivos, y bravos eran. Quebraron un esquife. Valio Dios que no tenian yerua, sino pocos escaparon de muchos que heridos quedaron. Vicente Yañez conocio, quan differente cosa es pelear, que timonear. Cativaron treynte e seis indios en otro rio, dicho Mariatambal. Y corrieron la costa hasta llegar al golfo de Paria. Tocaron en cabo primero, Angla de S. Lucas, tierra de humos, rio de Marañon, rio de Orellana, rio Dulce y otras partes. Tardaron diez meses en ir, descubrir e tornar. Perdieron dos caravelas con todos que dentro yvan. Truxeron haste veynte esclavos, tres mil libras de brasil y sandalo, muchos juncos de los preciados, mucho anime blanco, cortezas de ciertos arboles que parecia canela. Y un cuero de aquel animal que mete los hijos en el pecho. Y contaban por gran cosa aver visto arbol que no le abraçavam dezeseys hombres.

Fol. XLVIII.

Rio de Orellana.

Unos lo llamã mar Dulce, y lo ponê de boca cincuenta y mas leguas. Otros affirman ser el mismo que Marañon, diziendo que nace en Quito cerca de Mullubamba. Y que entra en la mar pocas mas de trezientas leguas de Cubagua. Pero aû no está del todo averiguado. Y por esso los differenciamos......

Nunca jamás, a lo que pienso, ombre ninguno navego tantas leguas por rio como Franscisco de Orellana por este. Ni de rio grande se supo tan presto el fin y principio, como deste. Los Pinçones lo descubrieron en el año de mil y quinientos. Orellana lo anduvo quarenta y tres años después...

Fol. XLVIII verso.

Marañon.

Algunos, segũ poco antes apunté, dizen q todo es un rio el Marañon y el de Orellana. Y que nace alla en el Perú. Muchos españoles an entrado, aun q no poblado, en este rio despues que lo descubrio Vicente Yañez Pinçõ, año de mil y quinientos menos uno...

Fol. XLIX.

El cabo de San Agustin.

Descubriólo Vicente Yañez Pinçon, en Enero de mil y quinientos años con quatro caravellas, que saeo de Palos dos meses antes. Fueron los Pinçones grandissimos descubridores. Y fueron muchas veses a descubrir. Y esta, navegaron mucho. Americo Vespucio, Florentin, que tãbien el se haze descobridor de Indias por Castella, dize como fue al mismo cabo, y que le nombre de San Agustin, el año de uno, cõ tres caravellas que le dió el rey don Manuel de Portugal, para buscar estrecho en aquella costa por do ir a las Molucas. Y que navego desta hecha hasta se poner en quareta grados, allende la equinoxial... Unos ponen quinientas leguas, y otros mas, desde el rio Marañon al cabo de San Agustin. Esta en este trecho de costa la tierra, e punta de humos por do es le raya de la reparticion de Indias entre Castilla y Portugal. La qual cae grado y medio tras la equinocial.

FR. BARTOLOMÉ DE LAS CASAS

Da *Historia de las Indias,* Madrid, 1875.

Cap. 173, Tômo II, pág. 448.

Despues de Cristobal Guerra, o poco despues que salió de Castilla para su primer viaje, por el mes de Diciembre y fin del año de 1499, Vicente Yañez Pinzon, hermano de Martín Alonso Pinzon, que vinieron con el Almirante al principio del descubrimiento de estas Indias, segun que arriba se ha largamente contado, con cuatro navios ó carabelas, proveídas á su costa porque era hombre de hacienda, salió del puerto de Palos para ir a descubrir por princípio de Diciembre, año de 1499; el cual, tomado el camino de las Canarias y de alli á las de Cabo Verde, y salido de la de Santiago, que es una dellas, á 13 de Enero de 1500 años, tomaron la via del Austro y despues al Levante, y andadas, segun dicieron, 700 leguas, perdieron el Norte y passaron la linea equinoxial. Pasados della, tuvieron una terribilissima tormenta que pensaron perecer; anduvieron por aquella via del Oriente e Levante otras 240 leguas, y á 26 de Enero vieron tierra bien lejos; este fué el Cabo que agora se llama de San Agustin, y los portugueses la tierra del Brasil: púsole Vicente Yañez, entonces, por nombre, cabo de Consolacion. Hallaron la mar turbia y blancaza, como de rio, echaron la sonda, que es una plomada con un cordel ó volantin, y halláronse en 16 brazas; van á la tierra y saltaron en ella, y nó pareció gente alguna, puesto que rastros de hombres que, como viesen los navios, huyeron. Alli Vicente Yañez tomó posesion de la tierra en nombre de los reyes de Castilla, cortando ramas y árboles, y paseandose por ella, y haciendo semejantes actos posesionales juridicos, aquella noche hicieron cerca de alli muchos fuegos, como que se velaban. El sol salido, otro dia, de los cristianos 40 hombres, bien armados, salieron en tierra, y van a los indios; de los indios salen a ellos treynta y tantos con sus arcos y flechas, con grande denuedo, para pelear, y tras estos otros muchos. Los cristianos comenzaron á halagarlos, por señas, y mostrandoles cascabeles, espejos y cuentas, y otras cosas de rescates, pero ellos no curaban de ello, ánte se mostraban muy feroces, y a cada momento se denodaban para pelear; eron, segundo dijeron, muy altos de cuerpo, más que ningunos de los que alli iban de los cristianos. Finalmente, sin reñir, se apartaron los unos de los otros, los indios se volvieron la tierra dentro, y los cristianos á sus navios; venida la noche, los indios huyeron, que por todo aquel pedazo de tierra, no pareció persona alguna; affirmaba Vicente Yañez que la pisada de los piés de aquellos era tan grande como dos piés medianos de los de nosotros. Alzaron las velas y fueron mas adelante, y hallaron un rio bajo, donde no pudieron entrar los navios: surgieron en la boca ó cerca della, salieron en las barcas, con que entraron en el rio, la gente que pudo caber, bien á recaudo, para tornar lengua y saber los secretos de la tierra: vieron luego en una costa mucha gente desnuda, como es por alli toda ella, hácia la qual enviaron un hombre bien aderezado de las armas que pudo llevar, para que con los meneios y señas de amistad que pudiese, los halagase y persuadese á que llegasen á conversacion. El que enviaron llegose algo a ellos y cebioles un cascabel para que con el se cebasen y se allegasen; ellos echáronle una vara de dos palmos dorada, y, como el se abajase a tomarla, arremetten todos ellos a lo prender, cercandolo todos alderredor, pero con su espada y rodela, de tal manera se dió presa a se defender, que no les dejó llegar, hasta que los de las barcas, que estaban á vista y cerca, vinieron á le soccorrer: pero los indios vuelven sobre los cristianos con tanta priesa, y disparon sus flechas tan espesas que, antes que se pudiesen unos á otros guarnecer, mataron dellos 8 a 10, algunos dijeron que 11, y otros muchos hirieron. Van luego á las barcas, y dentro en el agua, las cerean; llegan con gran esfuerso hasta tomar los remos dellas. Tomaronles una barca y assetearon al que la guardaba dentro, y muere, pero los cristianos con sus lanzas y espadas desbarrigan y matan los mas dellos, como no tuviesen otras armas defensivas, sino los pellejos. Bien pudieron excusar los cristianos estas muertes y revueltas; que necessidad tenian de poner aquel cristiano en aquel peligro, y por conseguinte, a todos elos, sino que, si vian que no querian los indios trato ni conversacion con ellos, fueranse? pero como no iban por fin de Dios algunos sino pretendiendo su provecho temporal, asi curaban de llevar los medios; y, portanto, fueron reos de la perdicion suya y de aquellos. Viando, pues, los nuestros que tan

mal les iba con aquellos, con harte tristeza de perder los compañeros, alzaron las velas, y por la costa abajo, 40 leguas al Poniente descendieron; alli hallaron tanta abundancia, dentro de la mar, de agua dulce, que todas las vasijas que tenian vacias hinchieron. Llegaba esta agua dulce, como Vicente Yañez depone en su dicho, en el muchas veces alegado processo, dentro en la mar, 40 leguas, y otros de los que fueron con él, dicen 30 (y aun muchas más es cuasi commun opinion de los que yo via tratar deste rio en aquellos tiempos); admirados de ver tan gran golpe de agua dulce, y queriendo saber el secreto della, llegaronse a tierra, y hallan muchas islas que estan en ella todas graciosissimas, frescas y deleitables, y llenas de gentes pintadas, segun dicen los que alli fueron, las cuales se venian a ellos, tan seguros como si toda su vida hobieron conversado amablemente con ellos. Este rio es aquel muy nombrado Marañon; no sé por quien ni por qué causa se le puso aquel nombre; tiene de boca y anchura a la entrada, segun dicen, 30 leguas, y algunos dicen muchas más. Estando en el surtos los navios, con el gran impetu y fuerza del agua dulce y la de la mar, que le resistia, hacian un terrible ruido, y levantaba los navios cuatro estados en alto, donde no padecieron chico peligro; parece aqui lo que acaccio al Almirante quando entró por la boca de la Sierpe y salió por la boca del Drago, y el mismo combate y pelea juntamente, y peligro, hay donde el agua dulze es junta con la del mar, cuando le dulze corre con impetu e es mucha, y la playa es descubierta, mayormente si la mar es de tumbo. Visto que por aquella tierra, y rio de Marañon, y gente dellas, no habia oro ni perlas, ni cosa de provecho, que era el fin que los traia, acuerda tomar captivos 36 personas, que tomar pudieron, de aquelles humildes y mansos innocentes, confessado por ellos, que á los navios seguramente se les venian, para que no quedase pedazo de tierra ni gente della, que no pudiese bien, y con verdad, contar sus obras pésimas, y los que hoy, sin ceguedad, las vimos podamos affirmar, sin escrupulo de conciencia, haberse movido estos a hacer estos descubrimientos, más por robar y hacerse ricos, con daños y escándalos, captiverios y muertes destas gentes, que por convertirlos; harto ciego, sin duda, de malicia será el que dudare desto, aunque poco menos les dió Dios el pago que á Cristobal Guerra. De alli, del rio Marañon, vinieron la costa abajo la vuelta de Paria, y en el camino hallaron otro rio poderoso, aúnque no tan grande como el Marañon, y, porque se bebió el agua dulce otras 25 ó 30 leguas en la mar, le pusieron el rio Dulce. Creo que es este rio un brazo grande del rio Uayapari, el cual dijemos en el cap. 134 que hace la mar e golfo Dulce, que está entre Paria y la isla de Trindad, que estimaba el Almirante salir del Paraizo terrenal, y aquel trazo y rio dulce que de aquesto camino halló Vicente Yañez, tambien jurgo que es el rio donde habita aquella gente buena que nombramos los aruacas. Passaron adelante y entraron en Paria, y creo que tomaron alli brasil; aunque, como hallaron la gente escandalisada por haberles muerto mucha gente Cristobal Guerra, ó otro salteador de los que alli llegaron, segun arriba dijemos, y lo dijeron con juramento los mismos que fueron con Vicente Yañez, y no osaban saltar en tierra, no sé como lo pudieron tomar. De Paria navegaron á ciertas islas de las que están por el camino de la Española, no supe con que intencion, ni si en la costa de Paria, ó en alguna de las islas dichas le acaeció la tribulacion que le vino: por el mes de Julio, estando surtos todos cuatro navios en la parte ó tierra donde era, subitamente vino una tan desaforada tormenta, que, a los ojos de todos, se hundieron los dos navios con la gente; el otro, arrebatóle el viento, rompiendo las amarras de las anelas; y llevalo el viento con 18 hombres y desaparece. El cuarto, sobre les anclas, que debian ser grandes y buenos cables, tantos golpes dió en la mar, que, pensando que se hiciera pedazos, saltaron en la barca y vinieronse á tierra, no les quedando de el alguna esperanza. Dijeron que comenzaron á tratar, los pocos que alli estaban, que seria bien matar a todos los indios que por alli moraban, por que no convocase les comarcanos y los viniesen todos á matar. Ellos pensaban en aquella tierra buscar manera para vivir y remediar-se; gentil remedio habian hallado matando las gentes que no les habian offendido en nada, por ellos imaginarse por aquella via de salvarse, para qui Dios les ayudase; pero la bondad del misericordioso Dios no dió lugar á que cometieran tanta maldad, porque el navio que se habia desaparecido con los 18 hombres, volvió, y el que estaba alli presente, amansando la tormenta, no se hundió. Con los dos navios vinieron a esta isla Española, donde se rehicieron de lo que avian menester, y de aqui tomaron el camiño y llegaron á España en fin de setiembre de 1500 años, tristes, angustiados, lesas las conciencias, pobres, gastados los diñeros que puso de su hacienda Vicente Yañez en el armada, muertos los más de sus compañeros, dejando alborotada y escandalisada la tierra por donde habian andado, é infamada la gente cristiana, y aggraviados los que habian echo pedazos, y hechandoles al infierno las ánimas, sin causa, y los demas inocentes que captivaron, sacados y traidos de sus tierras, privandoles de su libertad y de sus mujeres y hijos, padres y madres, y las vidas, por esclavos, solamente, que habian descubierto 600 leguas de costa de mar haste Paria, gloriándose.

Cap. CLXXII, tômo II, pág. 441.

Asi lo dicen los testigos en el susodicho processo, conviene á saber, que cuando vinieron Vicente Yañez y su compañia á Paria, querian saltar en ella, y que no osaron, porque les habian muerto mucha gente ántes que llegasen á ella, y dicen más, que los indios de alli no querian entrar dentro de los navios, salvo que decian, *sal, Capitan*, como si los llamaron para vingarse dellos, a lo que parece; y dice más un testigo ([28]), que en esto vino otro descubridor, que se dice Diego de Lepe, alli, é para probar al Fiscal, que Diego de Lepe habia tambien descubierto tierra, y no toda el Almirante, dicen los testigos que llegaron a Pária el dicho Diego de Lepe y su compañia, y que tomaron alli ciertos indios, los cuales después el entregó en Sevilla al Obispo D. Juan de Fonseca. Estos no los pudo él tomar sino haciendo escándalo, injusticia e violencia, y fuera bien, que el Obispo lo examinára y aún ahorcara sobre ello, pero nunca el señor Obispo de esto tuvo mucho cuidado en todo su tiempo.

([28]) E' Anton Fernandez Colmenero, o mesmo que deu a informação anterior (*Apêndice B*, resposta à 7.ª pregunta do fiscal).

ANTONIO DE HERRERA

Da *Historia general de las Indias occidentales e de los hechos de los Castellanos en las islas y tierra firme del mar Oceano*, Antuerpia, 1728.

Tômo I, pág. 90 — *Década* I, livro IV, cap. VI.

Que Vicente Yañez Pinzon descubrió seiscentas leguas hasta Paria, y fue el primer Castellano que atravessó la linea equinocial.

Despues del viage referido de Cristoval Guerra en el mes de Deziembre Vicente Yañez Pinzon, que accompaño al Almirante en el primer descubrimiento, con quatro navios armados á su costa, porque era hombre de hazienda, salió del puerto de Palos; y tomando el camino de las Canarias, y despues el de Cabo Verde, salió de la Isla de Santiago, que es una de aquellas de Cabo Verde, á 13 de Henero del año de 1500, tomó la via del Sur, y después a levante, y aviendo navegado setecientas leguas, perdió el Norte, y pasó la linea equinocial, siendo el primer subdito de la Corona de Castilla, y de Leon, que la atravesó, y passada la linea, tuvo tan terrible tormenta, que pensaron perecer, anduvo por la via del otras dozientas y quarenta leguas, y a 26 de Henero descubrió tierra bien lexos, y esto fué el cabo que aora llaman de Santo Agustin, al qual llamó Vicente Yañez Cabo de Consolacion, y los portugueses dizen la terra de santa Cruz y aora del Brasil; hallaron la mar turbia, y blancazo, como de rio, y hallaronse en diez e seis brazas, saltaron en tierra, y no pareció gente, aunque vieron rastros de hombres, que huyeron viendo los navios, y alli tomó Vicente Yañez possession de aquella tierra por la Corona de Castilla y Leon, haziendo quantos autos juridicos para ello era necessario, y aquella noche descubrieron por alli cerca muchos fuegos: otro dia salido el Sol desembarcaron quarenta Castellanos bien armados, fueron adonde avian visto los fuegos, por que reconocieron que avia gente, salieron à ellos hasta 36 Indios con arcos y flechas con demonstracion de pelear, y otros muchos tras ellos.

VICENTE VAÑEZ PINZON VA A DESCUBRIR

AÑO DE 1500

EL PRIMERO QUE ATRAVESÓ LA LINEA

VICENTE VAÑEZ TOMA POSESION DEL CABO DE S. AGUSTIN POR LA CORONA DE CASTILLA

Mucho procuraron los Castellanos de alagalos, y en señas amansarlos, mostrando cascaveles, espejos, cuentas, y otras cosas, pero no curando de nada, se mostraban más feroces, eram segundo affirmaron mayores de cuerpo que los Castellanos, y sin hechar mano a las armas se apartaron los unos de los otros. Venida la noche no parecio por toda aquella tierra Indio ninguno, por lo qual levantando las velas, passaron más adelante, y surgieron cerca de la boca dun rio, que por ser baxo no pudieron entrar en el los navios, fué gente por el rio en las barcas a tomar lengua, viéron sobre una cuesta mucha gente desnúda, hazia la qual enbiaron un hombre bien armado, y este procuró con meneos y alágos persuadirlos que se acercassem, hechóles un cascavel, ellos le hecharon una vara de dos palmos dorada, y porque se abaxó a tomarla, corrieron a prenderlo, cercandole al rededor, pero con su espada y rodela de tal manera les dió priesa con tanta furia y destreza, estando tan en si, que por gran rato los detuvo sin que nadie se le pudiese acercar dexando mal heridos a algunos, que lo intentaron, hasta que se admiraron todos de ver que este soldado, de quien no se tenia grande esperança, huviesse hecho tan gran prueva, y era hombre de mediano corpo, y no muy robusto, hasta que los de las barcas le fueron a soccorrer, pero los Indios disparavan tantas flechas, y tan apriessa sobre los Castellanos, que antes que se pudiesen rebolver, mataron ocho o diez, y hirieran á muchos, llegaron á las barcas, y dentro del agua las cercaban hasta llegar atrevidamente à assir de los remos, tomaron una barca, flecharon al que la guardava, aunque los Castellanos con sus espadas, y lanças infinitos desbarrigaron, y mataron, y con esto se retiraran, y los Christianos con mucha tristeza de aver perdido tantos compañeros, se fueron por la costa abaxo quarenta leguas al Poniente, y por la mucha abundancia de agua dulce, que hallaron en la mar, hinchieron sus basijas, y segundo que Vicente Yañez lo affirmó, llegava el agua dulce quarenta leguas dentro en la mar, y queriendo saber este secreto, se acercaron a tierra, y hallaron muchas Islas muy graciosas y frescas con muchas gentes pintadas que acudian a los navios con tanto amor, como si toda en vida con ellos huvieron conversado: salia este agua de aquel muy nombrado rio Marañon, que tiene treinta leguas de boca, y algunos dicen más, y estando en el surtos los navios con el gran impetu y fuerça del agua dulce, y de la mar, que le resistia, hazia un terrible ruido y levantava los navios quatro estados en alto padeciendo gran peligro, casi como que succedió al Almirante, quando entró por la boca de la Sierpe y salió por la del Drago.

VÁ GENTE POR EL RIO EN LAS BARCAS A TOMAR LENGUA

VALENTIA DE UN CASTELLANO Y PELEAN LOS INDIOS CON LOS CASTELLANOS

EL RIO MARAÑON TIENE 30 LEGUAS DE BOCA

Visto Vicente Yañez Pinzon que no se descubria cosa de substancia por aquella parte tomó 36 hombres, y caminó la buelta de Paria, y en el camino hallo otro rio poderoso, aunque no tan grande como el Marañon, porque tomaron agua dulce otras veinte e cinco é treinta leguas a la mar: por lo qual le llaman rio dulce e despues se he creido, que es braço del gran rio Yupari, que ha le mar ó golfo dulce que está entre Paria, y la isla de Trinidad, y este rio dulce, que hallo Vicente Yañez en este camino, se tuvo que es el rio adonde habitan los Aruacas; entraran en Paria, y alli tomaron brasil.... y llegaron á Castilla en fin de setiembre, dexando descubiertas 600 leguas hasta Paria.

EL RIO YUPARY ADONDE ESTAN LOS ARUACAS

VICENTE VAÑEZ DESCOBRE 600 LEGUAS DE TIERRA HASTA PARIA

APÊNDICE F

Extractos de cronistas espanhois relativos à primeira viagem de Diego de Lepe

FR. BARTOLOMÉ DE LAS CASAS

Da *Historia de las Indias*, Madrid, 1875.

Cap. 174, tômo II.

Trás Vicente Yañez salió otro descubridor, ó quizá destruidor, por el mismo mes de diciembre y año de 1499 años. Este fué un Diego de Lepe vecino del Condado, no sé si de Lepe ó de Palos y Moguer, pero la mas gente que fué con el dicen haber sido de Palos; llevó dos navios aderezados. De la isla del fuego, que es una de las de Cabo Verde, siguió hacia el meio dia algo, y despues al Levante, por el camino que hizo Vicente Yañez; llegaron al cabo de Sant Agustin, y dicen que lo doblaron, passando adelante algo. El Diego de Lepe tomo posesion por los reyes de Castilla, haciendo en todos lugares que llegaba actos que se llaman posesionales, segun derecho necessarios; uno dellos fué que escribió su nombre en un arbol de grandeza estraña, del cual dijeron que 16 hombres asidos de las manos, extendidos los brazos, no pudieran abarcarlo. Cosa es increible pero possible, porque los mayores lo hay en estas islas y tierra firme, que parece no haberlos en otras partes del mundo hallado, y todos los que por ellas hemos andado y visto las ceynas, que son muchos y grandes arboles, como los hay no nos espantamos. Entraran en el rio Marañon y alli robaron y saltearon la gente que pudieran, donde Vicente Yañez habia tomado con injusticia las 36 animas que se venian pacificos é confiados a los navios y traidolos por esclavos. Parece que, como quedaron del Vicente Yañez agraviados y experimentados, llegando el Diego de Lepe, pusiéronse en armas, mataronle 11 hombres, y porque siempre han de quedar los indios mas lastimados, debian de matar muchos dellos y prender los que mas pudieron por esclavos. Del rio Marañon, vinieran costeando la tierra firme por el camino que habria hecho Vicente Yañez; de creer es que saltaria en algunos logares y lo que alli saltearon y mal hicieron ellos se lo saben, y aún mejor que entonces, que ya son todos en la mar ó en la tierra sepultados. Llegaron á Paria, y como hallaron las gentes della extrañadas y alborotadas, por los muchos que le habian muerto (segun lo dice hombre de los mismos de Diego de Lepe y en el capitulo 171 fué tocado) debian de hacerles guerra y captivar los que pudieron haver a los manos; y asi lo confiesa otro delos que con ellos se hallaron, y debia el obispo de Burgos sabello, D. Juan de Fonseca digo, y tomarselos, por eso dice aquel en su dicho que en la Paria tomó Diego de Lepe ciertos indios los cuales el dicho Diego de Lepe trujo en los navios e los entregó al obispo D. Juan de Fonseca en esta ciudad de Sevilla. Estas son sus palavras; y fuera justo que el obispo lo castigase, y quizá lo hizo, si por ventura su ceguedad, que eneste negocio de las Indias sempre tubo, no se lo estorbaba.

ANTONIO DE HERRERA

Da *Historia general de las Indias Occidentales o de los hechos de los Castellanos en las Islas y tierra firme del mar oceano*, Antuerpia, 1728.

Tômo I, pág. 80—*Década* I, Livro IV, cap. 7.

VIAGE DE DIEGO DE LEPE, Y TOMA POSESION EN LAS COSTAS DEL BRASIL POR LOS REYS CATHOLICOS

ARBOL DE ESTRAÑA GRAMDEZA EN ESTE TIERRA QUE LLAMARON DESPUES EL BRASIL

En fin del mes de Diziembre del mismo ãno de 1499 salió tras Vicente Yañéz Pinzon, Diego de Lepe, natural de Palos de Moguer, Villa del Conde de Miranda, y toda la más gente que llevó era de la misma Villa; fue con dos navios a la Isla del Fuego, que es una de las de Cabo Verde: navegó al Sur y despues al Levante, llego al cabo de San Agustine le dobló, y passó mas adelante, y hizo por toda aquella tierra quantos autos possessionales fueron necessarios por los Reyes de Castilla, y uno fue que escrivió su nombre en un arbol de tan estraña grandeza que no pudieron abarcarlo diez e seis hombres asidas las manos, y estendidos los braços. Bolvió al rio Marañon, entró en el, y como la gente estaba escarmentada por 36 hombres que llevó de alli Vicente Yañez, hallola en armas, mataron diez Castellanos, pero ellos mataron muchos Indios y captivaran otros. Fueron costeando la tierra firme por el mismo camino que llevó Vicente Yañez, llegaron a Paria....

APÊNDICE G

De Cesáreo Fernandes Duro: *La situacion del cabo de San Agustin en el Brasil, el año de 1515; no Boletin de la Sociedad Geografica de Madrid*, tômo XVI, pág. 27.

EL PARECER DE JUAN RODRIGUEZ SERRANO

Juan Rodriguez Serrano, piloto de Sú Alteza, paresco a ciertas cosas que vras. mds. me mandaron que dijiesse e diese mi parescer firmado de mi nombre, e yo paresco hoy dia de la fecha de esta mi firma que es trece dias del mes de Noviembre de mil quinientos e quince años, e despues de parecido ante vras. mds. me enseñaron una carta de su Alteza la cual carta me fue leida, sobre once portugueses que trujeron presos de la isla Española, los cuales vinieron sob razon que

habian tocado en la tierra del Rey nro. Señor, e que dijesemos e declarasemos cada uno por si lo que nos parescia digo, señores, en lo que alcanzo deste negocio que ha diez e seis años poco mas ó menos que parti desta dha. cibdad en dos caravelas que fue por capitan Alonso Vellez de Mendoza e fuemos á las islas de Canarias e de alli fuemos en la isla de Santiago que es en las islas de Cabo Verde e siendo alli partimos de la dha. isla de Santiago por el sur cierta cantidad de leguas diarias el tiempo que no correr.......... por el susudoeste y sin caminar otro camino ninguno fuemo en el cabo de Sant Agustin algo de la parte del norte cinco o ocho leguas e de alli doblamos el dho. cabo sin ningun trabajo para la parte del sudeste cierta cantidad de leguas en que en este tiempo yo era hombre mancebo e no se me entendia nada de las alturas e por lo que ahora se me entiende digo que me esto dudoso que el cabo de Sant Agustin está en ocho grados como dicen, mas lo que yo oi á los pilotos que iban en ambos navios, conforme al camino que habian fecho daban quinientas e sessenta leguas desde la isla de Santiago hasta el cabo de Sant Agustin nornordeste-susudoeste y tambien digo que he oido que desde el Cabo de Sant Agustin a Paria se corren norueste-sueste e que hay seicientas leguas e no se mas de lo que dicho tengo. ya lo que vras. mds. mandan que de mi parescer digo que non se puede saber la verdad si non se va a ver de vista de ojos.

APÊNDICE H

Instrucções dadas a Lope Hurtado de Mendonça, fidalgo da casa do rei de Espanha e seu embaixador em Lisboa.

Do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo,

Corpo cronológico, parte 3.ª, maço 5, doc. 24.

El Rey—Lo que vos lope hurtado de mendonça gentil honbre de nuestra casa aveys de dezir de nuestra parte al serenissimo Rey de Portugal nuestro muy caro e muy amado hijo es lo seguiente/

Que ya sabe como por lo capitulado y asentado entre la corona Real de estos Reynos de Castilla y la corona Real de su Reyno de portugal sobre la conquista de las cosas de la mar/pertenesce a estos Reynos todo lo que esta dentro de la Raya que se concerto por la dicha capitulacion que es de polo artico a polo antartico del norte al sur asentando las trezientas y setenta leguas de las yslas de Cabo Verde a la parte del poniente y que asy mesmo sabe quan enteramente se ha guardado por parte de estos Reynos lo que cerca desto se asento y capitulo mandando so grandes penas a los que avemos ynviado a descubrir que en ninguna manera tocasen en lo que perteneçe a portugal/y que algunos delos que fueron contra lo asentado han seydo castigados y de otros que aportaron a portugal el señor Rey don Juan su predecesor tomo la hemienda dellos y los mando justiciar/e asi mesmo por mandado del dicho Rey mi hijo fue echa justicia en portugal de diego de lepe y muchos de los que con el tomaron murieron en la carçel lo qual huvimos por bien yo e la serenissima Reyna mi muger que sancta gloria quando el dicho Rey don juan lo mando hazer por que quebrantaron las tales personas el dicho asyento y lo que por nos les avia sydo mandado quando se despacharon de a ca/y sy a estos Reynos vinieron vivos los mandaramos castigar con pena de muerte y asy se castigaran todos los que contra lo asentado vinieren faziendo el dicho Rey mi hijo cerca de lo que abaxo se dira lo que es Razon como yo espero que lo hara y que agora me han dicho que algunos navios de su Reyno an ydo a descubrir a la tierra que rasta aqui se ha llamado tierra firme e ahora mandamos llamar Castilla del oro/y ellos so color de yr a la tierra que llaman ellos del brasil que esta apegada a la dicha tierra de Castilla del oro an entrado en lo que esta descubierto por nuestro mandado mucho mas adelante de lo que perteneçe a portugal por la dicha Raya de la demarcacion en gran perjuizio de la corona Real de estos Reynos y en quebrantamiento de lo que esta asentado de que me maravillaria mucho sy asy se oviese fecho/lo qual seyendo ansi tengo por çierto que non se avra echo con sabiduria e voluntad del dicho Rey mi hijo/por ende que le Ruego muy afetuosamente mande luego poner toda diligençia en saber la verdad por que ya poderia ser que aun que lo oviesen fecho gelo negasen por miedo de no ser castigados/y sabida sy fuere çierto los mande castigar a los que asy fueron a descubrir lo suso dicho e a quales quier otros que non ayan guardado el dicho asyento como a quebrantadores delo asentado y capitulado y como se a echo y es Razon que se haga en semejantes casos para que a ellos sea castigo y a otros exenplo y no osen hazer de aqui adelante semejantes atrevimientos las semejantes personas de donde suelen naçer discordias e diferençias entre los Reynos por que no hasiendo lo ansy estos Reynos ternian justa causa de aprovechar se de su justicia segund que en semejantes casos se acostunbra y deve hazer lo que yo no querria en ninguna manera por el mucho amor que tengo al dicho Rey mi hijo sy no que entre la corona Real destos Reynos y la de portugal aya perpetuamente toda conformidad y amor como es Razon y devdo lo Requiere fecha en la villa de valladolid a quatro dias del mes de Agosto año de mjll e quinientos e treze anos/yo el Rey por mandado de su Alteza lope Conchillos (?) *lope hurtado de mendoça.*

El Rey

Lo que vos lope hurtado de mendoça gentil honbre de nuestra casa aveys de dezir de
nuestra parte al serenissimo Rey de portugal nuestro muy caro & muy amado hermano
es lo siguiente/.

que ya sabe como por lo capitulado y asentado en-
tre la corona Real de estos Reynos de castilla y
la corona Real de sus Reynos de portugal sobre
la conquista de las cosas de la mar/ pertenesçer a estos
Reynos todo lo que esta dentro de la Raya que se con-
certo por la dicha capitulaçion que es de polo artico
a polo antartico del norte al sur. asentada a las
trezientas y setenta leguas de las yslas de cabo
verde a la parte del poniente y que asy mesmo
sabe quan enteramente se ha guardado por parte
de estos Reynos lo que toca desto asiento y capi-
tulo mandando so grandes penas a los que avemos
ynbiado a descubrir que en ninguna manera tocasen
en lo que pertenesçe a portugal/. y que algunos de los
que fueron contra lo asentado han seydo casti-
gados y de otros que aportaron a portugal el
señor Rey don Juan su padre cuyo tomo la herma-
da dellos y los mando justiçiar/ & asy mesmo por
mandado del dicho Rey mi hermano fue echa justiçia
en portugal de diego de lepe y muchos de los que
con el tomaron murieron en la carçel. lo qual
ovimos por bien yo & la serenissima Reyna
mi muger que sea en gloria quando el dicho Rey don
Juan lo mando hazer por que quebrantaron las tales
personas el dicho asyento y lo que por nos les avia
sydo mandado quando se despacharon de aca/ y si
destos Reynos vinieran bivos los mandaramos
castigar con pena de muerte y asy se castigaran
todos los que contra lo asentado vinieren fa-
ziendo el dicho Rey mi hermano cosa de lo que abaxo

se dira lo que es razon como yo espero que lo hara / y
que agora me han dicho que alonso nabios de ga-
rrejon da yda a descubrir a la tierra que agora aqui
se ha llamado tierra firme e agora mandamos llamar
castilla del oro / y ellos so color de yr a la tierra
que llaman ellos del brasil que esta apegada a la
dicha tierra de castilla del oro an entrado en lo
que esta descubierto por nuestro mandado mucho mas
adelante de lo que pertenece a portugal por la dicha
raya de la demarcacion en grande perjuyzio de la co-
rona real de estos reynos y en quebrantamiento
de lo que esta asentado de que me maravillaria
mucho si asy se ouiese fecho / lo qual seyendo ansi
si tengo por cierto que no se abra echo con
sabiduria e voluntad del dicho rey mi hijo / por
ende que le ruego muy afetuosamente mande
luego poner toda diligencia en saber la verdad
porque ya podria ser que aun que lo ouiesen
echo ello negasen por miedo de no ser castiga-
dos / y sabida sy fuere cierto los mande casti-
gar a los que asy fueron a descubrir lo suso-
dicho e a quales quier otros que no ayan guar-
dado el dicho asiento como a quebrantadores de lo
asentado y capitulado y como se dicho es es
razon que se haga en semejantes casos para que
aquellos sean castigados y a otros exenplo y no osen
hazer de aqui adelante semejantes atrevimientos
las semejantes personas de donde suelen nacer
discordias y diferencias entre los reynos por
que no haziendo lo ansy estos dichos tomarian osa-
dia de aprovechar se de su ynstancia seguiendo en
en semejantes casos se acostumbra y debe hazer
lo que yo no querria en ninguna manera por el mucho
amor que tengo al dicho rey mi hijo syno que se

Fac-simile **das Instrucções dadas a Lope Hurtado de Mendonça, fidalgo da casa do rei de Espanha e seu embaixador em Lisboa.**

CAPÍTULO IV

DUARTE PACHECO PEREIRA

PRECURSOR DE CABRAL

PELO

PROF. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

DUARTE PACHECO PEREIRA

PRECURSOR DE CABRAL

E vereis em Cochim assinalar-se
Tanto um peito soberbo e insolente,
Que cítara jamais cantou vitória,
Que assim mereça eterno nome e glória.

(*Os Lusíadas*, II, 52)

M PLENA época dos grandes descobrimentos, a figura épica de Duarte Pacheco Pereira brilha radiante de fulgor inextinguível. Herói sem mácula, a tuba sonorosa do poeta máximo lusitano não se cança de celebrar, em seguidas estâncias [1], os seus feitos guerreiros; apenas o som canoro se vela de tristeza ao rememorar «o grande esfôrço mal agradecido». Navegador e soldado, cartógrafo e roteirista, êle foi, pelas suas múltiplas aptidões e claras virtudes, um dos grandes representantes da escola náutica portuguesa, criada pelo esfôrço persistente do Infante D. Henrique. Os seus vastos conhecimentos de navegação estão patentes nas páginas do **Esmeraldo**, admirável roteiro da circunnavegação africana. Em Cochim combateu gloriosamente, hábil em todos os ardís de guerra, pronto sempre ao sacrifício supremo, acudindo com o seu forte braço e direcção inteligente nos lances de maior risco, coroado sempre pelo éxito da victória. Porque era sábio cosmógrafo, esteve como perito na conferência de Tordesillas. Foi também descobridor. Mandado por D. Manuel às praias da América, preparou a róta de Cabral em demanda do Brasil, como resulta de palavras suas. Símbolo da lealdade portuguesa, nunca movido de baixos interêsses, os actos da sua vida pura e heróica, que vamos sucintamente narrar, não permitem pôr em dúvida a veracidade do seu testemunho.

Duarte Pacheco era descendente daquele Diogo Lopes Pacheco que se passou a Castela, por motivo do assassínio de D. Inês de Castro, e depois voltou para Portugal a servir na batalha de Aljubarrota com seu filho João Fernandes Pacheco. Êste, que D. João I fêz alcaide-mór de Santarém, foi pai de Gonçalo Pacheco, tesoureiro da casa de Ceuta, criado do Infante D. Henrique. De Gonçalo Pacheco foi filho João Pacheco, que andou no Levante como capitão de uma armada a pelejar com os turcos, sendo morto em Tânger pelos mouros. E' êste João Pacheco o pai de Duarte Pacheco Pereira, nascido em Lisboa pouco depois do meado do século XV [2].

[1] *Os Lusíadas*, X, 11 a 25.
[2] *Esmeraldo de situ orbis* por Duarte Pacheco Pereira, edição de Rafael Basto, Lisboa, 1892, Notícia preliminar, págs. IV, V.

DUARTE PACHECO NA GUINÉ

CAVALEIRO da casa del-rei D. João II, Duarte Pacheco foi um dos capitães da confiança dêste monarca, como se infere do que êle próprio diz no Prólogo do *Esmeraldo:*

«e por não alargar mais a matéria, deixo de dizer as particularidades de muitas coisas que êste glorioso príncipe [D. João II] *mandou descobrir por mim* e por outros seus capitães em muitos lugares e rios da costa de Guiné, dos quais, em tempo do Infante Dom Henrique e d'El-Rei D. Afonso, a costa do mar sòmente era sabida, *sem se saber o que dentro nêles era*» (3).

A esta missão se refere João de Barros, quando narra a volta de Bartolomeu Dias, em 1487, do descobrimento do cabo de Boa Esperança:

«Tomados muitos mantimentos que acharam, e posto fogo à naveta que estava bem comesta do gusano, por não haver quem a pudesse marear, vieram ter à ilha do Príncipe, onde acharam Duarte Pacheco, Cavaleiro da casa delRei, mui doente, o qual por não estar em disposição para por si ir descobrir os rios da costa, a que o ElRei mandava, enviou o navio a fazer algum resgate, onde se perdeu, salvando-se parte da gente, que com êle veio em estes navios de Bartolomeu Dias» (4).

Descrevendo a costa da Guiné nas proximidades do cabo Formoso, êle mesmo conta as enfermidades sofridas naquela região: «Ainda que dous agravos tenhamos recebidos na descrição desta Etiópia, dos quais o primeiro é o tempo que gastamos na prática destas províncias e terras, que tantas enfermidades e trabalhos mal pagos nos tem custado....» (5). Dos longos anos que por lá andou nos informa, quando trata do cabo de Lopo Gonçalves: «e a experiência nos tem ensinado, porque *por muitos anos e tempos que esta região das Etiópias de Guiné temos navegadas e praticadas*, em muitos lugares tomamos as alturas do sol e sua declinação, para se saber os graus que cada lugar se aparta em ladeza da mesma equinocial para cada um dos pólos» (6); e a propósito do Nilo e do rio Senegal: «porque de todolos rios desta região da Etiópia, os quais *por muitos anos cada dia praticamos*, sabemos certo que êste é o maior, segundo se mais largamente dirá no capítulo que adiante vier, que do rio Çanagá falar» (7). Menciona também vilas e cidades do interior onde esteve: «e esta cidade (a de Benim) terá uma légua de comprido de porta a porta, e não tem muro, sòmente é cercada de uma grande cava muito larga e funda, a qual abasta para sua defensão, e *eu fui nela quatro veses*» (8).

ESCUDO DOS PACHECOS

(3) *Esmeraldo de situ orbis*, edição de Epifânio Dias, pela Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905, pág. 15.
(4) João de Barros, *Década* I, Livro III, Cap. IV.
(5) *Esmeraldo*, Lisboa, 1905, Liv. II, Cap. 8, pág. 120.
(6) *Ibidem*, Liv. II, Cap. 11, pág 127.
(7) *Ibidem*, Liv. I, Cap. 5, pág. 28.
(8) *Ibidem*, Liv. II, Cap. 7, pág. 118.

Duarte Pacheco andou nas regiões eqüatoriais, como cosmógrafo, fazendo o levantamento da costa e rios da Guiné. Êle e outros capitães de D. João II foram mandados a reconhecer pela terra dentro, o que bem mostra como os portugueses não descobriram só a costa ao longo do mar, mas exploraram também o interior do continente africano. Disso oferece mais tarde um exemplo notável Duarte Lopes (9).

O TRATADO DE TORDESILLAS

EM 7 de junho de 1494 assina o tratado de Tordesillas, como testemunha, Duarte Pacheco, «contínuo da casa do senhor Rei de Portugal» (10). Pacheco, na sua qualidade de cosmógrafo e navegador experimentado, foi um dos peritos portugueses nas negociações dêste tratado.

Cristóvão Colombo, de regresso da sua primeira viagem de descoberta da América, julgando vir da ilha Cipango, entrou no pôrto de Lisboa em 6 de março do ano de 1493. D. João II, recebendo Colombo em Val do Paraíso, têrmo de Santarém, declarou-lhe que as ilhas, por êle achadas, pertenciam à corôa portuguesa, e assentou depois mandar a elas D. Francisco de Almeida com uma armada (11). O papa Alexandre VI, pela bula de 4 de maio do mesmo ano, estabelecia o meridiano de demarcação, entre as possessões portuguesas e castelhanas, 100 léguas a ocidente das ilhas dos Açôres e Cabo Verde. Em junho seguinte D. João II, que se não conformara com a decisão pontifical, envia Pero Dias e Rui de Pina aos Reis Católicos, com proposta de uma nova linha divisória, que seria, não um meridiano, mas um paralelo (12): o paralelo que, passando pelas Canárias, deixaria ao sul as terras

(9) «Quand on prend une carte d'Afrique faite vers 1850, avant les voyages de Barth, de Livingstone et de Speke, et qu'on la compare à une carte faite vers la fin du XVIe siècle, après les grandes explorations portugaises de Diego de Cam, de François Govea et d'Edouard Lopez, on s'aperçoit que l'intérieur de l'Afrique était bien moins connu il y a trente ans qu'il ne l'était il y a trois cents ans.

Pendant trois siècles, l'Europe a cherché, avec ardeur, à découvrir le mystère des sources et des crues du Nil, à reconnaître le centre du continent africain; tant d'héroïques voyageurs ont péri à la tâche qu'on a pu, justement, nommer l'histoire des voyages faits en Afrique pendant le XVIIIe siècle et la première moitié du XIXe siècle «Le Martyrologe Africain». Un état-major de géographes en chambre donnait de savantes instructions à une légion d'explorateurs, et les dirigeait vers le centre de l'Afrique, par l'Égypte, par la côte de Tripolitaine, par la côte de Guinée, par le Cap, par toutes les voies enfin, excepté par les deux bonnes, que les Portugais du XVIe siècle, qui n'étaient dirigés par aucune espèce de savants, avaient prises d'emblée, et sans hésiter. C'est un fait bizarre que, de tant de savants et de tant de voyageurs qui ont rêvé la traversée du continent africain pendant trois siècles, aucun n'ait eu l'idée de lire les indications et les descriptions fort exactes qu'on en publiait à la fin du XVIe siècle, ou, parmi ceux qui les avaient lues, de croire à leur exactitude. Quand Speke, le premier, conçut le plan très simple, d'aller chercher les sources du Nil non pas en remontant le cours de ce fleuve sur un parcours de plus de huit cents lieues, mais en coupant au plus court de l'Est à l'Ouest, et en partant de Zanzibar, il réussit du premier coup. Dans la conférence qu'il fit à son retour, il dévoila le grand mystère africain en ces termes: «Si les anciens avaient su que l'Afrique Équatoriale est la région des grandes pluies, ils ne se seraient pas tellement tourmenté le cerveau à propos des sources et des crues du Nil». Nous disons de notre côté: «Si Speke avait lu la description de l'Afrique publiée en 1598 par les frères De Bry, il ne se serait pas vanté d'avoir découvert le secret des sources et des crues du Nil, qu'Edouard Lopez avait découvert, et que les frères De Bry avaient imprimé deux cent quatre-vingts ans avant son voyage». Quand Stanley, à la recherche de Livingstone, découvrit le cours du Lualaba et le Haut Congo, il soutint, mordicus, dans je ne sais combien de conférences et d'articles de journaux, qu'il avait trouvé les vraies sources du Nil; il lui fallut un second voyage pour reconnaître, au prix de bien des fatigues et de bien des dangers, l'importance de sa propre découverte, et pour constater, aux *applaudissements de l'Europe, que ce qu'il prenait pour le Nil était le Congo, et qu'on pouvait aller de l'Océan Indien à l'Océan* Atlantique par la voie qu'il venait de frayer. Si Stanley, avant son départ, avait lu la même description de l'Afrique imprimée en 1598, il eût été droit au Congo sans discuter et sans tâtonner, et eût suivi, en toute connaissance de cause, la route que le Portugais Edouard Lopez n'était pas le seul à pratiquer, bien longtemps avant lui.......» (LE CONGO, *La veridique description du royaume africain, appelé, tant par les indigènes que par les portugais, Le Congo, telle qu'elle a été tirée récemment des explorations d'Edouard Lopez, par Philippe Pigafetta, qui l'a mise en langue italienne.* Traduite pour la première fois en français sur l'édition latine faite par les frères De Bry, en 1598, d'après les voyages portugais et notamment celui d'Edouard Lopez, en 1578, par Léon Cahun, Bruxelles, 1883, Introduction, pags, 5-7).

(10) *Alguns documentos da Torre do Tombo,* Lisboa, 1892, pág. 79.

(11) Barros, *Década* I, Liv. III, Cap. XI. Rui de Pina, *Chrónica delrey D. João II,* Cap. LXVI.

(12) «... i tratando sobre esta pretension, proponian, que seria buen medio, que el Mar Oceano se partiese entre las dos Coronas, por una linea, tomada desde las Canárias contra el Poniente, por ramos de linea derecha, i que todos los Mares, Islas, i Tierra, desde aquella linea, derecha al Poniente, hasta al Norte, fuesen de los Reinos de Castilla, i de Leon, fuera de las Islas, que entonces poseía el Rei de Portugal, en aquella Parte; i que todos aquellos Mares, Islas, i Tierras restantes, que se hallassen desde aquella linea, àcia el Mediodia, fuesen del Rei de Portugal, salvando las islas de Canaria, que eran de la Corona de Castilla» (Herrera, *Historia General de los hechos de los Castellanos en las islas y tierra-firme de el mar Oceano,* Década I, Libro II, Cap. VIII, Madrid, 1726, págs. 47-48).

de descoberta e conquista portuguesa, e ao norte o domínio castelhano, como já lhes mandara dizer por meio de Rui de Sande [13]. A proposta não foi aceite. Finalmente, em 1494, foi celebrado entre as duas corôas o tratado de Tordesillas, que estabeleceu como linha de demarcação o meridiano situado 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.

Que os delegados portugueses enviados às negociações de Tordesillas tinham maior saber e experiência das cousas do mar do que os seus colegas de Castela reconhece Frei Bartolomeu de Las Casas, bispo de Chiapa: «alli mandaron ir los reyes de Castilla á muchas personas que sabian de cosmografia y astrologia, puesto que habia harto pocos entonces en aquellos reinos, y las personas de la mar que se pudieron haber (no pude saber los nombres dellas ni quién fueron), y alli envió el rey de Portugal las suyas, que debian tener, á lo que yo juzgué, más pericia y más experiencia de aquellas artes, al ménos de las cosas de la mar, que las nuestras» [14]. Um dos homens eminentes que lá se achavam, por parte de Portugal, era Duarte Pacheco. Cristóvão Colombo não assistiu às negociações, pois andava então na sua segunda viagem (1493-1496), mas estava bem informado a respeito das embaixadas sucessivas entre o rei português e os Reis Católicos, e estes mandaram-lhe um traslado dos capítulos do acôrdo celebrado em Tordesillas, logo nos primeiros navios que enviaram, depois que êle partiu de Cadiz em 25 de setembro de 1493 [15]. As razões que moveram D. João II na sua pendência com Castela, até obter solução satisfatória, são claramente expostas por Colombo, a propósito da sua terceira viagem, em 1498. Tendo chegado à ilha de Santiago de Cabo Verde no primeiro de julho dêste ano, e levantando ferro no dia 4, assim explica o motivo do rumo que vai seguir:

«Torna el almirante á decir que quiere ir al Austro, porque entiende, con ayuda de la Santissima Trinidad, hallar islas y tierras, con que Dios sea servido, y sus Altezas y la cristiandad hayan placer, y que quiere ver cuál era la intincion del rey **D. Juan de Portugal que decia que al Austro habia tierra firme**; y por esto dice **que tuvo diferencias con los reyes de Castilla,** y en fin, dice, que se concluyó que el rey de Portugal hobiese 370 léguas de las islas de los Azores y Cabo Verde, del Oeste al fin del Norte, de polo a polo; y dice más, que tenia el dicho rey D. Juan por cierto, que **dentro de sus limites habia de hallar cosas e tierras famosas.** Vinieronle á ver ciertos principales de aquella isla de Santiago, y dijéronle que al sudoeste de la isla del Fuego, que es una de las mismas de Cabo Verde, que está desta 12 leguas, se veia una isla, y que **el rey D. Juan tenia gran inclinacion de enviar á descubrir al sudoeste......»** [16].

E insiste na razão da derrota que tomou, desde Santiago de Cabo Verde, nos rumos sucessivos de sudoeste e oeste, e o levou à terra de Pária no continente americano:

«Miércoles, 4 dias de Julio, mandó alzar y dar las velas de aquella isla de Santiago...... y mandó gobernar por la via de sudueste, que es camino que lleva desde aquellas islas al Austro y Mediodia, en nombre, dice él, de la Santa é individua Trinidad, porque entónces estaria Leste-Oeste con la tierra de la Sierra Leona y cabo de Sancta Ana, en Guinea, que es debajo de la línea equinocial, donde dice que debajo de aquel paralelo del mundo se halla más oro y cosas de valor; y que despues navegarian, placiendo á Nuestro Señor, al Poniente, y de ahí pasaria á esta Española, en el cual camino **veria la opinion del rey D. Juan, susodicha»** [17].

Assim certas pessoas principais da Ilha de Santiago contaram a Colombo que D. João II tinha tendência a mandar descobrir para sudoeste da ilha do Fogo, do arquipélago de Cabo Verde, e o

(13) «Fue tan grande el sentimiento que tuvo el Rei Don Juan de Portugal, de haverse dexado salir de las manos este Nuevo Imperio, que no lo pudiendo disimular, sô color que le pertenecia, mandò armar, para embiar sus Gentes à occupar las Nuevas Tierras: i por otra parte embiò à los Reies Catolicos à Ruy de Sande, que los dixo, con Cartas de creencia, el buen tratamiento que havia hecho al Almirante, i que havia holgado, que huviese sido de fruto su industria, i navegacion: i que confiaba, que haviendose descubierto Islas, i Tierras, que le pertenecian, le guardarian la correspondencia, que él haria en otro caso tal; i porque entendia, que querian continuar el Descubrimiento, desde las Islas de Canaria *derecho al Poniente, sin pasar contra Mediodia*, les pedia que mandasen al Almirante, que guardase aquella orden, pues que èl mandaria à sus Navios, quando fuesen à descubrir, que no pasasen *el Termino contra el Norte»* (*Ibidem*, Decada I, Libro II, Cap. V, pág. 43).

(14) Bartolomé de Las Casas, *Historia de las Indias*, dada á luz por El Marqués de la Fuentesanta del Valle y D. José Rayon, Tômo II, Madrid, 1875, Cap. LXXXVII, pág. 16.

(15) *Ibidem*, Cap. LXXXVII, pág. 18.

(16) *Ibidem*, Cap. CXXXI, 225.

(17) *Ibidem*, Cap. CXXXII, pág. 226.

próprio Almirante ia dirigir a sua terceira viagem de modo a poder verificar se era certa a opinião, que ouvira ao rei lusitano, da existência de uma terra firme ao sul, por causa da qual tivera diferenças com os Reis Católicos. Estes, já em 5 de setembro de 1493, estando em Barcelona os Embaixadores portugueses Pero Dias e Rui de Pina, escreviam a Colombo, recomendando-lhe que apressasse a sua saída de Cadix para a segunda viagem, e diziam, alarmados:

«Y porque despues de la venida de los Portogueses en la plática que con ellos se ha habido, algunos quieren decir que lo que está en medio desde la punta que los Portogueses llaman de *Buena Esperanza*, que está en la rota que agora ellos levan, por la Mina del Oro é Guinea abajo, fasta la raya que vos dijistes que debia venir en la Bula del Papa, piensan que podrá haber **Islas y aun Tierra-firme**, que segun en la parte del sol que está se cree que serán muy provechosas y mas ricas que todas las otras: y porque sabemos que desto sabeis vos mas que otro alguno, vos rogamos que luego nos envieis vuestro parecer en ello, porque si conviere, y os pareciere que aquello es tal negocio cual acá piensan que será, se enmiende la Bula; por eso por servicio nuestro que luego nos lo escribais» ([18]).

Aqui temos nova menção de terra-firme ao sul, nas regiões tropicais (en la parte del sol), a ocidente da róta que seguiam as naus portuguesas, pela Mina e Guiné abaixo, para o cabo de Boa Esperança. O que dizem os reis castelhanos ao Almirante, e o que êste afirma nos passos transcritos ([19]), mostra claramente que D. João II pretendia, e conseguiu, defender o caminho marítimo das Índias que a descoberta de Bartolomeu Dias em 1487 deixava patente, caminho que queria assegurado nas águas do Atlântico austral por entre terras portuguesas, quer do lado oriental, quer a ocidente. Tanto a linha divisória, primeiro proposta, marcada pelo paralelo das Canárias, segundo Herrera, como o meridiano recuado para 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, deixavam na posse de Portugal o Brasil, que, na mão de portugueses, podia servir de escala no caminho do oriente, mas na posse de estranhos podia ser base de operações ofensivas do nosso comércio asiático.

DUARTE PACHECO E A GRANDEZA DO GRAU TERRESTRE

COMO se haviam de medir e marcar as 370 léguas ao poente das ilhas de Cabo Verde? Nas procurações de poderes conferidos pelos respectivos soberanos, quer aos delegados castelhanos, quer aos delegados portugueses, é-lhes dada autorização para fazerem «qualquier concierto, asiento, limitacion, demarcacion e concordia sobre el mar oceano, yslas e tierra firme, que en el estovieren, *por aquellos rumos de vientos e grados de norte e de sol* e por aquellas partes, divisones e lugares del cielo e del mar e de la tierra que vos bien paresciere...» ([20]). As palavras «grados de norte e de sol» referem-se aos dois processos de determinação da latitude geográfica pelo Regimento da estrêla do norte e pelo Regimento da altura do pólo ao meio-dia, dos quais nos ocupamos já ([21]). Assim fica indicado que as 370 léguas se mediriam pelo método de alturas e rumos ([22]), navegando desde as ilhas de Cabo Verde. Estipulava-se que dentro de 10 meses, contados da data da capitulação, cada uma das partes contratantes mandaria uma ou duas caravelas, que deviam juntar-se na ilha da Gran Canária, com tripulações mixtas de pilotos, astrónomos e marinheiros, castelhanos e portugueses, em número igual, para que juntamente podessem «mejor ver e reconoscer la mar e los rumos e vientos

([18]) Martin Navarrete, *Coleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles*, Tômo II, Madrid, 1859, pág. 124.
([19]) A importância dos trechos transcritos foi já reconhecida por Faustino da Fonseca em *A descoberta do Brasil*, Lisboa, 1900, págs. 243-245. Na segunda edição, Lisboa, 1908, págs, 318-322.
([20]) *Alguns documentos da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, pág. 73.
([21]) Capítulo II desta obra, págs. 49-54 e 55-59.
([22]) Capítulo II desta obra, págs. 74-75 e 91-92.

e grados del sol e norte e señalar las leguas sobredichas» [23]. Estes navios deviam fazer seu caminho até às ilhas de Cabo Verde, «e desde alli tomaran su rota derecha al poniente hasta las dichas 370 leguas, medidas como las dichas personas que asi fueren acordaren que se deven medir, sin perjuizio de las dichas partes; e alli donde se acabaren se haga el punto e señal que convenga por *grados de sol o de norte*, o por *singraduras de leguas*, o como mejor se pudieren concordar, la qual dicha raya señalen desde el dicho polo artico al dicho polo antartico que és de norte a sul, como dicho és...... E sy caso fuere que la dicha raya e limite de polo a polo, como dicho és, topare en alguna ysla o tierra firme, que al comienço de la tal ysla o tierra, que asi fuere hallada, donde tocare la dicha raya, se haga alguna señal o torre, e que en derecho de la tal señal o torre se continue dende en adelante otros señales por la tal ysla o tierra, en derecho de la dicha raya...» [24].

Os navios podiam partir das ilhas de Cabo Verde directamente no rumo de oeste, avaliando-se as léguas andadas pela simples estimativa das singraduras, mas tal processo ficava dependente dos juizos variados dos pilotos, que, em tal questão, naturalmente nunca chegariam a harmonizar-se. Era preferível seguirem um rumo próximo do de oeste, como o de oeste-quarta-a-noroeste, até que os astrolábios acusassem uma diferença de graus na altura do pólo, correspondente ao apartamento de 370 léguas do meridiano de partida. O «Regimento das léguas» [25] a aplicar dependia da dimensão adoptada para o grau terrestre. Êste processo é minuciosamente explicado por Jaime Ferrer na carta de 1495 aos Reis Católicos [26], que merece analisar-se, embora sucintamente.

Os reis castelhanos procuraram sempre [27] levar a efeito a demarcação estipulada. Consultavam cosmógrafos sôbre a melhor fórma de a realizar e queriam que Cristóvão Colombo, ou o irmão, tomassem parte nêsse acto [28], que nunca chegou a efectuar-se, por sobrevir a doença e morte de D. João II [29], em outubro de 1495. Jaime Ferrer dá esta consulta, na carta a que nos referimos, depois de ter primeiramente notado que as ilhas de Cabo Verde distam 15 graus do eqüador:

«Pero yo digo que posible es, y cosa muy cierta, que el dicho término y fin de las dichas trescientas setenta leguas se pueden fallar por la estrella del Norte, por la regla y plática siguiente:

La nave que partirá de las islas de Cabo Verde por buscar el dicho término, es menester que deje el paralelo ó línea Occidental á mano ezquierda, y que tome su camino para la cuarta de Poniente la vuelta del maestral [30], y que navegue tanto por la dicha cuarta fasta que el Polus mundi se le eleve diez y ocho grados y un tercio, y entonces la dicha nave será justo en la línea suso dicha que pasa

---

(23) *Alguns documentos da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, pág. 76.

(24) *Ibidem*, pág. 76.

(25) Do Regimento das léguas tratou-se no Capítulo II desta obra, págs. 72-76.

(26) Navarrete, *Coleccion de los viajes*, Tômo II, Madrid, 1859, págs. 113-117.

(27) Herrera, *Década I*, Libro II, Cap. X. No Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo (gaveta 10, maço 5, n.º 4) existe uma Carta patente, passada pelos Reis Católicos em Madrid, 7 de maio de 1495, a que se faz referência em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pág. 90, e de que obsequiosamente nos enviou cópia o digno Director, Snr. Dr. Baião, na qual se determina que os astrónomos, pilotos, marinheiros e mais pessoas incumbidas, por parte de Castela e Portugal, de traçar a linha de demarcação segundo o tratado de Tordesillas, se reünam primeiro num ponto da raia dos dois reinos em setembro seguinte, para acordarem dentro dêsse mês, na maneira de medir as 370 léguas e marcar a linha de partição do mar Oceano, dizendo-se que o acôrdo tomado será aprovado pelos Reis Católicos e por D. João II. E como não seria prático que as caravelas fôssem para esta demarcação, antes de se descobrir terra que se julgue estar no meridiano divisório, esperar-se-há que tal terra seja descoberta por qualquer das partes contractantes do tratado de Tordesillas. E a parte que a achar requererá à outra para se ir proceder à marcação, o que se deverá efectuar, pelo processo acordado, dentro do prazo de 10 meses, contados desde a data do requerimento. Se se reconhecer que a terra achada não está na linha divisória, marcar-se-há em léguas a distância a que dela estiver. Os Reis Católicos determinam também, sob graves pênas, que, em tôdas as cartas de marear, que se fizerem em seus reinos, seja traçado o meridiano de repartição do Oceano, para saberem tanto os seus súbditos, como os do rei português, por onde, de ali em diante, hajam de navegar e descobrir. No fim dêste capítulo póde lêr-se na íntegra êste documento, que é dado em apêndice.

(28) «El traslado de los capitulos de este asiento [tratado de Tordesillas] enviaron los Reys al Almirante en los primeros navios, que enviaron, después que él partió con los 17 navios, y quisieran que se hallaran él ó su hermano en tratar de aquello y asentar los dichos límites ó torre que se habia de hacer, hecha la línea que habian de imaginar, como abajo parecerá» (Las Casas, *Historia de las Indias*, Tômo II, Madrid, 1875, Cap. LXXXVII, pág. 18).

(29) «Aqui el Almirante hace mencion á los Reys del asiento que habian tomado con el rey de Portugal, que no pasasen los portugueses al Oeste [aliás, 370 léguas al Oeste] de las islas de los Azores y Cabo Verde, y hace tambien mencion como los Reys lo enviaron á llamar para que se hallase en los conciertos, con los que á la particion habian de concurrir, y que no pudo ir por la grave enfermedad que incurrió en el descubrimiento de la tierra firme de las Indias, conviene á saber, de Cuba, que tuvo siempre, como no la pudo rodear, aún hasta agora, por tierra firme; añide más, que luego sucedió la muerte del rey don Juan, ántes que pudiese aquello poner en obra. Debia ser, que como aquello se trató el año de 93 y 94, habria entretanto de entrambas partes impedimientos hasta el año de 97 [aliás 95] que murió el rey D. Juan de Portugal, como arriba se vido, cap. 126, y por esto dice aqui el Almirante, que por la muerte del rey D. Juan no se pudo poner en obra» *(Ibidem*, Cap. CXXXI, pág. 223).

(30) Maestral = noroeste. «Cuarta de Poniente la vuelta del maestral» = «Oeste quarta de noroeste».

Polo á Polo por el fin de las trescientas setenta leguas, y de aqui es menester que la dicha nave mude, y tome su camino por la dicha línea la vuelta del Polo Antártico fasta que el Artico se le eleve quince grados, y entonces será justo de fin en fin en línea ó paralelo que pasa por las islas del dicho Cabo Verde, y en el fin y verdadero término de las dichas trescientas setenta leguas, el cual término muy claro se muestra por la elevacion de la estrella del Norte por la regla suso dicha» [31].

Assim a nau, partindo da ilha de Santiago (na carta faz-se depois referência a esta ilha) em 15° de latitude norte, ponto A da fig. 1, deveria seguir o rumo de oeste-quarta-de-noroeste, $\overline{AC}$, até atingir uma latitude de 18° $^1/_3$, num ponto C. Tomando então o rumo do sul, $\overline{CB}$, quando chegasse de novo à latitude de 15°, em B, estaria no paralelo inicial a uma distância, $\overline{AB}$, de 370 léguas a ocidente do ponto de partida A. Como foi determinada esta diferença de três graus e um terço em latitude, é depois explicado:

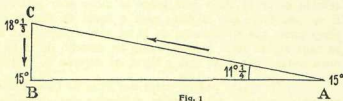



Fig. 1

«Y por mayor declaracion de la regla suso dicha es de saber que la cuarta del viento que por su camino tomará la nave, partiendo de las islas del Cabo Verde al fin de las 370 leguas, será distante del paralelo ó línea Occidental 74 leguas á razon de veinte por ciento, y porque la dicha cuarta declina versus septentrion navegando por ella, manifiesto paresce la diferente elevacion del Polus mundi, y las dichas 74 leguas comprenden en latitud tres grados y un tercio fère» [32].

Fig. 2

No mesmo triângulo rectângulo A B C, em que o ângulo $\widehat{CAB}$ (fig. 2) mede uma quarta ou 11° $\frac{1}{4}$, o cateto C B tem um comprimento de 20 % do outro cateto B A [33]. E devendo êste último compreender 370 léguas, a distância de C ao paralelo ou linha de leste-oeste primitiva, $\overline{BA}$, deverá ser $BC = 0{,}20 \times 370 = 74$ léguas. Ora estas 74 léguas abrangeriam três graus e um terço do meridiano aproximadamente (ferè), segundo a dimensão do grau terrestre por êle adoptado: «Preterea es de notar que segun la regla suso dicha, es menester dar por cada un grado 700 estadios segun Strabo, Alfragano, Teodoci, Macrobi, Ambrosi, Euristenes [Eratóstenes], porque Tolomeu no da por grado sino 500 estadios» [34]. Ferrer prefere o grau de Eratóstenes de 700 estádios ou 87 $\frac{1}{2}$ milhas (uma milha=8 estadios [35]) ao grau de Ptolomeu de 500 estádios ou 62 $\frac{1}{2}$ milhas; um grau exageradamente grande favorecia os desejos de Castela, nessa época, de aproximar o mais possível o meridiano divisório, diminuíndo em graus o que se concedera em léguas. As 87 $\frac{1}{2}$ milhas de Eratóstenes eqüivaliam a 21 léguas e $\frac{7}{8}$ [36] (uma légua = 4 milhas), e as 74 léguas da distância C B corresponderiam assim aproximadamente a 3° $\frac{1}{3}$ do meridiano.

(31) Navarrete, *Coleccion de los viajes*, Tômo II, Madrid, 1859, págs. 113-114.

(32) *Ibidem*, pág. 114.

(33) Neste triângulo é $\overline{BC} = \overline{BA} \times \tan 11°15' = \overline{BA} \times 0{,}20$.

(34) *Ibidem*, pág. 114.

(35) Qual era realmente o comprimento do estádio empregado por Eratóstenes ou do que Ptolomeu usou, se ambos empregaram o mesmo ou diferente estádio, é questão que não importa aqui; basta-nos saber o que a êsse respeito se pensava na época dos descobrimentos, pois nos interessam apenas as medidas desta época. Entendia-se então geralmente que 8 estádios correspondiam a uma milha. Ferrer (pág. 116 da obra citada de Navarrete) diz expressamente «contando ocho stadios por milla», e assim faz a conta da redução dos graus, tanto de Eratóstenes como de Ptolomeu, a léguas de 4 milhas, preferindo o módulo do primeiro, de que resultam 252000 estádios (360 × 700) para a circunferência máxima terrestre. Termina, porém, a carta dizendo (pág. 117) que esta medição não diferia afinal da de Ptolomeu, porque êste usou estádios maiores, de fórma que os 180000 (360 × 500), segundo êle, contidos na linha eqüinocial, eqüivaliam aos 252000 de Eratóstenes. Mas geralmente atribuía-se a mesma unidade de medida aos dois geógrafos. Fernando Colombo, no trecho adiante citado (pág. 240) faz a redução dos 180000 estádios de Ptolomeu a 5625 léguas e dos 252000 de Eratóstenes a 7875 léguas de 4 milhas, à razão de 8 estádios por milha romana de 1000 passos. O estádio era assim avaliado em 125 passos, ou 185 m, se adoptarmos 1480 m para a milha romana.

(36) Ferrer (*Ibidem*, pág. 116) diz: «Item, es de notar que en el cercle equinocial cada un grado es de veinte y una léguas y *cinco* partes de ocho», mas há um manifesto equívoco de *cinco* por *sete*.

Se se tivesse realizado na raia portuguesa, em setembro de 1495, a conferência entre os astrónomos, pilotos, marinheiros e mais pessoas de Castela e Portugal, segundo o disposto na Carta passada pelos Reis Católicos em 7 de maio do mesmo ano [37], para acordarem na maneira de marcar a linha de repartição do Oceano, conferência onde a grandeza do grau terrestre devia ser discutida, o cosmógrafo Duarte Pacheco, testemunha do convénio de Tordesillas, não deixaria de assistir, e sustentaria a opinião por êle expressa no *Esmeraldo* [38], que atribúi 18 léguas ao grau do círculo máximo terrestre. Sendo assim, a navegação pelo rumo de oeste-quarta-a-noroeste teria de fazer-se até vencer uma diferença de latitude de um pouco mais de 4 graus, pois os 3 graus e $\frac{1}{3}$, propostos por Ferrer, valeriam, segundo Pacheco, apenas 60 léguas ($3\frac{1}{3} \times 18 = 60$). A esta diferença B C (fig. 3) de 60 léguas corrresponderia um afastamento, B A, de 300 léguas desde o ponto inicial A ($60 = 0{,}20 \times 300$). As 370 léguas estipuladas no convénio de Tordesillas sofreriam assim na realidade uma reducção de 70 léguas. E em Portugal não se queria a aproximação do meridiano divisório, que, com tanta habilidade diplomática e persistência, se tinha conseguido colocar àquela distância.

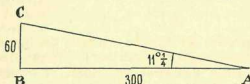



Fig. 3

A légua compreendia 4 milhas, e a milha dos navegadores portugueses e espanhois era então a milha romana de mil passos. Colombo, no diário da primeira viagem, ao descrever o porto de Concepcion, em que entrou em 7 de dezembro de 1492, na ilha a que chamou Espanhola, diz expressamente: «Tiene en la boca este puerto mil passos, que es un cuarto de legua» [39]. A milha romana tem sido avaliada em 1481, em 1478,5 e em 1477,5 metros. Adoptamos, com o Prof. H. Wagner, a conta redonda de 1480 metros [40], o que dá para valor da légua 5920^{m}. O grau de 87,5 milhas, atribuído a Eratóstenes, eqüivalia pois a $129^{km},5$ e o de 62,5 milhas, atribuído a Ptolomeu, valia $92^{km},5$. O grau de 18 léguas, de Duarte Pacheco, compreendia $106^{km},56$ com um êrro apenas de 4 °/o, a menos, dos 111 quilómetros que mede o grau eqüatorial. Os valores atribuídos a Eratóstenes e Ptolomeu, eqüivalentes respectivamente a $129\frac{1}{2}$ e a $92\frac{1}{2}$ quilómetros, cuja média é 111^{km}, estão afectados do mesmo êrro de 17 °/o, o primeiro por excesso e o último por defeito. Jaime Ferrer, reportando-se à autoridade dos geógrafos antigos, escolhia a opinião mais própria para prejudicar os interêsses portugueses, com um valor exageradamente grande.

A avaliação de Duarte Pacheco, expressamente exarada no Cap. 2.º do Livro 1.º do *Esmeraldo*, «trinta e seis graus de longura que serão 648 léguas de caminho, contando a dezóito léguas por grau», é a mais exacta que nos ficou daqueles tempos. Mas ela não foi adoptada no uso geral, pois, como se vê no *Regimento* de Munich e no *Regimento* de Évora, e no *Tratado em defensam da carta de marear*, de Pedro Nunes, os nossos navegantes adoptaram o grau de $17\frac{1}{2}$ léguas ou 70 milhas, eqüivalente a 103,6 quilómetros, com um êrro de 7 °/o a menos.

Como já observámos [41], em manuais náuticos, tanto portugueses como espanhóis, andou juntamente outra avaliação, menos exacta ainda, do grau em $16\frac{2}{3}$ léguas ou $66\frac{2}{3}$ milhas. Assim se vê no *Livro de Marinharia* [42], no *Tratado del Esphera y del arte del marear*, de Faleiro, Sevilla, 1535, 2.ª parte, Cap. VII, e na obra *De regulis et instrumentis* [43], de Pedro Nunes. Dêste modo o círculo máximo terrestre mediria 24.000 milhas. Êste valor é de origem árabe e encontra-se citado, já como opinião de sábios mais antigos, no tratado dos crepúsculos de Abul Hazan, escritor árabe do século XI, tratado que vém anexo ao livro *De Crepusculis* de Pedro Nunes, em traducção latina [44]. Segundo o

[37] E' a Carta, existente na Tôrre do Tombo (gavêta 10, maço 5, n.º 4), a que atrás nos referimos, nota [27], e que se publica na íntegra em apêndice, no fim do Capítulo.

[38] *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, 1905, Livro I, Cap. 2.º, pág. 23.

[39] Las Casas, *Historia de las Indias*, Tômo I, Madrid, 1875, Cap. LII, pág. 366.

[40] H. Wagner, *Die Rekonstruktion der Toscanelli-Karte vom J. 1474*, in *Nachrichten von der Königl. Gesellschaft der Wissenschaften zu Goettingen, Philologisch-historische Klasse*, 1894, Nr. 3, pág. 225, e pág. 266, nota 2.

[41] No Cap. II desta obra, pág. 75.

[42] *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebello, Lisboa, 1903, pág. 29.

[43] *Petri Nonii Opera*, Basileae, 1566, pág. 185.

[44] No frontispício desta obra de P. Nunes, impressa em Lisboa em 1542, lê-se: «Petri Nonii Salaciensis, *De Crepusculis liber unus*.... Item *Allacen Arabis vetustissimi, De causis Crepusculorum liber unus*....». Esta obra foi reimpressa por Mariz em Coimbra, 1571, e encorporada no volume *De arte atque ratione navigandi*, edição de 1573. O passo, a que acima nos referimos, do tratado de Abul Hazan, encontra-se na pág. 57 desta edição de 1571 e na fol. *rij* da de 1542: «Corpus autem terrae est sicut instrumentum omnium aliorum: et quantitas circuli magni continentis eam secundum quod dixerunt sapientes, et significaverunt illud per propositiones certas, est *viginti quatuor mille milliaria*».

Prof. Hermann Wagner [45], foi êste grau, de 66 $\frac{2}{3}$ milhas, o adoptado por Toscanelli, como medida fundamental, no mapa que acompanhava a sua carta de 1474 ao cónego Fernão Martins de Roriz. Naturalmente o sábio florentino tivera conhecimento, pelas suas conversas em Roma com Martins, daquele valor do grau como corrente ao tempo em Portugal.

A JUNTA DE BADAJOZ

A *Suma de Geografia* de Enciso, Sevilha, 1519, começa-se por dizer, no regimento das léguas que se segue imediatamente ao calendário, que cada grau do meridiano vale 17 $\frac{1}{2}$ léguas. Mas antes (verso da 7.ª fôlha da obra) afirma-se que o grau mede 16 $\frac{2}{3}$ léguas: «E porque cada un grado está tassado en 16 leguas y media y un sesmo [$\frac{1}{2}+\frac{1}{6}=\frac{2}{3}$] de camino. Sabrás que todo el mundo tiene en derredor 360 grados que montan 6000 léguas». ¡Serve isto a Enciso para concluír que o hemisfério, atribuído a Portugal pelo tratado de Tordesillas, terminava na foz do rio Ganges! Assim o afirma a Carlos V: «E porque vuestra alteza tiene fecha particion del universo con el rey de Portugal y el limite de do comiença la particion está 370 leguas al poniente de la isla del Fuego, las quales van a dar en la tierra firme de las Indias entre el rio Maraño que está al sudueste de la isla del Fuego, y algo inclinado a la quarta del Sur y entre la Mar dulce, ha de saber vuestra alteza que desde este limite que está a cerca de la Mar dulce, a do comiença la particion segun la capitulacion, fasta a Melaca [46] ay 2770 leguas, y passado de Melaca 200 leguas se acaba el limite de lo del rey de Portugal, y al fin deste limite está la boca del rio Ganjes, y en la boca del Ganjes comiença lo de vuestra alteza». E' naturalmente para poder fazer estas considerações, com o fim de encurtar o domínio português na direcção do oriente, que Enciso começa por adoptar no Prólogo um grau de menor extensão.

Mais para admirar é a opinião manifestada por Fernando Colombo, o filho natural do célebre navegador, numa memória intitulada «Declaracion del derecho que la Real Corona de Castilla tiene a la conquista de las provincias de Persia, Arabia e India, e de Calicut e Malaca, con todo lo demas que, al Oriente del Cabo de Buena Esperanza, el Rey de Portugal, sin titulo ni derecho alguno, tiene usurpadas, fecha por D. Hernando Colon, hijo del primer Almirante de las Indias, y dirigida á S. C. C. Majestad el Emperador nuestro Señor, año de 1524» [47]. Fernando Colombo defendia activamente que os Colombos eram, por direito próprio, vice-reis e governadores de tôdas as terras compreendidas dentro da esfera de acção de Castela no Oceano. Aquela memória, com tamanhos desvarios, era sobretudo inspirada pelos pretendidos interêsses de familia.

A Junta de Badajoz, reünida neste mesmo ano de 1524, a que concorreram cosmógrafos, letrados e pilotos, portugueses e espanhois, em igual número, tinha por fim decidir se as Molucas ficavam ou não compreendidas no hemisfério português. Fernando Colombo estava, pelos seus interêsses e opiniões, naturalmente indicado para ser um dos delegados por Castela. A estes convinha então que se adoptasse um grau terrestre com o menor número possível de milhas, para poderem contar, desde o meridiano inicial da demarcação, em 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, mais de 180 graus, para oriente, até às Molucas, que assim ficariam situadas no hemisfério espanhol. Fernando Colombo, alegando a dificuldade de se saber experimentalmente o valor do grau, tendo por isso de recorrer-se aos autores mais abalisados e seguir-se aquele que se julgue conformar-se mais com a verdade, apresentou êste parecer que é o extremo oposto do já citado, de Ferrer:

(45) H. Wagner, *Die Rekonstruktion der Toscanelli-Karte vom J. 1474*, obra já citada, pág. 250.

(46) A posição de Melaca, depois do Cabo Cori, é por êle explicada adiante na descrição da segunda India, situada entre o Indo e o Ganges.

(47) Altolaguirre y Duvale, *Cristóbal Colón y Pablo del Pozzo Toscanelli*, Madrid, 1903, págs. 280, 281. No passo citado há um êrro tipográfico na data, 1534 em vez de 1524, como sabemos por obsequiosa informação do autor dêste excelente livro. Aquela *Declaracion....* está inserta no Tômo 16, pág. 382, da *Coleccion de documentos inéditos de la Historia de España*.

«D. Hernando Colon..... dice que no sigue la opinion del tiempo de Aristótiles que daba 800 estadios á cada grado, de que viene á contener-se en el ambitu del esphera 12500 leguas: ni recibe la de Estrabo en el libro 3.º que asimesmo es de Ambrosio y Teodosio y Macrobio y Euristenes, que daban 700 estadios de que viene al esphera 7875 [esta fôra a opinião escolhida por Jaime Ferrer]. Ni acepta la de Marino y Tolomeo en el 1.º y 7.º libro que dan 500 estadios, de que resultan al ambitu 5625 leguas; pero que **sigue y tiene por buena** la de Tebit y Almeon y Alfragano en la diferencia 8.ª al cual siguen algunos modernos de autoridad, como es Pedro de Aliaco en el 10 cap. *de imagine mundi*, y el autor del esphera en la division de los climas, y Fr. Juan de Pecan en el 4.º cap. del tratado de su esphera, y el primero Almirante de las Indias, como consta por muchas escrituras de su mano, los cuales todos dan á **cada grado 56 millas y dos tercios** que constituyen 14 leguas y dos tercios de milla; dó se infiere y concluye en el mayor circulo del esphera 5100 leguas» ([48]).

Assim Fernando Colombo propunha o valor de $56\frac{2}{3}$ milhas para o grau terrestre, adoptado por seu pai, que seguia Alfragano. Mas as $56\frac{2}{3}$ milhas de Alfragano eram milhas árabes, e as de Cristóvão Colombo eram as milhas romanas de 1000 passos, muito menores. O grau não atingiria assim 84 quilómetros ($1480^{m} \times 56\frac{2}{3} = 83867^{m}$), mas isso não era já aceitável no ano de 1524, e por isso os outros peritos, Fr. Tomás Duran, Sebastian Caboto e Juan Vespucci, deram parecer menos radical, embora inspirado em igual motivo de interêsse próprio:

«Primeramente tenemos de graduar las leguas é *darle menos leguas que pudieremos al grado del cielo*, porque dando menos leguas menos haberán en toda la tierra, lo cual mucho cumple al servicio de SS. MM.; empero como ya en otro escrito dijimos parécenos que tenemos de venir á lo que comunmente usan los marineros ansi en Portugal como en Castilla, que dan á cada grado del cielo 17 leguas y media, é al primer rumbo despues del norte dan 18 y media, é á el nornordeste dan 20 etc. El segundo fundamento es que nos conformaremos con el Tolomeo astrologo gravisimo y esperimentado, el cual escribió despues de Pomponio é Marino é Plinio é Estrabo, el cual pone 62 millas é media á cada grado» ([49]).

Estes manifestam a conveniência, para o serviço das Majestades Católicas, de reduzir o mais possível as dimensões do orbe terráqueo (!) a fim de lhes poderem pertencer as Molucas, mas, perante o uso do grau de $17\frac{1}{2}$ léguas ou 70 milhas pelos marinheiros portugueses e castelhanos, não ousam propor uma redução de mais de $7\,^{1}/_{2}$ milhas ao grau em uso, recorrendo ao valor de $62\frac{1}{2}$ milhas, atribuído a Ptolomeu, como interpretação dos seus 500 estádios.

A respeito das discussões, sôbre vários pontos, havidas entre os delegados de Portugal e Castela, observa Denucé:

«Les développements oratoires des Espagnols à Badajoz auxquels nous venons de faire allusion, contrastent singulièrement avec le calme et le savoir des délégués portugais, à qui l'histoire a donné raison, au double point de vue de la situation astronomique des Moluques et de leurs premiers occupants» ([50]).

A digressão que acabamos de fazer mostra como os interêsses de Portugal e Castela ([51]) se

([48]) Navarrete, *Coleccion de los viajes*, Tômo IV, Madrid, 1837, pág. 335.

([49]) *Ibidem*, pág. 339.

([50]) Jean Denucé, *Magellan, La question des Moluques et la première circumnavigation du globe*, Mémoire présenté à la Classe des lettres de l'Académie royale de Belgique le 4 avril 1910 *(Mémoires*, collection in-4.º, 2.e série, Tome IV, Bruxelles, 1908-1911), pag. 401.

([51]) As questões entre Portugal e Espanha por causa dos dominios coloniais continuaram sempre, procurando-se resolvê-las em tratados sucessivos. No dia 13 de janeiro de 1750 assina-se em Madrid o tratado, com 26 artigos, entre o rei português, D. João V, e o de Espanha, D. Fernando VI, pelo qual se aboliu a linha de demarcação do tratado de Tordesillas, determinando-se os limites das possessões de uma e outra Corôa na América meridional. Em 12 de fevereiro de 1761 celebra-se no Prado novo tratado, entre D. José I e D. Carlos III, com 3 artigos, pelo qual se derrogou o de 13 de janeiro de 1750. No primeiro de outubro de 1777, assina-se em S. Ildefonso o tratado preliminar de paz e limites da América meridional, com 25 artigos, entre D. Maria I e D. Carlos III. Das instruções reservadas, dadas em 8 de julho de 1787 à junta d'Estado em Espanha, no ministério do Conde de Florida Blanca, são ainda objecto os confins espanhois com os domínios portugueses na América (Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, Tômo 2.º, Paris, 1842, págs. 233, 246, 292, 311). No Observatório astronómico da Universidade de Coímbra existem interessantes mapas relativos às delimitações das fronteiras do Brasil nessa época.

debatiam em volta desta questão da grandeza da Terra. D. João II reconhecia bem a necessidade de enviar às negociações de Tordesillas homens de grande saber cosmográfico, como Duarte Pacheco Pereira. Os peritos do lado de Castela, quando se tratava de dar execução ao tratado e marcar o meridiano divisório, invocavam a autoridade de Eratóstenes para se usar um grau de maiores dimensões, tirando assim nos graus o que a Portugal fôra concedido em léguas; quando se discutiu, porém, a propriedade das Molucas, situadas no outro extrêmo, recorriam à autoridade de Ptolomeo, para se adoptar um grau de menores dimensões, diminuindo-se a extensão dos 180 graus concedidos. Por parte de Portugal, Duarte Pacheco deixa nas páginas do *Esmeraldo*, como resultado do seu saber e experiência, a avaliação mais exacta do grau, que se conhece do tempo dos descobrimentos.

A EXPEDIÇÃO DE 1498

FALECIDO em outubro de 1495 o rei D. João II, foram os grandes serviços de Duarte Pacheco aproveitados pelo seu sucessor. D. Manuel, no ano de 1497, mandou Vasco da Gama a completar o descobrimento do caminho marítimo da Índia, facto que assim é registado no Prólogo do *Esmeraldo*: «Porquanto no segundo ano de vosso reinado da era de nosso senhor de 1497 anos, e no 28 de vossa idade, vossa Alteza mandou descobrir esta costa, do ilheu da Cruz, donde elrei D. João acabou, em diante» ([52]). No ano seguinte é Duarte Pacheco que o rei envia em descoberta às costas do Brasil, como resulta da análise do importantíssimo passo do Cap. 2.º do primeiro livro do *Esmeraldo*, que transcrevemos:

«E além do que dito é, a experiência, que é madre das cousas, nos desengana e de tôda dúvida nos tira; e portanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto—como no terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, *donde nos vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano*, onde é achada e navegada uma tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o polo ártico e, posto que seja assaz fóra, é grandemente povoada, e do mesmo círculo equinocial torna outra vez e vai além em vinte e oito graus e meio de ladeza contra o polo antártico, e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de uma parte nem da outra não foi visto nem sabido o fim e cabo dela, pelo qual, segundo a ordem que leva, é certo que vai em circuito por toda a redondeza—assim que temos sabido que—das praias e costa do mar dêstes Reinos de Portugal e do promontório de Finisterra e de qualquer outro lugar da Europa e d'África e d'Ásia atravessando além todo o Oceano direitamente a ocidente, ou a loeste segundo ordem de marinharia, por trinta e seis graus de longura, que serão seiscentas e quarenta e oito léguas de caminho, contando a desoito léguas por grau, e ha lugares algum tanto mais longe—é achada esta terra, navegada pelos navios de vossa Alteza e, por vosso mandado e licença, os dos vossos vassalos e naturais; e indo por esta costa sobredita, do mesmo círculo equinocial em diante, por vinte e oito graus de ladeza contra o pólo antártico, é achado nela muito e fino brasil com outras muitas cousas de que os navios nestes Reinos vem grandemente carregados» ([53]).

([52]) *Esmeraldo de situ orbis*, edição da Sociedade de Geografia, Lisboa, 1905, pág. 16.

([53]) *Ibidem*, pág. 23. A êste passo faz-se depois referência no Cap. 11.º do segundo livro: «mas como quer que a magestade da grande natureza usa de grande variedade em sua ordem no criar e gerar das cousas, *achamos por experiência* que os homens dêste promontório de Lopo Gonçalves e tôda a outra terra de Guiné são assaz negros, e as outras *gentes que jazem além do mar Oceano ao ocidente*, que tem o grau do sol por igual como os negros da dita Guiné, são pardos quási brancos, e estas são as gentes que habitam *na terra do brasil*, de que já no segundo capítulo do primeiro livro fizemos menção» (*Ibidem*, pág. 127).

A parte mais importante dêste trecho pode lêr-se na reproducção fac-similada, que vai na estampa junta, da página correspondente, tanto da cópia manuscrita do *Esmeraldo* existente na Biblioteca de Évora e feita na primeira metade do século XVIII, como da cópia conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa, da segunda metade do mesmo século. Na nossa transcrição demos às palavras a grafia moderna, e não adoptamos a pontuação introduzida por Epifánio Dias; empregamos os sinais ortográficos da maneira que nos parece mais apropriada à leitura do texto, sendo a principal diferença o emprêgo de dois pares de traços. Para melhor compreensão dêste inestimável passo, comecemos por notar que a conjunção *como*, logo a seguir ao primeiro traço *(como no terceiro ano...)*, está na significação de *quando;* assim se vê usada varias vezes no *Esmeraldo*, por exemplo no Cap. 12.º do 1.º Livro (pág. 46 da edição de 1905): «*Como* o sol e a lua forem, pela maneira que acima faz menção, ao nordeste e a quarta do leste, será um oitavo d'água vazio; e tanto que chegarem em les-nordeste, será um quarto da dita maré vazio; e *como* chegarem em leste e a quarta do nordeste, serão três oitavos d'água vazios; e *como* entrarem no rumo de leste, será meia jusante»; e no final do Cap.º 27.º: «e as aves, *como* a vêem ir, sam tantas sôbre ela, que a picam, que é cousa que se não crêra, porque a carne destas cobras é tam mole...» (pág. 82). Note-se em seguida que, na parte do trecho que corre entre os dois primeiros traços, há anacolutia, por falta de seqüência gramatical: a oração que começa em *como* (quando) ficou sem verbo, por causa da intromissão da palavra *donde*, sem a qual a oração continuaria regularmente. A seguir ao segundo traço, o autor que não tinha posto o complemento dos verbos do princípio, *temos sabido e visto*, repete: *assim que temos sabido*, acrescentando então o complemento: *que* — .... — *é achada esta terra.* O que êle tem *sabido e visto* é que, além do mar Oceano, é achada aquela costa que se estende a 70 graus ao norte e a 28 graus e meio para o sul; e sabe isso (êle escreve em 1505) por informações provenientes da experiência alheia e pela sua própria observação directa. Quando diz que tem *visto*, refere-se à sua experiência pessoal, e intromete logo a narrativa de quando ela começou: foi no ano de 1498, por ordem do rei. O anacoluto que interrompe a seqüência gramatical resulta muito naturalmente da aglomeração de pensamentos na mente do escritor, ao evocar a sua primeira viagem para ocidente, mas não prejudica a clareza do sentido, e por isso não deve classificar-se de vicioso emprêgo. Ao tempo a disciplina gramatical era menos rígida. O escritor, deixando ir a pena atrás dos seus pensamentos, escrevendo como se falava, caía naturalmente em anacolutos, ora por interrupção, ora por mudança brusca da construção, resultantes da interferência de longas orações dependentes, deixando porém o sentido bem claro. Casos, como êste do *Esmeraldo*, encontram-se nos escritores modernos, que nisso por vezes imitam os antigos, consciente e propositadamente. Assim se vê em Herculano ([54]).

Como já tem sido justamente observado, quando no *Esmeraldo* se diz que o rei mandou descobrir, trata-se sempre de um descobrimento levado a efeito. Assim se vê na passagem primeiro

([54]) Para exemplo damos êste trecho do 2.º cap. de *O Bobo*, que reproduzimos tal qual se lê no *Panorama* (Vol. 2.º, série 2.ª, 1843, pág. 22, 2.ª coluna): «Se era em banquete ou sarau, onde o fumo do vinho e a ebriedade que nasce do contacto de muitos homens juntos, das danças, do perpassar das mulheres voluptuariamente adornadas, do cheiro das flôres, das torrentes de luz que em milhões de raios aquece o ambiente — a loucura fictícia do truão parecia dilatar-se, agitar-se, converter-se n'um turbilhão infernal». Na oração que começa em *onde*, o sujeito *(o fumo do vinho e a ebriedade)* fica sem verbo. Há anacolutia, que vai até ao traço, seguindo-se a oração principal. Contudo o sentido fica bem claro, e o leitor nem se apercebe da falta de seqüência gramatical e, só reflectindo, dá por ela. Ora isto é assim escrito propositadamente, para melhor sugerir a animação desordenada do banquete, em que se agita a loucura do truão. Gramaticalmente é um caso análogo ao do *Esmeraldo*. Citaremos ainda outro passo de Herculano. Lê-se no *Eurico* (23.ª edição, de David Lopes, livraria Aillaud, pág. 269): «Este anhelar pela morte era uma bem triste cubiça! E quando se lembrava *de que essa mulher* que aí jazia a poucos passos dêle; *essa mulher*, em cuja adoração concentrara todos os afectos dos mais formosos dias da vida; cuja imagem sonhada nas solidões do Calpe, desenhada de contínuo diante dos olhos da sua alma, gravada com um sêlo de saudade e de amargura em todas as suas cogitações; *essa mulher* que, pouco havia, por horas de delicioso delírio, apertara contra o peito, e que podera, outrora, torná-lo o mais feliz dos homens; quando se lembrava de que sôbre isso tudo êle deixara caír a campa de bronze do sacerdócio, que ninguem podia erguer, o desgraçado sentia estalarem-lhe uma a uma todas as fibras do coração....». Há aqui um caso de anacolutia semelhante: a oração que pozemos em itálico (E quando se lembrava *de que essa mulher* que aí jazia a poucos passos dêle) fica sem seqüência. Contudo a dição é sempre bela e clara, e a mais apropriada a sugerir o tumultuar de pensamentos no espírito atribulado de Eurico. É êste, também, um exemplo de construção análoga à do trecho do *Esmeraldo*. Epifánio Dias vê, neste trecho, anacolutia na repetição «temos sabido e visto — assim que temos sabido» (nota à linha 13 da pág. 23), de acôrdo com a explanação desta figura, por êle dada na sua *Syntaxe histórica portuguesa;* mas a anacolutia está propriamente na falta de seqüência da oração de *como*, que fica incompleta. A dição de Duarte Pacheco é, afinal, semelhante à que acabamos de ler num escritor da grandeza de Alexandre Herculano.

portanto disse ho profeta David no salmo trin
ta e dous que começa exultate justi, asy como
em odre as auguas do mar pos os tesouros em ho
abiso, e como asim seja que o habiso da terra
he ho seu centro dos tesouros das auguas som
postos no mesmo Lugar que he ho seu propio
asento segue se que a terra tem augua den
tro em sy e ho mar nom cerca ha terra como
homero e outros autores diserom. mas antes
a terra por sua grandeza tem cercadas e
inclusas todalas auguas dentro na sua com
cauidade e centro, e alem do que dito he ha
expiriencia que he madre das cousas nos desen
gana e de toda duuida nos tira, e portanto bem *
abemturado Principe temos sabido e visto como
no terceiro anno de vosso Reynado do hano de
nosso Senhor de mil quatro centos nouenta
e oito donde nos vossa alteza mandou descobrir *
ha parte oucidental passando alem ha gran
deza do mar ociano honde he hachada e na
uegada huma tam grande terra firme com
muitas e grandes Ilhas ajacentes della que
se estende a satenta graaos de ladeza da Linha
equinocial contra ho pollo artico e posto que
seja afaz fora he grandemente pauorada,
e do mesmo circulo equinocial torna outra vez
e vaz alem em vinte e oito graaos e meo de lade
za contra ho pollo antartico e tanto se dilata
sua grandeza e corre com muita longura que
de huma parte nem da outra nom foy visto nem
sabido ho fim e cabo della pello qual segundo
ha hordem que leua he certo que vaz em cer
coyto por toda ha Redondeza, asim que temos
sabido que das prayas e costa do mar destes Rey
nos de Portugual e do promontorio de finis terra

e

Do manuscrito da Biblioteca de Évora

dizer em que esta se fez naturalmente e como quer que a mais baixa
parte da terra he o seu centro e ho meo della sobre ho qual as au-
guas estam fundadas por tanto disse ho profeta David no salmo trinta
e dous que começa exultate justi, asy como em odre as auguas do mar
pos os tesouros em ho abiso, e como asim seja que ho abiso da terra q/h/
he ho seu centro dos tesouros das auguas som postos no mesmo Lugar
que he ho seu propio asento segue se q a terra tem augua dentro em
sy e ho mar nom cerca ha terra como homero e outros autores dise-
rom mas antes a terra por sua grandeza tem cercadas e inclusas to-
dalas auguas dentro na sua comcauidade e centro e alem do que dito u/
he ha expriencia que he madre das cousas nos desengana e de toda duui- i/
da nos tira, e por tanto bemabenturado Principe temos sabido e visto
como no terceiro anno de vosso Reynado do hano de nosso Senhor de
mil e quatro centos e nouenta e oito donde nos vossa alteza mandou des-
cobrir ha parte oucidental passando alem ha grandeza do mar ociano
honde he hachada e nauegada huma tam grande terra firme com mui- u/
tas e grandes Ilhas ajacentes a ella que se estende a satenta graaos de La-
deza da Linha equinocial contra ho polo artico e posto que seja asaz fora
he grandemente pauorada, e do mesmo circulo equinocial torna outra
vez e vay alem de vinte e oito graaos e meo de ladeza contra ho pollo
antartico e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura u/
que de huma parte nem da outra nom foi visto nem sabido ho fim e u/
cabo della pello qual segundo ha hordem que leua he certo que vay em
cercoyto por toda a Redondeza, asim que temos sabido que das prayas e
costa do mar destes Reynos de Portugual e do promontorio de finis terra e
de qualquer outro Lugar da europa e dafrica e dasia atrauesando alem to
do ho oceano direitamente ha oucidente ou ha Loest segundo hordem da
marinharia por trinta e seis graaos de longura que seram seis centas
de caminho contando ha dezoyto Leguoas
e quarenta e oito leguoas por graao e ha lugares alguma tanto mais longe

Do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa

transcrita, que se refere a Vasco da Gama, e do mesmo modo quando, por duas vezes, fala na «quarta parte que vossa Alteza mandou descobrir além do Oceano» ([55]), e noutros passos. Duarte Pacheco não era homem que deixasse de cumprir um mandado real, por muito arriscado que fôsse, nem se compreende que viesse lembrar ao próprio D. Manuel uma ordem sua não executada; e êle bem claramente diz que a cumpriu. O modo como constantemente se exprime, *mandou descobrir*, mostra que considerava o rei empenhado no prosseguimento de um plano que se vinha efectuando. Vasco da Gama é expressamente nomeado por cinco vezes nos dois primeiros capítulos do Livro 4.º, em que se trata da primeira viagem à Índia; por contraste, não pode deixar de atribuír-se significação ao silêncio em que fica o nome de Álvares Cabral, mesmo nas passagens referentes ao descobrimento da quarta parte da Terra.

No passo transcrito, não afirma êle que tivesse percorrido, em 1498, a costa americana de norte a sul, como se tem já interpretado. Conta que o rei o mandou, nesse ano, a descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano. Para se entender o que diz em continuação, «onde *é achada* e navegada uma tam grande terra firme», que se estende desde 70 graus ao norte até 28 $\frac{1}{2}$ graus de latitude austral, deve considerar-se que os primeiros 14 capítulos do *Esmeraldo* foram escritos no ano de 1505. As notícias a respeito das regiões setentrionais, grandemente povoadas ([56]) até 70 graus, devem provir das viagens dos Corte-Reais, pois não há o menor indício de conhecimento directo de tais regiões por Duarte Pacheco, que na Táboa ([57]) de latitudes não menciona lugar algum da costa norte-americana; e o que se diz a respeito de Gaspar Côrte-Real, tanto na carta de doação das terras que êle descobrisse, feita por D. Manuel em maio de 1500, como na carta de trespasse para o irmão Vasco Eanes em setembro de 1506 ([58]), é incompatível com a ida anterior de Duarte Pacheco para as mesmas terras, por mandado do rei D. Manuel. A costa meridional, onde há «muito e fino brasil com outras muitas cousas de que os navios nestes reinos vem grandemente carregados», é dada como conhecida até 28 graus e meio; aí situa também Pacheco o lugar mais austral (a ilha de Santo Amaro) da sua lista de latitudes geográficas relativa ao Brasil, intitulada: «Estes são os graus de ladeza que se estes lugares da terra do Brasil, d'além do mar Oceano, apartam da linha equinocial em ladeza contra o pólo antártico» ([59]). ¿Para que parte do continente americano se dirigiu êle, quando passou «além a grandeza do mar Oceano»? Naquele ano de 1498 não se podia pensar em violar o tratado de Tordesillas, dadas as relações de amizade e parentesco entre os monarcas portugueses e castelhanos, e a intenção em que sempre estiveram de o respeitar e fazer respeitar. ([60]). Dirigir-se para a América central seria

---

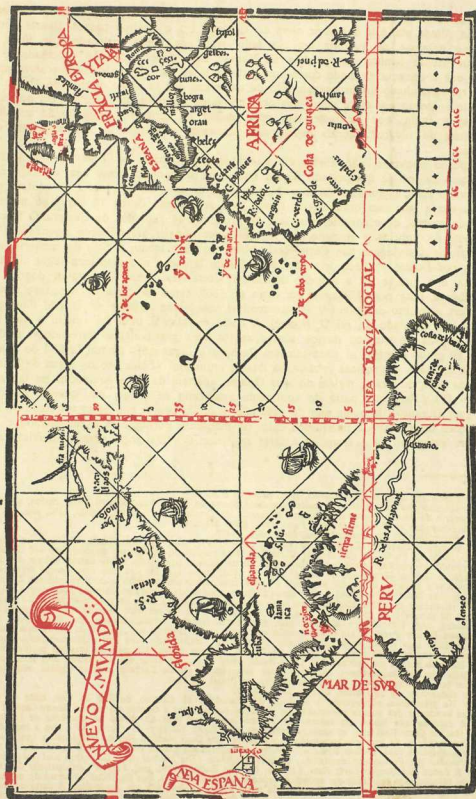
([55]) *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, 1905, págs. 25 e 30.

([56]) «Dicono che questa terra e multo populata» (Carta de Pietro Pascualigo a seus irmãos, de 19 de outubro de 1501, in *Centenario do descobrimento da America, Memorias da Comissão portuguesa*, Lisboa, 1892, pág. 104. Harisse, *Les Corte-Real et leurs voyages au Nouveau Monde*, Paris, 1883, págs. 211-212).

([57]) *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, 1905, págs. 31-38.

([58]) *Alguns documentos da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, págs. 150, 152. Damião de Goes, na *Chrónica del rei D. Emanuel*, cap. 66 da 1.ª Parte, diz que Gaspar Côrte-Real fôra creado de D. Manuel, quando êste era simples Duque de Beja, e que se propôs ir descobrir terras para a banda do Norte, porque para a do Sul já outros tinham descoberto muitas. Na carta de doação a Gaspar Côrte-Real, de 11 de maio de 1500, diz-se que êle «os dias passados se trabalhou por si e à sua custa, com navios e homens, de buscar descobrir e achar, com muito seu trabalho e despezas de sua fazenda, e perigos de sua pessoa, algumas ilhas e terra firme, e pelo conseguinte o quer ainda continuar» *(Alguns documentos*, pág. 150), o que significa que êle já andava naquelas diligências em anos anteriores a 1500. Na carta de trespasse da doação para Vasco Eanes Côrte-Real, de 17 de setembro de 1506, diz-se que seu irmão Gaspar foi «o primeiro descobridor» das terras a que chegou *(Alguns documentos*, pág. 152). Não é aceitável que, para estas mesmas terras, doadas aos Côrte-Reais, tivesse o rei D. Manuel mandado Duarte Pacheco em 1498. Damião de Goes conta também que, depois da perda dos irmãos Gaspar e Miguel, o rei, sentindo isso muito, «pela creação que nêles fizera», movido de «seu real e piedoso moto», no ano de 1503 mandara duas naus, armadas à sua custa, busca-los. Se Duarte Pacheco tivesse ido para as mesmas partes em 1498, era êle naturalmente o indicado para ir em procura dos Côrte-Reais, visto o grande amor que D. Manuel lhes tinha, mas nêsse ano foi êle para a India com os Albuquerques. Se não é assim admissível a ida de Pacheco para as regiões onde os Côrte-Reais se perderam, tem boa explicação a sua viagem clandestina ao Brasil em 1498.

([59]) *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, 1905, pág. 38.

([60]) No fragmento, abrangendo a América, do planisfério de Cantino, do ano de 1502, dado no Cap. III desta obra, vêem-se as bandeiras das quinas assinalando os domínios portugueses a oriente do «marco dantre Castella e Portuguall», e é de notar o cuidado que houve em colocar do mesmo lado, para ficar ao abrigo do convénio de Tordesillas, a terra descoberta por Gaspar Côrte-Real que, ao norte, é designada por *Terra del Rey de Portuguall* e tem a legenda: «Esta terra he descoberta per mandado do muy alto excelentissimo Principe Rey Dom Manuell Rey de Portuguall a qual descobriu Gaspar de Corte Real cavalleiro da casa do dito Rey....». «He [the draughtsman] placed Newfoundland to the east of the Papal line, just bringing it within the Portuguese dominion», observa Markham *(The journal of C. Columbus and documents relating to the voyages of J. Cabot and Gaspar Corte Real*, London, Hakluyt Society, 1893, pág. LII). A Carta patente dos Reis Católicos, de 7 de maio de 1495, adiante publicada em apêndice, ordena, sob graves penas, que em tôdas as cartas de marear, desenhadas em seus reinos e senhorios, se trace a raia divisória, de norte a sul, estabelecida em Tordesillas. A carta de marear reproduzida, na estampa junta, do *Regimiento de navegacion*, de Pedro de Medina, obedece ainda a essa prescrição. O meridiano limite está nas 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, tomadas na escala de léguas da carta.

Carta de marear reproduzida do *Regimiento de navegacion*, de Pedro de Medina, Sevilla, 1552, em que se vê um meridiano graduado, que é o da demarcação de Tordesillas, 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Na escala das léguas, colocada no canto inferior direito da carta, cada uma das divisões, marcadas pelos traços, corresponde a uma centena de léguas. As meias divisões, marcadas pelos pontos, valem 50 léguas.

violação, demasiado manifesta, do tratado. Não devendo ultrapassar o meridiano divisório, e não tendo ido para o norte, foram as costas do Brasil o objecto da sua viagem, o que tem fácil explicação.

O rei D. Manuel casara em outubro de 1497 com D. Isabel, filha dos Reis Católicos. O irmão desta, o príncipe D. João, morria a êsse tempo, ficando ela herdeira das corôas de Castela e Aragão, pelo que os reis portugueses se intitularam Príncipes de Castela, Leão e Aragão. No mês de março de 1498 ([61]) partiram êles de Lisboa para Toledo, onde foram jurados príncipes de Castela e Leão, em 28 de abril. No dia 1 de junho chegavam a Saragoça, para serem jurados príncipes de Aragão, mas os aragoneses opuseram dificuldades, e o juramento foi-se demorando até que, em 24 de agosto, a rainha portuguesa dava à luz um filho, morrendo em seguida. Assim o filho recem-nascido, Miguel, que viveu apenas 22 meses, passou a ser o príncipe herdeiro. O monarca português, viuvo, estava, em 9 de outubro, de regresso em Lisboa, continuando os reis Fernando e Isabel, a chamar-lhe príncipe, ainda que a título honorífico.

Em 30 de maio dêste ano de 1498, saía Colombo de San Lucar de Barrameda para a sua terceira viagem, que vinha sendo preparada desde o ano anterior. D. Manuel, então na côrte dos Reis Católicos, onde era tratado como príncipe herdeiro, não podia deixar de ter disso conhecimento, assim como depois havia de saber, em Lisboa, da estada do navegador, no princípio de julho, em Santiago de Cabo Verde. Segundo as transcrições atrás feitas (pág. 234), Colombo partiu de Santiago com rumo de sudoeste, para verificar a opinião de D. João II, que dizia haver terra firme para o sul. Mas tinha de respeitar o convénio de Tordesillas. Navegando a sudoeste, e depois para oeste, chegou à terra de Pária, no hemisfério atribuído a Castela.

Quando em dezembro do ano seguinte, 1499, Vicente Yáñes Pinzón partiu do pôrto de Palos para demandar o mesmo continente, devia também ter em consideração aquele convénio, pois que ainda no «Asiento y capitulacion con Vicente Yáñes Pinzón para poblar en las tierras que habia descubierto», assinada em Granada pelos Reis Católicos, em 5 de setembro de 1501, se adverte expressamente: «ni vayais a las islas y tierra firme que hasta hoy son descubiertas por nuestro mandado e con nuestra licencia, ni a las islas e *tierra firme del serenissimo Rey de Portugal*, Príncipe, nuestro muy caro e muy amado hijo» ([62]).

No convénio de Tordesillas estipulava-se que, dentro de 10 meses, contados da data da assinatura do tratado, duas ou quatro caravelas, com tripulações mixtas de pessoal dos dois países, iriam proceder *in loco* à marcação do meridiano divisório em 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Reconhecendo-se depois a dificuldade de executar esta determinação antes de conhecer-se terra situada a tal distância, a Carta dos Reis Católicos, de 7 de maio de 1495 ([63]), estabeleceu que se *esperasse descoberta feita no meridiano divisório por alguma das partes contratantes. A parte que tal* achasse requereria da outra que se fôsse proceder à demarcação, a qual deveria executar-se dentro de 10 meses, contados desde a data do requerimento. Assim se adiou a contagem dos primitivos dez meses. No caso de se reconhecer que a região achada não estava debaixo da raia, far-se-ia a declaração de quantas léguas dela distava, num ou noutro domínio; e em qualquer terra encontrada nas proximidades não deixaria de fazer-se tal declaração: «no dexando poren de en qualquer Isla o Terra, que mas acerca de la dicha liña despues por el tiempo se hallare, haser la dicha declaracion». Mais ordenam os Reis Católicos, sob graves pênas, que em tôdas as cartas de marear desenhadas em seus reinos e senhorios se trace o meridiano divisório, para que, tanto os seus súbditos, como os do rei lusitano, tenham mais informação por onde de aí em diante possam ir navegar e descobrir. D. João II preferiria guardar o segrêdo das suas descobertas, mas a situação não podia prolongar-se. Tendo êle dirigido as negociações de Tordesillas de modo a evitar que ficasse na posse de estranhos a terra situada a ocidente do caminho das Índias, o seu sucessor ([64]) certamente havia de ordenar reconhecimentos nos mares que lhe

([61]) Garcia de Resende, *A entrada del rey D. Manoel em Castela*, apêndice à *Chrónica del rey D. João II.*

([62]) *Coleccion de documentos inéditos de Indias*, Madrid, 1874, Tômo XXII, pág. 300.

([63]) Veja-se o Apêndice no fim deste capítulo.

([64]) D. Manuel conhecia bem os projectos do grande rei a quem sucedeu. Era êle ainda simples Duque de Beja, sem pensar em ser o herdeiro presuntivo da corôa, pois vivia o príncipe D. Afonso, e já D. João II o associava aos seus planos de descobrimentos. Assim, quando Pero da Covilhã contou ao P.e Francisco Alvares como êle e Afonso de Paiva foram despachados para a sua viagem, no mês de maio de 1487 em Santarém, por D. João II, que lhes deu um mapa-mundi, 400 cruzados e uma carta de crédito, por três vezes insiste que estava presente o rei D. Manuel, *sendo duque (Verdadeira informação das terras do Preste João das Indias*, pelo P.e F. Alvares, Lisboa, 1883, pág. 128).

eram atribuídos. Tendo em 1497 mandado Vasco da Gama a completar o caminho da Índia, no ano seguinte envia um capitão da sua confiança a tomar conhecimento das terras ocidentais que poderiam servir de escala no caminho do oriente, e a certificar-se se estariam bem ao abrigo do tratado, em situação que não podesse ser questionada.

Temos assim, no ano de 1498, duas viagens dirigidas para a terra firme que D. João II dizia existir ao sul, realizando-se uma, a de Colombo, nos mares do hemisfério castelhano, e a outra em águas portuguesas. Duarte Pacheco, que navegara durante muitos anos nas regiões eqüatoriais do Atlântico, estava bem indicado para esta expedição, que naturalmente foi ordenada depois da vinda de Espanha, quando D. Manuel, tendo deixado de ser herdeiro da corôa de Castela, voltou a retomar mais activamente a direcção dos negócios do reino de Portugal. Mas, ordenada antes ou depois, tinha por destino as costas do Brasil esta viagem, prudentemente feita em segrêdo, revelada depois pelo autor do *Esmeraldo* em palavras discretas, que deixam transparecer claramente a verdade.

Na armada de Pedro Álvares Cabral, que larga de Lisboa em 9 de março de 1500, vai Duarte Pacheco, o qual neste mesmo ano se torna já notável na Índia, na tomada da nau do elefante, a pedido do rei de Calecut, episódio que narram Castanheda, Barros, Goes e Osório. Castanheda, quando descreve depois a armada dos Albuquerques, mandada à Índia em 1503, menciona entre os capitães «Duarte Pacheco Pereira, *de que falei atrás* (65), fazendo assim notar que êste é o mesmo que tomou parte na tomada da nau de Cochim. E que êle foi o principal herói desta façanha testemunha Damião de Goes: «Ao dia seguinte, informado ElRei de Calecut, pelos Mouros que foram com Pero de Ataíde, de quam animosamente os nossos o fizeram, mandou pedir a Pedralvares que lhe mandasse os que mereciam ser vistos de tôdolos Reis, e senhores do mundo, aos quais fêz a todos mercês, e em especial a Duarte Pacheco Pereira, por lhe os mouros dizerem que nunca viram homem tam animoso, nem tam esforçado, e que êle fôra a causa única de se aquela nau tomar, do qual e das façanhas que fêz na Índia, e em outras partes, se dirá ao diante» (66).

Segundo a narrativa de Pero Vaz de Caminha, a armada de Cabral passou pelas Canárias em 14 de março, e em 22 houveram vista das ilhas de Cabo Verde. Na noite seguinte perdeu-se da frota a nau de Vasco de Ataíde, sem haver tempo forte nem contrário. Caminha acrescenta, com a mais natural simplicidade: «E assim seguimos nosso caminho por êste mar de longo até terça-feira de oitavas de Páscoa que foram 21 dias de abril que topamos sinais de terra». Ao outro dia de tarde viam o Monte Pascoal. Assim a frota vem sempre navegando, de Lisboa às Canárias, e às ilhas de Cabo Verde, e segue, sem se deter, pelos rumos austrais de oeste, alargando a derrota para o lado ocidental, até ir aproar à terra que chamaram de Vera Cruz. Êste caminho, evidentemente propositado, é susceptível de clara compreensão. Na armada vai, dirigindo a róta, o futuro escritor do *Esmeraldo,* que, em 1498, tinha ido clandestinamente a reconhecer a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano, por mandado de D. Manuel. Êste escreve depois, em 29 de julho de 1501 aos Reis Católicos e diz-lhes que «*é muito conveniente e necessária* para a navegação da Índia» (67) a terra achada por Cabral, que nela pôde reparar seus navios e tomar água, parecendo tal descoberta milagre de Nosso Senhor....

(65) Castanheda, *Historia do descobrimento da India,* Livro I, Cap. LV.

(66) Damião de Goes, *Chronica del rei D. Manoel,* Parte I, Cap. LVIII.

(67) «En las octavas de la pascua siguiente llegó [Cabral] á una tierra que nuevamente descubrió, á la cual puso nombre de Santa Cruz, en la cual halló las gentes desnudas como en la primera inocencia, mansas y pacificas; la cual parece que *nuestro Señor milagrosamente quiso* que se hallase, porque es muy conveniente y necesaria para la navegacion de la India, porque alli reparó sus navios é tomó agua» (Navarrete, *Coleccion de los viajes,* Tômo III, Madrid, 1880, pág. 90). Veja-se atrás o final da nota (174), pág. CXV. A cópia do texto original português desta mesma carta, existente no Arquivo de Veneza, tem a data de 28 de agosto de 1501.

PACHECO EM COCHIM

UARTE Pacheco voltou para a Índia no ano de 1503, como capitão de uma nau sob a bandeira de Afonso de Albuquerque. Deixado lá depois, como capitão-mór da Índia, teve de sustentar no rio de Cochim duros combates, em que foi sempre vencedor, graças ao seu

«Esfôrço, fôrça, ardil e coração» ([68]).

Depois do regresso de Vasco da Gama da sua segunda viagem ao Oriente, o rei de Calecut declarou guerra ao rei de Cochim, Trimumpara, por êste guardar inteira lealdade aos portugueses, recusando-se a entregar-lhe os que estavam na sua cidade. Em abril de 1503, o Samorim mandou o seu exército cometer o passo do vau, assim chamado porque se podia por êle passar, de maré vasia, com água pelo joelho, para a ilha de Cochim. Desbaratado, Trimumpara refugiou-se na ilha de Vaipim, levando consigo todos os portugueses e a feitoria. Dois lapidários milaneses que tinham ido, com licença do rei D. Manuel, na segunda armada de Vasco da Gama e tinham ficado com o feitor, passaram-se então para o arraial do rei de Calecut, a quem muito auxiliaram, por saberem fundir artilharia.

No mesmo mês partiam de Lisboa seis naus, repartidas em duas capitanias, a de Afonso de Albuquerque, que levava como capitães Duarte Pacheco Pereira e Fernão Martins de Almada, e a de seu primo Francisco de Albuquerque, sob cuja bandeira iam Nicolau Coelho e Pero Vaz da Veiga, que se perdeu. Os primeiros a chegar foram Francisco de Albuquerque e Nicolau Coelho, que, no mês de agosto, encontravam em Angediva, onde estavam invernando, António de Campos, que não podera acompanhar a frota do Gama, por lhe ter morrido o pilôto, e Pero de Ataíde com os outros capitães que tinham escapado à tormenta que, em Cúria-Múria, destruíra as naus dos Sodrés. Sabendo da guerra movida pelo Samorim, Francisco de Albuquerque saíu com os seus navios e os que estavam em Angediva, seis velas ao todo, para Cochim, onde se lhe juntou a nau de Duarte Pacheco. Restituído Trimumpara ao seu reino e trazido para a cidade, os portugueses trataram logo de castigar os inimigos, fazendo-lhes incursões nas terras; e começavam a construção de uma fortaleza sôbre o rio, quando chegou Afonso de Albuquerque, que o mau tempo demorara. Terminado o forte, foi benzido com grande solenidade, sendo-lhe posto o nome de Castelo Manuel, «por honra de nosso Senhor e por memória del rei dom Manoel» ([69]).

Quando os Albuquerques, no fim de janeiro de 1504, regressaram ao reino com as suas naus carregadas, o rei de Calecut preparava-se para atacar de novo o de Cochim, em cuja defeza ficava Duarte Pacheco Pereira, nomeado capitão-mór da Índia, com a sua nau *Conceição*, duas caravelas do comando de Pero Rafael e Diogo Pires, e dois batéis. Os portugueses que partiam, admirados de êle aceitar o comando de tam pequena armada, para resistir ao grande poder do Samorim, dando-o já por morto, diziam: «¡Perdôe Deus a Duarte Pacheco e aos que ficam com êle»!

No dia em que o Samorim veio com numerosas fôrças, resolvido a entrar na ilha de Cochim pelo passo de Cambalão, a caravela de Diogo Pires estava em concêrto, a nau ficava em guarda da cidade, e apenas a caravela de Pero Rafael e os dois bateis, ligados por cabos, um ao outro e à caravela, ocupavam o passo. Era no domingo de Ramos, 18 de março. Defronte das três embarcações tinham os dois milaneses postado uma estância de cinco bombardas. O rei de Calecut vinha por terra com 47.000 homens de peleja entre naires e mouros ([70]). Acompanhavam-no os reis de Tanor, Bipur, Cotogão e Curiva, e muitos caimais. A armada que vinha pelo rio era de 160 navios de remos, entre os quais 76 paraus, cada um com duas bombardas, 5 espingardeiros e 20 frecheiros. Vinte dos paraus avançavam cerrados, presos por cadeias, para aferrarem as caravelas. Além dos navios armados iam

([68]) *Os Lusíadas, X,* 20.

([69]) Castanheda, *Historia do descobrimento da India,* livro I, Cap. LVIII. O motivo porque o rei D. Manuel teve êste nome é assim explicado por Damião de Goes na *Chrónica del rei D. Manuel,* Parte I, Cap. IV: «El Rei dom Emanuel, da gloriosa memória, nasceu na vila de Alcochete em Ribatejo, uma quinta-feira derradeiro dia de maio, do ano do Senhor de 1469 anos, dia em que então caiu a solene festa do Corpo de Deus. E parece que houve em seu nascimento mistério, porque havia já alguns dias que a Infanta D. Beatriz, sua mãe, andava com dores, sem poder parir, e quís nosso Senhor alumiá-la em o santo Sacramento, chegando à porta das suas casas, por onde passava a procissão, e por o dia em que nasceu ser da invocação do venerável Sacramento, lhe puseram nome Emanuel, o qual nome é um dos grandes do senhor Deus, cuja festa se celebrava naquele dia». Afonso de Albuquerque, depois da tomada de Gôa em 1510, mandou fazer uma fortaleza para defensão da cidade, a que pôs também nome Manuel (Barros, *Década* II, livro V, cap. *XI*). Esta tendência a lembrar o nome do rei naquela época foi naturalmente um dos motivos que levaram Duarte Pacheco à composição do título da sua obra, como adiante explicamos.

([70]) *Ibidem,* Livro I, Cap. LXVIII.

muitos outros com gente. Causava espanto ver tal quantidade de inimigos, por água e por terra, que tudo cobriam. O sol resplandecia nos escudos, que traziam de muitas côres, e faíscava nos milhares de lanças e agomias. Levantavam grandes gritas, e logo tocavam os instrumentos de guerra. E os portugueses mal se viam no meio de tamanha multidão, metidos na caravela e nos batéis, afadigados a dar fogo aos tiros com que recebiam os inimigos. Eram tantas as bombardadas, que se não viam uns aos outros com o fumo da pólvora. Caravela e batéis ardiam em fogo. E como a jangada dos vinte paraus, que estava diante, apertava muito com sua espingardaria, mandou Duarte Pacheco disparar-lhe um camêlo, ficando desmanchada ao segundo tiro. Acode nova frota de paraus, catures e tones. Ao fim da tarde os portugueses ficavam vencedores, não sendo morto nenhum, e apenas alguns feridos. E o rei de Cochim e seus vassalos começavam a perder o mêdo ao rei de Calecut.

Ao outro dia a caravela de Diogo Pires, já concertada, vinha para o passo de Cambalão, onde as duas caravelas com os batéis resistiram a dois novos ataques. O Samorim, perdendo a esperança de poder alcançar Cochim por êste passo, resolveu cometer o mesmo vau por onde fôra no ano anterior. Pacheco, que o suspeitava, mandou os batéis guardar o passo do vau, e como as caravelas não podiam lá ficar por causa dos baixos, colocou-as no passo de Palurte, pouco mais de meia légua distante do primeiro. O ataque deu-se no primeiro de maio. O senhor de Repelim, com tôda a frota, devia ir sôbre o passo de Palurte, e o príncipe Naubeadarim marcharia sôbre o vau. Ao romper d'alva apareceu a armada inimiga, composta de 250 velas. Ante-manhã tinham vindo os dois batéis do vau, por êste ficar seguro com a maré que enchia, pois só se podia lá passar na vasante, que havia de ter lugar ao meio-dia. Assim, tanto os batéis como as caravelas poderam combater no passo de Palurte, contra a frota que avançava com 40 paraus encadeados, à frente, para aferrarem as caravelas. Pacheco mandou disparar a artilharia, que desencadeou os mais dos paraus. As bombardadas eram tantas dambas as partes, que nenhuma das armadas se via com o fumo, e estando já muito próximas, as frechas, setas, lanças e paus tostados eram em tal abundância que faziam sombra nos navios ([71]). A peleja continuou até que a vitória se declarou pelos portugueses. Abandonado pelo inimigo o passo de Palurte, pôde Pacheco dirigir-se com os batéis para o vau sôbre que avançavam já os 12.000 homens de Naubeadarim, pois era o momento da baixa-mar. Os dois batéis entraram pelo vau até dar em sêco, atirando com a artilharia e espingardaria, setas e arremessos. Parados, no meio da multidão de gente que os cercava, tiveram de sustentar rija peleja, que durou uma boa hora, até que os batéis começaram de novo a nadar. Os inimigos tiveram que retirar perante a maré que subia, tinta de sangue. Tanto neste combate como no de Palurte não morreu nenhum português, e o rei de Calecut, vendo-se derrotado, aceso em ira por o senhor de Repelim não aferrar as caravelas, nem seu irmão entrar o vau, proferia contra ambos muitas injúrias.

Passados alguns dias, que Pacheco aproveitou para mandar espetar no vau grande quantidade de estacas ponteagudas de areca, veio o Samorim em pessoa cometer de novo êste passo com fôrças superiores, ficando outra vez vencido. Por último, no mais terrível ataque, vieram máquinas novas de guerra, inventadas por um mouro, oito castelos construídos cada um sôbre dois paraus, assentes sôbre vigas passadas de prôa a prôa e de pôpa a pôpa, com um sobrado em cada um dêles, em altura de 18 palmos, onde traziam bombardas e podiam combater até 40 homens. Para que os castelos, de que Pacheco tivera conhecimento, não pudessem dominar as caravelas, pregaram nas amuradas dambas uns esteios de meios mastros com uns chapiteus em cima, em forma de sobrados, onde podiam estar 6 homens. O combate foi na quinta-feira d'Ascenção. Diante da frota vinham muitas balsas de lenha com alcatrão e estopa ardendo em labaredas. Após elas, 110 paraus, muitos dêles encadeados, cheios de gente e artilharia, e atrás dêstes 100 catures e ainda 80 tones. As balsas em chamas não puderam pegar fogo às caravelas, por irem bater de encontro à jangada que Pacheco lhes pusera em anteparo, amarrada por cadeias a âncoras de ferro. E quando acabaram de arder, começaram os paraus a chegar-se à jangada, atirando com artilharia às caravelas, que respondiam e arrombavam muitos dos navios. Aproximando-se os castelos, que vinham com aparência temerosa, mandou Pacheco atirar ao maior com um camêlo, mas os dois primeiros tiros pareceram não produzir efeito, e êle, numa aflição, levantando as mãos ao céu, bradou: «Senhor, não me acoimeis hoje meus pecados»! Os oito castelos lançavam tantas setas, tiros de espingardas e bombardas, que era tudo uma nuvem de fumo e fogo. Mas ao terceiro tiro, o castelo principal começou a desmantelar-se, e os portugueses, vendo nisso o

([71]) Estamos seguindo a narrativa de Castanheda.

BRASÃO DE DUARTE PACHECO
(QUE LHE FOI DADO PELO REI DE COCHIM)

comêço da vitória, davam graças, postos de joelhos. E continuaram a fazer tal dano nos castelos, e arrombaram e meteram no fundo tantos paraus, que, começando a subir a reponta da maré e apartando-se da jangada os castelos, com êles retiraram os navios inimigos, dando-se por derrotados. No passo do vau os dois batéis, comandados por Cristóvão Jusarte e Simão d'Andrade, com os paraus e catures de Cochim, em que andava Lourenço Moreno, oposeram-se à passagem da gente do rei de Calecut, até que a maré veio terminar a peleja. Êste foi o dia de mais dura prova para os portugueses. O rei de Calecut ainda veio noutro dia atacar de novo com os castelos, mas com o mesmo resultado. Sempre vencido, e não lhe aproveitando nenhuma das traições que cavilara contra Duarte Pacheco, acabou por se meter, envergonhado, num turcol a fazer penitência...

Reconhecido o rei de Cochim aos grandes serviços prestados por Duarte Pacheco com as espantosas vitórias, ganhas numa guerra de perto de quatro meses, e não querendo êle aceitar dádivas de dinheiro, nem joias, nem terras, concedeu-lhe um brasão de armas, comemorativo das suas gloriosas façanhas: «e assim lhe dou por insígnias e sinais de seus feitos e honra que nisso ganhou um escudo vermelho por sinal do muito sangue que derramou dos de Calicut nesta guerra, e dentro nêle lhe dou cinco corôas d'ouro em quina por cinco reis que nela desbaratou. E a bordadura dêste escudo lhe dou branca com ondas azuis, e nela oito castelos verdes de madeira, armados n'agua sôbre dois navios rasos cada castelo, por duas vezes que o combateram com estes oito castelos e d'ambas os desbaratou: e dou-lhe sete bandeiras de ponta ao derredor dêste escudo, três vermelhas, e duas brancas, e duas azuis por sete combates que lhe elrei de Calicut deu por sua pessoa, e em todos sete os desbaratou, e por sete bandeiras que lhe tomou, das mesmas côres e feição: e dou-lhe um elmo de prata aberto guarnecido douro e o paquife douro e vermelho, e por timbre um castelo do mesmo teor com uma bandeira vermelha de ponta nêle» (72).

Em setembro dêste ano de 1504 chegava à India a armada de 13 naus de João Soares, com quem Pacheco regressou à pátria, entrando em Lisboa a 22 de julho do ano seguinte. As honras que o rei lhe prestou, em reconhecimento dos seus altos serviços, são assim narradas por Castanheda: «E porque todos soubessem serviços tam assinados, logo a uma quinta-feira depois da chegada do capitão-mór mandou [D. Manuel] fazer uma solene procissão como em dia de corpo de Deus: em que foi da Sé até o mosteiro de Sam Domingos, levando consigo a Duarte Pacheco. E prègou Dom Diogo Ortiz, bispo de Viseu, e disse por ordem tôdas as cousas que Duarte Pacheco fêz na guerra contra el rei de Calecut. E não sómente se fêz isto em Lisboa, mas no Algarve, e em tôdas as cidades e vilas notáveis de Portugal: e isto por mandado del Rei e êle escreveu todo ao Papa por Dom João Sutil, bispo que então era de Çafim, que levou as cartas, e assim o escreveu a muitos reis da Cristandade para que fôssem lá sabidas façanhas tam notáveis. O que se não acha que nenhum rei nestes reinos fizesse por vassalo» (73).

O ESMERALDO

FOI em seguida, neste mesmo ano de 1505 (74), que Duarte Pacheco começou a escrever a obra de que D. Manuel o encarregou, pelos motivos expostos no Prólogo: «E como em tam pouco tempo Vossa Alteza descobrisse quási 1500 léguas, além de tôdolos antigos e modernos, as *quais nunca foram sabidas nem navegadas de nenhumas nações dêste nosso ocidente, agora,* por maior segurança desta navegação, convem que Vossa Alteza mande tornar a descobrir e apurar esta costa do ilheu da Cruz em diante, porque é certo que no seu primeiro descobrimento se soube em soma e não pelo miudo, como a tal caso convinha; e porque Vossa Alteza me disse que

(72) Castanheda, *Historia do descobrimento da India*, Livro I, Cap. LXXXVIII.
(73) *Ibidem*, Livro I, Cap. XCVII.
(74) No cap. 14 do livro primeiro diz: «vai ora em 90 anos que Ceuta foi tomada», o que teve lugar em 21 de agosto de 1415; acrescenta mais que Alcacer Ceguer, Tânger e Arzila foram tomadas «de 47 anos para cá», e a tomada de Alcacer Ceguer foi em 19 de outubro de 1458, como depois diz no prólogo do livro segundo. O cap. 16 ainda foi escrito neste ano, pois aí declara que a batalha do Salado foi «haverá ora 165 anos», e ela teve lugar em 30 de outubro de 1340. O cap. 19 do mesmo livro primeiro foi já escrito depois de 1506, pois aí se lê: «e no ano de nosso Senhor de 1506 mandou Vossa Alteza edificar na terra firme desta vila de Mogador, junto com o mar, um castelo». O cap. 6 do livro quarto, em que a obra se interrompe, foi escrito ainda em vida de D. Manuel, que morreu em 1521, pois começa por estas palavras: «Novo trabalho se nos oferece, havermos de escrever o que novamente mandou descobrir o serenissimo príncipe el-Rei D. Manuel nosso Senhor».

se queria nisto fiar de mim, portanto preparei fazer um livro de cosmografia e marinharia, cujo prólogo é êste que aqui é escrito». Incumbido assim de estudar pormenorisadamente a costa oriental africana e a costa asiática, para compor o respectivo roteiro, aproveitou os seus vastos conhecimentos a respeito do litoral africano do lado do Atlântico, por êle já adquiridos em longos anos de experiência, «que é madre das cousas», para começar logo a escrever o roteiro de tôda a costa d'África, a partir do estreito de Gibraltar. Resolveu dividir a sua obra em cinco livros. Nos 33 capítulos do primeiro livro, dedicado aos descobrimentos do tempo do Infante D. Henrique, depois de expostas as noções astronómicas mais necessárias (círculos celestes, curso do sol, maneira de calcular a latitude pela altura meridiana do sol tomada com astrolábio ou quadrante, e modo de saber as horas da maré [75]), trata das rótas, conhecenças, sondas, marés e alturas do pólo, ao longo da costa africana, desde Ceuta até ao cabo de Nam, e d'aqui, pelo cabo Bojador e cabo Verde, até à Serra Leôa, que êle dá como têrmo onde chegaram os navegadores mandados pelo Infante. Os onze capítulos do segundo livro continuam as rótas e conhecenças da parte da costa percorrida no tempo do rei D. Afonso V, desde a Serra Leôa pelo cabo das Palmas, a Mina, ilha de Fernando Pó, ultrapassando o eqüador, até ao cabo de Santa Catarina. Nos nove capítulos do terceiro livro ocupa-se da parte descoberta por Diogo Cão e Bartolomeu Dias, no reinado de D. João II, desde êste cabo, pelo Congo e cabo de Boa Esperança, terminando no rio do Infante. O livro quarto era dedicado ao litoral africano descoberto no tempo de D. Manuel, até ao cabo Guardafui, e o quinto à costa asiática desde o sino Arábico, pelo sino Pérsico, e d'aí em diante por tôda a Índia. Dêstes dois últimos livros apenas chegaram até nós os cinco primeiros capítulos do quarto livro, ficando a obra interrompida no comêço do cap. 6 com as palavras «Item. Jaz o rio do Infante». Nestes capítulos apenas trata do caminho que hão de fazer as naus com destino à Índia, seguindo de Lisboa a Cabo Verde, e tomando d'aí o rumo do sul, pelo golfão, até estarem em altura de ir dobrar o Cabo. Antes d'isso descreve os cuidados que houve nos preparativos da armada de Vasco da Gama, começando por celebrar um dos resultados da famosa viagem, a demonstração completa do êrro de Ptolomeu, que considerava o Oceano Índico um mar fechado, sem comunicação com o Atlântico:

Inscrição reproduzida da *Carta marina*, de Waldseemüller, 1516

«Tolomeu escreve, na pintura de suas antigas tábuas de cosmografia, o mar Índico ser assim como uma alagôa, apartado por muito espaço do nosso mar Oceano ocidental que pela Etiópia meridional passa; e que entre estes dous mares ia uma ourela de terra, por impedimento da qual, para dentro para aquele golfam Índico por nenhum modo nenhuma nau podia passar» [76].

Isso mesmo se celebra na carta marítima *(Carta marina navigatoria)* de 1516, de Waldseemüller, ornamentada com belos desenhos da mão de um artista eminente da escola de Dürer. Junto do cabo

[75] Veja-se atrás, Cap. II, págs. 95-97.
[76] *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, 1905, págs. 151-152.

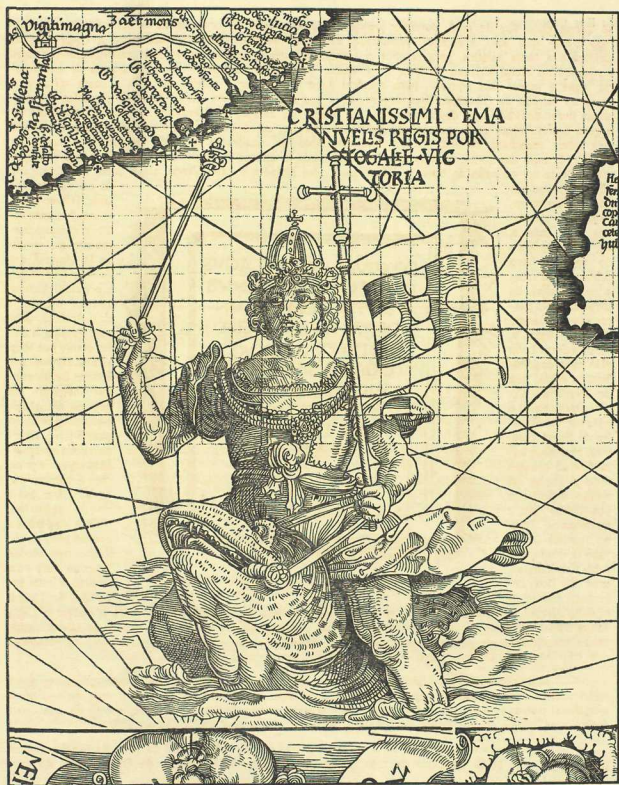



Figura comemorativa da chegada dos portugueses à Índia, reproduzida da *Carta marina navigatoria*, de Waldseemüller (Ilacomilus), do ano de 1516.

da Boa Esperança, à entrada do Oceano Índico, vê-se uma figura de rei, cavalgando um animal marinho, com o scetro na mão direita, e uma cruz, com a bandeira das quinas, na esquerda. Por cima, a legenda latina proclama a «vitória do cristianissimo Manuel, rei de Portugal». Ao lado, a inscrição posta dentro de um quadro comemora ter Ptolomeu dito que o Oceano Índico era cercado de terra por todos os lados, e depois mostrado a navegação dos portugueses não ser assim ([77]).

O original da obra de Pacheco, segundo o testemunho de Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*, conservava-se, pelo meado do século XVIII, na Livraria do Marquês de Abrantes, como o mais precioso manuscrito, com 16 mapas iluminados e algumas estampas pequenas em fôlha. Nas duas cópias actualmente existentes, uma na Biblioteca de Évora e outra na Biblioteca Nacional de Lisboa, apenas se mencionam os lugares dêstes mapas e estampas, como nas duas edições que por estes apógrafos se fizeram, a de Rafael Basto, publicada em 1892, e a de Epifánio Dias, em 1905. Um dos mapas era o mapa-mundi, com a Europa, Ásia, África e América, ao qual se faz referência no cap. 5 do primeiro livro e no cap. 7 do livro terceiro ([78]). Havia outro, com as ilhas de Cabo Verde, em que estavam traçadas as linhas dos rumos de todos os ventos ([79]); devia ser uma carta de marear em projecção plana quadrada, e é bem para lamentar a perda dêste precioso documento cartográfico. Da leitura do texto resulta que nas ilustrações se viam representadas as cidades de Ceuta, Alcacer-Ceguer e Tânger, o cabo Espartel, as vilas de Arzila, Larache, Salé e Almancora, as cidades de Anafé e Safim, o cabo Verde com a angra de Bezeguiche, a Serra Leôa, a furna de Sant'Ana, o castelo de S. Jorge da Mina, a serra e ilha de Fernando Pó e o cabo da Boa Esperança, tudo isto, segundo êle expressamente declara, *pintado do natural* ([80]).

No final do Prólogo declara, sem mais explicação, que o seu livro será chamado «**ESMERALDO de situ orbis**». A segunda parte é o título, *de situ orbis*, da geografia de Pompónio Mela, escritor do primeiro século da nossa era, por êle muitas vezes citado. Quanto à palavra *Esmeraldo*, julgamos que foi composta com as letras dos dois nomes, o seu e o do rei. O nome Duarte teve em português as fórmas *Duardos e Eduardo*, e a fórma latinisada *Eduardus*. Como mostra o quadro junto, forma-se, com as letras de *Emmanuel* e *Eduardus*, o anagrama *Esmeraldus*. Os dois nomes estão escritos na linha superior. Tirando sucessivamente as letras *e*, *s*, *m*, *e*, etc., que se vão pondo na coluna lateral em ordem descendente, deixando pontuadas as letras que se vão assim suprimindo, acaba por escrever-se, pela coluna abaixo, a palavra *Esmeraldus*, quando se esgotaram tôdas as letras dos dois nomes. Deve notar-se que Pacheco era grande desenhador e olhava naturalmente ao aspecto gráfico das letras, e portanto via o *n* gráficamente incluido no *m*, considerando ambas as letras representadas no sinal *m*. Como a obra é escrita em português, êle tomaria o nome Esmeraldo, correspondente a *Esmeraldus*, como Eduardo a *Eduardus*. Assim **ESMERALDO de situ orbis** significa o novo tratado *de situ orbis*,—do orbe desconhecido dos geógrafos antigos—, escrito pelo português Duarte e dedicado a Manuel, a cujo serviço êle pôs devotadamente a sua espada e a sua pêna. Os nomes—do autor e do rei a quem a obra é dedicada—ficam assim juntos, como a par caminharam na procissão em que D. Manuel o levou a seu lado em Lisboa, nesse mesmo ano de 1505, em comemoração dos seus insignes feitos na Índia. Desta maneira se explica também o motivo de discrição, por que êle não dá esclarecimento algum, dizendo simplesmente: «tudo isto com diligência, *por serviço de Vossa Alteza*, farei e no melhor modo que puder e souber, neste livro será escrito, o qual **ESMERALDO de situ orbis** será chamado». Num tempo em que os anagramas tanto se usaram ([81]), compreende-se bem que Pacheco composesse êste criptograma, em que quis deixar simbolizada a sua dedicação pelo rei ([82]).

([77]) *Die älteste Karte mit dem Namen Amerika aus dem Iahre 1507 und die Carta Marina aus dem Iahre 1516 des M. Waldseemüller (Ilacomilus)*, herausgegeben von Prof. Fischer und Prof. Wieser, Innsbruck, 1903, mapa n.º 25.

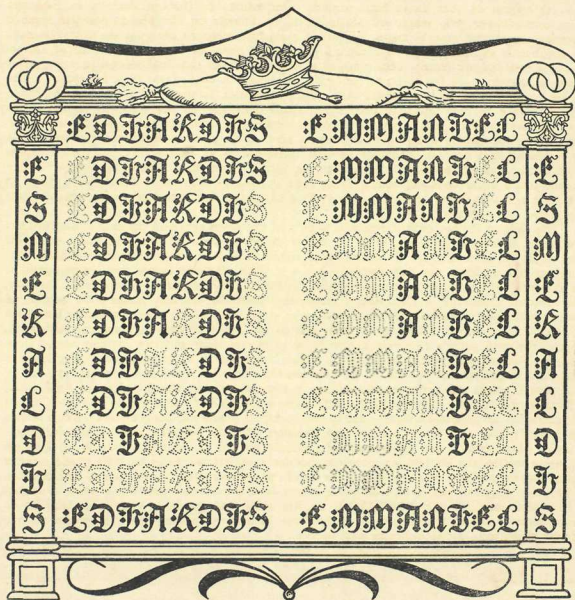
([78]) *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, 1905, págs. 30 e 147.

([79]) *Ibidem*, págs. 83-84.

([80]) *Ibidem*, pags. 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 83, 98, 100, 101, 114, 125 e 142.

([81]) Nos anagramas não havia demasiado rigor; nem sempre se empregavam precisamente as mesmas letras dos nomes. Na *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, *Lamentor* é anagrama de *R. D. Manoel*, com mudança do *d* em *t* (Teofilo Braga, *Historia da Literatura portuguesa*, vol. II, *Renascença*, Pôrto, 1914, pág. 124). A *Menina e Moça* está cheia de anagramas, como *Cruelsia* (Lucrecia), *Aónia* (Joana), *Belisa* (Isabel), *Romabisa* (Ambrosia), *Enis* (Inés), *Arima* (Maria), *Avalor* (Alvaro), *Bimnarder* (Bernardim), *Tasbião* (Bastião).

([82]) Veja-se o nosso artigo intitulado—*O «Esmeraldo» de Duarte Pacheco. Razão deste titulo*—nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Série II, Vol. I, Lisboa, 1920, págs. 180-182. A êste mesmo assunto nos referimos atrás na nota (69).

O autor do *Esmeraldo*, além da parte própriamente cosmográfica e de marinharia, dá indicações sôbre os objectos de comércio nos diferentes portos da costa africana, com notícias sôbre os povos e cidades do interior do sertão, e por vezes, pelas suas referências aos tempos passados, elucida vários pontos da história dos descobrimentos, como sucede no comêço do cap. 4.º do terceiro livro:

Composição do nome *Esmeraldus*, como anagrama de *Eduardus* e *Emmanuel*

«Muitas opiniões houve nestes reinos de Portugal nos tempos passados entre alguns letrados acêrca do descobrimento das Etiópias de Guiné e das Indias; porque uns diziam que não curassem de descobrir ao longo da costa do mar, e que melhor seria irem pelo pego, atravessando o gólfão até topar em alguma terra da Índia ou vizinha dela, e que por esta via se encurtaria o caminho; outros disseram que melhor seria descobrirem ao longo da terra, sabendo pouco e pouco o que nela ia, e assim suas rótas e conhecenças, e cada província de que gente era, para verdadeiramente saberem o

Porllogo

Principio Do esmeralldo Dessito orbis
Feito e Composto por Duarte Pacheco Caua
leiro da Caza del Rey Dom Joaõ o segun
do de portugal, que Deos tem Deregido a ho
muyto alto poderoso Principe e serenissimo
Senhor o Senhor Rey Dom Manuel nosso Se
nhor ho primeiro deste nome que Reynou
Em Portugal

Muyto alto Poderoso Principe, e serenissimo Se
nhor, nom no poderemos escuzar de cayr em Reprem
sam sea notabel fama dos excilentes baroees e
muito antiguos antecessores dina de prepetua Len
brança por esquecimento deixarmos passar que a
nossa memória nom seja Redozida, porque Sen
do Sabidos seus grandes feitos tanto mais se a
cresenta a gloria de vosso nome quanto em vo
ssas esclarecidas obras vossa alteza os preçede.
E por quanto os antigos esCritores de Cujas obras
Recebémos doutrina tratarom do descobrimento
da Redondeza da terra, e do mar em que teberom
desuairados oupinios e ho presente tempo Com
tem em sy esta materia, portanto vosa alteza
sabera que marquo estrabam o capadoçio muito
antiguo autor e de grande autoridade que sy, no

Do manuscrito da Biblioteca de Évora

Prologo

Principio Do esmeralldo Dessito Orbis, Feito e composto
por Duarte Pacheco caualeiro da Caza del Rey Dom Joaõ o segundo y/
de portugal, que Deos tem Deregido a ho muyto alto poderoso
Principe e serenissimo Senhor o Senhor Rey Dom Manuel nosso
Senhor ho primeiro deste nome que Reynou em Portugal.

Muyto alto Poderoso Principe, e serenissimo Senhor, nom no po-
deremos escusar de cayr em Reprensam sea notabel fama dos ex m/
cilentes baroees e muito antiguos antecesores dina de prepetua
Lenbrança por esquecimento deixarmos passar que a nossa memor-
ria nom seja Redozida, porque sendo sabidos seus grandes feitos
tanto mais se acrescenta a gloria de vosso nome quanto em vossas
esclarecidas obras vossa altesa os precede. E por quanto os antigos
escritores de cujas obras Recebemos doutrina tratarom do descobri-
mento da Redondeza da terra, e do mar em que teberom desuairados e/
/ou opinios e ho presente tempo com tem em sy esta materia, por tan-
to Vosa altesa sabera que Marquo estrabam o capadocio muito anti-
guo autor, e de grande authoridade que sy no meo do seu primero
Liuro da Cosmografia diz „ Asaz sera para nos se as maes Longu-
oras tallhando aquellas soomente escrebemos daquelles que see sabe-
que çam ha Ethiopia contam alguns dizem que Menalauo pes Cales c/
rrodeando troiua seu Curso atee Regiam da India/ha ho caminho e/
ho tempo Logo tan, quando se dia em homeero com nacer vim no d/
oytabo anno„ outros pello Istimo per antre anbas as terras do
sino arabico/ Guayo plinio Senador de Roma excilente autor no c/9/
seu segundo Liuro da natural istoria Capitolo sasenta e nobe diz

Do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa

logar em que estavam, por onde podiam ser certos da terra que iam buscar, porque de outra guisa não podiam saber a região em que estavam; e a mim me parece que a segunda opinião foi mais certa, e assim se fêz».

Falando dos «tempos passados», êle evoca naturalmente as lembranças da sua mocidade ([83]). São estas opiniões, discutidas entre os letrados de Portugal, que devem ter provocado a consulta a Paulo Toscanelli e a carta dêste ao cónego Fernão Martins de Roriz, de junho de 1474 ([84]). O plano de Toscanelli não foi adoptado. Decidiu-se continuar a procurar, ao longo da costa africana, o caminho da Índia, que foi sempre o objectivo dos descobrimentos portugueses, como confirma aquele passo do *Esmeraldo*. Ao autor parece que esta opinião foi *mais certa*. E assim o experimentou Colombo, que, tendo-se lançado a executar o projecto toscaneliano, encontrou a América, julgando ter atingido as praias orientais da Ásia; e nesta convicção se conservou até à sua morte em 1506, procurando em vão passagem para a Índia. Os portugueses, nas suas pesquisas para ocidente no Atlântico, procuravam novas terras que julgavam interpostas ao caminho da Índia por aquele lado.

No ano de 1509 fêz Duarte Pacheco uma das suas proezas. Mandado, com algumas velas, em perseguição do corsário francês Mondragon, encontrou-o no cabo de Finisterra em 18 de janeiro, travando com êle crua batalha. Meteu-lhe uma das naus no fundo e trouxe-o prêso para Lisboa com as três naus restantes ([85]).

([83]) Do que fica dito na nota (74), resulta que, dêste capítulo do terceiro livro, apenas se póde afirmar que foi escrito depois de 1506 e antes de 1521. Do que o autor do *Esmeraldo* diz no final do prólogo do segundo livro, contando a tomada de Arzila em 24 de agosto de 1471, com grande mortandade de mouros, e conseqüente ocupação de Tânger, logo por êles abandonada por mêdo, e acrescentando «as quais cousas tôdas vimos», parece poder concluir-se que Pacheco esteve na tomada de Arzila. Como êle depois informa no prólogo do terceiro livro, nesta tomada foi feito cavaleiro D. João II, então príncipe, apenas com 16 anos. Os dois deviam ser aproximadamente da mesma idade.

([84]) Altolaguirre, no livro já citado *Cristobal Colón y Pablo del Pozzo Toscanelli*, Madrid, 1903, chega à conclusão de ser autêntica a correspondência de Toscanelli com o cónego português Fernão Martins, e apócrifa a correspondência do sábio florentino com Colombo. Carlos Malheiro Dias, que desconhecia o livro de Altolaguirre quando escreveu a Introducção desta obra, chega a resultado análogo (vejam-se atrás as págs. XCI, XCII). O facto, dos dois ilustres escritores terem sido levados independentemente à mesma conclusão, é sintoma seguro de se achar afinal a verdade entre as duas opiniões extrêmas, a que considera autêntica tôda a correspondência atribuída a Toscanelli, e a de Vignaud, que a julga tôda forjada. Hoje póde ter-se como provada a existência de um cónego Fernão Martins de Roriz, com quem Toscanelli conviveu em Roma. Roriz é nome de três freguesias portuguesas, como se póde ver na *Corografia portuguesa* do P.e A. Carvalho da Costa, tômo I: uma no concelho de Barcelos, outra no de Santo Tirso e outra no concelho de Chaves. O cónego Fernão Martins de Roriz devia ser um parente de D. Antão Martins de Chaves, que foi cónego de Lisboa, deão de Évora, bispo do Pôrto e embaixador, por parte do rei D. Duarte, ao Concílio de Basilêa (veja-se D. Manuel Caetano de Sousa, *Catalogo dos Sumos Pontifices e Cardeaes portugueses*, págs. 16-17, in *Collecçam dos documentos e memorias da Academia R. da Historia Portuguesa*, 1725, n.º XXXIII). Em 1437 foi êste bispo português a Constantinopla com o cardeal Nicolau de Cusa, na embaixada que tinha por fim resolver o imperador João Paleólogo a vir ao Concílio de Ferrara *(Raccolta Colombiana*, parte V, vol. I, págs. 255 e 264). Feito cardeal pelo papa Eugénio IV em 1439, dotou no ano seguinte, e transferiu para o local onde hoje está, o Hospício de Santo António dos Portugueses, conservando-se em Roma até à sua morte, em julho de 1447. Jaz sepultado na Basílica de S. João de Latrão. Acompanhou esta importante personagem, naturalmente como seu secretário, um parente mais novo, Fernão Martins de Roriz. Eram decerto oriundos ambos de Roriz, junto de Chaves. A Fernão Martins era fácil continuar vivendo em Roma, residindo no Hospício dos Portugueses, que o falecido cardeal, bispo do Pôrto, reformara e dotara, e aí conservaria as amizades que lhe provinham do seu ilustre parente, como a do cardeal de Cusa. Assinam, como testemunhas, o testamento dêste cardeal, feito em 6 de agosto de 1464, cinco dias antes da sua morte, Paulo Toscanelli e Fernão de Roriz, cónego de Lisboa. Na Biblioteca de Munich existe uma obra de que é autor o mesmo cardeal de Cusa, intitulada *Tetralogus de non aliud*, cujo assunto é o exame do método filosófico que deve seguir-se para chegar ao conhecimento da verdade divina, transcendental; são interlocutores Joannes Andrea Vigerius, Petrus Balbus Pizanus e *Ferdinando Martin Portugaliensi natione*. Os dois primeiros são personalidades reais conhecidas. O terceiro, Fernão Martins, português, que discute assuntos teológicos, deve identificar-se com o cónego Fernão de Roriz, que assina, juntamente com Paulo Toscanelli, o testamento do autor da obra, e é êle próprio o destinatário da carta do florentino em 1474: «Ferdinando Martini canonico ulixiponensi Paulus phisicus salutem». O professor Hermann Wagner, na sua bem deduzida crítica contra as opiniões de Vignaud (H. Wagner, *Henry Vignaud, La lettre et la carte de Toscanelli, Paris, 1901*, in *Goettingischen gelehrten Anzeigen*, 1902, Nr. 2) entende que uma das melhores provas da autenticidade da epístola de Toscanelli a F. Martins é o mapa que a acompanhava, o qual se póde reconstituir com suficiente exactidão pelas referências epistolares e por documentos cartográficos da época. A sobriedade das referências à projecção adoptada no mapa revelam a linguagem precisa do sábio, o qual, pela primeira vez, aplica o sistema da projecção cilíndrica rectangular, de Marino, a uma carta de marear. Na sua reconstrução dêste mapa, Wagner toma, por justos motivos, o módulo de 66 milhas e dois terços para o grau do círculo máximo terrestre. Ora êste módulo, de origem árabe, esteve em uso em Portugal, como já atrás notamos (pág. 238-239), e é portanto razoável supôr-se que isso fôra comunicado pelo cónego Martins a Toscanelli, nas suas conversas. O passo, acima transcrito, do *Esmeraldo* refere-se às discussões havidas em Portugal sôbre os dois caminhos para a India, de que resultou a consulta de F. Martins ao sábio florentino, e a resposta dêste. Carta e mapa não convenceram os letrados portugueses, mas foram o incentivo que levou Colombo à descoberta da América, resultado não previsto no projecto toscaneliano.

([85]) Damião de Goes, *Chronica del Rei D. Manuel*, parte II, cap. XLII.

Dois anos depois foi capitão da armada que D. Manuel mandou ao estreito em socorro da cidade de Tânger, quando o rei de Fez a cercou em 1511 ([86]).

Como prémio de tão assinalados serviços foi-lhe dado, em 1519 ([87]), o lugar de capitão e governador da cidade de S. Jorge da Mina, cargo que desempenhou até 1522, em que foi substituido pelo filho de Afonso de Albuquerque, nomeado por alvará de D. João III, de 4 de julho dêste ano.

Começam então para êle os tempos de adversa fortuna. Perseguido pela inveja, caluniado, embora se reconhecesse serem falsas as culpas que lhe imputavam, arrastou anos de grande pobreza até o de 1533, em que morreu. No último canto dos *Lusíadas*, a Ninfa que, em catorze estâncias seguidas celebra os heróicos feitos do Aquiles Lusitano na Índia, por fim,

> Cantando em baixa voz, envolta em chôro,
> O grande esfôrço mal agradecido,

lamenta o galardão injusto e duro, de virem a

> Morrer nos hospitais, em pobres leitos,
> Os que ao Rei e à lei servem de muro.

Pedro de Andrade Caminha, nas suas *Poesias* ([88]), dedica-lhe um epitáfio:

AO GRANDE DUARTE PACHECO

> A Índia é testemunha das vitórias
> De **Duarte Pacheco** milagrosas.
> Portugal o será das poucas glórias
> Que lhe deu por suas obras gloriosas.
>
> Todo mundo das claras suas histórias
> Louvadas, e invejadas, e famosas.
> O justo Céo de su'Alma limpa e pura;
> De seu corpo esta pobre sepultura.

CONCLUSÃO

CONSIDEREMOS agora como êste homem superior, dotado de extraordinária resistência física, largas faculdades intelectuais, uma fôrça de vontade e coragem indomáveis, dispendeu as suas energias numa actividade e labor constantes, ora manejando o astrolábio e desenhando mapas, ora brandindo a espada e dirigindo o fogo da artilharia, ora no remanso do gabinete, estudando, escrevendo e ornando de iluminuras o seu roteiro africano, cheio de valiosas informações. O rei D. João II, a quem porventura, em sua adolescência, acompanhou à tomada de Arzila, manda-o a reconhecer o interior das costas da Guiné, onde passou anos de trabalho e doenças, e depois, em 1494, às importantes negociações de Tordesillas. No ano seguinte, quando êste rei faleceu, não se tinha procedido à demarcação do meridiano divisório nem se acordara ainda na maneira de a fazer, mas tinha de proceder-se a ela, desde que alguma das partes contratantes acusasse o encontro de terra presumívelmente situada nesse

([86]) Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII*, vol. I, pág. 238.

([87]) No Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo existem documentos pa[illegible]ados por Duarte Pache[illegible] qualidade de governador de S. Jorge da Mina, com data de 20 de novembro, e 1, 10 e 13 de dezembro de 1519, de que vimos cópia, que nos forneceu o digno Director, Snr. Dr. António Baião (*Corpo cronológico*, Parte 2.ª, maço 85, n.º 200, e maço 86, n.os 30, 80 e 88).

([88]) *Poesias* de Pedro de Andrade Caminha, publicadas pela Academia das Sciências de Lisboa, 1791, pág. 265.

DUARTE PACHECO PEREIRA

meridiano. Em 1498 Colombo parte de Santiago de Cabo Verde no rumo de sudoeste a verificar a opinião de D. João II, «que dizia que ao sul havia terra firme», e, navegando depois para o poente, chegou ao continente sul-americano em águas castelhanas. Nesse ano também D. Manuel manda Duarte Pacheco a reconhecer a mesma terra firme, por causa da qual D. João II «teve diferenças com os Reis Católicos». A essa terra, necessária para segurança do caminho marítimo da Índia, e conveniente por poder servir de escala, foi Duarte Pacheco em prudente viagem clandestina. Neste tempo, decorridos já 27 anos depois que os portugueses tinham ultrapassado o eqüador, a carta de marear usada devia ser já em projecção plana quadrada ([89]) com graus de latitude e de longitude em igual dimensão. Estavam desenhadas as ilhas de Cabo Verde com o litoral africano na carta que levava, da qual deve ser uma parte o mapa destas ilhas que juntou ao Cap. 28 do primeiro livro do *Esmeraldo*. Navegando nas regiões eqüatoriais, onde os erros da carta plana são muito atenuados, pôde marcar nela com bastante exactidão a costa visitada, e de lá voltou informando D. Manuel da sua situação bem ao abrigo das estipulações do tratado de Tordesillas. Em 1500 a esquadra de Cabral, guiada por êle, passa nas Canárias e ilhas de Cabo Verde sem se deter (Vasco da Gama, em 1497, demorara uma semaná na ilha de Santiago a tomar carne, água e lenha e correger as velas dos navios ([90])), e segue nos rumos de oeste com manifesto propósito de atingir uma costa de antemão conhecida; faz-se então a descoberta oficial do Brasil, que o monarca português comunica para Castela, dizendo parecer-lhe que «nosso Senhor *milagrosamente*» quis que se achasse terra tam «conveniente e necessária para a navegação da Índia», pois nela se poderam concertar os navios e tomar água.

No ano de 1503 vai Duarte Pacheco na armada dos Albuquerques, e deixado depois em defesa do rei de Cochim, aliado de Portugal, causam assombro as suas constantes vitórias sôbre o poderoso rei de Calecut. Em Lisboa é consagrado publicamente numa solenidade religiosa caminhando a par de D. Manuel, desde a Sé até S. Domingos. Revestido da sua armadura, sôbre que descia o leve manto pendente dos ombros, empunhava na dextra a espada invencível que firmara o império português no Oriente; com a longa barba, onde já alvejavam as cans, o forte nariz aquilino, os olhos grandes castanhos, tam fácilmente inflamáveis em cóleras tremendas, infundia respeitoso acatamento a sua nobre figura, resplandecente de energia e pundonorosa altivez ([91]). Logo o rei manda comunicar os seus grandes feitos ao Papa e a muitos reis da Cristandade, não sendo por fim de estranhar que, ao cabo de tanta glória, procurem feri-lo as calúnias da inveja, a ponto de êle se queixar expressamente dos *murmuradores, mordedores e maldizentes* que são «prasmadores do bem feito e nenhuma cousa boa sabem fazer» ([92]). Neste ano de 1505 é encarregado de escrever o roteiro das costas africana e asiática. Era então já bem patente a importância do continente a que aportara Cabral, onde era achado «muito e fino brasil com outras muitas coisas de que os navios nestes reinos vêm grandemente carregados». E' bem compreensível que, tendo a pêna na mão e tratando de assunto para que invocava a experiência, «que é madre das cousas, nos desengana e de tôda a dúvida nos tira», êle, lembrando a sua própria experiência, não resistisse a revelar, em palavras discretas que restabelecem a verdade, êsse seu importante serviço, a viagem de 1498, que determinou a derrota seguida pela frota de Álvares Cabral no Atlântico do sul.

No Cap. 2.º do primeiro livro tenta êle elevar-se ao conceito geral da distribuição da terra e do mar por todo o orbe, socorrendo-se de alguns passos da Bíblia para completar a experiência das navegações feitas até ao tempo em que escreve. Tendo os portugueses mostrado que o Oceano Índico comunicava livremente com o Atlântico, não sendo portando um mar fechado, uma grande lagôa, como Ptolomeu julgava, Duarte Pacheco concebe uma lagôa maior, formada pelos dois Oceanos. A costa da América que se estende ao norte até 70 graus de latitude, e ao sul até 28 graus e meio, pensa êle que

o···o···o···o···o···o···o

([89]) Veja-se atrás o Cap. II, pág. 92.

([90]) *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497*, Lisboa, 1861, págs. 2-3.

([91]) Que êle «sôbre ser muito bom cavaleiro era demasiadamente colérico e agastado», diz-nos Goes *(Chrónica de D. Manoel*, Cap. 85 da Parte I). Quando escreviamos as linhas do texto lembrava-nos o retrato de Duarte Pacheco, que agora se reproduz na Estampa junta, e que tinhamos visto no Pôrto em casa do Ex.mo Snr. João Fernando Pacheco Pereira, seu descendente e actual representante. E' pintado em tela, devendo ser cópia de quadro mais antigo na posse da familia. A inscrição que se lê num lado do retrato, rememorando as vitórias de Cochim e a honra que lhe fêz D. Manuel em Lisboa, tem tôda a aparência de acrescentamento posterior. Uma feição nos impressionou sobretudo na pintura — os olhos — pela semelhança que notamos logo com os de alguns descendentes, que se vêem noutros quadros da mesma sala, e até com os de um filhinho do dono da casa: «os olhos dos Pachecos», explica-nos o pai. Aqui lhe agradecemos, com vivo reconhecimento, a gentileza com que permitiu e facilitou a reprodução do retrato do seu ilustre antepassado.

([92]) *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, 1905, Cap. 9.º do segundo livro, pág. 122.

se prolonga ainda muito mais nos dois sentidos e «vai em circuito por tôda a redondeza», cercando o mar: «ora como assim seja que esta terra d'além é tam grande e desta parte d'aquém temos Europa, África e Ásia, manifesto é que o mar Oceano é metido no meio destas duas terras e fica médio-terrano; pelo qual podemos dizer que o mar Oceano não cerca a terra como os filósofos disseram, mas antes a terra deve cercar o mar, pois jaz dentro na sua concavidade e centro; pelo qual conclúo que o mar Oceano não é outra cousa senão uma muito grande alagôa metida dentro na concavidade da terra...» (93). Esta era pois a feição característica do mapa-mundi por êle pintado adiante e junto ao Cap. 5.º (94). Não deve surpreender-nos esta concepção, antes a devemos ter por bem natural, visto que a experiência de então a não contradizia, pois foi só em 1511, depois da tomada de Malaca, que os portugueses, continuando as navegações para oriente, entraram com António de Abreu no mar Pacífico, e só em 1519 Magalhães partiu para a memorável viagem em que atravessou aquele grande Oceano. A margem ocidental dessa muito grande lagôa era formada pela parte do mundo desconhecida de Pompónio Mela e dos outros antigos cosmógrafos, os quais «na quarta parte que Vossa Alteza mandou descobrir, além do Oceano, por a êles ser incógnita, cousa alguma não falaram», como êle diz, dirigindo-se a D. Manuel (95). Falando pois desta nova costa ocidental, apoia-se na experiência, «madre das cousas». Como já notámos quando êle diz—*temos sabido e visto*—, devem nesta expressão distinguir-se duas partes: o que êle soube por informações, e o que êle próprio observou, pois se lhe não pode atribuir um conhecimento directo de tôda a costa americana de norte a sul, com as «muitas e grandes ilhas adjacentes a ela» (96). A primeira parte, *temos sabido,* compreende os seus conhecimentos provenientes principalmente de narrativas das viagens de descoberta ao norte do eqüador, entre as quais se devem contar as viagens dos Côrte-Reais, e as de Colombo e dos navegadores castelhanos. A segunda parte, *e [temos] visto,* refere-se à sua própria experiência, que começou desde que o rei o mandou, em 1498, descobrir ao ocidente: «e portanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto—como (quando) no terceiro ano de vosso reinado do ano de nosso Senhor de 1498, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano....». Ninguém mais competente para o desempenho desta missão do que Duarte Pacheco, que fôra mandado à conferência de Tordesillas e tam bem conhecia a sciência náutica, tendo longos anos percorrido os mares eqüatoriais; foi êle quem deu às regras do astrolábio a sua fórma mais perfeita (97) e quem, no seu tempo, avaliou com maior exactidão a grandeza do grau terrestre. ¿Teria algum português, antes dêle, avistado as praias do Brasil? Dizendo D. João II «que ao austro havia terra firme», por causa da qual tivera diferenças com os Reis Católicos como testemunha Colombo, é de presumir que tal afirmação não seria feita por simples suspeita, mas por informação de navegador que passou naquelas paragens. Mas esta viagem de 1498 tinha por fim a procura de terras e o reconhecimento da sua situação bem a dentro do meridiano divisório, que não estava ainda marcado, para depois se tomar posse delas tranquilamente, sem possibilidade de questões com Castela. Tratava-se já de trazer à civilização aquelas regiões ocidentais, incluindo-as no domínio português.

Duarte Pacheco Pereira, que dedicou tôdas as suas fortes energias a bem servir a pátria portuguesa, com seu braço valoroso, pronta inteligência e grande saber, navegador e guerreiro, nunca levado de baixas cobiças, tendo oferecido tantas vezes a vida em combates do maior risco, para sofrer na velhice as amarguras de um ingrato esquecimento, merece a justa consagração das suas virtudes e

(93) *Ibidem,* Cap. 2.º do primeiro livro, pág. 24.

(94) «Posemos aqui pintado um mapa-mundi» *(Ibidem,* Cap. 5.º do livro primeiro, pág. 30). Seria de grande interêsse ver como neste mapa estavam separadas as quatro partes do mundo. Seguindo os geógrafos antigos, adopta para linha divisória da Asia e da Africa o Nilo, e como põe as nascentes dêste rio muito para o sul, prolonga aquela linha até ao Cabo da Boa Esperança: «Neste promontório [da Boa Esperança] faz Africa fim da parte do mar Oceano, e por aqui se divide de Asia, e dêste lugar correndo por cima da terra direitamente ao norte segundo o que o Nilo corre por meio dos Etiópios Trogouditas até vir ter em Demiata no mar do Egipto......... segundo se poderá ver na pintura do mapa-mundi e táboa geral que adiante do dito quinto capítulo está» (Cap. 7.º do terceiro livro do *Esmeraldo).* Assim, o que hoje chamamos costa oriental africana fazia parte da costa da Asia. A grande curiosidade do mapa seria o modo como estava delineada a nova quarta parte em face da costa asiática, que êle prolonga no extrêmo oriente pela «grande província e região de Catay, que antigamente Cithia se chamava, até vir acabar no mar que da parte do setentrião se ajunta com Noruega» (Cap. 5.º do primeiro livro).

(95) *Esmeraldo de situ orbis,* Lisboa, 1905, Cap. 3.º do primeiro livro, pág. 25.

(96) Êle próprio acentúa o diferente sentido dos dois verbos na seqüência do capítulo; logo adiante diz: «não foi *visto, nem sabido* o fim e cabo dela», e depois: «primeiro muitos anos que esta costa fôsse *sabida nem descoberta (Ibidem,* Cap. 2.º do livro primeiro, págs. 23 e 24).

(97) Veja-se atrás o Cap. II, pág. 57.

altos feitos. Mandado a descobrir no terceiro ano do reinado de D. Manuel, lá foi, antes de Cabral, através do Atlântico, em busca das terras do sul e do ocidente. Medindo a altura do sol pela medeclina do astrolábio ou pelo fio do quadrante, atento aos rumos da bússola, fazendo correr o par de compassos pela carta plana de marear, para traçar cuidadosamente a róta do navio, desde o ponto do continente africano ou da ilha de Cabo Verde em que iniciou a viagem, assim foi navegando até ao deslumbramento da aparição da costa procurada. Nesse ano Duarte Pacheco praticou o primeiro acto de evocação e chamamento à vida da grande nação que Portugal criou e a cujo desenvolvimento prestou todo o seu disvelo, até que, chegada à sua maioridade, ela proclamou naturalmente a sua independência. E nesta hora em que a nação brasileira conta o primeiro século da sua soberania, volvidos 424 anos depois que um tam preclaro Lusíada foi enviado em demanda das suas praias, para ela se dirigem, através do Atlântico, todos os afectos dos corações portugueses, a desejar-lhe séculos futuros de prosperidade e glória!

APÊNDICE AO CAPÍTULO IV

Carta patente dos Reis Católicos, dada em Madrid a 7 de maio de 1495, a qual constitui um complemento ao tratado de Tordesillas, de 7 de junho de 1494, com três determinações: primeira, que, antes da partida das caravelas para a demarcação do meridiano divisório, se reünam dentro do mês de setembro seguinte, num ponto da fronteira dos seus reinos e do de Portugal, os astrónomos, pilotos, marinheiros e mais pessoas por êles nomeados e pelo rei português, para assentarem na maneira de estabelecer o meridiano à distância de 370 léguas, a qual será aprovada pelos monarcas de Castela e Portugal; segunda, que se esperará a descoberta, por alguma das duas Partes contratantes, de ilha ou terra que pareça situada na linha divisória, e mandando a Parte que tal achar requerer da outra que se vá proceder à demarcação, assim se procederá dentro de dez meses, contados da data do requerimento, e no caso de se verificar que não está na linha a região achada, far-se-há a declaração da distância a que dela jaz, e nunca deixará de fazer-se declaração semelhante em qualquer ilha ou terra encontrada nas suas proximidades; terceira, que, em tôdas as cartas de marear, desenhadas nos reinos e senhorios dos Reis Católicos, se traçará, sob graves pênas, o meridiano da repartição do mar Oceano a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, para que os súbditos castelhanos e os portugueses saibam bem por onde poderão ir a navegar e descobrir [98]:

«Don Fernando, e Dona Izabel por la Gracia de Dios Rey, e Reyna de Castilla, de Leon, de Aragon, de Secilia, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galisia, de Mallorca, de Cevilla, de Sardeña, de Cordova, de Corsega, de Murcia, de Iahen, del Algarbe, de Algesira, de Gibraltar, de las Islas de Canarias, Conde e Condesa de Barcelona, e Señores de Viscaya, e de Molina, Duque de Athenas e de Neopatria, Marques de Oristan, e de Gociano. Porquanto en la Capitulacion, e Asiento, que se hiso entre nos y el Serenissimo Rey de Portugal, e de los Algarbes de Aquende, e de Alende el Mar en Africa, e Señor de Guinea nuestro muy caro, e muy amado Hermano, sobre la particion del Mar Oceano fue asentado, e Capitulado entre outras cousas que desde el dia de la fecha de la dicha Capitulacion fasta diez meses primeros Seguientes ayan de ser en la isla de la gran Canaria [99] Astrologos, Pilotos, e Marineros, e Personas que nós, y el, acordaremos tantos de la una parte como de la outra para yr a haser e senalar la liña de la particion del dicho Mar ha de ser a trecientas e setenta leguas de las Islas del Cabo Verde a la parte del Poniente por lina dereicha del Polo Artico al Polo Antartico que es de Norte ha Sul en que somos concordados en la particion del dicho Mar por la dicha Capitulacion segundo mas largamente en ella es convenido... considerando como la liña de la dicha particion se puede mejor haser, e sertificar por las dichas trezientas, e setenta leguas, e tiendo primeiramente acordado, e asentado por los dichos Astrologos, Pilotos, e Marineros, e Personas antes de la yda de las dichas Caravelas la forma, e ordem que en el demarcar, e senalar de la dicha liña se aya de tener, e asi por se escusar debates, e diferencias que sobre ellas, e entre las Personas que asi fuerem poderan acontecer, si despues de serem partidos lo quisesen alla de ordenar, e viendo asy mismo que yendo las dichas Caravelas, e Personas antes de se saber ser allada Isla o Terra en cada una de las dichas partes del dicho mar a que luego ordenadamente ayan de yr nada poren se [100] haria. Portanto para que todo se mejor pueda haser, con declaracion, e sertificacion de anbas las partes avemos por bien, e por esta prezente Carta nos plaze que los dichos Astrologos, Pilotos, e Marineros e Personas en que nós acordaremos con el dicho Rey nuestro Hermano tantas de la huna parte como de la otra, e que razonablemente para esto puedan bastar se ayan de juntar, e junten en alguna parte de la Frontera destos nuestros Reynos e del dicho Reyno de Portugal los quales ayan de Consultar, acordar, e tomar asiento dentro de todo el mez de Setiembre primero que verná deste año de la feicha desta Carta la manera en que la liña de la particion del dicho Mar se ay de haser por dichas trezientas e setenta leguas en rota direicha al Poniente de las dichas Islas del Cabo Verde del Polo Artico al Polo Antartico que es de Norte a Sul como en la dicha Capitulacion es contenido, y aquello en que se concordaren siendo todos conformes, e fuere asentado, e Senalado por ellos se aprovará, e confermará por nós, y por el dicho Rey nuestro Hermano por nuestras Cartas Patentes, y si antes o despues que fuere tomado el dicho asiento por los dichos Astrologos, Pilotos, e Marineros que asi fueren nonbrados, yendo a cada huna de las partes por la parte del dicho mar que pueden yr segundo lo contenydo en la dicha Capitulacion, esguardandose en ello lo que en ella se contiene, fuere hallado, e se hallare Isla o Terra que paresca a qualquier de las partes ser en parte donde se pueda haser la dicha liña segundo la forma de la dicha

---

[98] O Visconde de Santarém termina o tômo I do *Quadro elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal* (Paris, 1842, pág. 394) por uma referência a êste documento (precisamente indicado na nota 763, «Archivo Real da Torre do Tombo, Gav. 10, maç. 5, n. 4»), que diz: «Nesta data (An. 1495 Maio 1) escreve El-Rei D. Fernando de Castela ao Senhor Rei D. João II, sobre a demarcação dos mares das duas corôas». Trata-se, porém, de uma Carta patente, e há engano no dia da data, 1 de maio, em vez de 7. No tômo II do mesmo *Quadro elementar* (Paris, 1842, págs. 394, 395) faz um «Resumo da Carta patente d'El-Rei D. Fernando e da Rainha D. Isabel, prorogando o prazo determinado para a partida das caravelas», tendo indicado a data exacta da Carta (An. 1495 maio 7) na margem da pág. 391. Nêste resumo diz-se que, antes de se ir proceder à demarcação, se hão de reünir astrónomos e pilotos de ambas as Partes num lugar da fronteira das duas monarquias, dentro do mês de setembro imediato, para resolverem o modo de marcar a linha divisória; e que o prazo dos dez meses, que devia contar-se desde a data da convenção de Tordesillas, passará a contar-se da data da Carta patente. Não se faz referência ao anterior documento da Torre do Tombo, citando-se apenas o manuscrito n.º 10:245 da Biblioteca Real de Paris (nota n.º 45). Ora o prazo dos dez meses passava a contar-se desde a data do requerimento para a demarcação, feita pela Parte que encontrasse terra no meridiano divisório. Em *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, pág. 90, vêm esta indicação: «Carta dos reis D. Fernando e D. Isabel de Castela, para que os astrónomos, pilotos e pessoas incumbidas de traçar a linha de demarcação para as navegações e conquistas d'aquele reino e do de Portugal, em virtude do tratado de Tordesillas, se reünam num ponto da raia; e relatando várias determinações a êste respeito. Madrid, 7 de maio de 1495». Esta incompleta notícia levou-nos a pedir ao digno Director do Arquivo Nacional cópia integral do documento. O Senhor Dr. António Baião satisfez, com uma prontidão e solicitude que muito agradecemos, o nosso pedido, dando-nos também informação sobre o estado em que actualmente se encontra o original: a primeira página está muito deteriorada; mas existem, apensas ao documento, duas cópias, uma feita em 1773, e a outra em 1818. O texto que publicamos é o do documento original, completado por estas cópias nos pontos em que está ilegível. Achamos conveniente a publicação na íntegra desta Carta, passada com acôrdo prévio de D. João II, como resulta da sua leitura, a qual modifica em parte e completa o tratado de Tordesillas e mostra quanto os Reis Católicos insistiam pela demarcação dos domínios das duas coroas. Quando D. Manuel subiu ao trono, estava por fazer o acordo entre os astrónomos e pilotos das duas nações. Se da parte de Portugal se acusasse a descoberta de terra nas proximidades do meridiano divisório, surgiriam as questões relativas à demarcação, como depois sucedeu na Junta de Badajoz. A respeito da extensão do grau terrestre, que teria de considerar-se, já Ferrer, em 1495, dava opinião que representaria para Portugal uma perda de 70 léguas, como atrás vimos (pág. 238). O mais prudente era começar-se por viagens de reconhecimento, feitas em segrêdo.

[99] Parece-nos faltarem aqui palavras, talvez: *caravelas con*. Abaixo fala-se de «las dichas caravelas». Não se pode verificar no original, que está ilegível neste ponto, mas não tem isso inconveniente, pois aqui apenas se resumem as estipulações do tratado de 7 de junho de 1494, que podem lêr-se em *Alguns documentos*, págs. 75, 76.

[100] Na cópia de 1773 está: *na Aprence*. Conjecturamos que as palavras que estavam no original, e se não podem já lêr, seriam: *nada poren se*, como acima puzemos.

Capitulacion, e mandando requerer la huna parte a la otra, que manden senalar la liña susodicha seremos nós, y el dicho Rey nuestro Hermano obligados de mandar haser, e senalar la dicha liña segundo la orden del asiento que fuere tomado por los Astrologos, Pilotos, e Marineros e Personas susodichas que asi fueren nombrados dentro de diez mezes primeros contados del dia que qualquier de las partes rrequieran a la otra, y en caso que no sea en el medio de la dicha liña lo que assi se hallare, se hará declaracion quantas leguas ay dello a la dicha liña asy de nuestra parte como dela parte del dicho Serenissimo Rey nuestro Hermano, no dexando poren de en qualquer Isla o Terra que mas acerca de la dicha liña despues por el tiempo se hallare haser la dicha declaracion e por se haser lo que dicho es no se dexara de tener la manera susodicha hallando-se Isla o Terra debaxo de la dicha liña como dicho es e hasta el dicho tiempo de los dichos diez meses despues que la huna parte requerierem a la otra como dicho es, nos plaze por esta nuestra Carta prorrogar, e alargar la yda de las dichas Caravelas, e personas syn enbargo del termino que cerca dello en la dicha Capitulacion fue asentado, e capitulado, e bien asi nos plase, e avremos por bien, para mas notificacion, e declaracion de la particion del dicho Mar que entre nós, y el dicho Rey nuestro Hermano por la dicha Capitulacion es feicha, e para que nuestros subditos, e Naturales tenyan mas Informaão por donde de aqui adelante ayan de navegar, e descobrir, e asi los subditos, e naturales del dicho Rey nuestro Hermano, de mandar como de fecho mandaremos so graves penas que en todas las Cartas de marear que en nuestros Reynos, e Senorios se hisieren de aqui adelante los que obieren de yr por el dicho Mar Oceano se ponga la liña de la dicha particion figurando-se del dicho Polo Ártico al dicho Polo Antartico que es de Norte a Sul en el conpas de las dichas trezientas e setenta leguas de las dichas Islas del Cabo Verde por rota derecha a la parte del Poniente como dicho es de la forma que acordaren la medida della los dichos Astrologos, e Pilotos, e Marineros que asi se juntaren siendo todos conformes, e queremos, e otorgamos que esta presente Carta, y lo en ella contenido no perjudique en cosa alguna de las que son contenidas, e asentadas en la dicha Capitulacion, mas que todas, e cada huna dellas se cunplan, e guarde para todo siempre en todo, e por todo sin falta alguna asy, e tan enteiramente como en la dicha Capitulacion son asentados porquanto esta Carta mandamos asi faser solamente para que los dichos Astrologos, e personas se juntem e dentro del dicho tiempo tomen asiento de la ordem e manera en que la dicha demarcacion se aya de haser, e para prorrogar e alargar el tiempo de la yda de las dichas Caravellas, e personas fasta tanto que sea sabido ser hallada en cada huna de las dichas partes la dicha Isla o Tierra a que ayan de yr, e para mandar poner en las dichas Cartas de marear la liña de la dicha particion como todo mas conplidamente de suso es contenido lo qual todo que dicho es prometemos, e seguramos, por nuestra fe e palabra Real de Conplir, e guardar, e mantener syn arte ni cautela ni fingimento alguno, asy e atan enteramente como en ella es contenido, e por firmeza de todo lo que dicho es mandamos dar esta nuestra Carta firmada de nuestros nombres, e sellada com nuestro sello de plomo pendiente en filos de seda a colores dada en la nuestra Villa de Madrid a sete dias del mes de Mayo año del Nascimiento de Nuestro Señor Jesuchristo de mil e quatrocientos e noventa e cinco anos. Io El Rey. Io la Reyna.

Io Fernão Alvares de Toledo secretario de El Rey, e de la Reyna nuestros Senores la fez escrevier por seu mandado».

Registada. — Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Gaveta 10. Maço 5. Numero 4.

INDICE

INTRODUÇÃO

(PÁGS. I A CXXXI)

POR

C. MALHEIRO DIAS

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

(PÁGS. 3 A 25)

A ÉRA MANUELINA

POR

JÚLIO DANTAS

INDICE

CAPÍTULO II

(PÁGS. 29 A 104)

A ARTE DE NAVEGAR DOS PORTUGUESES

PELO

PROF. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

CAPÍTULO III

(PÁGS. 107 A 225)

OS FALSOS PRECURSORES DE ÁLVARES CABRAL

PELO

PROF. DUARTE LEITE

CAPÍTULO IV

(PÁGS. 231 A 262)

DUARTE PACHECO PEREIRA

PRECURSOR DE CABRAL

PELO

PROF. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

INDICE DAS GRAVURAS DO VOLUME I

INDICE DAS GRAVURAS DO VOLUME I

INDICE DAS GRAVURAS DO VOLUME I

ERRATAS E COMENTARIOS

Pág. I (linhas 18 e 19) onde se lê: «o descobrimento, reconhecimento e exploração da costa oriental da América Austral, até muito além do Rio da Prata, pelas armadas que navegaram para sudoeste, entre 1498 e 1504», deverá lêr-se: *o descobrimento, reconhecimento e exploração da costa oriental da América Austral, até ao Rio da Prata, pelas armadas que navegaram para sudoeste, entre 1498 e 1514;*

N. B. Os anos de 1501 a 1504 fixam na correspondência de Vespúcio o descobrimento de terras para além do Rio da Prata. As referências da *Lettera* e do *Mundus Novus* são, porém, tão vagas e suspeitas, que não se nos afigura possível sustentar as reivindicações baseadas nas fontes aludidas. E' mais prudente admitir que a latitude do estuário do Prata foi pela primeira vez atingida em 1514, por uma armada presumívelmente dirigida por João de Lisboa, o grande pilôto. Êste problema será amplamente debatido no II volume desta obra, nos capítulos dedicados às expedições de 1501 e 1503, narradas por Vespúcio, e à expedição de 1514, revelada pela narrativa da *Newen Zeitung aus Presillg Landt.*

Pág. V (linha 1) onde se lê: «No estado actual da profusa civilização humana parece impossível atribuir»... deverá lêr-se: *No estado actual da profusa civilização humana parece difícil atribuir.*

Pág. VI (linha 22) onde se lê: «History of Brasil», deverá lêr-se: *History of Brazil.*

Pág. XIV (linha 27) onde se lê: «Pero Escobar», deverá lêr-se: *Pero Escolar.*

Pág. XIV (na legenda do mapa) onde se lê: «Esbôço de uma parte do Atlântico, mostrando a costa ocidental de África e a ocidental do Brasil, indicando pôrto seguro», deverá lêr-se: *Esboço de uma parte do Atlântico, mostrando a costa ocidental de África e a costa do Brasil, indicando Pôrto Seguro.*

Pág. XV (linhas 1 a 4) onde se lê: «No maço 1.º de Leis, sem data, n.º 21, do Arquivo da Tôrre do Tombo existe, sim, um fragmento de instruções, mas começam na parte referente a Angediva. Se o excerto publicado por Varnhagen era autêntico, constituiria a parte anterior do manuscrito incompleto da Tôrre do Tombo»? deverá lêr-se: *No maço 1.º de Leis, sem data, n.º 21, do Arquivo da Tôrre do Tombo, existe o rascunho ou cópia das instruções políticas dadas a Cabral e que começam na parte referente a Angediva. O excerto publicado por Varnhagen reconheceu-se não passar das notas tomadas pelo secretário de Estado, Alcáçova Carneiro, ouvindo o parecer de Vasco da Gama como perito experimentado na viagem.*

N. B. O exame mais atento do documento da Tôrre do Tombo, considerado geralmente como um fragmento, mostra pela invocação habitual do início, *Jesus*, que constitui um todo independente, sem relação com as instruções própriamente náuticas.

Pág. *XX* (linha 10) onde se lê: «S. Vicente», deverá lêr-se: *S. Thiago.*

Pág. *XXI* (na legenda do mapa) onde se lê: «Journal of the first voyage of Vasco da Gama 1417-9», deverá lêr-se: *Journal of the first voyage of Vasco da Gama 1497-99.*

Pág. *XXIV* (linha 1) onde se lê: «visívelmente entrevista, deverá lêr-se: *logicamente entrevista.*

Pág. *XXIV* (linha 14) onde se lê: «carta de Pedro Álvares ao soberano», deverá lêr-se: *carta de Pedro Álvares escrita ao soberano.*

Pág. *XXVI* (linha 5 da nota 35) onde se lê: «baptizada de Cabo de Santa Maria de la Consolacion ou no Cabo de Santo Agostinho, segundo Capistrano, deverá lêr-se: *(baptizada de Cabo de Santa Maria de la Consolacion) ou no Cabo de Santo Agostinho, segundo Capistrano.*

ERRATAS E COMENTARIOS

Pág. *XXVI* (linha 6 da nota 35) onde se lê: «(ponta de Jarecoará», deverá lêr-se: *(ponta de Jaréracoára).*

Pág. *XXVII* (linha 18) onde se lê: «Papa Alexandre IV», deverá lêr-se: *Papa Alexandre VI.*

Pág. *XXVII* (linha 32) onde se lê: «linhas», deverá lêr-se: *ilhas.*

Pág. *XXVIII* (linhas 12 e 13) onde se lê: «na demarcação de Tordesilhas, que abrangia o Brasil,—onde aterrára Cabral, a caminho», deverá lêr-se: *da demarcação de Tordesilhas, que abrangia o Brasil—onde aterrára Cabral quando a caminho.*

Pág. *XXIX* (linha 42) onde se lê: «que Las Casas responde», deverá lêr-se: *que Las Casas alude.*

Pág. *XXXI* (linhas 6 e 7) onde se lê: «incluia, não só o litoral do Brasil, cujos grandiosos limites, de Norte a Sul, foram traçados por êsse meridiano, como também vastas regiões do hemisfério norte», deverá lêr-se: *inclui o litoral do Brasil, cujos grandiosos limites, de Norte a Sul, foram traçados por êsse meridiano.*

Pág. *XXXI* (linha 16) onde se lê: «29 de Julho de 1500», deverá lêr-se: *29 de Julho de 1501.*

N. B. A versão espanhola da carta de D. Manuel, conhecida através de Navarrete, tem a data de 29 de Julho de 1501. Na cópia coeva do texto original português da mesma carta, existente no arquivo de Veneza, aparece a data de 28 de Agosto de 1501. Harrisse tentou explicar a discordância aventando que 28 de Agosto é a data em que se extraíu a cópia. Supomos que a 29 de Julho ainda não teria regressado a Lisboa a naveta, mandada a Sofala sob o comando de Sancho de Tovar. Inclinamo-nos, assim, a crêr que a data verídica é a da cópia do arquivo de Veneza e que o êrro se introduziu na versão espanhola.

Pág. *XXXI* (na nota 40) onde se lê: «Essa demarcação era ainda o assunto, vinte e quatro anos depois do congresso cosmográfico de Badajoz e Elvas», deverá lêr-se: *Essa demarcação era ainda o assunto do Congresso cosmográfico de Badajoz e Elvas, vinto e quatro anos depois.*

Pág. *XXXII*, a legenda do mapa deverá ser substituída pela seguinte: *Fragmento do mapa de Bianco, de 1448, onde figura a «isola otinticha», aproximadamente na situação da extremidade mais oriental da costa do Brasil. Vide nota 37 da pág. XXXI.*

Pág. *XLVI* (linha 17) onde se lê: «com certos negros furtados», deverá lêr-se: *com certos negros que levava furtados.*

Pág. *XLVII* (linha 12) onde se lê: «Toscanelli and Colombres», deverá lêr-se: *Toscanelli and Columbus.*

Pág. *LI* (linha 7) onde se lê: «centum leneis versus occidentem», deverá lêr-se: *centum leucis versus occidentem.*

Pág. *LI* (linha 15) onde se lê: «Alexandre IV», deverá lêr-se: *Alexandre VI.*

Pág. *LI* (linha 28) *N. B.* Não deve ocultar-se que, logo depois do regresso da expedição de Colombo, D. João II mandou aparelhar uma esquadra sob o comando de D. Francisco de Almeida, que deveria ir reconhecer a situação das terras de onde regressava tam ufano o aventureiro genovês. Porém, os intentos de D. João II—que em Vale do Paraíso teve Colombo à sua mercê,—eram dictados pelos deveres de monarca, e não inspirados pelos sórdidos furores da inveja e do despeito, como se compraz a imaginar a fantasia romanesca de alguns historiadores.

Pelo Tratado de Medina del Campo (30 de Outubro de 1431) e mais especificadamente pelo Tratado de Alcaçovas (4 de Setembro de 1479) confirmado por Xisto IV, era reconhecido pertencer *in solidum* a Portugal o senhorio da Guiné com todos os mares, ilhas e litorais descobertos e a descobrir até à Índia.

D. João II encarou a hipótese de ficarem as terras de onde voltava Colombo dentro da área vaga e imensa que os Tratados atribuíam à Corôa com o beneplácito pontifício. Barros exara a suspeita na Década primeira da *Asia* [Livro III, Cap. XI]: ... «*e creio verdadeiramente que esta terra descuberta lhe pertencia, e assi lho davão a entender as pessoas do seu Conselho, principalmente aquellas que erão officiaes d'este mister da Geographia, por a pouca distancia que avia das ilhas terceiras a estas que descobrira Colom.*

Ruy de Pina (Cap. *LXVI*) transmitiu-nos, embora de modo sucinto, como as cousas então se passaram: ... «*perseguindo El Rey em sua memoria dêste cuidado e teendo sobr'isso primeiro conselho junto com Aldea Gavinho se foy a Torres Vedras, onde depois de Paschoa teve sobre o caso outros conselhos, em que foy detriminado que armasse contra aquellas partes como logo armou e grossamente; e da Armada fez Capitam Moor Dom Francisco d'Almeida, que sendo já prestes, chegou a El Rey hu chamado Ferreira, Messegeiro dos Reys de Castella que por serem certeficados do fundamento da dicta Armada, que era contra outra sua, que logo avia de tornar, lhe requereo que nella sobrestevesse atee se ver por dereito, em cujos mares e conquistas, o dicto descobrimento cabia. Pero o qual enviasse a elles seus embaixadores e Procuradores com todalas cousas que fezessem por seu titolo, e justiça, segundo a qual elles se justificariam, desistindo ou se concordando como razam, e dereito lhes parecesse. Polo qual El Rey desistio do enviar da dicta armada, e sob'risso ordenou logo por seus Embaixadores e Procuradores ao Doctor Pero Diaz e Ruy de Pyna...*»

Estas informações, acrescidas da narrativa feita pelo mesmo cronista e embaixador da entrevista do rei com Cristóvão Colombo em Vale do Paraíso, acima do mosteiro de Santa Maria das Virtudes, consentem-nos a visão de conjunto dos acontecimentos. Colombo arribou ao Restêlo no dia 6 de Março de 1493. Logo avisado, D. João II mandou-o ir à sua presença, mostrando-lhe sentimento «*por creer que o dicto descobrimento era feito dentro dos mares e termos do seu Senhorio*

ERRATAS E COMENTARIOS

de Guinee» e reivindicando logo, com a feição de energia que lhe era própria, os seus direitos às terras de onde êle vinha. Ao que parece depreender-se dos textos, Colombo excedeu-se na enfase com que enalteceu a sua façanha. Essa falta de continência, que lhe era peculiar, haveria de ser uma das causas da sua desventura posterior. Certo é que a atitude do genovês irritou a côrte e que logo houve quem sugerisse ao rei que se matasse o navegador a fim de, sumáriamente, se resolver o pleito com Castela sôbre as novas terras. Êste afan dos áulicos em eliminar Colombo foi mal recebido por D. João II, que «*nom soomente o defendeo, mas antes lhe fez honra e muita mercee e cõ ella o despedio*».

O que póde deduzir-se desta atitude é a dupla convicção do rei de que os navios de Colombo não haviam atingido a Índia, e que regressavam daquelas mal conhecidas ilhas do Ocidente, para além dos Açôres, que tantas vezes, desde o reinado de seu pai, haviam sido motivo de doações aos que se propunham ir descobri-las.

D. João II só reage, só aparelha uma esquadra, só intervem quando o Papa espanhol, pelo Breve de 3 de Maio, atribuíu à Espanha tôdas as ilhas e terra firme, descobertas e por descobrir, nas partes ocidentais do Atlântico.

Pág. *LIII* (linhas 24 e seguintes) O critério com que encaramos o descobrimento colombino não tem, sequer, o mérito da originalidade. Já na terceira década do século passado, Humboldt o enunciava com inexcedível clareza, antecipando-se aos historiadores nossos contemporâneos, que acabaram de desacreditar as especulações retóricas a que serviam de tema Colombo e a sua obra. «*Il est mort* (Colombo) *sans avoir connu ce qu'il avait atteint, dans la ferme persuasion que la côte de Veragua faisait partie du Cathai et de la province du Mango, que la grande ile de Cuba était une terre ferme du commencement des Indes, et que de là on pouvait parvenir en Espagne sans traverser les mers... L'amiral mourut fermement persuadé que s'il avait touché à un continent à Cuba, (au cap Alpha et Omega, cap du commencement et de la fin), à la côte de Paria et à celle de Veragua, ce continent faisait partie du grand empire du Khatai, c'est-à-dire de l'empire Mongol, de la Chine septentrionale... Les espérances de ce grand homme se fonderent alors, comme on sait, sur ce qu'il appela des raisons de cosmographie, sur le peu de distance qu'il y a des côtes occidentales d'Europe et d'Afrique, aux côtes du Cathay et de Cipango, sur des opinions d'Aristote et de Sénéque, comme sur quelques indices de terres situées vers louest, qu'on avait recueillis à Porto Santo, à Madère et aux iles Açores... L'amiral ne rétrécissait pas seulement l'Océan Atlantique et l'étendue de toutes les mers qui couvrent la surface du globe: il réduisait aussi les dimensions du globe même.* «El mundo es poco; digo que el mondo no es tan grande como dice el vulgo»: *le monde est peu de chose, écrit-il à la reine Isabelle, il est, je le certifie, moins grand que ne le croit le vulgaire*».

Os historiadores da eminência de Harrisse e de Vignaud pouco mais fizeram do que desenvolver até às últimas conseqüências os conceitos citados de Humboldt, aplicando-lhes os métodos de análise e as revelações contidas nos novos documentos que saíram desde então a lume nos cartórios, bibliotécas e arquivos.

Pág. *LIV* (na nota 51) onde se lê: «più sull'umo», deverá lêr-se: *più sull'uomo.*

Pág. *LIV* (nota 53, 2.ª linha) onde se lê: «Canerio (1502)», deverá lêr-se: *Canerio (1505?).*

N. B. A data da carta de Canerio foi fixada em 1502 ou 1503 pela suposição de que ela registava a 3.ª navegação de Vespúcio, primeira ao serviço de Portugal. Demonstraremos nos capítulos do Volume II dedicados à análise das expedições de 1501 e 1503 e das cartas de Cantino e de Canerio, que esta é posterior a 1502 e regista outras viagens que não as narradas por Vespúcio.

Pág. *LV* (linha 17) onde se lê: «os anos de 1500 a 1502 boreal e austral», deverá lêr-se: *os anos de 1500 a 1502 nos hemisférios boreal e austral.*

Pág. *LV* (na nota 54) onde se lê: «Les Corte Real et voyages au Nouveau Monde», deverá lêr-se: *Les Corte Real et leurs voyages au Nouveau Monde.*

Pág. *LVIII* (na cóta) onde se lê: «Reivindicação da prioridade portuguesa no descobrimento da América», deverá lêr-se: *Reivindicação da prioridade portuguesa no conhecimento da América.*

N. B. Esta distincção é fundamental na tese defendida na Introdução desta obra. Não existem provas documentais de onde possa inferir-se com segurança o descobrimento pre-colombino das terras ocidentais pelos portugueses, mas há numerosos indícios de que se sabia ou suspeitava em Portugal que para lá dos Açôres outras ilhas existiam. Foi na esteira dêsses indícios que navegou Colombo. A sua viagem integra-se no ciclo das explorações portuguesas do Atlântico ocidental. O que diferença a expedição de Colombo de outras expedições portuguesas que percorreram o oceano no mesmo rumo, é o facto de nunca terem os portugueses procurado a Índia pelo poente, como aconselhava Toscanelli. Indubitável nos parece que, sem terem sido os primeiros a descobrir as terras americanas, foram os portugueses os primeiros que tiveram a lúcida concepção de que elas constituíam um novo continente independente da Ásia. O oceano Pacífico, êsse mesmo, já está prefigurado no planisfério de Cantino.

Pág. *LVIII* (linha 35) onde se lê: «Pedro Escobar», deverá lêr-se: *Pedro Escolar.*

Pág. *LVIII* (na nota 61) onde se lê: «cosas maraviceosas», deverá lêr-se: *cosas maravillosas.*

Pág. *LXI* (linhas 2 a 4) onde se lê: «Póde duvidar-se de que, realmente, Colombo tenha escrito e recebido cartas

ERRATAS E COMENTARIOS

de Toscanelli, mas que Toscanelli haja escrito ao eclesiástico português a carta, revelada por Colombo, parece-nos uma interpretação temerária, arrojada», deverá lêr-se: *Póde duvidar-se de que, realmente, Colombo tenha escrito e recebido cartas de Toscanelli, mas negar que Toscanelli haja escrito ao eclesiástico português a carta revelada por Las Casas e por Fernando Colombo, parece-nos uma interpretação temerária e sem abôno em provas documentais.*

N. B. A *Introdução* sustenta, contra a opinião de Vignaud, a veracidade da correspondência de Toscanelli com o Cónego Fernão Martins de Roriz, muito embora repute apócrifa a posterior correspondência com Cristóvão Colombo, e só nesta última doutrina está de acôrdo com o sábio presidente da Sociedade dos Americanistas, de Paris.

Pág. *LXI* (na nota 77) onde se lê: «Jules Meos», deverá lêr-se: *Jules Mees.*

Pág. *LXII* (na linha 38) A referência à Junta dos Matemáticos não comporta a crença numa corporação com êsse título, infundadamente generalizada nos estudos históricos.

A Junta dos Matemáticos, no sentido de uma corporação consultiva, oficialmente constituída, parece, depois das investigações do Dr. Luciano Pereira da Silva, nunca ter existido. *Junta* conserva em nossas referências o significado restricto de *reünião*. E' natural que o soberano convocasse para determinadas consultas os matemáticos ou cosmógrafos de maior autoridade. A uma dessas *juntas* foi submetido o projecto de Colombo. Da referência, que a êsse tribunal de cosmógrafos se encontra nos cronistas, se introduziu e vulgarizou modernamente a concepção errónea de uma corporação com caracter permanente, chamada *Junta dos Matemáticos.* (Veja-se as págs. 65 e 66 do presente volume). A junta que regeitou o plano inexequível de Colombo de ir a Cathay e Cypango navegando para ocidente era constituída pelo bispo D. Diogo d'Ortiz, sob cuja direcção se preparou o roteiro que serviu a Pero da Covilhã e Afonso de Paiva na sua famosa viagem terrestre à Etiópia e à Índia, e pelos físicos mestres Rodrigo e José Vizinho. Pelo mesmo processo de ampliação retórica se transfigurou em Academia de letrados a oficina tipográfica de S. Deodato, de cujos prélos saíu a *Cosmographiae Introductio* e o planisfério de Waldseemüller, e se engrandeceu às proporções de uma Escola náutica o estabelecimento fundado pelo infante D. Henrique em Sagres, pois nem da *Chronica de Guiné*, de Azurara, nem da *Relação*, de Diogo Gomes, nem da primeira *Década*, de Barros, se póde inferir semelhante cousa.

Pág. *LXIV* (linha 43) onde se lê: «comemoração do Centenário do descobrimento da América», deverá lêr-se: *comemoração do quarto Centenário do descobrimento da América.*

LXX-LXXI «Muito ao contrário do que pretendem quantos se esforçaram por demonstrar a impossibilidade portuguesa de conceber a existência de ilhas e terras para ocidente, os geógrafos e os navegadores as suspeitavam e as assinalavam».

N. B. Cabe aqui invocar o testemunho de Colombo. E' êle próprio quem escreve: «... y gracias al eterno Dios nuestro Senôr el qual da a todos aquelles que andan su camino victoria de cosas que parecen imposibles, y esta señaladamente fue la mia, porque aunque destas tierras hayan fablado o escrito todo va por conjectura sin alegar de vista, salvo comprendiendo a tanto que los oyentes los mas escuchavan e juzgavan mas por fabla que por poca cosa dello». (Carta «que enbió Colon al Escrivano de Racion, de las islas halladas en las Indias, contenida a otras de Sus Altezas. Fecha en la caravela sobre las islas de Canaria a *XV* de febrero, año MCCCCLXXXXccj.)

Pág. *LXXI* (nota 100) onde se lê: «un paginated work», deverá lêr-se: *unpaginated work.*

Pág. *LXXIII* (linha 10) onde se lê: «Ursa Maior», deverá lêr-se: *Ursa Menor.*

Pág. *LXXIII* (nota 104) onde se lê: «in the 13 the cent», deverá lêr-se: *in the 13 th Century.*

Pág. *LXXV* (nota 112) Marcolini foi o primeiro editor da relação dos Zeni. Ramusio reproduziu-a no tômo II, pág. 230 da sua *Raccolta di Viaggi* com o título de *Dello scoprimento dell'isola Frislanda, Eslanda, Engrovelanda, Estotilanda et Icaria. Fatto per due fratelle Zeni M. Nicolo il Kavaliere et M. Antonio.* A mais reputada edição moderna é a de Major, *The voyages of the venetian brothers, Nicolo and Antonio Zeno, to the northern seas* (1873).

Pág. *LXXVI* (nota 114) onde se lê: «a viagem de Fernão de Magalhães é de 14475 milhas», deverá lêr-se: *a viagem de Fernão de Magalhães é computada em 14475 milhas.*

Pág. *LXXVIII* — A numeração das Notas está invertida. A que figura com o numero de 120 corresponde à chamada 119, e vice-versa a nota 119 corresponde à chamada 120. Nesta, onde se lê: «Sereniso Re Catolico», deverá lêr-se: *Sereniss. Re Catolico.*

Pág. *LXXXI* — Na legenda do mapa foi indevidamente incorporada uma anotação destinada a assinalar o ponto do texto em que devia ser intercalada a gravura. Essa anotação figura como excrescência na primeira parte da legenda, a saber: «Reprodução da reconstituïção de parte do mapa de Toscanelli por Uzielli».

Pág. *LXXXIII* (nota 123) onde se lê: «D. Beatriz Enriquez de Arane», deverá lêr-se: *D. Beatriz Enriquez de Arana.*

Pág. *LXXXIII* (nota 124) onde se lê: «C. Harkham», deverá lêr-se: *C. Markham.*

Pág. *XCI* (linha 3) onde se lê: «A demonstração filológica de Nobert Sumien é concludente», deverá lêr-se: *A demonstração filológica de Norbert Sumien é, na opinião de Vignaud, concludente.*

N. B. O Professor H. Wagner, examinando com o Professor Wilhelm Meyer (de Speyer), autoridade eminente, tanto em assuntos de paleografia medieval como de latim medieval, a linguagem em

ERRATAS E COMENTARIOS

que é redigida a carta de Toscanelli, chega a concluir que nada, no texto da carta, se opõe a que ela fôsse escrita por um humanista da Idade média; apenas algumas palavras se devem atribuir a êrros do copista, que não era grande sabedor da lingua latina, como mostra a linha que pôz no comêço: «*Copia misa christofaro colonbo per paulum fıxicum cum una carta navigacionis*». Tambêm acha que não são de aceitar as emendas propostas por Norbert Sumien. W. Meyer é de opinião que a composição latina do texto não fornece argumento para se afirmar que a carta é falsificada por pessoa desconhecedora da lingua. Assim se desfaz um dos argumentos de Vignaud contra a autenticidade da carta de Toscanelli (Hermann Wagner, *Henry Vignaud, La lettre et la carte de Toscanelli, Paris, 1901*, in *Goettingischen gelehrten Anzeigen*, 1902, Nr. 2, págs. 116, 117).

Pág. *XCI* (No fim da primeira coluna) Substituír a legenda que começa: «Texto da carta de Toscanelli, etc. e que se acha aqui deslocada, pois pertence à pág. XCIII, por esta outra: *Versão paleográfica integral do texto latino manuscrito do exemplar de Ænéas Sylvius, da Colombina. (Reproduzida da Biblioteca Americana Vetustissima, de H. Harrısse).*

Pág. *XCIII* (Na legenda do texto latino da carta de Toscanelli) Acrescentar: *Texto da carta de Toscanelli com as abreviaturas reconstituídas in-extenso pelo filólogo Norbert Sumien.*

Pág. *XCIV* (linhas 1 a 3) onde se lê: «Não é possível contestar que a carta de Toscanelli se baseia num sistema cosmográfico semelhante ao de Marino de Tyro, conhecido através da crítica de Ptolomeu e só universalizado pela imprensa nesse mesmo ano de 1474», deverá lêr-se: *Não é possível contestar, na opinião de Vignaud, que a carta de Toscanelli se baseia num sistema cosmográfico semelhante ao de Marino de Tyro conhecido através da crítica de Ptolomeu e só universalizado pela imprensa em 1475.*

N. B. Desde 1901, data da edição francesa da sua notável obra *La lettre et la carte de Toscanelli*, que Vignaud se serve dêste argumento. Passados dezasseis anos, ainda faz dêle uso no seu grande trabalho sôbre Vespúcio (*Americ Vespuce*, Paris, 1917). Não obstante essa obstinação, o impressionante argumento foi reduzido às modestas proporções de uma opinião individual e discutível pelo eminente geógrafo alemão H. Wagner.

O historiador americano considera que a apocrifia da carta de Toscanelli se deduz da circunstância, entre outras, de reproduzir a concepção cosmográfica de Marino de Tyro (segundo a qual a largura do Atlântico se reduzia a 130 ou 135 graus entre os litorais da Ásia Oriental e da Europa Ocidental), concepção esta divulgada através da crítica de Ptolomeu. «*Or, en 1474, date de la lettre à Martins, Ptolémée n'etait pas imprimé. Ce n'est qu'en 1475 qu'une traduction latine de cet ouvrage, due à Jacques Angelo, fut imprimèe à Vicence*». E em nota adverte o historiador: «*Nous n'ignorons pas qu'il y a une édition de Ptolémée qui porte la date de 1462. Mais tous les bibliographes s'accordent à dire que cette date est erronée ou fausse. Cette prétendue prémière édition de Ptolémée est probablement la troisième ou la quatrième*». Depois de assim se haver expresso em 1901, a pág. 82 da sua obra citada, Vignaud volta ao assunto no Cap. 3.º, *La «Cosmographiae Introductio» et son auteur*, da obra recente dedicada a Vespúcio, onde o severo crítico de Colombo se transfigura em parcialissimo defensor e apologista do florentino, a ponto de não reparar que era portuguesa a bandeira içada nos mastros das armadas em que Vespúcio realizou, com secundária categoria, as duas viagens de 1501 e 1503 à América do Sul. Aí, na nota 230 da pág. 225, referindo-se à mesma tradução de Jacobus Angelus, observa Vignaud: «*Il y a une édition qui porte la data de 1462, mais tous les bibliographes savent qu'il y a là une erreur typographique et qu'il faut lire une autre date, probablement celle de 1482*».

Todavia, Nordenskjöld (*Fac-simile Atlas*, a pág. 12) opina que a data deve ser rectificada para 1472 e não 1482, e os argumentos em que o eminente geógrafo apoia esta douta opinião parecem-nos convincentes. A data da edição de Bolonha é expressa em caracteres romanos: MCCCCLXII. O êrro tipográfico consiste na falta de um *X*. Se a data verdadeira fôsse 1482, como pretende Vignaud sem fundar o alvitre em quaisquer razões plausíveis, viriam a faltar dois *XX*: hipótese muito menos verosímil, se bem que muito mais favorável à tese do historiador americano.

Vemos pois que, quando Vignaud afirma que todos os bibliógrafos sabem que há na data da edição de Bolonha um êrro tipográfico e que a data exacta é provàvelmente a de 1482, Nordenskjöld é muito decididamente de opinião que a data verídica é 1472. Também Vignaud pretende que a edição *princeps* da *Geografia* de Ptolomeu é a de 1475 (*«elle parut pour la première fois en 1475»)*, quando o mesmo Nordenskjöld considera como 1.ª edição a de Bolonha, de 1472. Se fôr assim, como supomos, quando Toscanelli escrevia ao cónego Fernão Martins de Roriz, em 1474, já havia quási dois anos que estava publicada a *Geografia* ptolomaica, através da qual se tornou conhecida a concepção cosmográfica de Marino de Tyro.

Pág. *XCV* (linhas 23 e 24) onde se lê: «a correspondência de Toscanelli», deverá lêr-se: *a correspondência de Toscanelli com Fernão Martins.*

Pág. *XCV* (linhas 24 a 26) «A tese da apocrifia integral da correspondência toscaneliana (que testemunha a prioridade do conhecimento português do plano de Colombo) não póde prevalecer sôbre a prova documental, que depõe a favor da autenticidade».
N. B. Convém esclarecer esta proposição, que

ERRATAS E COMENTARIOS

deve ser interpretada de acôrdo com a doutrina defendida na *Introdução* e adoptada no decorrer da obra. Sempre que invocamos a autenticidade da correspondência de Toscanelli referimo-nos à que o florentino entreteve com o cónego português. E' tudo quanto há de mais natural que um geógrafo italiano tenha escrito ácêrca de assuntos cosmográficos a um eclesiástico português que conhecera em Roma, ao tempo em que os marinheiros portugueses realizavam as maiores viagens no Atlântico. Quanto à correspondência posterior de Toscanelli com Colombo, considerámo-la uma fraude. Deve ter sido da carta autêntica de 1474 (copiada parece que pelo próprio punho do navegador genovês no incunábulo da Biblioteca Colombina), que se originaram as falsas cartas posteriores.

Pág. *XCV* (linha 27) onde se lê: «Se a correspondência de Toscanelli não existiu», deverá lêr-se: *Se a correspondência de Toscanelli com o cónego Fernão Martins de Roriz não existiu,*

Pág. *XCIX* (nota 140) «As quatro narrativas de Vespúcio, também remetidas de Lisboa para a Lorêna, em 1504, por Domenico Benvenuti».
N. B. Esta é a versão divulgada desde a publicação da *Cosmographiae Introductio.* Porém, no II volume da presente obra, nos capítulos dedicados às viagens de Vespúcio, mostraremos que esta atribuïção de origem é visívelmente conjectural, senão fantasista.

Pág. C (linha 24) onde se lê: «Tendo casado em Lisboa», deverá lêr-se: *Tendo casado em Lisboa ou nos Açôres.*
N. B. E' ainda hoje impossível determinar documentalmente as condições em que se casou Cristóvão Colombo e o local em que se realizou o matrimónio, se em Porto Santo, se em Lisboa. Estamos reduzidos à única fonte informativa e suspeita das Historie dell Amiraglio, atribuídas a Fernando Colombo.

Pág. *CVI* (linhas 8 e 12)
CXII (nota 166)
CXXV (linha 37)
CXXVI (linha 16)
Onde se lê «Moguncia» deverá lêr-se *Munich.*
N. B. Moguncia é a fórma portuguesa de Mainz e não de München.
Por se prestar a confusões, não adoptamos a fórma portuguesa de München:—Mónaco.

Pág. CXI (9 e 10) onde se lê: «Depois do discípulo do Rei Artur, é o discípulo de Machiavelo que vai reger os destinos da nação», deverá lêr-se: *Depois do discípulo do Rei Arthur, é o contemporâneo de Machiavelo que vai reger os destinos da nação.*
N. B. Machiavelo escreveu *El Principe* uns quinze anos depois da morte de D. João II. Na memória que o florentino redigiu para o Conselho dos Dez, *Descrizione del modo tenuto dal duca Valentino nell'ammazzare Victellozzo Utelli,* póde examinar-se como se originou na mente de Machiavelo a ideia de construir um sistema político baseado no estudo do caracter de Cesar Borgia. Foi em 1502, quando havia sete anos que D. João II morrera, que Machiavelo acompanhou o bispo Francisco Soderini a Urbino, aonde o prelado fôra como embaixador dos florentinos à côrte de Cesar Borgia.
Luiz XI, D. João II e Cesar Borgia são os grandes modêlos da política do tempo, que inspiraram as máximas de Machiavelo. Êste foi o amigo, o auxiliar e muitas vezes o conselheiro de Pedro Soderini, eleito gonfaloneiro de Florença, em 1502, e a quem Vespúcio dirigiu a famosa *Lettera,* narrando as suas quatro viagens à América.

Pág. *CXIV* (nota 171) onde se lê: «(Vasco Sallego de Carvalho)», deverá lêr-se: *(Vasco Gallego de Carvalho).*

Pág. *CXV* (linha 34) onde se lê: «conservar desconhecidas», deverá lêr-se: *conservar desconhecido.*

CVXI (linhas 1 e 2) «O relatório de Gonçalo Coelho, destinado a D. João III e incorporado no arquivo secreto da corôa, perdeu-se como os anteriores».
*N. B. Esta passagem, como muitas outras desta secção dedicada às viagens de Vespúcio, reflecte a confusão estabelecida até hoje na crítica das expedições de 1501 e 1503. A **Introdução** limita-se a expor as doutrinas correntes e a exemplificar os êrros de Santarém. Gonçalo Coelho não poderia ter regressado depois de 1521 (ano em que ascende ao trôno D. João III), de uma viagem ao Brasil iniciada em 1503. No estudo que dedicaremos no Volume II às expedições chamadas de Vespúcio—que nelas foi apenas personagem secundária,—detidamente se estudará a participação Vespuciana no descobrimento do Brasil e se corregirão muitos dos êrros que circulam nos textos históricos acêrca das viagens de 1501 e 1503.*

Pág. *CXVI* (nota 175) onde se lê: «Porém, logo depois de escrever», deverá lêr-se: *Porém, logo depois de descrever.*

CXVII (linhas 24 e 25) onde se lê: «O florentino foi um dos descobridores e o seu primeiro, embora fantasioso, cronista», deverá lêr-se: *O florentino foi um dos descobridores e o seu primeiro, embora fantasioso narrador.*

Pág. *CXVII* (nota 177) onde se lê: «Leonardo Loredan Domenico Pisani», deverá lêr-se: *Leonardo Loredan, Domenico Pisani,*
onde se lê: «Sereniss me principes», deverá lêr-se: *Serenissime principes,*
onde se lê: «missier Cretícho», deverá lêr-se: *misser Cretícho*
(nota 180) onde se lê: «edição vienense de 15 0», deverá lêr-se: *edição vienense de 1520*

Pág. *CXX* (nota 186) onde se lê: «& hujus partem borealem Columbanum», deverá lêr-se: *& hujus partem borealem Columbanam*

Pág. *CXXII* (nota 192) «onde se lê: Sontey», deverá lêr-se: *Sonthey.*

Pág. *CXXIV* (nota 193) onde se lê: «Vernhagen», deverá lêr-se: *Varnhagen.*

Pág. *CXXVIII* (linha 31) onde se lê: «Só, pois, a sciência da interposição de terras explicaria», deverá lêr-se: *Só, pois, a sciência da interposição de terras, ou*

ERRATAS E COMENTARIOS

antes a de vastissima extensão de mar entre os Açôres e a Ásia explicaria.

N. B. Parece-nos arriscado admitir a suspeita portuguesa, em parte alguma revelada, de uma barreira continental, mas não faltam os indícios confirmativos de que em Portugal se calculava, no fim do século XV, com notável aproximação da verdade, a circunferência máxima do globo. Isto bastaria para justificar a regeição dos planos de Toscanelli e Colombo.

Pág. *CXXVIII* (nota 202) onde se lê: «patrão Picao Francesco de Médicis», deverá lêr-se: *patrão Piero Francesco de Médicis.*

(nota 203) onde se lê: «Luciano Cordeiro, La part des Portugais dans la découverte de l'Amérique, 1876, deverá lêr-se: *Luciano Cordeiro, De la part prise par les Portugais dans la découverte de l'Amérique (Lettre au Congrès International des Americanistes—Première session—Nancy—1875).*

N. B. Neste momento em que os estudos históricos portugueses se animam às reivindicações da prioridade que compete a Portugal em muitos dos mais notáveis empreendimentos náuticos levados a efeito no Atlântico ocidental, é de justiça que se retire da sombra a notabilissima monografia de Luciano Cordeiro, que pela primeira vez enfeixou os dados essenciais do grande problema histórico-geográfico, actualizado, vinte e cinco anos depois, por Faustino da Fonseca. Êste último tinha sôbre o seu ilustre antecessor a vantagem de mais abundantes argumentos, frutos dos grandes trabalhos de Harrisse, de Ravenstein, de Ruge, de Vignaud e dos colaboradores da *Raccolta Colombiana.* Luciano Cordeiro, tam injustamente esquecido, terminava a sua notável memória prometendo ocupar-se oportunamente da descoberta e do reconhecimento do litoral oriental da América do Sul e nestes têrmos se dirigia ao Congresso dos Americanistas: «*mais je réserverai cette seconde partie pour une autre fois, si dans votre bienveillante sagesse et dans vôtre amour de la verité vous décidez qu'il convient de procéder à une révision générale des faits et des opinions concernant la lente et successive découverte du continent américain*».

O ilustre polígrafo morreu antes que principiasse a manifestar-se com intensidade, entre os eruditos de história, a rebelião contra os erróneos preconceitos que desvirtuavam a narração do descobrimento da América. Como homenagem ao sábio precursor, reproduzimos as belas e elevadas palavras doutrinárias com que êle precedeu a sua sábia dissertação:

«*La science, Messieurs, n'a point de patrie, je le sais. Cette religion de la verité ne connait d'autres limites que celles de la vérité même; mais c'est justement pour cela que la science ne peut être injuste et si elle doit s'affranchir des nobles passions des individus elle ne doit pas non plus tomber dans les défauts de ces mêmes passions. Dans la science l'injustice représente une lacune ou un vice de l'exercice critique, et celui qui en souffre le plus n'est pas celui sur qui retombe cette injustice mais bien la science elle-même qui l'a commise. Si elle a négligé d'approfondir certains faits, si elle a établi son verdict sur des données insuffisantes ou fausses, tant pis pour elle. Or, la géographie historique a été parfois fort injuste pour ce petit pays qui a ouvert la moitié du monde à l'autre moitié. Les autres nations ont des gloires en assez grand nombre et dont elles peuvent à bon droit s'enorgueillir pour qu'il ne leur soit point nécessaire de priver le Portugal de celle qui lui donne droit à une place dans l'histoire de la civilisation. Pardonnez-moi cet épanchement, vous qui savez aimer et honorer vôtre patrie sans que cet amour obscurcisse ou égare votre amour pour la science, c'est-à-dire, votre amour de la vérité.*

Dans ce fait même de la découverte de l'Amérique, on trouve un exemple de ce que je viens d'avancer. On a écrit que le Portugal avait dédaigné, par une vaniteuse ignorance, ce que l'on suppose avoir été la conception du Nouveau-Monde par Colomb. On a montré sous les couleurs les plus sombres la science dédaignée par l'aveuglement et le fanatisme, dans le fait du rejet du dessein de Colomb par le roi Jean II et par ses conseillers; on a même été jusqu'à affirmer que le roi de Portugal avait abusé de la franchise du grand navigateur et avait clandestinement fait partir une escadre dans le but de lui ravir la gloire de sa découverte. Vous savez cela, Messieurs, et naturellement vous savez aussi que toutes ces assertions sont fausses».

Pág. CXXIX (linhas 2 e 3) ... «o cartógrafo anónimo que confecionou com os resultados das viagens empreendidas para o noroeste, o oeste e o sudoeste, desde 1498 a 1501, o mapa de Cantino».

N. B. O planisfério do embaixador Cantino, a cujo estudo será dedicado um capítulo especial no II volume desta obra, constitui um dos pilares da tése desenvolvida na *Introdução.*

De facto, êste extraordinário e elucidativo documento cartográfico atesta a concepção cosmográfica portuguesa do continente americano e revela vastos conhecimentos dos litorais meridionais e orientais da Ásia além dos percorridos por Vasco da Gama, Cabral e João da Nova, porventura advindos da aqüisição de portulanos e mapas dessas procedências. Nesse monumento da geografia o Oceano Pacífico acha-se previsto. Êle confirma que as expedições portuguesas eram devidamente preparadas e providas dos mais aperfeiçoados elementos de orientação e deixa imaginar que Vasco da Gama, em 1497, já partiu de Lisboa com cartas náuticas asiáticas, talvez mandadas por Pero da Covilhã.

A prioridade do mapa de Cantino só encontra fragílima objecção no planisfério conhecido pelo nome do seu possuidor, Dr. Hamy, o qual lhe dedicou um estudo acompanhado de reproduções

ERRATAS E COMENTARIOS

fac-similares *(Études historiques et géographiques*, Paris, 1896). E' desconhecido o nome do cartógrafo que o executou. O registo das explorações de Vasco da Gama, Cabral, Gaspar Côrte Real e da expedição de 1501, indica a sua origem portuguesa, embora a nomenclatura seja italiana. O seu possuidor atribui-lhe a data de 1502: a do mesmo ano em que foi executado o mapa para o embaixador Cantino, e a precedência de dias ou de meses do mapa do Dr. Hamy apenas se infere precáriamente da sua imperfeição relativa e do facto de não se encontrarem nêle vestígios da expedição de João da Nova, registada no de Cantino. Ravenstein *(A Journal of the first voyage of Vasco da Gama*, Hakluyt Society, 1898, a pág. 207), que o analisou em reprodução ampliada na parte relativa à derrota de Vasco da Gama, reconhece que «*The nomenclature along the African coast is fairly full, and evidently taken from original sources, but the spelling is so corrupt, and the letters are frequently so illegible, that I failed to make out many of the names... The drawing of the coast-line leaves very much to be desired*». Ravenstein certifica a superioridade do Cantino, não só sôbre o Juan de la Cosa e o Hamy, como ainda sôbre alguns dos planisférios imediatamente posteriores, como o de Canerio: «*It is* (o de Nicolau Canerio) *almost wholly based upon the materials previously utilised by Cantino's draughtsman, although more detailed in outline and with a more ample nomenclature in some places. The shape of Africa, however, is far more correctly given on Cantino's chart than on Canerio's, and the technical workmanship of the former is of a superior character. The legends of both maps have evidently been taken from the same source...*» (Ibidem, a pág. 210). Sôbre o mapa de Canerio consulte-se o notável estudo do prof. L. Gallois publicado em 1890 no Boletim da Sociedade de Geografia de Lyão, *Le Portulan de Nicolas de Canerio*. Quanto aos mapas do Ptolomeu de 1513 (edição de Estrasburgo), são unanimemente tidos como portugueses.

Pág. *CXXX* (linhas 15 e 16) onde se lê: «haviam pisado na Groenlândia as terras americanas», deverá lêr-se: *haviam pisado na Vinlândia as terras americanas.*

Pág. *CXXX* (linha 56) onde se lê: «O primeiro volume desta obra», deverá lêr-se: *A primeira parte desta obra.*

Pág. *CXXXI* (nota 207, linha 13) onde se lê: «Haeblea», deverá lêr-se: *Haebler.*

Pág. 14 (linha 6) onde se lê: ¡«No hemos hecho nadie en el Escurial!» deverá lêr-se: *¡No hemos hecho nada en el Escorial!*

Pág. 110 (linha 29) onde se lê: «Rossely», deverá lêr-se: *Roselly.*

Pág. 110 (linha 1, nota 9) onde se lê: «respostas», deverá lêr-se: *resposta.*

Pág. 113 (linha 2) onde se lê: «estado», deverá lêr-se: *estado Venezuela.*

Pág. 114 (linha 3) onde se lê: «*Vespuch*», deverá lêr-se: *Vespuche.*

Pág. 115—Na legenda da gravura, onde se lê: «Extracto fac-similar da 1.ª edição da *Lettera* (Exemplar único, Florença, 1505 ou 1506»), deverá lêr-se: *Extracto fac-similar da 1.ª edição da «Lettera», Florença, 1505-1506.*

*N. B.—Na opinião do bibliófilo inglês Quaritch, a **Lettera** foi impressa por Gian Stefano di Carlo di Pavia, em Florença, não antes de 1505, e presumivelmente em 1506, pois é dêste ano a versão latina da **Cosmographiae Introductio**. Apenas cinco exemplares da edição **princeps** italiana são conhecidos: o do **British Museum**; o da **Biblioteca Palatina** de Florença; o que pertenceu a Varnhagen e cujo destino se ignora; e os das bibliotecas Capponi e Kalbfleixh.*

Pág. 116 (linha 5) onde se lê: «superior ou inferior», deverá lêr-se: *superiores.*

Pág. 117 (linha 4, nota 50) onde se lê: «as omitem», deverá lêr-se: *os omitem.*

Pág. 117 (linha 4, nota 50) onde se lê: «as limita», deverá lêr-se: *os limita.*

Pág. 117 (linha 2, nota 52) onde se lê: «a terras», deverá lêr-se: *ir a terras.*

Pág. 121 (linha 25) onde se lê: «de», deverá lêr-se: *da.*

Pág. 121 (linha 2, nota 76) onde se lê «que veros», deverá lêr-se: «*quo verus*».

Pág. 121 (linha 3, nota 77) onde se lê: «desconhecdia», deverá lêr-se: *desconhecida.*

Pág. *123* (linha *1*, nota *91*) onde se *lê*: «op. cit.», deverá lêr-se: «*The discovery of North America*».

Pág. 124 (linha 9) onde se lê: «êle», deverá lêr-se: *ela.*

Pág. 124 (linha 13) onde se lê: «Bucher», deverá lêr-se: *Becher.*

Pág. 124 (linha 32) onde se lê: «reciocinio», deverá lêr-se: *raciocinio.*

Pág. 124 (linha 3, nota 95) onde se lê: «Thacher», deverá lêr-se: *Thacher: a latitude excessiva de 23° 30' em que está a «ysla».*

Pág. 124 (linha 4, nota 95) onde se lê: «outro argumento», deverá lêr-se: *ainda outro.*

Pág. 124 (linha 15, nota 95) onde se lê: «1500», deverá lêr-se: *1502.*

Pág. 125 (nota 104) onde se lê: «Compare-se *motas arenosas* no extremo do litoral, em todas as reproduções», deverá lêr-se: *Compare-se «motas arenosas» no extremo do litoral, nas reproduções de Jomard e do B. de Rio Branco.*

*N. B. Na fotolitografia de Canovas Vallejo, reproduzida na presente obra, esta legenda lê-se visivelmente **monte arenosas**. Em Jomard e Rio Branco, **motas arenosas**. De qualquer modo, esta falta de uniformidade na reprodução litográfica não influi na argumentação que sustentamos. **Motas** e **montes arenosos** são sensivelmente a mesma cousa. Não podem confundir-se com as **montanhas** da interpretação do douto Caetano da Silva.*

Pág. 126 (linha 4) onde se lê: «a primazia do», deverá lêr-se: *a si a primazia no.*

Pág. 126 (linha 3, nota 106) onde se lê: «chesi trovano in Italia riguardante», deverá lêr-se: «*che si trovano in Italia riguardanti*».

Pág. 127 (linha 14) onde se lê: «tivesse», deverá lêr-se: *tivesse attingido ou.*

Pág. 127 (linha 1, nota 108) onde se lê: «*Decadas*», deverá lêr-se: *Decades.*

Pág. 127 (linha 1, nota 108) onde se lê: «Anglevia», deverá lêr-se: *Angleria.*

ERRATAS E COMENTARIOS

Pág. 128 (linha 18) onde se lê: «corra», deverá lêr-se: *corre*.
Pág. 128 (linha 1, nota 110) onde se lê: «Anglevia», deverá lêr-se: *Angleria*.
Pág. 128 (linha 1, nota 110) onde se lê: «*Decadas*», deverá lêr-se: *Decades*.
Pág. 129 (linha 22) onde se lê: «impressas», deverá lêr-se: *impressos*.
Pág. 129 (linha 23) onde se lê: «duvida», deverá lêr-se: *duvida que*.
Pág. 131 (linha 20) onde se lê: «mansos, aqui», deverá lêr-se: *mansos aqui*.
Pág. 131 (linha 40) onde se lê: «Nela», deverá lêr-se: *Nele*.
Pág. 132 (linha 11) onde se lê: «1498», deverá lêr-se: *1499*.
Pág. 133 (linha 25) onde se lê: «sudoeste», deverá lêr-se: *susudoeste*.
Pág. 133 (linha 33) onde se lê: «a segunda secção», deverá lêr-se: *uma secção especial*.
Pág. 136 (linha 4) onde se lê: «amlé», deverá lêr-se: *além*.
Pág. 136 (linha 48) onde se lê: «entre 18», deverá lêr-se: *entre 13*.
Pág. 138 (linha 1) onde se lê: «e o», deverá lêr-se: *e do*.
Pág. 138 (linha 14) onde se lê: «aconteceu», deverá lêr-se: *acontece*.
Pág. 139 (linha 19) onde se lê: «Mariatambal», deverá lêr-se: *Marinatambal*.
Pág. 142 (linha 2, nota 152) onde se lê: «loxodromicas», deverá lêr-se: *loxodromias*.
Pág. 142 (linha 2, nota 153) onde se lê: «arbitrarie», deverá lêr-se: *arbitraria*.
Pág. 142 (linha 5, nota 153) onde se lê: «este es le», deverá lêr-se: *este es la*.
Pág. 142 (linha 9, nota 153) onde se lê: «fiçar a Jutavento», deverá lêr-se: *ficar a julavento*.
Pág. 144 (linha 4) onde se lê: «velocidade média», deverá lêr-se: *velocidade*.
Pág. 145 (linha 3, nota 155) onde se lê: «10o,6», deverá lêr-se: *10s,6*.
Pág. 149 (linha 6) onde se lê: «*Caput Crucis*», deverá lêr-se: *C.º de Cruz*.
Pág. 150 (linha 5) onde se lê: «permanece», deverá lêr-se: *permaneceu*.
Pág. 150 (linha 9) onde se lê: «Cabote», deverá lêr-se: *Caboto*.
Pág. 150 (linha 3, nota 173) onde se lê: «Serrano», deverá lêr-se: *Serrão*.
Pág. 151 (linha 27) onde se lê: «norte e 1o», deverá lêr-se: *sul e 44o*.
Na gravura da pág. 143, falta no paralelo 3o,5 Sul, a inscrição seguinte: *Paralelo de 3o,5 S onde começa a ocultação total da Polar.*
A inscrição do paralelo 3o Norte deve ser assim corrigida: *Paralelo de 3o N onde começa a ocultação parcial da polar.*
Pág. 152 (linha 1, nota 181) onde se lê: «151», deverá lêr-se: *153*.
Pág. 153 (linha 10) onde se lê: «Menamo», deverá lêr-se: *Mañamo*.
Pág. 153 (linha 10) onde se lê: «Cucuina», deverá lêr-se: *Cuciura*.
Pág. 153 (linha 20) onde se lê: «tido», deverá lêr-se: *tida*.
Pág. 153 (linha 22) onde se lê: «a mais», deverá lêr-se: *, a mais*.
Pág. 153 (linha 22) onde se lê: «Caviane», deverá lêr-se: *Caviana*.
Pág. 153 (nota 184) onde se lê: «*regions equatoriales*», deverá lêr-se: *régions équatoriales*.
Pág. 154 (linha 33) onde se lê: «Caviane», deverá lêr-se: *Caviana*.
Pág. 154 (linha 2, nota 189) onde se lê: «*ipetu*», deverá lêr-se: *ëpetu*.
Pág. 155 (nota 192) onde se lê: «O mapa de Cantino», deverá lêr-se: *Os mapas de Cantino e da bibliotheca Oliveriana*.
Pág. 156 (linha 3) onde se lê: «*Chiocones*», deverá lêr-se: *Chiacones*.
Pág. 158 (linha 44) onde se lê: «extirpe», deverá lêr-se: *estirpe*.
Pág. 158 (nota 198) onde se lê: «284», deverá lêr-se: *285*.
Pág. 159 (linha 5) onde se lê: «de», deverá lêr-se: *da*.
Pág. 160 (linha 1) onde se lê: «navegadar», deverá lêr-se: *navegador*.
Pág. 160 (linha 13) onde se lê: «princeps», deverá lêr-se: «*princeps*».
Pág. 160 (linha 13) onde se lê: «*Paricore*», deverá lêr-se: *Paricora*.
Pág 160 (linha 21) onde se lê: «*Paricura*», deverá lêr-se: *Parisura*.
Pág. 160 (linha 32) onde se lê: «considerada», deverá lêr-se: *considerado*.
Pág. 160 (nota 203) onde se lê: «*equatoriales*», deverá lêr-se: *équatoriales*.
Pág. 161 (nota 212) onde se lê: «540», deverá lêr-se: *540 e 596*.
Pág. 163 (nota 225) onde se lê: «Antoni», deverá lêr-se *António*.
Pág. 163 (nota 225) onde se lê: «episodio», deverá lêr-se: *episódios*.
Pág. 166 (linha 37) onde se lê: «mascaret», deverá lêr-se: *macaréo (mascaret)*.
Pág. 166 (nota 239) onde se lê: «passou», deverá lêr-se: *passou sequer*.
Pág. 169 (linha 2) onde se lê: «outras», deverá lêr-se: *outra*.
Pág. 169 (linha 3, nota 250) onde se lê: «popossum», deverá lêr-se: *oppossum*.
Pág. 169 (linha 15) onde se lê: «*todo e te*», deverá lêr-se: *todo este*.
Pág. 170 (linha 27) onde se lê: «Aragua», deverá lêr-se: *Araguao*.
Pág. 170 (nota 259) onde se lê: «extremo sul», deverá lêr-se: *extremo sul nas reproduções de Jomard e do B. de Rio Branco*.
Pág. 171 (linha 28) onde se lê: «6o5'», deverá lêr-se: *6o,5*.
Pág. 175 (linha 36) onde se lê: «sudoeste», deverá lêr-se: *sueste*.
Pág. 175 (linha 39) onde se lê: «sudoeste», deverá lêr-se: *sueste*.
Pág. 176 (nota 280) onde se lê: «*descovery*», deverá lêr-se: *discovery*.
Pág, 178 (linha 19) onde se lê: «fazia», deverá lêr-se: *fêz*.
Pág. 178 (linha 42) onde se lê: «Duas delas», deverá lêr-se: *Dois deles*.
Pág. 179 (linha 5) onde se lê: «abertura,», deverá lêr-se: *abertura*.
Pág. 179 (linha 19) onde se lê: «1500. Deviam», deverá lêr-se: *1500; deviam*.
Pág. 180 (nota 292) onde se lê: «C, respostas à 6.a pregunta», deverá lêr-se: *C*.
Pág. 180 (nota 293) onde se lê: «Id., tômo III, pág. 102», deverá lêr-se: *No apêndice B, resposta à 6.a pregunta*.
Pág. 181 (linha 24) onde se lê: «*al alto*», deverá lêr-se: *el alto*.

ERRATAS E COMENTARIOS

Pág. 181 (linha 29) onde se lê: «1509,», deverá lêr-se: *1509;*
Pág. 183 (linha 13) onde se lê: «minuciosa», deverá lêr-se: *minucioso.*
Pág. 184 (linha 16) onde se lê: «êle», deverá lêr-se: *ela.*
Pág. 184 (linha 17) onde se lê: «contrario», deverá lêr-se: *contrario,.*
Pág. 188 (linha 4, nota 322) onde se lê: «cópia», deverá lêr-se: *copia do.*
Pág. 189 (linha 16) onde se lê: «*vecino*», deverá lêr-se: *vecinos.*
Pág. 190 (linha 2, nota 332) onde se lê: «Mexerada», deverá lêr-se: *Mexovada.*
Pág. 191 (linha 23) onde se lê: «quel», deverá lêr-se: *quel este.*
Pág. 192 (linha 8) onde se lê: «, da», deverá lêr-se: *, e da.*
Pág. 193 (linha 7) onde se lê: «fêz», deverá lêr-se: *fêz também.*
Pág. 196 (nota 347) onde se lê: «Navarrete, op. cit., tômo II, pág.», deverá lêr-se: *Navarrete, op. cit., tômo III, pág. 247.*
Pág. 198 (linha 26) onde se lê: «entre», deverá lêr-se: *entra.*
Pág. 199 (linha 4) onde se lê: «estriba-se», deverá lêr-se: *estriba-se por uma.*
Pág. 201 (linha 31) onde se lê: «asserto», deverá lêr-se: *acerto.*
Pág. 202 (linha 4) onde se lê: «mettiam-na», deverá lêr-se: *mettiam-no.*
Pág. 202 (linha 26) onde se lê: «Abisi», deverá lêr-se: *Albizzi.*
Pág. 202 (linha 33) onde se lê: «embora», deverá lêr-se: *embora.*
Pág. 203 (linha 45) onde se lê: «*de le*», deverá lêr-se: *de la.*
Pág. 203 (linha 50) onde se lê: «primeiro», deverá lêr-se: *primero.*
Pág. 204 (linha 9) onde se lê: «as», deverá lêr-se: *a.*
Pág. 206 (linha 7) onde se lê: «Jesta sla», deverá lêr-se: *esta ysla.*
Pág. 206 (linha 13) onde se lê: «ya», deverá lêr-se: *ay.*
Pág. 206 (linha 17) onde se lê: «pilôto». deverá lêr-se: *pilôto,*
Pág. 208 (linha 18) onde se lê: «armazen», deverá lêr-se: *armazon.*
Pág. 208 (linha 20) onde se lê: «a», deverá lêr-se: *e.*
Pág. 209 (linha 28) onde se lê: «tierra e», deverá lêr-se: *tierra a.*
Pág. 212 (linha 54) onde se lê: «conte nydoyen», deverá lêr-se: *contenydo en.*
Pág. 213 (linha 4) onde se lê: «sua», deverá lêr-se: *su.*
Pág. 213 (linha 10) onde se lê: «aspantable», deverá lêr-se: *espantable.*
Pág. 217 (linha 4) onde se lê: «1500». deverá lêr-se: *1500;*
Pág. 217 (linha 18) onde se lê: «sendo» deverá lêr-se: *, sendo.*
Pág. 217 (linha 42) onde se lê: «*bresano*», deverá lêr-se: *busano.*
Pág. 217 (linha 1, nota 23) onde se lê: «*Década*», deverá lêr-se: *Década* I, livro IV, cap. 11.º
Pág. 217 (linha 1, nota 24) onde se lê: «*Historia*», deverá lêr-se: *Historia general de las Indias,* livro II, cap. 2.º
Pág. 218 (linha 2) onde se lê: «seguintes»: deverá lêr-se: *seguintes.*
Pág. 218 (linha 5) onde se lê: «pactos», deverá lêr-se: *factos.*
Pág. 218 (linha 28) onde se lê: «10º,6» deverá lêr-se: *10º,6*
Pág. 218 (linha 30) onde se lê: «0º11» deverá lêr-se: *0º,11*
Pág. 218 (linha 33) onde se lê: «1º56» deverá lêr-se: *1º56'*
Pág. 218 (linha 33) onde se lê: «312º11» deverá lêr-se: *312º,11*
Pág. 218 (linha 34) onde se lê: «3º76» deverá lêr-se: *3º,76*
Pág. 218 (linha 41) onde se lê: «133º43» deverá lêr-se: *133º,43*
Pág. 218 (linha 43) onde se lê: «longitude», deverá lêr-se: *longitudes.*
Pág. 218 (linha 43) onde se lê: «ilhas», deverá lêr-se: *das ilhas.*
Pág. 218 (linha 47) onde se lê: «53º31 e 53º42» deverá lêr-se: *53º,31 e 53º,42*
Pág. 219 (linha 3) onde se lê: «2º,38'» deverá lêr-se: *2º38'*
Pág. 220 (linha 55) onde se lê: «ponê», deverá lêr-se: *ponẽ.*
Pág. 220 (linha 57) onde se lê: «aû», deverá lêr-se: *aũ.*
Pág. 221 (linha 20) onde se lê: «*Historia*», deverá lêr-se: *Historia general.*
Pág. 221 (linha 53) onde se lê: «cerean», deverá lêr-se: *cercan.*
Pág. 221 (linha 58) onde se lê: «Viando», deverá lêr-se: *Viendo.*
Pág. 222 (linha 1) onde se lê: «haste», deverá lêr-se: *hasta.*
Pág. 222 (linha 27) onde se lê: «os aban», deverá lêr-se: *osaban.*
Pág. 224 (linha 4) onde se lê: «*Historia*», deverá lêr-se: *Historia general.*
Pág. 224 (linha 29) onde se lê: «*o*» deverá lêr-se: *e*